



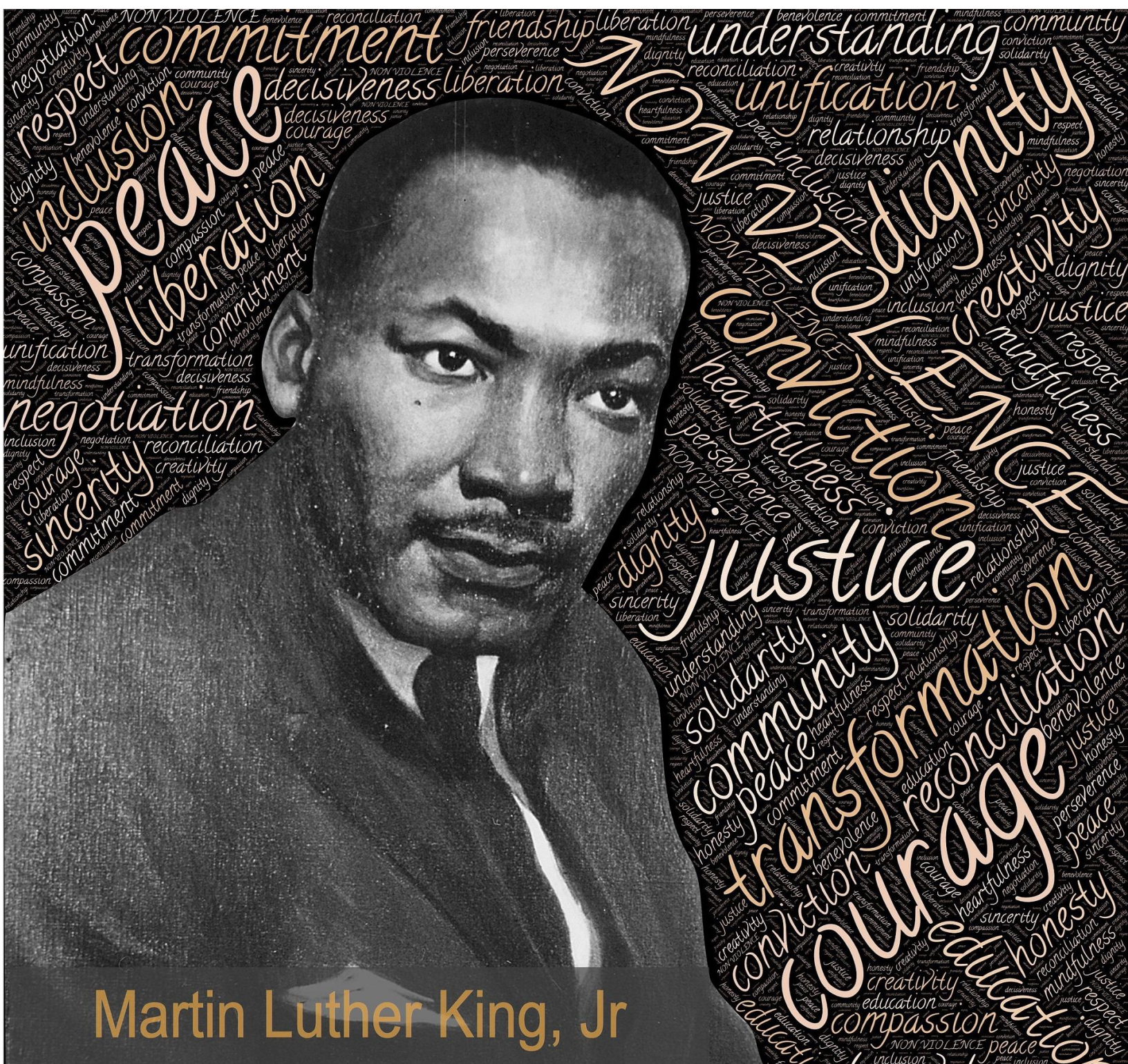
Gênero & Direito

Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito

Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba

V. 09 - Nº 04 - Ano 2020

ISSN:2179-7137



Martin Luther King, Jr

EDITORIAL:

A missão da Revista Gênero e Direito (G&D) destina-se a informar a comunidade acadêmica sobre os desafios e perspectivas que revestem a discussão interdisciplinar do gênero. O objetivo da G&D é estimular o debate e produção científica com o propósito de produzir conhecimentos e atuar como transformador social e instrumento de reflexão para uma isonomia entre os indivíduos. O público-alvo de nossa revista é pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a G&D aceitará a participação em coautoria. A Revista possui um conjunto de Seções para recebimento de trabalhos científicos, como:

- **Seção Livre:** Seção interdisciplinar que recebem trabalhos de língua inglesa ou francesa produzidos através de pesquisas ou reflexões acadêmicas, podendo os temas abordarem ou não a temática do gênero e dos direitos humanos.
- **Ensaio:** Recebe relatórios de pesquisas em andamento ou concluídas.
- **Gênero, Sexualidade e Feminismo:** Trata com a discussão de gênero referente a gênero x sexo, discurso sexual, contrato sexual, identidade de gênero, existencialismo x naturalismo, filosofia social, teorias feministas e feministas do direito, diversidade sexual e efetividade de direitos sexuais.
- **Direitos Homoafetivos, lutas LGBTI e teoria queer:** Versa sobre a efetividade e garantias de direitos homoafetivos, a evolução histórica e social das lutas LGBTI, desenvolvimento social, teoria queer, categorias sociais, desigualdade, alteridade, relações culturais, homofobia, diversidade sexual
- **Direitos Humanos e Políticas Públicas de Gênero:** Aborda temas sobre filosofia do direito, teoria crítica dos direitos humanos, feminismo, interseccionalidade, consubstancialidade, igualdade de gênero e direitos LGBTI.
- **Movimento feminista, história da dominação e gênero:** Feminismo, história dos direitos de gênero, história da dominação, história dos movimentos feministas, lutas por emancipação, América Latina, discurso social e conquistas sociais.

- **Sexualidades, Subjetivações e Práticas Psi:** Sexualidade, identidade social, processo de identificação, grupos sociais, práticas psi, gênero x sexo, violência de gênero e vulnerabilidade.
- **Saúde, Gênero e Direito:** Saúde da mulher, integridade física e sexual, saúde pública, avanços tecnológicos, mudança de sexo, intersexualidade, aborto, gravidez na adolescência, sexualidade e prevenção sexual.
- **América Latina, União européia, gênero, feminismo:** violência de gênero, cultura latina, cultura européia, direitos sociais, políticas públicas, lutas sociais, movimento feminista, movimento LGBTTI, patriarcalismo, sexualidade, AIDS, direitos sexuais e reprodutivos.
- **Multiculturalismo, religião, gênero:** direitos sexuais e reprodutivos, religião e filosofia, estruturas sociais, choque cultural, etnocentrismo, feminismo, direitos homoafetivos, violência de gênero, relativismo cultural e direitos humanos.
- **Aborígine, gênero, inclusão social:** discriminação, cultura aborígine, políticas públicas, feminismo, infanticídio, práticas nômade, patriarcalismo e identidade.
- **Imigração, Emigração, gênero:** problemas sociais, zonas migratórias, tráfico de pessoas, exploração sexual, guerras, ditadura, deportação, expulsão, vulnerabilidade social e feminismo.
- **Gênero, história, Espanha:** movimento feminista, direitos civis e políticos, história da dominação, micro história, discurso social, reformas políticas

SUMÁRIO:

AMÉRICA LATINA, UNIÃO EUROPEIA, GÊNERO, FEMINISMO

A (I)LEGALIDADE DA ASSISTÊNCIA SEXUAL NA EUROPA

Ana Catarina da Rocha Pinho; João Manuel Calhau de Oliveira; Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira 01

SEXUALIDADES, SUBJETIVAÇÕES E PRÁTICAS PSI

VIOLÊNCIA SEXUAL: CONCEPÇÕES DE ESTUPRO E ASSÉDIO POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS/OS 27

Gabriela Batista Geraldo; Katia Alexsandra dos Santos

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO 55

Alícia Cechin; Bruno Truzzi; Ana Cecília Almeida; Danielle Evelyn de Carvalho; Viviani Silva Lírio

SAÚDE, GÊNERO E DIREITO

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA HUMANIZADA E O PATRIARCADO 83

Débora Fernandes Pessoa Madeira; Marina Luiza Silva Queiroz; Roselaine Lopes Toledo

MOVIMENTO FEMINISTA, HISTÓRIA DA DOMINAÇÃO E GÊNERO

PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E DIREITO: O QUE NÃO SE REGISTRA NOS AUTOS DOS PROCESSOS DE DESQUITE E DIVÓRCIO 124

Fernanda Souza Lima

GÊNERO, SEXUALIDADE E FEMINISMO

REFLEXOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO FUNCIONAMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA 146

Roselaine Toledo; Maria das Dores Saraiva de Loreto

SEÇÃO LIVRE

INVESTIGATION OF REQUIREMENTS AND LEGAL FRAMEWORK OF INTEGRATED MANAGEMENT OF THE PERSIAN GULF COAST IN IRAN TO PRESENT IDEAL LEGAL MODELS	178
Ronak Jalali; Mostafa Taghizadeh Ansari; Mansour Pournouri; Parvin Farshchi	
INVESTIGATING DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN	196
Shahla Golparvar; Mehdi Esmaeili	
INVESTIGATING THE LEGAL PRINCIPLES OF LEGAL RECONCILIATION IN CRIMINAL MATTERS	208
Franak Heydari Dehaghani; Mohammad Nozari	
IMPLEMENTATION OF STATE SOCIAL POLICY IN THE SPHERE OF STATE FINANCIAL GUARANTEES OF PUBLIC HEALTH SERVICES	240
Olesia Kornilova; Maria Nanieva; Oksana Pozharova; Radmila Pidlypna; Mariya Kovach	
TOPICAL ISSUES OF REGULATION OF THE LEGAL FRAMEWORK FOR ENSURING HUMAN RIGHTS AND FREEDOMS AT THE INTERNATIONAL LEVEL	256
Vadim Avdeevich Avdeev; Ekaterina Vadimovna Avdeeva; Stanislav Vasilyevich Rozenko; Igor Nikolaevich Fedulov; Igor Vyacheslavovich Kuleshov; Inga Gennadievna Byzova	
IDENTITY AS A SOCIOCULTURAL FACTOR AND A SOURCE OF MODERN ETHNIC CONFLICTS	268
Mikhail Yuryevich Zelenkov; Irina Veretennikova; Irina Erzyileva; Vadim Zubov; Yuliya Mamaeva	
MANAGEMENT OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND THEIR EFFECTS ON PROFESSIONAL SKILLS IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS	285

Luis Alberto Núñez Lira; Yrene Cecilia Uribe Hernández; Alejandra Dulvina Romero Díaz	
COOPERATIVE LEARNING AND PRE-PROFESSIONAL PRACTICE LEARNING IN A UNIVERSITY IN LIMA	303
Isabel Menacho Vargas; Patricia Veronika Ponce Tello; Felipe Supo Condori	
INTERNATIONAL LEGAL STANDARDS FOR THE PROVISION OF PUBLIC SERVICES	319
Tetiana Korniakova; Kateryna Berezhna; Yevheniia Kobrusieva; Olena Lakhova Olena Lytvyn	
METHOD OF INQUIRY AND LEARNING IN STUDENTS OF A PRIVATE UNIVERSITY	331
Flor de María Sánchez Aguirre; Gustavo Adolfo Borja Velezmoro; Fernando Cesar Camones Gonzales	
RUSSIA IN 1917: WHO HELPED THE BOLSHEVIKS' VICTORY?	362
Evgeny Yu. Oborsky	
THE ORGANIZATIONAL AND ECONOMIC POTENTIAL OF RURAL DEVELOPMENT	383
Alexander N. Semin; Tatiana I. Bukhtiyarova; Irina V. Khilinskaya	
ON THE QUESTION OF PRACTICAL APPLICATION OF METHODS AND MECHANISMS FOR FORMATION OF REGIONAL INNOVATIVE DEVELOPMENT STRATEGIES	402
Roman V. Smirnov; Aleksandr S. Tulupov; Olga V. Kadyrova; Oleg V. Burgonov; Nadezhda A. Kudrova; Tatyana N. Kosheleva	
INDO-EUROPEAN COMMUNICATIONS: THE MODEL OF "NOMADIC HOMELAND"	427
Victor A. Novozhenov; Elina K. Altyzbekova; Aibek Zh. Sydykov	
CATEGORIAL FEATURES OF POLITICAL VS. RELIGIOUS DISCOURSES: LINGUO-SEMIOTIC ANALYSIS	456

Natalia A. Bozhenkova; Pavel A. Katyshev; Darya V. Atanova; Raisa K. Bozhenkova	
INFORMATION SUPPORT FOR PRO-COMPETITIVE REGULATION OF THE SOCIALLY SIGNIFICANT REGIONAL MARKETS	477
Viktoriya V. Bobrova; Igor N. Korabeynikov; Anna V. Kurlykova; Olga S. Smotina	
ECOLOGY OF RUSSIAN POLITICAL DISCOURSE: PROBLEM STATEMENT	500
Natalia A. Bozhenkova; Pavel A. Katyshev; Svetlana V. Ionova; Levon N. Saakyan; Elmira M. Afanaseva	
LEGAL FOUNDATION OF DETERMINING CRITERIA OF IMPROPER RENDERING OF MEDICAL AID IN RUSSIAN FEDERATION	540
Tatyana N. Balashova; Yuliya A. Chernysheva	
DYNAMIC STABILITY IN THE CHANGEABLE WORLD AND ITS LEGAL PROVISION	557
Vladimir K. Duyunov; Ruslan V. Zakomoldin; Tat'yana P. Butenko; Arpenik R. Galoyan	
POLISH THINK TANKS' ACTIVITY IN THE EUROPEAN SOFT POWER POLICY	580
Alexandr Grigorev; Nikolai Grishin; Rafik Usmanov; Yulia Mironova	
PROBLEMS OF DEVELOPMENT OF THE RUSSIAN GEOGRAPHICAL EDUCATION IN SECONDARY AND HIGHER SCHOOL	600
Alexander N. Novikov; Maria S. Novikova	
SPECIFIC NATURE AND PROSPECTS OF USING INTEGRAL METHODS OF ECONOMIC SECURITY ASSESSMENT FOR THE ARCTIC REGIONS OF RF	622
Roman V. Badylevich; Mikhail V. Ulchenko; Dmitry L. Kondratovich	
REPRODUCTION OF FIXED ASSETS	648
Nadezhda A. Sereda	

SOCIO-ECOLOGICAL MINISTRY OF THE RUSSIAN ORTHODOX CHURCH (END OF THE 19 TH -BEGINNING OF THE 20 TH CENTURIES)	667
Tatiana E. Lifanova; Svetlana A. Shilina; Ekaterina Yu. Sycheva; Elena V. Nozdracheva; Olga V. Golenkova	
DOWER PAYMENT TO A WIFE (MAHR) BY HER HUSBAND UNDER THE SYRIAN PERSONAL STATUS LAW OF 1953 AND SOME OTHER FAMILY LAWS IN ARAB COUNTRIES	690
Ehab Obaid	
THE IMPACT OF REGIONAL TAX INCENTIVES ON INDUSTRIAL PERFORMANCE	710
Miliausha R. Pinskaya; Julia A. Steshenko; Nadiya M. Sabitova; Elena N. Lizunova; Chulpan M. Shavaleyeva	
BIRTH OF SAINT PETERSBURG AGGLOMERATION UNDER THE RULE OF PETER THE GREAT IN 1703–1724	729
Sergey V. Sementsov; Nadezhda A. Akulova	
CRIME VICTIM COMPENSATION	753
Dmitriy Aleksandrovich Ivanov; Alla Sergeevna Esina; Pavel Vladimirovich Fadeev; Olga Georgievna Chasovnikova; Elena Andreevna Zorina	
CONCEPTUAL ISSUES RELATED TO LEGAL SELF-REGULATION IN THE FIELD OF GENOMIC RESEARCH IN RUSSIA	759
Kseniya Viktorovna Mashkova; Mariya Viktorovna Varlen; Sergey Sergeevich Zenin; Georgiy Nikolaevich Suvorov; Aleksey Yur'yevich Shirokov	
ORGANIZATIONAL AND ECONOMIC ASPECTS OF IMPLEMENTING GENDER VERIFICATION METHODS IN HIGH-LEVEL SPORTS	773
Mariya Aleksandrovna Borodina; Kseniya Viktorovna Mashkova; Kseniya Viktorovna Mashkova; Georgiy Nikolaevich Suvorov	
THE PRINCIPLE OF COMPENSATION AS A GUARANTEE OF HUMAN RIGHTS AND FREEDOMS (AS EXEMPLIFIED BY THE LEGISLATION OF THE RUSSIAN FEDERATION)	788

Alexey Andreevich Demichev; Manvel Aleksanovich Engibaryan; Vera Aleksanovna Iliukhina; Aleksandr Vasilevich Paramonov	
A COMPLEX RATING ASSESSMENT OF THE FINANCIAL POSITION OF RUSSIAN AGRICULTURAL ENTERPRISES: METHODOLOGICAL ASPECTS	807
Oksana V. Moshchenko; Aleksandr V. Smetanko; Ludmila I. Kruglyak; Svetlana V. Romanova; Svetlana A. Maryanova	
RELIGIOUS CONSCIOUSNESS OF SOCIETY AND ITS REFLECTION IN CONTEMPORARY ARTS OF TATARSTAN	821
Liliya R. Mukhametzyanova; Lyajsan H. Kadyjrova; Gaukhar B. Halmurzaeva	
CYBER SOCIALIZATION AS A FACTOR OF INFLUENCE ON THE SOCIAL HEALTH OF STUDENT YOUTH IN A MODERN EDUCATIONAL ENVIRONMENT UNDER THE DEVELOPMENT OF A GLOBAL INFORMATION SOCIETY	830
Elena A. Karapetyan; Natalya Kh. Gafiatulina; Valentina M. Efimova; Natalia V. Yaksa; Anna G. Luginina; Olga N. Prokhorenko	
PROFESSIONAL AND SOCIAL SELF-DETERMINATION OF YOUTH UNDER CONDITIONS OF THE MODERNIZATION OF HIGHER EDUCATION	846
Natalia Yu. Belikova; Elena U. Ponomareva; Victoria V. Kotlyarova; Svetlana V. Yushina; Leviza I. Abbasova; Anna T. Latysheva	
RUSSIAN COSMISM: HISTORICAL PAST, PRESENT AND FUTURE	
Karina S. Chikaeva; Galina I. Davydova; Sergey G. Voskoboynikov; Tatyana V. Schukina; Angelina V. Mueva; Sergey I. Samygin	860
RUSSIAN APPROACH TO ICO REGULATION	874
Aleksandr P. Alekseenko	
THE ROLE OF EDUCATION IN THE FORMATION OF COMPETITIVENESS OF STUDENT YOUTH AT THE MODERN LABOR MARKET	882

Karina S. Chikaeava; Andrey V. Rachipa; Elena A. Karapetyan; Galina I. Davydova; Larisa I. Kobysheva; Galina V. Ganshina	
WAS NAPOLEON'S INVASION A REAL THREAT TO RUSSIA TO LOSE ITS NATIONAL SOVEREIGNTY?	
Sergey G. Voskoboynikov; Tatyana V. Schukina; Vladimir G. Tahtamishev;	899
Maria S. Akisheva; Andrey Y. Gumenyuk; Svetlana V. Yushina	
EDUCATIONAL STRATEGIES OF THE RUSSIAN YOUTH	915
Inna S. Shapovalova; Anastasiya V. Kisilenko; Irina S. Zavodyan	
ASSESSMENT OF REGULATORY-ADAPTIVE POSSIBILITIES OF STUDENTS TO THE STUDY LOAD AT A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN THE CONDITIONS OF A POLICULTURAL EDUCATIONAL SPACE	924
Julia V. Kashina; Vladimir A. Vishnevsky; Maxim A. Vaskov; Natalia V. Gorbunova; Galina V. Ganshina; Leviza I. Abbasova	
DEVELOPMENT OF MEDIATION IN RUSSIA: EXTRAPOLATION OF FOREIGN EXPERIENCE	939
Marina A. Sorokoletova; Svetlana S. Baeva; Alla Yu. Korniyushkina; Sergey A. Kravets; Nina V. Stus	
COMPARATIVE LEGAL ANALYSIS OF HEALTH SYSTEMS IN THE RUSSIAN FEDERATION AND SWITZERLAND	947
Yuliya S. Guskova; Krotov Andrey Vladislavovich; Alevtina V. Kuzmina;	
Natalia A. Ragozina; Yuri Y. Shvets	
CONSTITUTIONAL LEGALIZATION OF JUDICIARY PRINCIPLES: EXPERIENCE OF AMERICAN STATES	955
Aleksej P. Treskov; Ludmila O. Losilkina; Zara A. Mamisheva; Andrey P. Peterburgskiy; Igor V. Timofeev	
MODELS OF THE ORGANIZATION OF THE JUDICIAL SYSTEM: THE EXPERIENCE OF RUSSIA AND FOREIGN COUNTRIES	964

Vladimir S. Sinenko; Sul'eta G. Khasanova; Aleksandr D. Khlebnikov; Vyacheslav L. Rasskazov; Elvira M. Vasekina	
CULTURAL DIFFERENCES OF CONFLICT RESOLUTION IN THE YOUTH ENVIRONMEN	973
Marina I. Kadnichanskaya; Jiang Shangrong; Nina N. Shchetinina; Igor N. Dubovitsky; Sharaputdin M. Rashidov; Elena N. Belous; Irina V. Gorohova	
EXPERIMENTAL LOGIC IN LEGAL ANALYSIS AND COMMUNICATION: THEORY AND PRACTICE	990
Joanna Osiejewicz	
CRIMINAL LIABILITY FOR THE TRAFFICKING IN COUNTERFEITED MEDICINAL PRODUCTS: PROBLEMS OF LEGISLATION AND ENFORCEMENT IN UKRAINE	1005
Viktor Y. Konopelskyi; Valentyna O. Merkulova; Oksana A. Hrytenko; Liudmyla M. Kulyk	
RIGHT TO FREEDOM OF EXPRESSION IN CONDITIONS OF INFORMATION TECHNOLOGIES DEVELOPMENT	1030
Leonid O. Iemets; Alla H. Pyshna; Kateryna V. Hridi	
INNOVATIVE CORPORATE MANAGEMENT OF UNILATERAL CONTRACTS	1046
Svetlana Jurievna Starodumova; Lubov Borisovna Sitdikova	
SEMANTIC CHARACTERISTICS OF VOCABULARY ASSOCIATED WITH IRAQI ANTI-GOVERNMENT PROTESTS IN LATE 2019 AND EARLY 2020 (AS EXEMPLIFIED ON THE PAGES FROM RUSSIAN AND ARABIC NEWS BANDWIDTH)	1061
<i>Hadi Nahla Jawad; Jassem Muna Arif</i>	
FORMATIVE FUNCTION OF THE MIRROR STAGE: VISUAL IMAGES IN THEIR HISTORY	1072
Lidiya I. Kirsanova; Olga A. Korotina	



THE CLUSTER FORM OF ORGANIZATION AND THE PROSPECTS FOR
ITS APPLICATION TO PROVIDE THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF
COOPERATIVE ENTREPRENEURSHIP

1092

Viktoriya I. Tinyakova; Natalia I. Morozova; Oksana V. Konovalova; Irina Yu.
Proskurina; Elena B. Falkovich

A (I)LEGALIDADE DA ASSISTÊNCIA SEXUAL NA EUROPA: MAPEAMENTO DA LITERATURA E REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE SEXUAL

Ana Catarina da Rocha Pinho¹

João Manuel Calhau de Oliveira²

Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira³

Resumo: A saúde sexual da pessoa é reconhecida como um direito humano universal. Apesar disso, devido a um conjunto de barreiras existentes, algumas pessoas com diversidade funcional continuam a reclamar das dificuldades em vivenciar a esfera afetivo-sexual. No contexto europeu tem-se vindo a construir a figura de assistentes sexuais – pessoas com formação para prestar serviços sexuais a clientes com diversidade funcional – como uma das respostas possíveis para a expressão da sexualidade. Este serviço reveste-se de significados próprios consoante os meios em que são prestados, pelo que o presente artigo recorreu a um mapeamento da literatura sobre a legislação e práticas de assistência sexual em diferentes países da Europa para refletir sobre a importância de

desenvolver políticas públicas de saúde sexual.

Palavras-chave: Diversidade funcional. Assistência sexual. Direitos. Direito.

Abstract: Sexuality is recognized as a universal human right. However, due to a set of existing barriers, some people with functional diversity continue to complain about difficulties in experiencing their affective-sexual lives. In the European context, the figure of sexual assistants – people trained to provide sexual services to clients with functional diversity – has been built as one possible answer to the expression of sexuality. This service type differs according to the places in which they are provided. The present article focused on mapping the literature about legislation

¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

² ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

³ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

and practices of sexual assistance in different European countries in order to reflect on the importance of developing public sexual health policies.

Keywords: Functional diversity. Sexual assistance. Rights. Law.

Introdução

O presente artigo partiu de uma análise do enquadramento legal da assistência sexual em diferentes países europeus – tendo por base artigos científicos e informações de organizações parceiras da European Platform Sexual Assistance (EPSEAS) obtidas através da Internet – para uma reflexão crítica sobre a premência de políticas públicas que enderecem a saúde sexual de pessoas com diversidade funcional.

O conceito de diversidade funcional, adotado ao longo do texto, foi conceptualizado em 2001 pela comunidade espanhola Foro de Vida Independiente y Divertad por enfatizar a forma única de cada pessoa se mover, pensar, falar, sentir e de se expressar, apontando como causa da discriminação sofrida por pessoas funcionalmente diversas a desconsideração das

2
características que não se ajustam ao que é socialmente estabelecido como normativo (García-Santesmases, 2017; García-Santesmases, 2019). Anteriormente, nos anos 70 em Inglaterra, já o modelo social vinha dar importantes contributos para romper com a compreensão da deficiência restrita a incapacidades do foro individual – tal como sustentado pelo modelo biomédico –, ao introduzir a influência de questões sociais e políticas na experiência de discriminação, bem como na imposição de limitações à participação social destas pessoas. A 2ª vaga do modelo social, enriquecida com a visão crítica dos movimentos feministas, veio reconhecer que a supressão de barreiras físicas e atitudinais por si só não anularia a necessidade de dar visibilidade a estes corpos e que era essencial considerar tanto a experiência de dor como a vivência do cuidado por parte de pessoas com diversidade funcional. O modelo social mantém o objetivo de, através de um comprometimento político, salientar a visão de direitos humanos (Gesser et al., 2012). Já o modelo de diversidade – ao ressaltar o receio da incerteza e da complexidade que leva a sociedade a

produzir um ideal de pessoa desejável e dita “normal”, ignorando a diferença inerente ao ser-se humano e excluindo todos/as aqueles/as que não se encaixam no molde apresentado (Casado, 2014; Centeno, 2016; Mannino et al., 2017) – pretende valorizar a multiplicidade, defender a igualdade alicerçada no princípio de dignidade humana (García-Santesmases, 2017) e quebrar com estruturas de dominação hegemónica que assentem no capitalismo, colonialismo e patriarcado (Santos, 2013). Neste sentido, ambos os modelos são centrais e constituíram-se como fundamentos basilares para a presente reflexão.

A opção de falar em diversidade funcional (utilizado pelo modelo da diversidade), em vez do termo deficiência (utilizado pelo modelo social), deve-se à assunção de que o discurso sobre corpos e sexualidade não é meramente descritivo, encerrando em si o poder de construir sujeitos tidos como abjetos (Butler, 1999). Dado que a definição de deficiência passível de ser encontrada atualmente em dicionários associa o conceito a: (a) uma imperfeição, falta, lacuna ou (b) uma deformação ou insuficiência de teor

3
físico ou mental (Priberam, 2020), a escolha feita tem por fim contestar a visão redutora face ao conceito de deficiência e reivindicar maior visibilidade das diferenças na sociedade. Nesse sentido, é importante reconhecer que pensar pessoas funcionalmente diversas enquanto grupo acarreta o risco de posicioná-las num lugar distante, de outro, ilusoriamente homogêneo e sujeito a normas sociais (Lambelet, 2017; García-Santesmases, 2019). Assim, de maneira a manter a coerência com os objetivos propostos pelo modelo da diversidade recorreu-se à teoria da interseccionalidade, como lente sob a qual se explorou esta temática.

Várias categorias construídas a nível sociocultural (e materializadas tanto pelos discursos, como por outras práticas sociais) entrecruzam-se, criando sistemas de opressão e de desigualdade social. Esses marcadores apresentam um carácter fluído e dinâmico, pelo que ao correlacionarem-se entre si geram vivências singulares para cada pessoa. Por outras palavras, o facto de se compartilhar a existência de diversidade funcional, não leva a que todas essas pessoas apresentem a mesma experiência, porque essa categoria

identitária pode coexistir com outras, que são também fontes de opressão, aumentando a situação de vulnerabilidade, ou fontes de privilégios, protegendo o indivíduo (Nogueira, 2017). Um exemplo disso é a dupla discriminação sofrida por mulheres com diversidade funcional. Aqui ao cruzar-se a categoria diversidade funcional com a categoria do gênero é possível constatar que a existência de uma incapacidade leva à perda de atributos sociais de mulher e de mãe, afetando a vivência sexual e reprodutiva destas pessoas (Gesser et al., 2012).

Sexualidade e saúde sexual: um direito humano universal

Segundo a Organização Mundial de Saúde a sexualidade é parte integrante do ser humano, podendo ser experienciada e manifestada através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Todas estas dimensões são influenciadas por fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (WHO, 2006; Mannino et al., 2017), tendo impacto na saúde sexual da pessoa.

4

A vivência satisfatória da sexualidade contribui para um bom autoconceito e autoestima (Sanders, 2005; Mannino et al., 2017), para um sentimento de maior bem-estar subjetivo e um possível aumento da longevidade (Gammino et al., 2016; Girard et al., 2018), tratando-se de uma questão de qualidade de vida (Chrastina e Večeřová, 2018). Ao ser construída como uma componente de saúde a sexualidade adquire o estatuto de direito (Nayak, 2013; Morales et al., 2016; Girard et al., 2018; Geymonat, 2019), já que

Sexual health requires a positive and respectful approach to sexuality and sexual relationships, as well as the possibility of having pleasurable and safe sexual experiences, free of coercion, discrimination and violence. For sexual health to be attained and maintained, the sexual rights of all persons must be respected, protected and fulfilled (WHO, 2006: 5)

A necessidade de afirmar os direitos sexuais prende-se com a visão capitalista, na qual o sexo assume uma função reprodutiva, levando a que corpos considerados improdutivos no sentido de perpetuação da espécie humana vejam a sua sexualidade negada (Centeno, 2016; Lambelet, 2017; Guimarães e Newton, 2018). Este é o caso de um vasto coletivo de pessoas com diversidade, que ao longo dos anos tem sido percecionado

como assexuado (Morales et al., 2016; Mannino et al., 2017) e que reclama das dificuldades vivenciadas na esfera afetivo-sexual (Gammino et al., 2016; Girard et al., 2018).

Historicamente a luta por direitos de pessoas com diversidade funcional focou-se na reivindicação por acessibilidade e educação inclusiva, pelo que apenas recentemente – com o impulsionamento impresso por alianças estabelecidas com movimentos feministas e ativismos LGBTs – é que a visibilização e consequente politização da sexualidade ganhou maior relevo (Giami, 2016; García-Santesmases, 2019), expondo-se as barreiras que restringem a sua expressão. De entre os inúmeros obstáculos, destacam-se (Newton e Newton, 2014; Limoncin et al., 2014; Morales et al., 2016; Centeno, 2016; Gammino et al., 2016; Mannino et al., 2017; Chrastina e Večeřová, 2018; Girard et al., 2018; García-Santesmases, 2019): a falta de in/formação no domínio da educação sexual; as atitudes negativas por partes de sociedade e redes de suporte, que inclusivamente no passado estiveram na base de práticas de eugenia (Sevène, 2014); a inacessibilidade a espaços sociais; a falta de privacidade; as

limitações de autonomia; a escassez de recursos financeiros e humanos; a ausência de produções de subjetividades múltiplas sobre sexualidades, corporalidades, desejos e práticas, que se exacerba com a falta de representação de modelos positivos; o conceito de beleza inalcançável (Nayak, 2013; Casado, 2014); e o apoio circunscrito a atividades de vida diárias (e.g. realização da higiene) e terapêuticas (e.g. tratamentos), que tiram a componente afetiva e/ou sexual a estes corpos (Sevène, 2014; Lambelet, 2017).

No sentido de garantir direitos sexuais e evitar a discriminação com base na diversidade funcional, em 2006, a Convenção de Direitos de Pessoas com Deficiências referiu no artigo 25 que os estados devem disponibilizar o acesso aos serviços e programas de saúde, incluindo os das áreas de saúde sexual e reprodutiva (UN, 2006). Mais tarde, em 2014, a publicação da declaração dos direitos sexuais revista, que defende o desenvolvimento satisfatório da sexualidade como uma necessidade básica das pessoas, reconheceu os direitos sexuais como um direito humano universal. O documento solicita a todas as sociedades o respeito pelos direitos

sexuais que têm como fundamentos basilares os valores de liberdade, dignidade e equidade (WAS, 2014). Para tal é necessária autonomia sexual, no entanto

[...] a promessa/imposição de autonomia é duplamente traiçoeira. Primeiro, porque ninguém na sociedade depende apenas dele ou dela própria a não ser para tarefas elementares (o mesmo neste caso é duvidoso que assim seja). Segundo, porque não existe autonomia sem condições de autonomia. Ora estas condições estão desigualmente distribuídas, os indivíduos mais pressionados para serem autônomos são precisamente os que se encontram em piores condições para o serem (Santos, 2013: 8).

Assim, o desenvolvimento de diferentes respostas que permitam alcançar um bem-estar através do prazer, desejo, atração, amor e fantasias torna-se central (Morales et al., 2016). Uma das medidas compensatórias que visa garantir o acesso aos direitos sexuais é a assistência sexual (Nayak, 2013).

Com base numa abordagem de sexualidade positiva (Giami, 2016), que considera que cada ser apresenta uma sexualidade única que contempla múltiplos valores, experiências e preferências (Williams et al., 2015), a assistência sexual tem emergido. Este fenómeno deve-se ao aparecimento de massas associativas, ao incremento de trabalhos académicos (Geymonat e Macioti, 2016; Asís, 2017; Geymonat, 2019) e, ultimamente, ao movimento de vida independente que ambiciona devolver o papel principal das vidas de pessoas com diversidade funcional a quem de direito – elas mesmas –, permitindo a tomada de decisão, a participação na sociedade e uma maior liberdade no relacionamento tanto com os outros, como com o meio (Centeno, 2016).

De forma genérica a assistência sexual⁴ pode ser definida como a prestação de serviços direcionados para

⁴ O conceito de assistência sexual é, por vezes, confundido com a substituição sexual (em inglês denominada por *sexual surrogacy* ou *sexual partner therapy*), que foi originalmente utilizada nos EUA, em meados de 1970, no contexto de terapia sexual por Masters e Johnson (Fritsch et al., 2016). Sob um modelo médico este serviço funciona em tríade terapêutica (substituto/a sexual - terapeuta (psicólogo/a, psiquiatra, ou terapeuta sexual) - cliente) (Freckelton, 2013), requer a existência de um diagnóstico, tem um

número de sessões limitadas e exige a definição de objetivos terapêuticos a atingir, cuja finalidade tende a ser a ereção, o coito, a duração e o êxito da penetração (García-Santesmases, 2019; Geymonat, 2019). Esta atividade aplicada a pessoas com diversidade funcional, transforma os sujeitos em objetos passivos e dependentes (García-Santesmases, 2019), pelo que não se coaduna com os pilares que constroem a assistência sexual no contexto europeu.

a expressão afetivo-sexual de pessoas com diversidade funcional (Rakić, 2020). No entanto, em diferentes contextos, lutas e vivências assume um significado distinto (Asís, 2017; García-Santesmases, 2019).

Para uns, a ação da assistência sexual deve restringir-se a práticas que assegurem o acesso ao próprio corpo, garantindo deste modo a igualdade de oportunidades na esfera sexual (Casado, 2014; Centeno, 2016; Asís, 2017; García-Santesmases, 2019), mas não o acesso ao corpo do/a assistente sexual – o que exclui a possibilidade de práticas penetrativas. Isto porque “[...] other bodies are accessed by agreement not by right” (Centeno, 2016: 6). Para outros, deve contemplar tudo o que esteja subjacente a uma relação de intimidade, criando a possibilidade da pessoa aceder a uma experiência sensual/sexual (Limoncin et al., 2014; Chrastina e Večeřová, 2018; Geymonat, 2019), pois o/a cliente trata-se, aos olhos dos/as assistentes sexuais, de um/a adulto/a, o que significa que estes/as profissionais têm a responsabilidade de evitar um envolvimento emocional, mas não o papel paternalista de proteger a pessoa (Geymonat, 2019).

Assistentes sexuais são homens e mulheres que têm um percurso de vida ligado a diferentes áreas, como a saúde, a educação, as artes, a indústria do sexo, entre outras (Gamaleu-Kameni, 2013; Nayak, 2013; Guimarães e Newton, 2018; Geymonat, 2019). Com vista a aumentar conhecimentos, desenvolver confiança para lidar com aspetos legais e de saúde específicos, reduzir atitudes negativas e diminuir riscos de possíveis situações vulneráveis (Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018) de violência, estigmatização, abuso de poder ou frustração face a relações idealizadas (Limoncin et al., 2014) estes/as profissionais frequentam formação prévia à prestação de serviços sexuais (Rakić, 2020). Ademais, são motivados/as por uma vocação altruísta e o financiamento obtido com o serviço constitui um rendimento secundário nas suas vidas (Limoncin et al., 2014; Gammino et al., 2016).

Assistência sexual: dos direitos ao direito

A assistência em si é, de modo geral, uma questão de garantia de acessibilidade para pessoas com diversidade funcional, uma vez que

permite o exercício de direitos, a tomada de decisão e a participação em atividades fundamentais da vida (Asís, 2017). Tendo em conta esta visão, a assistência sexual pode ser percebida como um direito humano, na medida em que é uma forma de aceder a uma vida sexual independente (Mannino et al., 2017). Contudo, a mesma tem criado debate, com o extremar de posições contra e a favor (Giami, 2016; Geymonat, 2019).

As posições anti assistência sexual referem que a mesma pode ser confundida com o trabalho sexual⁵ (Guimarães e Newton, 2018; Geymonat, 2019), por existir uma troca de um serviço sexual por remuneração (Mannino et al., 2017), levando à promoção da prostituição; que este serviço privilegia a satisfação sexual de homens, bem como legitima o estereótipo de indesejabilidade de pessoas com diversidade funcional; que a existência de um serviço especializado representa a sexualidade como um problema que pode ser resolvido por pessoas sem diversidade funcional (Geymonat, 2019); que esta atividade

apresenta o risco de envolvimento emocional de um grupo vulnerável (Lambelet, 2017; Mannino et al., 2017; Guimarães e Newton, 2018); e que quem a prática pode ser motivado por desvios sexuais (Lambelet, 2017; Mannino et al., 2017).

Os argumentos enumerados para sustentar posições discordantes com a assistência sexual são passíveis de ser desconstruídos. Relativamente, à preocupação com a distinção da assistência sexual e do trabalho sexual a literatura salienta que profissionais sem treino tendem a apresentar motivações exclusivamente monetárias para a prestação dos serviços sexuais, a recorrem com maior frequência a práticas penetrativas, sexo oral, masturbação (Nayak, 2013; Limoncin et al., 2014) e a poderem manifestar interesses atípicos (Limoncin et al., 2014). Independentemente disso, há procura de serviços sexuais por parte de pessoas com diversidade funcional (Sanders, 2005; Sanders, 2007; Freckelton, 2013; Fritsch et al., 2016; Pinho, 2017). E, embora a assistência

⁵ O uso da expressão “trabalho sexual” no texto denota um posicionamento das autoras e do autor, que reconhecem esta atividade como um trabalho legítimo que deve ser regulado por leis

laborais que salvaguardem os direitos de quem a exerce, o que não significa que no contexto em que é utilizada já seja enquadrada legalmente.

sexual possa ser melhor aceite por redes de suporte informais (i.e. pais ou cuidadores), na medida em que os mesmos acreditam que a diversidade funcional requer maior tempo investido e mais contacto físico – o que nem sempre é acolhido de forma positiva por alguns/algumas trabalhadores/as do sexo (Limoncin et al., 2014; Pinho, 2017) que não se encontram preparados/as para responder ao que clientes com diversidade funcional procuram (Gammino et al., 2016) –, a semelhança entre ambas as atividades não é propriamente negativa, pois o trabalho sexual também permite a exploração da sexualidade em contexto seguro (Limoncin et al., 2014), bem como o acesso ao prazer sexual que é um direito universal (WAS, 2019). Quanto à perspectiva de que a assistência sexual poderá reforçar sistemas de opressão, ao privilegiar a satisfação sexual de homens, e manter estereótipos tanto de indesejabilidade de corpos abjetos como da sexualidade enquanto problema que pode ser reparado por pessoas sem diversidade funcional, esta tem de ser alvo de uma reflexão atenta para que a

construção da assistência sexual não perpetue visões capacitistas⁶ e sexistas. É inegável que os discursos sobre a sexualidade vinculem frequentemente uma ideia de necessidade biológica dos homens (Gammino et al., 2016; García-Santesmases, 2019), o que leva a que estes embora sejam oprimidos pela pertença à categoria de diversidade funcional – já que não são lidos como seres desejados –, mantenham o privilégio de serem reconhecidos enquanto seres desejantes (García-Santesmases, 2019). O mesmo não acontece com a maioria das mulheres com diversidade funcional, cuja sexualidade (quando considerada) tende a recair para a esfera afetiva (Morales et al., 2016). Num estudo etnográfico realizado por Geymonat (2019) numa organização que promove a assistência sexual na Suíça, denominada BodyUnity, é referido que apesar de clientes da assistência sexual serem maioritariamente homens, há também mulheres. Assim sendo, se existe interesse das pessoas com diversidade funcional pela expressão sexual independentemente do sexo da pessoa, o

⁶ O termo capacitista decorre do termo ableism (capacitismo em português), trazido por Campbell (2001) para definir a discriminação de

que são alvo pessoas com diversidade funcional por não encaixarem no que a sociedade constrói como sendo um corpo desejável e capaz.

problema observado trata-se de uma situação de discriminação face à desvalorização da sexualidade das mulheres (Nayak, 2013). Já o argumento do sofrimento causado num grupo vulnerável devido a um possível envolvimento emocional, usado para sustentar posições contra a assistência sexual, é refutado por os/as clientes serem adultos/as e por existir formação para os/as profissionais, que os/as dota de estratégias para minimizar fatores que acrescentem vulnerabilidades durante os atendimentos (Gammino et al., 2016). Além da formação, também a seleção efetuada por organizações promotoras de assistência sexual reduz os riscos de existirem assistentes sexuais que prestam serviços motivados por fetiches (Limoncin et al., 2014). Desta forma, as posições pró assistência sexual acreditam que se trata de uma opção realista para pessoas com diversidade funcional que queiram recorrer a este serviço como forma alternativa de superar barreiras à sua expressão afetivo-sexual (Geymonat, 2019).

O estigma social, medo dos riscos de envolvimento emocional e falta de enquadramento legal são aspetos que limitam o recurso à assistência sexual

10
(Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018). Asís (2017) numa reflexão sobre a assistência sexual enquanto direito considerou fundamental ter em conta três perspetivas: (a) direitos humanos, associados à dignidade humana e cujo responsável por assegurar este parâmetro aos cidadãos e cidadãs é o Estado; (b) ética, associado a uma razão moral; e (c) jurídica relacionada com a norma legal em vigor.

Do ponto de vista ético, Rakić (2020) analisou os dilemas morais que se levantam face ao trabalho sexual e que aqui referimos por poderem ser generalizados para a assistência sexual. Estes prendem-se com três elementos – a atividade sexual, a troca de um serviço e o pagamento por esse serviço - que independentes não são conceitos geradores de controvérsias, estando presentes nas vidas individuais e, de modo geral, na sociedade. No entanto, a conjugação dos mesmos resulta em argumentos falaciosos nos quais as pessoas se apoiam para manter o preconceito e estigma face à prestação de serviços sexuais comerciais. A ideia de que o trabalho sexual pode constituir uma forma de exploração, por os/as profissionais não gostarem do seu

trabalho, negligencia a realidade de inúmeras pessoas empregadas que também não apreciam as funções laborais que desempenham. O facto de não se gostar do trabalho, mas sim da remuneração decorrente da atividade laboral não é um argumento plausível para colocar o trabalho sexual como uma forma de exploração. Até porque, o trabalho sexual pressupõe consentimento, mesmo considerando, em certos casos, as condições socioeconómicas de vulnerabilidade que motivam a prestação de serviços sexuais. Ademais a penalização moral utilizada com expressões que condenam a comercialização do corpo não considera que, tal como outros prestadores de serviços, trabalhadores sexuais vendem, não o corpo, mas uma performance, competência ou técnica. Assim, não é só o trabalho sexual que pode enquadrar-se numa visão de meio para atingir um fim, mas sim todas as atividades laborais. Neste sentido, o trabalho sexual não tem por base princípios imorais, que justifiquem a negação da sua legalização e destigmatização (Rakić, 2020), à semelhança do que acontece com a assistência sexual.

11

Legislação e práticas de assistência sexual: mapeamento do contexto europeu

Do ponto de vista legal, as leis que regulam a seleção, formação, prestação de serviços e métodos de pagamento da assistência sexual variam consoante os países (Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018; Guimarães e Newton, 2018). O mapeamento realizado expõe seguidamente os dados existentes na literatura e recolhidos em endereços eletrónicos de entidades parceiras da EPSEAS sobre cada estado europeu:

❖ Holanda

Na Holanda os serviços sexuais são legais e não criminalizados (Limoncin et al., 2014; Verdonck, 2016; Chrastina e Večeřová, 2018; Geymonat, 2019). Foi neste contexto, com o trabalho sexual já legalizado, que em 1980 a assistência sexual começou a ser legitimada com a criação da Associação de Assistência Alternativa (SAR). A atuação de assistentes sexuais desde então tem permitido o acompanhando dos/das clientes com diversidade funcional na descoberta da sua sexualidade, sendo os serviços

financiados (Nayak, 2013; Casado, 2014; Mannino et al., 2017) pelo seguro de saúde em duas sessões de assistência sexual por mês (Gamaleu-Kameni, 2013).

❖ Alemanha

Também na Alemanha o enquadramento dos serviços sexuais é legal (Limoncin et al., 2014; Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018; Geymonat, 2019) desde 1943. No entanto, atividades deste cariz mantiveram uma conotação social de imoralidade, o que legitimou a obrigatoriedade de testagem médica e de delimitação das zonas em que se podia exercer as funções laborais. A abolição destas formas de regulação deu-se em 2001, mas alguns estados federais mantêm medidas de controlo como o registo compulsório obrigatório, que foi reintroduzido em 2016 (Geymonat e Macioti, 2016).

Quanto à assistência sexual estima-se que surgiu na Alemanha por volta de 1995 (Nayak, 2013), sendo reconhecida enquanto profissão (Mannino et al., 2017).

❖ Suíça

A Suíça é um país em que a prestação de serviços sexuais, como é o caso do trabalho sexual, foi descriminalizada em 1992, sendo por isso legal. Este quadro jurídico introduziu regulamentação por leis laborais e não criminais (Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018; Geymonat, 2019), com prestadores de serviços sexuais a terem o dever de pagar impostos e o direito a proteção social, nomeadamente pensões e acesso ao sistema de saúde.

O aparecimento do conceito de assistência sexual data a 2003 (Nayak, 2013). Contudo, a legitimação desta atividade deu-se apenas por volta de 2008 (Mannino et al., 2017). Graças ao enquadramento legal foi possível a constituição de organizações sem fins lucrativos que promovem a assistência sexual (Geymonat, 2019), como a SEHP criada em 1991 com a denominação de SExualité et Handicaps Physiques e posteriormente, em 2006, renomeada de SExualité et Handicaps Pluriels (SEHP, 2020); a Corps Solidaires que surge em 2009 (EPSEAS, 2020); e a BodyUnity (Geymonat, 2019).

Focando o caso particular da BodyUnity as funções da organização

passam pela seleção, formação e acompanhamento de assistentes sexuais (i.e., mediação entre assistente sexual e cliente/instituição/rede de suporte informal, disseminação de informação e apoio em encontros de partilha entre assistentes sexuais). A BodyUnity é autofinanciada através de cotas pagas pelos membros, não requerendo financiamentos externos, nomeadamente do sistema de saúde, de forma a evitar tentativas de controlo de atuação e garantir o anonimato dos/as seus/suas colaboradores/as (Geymonat, 2019).

A legitimidade da assistência sexual na Suíça tem por base a visão de que se trata de uma resposta que pode melhorar a qualidade de vida de pessoas com diversidade funcional que optem por recorrer a este serviço (Guimarães e Newton, 2018). Contudo, clientes com diversidade funcional pagam em média 115€ a 200€ por atendimento, valor esse que não é alvo de reembolso (Nayak, 2013). Além disso, apesar da sua legalidade, o reconhecimento dado à assistência sexual e o suporte à BodyUnity está à mercê da decisão dos diferentes cantões, já que o código penal de 1942 lhes concede autonomia de aplicar regulamentação, permitindo a

13
existência de obrigatoriedade de registo compulsório na polícia por parte de profissionais que prestem serviços sexuais em cantões como Genebra e Zurique (Geymonat, 2019).

❖ Dinamarca

Na Dinamarca, país sem enquadramento legal face à prestação de serviços sexuais ou, por outras palavras, com um sistema neo-abolicionista (que criminaliza a prática do lenocínio) (Geymonat, 2019), a regulação jurídica aplicada à assistência sexual é a mesma que a do trabalho sexual (Limoncin et al., 2014; Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018). Apesar disso, existe a referência do aparecimento da assistência sexual, enquanto figura distinta na Dinamarca, por volta de 1987 (Nayak, 2013), sendo os/as assistentes sexuais conhecidos/as por conselheiros/as sexuais (Geymonat, 2019). Neste contexto o Ministério dos Assuntos Sociais e Integração atribuiu legalmente o dever aos/às cuidadores/as de auxiliarem pessoas com diversidade funcional a masturbarem-se, terem relações com os/as parceiros/as ou a contactarem um/a profissional (Girard et al., 2018), estabelecendo também linhas

orientadoras para os/as prestadores/as dos serviços sexuais (Mannino et al., 2017). Neste país o estado comparticipa o acesso à assistência sexual (Casado, 2014).

❖ **Bélgica**

Dada a ausência de enquadramento legal, com um sistema neo-abolicionista, a assistência sexual na Bélgica é tolerada pelo estado (Casado, 2014), mas similar ao trabalho sexual, sendo a exploração e incitamento à prostituição (que incluiu o transporte de clientes até ao/a trabalhador/a do sexo) proibido por lei à luz do artigo 380 (Verdonck, 2016).

A Aditi vzw, criada em 2009 com base na crença de que pessoas com diversidade funcional têm direito à sexualidade e intimidade, é uma associação sem fins lucrativos. A sua função é oferecer aconselhamento, informação e apoio a pessoas com diversidade funcional. Em termos práticos, a associação realiza sessões de sensibilização sobre a sexualidade de pessoas funcionalmente diversas, conduz entrevista para recolha de informação sobre história pessoal da pessoa através do contacto com o/a

14
próprio/a ou com a sua rede de suporte, responde a questões sobre a assistência sexual e coloca o/a interessado/a em contacto com os/as profissionais que prestam o serviço. Os/as assistentes sexuais são também selecionados e preparados pela Aditi vzw, seguindo um código de conduta e tarifando os serviços entre os 80€ e 110€ por hora mais despesas de deslocação (Decoster, 2017).

❖ **Áustria**

Na Áustria verifica-se uma equivalência entre assistência sexual e trabalho sexual (Gammino et al., 2016; Chrastina e Večeřová, 2018).

❖ **Espanha**

O direito espanhol, sem enquadramento legal (Geymonat, 2019), não proíbe o livre exercício da assistência sexual, tal como acontece com o trabalho sexual. Neste contexto, embora ambos partilhem o mesmo quadro jurídico (Asís, 2017), há um reconhecimento da assistência sexual como uma figura distinta do trabalho sexual (Mannino et al., 2017).

Através da organização sem fins lucrativos Tandem Team Barcelona foi

consolidado o primeiro protocolo que promove a facilitação da assistência sexual em Espanha. À semelhança do modelo seguido na Holanda e na Bélgica, a organização realiza entrevistas de seleção e contratos entre assistentes sexuais e clientes com diversidade funcional (Guimarães e Newton, 2018), aconselhando uma tarifa de cerca de 75€ por atendimento para possibilitar o acesso ao serviço por parte da pessoa funcionalmente diversa e garantir a competência do/a assistente sexual (Casado, 2014).

❖ Itália

Itália apresenta uma ausência de enquadramento legal, o que significa que pode criminalizar organizações relacionadas com assistência sexual. A associação LoveGiver criada em 2013, na tentativa de diferenciar a assistência sexual do trabalho sexual (Gammino et al., 2016), apresentou a proposta de lei 1442/2014 que formulava o direito à masturbação, com profissionais de saúde a recrutar os/as assistentes sexuais, que poderiam prestar um número limitado de sessões e cuja remuneração não era paga diretamente pelo/a cliente com diversidade funcional (Geymonat,

15
2019). Contudo, de momento, o código legal italiano revogou qualquer forma de regulação tanto da assistência sexual como do trabalho sexual (Gammino et al., 2016).

❖ França

França apresenta um sistema abolicionista, pelo que criminaliza tanto o lenocínio, como os clientes à luz da lei 555/2016. Assim, o pagamento por serviços sexuais ou a criação de organizações relacionadas com a assistência sexual podem ser alvo de consequências criminais, com base na acusação de exploração ou facilitação do trabalho sexual (Guimarães e Newton, 2018; Geymonat, 2019).

Em 2002 quando numa entrevista René-Claude Lachal, um homem com diversidade funcional física, falou da sua líbido e admitiu recorrer ao trabalho sexual o tema gerou controvérsia e abriu um debate a nível nacional (Giami, 2016). Em 2011 o político Jean François Chossy solicitou a legalização de serviços sexuais para pessoas com diversidade funcional (Giami, 2016; Geymonat, 2019). Desta forma, foi contactado o Comité Consultivo Nacional de Ética (CCNE) que adereçou

o tema: Vida afetiva e sexual de pessoas com diversidade funcional – questão da assistência sexual. Este órgão, defendendo que o essencial era quebrar o ciclo de isolamento vivenciado por pessoas funcionalmente diversas (Giami, 2016) e que a assistência sexual constituía uma prática que estimulava a comercialização do corpo (Gamaleu-Kameni, 2013), reportou um parecer desfavorável (Nayak, 2013; Casado, 2014), pelo que o seu reconhecimento não foi obtido (Mannino et al., 2017). Apesar do recurso a serviços sexuais ser uma realidade em França, a assistência sexual não é vista como uma medida compensatória por se considerar que viola o princípio da não comercialização do corpo humano e que legitima o proxenetismo, podendo ser condenados tanto os intermediários que publicitam serviços de assistência sexual, nomeadamente associações, como os intermediário que levam pessoas com diversidade funcional até a um/a assistente sexual, já que estão a facilitar o acesso ao serviço. Gamaleu-Kameni (2013) argumentou que a decisão do CCNE denotou a sobreposição de um princípio ético a um direito, já que a Lei nº 2005-102 salienta a igualdade de

direitos e oportunidades e que o artigo L. 114-1-1 do código de ação social e familiar contempla a ideia de compensação.

Um projeto de lei, desenvolvido pela advogada Caroline Zorn que trabalha com a APPAS – associação de promoção da assistência sexual criada em 2013, foi proposto no sentido de aprovar associações em favor do apoio à vida emocional e à saúde sexual de pessoas com diversidade funcional (APPAS, 2020). Atualmente, a secretaria de Estado das pessoas com deficiência, Sophie Cluzel, encontra-se a reabrir novamente o debate sobre a assistência sexual (Tenaglia, 2020).

❖ Suécia

A Suécia também apresenta um sistema abolicionista, criminalizando clientes e lenocínio, relativamente à prestação de serviços sexuais (Verdonck, 2016; Geymonat, 2019).

❖ República Checa

Na República Checa decorreu um debate público que refletiu sobre questões ético-legais da assistência sexual. A partir deste, e considerando assistentes sexuais como pessoas que

prestam serviços sexuais ou aconselhamento sexual de forma consensual mediante remuneração a pessoas com diversidade funcional, o Departamento de Política de Segurança e Prevenção de Crimes do Ministério do Interior concluiu ser possível a implementação do projeto de assistência sexual sob a legislação existente que criminaliza o lenocínio. Para tal, foram impostas como condições para as associações envolvidas neste processo: a impossibilidade de funcionar como intermediários ativos entre clientes e assistentes sexuais; a restrição das atividades desenvolvidas à esfera educativa e ao tratamento de dados; a disponibilização da lista de todas as pessoas treinadas em assistência sexual quando pedido por uma pessoa com diversidade funcional, sendo esses dados fornecidos com a devida informação e consentimento dos/as assistentes sexuais; o funcionamento sem fins lucrativos; e o impedimento de adotar comportamentos que estimulem a procura de prostituição (Šmíd, 2015). Neste sentido em 2015 foi criada uma lista com os 5 assistentes sexuais formados, divulgada pela associação Rozkoš bez Rizika. Em 2017 a

17
associação Freya assumiu a função de assegurar a segurança e qualidade da prestação de serviços de assistência sexual, sendo adicionados no ano de 2019 mais 13 profissionais à lista pré-existente (Freya, 2020).

Realidade portuguesa e reflexão sobre políticas públicas

Em Portugal, existe um vazio legal face à prestação de serviços sexuais. No caso do trabalho sexual, que não é reconhecido como profissão, há a descriminalização, mas não regulação, criminalizando-se a prática de lenocínio (Oliveira, 2017). Neste contexto relativamente ao lenocínio consta no Diário da República Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro, artigo 169, que “Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos”.

Numa investigação realizada por Pinho (2017), através de 13 entrevistas com trabalhadores/as do sexo em Portugal, observou-se a existência de atendimentos a clientes com diversidade funcional. Já num estudo conduzido por Pereira e colaboradores (2018) com 26

participantes com diversidade funcional física foi sugerido que a criação de assistência sexual facilitaria práticas sexuais e prazer, sendo que algumas das pessoas portuguesas inquiridas manifestaram interesse em aprender técnicas sexuais com assistentes sexuais. Além disso, numa notícia de jornal, um dos cocriadores do movimento português Sim, Nós Fodemos defendeu a criação da figura de assistência sexual no país, que carece de respostas tanto a nível de educação sexual, como a nível da vivência da sexualidade, já que apenas o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia possuem consulta de sexologia para pessoas com diversidade funcional adquirida que se encontram em reabilitação (Coelho, 2019).

Recentemente, foram dados alguns passos no sentido de garantir “condições de acesso e de exercício de direitos de cidadania, através da sua participação nos diversos contextos de vida, em igualdade com os demais cidadãos e cidadãs” com a instituição – por meio do Decreto-Lei n.º 129/2017 de 9 de outubro – do programa Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), em

que assistentes pessoais apoiam pessoas com diversidade funcional nas suas atividades da vida diária. Mas, face à esfera da sexualidade, manteve-se a ausência de políticas públicas que adereçassem a saúde sexual dos/as portugueses/as com diversidade funcional.

Pensando o contexto europeu, o mapeamento realizado possibilitou a análise de três situações distintas em que o enquadramento jurídico influencia a prestação de assistência sexual a pessoas com diversidade funcional. Perante países em que os serviços sexuais são legais – como é o caso da Holanda, da Alemanha e da Suíça – a assistência sexual configura-se como uma atividade reconhecida. No caso de países sem enquadramento legal, que não criminalizam a prestação de serviços sexuais, mas a prática de lenocínio – como a Dinamarca, a Bélgica, a Áustria, a Espanha e a Itália – a assistência sexual está sujeita à forma como a discussão sobre a atividade é feita e olhada em cada país, havendo lugares que toleram a prática de forma mais positiva do que outros. Nestas situações, associações que surgem para promover a assistência sexual funcionam sem ter fins lucrativos

para evitar serem criminalizadas por lenocínio, mas em certos casos podem estar em risco se os governos considerarem as suas funções como formas de fomentar a prostituição. Por último, nos países com sistemas abolicionistas, que criminalizam tanto o lenocínio como o cliente – como em França e na Suécia – além do possível problema que as organizações podem enfrentar, as próprias pessoas com diversidade funcional que procuram serviços sexuais podem ser alvo de processos criminais.

A assistência sexual tem vindo a ser reconhecida e legalizada em diferentes países europeus no sentido de criar condições para pessoas com diversidade funcional (Mannino et al., 2017), dado que tem benefícios, como permitir pôr em prática escolhas livres em relação aos direitos sexuais; evitar que sejam mães a satisfazer necessidades afetivo-sexuais, através da masturbação, dos filhos; desconstruir tabus com o aumento do debate e da reflexão sobre a sexualidade; ou reduzir a limitação de pessoas passarem pela vida sem a oportunidade de vivenciar a sua sexualidade de forma plena (Gammino et al., 2016; Guimarães e Newton, 2018;

García-Santesmases, 2019). Contudo, meios onde nem o trabalho sexual é legal, aumentam a probabilidade de as pessoas inibirem o recurso a serviços sexuais (Morales et al., 2016). Desta maneira, torna-se imprescindível o estabelecimento de políticas públicas que sejam orientadas e controladas pelas próprias pessoas, que rompam com dispositivos normalizadores, que sejam enriquecidas pela diversidade e também que potenciem tanto a autonomia, como a participação social dos sujeitos, de maneira a assegurarem os direitos humanos (Gesser, 2013).

A existência de organizações para formar assistentes sexuais e para pessoas com diversidade funcional, que estejam interessadas neste serviço, recorrer no sentido de entrar em contacto com quem presta serviços de assistência sexual, é uma das medidas que poderá facilitar o processo. No entanto, a questão do financiamento destas entidades há que ser considerada. Por um lado, a ausência de financiamento limita as pessoas que se formam em assistentes sexuais, já que têm de ser as próprias a pagar pela formação, o que tem resultado no caso da BodyUnity numa similitude dos perfis de assistentes sexuais

(normalmente cidadãos e cidadãs europeus brancos/as). Por outro lado, a existência de financiamento pode ser motivada por uma tentativa de controle da assistência sexual e dos/as profissionais que a exercem (Geymonat, 2019). No mesmo prisma observa-se que:

While our participants call for the recognition of sex work or sexual assistance as a valuable service, they remain profoundly ambivalent towards the idea of having their services 'professionalised' and regulated along the lines of other professions, and they appear to agree in refusing any rules - about how to work and who is the real good sex worker or sexual assistant - that are imposed by the state, managers, doctors, or even other sex workers and 'unions'. (Geymonat e Macioti, 2016: 11)

Rakić (2020) acredita que só através da legalização, da destigmatização da assistência sexual e do investimento na educação dos/as assistentes sexuais é que se poderá construir um serviço que beneficie quem pretende utilizar a assistência sexual. Alargar a legalização aos países que ainda não assumem este enquadramento

20
jurídico permitiria organizar uma prática que de momento funciona, em certos casos, na clandestinidade e garantir o direito à vida sexual para pessoas com diversidade funcional que optem por este serviço (Gamaleu-Kameni, 2013).

Considerações finais

Os direitos humanos assentam na dignidade humana, no entanto grande parte das pessoas são objeto e não sujeito destes, havendo uma discrepância entre o que é preconizado e as práticas adotadas (Santos, 2013). Para romper com a hegemonia e potenciar a transformação social é necessário considerar a diferença.

Há diversas alternativas válidas, desde que consentidas, para vivenciar a esfera afetivo-sexual (Girard et al., 2018). Contudo, a sexualidade continua a ser associada a ideias de beleza, juventude e capacidade (Morales et al., 2016; Mannino et al., 2017), privilegiando-se a mesma inserida num relacionamento romântico (Limoncin et al., 2014; Gammino et al., 2016), monogâmico e estável. Assim, ao transgredir as normas sociais, a assistência sexual envolve-se em controvérsia, especialmente perante a

existência de sexo dissociado de sentimentos amorosos, pois considera-se que a interação cumpre apenas a função de supressão de necessidades fisiológicas, sendo por isso desvalorizada e até vista como perigosa (Nayak, 2013).

A partir da construção de um equilíbrio sexual baseado em modelos de sexualidade distintas (Sevène, 2014), pessoas interessadas em beneficiar dos serviços de assistência sexual, reivindicam o direito à autonomia, privacidade, autodeterminação e liberdade de escolha (Lambelet, 2017). Ao constituir-se como uma de várias respostas possíveis (Gammino et al., 2016), a assistência sexual surge como um serviço sem hierarquias de valores que visa alcançar o prazer e bem-estar (Diserens, 2012), tendo um impacto positivo na saúde sexual (Limoncin et al., 2014).

A ausência de políticas públicas e normas jurídicas insuficientes (Guimarães e Newton, 2018) pode ser por si só percebida como uma forma de regulação (Casado, 2014), pelo que se impõem a necessidade de representação dos/as protagonistas envolvidos/as (Newton e Newton, 2014). As pessoas

que manifestam vontade de exercer os seus direitos sexuais, acedendo à assistência sexual (Rakić, 2020), transformam esta atividade numa ação emancipatória, dado que através dela afirmam-se como sujeitos adultos, detentores de desejos e de intimidade (Diserens, 2012).

Concluindo, a visão crítica e destabilizadora, que estimula a existência de alternativas às normas sociais (Santos, 2013), não se fundamenta numa perspectiva ingênua do que a diversidade funcional representa para as pessoas, mas sim num reconhecimento da potencialidade que a diferença pode oferecer na resignificação da sexualidade e do erotismo. Assim, atentando à conjugação da diversidade funcional com outras categorias identitárias como forma de aumentar a opressão e reduzir a participação efetiva das pessoas no meio social (Gesser e Nuernberg, 2014), é crucial haver um comprometimento e um trabalho conjunto por parte da sociedade. Tal passa ainda por, em estudos futuros, coletar dados estatísticos para conhecer a situação vivenciada por pessoas com diversidade funcional e, especificamente por mulheres. Só assim se poderá

alcançar formas de justiça social (Nogueira, 2017), reforçar a mobilização social e manter uma política com decisões partilhadas que procurem a articulação entre múltiplas ações e que rejeitem soluções únicas para todos os corpos (Santos, 2013; García-Santesmases, 2019).

Referências bibliográficas

APPAS (2020), “Projet de Loi”. Consultado a 31.01.2020, em <http://www.appas-asso.fr/index.php/projet-de-loi/>.

Asís, Rafael de (2017), “Es la asistencia sexual un derecho?”, *Revista Española de Discapacidad*, 5(2), 7-18.

Butler, Judith (1999), “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”, in Guacira Lopes Louro (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 151-172.

Campbell, Fiona Kumari (2001), “Inciting legal fictions: Disability’s date with ontology and the ableist body of the law”, *Griffith Law Review*, 10, 42-62.

Casado, Sílvia Navarro (2014), “El asistente sexual para personas con discapacidad, ¿una figura alegal?”, 1er

22
congreso internacional virtual sobre discapacidad y derechos humanos. Consultado a 29.01.2020, em http://repositoriocdpd.net:8080/bitstream/handle/123456789/735/Pon_Navarro_CasadoS_AsistenteSexualPersonas_2014.pdf?sequence=1.

Centeno, Antonio (2016), “Yes, we fuck! y la asistencia sexual”, *Revista de Treball Social*, 208, 79-91.

Chrastina, Jan; Večeřová, Hana (2018), “Supporting sexuality in adults with intellectual disability – a short review”, *Sexuality and Disability*, 1-14.

Coelho, Beatriz Dias (2015), “Sim, quem tem deficiência também precisa de sexo”, *Jornal i*, de 17 de março. Consultado a 12.02.2020, em <https://ionline.sapo.pt/artigo/650195/si-m-quem-tem-defici-ncia-tambem-precisa-de-sexo>.

Decoster, Nathalie (2017), “De strafrechtelijke gelijkstelling van prostitutie en seksuele dienstverlening aan personen met een beperking”, *Dissertação de Mestrado*, Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica.

Decreto-Lei n.º 129/2017 de 9 de outubro. *Diário da República* n.º 194. Portugal.

- Diserens, C. Agthe (2012), “L’assistance sexuelle: Une suppléance possible pour encore « grandir »? Situations de handicaps, réflexion éthique et esquisses de réponses concrètes”, *Archives de pédiatrie*, 19, 200-201.
- EPSEAS (2020), “Corps Solidaires (Switzerland)”. Página consultada a 18.02.2020, em <http://www.epseas.eu/en/page/189>.
- Freckelton, Ian (2013), “Sexual Surrogate Partner Therapy: Legal and Ethical Issues”, *Psychiatry, Psychology and Law*, 20(5), 643-659.
- Freya (2020), “O sexuální asistenci”. Página consultada a 18.02.2020, em <https://www.freya.live/cs/sexualni-asistence/o-sexualni-asistence>.
- Fritsch, Kelly et al. (2016), “Disability and sex work: developing affinities through descriminalization”, *Disability & Society*, 31(1), 84-99.
- Gamaleu-Kameni, Christian (2013), “Peut-on légiférer à propos de l’assistance sexuelle en France?”, *Médecine & Droit*, 123, 181-186.
- Gammino, Giorgia Rosamaria et al. (2016), “Sexual Assistance in Italy: An Explorative Study on the Opinions of People with Disabilities and Would-Be Assistants”, *Sexuality and Disability*, 34(2), 157-170.
- García-Santesmases, Andrea (2017), “Anudando luchas: la vida, los cuidados y la asistencia sexual”, *Viento Sur*, 152, 103-111.
- García-Santesmases, Andrea (2019), “Luces, cámara y erección: la asistencia sexual a escena”, *Revista Crítica de Ciencias Sociales*, 17, 1-19.
- Gesser, Marivete (2013), “Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo”, *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 66-77.
- Gesser, Marivete et al. (2012), “A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social”, *Psicologia e Sociedade*, 24(3), 557-566.
- Gesser, Marivete; Nuernberg, Adriano Henrique (2014), “Psicologia, sexualidade e deficiência: Novas perspectivas em Direitos Humanos”, *Psicologia, Ciência e Profissão*, 34(4), 850-863.
- Geymonat, Giulia Garofalo (2019), “Disability Rights Meet Sex Workers’ Rights: the Making of Sexual Assistance in Europe”, *Sexuality Research and Social Policy*, 16(2), 214-226.
- Geymonat, Giulia Garofalo; Maciotti, P. B. (2016), “Ambivalent

- Professionalisation and Autonomy in Workers' Collective Projects: The Cases of Sex Worker Peer Educators in Germany and Sexual Assistants in Switzerland", *Sociological Research Online*, 21(4), 1-14.
- Giami, Alain (2016), "Sexualité et handicaps: de la stérilisation eugénique à la reconnaissance des droits sexuels (1980-2016)", *Sexologies*, 25(3), 93-99.
- Girard, Michelle et al. (2018), "Mapping French People's Views Regarding Sexual Assistance to People with Physical Disabilities", *Sexuality and Disability*, 37(1), 1-13.
- Guimarães, Flávio Romero; Newton, Paulla Christianne da Costa (2018), "Regulamentação jurídica da assistência sexual para as pessoas com deficiência: efetividade dos direitos humanos ou legitimação da prostituição?", in Arthur Bezerra de Souza Junior, Felipe Dalenogare Alves, Fernando Aith e Siddharta Legale (org.). *Perspectivas de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 475-492.
- Lambelet, Alexandre (2017), "Sexual assistance, suicide assistance and the condition of dependent older adults", in Iris Loffeier, Benoit Majerus e Thibault Moulart (eds.). *Framing Age: Contested Knowledge in Science and Politics*. New York: Routledge, 95-110.
- Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro. *Diário da República* nº 170. Portugal.
- Limoncin, Erika et al. (2014), "The Psychosexual Profile of Sexual Assistants: An Internet-Based Explorative Study", *PLOS ONE*, 9(6), 1-6.
- Mannino, Giuseppe et al. (2017), "Psychodynamics of the sexual assistance for individuals with disability", *Sexuality and Disability*, 4(35), 495-506.
- Morales, Ernesto et al. (2016), "Masturbation practices of men and women with upper limb motor disabilities", *Sexuality and Disability*, 34(3), 417-431.
- Nayak, Lucie (2013), "Une logique de promotion de la "santé sexuelle". L'assistance sexuelle en Suisse", *Ethnologie Française*, 43, 461-468.
- Newton, Paulla Christianne da Costa; Newton, Charles Chateabriand da Costa (2014), "Desenvolvimento humano sustentável e sexualidade: diretrizes fundamentais e aspectos controvertidos derivados das atividades de assistência íntima especializada para as pessoas com deficiência", in Belinda Pereira Cunha,

- Maria dos Remédios Silva e Terezinha de Oliveira Domingos (org.). *Direito e sustentabilidade*. I. João Pessoa: Conpedi, 1-500.
- Nogueira, Conceição (2017), *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador da Bahia: Editora Devires.
- Oliveira, Marta Primitivo (2017), “A prostituição no sistema jurídico Português”, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Pereira, Raquel et al. (2018), “Perspectives of Portuguese People with Physical Disabilities Regarding Their Sexual Health: A Focus Group Study”, *Sexuality and Disability*, 36(4), 389-406.
- Pinho, Ana Rocha (2017), “A (des) assistência sexual em Portugal”, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal.
- Priberam (2020), “Deficiência”. Página consultada a 12.02.2020, em <https://dicionario.priberam.org/deficiencia>.
- Rakić, Vojin (2020), “Prostitutes, Sex Surrogates and Sugar Babies”, *Sexuality & Culture*
- Sanders, Teela (2005), “Female sex workers as health educators with men who buy sex: Utilising narratives of rationalisation”, *Social Science and Medicine*, 62(10), 2434-2444.
- Sanders, Teela (2007), “The politics of sexual citizenship: commercial sex and disability”, *Disability & Society*, 22(5), 439-455.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Se Deus fosse um activista dos direitos humanos*. Coimbra: Edições Almedina.
- SEHP (2020), “L’association Historique”. Página consultada a 18.02.2020, em <https://sehp.ch/association/>.
- Sevène, Arnaud (2014), “Fonction sexuelle et handicap physique”, *La Presse Médicale*, 43(10), 1116-1119.
- Šmíd, Michal (2015), “Projekt intimní a sexuální asistence z pohledu trestního práva – není tento projekt v rozporu s trestným činem kuplířství?”. Consultado a 18.02.2020, em <http://www.sexualniassistance.cz/projekt-intimni-a-sexualni-asistence-z-pohledu-trestniho-prava-neni-tento-projekt-v-rozporu-s-trestnym-cinem-kuplirstvi/>.
- Tenaglia, Adélaïde (2020), “Assistance sexuelle des personnes handicapées: quatre questions sur un sujet tabou”, *Le Parisien*, de 10 de fevereiro. Consultado a 10.02.2020, em

[http://www.leparisien.fr/societe/assistance-sexuelle-des-personnes-handicapees-quatre-questions-sur-un-sujet-tabou-10-02-2020-](http://www.leparisien.fr/societe/assistance-sexuelle-des-personnes-handicapees-quatre-questions-sur-un-sujet-tabou-10-02-2020-8257119.php?utm_campaign=facebook_partage&utm_medium=social&fbclid=IwAR3SQFkeMm6AsoNKHYmScYasbJXLdIY1Hsik0-jU2xNw-oKetVsUTnhpw2o)

[8257119.php?utm_campaign=facebook_partage&utm_medium=social&fbclid=IwAR3SQFkeMm6AsoNKHYmScYasbJXLdIY1Hsik0-jU2xNw-oKetVsUTnhpw2o.](http://www.leparisien.fr/societe/assistance-sexuelle-des-personnes-handicapees-quatre-questions-sur-un-sujet-tabou-10-02-2020-8257119.php?utm_campaign=facebook_partage&utm_medium=social&fbclid=IwAR3SQFkeMm6AsoNKHYmScYasbJXLdIY1Hsik0-jU2xNw-oKetVsUTnhpw2o)

UN (2006), Convention on the Rights of Persons with Disabilities. New York: United Nations.

Verdonck, Quinten (2016), “Exploring effects of sexual assistance: a “good practice” case study on sexual assistance for an individual with intellectual and physical disabilities”, Dissertação de Mestrado, Universiteit Gent, Bélgica.

WAS (2014), “Declaration of Sexual Rights”. Consultado a 03.02.2020, em https://worldsexualhealth.net/wp-content/uploads/2013/08/declaration_of_sexual_rights_sep03_2014.pdf.

WAS (2019), “Declaration on Sexual Pleasure”. Consultado a 03.02.2020, em https://worldsexualhealth.net/wp-content/uploads/2019/10/2019_WAS_Declaration_on_Sexual_Pleasure.pdf.

WHO (2006), “Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health 28–31 January 2002,

Geneva”. Consultado a 03.02.2020, em https://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf.

Williams, DJ et al. (2015), “Introducing a multidisciplinary framework of positive sexuality”, *Journal of Positive Sexuality*, 1(1), 6-11.

VIOLÊNCIA SEXUAL: CONCEPÇÕES DE ESTUPRO E ASSÉDIO POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS/OS

Gabriela Batista Geraldo¹

Katia Alexandra dos Santos²

Resumo: A universidade foi por muito tempo entendida enquanto um lugar seguro, e os objetos estudados seriam fenômenos vindos de fora de sua estrutura. Apenas recentemente surgiram pesquisas que apontam questões de violência dentro da universidade, pois, como afirmou Almeida (2017), agora têm se intensificado o número de denúncias de assédios e estupros nesse ambiente. Deste modo, esta pesquisa teve como objetivo analisar as concepções construídas em torno da questão de estupro e assédio por estudantes, a partir de experiências no contexto universitário. A investigação foi realizada com método misto, utilizou como instrumento um questionário online, e os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados obtidos foram divididos a partir de três categorias, que contemplam concepções de estupro, abuso sexual e assédio. A partir desse estudo, percebeu-

se que, apesar de diferenciações, ainda é nebulosa a distinção desses dois conceitos para muitas/os estudantes.

Palavras-chave: Violência sexual. Estupro. Assédio. Estudantes universitárias/os. Universidade.

Abstract: For a long time, universities were seen as safe places, and the studied subjects would be phenomenons from outside of it's structure. Researches about violence inside of universities have only recently been made, because, as Almeida (2017) stated, the number of reports of harassment and rape at universities has now increased. Accordingly, this research has the goal to analyze the ideas constructed by students around matters like abuse and rape, based on their experiences in the university. The research was made with mixed methods, performed by a online quiz, and the final data was analyzed

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO

² Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO

through a content analysis. The results were divided into three categories, which are conceptions about rape, sexual abuse and harassment. From this project, noticed that even though there are differences, the distinction between these concepts still very blurry to lots of students.

Introdução

As concepções do imaginário popular em torno da universidade remetem a um lugar no qual pessoas implicadas com a ciência vão buscar produzir determinado tipo de conhecimento, de modo que este contribua de alguma maneira para a sociedade. Ao pensar nesse espaço acadêmico, portanto, é possível o conceber como um ambiente neutro, e não necessariamente atravessado pelas questões que estuda, como violência, exclusão, privilégios, entre outros temas. Assim, a universidade foi por muito tempo entendida enquanto um lugar seguro, de modo que todos os objetos estudados diriam respeito a fenômenos externos. Apenas muito recentemente surgiram pesquisas (Solnit, 2017; Almeida, 2017) que apontam questões de

28
violência dentro da universidade, pois, como afirmou Almeida (2017), tem se intensificado o número de denúncias de assédios e estupros no ambiente universitário, o que acende as luzes para um problema que não havia recebido a devida importância até então.

No momento em que questões como a violência viram pauta, faz-se necessário saber o que se compreende por esse conceito, tendo em vista as características de nossa sociedade capitalista, neoliberal e as intolerâncias desse contexto. Nesse sentido, é importante mencionar que, muitas vezes, as pessoas sofrem com situações em que não conseguem nomear, mesmo que a violação de direitos esteja evidente. O Atlas da Violência de 2018, entre várias outras categorias, abarca também a violência contra a mulher. Segundo os dados coletados, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil, representando uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. O número de estupros denunciados ao FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), também no ano de 2016, é de 49.497, enquanto nas bases de dados do SUS (Sistema Único de Saúde), os casos registrados dessa natureza caem para

22.918, quase metade do que é notificado à polícia. Os dois registros inferem um número alarmante de casos, e não necessariamente abarcam todas as ocorrências, já que muitas mulheres (e homens) não chegam a denunciar o crime, seja por medo, pressão, culpa, ou mesmo por não reconhecer na violência sofrida um crime (Cerqueira et al, 2018).

Placca (2018) menciona acerca de um estudo realizado pelo IPEA no ano de 2011 em que concluiu que apenas 10% dos estupros que ocorrem no Brasil são notificados à polícia. Segundo esse mesmo estudo, estima-se que a cada ano 0,26% da população brasileira sofre violência sexual, indicando que, anualmente, haja 527 mil tentativas ou casos consumados de estupro no país. Nesse sentido, Placca (2018) irá destacar que alguns pontos que influenciam a vítima no momento de notificar a agressão são:

A percepção social tanto da eficiência quanto da confiabilidade do sistema policial; a serenidade do crime ou o valor financeiro envolvido no crime; a implicação ou não de uma situação socialmente vexatória para a vítima; o grau de relacionamento da vítima com o agressor; a experiência passada da vítima com a polícia; e a possibilidade de

formas alternativas de solução do conflito (Placca, 2018: 60).

Partindo dessas afirmações a respeito do quanto os dados acerca da violência são subnotificados (no Direito, é utilizada a expressão “cifras ocultas”³), é possível inferir que, nos casos de violência sexual, que trazem consigo outros complicadores como o constrangimento e julgamento aplicado às vítimas, o acesso a dados reais é ainda mais difícil.

A universidade, enquanto um microcosmo da sociedade, não se encontra alheia à realidade das violências. Este cenário, porém, muitas vezes negligencia os acontecimentos, que são abafados, não recebem a devida importância, ou ainda não são reconhecidos enquanto violência. Isso se dá, conforme conclui Almeida (2017), pois

As violências de gênero nesse ambiente não estão claras nem para quem sofre nem para quem as comete, diluindo-se em meras situações de sociabilidade diária entre identificação e, conseqüente, dificuldade de enfrentamento e prevenção (Almeida, 2017: 388).

³ Sobre isso, ver: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/docu/mentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_se

Há várias formas de pensar a materialização de violências no meio acadêmico, muitas delas alicerçadas numa perspectiva machista das relações entre homens e mulheres. Por se tratar de um espectro tão diverso e de difícil nomeação, a violência contra a mulher pode acabar sendo tomada enquanto “problema” a ser estudado pela universidade, e não como um problema inerente à própria universidade. Tabu maior que o machismo nas relações acadêmicas é ainda o estupro, a agressão em seu grau físico e explícito, mas que pode ser muito facilmente deslegitimada enquanto realidade a ser enfrentada dentro da universidade.

Ao fazer uma breve busca na plataforma Google com as palavras “estupro em universidade notícias” encontramos no mínimo 15 páginas seguidas com links de notícias sobre casos de estupro no ambiente acadêmico⁴, denunciados tanto por alunas, quanto por funcionárias, de violências que partem de colegas ou professores, em trotes, corredores,

banheiros, festas. Na mesma busca, um fato que chama a atenção é o de que as primeiras notícias que aparecem dizem sobre jovens que “inventaram que foram estupradas”⁵, o que reflete o quanto muitas mulheres, ainda que procurem denunciar, frequentemente não encontram um lugar acolhedor e que não questione suas palavras. Nesse sentido, são pertinentes as discussões apresentadas por Solnit (2017), quando diz que a vergonha e o silêncio são o que cabem à vítima, e as autoridades universitárias e judiciais tendem a preocuparem-se mais com o futuro do agressor, do que com o da/o agredida/o, dando legitimidade às falas deles em detrimento às delas. Dentre as tantas formas de violência, o estupro é um ataque que não se restringe ao corpo, mas também aos direitos, à humanidade, à voz da vítima. Quem sofre não tem o direito de escolha e a vergonha do que se sofreu perpetua esse silenciamento (Solnit, 2017).

Faz-se necessário mencionar que a discussão acerca das questões

⁴ Algumas notícias podem ser obtidas nos seguintes endereços:
<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/inquerito-aponta-que-estudante-mentiu-sobre-suposto-estupro-em-universidade-de-curitiba.ghtml>. Acesso em 16 de out. de 2019.

<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/den%C3%Aancia-de-estupro-na-ufg-em-go%C3%A2nia-%C3%A9-falsa-afirma-delegada-1.1103740> Acesso em 16 de out. de 2019.

⁵ Busca feita em agosto de 2018.

relacionadas à violência contra a mulher no espaço universitário é recente, remontando a denúncias que passaram a ocorrer no contexto norte-americano, as quais não estavam restritas ao ambiente acadêmico, mas passaram a se manifestar, por exemplo, entre atores do ambiente midiático, ou seja, em espaços em que supostamente as mulheres estariam protegidas, por serem compostos por uma elite cultural e social (Solnit, 2017). A partir disso, criaram-se condições de produção para o surgimento de diversas campanhas nas mídias sociais digitais como as *hashtags* #agoraéquesãoelas, #chegadeassédio e #metoo, que tiveram adesão tanto no contexto americano, quanto no brasileiro. Silveira & Autora (2016) apontam que o surgimento dessas campanhas vem como uma forma de solidarizar-se com as mulheres que sofreram algum tipo de violência e, ao mesmo tempo, dar voz para que estas elaborem o vivido e saiam da posição de silêncio.

É curioso perceber que tantos casos aparecem ao se procurar por notícias de estupro, porém ao se fazer a mesma busca por artigos acadêmicos, que é o gênero por excelência da

produção do meio universitário, as fontes encontradas se reduzem significativamente. Procuramos pelas palavras “estupro” e “universidade”, nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Pepsic, e conseguimos encontrar um total de 3 artigos (Sudário, Almeida & Jorge, 2005; Efreim Filho, 2007; Gomes, Silva & Kitazawa, 2016), sendo que somente um deles aborda diretamente o espaço universitário.

Em vista disso, é possível inferir que existe um reduzido número de estudos que discutam sobre questões relacionadas a estupro e violência na universidade, sendo este um tema pouco explorado, mas que possui um enorme campo de investigação. O protagonismo estudantil que permeia a construção da universidade também traz à tona a importância de uma pesquisa que aborde a perspectiva de estudantes sobre o tema. A tentativa de unir a temática estupro e universidade não apresentou nenhum resultado direto de artigos acadêmicos, o que apresenta uma necessidade ainda maior de que um estudo sobre a temática seja realizado. Os dados encontrados nesta pesquisa podem apontar direções para ações que precisam ser organizadas no contexto universitário, mas que até

agora não o foram por não existirem dados que subsidiem essas ações.

Tem-se neste trabalho por objetivo analisar os sentidos construídos em torno da questão da violência sexual, sobretudo relacionados ao estupro e ao assédio sexual, por estudantes, a partir das experiências no contexto universitário. Para tanto, foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo Categorical, em uma pesquisa de método misto. A seguir, caracterizaremos os pressupostos teóricos que orientam esse trabalho, seguido pela análise dos dados coletados a partir de um questionário eletrônico, considerações finais e referências.

Compreensão de violência

A violência, de um modo geral, é compreendida como:

Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002).

Saffioti (2004) afirma que:

O entendimento popular de violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e único. Trata-se da violência como ruptura

de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer – e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de cárcere privado, isolando-se a vítima de qualquer comunicação via rádio ou televisão e de qualquer contato humano, ela torna-se palpável. (Saffioti, 2015: 18)

Assim, podemos dizer que, em termos gerais, a questão da violência pode atravessar todos os âmbitos da sociedade, e todas as relações estabelecidas entre pares está sujeita a algum tipo de violência ao longo de sua existência, sendo a violência sexual uma delas. Saffioti (2015) em seu livro “Gênero patriarcado e violência” apresenta uma pesquisa sobre violência doméstica realizada por ela mesma entre os anos de 1988 e 1992, em quase todas as capitais de Estados, Distrito Federal e 20 cidades do Estado de São Paulo, na qual aponta que as “mulheres representam cerca de 90% do universo de vítimas” (Saffioti, 2004: 20).

Desse modo, ao discutir acerca do tema da violência, é preciso diferenciar aquelas que são motivadas por relações de gênero. Estas, segundo

Bandeira (2017), acontecem em função da constituição patriarcal estruturante da sociedade em que vivemos, na qual a convivência social é atravessada por relações de dominação e poder de um gênero (masculino) sobre o outro (feminino). Tal estrutura carrega em si uma carga simbólica que pretende fixar nas relações a identidade da agredida e do agressor, como uma ordem ‘natural’ e definida de conviver (Bandeira, 2017).

No que tange às violências de cunho sexual, existem diferenças conceituais quanto à nomeação e essa diferenciação é de extrema importância para que localizemos nosso objeto de estudo e análise neste trabalho. Diferenciaremos, portanto: violência sexual, assédio sexual, abuso sexual, estupro e importunação sexual.

A violência sexual, como aponta Bandeira (2017), reflete o contexto em que as relações sociais se constituem, de modo que a posição social que um gênero pode ocupar coloca-se em detrimento ao outro. Deste modo, configura-se como uma categoria mais abrangente, que será descrita em alguns crimes previstos em nossa legislação. O termo violência sexual, em si, aparece na legislação brasileira como um dos tipos

de violência, descritos na Lei Maria da Penha:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (Brasil, 2006)

Contudo, essa tipificação de violência sexual trazida pela Lei Maria da Penha diz respeito somente a situações de violência doméstica, ou seja, quando é perpetrada por agente que possua relação familiar e/ou de intimidade com a vítima. Fora do âmbito considerado doméstico, portanto, a violência sexual é um conceito mais abrangente que é descrito por meio de crimes previstos no código penal, sendo os chamados crimes contra a dignidade sexual: estupro, violação sexual mediante fraude e assédio sexual, no que diz respeito a crimes contra a liberdade sexual. (Bitencourt, 2018).

Assédio sexual, segundo o código penal brasileiro, é descrito como “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” (CP, Art. 216-A). O assédio no Brasil é, desse modo, apenas caracterizado enquanto crime presente em ambiente de trabalho, de um superior para um subordinado. Esta, como afirma Pamplona Filho (2001), se trata de uma classificação muito restrita a um tema que é muito mais amplo. O autor defende que “de fato, pode o assédio sexual se dar em várias outras formas de relação social, sendo exemplos didáticos o meio acadêmico (entre professores, alunos e servidores), o hospitalar (entre médicos, auxiliares e pacientes) e religioso (entre sacerdotes e fiéis)” (Pamplona Filho, 2001: 182). Desta forma, esse autor vai conceituar assédio enquanto “toda conduta de natureza sexual não desejada que, embora repelida pelo destinatário, é continuamente reiterada, cerceando-lhe a liberdade sexual” (Pamplona Filho, 2001: 185).

34

Já o estupro, segundo o Código Penal, constitui-se em “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (CP, art. 213, *caput*). Esse entendimento foi possível através da Lei 12.015/2009, que possibilita que este se caracterize enquanto crime comum, que pode ser praticado por qualquer pessoa, e que depende da ação de um sujeito ativo (Maggio, 2012). Cabe destacar a distinção entre conjunção carnal, entendida enquanto “cópula ou coito vaginal – natural – entre homem e mulher, ou seja, (...) com intromissão do pênis na cavidade vaginal” (Prado; Carvalho, 2017: 449) e ato libidinoso é definido enquanto “toda conduta perpetrada pelo sujeito ativo de cunho sexual, que se consubstancia numa manifestação de sua concupiscência” (Prado; Carvalho, 2017: 449). Cabe destacar o caráter heteronormativo dessas definições e o quanto abre margem para a interpretação dos juízes e outros atores do sistema judiciário. Por fim, é preciso questionar a eficácia dessa lei enquanto seu papel de impedir que

ocorram estupros, ou seja, seu caráter preventivo.

Nesse sentido, Andrade (1997) vai dizer que o sistema penal não pode ser um fator de coesão entre as mulheres, pois este atua como um fator de dispersão, excluindo e reproduzindo desigualdades e preconceitos sociais. Essa fala é embasada por duas hipóteses:

1º) num sentido fraco, o sistema penal é ineficaz para proteger as mulheres contra a violência porque, entre outros argumentos, não previne novas violências, não escuta os distintos interesses das vítimas, não contribui para a compreensão da própria violência sexual e a gestão do conflito e, muito menos, para a transformação das relações de gênero. Nesta crise se sintetiza o que venho denominando de “incapacidade preventiva e resolutória do sistema penal”; 2º) num sentido forte, o sistema penal duplica a vitimação feminina porque as mulheres são submetidas a julgamento e divididas. O sistema penal não julga igualmente pessoas, ele seleciona diferencialmente autores e vítimas, de acordo com sua reputação pessoal. (Andrade, 1997: 47)

Assim, pela via da penalização do estupro, as mulheres, além de sofrerem a violência, ainda precisam passar por um exaustivo processo para que se comprove que dizem a verdade sobre os fatos. Andrade (2014) vai afirmar que

O que ocorre é que, no campo da moral sexual, o sistema penal

promove, talvez mais do que em qualquer outro, uma inversão de papéis e do ônus da prova. A vítima que acessa o sistema (...) acaba por ver, ela própria, “julgada” (pela visão masculina da lei, da Polícia e da Justiça), incumbindo-lhe provar que é uma vítima real e não simulada. (Andrade, 2014: 147)

Isso pode acarretar, a depender de como forem encaminhadas as situações, a ser mais uma violência sofrida, dessa vez por instituições que deveriam ‘protegê-la’. Essa pode ser uma das explicações para que, como já apresentado anteriormente, as notificações sejam de apenas 10% do total de estupros estimados que ocorrem no Brasil.

A Lei Maria da Penha traz um aspecto diferenciado por apresentar caráter preventivo, de ressocialização e colocar o ônus da prova do lado do agressor, sendo considerada, inclusive, inconstitucional por alguns por isso, uma vez que feriria a Constituição que “consagra a igualdade formal entre homens e mulheres” (Campos, 2017: 22). Bernardes (2016) diz que:

Após sua entrada em vigor da lei, inúmeras controvérsias afloraram no Judiciário. Uma delas, já pacificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), girou em torno da constitucionalidade do diploma, na medida em que confere proteção especial somente a mulheres que

são vítimas deste tipo de violência.
(Bernardes, 2016: 15)

Contudo, ao que parece, essa discussão está superada no âmbito jurídico, ainda que no senso comum circulem falas que se baseiam em afirmações relacionadas a um suposto privilégio que as mulheres teriam pelo fato de poder utilizar da legislação para chantagear ou fazer falsas denúncias.

Apesar de todos os ganhos que a referida traz para o campo de combate à violência contra a mulher, trata apenas das situações contempladas dentro do que se define como violência doméstica, ou seja, aquela que ocorre no âmbito doméstico ou entre sujeito ativo e passivo que possuem relações de intimidade.

Coloca-se, desse modo, uma lacuna: de um lado a Lei Maria da Penha vem trazer um outro modo de se pensar a violência contra a mulher, constituindo-se em um avanço ao tipificar as formas de violência; por outro, nos crimes relacionados à violência sexual que se dão fora de relações domésticas, aplica-se o Código Penal, sem que haja o aumento da pena previsto na LMP. Cabe destacar que, nesses casos em que a violência sexual ocorre fora das relações

36
íntimas, a vítima é colocada como aquela que deve se responsabilizar por comprovar que o crime ocorreu (Machado, 2014).

Isso nos mostra que a legislação carece de reformulação e vai sendo adaptada conforme surgem novas necessidades, respaldadas por reivindicações populares e de movimentos sociais. Levando isso em consideração, no rol dos crimes sexuais, recentemente foi incorporado o crime de Importunação sexual, através do art. 215-A, Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018. Como pontuam Schimidt & Shons (2018), o acontecimento que despertou o interesse em se pensar nessa questão pode ser descrito da seguinte maneira:

No ano de 2017, a imprensa noticiou e cobriu o caso que ocorreu no estado de São Paulo, o qual um homem, dentro do ônibus, masturbou-se e ejaculou no ombro de uma passageira. O autor do ato foi preso em flagrante por crime de estupro (art. 213, do Código Penal), mas solto em menos de 24 horas, pois, segundo a justificativa do juiz José Eugênio do Amaral, o ato não gerou constrangimento à vítima, tampouco foi praticado mediante violência ou grave ameaça, portanto, não constitui estupro, e sim contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (art. 61, da Lei de Contravenções Penais) (Schimidt & Shons, 2018: 4)

Em vista desse ocorrido, segundo as autoras, iniciou-se uma movimentação de insatisfação popular, uma vez que só era possível considerar delitos como esse enquanto contravenção penal, ou seja, passíveis de penas mais brandas, sem reclusão. Assim, o crime ficou caracterizado como: “Art. 215-A. Praticar, contra alguém e sem a sua anuência, ato libidinoso, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: Pena – reclusão, de um a cinco anos, se o ato não constitui crime mais grave.” (CP, art. 215-A, *caput*). O crime de importunação adequa-se, portanto, quando o ato libidinoso é praticado sem a anuência da vítima e acontece sem violência ou grave ameaça (Schmidt & Shons, 2018).

A partir dessa breve explanação acerca dos crimes relacionados à violência sexual, podemos perceber que a legislação se adapta a passos lentos às mudanças de cunho social e cultural. Como exemplo disso podemos mencionar os recém incorporados crimes de Registro não autorizado da intimidade sexual (Art. 216-B do CP) e o mencionado Crime de Importunação Sexual (Art. 215-A do CP). Assim, os debates em torno da violência contra a

mulher, em especial a violência sexual, têm produzido necessidade de adaptação do aparato legal, entretanto sabemos que legisladores e juízes ainda são, em sua maioria, homens, regidos por uma moral de base patriarcal, o que atravanca consideravelmente as necessidades de adaptação e formas diferenciadas de julgamento para esses casos.

Considerando todas essas dificuldades em relação à legislação e entendimento da violência sexual, compreendemos que há especificidades que se dão no ambiente universitário e, como mencionamos anteriormente, não existem estudos suficientes que discutam tal temática, de modo que este trabalho se propõe, a partir de um estudo exploratório, a debater a questão da compreensão da violência sexual no âmbito universitário. Assim, passamos a detalhar o processo metodológico.

Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratória de método misto, concomitantemente qualitativo e quantitativo. Método misto, segundo Creswell (2010) é a triangulação das fontes de dados, um meio para a busca de convergência entre os métodos

qualitativos e quantitativos (Creswell, 2010). Como alternativa, os dados qualitativos e quantitativos podem ser unidos em um grande banco de dados ou os resultados serem usados lado a lado para reforçar um ao outro (Creswell, 2010). Os dados desta pesquisa serão derivados da descrição de respostas a um questionário eletrônico enviado aos acadêmicos/as de cursos de graduação e/ou pós-graduação da UNICENTRO, com questões qualitativas e quantitativas.

Os dados quantitativos coletados referem-se às descrições em torno de quantas respostas foram recebidas, percentual de respostas por gênero, idade, por curso e área do conhecimento, bem como as fontes de informações relacionadas à temática que as/os estudantes mencionam. O instrumento possui, ainda, questões discursivas relacionadas à conceituação de estupro, a relação com assédio sexual e o modo como os/as acadêmicos/as verificam esse aspecto nas suas vivências cotidianas, dados esses que foram analisados qualitativamente. As respostas foram tratadas a partir da Análise de Conteúdo Categórica Temática, que segundo Bardin (2011), se

constitui enquanto técnica com o objetivo de descrever um conteúdo expresso por meio de textos ou falas no processo de comunicação. A análise de conteúdo constitui-se de diferentes fases, que se organizam em três momentos: 1) a pré-análise, que tem por objetivo organizar e sistematizar as ideias, para que se construa “um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 2011: 125); 2) a exploração do material, que se refere à organização do material coletado a partir da codificação e separação em categorias e subcategorias temáticas; e 3) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que passa pela finalização da organização das categorias e discussão das mesmas em relação aos dados obtidos por meio da literatura (Bardin, 2011).

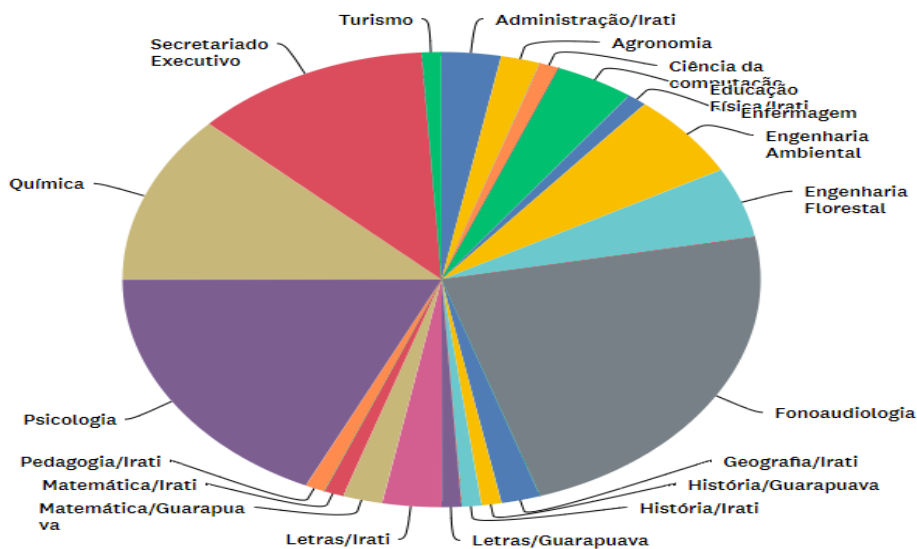
Violência sexual e universidade: procedimentos e caracterização dos participantes

Levantar dados relativos ao modo como acadêmicas e acadêmicos compreendem a temática da violência sexual é uma forma de produzir evidências que possam levar à organização de políticas institucionais de

combate e encaminhamento desses casos. Assim, foi enviado um questionário online para coletar essas informações. Entretanto, houve alguns entraves no que se refere à divulgação da pesquisa pelos canais institucionais. Assim, embora tenha sido autorizada pelas instâncias competentes – Pró-Reitorias de Ensino e de Pós-graduação –, a divulgação da pesquisa não foi enviada às/aos acadêmicas/os como havia sido solicitado, fato esse que foi justificado de diferentes maneiras: desde argumentos de que não era competência dos setores, passando por problemas

técnicos, até a não permissão de divulgação de pesquisas. Com isso, não foi possível alcançar toda a comunidade acadêmica.

Participaram da pesquisa 123 estudantes, mas para análise dos dados nos utilizaremos das 100 primeiras respostas obtidas, sendo isso justificado pelo fato de que a maioria das respostas traziam dados similares. A maioria das/os respondentes são do *campus* de Irati (69%), o que se explica em função de ser o *campus* de origem das autoras do trabalho. Segue abaixo o gráfico com os cursos que responderam ao instrumento:



Quanto à idade das/os participantes, 6% têm menos de 18 anos,

62% têm entre 18 e 23 anos, 20% possui entre 24 e 29 anos, 3% possui de 30 a 35

anos, 2% de 36 a 41 anos, 3% de 42 a 46 anos e 4% possuem mais de 46 anos. No que se refere ao gênero, 83% identificaram-se como do gênero feminino, 15% do gênero masculino, e 2% “outro”.

No que concerne às fontes de informação acerca da violência sexual, dentro e fora da universidade, foi dada a possibilidade de que as/os respondentes assinalassem mais de uma alternativa, sendo assim 97% afirmou ter acesso por meio de internet e mídias digitais; a segunda maior fonte de informação (77%) foi através de relações interpessoais (colegas, família, grupo de amigos); a terceira fonte informada (62%) foi televisão (programas de televisão, propagandas, etc), seguida de coletivos, movimentos sociais (56%), universidade (54%), campanhas de prevenção governamentais (Ministério da Saúde, etc) (44%), revistas e materiais impressos (27%) e outros (2%).

Dentre aquelas/es que mencionaram a universidade como uma das fontes de acesso a informações, os canais citados em maior número foram: Núcleo Maria da Penha – NUMAPE, UNICENTRO (disciplinas, departamento, etc), materiais gráficos

41
(cartazes, *folders*, etc), eventos (campanhas, palestras e rodas de conversa), discussões entre pares, professores, movimento estudantil, outras instituições de ensino superior e redes sociais. O fato de o NUMAPE ser o canal de informação mais citado pode ser explicado pelo viés das/os respondentes da pesquisa, que são em sua maioria estudantes de Fonoaudiologia e Psicologia, cursos nos quais as discussões sobre tais assuntos são mais frequentes, e que acompanham as campanhas desenvolvidas por esse projeto.

A fim de discutir os dados qualitativos da pesquisa, organizamos as respostas relacionadas às perguntas relativas a concepções de estupro e assédio sexual em 3 categorias: a primeira, relativa às concepções das/os estudantes acerca do estupro, dividida em 3 subcategorias (aspecto sexual e consentimento; fatores pessoais, emocionais e/ou psicológicos; estupro e violência física); a segunda categoria diz respeito à noção de estupro como abuso sexual; por fim, a terceira categoria reúne depoimentos acerca do assédio sexual e foi dividida em 3 subcategorias: assédio como agressão; desconforto e

constrangimento; consentimento, incapacidade de reagir, elogios.

Concepções das/os estudantes sobre estupro

A primeira categoria a ser discutida neste trabalho refere-se ao conceito de estupro. Foi solicitado que as/os participantes escrevessem o que entendiam por estupro e trouxessem algum exemplo. Assim, a primeira subcategoria decorrente do conceito de estupro foi a que considera que este está ligado ao aspecto sexual e ao consentimento. Dentro dessa categoria, entretanto, houve várias maneiras de nomeação, que vão desde a explicitação do ato sexual entendido como penetração até manifestações teoricamente mais ‘sutis’: *ato de cunho sexual*⁶, *ato sexual*, *relação sexual*, *sexo*, *relação*, *toque*, *ação com teor sexual*, *contato físico*. Uma citação que resume o conteúdo dessa subcategoria é a seguinte: *Um toque não consentido no corpo de alguém, uma relação sexual não consentida*. A noção de consentimento também é apresentada de maneiras distintas, algumas vezes de forma mais

explícita, outras sem necessariamente discorrer sobre o que caracteriza o consentimento, sendo assim, alguns explicitam a necessidade de verbalização (*Quando a pessoa insiste na relação sexual após o NÃO*), outros mencionam necessidade de se observar o estado de consciência (*Ato sexual realizado com uma pessoa alcoolizada e inconsciente*).

Sobre isso, cabe retomar o crime de estupro de vulnerável, que apresenta as seguintes características para se considerar a vulnerabilidade:

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:
Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (CP, Art. 217-A, *caput*).

A letra da lei dialoga com esse grupo de respostas que abordou a questão da possibilidade ou não de haver consentimento em situações em que a pessoa, pelas suas próprias características (crianças, adolescentes, pessoas com deficiência), teoricamente não poderia dar o consentimento. Outros

⁶ Os fragmentos retirados das respostas ao questionário serão apresentados em itálico, com

a reprodução literal das palavras das/os participantes.

aspectos apresentados nas respostas como vulnerabilidade, mas que não têm previsão legal explícita, a não ser que sejam compreendidas dentro do tópico final “ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência” são situações em que não é possível obter consentimento devido ao estado de consciência momentaneamente alterado por uso de álcool e outras substâncias; e, ainda, o consentimento é relativizado em função de a vítima encontrar-se em situação de violência psicológica, o que pode se dar, sobretudo, em alguns relacionamentos abusivos e em situações de ameaça ou coação. Podemos observar as nuances em torno da noção de consentimento com o seguinte fragmento: *Relações com uma pessoa sob efeito de drogas, bebida, inconsciente. Relações onde a vítima não saiba tomar suas decisões no caso de crianças, e também de pessoas com deficiência. Carícias sem consentimento. Forçar a pessoa a mostrar partes íntimas.*

A partir dessa noção que relaciona estupro com a vulnerabilidade da vítima, é possível elencar diferentes formas de vulnerabilidade, as quais já foram apresentadas nas respostas

organizadas na categoria descrita. Assim, como mencionado anteriormente, as situações descritas abordam aspectos previstos na legislação, mas acrescentam outros que podem, ou não, ser considerados pelos atores do sistema judicial, uma vez que a vulnerabilidade imposta por situações de violência psicológica, por exemplo, é de difícil comprovação e muitas vezes apenas considerada em casos de violência doméstica.

A esse respeito, Cerqueira et al (2018), ao apresentar dados administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan/MS), analisa, por exemplo, a variável nível de escolaridade das vítimas de estupro, observando que a maioria das vítimas que consta nas notificações são mulheres com o ensino médio completo. Na própria descrição do dado os autores analisam que, na população em geral, existem mais mulheres com escolaridade abaixo do ensino médio, e que, portanto, é possível que esse dado reflita a maior propensão de mulheres escolarizadas em procurar auxílio, sendo assim, a baixa escolaridade pode apresentar-se enquanto vulnerabilidade também.

No que tange às situações de vulnerabilidade que envolvem deficiências física e/ou psicológica, Cerqueira et al (2018) traz que 10,3% das vítimas de estupro possuíam alguma deficiência, sendo em sua maioria (60,7%) pessoas que apresentavam deficiência mental ou transtorno mental. Além disso, também se constata a vulnerabilidade em crianças:

Acerca da relação entre o agressor e a vítima, em 2016 observou-se que a maioria dos casos de estupro contra crianças é cometido por amigos/conhecidos (30,13%). No entanto, é estarrecedor notar que quase 30% dos casos de estupro contra crianças são perpetrados por familiares próximos, como pais, irmãos e padrastos. (Cerqueira et al., 2018: 67)

Os dados apresentados dizem sobre as diversas vulnerabilidades presentes no tecido social, estas que não são exclusivas entre si, podendo, portanto, interseccionar-se na constituição do/a sujeito. Tais posições e formas de vitimar pessoas em situações de estupro apresentam um elemento atravessador que permeia todos os âmbitos dos dados já citados, que é ser mulher. Podemos, portanto, inferir que as posições de poder e submissão assumidas pela configuração da sociedade patriarcal fazem com que,

muitas vezes, o simples fato de ser mulher seja uma vulnerabilidade.

Na segunda subcategoria, elencamos os fragmentos que abordam, na caracterização do estupro, fatores pessoais, emocionais e/ou psicológicos envolvidos, a partir dos quais também são abordados aspectos de vulnerabilidades da vítima. Isso pode ilustrar-nos que os conteúdos das respostas estão relacionados e que se pode observar ideias consonantes mesmo que em concepções aqui classificadas em grupos diferentes, para melhor exploração dos dados. Essa subcategoria pode ser ilustrada pelo fragmento a seguir, que coloca em destaque o fato de que a mulher que passa pela situação de violência pode estar em situação de vulnerabilidade: *Situação que deixe a mulher vulnerável e que viole o seu desejo*. Outro grupo de respostas dentro dessa mesma subcategoria coloca em evidência fatores emocionais relacionados à/ao própria/o respondente sobre o tema, o que se verifica na forma acentuada de se adjetivar o ato cometido: *Ato de total descontrole, na qual a vítima é violentada de forma cruel e seca, onde*

não tem tempo nem mesmo de pedir socorro.

Por fim, na última subcategoria organizada a partir das respostas à pergunta que solicitava que se conceituasse estupro, agrupamos trechos que o definem como violência física, compreendendo violência como algo relacionado a alguma forma de violação na ordem do corpo, o que pode ser visualizado a partir da utilização de palavras como *violência, forçado, utilizando-se de violência ou ameaças, ato de violência sexual, agressão, violação*. Pode ser ilustrada pelos fragmentos: *Qualquer violação que uma pessoa possa receber, independente se violência acontece dentro de um relacionamento ou não; Agarrar à força e tocar a vítima, obrigar a fazer coisas que não quer (relacionadas ao ato sexual).*

Concepções das/os estudantes sobre abuso sexual

A segunda categoria diz respeito à caracterização de abuso sexual e foi obtida principalmente a partir de depoimentos que traziam exemplos de situações de estupro, quando a palavra “abuso” apareceu por diversas vezes. Foi

45
destacada a possibilidade de as situações de violência ocorrerem dentro de relacionamentos e não apenas por estranhos: *A vítima pode ser pessoa de qualquer idade e com qualquer vínculo com o agressor. Não sei se existe diferença entre estupro, violência sexual e abuso sexual. Mas entendo que sempre que uma pessoa não decidiu que queria fazer aquilo e mesmo assim fizeram com ela não está certo.* As respostas agrupadas nesta categoria dialogam com os dados de violência contra a mulher que afirmam que muitas vezes os agressores são os próprios companheiros ou pessoas do convívio doméstico, conforme apresentamos a seguir.

Segundo dados de Cerqueira et al. (2018), apenas 53,5% dos casos de estupro registrados com pessoas maiores de 18 anos são perpetrados por desconhecidos, sendo as categorias amigos/conhecidos, cônjuge e ex-cônjuge as mais citadas quando se trata de alguém conhecido (Cerqueira et al, 2018). Tais dados corroboram para a criação de campanhas, dispositivos e políticas públicas que discorram sobre violências ocorridas no meio intrafamiliar, como por exemplo o Núcleo Maria da Penha, presente em

algumas Universidades estaduais do Paraná. O fato de o NUMAPE fazer parte dos projetos de extensão da Universidade em questão pode ser um provocador da discussão sobre o vínculo com o agressor ter sido levantada dentre as respostas da pesquisa. Percebemos, então, a importância da divulgação de dados e campanhas para a criação de políticas institucionais que contemplem essas questões e, assim, alcançar cada vez mais pessoas e possibilitar a diminuição do número de subnotificações.

Ainda dizendo sobre exemplificações de estupros, apareceu por algumas vezes exemplos de casos divulgados na mídia, desde casos em que a violência é explícita, não podendo ser contestada (*Isabela Miranda de Oliveira jovem que foi estuprada pelo cunhado e queimada viva pelo namorado*), até casos em que a ocorrência do crime sexual é colocada em questão (*Neymar e Najila*). Interessante notar que nos dois exemplos citados, os agressores possuíam relação com a vítima, o que respalda também os dados acima descritos.

Outro exemplo trazido a partir de recortes midiáticos diz respeito à

46
situação emblemática que deu origem ao crime recentemente definido como “Importunação Sexual”: “*Em um ônibus, um homem achar que pode encostar na mulher devido à lotação*”. O fato dessa situação ter sido descrita numa pergunta acerca dos exemplos de situações de estupro reafirma a dificuldade de se definir as fronteiras entre os crimes de estupro e assédio, confundindo-se, ainda, com outro que é a importunação sexual.

Concepção das/os estudantes sobre assédio

Na terceira categoria, agrupamos questões referentes às definições de assédio. A pergunta que originou as respostas agrupadas nessa categoria (“O que você entende por assédio?”) não especificava assédio sexual, o que foi feito com intuito de receber respostas mais abrangentes. Isso de fato ocorreu, embora, talvez pelo próprio fato de a pesquisa ter como tema a questão da violência sexual, e ter perguntado primeiramente o que se entendia como estupro, já direcionou para respostas referentes a assédio sexual. Um exemplo que materializa as respostas mais abrangentes acerca do assédio é o seguinte: *Qualquer situação que a vítima*

tenha sentido-se invadida, não apenas de maneira sexual, e sim tbm com palavras, atitudes, gestos e principalmente quando se é tocada sem o consentimento da vítima. Já outro fragmento explicita o caráter sexual, ainda que possa estar desvinculado do toque: Situação na qual uma pessoa se força em outra, tocando sem permissão, fazendo comentários de aspectos sexuais sobre a roupa, o corpo e etc.

A primeira subcategoria dentro da definição de assédio aborda questões relacionadas a agressão, violação física e/ou psicológica. Houve um grau maior de detalhamento, ainda que a pergunta não solicitasse exemplos: *Insultos grosseiros, palavreados pesados, passadas de mão, aqueles olhares com intenções, que percorrem o corpo todo, assobios, palavras do tipo: gostosa... ou apertos ou passadas de mão na bunda, aproveitar da mulher pra dar uma esfregada nela como no ônibus.*

Vários depoimentos destacam os efeitos do assédio, caracterizando-o em função das repercussões e sentimentos em relação à pessoa assediada. Um exemplo pode ser observado em: *Tentativa, moléstia, mexer com alguém de forma desrespeitosa, seja física ou*

psicologicamente, seja privada ou publicamente... Deixa a pessoa mal.

Também apareceu como conteúdo em vários depoimentos a relação de poder entre assediador e pessoa assediada: *Entendo assédio como uma pessoa usar de uma posição de poder, seja ele um poder real ou não, para impor/persuadir/influenciar uma pessoa; Assédio é uma relação de poder mais simbólica do que física, (diferentemente do estupro que é puramente física) é o sujeito diminuir o outro a um objeto que ele se permite incomodar, mexer, etc.* Sobre esse excerto se faz importante retomar a discussão acima realizada sobre como as situações de assédio não ocorrem somente em local de trabalho, apesar de estar caracterizado enquanto tal na legislação brasileira.

Quando buscamos as situações de assédio da maneira tipificada pela lei, encontramos dois tipos: assédio sexual por intimidação (ambiental) e o assédio sexual por chantagem (*quid pro quo*). O primeiro diz respeito à incitação, provocação de cunho sexual em forma de abuso, intimidação, que deixe o ambiente de trabalho desconfortável. Este não envolve questões relacionadas a

poder ou hierarquia, uma vez que não faz uso de ameaças, mas viola o direito de dizer não por parte da agredida, já que se tratam de investidas recorrentes. O segundo tipo está ligado a relações de poder e imposição de ameaças de um/a superior/a à subordinada/o, ou também no sentido de prometer favores caso uma solicitação seja atendida (Pamplona Filho, 2001).

Essa concepção de poder como um dispositivo apenas ligado ao contexto de trabalho se mostra deficitária, já que em diversos âmbitos da sociedade as relações assimétricas se desenrolam de modo considerável e as situações de assédio são constantes. Como afirma Dias (2008):

Por vezes, é muito difícil que na sociedade e no seio da própria justiça se reconheçam alguns destes comportamentos como sendo assédio sexual. Tal sucede devido à influência da ideologia patriarcal, que sustenta a autoridade dos homens sobre as mulheres, legitimando todo o tipo de abusos de que elas possam ser alvo, quer no espaço privado, quer no profissional. (Dias, 2008: 13)

Isso nos permite dizer que a própria relação entre homem e mulher, sem outros atravessamentos, por si só pode caracterizar uma relação assimétrica. Contudo, muitos/as autores/as, legisladores/as, inclusive o

próprio autor que utilizamos para embasar as definições assédio sexual, ainda colocam em questão a ocorrência do crime partindo de critérios que culpabilizam a vítima, fazendo uso do argumento da chamada “culpa concorrente”:

É certo que ninguém pode ser forçado a praticar ato que viole a liberdade sexual de qualquer um. Todavia, a provocação da “vítima” será, no mínimo, uma atenuante ou uma explicação para o comportamento do “ofensor”, ainda que não o justifique (Pamplona Filho, 2001: 16)

A partir de uma afirmação como essa, reafirmamos a dificuldade de se caracterizar o crime de assédio sexual, dada a naturalização de algumas formas de relacionamento entre homens e mulheres, o que faz com que situações de violência não sejam entendidas como tal. Além disso, o comportamento da vítima faz parte da ponderação de juízas e juízes no momento do cálculo da pena em qualquer crime, o que fica evidente, sobretudo, nos crimes de natureza sexual, em que não é incomum que o julgador faça juízo de valor do quanto a vítima colaborou para o ato, o que pesa em favor do autor do crime.

Na segunda subcategoria dentro da categoria assédio, foram agrupados os excertos que abordam questões

relacionadas ao desconforto e/ou constrangimento: *“Situação onde a vítima se sinta desconfortável, seja desrespeitada”*. Outros fragmentos discorrem um pouco melhor acerca do que seriam essas situações de constrangimento: *Qualquer ato em que a mulher está exposta à cantadas indesejáveis, movimentos estranhos ou até mesmo olhares mal-intencionados, na qual não se sente confortável com a situação; ou ainda: Atitudes que colocam uma pessoa em uma situação intimidadora ou deixe envergonhada/ameaçada/incomodada.*

Do mesmo modo em que foi caracterizado estupro a partir de definições que passam pela compreensão do consentimento, o mesmo ocorreu em relação à caracterização do assédio. Contudo, destacou-se em termos de conteúdo situações que envolvem “elogios”, os quais, no caso das mulheres, estão necessariamente voltados a partes do corpo. *Toda e qualquer ‘cantada’ e assóvio na rua; Passar a mão no corpo de alguém sem consentimento, ‘elogios’ na rua.*

Destacamos a dificuldade de se pensar em consentimento em casos de assédio. Seria mais fácil definir o que

não é assédio em função de níveis de adequação e intimidade e conteúdo de interações verbais e/ou físicas. Quem define se há ou não constrangimento e, portanto, assédio, é a vítima, pois como coloca Safiotti (2015): “Embora se trata de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente” (80), o que não quer dizer que esteja se colocando a interpretação da violência no terreno da individualidade.

Um elemento que aparece em algumas definições e ajuda a compreender as situações de assédio é a insistência ou comportamento repetitivo: *Assédio é quando existe uma insistência e perturbação para qualquer tipo de relação com alguém.* Esse aspecto dialoga com a legislação, que afirma que assédio sexual consiste em constranger alguém para obter vantagem ou favorecimento sexual. Ainda, o aspecto da cotidianidade é destacado no fragmento a seguir, que reafirma o caráter geral das respostas obtidas nesta pesquisa, que discorreram muito mais acerca de situações de assédio que de estupro: *Pode parecer estranho eu refletir mais sobre assédio do que o estupro, mas ele está mais presente no cotidiano, ele é aceito.*

Assim, as definições de assédio passam por vários elementos já abordados quando se procurou caracterizar estupro, de modo que é possível compreender que os sentidos de ambos os crimes ainda se colocam de maneira nebulosa para estudantes universitárias/os. Isso sinaliza para a necessidade de maiores esclarecimentos e informações acerca da temática no ambiente universitário. Compreendemos que já há uma discussão iniciada no que tange à violência sexual, entretanto as definições e os exemplos apresentados pelas/os participantes da pesquisa dizem muito mais a respeito do que ocorre fora dos muros da universidade do que propriamente dentro dela.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento acerca da concepção do conceito de estupro e assédio para estudantes universitárias/os. Cabe destacar, entretanto, que a participação massiva de mulheres sinaliza o entendimento de que se trata de um tema predominantemente discutido por elas, sendo ainda incipiente a discussão por parte dos homens. A partir das respostas obtidas por meio do

50
questionário disponibilizado às/aos estudantes foi possível observar que o tema da violência sexual tem sido pauta de discussões, havendo já desnaturalização acerca das causas desse fenômeno e certa compreensão da estrutura patriarcal que o produz. Nenhuma resposta, por exemplo, culpabilizou as vítimas por situações de estupro e/ou assédio sexual. Nesse sentido, parece haver reconhecimento da situação de violência e certo conhecimento da Lei, ainda que os contornos legais de cada crime sejam incertos.

No que diz respeito aos conceitos, existem intersecções entre as definições de estupro e assédio sexual, o que está relacionado ao fato de ambos os crimes, tais como descritos pelas/os estudantes, estarem relacionados à noção de violência sexual e de gênero. Conforme os sentidos atribuídos pelas/os participantes, estupro está mais relacionado necessariamente a toque e violência física, é crime perpetrado por pessoas próximas, e destaca-se a vulnerabilidade das vítimas, ao mesmo tempo em que se coloca em discussão a noção de consentimento.

Já assédio sexual está mais relacionado à violência psicológica, sendo apresentado como prática comum, perpetrada por estranhos/as, e há ênfase nas respostas a uma resignificação pelas mulheres da noção de elogio. O aspecto da cotidianidade é destacado pelas/os participantes, que abordaram muito mais acerca de situações de assédio do que de estupro.

É preciso mencionar que a amostra de participantes se coloca a partir de um viés, uma vez que, pelas fontes de informação mencionadas, é possível identificar que se tratam de pessoas com interesse no tema, tendo participado de discussões e movimentos sociais que abordam aspectos pertinentes e colocam essa questão no ambiente universitário. Isso pode ser observado pelo fato de nenhuma resposta, por exemplo, abordar as noções de estupro ou assédio como “exagero” ou algo utilizado pelas mulheres para punir práticas consideradas comuns nas relações com homens, argumento frequentemente utilizado quando se coloca em pauta o tema da violência sexual.

Por fim, cabe destacar a falta de abordagem nas respostas de situações

inerentes ao contexto universitário, o que nos faz retomar o início da pesquisa que questionou justamente o fato de a universidade não voltar os olhos para si mesma. Assim, esse fator, somado à necessidade de informações acerca do tema conduzem para a urgência de políticas institucionais.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Tânia Mara Campos de. (2017), “Violências contra mulheres nos espaços universitários”. In: Stevens, Cristiana et al (Org). Mulheres e violências: Interseccionalidades. 1ª edição. Brasília: Technopolitik. 384 – 399.
- Andrade, Vera Regina Pereira de. (1997), “Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania”. Sequência, n. 35, 18: p. 42 – 29. Versão eletrônica, consultada a 13.07.2019, em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15645>
- Andrade, Vera Regina Pereira de. (2014), Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão. 1ª edição. Rio de Janeiro, Revan: ICC.
- Bandeira, Lourdes Maria. (2017), “Violência, gênero e poder: múltiplas

- faces”. In: Stevens, Cristiana et al (Org). Mulheres e violências: Interseccionalidades. 1a edição. Brasília: Technopolitik. 14 – 35.
- Bardin, Lawrence. (2011), Análise de Conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70.
- Bernardes, Márcia Nina. (2016), “Sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e discriminação baseada no gênero: questões de justiça”. In: OLIVEIRA, Adriana Vidal de (org.). Violência doméstica, discriminação de gênero e medidas protetivas de urgência. Curitiba: Juruá. 15 – 38.
- Bitencourt, Carlos Roberto. (2018), Tratado do direito penal: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. 12ª edição. São Paulo: Saraiva Educação.
- Brasil, Código Penal. (2017), Senado Federal. Brasília. Consultado a 04.09.2019, em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf.
- Brasil, Código Penal. (2018), Decreto-Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018, Diário Oficial da União, Brasília. Consultado a 08.08.2019, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm.
- Brasil, Código Penal. (2018), Decreto-Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, Diário Oficial da União, Brasília. Consultado a 08.08.2019, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm.
- Brasil, Conselho Nacional de Saúde. (2016) Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, Diário Oficial da União, Brasília. Consultado em 08.08.2019, em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581.
- Campos, Carmen Hein de. (2017), “Lei Maria da Penha: fundamentos e perspectivas”. In: Machado, Isadora Vier (Org.). Uma década de Lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios. Curitiba: Editora CRV. p. 17 – 38.
- Cerqueira, Daniel et al. (2018), Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP.
- Creswell, John W. (2010), Projeto de Pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto. 3a edição. Porto Alegre: Artmed.
- Dias, Isabel. (2008), “Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual”. Sociologia, problemas e

práticas. n. 57: p. 11- 23. Versão eletrônica, consultado em 15.08.2018, em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292008000200002&script=sci_abstract.

Efrem filho, Roberto. (2017), “A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima”. Caderno Pagu, n. 50. Versão eletrônica, consultado em 22.05.2018, em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200308&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

Gil, Antônio Carlos. (2008), Métodos e técnicas de pesquisa social. 6a edição. São Paulo: Atlas S.a..

Gomes, Thais Ribeiro; Silva, Fábio Marques da; Kitazawa, Hugo Minoru. (2016), “A apropriação do espaço da universidade pública pelos movimentos sociais que se organizam em prol das mulheres”. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 4, Porto Alegre, Anais eletrônicos. Porto Alegre: CBE0, 19-21. Versão eletrônica, consultado em 22.05.2018, em:

<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/17/9>.

Machado, Isadora Vier. (2014), “Para além da judicialização: uma leitura da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) em três dimensões”. Revista Feminismos. n. 7, 3: 31-43, dez. Versão eletrônica, consultado em 05.09.2019, em

<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29977/17727>.

Maggio, Vicente de Paula Rodrigues. (2018), O estupro e suas particularidades na legislação atual. Consultado a 04.12.2018, em: <https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942479/o-estupro-e-suas-particularidades-na-legislacao-atual>.

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2002), Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 21a edição. Petrópolis: Vozes.

OMS, Organização Mundial de Saúde. (2002), “Relatório Mundial sobre Violência e Saúde”. Genebra: OMS.

Pamplona Filho, Rodolfo. (2001), “Assédio sexual: questões conceituais”. Revista de Direitos do Trabalho, n.103, 27: p.182-199, jul-set. Versão eletrônica, consultado em 22.05.2019, em:

http://site.andt.org.br/f/20131533_AND_T_artigo_assedio_Rodolfo.pdf.

Placca, Caroline Lopes. (2018), O estupro como violência de gênero. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Versão eletrônica, consultado em 01.11.2019 em <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3725>.

Prado, Luiz Regis; Carvalho, Gisele Mendes de. (2017), Curso de direito penal brasileiro: volume II – parte especial. 15ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Silveira, Juliana; Autora (2016), ““Uma presidenta fora de si”? #istoémachismo: o discurso ativista e o papel das hashtags como palavra-argumento nas mídias digitais”. Colóquio Internacional De Estudos Linguísticos e Literários, 4, Anais eletrônicos. Maringá: CIELLI, p.828-838.

Shimidt, Nicolý; Shons, Patrícia Delorenzi. (2018), “A importunação sexual como crime: uma análise da atualização legislativa comparada à opinião pública”. In: Jornada De Integração E Iniciação Científica, 5, Florianópolis. Cadernos de iniciação

científica. Florianópolis: Faculdade Cesusc.

Saffiotti, Heleieth. (2015), Gênero, patriarcado, violência. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

Schraiber, Lilia et al. (2003), “Violência vivida: a dor que não tem nome”. Interface (Botucatu), n. 12, 7 p. 41-54, fev.

Solnit, Rebecca. (2017), A mãe de todas as perguntas: Reflexões sobre os novos feminismos. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

Sudario, Sandra; Almeida, Paulo César de; Jorge, Maria Salete Bessa (2005), “Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade”. Psicologia & Sociedade, n. 3, 17: p. 80-86, Dec.

Unicentro. (2017), Anuário estatístico 2017, Informações acadêmicas, consultado a 03.10.2019, em: <https://www3.unicentro.br/anuario/anuario-2017/informacoes-academicas/>.

ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO¹

Alicia Cechin²Bruno Truzzi³Ana Cecília Almeida⁴Danielle Evelyn de Carvalho⁵Viviani Silva Lírio⁶

Resumo: No Brasil, a despeito de esforços para a redução das desigualdades de gênero em diferentes aspectos e contextos, persistem evidências de que as mulheres enfrentam barreiras específicas ao tentar resolver conflitos no sistema de Justiça. Utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, o objetivo deste estudo é verificar se, quando vitimados por crimes violentos como furto e/ou roubo e/ou agressão física, existe um diferencial entre homens e mulheres quanto ao acesso à Justiça. Combinando a estimação *logit* com a metodologia de decomposição de Oaxaca-Blinder,

buscou-se identificar por quais canais, indiretos e diretos, este fenômeno se expressa na realidade brasileira; sendo, este último, uma tentativa de capturar a discriminação de gênero. Os resultados apontam que, comparativamente aos homens, as mulheres vítimas de crimes violentos acessam menos o aparato de Justiça. Ademais, encontramos que este diferencial é explicado pelo componente denominado pela literatura de “termo de discriminação”, oferecendo indícios da discriminação de gênero expressa pela condição de acesso à Justiça em nosso país.

¹ Esta pesquisa teve o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Universidade Federal de Viçosa

³ Universidade Estadual de Campinas

⁴ Universidade Federal de Viçosa

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais

⁶ Universidade Federal de Viçosa

Palavras-chaves: Acesso à Justiça. Desigualdade de gênero. Criminalidade. Decomposição de Oaxaca-Blinder.

Abstract: In Brazil, despite efforts to reduce gender inequalities in different aspects and contexts, evidence remains that women face specific barriers when trying to resolve conflicts in the justice system. Using the microdata from the National Household Sample Survey (PNAD) for 2009, the objective of this study is to verify whether, when occurred violent crimes such as theft and/or robbery and/or physical aggression, there is a differential between men and women regarding the access to Justice. Combining logit estimation with the methodology of Oaxaca-Blinder decomposition, we sought to identify through which channels, indirect and direct, this phenomenon is expressed in the Brazilian reality; the latter methodology being an attempt to capture gender discrimination. The results show that, compared to men, women victims of violent crimes have less access to the

Justice apparatus. Furthermore, we find that this differential is explained by the component also known in the literature as “discrimination term”, offering evidence of gender discrimination expressed by the condition of access to justice in our country.

Keywords: Access to Justice. Gender inequalities. Crime. Oaxaca-Blinder decomposition.

1 INTRODUÇÃO

A Declaração de Viena, em 1993, foi o primeiro documento da Organização das Nações Unidas (ONU) a defender que os direitos humanos das mulheres se constituem em componente indivisível e integral dos direitos humanos universais. Além disso, em 2000, a ONU, através do *Relatório dos Direitos Humanos*, reconheceu a relevância de promover a igualdade entre homens e mulheres⁷. Por meio de indicadores econômicos, mostrou-se que a diminuição dessas desigualdades estava associada a um aumento do crescimento econômico e social dos

⁷ Para a República Federativa do Brasil, este fato ocorreu em 28 de setembro de 2002 (através do Decreto no. 4316, de 30 de julho de 2002). Desde então, cidadãs brasileiras assim como todas as outras mulheres sob jurisdição do Estado

brasileiro, têm acesso a um mecanismo universal com o intuito de proteger e promover seus direitos humanos, conforme elucidam Lima e Peterke (2010).

países e do mundo (ONU, 2000). Contudo, o contexto no cenário mundial indica, mesmo com uma diminuição das desigualdades de gênero em diversos aspectos, a persistência de discriminação em relação às mulheres, especialmente em países menos desenvolvidos (WEF, 2018).

O reestabelecimento da democracia no contexto brasileiro, solidificado pela Constituição Federal de 1988, foi acompanhado por um processo de resgate e consolidação de direitos humanos e civis e, dentre estes, a legitimação da igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental (Alves e Cavenaghi, 2013). Entretanto, no Brasil, mesmo após a implementação de políticas públicas com o intuito de reduzir as desigualdades de gênero, é perceptível a existência de assimetrias entre homens e mulheres quanto à garantia dos direitos constitucionalmente estabelecidos.

O *Relatório de Desigualdade Global de Gênero - 2018*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial (2018), propõe uma classificação dos países, em que as primeiras posições são ocupadas por países com menor desigualdade entre os sexos. Segundo este relatório, em

57
2018, o Brasil ocupou a 95ª posição no referido índice de desigualdade, externando uma reversão significativa no progresso em direção à paridade de gênero, exibindo o ponto mais alto, desde 2011. Em relação aos países latino-americanos, este índice revela que o Brasil é menos desigual apenas que países como Paraguai, Guatemala e Belize. Diante desse cenário, podem ser criadas distorções, em que alguns grupos raciais e de gênero possuem acesso privilegiado aos recursos e estruturas do Estado.

Um direito fundamental, cristalizado em nossa *magna carta*, refere-se à possibilidade dos cidadãos acessarem a Justiça, a qual pode ser compreendida, para efeitos práticos, como a instituição responsável por garantir o cumprimento de direitos e deveres, bem como pela solução conflitos. Acerca do aparato jurídico, Sherwood et al. (1994) mostram que sistemas judiciais estruturalmente consolidados podem contribuir para o crescimento econômico dos países. Para Lorizio e Gurrieri (2014), o crescimento de uma economia depende não apenas de fatores econômicos, mas também de instituições, bem como a confiança dos

cidadãos nelas. Assim, a operação de um sistema jurídico pode ter impacto em muitas dimensões do desenvolvimento: equidade, alocação ótima de recursos e aumento da produtividade total dos fatores, entre outros. Além disso, Sen (1999) demonstra que a consolidação da cidadania, através de mecanismos que permitam a ampliação das liberdades dos cidadãos, proporciona um aumento do bem-estar social, dinamizando o processo de desenvolvimento e crescimento econômico nacional.

A igualdade de acesso à Justiça, além de ser um aspecto central relacionado à igualdade de gênero, também se apresenta como fator determinante para o desenvolvimento das nações. De fato, além de serem confrontadas com desigualdades estruturais de gênero e violência em muitas áreas da vida, as mulheres também experimentam barreiras específicas quando buscam a solução de conflitos no sistema de Justiça. O Poder Judiciário, defensor por natureza da Justiça e dos direitos humanos, muitas vezes pode reproduzir e amplificar estereótipos presentes nas relações sociais. O acesso desigual das mulheres à Justiça se constitui em um fenômeno

social complexo, resultando de uma série de desigualdades nos níveis institucional, socioeconômico e cultural. Com o intuito de garantir a igualdade substantiva em todos os campos da vida humana, é fundamental assegurar a igualdade de acesso à Justiça para todos os cidadãos. (Council of Europe, 2015).

Uma questão elucidativa para a compreensão do cenário de acesso à Justiça no Brasil diz respeito à análise das especificidades intrínsecas a cada tipo específico de crime violento. Segundo a PNAD (2009), com relação ao crime de agressão física, dentre os agressores das mulheres 25,9% eram cônjuges ou ex-cônjuges, enquanto que para os homens, esta estatística foi de apenas 2%. Nesse sentido, pode-se compreender que o maior medo de represália entre as mulheres, frente a um possível acionamento da Justiça para solução de conflitos, pode estar relacionado ao perfil dos seus agressores e à proximidade dele com a vítima. Conforme elencam Pasinato e Santos (2005), as delegacias da mulher surgem em resposta às demandas feministas, ainda que a primeira delegacia não tenha sido idealizada por estes movimentos. Diante disso, o Governo de São Paulo

cria a primeira delegacia da mulher no ano de 1985. Havia muita discussão acerca da melhor forma de encarar o problema da violência, mesmo com relação à participação ativa de grupos feministas e mulheres no processo de formulação de políticas públicas. Além disso, segundo Santos (2005), também havia desconfiança da polícia, identificada com os órgãos de repressão política⁸.

Apesar dessa desconfiança, quando criada à primeira delegacia, não houve reação adversa de grupos feministas e mulheres (Santos, 2005). Pelo contrário, houve reivindicações a favor da ampliação desses estabelecimentos, apesar dos governos estaduais nem sempre consentirem às demandas dos movimentos referentes à criação de novas delegacias da mulher e à institucionalização da habilitação das policiais a partir de uma perspectiva de gênero, conforme destacam Pasinato e Santos (2005). Todavia, o Estado fez deste serviço policial a principal política pública de assistência a mulheres em situação de violência. Nesse sentido, necessita-se de um olhar mais humanista

no que tange aos procedimentos judiciais, de modo específico (Teixeira Lima, 2019), os que decorram de crime contra a mulher no seio familiar, possibilitando o entendimento das mulheres em situação de violência, e com isso, inserindo-as como protagonistas de todo o processo, acolhendo e incluindo, efetivamente, no acesso à Justiça.

Segundo Hatipoglu-Aydin e Aydin (2016), é importante lidar com questões de classes, gênero e grupos sociais em relação ao acesso à Justiça, por conseguir revelar, ao mesmo tempo, a ambiguidade entre igualdade de direitos e desigualdades reais. Na vida cotidiana, muitas vezes, os mecanismos baseados no princípio da igualdade não conseguem resolver os problemas que emergem da desigualdade de gênero como, por exemplo, a feminização da pobreza ou as distorções salariais no mercado de trabalho impactando no acesso ao Judiciário.

Em relação à temática de acesso à Justiça no Brasil, destacam-se os estudos desenvolvidos por Almeida e Fauvrelle (2013), França et al. (2015) e

⁸ Ver também Ardaillon (1989); Alvarez (1990) e Gregori (2006).

Truzzi (2019). Os três trabalhos realizaram uma análise utilizando o modelo *logit*, com o intuito de compreender o perfil dos indivíduos que acessam a Justiça, através de atributos individuais, características socioeconômicas e de localidade. Dessa forma, eles encontraram que as mulheres e aquelas pessoas que se autodeclararam não brancas tiveram uma menor probabilidade, comparativamente aos homens e àqueles que se autodeclararam brancos, respectivamente, de acessarem o Judiciário.

Sendo assim, diante de um cenário de desigualdade de gênero no Brasil em várias esferas, além da necessidade de um sistema Judiciário bem estruturado na prática, percebe-se a importância de se debruçar sobre ambos os temas. A literatura que aborda questões de gênero/sexo é bastante ampla e estuda as várias nuances inerentes aos conceitos. Santos (2008) compreende a questão de gênero enquanto mecanismo cultural elaborado para lidar com as diferenças de sexo e

questões relativas à reprodução social e biológica. Dessa forma, para o autor, sexo se relaciona com a identidade biológica do homem e da mulher, enquanto gênero se refere aos aspectos socialmente construídos das respectivas diferenças biológicas e sexuais. Portanto, os dois conceitos possuem especificidades, mas se conectam, sendo o sexo algo mais restrito e o gênero uma ideia mais abstrata e ampla⁹.

À vista disso, o presente estudo tem como objetivo analisar, em âmbito nacional, se homens e mulheres acessam a Justiça¹⁰ de maneira diferente, quando submetidos a um ato violento, bem como quais fatores que contribuem para tanto, considerando-se o período entre setembro/2008 a setembro/2009. Este trabalho diferencia-se de estudos pretéritos na área de gênero ao sugerir a utilização da decomposição de Oaxaca-Blinder, que permite capturar qual a parcela da diferença de acesso à Justiça entre homens e mulheres decorre de efeitos explicados e não-explicados pelas características observáveis dos

⁹ Ressalta-se, no entanto, que a base de dados utilizada neste artigo apresenta somente a pergunta do sexo do entrevistado. Assim, assume-se que o sexo da pessoa seria uma *proxy* adequada para a discussão mais ampla de desigualdade de gênero, visto que existe essa restrição nos dados.

¹⁰ Neste estudo, segundo proposta da PNAD (2009), entende-se por acesso à Justiça a busca pelo aparato policial para a solução de conflitos violentos (furto, roubo e agressão física). Diante de ressalvas e das devidas contextualizações, esta variável se constitui em *proxy* eficiente para o acesso à Justiça.

indivíduos, seguindo Truzzi (2019) e, portanto, oferecendo indícios de aspectos subjetivos inerentes à este diferencial entre os grupos.

Além desta introdução, a seção seguinte problematiza as possíveis relações existentes entre as questões de gênero e o acesso à Justiça. Na sequência, apresenta-se a base de dados, a metodologia da pesquisa e procedimentos utilizados. A quarta seção são expostos os resultados e as correspondentes análises e discussões. Por fim, são apresentadas as principais conclusões.

2 QUESTÕES DE GÊNERO E O ACESSO À JUSTIÇA

No que se refere à problemática de acesso à Justiça, com o componente de discriminação de gênero, a Teoria Econômica não se apresenta como a única na tentativa de explicar esse tema, sendo necessário, portanto, elucidar esse assunto com base em outras teorias. Foram utilizadas teorias no âmbito do Direito e com relação à Economia do Trabalho. Sob a perspectiva do Direito, conforme sintetizado por Cappelletti e Garth (1988), o acesso à Justiça possui duas bases principais, por meio das quais

61
os cidadãos podem exigir seus direitos e solucionar conflitos, intermediado pelo Estado, que são: i) isonomia quanto ao acesso a este sistema; e ii) atuação com soluções justas, tanto individual quanto socialmente.

Relacionando os aspectos econômicos do Direito, North (1988) afirma que a atuação do Estado transmite segurança jurídica aos agentes econômicos. Dessa forma, ao garantir os direitos dos indivíduos e da propriedade dos mesmos, reduzem-se os custos de transação. Sendo assim, combatendo-se um obstáculo econômico importante - ao assegurar o direito à propriedade, as instituições possuem segurança para continuar usufruindo de recursos e ativos os quais são titulares -, permitindo a melhoria da dinâmica de crescimento econômico de uma nação. Através de uma análise micro, Anderson (1999) indica duas perspectivas elementares que oferecem condições que permitem os indivíduos acessarem os recursos legais disponíveis, que são: i) *recursos financeiros*, que podem ser tanto diretos (gastos e despesas necessários para a realização dos processos jurídicos), quanto indiretos (como os custos de oportunidade - *trade-off* - ao optar por

prosseguir na ação jurídica, substituindo por horas que poderiam ter sido utilizadas na atividade econômica); e ii) *habilidade institucional*, oferecendo capacidade aos indivíduos a fim de utilizar e compreender o aparato de Justiça. Entretanto, além dos pontos abordados por Anderson (1999), existem outros elementos, tais como diferença de gênero/sexo e/ou etnia/raça que funcionam como uma barreira ao acesso aos recursos legais e que, muitas vezes, independem dos itens “i” e “ii” citados anteriormente.

No que concerne a Economia do Trabalho, existem duas teorias principais de discriminação. A primeira teoria é baseada no que Becker (1971) denomina de *gosto pela discriminação*. Nesse modelo, o autor pressupunha que os empregadores discriminam em decorrência de uma preferência por trabalhadores de um determinado grupo - ou, ainda, por seus funcionários e consumidores possuem essas preferências. Contudo, esse modelo explica a discriminação no curto prazo, mas não esclarece o porquê da perpetuação da mesma no longo prazo, já que, nesse caso, os empregadores cometeriam erros sistemáticos. Dessa

62
forma, Arrow (1973) e Phelps (1972) desenvolveram a abordagem da *discriminação estatística*, com a finalidade de avançar nas lacunas das teorias baseadas no *gosto pela discriminação*. Assim sendo, a teoria de *discriminação estatística* propõe que os empregadores racionais preferem um grupo (por exemplo, brancos ou homens) em detrimento ao outro (por exemplo, negros ou mulheres) devido às diferenças em sua distribuição de produtividade no local de trabalho. Considerando que os empregadores se deparam com informações limitadas sobre a produtividade real dos trabalhadores individuais, eles desenvolvem preferências por indivíduos de grupos considerados, através de estereótipos, por serem mais produtivos. Assim, de acordo com essas teorias, a discriminação ocorre como uma resposta ótima, embora por meio da criação de estereótipos, a um ambiente com informações limitadas. Essa discriminação no mercado de trabalho pode repercutir na discriminação em outros campos, como no acesso à Justiça, uma vez que contribuem para que as mulheres se vejam e sejam vistas de

maneira diferente em relação aos homens.

A ONU (2018) introduziu três pontos que se reforçam mutuamente para o acesso das mulheres de maneira estruturada ao sistema de Justiça: i) a criação de um ambiente favorável a esse acesso: reforçar as normas legais formais e informais que discriminam as mulheres, bem como fazer política e investimentos financeiros mais favoráveis; ii) criar instituições de Justiça eficazes, responsáveis e sensíveis ao gênero: reformar as instituições e sistemas de Justiça para uma participação, coordenação e resposta eficazes às necessidades de Justiça das mulheres; iii) empoderamento legal das mulheres: capacitar as mulheres e meninas com as ferramentas para conhecer, reivindicar e exercer seus direitos e ampliar o conhecimento dos direitos das mulheres para homens, meninos e estruturas de poder da comunidade.

Dessa forma, alicerçam-se as bases para que as mulheres, mesmo sobre adversidades impostas pela discriminação de gênero, possam acessar a Justiça e possam reivindicar seus direitos, sendo então, esse acesso um

possível indicador de empoderamento feminino, uma vez que poder, assim como exemplifica Kabeer (2005), é a capacidade de tomar decisões, mesmo ao enfrentar oposições. Por exemplo, se uma mulher acessa o aparato policial para denunciar uma agressão, mesmo sofrendo represália, isso mostra seu poder de tomar suas decisões. Por outro lado, se a mulher acredita que a lei não a ampara e, por isso, deixa de acessá-la, há um indicativo de baixo poder de decisão dessa mulher que não faz o que é melhor para ela por encontrar uma oposição.

No que concerne os aspectos do Direito ou da Economia, percebe-se que a discriminação de gênero, em relação ao acesso à Justiça, incorre em perdas, como insegurança jurídica e custos econômicos, respectivamente. O objeto de estudo dessa pesquisa é um fenômeno social complexo e resultante de uma série de desigualdades, como institucional, socioeconômica e cultural. Assim sendo, a abordagem proposta por este trabalho mescla teorias tanto da Economia como do campo do Direito.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos do presente trabalho, utiliza-se da adaptação

da metodologia proposta por Truzzi (2019), procedendo-se de dois exercícios econométricos que se justificam com o intuito de se identificar os canais pelos quais o fenômeno em questão opera, bem como de modo a assegurar o melhor ajuste e adequação dos modelos estimados. Nesse sentido, as etapas deste estudo foram: (i) estimação da probabilidade de indivíduos vitimados por crimes de furto e/ou roubo e/ou agressão física no Brasil acessarem a Justiça através de um modelo de regressão *logit*; e, (ii) decomposição do diferencial na probabilidade de acessar a Justiça entre homens e mulheres, segundo a metodologia de Oaxaca-Blinder.

3.1 Fonte e tratamento dos dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2009, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Realizada anualmente, a PNAD contém informações tanto do indivíduo entrevistado quanto do seu domicílio. Nesse trabalho serão utilizadas apenas as

64
informações dos indivíduos. Cabe ressaltar que esta pesquisa publica, com periodicidade variável, informações suplementares sobre educação, migração, fecundidade, saúde, entre outros.

Na edição de 2009, utilizada neste estudo, a PNAD disponibiliza um questionário suplementar de Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil. Este questionário foi respondido apenas por pessoas com idade igual e/ou superior a 18 anos. Além disso, nesta seção, os entrevistados que sofreram furto, roubo e agressão física são questionados se, após tais situações de violência ocorrerem as seguintes ações: i) procuraram a polícia; ii) foi realizado registro do crime em delegacia de polícia (incluindo Delegacia Virtual). Dessa forma, a base de dados deste trabalho é composta por homens e mulheres com idade igual e/ou superior a 18 anos, vítimas de crimes de furto e/ou roubo e/ou agressão física, que procuraram e/ou fizeram registro da ocorrência junto ao aparato policial em decorrência das referidas situações de violência criminal.

Além disso, em ambos os exercícios econométricos, controlou-se

por diferentes características dos indivíduos que são importantes para explicar a probabilidade de acessar o sistema Judiciário. Essas variáveis foram divididas em três blocos de características:

- i Características individuais:** etnia/raça, idade e estado civil.
- ii Características socioeconômicas:** escolaridade e rendimento mensal *per capita* do domicílio.
- iii Características de localidade:** região censitária e regiões geográficas.

Ressalta-se, ademais, que todas as observações extraídas da PNAD (2009) mantiveram seus respectivos pesos amostrais, estabelecidos por metodologia específica adotada pelo IBGE.

3.2 Probabilidade de acessar a Justiça

Diante do exposto a equação básica do modelo *logit*¹¹ que estima a probabilidade \hat{p}_l do indivíduo l acessar a Justiça pode ser especificada como:

$$\hat{p}_l \equiv \text{Prob}[\text{Acesso à Justiça} = 1 | X_l] =$$

$$\frac{e^{\beta X_l}}{1 + e^{\beta X_l}} \quad (1)$$

Na qual, \hat{p}_l assume valor 1, caso a vítima dos crimes de furto e/ou roubo e/ou agressão física tenha procurado e/ou registrado a ocorrência junto ao aparato policial, ou valor 0 caso contrário. Sendo que, esta probabilidade \hat{p}_l é condicional a um vetor X_l que contém as características dos indivíduos, que afetam a probabilidade de acessar a Justiça quando submetidos a um ato violento, contempladas nos três blocos de características individuais, socioeconômicas e de localidade descritas anteriormente, com destaque para a variável de interesse deste trabalho que é uma *dummy* que assume o valor de 1 para as mulheres e 0 para homens.

3.3 Decomposição de Oaxaca-Blinder

Segundo Jann (2008), a ideia elementar do método de decomposição de Oaxaca-Blinder é estimar separadamente duas equações com as mesmas variáveis, mas para dois grupos

¹¹ Ressalta-se que todas as variáveis - regressores e regressandos - são construídas segundo metodologia proposta por Truzzi (2019).

diferentes, e assim encontrar o diferencial da média da variável de interesse entre estes grupos. Para este trabalho, o interesse recai na comparação entre os grupos de pessoas do sexo feminino (F) e do sexo masculino (M), com idade igual e/ou superior a 18 anos; sendo a variável de interesse (y) a busca pelo aparato policial em decorrência de situações de violência criminal como: furto e/ou roubo e/ou agressão física. Dessa forma, de maneira geral, a decomposição de Oaxaca-Blinder para modelos lineares pode ser expressa como se segue:

$$y_l = X_l' \beta_l + e_l, E(e_l) = 0 \quad e$$

$$l \in (F, M)$$

(2)

onde X_l' é o vetor de variáveis observadas (incluindo o intercepto), β_l são os parâmetros, e_l é o termo de erro aleatório. Dessa forma, buscou-se verificar se existe um diferencial, entre homens e mulheres, quanto à probabilidade de acessar a Justiça, que pode ser expresso por:

$$R = E(y_M) - E(y_F) = E(X_M') \beta_M - E(X_F') \beta_F$$

(3)

sendo que, $E(y)$ refere-se ao valor esperado da busca pelo aparato policial,

ou seja, R é a diferença média dessa variável entre homens e mulheres, explicada pelo conjunto de variáveis observadas (X) - contempladas nos três blocos de características individuais, socioeconômicas e de localidade - e por seus coeficientes (β). E, de forma a identificar a contribuição das diferenças entre os preditores de ambos os grupos para a diferença geral dos resultados, (3) pode ser rearranjada da seguinte maneira:

$$R = \{E(X_M) - E(X_F)\}' \beta^* + \{E(X_M)' (\beta_M - \beta^*) + E(X_F)' (\beta^* - \beta_F)\} \quad (4)$$

em que, β^* é um vetor de coeficientes não discriminatórios, que será utilizado para determinar a contribuição das diferenças entre preditores. A equação (4), portanto, pode ser dividida em duas partes da seguinte forma:

$$R = C + D$$

(5)

em que,

$$C = \{E(X_M) - E(X_F)\}' \beta^*$$

(6)

$$D = E(X_M)' (\beta_M - \beta^*) + E(X_F)' (\beta^* - \beta_F)$$

(7)

Dado o histórico contexto de desigualdades de gênero em nosso país, assumindo-se que existem maiores incentivos por parte da população masculina em acessar o aparato policial, comparativamente às mulheres, frente a situações de violência criminal, seja devido às menores barreiras orçamentárias (maior nível de rendimento), seja devido ao maior empoderamento legal dos homens, dessa forma, compreende-se que a discriminação é direcionada à população feminina. Nesse sentido, o vetor de coeficientes do grupo de homens (β_M) pode ser utilizado como estimativa para o vetor de coeficientes não discriminatórios (β^*). Assim, (4) pode ser reescrita como:

$$\hat{R} = (\bar{X}_M - \bar{X}_F)' \hat{\beta}_M + \bar{X}_F' (\hat{\beta}_M - \hat{\beta}_F) \quad (8)$$

Contudo, considerando-se o caráter binário da variável dependente, ter-se-á que $Prob(Y_i = 1|X_i) = \phi(X_i, \beta_i)$, com ϕ sendo uma função de distribuição acumulada normal padrão (FDA), segundo adaptação proposta Yun (2004), a parcela de discriminação relativa à condição de acesso à Justiça

pode ser estimada pela seguinte decomposição não-linear:

$$\hat{R} = \sum_{l=1}^T W_{\Delta X}^l \{ \phi [(\bar{X}_M - \bar{X}_F)' \hat{\beta}_M] \} + \sum_{l=1}^T W_{\Delta \beta}^l \{ \phi [\bar{X}_F' (\hat{\beta}_M - \hat{\beta}_F)] \} \quad (9)$$

Na qual,

$$\sum_{l=1}^T W_{\Delta \beta}^l = \sum_{l=1}^T W_{\Delta X}^l = 1 \quad (10)$$

Observa-se que nas expressões (4), (8) e (9), a parte à direita da igualdade nas equações apresenta, respectivamente, o somatório dos componentes “explicado” (ou efeito-característica) e “não-explicado” (efeito-preço), que em conjunto compõem o diferencial de acesso à Justiça entre os grupos, de homens e mulheres. O efeito característica capta as diferenças na probabilidade de acesso à Justiça devido às diferenças nas variáveis explicativas dos indivíduos (X_i), contempladas pelos blocos de características individuais, socioeconômicas e de localidade. O efeito-preço é o que a literatura caracteriza como “termo de discriminação”, uma vez que mostra as diferenças no acesso à Justiça não-explicado pelas características observadas dos indivíduos.

O objetivo elementar da técnica de decomposição de Oaxaca-Blinder, portanto, é verificar o que aconteceria com a probabilidade de acesso à Justiça das mulheres se elas tivessem as características observadas dos homens, e dos homens caso tivessem as das mulheres, de modo que o que explicaria essa diferença seria unicamente a identidade de sexo, o que poderia refletir a situação de discriminação de gênero. De acordo com a literatura específica ao tema da discriminação, todos os indivíduos enquanto cidadãos deveriam ter assegurados, *de jure* e *de facto*, os mesmos direitos constitucionalmente promulgados. Nesse sentido, a constatação da existência de qualquer tipo de tratamento e/ou acesso não isonômico em relação ao sistema de Justiça, por determinado indivíduo, ou grupo de indivíduos, se constitui em evidência de que existe discriminação quanto ao acesso a este aparato de proteção social.

Amplamente utilizada em estudos sobre discriminação salarial no mercado de trabalho (Blinder, 1973; Oaxaca, 1973), tanto em casos de comparação de gênero (Stanley e Jarrell, 1998; Weichselbaumer e Winter-Ebmer,

2005) como de etnia/raça (Darity Jr et al., 1996; Kim, 2010), segundo Jann (2008), a técnica de decomposição de Oaxaca-Blinder, atribui à parcela não explicada da variável dependente como efeito discriminação em casos de. Portanto, a decomposição de Oaxaca-Blinder é um método amplamente utilizado e consolidado pela literatura econômica nos estudos sobre discriminação - desde que o modelo esteja corretamente especificado e não se acredita que há alguma variável relevante omitida -, comprovando que possivelmente se constitui na melhor aproximação de um efeito discriminatório com relação ao diferencial de acesso à Justiça entre homens e mulheres em análise neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1, a seguir, apresenta as estatísticas descritivas com as médias das variáveis utilizadas neste estudo, tanto para a amostra como um todo, como especificamente para cada qual grupo de homens e mulheres que responderam ao suplemento de acesso à Justiça da PNAD (2009). A base de dados resultante contém 27.513

observações que, mediante os pesos amostrais assumidos por metodologia específica do IBGE, representam 12.232.981 indivíduos da população brasileira, no período entre setembro/2008 a setembro/2009. Observa-se que, desta amostra, as mulheres correspondem a 45,7%. Com relação ao acesso à Justiça, destaca-se que 44,2% dos indivíduos acessaram o aparato policial em decorrência de situações de violência criminal; sendo que, os homens apresentam maior percentual, 44,4% contra 43,9% das mulheres. Ainda com relação ao perfil dos entrevistados desta amostra, nota-se que 51,8% se autodeclararam negros, 47,6% são casados e a idade média é de, aproximadamente, 38 anos.

No que tange ao rendimento domiciliar mensal *per capita*, verifica-se uma média de R\$841,67 para cada indivíduo do domicílio; sendo que, para os homens esse rendimento é mais

elevado comparativamente às mulheres (R\$848,25 e R\$833,79, respectivamente). Em relação ao nível de escolaridade, identifica-se uma média de 8,56 anos de estudo para os indivíduos da amostra como um todo; no entanto, nota-se que as mulheres possuem, aproximadamente, 1 (um) ano de estudo a mais que os homens.

Com relação às características de localidade dos indivíduos em análise, destaca-se que, em média, 92,5% dos entrevistados residem em zonas urbanas do país. Em relação às grandes regiões geográficas brasileiras, observa-se pouca variação na proporção de homens e mulheres na composição da média amostral em cada região, seguindo a média da amostra total. As regiões com maior participação nesta amostra são as regiões Sudeste e Nordeste e a região com menor participação é a Centro-Oeste.

Tabela 1 - Estatística descritiva com a média das variáveis utilizadas no estudo

Variáveis	Descrição	Amostra total	Homens	Mulheres
Acesso à Justiça	1 se acessou o sistema Judiciário, 0 caso contrário	0,461	0,462	0,460

Mulher	1 para mulher, 0 para homem	0,457	0	1
Negro	1 para negro, 0 para branco	0,518	0,528	0,506
Casado	1 para casado, 0 para solteiro	0,476	0,508	0,434
Idade	Idade (anos)	38,69	38,87	38,46
Renda	Renda mensal <i>per capita</i> do domicílio (em R\$)	841,67	848,25	833,79
Escolaridade	Anos de estudo	8,56	8,18	9,00
Região censitária	1 para zona urbana, 0 para zona rural	0,925	0,908	0,945
Norte	1 para região Norte, 0 caso contrário	0,099	0,099	0,097
Nordeste	1 para região Nordeste, 0 caso contrário	0,284	0,284	0,283
Centro-oeste	1 para região Centro-Oeste, 0 caso contrário	0,084	0,083	0,086
Sudeste	1 para região Sudeste, 0 caso contrário	0,396	0,385	0,409
Sul	1 para região Sul, 0 caso contrário	0,137	0,148	0,125
Observações (amostra)		27.513	14.846	12.667
Observações (com pesos amostrais)		12.232.981	6.648.989	5.583.992

Fonte: Elaboração dos autores, com dados da pesquisa.

4.1 Efeito da identidade de gênero sobre o acesso à Justiça no Brasil

Nesta subseção, apresentam-se os resultados das estimações da Equação (9), que tem o objetivo de verificar se existe um diferencial entre homens e mulheres, vitimados por crimes de furto e/ou roubo e/ou agressão física, quanto ao acesso à Justiça no Brasil, para o período entre setembro/2008 a setembro/2009. Primeiramente, com o

intuito de obter um modelo adequadamente ajustado, procedeu-se a comparação entre os modelos *probit* e *logit*. A Tabela 2 apresenta os coeficientes estimados para os dois modelos mencionados, bem como os erros-padrão robustos em parênteses, ajustados para 27 clusters (em nível de Unidade Federativa). Verifica-se que em ambos os modelos, evidencia-se significância estatística para quase todos

os parâmetros, exceto para a variável de Região censitária. Além disso, através do teste de Razão de Máxima Verossimilhança (LR), observa-se o correto ajustamento dos modelos estimados. Nota-se que para a análise do acesso à Justiça, a regressão *logit*¹² se revela melhor ajustada e eficientemente mais adequada, comparativamente à estimação *probit*, seja pelos coeficientes parciais, como pelos erros-padrão robustos. Além disso, pelo Critério de Informação de Akaike (AIC*), para o qual o menor valor de AIC representa o melhor modelo, comprova-se a preferência pelo modelo *logit*.

A análise dos coeficientes parciais estimados pelo modelo *logit* (Tabela 2), demonstra que, em relação às características individuais, dentre os indivíduos vitimados por crimes de furto e/ou roubo e/ou agressão física, as mulheres e as pessoas negras, de modo geral, apresentam menor probabilidade de acessar a Justiça, em comparação, respectivamente, aos homens e os indivíduos brancos. Por seu turno, indivíduos casados possuem maior

probabilidade de acessar o aparato de Justiça. Além disso, nota-se que à medida que se eleva a idade dos indivíduos, maior é a probabilidade de busca por este aparato de resolução de conflitos. Em relação aos atributos socioeconômicos, verifica-se que ao passo que se eleva o nível de rendimento (renda domiciliar mensal *per capita*) e de escolaridade (anos de estudo) maior a probabilidade de acessar a Justiça. Resultados, estes, também encontrados por Truzzi (2019).

Estes resultados corroboram os resultados de França et al. (2015), que investigaram se a solução de conflitos por meio do acesso à Justiça no Brasil condiciona-se por características individuais. Conforme os autores destacam, é de se esperar que não exista rivalidade no consumo desse bem, ou seja, o acesso à Justiça, pelo fato de que a busca pelo sistema Judiciário apresenta características de bem público, além de imparcialidade e acessibilidade. Os resultados, obtidos no estudo desses autores, elucidam que embora o acesso à Justiça tenha características de não

¹² De acordo com Pohlman e Leitner (2003), seja devido à característica da distribuição acumulada logística, suavizando as variações dos coeficientes parciais estimados, seja pela relativa simplicidade matemática característica aos

modelos *logit*, as regressões *logit* se mostram mais adequadas e eficientemente melhor ajustadas, comparativamente às regressões *probit*.

rivalidade e não exclusão, características individuais como, idade, renda, escolaridade, cor, sexo, entre outras, podem ter efeitos sobre o acesso à

Justiça. Além disso, os autores trazem que quanto maior a desigualdade de renda (mensurada pelo coeficiente de Gini) menor é o acesso à Justiça.

Tabela 2 - Resultados das estimações *probit* e *logit* para acesso à Justiça (Brasil, 2009)

Acesso à Justiça	(1) <i>Probit</i>	(2) <i>Logit</i>
Mulher	-0,0298* (0,0162)	-0,0490* (0,0262)
Negro	-0,0995*** (0,0220)	-0,1591*** (0,0354)
Casado	0,0832*** (0,0263)	0,1337*** (0,0423)
Idade	0,0037*** (0,0012)	0,0060*** (0,0020)
Renda	0,0682*** (0,0080)	0,1097*** (0,0129)
Escolaridade	0,1738*** (0,0326)	0,2825*** (0,0536)
Região censitária	-0,0355 (0,0550)	-0,0567 (0,0891)
Constante	-0,8667*** (0,0948)	-1,4026*** (0,1545)
Região geográfica	Sim	Sim
Observações	21.472	21.472
Teste LR	636,874	637,949
P-valor LR	0,000	0,000
Count-R2	0,581	0,581
AIC*	28.976,67	28.975,59

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota(1) Erros-padrão robustos em parênteses e ajustados para 27 clusters (em nível de Unidade Federativa).

*** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.(2) Tanto a renda quanto a escolaridade então na sua forma logarítmica.

No Brasil, apesar de históricos esforços e movimentos sociais reivindicando a igualdade de gênero, persistem profundas diferenças entre homens e mulheres em diversos aspectos. Nesse sentido, ainda que, na média, como demonstram os dados desta pesquisa, as mulheres possuam mais anos de estudo comparativamente aos homens, as diferenças salariais permanecem, consolidando um cenário em que os homens auferem maior nível de rendimento. Estes resultados, nesse sentido, já oferecem indícios de um possível canal indireto de reprodução das desigualdades de acesso ao aparato de Justiça entre homens e mulheres no Brasil. Ou ainda, a existência de outros tipos de discriminação de gênero, como a discriminação salarial que condiciona a situação de menor nível salarial pelas mulheres comparativamente aos homens, infere uma restrição a recursos financeiros por este grupo, que como argumentado por Anderson (1999), se constitui em elemento essencial para que os indivíduos tenham acesso aos recursos legais disponíveis, sendo capazes de custear e efetivamente

realizar os processos e ações jurídicas. Além disso, deve-se levar em consideração outras formas de discriminação em relação às mulheres, as quais, principalmente em países em desenvolvimento, muitas vezes não são passíveis de qualquer mensuração/quantificação e que podem refletir na desigualdade de gênero tanto em relação à renda quanto ao acesso à Justiça.

A Tabela 3, por seu turno, apresenta os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder entre os efeitos, característica (parcela “explicada”) e preço (parcela “não-explicada”), para a análise do acesso à Justiça no Brasil. Nota-se que a diferença quanto ao acesso à Justiça entre os grupos de homens e mulheres, ponderado pelas respectivas populações em cada grupo, é estatisticamente significativa. Controlado pelos blocos de características individuais, socioeconômicas e de localidade, observa-se que, dentre os indivíduos vitimados por crimes de furto e/ou roubo e/ou agressão física, em média, as mulheres apresentam 45,85% de

probabilidade de acessar o aparato de Justiça, contra uma maior probabilidade para os homens, da ordem de 47,02%; ou ainda, existe uma diferença de aproximadamente 1,17 pontos percentuais, entre ambos os grupos, revelando que, proporcionalmente aos homens, as mulheres procuram menos o aparato Jurídico quando submetidas a uma situação de violência criminal (furto

e/ou roubo e/ou agressão física). De modo geral, esse efeito é explicado apenas pela parcela “não-explicada” (efeito-preço) desse diferencial, oferecendo indícios de que um componente subjetivo, possivelmente a discriminação de gênero, contribui para essa adversidade no acesso à Justiça entre homens e mulheres.

Tabela 3 - Resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder para acesso à Justiça (Brasil, 2009)

Acesso à Justiça	OB (Brasil)
Homens	0,4702*** (0,0196)
Mulheres	0,4585*** (0,0194)
Diferença	0,0117* (0,0063)
Explicada	-0,0001 (0,0019)
Não-explicada	0,0118* (0,0061)
Explicada	
Características individuais	0,0055 (0,0047)
Características Socioeconômicas	-0,0074 (0,0049)
Características de localidade	0,0017

	(0,0021)
<hr/>	
Não-explicada	
<hr/>	
Características individuais	0,0032 (0,0227)
Características Socioeconômicas	0,0993 (0,0554)
Características localidade	-0,0081 (0,0469)
Constante	-0,0827 (0,0807)
<hr/>	
Observações	21.472

Fonte: Resultados da Pesquisa

Erros-padrão robustos em parênteses e ajustados para 27 clusters (em nível de Unidade Federativa); *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.(2) Tanto a renda quanto a escolaridade então na sua forma logarítmica.

Quando analisado o efeito-preço, ainda que individualmente os blocos de características individuais, socioeconômicas e de localidade não se sejam estatisticamente significativos, o modelo estimado revela que em conjunto estes três blocos de características são significativos estatisticamente para a composição desta parcela “não-explicada” do diferencial de acesso à Justiça entre os grupos de homens e mulheres. Nesse sentido, evidenciam-se os possíveis mecanismos de reprodução subjetiva deste fenômeno tão complexo, ou seja, que demais tipos de discriminação, como a racial, também

podem contribuir para este cenário de desigualdades quanto ao acesso à Justiça em nosso país.

Uma questão interessante que pode elucidar o fato de que o componente de “efeito-preço” explique a diferença de acesso à Justiça entre homens e mulheres é a motivação, para ambos os sexos, para não procurarem o aparato jurídico em busca de uma solução do conflito. O questionário da PNAD (2009), em seu *Suplemento de Vitimização e Acesso à Justiça*, permite que essa informação seja verificada. A análise dos microdados mostra que existem vários motivos pelos quais os

indivíduos não acessam a Justiça¹³. Dessa forma, aproximadamente 16% dos indivíduos - de ambos os sexos - que não procuraram a Justiça como meio para solução de conflitos afirmaram que o processo demoraria muito.

Além disso, 54,22% e 45,78% dos homens e mulheres, respectivamente, declararam descrença no sistema judiciário; também foi relatado desconhecimento acerca da possibilidade de se utilizar a Justiça, com frequência de 46,29% e 53,71% para homens e mulheres, respectivamente. Portanto, percebe-se uma porcentagem semelhante no que diz respeito aos motivos supracitados entre ambos os sexos. Por seu turno, dentre os indivíduos que relataram não buscar o Judiciário por medo de represálias da(s) outra(s) parte(s) envolvida(s), 60,89% eram do sexo feminino, contra 39,11% do sexo masculino. Em conjunto, estes dados revelam o amplo desconhecimento da população brasileira com relação aos mecanismos jurídicos de proteção social, além de uma profunda descrença acerca da eficiência do sistema de Justiça.

Esta situação, ademais, de forma complementar a estatística descritiva da base de dados e à estimação *logit*, sugere evidências acerca do caráter subjetivo deste diferencial de acesso à Justiça entre ambos os sexos, dado que com relação às características observáveis determinantes a esse acesso, como o nível educacional - que implica na *habilidade institucional* do indivíduo, segundo Anderson (1999) -, não se verifica importantes e significativas discrepâncias entre homens e mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gênero é um problema arraigado em muitos países, sobretudo em nações menos desenvolvidas. O acesso à Justiça pelas mulheres pode ser um indicativo do empoderamento feminino, uma vez que frente a um problema elas tomam sua decisão de recorrerem à Justiça para que seus direitos sejam atendidos. Conforme problematizado neste estudo, a consolidação da cidadania, através de dispositivos que assegurem as liberdades individuais dos cidadãos é determinante para o bem-estar social, permitindo a

¹³ Nesta estatística, utiliza-se o acesso à Justiça no sentido de mover uma ação judicial formal contra a outra parte no conflito, podendo

abranger Justiça (de forma geral) ou Juizado Especial (antigo juizado de pequenas causas).

dinamização do processo de desenvolvimento e crescimento econômico nacional. Dentre os direitos constitucionalmente proclamados em nossa *magna carta*, o acesso à Justiça se apresenta enquanto mecanismo elementar de proteção social. Além disso, como argumentado, um aparato jurídico, estruturalmente constituído, também se apresenta enquanto promotor do desenvolvimento econômico dos países.

A isonomia de tratamento pelo Poder Judiciário, bem como condições igualitárias de educação e renda a todos os cidadãos, independente de gênero/sexo, etnia/raça, cultura e credo, se coloca como aspecto elementar para qualquer nação que se anseia próspera e virtuosa. Um país desenvolvido é capaz de oferecer melhores oportunidades para todos seus cidadãos, proporcionando condições para aqueles que, na ausência disso, teriam dificuldades em romper com certos tipos de armadilhas, dando, portanto, bases para o desenvolvimento de uma nação.

Diante deste cenário, o presente trabalho buscou verificar se, quando vitimados por crimes violentos como furto e/ou roubo e/ou agressão física,

existe um diferencial entre homens e mulheres quanto ao acesso à Justiça no Brasil. Os resultados mostram que essa desigualdade existe, e que os homens acessam mais à Justiça quando submetidos a um ato de violência criminal do que as mulheres. Além disso, por meio da metodologia de Oaxaca-Blinder, foi possível identificar que esse diferencial é explicado pela componente de “efeito-preço”, também denominado de “termo de discriminação”, oferecendo indícios da discriminação de gênero expressa pela condição de acesso à Justiça em nosso país. Ainda que historicamente no Brasil várias políticas tenham sido formuladas e implementadas para que as mulheres recebam suporte quando submetidas a um ato violento, como a criação da “Delegacia da Mulher” e de organizações/instituições de acolhimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência, os resultados encontrados neste estudo revelam que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que todos os cidadãos brasileiros, homens e mulheres, recebam tratamento isonômico com relação aos direitos constitucionalmente

proclamados e acessem de maneira igualitária o aparato de Justiça.

Como discutido nos resultados deste estudo, as mulheres são a maioria entre aqueles que não acessam a Justiça quando vitimadas por crimes violentos como furto e/ou roubo e/ou agressão física. Além disso, comparativamente aos homens, as mulheres reportaram maior desconhecimento acerca da possibilidade de se utilizar esse aparato, bem como, relataram com maior frequência o fato de não buscarem o Judiciário por medo de represálias. Dessa forma, ampliar a disseminação de informações sobre instituições e organizações que oferecem proteção, apoio e acolhimento às mulheres em situação de violência, à exemplo da “Delegacia da Mulher”, promovendo ações focalizadas em bairros e espaços públicos, especialmente nos mais pobres, se coloca como mecanismo elementar no combate ao fenômeno de criminalidade, de modo geral, e de violência de gênero de forma específica. Se possível, que se possa contar com o apoio e presença de profissionais especializados e envolvidos no processo, como de advogados, policiais e psicólogos, com a finalidade de prover o

atendimento necessário às mulheres, para que sejam e se sintam de fato acolhidas pelo Estado e pela sociedade.

Uma das limitações deste trabalho trata-se do problema de variável omitida. Para que o resultado seja uma medida exata da discriminação no acesso à Justiça, todos os fatores que determinam esta variável devem estar presentes no modelo. Se não estiverem, talvez por causa das limitações dos dados e, portanto, tenham sido excluídos ou contenham erros de medição, o resíduo também refletirá essas influências omitidas e, assim, super/subestimará a extensão da discriminação.

Outra limitação diz respeito à possibilidade de haver subnotificação dos crimes de roubo, furto e agressão. No entanto, espera-se que as subnotificações afetem da mesma forma ambos os grupos, de homens e mulheres, para roubo e furto. Contudo, no caso das agressões físicas, acredita-se que haja maior número de subnotificação por parte das mulheres, dado que, como apresentado em alguns estudos sobre vitimização, grande parte dessa violência é praticada por cônjuges ou ex-cônjuges, que podem provocar algum tipo de coação sobre as mulheres vítimas. No

entanto, isso não invalidaria as análises aqui estimadas, uma vez que os resultados estariam apenas subestimados. Sendo assim, o diferencial de acesso à Justiça entre os sexos, assim como os efeitos das variáveis aqui utilizadas sobre ele são pelo menos de igual magnitude aqueles encontrados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Aléssio Tony Cavalcanti; Fauvrelle, Thiago de Araújo (2013), "Determinantes do Não Acesso à Justiça no Brasil: algumas evidências." *Economic Analysis of Law Review*, 4.1, 120-148.

Alvarez, Sonia E (1990), *Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press.

Alves, José Eustáquio Diniz; Cavenaghi, Suzana Marta (2013), "Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil." *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 18.1, 83-105.

Anderson, Michael (1999), "Access to justice and legal process: making legal institutions responsive to poor people in LDCs." WDR 2000 Conference.

Ardailon, Daniell, (1989), "Estado e mulher: Conselhos dos direitos da mulher e delegacias de defesa da mulher." Relatório Final, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

Arrow, Kenneth (1971), "The theory of discrimination." *Discrimination in labor markets*, 3.10, 3-33.

Becker, Gary S (2010), *The economics of discrimination*. Chicago: University of Chicago press.

Blinder, Alan S (1973), "Wage discrimination: reduced form and structural estimates." *Journal of Human resources*, 436-455.

Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant G.; Northfleet, Ellen Gracie (1988), *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

COUNCIL OF EUROPE (2015), *Towards guaranteeing equal access to*

justice for women. In: Report of the 3rd Conference of the Council of Europe Network of National Focal Points on Gender Equality. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16806a0df8>> Acesso em: 08 mai. 2019.

Darity Jr, William; Guilkey, David K; Winfrey, William (1996), "Explaining differences in economic performance among racial and ethnic groups in the USA: the data examined." *American Journal of Economics and Sociology*, 55.4, 411-425.

França, Marco Tulio Aniceto; Duenhas, Rogerio Allon; Gonçalves, Flávio de Oliveira (2015), "O acesso ao judiciário é para todos? Uma análise utilizando o índice de oportunidade no acesso para os estados brasileiros." *Economic Analysis of Law Review*, 5.2, 285-295.

Galvão, Juliana de Castro (2015), "O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil." Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Gregori, Maria Filomena (2006), "Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo: paradoxos e paralelismos." *Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 57-87.

Hatipoğlu-Aydın, Duygu; Aydın, Mustafa Berkay (2016), "The gender of justice system: Women's access to justice in Turkey." *International Journal of Law, Crime and Justice*, 47, 71-84.

Jann, Ben (2008), "The Blinder–Oaxaca decomposition for linear regression models." *The Stata Journal*, 8.4, 453-479.

Kabeer, Naila (2005), "Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal 1." *Gender & Development*, 13.1, 13-24.

Kim, ChangHwan, (2010), "Decomposing the change in the wage gap between White and Black men over time, 1980-2005: An extension of the

Blinder-Oaxaca decomposition method." *Sociological methods & research*, 38.4, 619-651.

Lima, Newton de Oliveira; Peterke, Sven (2011), "Acesso à Justiça Internacional para as Mulheres no Brasil: o papel do CEDAW." *Gênero & Direito*, 1.2.

Lorizio, Marilene; Gurrieri, Antonia Rosa (2014), "Efficiency of Justice and Economic Systems", *Procedia Economics and Finance*, 17, 104-112.

North, Douglass Cecil, (1988), "Institutions, economic growth and freedom: an historical introduction", *School of Business, Washington Univ.*

Oaxaca, Ronald (1973), "Male-female wage differentials in urban labor markets", *International economic review*, 693-709.

ONU – Organização das Nações Unidas (2018), "A Practitioner's Toolkit on Women's Access to Justice Programming". 2018. Consultado a 08.05.2019, em <https://www.ohchr.org/Documents/Publ>

[ications/PractitionerToolkit/WA2J_Module1.pdf](#).

ONU – Organização das Nações Unidas (2000), "Human Development Report 2000". Consultado a 08.05.2019, em http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/261/hdr_2000_en.pdf.

Pasinato, Wânia; Santos, Cecília (2008), "Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil", São Paulo: PAGU, UNICAMP.

Phelps, Edmund (1972), "The statistical theory of racism and sexism", *The American Economic Review*, 62(4), 659-661.

Pohlman, John.; Leitner, Dennis (2003), "Comparison of Ordinary Least Squares and Logistic Regression", *Ohio Journal of Science*, 118-125, [=volume 103, número 5].

Santos, Cecília MacDowell (2005), "Women's police stations: gender, violence, and justice in São Paulo, Brazil", Springer.

- Santos, José Alcides Figueiredo (2008), “Classe social e desigualdade de gênero no Brasil”, *Dados*, 51(2), 353-402.
- Stanley, Tom; Jarrell, Stephen (1998), “Gender wage discrimination bias? A meta-regression analysis”, *Journal of Human Resources*, 947-973.
- Rosa, Bruno Truzzi (2019), “Evidências sobre a discriminação racial no Brasil: uma análise sobre o perfil de vitimização e acesso à justiça”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa).
- Sherwood, Robert; Shepherd, Geoffrey; De Souza, Celso Marcos (1994), “Judicial systems and economic performance”, *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 34, 101-116.
- Teixeira Lima, Eduardo Felipe (2019), “Percepção das mulheres sobre a efetividade da lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Uma revisão de literatura”, *Gênero & Direito*, [=volume 8, número 1].
- WEF – World Economic Forum. (2018), “Global Gender Gap Report 2018”. Consultado a 08.05.2019, em http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2018/?doing_wp_cron=1557362702.0154290199279785156250.
- Weichselbaumer, Doris; Winter-Ebmer, Rudolf (2005), “A meta-analysis of the international gender wage gap”, *Journal of Economic Surveys*, 19(3), 479-511.
- Yun, Myeong-Su (2004), “Decomposing differences in the first moment”, *Economics letters*, 82(2), 275-280

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA HUMANIZADA E O PATRIARCADO

Débora Fernandes Pessoa Madeira¹

Marina Luiza Silva Queiroz²

Roselaine Lopes Toledo³

Resumo: A presente pesquisa tem como tema a violência obstétrica e trata da relação entre a violação do direito à assistência obstétrica humanizada e o patriarcado. Este tema é extremamente relevante, uma vez que apesar de atingir grande parte das mulheres brasileiras, essa violência é invisível. Essa pesquisa tem, como objetivo geral, a análise da violência obstétrica sob o enfoque das teorias feministas, principalmente sob o olhar das teorias feministas do direito, discutindo-se essa violência como uma forma de cerceamento da liberdade da mulher para com seu corpo e suas decisões acerca do ato de parir. A respeito da metodologia, a presente pesquisa qualitativa se deu pelo método da análise de conteúdo qualitativo. Enquanto problemas de pesquisa, tem-se: o questionamento de quais atitudes devem ser consideradas violência obstétrica; a

indagação se essa violência é uma forma de cercear a mulher do direito pessoal de parir; e a relação entre a violência obstétrica praticada contra a mulher e o patriarcado. Concluiu-se que a violência obstétrica está atrelada a diversas causas e, dentre elas, o patriarcado.

Palavras chave: Violência obstétrica; Assistência humanizada do parto; Patriarcado.

Abstract: The present research focuses on obstetric violence and deals with the relationship between the violation of the right to humane obstetric care and patriarchy. This issue is extremely relevant, since despite reaching a large part of Brazilian women, this violence is invisible. This research has, as a general objective, the analysis of obstetric violence under the

¹ UFV

² Graduada pela Universidade Federal de Viçosa, advogada em Viçosa - MG.

³ Graduada em Direito pela Univiçosa; Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, professora de Direito na Unipac - Capus Ubá

focus of feminist theories, especially under the view of feminist theories of law, discussing this violence as a way of curtailing women's freedom towards their body and their decisions about giving birth. About the methodology, the present research of gave through the method of content analysis, through the qualitative method. While research problems, one has: the questioning about which attitudes should be considered obstetric violence; the inquiry into this violence is a way of curtailing the woman's personal right to give birth; and the relationship between obstetric violence against women and patriarchy. It was concluded that obstetric violence is linked to several causes, including patriarchy.

Keywords: Obstetric violence; Humanized childbirth care; Patriarchy.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, com o passar dos anos, ganhou espaço nas discussões jurídicas e, aos poucos, as mulheres conquistaram proteções específicas para os casos de violência doméstica no Brasil. Entretanto, essa violência possui diversas faces e algumas

ainda são pouco conhecidas, como é o caso da violência obstétrica.

Embora ainda sejam escassos os estudos que abordam este tema, se comparados com a literatura científica acerca da violência contra a mulher de uma forma geral, os autores e autoras que se propuseram a abordar a questão apontam alguns importantes fatores que levam à violência obstétrica e, dentre eles, encontra-se com grande veemência o machismo advindo da sociedade patriarcal.

A partir disso, esse estudo não se propõe a simplesmente discutir os danos civis causados pela violência obstétrica, mas sim trabalhar o problema em sua base, tratando de um dos fatores que levam à prática dessa violência: o machismo velado, enraizado na sociedade patriarcal brasileira.

O meio jurídico possui grande importância na problematização da assistência obstétrica, uma vez que tem estreita ligação com a violência de gênero nas instituições de saúde, especialmente no ciclo gravídico puerperal. (Diniz, 2001: p. 48).

De modo geral, existe um grande tabu em torno da violência contra a mulher e por causa disso o assunto, por muitas vezes, deixa de ser debatido. Entretanto, a violência obstétrica possui ainda um enorme agravante: bem como será

demonstrado ao longo da pesquisa, em muitos casos a mulher não toma conhecimento da violência sofrida, por ser induzida a acreditar que tal agressão é algo necessário, parte do procedimento ideal.

Visto isso, se faz explícita a necessidade de se trabalhar o tema, colocando em voga esta violência que é recorrente, porém invisível. É de suma importância tratar dessa grave situação que, como será demonstrado oportunamente, ocorre há tantos anos e ainda assim apresenta tão pouco conteúdo debatido.

A presente pesquisa apresenta como marco teórico a assistência ideal ao parto, trabalhada por Carmen Simone Grilo Diniz (2001) em sua tese de doutorado, onde abarca a violência obstétrica, a crise no modelo de assistência, a humanização do parto e os direitos humanos femininos.

Enquanto problemas de pesquisa, tem-se duas principais, que se colocam em perguntas a serem respondidas, sendo elas: Considerando as teorias feministas que abordam a perda de autodeterminação da mulher em relação ao seu próprio corpo, a história e o desenvolvimento do parto: até que ponto as intervenções médicas na obstetrícia se configuram como violência?; Qual a relação existente entre a violência obstétrica praticada contra a mulher e o patriarcado?

O objetivo geral da pesquisa em epígrafe se encontra na análise da violência obstétrica sob o enfoque das teorias feministas, principalmente sob o olhar das teorias feministas do direito, discutindo-se essa violência como uma forma de cerceamento da liberdade da mulher para com seu corpo e suas decisões acerca do ato de parir.

Acerca da metodologia, a pesquisa foi feita por meio do método da análise de conteúdo, proposto por Júlia Ximenes, que compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações, o que permite um amplo campo de aplicação, como discursos políticos, manuais escolares, entrevistas, entre outros. Ainda neste mesmo trabalho, Ximenes explicita:

O que aqui propomos é utilizar a técnica na análise das decisões judiciais, isto porque o domínio de análise de conteúdo é justamente o material e o conjunto de técnicas que permitam a explicação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo (Ximenes, 2011).

Esta pesquisa se deu no formato qualitativo, por meio da revisão de literaturas. Tal pesquisa utilizou as bases SCIELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, considerado o

maior refinador no campo de pesquisas acadêmicas, Globallex. Para efetuar a pesquisa nos mencionados portais online, foram utilizados os seguintes descritores de pesquisa: violência obstétrica, patriarcado, feminismo e medicalização do parto.

Além da pesquisa online, também foram utilizados o acervo literário da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa, Sistema de Bibliotecas UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca PUC – Pontifícia Universidade Católica - Minas, e afins, além de outras obras esparsas descobertas em sede de pesquisa.

Por fim, dada a importância temática apresentada, a presente pesquisa pretende, independentemente dos resultados encontrados, fomentar a discussão a respeito da violência obstétrica no âmbito jurídico brasileiro.

2. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A violência contra a mulher afigura-se por meio das mais variadas formas, e uma delas tem sido muito recorrente e pouco identificada: a violência obstétrica. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde – OMS - afirmou que a violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis, sendo a violência

obstétrica uma das muitas formas de violência contra a mulher. (Zanardo, et al., 2017: p. 4)

O cenário dessa violência nas instituições de saúde, durante a gravidez e no momento do parto, é alarmante e carente de atenção estatal. Abusos e maus-tratos são práticas corriqueiras que além de trespassar os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, se portam enquanto verdadeiras ameaças ao direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação. (OMS – Organização Mundial da Saúde, 2014: p. 1)

O termo “violência obstétrica” é extremamente novo, tendo sido conceituado pela primeira vez pela lei venezuelana “La ley organica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia” (Venezuela, 2007), no ano de 2007. A referida lei apresenta, em seu artigo 15, o seguinte conceito:

Artículo 15. Se consideran formas de violencia de género en contra de las mujeres, las siguientes: (...) 13. Violencia obstétrica: Se entiende por violencia obstétrica la apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de

los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida de las mujeres.⁴

Por meio do editorial do *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, no ano de 2010, o presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela, Dr. Rogelio Pérez D'Gregorio, introduziu o termo “violência obstétrica” no meio acadêmico, possibilitando que tal expressão ganhasse notoriedade e importância cada vez maiores no seio dos movimentos sociais, principalmente nos que se dedicam às causas de enfrentamento da violência contra a mulher. (Pulhez, 2013: p.1).

Ademais, Carmen Diniz e outras autoras pontuam:

Outros descritores também são usados para o mesmo fenômeno, como: violência de gênero no parto e aborto, violência no parto, abuso obstétrico, violência institucional de gênero no parto e aborto, desrespeito e abuso, crueldade no parto,

assistência desumana/ desumanizada, violações dos Direitos Humanos das mulheres no parto, abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto, entre outros (Diniz et al., 2015, p. 3).

A expressão “violência obstétrica” abarca violências praticadas contra a gestante, não apenas estritamente no momento do parto, de forma a gerar uma ofensa aos direitos da mesma, por meio de condutas agressivas e ofensivas. (Diniz et al., 2015: p. 3).

Em sintonia com tal entendimento, Beatriz Muniz e Ruth Barbosa afirmam que:

Configura-se como violência, a imposição de intervenções danosas à integridade física e psicológica das mulheres nas instituições em que são atendidas, bem como o desrespeito a sua autonomia. (Muniz e Barbosa, 2012: p. 1).

Visto isso, é possível depreender que a violência obstétrica pode ocorrer durante o parto - ou até mesmo no momento pré ou pós parto⁵ - e que se configura quando os funcionários das instituições de

⁴Tradução livre pelas autoras: “Se consideram formas de violência de gênero contra as mulheres, as seguintes: (...) 13. Violência obstétrica: Se entende por violência obstétrica a apropriação do corpo e os processos reprodutivos das mulheres por funcionário da saúde, que se expressa em um tratamento desumano, em um abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, trazendo perda

da autonomia e a capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente a qualidade de vida das mulheres.

⁵ Por diversas vezes no texto, as pesquisadoras deste trabalho se referem à violência obstétrica sofrida durante o parto. Entenda-se porém, que a toda vez que se fizer essa referência, pretende-se abarcar também os momentos do pré-parto e do pós-parto.

saúde agridem as parturientes, seja por meio de atitudes ou palavras, fazendo com que a assistência institucional se torne promotora de dor e sofrimento. Essa agressão normalmente se instrumentaliza por meio de desrespeito e grosserias com a parturiente, do uso desnecessário e não consensual de procedimentos médicos ou ainda pela negação de procedimentos necessários.

2.1. Atos caracterizadores da violência obstétrica

A OMS emitiu uma declaração, no ano de 2014, acerca da violência obstétrica, por meio da qual buscou trazer à tona esse tema tanto na área da saúde pública quanto na de direitos humanos. Convocou maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização acerca da violência obstétrica. Para tanto, trouxe um rol exemplificativo das principais manifestações de violência obstétrica que vêm ocorrendo ao redor de todo o mundo. Mencionou, nesse contexto, a falta de confidencialidade, a realização impositiva de procedimentos, sem coleta prévia de consentimento, violações severas

de privacidade, a não indicação de analgésicos, dentre outras causas (OMS, 2014).

Acerca do mesmo tema, porém mais recentemente, a Dra. Princess Nothemba Simelela, Diretora Geral Adjunta da OMS para Família, Mulheres, Crianças e Adolescentes, declarou que um atendimento adequado de mulheres envolve excelência tanto na prestação de serviços de saúde quanto na experiência humana da mulher. Nesse sentido:

Critical components of a woman-centred approach include: avoiding unnecessary medical interventions, encouraging women to move around freely during early labour, allowing them to choose their birth position and have a companion of their choice by their side. It also means ensuring privacy and confidentiality and providing adequate information about pain relief⁶. (Simenela, 2018)

Isso posto, é possível perceber que é vítima de violência obstétrica a mulher que: sofre humilhações e desrespeitos verbais durante o atendimento; não tem a sua autonomia corporal respeitada; é impedida de emitir opiniões acerca dos

⁶ Em uma tradução livre das autoras: “Os componentes críticos de uma abordagem que tem como foco a mulher são: evitar intervenções médicas desnecessárias, incentivar as mulheres a circular livremente durante o trabalho de parto precoce,

permitindo que elas escolham sua posição de nascimento e tenham um acompanhante de sua escolha ao seu lado. Também significa garantir privacidade e confidencialidade e fornecer informações adequadas sobre o alívio da dor”.

procedimentos realizados; tem negada a presença de um acompanhante à sua escolha; é submetida à intervenções desnecessárias e não autorizadas; entre outras situações.

Todas as abordagens contidas nesse capítulo se consubstanciam, sendo partes de uma crítica às inúmeras faces dessa atrocidade: à falta de gentileza e de respeito; à assistência que faz com que as mulheres tenham que estar em posição de completa imobilidade, ficando passivas e submissas; ao fato de os momentos do parto, pré-parto e pós-parto serem centrados na conveniência de profissionais e instituições e não das mulheres. (Diniz, 2001: p. 24).

Muitas são as recomendações acerca do acompanhamento adequado ao parto, de forma a não violar os direitos femininos. Temos, nesse sentido:

The new WHO guideline includes 56 evidence-based recommendations on

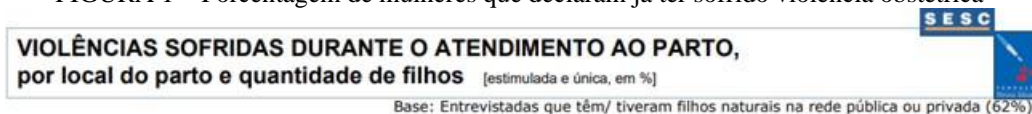
what care is needed throughout labour and immediately after for the woman and her baby. These include having a companion of choice during labour and childbirth; ensuring respectful care and good communication between women and health providers; maintaining privacy and confidentiality; and allowing women to make decisions about their pain management, labour and birth positions and natural urge to push, among others.⁷ (WHO, 2018)

Acerca dessas manifestações de violência, dados coletados em uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o SESC – Serviço Social do Comércio -, que demonstram que uma em cada quatro mulheres parturientes brasileiras sofreu violência no parto. A esse respeito, segue a tabela emitida por essa pesquisa:

⁷ Tradução livre pelas autoras: “A nova diretriz da OMS inclui 56 recomendações fundadas em evidências sobre quais cuidados são necessários durante o parto e após o parto a mulher e seu bebê. Isso inclui ter um companheiro de sua escolha durante o trabalho de parto e pós-parto; garantir

cuidado respeitoso e boa comunicação entre mulheres e profissionais de saúde; manutenção da privacidade e confidencialidade; e permitir que as mulheres tomem decisões sobre o manejo da dor, as posições de parto e nascimento e o desejo natural de pressionar, entre outros”.

FIGURA 1 – Porcentagem de mulheres que declaram já ter sofrido violência obstétrica



	TOTAL	LOCAL DO PARTO			QUANTIDADE DE FILHOS				
		Só na rede pública	Só na rede privada	Em ambas	1	2	3	4 ou 5	6 ou mais
<i>Peso</i>	100%	74%	17%	8%	25%	28%	21%	17%	9%
Sofreu alguma violência no atendimento ao parto	25	27	17	31	27	22	25	29	26
Não sofreu violência no atendimento ao parto	75	73	83	69	73	78	75	71	74

(Fundação Perseu Abramo, 2010)

Entretanto, esses números nem sempre traduzem a mais pura realidade, afinal, a violência obstétrica carrega consigo a invisibilidade, uma vez que em muitos casos as mulheres não se dão conta da agressão que sofrem, já que são levadas a acreditar que aquelas são práticas corretas e necessárias ao bom nascimento da criança. Corriqueiramente lhe são retirados os direitos fundamentais à saúde, à dignidade, à honra, à segurança, à autonomia e à liberdade, sem sequer se darem conta de que estão sofrendo algum tipo de violência. (Almeida, 2017: p. 14).

Apesar de as questões acerca da violência obstétrica estarem gradativamente ganhando voz enquanto um fenômeno alarmante e carente de soluções eficazes, segundo a supracitada Declaração da OMS, por hora, não existe um consenso em relação à forma de definir tais problemas, e

a consequência disso vem em consonância com o que fora exposto: a invisibilidade demasiada de uma violência arrebatadora, mas pouco discutida. (OMS, 2014, p. 2).

A violência obstétrica é um fenômeno extremamente presente no cenário da saúde brasileira, atingindo 25% das mulheres parturientes. Apesar disso, ainda é um tema marcado pela invisibilidade, visto que se encontra velado pela cultura de que o parto deve, necessariamente, gerar dor à parturiente.

2.2. Assistência obstétrica adequada

A violência obstétrica demonstra, de forma clara, que a assistência institucional conferida à parturiente brasileira em muitas vezes não é adequada. Visando essa questão, o doutorado de Carmen Diniz, utilizado como marco teórico da presente

pesquisa, aborda a assistência adequada ao parto e aponta o parto humanizado como uma possível solução à essa violência.

O termo obstetrícia se originou da palavra “obstetrix”, derivada do verbo “obstare”, que significa “estar ao lado” (Clínica Bedmed, 2018), portanto, entende-se que o médico obstetra é o especialista que cuida e acompanha a gestação, parto e puerpério. Logo, fica explícito que sua função não é tomar o parto para si, mas sim assistir a parturiente, dando o auxílio necessário.

Em uma reportagem de 2018, da WHO, Ian Askem mencionou a respeito do papel do médico no atendimento da mulher gestante que é importante que esta participe da tomada de decisão sobre seu parto, mesmo quando a intervenção médica for necessária, pois isso viabiliza uma positiva experiência. (WHO, 2018)

Aqui não se pretende expressar que a gravidez e parto deveriam deixar de contar com a assistência dos avanços médicos e tecnológicos, mas sim que isso deveria acontecer por meio de uma assistência adequada. A assistência tem por objetivo obter uma mãe e uma criança saudáveis, com o mínimo possível de intervenção. A Dra. Princess Nothemba Simelela menciona por óbvio, pretende-se que a mulher tenha um parto seguro, com as melhores técnicas

e tecnologias, mas que a medicalização do parto está retirando da mulher a capacidade de parir e isso implica em uma negativa experiência de parto (Simenela, 2018). Deve haver, portanto, uma razão válida para interferir sobre o processo natural. (apud Diniz, 2001: p. 4).

Ainda segundo Carmen Diniz, “Com base nessa concepção de assistência, qualquer intervenção sobre a fisiologia só deve ser feita quando se prova mais segura e/ou efetiva que a não intervenção” (Diniz, 2001: p. 4). Nesse sentido:

A arguição da segurança e da efetividade se estendeu sobre a assistência pré-natal, onde se constatou que, em grande medida, a extensão e o conteúdo da atenção pré-natal, incluindo o número de consultas e os exames solicitados, são ritualísticos ao invés de baseados na evidência. Esta constatação impõe a necessidade de identificar os elementos da assistência que são de fato provados como efetivos na prevenção ou no alívio de efeitos adversos na mãe e na criança. (apud Diniz, 2001: p. 4).

Existem ainda algumas divergências acerca do que seria o parto normal no meio hospitalar. Alguns manifestam no sentido de ser um parto vaginal dirigido, feito pelo médico, com intervenções rotineiras,

enquanto outros acreditam ser um parto vaginal feito pela mulher e assistido pelo médico, com intervenções caso necessário.

Nos últimos anos, tem havido uma distinção cada vez mais enfática sobre o que se considera “parto normal”. Em geral, o que consideramos como parto normal é o chamado parto vaginal dirigido, ou seja, aquele que de rotina é conduzido com a mulher imobilizada ou semi-imobilizada, privada de alimentos e líquidos por via oral, usando de drogas para a indução ou aceleração do parto, com a mulher imobilizada e em posição de litotomia no período expulsivo, com eventual uso de fórceps, e com o uso de rotina episiotomia e episiorrafia.

[...]

Para alguns autores (Gaskin, 2000; Davis-Floyd, 1997; Wagner, 2000), com os quais nos identificamos, por parto normal devemos entender o parto que ocorre conforme a fisiologia, sem intervenções desnecessárias nem seqüelas destas intervenções. Um parto vaginal orientado por uma abordagem médico-cirúrgica e pelo modelo tecnocrático⁵ acima descrito, que inclua um conjunto de intervenções desnecessárias que vão deixar seqüelas físicas e um maior desgaste emocional da mulher com sua experiência, deveria se chamar de “parto típico”⁶, até por sua variabilidade geográfica, pois como vimos, este “normal” varia de acordo

com o país ou o serviço. (Diniz, 2001: p. 8).

Entretanto, apesar das divergências a respeito da nomenclatura dada a cada procedimento, a assistência ideal é aquela que permite à mulher ocupar seu lugar de parturiente e que garante à mesma o tratamento médico-científico adequado, caso necessário.

Como possível e eficaz solução para o problema da perda da autonomia da mulher no momento do parto, Carmen Diniz sugere que durante o pre-natal deve ser elaborado um plano de parto individual, onde a mulher possa expressar suas vontades acerca dos procedimentos a serem realizados em seu corpo, para que ela possa participar de forma ativa das decisões a serem tomadas. (Diniz, 2001: p. 6).

As recomendações que se orientam por este novo paradigma, ao mesmo tempo baseado na evidencia empírica e nas novas tendências nas relações entre profissionais e pacientes, postulam a centralidade do direito à informação e à decisão informada nas ações de saúde. Isto implica uma mudança importante na concepção de relação médico-paciente, pois supõe que a decisão deva ser compartilhada entre os envolvidos, ao invés de decidida de forma unilateral pelo profissional e pela instituição que presta a assistência. A parturiente não

seria mais um objeto calado e imobilizado sobre o qual se fazem procedimentos extrativos do feto, mas um sujeito com direito a voz e a movimento, de quem se espera um papel ativo, reconhecendo que será ela a parir, e da equipe se espera que ofereça o apoio quando e se necessário. (Diniz, 2001: p.7).

Acerca da assistência ideal ao parto, dentre os direitos que devem ser garantidos e efetivados às mulheres no momento de dar à luz, Carmen Diniz destaca os três que entende como principais: o direito à equidade e o acesso ao leito obstétrico; o direito à segurança, à integridade corporal e ao usufruto da sexualidade; o direito a estar livre de sofrimento desnecessário. (Diniz, 2001: p. 161 – 204).

Neste contexto em que receber assistência é sinônimo de sofrer, como pensar o direito a estar livre de sofrimento e ainda receber a assistência adequada? Se considerarmos que pelo menos parte desse sofrimento é evitável, portanto prevenível, poderemos imaginar uma “prevenção dos procedimentos desnecessários” também como prevenção do sofrimento desnecessário. (Diniz, 2001: p. 200).

Entretanto, sabe-se que as mulheres são corriqueiramente ceifadas desses direitos, ao passo que se vêm submetidas às

mais diversas formas de violência obstétrica, como exposto. Nesse sentido, a assistência digna faz-se crucial à obtenção de um parto seguro e livre de violações aos direitos humanos das mulheres.

A OMS, com o intuito de indicar aos países o caminho a ser seguido para erradicar – ou pelo menos amenizar – a violência obstétrica, por meio da declaração supracitada, divulgou uma lista de medidas que devem ser tomadas, para que a assistência à parturiente seja realizada de forma mais adequada e respeitosa:

1. Maior apoio dos governos e de parceiros do desenvolvimento social para a pesquisa e ação contra o desrespeito e maus-tratos.
2. Começar, apoiar e manter programas desenhados para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde materna, com forte enfoque no cuidado respeitoso como componente essencial da qualidade da assistência.
3. Enfatizar os direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto.
4. Produzir dados relativos a práticas respeitosas e desrespeitosas na assistência à saúde, com sistemas de responsabilização e apoio significativo aos profissionais.
5. Envolver todos os interessados, incluindo as mulheres, nos esforços para melhorar a qualidade da assistência e eliminar o desrespeito e

as práticas abusivas. (OMS, 2014: p. 2 – 3).

Além disso, a humanização do parto tem sido bastante difundida nos últimos anos, com um crescente aumento de trabalhos acadêmicos e projetos que vem sendo testados em diversas partes do mundo. Importa ressaltar que a palavra humanização tem diversas acepções e que aqui a humanização está referida como a legitimidade de participação da parturiente como consumidora nas decisões sobre sua saúde. Sobre isso:

Humanização como referida à legitimidade da participação da parturiente como consumidora nas decisões sobre sua saúde, à melhora na relação médico-paciente ou enfermeira-paciente – ênfase na importância do diálogo com a paciente, inclusão do pai no parto, presença de doulas, alguma negociação nos procedimentos de rotina, da necessidade da gentileza e da “boa educação” na relação entre instituições e seus consumidores. Diferentemente de uma noção referida a direitos sociais, aqui está presente a idéia liberal (no melhor sentido da tradição liberal de direitos do consumidor de escolher). “Alta tecnologia, profissionais capacitados e atendimento humanizado”

[...]

94

Ele (diretor do hospital) salienta também a eficiência e o aspecto humanístico das técnicas de acompanhamento do parto na Maternidade Santa Efigênia²⁴, fruto de anos de aperfeiçoamento e investimentos que privilegiam o parto normal. A segurança dos procedimentos baseia-se nas recomendações da OMS e a família decide sobre sua participação ou não, assim como sobre a possibilidade de abolir rotinas como a tricotomia, enteroclisma, episiotomia, aminiotomia e clameamento precoce do cordão. (Diniz, 2001: p. 93).

O parto humanizado se traduz em um modelo que preza pela não intervenção (que só deverá ocorrer caso necessário) e pelo protagonismo da parturiente, mediante respeito aos direitos humanos das mulheres. Para que essa autonomia feminina seja possível, a humanização do parto busca garantir que durante o pré-natal a mulher receba um atendimento cuidadoso do médico obstetra, que deve se esforçar para sanar todas as dúvidas da parturiente, demonstrar os benefícios do nascimento sem intervenção e salientar que, caso necessário, a ciência e a tecnologia estarão igualmente disponíveis para procedimentos benéficos ao momento, afinal, esse modelo de parto preza pela postura ativa da mulher nas decisões acerca dos procedimentos a

serem realizados durante o parto, e para que isso aconteça de forma salutar, a mulher precisa receber informações adequadas sobre tudo o que envolve o parir. A humanização do parto se concentra não apenas em cuidados fisiológicos com a parturiente e a criança, mas também em práticas que visam o bem estar psicológico da mãe e do bebê.

3 O EXERCÍCIO DE AUTONOMIA PELA MULHER NAS PRÁTICAS OBSTÉTRICAS

Ao longo dos anos, a história da mulher foi marcada por uma imposição de poder do masculino sobre o feminino, e os resultados dessa configuração social continuam a ser percebidos nos dias de hoje. Como demonstrado, muitos ainda carregam consigo a crença social de que a mulher não deve ter autonomia sob seu próprio corpo e, como um dos reflexos disso, temos a retirada da autonomia da mulher no momento do parto, por meio da violência obstétrica.

Neste ponto, se faz de suma importância destacar o que vem a ser o feminismo. Historicamente associado à mulheres que não se adequavam ao meio social, por serem feias ou mal-amadas, e ainda nos dias atuais visto por muitas

95
pessoas como algo obsoleto, o feminismo é um movimento social que milita em prol da equidade entre mulheres e homens, colocando-se em favor dos direitos femininos, o que demonstra a necessidade de aproximação do mesmo com o meio jurídico. (Serafim, 2010: p. 3).

Mas as conexões entre o feminismo e o direito não cessam nessa proximidade teleológica: as contribuições feministas foram cruciais para dar visibilidade ao machismo que permeia o direito, não apenas num instante isolado de abuso de lei ou de poder jurisdicional, mas que o perpassa por inteiro já que reflete a sociedade em que surge e geralmente contribui para manter o status quo. (Serafim, 2010: p. 3).

Além disso, o movimento feminista se faz enquanto um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. O feminismo, nos dizeres de FRAISSE, JONES, LOURO e SCOTT (apud Narvaz e Koller, 2006: p. 648), é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes.

As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, ao passo que a

feminina, negligenciada e desvalorizada. Além disso, elas demonstram que o poder foi, e ainda é, predominantemente masculino, e que nos primórdios o objetivo dos homens era a dominação das mulheres, principalmente de seus corpos. (apud Narvaz e Koller, 2006: p. 648).

A autora Jimena Furlani (2010) aponta que o feminismo possibilitou a crítica aos modelos de dominação e subordinação da mulher, uma vez que escancarou as desigualdades entre homens e mulheres na realidade social.

O feminismo possibilitou a crítica aos modelos de dominação e subordinação da mulher; demonstrou as desigualdades sociais entre homens e mulheres no acesso ao direito à educação, ao voto, ao patrimônio familiar, à justiça, ao trabalho, a bens materiais, etc.; questionou as representações acerca do “ser mulher” e do “ser feminino”; estudou o patriarcado, o machismo e a heteronormatividade e vem demonstrando o caráter de construção social e cultural dessas representações numa sociedade misógina e sexista. (apud Furlani, 2010: p. 53).

Ademais, a discussão de gênero se encontra muito presente no seio dos movimentos feministas. O termo gênero representa uma construção social que parte

das diferenças sexuais presentes nos corpos, tratando também da representação do masculino e feminino, recusando o essencialismo biológico.

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (Scott, 1990: p. 72).

Ainda acerca da representação das questões biológicas para as ideias de gênero, Scott afirma:

Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações

sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. (Scott, 1990: p. 75).

Esse termo se encontra submetido às oscilações de esfera social, apresentando grande relação com a com as experiências de cada sociedade, de forma a sofrer influência das leis, religiões, políticas, etc.

O estudo das relações de gênero surge da proliferação dos chamados “estudos das mulheres”, que se iniciam nos anos 80 e são aprofundados pelo feminismo no interior das ciências sociais. Dessa busca se expande, também entre o movimento feminista de saúde, o conceito de gênero como categoria que, no social, corresponde ao sexo anatômico e fisiológico das ciências biológicas (De Barbieri; 1991). O gênero é o sexo socialmente construído. Ou, como define Rubin (1986), o conjunto de disposições pelo qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual se satisfazem essas necessidades humanas transformadas. (Diniz, 2001: p. 51).

Essa construção de gênero sempre carregou consigo a percepção social da diferença que liga a razão ao masculino e a sensibilidade ao feminino. Entretanto, nos últimos anos essa ideia vem perdendo força em virtude de significativas mudanças nas posições sociais das mulheres, que estão, gradualmente, conseguindo aumentar sua inserção no mercado de trabalho e no meio político. Dessa forma, é possível perceber importantes avanços femininos no rompimento com os estigmas e estereótipos socialmente atribuídos aos gêneros, apesar de ainda haver muito a alcançar. (Campos, 2011: p. 2).

Os conceitos de gênero se fazem presentes na construção de toda a vida social, de forma a basear a distribuição do poder, que sempre foi e continua sendo feita de forma desigual. Por fim, as diferenças de gênero tornaram-se norte para a construção do próprio poder.

Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. (Scott, 1990: p. 88).

Neste ponto, importa destacar que a ideia de gênero é extremamente abrangente, posto que tal termo se propõe a discussões que nem sempre se relacionam diretamente com o feminismo, como as questões acerca dos homossexuais.

A noção de gênero e a sua introdução como objeto de análise feminista permitiu a percepção de que os sistemas conceituais das ciências e das disciplinas acadêmicas se encontram extremamente marcados pelas questões de gênero, o que faz com que a neutralidade científica não passe de mera pretensão, sendo notória a força e a presença da masculinidade e feminilidade na ciência. (Campos, 2011: p. 3 - 4).

Vale elucidar também que por vezes o termo gênero foi utilizado com o intuito de conferir um tom mais imparcial para os estudos feministas, visando melhor aceitação no meio acadêmico. Para tanto, em muitos textos o termo “mulher” foi substituído pelo termo “gênero”, por parecer mais neutro. Além disso, esses termos sugerem que qualquer informação sobre as mulheres implica em informações sobre os homens, vez que o estudo de um encontra-se ligado ao estudo do outro. (Scott, 1990: p. 75).

98

“Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80. (Scott, 1990: p. 75).

Devido aos esforços dos movimentos feministas, o conceito de gênero conseguiu ir além do âmbito acadêmico, tendo ganhado espaço legítimo e consolidado no campo dos direitos humanos e na formulação de projetos de políticas públicas em diferentes espaços. Como será demonstrado em momento oportuno, as lutas feministas evidenciaram e evidenciam a existência de um favorecimento do homem sobre a mulher nos mais diversos meios sociais, tornando

evidente que a construção de todo o espaço social se deu com fulcro na diferença de gênero e por conseguinte deu espaço aos atos de violência contra a mulher.

É sabido que tais movimentos ainda têm um grande caminho a percorrer, entretanto, significativos avanços podem ser claramente percebidos, inclusive mediante a observação dos esforços governamentais para que os direitos humanos das mulheres sejam garantidos.

3.1. Corrente feminista do direito e seus preceitos

As teorias feministas do direito analisam o fenômeno jurídico a partir da premissa de que as suas normas têm sido utilizadas como instrumento de manutenção das desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido:

No âmago dessa abordagem, encontra-se a desconfiança de que o direito instauraria e manteria, com maiores ou menores sutilezas, um sistema de dominação que subjugaria e inferiorizaria as mulheres e os grupos com sexualidade dissidente em relação aos padrões tradicionais (Rabenhorst, 2010: p. 115)

Tais teorias têm o intuito de demonstrar que a criação histórica das

normas jurídicas não se deu de forma pura, tendo sido fortemente influenciada pelas questões de gênero. Dessa forma, à medida que as normas foram se positivando, refletiram a cultura patriarcal que se encontrava enraizada na sociedade brasileira. Assim, uma vez que as mulheres se encontram em um contexto de subordinação em relação aos homens e à sociedade, o direito acaba realimentando essa dominação.

As teorias feministas do direito recusam uma visão castradora do fenômeno jurídico e oferecem ainda formas de entender como e por que o direito (em todas as acepções do termo, tais como a ciência jurídica, o direito positivo, o direito subjetivo ou o direito “vivo”) assumiu as formas que possui hoje, examinando como as relações de gênero patriarcais influenciaram a produção desse direito e como homens e mulheres são diferentemente afetados por ele. (Serafim, 2010: p. 4).

A teoria feminista do direito não é uma teoria explicativa ou uma meta-narrativa feminista sobre o direito, mas sim um pensamento crítico acerca das epistemologias jurídicas e os fundamentos filosóficos que serviram de base para o pensamento jurídico ocidental na modernidade e cujos reflexos ainda são

sentidos nos dias atuais. (Campos, 2011: p. 2).

Importa ressaltar que as teorias feministas do direito possuem grande pluralidade, uma vez que contam com diversas correntes que a subdividem, como uma consequência da diversidade existente entre as mulheres e entre os estudos acerca do tema.

As teorias em questão não possuem muito espaço no meio acadêmico brasileiro, sofrem bastante preconceito e raramente são abordadas nas escolas de Direito. Entretanto, em outras partes do mundo elas são amplamente debatidas e estudadas. Isso explicita o quanto sociedade ainda encontra-se carente de crescimento nesse sentido e evidencia o motivo de as leis brasileiras, mesmo nos dias atuais, darem tão pouco respaldo às mulheres e legitimarem as diferenças baseadas em gênero.

Em outros países, a teoria feminista do direito é bastante estudada: Chamallas chega a apontar a teoria feminista do direito como um lugar comum nos currículos dos cursos de Direito. Porém, no Brasil ainda é uma disciplina que enfrenta fortes preconceitos, sendo pouco conhecida

e ainda menos ensinada. (Serafim, 2010: p. 5).

Por muito tempo o direito foi encarado enquanto um fenômeno neutro e objetivo, uma vez que se guiava pelo jusnaturalismo. De forma bastante simplificada, é possível dizer que essa corrente afirmava que a neutralidade e a objetividade do fenômeno jurídico derivavam da natureza quase metafísica dos direitos considerados naturais. Temos ainda a corrente juspositivista, que positivou o direito e, dessa forma, refletiu em normas toda a afirmação do machismo presente na sociedade. (Serafim, 2010: p. 2).

Entretanto, uma vez que se acredita que o direito possui tal neutralidade, conclui-se que ele não era influenciado por questões externas, inclusive as sexistas⁸, pois que ele não se deixava contaminar por questões culturais.

Com o passar do tempo, os debates teórico-filosóficos acerca do fenômeno jurídico atingiram novos patamares, dando espaço ao desenvolvimento de teorias contemporâneas carregadas de análises críticas, e dentre elas surgiu a teoria feminista do direito.

⁸ Nessa pesquisa, entende-se por sexismo avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às

mulheres, em função de sua condição de gênero. (apud Ferreira, 2004: p. 2).

Essas teorias possuem como principais objetivos permear a produção doutrinária e jurisprudencial com a perspectiva feminista, permitindo assim que conceitos basilares para a ciência do direito como o de justiça, equidade, bem público e ordem possam assumir novas significâncias. As teorias feministas do direito recusam uma visão castradora do fenômeno jurídico e oferecem ainda formas de entender como e por que o direito (em todas as acepções do termo, tais como a ciência jurídica, o direito positivo, o direito subjetivo ou o direito “vivo”) assumiu as formas que possui hoje, examinando como as relações de gênero patriarcais influenciaram a produção desse direito e como homens e mulheres são diferentemente afetados por ele. (Serafim, 2010: p. 4).

Tais teorias tem o intuito de demonstrar o quanto as leis, institutos jurídicos, doutrinas e jurisprudências são negativamente influenciadas pela discriminação baseada no sexo, nas diferenças de gênero.

As teorias feministas em particular buscam se distanciar das ideias de neutralidade e objetividade, cara às elaborações jusfilosóficas anteriores, explicitando a apropriação feita das conquistas feministas nas áreas epistemológicas, utilizando-as como base para a análise jurídica e buscando

não apenas desenvolver um discurso sobre o direito, mas também viabilizar abertamente na realidade prática alterações na situação de opressão feminina. (Serafim, 2010: p. 2).

Ademais, as teorias feministas do direito buscam sempre associar a teoria com a prática, com o intuito de fomentar a aplicação das descobertas teóricas a assuntos específicos de extrema relevância na vida das mulheres que foram deixados de fora por análises convencionais. (Serafim, 2010: p. 5).

3.2. Autonomia da mulher em relação ao próprio corpo

O escopo de tratar da saúde reprodutiva da mulher enquanto um tema relevante e merecedor de atenção tem origem não muito distante. As primeiras leis sobre a reprodução humana sofreram fortes influências da religião e da moralidade conservadora, o que lhes conferiu um caráter fortemente restritivo e reprovador.

Hoje em dia é crescente o número de movimentos em prol de maiores direitos reprodutivos às mulheres, bem como maior proteção. Como visto anteriormente, a violência obstétrica é extremamente presente nos hospitais brasileiros e carece de atenção, afinal, como exposto, o fato de

partos ocorrerem em hospitais não significa que as mulheres recebem uma assistência de qualidade.

Analisando a realidade dos direitos reprodutivos por meio de um arcabouço teórico crítico feminista, conclui-se que as construções sociais machistas ainda se fazem extremamente presentes nas sociedades contemporâneas, ameaçando mulheres, seus direitos e capacidades reprodutivas. Dessa maneira, persiste a crença social de intervenção sobre os direitos reprodutivos das mulheres, de forma que a sociedade sente-se no direito de cercear a mulher da tomada de decisões acerca de seu corpo, atingindo-a com procedimentos não autorizados, de forma a violar sua autonomia, direitos pessoais e corporais.

N maior parte das vezes, mulheres e bebês passam de modo seguro pela experiência do parto, sem complicações. Ocorre que “studies show a substantial proportion of healthy pregnant women undergo at least one clinical intervention during labour and birth” (WHO, 2018)

Devido ao sexismo, a sociedade continua a tratar o parto como um momento destinado ao sofrimento feminino e a medicalização tem sido utilizada de forma equívoca. Apesar de os avanços nessa ceara aparentemente buscarem uma reprodução

segura e menos dolorosa, a realidade é que as intervenções médicas são feitas à reveria, procedimentos que deviam ocorrer apenas caso necessário tornaram-se rotineiros e as mães foram ceifadas do direito de parir, tendo ficado submissas à um sistema onde o parto é feito pelos profissionais e elas são obrigadas a ocupar uma postura passiva, quase apática, em relação àquele momento que devia ser protagonizado por ela.

Quando parcelas da sociedade foram gradualmente percebendo as atrocidades que vinham sendo cometidas contra as parturientes, começaram a surgir grupos que buscavam apoiar-las. Isso pode ser observado na década de 60, principalmente nos países mais desenvolvidos, onde grupos (quase sempre grupos de autoajuda) começaram a traduzir textos médicos para uma linguagem acessível, desenvolvendo a crítica aos saberes e às práticas de saúde, criando centros de informação e serviços alternativos de atenção à saúde. (Diniz, 2001: p. 51).

Dentro desse contexto social esses grupos começaram a alavancar debates acerca da violência obstétrica e, em 1978 o movimento internacional de saúde fundou a Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos, que por meio de encontros e campanhas pôde ver-se difundida pelo mundo. Posteriormente, em 1984, surgiu a

Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americana e do Caribe, envolvendo centenas de grupos na região. (Diniz, 2001: p. 51 - 52).

No Brasil o tema apareceu de forma um pouco mais tardia. Em 1984 houve um encontro nacional do movimento de mulheres pela saúde, que procedeu pela criação de uma plataforma nacional de ação, intitulada como Carta de Itapecerica, que orienta as ações relativas ao Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres – PAISM -, do Ministério da Saúde, que contou com uma forte presença dos movimentos feministas (Diniz, 2001: p. 52).

Entretanto, a presente pesquisa demonstra claramente que os avanços existem, porém ainda são insuficientes, uma vez que a violência obstétrica ainda é uma dura realidade.

É de suma importância destacar que, como já demonstrado, a violência obstétrica se faz enquanto forma de infringir o direito à integridade corporal da mulher, o que justifica a necessidade de uma revisão no método de parto adotado pelos hospitais. Procedimentos invasivos, desnecessários e arriscados tornaram-se rotineiros, uma vez que o senso comum entende o parto doloroso como correto, procedimentos violentos são absorvidos como um mal necessário.

Como anteriormente exposto, a violência obstétrica é uma forma clara de violação de direitos que foram garantidos à todos os seres humanos e, dessa forma, se configura enquanto um atentado contra os direitos das mulheres. Em seu doutorado, Carmen Diniz abarca a questão:

Se pensarmos em termos do direito humano de estar livre de tratamentos cruéis, humilhantes e degradantes, podemos tomar muitos exemplos na assistência ao parto típico, em especial em contextos em que os direitos dos pacientes, em geral, e das mulheres, em particular, são pouco reconhecidos ou respeitados. (Diniz, 2001: p. 185).

Ademais, Carmen Diniz nos mostra também que:

O direito à segurança e à integridade corporal está inscrito nos instrumentos de direitos humanos, entre os direitos relacionados à vida, à liberdade e à segurança da pessoa; os direitos relacionados ao cuidado com a saúde e aos benefícios do progresso da ciência incluindo o direito à informação e educação em saúde, e os direitos relacionados à equidade e à não-discriminação. (Diniz, 2001: p. 184).

O parto tornou-se para as mulheres parturientes, significado de dor, muitas

mulheres já chegam amedrontadas, tristes e ansiosas no hospital, o que transforma aquele que deveria ser o nascimento não só de um novo bebê, mas de uma nova mãe, um novo pai, novos avós, em sofrimento e angústia.

Como nas falas do movimento de saúde da Zona Leste e de sua comissão de saúde das mulheres, que participam ativamente da comissão de doulas. “É uma coisa absurda, as mulheres já vão com tanto medo quando chega a hora de dar à luz que não tem prazer nenhum [...] Nós mulheres, quando chega no hospital, a gente costuma fazer uma comparação muito triste, que a gente se sente como carne no açougue [...] Tiram tudo da gente, a roupa, a sacolinha com as coisas, os óculos, a dentadura quem usa [...] A gente fica só com a alma da gente. Isto é muito triste, é um sofrimento terrível” Fermina Lopes da Silva, Seminário Nascimento e Parto, 1996 (Diniz, 2001: p. 187).

A visão de que o médico é o responsável pelo parto por si só já é capaz de levar as pessoas ao entendimento incorreto dos procedimentos. Bem como dito acima, a função do obstetra é de acompanhamento, ou seja, o parto é, ou pelo menos deveria ser, realizado pela parturiente, e acompanhado pelos profissionais da saúde, que tem o papel de

estar ao lado, e não de fazer para ou por alguém, portanto as intervenções médicas mais bruscas devem ocorrer apenas nos casos onde houver necessidade. Afirmar o contrário se equipara a dizer que o corpo feminino não é capaz de parir.

A ideia de que o parto deve ser realizado pelos profissionais da saúde encontra-se tão enraizada na crença social que muitas vezes as mulheres sofrem procedimentos desnecessários e são levadas a crer que tiveram acesso ao melhor tratamento, uma vez que sofreram diversas intervenções. Ou seja, a distorção é tamanha que culturalmente há o entendimento de que as melhores assistências são as que proporcionam mais intervenções.

Como visto, a violência obstétrica possui diversas faces e pode se manifestar de inúmeras formas. Comumente os médicos negam a dor sentida pela mulher, na busca de fazê-la acreditar que trata-se de uma situação normal.

Porém a dor, inclusive seu componente prevenível, é considerada como uma etapa natural a atravessar; se a mulher sente dor, o profissional pode entender que precisa intensificar a dor para ela parir mais rápido. A demanda por alívio da dor é compreendida muitas vezes como uma demanda para apressar o parto, sobretudo por meio da aceleração do parto com ocitócitos ou com a

manobra de Kristeller, ainda que isso vá provocar mais dor e mais riscos. (Diniz, 2001: p. 202).

Em seu Doutorado, Carmen Diniz apresenta a entrevista de um médico, a respeito de sua formação. Segundo ele, aprendeu a negar a expressão de dor pela paciente. Segue um trecho de sua fala:

Na residência eu aprendi assim: a gente, quando faz a episiorrafia, pega na transição cutâneo-mucosa (parte da vulva cortada entre a pele e a entrada da vagina) da paciente e ela grita de dor, porque ali dói mesmo, aí você diz pra ela que você está só pegando, é que dói mesmo. Aí, quando você sutura, como dói muito e ela vai reclamar muito, você diz “Mãe, eu estou só pegando, não estou costurando nada”. Quando termina a sutura, aí você diz que acabou, uns ainda têm a cara de pau de dizer: “Viu? Nem doeu”. (apud Diniz, 2001: p. 185).

A negação da dor sentida pela mulher no momento do parto aparece também em outros estudos, como demonstrado:

Vemos também que a negação das sensações físicas da mulher no parto é uma das marcas do já referido parto tecnocrático, como mostrado no clássico estudo de Brigitte Jordan sobre o conhecimento autorizado em obstetrícia, que mostra como o que a

105

mulher descreve da evolução do seu parto, como a vontade de fazer força ou a dor da contração, pode ser totalmente negado, para que a evolução do parto possa se adequar, possa caber, no modelo adotado pelo serviço (apud Diniz, 2001: p. 187).

Ainda nessa ceara, por diversas vezes as clemências da mulher são combatidas com o argumento de que ela possui culpa sexual, como forma de ceifar a mulher de sua autonomia naquele momento, como se a dor sentida fosse consequência de seu erro.

No modelo típico de assistência, as expressões de sofrimento da mulher e seus pedidos de ajuda e alívio da dor são muitas vezes desmoralizadas pela acusação de sua culpa sexual na gravidez. Essas acusações sexuais na assistência ao parto, comuns a muitas culturas ao redor do mundo (Petchesky e Judd, 1998), parecem ter como finalidade colocar a mulher num lugar de defensiva moral, sem autoridade para pedir clemência pela sua pena, e manter o profissional com total controle da situação. (Diniz, 2001: p. 201).

Ademais, a realização de procedimentos sem o consentimento da mulher é uma prática corriqueira nos hospitais brasileiros, o que possui gravidade imensurável e alarmante, uma vez que,

como visto, muitas vezes os procedimentos realizados são totalmente desnecessários e causam extrema dor.

Significa dizer que por vezes o comportamento de rotina é invadir o corpo das mulheres (que quase sempre estão indefesas devido à situação) e realizar práticas não autorizadas, colocando-as em posição totalmente passiva e indo de encontro ao direito que elas possuem em decidir acerca do próprio corpo.

Em sua extensa revisão sobre os procedimentos de rotina no parto tecnocrático, Enkin e cols. mostraram como a abordagem médico-cirúrgica do parto, superestimando os riscos inerentes ao processo, freqüentemente implica a “substituição do risco potencial de resultados adversos pelo risco certo de tratamentos e intervenções duvidosas” (1995:39)⁷. Assim, cria-se o chamado efeito cascata, quando os médicos submetem as mulheres a intervenções “que podem levar a complicações, gerando intervenções subseqüentes e a mais complicações, que terminam em uma intervenção final, em geral uma cesárea, que não teria ocorrido se a cascata não tivesse se iniciado” (apud Diniz, 2001: p. 9).

Como a episiotomia⁹ deveria ser uma prática realizada em situações específicas e, se utilizada apenas quando necessária, pode trazer grandes benefícios ao bom parto. Entretanto, ela tornou-se uma prática de rotina, sendo feita na grande maioria dos partos vaginais nos hospitais brasileiros.

Se considerarmos que a episiotomia tem indicação de ser usada, de acordo com as evidências científicas, em cerca de 10 a 15% dos casos e é praticada em perto de 100% dos partos típicos, podemos imaginar o desperdício daquilo que é quantificável, como litros de sangue, dias de incapacidade, prejuízos na amamentação, material cirúrgico ou simplesmente dinheiro público, nas milhões de episiotomias inúteis realizadas anualmente. Além disso, temos o imponderável sofrimento físico e emocional das mulheres. (Diniz, 2001: p. 186).

Na ceara da episiotomia, além do uso irresponsável e desmedido, há uma outra questão alarmante: por muitas vezes ela é utilizada enquanto uma forma de garantir que o tônus vaginal permaneça preservado. Entretanto, importa destacar que não se trata de algo cientificamente

⁹ A presente pesquisa entende episiotomia, em consonância com o entendimento de Fabrízia Pessoa Serafim, enquanto sendo “uma manobra cirúrgica realizada durante o parto vaginal que corta músculos

do períneo para alargar o canal de parto, sendo recomendada apenas em casos específicos” (Serafim, 2010: p. 2).

comprovado, mas sim do que o procedimento representa.

A sociedade brasileira possui o entendimento de que a mulher deve ser virginal, valorizando aquelas que tem a vagina “pouco utilizada”. Dessa forma, o mito do “afrouxamento vaginal”, seja por questões sexuais ou reprodutivas, acaba se tornando uma forma de valorar a mulher perante a sociedade.

Queremos aqui problematizar um pouco mais a episiotomia como procedimento. Como vimos, esta é indicada para prevenir o suposto afrouxamento vaginal provocado pela passagem do feto pelos genitais no parto normal. Sabemos também que essa indicação não tem base na evidência, mas sim na noção, profundamente arraigada na cultura sexual e reprodutiva brasileira, do mito deste “afrouxamento vaginal” decorrente do uso da vagina, sexual ou reprodutivo. Essa representação da vagina “usada”, “laceada”, “frouxa”, é motivo de intensa desvalorização das mulheres e se sustenta tanto na cultura técnica, médica, dos grandes autores brasileiros, como vimos, quanto na cultura popular. (Diniz, 2001: p. 191).

A mulher sempre carregou o fardo social de ser um instrumento de prazer para

o homem. Dessa forma, são valorizadas aquelas “capazes de dar prazer sexual aos homens”.

Quem tem o poder na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes...). (Foucault, 1977: p. 94).¹⁰

Essa cultura machista se encontra enraizada na sociedade brasileira e vem com o intuito de justificar a prática de episiotomia desnecessária, chegando ao absurdo de o “ponto do marido” ser uma prática corriqueira, como meio de evitar que o homem perca o interesse sexual na vagina da parturiente.

Então ele dizia pra mim que todas as mulheres tinham que fazer isso, que mulher depois que ela tem filho...ela fica assim muito aberta...não presta mais. Ele queria então botar por trás (...) Eu pra ele eu não era mais mulher” (Diniz, 2001: p. 192).

Carmen Diniz abarca o tema, demonstrando que a preocupação com a perda do tônus vaginal após o parto é um reflexo de uma sociedade machista, que acompanha a mulher por toda a vida, principalmente em sua experiência sexual.

¹⁰ Importa ressaltar que esta pesquisa não pretende se aprofundar na história da sexualidade, mas

apresenta o trecho em epígrafe, escrito por Foucault, como base para a afirmação que o antecede.

Essa depreciação social acontece de forma abrupta no momento em que a mulher inicia sua vida sexual, uma vez que após perder a virgindade começa a ser vista como “frouxa”.

Portanto, torna-se explícito que a prática da episiotomia enquanto meio de retornar a mulher à sua condição virginal é um reflexo da sociedade patriarcal que a rodeia, que a leva a crer que sua função social é dar prazer ao homem e que ela perderá seu valor, caso tenha uma “vagina alargada pelo parto”.

A desvalorização sexual da vagina, e por decorrência da mulher, ou vice-versa, depois do parto, tem muitas analogias com a sua desvalorização depois do início da vida sexual. Depois do chamado defloramento, a mulher ficaria desvirginada, aberta, frouxa. Por esse motivo, o apelo da episiotomia para “devolver a mulher à sua condição virginal”, como proposto por DeLee e outros autores, encontraria tanto eco na cultura brasileira (Diniz, 1997). A necessidade masculina de um orifício devidamente continente e estimulante para a penetração seria então resolvida por esse procedimento médico, preservando o estatuto da vagina como órgão receptor do pênis, em oposição a alternativas como o coito anal. (Diniz, 2001: p. 192).

Entretanto, apesar da crença popular em sentido oposto, a episiotomia é um procedimento que pode levar à uma complicação na vida sexual da mulher, uma vez que muitas vezes causa dores nas mulheres, no momento da penetração. Dessa forma, fica explícito que a episiotomia e o “ponto do marido” enquanto formas de manter a boa vida sexual da mulher, não passam de um machismo velado, que impõe uma exigência da cultura sexual à mulher, sem se importar se isso lhe traz benefícios ou malefícios. Uma vez considerada benéfica ao homem, não é relevante se causará dor à mulher, já que eles possuem diferentes graus de importância na sociedade patriarcal.

Vimos também que a episiotomia, de acordo com a evidência científica, é associada não a uma vida sexual melhor, mas a uma substituição do tecido esponjoso da vulva por fibrose, a um aumento da dor à penetração (dispareunia), uma retomada mais lenta à vida sexual pós-parto, além das frequentes deformidades vulvares – isso quando não há complicações (Enkin, 2000).

[...]

O que queremos sugerir aqui é que a episiotomia e seu ponto do marido, assim como a cesárea e sua “prevenção do parto”, no caso

brasileiro, podem funcionar, no imaginário de provedores, parturientes e seus parceiros, como promotores de uma vagina medicamente sancionada, simbolicamente condizente com essas exigências da cultura sexual, seja pela prevenção, seja pelo tratamento. Nas palavras de Davis-Floyd (1992:129), os profissionais, “como representantes da sociedade, podem desconstruir a vagina (e por extensão, suas representações), e então reconstruí-la de acordo com nossas crenças culturais e sistema de valores”. Ou ainda, construir um via extravaginal, preventiva do parto, livre das representações disfuncionais e poluidoras envolvidas no parto vaginal. (DINIZ, 2001: p. 193).

Dessa forma, entende-se que a violência obstétrica se faz, além de tudo, como um meio de ceifar a mulher de seus direitos sobre o próprio corpo. Uma vez que encontra-se em situação de total submissão à equipe médica no momento de dar à luz, a mulher que enfrenta essa violência perde totalmente sua autonomia no tocante às decisões acerca do próprio corpo.

4. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E PATRIARCADO

Para proceder a análise da relação da

109

violência obstétrica com o patriarcado, primeiramente esse capítulo se propõe a explicar no que consiste a ideia de patriarcado para os movimentos feministas e, em seguida, demonstrar de que forma o sistema patriarcal tem refletido na sociedade.

Por fim, a violência obstétrica será trabalhada transversalmente ao conceito de patriarcado, de maneira a relacionar os dois conceitos e demonstrar de que forma o machismo influencia na perpetuação dessa violência.

4.1 Caracterização do patriarcado nos estudos feministas

O termo patriarcado é amplamente trabalhado em meio às teorias feministas, podendo ser utilizado para fazer referência à um sistema social que impõe o masculino sobre o feminino, de forma a colocar os papéis sociais masculinos enquanto superiores. O termo se liga à ideia de poder, ao passo que culturalmente a sociedade confere mais poderes aos homens que às mulheres.

Weber entende o patriarcado como referência a uma das muitas formas de organização ou dominação social, sendo que essa dominação vem a constituir um tipo de poder que tem como característica a

possibilidade de impor a própria vontade à um terceiro.

Por ‘dominação’ compreenderemos então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (mandado) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’) e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência). (Weber, 1991: p. 190).

Este autor acredita que a estrutura patriarcalista de dominação advém de muitos anos, e na época escravocrata era formada pelos vínculos formados entre o senhor, os demais membros da família e os servos, de forma que o homem era o chefe daquela comunidade doméstica. A partir dessa ideia, Weber chega à um conceito de patriarcado:

[...]chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas. (apud Machado, 2000: p. 3).

Após realizar um estudo acerca deste conceito formulado por Weber, Lia Zanotta Machado (2000) afirma que essa autoridade doméstica fundada no patriarcado implica em uma divisão sexual vista por Weber como “normal”, o que, para ela, é a base da crença na legitimidade da situação patriarcal. (Machado, 2000: p. 3). Para essa autora, o patriarcado se caracteriza pela discrepância social entre os patriarcas e os demais membros de seu grupo doméstico.

O controle sobre as mulheres é semelhante ao exercido sobre os animais, quando os direitos do senhor se estendem sobre todos os filhos tidos, dependendo exclusivamente de seu reconhecimento para que possam ser por ele sustentados. A relação de dependência parece ser atribuída pelo autor à natureza, quando enumera a superior força física e inteligência dos homens, em comparação com as características das mulheres. Entretanto, de fato, o padrão de dominação se deriva do controle social que o pai exerce sobre a reprodução. (Aguiar, 1997: p. 172.)

Ademais, segundo Neuma Aguiar, Weber aponta que o patriarcado traz consigo a ideia de propriedade, sendo correto afirmar que o chefe de família exercia posse sobre todos os demais componentes da sua sociedade doméstica,

podendo inclusive dispor-se deles a qualquer tempo.

O direito de *patriapotestas* na Roma antiga compreendia, ainda, o poder de vida do patriarca sobre seus dependentes, e mais: o direito de impor castigos corporais; o de dar uma mulher ao filho e de casar a filha; o de divorciar os filhos; o de transferi-los e vendê-los para outras famílias. Tal poder despótico foi paulatinamente sendo substituído, observa Maine (1970, pp. 108-165), por regras contratuais, embora sem observar as relações arbitrárias que permaneceram no contrato sexual (Pateman, 1988). (Aguilar, 1997: p. 174).

Para Lia Machado, o termo “patriarcado” remete, de maneira geral, à um sentido fixo, uma estrutura fixa que aponta de forma imediata para o exercício e a presença da dominação masculina. Patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de organização social ou de dominação social.

A estrutura patriarcal se baseia fundamentalmente na exploração do homem sobre a mulher, levando ao estímulo da sexualidade masculina, de forma a reforçá-la, enquanto a mulher vê reprimida a sua sexualidade. (Pinheiro, 2008: p. 1).

É certo, na sociedade atual, que ainda é regida por forte concepção patriarcal no que tange às questões de relações

111
de gênero, vê-se claramente as crenças de dominação homem-mulher, do patriarcado, referindo-se ao plano individual, além de serem praticadas e reforçadas pelas instituições do Estado, como as políticas sociais e públicas, os sistemas de saúde pública, a economia e a própria sociedade. (Pinheiro, 2008: p. 4).

Isso posto, entende-se o patriarcado sendo um sistema social totalmente hierarquizado, marcado pela relação de poder do homem sobre a mulher, de forma a colocar a mesma em situação de submissão e inferioridade. Em contraposição à esse sistema, como exposto anteriormente, o feminismo luta contra o patriarcado e o sexismo, buscando o empoderamento feminino e a colocação da mulher no mesmo nível social que o homem.

4.2 A violência patriarcal como dano à mulher e à sociedade

A perpetuação do sistema patriarcal é vista de forma muito clara em diversos contextos sociais atuais e por vezes os esforços feministas contra esse sistema são desmerecidos ao passo que a violência contra a mulher é velada. Como nos mostram Gschwenter e Tavares (2017), no artigo “Feminismo pra que?”, muitos

acreditam que a violência contra a mulher é na verdade “mimimi”, expressão atual que pode ser entendida enquanto sinônimo de “frescura”. Entretanto, a realidade é que o patriarcado encontra-se enraizado na sociedade de tal maneira, que a mulher é a todo tempo colocada em posição de submissão e, quando se insurge devido à violência sofrida, é calada, menosprezada e atingida por expressões como esta, que visam desqualificar a luta feminina.

A violência contra a mulher, apesar de naturalizada por tantos anos pelo modelo patriarcal, gerou um dano imensurável não somente às mulheres, mas à sociedade como um todo. Prova disso é a ainda inexpressiva ocupação feminina em setores de prestígio social, como é o caso do meio político e cargos de chefia em grandes organizações. O pressuposto de que é permitido ao homem controlar, subjugar e oprimir mulheres continua presente na sociedade e gera, dia após dia, consequências drásticas.

Uma dessas consequências é a retirada de autonomia das mulheres no momento do parto. Como visto, práticas absurdas são perpetuadas e tidas como normais, ao passo que a dor e sofrimento no parir é vista como um mal necessário. O fato de a mulher ver ceifado o seu direito de voz em relação ao parto evidencia a crença

social de que ela não possui capacidade de tomar boas decisões nem mesmo acerca de seu próprio corpo.

Isto demonstra a importância dos movimentos feministas, que lutam pelo empoderamento das mulheres, com o intuito de que um dia elas possam ter a certeza de que terão suas escolhas respeitadas, livres de opressões e quaisquer outros tipos de violência. Resta evidente que muito ainda precisa ser feito, entretanto, como demonstrou-se ao longo deste trabalho, muitos avanços foram alcançados, o que confere um ar de esperança e força para que estes movimentos continuem a trilhar seus caminhos.

4.3 Relação entre o patriarcado e a violência obstétrica

A aplicação do Direito possui suma importância na problematização da assistência obstétrica, uma vez que permite trabalhar com a complexa violência sofrida pela mulher no seio das instituições de saúde, principalmente no ciclo gravídico-puerperal.

Além disso, importa ressaltar que a violência obstétrica perpassa também a esfera domiciliar, uma vez que, ao contrário do que muitos acreditam, a violência doméstica contra mulheres é comumente

intensificada quando elas se encontram grávidas, sendo essa uma das faces menos conhecidas e mais trágicas da violência contra a mulher (Diniz, 2001: p. 48).

Uma vez que a violência contra a mulher começou a ser mais evidenciada e debatida, a discussão acerca das consequências dela para a mãe e para o feto foram gradativamente ganhando espaço. O debate que se iniciou no seio doméstico hoje começa a abarcar também a violência contra a mulheres nas próprias instituições de saúde, bem como suas consequências e possíveis formas de combate.

Para tratar da questão, é de suma importância ressaltar que a violência contra as mulheres no âmbito das instituições de saúde é uma forma de reproduzir a hierarquia do masculino sobre o feminino e ressaltar os papéis de opressores e oprimidos. Ceifar a mulher de sua capacidade natural de dar à luz e colocá-la em posição de completa passividade são a maior expressão desse ponto de vista. Nesse cenário, o médico passa a ser o responsável pelo parto, bem como a perda da autonomia da mulher em relação a quais procedimentos podem ser realizados em seu corpo sem a comprovada necessidade.

Uma primeira contribuição dessa reflexão seria a crítica à compreensão naturalizada da reprodução e da sexualidade, tratadas como dimensões

113
biológicas da esfera privada da vida dos indivíduos, como se nessa cena não se inscrevessem relações de poder, hierarquia, violência. Enquanto processo e produto dessa construção e desconstrução dos gêneros, essa assistência ao parto e suas rotinas instauram e explicitam relações sociais e políticas; trata-se de uma interação assimétrica e hierárquica entre desiguais. (Diniz, 2001: p. 54).

Em meio à esse contexto extremamente complexo, o movimento de mulheres luta em prol de uma assistência capaz de auxiliar partos sem violência. O machismo enraizado na cultura brasileira (bem como na de diversos outros países) acaba por velar a prática da violência obstétrica, uma vez que as violações dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres passam a ser feitas de praxe, incorporadas como algo totalmente normal. Dessa forma, como exposto anteriormente, a violência é tão presente que acaba sendo tida como natural e passando despercebida.

É nesse contexto complexo e contraditório que se desenvolve a crítica do movimento de mulheres, inclusive aquele dentro da academia e de instituições formuladoras de políticas, às práticas de assistência ao parto. Uma das vertentes dessa crítica mostra que os estereótipos de gênero, presentes na formação dos profissionais de saúde e na

organização dos serviços, fazem com que as frequentes violações dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres sejam incorporadas como fazendo parte da rotina “normal” da assistência; dessa forma, as situações de violência sequer causam estranhamento (Pittman, 1995). Esse aspecto é certamente refletido no descaso frente ao direito das mulheres à sua integridade corporal, à sua privacidade, a estar livre de humilhações e maus tratos, inscritos de forma como essas práticas se organizam (CLADEM, 1998, Diniz, 1999). (Diniz, 2001: p. 58).

Além disso, dentro do movimento de mulheres existe um crescente reconhecimento de que apesar de muitas vezes a maternidade ser uma escolha consciente, as mulheres grávidas são submetidas à um controle social derivado da violência obstétrica.

Esta violência faz com que mulheres percam o caráter pessoal e singular de suas necessidades e sejam tratadas como “embalagens de fetos”, que deve ser submetida a diversos tipos de intervenções institucionais, mesmo que muitos desses procedimentos sejam claramente desnecessários, arriscados, invasivos e violentos.

Submeter a mulher à um papel passivo no parto, sem que para isso haja

114
necessidade cientificamente comprovada, é partir de preconceitos sexistas para reproduzir a ideia de que a maternidade deve ser geradora de sofrimentos para as mulheres, que por sua vez são incapazes de dar à luz sem intervenções medicalizadas.

Nesse sentido, as condutas desnecessárias e arriscadas são consideradas violações do direito da mulher à sua integridade corporal; a imposição autoritária e não-informada desses procedimentos atenta contra o direito à condição de pessoa, e a crise de acesso, com a peregrinação das mulheres por leitos, viola o direito das mulheres à equidade e à assistência (Diniz, 1999). (Diniz, 2001: p. 61).

A patologização do parto e a consideração do feminino como normalmente defeituoso e dependente da tutela médico-cirúrgica não são derivados de uma orientação técnico-científica. Elas são técnicas advindas de um conjunto complexo de determinações socialmente construídas e chegam, no caso brasileiro, à uma distorção tamanha, que sugere a existência de um modelo de prevenção do parto, de forma a reafirmar insistentemente a imperfeição genital feminina. (Diniz, 2001: p. 55).

Nessa direção, no Brasil desde a década de 80, grupos de mulheres e de profissionais se organizam em torno do tema da assistência ao parto e

criticam “as circunstâncias de violência e constrangimento em que se dá a assistência, especialmente as condições pouco humanas a que são submetidas mulheres e crianças no momento do nascimento” (REHUNA,1993). Consideram que, no parto vaginal, “a violência da imposição de rotinas, da posição de parto e das interferências obstétricas desnecessárias perturbam e inibem o desencadeamento natural dos mecanismos fisiológicos do parto, que passa a ser sinônimo de patologia e de intervenção médica, transformando-se em uma experiência de terror, impotência, alienação e dor. Desta forma, não surpreende que as mulheres introjetem a cesárea como melhor forma de dar à luz, sem medo, sem risco e sem dor” (REHUNA,1993). (Diniz, 2001: p. 59).

Resta claro portanto que o parto é uma função sexual normal ao corpo das mulheres, ou seja, na grande maioria das vezes o ato de parir não depende de uma intervenção.

Uma terceira contribuição é a busca das dimensões relativas à sexualidade e ao prazer sexual na discussão sobre a reprodução. Chama a atenção a estreiteza da relação entre essas duas dimensões, ainda que com sentidos muito distintos entre si. A sexualidade é uma presença constante, mais visível

ou menos visível, mais positiva ou mais negativa, em todos os detalhes e contextos visitados neste trabalho. Tem sido assim nas diversas configurações históricas da assistência, assim como no desenvolvimento técnico dos procedimentos que reafirmam o parto como patogenicamente despedaçador das entranhas femininas, exigindo a prevenção e o tratamento do prejuízo genital-sexual decorrente. Essa dimensão sexual parece ser um eixo estruturante das técnicas, talvez tão ou mais importante que as dimensões que hoje consideramos propriamente “reprodutivas” (Diniz, 1997). (Diniz, 2001: p. 56).

O movimento feminista afirma a autoridade das mulheres para dizerem suas próprias necessidades. No âmbito das questões obstétricas, busca uma reformulação do modelo de assistência, no intuito de possibilitar que as mulheres possam dar à luz livres de maus-tratos, sendo possível que manifestem suas opiniões e tenham voz acerca dos procedimentos a serem realizados em seus corpos.

O movimento feminista que reemerge, como descrevemos, afirma a autoridade das mulheres na definição de suas necessidades, opõe-se às condutas médicas feitas “para o seu

próprio bem” e parte para o desenvolvimento de uma formulação nova da assistência, mais recentemente orientada pelo horizonte da construção dos direitos reprodutivos e sexuais, reivindicando para as mulheres os direitos humanos à condição de pessoa, à integridade corporal e à equidade (Correa e Petchesky, 1994). Esses direitos, para além de serem ou não constituídos legalmente, são compreendidos sobretudo como reivindicações de justiça, afirmações de que os arranjos sociais de gênero são injustos e inadmissíveis e que, portanto, devem ser transformados. (Diniz, 2001: p. 61).

Apesar de ainda estarmos longe do ideal, alguns avanços já podem ser observados, como nos mostra Carmen Diniz.

O reconhecimento dos direitos humanos na assistência ao parto, independentemente do uso do termo “humanização”, tem sido feito em vários importantes documentos internacionais, entre os quais o citado documento da OMS “Safe Motherhood”, de 1998, no capítulo ‘Maternidade Segura: Uma Questão de Direitos Humanos e de Justiça Social’ (“Safe Motherhood: a Matter of Human Rights and Social Justice”): “A proteção e a promoção dos direitos humanos das mulheres pode ajudar a assegurar que todas as

116
mulheres tenham o direito a: “tomar decisões sobre sua própria saúde, livre de coerção e violência, com base na mais completa informação; e “ter acesso a serviços e informação de qualidade, antes, durante e depois da gravidez e do parto.”. (Diniz, 2001: p. 62).

Perante o Tribunal Internacional de Direitos Reprodutivos como Direitos Humanos, Carmen Cruz deu seu testemunho:

Durante a lenta recuperação, diante de tanto maltrato [uma sucessão de procedimentos invasivos e perigosos, que resultaram em morte do bebê, perda do útero e infecção hospitalar generalizada], a única coisa que quero é morrer. Da minha vagina continua escorrendo pus, minha filha está morta e, além de tudo, agora sou estéril. Minha família, para consolar-me, me diz que não sou nem a primeira nem serei a última que passa por isso, que já vou me esquecer deste pesadelo, que me conforme. E é ali, no meio da dor física e moral, da raiva e da impotência, que me pergunto: e as que agora são meninas e um dia decidirão ser mães, vai acontecer a elas o mesmo que me aconteceu? Até quando vamos esperar para denunciar, falar, exigir? (Bunch et alli, 2000:117). (Diniz, 2001: p. 63).

Visto o exposto, é possível perceber que a assistência não deve ser moldada com fulcro em uma falsa patologia, mas sim em uma organização que venha a facilitar o parto saudável, fisiológico e que possa contar com os avanços científicos para intervir quando for necessário. Deve-se combater todos os tipos de violência sofridos pela mulher no momento de parir, buscando erradicar as dores causadas pela assistência de má qualidade.

Nessa perspectiva, ao invés de se organizar a assistência com base na prevenção ou no tratamento da patologia (o parto), propõe-se organizar os serviços na perspectiva da promoção e da facilitação de um parto saudável, fisiológico e da prevenção de possíveis intervenções e agravos no parto, inclusive aqueles resultantes da assistência, como a dor iatrogênica e a lesão genital da episiotomia desnecessária, entre outros. Pode-se imaginar, nessa direção, “programas de promoção do parto sem intervenções” e de “prevenção dos agravos iatrogênicos”. (Diniz, 2001: p. 221).

A sociedade precisa combater o machismo patriarcal e começar a enxergar a mulher e sua função no momento do parto com outro olhar. É essencial trabalhar um modelo de assistência em que a mulher

117
tenha autonomia nas escolhas que dizem respeito ao seu próprio corpo, que ela possa ocupar uma posição ativa no momento do parto, que só haja intervenção quando realmente necessário e que ela tenha o direito efetivo a um parto sem violência.

As propostas de humanização do parto vêm oferecer uma alternativa positiva de imagem da parturiente, a daquela que enfrenta com sucesso, coragem, saúde e dignidade o parto vaginal. Nesse novo imaginário, ao invés de se submeter a procedimentos dolorosos e obsoletos, decide sobre os procedimentos, tem uma participação central e ativa no processo, enfrenta a dor com coragem e auto-confiança, pare a criança com os recursos do seu próprio corpo e emerge da experiência como poderosa, auto-suficiente e sem nenhum corte, sutura ou efeito colateral de drogas. Ela emerge do Éden com sua vagina poderosa, ilesa. Essa imagem é diferente daquela mulher vítima de sua biologia, a mater dolorosa cortada e remendada do modelo de parto vaginal típico, tecnocrático. (Diniz, 2001: p. 223).

Resta demonstrada a necessidade de reformulação da assistência à mulher parturiente, vez que o sistema atual reflete o patriarcado enraizado socialmente, que causa sofrimento e ceifa a mulher de suas escolhas e do protagonismo no ato de parir.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar a análise da Violência Obstétrica sob o enfoque das teorias feministas, principalmente da teoria feminista do direito, com o intuito de entender a relação entre essa violência e o sistema patriarcal.

Depreendeu-se que a institucionalização e por conseguinte a medicalização do parto pode ser extremamente salutar para a sociedade, uma vez que os avanços científicos e tecnológicos são capazes de proporcionar um parto cada vez mais seguro tanto para a mãe quanto para o neném. Entretanto, a assistência não vem ocorrendo de forma ideal.

Compreendeu-se também que a violência obstétrica decorrente de intervenções médicas se configura a partir do momento que elas são realizadas de forma não consentida, retirando o direito da mulher sobre o próprio corpo, se tornando um instrumento para ceifar a mulher do protagonismo no parto, cerceando-a de um direito pessoal de parir da forma que melhor lhe convier.

O significado de obstetrícia enquanto acompanhamento da mulher tem

118
dado lugar à ideia de que o médico obstetra deve ser o protagonista do parto, retirando a autonomia da mulher em relação ao próprio corpo e ceifando-a de seu direito escolha. Isso acontece devido à patologização do corpo feminino, que se perfaz enquanto crença de que o corpo da mulher é imperfeito e necessariamente precisa de intervenções para que possa parir.

Mediante a explanação acerca do sistema patriarcal e sua influência sobre a sociedade antiga e atual, é possível concluir que o patriarcado é uma das causas da violência obstétrica, vez que a sociedade carrega consigo a crença de que a mulher deve estar sempre submissa, em meio à uma relação hierárquica que garante todo o poder ao homem e a coloca na situação de passividade e opressão de suas vontades.

Essa conclusão advém da percepção de que a violência obstétrica é uma clara manifestação desse sistema patriarcal, ao passo que as mulheres são desacreditadas, colocadas como incapazes de realizar as funções mais importantes, inclusive a de parir. Ceifar a parturiente de seu direito de escolha acerca dos melhores procedimentos a serem realizados no parto significa dizer que ela não é suficientemente boa para tomar decisões importantes. Ademais, a prática de procedimentos sem autorização e contra a vontade da mulher é submeter seu

corpo a outras pessoas, expressão evidente do patriarcado, bem como os tratamentos degradantes e desumanos que são conferidos às parturientes é o reflexo da hierarquização de poderes, que coloca a mulher em condição de passividade forçada.

Urge destacar que, a partir da presente pesquisa, depreendeu-se que o patriarcado não é a única causa da violência obstétrica, que conta também com outras motivações, como por exemplo a financeira, uma das geradoras da indústria do parto.

Constatou-se também que a violência obstétrica nem sempre advém da livre escolha do profissional, uma vez que por viver imerso na cultura patriarcal ele a todo momento apreende, mesmo que de forma inconsciente, que a mulher deve ser subjugada. Com isso, pretende-se destacar que o machismo atinge a sociedade como um todo, não apenas as mulheres, fato que explica a violência obstétrica não partir apenas de médicos homens.

Portanto, para que o enfrentamento dessa violência seja efetivo, é necessário que a formação da equipe médica aconteça de forma mais adequada, menos manchada pelo patriarcado. É preciso que esses profissionais entendam, desde o início de seus estudos, que a função do obstetra não é

a de assumir a posição de parturiente, mas sim de acompanhá-la e auxiliá-la no que for necessário, para que quando estiverem no dia a dia das instituições, não aceitem a ideia de que a mulher deve ser subjugada.

Bem como a formação dos profissionais da área da saúde é marcada pelo patriarcado, as teorias feministas do direito demonstram que as normas jurídicas tem sido instrumentos de manutenção das desigualdades entre os gêneros, refletindo um patriarcado velado, o ordenamento pátrio não confere a proteção necessária à mulher parturiente.

Destarte, conclui-se que apesar das lutas e conquistas femininas no âmbito da violência obstétrica, ainda falta muito a percorrer, visto que essa violência é uma evidente consequência do patriarcado, reiterado dia após dia. Tem-se como solução do problema a assistência ideal e para sua concretização o parto humanizado aparece, cada vez mais, como melhor caminho. Outrossim, para que a instauração da assistência ideal seja possível é necessário que a esfera jurídica se mobilize nesse sentido, oferecendo um eficiente amparo legal às mulheres vítimas de violência obstétrica, bem como é essencial também que haja apoio governamental, traduzido em políticas intervencionistas a esse respeito.

Esse trabalho não soluciona a todas as questões que envolvem a presente temática, todavia na convicção de que a pesquisa pode contribuir para maior visibilidade do tema é que se espera que os conceitos aqui desenvolvidos e os debates propostos possibilitem uma reflexão acerca da necessidade de remodelamento da assistência obstétrica humanizada com vistas à promoção da dignidade feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, Janaína Marques de (2010). “Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero”. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. USP: São Paulo.

Aguiar, Neuma (1997). “Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres”. Rio de Janeiro. Editora Record, Rosa dos Tempos, p. 1 – 186. Consultado em 02.10.2018, em http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/aguiar_neuma_genero_e_ciencias_humanas.pdf.

Almeida, Vitória Lauriano (2017). “A violência obstétrica à luz do ordenamento jurídico brasileiro”. Monografia. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa.

120
Consultado em 07.07.2018, em:
<<http://calibre.dpd.ufv.br/browse/search?query=vitoria+lauriano>>.

Clínica Bedmed.” Quais são as diferenças entre ginecologia e obstetrícia?” Página consultada em 15.10.2018, em:
<<https://bedmed.com.br/quais-sao-as-diferencas-entre-ginecologia-e-obstetricia/>>.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Norma consultada em 15.04.2020 em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Campos, Carmen Hein (2011). “Razão e Sensibilidade: teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha”, Lei Maria da Penha Comentada em uma Perspectiva Jurídico-Feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 01: p. 1 - 12.

Diniz, Simone Grilo; Salgado, Heloisa de Oliveira; Andrezza, Halana Faria de Aguiar; Carvalho, Paula Galdino Cardin de; Carvalho, Priscila Cavalcanti Albuquerque; Aguiar, Cláudia de Azevedo; Niy, Denise Yoshie (2015). “Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção”, Journal of Human Growth and Development, 25 (3): 377-376.

- Diniz, Carmen Simone Grilo (2001). “Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto”. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina de São Paulo. USP: São Paulo.
- Foucault, Michel (1977). “História da Sexualidade I: A Vontade de Saber”. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Fundação Perseu Abramo. ”Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”, Pública, 2010. Versão eletrônica consultada em 27.08.2018 em: <https://apublica.org/wpcontent/uploads/2013/03/www.fpa_org_br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf>.
- Furlani, Jimena (2010). “Gêneros e sexualidades – problematizando a educação e processos de produção de conhecimentos”, Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, jan/jun.
- Gschwenter, Anna Carolina Ferreira; Tavares, Olívia Pereira (2017). “Feminismo, pra quê?: uma análise da atividade promovida pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em gênero e sexualidade (NEPGS) do IFRS, campus Canoas”, IV Congresso Nacional de Educação. Página consultada em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA7_ID10193_16102017213350.pdf.
- Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Consultada em 25.07.2018, em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Atos2004-2006/2005/Lei/L11108.htm>.
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Código de Defesa do Consumidor. Brasília, 12 set. 1990. Publicação retificada em 10 jan. 2007. Consultada em 04.10.2018, em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>.
- Machado, Lia Zanotta (2000). “Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?”, Série Antropológica, n.284, Brasília: p. 2-19.
- Muniz, Beatriz Maia de Vasconcelos; Barbosa, Ruth Machado (2012). “Problematizando o atendimento ao parto: cuidado ou violência?”, Memórias Convención Internacional de Salud Pública, Cuba. Havana. 2012. Consultada em 19.10.2018 em: <<http://www.convencionsalud2012.sld.cu/index.php/convencionsalud/2012/paper/view/744/332>>.
- Narvaz, Marthe Giudice; Koller, Sílvia Helena (2006). “Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa,

- clínica e política”, *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647 – 654, set/dez., Maringá.
- Narvaz, Marthe Giudice; Koller, Sílvia Helena (2006). “Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa”, *Psicologia e Sociedade*, 18 (1), p. 49-55, jan/abr.
- “O renascimento do parto” (2013). Direção de Érica de Paula e Eduardo Chauvet. Rio de Janeiro: Master Brasil Filmes. 1 DVD (90 min.), son., color.
- Organização Mundial de Saúde (2014). “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde”. Consultado em 24.10.2018 em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf;jsessionid=8ECB25CEF3B845CD7488CCA_A9BABE187?sequence=3.
- Pinheiro, Leonardo José Cavalcanti (2008). “O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência”, *Fazendo Gênero* 8 – Corpo, Violência e Poder, de 25 a 28 de agosto de 2008. Anais consultados em 20.07.2018 em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf.
- Projeto de Lei nº 1130 de 2017. Página consultada em 20.10.2018 em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=499016>.
- Projeto de Lei nº 7633 de 2014. Página consultada em 03.10.2018 em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617546>.
- Projeto de Lei nº 8219 de 2017. Página consultada em 05.10.2018 em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2147144>.
- Projeto de lei nº 7867 de 2017. Página consultada em 10.10.2018 em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2141402>.
- Pulhez, Mariana Marques (2013). “A violência obstétrica' e as disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos”, *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10, Florianópolis.
- Rabenhorst, Eduardo Ramalho (2010). “Feminismo e Direito”, *Revista do núcleo de estudos e pesquisas em gênero e direito, UFPB*, Vol. 1, n. 1, jan./jun.: p. 109-128.
- Resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 1931, de 24 de setembro de 2009, Seção I, p. 90. Normativa consultada em 12.08.2018 em:

- <http://www.cremers.org.br/pdf/codigodeetica/cem_e_cpep.pdf>.
Resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 2144, de 17 de março de 2016. Normativa consultada em 25.08.2018 em: <http://www.cremers.org.br/pdf/codigodeetica/cem_e_cpep.pdf>.
Resolução Normativa nº 398, de 05 de fevereiro de 2016. Agência Nacional de Saúde. Normativa consultada em 23.08.2018 em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/pdf/res21442016.pdf>>.
Scott, Joan W (1990). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Educação e Realidade, vol. 16, n.2, Porto Alegre, jul./dez.
Serafim, Fabrícia Pessoa (2010). “Teoria feminista do direito aplicada: discussão sobre a prática indiscriminada da episiotomia no Brasil”, Revista do núcleo de estudos e pesquisas em gênero e direito, v. 1, n. 2.
Simenela, Princess Nothemba (2018). “A “good birth” goes beyond having a healthy baby”. WHO, 15 de fevereiro de 2018. Página consultada em 01.05.2020 em: <https://www.who.int/mediacentre/commentaries/2018/having-a-healthy-baby/en/>.
“Ley Organica Sobre El Derecho de Las Mujeres a Una Vida Libre de Violencia”. Venezuela, 2007. Legislação consultada em 30.06.2018 em: <<http://www.notilogia.com/2014/10/ley-organica-sobre-el-derecho-de-la-mujeres-auna-vida-libre-de-violencia.html>>.
Webber, Max. “Economia e Sociedade”. Vol 1. Brasília: Editora UNB. 1991.
WHO. World Health Organization. “Individualized, supportive care key to positive childbirth experience” (2018). Página consultada em 01.05.2020, em: <https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2018/positive-childbirth-experience/en/>.
Ximenses, Julia Maurmann (2011). “Levantamento de dados na pesquisa em direito — a técnica da análise de conteúdo”, Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI, Florianópolis, Fundação Boiteux, v. 1: p. 7608-7622.
Zanardo, Gabriela Lemos de Pinho; Uribe, Magaly Calderón; Nadal, Ana Hertzog Ramos De; Habigzang, Luísa Fernanda (2017). “Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa”, Psicol. Soc.[online], vol.29. Consultada a versão eletrônica em 02.10.2018 em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155043>.

PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E DIREITO: O QUE NÃO SE REGISTRA NOS AUTOS DOS PROCESSOS DE DESQUITE E DIVÓRCIO

Fernanda Souza Lima¹

Abstract: This article proposes to discuss frustrated and / or interrupted marriage experiences through judicial separations. For this, written and oral sources were used, in order to reconstruct the past of the experience of a couple, Joaquim and Albertina. The narratives constructed by the daily practices of these two individuals record the affections of a marriage that experienced tensions and desires, in a space where the place of obligations is represented by the ritual of religious marriage and the ritual of civil marriage. The conflicts presented here bring an emblematic question, as they reveal fundamental aspects of daily life that are usually covered by habits and customs of daily life, therefore, the oral report, confronted with the legal source and social norms, helps us to understand changes that mark the spaces through

their transition rituals. Thus, the matrimonial experiences lived by historical subjects, illustrate how gender studies contribute to glimpsing the new family arrangements as indicative of the changes that took place in the family, in which aspects related to the subversion of values, as well as a reinvention of women - in the sense new conquests in its network of social practices, speeches and the feminine representation itself - have changed, giving space to the establishment of more egalitarian conjugal relations.

Keywords: Gender - Family - Separation

O presente texto tem por finalidade estudar a dinâmica dos processos judiciais de desquite e divórcio, buscando entender como o gênero atua na prática e representação

¹ Mestre em História Regional e Local pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia - Campus V - Santo Antônio de Jesus (2014), graduou-se na mesma instituição, porém, campus XIII - Itaberaba (2012). Professora substituta na Universidade do Estado da Bahia, lotada no Campus V desde 2017, lecionando os componentes de Laboratório de Ensino da História/América. Possui experiência na área da História Social do Gênero, atuando com temas ligados aos Estudos Culturais nas áreas de história, gênero, família, casamento e separações judiciais.

feminina e masculina presentes nas documentações, e, sobretudo no espaço vivido pelos sujeitos que, de certa forma, construiu suas vivências a partir de pontos comuns com outros indivíduos. Dessa forma, nos estudos de experiências matrimoniais frustradas e/ou interrompidas por meio de desquites e divórcios, o tempo histórico revela vidas ou acontecimentos lembrados que, por sua vez, expressam expectativas, desejos, alegrias, tristezas que, na maioria das vezes, não podem ser revelados somente por o documento jurídico. Essa questão só referenda a ideia de que a fonte oral possibilita laços importantes entre o tempo da memória e o tempo da narrativa histórica, já que as “verdades” são sempre temporais.

Pensando a partir dessa lógica, os conflitos aqui apresentados trazem uma questão emblemática para pesquisa, pois revelam aspectos fundamentais da vida cotidiana que normalmente são encobertos por hábitos e costumes da vida diária (Tuner, 1975:35), por isso, o

relato oral, confrontado com a fonte jurídica e as normas sociais, nos auxilia na compreensão de mudanças que marcam os espaços através dos seus rituais de transição. Nesse sentido, as fontes orais de memória nos trarão a possibilidade de analisar e narrar as histórias de mulheres e homens separados judicialmente no município de Itaberaba-Ba², podendo assim refletir sobre os significados de suas práticas na sociedade, a partir de acontecimentos e trajetórias de vidas lembradas em suas memórias – seja ela individual ou coletiva (Neto, 2007:99).

Outro ponto fundamental para este debate se dá na perspectiva de entender que as leis funcionam como regras de direito ditadas pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e o desenvolvimento³, portanto, vemos que as leis se estabelecem como um conjunto de normas, elaboradas no sentido de regular os sujeitos em suas múltiplas práticas sociais, nelas incluídas a

² A cidade de Itaberaba é um município do estado da Bahia, região Nordeste do Brasil que localiza-se na região do Piemonte do Paraguaçu, próximo a Chapada Diamantina. O significado de Itaberaba em tupi guarani “pedra que brilha”, proveniente de uma pedra localizada a 25 km da cidade. A cidade possui atualmente uma área (urbana e rural) de 2.366,1 Km² e tem uma

população de 61.623 habitantes, segundo o censo de 2010. A cidade concentra diversos Órgãos Públicos Estaduais, como Escolas, Universidade, Hospitais, Diretoria de Educação e o Fórum Desembargador Hélio Lanza, local que mantém arquivado os processos utilizados nesse trabalho.

³ Dicionário Aurélio – Século XXI.

organização familiar. Nesse sentido, torna-se interessante indagamos sobre o processo de fabricação da legislação, que por sua vez, respondem e produzem uma demanda de uma sociedade. Em certa medida, é importante não perder de vista que “a teoria jurídica tem o papel mais profícuo quando se vê como processo produtor e subversor de esquemas conceituais, e não apenas como instrumento a serviço de reformas legais” (Rabenhort, 2012). Assim, as normas sociais possuem suas variáveis, quanto as normas jurídicas, por vezes, tem como fio condutor o Direito, que se apresenta também de modo falho, seja por que “suas leis e procedimentos são irracionais e estão errados, seja por que não é fruto do consentimento popular” (Rabenhort, 2012:5).

A distância longa do tempo e da memória

⁴A menoridade de Albertina aponta que o seu casamento com Joaquim só se realizou com o consentimento dos pais, pois o Art. 185 do Código Civil indicava que para o “casamento dos menores de vinte e um anos, sendo filhos legítimos, é mister o consentimento de ambos os pais”. Ou seja, essa justificava, nos permite ainda inferir que a causa do casamento tenha se dado pelo motivo da perda de virgindade, nisso, o Código Penal de 1940 aponta no Art.217 que

O casal Joaquim e Albertina casou-se em 19 de novembro de 1960, a cerimônia civil realizou-se no fórum da cidade de Rui Barbosa, distante 60 km quilômetros de Itaberaba, cidade onde o casal morava desde o início do namoro e onde continuou a morar depois de casados. A jovem Albertina tinha apenas 17 anos⁴ quando se casou com Joaquim, que tinha 25, a pequena diferença de idade entre o casal era algo comum nos casamentos da época, tendo em vista que a maioria das moças casava-se com homens mais velhos. No entanto, a história de Joaquim e Albertina apresenta algumas peculiaridades que merecem especial atenção. Entre estas, destaca-se o fato de que Joaquim já possuía 4 filhos, frutos de sua relação com Josefa, mulher com quem já era casado no religioso, antes mesmo de conhecer Albertina.

Outro fato que nos deixa intrigados se refere à realização do

“Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal”, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança é crime com pena de reclusão, de dois a quatro anos. Evidentemente, que essa informação confirma a realização do casamento como uma “solução” possível para as práticas de “sedução e corrupção de menores”, que caso fosse comprovado, o indivíduo teria que responder a esse crime contra os costumes.

casamento em Rui Barbosa, uma vez que ambos os cônjuges residiam em Itaberaba. De qualquer maneira, a fase entre o namoro e o casamento de Joaquim com Albertina “foi rápida,”⁵ sugerindo que o enlace entre o casal não ocorreu conforme os costumes vigentes. Ou seja, não fez parte de um ritual comum para as sociedades da época, em que as etapas do namoro e noivado eram consideradas importantes para uma boa relação conjugal.

Ao que parece, aconteceu “algo que forçou o casamento⁶”, esse fato que adiantou as etapas que antecedem o matrimônio, só pode ser conhecido por meio do relato de Albertina, ao narrar sobre os motivos da “precipitada” união conjugal:

Joaquim, ele fez...mandou dizer a mãe que ele me...fez mau a mim, e mandou dizer a mãe que ia casar comigo, não sei o que... aí mãe foi mais pai, eu chorando. Ele disse: não, não quero casar aqui, quero casar em Rui Barbosa. Aí nos fomos no cartório em Rui Barbosa, a gente casou lá⁷.

O relato de dona Albertina nos possibilita perceber que o compromisso

do namorado em casos como esse era de casar com a moça, ou seja, o casamento seria um mecanismo usado como reparação pelo “mau” causado à moça e à família dela, uma vez que a permissão da prática sexual estava restrita ao casamento (Sanches, 2010) e o rompimento dessa regra geraria certo temor, principalmente se chegasse aos ouvidos da sociedade de uma cidade de interior como Itaberaba. É importante observar outro aspecto que chamou a atenção, com relação ao provável motivo da decisão de Joaquim, quando demonstra determinação em “reparar o “mal” feito a Albertina: a hipótese de que Albertina “não” estivesse grávida antes do casamento. Suspeita que pode ser confirmada, mesmo tendo conhecimento da diferença de datas entre casamento o nascimento da filha do casal⁸. Questionado sobre essa hipótese, Joaquim respondeu que “não, não me lembro, é que mente de mulher usa que tá grávida para segurar a pessoa, mas agente não chega a entrar em detalhes,

⁵ Entrevista concedida pelo Senhor Joaquim, 79 anos, em Itaberaba, em 12 de março de 2014.

⁶ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

⁷ Entrevista concedida pela Senhora Albertina, 71 anos, em Itaberaba, em 01 de abril de 2014.

⁸ O casamento realizou em 19 de novembro de 1960 e o nascimento da filha do casal aconteceu em 19 de setembro de 1961.

casei, agente geralmente confia, né?”⁹ Nesse caso, o relato de Joaquim levanta a hipótese de que sua ex-esposa poderia sim ter se casado grávida ou que, talvez, tenha engravidado imediatamente após o casamento, como afirma Albertina. Nesse último caso, o “fazer mal”, relatado por ela, referia-se unicamente ao atentado contra a “pureza” da mulher que tinha um valor moral, principalmente para aquelas moças ditas de família.

Nesse caso, observa-se que Joaquim assumiu a responsabilidade do casamento, casando-se com Albertina. O curioso nessa história é o fato de que os noivos eram de Itaberaba, mas Joaquim fazia questão de que o casamento se realizasse em Rui Barbosa. Sobre tal acontecimento, Albertina disse que Joaquim não queria “mostrar pra todo mundo que ele tava casando”, certamente, porque iria ocorrer “o impacto da família de Josefa que ia saber que ele tava casando, ia todo mundo ficar arrasado”¹⁰.

Essa informação sugere que, talvez, Joaquim não estivesse separado da sua primeira esposa quando se casou

com Albertina, pois, ao ser questionado sobre o seu primeiro casamento, ele respondeu, demonstrando insegurança; “fui, fui casado com Dona Josefa, depois, a convivência deu forte, terminamos, e não terminamos, chegou aparecer Albertina, aí foi o segundo relacionamento”¹¹. Nota-se que há uma certa confusão do depoente ao confirmar sobre o término do seu casamento com Josefa, isso nos leva a crer que quando Albertina diz que Joaquim escondia que não vivia mais com a mulher, “não sei o que”, que tinha separado, inclusive tinha uma e uma outra chamada Francisca¹², permite-nos descrever um ambiente de tensão vivenciado pelo casal, desde o namoro, uma vez que ambos os sujeitos confirmam essa situação de incerteza por meio de suas falas.

Nesse contexto, é possível avaliar os signos da memória, tomando como princípio a capacidade de cada indivíduo de recordar sobre determinada circunstância, trazendo aquilo que chama a atenção de Proust ao dizer que “o esforço da recordação pura e simples não é nada; só se recorda/aprende por

⁹ Entrevista concedida pelo Senhor Joaquim, 79 anos, em Itaberaba, em 12 de março de 2014.

¹⁰ Entrevista concedida pela Senhora Albertina, 71 anos, em Itaberaba, em 01 de abril de 2014.

¹¹ Entrevista concedida pelo Senhor Joaquim, 79 anos, em Itaberaba, em 12 de março de 2014.

¹² Entrevista concedida pela Senhora Albertina, 71 anos, em Itaberaba, em 01 de abril de 2014.

necessidade” (Proust, 2003:104). Assim, recordar sobre fatos cuja memória se torna inevitável trata-se também de acionar lembranças involuntárias que, por vezes, remetem a ações humanas, podendo ser, inclusive, uma memória de conflitos. Albertina, por exemplo, relata a briga que, supostamente, findou na separação do casal.

Fábio foi pegar um rádio, ele chegou lá e disse, seu Joaquim disse que mandasse o rádio dele aí, eu digo, não mandei e nem vou mandar nada, eu já tô tirando tudo, tava Mocotó e Fera, dois carregadores. Quando eu levantei de manhã desesperada, vou me embora pra casa de minha mãe, desci com Ana clara e deixei lá, e voltei com os carregadores, fui arrumando, ai Mocotó e Fera foi pegando e levando. Aí o menino chegou dizendo, seu Joaquim disse que mandasse um rádio aí, ele tinha um negócio de uma rádio, aí ele pegava o rádio e ia ver até a distância que tava pegando, diga ele que não vou mandar nada, que eu tô tirando tudo daqui agora, que eu não quero mais saber de nada dele, o menino saiu, depois ele chegou, o que tá acontecendo aqui...risos!!

Isto que você esta vendo, ele disse, você não vai tirar nada, eu disse, já tirei tudo, só falta essa penteadeira, que o rapaz vai pegar agora, ele puxou, quando ele puxou eu puxei da mão dele e fui em cima dele...ele disse assim, foi bom que da

129

próxima vez que eu vier aqui eu já venho prevenido pra lhe responder¹³.

A situação conflituosa aqui relatada foi, segundo o depoimento de Albertina, a última briga do casal, que culminou no abandono do lar, por iniciativa dela, a esposa. Além dessas questões mais objetivas, que levaram à separação do casal, cabe aqui analisar o lugar do sentimento, ou seja, as expressões dos sujeitos ao relatar os episódios de conflitos do seu passado acionado pela longa distância entre tempo do vivido e o tempo da memória. Dessa forma, expressões como risos e gargalhadas, por exemplo, são evidenciadas como fatores importantes no relato do entrevistado, pois demonstra o lugar da emoção na narrativa oral, já que o drama social, experimentado em um determinado tempo da vida, não é mais visto como uma ressonância negativa, que remete a sentimentos de decepção e tristeza.

No caso de Albertina, pelo contrário, o relato no tempo presente é pontuado por lembranças jocosas sobre os diversos episódios de brigas com Joaquim, possibilitando inferir que o

¹³ Entrevista concedida pela Senhora Abertina, 71 anos, em Itaberaba, em 01 de abril de 2014.

drama social vivenciado pela entrevistada foi superado, na medida em que novos sentimentos e desejos foram construídos ao longo do tempo. Outro fator que merece atenção é a inexperiência de Albertina com o casamento. A sua pouca idade à época do casamento, certamente contribuiu para um comportamento imaturo, como no episódio citado no processo de desquite, em que Joaquim alegou, em determinado momento de seu depoimento, que certa feita, às três horas da madrugada, sua esposa se dirigiu à zona meretrícia desta cidade, à rua dos cruzeiros, para bater em porta de prostitutas a fim de saber se o depoente estava lá¹⁴. Sobre tal acontecimento, Albertina relatou que:

Um dia de madrugada, acordei em casa ele não estava, eu vesti uma calça, me mandei, fui na casa de Francisca menina, sem saber aonde era, uma rua precisa ver, o tipo da casa, o tipo da mulher...
Aí eu cheguei na rua, pior, na Rua do Cruzeiro, tinha 2 homens dentro de casa, os homens assim lendo a bíblia, eu cheguei e disse, oh meu senhor, você sabe me dizer onde é a casa de Francisca, uma dona que convive com Joaquim?
Aí ele disse, sei dona, então você vai me mostrar, aí eu bati na porta

130
e ele tava lá, aí ele saiu pelo fundo, eu bati na porta, abre aqui, abre seu malandro. Aí o vizinho abriu a janela e falou Dona ele não está mais aí, saiu pelos fundos, aí eu respondi tá obrigado, aí eu voltei pra casa. Nessa noite ele não veio pra casa, não sei se voltou pra lá, não sei...O fato é que ele convivia com as três, comigo, com Francisca e com Josefa. Josefa teve 5 filhos com ele depois que se casou comigo¹⁵.

As saídas de Joaquim à noite surgem como uma das possíveis circunstâncias que geravam as brigas do casal, pois, se de um lado, Albertina queixava-se da ausência do seu esposo no lar à noite, porque o mesmo saía à procura de mulheres; do outro, Joaquim alegava que sua esposa deixava a filha do casal sozinha, para se dirigir a locais impróprios afim de encontrá-lo. Ou seja, as versões de ambos comprovam, mais uma vez, que a vida do casal era recheada de conflitos e, ao que parece, a grande maioria deles tinha como motivação o fato de Joaquim possuir mais de uma mulher.

Essa narrativa de Albertina permite vincular este fato a outros, como, por exemplo, o fato da “precoce” experiência conjugal de Joaquim que,

¹⁴ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

¹⁵ Entrevista concedida pela Senhora Abertina, 71 anos, em Itaberaba, em 01 de abril de 2014.

com apenas 25 anos, já possuía 4 filhos e assumia um segundo casamento. As escolhas de Joaquim – de manter-se casado com Josefa religiosamente e de reparar o “mal” feito à Albertina, casando-se com esta última no civil – remetem às significações sociais de determinadas atitudes masculinas que garantem ao homem assumir “comportamentos” (Pierre, 1994: 208) que o tornam responsável por “um ato culturalmente criador” (Certeau, 1994: 209) e, a partir disso, desenvolver mecanismos que asseguram o domínio afetivo sobre a rede de relações conjugais na qual estava inserido, tomando assim atitudes que são produto de uma cultura que naturaliza o fato do homem casado possuir mais de uma mulher.

A crise conjugal no casamento de Albertina e Joaquim, findou naquilo que Turner chamou de ampliação da crise, pois os sujeitos envolvidos na tensão acionam suas redes de parentela e amizade, atingindo assim novas esferas e sujeitos, alcançando, por fim, a instância jurídica, já que estamos tratando de um processo litigioso, em que se acionam

advogados e testemunhas que, participando da montagem de novas narrativas, dão significado jurídico à crise conjugal.

Trazendo o caso para as instâncias judiciais, em 30 de dezembro de 1963, Joaquim entrou com uma ação de desquite contra sua esposa Albertina, alegando que a mesma havia abandonado voluntariamente o lar e cometido contra o autor injúrias graves, além de praticar outros atos incompatíveis com a permanência da sociedade conjugal. Constando no processo, que o “autor não desce a maiores comentários do ponto de vista moral, desde que o que interessa é provar que a ré deixou o lar, por dois anos consecutivos, por sua livre vontade não dando satisfações ao autor”¹⁶. Assim, na contenda que se estabelece com o processo, Joaquim protesta todas as provas permitidas em direito, inclusive o depoimento de Albertina extraído dos autos da ação de alimentos solicitado pela mesma, em data anterior à ação de desquite.

Para além das informações trazidas na petição inicial do processo, o

¹⁶ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

advogado de Joaquim solicitou que fosse juntado aos autos o depoimento de Albertina que consta na ação de alimentos proposta pela mesma. Dessa forma, o advogado de acusação apontou que as declarações da esposa foram “inequívocas”, principalmente quanto ao ato voluntário do abandono do lar, como consta no registro do depoimento, realizado em 28 de novembro de 1963, ocasião em que Albertina disse:

que vai fazer dois anos em dezenove de dezembro que a depoente se separou de Joaquim, e desde o abandono o réu não tem contribuído com os recursos econômicos para a manutenção da depoente e da filha menor Ana Clara; que o motivo porque a depoente deixou o lar se prende a vários fatos¹⁷.

Inquirida pelo advogado de Joaquim, Albertina respondeu:

que o motivo da retirada do lar por parte da depoente foi voluntário, justificando-se, entretanto, o mesmo em virtude dos fatos a que já se referiu alhures; que antes da propositura da presente ação a depoente amigavelmente, por interposta pessoa, dias antes da

propositura da ação pediu ao réu a quantia mensal de trinta mil cruzeiros, declarando o mesmo que não pagaria a importância e que a depoente tomasse as providências que quizesse (sic)¹⁸.

É certo que o interesse jurídico de Joaquim e seu advogado é de provar que Albertina havia de fato abandonado o lar por mais de 2 anos consecutivos, para assim atender ao que era estabelecido pela constituição civil,¹⁹ pois o autor chegou a insinuar, na petição inicial do processo, que a ré por diversos momentos do convívio conjugal maltratou e agrediu o autor. No entanto, como tática de acusação, o advogado de Joaquim optou por provar que a ré havia de fato deixado o lar sem acusá-la de cometer injúrias graves²⁰ contra o autor, indicando uma possível falta de provas, para fundamentar esta última acusação. Outro fato que também deve ser levado em consideração é a tentativa de desqualificar o comportamento de Albertina, imputando-lhe acusações, chegando inclusive a insinuar ações que a depreciavam enquanto mulher casada, embora – numa postura machista – tenha

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Código Civil de 1916 - Art.317. A ação de desquite só se pode fundar em algum dos seguintes motivos: I. Adulterio; II. Tentativa de morte; III. Sevicia ou injuria grave; IV.

Abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos.

²⁰ Art. 317, nº III do Código Civil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071/impresao.htm, acessado em 10.12.19.

optado por não detalhar, no processo, sobre de que se tratavam as referidas injúrias graves. Talvez estivesse se referindo a uma “proteção” à mulher, no sentido da maledicência da sociedade, caso ele entrasse em maiores detalhes. Ou, ainda, da própria reputação, evitando ser apontado como “marido traído”.

O surgimento de acusações é outro fator que se mantém constante no drama social, e que não se finda somente com o afastamento do casal, esses conflitos podem permanecer, por exemplo, numa separação litigiosa, como aconteceu com Albertina e Joaquim. Como podemos notar no andamento do processo de desquite do casal, percebemos que foram mobilizados testemunhas e advogados para essa fase, ampliando a rede de relação das partes envolvidas, embora a condição desse envolvimento não seja mais no sentido de reconciliar o casal, e sim de alterar drasticamente o conjunto das relações construídas pelo casamento (Digiovanne, 2003:89), já que a separação conjugal não irrompe somente no cotidiano do casal, mas interfere na

rede de interação social da qual o casal fazia parte.

Nesse ínterim, cabe analisar algumas informações da ação de alimentos, principalmente no que corresponde ao depoimento de Albertina, pois alguns fatos narrados pela autora são de grande importância para entendermos as desventuras inerentes ao espaço familiar em conflito. Assim, segundo o depoimento da esposa, os motivos que a levaram a abandonar o lar foram:

a circunstância de o réu seu marido viver em concubinato com duas mulheres e quando chegava em casa altas horas da noite e era perguntado qual o motivo da demora, sem rebuscos, que vinha da casa de Izabel; que não obstante isso ainda o réu ao chegar tarde da noite constantemente arrombava a porta, tendo várias vezes obrigado a mudar a fechadura arrebentada; que diante desses fatos, tornando-se a vida da depoente insuportável no lar, consultou na época o então Juiz de Direito da Comarca, Dr. José Minucio de Carvalho Caribó o qual disse que a depoente tinha fundadas razões para afasta-se do lar²¹.

No depoimento acima fica evidente a existência de fatos que

²¹ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

motivaram Albertina a ter abandonado o lar, pois ao contrário do que atesta a defesa baseando-se em um talvez “equivocado” de momento na fala da esposa durante o depoimento fez com que a mesma fizesse a afirmação de que o abandono do lar havia sido voluntário. Assim, ao analisamos os trechos do depoimento de Albertina que não estão grifados pela acusação, percebemos que o advogado de Joaquim usou de uma estratégia comum no campo jurídico, que é de calcar o seu discurso em ações já existentes, nesse caso, ele usou do depoimento da esposa.

Era baseado nesses dispositivos de “verdades” que os advogados construía suas estratégias de defesa e acusação, no sentido de exercer poder, já que a verdade nunca está fora do sistema de poder e nem existe uma verdade sem poder” (Foucault, 2012:248). Assim, visto por esse ângulo, percebemos que o interesse jurídico atua sobre essa perspectiva, tendo em vista que o próprio Código Civil estabelece princípios como, por exemplo, a exigência de prova da culpa para decretar a separação conjugal e, ao mesmo tempo, punir de maneira rigorosa o indivíduo culpado pela dissolução da relação. A

134
condenação de um dos cônjuges ao pagamento dos honorários do advogado da outra parte que ganhou a causa também era uma forma de punição e, como podemos notar, essa foi uma das propostas feitas pelo advogado de Joaquim na petição do processo.

Além das questões apresentadas, cabe lembrar que as acusações ganham maior evidência nos espaços de conflito, principalmente numa separação litigiosa, em que se busca culpados pelo fim da sociedade conjugal, pois o que está em jogo é a identidade do sujeito, a partir do seu papel social construído por meio do casamento. Por isso, o interesse em culpabilizar o “outro” pelo insucesso da vida conjugal é uma prática corriqueira, uma vez que uma das partes procura sair ilesa do processo, sem que a separação ameace ou mesmo interfira nas demais relações de que o sujeito venha a participar. Dessa forma, Joaquim também apresentou uma versão sobre os motivos do fim do seu casamento com Albertina:

Um dia eu cheguei em casa, entrei não tinha mais nada dentro de casa, ela já tinha levado tudo para a casa do pai, porque por debaixo do pano ela já estava gostando de Carlos, e por lá ficou, ficou lá, daí veio o divórcio.

Sim, ela sabia, ela conhecia a outra, e outra coisa, isso aí é a maneira de procurar um lugar pra se segurar, porque na época, e até hoje no código civil, você sabe que o que ela fez é pra perder tudo, ela adulterou...ela tem que procurar alguma coisa pra se defender²².

Aqui constatamos que, em sua narrativa, Joaquim levanta uma acusação que não apareceu em seus depoimentos registrados no processo. Neste, apenas a primeira testemunha apontou de maneira explícita o suposto envolvimento de Albertina com Carlos. Os acertos de contas no que se refere aos desenganos matrimoniais podem surgir em diversos momentos no processo, no caso de Joaquim, talvez por estratégia do seu advogado, optou-se por fundamentar a acusação de “conduta desonrosa” através do depoimento da testemunha e não do autor do processo, como foi apresentado aqui. Constata-se ainda que Joaquim tem total conhecimento de causa, no que se refere à prática de “qualquer ato que importe em grave violação dos deveres matrimoniais”, tendo em vista que o mesmo afirma que a comprovação do adultério seria um fator determinante para que Albertina perdesse tudo,

135
inclusive o processo litigioso. Entretanto, é possível também destacar o modo como Joaquim se apoia no código civil para criticar a conduta de Albertina. Curiosamente, ele levanta a questão dos agravantes para a conduta de infidelidade, referindo-se à perda dos direitos civis da ex-esposa, mas não se refere à possibilidade de que a mesma também perdesse a guarda da filha, já que os cônjuges alegaram não possuir bens.

Assim, é possível levantar a hipótese de que Joaquim não tivesse interesse em ficar com a guarda da filha e que, por isso, preferiu não trazer para o processo a suposta traição de Albertina com toda a clareza e provas necessárias. Em entrevista, ao ser perguntado sobre se em algum momento pretendeu requerer a guarda da filha, ele respondeu: “não, eu não tratei do assunto não, não tive interesse, e nem a mim foi oferecido também²³”. Nota-se aqui, um silêncio da justiça diante das ações de Joaquim, o que cabe uma compreensão, de que o Direito e os sujeitos que o opera, atuou exercendo seu papel fundamental de regulador e mediador, no sentido de

²² Entrevista concedida pelo Senhor Joaquim, 79 anos, em Itaberaba, em 12 de março de 2014.

²³ Idem.

resolver os conflitos de interesses dos sujeitos envolvidos, no entanto, como aponta Eduardo Ramalho o direito “não é apenas regulador, mas é também constituidor de realidades e sujeitos” (Rabenhorst, 2012:31).

Em relação à afirmação de Joaquim sobre o possível conhecimento de Albertina referente ao seu envolvimento com Josefa, comprova mais uma vez que o adultério tem menor relevância quando praticado pelo marido, pois torna-se explícito que o aspecto da relação extraconjugal é de natureza masculina, e por isso é dado uma menor ênfase, como bem explicitou Joaquim em uma de suas falas, afirmando que “na primeira mexida que deram na coisa, pediram pra parar, pra num sair escândalo essas coisas.” Assim, nos faz compreender que as desigualdades nas relações entre os gêneros foram por muito tempo institucionalizada, pois como aponta Eduardo Ramalho, diferente do que sustenta o formalismo jurídico “o direito em relação as questões de gênero, se mostra, indeterminante, inconsistente e ambíguo por possui leis discriminatórias,

e de interpretações sexistas” (Rabenhorst, 2009:31).

Um outro fato interessante é acrescentado ao depoimento de Joaquim, o depoente não possuía a chave da sua própria casa porque a mesma ficava sob a guarda de sua esposa, Albertina, e que quando à noite batia à porta de sua casa às vezes sua esposa abria e outras vezes não, voltando então o depoente para a rua²⁴. Aqui nota-se que mesmo se tratando de um depoimento de uma ação de alimentos, o advogado de defesa usa de argumentos sutis como o fato do esposo não possuir a chave da sua própria casa, como justificativa plausível para que o mesmo em determinadas circunstâncias venha a dormir fora de casa, ou seja, insinuações ou mesmo indiretas são mecanismos bastante utilizados no meio jurídico como estratégias de levantar hipóteses ou mesmo dúvidas do caso em questão.

Dentre as várias observações que podemos fazer a respeito da defesa de Joaquim, destaca-se a questão mais enfatizada pelo seu advogado que é o fato do abandono do lar, por parte de Albertina. Nele o advogado se apoia em

²⁴ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

várias vezes, entre outras quando justifica o fato de que o salário-esposa estava sendo recebido por Josefa, ao invés de Albertina. Todavia, no depoimento pessoal do autor, realizado em 31 de março de 1965, percebe-se como o discurso de Joaquim começou a ganhar forma no sentido de imputar culpa a Albertina pelas traições e pelo insucesso da relação conjugal, já que ao ser inquirido sobre os fatos narrados na contestação de sua esposa, Joaquim disse:

que foi forçado devido ao modo como era tratado por sua esposa a procurar outra mulher fora do lar, daí a sua alegação de ter o depoente um filho com Francisca; que quanto a alegação de que o depoente vivia maritalmente com Josefa, com quem ele é casado eclesiasticamente, a ré já tinha conhecimento deste fato como toda a população desta cidade conhecia, antes do seu casamento com o depoente²⁵.

Nesse depoimento de Joaquim, notamos que o que está em jogo no processo não é somente o fato de culpabilizar o “outro” pelo insucesso do casamento, mas reafirmar valores

dominantes, como o discurso de que é responsabilidade da esposa é o cuidado do lar, dos filhos e do marido. Assim, tratava-se de acionar um discurso que, através de referências aos pilares da conduta da mulher casada, naturaliza papéis que atribuem efeitos que passam a exercer sutis mecanismos de aceitação de que “o homem só procura mulher fora do lar” porque não é bem tratado pela esposa em casa.

Desta forma, percebe-se que a todo o momento Joaquim se utiliza de discursos que atribuem um lugar social específico que identifica essa mulher casada como produto de uma cultura que reproduz as relações entre homem e mulher de maneira desigual. Essa desigualdade se apropria desse discurso social produzindo uma forma muito particular de subjetividade em que a “passividade atribuída à mulher não parece ser um traço da “natureza feminina” mas, ao contrário, resultado de um longo processo histórico-social” (Rocha – Coutinho, 1994:21).

Podemos ir agora um pouco mais além, analisando o depoimento de Albertina, ao ser inquirida sobre os fatos

²⁵ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

narrados por Joaquim na petição inicial da ação de desquite:

o dia que seu marido resolvia ir dormir em casa chegava altas horas da noite e por vezes chegou embriagado, batia na porta e quando acontecia a depoente não acordar imediatamente que ele arrombava a porta e que por quatro vezes isto aconteceu e quando a depoente acordava com o barulho que ele fazia na porta ele a deixava e se retirava dizendo que ela estava dormindo muito bem e que não precisava de companhia porque tinha um sono muito seguro; que por ultimo (sic) o autor mandou um seu empregado colocar uma fechadura na porta porque a que lá estava não, prestava mais; as vezes que acontecia a depoente ouvir a batida dele na porta e acordava ia encontrá-lo e falava-lhe reclamando que aquilo não era horas dele chegar em casa e ele então respondia da seguinte forma: “ eu estava em casa de negra Francisca e daí? Ou então dizia que estava em casa de Zefá que é a mesma Josefa²⁶ (PROCESSO DE DESQUITE LITIGIOSO, 30/12/1963).

No depoimento acima ficou evidente a comprovação de que Joaquim de fato não tinha a chave de sua própria casa, ou mesmo não a levava quando saía à noite, pois segundo o depoimento de Albertina, era ela que abria a porta para

seu marido quando chegava altas horas noite.

No entanto, cabe notar uma outra constatação apontada pela esposa, que se refere às afirmativas de Joaquim sobre o seu envolvimento com Francisca e Josefa, tendo em vista que é duvidoso o fato de um homem casado estar, a altas horas da madrugada, em casa de mulheres com quem tem filhos. Para dar provas de tal fato, Albertina alegou no seu depoimento que:

a filha da depoente nasceu no dia dezenove de setembro de mil novecentos e sessenta e um, Lívia filha de Josefa nasceu no dia dezessete de novembro do mesmo ano e Francisca teve filho em janeiro de mil novecentos e sessenta e dois; que o autor com Maria Izabel teve filhos, sendo um antes de casar com a depoente e dois depois do casamento, um destes filhos, de nome Elves está em companhia do autor e uma menina em companhia do pai do autor e outra morreu²⁷.

Pelo depoimento de Albertina, as traições de Joaquim são irrefutavelmente confirmadas pelo fato da existência de filhos que nasceram no período em que o autor esteve casado

²⁶ Processo de Desquite Litigioso Nº 119 de 30 de dezembro de 1963, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

²⁷ Idem

com Albertina. A atenção a esses detalhes deve-se ao fato de que o advogado de defesa se cercou das evidências que atestavam o concubinato de Joaquim com Josefa e Francisca, para que se confirmassem o fato de que o autor do processo não tinha motivos para solicitar o desquite, e que as acusações de abandono de lar e injúrias graves se justificavam pelo fato de Joaquim manter uma tripla relação amorosa, com as mulheres já citadas. Pelo visto, essas relações eram de conhecimento das envolvidas, pois ao ser questionada sobre o fato de Joaquim frequentar a casa Josefa, Albertina respondeu que “sabia e ele sempre dizia que vivia em casa com ela, Josefa, por causa dos filhos, mas separado dela porque já quizera (sic) matá-lo com um revolver²⁸”.

Assim, após 15 anos do desquite, Albertina resolveu contestar a limitação do art. 36 da lei 6. 515,²⁹ quando solicitou a convenção do desquite em divórcio e, apesar de não mencionar no processo sobre os motivos que a levaram a realizar aquela decisão, um deles ficou

subentendido na resposta de Joaquim à petição, de que “tanto o requerido quanto a requerente já estão de novas famílias³⁰”.

Evidentemente, o casamento aparece aqui mais uma vez com um grande significado para as mulheres separadas, talvez pelo fato das novas relações conjugais passarem a adquirir maior legitimidade, já que pela questão moral conquistada pela mulher casada perpassa uma série de códigos sociais, que identificam as mulheres na sociedade a partir de uma conduta tradicionalista, de que os laços afetivos devem estar acompanhados de laços legais e religiosos (Rocha – Coutinho, 1994:27). Pensando nesse posicionamento moral, Foucault irá dizer que:

toda ação moral, é verdade, comporta uma relação com o real no qual ela se efetua e uma relação ao código ao qual se refere; mas implica também em uma certa relação a si; esta não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si como ‘sujeito moral’, na qual o

²⁸ Ibidem.

²⁹ Art 26 - No caso de divórcio resultante da separação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 5º, o cônjuge que teve a iniciativa da separação continuará com o dever de assistência ao outro. ([Código Civil - art. 231, nº III](#)). Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm.

³⁰ Processo de Convenção de desquite amigável em Divórcio Nº 178 de 10 de junho de 1981, arquivado no Fórum Desembargador Hélio Lanza.

indivíduo circunscreve a parte de si mesmo que constitui o objeto desta prática moral, define sua posição quanto aos preceitos que segue, se fixa um certo modo de ser que valeria como uma realização moral de si mesmo e, para isto, age sobre si mesmo, trata de se conhecer, se controlar, se testar, se aperfeiçoar, se transformar (FOUCAULT, 1984:351).

A lógica apresentada por Foucault, de que toda ação moral comporta uma relação ao código ao qual o sujeito está inserido, pode ser identificada na atitude de Albertina, que nos chamou atenção ao explicitar como se deu as novas expectativas de sua vida, após o término do casamento com Joaquim e, principalmente, como foi recomeçar a vida como uma mulher separada numa cidade de interior.

Assim, a separação conjugal para homens não dificulta na sua sociabilidade, principalmente no que se refere a novos envolvimento amorosos, como apontou Joaquim, o divórcio não interferia:

Não, não, pra mim não abalou porque agente nunca, nem o homem nem a mulher atualmente, nunca tem dificuldade de aparecer

com outra na vida, a vida é completa e hoje todo mundo quer procurar um lugarzinho pra encostar né³¹.

Como bem nos revelou Joaquim, as relações conjugais prenunciam o estabelecimento de um novo modelo de família, em que a questão sentimental e a satisfação individual é posta em evidência. Deste modo, os relacionamentos informais ganham espaço, fazendo decrescer o número de vínculos institucionais e religiosos, principalmente se identificarmos que, após a separação conjugal, resistiu em casar-se novamente, como apontou Joaquim “me divorciei... mas aí me divorciei e não casei mais com ninguém³²”.

Além dessas questões, havia outro fator que impedi aos desquitados de casar novamente, que era o fato de que o desquite só permitia a separação de corpos, portanto, só depois da lei do divórcio no ano de 1977, os sujeitos separados puderam casar-se outra vez. Assim, embora amparados pela lei, muitos ainda preferiam não enfrentar qualquer tipo de casamento, temendo, talvez, encarar uma segunda separação,

³¹ Entrevista concedida pelo Senhor Joaquim, 79 anos, em Itaberaba, em 12 de março de 2014.

³² Idem.

como explicitou Joaquim: “eu fiquei assombrado com os acontecimentos, por que eu sei que a lei não espera que apareça uma determinada coisa, e daí em diante fica pensando que tudo que ele encontrar pela frente vai ser a mesma coisa, vai dar no mesmo, né?”³³”.

O receio de Joaquim em casar-se novamente, identificado por meio do relato oral, remete-nos ao fato do casamento forçado que Joaquim teve com Albertina, pois, se Albertina não fosse menor de idade, além de ser uma moça de família, certamente Joaquim não teria se casado com ela, já que esse medo da lei representa o receio de infringir as determinações jurídicas e ter que arcar com as consequências. Esse caso permite ainda notar algumas das consequências experimentadas por muitos casais desquitados, levantando o dilema de que o divórcio não assumiu igual importância para todos os indivíduos.

Assim, podemos definir que o drama social vivenciado por Albertina e Joaquim iniciou-se com as brigas e conflitos do casal, logo depois acontece à intensificação da crise, em que já é tomada a decisão em termos judiciais, a

partir das ações de alimento e desquite, para que então tivesse lugar a ação remediadora, em que o Estado é acionado, representado pelo juiz de direito que dirige a audiência afim de realizar a conciliação do casal, ou até mesmo reconsiderar os “desvios” conjugais, com o propósito de que o casal retome a vida de casados. Quanto ao quarto momento, que corresponde ao rearranjo ou cisão, é quando a ação litigiosa permanece, sendo a mesma julgada, chegando a ocorrer situações como aquela em que Joaquim e Albertina, antes da conclusão final do processo, resolveram transformar a ação litigiosa em amigável, permitindo que separação fosse legalmente concretizada de maneira mais rápida, permitindo-lhes assim viver uma nova condição. A condição de desquitados, do ponto de vista do estado civil dos ex-cônjuges.

Nesse sentido, o caso apresentado aqui, exemplifica como o casal conduziu a separação, desde do momento da crise até os trâmites que findaram no processo de separação, restando a todos eles abrir mão do processo litigioso para converter a ação em amigável. Tudo isso indica que,

³³ Ibidem.

mesmo se tratando de casos que se apresentam por meio de traços peculiares no que concerne a uma crise conjugal, independente da maneira como esses casais rompem com laço conjugal, haverá sempre o ato da quebra de vínculos e esse é fator que nos permite apontar que tanto os homens quanto as mulheres passam por um certo “dilema” no momento de romper os laços, seja em processos litigiosos ou amigáveis.

Desta forma, constatamos alguns aspectos peculiares que diferenciam homens e mulheres. Primeiro, a partir desse processo, podemos sugerir algumas hipóteses sobre as expectativas de vida desses indivíduos depois de separados, constatando que Joaquim teve mais de uma relação informal, após a separação, induzindo-nos a pensar que os homens talvez sejam mais predispostos a novos relacionamentos, ao contrário da mulher aqui estudada. Porém, a situação de Albertina revela que as mulheres também podiam desejar refazer suas vidas afetivas, como demonstra o seu envolvimento com Carlos do qual tivera filhos nascidos, a princípio, de uma relação informal. Sendo assim, essa tendência mudou de forma sensível a sociedade em que esses sujeitos estavam

inseridos, tendo em vista que tais cenários reconfiguram a noção de família que se tinha, propondo novos arranjos conjugais e, sobretudo, que os indivíduos possam construir novas referências de escolha, tecendo caminhos sensíveis de mudanças.

Diante de tantas transformações vivenciadas no universo da família, a mulher precisou se reinventar a partir desse conjunto de mudanças ocorrida no Brasil entre as décadas de 1960 a 1970, que permitiu às mulheres colocar em causa novos valores e ideais, principalmente no espaço da família (Pinsky e Pedro, 2012:21). Em outras palavras, o estabelecimento de papéis na família e na sociedade que aos poucos foram mudando, e atingindo as mulheres, que puderam vislumbrar o rompimento de laços de subordinação e dependência. Apesar de reconhecermos que essas mudanças não aconteceram de maneira igual, e nem tão pouco afetou a “todas as mulheres”, podemos exemplificar casos em que a mulher desquitada, ou mesmo divorciada, pode se restabelecer, casando-se novamente, ou mesmo, preferindo ficar sozinha, em companhia dos filhos.

Assim, aproximando essa discussão a trajetória de um casal que aciona as leis para dá entrada no processo judicial de separação litigiosa, nos possibilita pensar sobre o “jogo da prática jurídica” (Bessa, 1994), bem como, a forte tendência dos estudos jurídicos a imparcialidade como aponta Eduardo Ramalho Rabenhorst. Nessa direção, os conflitos aqui discutidos trouxeram uma questão emblemática para pesquisa é como o gênero vincula-se ao jurídico, na perspectiva de pensar as variáveis que não são tratadas com o devido cuidado pela legislação.

Nessa direção, notamos que o que está em jogo no processo não é somente o fato de culpabilizar o “outro” pelo insucesso do casamento, mas reafirmar valores dominantes, acionando um discurso pautado em referências aos pilares da conduta da mulher casada, naturalizando papéis que atribuem efeitos que passam a exercer sutis mecanismos de aceitação dentro de uma dinâmica social. Assim, percebe-se que “o espaço doméstico não está imune a uma consideração em termos justiça e injustiça”, ou seja, o espaço doméstico nesse caso se apresenta enquanto produto de uma “política que define e

143
influência o uso dos lugares” (Rabenhort, 2012:7).

Frente a isso, o caso de Joaquim e Albertina nos sugeriu pensar a questão da moralidade do discurso, que por vezes, nos permitiu entender como as estratégias praticadas apontam para as subjetividades em que “os simbolismos sexuais nas diferentes sociedade e períodos, funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-las” (Scott, 1990:72). Dessa forma, o jogo da prática jurídica resguarda um lugar de ambiguidades criando efeitos de incoerências, seja por meio de tipos ideias de homem e mulher, ou mesmo designando comportamentos e funções sociais a tradição, pois encontra respaldo justificado na constituição corpórea dos sujeitos de direito, portanto naturais corretas e legítimas (Bessa, 1994:180).

Referências Bibliográficas

BESSA, Karla Adriana Martins (1994). O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu* (2), p. 175-196.

BRASIL. LEI Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Consultada a 23.03.20, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm.

BRASIL. Art. 317, nº III do Código Civil de 1916. Consultado em 10.12.19, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm.

CERTEAU, Michel de (1994). A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes.

DIGIOVANNE, Rosangela (2003). Rasuras no álbum de família: um estudo sobre separações conjugais em processos jurídicos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (Tese de Doutorado).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.) (2012), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: *Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp.231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (1971). A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Éditions Gallimard, Paris.

_____ (1984). História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque; Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque – Rio de Janeiro: Edição Graal.

HALBWACHS, Maurice (2004). A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro.

LIMA, Fernanda de Souza (2014). Entre o Público e o Privado: relações de gêneros nos processos de desquite e divórcio no município de Itaberaba/BA (1950-1980). Universidade do Estado da Bahia. Antonio de Jesus/BA. (Dissertação de Mestrado)

NETO, Regina Beatriz Guimarães (2007). “Memória e Relato Histórico”. In: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 23. Recife. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de

Filosofia e Ciências
Humanas/apresentação Carlos Alberto
Cunha Miranda – Recife: Ed.
Universitária da UFPE.

PIERRE, Janet. In: CERTEAU, Michel
de (1994). *A invenção do cotidiano: artes
de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira
Alves. – Petrópolis, RJ; Vozes.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO,
Joana Maria (Org.) (2012). *Nova
História das Mulheres no Brasil*. São
Paulo: Contexto.

RABENHORST, Eduardo Ramalho
(2012). *As Teorias Feministas do Direito
e a Violência de Gênero*. Revista
EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57
(Edição Especial), p. 20-32, jan.- mar.

_____ (2009). O
Feminismo como crítica do direito.
Revista Eletrônica Direito e Política,
Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Ciências jurídicas da
UNIVALI, Itajaí. V.4, n.3, 3º
Quadrimestre.

ROCHA – COUTINHO, Maria Lúcia
(1994). *Tecendo por trás dos panos: a*

mulher brasileira nas relações familiares
– Rio de Janeiro: Rocco.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres
(2010). **As Razões do Coração:**
*Namoro, escolhas conjugais, relações
raciais e sexo-afetivas em Salvador
1889/1950*. Niterói: Universidade
Federal Fluminense. (Tese de
Doutorado).

SCOTT, Joan (1990). “Gênero uma
categoria útil na Pesquisa Histórica” In
Educação e Realidade. Porto Alegre,
16(2): jul./dez.

TURNER, Vitor (1975). *Dramas, fields
and methaphors: simbolic action in
human society*. Cornell University Press,
p.35. Apud: DIGIOVANNE, Rosangela
(2003). **Rasuras no álbum de família:**
*um estudo sobre separações conjugais
em processos jurídicos*. Campinas:
Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. (Tese de Doutorado).
Consultada a 13.03.20, em
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279875>

REFLEXOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO FUNCIONAMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA

Roselaine Toledo¹Maria das Dores Saraiva de Loreto²

Resumo: Este artigo objetivou analisar os reflexos das representações sociais de gênero no funcionamento da guarda compartilhada, considerando a visão dos operadores de direito e das famílias de Viçosa/MG, em que essa modalidade de guarda foi aplicada. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e análise textual dos dados de entrevistas aplicadas junto aos referidos sujeitos, por meio do Software Iramutec. Os resultados evidenciaram que os magistrados vêm aplicando a guarda compartilhada, como regra, na comarca de Viçosa-MG, por entenderem que é dever de ambos os pais de forma igualitária o compartilhamento dos direitos e deveres referentes ao seu filho, participando da sua educação, criação e cuidado, remetendo essa igualdade, nomeadamente à conquista da mulher pelo espaço público. Contudo, na visão

das famílias, a divisão de papéis da maternidade e paternidade está, ainda, presente em relação à organização familiar, por considerarem que a mãe desenvolve melhor a função de cuidadora e o pai de provedor. Nesse sentido, pode-se concluir que, a despeito da guarda compartilhada ser aplicada como regra na comarca de Viçosa/MG, na prática, a guarda unilateral materna se mantém, assim como a divisão de papéis socialmente construídos.

Palavras-chaves: Representações Sociais de Gênero. Reflexos. Guarda compartilhada.

Abstract: This paper aimed to analyze the reflexes of social representations of gender in the functioning of shared custody, considering the view of legal operators and families in Viçosa/MG, in which this custody modality was applied.

¹ Universidade Federal De Viçosa

² Universidade Federal De Viçosa

For this purpose, a qualitative approach was used, through bibliographic research and textual analysis of the data from interviews applied to these subjects, using the Iramutec Software. The results showed that the magistrates have been applying shared custody, as a rule, in Viçosa/MG, because they understand that it is the duty of both parents to share equally the rights and duties regarding their child, participating in their education, creation and care, referring this equality, namely to the conquest of women in the public space. However, in families view, the division of roles of motherhood and paternity is still present in relation to family organization, as they consider that the mother better develops the role of caregiver and the father of the provider. In this sense, it can be concluded that, despite shared custody being applied as a rule in Viçosa/MG, in practice, the unilateral maternal custody remains, as well as the division of socially constructed roles.

Keywords: Social Representations of Gender. Reflexes. Shared custody.

1 INTRODUÇÃO

A guarda compartilhada foi regulamentada pela primeira vez no Brasil, em 2008, pela Lei nº 11.698 de 2008. E, em 2014, a Lei 13.058, alterando o artigo 1.584 do CC,³ determinou a aplicação desta modalidade de guarda como regra. Antes da legislação de 2008, o Código Civil Brasileiro tratava somente da guarda unilateral, observando, para sua aplicação, o critério de melhores condições para exercê-la, o que correspondia, na prática, em sua maioria na guarda unilateral materna.

É importante destacar que o Código Civil de 1916 determinava que o pátrio poder⁴ fosse exercido pelo pai, que possuía a guarda exclusiva dos filhos, submetendo as mulheres às determinações do cônjuge, já que era

³ Art. 1.584. § 2º do CC. Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor (Brasil, 2002)

⁴ O poder familiar tem origens remotas. No direito romano, base das legislações modernas, a figura do pater era tida como uma espécie de chefe absoluto. Os membros da família (mulher, filhos e escravos) eram “propriedade” do pater, podendo este vendê-los, puni-los e até matá-los, ou seja, a pátria potestas romana abrangia o poder de vida ou morte. (Cordeiro, 2016, sp).

reconhecida como relativamente incapaz para o exercício dos atos civis.⁵ Somente em meados de 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/1962), o exercício do pátrio poder foi legitimado, como sendo de competência de ambos os pais.

Em 1977, com a Lei do Divórcio (Lei 6.515), no caso de dissolução conjugal, a guarda era concedida ao cônjuge inocente ou unilateralmente à mãe, no caso de ambos os cônjuges serem responsáveis pela separação.

A Constituição Federal de 1988 promulgou a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações e, em seu artigo 226, § 5º, consagrou o poder familiar a ambos os pais, relatando: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (Brasil, 1988). Nesse sentido, o CC/02 alterou a expressão “pátrio poder” para “poder familiar”, consolidando a ideia de que tal

poder deve ser exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, em igualdade de condições.

É importante ressaltar que todas essas modificações legislativas são frutos das dinâmicas sociais, notadamente dos movimentos feministas, na busca pela visibilidade, inserção e autonomia feminina no espaço público. Como destaca Pinto (2010), sob o impacto desses movimentos, foram implementadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, visando superar a desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira. Além disso, como salienta Itaboráí (2017: 85), o estudo de gênero é importante na percepção da organização familiar, pois contribuí “decisivamente para desnaturalizar os modelos de família e realçar as desigualdades de gênero que a estruturam”.

Nesse sentido, objetivou-se examinar os reflexos das representações sociais de gênero no funcionamento da

⁵ Com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena, ou seja, não poderia mais praticar, sem consentimento do marido, inúmeros atos que praticaria sendo maior de idade e solteira. Deixava de ser civilmente capaz para se tornar, “relativamente incapaz”. Enfim, esse Código Civil regulava e legitimava a hierarquia de gênero e o lugar subalterno da mulher dentro do casamento civil. Assim, se casada, a mulher

não poderia, sem prévia autorização do seu marido “aceitar ou repudiar herança; aceitar tutela, curatela ou outro múnus público; litigar (demandar) em juízo civil ou criminal e exercer profissão”. Vale destacar: na Justiça do Trabalho ela necessitava da assistência do marido para reivindicar direitos trabalhistas (Barsted; Hermann, 1999: 19).

guarda compartilhada, pautando-se nos preceitos dispostos na Constituição Federal e nas Leis Infraconstitucionais sobre a temática, bem como em sua aplicabilidade, considerando as percepções dos operadores do direito e familiares da comarca de Viçosa/MG.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi desenvolvido na Comarca de Viçosa/MG, que engloba os municípios de Cajuri, Canaã, Coimbra, Paula Cândido, São Miguel do Anta, bem como os distritos de Paraguai, Airões, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo. Essa comarca possui duas varas cíveis, sendo as duas Magistradas participantes desta pesquisa (TJMG, 2010). É importante esclarecer, contudo, que as famílias, que participaram deste estudo, são todas residentes na cidade de Viçosa/MG.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, com roteiro semiestruturado à 16 (dezesesseis) pessoas, sendo 08 (oito) operadores do direito que participaram de processos de dissolução conjugal, bem como de guarda de filhos menores, na comarca de Viçosa-MG, sendo: duas Magistradas,

149
um Promotor de Justiça, um Defensor Público, dois advogados, um Mediador e um Conciliador, todos atuantes na esfera cível, em especial, no direito de família. Em termos das unidades familiares, foram entrevistadas 08 (oito) famílias, residentes no Município de Viçosa-MG, sendo 05 (cinco) pais, 02 (mães) e 01 (avó – que compartilhava a guarda com o pai das crianças, tendo em vista que a genitora era incapaz), em que foi aplicado o instituto da Guarda compartilhada e que foram atendidos pelo Laboratório de Prática Jurídica da Universidade Federal de Viçosa – MG; objetivando responder às questões relacionadas aos reflexos da Representações Sociais de gênero no funcionamento da guarda compartilhada.

A unidade empírica de análise envolveu o Laboratório de Prática Jurídica da Universidade Federal de Viçosa – MG, através dos processos em que se discutiu a guarda de filhos menores e que foi aplicado a modalidade compartilhada de guarda, com início em dezembro de 2014, data que a Lei 13.058/2014 passou a vigor, até o ano de 2018. Foram encontrados 15 processos em que foi discutida a guarda de filhos menores com sentença após dezembro de

2014, sendo que, destes, 08 aceitaram participar da pesquisa.

As entrevistas tiveram uma duração média de 20 a 50 minutos, sendo gravadas, após a autorização e assinatura de cada participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos operadores do direito e das famílias. Após, realizou-se a transcrição na íntegra, para registro e análise. A coleta de dados foi realizada durante o segundo semestre do ano de 2019. Destaca-se que a pesquisa atendeu a todos os procedimentos éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos, com aprovação do projeto de pesquisa, em 20 de maio de 2019, pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa – MG, com o número de registro nº 3.334.402, por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 09880919.3.0000.5153.

A análise dessas entrevistas semiestruturadas foi realizada pela metodologia de análise de dados textuais (ADT), através do Software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnel-les de Textes et de Questionnaires), utilizando a Lexicometria, também denominada

pela literatura como Textometria ou Logometria. A lexicometria é um processo metodológico, utilizada para tratar dados qualitativos, sob uma abordagem estatística, possibilitando qualificá-los em categorias e a quantificá-los com o estudo das possíveis distribuições estatísticas desses elementos, “a fim de que a trajetória do discurso, por operações conhecidas e controladas, seja balizada, e a topologia e a combinatória dos elementos lexicais do corpus caracterizadas.” (Damasceno, 2008: 1.116).

Assim, a análise textual, realizada pelo Iramuteq, faz uso da técnica de lematização, que “consiste em reunir todas as ocorrências da mesma palavra sob uma única forma, o lema, como acontece num dicionário, em vez de apresentá-las tal como aparecem nos textos, com variações no gênero, no número ou na grafia” (De Lucca, 2001: 27).

O Iramuteq caracteriza-se como um instrumento de análise de dados textuais, utilizando como base a estrutura do software R para a realização dos cálculos, a fim de obter análises quantitativas de dados textuais,

pautadas em múltiplos contextos e segundo classes de conteúdo, com base na similaridade de vocabulário (Salvador et al, 2018).

No presente estudo, foram utilizados 16 textos obtidos como resultado das entrevistas semiestruturadas com os operadores do direito e as famílias, que viviam sob o regime de guarda compartilhada; com combinações variadas entre eles, a depender dos questionamentos propostos, sendo realizado estatísticas textuais clássicas e análise de similitude.

2.1 Tratamento dos Dados

Antes da análise dos dados pelo Software Iramuteq, as entrevistas semiestruturadas foram tratadas, para que este software pudesse realizar a leitura do corpus textual, já que determinados caracteres, como barra, dois pontos, travessão, asteriscos, aspas, hifens, entre outros, não são percebidos por ele, ocasionando erros na análise. Após este tratamento, o corpus textual foi criado a partir da matriz metodológica proposta, conforme Tabela 01.

Tabela 01. Corpus Textual

Objetivo	Tema
Analisar as representações sociais de gênero no funcionamento da guarda compartilhada.	<code>*tema_guarda_perspectiva_de_gênero_operadores_do_direito</code> <code>*tema_guarda_perspectiva_de_gênero_famílias</code>

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

O corpus textual, formado pelas 16 (dezesseis) entrevistas, foi organizado em um único arquivo. Para leitura do Iramuteq, cada texto foi separado por uma linha de comando, compreendendo somente uma variável

(n). A transcrição dessas entrevistas foi realizada no processador de textos Writer do pacote Libre Office, sendo salvo como documento de texto que usa codificação de caracteres no padrão UTF-8 (Unicode Transformation

Format 8 bits codeunits). As perguntas foram suprimidas, mantendo-se somente as respostas de forma completa e referenciada à pergunta em questão.

O conteúdo deste corpus textual, foi categorizado em 02 grupos, em que, os discursos dos operadores do direito foram analisados, pelo Software Iramuteq, separadamente ao das famílias em que a guarda compartilhada foi aplicada, formando dois grupos compostos por palavras que o expressam, trazendo a frequência simples, que demonstra o número de vezes em que a palavra foi citada no corpus textual extraído das entrevistas realizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Operou-se a análise estatística e análise de similitude para cada um dos

3.1 Grupo 01: A guarda de filhos menores sob uma perspectiva de gênero, na visão dos operadores do direito

Por este grupo, buscou-se entender a visão dos operadores do

dois grupos demonstrados na Tabela 01. Por meio da análise estatística buscou-se demonstrar a frequência de palavras, os seguimentos de textos (ST), as ocorrências de palavras que se repetem e as hapax (palavras com frequência 01). Já a análise de similitude, baseada na teoria dos grafos buscou identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações da conectividade, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual, em função das variáveis ilustrativas (Camargo; Justo, 2013).

A análise se fundamentou apenas nas palavras ativas (adjetivo, verbo e substantivo) contidas nesse corpus textual, cuja frequência foi superior a 03 em sua totalidade, formado pelo conjunto de textos referente a cada um dos grupos.

direito sobre os reflexos das Representações Sociais da paternidade e maternidade sobre o instituto da guarda compartilhada. O corpus geral deste grupo foi constituído por 01 texto (composto por 16 entrevistas), separados por 62 seguimentos de textos (ST).

Emergiram 2.203 ocorrências, sendo 636 palavras distintas e 389 com uma única ocorrência. Por meio da

análise de frequência (Quadro 01), observou-se o número de vezes que as palavras apareceram no corpus textual.

Quadro 01. Frequência de palavras

Grupo 01	Palavra	F	Palavra	F	Palavra	F	Palavra	F
A guarda de filhos menores sob uma perspectiva de gênero, na visão dos operadores do direito	Filho	39	compartilhar	8	responsabilidade	4	responsável	4
	mulher	36	decisão	7	mercado	4	mudar	3
	Pai	34	sociedade	6	materno	4	isonomia	3
	Mãe	30	espaço	6	lei	4	contexto	3
	guarda	17	direito	6	lar	4	cuidado	3
	cuidar	13	dever	6	igual	4	familiar	3
	participar	10	unilateral	6	família	4	doméstico	3
	papel	9	educação	5	custódia	4	cultural	3
	homem	9	histórico	5	criação	4	trabalhar	3
	criança	9	trabalho	5	social	4	participação	3
Casa	9							

Fonte: Dados da Pesquisa (2019), analisados pelo software Iramutec

Após a análise de frequência, foi realizada a análise de similitude (Figura 01) abordando as palavras do corpus textual, correspondente às entrevistas realizadas, representadas pelos vocábulos ativos acima descritos, cuja frequência fosse superior a 03. Verificou-se que a análise apresentou 04 eixos de palavras, em torno das quais foram observadas suas relações de ramificações com os demais vocábulos,

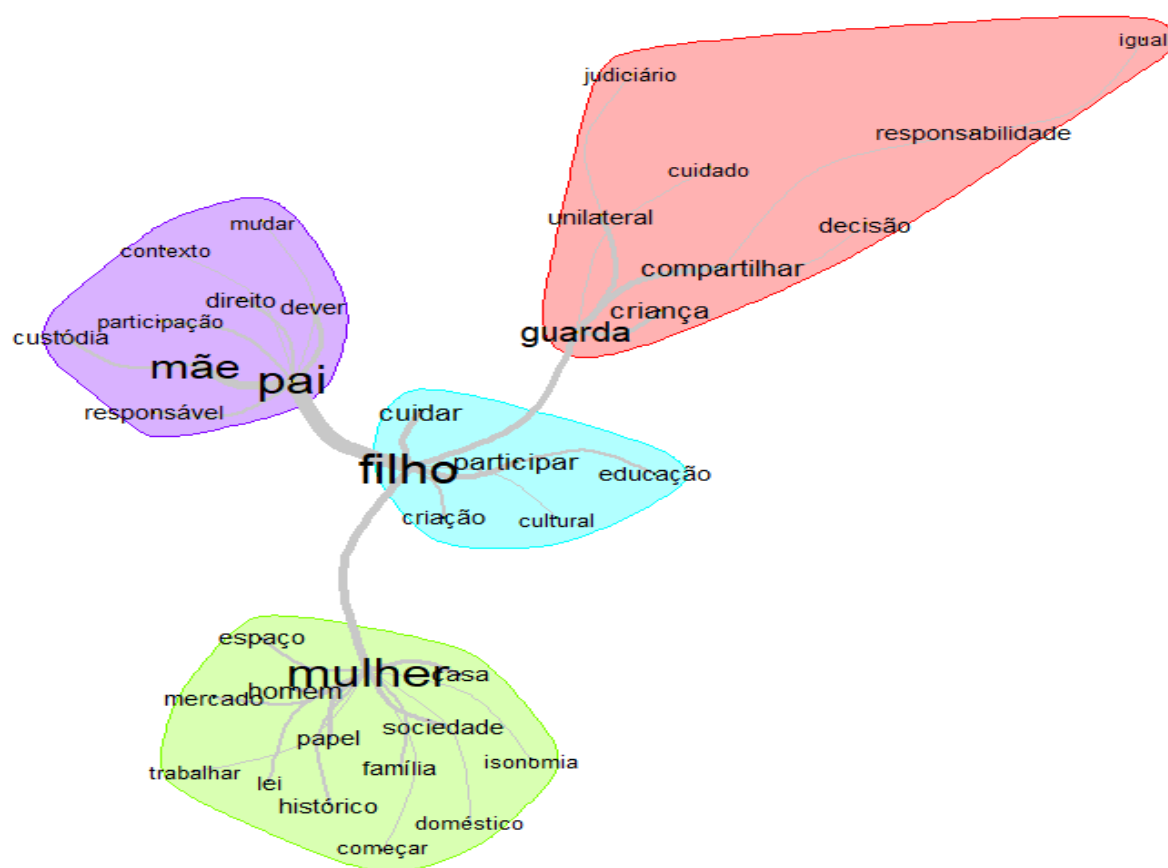
quais sejam: filho, mulher, mãe/pai e guarda.

No extremo das ramificações, referentes ao eixo representado pela palavra filho, destacam-se as palavras criação, cuidar, participar, educação, cultural, que está fortemente ligado ao eixo mãe/pai, que apresentam as ramificações com os vocábulos: direito, dever, responsável, custódia, participação, mudar, contexto. Por essas representações, é possível inferir que os

discursos dos operadores de direito da comarca de Viçosa-MG, que compõem o corpus textual deste grupo, entendem que o cuidado com os filhos, é dever do

pai e da mãe; ou seja, caberia aos pais o compartilhamento dos direito e deveres referentes ao seu filho, participando da sua educação, criação e cuidado.

Figura 01: Análise de similitude sobre a guarda de filhos menores sob uma perspectiva de gênero, na visão dos operadores do direito



Fonte: Dados da Pesquisa (2019), analisados pelo software Iramutec

Nesse sentido, o eixo representado pelo vocábulo guarda demonstra que o judiciário vem aplicando a guarda compartilhada em detrimento da unilateral, por entender

que os pais têm igual responsabilidade no cuidado com os filhos.

Essa igualdade, se deve, sobretudo pela conquista da mulher ao espaço público, através do trabalho

externo, com sua saída do espaço doméstico em busca de isonomia, atenuando a dicotomia dos papéis socialmente construídos, do feminino e masculino, representados pela mãe cuidadora e o pai provedor. É o que se observa nos grafos, no tocante ao eixo representado pela palavra mulher, que busca pela isonomia no mercado de trabalho, apesar de um histórico de desigualdades, como reportam Oliveira e Matos (2014):

A inserção progressiva da mulher no mercado de trabalho contribuiu para desmitificar a participação dela como restrita ao ambiente doméstico, de modo que a participação laboral feminina se mostra cada vez mais representativa. Paradoxalmente, porém, a desigualdade de condições entre os gêneros no que tange a um contexto emancipatório de trabalho ainda se apresenta gritante no cenário brasileiro. (Oliveira; Matos, 2014: 752)

Para Oliveira e Matos (2014), a “luta pela igualdade formal é coroada pela letra constitucional de 1988, na qual se grifa, quanto às relações familiares, a posição equânime delas frente a eles na conjugalidade e no exercício do que se prefere chamar hoje responsabilidade parental.” (Oliveira; Matos, 2014: 756). Com efeito, a Constituição Federal de 1988, prescreve em seu artigo 5º, inciso

I, a igualdade entre homens e mulheres e, em seu artigo 226, § 5º, consagra a igualdade referente aos direitos e deveres relativos a sociedade conjugal. (Brasil, 1988).

Nesse sentido, Código Civil de 2002, reconhece a igualdade de gêneros nas relações familiares, abolindo a imagem de chefe de família, alternado a expressão “pátrio poder” para “poder familiar”, consolidando a ideia de que tal poder deve ser exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, em igualdade de condições, nos termos do artigo 1.567 do Código Civil, que prevê: “A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.” (Brasil, 2002, s/p).

Note-se que a guarda unilateral mantinha essa dicotomia de papéis, já que era substancialmente materna. Nesse sentido, a mulher permanecia com o papel de cuidadora, ao passo que cabia ao homem o papel de provedor, através do pagamento de alimentos, como destacado por Silva (2018):

O sistema anterior ao Código Civil de 2002 dava prevalência à mulher no exercício da guarda de filhos. Exemplo de lei que oferecia essa preferência à mulher era a Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977,

cujo art. 10, § 1.º, estabelecia que se ambos os cônjuges fossem culpados na separação judicial, os filhos ficariam sob a guarda materna. A anacrônica prevalência materna adequava-se ao direito do início do século passado, fundado em costumes já ultrapassados, pelos quais a mulher dedicava-se, com exclusividade, aos filhos e ao lar, e o homem buscava recursos, por meio do trabalho, para sustentá-los, razão pela qual a mãe era tida, ao menos em tese, como a melhor indicada para deles cuidar. À mulher cabiam as funções de criação dos filhos e ao pai as de provedor, com papéis absolutamente distintos. (Silva, 2018: 229).

De acordo com Gonçalves (2002: 21), “A preferência reconhecida à mãe passou a ser contestada, quando os princípios de igualdade de sexos começaram a invadir o Direito de Família”. Contudo, em que pese o ingresso da mulher no espaço público, o contrário não acontece em relação ao homem. Nesse sentido, ponderam Piovesan e Fachin (2013: 69).

Vale dizer, ainda que se constate, crescentemente, a democratização do espaço público, com a participação ativa das mulheres nas mais diversas arenas sociais, resta o desafio de democratização do espaço privado – cabendo ponderar que tal democratização é fundamental para a própria democratização do espaço público.

Nessa mesma perspectiva, Bernardi, (2017: 68) afirma que:

Deste modo, apesar dos papéis masculinos e femininos seguirem se modificando e as mulheres ocuparem hoje um importante lugar no mercado de trabalho, em praticamente todo tipo de atividade produtiva. Esta condição, não garantiu a redução efetiva na divisão das atribuições domésticas e maternas.

Ademais, o acúmulo solitário da dupla jornada feminina, entre o trabalho público e o privado, compromete a saúde mental da mulher (Silva; Lima, 2012), sendo que esta dicotomia pouco afeta ao homem, já que o mesmo não se dedica ao trabalho privado, na mesma proporção que a mulher, como apontam Madalazzo, Martins e Shiratori (2010):

Outro possível impacto que aumenta o trabalho doméstico, principalmente para as mulheres, é a presença de crianças no domicílio. Analisando os dados para os indivíduos da amostra, percebe-se que, com o aumento do número de crianças na família, o trabalho doméstico aumenta para as mulheres, mas não necessariamente para os homens. A análise dos dados entre homens e mulheres – com ou sem filhos – e sem cônjuge mostra que as mulheres trabalham aproximadamente o dobro de horas que os homens e que essa diferença aumenta ainda mais quando o número de crianças no domicílio cresce. Já para o caso de famílias compostas por um casal, então as mulheres cumprem uma jornada de quatro a cinco vezes

superior a dos homens, independentemente de estarem ou não participando do mercado de trabalho. (Madalozzo et al, 2010: 555).

Ao observar os discursos apresentados pelos operadores do direito da Comarca de Viçosa-MG, pode-se perceber que muitos dos papéis admitidos e consagrados para mulheres e homens podem ser vistos como construções sociais históricas, como argumentam alguns operadores de direito, a seguir apresentados:

Isso é uma questão histórica, aquela concepção do papel da mulher e do homem na relação familiar. Até a luz da Lei antigamente o pai, o homem é o chefe da família, o que na verdade, não condizia com a isonomia que deveria existir entre homem e mulher. A mulher sempre foi renegada na relação familiar a um papel de cuidadora, um papel de organizadora do Lar ao passo que o pai cumpria o papel tradicional de prover o lar. A razão de decidir as questões havia uma relação autoritária machista em que a mulher estava sempre abaixo. Quando houve, evidentemente, avanço da legislação, claro que também da sociedade, de que o papel da mulher foi se modificando ela foi ingressando no mercado de trabalho. Ela foi exigindo os seus direitos. Por outro lado, os resquícios dessa cultura, era que sempre no judiciário as mães tinham preferência na Guarda, guarda unilateral, então sempre houve por parte do Judiciário um certo direcionamento para manutenção

157

no modelo. Então essa guarda compartilhada nada mais é também um contra fluxo, porque o efeito colateral se você sempre atribui a mulher essa preferência, ela também aleija o pai, e é bem verdade que percentualmente ainda nos dias de hoje, que a mulher está muito mais ativa nesse papel de formação e educação dos filhos, é muito mais ativa. Mas aqueles pais que queriam, especialmente quando havia um nível sócio cultural maior, que queria, participar, eles viram que o sistema protegia demais a guarda unilateral a mulher e o judiciário é muito lento nas decisões. Então hoje nós temos um modelo que trata de forma isonômica homem e mulher. Então, isso na verdade é um reflexo, a partir também da constituição de 88, que consagrou a isonomia completa no âmbito do direito família entre homem e mulher, nada mais é do que fruto desse Desenvolvimento Social, o papel da mulher do homem foi se modificando ao longo do tempo, a sociedade já não exige da mulher esse papel clássico, o homem da mesma forma, ele não pode ficar candidamente sentado no sofá vendo as coisas acontecerem. Então eu acho que isso na verdade é questão histórica. (Entrevistado 01). Destacamos

Na verdade, a gente tem que ver um fato histórico relativo as mulheres nessa busca de igualdade, na afirmação da mulher na sociedade nos últimos 50 anos. Porque antes não poderia divorciar, então fulana era desquitada. As mulheres se declaravam do lar, doméstica. Com o avançar das leis, com a luta feminina por busca de espaço. No começo a mulher era vista, como a própria ministra da família e educação falou, “mulher foi feita para gerar e ser dona de casa” sendo que não é verdade. E nessa concepção de antigamente, sempre que se deparava, com a evolução

da lei, a preferência era para a mulher, porque ela geralmente receberia um pensionamento, porque, realmente era doméstica, tinha que ser pensionada pelo marido, tinha o pensionamento dos filhos, então acabava que ela ficava fazendo aquela função e vivendo das migalhas do marido. Então na minha concepção, tem esse conteúdo histórico, que é essa luta pela mulher para reconhecimento de espaço, pela forma que ela era tratada antigamente, e isso também, por uma evolução legislativa que vem acompanhando isso. Que foram atribuídos os filhos as mulheres. [...] tradicionalmente a guarda era direcionada a mãe pelos conteúdos que eu disse, e por esse critério objetivo, que é a idade mais dependência da mãe. Na prática tem sido mantido a custódia física para a mãe. Com algumas liberdades, não tão rígidas, [...] então a gente coloca a guarda compartilhada, visitação livre, mas deixa na custódia da mãe, quando se acha que a criança é muito dependente da mãe. (Entrevistado 02). Destacamos

A princípio a guarda unilateral materna é porque a construção da nossa sociedade, de uma sociedade patriarcal e machista que entende que as mulheres são responsáveis pelos filhos e é isso que a gente vê. A gente vê muitos casos do país que quando se separam simplesmente abandonam os filhos, não pagam pensão, não quer visitar, então existe isso de que a responsabilidade da criação dos filhos é uma obrigação materna. Então durante muito tempo se pensou dessa forma e as mulheres se apropriaram disso também, de como eu disse antes, até de entender o filho é só seu, e não quer compartilhar decisões da vida do filho com o pai, então, assim, é muito por essa construção que durante muitos anos teve essa questão da Guarda unilateral

materna. Até porque a muito tempo atrás as mulheres não saiam para trabalhar elas ficavam dentro de casa cuidando dos filhos, então quando havia o rompimento da relação era normal que se mantivesse essa estrutura (Entrevistado 03)

Essa visão histórica sobre a concepção do papel da mulher, como cuidadora, e do homem, como provedor, é observada por Oliveira e Matos (2014: 754), que afirmam que “O Código Civil de 1916 pressupunha a aptidão masculina para trabalhar, e não a feminina, a quem se relacionava a vida doméstica, estável, santificada e drasticamente oposta ao espaço público”.

Segundo Arpini et al (2016), antes de 1970, a principal função atribuída ao homem dentro da família era a de provedor, enquanto que à mulher cabia os cuidados afetivos e cotidianos da prole. “Esta divisão clara de papéis se sustentava – prioritariamente – na visão de que o exercício da maternidade é algo natural para as mulheres, ou seja, é intrínseco à sua própria condição de mulher” (Arpini et al, 2016: 30), como concluíram os autores em seu estudo, afirmando que:

Superar a visão da mãe como naturalmente mais bem preparada para cuidar dos filhos e reconhecer no pai alguém que pode mais do que somente prover financeiramente a família, parece ser o desafio que se coloca a todos que se envolvem no contexto das relações familiares (Arpini et al, 2016: 39-40).

Nesta mesma direção, Martins et al (2014), através de um estudo em que se realizou sessenta entrevistas, a cinco casais, com idades compreendidas entre os 26 e 33 anos, com filhos, concluíram que:

Durante a transição para a parentalidade os casais ainda se organizam de acordo com referenciais tradicionais, nos quais a mãe assume o papel de principal cuidador e de total disponibilidade, e o pai assume o papel secundário de provisão e apoio, com relativa ausência em relação ao cuidado infantil. Revelou, igualmente, que a diferenciação de papéis de gênero apresentada pelos pais e mães, que a literatura chama de tradicionalista, não se trata simplesmente de um fenômeno comportamental, mas de um fenômeno que reflete e patenteia valores e ideologias relativos aos papéis masculinos e femininos, paternos e maternos (Martins et al, 2014: 130).

Outra questão apontada pelos magistrados foi a manutenção dos papéis e funções marcadamente femininos e masculinos, por uma questão cultural; embora, esteja ocorrendo algumas

mudanças nesse comportamento, no sentido do genitor participar mais da criação e educação do filho, como reportado:

Eu acho que é cultural, que a mãe que tem que cuidar, e o pai de pagar o dinheiro. Acho que é mais uma questão cultural mesmo, esse comportamento vem mudando devido a mudança no mercado de trabalho, as oportunidades, acho que tá mais relacionado a isso, a quebra de paradigma, no costumes. Que as mulheres começaram a adentrar e ocupar mais cargos no mercado de trabalho e reivindicar um dever dos pais também. De não aceitarem essa sobrecarga de cuidar sozinha dos filhos. E na audiência, as mães falam que elas querem ter essa divisão porque elas ficam sobrecarregadas cuidando sozinha dos filhos. Então, acho que esse empoderamento delas poderem entender que não é uma responsabilidade só delas. (Entrevistado 05).

Mais uma questão cultural, as próprias mães e também os pais foram adquirindo mais consciência da importância da sua participação na educação dos filhos especialmente esse dever de participar mesmo da educação dos filhos. Esse comportamento vem mudando a partir da lei eu senti na prática que aqui em Viçosa a gente bate muito nisso, eu senti na prática uma um aumento prático mesmo dessa questão da Guarda compartilhada, mas a gente percebe muito que a adoção de métodos autocompositivos tem trazido uma conscientização maior, principalmente por parte do genitor da necessidade de participar do processo de criação e

educação do filho. (Entrevistado 04)

Geralmente era a guarda unilateral materna e direito de visita dos Pais. Sempre foi assim, por uma tradição de achar que o pai não tinha condição de cuidar dos filhos que a mãe sempre cuidava melhor dos filhos, os pais muitas vezes também não queriam ficar com os filhos por achar que não iam conseguir, que não davam conta de cuidar. Era uma visão mais patriarcal do pai provedor e não cuidador dos filhos e da mãe sempre em casa cuidando dos filhos. Então por tradição, sempre foi assim. E depois a gente teve uma mudança de cultura, com o pai participando mais a criação dos filhos. Hoje os pais fazem questão é muito bom isso, muito louvável isso, eles fazem questão de participar da vida dos filhos. Fazem questão de buscar na Escola, de ir a reuniões, vejo muitos pais aqui que não abrem mão desse direito de criar os filhos e isso é muito bom. Porque os dois são responsáveis, os dois são pais e os dois tem igual responsabilidade iguais e obrigações iguais, iguais direitos. E algumas mulheres resistem por incrível que pareça, algumas mulheres resistem que os pais tenham uma maior aproximação com os filhos, por achar que só elas conseguem cuidar bem dos filhos. Mas isso hoje também já tá mudando, as mães estão entendendo que é muito importante participação dos pais na criação dos filhos, então já pacificou muito. [...]. Os casais de hoje, os pais de hoje estão mais conscientes dos deveres como como pais e mais responsáveis pelos filhos querendo participar e isso é muito bom.

O estudo realizado por Leite (2015: 24), sobre a guarda

160
compartilhada, como alternativa de mudanças, corrobora esse resultado, ao afirmar que, no Brasil, “ainda existe a cultura de que a guarda deve ser prevalentemente materna; que os homens/pais não querem ou não reúnem condições de exercer a paternidade”. E completa ao destacar que:

O fato é que alguns fundamentos podem justificar a onipotência materna, pois ainda cultivamos a absoluta existência da mãe infinitamente boa, santa e virgem. Apesar das visíveis transformações em torno da questão de gênero, da posição que o homem e a mulher vivenciam atualmente, ela continua admirável, aos olhos da sociedade; se esforça para dar conta das suas atribuições diárias no cuidado da casa, da família, do trabalho externo, e inclusive é, por natureza, “ideal para procriar e cuidar”, pois é ela que gera e dá à luz. (Leite, 2015: 66)

Para Bernardi (2017: 59), “o conceito de paternidade permanece em transformação”. Contudo, os “velhos discursos acerca da função materna e da função paterna ainda mostram-se muito presente”, o que leva a autora a concluir que “a família contemporânea ainda conserva traços da família patriarcal, na qual a mãe era a cuidadora exclusiva dos filhos”.

Bernardi (2017) pontua ainda que existe três diferentes momentos

relacionadas à figura paterna e sua importância na literatura. Em que em um primeiro momento (início do século XX), havia pouca teoria sobre a paternidade, como reflexo da crença de que somente a figura materna era decisiva para o desenvolvimento infantil. Entre as décadas de 1960 e 1980, em um segundo momento, a importância do pai passou a ser ressaltada, ligada, contudo, aos efeitos nocivos de sua ausência. Já em um terceiro momento, “a literatura científica começa a expor um novo debate sobre a reorganização dos papéis da mãe e do pai, destacando os benefícios da presença paterna desde o nascimento do bebê”. (Bernadi, 2017: 64)

Assim, essa visão histórica e cultural sobre a responsabilidade exclusiva da mãe, pelos cuidados com os filhos, vem se modificando. E essa mudança de comportamento com respeito aos papéis assumidos por homens e mulheres, com reflexos no funcionamento da guarda compartilhada, está muito associada à inserção da mulher no mercado de trabalho, conforme depoimento a seguir apresentado:

161

A partir do momento que a mulher também sai para o mercado de trabalho que ela começa a ter sua independência financeira e tudo mais é preciso ter uma nova divisão de tarefas. A mulher não cuida só da casa, ela cuida da casa, mas também ela pode estar no espaço público para espaço do trabalho enfim, a partir daí os homens também são obrigados de certa maneira a vir para o espaço privado que essa função do cuidado de dividir as atribuições com a mulher. E a partir daí então já que ela tá lá fora contribuindo também, então ele tem que contribuir no espaço privado, a partir daí muitos homens passaram a se interessar também por ter uma maior ingerência na vida dos filhos. Aquela conformação de família que o marido saía trabalhava, trazia comida para dentro de casa, e a mulher ficava dentro de casa cuidando dos filhos, ela não existe mais, então quando isso se altera, aí os pais têm necessidade de participar, querem participar da vida dos filhos e é nesse contexto que a gente começa a repensar a guarda compartilhada. Eu acho que transcende qualquer classe social, essa visão de que a mãe é que é responsável pelo cuidado isso não tá delimitado por uma questão de classe social não, acho que ela permeia todas as classes. (Entrevistado 03).

A defesa da guarda compartilhada em função da atuação mais significativa da mulher no espaço público, o que exigiria que as responsabilidades com a criação e educação dos filhos fossem divididas, é comentada por Oliveira e Matos (2014: 767), que defendem que “a maternidade sintetiza e absorve o potencial feminino,

sendo um óbice, na visão de empregadores, colegas e mesmo dos que compõem os círculos sociais, para o desempenho profissional. ”

Nesse sentido, os autores Mariano e Souza (2015) concluíram em seu estudo que:

A almejada justiça de gênero requer modelos de intervenção com políticas que, para as mulheres, promovam uma conciliação mais equitativa entre trabalho remunerado e cuidados com a família e, para os homens, proporcionem uma maior responsabilização da paternidade quanto aos trabalhos de cuidado (Mariano; Souza 2015: 172).

Segundo Puccini et al (2015: 594), “Em nossa sociedade vem ocorrendo um redesenho do cumprimento dos papéis sociais e da ocupação dos lugares de poder constituídos. Pouco a pouco a mulher vem ocupando espaço no mercado de trabalho”. Contudo, pontuam os autores que ainda é possível observar o reflexo do conservadorismo:

nas representações sociais evocadas pela vivência concomitante dos papéis de trabalhadora e mãe, gerando uma série de conflitos psicológicos e ambivalências e tolhendo a liberdade das mulheres em desenhar seu projeto de vida de acordo com seus desejos e valores (Puccini et al, 2015: 595).

Nesse mesmo sentido, Queiroz e Aragón (2015: 814), em um estudo sobre a alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras, concluíram “que a mulher sofre dificuldade em permanecer no mercado de trabalho devido ao seu ciclo de vida, como formação da família e maternidade”, já que o tempo e dedicação despendido com o cuidado familiar tende a reduzir sua participação na força de trabalho.

Entretanto, mesmo que estejam ocorrendo modificações na sociedade, ainda persiste um vínculo diferenciado da mulher para com os filhos/crianças; sendo que a maioria dos pais tem dificuldade em cuidar sozinho do filho, tendo que recorrer a outra mulher, de acordo com a fala do entrevistado 06:

Se você parar para pensar, as mães têm vínculo diferenciado para com os filhos, de não consegui tomar essa decisão, existe uma posição social uma cobrança familiar uma série de situações que coloca as mães nessa situação. Mas se a gente olhar para mais de 11 milhões de filhos sem pai, ou com pais ausentes, que a gente vê nas estatísticas no Brasil. Eu acho que a tendência natural que a mãe não abandona o filho. É muito difícil, claro que existem algumas exceções. Já os seres do sexo masculino, eles têm uma postura diferente. A mulher recebe, o home expele. Eu acho que isso

também tem alguma coisa biológica por esclarecer estas situações. Mas as mães renunciam a absolutamente tudo pelo bem-estar dos seus filhos. Ou quase tudo. Os pais têm outra postura, eles podem amar, mas a forma de amar, da dedicação e da capacidade de renúncia, ela é muito diferente. Muitos dos pais não querem mesmo a guarda. Porque realmente o pai ele não vai conseguir criar as crianças sozinho, ele vai depender de uma mãe, que seria a avó paterna ou de arrumar imediatamente uma outra mulher para tomar conta dos filhos dele da casa dele. E as mães tem medo dessa outra mulher dentro da casa dele. Isso é muito perceptível. (Entrevistado 06). Destacamos

A dificuldade masculina em assumir a tarefa do cuidado da criança é discutida por Freitas et al (2009), em um estudo em João Pessoa, PB, no ano de 2003, desenvolvido sob abordagem qualitativa e enfoque teórico de gênero, com dez homens, em que afirmaram que:

O homem continua a entender seu papel de pai predominantemente como provedor material e moral da família, contrapondo-se à necessidade da divisão de responsabilidades emergentes das mulheres e ao princípio de que a educação dos filhos deve ser permeada pela proximidade física e afetiva de pai e mãe. Sendo assim, entre os papéis sociais de gênero, que acompanham mulheres e homens em todas as fases do seu ciclo vital, persistem os do modelo tradicional orientando o trabalho masculino para a produção e o feminino para a reprodução biológica (Freitas et al, 2009: 90)

Um outro aspecto ressaltado pelos operadores do direito é que, geralmente, embora a custódia jurídica seja compartilhada, a custódia física é quase sempre concedida à mãe, dentro da concepção cultural de que a mulher cuida melhor dos filhos, como pontuado pelo depoente 07:

Normalmente a custódia física é com a mãe. Via de regra é com a mãe. Temos algumas exceções que já foi com pai, mas geralmente o pai pede quando ele quer que a criança resida com ele. Isso se deve a um contexto histórico. Então hoje em dia o contexto é completamente diferente, a mulher é uma figura atuante na sociedade. Então a mulher hoje, ela não é apenas a dona do lar. Antigamente ela era muito vista assim. Então, acho que é via de regra, já era visualizada a mulher dessa forma como aquela que cuida dos filhos, como aquela que não tem vida profissional, que tem só a vida doméstica e aí, já era arbitrado a guarda unilateral. Hoje em dia não, ambos os genitores trabalham, tem a sua vida profissional muito ativa, e eles compartilham das decisões, eles conversam mais sobre as decisões e as decisões não ficam só a cargo de um. Que antigamente era muito da mãe, a mãe que educava, a mãe que decidia, a mãe que controlava toda vida da criança. Porque o pai entrava só com a parte financeira. (Entrevistado 07)

Dessa forma, pelos discursos expostos, percebe-se que na visão dos

operadores do direito, a guarda era unilateral materna por uma questão cultural, em que à mulher era reservado o espaço privado, sendo a principal responsável pelo cuidado dos filhos. Nessa perspectiva, é de se observar, que as oportunidades oferecidas aos homens e às mulheres sejam diferenciadas, mesmo ainda na infância, quando é ofertado ao menino brinquedos de aventura, como espadas, heróis; enquanto que, para as meninas, os brinquedos se traduzem ou se materializam em cuidado, como bonecas, em que a menina dá banho, comida, troca a roupa; ou ainda panelas e utensílios de cozinha.

Assim, a conjugalidade e a parentalidade são vistas de forma diferente para o homem e para a mulher e, conseqüentemente, as expectativas também as são. Nesse sentido, como pontua Biroli (2014):

Os sentidos e as implicações do casamento, da reprodução e da sexualidade seriam muito distintos para mulheres e homens. As fronteiras entre a vida doméstica e familiar e a vida pública, com a divisão do trabalho que as organiza na modernidade, também teriam ressonância distinta para mulheres e homens, afetando diretamente as ocupações, e a remuneração que receberão, fora de casa. De modo geral, o

164

exercício de autoridade no mundo doméstico-familiar, mas também o usufruto da privacidade, tomarão formas muito distintas, em um mesmo padrão de organização familiar, se olharmos para o cotidiano das mulheres ou para o dos homens. (Biroli, 2014: 8)

A legislação responde aos anseios sociais, assim, o antigo Código Civil (1916) espelhou a sociedade brasileira da época, consubstanciado em uma legislação conservadora e patriarcal, conferindo ao homem, chefe de família, o pátrio poder, com direitos sobre os filhos e a esposa, tais quais, como sobre os bens patrimoniais que possuísse.

Nesse contexto, a guarda compartilhada trazida no Código Civil de 2002 é um corolário da Constituição Federal de 1988, que instituiu a igualdade de gênero, na medida que rompe com a ideia de posse de um dos genitores e sustenta a ideia de compartilhamento do cuidado, das responsabilidades, das tomadas de decisões, do sustento e, sobretudo, da convivência familiar. Contudo, de acordo com Toledo, Loreto e Farias (2019), mesmo diante dessas importantes mudanças, as representações sociais de gênero da maternidade e paternidade consistem em

algo ainda muito arraigado no imaginário popular,

Os dados evidenciam que houve um intervalo de quase 100 anos entre os dois códigos civis (1916 a 2002), período em que eclodiram várias mudanças na sociedade. O dinamismo social e suas transformações, notadamente os movimentos feministas, do século XX, forçaram a outrora sociedade patriarcal e machista a rever seus conceitos arcaicos e mudá-los, de acordo com a urgência dos novos tempos. Assim, percebe-se que a guarda do menor, experimentou uma intensa transformação ao longo da história legislativa, evoluindo de “propriedade” paterna, passando para a preferência pela guarda unilateral materna e chegando à guarda compartilhada. No entanto, as representações sociais de gênero que colocam a mulher como “naturalmente” mais apta aos cuidados do filho, ainda está muito presente em nossa sociedade (Toledo et al., 2019: 41, tradução nossa).⁶

Portanto, na visão dos operadores do direito, a guarda compartilhada representa a igualdade de gênero, na medida que concede ao pai e à mãe o compartilhamento

igualitário dos direitos e deveres em relação aos filhos; buscando, assim, a transitoriedade do homem e da mulher nos dois espaços: público e privado.

3.2 Grupo 02: A guarda de filhos menores, sob uma perspectiva de gênero, na visão das famílias

Através deste grupo, buscou-se entender a visão das famílias sobre os reflexos das representações sociais da paternidade e maternidade sobre o instituto da guarda compartilhada. O corpus geral deste grupo foi constituído por 01 texto (composto por 16 entrevistas), separados por 53 seguimentos de textos (ST). Emergiram 1.816 ocorrências, sendo 504 palavras distintas e 284 com uma única ocorrência. Através da análise de frequência (Quadro 02), é possível observar que o número de vezes que as palavras apareceram no corpus textual, com frequência mínima de 03.

⁶ The data show that there was a gap of almost 100 years between the two civil codes (1916 to 2002), during which several changes in society broke out. Social dynamism and its transformations, notably the feminist movements of the twentieth century, forced the once-patriarchal and chauvinistic society to revise its archaic concepts and change them according to the urgency of the new times. Thus, it is clear that

the custody of the minor has experienced an intense transformation throughout the legislative history, evolving from paternal “ownership”, moving to the preference for unilateral maternal custody and reaching shared custody. However, the social gender representations that make women “naturally” better suited to childcare are still present in our society.

Quadro 02. Frequência de palavras

Grupo 02	Palavra	F	Palavra	F	Palavra	F	Palavra	F
A guarda de filhos menores, sob uma perspectiva de gênero, na visão das famílias	mãe	35	casa	8	pensão	5	compartilhar	3
	cuidar	20	guarda	7	dividir	5	tarefa	3
	filho	19	melhor	7	ajuda	4	obrigação	3
	pai	16	cuidado	6	pagar	4	família	3
	ajudar	11	trabalhar	5	escola	4	dormir	3
	criança	10						

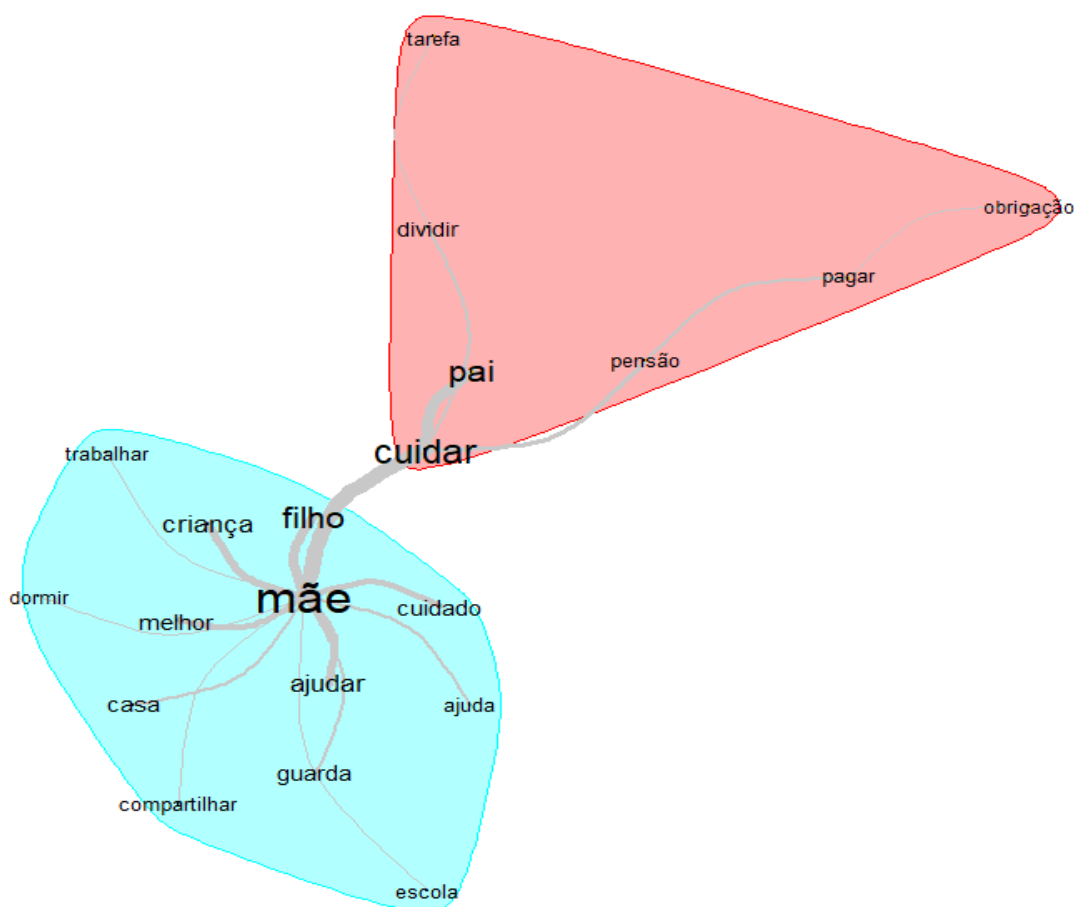
Fonte: Dados da Pesquisa (2019), analisados pelo software Iramutec

Por meio da análise de similitude, foram identificados dois eixos que se destacam: mãe e pai (Figura 02). Deles se ramificaram outras palavras, que apresentam expressões significativas, podendo ser observado a dicotomia do trabalho, entendido por esses sujeitos, como feminino (através do cuidado) e masculino (como provedor).

Ao analisar a palavra mãe, percebe-se por suas ramificações que,

para os familiares participantes da pesquisa, caberia à mãe os cuidados diários com o filho, como escola, fazer dormir, sendo ela, que melhor cumpre esse papel e, por isso, lhe é reservada o papel de guardiã dos filhos. Por outro lado, ao observar o vocábulo pai, identifica-se que o papel de provedor ainda persiste, já que cabe a ele a obrigação de pagar pensão.

Figura 02: Análise de similitude sobre a guarda de filhos menores, sob uma perspectiva de gênero, na visão das famílias



Fonte: Dados da Pesquisa (2019), analisados pelo software Iramutec

Nesse sentido, na dissolução conjugal, considera-se “natural” (concepção culturalmente construída) que seja concedida à mãe a guarda dos filhos, já que sempre coube a ela o papel de cuidadora dos filhos e, no caso da guarda compartilhada, a custódia física; enquanto ao pai caberia o provimento desse filho, com visitas regulares. Essa construção social da maternidade e paternidade, bem como a consequente organização familiar, se naturalizou

com o tempo, sedimentando-se no imaginário popular (Schneebeli; Menandro, 2014).

Romanelli (2003) corrobora com essa visão, ao afirmar que:

Em função do processo social de construção da identidade de gênero, homens e mulheres assimilam orientações diferenciadas para viver suas identidades, pois as meninas são direcionadas para cuidados com os outros e para tecer relacionamentos, o que realimenta, indevidamente, o mito do amor materno. No entanto, o exercício

da paternagem favorece a construção de identidades de gênero diferentes para filhas e filhos, repondo orientações socializadoras que mantêm a distinção hierárquica de gênero, contribuindo, desse modo, para que as filhas – mesmo as que ingressam no mercado de trabalho – mantenham sua condição de cuidadoras dos filhos e do marido, e de responsáveis pelos afazeres domésticos (Romanelli, 2003: 4, 10).

Assim, percebe-se que, em que pese o avanço da guarda compartilhada na Comarca de Viçosa/MG, na prática, a guarda unilateral materna se mantém, respeitando o velho sistema de visitas paternas em finais de semanas alternados e pensioamento dos filhos pelo pai. Ou seja, como salientam Toledo et al., a base das representações sociais de gênero influencia no funcionamento da guarda compartilhada:

Assim, pode-se concluir que as diferenças entre o feminino e o masculino, incorporadas ao senso comum, constituem a base das representações sociais da maternidade e da paternidade, com reflexos sobre a escolha da modalidade de guarda de filhos, indicando que a evolução legislativa está à frente da evolução cultural. (Toledo, et al., 2019: 42, tradução nossa).⁷

A maioria dos participantes acredita que, diante da dissolução do vínculo conjugal, a custódia física do filho deve ficar com a mãe, que é a pessoa mais bem preparada para isso, por diversos motivos, como, por exemplo, a falta de confiança tanto por parte da mãe quanto do próprio pai sobre a figura paterna ser o melhor cuidador, como reportado nos fragmentos das entrevistas sobre essa questão:

Eu [mãe] queria diferente. Eu queria cuidar mas queria que o pai me ajudasse. Dá um conselho. Isso aí eu não posso contar. Acho que tinha que dividir tarefas. Mas eu não confio. Eu prefiro comigo mesmo. Esse mundo hoje todo bagunçado eu tenho até medo. [...] a mãe é mais protetora, mais cuidadora, isso aí tá na nossa história, é ensinado isso. Quando ele nasceu eu que fazia as coisas dele. [...] acho que isso é por uma questão de cultura, eu diria que é machismo, achar que o homem não sabe lidar com a criança (Entrevista 03). Destacamos

[...] pra mim [ficar com a mãe] é mais difícil, homem é mais difícil, até no princípio eu achava que era melhor. Mas depois eu mesmo, deixei pra a mãe cuidar. A mãe cuida melhor que o pai. É bem mais fácil, porque a gente tem que trabalhar. As vezes um bucadinho que você sai para trabalhar o menino tá fazendo arte, então com

⁷ In this context, it can be concluded that the differences between the feminine and masculine, incorporated in common sense, constitute the basis of the social representations of motherhood

and paternity, with reflexes on the choice of child custody modality, indicating that the legislative evolution is ahead of cultural evolution.

a mãe já é bem melhor. Claro que a gente que é pai vai olhar, mas tá com a mãe, sei lá, eu acho que o cuidado é outro (Entrevista 01). Destacamos

A custódia física compartilhada seria mais burocrática e menos efetiva porque, na prática também não iria dar certo, porque eu trabalho durante o dia, [...]. Sobre a guarda unilateral paterna, eu já pensei até na época da alienação eu queria tentar esse tipo de guarda. Hoje eu acho que não faria, eu não vou dizer que não queria, eu queria, quero demais, mas eu acho que não faria bem a ele não. Essa mudança de hábito, de rotina (Entrevista 02).

A questão do cuidar ser atribuído à mulher é observada por diversos autores, como Alves et al. (2014), em um estudo com pais e mães, sobre o exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada, indicando que:

[...] que mesmo que a guarda compartilhada objetive a continuidade do exercício coparental, muitas são as mães que permanecem com a maioria das responsabilidades. Além disso, estas mães relataram que mesmo antes da separação, os deveres educativos já recaíam sobre elas. Neste sentido, constata-se a persistência da crença construída socialmente de que a mãe é a principal cuidadora (Alves et al., 2014:68).

Além disso, existe a questão cultural, que faz com que a própria mulher se cobre, como sendo o cuidado

infantil um papel da sua atribuição, enquanto o homem acredita que não está habituado para essa função, como pode ser verificado no depoimento a seguir:

Eles já vêm no casamento assim, sem essa responsabilidade que a gente não atribui a ele. Então acaba se acostumando assim. Porque hoje, tem muitos casais que os pais, dividem a tarefa da casa, a tarefa dos filhos, isso seria um sonho, de todos nós, pelo menos eu gostaria que fosse, mas não é dele. Então se hoje acontecesse isso, para ela [filha] não seria bom porque ele não daria conta. [...]. Para mim eu não sei, porque hoje eu te digo que a ocupação da minha vida é ela [filha], porque se ela já fosse maior de idade eu ia me sentir muito só, apesar que a gente se junta muito, os irmãos na roçam eu com meus irmãos tudo, mas o filho ocupa a vida da gente. Acho que é da família mesmo. Isso é da criação, como diz, vende de berço. Se eu deixasse a guarda com o pai, a minha família iria falar que eu tava doida. Isso não é possível acontecer (Entrevista 06). Destacamos

Se for o caso da mãe dela falar que não quer ficar com ela, que não pode ficar, eu pego também, sem dúvida. Mas não pensei em pedir isso para o juiz. Porque na verdade eu sou um homem, eu sou um pai muito assim, muito cabeça para as coisas, eu até hoje eu penso, não tem ninguém melhor para cuidar do seu filho do que a mãe. Não que eu seja ruim, mas, de uma certa forma a mãe tem mais cuidado com os filhos. Com certeza a mãe vai ser muito melhor do que os pais, nem todos os pais, e nem todas as mães também. Mas a maioria das vezes com certeza. Eu acho que minhas filhas estariam mais bem cuidadas hoje com a mãe

do que se estivesse comigo. Porque, não sendo machista, o homem já é mais largado, sei lá, não quer dizer que se tiver a filha ou filho na guarda dele ele vai coisa, mas, como eu não fui habituado a tomar conta de filho, assim fica ali tomando conta direto e reto. Então para mim, no meu modo de ver, minha filha, com certeza, tá bem mais cuidada com a mãe. [...], ajuda, pode dar sim. Mas não vai cuidar da criança sozinho. [...]. Não seria tão bom porque eu também tenho meus horários para sair para trabalhar, aí se ela falar que vai ficar uma semana lá, ela vai ficar com quem? (Entrevista 07). Destacamos

Assim, na visão do pai, caso tivesse que assumir o cuidado com o filho, teria que recorrer a outra figura feminina para ajudá-lo, como reportado:

Na sociedade para um casamento dar certo o marido tem que ajudar a esposa, porque duas crianças. Quando é um filho só até que dá para a mãe levar, mas duas crianças, a mãe fica muito atarefada. A mulher fica sobrecarregada, de cuidar das crianças e fazer o serviço da casa, então o pai também pode ajudar, fazer dever [de casa, com os filhos]. Se eu tivesse a guarda minha irmã e mãe me ajudariam (Entrevista 04). Destacamos

A família ajuda assim, eles almoçam e jantam na casa da minha mãe (Entrevista 01).

Minha mãe ajuda em tudo, ela quem faz comida. Acho que não daria conta de cuidar dos meninos sozinho. Se não tivesse a mãe para ajudar, a irmã ou alguém teria que me ajudar. Porque sozinho eu ficaria muito sobrecarregado (Entrevista 04).

Segundo Bernardi (2017: 74), “apesar dos conceitos acerca da paternidade terem se transformado, parece que, velhos discursos acerca dos papéis maternos e paternos, ainda são marcantes na sociedade”. Nesse sentido, ao analisar os discursos dos participantes familiares desse estudo, percebeu-se que a custódia física dos filhos permanece com a mãe, em sua maioria, e, nos momentos em que estão com os filhos, os pais contam com ajuda feminina, como avós, tias ou esposas.

Por outro lado, a maioria considera sua função apenas como provedor, como se pagasse pensão para que o filho fosse cuidado pela mãe, vista como própria e ideal para essa atribuição. Freitas et al (2009) concluíram que o modelo patriarcal se mantém e que o homem continua a entender a paternidade, como provedor material e moral da família.

Não concordo do homem cuidar do filhos. [...]. Não concordo da mulher dá pensão para filho. Eu acho que o pai, dele dá pensão, ele já pensa que paga pra cuidar, então não precisaria cuidar por causa disso. (Entrevista 08).

Outros estudos, como o de Schneebeli e Menandro (2014), que

propõem um estudo da guarda de filhos, sob o prisma da Teoria das Representações Sociais, analisando a compreensão pelo senso comum dos papéis materno e paterno, na formação dos filhos e na escolha do tipo de guarda, já apontaram nesse sentido de que “os filhos devem ficar com a mãe, [...] e nenhum deles, sequer os pais que detêm a guarda dos filhos, respondeu que estes devem ficar com o pai” (Schneebeli e Menandro, 2014: 179),

Kostulski et al (2017), em um estudo sobre a coparentalidade após o divórcio, sinaliza nessa perspectiva, ao afirmar que:

[...] as vivências da coparentalidade na guarda compartilhada. Em alguns casos que foram acompanhados pelo projeto, se tem evidenciado possíveis empecilhos no exercício das funções parentais diante da aplicação da guarda compartilhada. Isso muitas vezes, está relacionado a um certo desconhecimento por parte de alguns pais sobre o que é e como funciona essa modalidade de guarda. [...]. Estas dificuldades quando não observadas, podem levar a ausência ou ao pouco envolvimento paterno no cotidiano dos filhos (Kostulski et al, 2017: 112).

Nesse sentido, Pereira (2011, apud Kostulski et al, 2017: 112) adverte

que “as leis jurídicas não são suficientes para assegurar a manutenção das funções parentais, sendo importante atentar para os aspectos relacionais que atravessam a vida dos pais. ”

Assim, pode-se perceber que, em que pese a guarda compartilhada buscar a participação igualitária dos genitores na vida dos filhos, infelizmente, na prática, o sistema de guarda unilateral, essencialmente a materna, está arraigada na mentalidade da nossa sociedade atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitem concluir que os magistrados vêm aplicando a guarda compartilhada, como regra, por entenderem que o cuidado com os filhos é dever de ambos os pais de forma igualitária, cabendo às estes o compartilhamento dos direitos e deveres referentes ao seu filho, participando da sua educação, criação e cuidado.

Os operadores do direito entendem que essa igualdade se deve, sobretudo, pela conquista da mulher ao espaço público e sua constante busca em mitigar a dicotomia dos papéis socialmente construídos, feminino e

masculino, representados pela mulher, como cuidadora e o pai provedor. Contudo, em que pese o ingresso da mulher no espaço público, o contrário não acontece em relação ao homem, ocasionando a dupla jornada da mulher, que se divide entre o espaço público e o privado, conforme literatura abordada.

Além disso, foi possível observar que, na visão das famílias, essa dicotomia entre o público e o privado, bem como sua consequente divisão de papéis da maternidade e paternidade está ainda muito presente em relação à organização familiar. Assim, no caso de dissolução da conjugalidade, as famílias, em sua maioria, consideram que a mãe desenvolve melhor a função de cuidadora e o pai de provedor, entendendo que se trata de uma divisão natural. Nesse sentido, os pais se sentem, instintivamente, incapazes de cuidar de seus filhos, necessitando, para tanto, da ajuda feminina, como mãe e irmã, para o exercício dos cuidados básicos das crianças e adolescentes.

Destarte, conclui-se que, apesar da aplicação da guarda compartilhada, como regra, na Comarca de Viçosa-MG, na prática, a guarda unilateral se mantém, cabendo à

mãe a tarefa de cuidado com os filhos e, ao pai, a visita em finais de semanas alternados e o provimento econômico da criança e do adolescente.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

Arpini, Dorian Mônica et al (2016), “Paternidade: O ponto de vista de profissionais que atuam em varas de família”, **Pensando Famílias**, 20 (1), 29-42. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n1/v20n1a03.pdf>.

Alves, Amanda Pansard et al (2014), “O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada”, **Psicologia Argumento**, 32 (11), 61-70. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20287>.

Barsted, Leila Linhares; Hermann, Jacqueline (1999), **As mulheres e os direitos civis**. Rio de Janeiro: Cepia.

Bernardi, Denise (2017), “Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos

- discursos”, **Revista Psicologia**, São Paulo, 26 (1), 59-80. Versão eletrônica, consultada a 05.11.19, em <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/28743>.
- Biroli, Flávia (2014), **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Brasil. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm.
- Brasil. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm.
- Brasil. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1977/L6515.htm.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (1988)**, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Brasil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm.
- Brasil. **Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008**. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111698.htm.
- Brasil. **Lei n 13.058, de 22 de dezembro de 2014**. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para

estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Brasília, DF. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm

Camargo, Brígido Vizeu; Justo, Ana Maria, (2013), “IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais”, **Temas em Psicologia**. 21 (2), 513-518. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016.

Carvalho, Hildemar Meneguzzi de (2017), “Guarda compartilhada no direito de família: notas sobre o compartilhamento do amor”, **Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional**, 5 (1), 109-137. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/222>.

Cordeiro, Marília Nadir de Albuquerque (2016), “A evolução do pátrio poder - poder familiar”, **Conteúdo Jurídico**. s/p. Versão

eletrônica, consultada a 10.11.19, em <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46470/a-evolucao-do-patrio-poder-poder-familiar>.

Damasceno, Elizabete Aparecida (2008), “Lexicometria, geração de descritores, construção de ontologias e ensino de línguas: implicações e perspectivas”. In: Magalhães, José Sueli. De; Travaglia, Luiz Carlos (Org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguísticas**. Uberlândia: EDUFU. [1ª ed.] 01, 1114- 1122. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_284.pdf.

De Lucca, José Luiz (2001), “**Minidicionários da língua portuguesa**: análise léxico-estatística, crítica e contrastiva das macro e microestruturas e sugestão de modelo”, Tese (Doutorado em Linguística), FFLCH/USP, São Paulo, 492 f. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-04122018-101318/publico/2001_JoseLuizDeLucca.pdf.

Freitas, Waglânia de Mendonça Faustino et al (2009), “Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor”, **Revista Saúde Pública**, 43 (1), 85-90, Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/6868>.

Gonçalves, Denise Wilhelm, (2002),” Guarda Compartilhada”, **Revista Jurídica**, São Paulo, 50, (299), 44-54.

Itaboraí, Nathalie Reis (2017), **Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero**, Rio de Janeiro: Garamond. [1ª. ed.]

Kostulski, Camila Almeida et al (2017), “Coparentalidade em Famílias Pós-divórcio”, **Pensando Famílias**", 21 (2), 105-117. Versão eletrônica, consultada a 10.12.19, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n2/v21n2a09.pdf>.

Leite, Aline Ferreira Dias (2015), “**Primazia da guarda materna: a guarda compartilhada como alternativa de mudança**”, Tese (Doutorado em

Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 193 f. Versão eletrônica, consultada a 10.12.19, em <https://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/df/df40fc64-07e3-49bf-a48b-3de1f79efd6e.pdf>.

Madalozzo, Regina et al (2010), “Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?” **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2 (18), 547-566. Versão eletrônica, consultada a 05.12.19, em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/15.pdf>.

Mariano, Silvana Aparecida; Souza, Márcio Ferreira de (2015), “Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família”, **Revista Brasileira de Ciência Política**, 18, 147-177. Versão eletrônica, consultada a 10.12.19, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000400147&script=sci_abstract&tlng=pt.

- Martins, Cristina Araújo et al (2014), “Tornar-se pai e mãe: um papel socialmente construído”, **Revista de Enfermagem Referência**, 4 (2), 121-131. Versão eletrônica, consultada a 10.10.19, em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn2/serIVn2a13.pdf>.
- Oliveira, Ligia Ziggotti De; Matos, Ana Carla Harmatiuk (2014), “Guarda compartilhada e condição feminina: limites e possibilidades para a democratização dos papéis econômico e afetivo”, **Pensar**, Fortaleza, 19, (3), 750-778. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/3063/pdf>.
- Pinto, Céli Regina Jardim (2010), “Feminismo, história e poder”, **Revista Sociologia e Política**, 18 (36), 15-23. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>.
- Piovesan, Flávia; Fachin, Melina Girardi (2013), “Direitos humanos das mulheres: família e violência”. In: Menezes, Joyceane Bezerra de; Matos, Ana Carla Harmatiuk (Org.). **Direito das famílias por juristas brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 67-91.
- Puccini, Beatriz Cicala et al (2015), “Trabalhadora e mãe: papéis, identidade, consciência política e democracia”, **Psicologia Política**, 15 (34), 587-597. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300009.
- Queiroz, Vívian Dos Santos; Aragón, Jorge Alberto Orellana (2015), “Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras”, **Estudos Econômicos**, 45 (4), 787-819. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <https://www.scielo.br/pdf/ee/v45n4/0101-4161-ee-45-04-0787.pdf>.
- Romanelli, Geraldo, (2003), “Paternidade em famílias de camadas médias”, **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 2 (2), 01-12. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?scri>

pt=sci_arttext&pid=S1808-42812003000200006.

<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/8645>.

Schneebeli, Fernanda Cabral Ferreira; Menandro, Maria Cristina Smith (2014), “Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal”, **Psicologia & Sociedade**, 26 (1), 175-184. Versão eletrônica, consultada a 10.12.19, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100019&script=sci_abstract&tlng=pt.

Toledo, Roselaine Lopes et al (2019), “Social Representations of Gender and Its Reflections on Family Law, With Focus on the Child's Custody”, **International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science (IJLRHSS)**, 02 (07), 34-45. Versão eletrônica, consultada a 10.11.19, em <https://pdfs.semanticscholar.org/dbe9/6d1879ae3904e667ad9c12748190e901e09f.pdf>

Silva, Regina Beatriz Tavares da (2018), “Guarda de filhos não é posse ou propriedade, In: Coltro, Antônio Carlos Mathias; Delgado, Mário Luiz. **Guarda compartilhada**. Rio de Janeiro: Forense. [3ª ed.].

TJMG, Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2010), “**Lista de Comarcas do Estado de Minas Gerais**”. Versão eletrônica, consultada a 10.10.19, em <https://www8.tjmg.jus.br/juridico/comarcas.htm>.

Salvador, Pétala Tuani Candido de Oliveira, et al (2018), “Uso do software Iramuteq nas pesquisas brasileiras da área da saúde: uma scoping review”, **Revista Brasileira Promoção da Saúde**, 31 (Supl), 1-9. Versão eletrônica, consultada a 01.11.19, em

INVESTIGATION OF REQUIREMENTS AND LEGAL FRAMEWORK OF INTEGRATED MANAGEMENT OF THE PERSIAN GULF COAST IN IRAN TO PRESENT IDEAL LEGAL MODELS

Ronak Jalali¹

Mostafa Taghizadeh Ansari²

Mansour Pournouri³

Parvin Farshchi⁴

Abstract: Coastal zones are the most productive and dynamic zones of the world and the bed for big economic and social activities at the world. Along with increased population and development of activities in these fields over the past decades, high pressure has been imposed on these zones and they have been exposed to types of pollutions and destructions. Iran's coasts are not also an exception and especially Persian Gulf Coasts have been exposed to types of pollutions and development of land uses beyond the tolerance of these zones. Hence, over the past years, some efforts have been taken to improve the conditions and the conditions dominated

on this field. In this regard, wide exploitations in field of fishery, tourism, business transportation and other fields can double the importance of integrated management of Persian Gulf Coasts. With approval of article 63 of The Fourth Development Plan Act and its Executive Code, it is expected that the problems with Iranian coasts can be solved generally and the Persian Gulf coasts can be organized specially based on the executive mechanisms and the obligations predicted for executive systems in the regulations. The organization process should be the result of studying and planning in frame of

¹ PhD Student, Department of Environmental Law, Science and Research Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran

² PhD, Assistant Professor, North Tehran Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran (*Corresponding author)

³ PhD, Associate Professor, Central Tehran Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran

⁴ PhD, Associate Professor, Science and Research Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran

environmental integrated management process.

Keywords: integrated management, coasts, Persian Gulf, Development Plan Act

1. Introduction

Over the decades, unreasonable exploitation of coastal zones has made these zones encountering critical and dangerous situation, so that the pressures imposed on them have gone beyond their environmental tolerance. Increased population, excessive exploitation of resources, pollution of coastal zones, and development of environment-incompatible activities and inadaptability of activities in coastline are the most underlying factor causing pressure on these zones. All mentioned problems and difficulties have made many countries of the world, especially developed countries, to codify and implement various regulations and policies for optimal use of these fields, so that concentration of different uses by public and private sectors is possible only with observance of these regulations (Morales-Nin et al., 2005).

2. Statement of problem

As major part of world population is concentrated in coastal zones, coasts as important morph dynamic zones can be very important. Coastal zones across the world are under severe pressure. Over the past years, some efforts are taken for organization and optimal use of these zones. However, for various reasons, these measures couldn't result in desired outcomes and the problems with coastal zones of Iran show off generally and generally the problems of Persian Gulf coasts more and less. In this field, the question is that how integrated management of Persian Gulf Coasts can lead to enhanced performance and improved quality of exploitation of these coasts with presentation of suitable legal pattern? Accordingly, organization of deployment of activities in Persian Gulf Coasts, for which tourism, fishery and marine transportation functions have been predicted, should be considered in priority of state development plans and certain plans should be implemented for optimal use of these fields (Clark et al., 1992). In this study, the author has tried to analyze the abilities of Persian Gulf Coasts and the challenges of integrated

management of Coasts in this region to find way for solving the problems.

3. Literature review

Integration approach on organization of coasts was begun since 1965 in America; although it was accelerated after 1992. In 1992, 108 Integrated Coastal Zone Management (ICZM) plans were reported in 44 countries of the world. The number was increased at 150 cases in 60 countries in 1993. In early 2002, 145 countries of the world took measure to establish 622 efforts in field of integrated coastal zone management in national and international levels. Statistics show that during 1993-2003, number of countries experiencing integrated coastal zone management was reached to 2.5times and number of measures was increased to 4 times. Organization of coasts and creating integrated management in coastal zones has been now changed into a global necessity. United Nations Conference on Environment and Development (called Earth Summit), in 1992 in Rio de Janeiro, asked all countries with coastal zones to create all required mechanisms for adaptability and integrated management and

180
sustainable development of coastal zones and marine resources in local and national areas (Conacher, 2002).

4. Necessity of organization and optimal coastal management

Coast lexically means seashore or near the river or the coast, the seafront with the horizontal sea level. Moreover, coasts can be considered as the most important economic and industrial zones and center for economic prosperity and growth of every country (Conacher, 2002). Islamic Republic of Iran, in south and some parts of north, has long coasts and various uses of coasts in Iran has led to creation of some disorganizations, especially in Persian Gulf Zones to an extent that excessive use of coasts in this zone has been change into a critical issue. Majority of people private and public, tend to take maximum exploitation of coasts under different titles and methods. Major part of the exploitations and some land uses in coasts have been taken regardless of interests and necessity of optimal and collective exploitation; although it is clear to everyone that any kind of use of national and public resources such as jungles, sea, coasts and plains is

depended on observance of codified principles and regulations. Observance of the regulations can cause optimal coastal management for public exploitation of these zones (Sharifi et al., 2012). Coastal zones include fertile and varied habitats, which are very important in terms of concentration and accommodation and local livelihood and development. More than 50% of world population lives in distance of 60km from the coasts (Pak & Farajzadeh, 2007) and the number will be increased to 25% in 2020. Many poor people of the world live in coastal zones. Coastal resources play vital role for many poor people, especially in developing countries. Despite to national, regional and international efforts, the current methods to control and manage marine and coastal resources have not been improved to an extent that sustainable development can be achieved. Hence, many coastal zones, especially in developing countries, are exposed to types of pressures caused by human activities and have tolerated irreparable damages. In chapter 17 of Agenda 21 Charter of the World Community on development and environment problems in summit of 1992 in Rio de Janeiro,

181
Brazil; protection of oceans; types of seas including closed and relatively closed seas, coastal zones and protection and rational and right exploitation and development of living resources have been emphasized. The importance of protection of coasts and controlling the way of exploitation and optimal use of these areas and deployment of various human activities in these areas can be vital according to special geographical condition such as security, military, tourism, environmental, economic and social components. Hence, the adaptability of uses should be provided and due to ability of coastal zones; permissions for activities should be issued. Lack of consideration of this issue can lead to undesirable effects and outcomes and can be focused on many capabilities of these areas, so that inattentiveness to this issue can cause various environmental and social problems in Iranian coasts, especially Persian Gulf Coasts, which has been recently considered as one of the main issues in this field. Accordingly, necessity of considering these areas and taking urgent measure for organizing that should be highlighted.

5. Legislative procedure of coasts in Iran Legal System

During about 1 century of modern legislation in Iran, about 100 acts, regulations and bills are approved in field of coast and coastal zones by the legislator or board of ministers (table 1). With studying the gradual and historical process of approval of regulations, it could be observed that legislator or the board of ministers has approved some regulations in any period of time for coasts or seas due to necessities and social, economic and political needs. Some of the regulations are different or even despite to some former regulations and codification of relevant regulations has affected coasts and seas and exploitation of these zones in special way and this process has been continued to the recent years. In first step, integrated coastal zone management studies, which have been begun since late 70s decade in Iran, have provided detailed investigations in field of

determination of status of Iranian coasts in terms of problems and limitations and also capabilities of coasts. Then, according to determination of coastal zone and its limits, the studied area in Iran was identified. Accordingly, the coastal zone and its borders were specified. In second step, integrated coastal zone management studies, which were started since early 2005 and continued till 2009, studies were taken in specialized fields required in integrated coastal zone management by the specialized consultants in each field, along with cooperation of foreigner consultant. Specialized fields studied in these investigations included Environmental Management Plan (EMP), Shoreline Management Plan (SMP), Land Use Plan (LUP), political-security studies, organizational structure plan, legal plan and Monitoring Evaluation Plan (MEP). In Table 1, the legislative procedure of relevant regulations of Iranian coasts is presented.

Table 1: relevant regulations of coasts in view of statistics

Legislative period	Number and percent	Laws			
		Acts	Regulations	Approvals	Total
Before Islamic Revolution (71 years)	Number per period	30	5	8	43
	Percent per period	70%	11%	19%	100%
After Islamic Revolution (25 years)	Number per period	15	14	24	53

	Percent per period	28%	27%	45%	100%
Total		45	19	32	95

6. Organization of coasts in third development plan

In the Third Economic, social and cultural Development Plan Act approved in 2000 by Islamic Council, the legislator has mentioned in article 104:

"To protect the environment and for sustainable use of natural resources, it is essential to implement following items: - to prevent pollution and organize Caspian Sea coast, the government shall take measure to release the seafront".

It could definitely be said that this is the first time that legislator has made sentence for importance of coast and prevention of its pollution and to organize that and has also made obligation to release the seafront. However, in this article, only pollution and organization of Caspian Sea has been noted and nothing is said on other water resources and marine resources of Persian Gulf, Oman Sea and Uremia Sea and it is not specified that is there any pollution in these zones or shall not be met. According to note 3 of article 2 of the law of fair distribution of water

approved in 1982, making any kind of property in legal area of coasts and rivers is prohibited; unless with permission of Ministry of Energy. Also, it has been mentioned in Coastal Land Laws approval of 1975 that the obligation of releasing coastal lands has been assigned to the den Ministry of Agriculture and Natural Resources (Ministry of Agricultural Jihad). Article 104 of third development plan act has also discussed in this field from environmental point of view and in chapter relevant to environment. Hence, it is unclear that which authorized system is responsible for this obligation and no special regulation is also codified in this field to specify the obligations. Hence, this may be the reason that the article was not executed legally and was remained just in limit of a composition. After approval of third development plan act, board of ministers approved executive solutions in field of third development plan. The approval can be hesitated from different aspects, since no attention is basically paid to article 104 of third development plan and prevention of pollution and

considerable parity and multiplicity is observable in an approval with the aim of enforcing 5-year plan.

1. In solutions of water and Agriculture sector, the government has announced that during third development plan, some regulations would be provided and submitted to the Islamic Council. One of the regulations is the Comprehensive Water Act of Iran. One of the main issues in this act is determination of the obligations of river's bed and the way to prevent violation of the limits and water establishments and management of Iran Coast according to role of different executive systems. Therefore, one of the main fields of Comprehensive Water Act is the issue of national coasts management. However, the desired act was not codified during the third development plan and was not submitted to parliament and the government didn't act to its commitment in this field.

2. In the executive solutions of infrastructural affairs and in subset of transportation sector, Interior Ministry and Ministry of Transportation were obliged to provide the "Integrated Coastal Zone Management Plan" and submit it to board of ministers within 6

184 months after approval of the third development plan act. Unfortunately, no attention in this paragraph was paid to the said date and periods, since it was ordered to present the organization plan within 6 months of approval of the act (third development plan act in 5/04/2000). However, the approval of executive solutions was approved in 9/04/2000 and 9 months after approval of this act. In other words, at the time of approval of this act, the deadline was passed and hence, enforcement of the paragraph was impossible in the said deadline and required attention was not paid to take this measure unfortunately even in field of correction of the deadline. In the approval, the main reference is to integrated coastal zone management; although no integrated coastal zone management was existed at the time of approval, but also they must refer to "providing integrated coastal zone management plan". Not only no practical action was taken and submitted to board of ministers during 5 years, but also to the end of period of third development plan in field.

3. In solution of executive solutions of social affairs and in subset of domestic policies, it was mentioned that

to organize the coasts and to provide the requirements for public use of sea, Interior Ministry is obliged to codify required regulations and submit them to board of ministers to the end of first year of the plan with the cooperation of Ministry of Culture and Islamic Guidance and Ministry of Housing and Urban Development. In this paragraph, again board of ministers predicted no special sentence for organization of coasts, but also it prescribed that the required regulations should be provided and presented within 1 year of the plan; although about 11 months was passed from the first year of the plan at the time of approving this sentence and it was almost impossible to codify the required regulations for organization during about 40 days and it was done practically and the interior ministry codified no similar regulation not only in first year of plan, but also to the end of fifth development plan.

According to the mentioned, it could be observed that third development plan act and executive solutions of this plan were never enforced and article 104 of third development plan act and different sections of executive solutions of the act

185
remained just as approval and regulation. Such inattentiveness and lack of enforcement of regulations should be hesitated and it seems that the main reason of failure also can be attributed to the legislator. This is because; it was required for the legislator to assign special system or ministry to take responsibility of enforcing the plan instead of issuing general sentence and only for the Caspian Sea Coasts and predict budget and human resource in this field, so that the state doesn't remain on the beginning point and even behind that after several years and end of third and fourth development plans.

7. Organization of coasts in fourth development plan

Importance of coasts and problems for systems, institutes and ordinary people in coasts made the legislator again to codify acts. This time, the legislator said in article 63 of fourth development plan act approved in 1/09/2004:

"The state government is responsible for enforcing and monitoring within one year the plan for organization and prevention of pollution and destruction of coasts with priority of

Caspian sea, a comprehensive plan guaranteeing urgent measures such as determination and release of privacy, deployment of integrated coastal zone management, environmental standards and regulations and the standards of sailing, fishery and aquaculture, along with determination of responsibility of relevant systems in field of policy making, enforcement and monitoring.

Note: the government is responsible for organizing all ministries and governmental institutes in such way that retreat of 60 meters from the sea is done for hundred percent to the end of the plan".

The executive regulation of this article was provided in 2/06/2007 and was approved by the Cabinet. In accordance with article 2 of this regulation, comprehensive plan of organization of coasts was defined as follows:

"Comprehensive plan of organization of state coasts is a trans-sectional document aimed at preventing destruction and pollution of coasts, sustainable development in coastal zones, guaranteeing public exploitation right of coasts and organization of using state coasts with priority of Caspian Sea

186
and releasing the seafront and determination of environmental standards, sailing and fishery standards and providing tourism industry development, revise and completion of regulations and deployment of integrated management based on the measures described in the regulation by the Department of Housing and Urban Development within 1 year and confirmed by the working group inserted in article 3 (including members of High Council for Urbanism and Architecture of Iran and Provincial and coastal Governorates) of the act".

In accordance with paragraph 2 of the article, Agriculture Ministry of Jihad, with the cooperation of ministries of energy, state, court, housing and urbanization and transportation and environment protection organization and the deputy of planning and strategic supervision of presidency (former institute for management and planning) is obliged to present criteria to determine seafront (with priority of Caspian Sea) within 4 months and present them in article 3 of regulation. Executive regulation of the article was provided by state organization for management and planning, environment protection

organization, housing and urbanization ministry, Agriculture Jihad, transport ministry, ministry of energy and other relevant systems and was approved by the board of ministers (Thia-Eng, 1993).

8. Concept of integrated coastal zone management and its necessity

Integrated coastal zone management (ICZM) provides a complete and real definition of coastal zones. The definition helps to know that coastal zones should be considered as an extended ecosystem. Definition and determination of coastal zones from the past to the date has been one of the main problems with integrated coastal zone management. Various definitions have been presented in the literature by the scholars for ICZM. Among the definitions, it seems that a general agreement is on this issue that coastal zones include a part of coastal waters and some coastal lands and the range of this zone is depended on the issues and activities, which should be managed (Kassler, 1973). Therefore, according to the mentioned, some definitions have been provided for ICZM:

1- ICZM is a dynamic process, in which a matched strategy is

187
provided and is enforced to allocate natural, social, cultural and institutional resources, so that multiple goals of sustainable protection and development of coastal zones (McCall, 1985, p.32).

2- ICZM is one of the best processes identified to pay attention to current and long-term issues of coast management such as losing plant and animal species, destruction of quality of water, change in hydrologic cycles, and destruction of resources and adjustment with rise of sea level and so on.

In general, the aim by providing ICZM is showing response to this basic problem that social needs to use coastal zones and relevant sources are basically more than ecologic capacity of these zones for spontaneous responsiveness to these needs. Hence, to prevent increasing destruction of coasts and relevant sources and protection of these sources for next generations, it is necessary to apply an adapted and suitable integrated management plan in coastal zones (Sarnthein & Walger, 1973). The main goals of coastal zone management can be counted as follows:

1. achievement of sustainable development in multiple uses of coastal zones

2. preserving vital ecologic processes and systems protecting biologic life and diversity in costal zones

3. reducing vulnerability of coastal zones and the residents against natural and manmade disasters

4. analysis of signs of development, contradicting uses and the internal relations of physical processes and human activities in coastal zones

5. Encouraging he adaptability of coastal sectors and activities.

Iran with about 2300km coastline in south and 700km in north has long coastlines in Caspian Sea, Persian Gulf and Oman Sea. In addition to have access to important sources in coastal zones, many problems and challenges are existed and it is essential to take basic measures in this field (Thia-Eng, 1993). Despite to many coasts of the world, Persian Gulf Coasts, especially over the years, have been widely exploited in field of oil exploitation and transportation. Hence, the problems with that have been severely increased. Recognition and understanding the problems in coastal zones and efforts to meet the problems show that need to ICZM in Iran seems

188
essential similar to many other countries of the world. Almost same problems in majority of coastal zones of the world are existed in Iranian coasts; although the intensity and severity of the problems may vary (Nouri et al., 2008).

9. Problems with Persian Gulf Coasts and need to integrated management

Iran includes about 5800km coastline and 840km of the coastlines are distributed around the islands. Persian Gulf Islands with about 3821km coastline, regardless of island coasts and 5314 with regard to island coasts is one of the most powerful zones in terms of natural features of geologic and geomorphologic structure of adjacency to various ecosystems in dry land and sea and human geography. At the first step, these coasts need identification of upcoming potentials and challenges for exploitation. Number of southern coasts provinces is equal to 4 provinces and about 29.000km of coastlines is located in coastal zone. According to division of coastal zones, 1760km of the zone is located in water fluctuation zone, 6473km in danger zone and 20738km is located in coastal use zone. The coastline

length in this line is determined to 4900km (Kesavan & Swaminathan, 2006). Studies of valuable and sensitive coastal ecosystems and beautiful landscapes can be one of the most important issues of ICZM. With identifying them in 3 parts of dry land, seafont and coastal waters, it has not only emphasized sustainable exploitation of these zones but also it has attempted to make the best plans for management of these zones to preserve the valuable heritage for future generation based on national and international treaties and conventions. According to the studies done in level of state coasts, coastal zones are various in terms of geographical area and social and economic diversity. Hence, they have different problems. According to the classification in this field, the problems can be divided to two parts of spatial problems including north and south coasts and subjective problems including general, natural, environmental, economic problems and land use and social-cultural problems. In this regard, coastal zones of Persian Gulf are the most powerful and dynamic ecologic sources and the bed for bid economic and social activities. Valuable ecologic

189
resources, biodiversity, oil and gas reservoirs and big economic activities have changed these zones to the most sensitive and valuable zones for comprehensive development. Over the decades, inaccurate exploitation of these valuable resources has made critical situation for majority of coastal areas, so that the pressures imposed on them are significantly more than their environmental tolerance. With review of environmental status of Persian Gulf during 2004-2013, the most underlying threats to Persian Gulf can be factors including increased population in coastline residences, industrial activities, increase coastal tourism, unauthorized hunting of birds and fishes, high use of agricultural fertilizers, inappropriate extension of urban and rural swage and low quality of wastewater treatment system, lack of existence of integrated management of urban and hospital waste and on agricultural drainage. Excessive exploitation of sand from seashore and rives, change in land use, increased activities of oil exploitation and relevant industries and decreased biodiversity and destruction of habitats and entrance of non-native invasive species. In this regard, integrated coastal management

can be considered as a guideline for management of all resources, so that it can meet economic and social needs and create cultural homogeneity and life protection systems with increase in justice and equality in development and improvement of quality of social life and providing high environmental quality. In this field, improvement of environmental management to reduce its damages can be the first step to achieve goals if ICZM. Persian Gulf coasts can be considered as oil-gas, fishery and residential coasts. These coasts can be considered as the best coast of Iran for economic development in terms of geographical location, depth of coastal waters, number of bays, nearness to main Asian ports and tens of other bonuses, especially in terms of international business, fishery and special potential industries. Along the Persian Gulf coasts, the role of marine communication and transportation caused by national and international, legal and illegal business, activities caused by oil and gas and fishery are 3 main economic approaches in this coastline. Hard climatic conditions, coastal water pollution, erosion, lack of tourism establishments and infrastructures, economic bottlenecks for

190
life of coastal residents and destruction of environment, traffic of oil patrols, increased demand for construction of marine structures, development of free economic zones regardless of adjusted plan can be the most important weaknesses in this coastal zone. Undoubtedly, the large volume of capacity to increase capabilities and to reduce weaknesses in these zones need integrated management. The question raised here is that what are the most underlying functions of ICZM in Persian Gulf? To analyze the necessity of ICZM in Persian Gulf in terms of political and security considerations; one can refer to oil and gas, fishery and business as the main functions of Persian Gulf. Hence, smuggling commodities has been introduced as the most important security problem in this zone; although with regard to environmental functions of Persian Gulf, it could be found that environmental damages and destructions in this zone can be also changed into security problems. According to sensitive marine zones in Persian Gulf coast, Mangrove forests, coral reefs, turtle habitats and marine mammals, the necessity of implementation of ICZM in these zones can be cleared more than

before. 35 islands in Persian Gulf and Oman Sea have been identified without considering small islands, which are active relatively in about 4900km of coastline of south provinces; 37 petrochemical centers, 74 ports and 31 business ports. Currently, in 4 coastal provinces in South of Iran, six international wetlands, a biosphere reserve, two natural national effects, four wildlife sanctuaries, two national parks and 10 protected areas are under management of Environmental Protection Agency. In margin of Persian Gulf Coastline, some habitats are existed with population more than thousands of people and the most underlying challenge with these habitats can be inadequate conditions of wastewater treatment. Other problems with Persia Gulf coast can be existence of water sweeteners, especially in southern part of Persian Gulf, which is related to neighbor countries and has made abundant problems for quality of water in Persian Gulf. Another problem with Persian Gulf coast can be exploitation of oil fields. Hence, national, international and regional legal instruments should be applied in field of coasts and seas. Another challenge for Persian Gulf

191
coastal zone is construction of artificial islands in southern states of Persian Gulf, which has created some abnormalities in this zone. Making artificial islands in southern margins of Persian Gulf taken with the aim of attracting tourists can leave negative ecologic effects on the zone. However, effects of these structures can less affect Iranian coasts because of southward slope of Persian Gulf Bed. In addition to heavy costs of making these projects and environmental destruction of sea, these islands have no long life because of being artificial and maintenance of the structures created on them needs heavy expenses. Because of non-native nature of construction technology of artificial islands and inattentiveness to sea environment conventions, in majority of these projects, many marine environmental standards have been neglected by Western constructors of these structures non-academically. Moreover, traffic of fossil fuel transport ships in Persian Gulf has always affected aquatic environment and coral reef and other atmosphere items. Another challenge with Persian Gulf Coasts can be change in land use and occupation of coasts by creating establishments and new constructions in

some states such as Emirate, which can be concerning. Therefore, according to the most important coastal challenges of Persian Gulf such as smuggling fuel, lack of organization of urban swage, extraction of water and seas and coasts, fisheries, developmental unstable activity in free zones, importance of ICZM of Persian Gulf and codifying relevant regulations can be specified more than before. The legislative procedure in 5-year development plans is upward and this is in addition to independent regulations approved out of 5-year development plans of Iran in Islamic Council. Moreover, Ira is the most committed regional state to international conventions and relevant environmental protocols, which has had good and acceptable face for international conventions since last times because of observance of environmental issues of sea and coasts in the zone. Hence, in this regard, integrated coastal zone management in frame of a comprehensive plan, in addition to be able to use guidelines of international convention in future to enhance environmental security, it can prevent destruction of marine environment in regional level. One of the

192
plans of government in matching is creating adaptability in Persian Gulf ICZM to avoid parallelism and to make plans in such way that interests of the country and people are considered in long-term and less time is spent to modify that, since the most important issue threatening Persian Gulf Coasts can be separate functions of systems and beneficiaries in coasts. Today, lack of on integrated management plan has encompassed coastal zones and this needs trans-sectional planning and the authorities have to reduce interference and meet the conflicts among activities. Protection of coastal environment in dry land and sea, protection of biodiversity and reduction and prevention of pollution in coasts, using coastal sources in limit of ecologic ability of the zone and paying attention to economic and social growth in coastal zone in line with sustainable development, prevention of interference and occupation of seafront and excessive fishery and providing the conditions for recreational use of coasts for all people and generally, management of human activities in coasts to protect and empower coastal zones and sources can be the main goals, which are expected to be considered in

the ICZM approach of Persian Gulf Coasts.

10. Conclusion

Coastal zones are important in the development process of country, so that Persian Gulf coasts have military, fishery, oil and service functions. Hence, implementation of sustainable development and along with environmental considerations in it is essential. Persian Gulf coasts encounter abundant challenges and environmental problems. Hence, integrated coastal zone management (ICZM) can lead to reduction of conflicts and causing parallelism among activities of different systems relevant to coasts. Determining role and portion of coasts in sustainable development of Iran, introducing potentials and advantages of coasts to different social classes and authorities, directing state management towards ICZM and determining its position in realization of Iran's Perspective Document of 2025 and enhancement of its portion in fifth development plan can be counted as active strategies in field of ICZM doctrine. The approach of sustainable exploitation in this field of management tends to match the activities

193
of coastal zone with environmental capabilities. The ICZM plan is unique in terms of extension among Middle East states with sea. Despite to similar worldwide revision, the plan is completely local and adjusted with natural, social and political geography of different coastal zones of Iran. The main objective of ICZM is maximization of the interests obtained from coastal zones and minimization of conflicts and destructive human impacts. Implementation of ICZM plan can be defined with the aim of constructive plans and sustainable development approach, job creation and fixation of population and means intelligent utilization of coasts. Implementation of the project can prevent waste of national capital and can cause establishment of industries based on principles to make sustainable development meaningful. The most underlying achievements of ICZM in Persian Gulf can be bordering to determine limited coastal zones, zoning dangers and environment of coasts and favorable land use plan. Also, political-security considerations of coasts, coastal environmental management plan and monitoring and valuation plan for recovery of the pan

can be added to this list. With regard to "protection-oriented approach", "development-oriented approach" and "integration-oriented approach" in plans and policies, it should be mentioned on protection-oriented approach that this approach means protection of coastal zone environment and considering principle of sustainable exploitation of resources. In development-oriented approach, rational use with the aim of empowering development capacities of coastal zones, along with public exploitation of these resources, can be the most fundamental condition. In integration-oriented approach, with creating a unit, integrated and trans-sectional strategy in coastal zones, in addition to reduce the conflict among activities of different users, maximum sustainable exploitation and balance in exploitation of these resources can be provided.

References

Clark, J. R., Garcia, S. M., & Caddy, J. F. (1992). *Integrated management of coastal zones* (No. 327, pp. 93-95). Rome: Fao.

Conacher, A. (2002). A role for geomorphology in integrated catchment

management. *Geographical Research*, 40(2), 179-195.

Kassler, P. (1973). The structural and geomorphic evolution of the Persian Gulf. In *The Persian Gulf* (pp. 11-32). Springer, Berlin, Heidelberg.

Kesavan, P. C., & Swaminathan, M. S. (2006). Managing extreme natural disasters in coastal areas. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 364(1845), 2191-2216.

Morales-Nin, B., Moranta, J., García, C., Tugores, M. P., Grau, A. M., Riera, F., & Cerda, M. (2005). The recreational fishery off Majorca Island (western Mediterranean): some implications for coastal resource management. *ICES Journal of Marine Science*, 62(4), 727-739.

Nouri, J., Karbassi, A. R., & Mirkia, S. (2008). Environmental management of coastal regions in the Caspian Sea. *International Journal of Environmental Science & Technology*, 5(1), 43-52.

Pak, A., & Farajzadeh, M. (2007). Iran's integrated coastal management plan: Persian Gulf, Oman Sea, and southern Caspian Sea coastlines. *Ocean & Coastal Management*, 50(9), 754-773.

Sarnthein, M., & Walger, E. (1973). Classification of modern marl sediments in the Persian Gulf by factor analysis. In *The Persian Gulf* (pp. 81-97). Springer, Berlin, Heidelberg.

Sharifi, F. S., Ezam, M., & Karami Khaniki, A. (2012). Evaluating the results of Hormuz strait wave simulations using WAVEWATCH-III and MIKE21-SW. *International Journal of Marine Science and Engineering*, 2(2), 163-170.

Thia-Eng, C. (1993). Essential elements of integrated coastal zone management. *Ocean & Coastal Management*, 21(1-3), 81-108

INVESTIGATING DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMENShahla Golparvar¹Mehdi Esmaeili^{2,3}

Abstract: Domestic violence is a burden on numerous sectors of the social system and quietly, yet dramatically, affects the development of a nation... batterers cost nations fortunes in terms of law enforcement, health care, lost labor and general progress in development. These costs do not only affect the present generation; what begins as an assault by one person on another, reverberates through the family and the community into the future". (Zimmerman). Domestic violence is a global issue reaching across national boundaries as well as socio-economic, cultural, racial and class distinctions. This problem is not only widely dispersed geographically, but its incidence is also extensive, making it a typical and accepted behavior. Domestic violence is wide spread, deeply ingrained and has serious impacts on women's health and well-being. Its continued existence is

morally indefensible. Its cost to individuals, to health systems and to society is enormous. Yet no other major problem of public health has been so widely ignored and so little understood

Keywords: women, domestic violence, spouse abuse, public health

Introduction

Domestic violence can be described as the power misused by one adult in a relationship to control another. It is the establishment of control and fear in a relationship through violence and other forms of abuse. This violence can take the form of physical assault, psychological abuse, social abuse, financial abuse, or sexual assault. The frequency of the violence can be on and off, occasional or chronic.(1)

“Domestic violence is not simply an argument. It is a pattern of

¹ Ph.D. Student, Criminal Law and Criminology, Ayatollah Amoli Branch, Islamic Azad University, Amol, Iran

² Head of Department of Law, Ayatollah Amoli Branch, Islamic Azad University, Amol, Iran

³ Assistant Professor, Ghaemshahr Branch, Islamic Azad University, Ghaemshahr, Iran

coercive control that one person exercises over another. Abusers use physical and sexual violence, threats, emotional insults and economic deprivation as a way to dominate their victims and get their way". (Susan Scheter, Visionary leader in the movement to end family violence)

The Protection of Women from Domestic Violence Act, 2005 says that any act, conduct, omission or commission that harms or injures or has the potential to harm or injure will be considered domestic violence by the law. Even a single act of omission or commission may constitute domestic violence - in other words, women do not have to suffer a prolonged period of abuse before taking recourse to law. The law covers children also. Domestic violence is perpetrated by, and on, both men and women. However, most commonly, the victims are women, especially in our country. Even in the United States, it has been reported that 85% of all violent crime experienced by women are cases of intimate partner violence, compared to 3% of violent crimes experienced by men . Thus, domestic violence in Indian context

mostly refers to domestic violence against women.(2)

Saying the question

Domestic violence is the most common form of violence against women. It affects women across the life span from sex selective abortion of female fetuses to forced suicide and abuse, and is evident, to some degree, in every society in the world.

The World Health Organization reports that the proportion of women who had ever experienced physical or sexual violence or both by an intimate partner ranged from 15% to 71%, with the majority between 29% and 62%(3).

India's National Family Health Survey-III, carried out in 29 states during 2005-06, has found that a substantial proportion of married women have been physically or sexually abused by their husbands at some time in their lives. The survey indicated that, nationwide, 37.2% of women "experienced violence" after marriage. Bihar was found to be the most violent, with the abuse rate against married women being as high as 59%. Strangely, 63% of these incidents were reported from urban families rather than the state's most backward villages. It was followed by Madhya Pradesh (45.8%),

Rajasthan (46.3%), Manipur (43.9%), Uttar Pradesh (42.4%), Tamil Nadu (41.9%) and West Bengal (40.3%)(4).

The trend of violence against women was recently highlighted by the India's National Crime Records Bureau (NCRB) which stated that while in 2000, an average of 125 women faced domestic violence every day, the figure stood at 160 in 2005.(5)

A recent United Nation Population Fund report also revealed that around two-thirds of married women in India were victims of domestic violence. Violence in India kills and disables as many women between the ages of 15 and 44 years as cancer and its toll on women's health surpasses that of traffic accidents and malaria combined(6).

Even these alarming figures are likely to be significantly under estimated given that violence within families continues to be a taboo subject in both industrialized and industrializing countries.

What Leads to Domestic Violence?

Domestic violence against women is an age old phenomenon. Women were always considered weak, vulnerable and in a position to be

198
exploited. Violence has long been accepted as something that happens to women. Cultural mores, religious practices, economic and political conditions may set the precedence for initiating and perpetuating domestic violence, but ultimately committing an act of violence is a choice that the individual makes out of a range of options. Although one cannot underestimate the importance of macro system-level forces (such as cultural and social norms) in the etiology of gender-based violence within any country, including India, individual-level variables (such as observing violence between one's parents while growing up, absent or rejecting father, delinquent peer associations) also play important roles in the development of such violence. The gender imbalance in domestic violence is partly related to differences in physical strength and size. Moreover, women are socialized into their gender roles in different societies throughout the world(7)

In societies with a patriarchal power structure and with rigid gender roles, women are often poorly equipped to protect themselves if their partners become violent. However, much of the

disparity relates to how men-dependence and fearfulness amount to a cultural disarmament. Husbands who batter wives typically feel that they are exercising a right, maintaining good order in the family and punishing their wives' delinquency - especially the wives' failure to keep their proper place.

Domestic Violence and its Health Implications

Violence not only causes physical injury, it also undermines the social, economic, psychological, spiritual and emotional well being of the victim, the perpetrator and the society as a whole. Domestic violence is a major contributor to the ill health of women.

It has serious consequences on women's mental and physical health, including their reproductive and sexual health. These include injuries, gynecological problems, temporary or permanent disabilities, depression and suicide, amongst others(8).

“Many forms of verbal and psychological abuse appear relatively harmless at first, but expand and grow more menacing over time, sometimes gradually and subtly. As victims adapt to abusive behavior, the verbal or

psychological tactics can gain a strong ‘foothold’ in victims' minds, making it difficult for them to recognize the severity of the abuse over time.”
(Witness Justice, MA, USA)

These physical and mental health outcomes have social and emotional sequelae for the individual, the family, the community and the society at large.

Over both the short term and long term, women's physical injuries and mental trouble either interrupts, or ends, their educational and career paths leading to poverty and economic dependence. Family life gets disrupted which has a significant effect on children, including poverty (if divorce or separation occurs) and a loss of faith and trust in the institution of the family. These sequelae not only affect the quality of life of individuals and communities, but also have long-term effects on social order and cohesion(9)

Domestic Violence and Reproductive Health

There is enough evidence to support that higher reproductive morbidity is seen among women experiencing domestic violence. Studies

conducted in North India have shown elevated odd's ratio of gynecological symptoms, while comparing women with husbands reporting no domestic violence and women who experienced physical and sexual violence. It may be attributed to the fact that abusive men were more likely to engage in extra marital sex and acquire STDs, there by placing their wives at risk of acquiring STDs. There was also lesser condom use reported among such men.(10)

These make women more susceptible to HIV infection, and the fear of violent male reactions, physical and psychological, prevents many women from trying to find out more about it, discourages them from getting tested and stops them from getting treatment

Studies in the northern state of Uttar Pradesh have also shown that unplanned pregnancies are significantly more common among wives of abusive men (OR = 2.62(11). Besides this, research has shown that battered women are subject to twice the risk of miscarriage and four times the risk of having a baby that is below average weight. In some places, violence also accounts for a sizeable portion of maternal deaths. Reproductive health

care that incorporates domestic violence support services is needed to meet the special needs of abused women.

Psychological and Emotional Violence

Psychological and emotional violence covers “repeated verbal abuse, harassment, confinement and deprivation of physical, financial and personal resources”. Quantifying psychological abuse is extremely difficult, and very few studies have been conducted to establish prevalence rates of this type of violence. Qualitative studies that have been undertaken conclude that it is just as damaging to one's health to be continuously psychologically abused as it is to be physically abused. Undermining an individual's sense of self esteem can have serious mental and physical health consequences and has been identified as a major reason for suicide. For some women, the incessant insults and tyrannies which constitute emotional abuse may be more painful than the physical attacks because they effectively undermine women's security and self-confidence.

Violence against women has a far deeper impact than the immediate

harm caused. It has devastating consequences for the women who experience it and a traumatic effect on those who witness it, particularly children.

Impact of Domestic Violence on Children

Children who witness domestic violence may develop serious emotional, behavioral, developmental or academic problems.

As they develop, children and teens who grow up with domestic violence in the household are:

- more likely to use violence at school or community in response to perceived threats
- more likely to attempt suicide
- more likely to use drugs
- more likely to commit crimes, especially sexual assault
- more likely to use violence to enhance their reputation and self esteem
- more likely to become abusers in later life

Why Do Women Stay?

201
Economic dependence has been found to be the central reason. Without the ability to sustain themselves economically, women are forced to stay in abusive relationships and are not able to be free from violence. Due to deep-rooted values and culture, women do not prefer to adopt the option of separation or divorce. They also fear the consequences of reporting violence and declare an unwillingness to subject themselves to the shame of being identified as battered women. Lack of information about alternatives also forces women to suffer silently within the four walls of their homes. Some women may believe that they deserve the beatings because of some wrong action on their part. Other women refrain from speaking about the abuse because they fear that their partner will further harm them in reprisal for revealing family secrets, or they may be ashamed of their situation.

Violence against women is a violation of basic human rights. It is shameful for the states that fail to prevent it and societies that tolerate and in fact perpetuate it. It must be eliminated through political will, and by legal and civil action in all sectors of society.

Addressing Domestic Violence

An effective response to violence must be multi-sectoral; addressing the immediate practical needs of women experiencing abuse; providing long-term follow up and assistance; and focusing on changing those cultural norms, attitudes and legal provisions that promote the acceptance of and even encourage violence against women, and undermine women's enjoyment of their full human rights and freedoms.

The health sector has unique potential to deal with violence against women, particularly through reproductive health services, which most women will access at some point in their lives. However, this potential is far from being realized. Few doctors, nurses or other health personnel have the awareness and the training to identify violence as the underlying cause of women's health problems.

The health sector can play a vital role in preventing violence against women, helping to identify abuse early, providing victims with the necessary treatment and referring women to appropriate care. Health services must be places where women feel safe, are

202

treated with respect, are not stigmatized, and where they can receive quality, informed support. A comprehensive health sector response to the problem is needed, in particular addressing the reluctance of abused women to seek help

Role of Public Health Personnel

Domestic violence against women has been identified as a public health priority. Public health personnel can play a vital role in addressing this issue.

Since violence against women is both a consequence and a cause of gender inequality, primary prevention programs that address gender inequality and tackle the root causes of violence are all essential. Public health workers have a responsibility to build awareness by creating and disseminating materials and innovative audio-visual messages, which project a positive image of girl child and women in the society. An integrated media campaign covering electronic, print and film media that portrays domestic violence as unacceptable is the need of the hour. The role of increasing male responsibility to end domestic violence needs to be emphasized.

Programs are required which intend to address battered women's needs, including those that focus on building self-efficacy and livelihood skills. The significance of informal and local community networks should be acknowledged in this regard. The survivors of domestic violence can be involved in program planning and implementation in order to ensure accessibility and effectiveness.⁽¹²⁾ Rather than spotlighting women as victims in non negotiable situations, they should be portrayed as agents capable of changing their own lives. The public health experts have a vital role to play in networking with NGOs and voluntary organizations and creation of social support networks.

The public health experts have a potential to train personnel specialized to address the needs of victims of domestic violence. In the field of research, public health personnel can contribute by conducting studies on the ideological and cultural aspects which give rise to and perpetuate the phenomenon of domestic violence. Similarly, the execution and impact of programs must be assessed in order to provide the necessary background for

policy-making and planning. However, the health sector must work with all other sectors including education Legal and judicial and social services, In January, India implemented its first law aimed at tackling domestic violence (*The Protection of Women from Domestic Violence Act, 2005*) to protect the rights of women who are victims of violence of any kind occurring within the family and to provide for matters connected therewith or incidental thereto. It also defines repeated insults, ridiculing or name-calling, and demonstrations of obsessive possessiveness and jealousy of a partner as domestic violence. The big challenge in front now is to enforce it in true sense.

“A law is as good as its implementability, despite the lofty aspirations. The responses to the enactment are polarized, with one section fearing its misuse by an elite class in metro cities and another segment predicting its futility for the mass of rural women saddled with the yoke of patriarchy to which courts are as yet alien” (Flavia Agnes)⁽¹³⁾

A bill alone will not help in preventing domestic abuse; what is needed is a change in mindsets.

Concerted and co-ordinated multisectoral efforts are key methods of enacting change and responding to domestic violence at local and national levels. The Millennium Development Goal regarding girls' education, gender equality and the empowerment of women reflects the international community's recognition that health, development, and gender equality issues are closely interconnected.

Hence the responses to the problem must be based on integrated approach. The effectiveness of measures and initiatives will depend on coherence and co ordination associated with their design and implementation. The issue of domestic violence must be brought into open and examined as any other preventable health problem, and best remedies available be applied.

Conclusion

Research on domestic violence against women is a key component of any programme designed to end the problem. Given the nature of the phenomenon, the standardisation of concepts related to it becomes necessary, in order not only to reach a consensus on what to consider as violence against women, but also to

204
reduce the heterogeneity in the methods to measure the problem and the associated factors. Although in the past two decades the research literature on violence against women has greatly increased, it shows the existence of relevant research bias that could be determining our knowledge of the problem and, **therefore, limiting the development of efficient interventions to end it.** Violence against women and girls is a grave violation of human rights. Its impact ranges from immediate to long-term multiple physical, sexual and mental consequences for women and girls, including death. It negatively affects women's general well-being and prevents women from fully participating in society. Violence not only has negative consequences for women but also their families, the community and the country at large. It has tremendous costs, from greater health care and legal expenses and losses in productivity, impacting national budgets and overall development.

Decades of mobilizing by civil society and women's movements have put ending gender-based violence high on national and international agendas. An unprecedented number of countries

have laws against domestic violence, sexual assault and other forms of violence. Challenges remain however in implementing these laws, limiting women and girls' access to safety and justice. Not enough is done to prevent violence, and when it does occur, it often goes unpunished.

Proposals to prohibit domestic violence against women:

More than one-third of women and one in 12 men have experienced intimate partner violence in their lifetime, according to the [National Intimate Partner and Sexual Violence Survey](#). Anyone would agree that's too many. If you're asking yourself what you can do to help, read on. Below, 10 steps you can take to help stop domestic violence in your community.

1. **Know the signs.** Domestic violence can happen to anyone—white, black, young, old, rich, poor, educated, not educated. Sometimes violence begins early on in a relationship and other times it takes months or even years to appear. But there generally are some [warning signs](#). Be wary of the following red flags an abuser may exhibit at any point in a relationship:

- Being jealous of your friends or time spent away from your partner
- Discouraging you from spending time away from your partner
- Embarrassing or shaming you
- Controlling all financial decisions
- Making you feel guilty for all the problems in the relationship
- Preventing you from working
- Intentionally damaging your property
- Threatening violence against you, your pets or someone you love to gain compliance
- Pressuring you to have sex when you don't want to
- Intimidating you physically, especially with weapons

2. **Don't ignore it.** Police officers hear the same thing from witnesses again and again—*I heard/saw/perceived domestic violence but didn't want to get involved*. If you hear your neighbors engaged in a violent situation, call the police. It could save a life.

3. **Lend an ear.** If someone ever confides in you they are experiencing domestic violence, listen without judgment. Believe what they are telling you and ask how you can help, or see this list of [25 ways to help a survivor](#).

References

Zimmerman C. Plates in a basket will rattle: Domestic violence in Cambodia, Phnom Pehn. Cambodia: The Asia Foundation; 1994. [[Google Scholar](#)]

WHO. Multi country study on Women's health and domestic violence against women. Geneva: World Health Organization; 2007. [[Google Scholar](#)]

National center on elder abuse. Washington DC: 2005. Fact Sheet: Domestic violence: Older women can be victims too. [[Google Scholar](#)]

Available from: http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/2/hi/south_asia/6086334.stm [last cited on 2006 Oct 10], [last updated on 2007 Jun 16]

Rennison CM. “HYPERLINK “<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/pub/pdf/ipv01.pdf>”

<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/pub/pdf/ipv01.pdf>” Intimate Partner Violence, 1993-2001” Bureau of Justice Statistics. 2003 NCJ HYPERLINK “<http://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=197838>” \o “<http://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=197838>” 197838. [[Google Scholar](#)]

Ministry of Health and Family Welfare. Govt of India; Fact Sheet: National Family Health Survey NFHS-III 2005-06. [[Google Scholar](#)]

Available from: <http://HYPERLINK> "<http://www.asianews.it>" www.asianews.it. Rising domestic violence [last cited on 2007 Mar 5], [last updated on 2007 Mar 16]

Two- third married Indian women victims of domestic violence. Available from: <http://www.ptinews.com> [last cited on 2005 Oct 13], [last updated on 2007 Mar 5]

WHO. Domestic violence: A priority public health issue in western Pacific region. Western Pacific Regional Office. 2001 [[Google Scholar](#)]

Stephenson R, Koenig MA, Ahmed S. Domestic violence and symptoms of gynecological morbidity among women in North India. Int Fam Plan Perspect.

2006;32:201–8. [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]

Martin SL, Kilgallen B, Tsui AO, Maitra K, Singh KK, Kupper LL. Sexual behaviors and Reproductive health outcomes: Associations with wife abuse in India. JAMA. 1999;282:1967–72. [[PubMed](#)] [[Google Scholar](#)]

Burlon B, Duvvury N, Varia N. Justice, Change and Human Rights: International Research and Response to Domestic Violence: Jointly published by International Center for Research on Women and Center for Development and Population Activities. Washington DC: 2000. [[Google Scholar](#)]

Agnes F. Domestic violence act - A portal of hope. Combat Law. 2005;4:6. [[Google Scholar](#)]

INVESTIGATING THE LEGAL PRINCIPLES OF LEGAL RECONCILIATION IN CRIMINAL MATTERS

Franak Heydari Dehaghani¹

Mohammad Nozari²

Abstract: Spiritual dignity is the most important human capital, whose importance does not equal anything other than value. This prestige and prestige gives him the opportunity to take part in his social role. Therefore, the loss of life after this person's life brings many tools and opportunities to him, such as those who are accused or guilty of any reason, in a heavier position. Because they are faced with a lack of judicial review of their dignity and reputation, which is necessary to restore it or, in other words, restore reputation. In this regard, the government plays a role in another sense, or in other words, responsible for the reputation of those who have been damaged to their dignity and reputation, which sometimes directly imposes obligations on governmental institutions, including the public prosecutor, and sometimes government agencies. It makes the person or groups required to do the work

(compensate for the unjust charges against the individual), the same is true of the perpetrators; the notion of dignity in the concept that is the subject of this article is the expression. It is to repair the damages caused to the dignity and dignity of those who. In the area of criminal matters, judicial proceedings have been taken and damaged by their honor and reputation in this area. In this sense, the defendants have been acquitted and the defendants are also mistaken.

Keywords: restitution, accused, offender, condemned, government, General

Introduction

The human being, as defined in the Qur'an and the original Islamic teachings, is defined on the basis of the removal of the dust of disbelief and the

PhD student of Islamic Theology and Jurisprudence, Jurisprudence and Foundations of Islamic Law, ¹ Department of Jurisprudence and Law, Qom University, Qom, Iran. Faranak_heidary@yahoo.com
Assistant Professor and Director of Jurisprudence and Law Department, Qom University, Qom, Iran²

4. Which institution is responsible for restoring dignity? What are the general remedies?

Background research

In this regard, the magnanimous scholars (Aminian 1346, Soltani 1390, Saber 1381, Jalilzadeh 1387) have written independent articles that merely refer to the issue of restoring legal terminology, and the various dimensions of this issue raised in the present research are not considered in principle. Therefore, the present article Restoration of dignity is unique and does not suit history.

The aspect of research innovation

In this study, repatriative recourse does not take into account what is meant by legal resources; therefore, in an area beyond, the issue of the causes and methods of repatriation has been investigated for defendants, prisoners, and criminals.

Restoration of dignity in the word

Restoration of dignity is a lexical term for a combination of terms that consists of two words of restoration, meaning repentance and dignity.

210
Recovery of a person's dignity or rehabilitation of a person, who in Farsi sometimes mistakenly refers to the rehabilitation of a person, that is, the return of the attribute of one The person to him is the same as returning his honor (Dehkhoda, 1993, p. 6, p.

8121).

The equivalent of restorative dignity in Arabic has been rejected by him for his refusal to amend. (Ismail al-Wahib, 1988, p. 68)

Restitution in the legal term

The restoration of the dignity is the establishment of a law which involves the application of methods to eliminate the effects and consequences of the conviction of the convicted person against his future. (Fakharutouzi, 1394, p. 22), another point is that repatriation is the removal of the convicted offender from his criminal record in order to eliminate the deprivations he has been sentenced to a subsequent punishment (Hedayati, 1332, p. 181). Another interpretation can be defined as: repentance is to restore the credibility, reputation and rights of those denied of the victim (all those whose others have renounced their dignity, and the perpetrators of all the deprivations of

social rights and the resulting consequences). The restoration of criminal justice has been divided into legal and judicial jurisdictions. In the interpretation of restorative justice, they have said that if the restoration is due to a court order,

Judiciary is called legal justice, and if it is by law, it is called legal restoration (Ja'fari Langroudi, 1372 p. 59).

How to reflect on the restoration of dignity in the laws of Iran

The General Penal Code 1304 provided articles 56-59 in the third issue of restitution, which included article 56 condemning the conviction in the criminal record of the convicted person. According to article 56, all definite decrees issued to defendants against crimes and crimes must be included in the criminal record of convicts. According to Article 57, if a person is sentenced to a correctional punishment and has not been convicted within five years of the date on which he is sentenced, he will be reinstated and his former conviction will be wiped out from his criminal record. In accordance with Article 58, the same will apply to persons convicted of a criminal offense, provided that within 10 years of the date of the

211
completion of the sentence, there is no new criminal conviction. Also, under Article 59, if persons sentenced to imprisonment are punished for a political offense within a year from the date of the execution of the sentence and those who are sentenced to a criminal offense for the same crime, they have not been sentenced again within five years of the date of termination of the sentence. You will be rehabilitated.

But the reflection of restoring prestige in the post-revolutionary laws is another story. In some laws, rehabilitation was introduced in the general sense (not in its special legal sense). Article 58 of the Islamic Penal Code also stipulated that if, by virtue of the fault or mistake of the judge, in the matter or in the implementation of the sentence on a particular case, the punishment or The guilty party is guarantor of the Islamic law in case of fault, otherwise the damages will be compensated by the government and, in the case of spiritual harm, if the judge's fault or mistake leads to the destruction of a person's reputation, he must To restore his dignity. Prior to the amendment of the two articles of the law and the annexation of a memorandum to the Islamic punitive law of 1377 in the

Islamic Penal Code of 1370, there was no material about the repatriation of material. In article 62 of the repeated addendum to the Islamic Penal Code, it was argued that a definitive criminal conviction for intentional crimes, in the wording of the law, would deprive the sentenced person of the rights of the convict.

The same article in article 25 of the Islamic Penal Code of 1392 states: A definitive criminal conviction for intentional crimes, after the execution of a sentence or time limit, during the time period specified in this article, deprives a convicted person of social rights as a subordinate punishment: (A) Seven years in prison sentences of imprisonment and life imprisonment from the date when the original sentence ceases. B) Three years in sentencing to amputation, remission of retribution, repudiation and imprisonment up to grade four if the crimes committed are more than half the amount of damages. (C) For two years in limited punishment, member of the retributive punishment if the offense of the crime is halved, less than or equal to the death penalty, and five degrees of imprisonment.

Note 1 states: In non-cases, the conviction is entered in the criminal

212
record; however, it is not reflected in the certificates issued by the relevant authorities, except at the request of the judicial authorities for the purpose of determining or reviewing the penalty. Note 2 states: In the case of past offenses, if the execution of the penalty is suspended after the final verdict has been passed by the private plaintiff, its effect will also be eliminated.

Note 3 also deals with the use of the amnesty and conditional release, and states that in the amnesty and conditional release, the consequential effect of the conviction will be eliminated after the abovementioned period of time after the amnesty or the end of the probation period. The convicted person is deprived of social rights during the probation period, as well as at the time of execution.

Article 26 of the same social law law describes Article 25:

Paragraph 2 of Article 26 refers to this special restitution in the special legal sense of it and states: "Everyone who has been deprived of his or her social rights as a consequential punishment shall, after the expiration of the period specified in Article 25 of this law, be reinstated and the consequential

consequences of his conviction Except as regards clauses (a), (b) and (c) of this article which permanently deprive them of the rights. As you can see, the scope of repatriation, as reflected in the law, has characteristics: first, in previous laws, including Article 62 of the Islamic Penal Code of 1370, as well as in the Penal Code of 1392, only refers to the reinstatement of legal authority. . In Iranian law, there is no provision for restorative justice. It is said to be of this kind

Dignity is mentioned in the bill No. 3831/1394 of 1318, which has been submitted to the Majles by the Ministry of Justice. In Article 163 of the bill, we read: the convicts who have been punished or executed for one of the legal causes have been released and five years have elapsed since the day when the original punishment was terminated or their retirement expired. , The sentenced person is sentenced to death sentences, with the exception of convicted offenders who have been convicted of a criminal offense, who are sentenced to death after ten years, subject to the other conditions mentioned above.

Who is accused?

In the definition of the accused, they say that someone who has been considered a crime but has not yet been identified as having committed a crime is also being used against the offender (Ja'fari Langroudi, 1993, p. 614), who said that he was a victim of a crime and that the crime was still being slandered And if it's started, the final vote is not over. Following the issuance of a definitive verdict on the charge and the prosecution of his crime, he is guilty (Hemo, 2007, p. 324). In a general view and sociology, one can be accused of supposedly violating social norms and invading the rights of others. Whether he ignored the right of a particular person or violated the rights of the general public, that is, it is alleged to have been a crime in his area, but this claim has not yet been proven, and his innocence may be established. (Fakhr-otuzi, 1394, p. 53) The word "accusation", which is infallible in Arabic, also means the suspicion of a person or group in a word (Al-Humiri, 1413 AH, p. 1111, p. 7315). However, it should be noted that any accusations based on objection Slander is to the person or group, in the sense that at first someone makes a slander (meaning committing a crime) and the

person or group is in the charge of suspicion.

The role of judicial review in defeating the accused's dignity

Anyone charged with a criminal offense and prosecution of this charge will be subject to judicial review of damages to his dignity and reputation. Since the charge stage, step on the one hand, the protection of human rights requires that the occurrence or non-occurrence of a crime be identified and, as a result, be returned to the rights of the rightful owners, and punish the offender and the offender, but, on the other hand, the prosecution of the charge causes the individual's freedom and rights Or accused persons). Regardless of whether the attribution of a criminal offense to a person involves defaming him. Hence, when he is examined from the perspective of judicial review, he makes a mistake. These include: a. Enabling him to interrogate: One of the duties of the prosecution and the charges is to discover the truth. The discovery of the truth means acting in the form of actions to be taken to determine whether or not a crime has occurred, and the first element is the interrogation of the accused that the interrogation's soul causes her

disregard for herself and leads to her intercession, while causing a nuisance to her. .

B: The issuance of security for the accused: various types of supply and even the lightest ones, such as the promise of not leaving the jurisdiction, with the promise of Sharaf (the obligation to attend the promise of Sharaf) is struck by the integrity of the personality and the human rights of the accused; Necessity is prescribed.

A: Permissibility of investigations If the subject of the charge is lawful, we know that investigations into allegations of compensation are not prejudicial. For example, if someone has been accused of committing adultery or sodomy and denies it, sending an accused or accused to forensic science and research and baccalaureate in order to establish a crime is contrary to Shariah and Narada, while in the allegations related to the practice of investigating It is open and the judge can investigate for science (Fakharatouzi, 1394, p. 56).

The accused have been acquitted and convicted wrongly in this debate

The main difference between the accused and the convicted person is that the person sentenced is sentenced to

a criminal conviction against him and may even be punished according to the sentence; while the accused has been acquitted, someone who during his judicial proceedings has his innocence Proved and ordered to be acquitted. Despite the difference we have mentioned, these two are in the same basic and central direction. This basic axis is the realization of the wrong element of both (the accused is acquitted of being guilty of mistake). The misconception is clear because of both positions.

The judiciary does not really have to do anything about the two, it's about convicting the wrong thing about issuing a verdict. Also, in the case of the acquitted person acquitted, this is to find out the charge and the validity of the interrogation and to restrict him. For this reason, the most important condition that the law considers interrogation of allegations related to the rights of others is to recognize the charge. Under this condition, interrogations from the accused will only be carried out if there are sufficient reasons for the crime and the charge to There is an accused; as stated in Article 121 of the Code of Criminal Procedure Act, 1290, a trainee must not summon or summon anyone,

except for sufficient reasons to summon or hold. Article 168 of the Criminal Procedure Code of 92 (13) states: "The prosecutor shall not summon or summon a person as an accused, without sufficient reason to charge him."

However, what is being done about the acquitted person is subject to the wrong title of the judicial authority, and the fault of the wrongdoer there will also be proved; in this way, action to restore the accused to the defendant and eliminate the wrong effects It is necessary to come.

The witness is that the judicial process involves defamation and defamation on the honor and dignity of the people; as the Imam Ali (AS) says in verbal form: (Ameli, 1410 AH, p. 4, p. 377) In this narrative, It is hard and tough, and its connection with the harm that comes to the dignity of a person is that entry into judicial litigation leads people to defend themselves to carry on things that they may not deserve and their position, and difficulty Which in the words of the Prophets is the result of such consequences; as Martyr Thani writes in this statement: the order of the Prophet is that the engagement and Za cause people to get the things that he did not deserve and to hardship and hard

place. (Hem, 1417 AH, p. 13, p. 383). In the words of the jurists, the principle has been taken into consideration that the judicial self-examination and the presence in the parliament it is true that there was a mistake in every case accused of being guilty of allegation, but the mistake of the judiciary is only implicit in the fact that, without any reason for accusing the accusing person, he has been summoned and interrogated and prosecuted. It is clear that without these reasons, the principle of judicial review is not unreasonable and does not count as a judicial error; therefore, we mistakenly assumed the acquitted accused in this assumption.

As a result, Allamah Helli writes that "Irela Lanansan al-Jabashir is a professor of law, but a great pleasure in the pleasures of al-Muna's'b al-Jalilah al-Tukilī" (ibid., P. 15, p. 24). Accordingly, other jurists have stated that the justifications And they will not be summoned to the court, even if they are charged and the need for judicial review, but the judge will go to them and go to investigate. (Najafi, 1400, p. 40, p. 134, Tusi, 1393, p. 8, p. 155, Heli., 1414, p. 2, p.

192)

The reasons for the need for repayment

216
have been acquitted and convicted wrongly

Excusing the accused or declaring that the verdict is incorrect will not restore the person's prestige; therefore, it should be considered that if, through judicial review, a person is injured by a person's moral rights, and that his dignity is restored to him.

The first reason for the offense and its effect Obedience means the self-being of being in two stages: First, in the stage, the charge is taken that the adultery is considered as the first principle.

Second, after considering the subject of the charge and proving that it was unfounded, and as a result, the defendant was bribery.

In this stage, the offense is guilty of innocence, not because of his innocence; hence, the prosecution is included before the trial stage, so if the prosecutor's office is prosecuted for innocence and issued an order Prohibiting the prosecution, the acquittal of the accused is obtained and its works and equipment are obtained.

Doomed works

First: Eliminating the charge (loss of doubt): The nature of the charge is doubtful and doubtful about a person. Basically, in the definition of the accused, they say that the accused means someone who doubts about him. This is a suspicion of the occurrence or non-occurrence of the past in the past. In criminal matters, this allegation is a criminal offense. The criminal act sometimes involves the violation of the rights of other people in public or in private; so, in the case of such a person, there is doubt about the subject of whether he has committed such a current in order to deal with him forbidden? The type of doubt that exists is also the subject. After the innocence is confirmed, such a person doubts and doubts disappears, which means the removal of the charge.

Second: the prohibition of imposing restrictions on the time of charge (supply contracts)

Among the various types of provision of services, other than temporary detention, which has a punitive nature, the other appointments do not have the nature of punishment, but it is nonetheless a limitation of his personal freedom, since these are in the lightest allegations made by the accused

person or his individual Is considered to be deposited with the court and the presence of the accused will be ensured in the proceedings.

Third: The return of a person to the situation before the charge in terms of religious law (prohibition of investigation and audition in his life) One of the intellectual rights of humans is the prohibition of exploration and investigation in their lives. Investigating the accused is not punishable or punishable in nature and applies in any case where the person has not reached the stage of knowledge. Interrogation is also one of the examples of research on such issues.

Fourth: the return of a person to the situation before the charge in terms of eliminating the charges against him: This is what, in comparison with the previous cases, has a positive and positive nature and is the reason for the need for repayment, but the previous cases were of a dubious nature. This part is based on two pillars Minor and Kobra, each of which requires proof:

Zakhravi: The failure to act in order to restore the dignity and restore the honor and dignity of the accused is a rebuke of new sanctity and rebellion against his dignity.

Rabbi Kubravi: After proving one's innocence, it is forbidden to invade his dignity and spoil his hatred.

The result, therefore, is not allowed to act in order to restore the dignity and restore the honor and dignity of the injured person.

Second reason: the incriminating evidence is related to the judge's mistake (the common reason for the defendants being acquitted and convicted by mistake)

It is stated in the 131st Constitution of the United States: if, by virtue of a fault or a mistake made by a judge in relation to a matter or in the implementation of a judgment in a particular case, a person is harmed materially or in spirit, if guilty, the guilty of securing the Islamic standards is guilty, otherwise Damage is compensated by the state and, in any case, the defendant is rehabilitated. This is the question that is posed

Is the compensation for the damage to the judge also within the limits of the requirements arising from the mistake of the judge? The damage to the soul is a loss that affects the dignity or emotions of the person.

Referring to the sources of jurisprudence, we find that from the

point of view of religion, the obligation to compensate for the loss of goodness can be attributed to these sources. The reasons are as follows: First: Documentation of the jurists in the guise of the guaranty and responsibility of the government in the event of financial and psychological losses, is a well-known narrative, according to which Amir al-Momenin said: the mistake of the judges that causes the loss of life or amputation of somebody Is. (Clayni, 1388 AH, p. 7, p. 354) apparently includes the narrative of physical harm, but the jurisprudents have developed it in a crucial way. In the same areas where the narrative sentence develops indispensably, it will also develop at the expense of the dignity that is far more important than the loss of wealth. It may be said that this narrative is related to those who have been mistakenly accused; in the context in which our discussion of the accused is acquitted and the defendants are wrong, the narrative does not include the place of discussion.

We will respond to the following: The title of the convicted person was wrongfully punished and not punished.

Therefore, the narrative is inclusive. Secondly, the accused have

been acquitted and the defendants have been wrongly misunderstood, the inclusion of the narration based on the sprawl of the areas is clear, but the priority because the criteria and areas of liability towards the lost member are damage caused by judicial review and the judge's wrong judgment on the property. The person has arrived, and given that honor and spiritual reciprocity have a lot more value and importance than a member, such as a finger, there will also be liability in the same areas as for spiritual damage; therefore, the conflict between some jurists who have violated the appearance of the narrative and Even in the inclusiveness of the narrative, they have doubts about the mistake of the property. The witness is that some of the jurists have expanded the content of the narration to some properties, although there is no mention of property in the narrative; for example, the Allameh Majlesi is under the Hadith Mingard: it does not matter whether the judge's decision is wrong in Qisas or in Mali that cannot be undone.

Secondly, Beit Almal is designated as the institution of government to provide Muslim material, and is responsible for compensating the

losses incurred by individuals, as Ardebil scholar

In explaining the cause of being responsible for Beit Alalam, he writes: If the judge makes an error in the ruling and, as a result of his injunction, he has incurred physical or financial losses, there is no doubt that the indemnity is indispensable and the guarantee is fixed; therefore, if it is possible to compensate the contributor. The institution is taken from it, otherwise it is the responsibility of the non-profit organization; a substitute has been established for the sake of the material of the Muslims; and if such liability is not to be committed without obligation, then no one may be compensated for it and, as a result, the activities of the Muslim Brotherhood shall be closed down. (Ardebili,

1403 AH, p. 12, p. 40)

Thirdly, the evidence of the respect for the dignity of the Muslims and the importance of them is that it is obligatory in the event of the loss of honor and dignity to be compensated for.

Fourth: A narrative that verifies the guarantor of the judge in general and states that every fatwa is the sponsor of the guaranty (Kelini, 1388 AH, p. 7, p. 409). Of course, this narrative appears to warrant financial responsibility, but

again in the same areas as the compensation. It also proves the losses incurred in the dignity and dignity of individuals.

The third reason is the expiry of the apparent effect (the common ground is on the defendants acquitted and convicted in error)

One of our beliefs is the existence of true religious law. According to this view, the sacred law has the rules that exist on the scene, and our consciousness or ignorance influenced those sentences, and the absence of these rulings or their alteration. This view accepts that in many cases there is no real truth in the recognition of pragmatic judgments and, in the short run, we can only resort to remedies that the same person has ordered to determine the sentences and, of course, the possibility of error in some cases. In such a situation, it actually conflicts with appearance, that is, it is possible that something is actually forbidden and appears to be based on the legitimate and legitimate ways in which it is prescribed. According to our scientists, the validity and validity of apparent judgments (both in rulings and in matters) until it is really clear and its opposition to the appearance is not

220
revealed, because after this time, the appearance of judgment is lacking in authority and, naturally, its effects also resolve. According to this introduction, we say that the distortion of the dignity and integrity of the accused who through the proceedings

Judicial charges are imposed on him as well as imposing restrictions on him, on

the assumption that the accused is innocent and in fact innocent, but it is prohibited to do so on the basis of the legitimate reasons available in the seemingly lawful and permissible manner.

The third reason: Justice. The duty of government and the reason for the need to restore dignity. If the damaged property of a person who is charged with wrongdoing or a wrong and unjust sentence against him is not compensated for wrongdoing, he has gone astray and, if his damaged damages are compensated and restored, is subject to justice. The necessity of justice as a ruling that pertains to the state and the ruling person requires action and compensation for the damage done. The verses of the Qur'an refer to this claim, including: " **إِنَّ اللَّهَ** " (Nisa, 58) God commands you to deliver the trustees to

their owners, and whenever you do not see the judgment among the people, Decree justice. Also, there are narrations that refer to this theme, including Imam Sadiq (AS), who said: Fear God and justice. Verily, you blame a group that does not treat justice. It is also narrated from the same Prophethood that God will for a time and for certain determine those who possess power and authority. If they were treated righteously among people, God commands the owner of the time to take care of them and extend their time. But if he has behaved wrongfully, God commands the owner of the age to quickly cut off his days. (Haramali, 1409 AH, p. 15, p. 294) Rehabilitation measures have been exonerated and the defendants have been misled

First Way: Public Announcement

The use of the Shari'a Declaration has been well documented; in some cases Shari'ah has emphasized the name and offense of the offender and his introduction to society as a method. According to the eleventh verse of Surah Nour, one of the wives of the Prophet (pbuh) was accused of committing acts of prostitution. Disciples and some unknowing people complained to the

221

Prophet's wife (PBUH) and caused great distress to her. In seeking his innocence, God Almighty reciprocated his innocence for public and public affairs, and thereby reinstated him. In this verse we read:

I do not know how to deal with it, but it's just a matter of time, but it's just a matter of course, "said the author." Those who fabricated this great lie, imagine a group of shame beings in which you were not in it. Every one of them will be punished for the same amount of sin that he has committed, and among them who cares most of them, a great punishment will be incurred.

The second solution is the punishment of the person who initiated the charge

The second method of restitution has been acquitted to the accused, as well as the defendants by mistake, to punish the person or persons who charged with the prosecution and, as a result, to bring the accused to justice or conviction.

Workaround III: Restorative measures

The purpose of these actions is to restore the dignity that has been damaged by maladaptive or grave charges. Whose actions include the

appeals of the detainee: one of the easiest tasks that the responsible institutions are obliged to do is to justify the accused's acquittal and the defendant who was wrongly issued a verdict against him. The Prophet Muhammad (PBUH) The brokerage sent to a district, commanding seven things that among them there was a personal help that had gone wrong with him. (Humiri, p. 71), and also in the tradition of Imam Sadiq (AS), the Prophet (pbuh) said to a man: Do you want to guide you to work to bring you into paradise? And when the man expressed his enthusiasm, he made remarks, saying: "Among them, they said: help the person who has wronged him, and if you can not help, guide him in what is best for him. (Clayni, 1388 AH, p. 7, p. 114) Among the remedial measures can be called for the promotion of social status, the government is obligated to compensate for the damage sustained to his position and to improve his social position.

Provided.

Fourth solution: the possibility of answering

What can be used from religious teachings is that the accused who is charged with wrongdoing and the defendant who was wrongfully

sentenced against him are oppressed and who are from the area.

The person who has charged has been wronged. In verse 148 of Al-Sura al-Nisaa, Allah says: "Allah Al-Jahr al-Bayr al-Qa'ul Al-Qawl Al-Iman Zalam and Al-Qur'an Allah Al-Sa'aylimima" Allah does not like to speak evil words, except by someone who is oppressed. Commentators in this verse note that, according to this verse, an oppressed person has the right to make explanations for self-defense that involves oppression. (Fayz Kashani, 1418 AH, p. 1, p. 25). The following verse contains narratives with the same theme, including the owner of the Assembly of Al-Bayan: Imam Baqir (AS) said: "Allah is guilty of insulting and insulting He does not love others, except from someone who has been oppressed, who does not have the right to take revenge on someone who wronged him. (Al-Turshi, 1415 AH, p. 3, p. 131). However, this verse and the following is interpreted, the Shari'a is the solution to which the accused has been acquitted and also convicted of wrongdoing in order to restore his dignity. Defending himself slowly and publicly discovers the justification and wrongdoing that he has committed against the accused and

the perpetrators of the unjust sentence.
(Fakharatouzi, 1394, p. 160)

Shariah view criminals

In the logic of the Shari'ah, they are paying attention to two points in the existence of the offender: first, his humanity and the other committing the crime and crime in his hands. In religious logic, the culprit is a criminal person, and each of these two aspects has its own particular requirements and

Requirements

Therefore, we can not ignore his human aspect and not allow him to take on the aspect of committing crime and crime. Therefore, in the behavior of innocent leaders (PBUH) there are various manifestations of this kind of look at the offender. First, amnesty and kindness are not forbidden to the perpetrators, and for example, Amir al-Momenin (AS), after executing the punishment for robbery, orders a group of thieves to take them to the guests and receive them with oil, honey and meat during treatment. And they will be there until they recover (al-ki fi, 1388 AH, p. 7, p. 267). Second, the perpetrator is not supposed to be without spiritual sanctity, and for this reason, we see that the

Prophet, after executing the punishment for the resurrection and hearing his cursing from the mouths of the people, says:

People do not curse him because the punishment that was imposed on him was his atonement (Ibn Babaie Qumi, 1413 AH, p. 4, p. 25). Thirdly, in this logic, the crime of an illness and offender is an illness that should be treated as much as possible and, accordingly, punishment does not take place in order to take revenge, but is aimed at treating the offender or preventing the spread of the disease to the community.

Reasons to restore criminals

1. The first reason: the right to claim

For this reason, the argument relies on two pillars, one of which is a queer aspect and the other has a cobra. First, it must be proved that restoring the dignity of the offender and repairing his damaged reputation is his right. Man has two aspects of physical and spiritual. By enforcing the perpetrators of the offender, both his physical and spiritual integrity is both violated. As the punishment expires, he has to take steps to eliminate the aggression of his

physical integrity and can not be condoned by claiming that the nature of these acts is inappropriate. At the end of this era, steps should be taken to eliminate the invasion of his spiritual integrity, and in the absence of such measures, in fact, the offensive continues to be against the spiritual integrity of the offender. 2. The government's responsibility is to protect this right. Then it should be argued that this right is protected by the legislator and that the Islamic government can not ignore it. This is referred to in the Qur'an and the traditions, including: A: We sent our prophets with signs and miracles, and We revealed to them the book and the standard of justice so that the people are truthful and righteous.

B: Say, my master has commanded me to righteousness. Or in the narration of Amirmomenin says: "I swear to God that this shoe is torn up with me more than

you are, unless I have a right."

2. Second reason: Purpose of punishment In explaining the interests and goals of the covenant, there are usually five goals of preserving the generation, preserving the soul, preserving the property, keeping the

224
intellect and preserving religion. Ibn Fahdahli writes: certain divine punishments (around) to welding and welding of cables and wires for cables and wires Wires and flexes, elbow, hip, knee protectors. (Hadid, 25) . The Emperor of the Future (Araf, 29) . Vallee Haye Eli I Amrtkam Elana Enim Faqa (Nahj al-Balaghah, Feyzislam, p) 102.

Therefore, the lawfulness of adultery is to protect the family, retaliation due to the maintenance of the population, the apostate limit to preserve religion, the theft rate to preserve the wealth and the limit of drinking water due to human reason. (Ibn Fahdallahli, 1407 AH, p. 5, p. 7) Among the goals that the prosecutor has for punishing criminals, there is a need for him to be restored, such as: 1. Eliminating the barriers to utilizing the potential of the community: the occurrence of crimes in society causes Part of the capabilities and the ability of the community to be destroyed or endangered. This does not apply to crimes against property, but also to crimes against individuals or crimes against public safety and security. One of the aims of the punishment is to prevent repetition of crimes and, as a

consequence, strike against the opportunities and forces of the community. This goal can be deduced from some narrative interpretations that impose Islamic punishments on the fertility of the community and its utilization and consistency and establishment of the community. 2. Treating and treating the offender: In the logic of treason, the main purpose of punishment, cure and practice is either for the offender or for the community affected by the crime. The Great Shiite Faqih, Fakhr al-Moqqin, writes: "The purpose of the Shi'ah is to establish religious punishment, to restrain secrets and to take care of good and good deeds." (Heli, 1387 AH, p. 1, p. 400) or Imam Ali (as) says: To execute the punishment for those closest to avoid aliens and not to blame people. (Tamimi Maghreb, 1383 AH 2, p. 422).

3. Third Reason: The Criteria for the Execution of Islamic Penalties The legislator of the Shari'a, as prescribed for the punishments in question, has set a set of goals, has laid down rules and regulations for the enforcement of these punishments: 1. The necessity of refraining from excess in the execution of punishment: as mentioned in the traditions. In the

225
Qur'an, we read: These are divine boundaries, do not violate it, and everyone from

Imam Baqir said: "The punishment that is performed on the earth is purer for it than it is for the forty rosochebs to be forgiven." Sama'at al-'Abi Abdullah ('a) is the culprit of al-Qa'ul al-Jahan (al-Hadd, p. 17) Muhammad ibn Yahya'An Ahmadbn Muhammad ibn' ibn'An al-Hasan ibn Saleh al-Tawri "An'Abi Ja'far (as) Qal: in Amir al-Momenin (AS) Yazdib ajahla Maqlaqz Qanbarfzadeh Threefold Shabbat Fakahad Ali (AS) I Qanbar Salaitsa Sasaat (Kelini, p. 7, p. 260).

It is rampant, it is oppressive. 2 The principle of the necessity of the proportionality of the offense and punishment is the second most important criterion that has been accepted by the jurists and accepted by it, is the principle of the necessity of the proportion of the crime and the punishment, which is based on acceptable and reliant principles, which is also accepted by the Shari'a, in verse 126 of Surah Nahl: As a result, I would like to say, "If you want to punish someone, then repudiate what you have seen." And in verse 194 of the Qur'an,

"Almighty Almighty Almighty Allah loves us for us": so whoever wronged you, you are oppressed in the same manner as oppressing you. Or in the letter of Amir al-Momenin (AS) to the owner: To punish the one who, after being forbidden against you, still insists on hoarding the goods required by the people, lest you be excessive in the practice of punishment. 3. Principle of non-conviction of offenders: This statement of principle cannot be promoted by an offender under the influence of the offender's perpetration of the offense, the crime against other behaviors that he becomes, and behave abnormally, whether this is a punishment. What penalties do not count. The statement of this principle in the basic behavior of religion, along with the following examples, shows that a man committed a sinful act in order to enforce the law of Hajr Ali (PBUH), and he ordered his body to delay the execution of punishment by observing the wounded wounds in his body. (Tusi, 1390 AH, p. 10, p. 257) In another narrative, the Prophet (pbuh) stated: A person with smallpox disease is not punished until he has recovered when he fears that the death penalty will be executed. (Tamimi Maghribi, 1383 AH,

226
p. 2; p. 452) After the stoning, the people cursed him; therefore, the Prophet denied them this. (Homo, 1383 AH,
C 2; p. 446)

The fourth reason for the person's erasure is punished: First of all, we note that this reason does not prove the necessity of restoring prestige in all cases, but includes cases in which the crime is subject to a right or a right of personal right, but because it seeks to We have all reasons for proving the restoration of dignity (even for some criminals): In a narration, after the person confessed to Ali himself and was executed as a result of his punishment, the companions of the Prophet They asked if he had been swallowed by the punishment

The Talkah of the Prophet Muhammad (PBUH) is about the Prophet Muhammad (PBUH/ 222) you do not give? The Prophet (peace be upon him) replied: "No, he has been bathing with water, which is tahering till the Day of Resurrection" (Qom; commentary on al-Qami, 1404 AH, p. 451).

Fifth Reason: Government's Responsibility to the Human Resources of the Community. The government is responsible for the dignity and prestige of the people, and it

cannot be neglected, as Ali (AS), in his famous letter to Malik Ashtar, the Egyptian ruler, writes: The farthest and least privileged people in your presence are those who seek The salvation and discovery of the imperfections and secrets of the people are greener and frightening. Because there are typically people with landslides and flaws that the ruler and the government are hiding from all sides, then they never seek to discover those landslides that are hidden from you, because you are only responsible for clearing the society from obvious and apparent pollution. Hide the mysteries of the people of God, so that as much as you can, hide the mysteries and mistakes of the people of the nation, so that God will cover you with the imperfections and mysteries that you like to be wearing

from others (Fayyas al-Islam, 1326, p. 998).

Conditions for the restoration of dignity in jurisprudence and law

1. Time-specific browsing

Is there a need for a certain period of time to restore reputation? The rules for the restoration of legal dignity are subject to specific time-lapse. It is basically defined in the definition of

227
legal restoration (passing through the time the law has been determined). But when dealing with this issue, it should be noted that the specific time may be twofold in terms of repayment: first as a subsidiary or supplementary punishment, the second as a condition of reparation. Subsequent punishment is a consequence of a criminal conviction, but it is not a court order, and it is a punishment which, on the other hand, is punishable by a criminal offense. Supplementary punishment is also a criminal offense that is complementary to the original punishment and is subordinate to it, and is subject to second-degree law and excessive punishment for a crime and is reflected in the verdict of the court as the main punishment. (Jafari Langroudi, 1372, p. 580). However, if time is considered to be a prerequisite for the restoration of prestige, the passage of time has no criminal nature and the rules that govern it are not governed. But Note 2 of Article 26 of the Islamic Penal Code.

Act 1392 states: Everyone, as a consequential punishment of civil rights deprived, after periods provided for in Article 25 of the law of defamation and the consequential effects his conviction be removed unless the articles "a" "b"

and "c" This article is permanently deprived of the rights. Article 25, as referred to in Article 25, is as follows: (a) Seven years in sentencing to life imprisonment and life imprisonment from the date on which the original sentence ceases. B) For three years in sentencing to amputation, remission of retribution, rejection and imprisonment up to grade four, if the crimes committed are more than half the amount of the death penalty. C) Two years in the punishment of a whip, a member of the qisas, if the death penalty is half the amount of damages against or less than that, and fifth degree imprisonment.

So it appears that the legislator immediately after the end of the sentence, the offender is entitled to rehabilitate knows, but in some cases denial of the rehabilitated a consequential punishment into consideration and in other cases as a condition of entitlement to rehabilitation, over a specific time valid will . Our concept is based on law that in cases that over time, especially as punishment intended to rehabilitate, selected a particular time is not necessary, that cannot be rehabilitated to Frdm crime as a condition of entitlement to rehabilitate delay The reasons for this are: 1. The

228
absence of a reason to prove the need to pass a certain time is not a reason to prove the theory that validated the passage of time. (Fakhar Tusi, 1394, p. 232)

2. Repent

Repentance from the substance of the Tobb means the return to the point of reference (ibn al-'Mahr, 1418 AH, p. 1; p. 233) and in the sense of returning from sin. (Ardabili, 1403 AH, p. 12, p. 321). In religious teachings, elements have been involved in repentance (Sheikh Baha'i, 1419, p. 18). Based on the religious teachings of repentance

There are certain legal works of which the most important are: the return of the title and attribute of justice that is lost due to the commission of a guilty (Kelini, 1388 A, 7, 398) and the fall of the punishment if it is with its own particular conditions and at the time when the Shari'a has accepted it For example, if a person who commits adultery has repented before it is proven before the court. According to the famous jurists of the Imam, the limit will be abolished. (Tabrizi, 1417 AH, p. 207) Among the verses in the Qur'an, which are the result of the establishment of the repentance, are restorative revelations, there are verses

that have been raised in the individual domain and human relationship with God.

In these verses of Allah, if the people of Iman have committed a sin to be punished, then they will repent and repent of their ugly act and return to the Lord and perform the righteous deeds and restore the light of their souls to the Lord. The attribute of blessings and mercy has reminded us that sin will be erased from the pages of their deeds and will be filled by virtue of the spirit of compassion and mercy. In the interpretation of verse 54 of the Surah al-A'am, Ayatullah Makaram says: "It also orders the Prophet to prevent anyone from faith of any class and racial being in any circumstances, but to open his arms equally to all, even if his sins It is a great deal to accept and correct them (Makaram Shirazi, 1353, p. 5, p. 258). Repentance is accepted when it comes from the truth, for one who has returned to Allah and has sheltered him never to the filth of a sin that is from It repents and cleanses itself and does not infect again. Although this type of verses is abundant in the Holy Qur'an, It is to be noted that the dignity of the human being by sin and crime must be restored quickly, and God does not want the

dignity of anyone to be distressed. In addition to the above verses, there are other verses which include the concept of restorative dignity which in the field of social and public affairs On the one hand, to compensate for the lost dignity of innocent people, on the one hand, and to eliminate the effects of the criminal convictions of sinners and criminals.

3. The offender's alive

This condition is important because, in reinstatement of judicial jurisdiction, the order is restored on demand.

Which is submitted to the judicial authorities. Therefore, in the assumption that the perpetrator is known, his or her heirs will not have the right to submit such a request, and the application will be rejected if submitted. In the area of legal dignity, although the issue of the perpetrator's request is not raised, the question is that in the hypothesis that the perpetrator is dying, the law also decides to restore reputations? Iran's laws are of this viewpoint, but given the fact that the law on restoring legal standing and the applicant for the restoration of the legality of the accused has been introduced, one can conclude that the condition for the viability of the

convicted person can be deduced that the condition of viability can be invoked under such laws as in the perception of some Arab rules. For example, the writer states that the request for reparation is a personal demand that can only be made by the person convicted; hence it is not permissible for his heirs to repatriate after the death of the convicted person. (Adli Abdul Baghi, *Explanation of the Law on Immigrants*, p. 682, quoting: Yeah Abdulmutallab, p. 641) What law this requirement to accept or reject, accept this requirement is not based on legal evidence. Our reasons for this claim are:

Regarding what we have said in the previous discussions, refusing to restore gratuitousness to the perpetrator and convict is a continuation of violations of his spiritual sanctity and invasion of his dignity and is therefore forbidden and forbidden.

4. Commitment to financial crime

In Iran's law, there is no need to abandon the financial obligations arising from the crime of pardon and punishment against the law. This condition applies if the offense is committed by the offender, and the legitimacy of this condition is certain,

230
since if the offender has not yet paid financial responsibility for the crime, in fact, his sentence is still not enforced. Is. Allameh Helli, on repentance, which is one of the causes of the punishment, writes: "Repentance with regret of the past and the decision to restore it and non-repeat." Then it is obligatory for him to return the money he has forbidden to his owner, because this is the haram property that is in his hands and should be taken away from him. (Hell, 1419 AH, p. 2, p. 555).

Works of restoring dignity to criminals

A. The Criminal Effect

Fixing the effect of the former criminal procedure. The most important goal and effect of restoring dignity is to restore the former social status of the accused. On this basis, the judicial and judicial restoration of the qualifications and interests of the people that had disappeared by virtue of the previous criminal law, as well as the rest of the matter, would be remedied. It is noteworthy that repatriation does not eliminate crime from the perpetrator's personality, and therefore the restoration of dignity is not in conflict or incompatibility with the criteria that will

be applied to the issue of repetition in the future (due to the intensification of punishment). The reason for this is the well-known jurisprudential and legal rule that it is never possible to change the nature of one thing after its realization and existence, and a revolution in its nature, so the jurists have reminded in many cases that if something happens during The occurrence has the title of crime and sin, with the subsequent consent of the owner of the lawyer or with the subsequent repentance, becomes an unreasonable and non-false act (Ansari, 1415 AH, p. 3, p. 328), although the satisfaction and repentance of the next works will be eliminated, and the Eagle and Eliminates the offense. This issue has also been correlated with criminal matters and has the same effect (Abdulmutallab, 2002, p. 665). Therefore, the current crime, which has been accomplished, does not lose the title of crime with no further factor.

B) Exposure

We have already mentioned that rehabilitation also eliminates the civil rights of a criminal convict; therefore, the restrictions imposed by the conviction for the perpetrator were resolved after the expiration of the

punishment, but in some writings it was emphasized that if a criminal sentence was issued against the perpetrator Entails the deprivation of the occupation of the former occupation or the degradation of his degree, his rehabilitation does not result in the elimination of such works and the return of a person to the former and previous jobs, according to one of the writers, does not restore the work of work. (Al-Shaheli, 2010, p. 928)

The title is intended to be punishable and designated for that specific period, this punishment will remain in force until the end of the prescribed period, after which the continuation of this deprivation and degradation.

The meaning of the illegal and illegitimate punishment of persecution, which we have repeatedly emphasized on the prohibition, and if this occupational restriction is not intended to be punishable, it must necessarily be rescued from the restoration of dignity and the person returns to his former status; that this restriction, If it is not considered punishable, it is basically illegitimate and illegal. (Fakharatouzi, 1394, p. 274)

Remedies for criminals

This group did not make a mistake. Therefore, the elimination of the mistake is not the goal of restoring dignity, but the purpose and focus of the proposed ways to this group is to repair the damage and damage caused by the commission of a crime, followed by judicial proceedings and the issuance of a sentence to this group. As long as we speak of criminals' repatriation, we do not simply have to take measures to eliminate constraints, but we are considering a series of measures that should be undertaken by the authorities responsible for the recovery of the social character of the perpetrators. First solution: the choice of a favorite job Both the physical and human aspects are protected by the legislature and are the source of human rights. The enjoyment of human beings in the realm of activity, the right to freedom of choice in employment, is the most important sign of rights associated with these two dimensions.

The second solution is the continuity of the selected workplace

In order to ensure the safety of people who have been found guilty and thus harmed, two factors must be guaranteed: First, the freedom to choose a job for those individuals who obstruct

the requirement for a non-malicious certificate. Another factor is security and confidence in the continuation of the selected job.

Third solution: remedial measures against the perpetrator's dignity The purpose of the remedial measures is to foresee the government to take measures to compensate for the damage done to the offender, in order to provide him with a return to the normal situation and to modify the negative minds of others about him, for example, his environment or even changes to the missions entrusted to him. He acts or if he is deserving in terms of individual capabilities and personal qualifications He is proud to promote his position. In the execution of the punishment, which is aimed at punishing the offender, physical and mental harm to the perpetrator is a natural occurrence that is not the nature of the punishment to be severed. Therefore, in cases where Islamic punishments have been spoken, there is an interpretation that implies this (physical and mental), for example, in verse 3 of Surah Nour, which is related to adultery, it is stated: woman And kill one adulterer, one hundred, and do not have mercy on them in executing the rules of the religion of God, if you

believe in God and in the hereafter, and a group of believers must witness their punishment. In some of the hadiths, the same interpretation is also seen, such as Ali ibn Ja'far quoting Imam Sadiq (a) that my dad said: Imam Ali (peace be upon him) asked about bait with beast. He said: "No stoning, nor a lot of it." ; But painfully punished. (Al-Hammali, 1409 AH, p. 28, p. 361). Another narration from Imam Ali (AS) is quoted as saying: "Almighty and Allah" (Ibn Qadam, 1978, p. 10, p. 366). It is stated in Shiite jurisprudential texts that, And punishments and retaliation that harm the bodies of others and violate the physical integrity of individuals in accordance with the rules of shari'a, and other than the defense (such as those who defend their property and honor and honor), are also known and forbidden, The inadequacy of previous arrays (heartbeat) is a blow to beat and to make the famous one. It has not been seen in any other instance that the holy shrine allowed physical injury or assault, and the accuracy in these cases also makes it clear that the intended harm is merely the aspect of punishment (about punishment) or prevention Sin and crime (in the famous emperor and forbidding evil as well as legitimate defense),

233
therefore, after the end of the punishment, nothing can be done to cause the body or spirit of the offender to be damaged and mourned.. Although our jurists have failed to comment on this, a group has decided to grant this permission. Al-Halabi, 1403 AH, p. 267. Tusi, 1387 AH, p. 160, Heli, 1412 AH, p. 4, p. 461. And the group of governors and governors. Ibn Baraj, 1406 AH, p. 1, p. 341. Sheikh Moody, 1410 AD, p. 809. Ravandi, 1405 A, p. 1, p. 133. Al-Sabzwari, 1401, p. 28

The duties of the government in regard to the pride and spiritual integrity of the perpetrators

1. Classify information about criminals and make them out of reach

Information about the offender is available to the authorities, including his statements, testimony of witnesses, reports of officers and defendants, statements made by informants, defenses of lawyers or lawyers, indictment, verdict and execution of the sentence are all among the secrets of the offender. Secrets that somehow can be considered the most important secrets of his life. The disclosure of secrets in general is one of the great sins mentioned, including Ibn'Abil-al-Mutaqah, in an hadith that includes the statement of Ali (as) to

Imam Hassan (AS), says: "Do not betray anyone who has believed you, Although he betrays you and does not reveal his head, even though he reveals your head (Saydbn Tavous, 1412, p. 159), Ibn Abi'b narrates from the Prophet (pbuh) the knowledge of other bad deeds and reveals it. It is like committing an act, and everyone knows the good work and states it, it's like putting it in place

(IbnBabawayh, 1368, p. 337)

2. Protection of the offender against the crime damaged

The perpetrator, like any other human being, needs to be present and work in his social role. To regain her social role, her reputation must be restored and her condition normalized. Returning to normal is stopping a series of actions. Some of these actions are available to the perpetrator, relatives and relatives, but much of it is beyond his control and requires the assistance and assistance of the state and public institutions. The government is committed to providing public security All citizens have responsibilities and responsibilities. According to one writer: As long as there is no complete security for everyone at home and traveling travelers, do not expect the durability of comfort and blessings, because

234
whenever, in an unsophisticated way, the intimacy and friendships are broken and understanding goes away and The people in the cities will be under siege and pressure, the motives of corruption and crime will be created and the cost of supply and supply will occur and predictions and difficulty occur, so providing security and safety for all in a society is a twofold rule of comfort and favors (Fakhar Tusi, 1394,

P. 371). Therefore, the government is obligated to intervene and prevent the execution of a criminal offense against his relatives and disturb his safety and security after his execution.

Conclusion

Repatriation is to restore the reputation and repentance of the victims. In other words, all those who have been abandoned by others and those who have been prosecuted in the area of criminal matters and who have been hurt by their sanctity and honor not damaged to the perpetrators, but who have been acquitted and convicted by mistake Sentenced or even wrongly punished. This title is also true, although the offender's title does not apply to these individuals, because the accused who

ultimately has been sentenced to death is the subject of judicial review that involves damage to his honor and dignity. He is also blamed for wrongdoing. Narva has the same effect on him. Contrary to the jurisprudential reasons that were expressed for the three strata, it is deduced: The restoration of dignity is one of the rights of individuals, and it is the duty of those who need to restore their dignity. In looking at laws and legal analysis, the primary responsibility of the government and the responsible ones is not either on the person's request or metaphysically over time, while restoring prestige as a primitive responsibility to the government and relevant organizations, that is, the government It is obliged to deal with persons who have suffered harm from the judiciary for their pride and spirituality, to take steps to return them to the normal state and enjoy pride and repentance and the possibility of re-emergence in their social role.

References:

Quran.

Azartah, Azarnoosh, Contemporary Persian Farsi Culture, Tehran, Ney, First Printing, 2000

Ardebil ,. Ahmadbn Mohammad, Assembly of Al-Fayyad Valberahan, Qom, Institute of Islamic Publications, Associate Members of the Association of Teachers, 1403, A 12.

Ibn Babaieh Qomi, Mohammad bin Ali, Layehzayar al-Faghih, Qom, Islamic Publications Institute affiliated with the community of lecturers in Qom Seminary, 1413 AD.

Ibn Fahdallahi, Ahmadbn Mohammad, Mahesb al-Barai, Qom, Islamic Literature Publishing House affiliated to the Qom Teachers Society, 1407 A, 4th.

Alamadi, Abdul Wahdbn Mohammad, Gharir al-Hakam and Darr al-Kalam, Tehran, Dar al-Kabul al-Islam, 1346, C 2.

6. Ibn al-Maqr al-Eliqi al-Masri, Abil-Fadl Jamal al-Din Muhammad ibn Makrom; Lissan al-Arab; Beirut, Dasadar, 1418 AH, C 1.

Ibn Qadam, Abdullah bin Ahmadbn Mohammad, al-Moghani, Beirut, Dar al-Kabul al-Arabi, 1978 M. , C 10

Ibn Baraj, Abdul Aziz, Al-Mazeb, Qom, Islamic Publishers Association affiliated with the community of lecturers of the Qom Seminary, 1406 AD 1.

Ansari, Morteza bin Mohammad Amin; Al-Mekasf; Qom; Assembly of the Faithful, 1415 AH,

Critical, Syedhsham, Alborhan Faye Tesyari Alkhran, Tehran, Be'sat Foundation, 1416 AH

Tabrizi, Javad, Sos al-Hodv and Wazirit, Qom, Mehr, First Printing, 1417 AH, C 2.

Tamimi Maghribi, Noman bin Mohammad; Dawa al-Islam; Al-Kahehr, Dar al-Emar, Ph.D., 1383 BC.

Jafari Langroudi, Mohammad Jafar, Terminology of Law, Tehran, Ganj Danesh, 1993, p. 4

_____, Expanded on the Thermology of Law, Tehran, Ganj Danesh, 2007 13.

Hosseini Shirazi, Seyyed Mohammad, Tahrir Al-Quran, Elli-Al-Dhahan,

236
Beirut, Dar Al-ulum, First Printing 1422,
C 3.

Hali, Hasan ibn Yusuf, Tazkere Al-Fugha, Qom, Al-Al-Bait Institute, 1414 AH, C 2

_____, Explanation of Benefits in Explaining Problems of Rules, Beja, Kushanpur, 1387 BC. , C.1.

End of Judgments in Judgments, Beja, Al-Bayt Institution, 1419 BC, 2C

_____, Different Shi'ites in the Shari'a Laws, Qom, the Institute of Islamic Propagation and its adoption by the University of Teachers Qom, 1412 BC

Hura'ali, Muhammad Hassan; Methods of Shia, Qom, Al-Bayt Institution, 1409 BC, c 15.

Hamairi, Abdullah bin Jaafar, Near Al-Ansad, Qom, Al-Bayt Institution, 1413 BC, c 11.

Al-Humayri, Naswan bin Sa'id, Shams al-Uloom and Dukalam al-Arab from Kalum, Beirut, Darlfikr al-Mu'aser, 1420

Al-Halabi, Taqi al-Din bin Najm, al-Kafi fi al-Fiqh, Isfahan, Office of the Amir-ul-Mu'minin (p), 1403 BC.

Dehkada, Ali Akbar; Lgtnamh, Tehran, Enthasharat Daneshgah Tehran,

1372, 6.

Ravandi, Qutbuddin Saeed Ibn Abdullah, Jurisprudence of the Qur'an, Bija, Ayatollah Marashi Najafi Library Publications, 1405 AH

Al-Sibzwari, Muhammad Baqrabban Muhammad Momen, Kafayah al-Ahkam, Isfahan, School of Sadermehavi, 1401

Shaikh Bahayi, Muhammad ibn Hassin, Arbaeen, Beirut, Darlkteb Islamiyya, 1419

Al-Shathali, Fattouh Abdullah, Explanation of the Penal Code General Department, Cairo, Publishing House and Distribution, 2010

Shaikh Mufid, Muhammad Ibn Muhammad Numan, Al-Maqnah, Qom,

Institute of Islam and its establishment by the University of Teachers of Qom, 1410 BC.

Saber, Mahmud, A'adah Maheyat, Mahanamah, Awn, Mawtoun, Aamour, and Rameast, Public Rationale, S1, Sh2 Azhar 1381

Tusi, Muhammad Hassan, Al-Mabsout, Al-Mutawa, 1393 BC, c.

_____, Tahtib al-Ahkam, Tehran, Islamic Library, 1390 BC, 10C

_____, the sentences and contracts in the acts of worship, Mashhad, the institution of Nursedanhangah Firdousi Mashhad, 1387

Al-Tabarsi, Abi 'Ali Fadl ibn al-Hasan, Al-Bayan Complex for the Sciences of the Qur'an, Beirut, Islamic Institution, 1415 BC, c.

Tabatabai, Seyyed Mohammad Hossein, Tafsir Al-Mizan, Qom, Qom Seminary Teachers Comprehensive Publications, 1402 AH,

Tawoos, Reza al-Din al-'Ir ibn Musa, Revealing the Prostitute for its

Producing Fruit, Beja, Islamic Media Office, 1412 BC.

Abdel-Muttalib ,: Ihab: The Encyclopedia of Genealogy in the Explanation of the Code of Criminal Procedure, Cairo, Al-Marxalqumi for the publications, c.

Ameed, Hassan, Farhang Omayd, Tehran, America, Chapp 1362, 18

Ma'lami, Zine al-Din ibn al-'Ari (Shahidthani), Al-Rawdh al-Bahih in the explanation of the Damascus flame, Qom, Dawari, 1410 BC, c.

_____, Masalik al-Afam to the revision of the laws of Islam, Qom, Islamic Knowledge Foundation, 1417 BC, c 13.

Fayadh Kashani, Maalasin, Al-Asfi in the Explanation of the Qur'an, Beja, Mercazantashat Dafratbiligat Islami, 1418 BC, c.1.

Fakhtarosi, Javad, A'adah al-Khayat and Jubran Khasrat Ma`nawi Nashiyaz Da`oo'i Kifri, Qum, Research Institute of Islamic Sciences and Culture

Qomi, Ali bin Ibrahim, Explanation of the Supreme; Qom, Dar al-Kuttab, 1404 BC. Law, 2002.

Kulini, Muhammad Ibn Ya'qub, Kafi, Tehran, Islamic Library of Islam, 1388 BC, c 7.

Kattabi, Hassinqali, Farhang-hajri, Fransi-Farsi, Tehran, Ganj Danesh, Chip Dome, 1380

Geldoizian, Ayrq, Bayshtahi Rights of the Public Part, Tehran, Mezan, 1384
Ma'in, Muhammad, Farhang-e Pharisee, Tehran, America, Chip Dome, 1372

Makarem Shirazi, Nasser, Tafsirnumoune, Tehran, Islamic Library, 1353, c.

Cities, Said Jalal Aldin. Human Rights and Nehadahi Siasi, Tehran, Pādar, Yazidham, 1387

Al-Balaghah, Siddhay, Tarjum al-Naqi Fiadh al-Islam, Tehran, Mulf, 1326 p

Najafi, Muhammad Hasan, Jawahar al-Kalam in Shar'at Shara'at al-Islam, Tehran, Dar al-Kuttab al-Islamiyya, 1400 BC, c.



Hadaytay, Muhammad Ali, yn Daddarsi
Kifri, Tehran, Daneshgah Tehran, Chip
Dome. 1332

IMPLEMENTATION OF STATE SOCIAL POLICY IN THE SPHERE OF STATE FINANCIAL GUARANTEES OF PUBLIC HEALTH SERVICES

Olesia Kornilova¹

Maria Nanieva²

Oksana Pozharova³

Radmila Pidlypna⁴

Mariya Kovach⁵

Abstract: The article is devoted to a detailed analysis of the implementation of the state social policy in the sphere of state financial guarantees of public medical services and the activity of the National Health Service of Ukraine, its main purposes and functions. Amendment proposals to improve national legislation in the sphere of healthcare are being formulated. Problems of standards and warranties in the sphere of healthcare are also investigated in the article, because health is a top priority for both the citizen and the nation as a whole. The problems of financial guarantees of public health

services have been analyzed, eventually the healthcare sector remained unattended for a quite a long time, despite the constant integration processes, implementation of international legal acts into national legislation. The results that are currently being achieved thanks to the ongoing medical reform show a number of unresolved issues and inconsistencies in the area of financial guarantees for public health services, but for example, the system "money follow a client" is gradually becoming a generally accepted fact that has only a positive effect not

¹ Assistant of the Department of Labour and Social Security Law, National University "Odessa Academy of Law", Odessa, Ukraine (*Corresponding author)

² PhD, Associate Professor of the Department of Labour and Social Security Law, National University "Odessa Academy of Law", Odessa, Ukraine

³ PhD, Associate Professor of the Department of Labour and Social Security Law, National University "Odessa Academy of Law", Odessa, Ukraine

⁴ DrSc, Professor, Department of Accounting and Tax, Uzhhorod Trade and Economic Institute of Kyiv National University of Trade and Economics, Uzhhorod, Ukraine

⁵ PhD, Associate Professor, Department of Finance, Uzhhorod Trade and Economic Institute of Kyiv National University of Trade and Economics, Uzhhorod, Ukraine

only for economy, but also in medicine sphere.

Keywords: state social policy, medical care, health care, primary care, financial guarantees

1. Introduction

In the modern period, one of the main functions of European countries, including Ukraine, is to provide a decent level of primary care to the population, as well as to provide effective and accessible health care for all citizens. Article 25 of the Universal Declaration of Human Rights of 10 December 1948 (United Nations, 1948) enshrines in the modern rule of law the right to guarantee a standard of living that takes into account the provision of basic needs, medical care necessary for the maintenance of health, own well-being and well-being of the family, and the right to social and economic security (Vivchar, Redkva, 2018; Nazarova et al., 2019) in the case of unemployment, illness, disability, old age and other cases of loss of livelihood under the circumstances independent of the person.

Establishment of a clear, consistent and effective mechanism for

241
implementing public social policies in the field of public health services and implementing state financial guarantees is the primary to protect patients' rights, prompt and clear fulfilling their responsibilities as healthcare providers. Hence, the core of healthcare is a well-regulated mechanism of providing individuals with financial guarantees of the medical relationship that arises between healthcare providers and the patient regarding the provision of medical care, including primary care. According to the Concluding Observations on the sixth periodic report of Ukraine of 14 June 2014, the Committee on economic, social and cultural rights expresses concern about the low share of healthcare costs of gross domestic product.

In turn Senyuta, (2018), the Committee also notes that the right to healthcare includes a wide range of socio-economic factors that create conditions that allow people to lead a healthy lifestyle and the basic components of health, such as food and nutrition, living conditions, access to drinkable water and adequate sanitation, safe and harmless working conditions, and a healthy environment. The current situation in the field of financing the

healthcare system significantly violates the provision of Article 2 of the Covenant on economic, social and cultural rights, which provides the obligation of each State participating in the Covenant to take actions to the maximum extent to ensure that the rights recognized in this Covenant are fully implemented in all appropriate ways. It should be noted that in the National report, submitted according to paragraph 5 of the annex to resolution 16/21 of the Human Rights Council of 31 August 2017 (Human Rights Council, 2017), Ukraine undertakes to increase state funding for healthcare to 2.8% of GDP, which indicates that the leadership of our country is aware of the fact that Ukraine has violated its obligations under international legal acts (Kornilova, 2018).

According to the data of the State Treasury Service of Ukraine as of 01.03.2020 expenditures of the state budget of Ukraine (functional classification) in 2020 in the sphere of healthcare is 4727.8 UAH, which is 3.27% of the general budget of Ukraine, and expenditures of the state budget of Ukraine (program classification) in 2020 by the Ministry of Health is UAH 5,100.3 (3.52%), and by the Ministry of Health (national expenditures) - UAH 9721.8 (6.72%). (State Treasury Service, 2020). It is also should be noted that central government financed the main part of health care services through medical subsidies, which averaged 77% of government spending on health care in 2015-2019. Local governments financed the rest through their own resources.

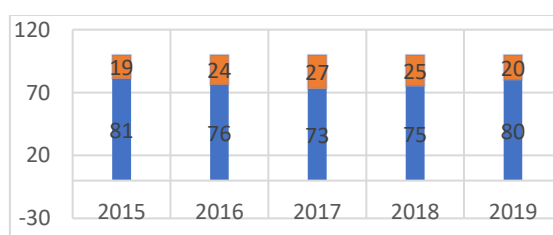


Fig. 1. Paradigm. Government expenditures in the sphere of healthcare, 2015-2019.

Source: State Migration Service of Ukraine (2019)

It's advisable to draw a parallel with countries whose level of economic development is much higher than in

Ukraine. For example, in the UK budget medical expenses are 18.9% of it. For those who don't have private medical

insurance and who aren't resident of the country, treatment will cost 150% of the rates set by the National Health Service. Also, you should pay attention to the US, where part of the budgetary expenditures for healthcare are the highest - almost 40% of the total healthcare expenditures, although private medical insurance is widespread in the United States. These costs have increased recently (compared to the previous 20%) after the introduction of a guarantee's program and an obligation to insure all citizens (NHS, 2019).

2. Literature review

The formation of social policy in the sphere of health is caused by the deterioration of public health and by necessity to solve problems of medical and social nature at a whole new level (Tsiborovsky, 2003). It should be noted that the social component of the state policy in the sphere of public healthcare is realized, first of all, based on the interaction and the ability to adapt the human body to the social environment (Bodnar, Mirkovich, Koval, 2019). Analyzing this situation, it's worth noting that in the direct process of interaction between the human body and the environment, the last has a

243
significant impact on health, depending on a number of factors, such as environmental situation, which includes both chemical and biological state of the environment, industrial production, which pollutes the environment with gaseous emissions and others.

Today the topical issue in the sphere of the public health services is the demographic situation in the country, which indicates an increase in the number of older people and a rapid reduction in the number of births and persons of working age. The level of development of medicine and health services in general contributes to the continuation and maintenance of life of the elderly people.

Some aspects of the legal regulation of relations in the sphere of medical care, including primary, have been considered in the writings of famous scientists, for example, Senyuta (2008) considers that medical care is a type of professional activity that includes a set of measures aimed at prevention, diagnosis, treatment and rehabilitation, with the aim of preserving, strengthening, developing and, in case of violation, restoring the maximum attainable level of physical and mental state of the human body, performed by

healthcare professionals who are entitled to it in accordance with current legislation. Shemshuchenko (2003) signified the understanding of medical care as a complex of measures of medical and social character, which includes preventive, therapeutic, diagnostic, rehabilitation, prosthetic, orthopedic and dental care as well as child care, care of sick people and disabled people. Prasov (2007) defines health care as medical services that include measures aimed at improving and treating patients in a condition that, at the time of their delivery, threatens their life, health and efficiency. In turn, Samofal (2013) notes that the proposed definition needs clarification, explaining that explaining that the widespread view of the definition of medical care is a broader category than that of medical services.

However, in the works of these scientists questions about the main purposes and powers of the National Health Service of Ukraine, sphere of healthcare, including primary care, are in the process of reforming. In the Decree of the President of Ukraine “On the Strategy of Sustainable Development “Ukraine 2020” of January 12, 2015 № 5/2015 (President of Ukraine, 2015), the

main goal in the sphere of healthcare reformation is marked by cardinal, systematic reformation aimed at creating a patient-oriented system, capable of providing health care for all Ukrainian citizens at the level of developed European countries (Popova, Koval, Antonova, Orel, 2019; Kostetska, Khumarova, Umanska, Shmygol, Koval, 2020). The main directions of the reforms should be raising the personal responsibility of citizens for their own health, providing them with a free choice of health care providers of appropriate quality, providing for this targeted assistance to the most socially vulnerable groups of the population, creating a business friendly environment in the healthcare market.

3. Results

The World Health Organization pays considerable attention to the creation of effective national health systems. WHO notes that healthcare systems must meet the needs of the population for affordable and high-quality health care, while protecting the public from the financial risks as a result of illness (Figueras, 2002). One of the main directions of reformation in the sphere of medicine in Ukraine is the

reorganization of primary care on the basis of family medicine, which is carried out in accordance with the Law of Ukraine "On amendments to some legislative acts of Ukraine on improvement of legislation on the activities of health care institutions" of 6 November, 2017 (Verkhovna Rada of Ukraine, 2017) and in accordance with the Law of Ukraine "On state financial guarantees of public health services" of October 19, 2017 (Verkhovna Rada Ukraine, 2017). One of the measures provided by the Act is the introduction of an electronic health system. Article 2, paragraph 2 of the said Law stipulates that the electronic health care system is an information and telecommunication system that provides automation of accounting of medical services and management of medical information by creating, placing, publishing and sharing information, data and documents in electronic form, the system includes a central database and electronic medical information systems, among which automatic exchange of information, data and documents through an open source interface is provided.

All data about a person's referral to a doctor will be recorded in the eHealth system, the activity of which is

245
regulated in accordance with the resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine "Some issues of the electronic health care system" of April 25, 2018 No. 411 (Ministry of Health of Ukraine, 2018c), which approved "The order of functioning of the electronic health system". One of the most important measures of medical reform is the signing of a declaration about the choice of a doctor who provides primary care. Each person will be able to choose a primary care physician, such as a pediatrician, therapist or family doctor. According to paragraph 3 of the resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine "On approval of the procedure for selecting a primary care doctor and form of a declaration on selecting a primary care doctor" of May 19, 2018 No. 503 (Ministry of Health of Ukraine, 2018a) declaration is a document confirming the wish of the patient (his legal representative) to choose a doctor to provide him with primary care.

In accordance with Article 11 of the Law of Ukraine "On state financial guarantees of public health care", by signing a declaration on the choice of a doctor who provides primary care, the patient (his legal representative) provides an agreement to access

information about him contained in the electronic healthcare system to a such doctor, as well as other doctors directed by him to the extent necessary for the provision of medical services by such doctors.

According to the order of the Ministry of Health “On approval of the procedure for selecting a primary care doctor and form of a declaration on selecting a primary care doctor” a patient (his legal representative) has the right to choose a doctor who provides primary care, regardless from the registered place of residence of such patient, from the number of persons specified in the contract on public health services concluded between the respective primary care provider and the National Health Service of Ukraine.

Paragraph 4 of the above Order states that the scope of practice may differ from the optimal depending on the socio-demographic, infrastructural and other characteristics of the territory within which the persons belonging to the respective practice reside. However, it’s unclear how many people in maximum may receive primary medical care from one doctor, taking into account the peculiarities of Ukraine's political and territorial structure, namely the

246
division of the state into administrative-territorial units, with a population of between 500 and 2000 people.

Also, in accordance with paragraph 7 of the Procedure of selecting a primary care doctor, a primary care doctor may decide to provide individual primary care services at the patient's place of residence (or stay) or using telecommunications equipment in accordance with the primary care provider's operating mode. However, the list of such individual primary care services isn't indicated that there is a gap in the legislation. According to the Procedure, doctors will be able to work in state (polyclinics, hospitals, paramedics) and private institutions. It should also be noted that from the number of patients who have trusted the doctor their lives, doctor's salary will depend.

According to Article 35-1 of the Healthcare Legislation Basis of 26 January 1993, 2427 - VIII (Verkhovna Rada of Ukraine, 1993) primary medical care is a medical care that provides consultation, diagnosis and treatment of the most common diseases, traumas, poisonings, pathological, physiological (during pregnancy) conditions, implementation of preventive measures;

referral according to the medical evidence of the patient who doesn't need emergency medical care to provide him with a secondary (specialized) or tertiary (highly specialized) medical care; providing emergency medical assistance in the event of a physical or mental health disorder for a patient who doesn't need emergency, secondary (specialized) or tertiary (highly specialized) medical care. The reorganization of medical institutions into communal non-profit enterprises will contribute to the increase their independence in economic and management matters, will stimulate the improvement of quality of medical services and increase the economic efficiency of the use of assets (Tamosiuniene, Demianchuk, Koval, 2019; Yankovyi et al., 2020). Autonomization implies that hospitals can acquire the status of a non-profit communal organization. Hospitals now operate as budgetary institutions under budget law and with vertical management. Their managers have no discretions and are guided by orders from above (Ministry of Health of Ukraine, 2017).

One of the key purposes for the government, after the signing by the

247
President of Ukraine of the Law of Ukraine "On state financial guarantees of public health services" of October 19, 2017 (Verkhovna Rada of Ukraine, 2019), was the creation of the authority whose activity will be implemented through the implementation of policy in the sphere of public health care. According to the decree of the Cabinet of Ministers of Ukraine "On establishment of the National Health Service of Ukraine" (Ukraine" (Cabinet), such authority became the National Health Service of Ukraine. According to paragraph 1 of the Regulation on the National Health Service of Ukraine, approved by the resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine "On establishment of the National Health Service of Ukraine" (Cabinet of Ministers of Ukraine, 2018a), the National Health Service of Ukraine is the central executive authority, whose activities are directed and coordinated by the Cabinet of Ministers of Ukraine through Minister of Health, who implements the state policy in the sphere of state financial guarantees of public health care.

According to paragraph 3 of the mentioned Regulation, one of the purposes of the National Health Service

of Ukraine is the implementation of the state policy in the sphere of public financial guarantees of public health services under the program of state guarantees of public health services (the program of medical guarantees). However, the Regulations also set out other purposes, such as the fulfillment of the functions of the client of medical services and medicines under the program of medical guarantees and submitting to the Minister of Health proposals for ensuring the formulation of state policy in the sphere of state financial guarantees of public health care.

It should be noted that primary care medical institutions will receive funding from the National Health Service of Ukraine. Also, the National Health Service of Ukraine is a national insurer that will make contracts with healthcare institutions and purchase public health services from them. The National Health Service won't own the funds allocated from the state budget to pay for public health services. The money will be stored in treasury bills. The National Health Service of Ukraine will monitor compliance with the terms of the contract (Ministry of Health of Ukraine, 2017). This principle of

248
payment for medical services is called "money follow the patient." Strategic procurements of medical services will be carried out by the National Health Service of Ukraine. In the framework of the guaranteed package of medical services, in particular, for primary medical care 19.1 billion UAH was allocated, that is 11% more than last year. Just because The National Health Service of Ukraine will be created- to pay for services. (National Health Service Ukraine, 2020).

It should be noted that the national legislator doesn't take into account the experience of foreign countries, such as Poland, which has already undergone medical reform, when establishing the National Health Service of Ukraine. After the restoration of independence in 1989, Poland initiated a number of reforms, including in the sphere of healthcare. The Semashko's system has been transformed into social medical insurance, which covers about 98% of the country's population. Poland has switched to the Beveridge system, which, unlike social medical insurance, is funded by government revenues since 2018 (Chmel, Pustovoit, Schmigel, 2018). Similar to the Ukrainian National Health Service is the Polish National

Healthcare Fund (Narodowy Fundusz Zdrowia), established in 2003. In order to receive medical care in a neighboring country, it's necessary to be insured with the National Healthcare Fund.

First of all the main purposes of the Fund are the management of the funds transferred to its disposal, as well as the financing of benefits in the general healthcare system. Promoting a healthy lifestyle, developing and implementing programs in the sphere of healthcare are the purposes of Narodowy Fundusz Zdrowia in Poland in addition (Narodowy Fundusz Zdrowia in Poland, 2017).

That's why it's expedient to add to the list of purposes set to the National Health Service of Ukraine: "propagating preventive measures to promote healthy lifestyle", because preserving and maintaining public health is an integral part of the sphere of medical care. According to the data of the Ministry of Health of Ukraine, the National Health Service of Ukraine started its work in June 2018. Medical institutions (workers) who provide primary care should make a contract on public health care with the National Health Service, according to which they will receive salary of Ukraine.

The Decree of the Cabinet of Ministers of Ukraine "Some issues concerning contracts on public medical care under the program of medical guarantees" of April 25, 2018 No. 410 (Cabinet of Ministers of Ukraine, 2018b) approved the Procedure of conclusion, amendment and termination of the contract on public medical care under the program of medical guarantees which extends to the conclusion, modification and termination of the contract between the National Health Service of Ukraine and healthcare institutions regardless of the form of ownership or individuals-entrepreneurs which were licensed, according to the law, to conduct business activity in medical practice. The Procedure also states that an entity which wish to make a contract with the National Health Service of Ukraine must be registered in the system and ensure registration in it its authorized persons and medical professionals who will be involved in the implementation of the contract. At this period of development Ukraine is going through difficult times. Situations that have been going on for several years in the East, annexation of the Crimea, have led to a significant increase in the number of stateless persons and foreigners. According to the

statistics of the State Migration Service of Ukraine, as of January 1, 2019, are registered 107 369 foreigners and stateless persons (State Migration Service of Ukraine, 2019).

It should be mentioned that in accordance with the order of the Ministry of Health "On approval of the Procedure of selecting a primary care doctor and declaration forms on the choice of a primary care doctor" of March 19, 2018 No. 503 (Official Journal of Ukraine, 2018) the patient has the right to choose a doctor who provides primary care regardless of the registered place of residence of such patient among the persons specified in the contract on public health care concluded between the relevant primary care provider and the National Health Service of Ukraine. The Ministry of Health notes that any person who resides in Ukraine, regardless of their place of registration, can sign up a declaration with a family doctor, therapist or pediatrician. If you don't have a Ukrainian citizen's passport, you can submit other documents required by law. If it's not possible to submit a Ukrainian citizen's passport to sign up a declaration on the selecting of a doctor, any person who is entitled to reside in the territory of Ukraine may submit one of

250
the documents: temporary certificate of the citizen of Ukraine; Certificate of permanent residence in Ukraine; refugee certificate; certificate of the person who needs additional protection.

For internally displaced persons, there is no obstacle to signing up a declaration with the chosen doctor, regardless of the place of registration. If you have a Ukrainian citizen's passport, no additional information other than an individual tax ID is required (certificate of internally displaced person is not required) (Ministry of Health of Ukraine, 2018b). It should be noted that with the reformation of primary care in Ukraine, such a conscious approach of the legislator to special sections of the population testifies about the desire to improve the lives of persons living in the territory of Ukraine, in particular in the sphere of primary care.

One of the important steps to improve the level of primary care is to provide primary care services, which will be provided free of charge. In fact, the national solidarity system of medical insurance has started operating in Ukraine since 2018. All services, analyzes, researches, medicines provided under the state medical insurance program are 100 percent free

of charge (Ministry of Health of Ukraine, 2017). As the National Health Service of Ukraine is the central executive authority, one of the main purposes of which is to compensate the financial expenses for providing medical services through the state budget of Ukraine, it's worth paying attention to the order of the Ministry of Health of Ukraine (2018) "On approval of the procedure for providing of primary care" of March 19, 2018 No. 504, which approved the list of primary care services to be provided free of charge. So, it's worth agreeing with the Recommendations of the parliamentary hearings on "On healthcare reform in Ukraine" approved by the Cabinet of Ministers of Ukraine (2016) of April 21, 2016 No. 1338 - VIII, as the relevance of medical reform is extremely high, because this extremely important area of social life has suffered for many years from inconsistent socio-economic policy and, unlike other sectors, is still operating under an outdated, inefficient management and funding model (Bagmet, 2018; Borychenko et al., 2019; Bukanov et al., 2019).

The reformation of the medical sector, including primary care, is one of the main components of socio-economic

251
changes in Ukraine. First of all, such changes should be made taking into account the interests of each person living in the territory of Ukraine, as well as structured, and made step-by-step (Kornilova, 2019).

4. Conclusion

The state policy system in the sphere of financial guarantees of public health care, including the primary care, is still in a condition of reformation, that testifies about the seminal work of the national legislator on improving the healthcare sector in Ukraine. The national legislator tries to improve the healthcare system of modern Ukraine, which came with the independence of our state from Soviet times by implementing new ideas, projects and reforms. The results that are currently being achieved thanks to the ongoing medical reform show a number of unresolved issues and inconsistencies in the area of financial guarantees for public health services, but for example, the system "money follow a client" is gradually becoming a generally accepted fact that has only a positive effect not only for economy, but also in medicine sphere. The National legislator has implemented a large number of bills due

to the “National strategy for health care reform in Ukraine for the period 2015 – 2020, but a large number of issues related to the implementation of the state social policy in the sphere of public financial guarantees of public health services needs clarification, refinement and scientific research. It should also be noted that the current situation in Ukraine, namely the coronavirus pandemic (COVID-19), is once again experiencing the strength of Ukraine's current health care system.

References

- Bagmet, K. (2018). Regulation of institutional changes in the social sector of the national economy: conceptual approach. *Economics. Ecology. Socium*, 2(4), 103-110. <https://doi.org/10.31520/2616-7107/2018.2.4-10>
- Bodnar, S., Mirkovich, I., Koval, V. (2019). Human capital development in Ukrainian education system by means of language integrated teaching. *Dilemas contemporaneos-educacion politica y valores*, 7 (SI), 14.
- Borychenko, K., Hudz, A., Koval, V., Golubkova, I., Mazur, A. (2019). European standards for social protection of internally displaced persons. *Dilemas contemporaneos-educacion politica y valores*, 7 (SI), 88.
- Bukanov H., Kolesnyk A., Tashkinova O., Kotlubai V., Koval V. (2019). Social marketing in public administration of social service institutions. *Revista Genero & Direito*, 8 (6), 457-468.
- Cabinet of Ministers of Ukraine (2016). Parliamentary hearing recommendations on “Healthcare reform in Ukraine”: Resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine of April 21, 2016 No. 1338-VIII. *Vidomosti Verhovnoyi Radi Ukrayini*, 1, 450.
- Cabinet of Ministers of Ukraine (2018a). On the establishment of the National Health Service of Ukraine: Resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine of December 27, 2017 No. 1101. *Ofitsiynyi visnik Ukrayini*, 15, 507.
- Cabinet of Ministers of Ukraine (2018b). Some issues regarding contracts on public medical care under the program of medical guarantees: Resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine of April 25, 2018 No. 410. *Ofitsiynyi visnik Ukrayini*, 45, 1570.
- Chmel, O., Pustovoit, D., Schmigel, A. (2018). Analysis of the healthcare system in Poland. *Modern economic research*, 1, 12-19.

- Figueras J. (2002). Reforming hospitals in the new Europe. trans. from English. M: "All the World" publishing house.
- NHS (2013). Guide to the Healthcare System in England, Including the Statement of NHS Accountability, The NHS Constitution. Retrieved from: <https://www.expatica.com/>
- Human Rights Council (2017). The national report submitted in accordance with paragraph 5 of the annex to resolution 16/21 of the Human Rights Council of August 31, 2017. Retrieved from: www.upr-info.org.
- Kornilova, O. (2018). Human right for healthcare: international standards and legislation of Ukraine. *Law and Society*. 2(1), 130-134.
- Kornilova, O. (2019). National Health Service of Ukraine: main purposes and powers. *Jurnalul juridic national: teorie și practică*, 111-114.
- Kostetska, K., Khumarova, N., Umanska, Y., Shmygol, N., & Koval, V. (2020). Institutional qualities of inclusive environmental management in sustainable economic development. *Management Systems in Production Engineering*, 28 (2), 15-22. <https://doi.org/10.2478/mspe-2020-0003>
- Ministry of Health of Ukraine (2018a). On Approval of the Procedure of selecting of primary care doctor and forms of declaration of selecting of primary care doctor: Order of the Ministry of Health of May 19, 2018 No. 503. *Ofitsiynyi visnik Ukrayini*, 23, 847.
- Ministry of Health of Ukraine (2018b). On Approval of the procedure of provision of primary care: Order of the Ministry of Health of Ukraine of March 19, 2018 No. 504. *Ofitsiynyi visnik Ukrayini*, 23, 848.
- Ministry of Health of Ukraine (2018c). Some issues of the electronic health system: Order of the Ministry of Health of April 25, 2018 No. 411. *Ofitsiynyi visnik Ukrayini*, 46, 1604.
- Narodowy Fundusz Zdrowia in Poland (2017). Retrieved from: <http://yurystvpolski.pl/nfz>.
- Nazarova, K., Hordopolov, V., Kopotiienko, T., Miniailo, V., Koval, V., & Diachenko, Y. (2019). Audit in the state economic security system. *Management Theory and Studies for Rural Business and Infrastructure Development*, 41(3), 419-430.
- Popova, O., Koval, V., Antonova, L., & Orel, A. (2019). Corporate social responsibility of agricultural enterprises according to their economic status. *Management Theory and Studies for Rural Business and Infrastructure*

- Development*, 41(2), 277–289.
<https://doi.org/10.15544/mts.2019.23>
- Prasov, O. (2007). The right to health care and its implementation: abstract. diss. doc. of law: 12.00.03. Hark. nat. unty internal affairs.
- President of Ukraine (2015). On the Sustainable development strategy “Ukraine 2020”: Decree of the President of Ukraine of January 12, 2015. *Ofitsiyinyi visnik Ukrayini*, 67.
- Samofal, M. (2013). Grounds of the emergence of legal relationships for the provision of medical services. *Visnik Vischoyi radi yustitsiyi*, 151-156.
- Senyuta, I. (2008). The human right to health care: some theoretical and practical aspects. *Medical Law of Ukraine: legal status of patients in Ukraine and its legislative support (genesis, development, problems and prospects for improvement) Proceedings of the II All-Ukrainian Scientific Conference*, 277-282.
- Senyuta, I. (2015) *Health and Human Rights: resource guide*. Lviv: Publishing house of LOBF “Medicine and Law”.
- Shemshuchenko, Y.S. (rel.ed.) (2013). *Legal Encyclopedia*. K.: “Ukr. Encycl”.
- State Migration Service of Ukraine. (2019). Retrieved from: <https://dmsu.gov.ua>.
- State Treasury Service (2020). Retrieved from: <https://www.treasury.gov.ua>.
- Tamosiuniene, R., Demianchuk, M., Koval, V. (2019). State Regulation of Bankruptcy Relations in the National Economy. *Economics. Ecology. Socium*, 3 (4), 19-27.
<https://doi.org/10.31520/2616-7107/2019.3.4-3>
- Tsiborovsky, O. (2003). Directions of implementation of national regional healthcare policy. *Chief Medical Officer*, 9, 60–61.
- United Nations. (1948). Universal Declaration of Human Rights.
- Verkhovna Rada of Ukraine (1993). Fundamentals of Ukrainian legislation on healthcare: Law of Ukraine of January 26, 1993 2427-VIII. *Vidomosti Verhovnoyi Radi Ukrayini*, 4, 19.
- Verkhovna Rada of Ukraine (2017). On amendments to certain legislative acts of Ukraine on improvement of legislation on the activities of healthcare institutions: Law of Ukraine of November 6, 2017. *Vidomosti Verhovnoyi Radi Ukrayini*, 21, 245.
- Verkhovna Rada of Ukraine (2018). On the state financial guarantees of public health services: Law of Ukraine of October 19, 2017. *Vidomosti Verhovnoyi Radi Ukrayini*, 5, 31.

Vivchar, O., & Redkva, O. (2018).
Analysis of indicators impact on
economic security of enterprises in the
context of socio-humanitarian
components. *Economics. Ecology.
Socium*, 2(3), 65-74.

Yankovyi O., Koval V., Trokhymets O.,
Karpenko M., Matskevich Y. (2020).
Economic assessment of investment on
the basis of production functions.
Turismo: Estudos & Práticas, 2

TOPICAL ISSUES OF REGULATION OF THE LEGAL FRAMEWORK FOR ENSURING HUMAN RIGHTS AND FREEDOMS AT THE INTERNATIONAL LEVEL

Vadim Avdeevich Avdeev¹

Ekaterina Vadimovna Avdeeva²

Stanislav Vasilyevich Rozenko³

Igor Nikolaevich Fedulov⁴

Igor Vyacheslavovich Kuleshov⁵

Inga Gennadievna Byzova⁶

Abstract: The article investigates the legal basis for ensuring international security in the context of the protection of peace and humanity in globalized domestic legal systems. In the context of globalization, a wave of new nationalist ideas and moods is rising and there is a tendency for states to redistribute the spheres of economic and political influence. The principle of justice is not always dominant in making certain key decisions in interstate interaction. New directions of state development in the context of globalization make it necessary to improve the system of

ensuring security of the world and humanity taking into account international legal principles. Modern public policy should be aimed at preserving the right of humankind to peace and secure coexistence on a friendly basis among cooperating states. In national legal systems, a mechanism for ensuring the security of peace and humanity that takes into account regional features is becoming a priority. Attention is focused on the state of security declared by national and international law guaranteed by the international community. The development and

Yugra State University, Chekhov Street, 16, Khanty-Mansiysk, 628012, Russia. E-mail: ¹

vadim.avdeevich@mail.ru

East-Siberian Institute of The Ministry of Internal Affairs of The Russia, Lermontov Str. 110, Irkutsk ²
Region, Irkutsk, 664028, Russia

Yugra State University, Chekhov Street, 16, Khanty-Mansiysk, 628012, Russia³

Yugra State University, Chekhov Street, 16, Khanty-Mansiysk, 628012, Russia⁴

Yugra State University, Chekhov Street, 16, Khanty-Mansiysk, 628012, Russia⁵

Yugra State University, Chekhov Street, 16, Khanty-Mansiysk, 628012, Russia⁶

implementation by the international community of legal principles that should form the basis for legal regulation of the state of security is of fundamental importance. The article analyzes international legal acts aimed at strategic directions of ensuring security of peace and humanity in national legal systems. The article notes that one of the directions to ensure security of the world and humanity is to bring the norms of national law into conformity with the norms, principles and provisions of international normative legal acts of regional and universal character. The research is based on private and general scientific methods of cognition. Special attention is paid to the use of comparative legal and formal-legal methods of examining objective reality. Sociological, logical and statistical methods and means of comprehending social realities have significance. The result of the analysis was the identification of factors that determine the crime development against peace and security of humanity. Conclusions were formulated concerning the trends in the implementation of the state policy which predetermines new directions of the criminal-legal policy in the field of minimizing the process of criminalizing

257
public relations to ensure security of the world and humanity. The priority directions of social evolutionism in the field of protecting the inviolability of the interests of the world and humanity are subject to designation. Actual questions of legislative and organizational-practical character in the field of counteraction to encroachments on peace and security of mankind are considered.

Keywords: international law, state legal policy, security of the world and humanity, crimes against security of the world and humanity, genocide, ecocide, mercenarism, international terrorism, counteraction of military threat

Introduction

The modern development of international relations in the context of globalization predetermines the need to guide international legal standards in the formation of norms in national legal systems. Proceeding from the regionalization and universalization of international legal regulation principles, the norms of national legislation are unified (Avdeev, Avdeeva, 2014a).

The observed regulation of international standards in the sphere of

human rights protection, state and public interests is characterized by the complexity of political and legal processes due to the different levels of national systems that translate the plurality of religious, legal and cultural values.

In this regard, the harmonization of norms at the interstate level is becoming more and more relevant facilitating the regulation of legal and the unification of organizational and practical means to ensure security for peace and humanity (Afanasyeva, 2006). As a result, it becomes expedient to analyse the correlation between international and national principles to ensure security of the world and humanity in the context of national legal systems globalization.

The intensification of political-legal and socio-economic interstate development predetermines the necessity to solve the problem of legal policy unification of states at the transnational level (Avdeev, 2013a). One of the pressing problems is the harmonization of interstate legal policy to counter encroachments on the security of the world and humanity.

Among the determinants of the mentioned negative phenomena in the

investigated sphere the consequences of the international life globalization deserve attention (Goldfrank, Walter, 2000). The change in the level of countries welfare in the context of the ongoing internal crisis, the exacerbation of the global demographic situation, increase in the rate of illegal migration essentially become determinants of new threats and risks to peace and security of mankind.

Research Methodology

The subject of the study is crime, taking into account its condition, structure and dynamics. Particular attention is paid to the implementation of criminal law policy in the field of combating crime of mercenary-violent orientation, taking into account the requirements of international law.

The purpose of the study is a modern analysis of the understanding of crime, the content and types of crimes of this orientation. Attention is focused on the criminological analysis of crime, prevention and prevention in the context of improving measures of criminal law, criminological and organizational and practical counteraction.

The methodological basis for the study of measures to combat crime is

formed by a set of general scientific and private scientific methods that have led to an integrated approach to the study of legal policy to counteract crime, taking into account the ongoing socio-economic and political-legal transformations.

The main results of the study reveal the process of counteracting crime in the context of globalization, measures to increase the effectiveness of the implementation of the mechanism of criminal law regulation of public relations related to countering crimes.

The novelty of the research topic is the formulation of the problem associated with the disclosure of the causes and conditions of crime as a socially negative phenomenon in modern conditions; the definition of key areas of legal policy in the field of combating crimes, determined by socio-economic and political transformations. In order to achieve the stated goal of the study, special legal methods of cognition were used that facilitate the analysis of the legal regulation of legal responsibility for crimes.

Results

Formation of The Legal Framework For Ensuring Human Security

The UN Charter signed in San Francisco (USA) on 26.06.1945 focuses on the development of friendly relations between nations based on the principles of self-determination and equality of peoples. One of the purposes of the United Nations is to support international security and peace (Kartashkin, 2002).

The principles of activity of the United Nations are: a) sovereign equality of all members of the international organizations; b) conscientious fulfillment of the undertaken obligations; c) peaceful settlement of international disputes excluding threat to security, justice and international peace; d) abstention from the use of force in international relations; e) provision of all possible assistance to the United Nations excluding assistance to states against which the said international organization takes actions of coercive or preventive plan (Article 2).

Effective collective measures must be taken to eliminate and prevent threats to the peace and suppress acts of aggression. It is prescribed that international situations or disputes which might lead to a breach of the peace will

be settled and settled by peaceful means in conformity with the principles of international law and justice. The need to develop friendly inter-ethnic relations and to take other appropriate measures to strengthen universal peace is noted (Article 1). Special attention is paid to the peaceful settlement of disputes. The parties to a dispute that threatens peace and security should seek a solution through negotiation, conciliation, arbitration, enquiry, mediation, judicial proceedings including any other peaceful means.

The UN Security Council is mandated to investigate a situation or dispute that may pose a threat to international security. In this case, the Security Council deals with issues of its settlement (Articles 33-38). The Security Council is vested with the competence to make recommendations or decide on measures necessary which do not involve the use of armed forces to neutralize the threat of a deteriorating situation. If the measures taken prove insufficient, the Security Council is vested with the authority to use land, sea and air forces to restore or maintain international peace and security. The Security Council together with the Military Staff Committee may establish

260
plans for the use of armed forces if necessary (articles 39-51). It is worth mentioning that the Charter did not provide for jury participation in the trial and excluded the right to appeal from the convicts. The precepts of the Statute were the basis of international criminal justice and predetermined the adoption of new international conventions.

The UN Security Council Resolution № 1 adopted on 25.01.1946 was devoted to the opening of the first meeting of the Military Staff Committee in London on 01.02.1946. The Great Britain, the Republic of China, the USSR and the USA and France were recognized as permanent members of the Security Council. Australia, Brazil, Egypt, Mexico, Netherlands, Poland were non-permanent members of the Security Council. Discussions of the Security Council were subject to optimal means for conclusion of special agreements including the issues of armed forces provision and related facilities that needed to be solved.

United Nations General Assembly Resolution 3 (I) "Extradition and punishment of war criminals" which was adopted on 13.02.1946 recommends that necessary measures be taken by members of the United Nations and by

countries outside the international organization to arrest and expel to states where war crimes have been committed for trial and punishment.

After the end of the world wars the state of veiled form of confrontation of states is not excluded. The international community is intensifying its efforts to ensure international security. The documents developed are aimed at ensuring international security taking into account the experience of world wars. The International covenant on civil and political rights, the International covenant on economic, social and cultural rights, the Vienna declaration and Programme of action which were adopted by the World conference on human rights, the Declaration on strengthening the effectiveness of the principle to refrain from the threat or use of force in international relations, the Definition of aggression, the Declaration on strengthening international security and others deserve attention.

The UN General Assembly Resolution 95 (I) "On the progressive development of international law and its codification" which was adopted on 11.12.1946 establishes a Committee consisting of 17 UN members with the

261
task to study the methods of: 1) progressive development of international law and its subsequent codification; 2) achieving cooperation between the UN bodies in order to solve the tasks in view; 3) involving international and state institutions that contribute to the achievement of the established goal. The international law Commission is designed to promote the progressive development of international law and its codification which is composed of 34 members of the United Nations. The Commission mainly deals with public international law issues (Article 1).

The UN General Assembly Resolution № 170 (II) on "Extradition of war criminals and traitors" which was adopted on 31.10.1947 recommends that the UN Member States continue with unceasing vigour to carry out the duties of extradition and trial of war criminals.

In 1947 the United Nations General Assembly tasked the international law Commission with drafting a Code of crimes against the peace and security of mankind.

Resolution 260 A (III) was adopted by the UN General Assembly on 09.12.1948, the Convention on the prevention and punishment of the crime of genocide entered into force on

12.01.1961. Genocide is recognized as a violation of international law, a crime contrary to the purposes of the United Nations which brought considerable losses to humanity. In this regard, it is noted that international cooperation is needed to exclude this scourge. The commission of genocide in wartime or peacetime is considered to be a violation of international law against which states parties undertake to take preventive and punitive measures (Sergevnin, 2015).

Genocide is the following acts aimed at the destruction of a racial, national, ethnic or religious group: 1) murder of members of the group; 2) causing mental disorder or bodily harm to members of the group; 3) intentional creation of such living conditions for the group that will lead to its partial or complete physical destruction; 4) measures designed to eliminate the possibility of childbirth in the group; 5) forced transfer of children from one group to another.

Such acts as genocide, conspiracy to commit genocide, public and direct incitement to genocide, attempt to commit genocide, complicity in genocide are punishable. Responsibility is incurred regardless of the status and position of the perpetrator.

262
The implementation of the provisions of the Convention presupposes the obligations fulfillment of the contracting parties to establish effective penalties for genocide and other related crimes in national legislation.

Persons accused of genocide are subject to prosecution by the court of the state where the crime was committed or by an international criminal court. Genocide and related crimes are not assessed as political crimes. As a result, the parties undertake to extradite those responsible for genocide and related crimes in accordance with national legislation and existing treaties. Parties to this Convention are entitled to request the United Nations to take the necessary measures to prevent and suppress acts of genocide and related crimes. Disputes concerning the application and interpretation of the Convention provisions will be referred to the International criminal court (Articles I-IX) including the responsibility of the state for genocide or a related crime.

The Universal declaration of human rights which was proclaimed on 10.12.1948 by the UN General Assembly resolution 217A (III) guarantees everyone the right to

international and social order (Article 28).

Discussion

Modernization of The Legal Framework for Ensuring Human Rights And Freedoms In The Context of Globalization

The international community has been working to establish the International criminal court since the 1950s. Despite the efforts made, there were factors that impeded its establishment at that time. The main reasons for the interruption of this activity were mainly political motivations (Avdeev, Avdeeva, 2014b).

The International covenant on civil and political rights which was adopted on 16.12.1966 by the resolution of the UN General Assembly regulates the right of every people to self-determination, free establishment of political status, ensuring social, economic and cultural development, management of natural resources and wealth without prejudice to international cooperation. The right to life is recognized as an inalienable right of every person protected by law. States that have abolished the death penalty, it

263
may be imposed for the most serious crimes, provided there is no contradiction with the Covenant and the Convention on the prevention and punishment of genocide crime. Slavery, torture and ill-treatment of persons are excluded. The personal inviolability and freedoms of every person are proclaimed (Articles 1, 6-9). Particular attention should be paid to article 20 of the Covenant pointing out the need to prohibit by law all propaganda for war. Incitement to violence, hostility or discrimination accompanied by advocacy of racial, national or religious hatred is prohibited by law.

The International covenant on economic, social and cultural rights focusing on the recognition of the dignity of every human being, notes the need to eliminate want and fear through the full enjoyment by everyone of social, economic and cultural rights, along with political and civil rights (Avdeev, 2013b). The right of every people to self-determination was subject to the free determination of political status and the free pursuit of social, economic and cultural development. Every people is entitled to freely dispose of its natural resources and wealth without prejudice to international economic cooperation

taking into account international law and the mutual benefit of the parties involved. The deprivation of people's means of subsistence will be excluded. Provision will be made for the equal right of persons of different sexes to the enjoyment of social, economic and cultural resources. The right of everyone to a decent standard of living and to the continuous improvement of living conditions will be recognized. The states parties recognize the right of everyone to be protected from hunger by taking measures, individually and through international cooperation, which aim at:

- a) the use of scientific and technical knowledge for the improvement of production methods, storage, distribution of foodstuffs and the most efficient utilization of natural resources;
- b) the equitable distribution of world food stocks (Articles 1-3, 11).

The Declaration on the right of peoples to peace which was adopted on 12.11.1984 by the UN General Assembly resolution 39/11 notes that the main goal of the UN is the maintenance of security and international peace. The Declaration aims to exclude war and prevent a world nuclear catastrophe, given that the establishment of lasting peace, considered as a sacred duty of

264

each state, is a key condition for the preservation of the existence of human civilization.

In this regard, it proclaims the sacred right of peoples to peace, the preservation of which is ensured by the fulfillment by each state of its obligations. States' policies become benchmarks: 1) elimination of the war threat including nuclear war; 2) exclusion of using the force in interstate relations; 3) settlement of international disputes by peaceful means. International organizations and states are called upon to ensure this right by strengthening appropriate measures at the international and national levels (Articles 1-4).

Conclusion

In conclusion, it should be noted that improving the effectiveness of states in ensuring human rights and freedoms primarily dictates that the security of the world and humanity be ensured by the norms of international law.

Normative legal acts of a universal and regional nature form the necessary legal basis for improving national legal systems to ensure the protection of these interests (Avdeev,

2016). The inconsistency of the norms and provisions of international legal and regulatory instruments creates the conditions for violating the fair balance between the requirements for the protection of domestic and inter-state interests. As a result, the task to bring the norms of international and national law into line while implementing a unified approach at the law enforcement level in addressing the issue to ensure the security of peace and humanity is becoming more relevant.

Counteracting encroachments on the interests of peace and humanity is also ensured by the creation of a scientifically grounded domestic program which accumulates a complex of interrelated and interdependent measures of legislative, practice-oriented and law enforcement nature (Avdeev, 2013b).

This programme which is consistent with state legal policy to prevent and combat encroachments on the interests of peace and humanity must combine international legal and national means to exclude or minimize the determinants of such acts.

Targeted impacts should be made on processes and phenomena, facial features and environmental

265
features that are directly related and interact with each other. It is necessary to intensify the prevention of anti-state behavior of certain individuals' categories in order to intensify the preventive function of the state legal policy.

In developing measures of general prevention it is necessary to take into account the determinants of modern criminal behavior which violates the security of the world and humanity. Among the determinants of the general nature it is necessary to note: formation of new nationalistic ideas and sentiments; striving of the most developed economic states to redistribute the spheres of economic and political influence; demonstration of power determining the arms race, passing the stages of local wars and color revolutions, coexistence on a friendly basis of cooperating states.

New trends in state and legal development in the context of globalization make it necessary to improve the national system for ensuring security of the world and humanity taking into account international legal principles. Attention is focused on the state of security of these goods which is declared by international and national

law guaranteed by the international community. International normative and legal instruments aimed at strategic directions to ensure security of the world and humanity should be actively used. The development and implementation by the international community of legal postulates that can form the basis for legal regulation of security of the world and humanity in national legal systems is of fundamental importance.

The intensification of political-legal and socio-economic interstate development determines the need to solve the problem of unification of the state legal policy at the transnational level. Harmonization of interstate legal policy in the field of countering encroachments on the security of the world and humanity should be recognized as one of the promising directions.

Acknowledgments

The article was prepared in the course of the Scientific school «Scientific support of the effectiveness of the implementation of modern criminal law policy (taking into account the criminological characteristics of the northern region)» of research of the federal state budgetary educational

266

institution of higher education «Ugra State University» (Khanty-Mansiysk, Autonomous Okrug–Yugra).

References:

Afanasyeva VI. (2006). The legal nature of the subjective right to an invention. Interuniversity collection of scientific papers, 3, 30-35.

Avdeev VA. (2013a). Current issues of organized crime counteraction on the legislative and law-enforcement levels (round table summary). Russian Journal of Criminology, 3, 5-24.

Avdeev VA. (2013b). Purposes of punishment optimization in the context of crime prevention. Russian Journal of Criminology, 2, 41-53.

Avdeev VA, Avdeeva OA. (2014a). Criminal legal concept of the Russian Federation: main directions of criminal law improvement and crime counteraction measures optimization. Russian Journal of Criminology, 1, 12-24.

Avdeev VA, Avdeeva OA. (2014b). Main directions of national criminal and

legal policy in the sphere of counteraction of crime realization: federal and regional principles comparative analysis. *Russian Journal of Criminology*, 2, 46-62.

Avdeev VA, Avdeeva OA, Gribunov OP, Sergevnin VA. (2016). Punishment in the system of criminal law measures of counteracting corruption: Interaction of legal systems in the conditions of international life's globalization. *Russian Journal of Criminology*, 10(2), 301-312.

Goldfrank WL. (2000). Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method. *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 150-195.

Kartashkin VA, Lukasheva EA. (2002). International instruments on human rights: Collection of documents. Moscow: Norma: INFRA-M, 944.

Sergevnin VA, Avdeev VA, Avdeeva OA. (2015). Harmonization of Russian correctional policy in the field of sentencing and the execution of punishment. *Russian Journal of Criminology*, 9(1), 78-93

IDENTITY AS A SOCIOCULTURAL FACTOR AND A SOURCE OF MODERN ETHNIC CONFLICTS

Mikhail Yuryevich Zelenkov¹

Irina Veretennikova²

Irina Erzyileva³

Vadim Zubov⁴

Yuliya Mamaeva⁵

Abstract: Ethnic conflict as a destructive phenomenon of modern human civilization is the object of the study. The specific subject under examination is identity that presents one of the characteristic foundations of an ethnic group. The research goal identified by the authors is to conduct an analysis of the identities of the ethnic groups of India, Middle East, and African and European countries to identify their characteristic features and sources, as well as examine them as a sociocultural factor in the system of ethnic conflict origin and development.

The theoretical basis is composed of a set of scientific papers examining the process of the formation of ethnic groups and conflicts, sociological survey results, and statistical data. The methodological foundation of the study is formed by the retrospective analysis of scientific works revealing the process of ethnic group formation and the systematic approach that allowed identifying and justifying the role of identity in the genesis of ethnic groups and the structure of modern ethnic conflicts. The epistemological potential of statistical and sociological methods of quantitative and qualitative research

Moscow State Academy of Water Transport» branch of FSBEI HE State University of the Sea and River Fleet named after Admiral S.O. Makarova, Novodanilovskaya Embankment, 2, Bld., 1, Moscow, 117105, Russia; Moscow State Technical University named after N.E. Bauman (National Research University), 2nd Bauman Street, 5, Moscow, 105005, Russia. Email: mz60@mail.ru
FSAEI VO "Russian state University of transport", Obraztsova Street, 9, Moscow, 127994, Russia²
FGIBU VO "Financial University under the Government of the Russian Federation", Leningradsky Prospect, 49, Moscow, 125993, Russia³
FGIBU VO "Financial University under the Government of the Russian Federation", Leningradsky Prospect, 49, Moscow, 125993, Russia⁴
FGIBU VO "Financial University under the Government of the Russian Federation", Leningradsky Prospect, 49, Moscow, 125993, Russia⁵

made it possible to adequately interpret the current scientific research results regarding the hypothesis proposed by the authors. The novelty of the study and its results are determined by the original approach towards identifying the characteristic features of identity and studying its systemic relationships with the nature of modern ethnic conflicts. The results acquired in the course of the study support the conclusion that identity plays a significant role in the process of ethnic group formation, is closely intertwined with other characteristics of ethnos, and contains a specific structure of elements classified by the authors into three groups. In the context of the formation of dangers and threats to the identity, the ethnic group takes comprehensive action to counter it, which ultimately leads to the emergence and development of the ethnic conflict.

Keywords: ethnos, ethnic conflict, India, European countries, Middle East, Africa, identity, sociocultural factor, society

Introduction

Planet Earth is currently populated by over 7.7 billion people. It is predicted that this number will be

269
escalating in the 21st century and, according to demographers, will reach 9.7 billion by 2050. Moreover, said the population will not be distributed evenly across the land, but concentrate primarily in the countries of Africa and Southeast Asia (Nigeria, Indonesia, India, China, etc.). Spectral analysis of humanity shows that its ethnic system is rather complex and includes more than 5,000 different kinds of communities that have united and formed more than 200 mainly multi-ethnic nations. India presents the most striking example of a union of different cultures. Indian society has absorbed several socio-cultural aspects that eventually became the foundation of its civilization. P. Rajeswari notes that the social structure of India has become a unique combination of different religions, cultures, and ethnic groups. Historically, India has been a hospitable land for numerous immigrants and invaders from the remote parts of Europe and Asia. The cultural patterns of the newcomers had been intertwining with the local culture for centuries, creating a magnificent cultural heritage of this society (Rajeswari, n. d.). The uniqueness of the social structure of India lies in its unity along with the diversity of society. Aside from the

2,000 known casts, there are 8 major religions, more than 15 languages with various dialects spoken in 28 states and 9 union territories, as well as a significant number of tribes and sects present.

World history teaches us that the variegated ethnic structure gathered on the same territory within a single country gives rise to various kinds of problems, contradictions, and tensions that in the process of communication of social communities lead to the emergence of conflicts. The number of such conflicts was rising sharply since the mid-1950s until the mid-1990s. Starting from the end of the 1990s, the number of ethnic confrontations started to go down but hit a rise again in 2010. Conflicts in the Balkans (Serbia, Kosovo, Montenegro, Croatia, Bosnia and Herzegovina), the South Caucasus (Armenia, Azerbaijan, Georgia, Abkhazia, South Ossetia), Sri Lanka, Ukraine, Rwanda, Burundi, the Democratic Republic of Congo, Iraq, Indonesia, India, Darfur, as well as the Middle East (Israel, the West Bank, Gaza Strip, Palestine, Syria, Lebanon) are some of the most famous and deadly examples of the modern times.

270

This serves as a serious reminder to the 21st-century civilization that the community roots are not a relic of the past but act as an effective force in modern life. Based on this, our study hypothesises that the nature of ethnic conflict lies in the ethnic community defending its identity manifested in its specific features. Ethnic conflict is, therefore, perceived not just as a political event but as a drama challenging the very existence of an ethnic group.

Methods

The methodological foundation of the study was formed by the retrospective analysis of scientific works revealing the process of ethnic group formation and the systematic approach that allowed us to identify and justify the role of identity in the genesis of ethnic groups and the structure of modern ethnic conflicts. The epistemological potential of statistical and sociological methods of quantitative and qualitative research made it possible to adequately interpret the current scientific research results regarding the proposed hypothesis. The novelty of the study and its results are determined by the original approach towards identifying the characteristic features of identity and

studying its systemic relationships with the nature of modern ethnic conflicts.

Discussion

The first step in substantiating the rightfulness of our hypothesis is discussing the scientific views on the nature of ethnos formation that does not have a singular interpretation in modern science. The systemic analysis of the works of the classics of ethnology allows us to identify three major competing scientific schools, each of them being rightful and variously describing the genesis of ethnos and ethnic identity: the primordialist school (L. Gumilev, P. Van den Berg, D. Horowitz, W. Sumner, etc.), the instrumentalist school (W. Schlichting, H. Colborn, D. Smith, V. Tishkov, etc.), and the constructivist school (V. Dominiguez, K. Young, R. Brubaker, B. Anderson, E. Gellner, R. Lipshutz, etc.).

According to primordialists, ethnic identity is incorporated in the inherited biological attributes and the long history of the practice of cultural differences. In particular, D. Horowitz argues that ethnic groups are real and objectively existing human communities that have a certain internal substance called “ethnicity” and due to this fact one

271
ethnic group differs from another in certain features. Kinship “makes it possible for ethnic groups to think of one another in terms of family similarities” (Horowitz, 1985). One can agree with this approach since history demonstrates that the mobilization of identity and nationalism nurtured on its base present a powerful tool for achieving the goals of an ethnos. For example, the concept of ethnicity has become a critical variable in the formation and reform of countries. Some researchers argue that the division of colonial India into two new countries, India and Pakistan, is rooted in the ethnic identities of the two peoples. What followed much later in the form of emergence of a mono-ethnic country of Bangladesh in 1971 (98% of the population are Bengali) has become the next step in the development of the ethnic separatist movement.

The approach introduced by L. Gumilev is no less important for the support of our hypothesis. Gumilev believed the process of ethnogenesis to be associated with the creation of an ethnic field that has a physical nature and is characterized by an oscillation frequency. Passionaries are attracted to each other because their passionary fields oscillate with the same frequency.

They then “infect” other people with their ideas and lead them, passing along their vibration rhythm (Gumilev, 1992; Gumilev, 1991). The ethnic field of each ethnos is also active while coming across other ethnoses. If the oscillations of the fields match and are harmonious, the ethnoses will become friendly to each other and feel the so-called complementarity – a subconscious sense of disposition. If the oscillations do not match, the contact will be impossible or extremely difficult and people will sense the presence of a “stranger” (Zelenkov, 2015a; Zelenkov, 2015b; Zelenkov, 2006).

At the same time, the analysis of the scientific works of a range of sociologists and political scientists demonstrates that they reject the above-mentioned approach in favor of viewing the institutional, political, and economic confrontation as the cause of ethnic conflicts. For example, professor V. Suvorov presents his idea that the ethnic conflicts of the 20th century in “Lebanon, Sri Lanka, East Timor, Northern Ireland, Cyprus, Eritrea, Burundi, South Africa, Western Sahara, Nicaragua, Nigeria, Pakistan, and Canada present the form of political confrontation between an ethnic group

272
and an ethnocratic state, i.e. a state controlled by a dominant ethnic group” (Suvorov, 2004). R. Lipshutz notes on this: “What became known as ethnic conflict is nothing more and nothing less than a struggle for state power” (Lipshutz, 1998).

This one-sided view, however, is difficult to agree with. Numerous ethnic groups exist across Africa, each having its unique culture, infrastructure, and political institutes. Given this diversity, the great number of civil wars and genocides that have happened in Africa and were directly related to the cracks in the relationships that developed on the base of ethnicity is not surprising. Not that long ago four African countries (Mali, Niger, Sudan, and Chad) survived riots and civil wars that were based on ethnic or racial differences. C. Cordell and S. Wolf agree with us on this point and define ethnic conflict as a situation where goals, at least on one of the opposing sides, are defined exclusively in ethnic terms and the mainline of confrontation is one of the ethnic differences (Cordell & Wolff, 2010).

Turning to the constructivist theory, we should note that its representatives deny the very existence of ethnicity and believe that ethnicity is

not a relation by blood or genetics but the result of a social agreement. Identity is created by social interactions between people and groups and, therefore, remains outside the scope of a person's choice but can change along with the social conditions. P. Weinreich indicates that people can avoid situations where their ethnic identity is disputed, threatened, humiliated, or criticized (Weinreich, 1986). Although separate subjects can not avoid the existence of ethnic differences, they decide what to do with them on their own. Since identity, in this case, is objective and not subjective, only the person's self-identity is important, i.e. the way a given social group representing as a separate ethnos calls themselves, how they describe their identification "character", etc. For example, B. Anderson claims that a nation is an imagined political community and it is imagined as something inevitably limited but sovereign (Anderson, 2001).

This theory is echoed by the representatives of the instrumentalist school who usually do not oppose identity but also consider ethnic differences not sufficient enough to explain the nature of ethnic conflicts (Schlichting, 1997; Smith, 2003).

According to the instrumentalists, ethnic identity is a result of personal choice and is mostly independent of the situational context or the presence of cultural or biological characteristics. An ethnic conflict emerges when ethnos compete for the same goal – especially power, access to resources, or territory. The selfish interests of the elite of society play a more important role in mobilizing ethnic groups for confrontation. Ethnic conflict is, in this case, identical to the conflicts based on political interests.

However, this approach can also be invalidated by theory and practice. E. Irobi notes that "in Africa, where poverty and deprivation become endemic mainly due to distributive injustice it is the identity that remains the most effective means of survival, rallying, and mobilization of ethnic groups in order to achieve the goals of their leaders" (Irobi, 2005). T. Gurr, D. Rothschild, and E. Azar also consider the modern ethnic conflicts taking place on the African continent to have deep racial, linguistic, and religious roots.

Ethnic identity has a great impact on social status. For that reason, ethnic conflicts often present an attempt of a certain group to acquire more power or access a significant amount of

resources. For example, the poverty levels in modern India are currently generally declining, however, this does not apply to Adivasi (the “tribal” people; poverty is experienced by 45% of Adivasi in the rural areas and by 27% in the urban areas), the Dalits (former “untouchables”, poverty experienced by 34% and 22%, respectively), and Muslims (poverty experienced by 27% and 23%, respectively). At the same time, in 2011-2012 among the Indians of the highest caste the poverty level reached only 16% in the rural areas and 8% in the urban areas (Khan, 2015).

The formation of an ethnos is based on an identity that can become a source of contradictions and lead to the emergence of ethnic conflict under the influence of various factors. However, it should also be noted that ethnic conflicts do not include all the tensions between ethnic communities but only those that occur under the influence of chauvinism or nationalism and are led by their political entrepreneurs. Since gaining independence in 1962, Burundi has experienced several episodes of mass violence, including massacres in 1972, 1988, and in the early 1990s, which led to a 12-year civil war (more than 300,000 people killed). The problem of this

274
ethnic conflict arises from the confrontation between the two ethnic groups, Hutu and Tutsi, and is interconnected with the social and economic factors and the history of discriminatory politics. The history of Burundi mirrors the history of Rwanda. Both countries are populated by the same ethnic groups that survived the massive violence of ethnocracy. In Rwanda, the repressive government of Hutu conducted the genocide of Tutsi in 1994 and in Burundi, the identical Tutsi government committed mass violence against the Hutu. Both governments forgot that the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide of October 9, 1948 (the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, 1948) established that genocide, regardless of whether it is committed in peace or during wartime, is a crime that violates international law.

Ethnic identity is defined as a person’s recognition, feelings, and affection towards an ethnic group. Studies by T. Smith and L. Silva confirmed that ethnic identity is a critically important component of a person’s self-esteem and is connected to dignity and psychological adaptation

(Smith & Silva, 2011). For example, today, people of different ethnic groups from Africa and the Middle East immigrate and move to other regions or countries (Germany, Belgium, France, and other states of the European Union) in search of a better life, which in turn often leads to outbreaks of ethnic violence in these territories. M. Verkuyten explains this phenomenon in the following way: the representatives of ethnic minorities have a cultural origin that is different from that of the native people of a certain country. Immigrants cannot simply abandon their childhood and everything they recognized as their culture (Verkuyten, 2012). The religious component of culture makes the existing differences even worse, since people of Christian and Muslim ethnoses may use religion to rationalize radical actions.

Identity as a sociocultural factor can change depending on the situation or over time. The representatives of the ethnos choose what features of their identity they do or do not want to support in certain situations. For example, the Kurds in Turkey have long been associated with various negative images prompting them to downplay their ethnicity. Only when a large number of Kurds went to Germany as labor

275
migrants after World War II they were finally able to study in the Kurdish language (in accordance with the German law, all students have the right for primary education in their national language and not the language of the German state).

The analysis demonstrates that the approach most similar to our hypothesis is the one introduced by a professor of London School of economics, E. Smith, who identified the following characteristics of communal identity: common historic experience and memories, the mythology of common origin; common culture (language, religion, laws, customs, clothes, music, crafts, architecture, food); connection to the historic territory (Encyclopædia Britannica, n.d.). In addition, similarly to our hypothesis, O. Khalliste included the following factors into the structure of identity: public consciousness (language, self-awareness, norms of behavior, traditions, customs, etc.), cultural monuments (documents, artifacts), and the unconscious (archetypes, ethnic gene pool) (Khalliste, 2015).

Most countries of the world confront the problems of ethnic diversity regularly. The presence of the competing

ethnic groups in a single country generally signifies that maintaining sovereign statehood requires the cultivation of national identity. This goal can be achieved either by expanding and strengthening the identity of the indigenous ethnos imposed on other groups of “less” indigenous people, usually on minorities or by developing a new supra-ethnic identity that treats different ethnic groups equally. In any case, an ethnic conflict should be expected. The problem thus resides in the need to reconcile these two aspects quickly and smoothly to counter the threat of ethnic conflict escalation.

Results

The conducted study demonstrated that there are certain characteristics of an ethnic group that correlate with the nature of ethnic conflict genesis quite deeply and the impact centered on these factors allows countering the threat of ethnic conflict genesis and development. The classification of these traits allowed us to reduce the list to three main groups. The results of the study are described below.

1. Own name, history, and mythology of origin and development. A name is

276
important not only for the self-determination of an ethnic group but also as a symbol, an exponent of the collective “personality” emblem. Oftentimes the name presents an informative indicator of the genesis of an ethnos. History demonstrates that the historic memory of ancestors presents an effective destructive identity characteristic that introduces a socially constructed “image of an enemy” into the public consciousness of the ethnos which further allows to:

justify the previously committed acts,

focus on the negative historical experience of the ethnos,

identify an external historical enemy who will then be blamed for the current unsatisfactory position of the ethnic group.

As a result, the past begins to be perceived through the prism of the present.

The most striking example is the ethnic conflict between Armenia and Turkey that flared up anew at the end of the 20th century over the tragic events of 1915 when more than 200,000 of Armenians died innocently. A good example is also presented by the Baltic countries (Estonia, Latvia, and

Lithuania), where historically a part of the modern society rejects everything related to the USSR, commemorates and glorifies the veterans of the Wehrmacht divisions, and falsifies historical events via false interpretations.

The Russian-Polish relationships tracing its history from the late Middle Ages are also currently problematic. For many centuries, as a result of armed conflicts between the two peoples (1558-1583 – the Livonian war, 1609-1618, 1654-1667, 1792 – the Russian-Polish wars, 1632-1634 – the Smolensk war, 1919-1921 – the Soviet-Polish war, etc.), the struggle for border territories and sovereignty was present. A new stage of deconstructive development of this relationship was entered after the collapse of the USSR. According to the World Service survey (2013), only 19% of Poles reported a positive attitude towards Russia and 49% expressed a negative attitude. After the return of Crimea as the Russian territory (2014), more than 60-80% of Poles worried about a future conflict with Russia.

J. Eller indicates that ethnoses will go to great lengths to discover and systematize the past in which they lived, prevailed, excelled, and dominated rival

groups or in which they were defeated or disgraced by these groups. Both versions of the story equally call for action. In the process of “nation-building”, the groups often highlight that the state of national history is the national priority (Eller, 1997). The practice of ethnic groups gaining sovereignty in the late 20th – early 21st centuries shows that ethnic groups can mythologize their history to comply with the current political and geographical realities. The Ukrainian ethnos, for example, is currently in the process of an active and aggressive mythologization of its genesis, the search sometimes reaching the point of absurdity. The historian, P. Iushchenko, the brother of the ex-president of Ukraine, V. Iushchenko, argued that the Scythian philosopher-wanderer Anaharsis and the founder of the school of cynics, the ancient Greek sage Diogenes of Synapse, both spoke Ukrainian. According to P. Iushchenko, “Anaharsis wrote maxims in this language, then they, together with Solon, created the foundations of legal philosophy and 300 years later, Diogenes recommended using this language for public affairs” (Drevnegrecheskii Diogen znal ukrainskii iazyk, 2017).

2. Common culture (language, religion, traditions, customs, clothes, music, crafts, architecture, food).

This set of identity characteristics shared by the members of an ethnos determines their everyday lifestyle and, therefore, distinguishes them from other ethnos (since 2014, this element has become quite evident in the process of the emergence of migrants from North Africa and the Middle East in the countries of the European Union). Another example is India, a civilization with ingrained cultures and traditions. With the presence of such a background, the attempts of the authorities in large cities like New Delhi, Gurgaon, Mumbai, and Bangalore to imitate the Western cities in their urban infrastructure models were catastrophic. This is related primarily to the majority of the regions of the country, especially the rural areas, rejecting the exogenous traditions and fully aware of the lack of congruence of their interests. At the same time, the lower-class ethnic minority experienced this as a “historical injustice” and developed a natural desire to restore justice by both peaceful and armed means. As a result, the ethnos rallied around the idea of “revenge”.

278

In the process of defending their identity, the representatives of ethnos refer to traditions, customs, and symbolism. Usually, their culture has to be contrasted with the “alien” culture of another ethnic group in the process of increased interethnic exclusion manifesting in the promotion of ethnically homogeneous marriages, mono-ethnic communication, the minimization of contacts with the foreign ethnic environment except for the inevitable interactions within professional or household settings (Zelenkov, 2012). A major role in this process is also played by language – a powerful identity indicator. Linguistic confrontation often presents a source of increased sociocultural barrier between the ethnos residing on the same territory (for example, the expansion of the communicative distance between the Russians and the Ukrainians in Ukraine began not in 2014 when the Maidan happened but much earlier; oftentimes in Ukrainian cities, especially in Kyiv and in Western Ukraine, in response to a question asked in Russian e heard a Ukrainian answer us with the following phrase spoken in pure Russian: “*I do not understand Russian!*”).

The separation also expands due to the lack of correlation between the behavioral stereotypes of ethnoses. For instance, India's cast system of hierarchical social organization has been developed and practiced almost since the beginning of early human civilization. As a result, it formed the foundation of the Indian pluralistic social structure. However, the importance of caste often remains a mystery to the representatives of the Western culture, confusing it with the class division. From the point of identity, the importance of the caste system lies in the fact that castes are found not only among the Indians strictly preserving and practicing this system but also to some extent among the Indian Muslims, Christians, Sikhs, Jains, and Jews.

The dialectics of the relationship between identity and ethnic conflict are also heavily influenced by *the religious factor*. This is related to the fact that the ethnic and the religious always interact and are closely intertwined. Religion is an integral part of the culture of the ethnos that stimulates its development and acts as the guardian of values, customs, and traditions. It is not surprising that the President of the Russian Federation, V.

279
Putin, considers it appropriate to supplement article 67 of the Constitution with the following words: "The Russian Federation, united by a thousand-year history, preserving the memory of the ancestors who transmitted ideals and faith in God to us, [...] recognizes the historically established unity of the state". When contradictions arise between the ethnic groups, religion automatically plays the supporting role for ethnic interests and requirements, thereby contributing to the struggle against the non-believers (Orthodox Cyprus – Muslim Northern Cyprus, Orthodox Serbia – Muslim Kosovo, India – the hostility of Hindus and Muslims associated with the history of Muslim rulers' invasions centuries earlier). This results in the religious factor acting as a catalyst for the process of the ethnic conflict emergence, especially if the ethnic groups participating in the conflict hold different beliefs.

To be fair, we should note that the practice of ethnic conflicts of recent decades illustrates that the ethnic factor often turns out to be a stronger accelerator than the religious one, especially if the ethnic groups belong to the same religion. Despite the unity of

faith of the indigenous peoples of Central Asia, in the late 20th – early 21st centuries conflicts were arising between the Kyrgyz and Uzbeks, Tajiks and Kyrgyz, Uzbeks and Meskhetian Turks. Another conclusive example is presented by the religious specter of India that as a secular country, does not have an official state religion. Indian Constitution allows for freedom of religion and belief. The amazing diversity of India is reflected in the number of religions and faiths practiced by the Indian people, some of them originating from the Indian land and others brought about by consistent political and cultural invasions. Nevertheless, religion cannot be considered the basic characteristic of identity since there are ethnic groups professing multiple religions (Arabs, Russians, Jews, etc.).

3. The historical territory of the ethnic group serving as the basis of the economic and political structure and the basic unit in the life of the ethnos.

In the consciousness of mankind, most ethnic groups are identified with a specific territory that is not only a living environment but also the historical place of birth of a particular ethnic group (Homeland, Fatherland,

280
etc.). For example, Serbia denies the right ethnic Albanians have for Kosovo due to the historically important (for the Serbian identity) battle that took place on the Kosovo field in the 14th century.

This characteristic of identity emerges when it comes to the reunion of ethnic groups fragmented in the past or the demarcation of ethnic groups living on the same territory in a single country (Germans of the Volga region, Arabs in the Middle East, the population of Punjab in India, Crimean Tatars, etc.). Moreover, the right of another ethnic group to reside in the disputed territory (Jews in Israel) may also be debated. The consequences of this characteristic of identity emerging include “an internal, political, and often armed conflict between the government in power and a national liberation movement or a separatist group that has the political and military support of the neighboring state” (Zelenkov, 2006). The prime examples for this are the situations in Nagorno-Karabakh (Armenia – Azerbaijan), South Ossetia, Abkhazia, and Georgia, Transnistria and the Republic of Moldova, the Middle East (Jews – Arabs).

Conclusion

Thus, an ethnic crisis “ripens” in the mass consciousness of an ethnos along with it becoming aware of the discrimination of its identity. Ethnic identity has more importance for the ethnos than political or economic factors. History teaches us that ethnic groups that form based on economic reasons are easily disbanded upon reaching the goal.

Most major ethnic conflicts are rooted deeply in history. Even if the historic roots of the conflict are lacking, the opposing sides tend to create them by the means of pseudo-historical research, for example: “Our ancestors have always been lived here!”. The characteristics of identity defended in the course of ethnic conflicts (language, culture, customs, traditions, life, religion, territories, etc.) compose the everyday life of every representative of the ethnos which is the exact factor ensuring the mass nature of the movement in its defense.

Ethnic conflicts are “chronic” in nature, they do not have a final resolution since an ethnos is unable to change the characteristics of their identity in an instance. In certain cases, this process takes millennia to complete. We can, therefore, conclude the rightfulness of the proposed hypothesis.

References:

Azartah, Azarnoosh, Contemporary Persian Farsi Culture, Tehran, Ney, First Printing, 2000

Cordell K, Wolff S. (2010). Ethnic Conflict: Causes-Consequences-Responses. Cambridge: Polity Press.

Eller J. (1997). Ethnicity, Culture, and "The Past". Michigan Quarterly Review, 36(4).

Encyclopædia Britannica. (n.d.). Ethnic conflict. Retrieved February 29, 2020 from:
<http://www.britannica.com/topic/ethnic-conflict>

Horowitz D. (1985). Ethnic Groups in Conflict, Berkeley. CA: University of California Press.

Irobi E. (2005). Ethnic Conflict Management in Africa: A Comparative Case Study of Nigeria and South Africa. Retrieved December 29, 2019 from:
<https://www.beyondintractability.org/casestudy/irobi-ethnic/#1>

- Khan O. (2015). Ethnic inequality is widespread and a drag on the global economy. Retrieved December 29, 2019 from:
<https://www.theguardian.com/public-leaders-network/2015/jan/20/ethnic-inequality-widespread-global-economy>
- Lipshutz RD. (1998). Seeking a State of One's Own: An Analytical Framework for Assessing Ethnic and Sectarian Conflicts. *The Myth of Ethnic Conflict*. Beverly, 1, 44.
- Rajeswari P. (n.d.). Ethnic Conflicts in South Asia: Cases of India And Sri Lanka. Retrieved June 29, 2019, from:
<https://www.idsa-india.org/an-sep-9.html>
- Schlichting U. (1997). Conflict Between Different Nationalities: Chances for and Limits to Their Settlement in Andreas Klinke, Ortwin Renn & Jean-Paul Lehnert, eds, *Ethnic Conflicts and Civil Society*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.
- Smith D. (2003). Trends and Causes of Armed Conflicts, in Alexander Austin, Martina Fischer & Norbert Ropers, eds, *Berghof Handbook for Conflict Transformation*. Berlin: Berghof Research Centre for Constructive Conflict Management.
- Smith T, Silva L. (2011). Ethnic identity and personal well-being of people of color: a meta-analysis. *J. Couns. Psychol.* 58, 42–60.
- Verkuyten M. 2012. *The Social Psychology of Ethnic Identity*. New York: Psychology Press, 312.
- Weinreich P. (1986). The operationalization of identity theory in racial and ethnic relations. In J. Rex and D. Mason (Eds.), *Theories of race and ethnic relations* (pp. 299-320). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Anderson B. (2001). *Voobrazhaemye soobshchestva. Razmyshleniia ob istokakh i rasprostraneni natsionalizma* [Imagined communities. Reflections on the origins and spread of nationalism]. Moscow: Kanon – Press-Ts.
- Gumilev LN. (1992). *Ot Rusi k Rossii: ocherki etnicheskoi istorii* [From Rus to Russia: essays on ethnic history]. Moscow: Ekopros.

Gumilev LN. (1991). Etnogenez i biosfera Zemli [The ethnogenesis and biosphere of the Earth]. Moscow: Mysl.

Drevnegrecheskii Diogen znal ukrainskii iazyk [Ancient Greek Diogenes knew the Ukrainian language]. (2017). Retrieved February 29, 2020 from: <https://utro.ru/articles/2017/06/06/1329516.shtml>

Zelenkov MIu. (2015a). Universalnye faktory zarozhdeniia sovremennykh mezhnatsionalnykh (etnicheskikh) konfliktov [The universal genesis factors of modern interethnic (ethnic) conflicts]. Politika i Obshchestvo, 1, 72-79.

Zelenkov MIu. (2015b). Natsionalizm kak istochnik mezhnatsionalnykh (mezhetnicheskikh) konfliktov [Nationalism as a source of interethnic conflicts]. Politika i Obshchestvo, 3, 285-293.

Zelenkov MIu. (2006). Mezhnatsionalnye konflikty: problemy i puti ikh resheniia (pravovoi aspekt). [Interethnic conflicts: problems and ways of resolution (the legal aspect)]. Voronezh: Voronezh State University.

Zelenkov MIu. (2012). Sotsialnaia konfliktologiya [Social conflictology]. Moscow: Dashkov i K.

The Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. (1948). Retrieved February 29, 2020, from: http://www.un.org/ru/documents/decl_conv/conventions/genocide.shtml

Suvorov VL. (2004). Mezhnatsionalnye konflikty kak ugroza voennoi bezopasnosti Rossiiskoi Federatsii i politicheskie mekhanizmy ikh uregulirovaniia [Interethnic conflicts as a threat to the military security of the Russian Federation and the political mechanisms for its settlement]: doctoral dissertation in political science. Moscow: Military Academy of the General Staff of the Armed Forces of the Russian Federation, 405.

Khalliste OV. (2015). Rol istoricheskoi pamiati v «zashchitnom» etnicheskom konflikte: aktualizatsiia travmy sotsialnoi identichnosti [The role of historical memory in a “protective” ethnic conflict: the actualization of the the social identity trauma]. Trudy Sankt-



Peterburgskogo gosudarstvennogo
instituta kulyury, 208, 22-31

MANAGEMENT OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND THEIR EFFECTS ON PROFESSIONAL SKILLS IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Dr. Luis Alberto Núñez Lira¹

Dra. Yrene Cecilia Uribe Hernández²

Alejandra Dulvina Romero Díaz³

Abstract: The objective of this work was to evaluate the management of information and communication technologies (ICT) to determine the effects that they generate on professional skills in public educational institutions in Lima (Peru). The research was a quantitative approach, with a non-experimental cross-sectional and correlational design, using the survey technique and the questionnaire as an instrument. As a result, it was found that 71.8% of the management of information technologies positively affects the development of professional skills, with a bilateral significance of 0.002. Coming to the conclusion that teachers have empowered themselves with ICTs, generating a new way of interacting between teachers and students, breaking the limitations of the classroom;

improving the teaching-learning processes, strengthening their capacities and achieving significant learning.

Keywords: ICT, empowerment, interrelationships, teaching, learning, knowledge society.

Introducción

América Latina ha fijado su mirada en las tecnología de información y comunicación (TIC) como un recurso que permita mejorar la educación frente a las diferencias tanto en lo social, cultural, económico, como en lo geográfico, y de esa manera disminuir la brecha digital entre los países de la región (Valencia-Molina, Serna Collazos, Ochoa-Angrino, Caicedo-Tamayo, & Montes-González, 2016). Esta diferenciación generada se ve reflejada

¹ Universidad Privada Norbert Wiener, Lima, Perú Correo: luisnunezlira@gmail.com

² Universidad Nacional de Cañete, Lima, Perú Correo: ceciliauribeh@hotmail.com

³ Universidad de Lima, Lima, Perú Correo: aleromero1660@gmail.com

actualmente entre la población urbana y rural, pues en el segundo no caso no tienen acceso a servicios básicos, como agua o desagüe, mucho menos electricidad, y esto es un factor limitante para la incorporación de las TIC en los países sudamericanos.

El proceso de mejoramiento de la educación en el Perú es el camino para cerrar la brecha de desigualdad e inequidad, que es estructural y que se refleja en la educación pública y privada. La educación debe ser el pilar de las políticas públicas para lograr igualdad de oportunidades (Barrionuevo, 2016). Es ahí en donde radica la importancia de la gestión de las TIC para el uso habitual en la enseñanza aprendizaje; ahí se establecen nuevas maneras de enseñar y aprender (Díaz Lazo, Pérez Gutiérrez, & Florido Bacallao, 2011). En la actualidad el uso de la TIC es la llave para el acceso al conocimiento y a la educación de calidad: es fundamental para el desarrollo sostenible de nuestro país.

En los últimos diez años ha sido notable el esfuerzo realizado para mejorar la infraestructura educativa, sin embargo no ocurre lo mismo con la implementación o dotación de herramientas tecnológicas que deben ser utilizados por los docentes y estudiantes para el trabajo en el aula y laboratorios. Son pocas en las instituciones

educativas públicas de nivel superior que son beneficiadas con una dotación de herramientas tecnológicas. En la mayoría el proceso educativo sigue siendo tradicional; esto es corroborado con la conexión de internet en los hogares en el Perú es del 20 (Hinostroza, 2017).

La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) está preocupada por la importancia que tiene el saber utilizar tecnologías en la sociedad del conocimiento, para que los estudiantes, al culminar la secundaria, promuevan el desarrollo de sus comunidades y se inserten al mercado laboral. Se tiene el compromiso de cumplir el mandato de una educación para todos, para toda la vida y que es necesario aprender a aprender, para enfrentar los desafíos de esta nueva realidad.

La adopción de las TIC en el ámbito educativo es una posibilidad de ampliar recursos, estrategias didácticas, formas de comunicación, y como consecuencia se genera la innovación educativa; propicia un ambiente interactivo y promueve el aprendizaje significativo (Hernández R. M., 2017).

La gestión adecuada de las nuevas tecnologías es un gran reto para fomentar la inclusión social y facilitar el acceso a la

información, pues limita la dependencia espacio/temporal entre el docente y el estudiante (Hernández R. M., 2017) y modifica paradigmas de los modelos tradicionales hacia una educación interactiva, dotada de recursos electrónicos. Convierte al estudiante en un elemento activo en la construcción de sus conocimientos.

La innovación debe estar articulada de manera consistente a las TIC como una forma de responder a los cambios que ocurren en un mundo globalizado, convirtiendo a las instituciones educativas en organizaciones competitivas y sostenibles; mejorando las capacidades del estudiante para articular al desarrollo de la sociedad del siglo XXI. La innovación en el marco de las TIC incentiva la construcción de sus propios aprendizajes (Belloch, 2012).

Para integrar las TIC a la pedagogía y contenidos de una manera eficiente, requiere participación de agentes educativos (Tapasco & Giraldo, 2017), directivas de las instituciones superiores, docentes comprometidos y recursos tecnológicos adecuados, donde el factor crítico de éxito está en las manos de los docentes (Román, Cardemil, & Carrasco, 2011). Trahtemberg (2000) menciona que los nuevos roles del trabajo en equipo deben generar un ambiente

de cooperación y de convivencia democrática, de una manera holística, teniendo en cuenta que la universidad es parte de nuestra sociedad. Para lograr estos cambios es relevante empoderar a los docentes para usar las TIC en el aula de clase (Krumsvik & Jones, 2012).

Las TIC, como parte de la sociedad del conocimiento, generan en el campo de la educación estrategias innovadoras que permiten una mejora cualitativa en las formas de enseñanza y aprendizaje (Díaz Lazo, Pérez Gutiérrez, & Florido Bacallao, 2011). Si bien existe el conceso de articular las TIC a las prácticas educativas que favorezcan los aprendizajes, nuestra preocupación debe ser el empoderamiento de las TIC por parte de los docentes en su práctica pedagógica y establecer como política pública el acceso, la cobertura y la velocidad de los sistemas de información en todo el territorio nacional.

En la actualidad nuestras instituciones educativas están inmersas en un proceso de cambio; la llegada del siglo XXI plantea nuevos retos para la escuela generada en la era industrial, para prepararse a ser una escuela innovadora para las nuevas generaciones, las cuales serán capaces de generar bienes y servicios requeridos en la nueva economía digital con el empleo de las

TIC (Tapscott, 1997). Se genera así una gran transformación institucional hacia un nuevo modelo de desarrollo político y económico.

Las tecnologías digitales ofrecen nuevas oportunidades para el aprendizaje en una sociedad cada vez más conectada, en la cual aprender a trabajar con otros y colaborar se convierte en una competencia trascendental. Constituyen, además, herramientas fundamentales que ofrecen muchas ventajas en el proceso enseñanza aprendizaje, debido principalmente al dominio que muestran los estudiantes de los llamados artefactos tecnológicos, programas a través de las páginas sociales y otros asociados, demostrando mucha facilidad en la búsqueda de información a través de la internet.

Esto ha conducido a la incorporación masiva de las tecnologías de la información y comunicaciones en el campo educativo y a la implementación rápida de cursos online en el entorno virtual de aprendizaje (EVA) en casi todos los centros de enseñanza superior de pre y posgrado, a través de patrón *e-learning* que es definida como «una estructura de información que permite resumir y comunicar la experiencia acumulada y la resolución de problemas, tanto en la práctica como en el diseño, en programas de enseñanza y

aprendizaje a través de redes» (Pástor, Jiménez, Arcos, Romero, & Urquiza, 2018).

En este contexto, se debe observar que la comunicación es un elemento fundamental en los procesos de aprendizaje y enseñanza; la comunicación virtual es uno de los aspectos esenciales en la formación a distancia como también lo es la formación semipresencial (*blended learning*), que comienza a adquirir un importante papel en contextos presenciales que utilizan estos entornos como instancias complementarias destinadas a extender la clase fuera de las aulas físicas. En este sentido, es relevante un aporte de las diversas experiencias telemáticas de aprendizaje que usan modalidades de aprendizaje cooperativo o colaborativo en entornos virtuales (Salmerón Pérez, Rodríguez Fernández, & Gutiérrez Braojos, 2010).

Los EVA ofrecen ventajas en comparación a los que ofrecen los medios de enseñanzas tradicionales debido a que representan una oportunidad de cambio de mejora en algunos aspectos y procedimientos que se aplican en las universidades: docencia, investigación y gestión; mejoran espacios de interacción entre docentes y alumnos; ahorran espacios físicos para la conducción del proceso enseñanza y aprendizaje; eliminan la

movilidad del estudiante al centro de enseñanza. Sin embargo, obliga al estudiante a ser proactivo ante esta nueva realidad y desarrollar al máximo su potencial y su capacidad de adaptación, que está vinculada a la supervivencia de la propia universidad (De Pablos Pons, 2018).

Los EVA generan impactos positivos en los estudiantes de diversas especialidades y en diferentes contextos: por ejemplo, se han encontrado experiencias valiosas de su aplicación en estudiantes de psicología a través del análisis del trabajo colaborativo y las estrategias de aprendizaje para su aprovechamiento en entornos virtuales (Rodríguez Zamora & Espinoza Núñez, 2017).

También en cursos de inglés de una universidad pública colombiana los estudiantes se sienten motivados hacia el uso de un EVA y sugieren que todos los docentes deberían incluirlo en sus clases. Los estudiantes también expresaron que a pesar de pertenecer a la era digital en la que es común el uso de herramientas tecnológicas, algunas veces el trabajo con algunas tecnologías educativas supone un reto para ellos. Por otra parte, la capacidad del laboratorio y los computadores, así como la conectividad a internet continúan siendo una

amenaza para la implementación de EVA. Sin embargo, una vez que se superan estas limitaciones, la experiencia de aprendizaje apoyada en la tecnología resulta satisfactoria para estos estudiantes de ILE (Herrera Mosquera, 2020) y en otros casos evidencian una mejora de habilidades sociales, habilidades comunicativas, motivación y rendimiento académico independientemente del tipo de modalidad de aprendizaje compartido (Salmerón Pérez, Rodríguez Fernández, & Gutiérrez Braojos, 2010).

Algunos resultados sobre aplicación de entornos virtuales mostraron escasa integración de tecnologías en los procesos de enseñanza-aprendizaje; debido a un uso poco frecuente de la tecnología aplicada al proceso enseñanza aprendizaje, manejo inadecuado de la tecnología por parte de docentes y una gama de aplicación muy reducida (Marcelo García, Yot Domínguez, & Mayor-Ruiz, 2015; Pástor, Jiménez, Arcos, Romero, & Urquizo, 2018). O debido también a usos superficiales de las TIC, lo que denota una falta de integración real de las TIC en las universidades (Baelo Álvarez & Cantón-Mayo, 2010). Pero también se tienen resultados de estudios favorables del proceso enseñanza aprendizaje en entornos virtuales que resultaron exitosos por la identificación y

aplicación de algunas estrategias de autorregulación como control, planeación y atribución motivacional (Berridi Ramírez & Martínez Guerrero, 2017).

También se observa en un estudio que los EVA producen deserciones más altas de estudiantes que en entornos clásicos o presenciales (García-Aretio, 2019); donde la carencia del diálogo pedagógico es uno de los mayores propiciadores del abandono escolar.

La aplicación de los EVA debe contemplar mecanismos de evaluación que sirvan como retroalimentación para la mejora continua de este proceso; en este contexto, surge el concepto de usabilidad web, definida como «la capacidad que tiene un producto *software* para ser entendido, aprendido, operable, atractivo para el usuario y conforme a estándares/guías, cuando es utilizado bajo unas condiciones específicas». Consecuentemente, usabilidad web es un atributo que forma parte de la calidad del *software* o es la capacidad de un producto para ser usado fácilmente (Cocunubo Suárez, Parra Valencia, & Otárola Luna, 2018).

Por otro lado, una norma de la International Standard Organization (Rodríguez Monje, 2010) propone que la usabilidad debe ser analizada teniendo en

cuentas las siguientes cinco dimensiones: *a*) inteligibilidad, capacidad del producto *software* que permite al usuario entender si el *software* es adecuado y cómo puede ser usado para unas tareas o condiciones de uso particulares; *b*) facilidad de aprendizaje, capacidad del producto *software* que permite al usuario aprender sobre su aplicación; *c*) operabilidad, capacidad del producto *software* que permite al usuario operarlo y controlarlo; *d*) atractividad, capacidad del producto *software* para ser atractivo al usuario, y *e*) cumplimiento de la usabilidad, capacidad del producto *software* para cumplir normas, convenciones, guías de estilo o regulaciones relacionadas con la usabilidad.

Con la llegada del nuevo milenio, en un escenario de cambios la educación y la formación de los ciudadanos debe salir del ámbito de las instituciones educativas tradicionales, para extenderse hacia el hogar, la comunidad y la sociedad en general (Carvajal Monterrosa, 2015), la escuela innovadora tiene como responsabilidad en la formación de las personas con nuevas habilidades y capacitarlos para vivir en un entorno de constante aprendizaje.

Metodología

La investigación realizada utilizó un diseño no experimental, de nivel explicativo, cuyas variables utilizadas no han sufrido manipulación alguna, es decir están intactas, buscando la explicación de los efectos entre variables; también es transversal, porque el recojo de datos se realizó en un solo momento (Hernández & Mendoza, 2018).

La población estuvo conformada por los docentes universitarios de diversas universidades de Lima, Perú, correspondiente al semestre académico 2019-2, cuya muestra fue probabilística y estuvo conformada por 665 según los cálculos realizados en la fórmula de tamaño de muestra para una población conocida ($N = 248$). Se consideró un nivel de confianza $(1-\alpha)$ del 95 por ciento, por lo que α resulta 0,05 y un error de estimación e de 0,05. Además, se asumió que la probabilidad de éxito p es 0,5, asimismo la probabilidad de fracaso q es 0,5.

Para la selección de los participantes del estudio se aplicó la técnica de muestreo aleatorio estratificado simple. La técnica utilizada para recolectar los datos de las dos variables fue la encuesta y los instrumentos,

Resultados

Los resultados obtenidos después de procesar la información de la aplicación del test de la gestión de las tecnologías de la

dos cuestionarios diseñados para medir ambas variables en estudio, los cuales se aplicaron a los participantes de la investigación, es decir, a los estudiantes. Asimismo, fueron sometidos a la validez de contenido por expertos en la temática y análisis de fiabilidad, a través del índice de alfa de Cronbach, cuyos resultados indicaron 0,9694 y 0,8824 respectivamente.

El análisis de la información recogida se utilizó la estadística descriptiva, a través de tablas y figuras. Para la estadística inferencial, se utilizó estadísticos no paramétricos como en este caso la regresión logística ordinal para la constatación de las hipótesis, con un nivel de confianza al 95 por ciento, por lo que resulta el nivel de significación teórica de $\alpha = 0,05$. Con respecto a los aspectos éticos los estudiantes tienen conocimiento informado de la investigación y han brindado su consentimiento para la aplicación de los dos instrumentos y poder recolectar la información de forma transversal. Los instrumentos aplicados son anónimos, por lo que guardan total reserva del caso.

información nos indican que el 12,9 por ciento presenta nivel bueno, 83,5 por ciento presenta un nivel regular y el 3,6 por ciento presenta nivel deficiente. En la dimensión

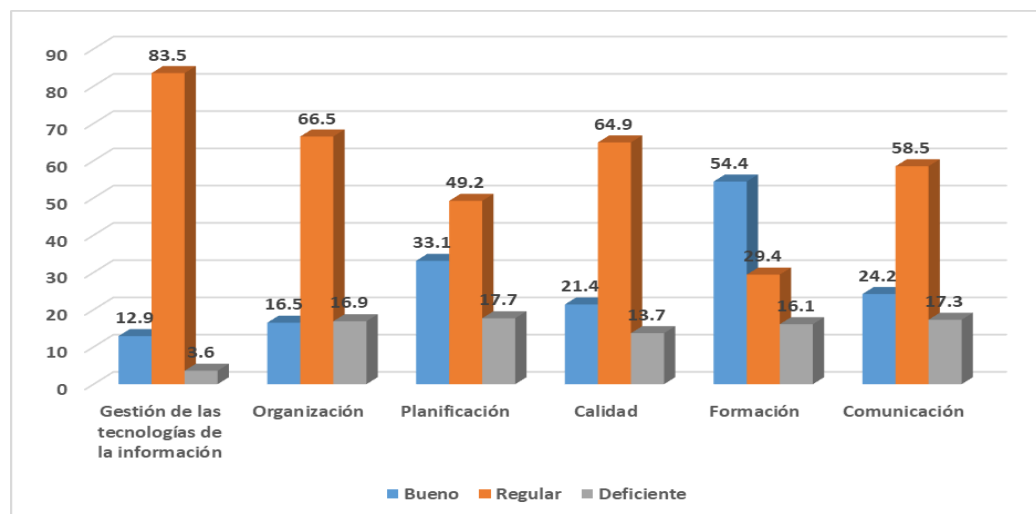
organización, el 16,5 por ciento presenta nivel bueno, el 66,5 por ciento presenta un nivel regular y el 16,9 por ciento presenta nivel deficiente. En la dimensión planificación, el 33,1 por ciento presenta nivel bueno, el 49,2 por ciento presenta un nivel regular y el 17,7 por ciento presenta nivel deficiente. En la dimensión calidad, el 21,4 por ciento presenta nivel bueno, el 64,9 por ciento presenta un nivel regular y el 13,7

292
por ciento presenta nivel deficiente. En la dimensión formación, el 54,4 por ciento presenta nivel bueno, el 29,4 por ciento presenta un nivel regular y el 16,1 por ciento presenta nivel deficiente. En la dimensión comunicación el 24,2 por ciento presenta nivel bueno, el 58,5 por ciento presenta un nivel regular y el 17,3 por ciento presenta nivel deficiente.

Tabla 2. Niveles de la gestión de las tecnologías de la información y dimensiones

	Gestión de las tecnologías de la información		Organización		Planificación		Calidad		Formación		Comunicación	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Bueno	32	12,9	41	16,5	82	33,1	53	21,4	135	54,4	60	24,2
Regular	207	83,5	165	66,5	122	49,2	161	64,9	73	29,4	145	58,5
Deficiente	9	3,6	42	16,9	44	17,7	34	13,7	40	16,1	43	17,3
Total	248	100,0	248	100,0	248	100,0	248	100,0	248	100,0	248	100,0

Figura 1. Niveles de la gestión de las tecnologías de la información y dimensiones



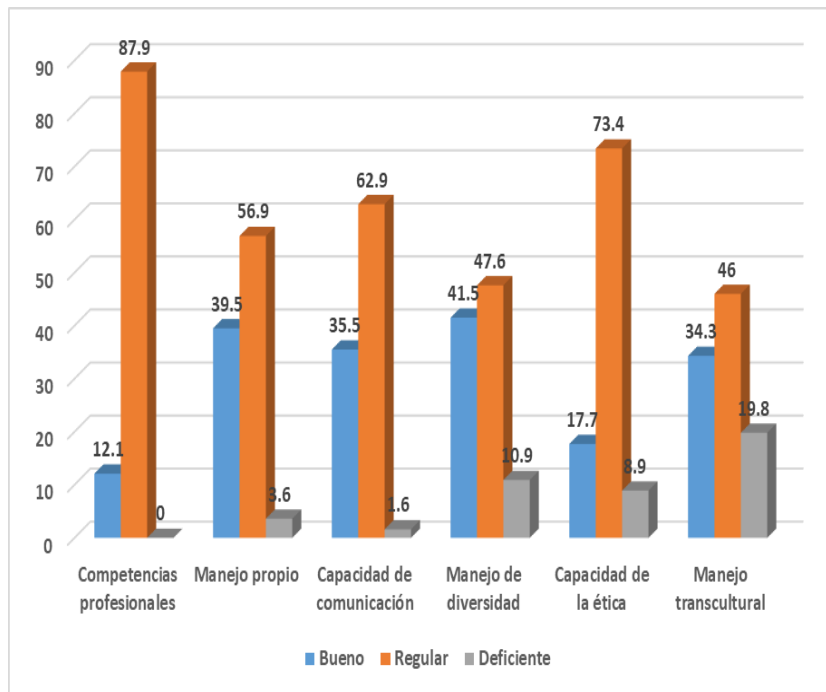


Figura 2. Niveles de las competencias profesionales y dimensiones

Los resultados del contraste de la hipótesis general, la incidencia de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales en instituciones de educación superior nos indican que la variable dependiente está siendo explicada por la variable independiente de acuerdo con el índice del pseudocuadrado de Nagelkerke de 0,718, es decir, 71,8 por ciento de influencia. La hipótesis específica 1 (la incidencia de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales, dimensión manejo propio, en instituciones de educación superior)

nos indica que la variable dependiente está siendo explicada por la variable independiente de acuerdo con el índice del pseudocuadrado de Nagelkerke de 0,387, es decir 38,7 por ciento de influencia. La hipótesis específica 2 (la incidencia de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales, dimensión capacidad de comunicación, en instituciones de educación superior) nos indica que la variable dependiente está siendo explicada por la variable independiente de acuerdo con el índice del pseudocuadrado de Nagelkerke de 0,429, es decir, 42,9 por ciento de influencia. La hipótesis

específica 3 (la incidencia de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales, dimensión manejo de diversidad, en instituciones de educación superior) nos indica que la variable dependiente está siendo explicada por la variable independiente de acuerdo con el índice del pseudocuadrado de Nagelkerke de 0,348, es decir 34,8 por ciento de influencia. La hipótesis específica 4 (la incidencia de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales, dimensión capacidad de ética, en instituciones de educación superior) nos indica que la variable

dependiente está siendo explicada por la variable independiente de acuerdo con el índice del pseudocuadrado de Nagelkerke de 0,381, es decir 38,1 por ciento de influencia. La hipótesis específica 5 (la incidencia de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales, dimensión manejo transcultural, en instituciones de educación superior) nos indica que la variable dependiente está siendo explicada por la variable independiente de acuerdo con el índice del pseudocuadrado de Nagelkerke de 0,521, es decir 52,1 por ciento de influencia.

Tabla 3. *Contrastación de hipótesis, general y específicas*

Sistema de hipótesis	Variable independiente dependiente	Logaritmo verosimilitud -2	Chi-cuadrado	Sig.	Pseudo R cuadrado Nagelkerke	Influencia × 100%
Hipótesis general	Gestión de las tecnologías de la información*Competencias profesionales	19,942	116,323	,002	,718	71,8%
Hipótesis específica 1	Gestión de las tecnologías de la información* Manejo propio	139,065	92,207	,036	,387	38,7%
Hipótesis específica 2	Gestión de las tecnologías de la información* Capacidad de comunicación	105,559	98,796	,034	,429	42,9%
Hipótesis específica 3	Gestión de las tecnologías de la información* Manejo de diversidad	195,701	87,519	,046	,348	34,8%
Hipótesis específica 4	Gestión de las tecnologías de la información* Capacidad de la ética	140,437	86,992	,039	,381	38,1%
Hipótesis específica 5	Gestión de las tecnologías de la información* Manejo transcultural	206,221	151,277	,000	,521	52,1%

Discusión

Los resultados inferenciales nos muestran la influencia directa de la gestión de las tecnologías de información y comunicación en las competencias profesionales de los docentes universitarios a niveles moderados y fuertes, situación que explica la importancia del uso de las TIC en el ejercicio profesional de los docentes, que permiten el afrontamiento de los nuevos desafíos de la educación universitaria. Esto permite ampliarlo como recurso didáctico, lo que genera la creatividad e innovación no solo en docentes, sino también en los estudiantes (Hernández R. M., 2017).

De allí que la gestión pertinente ha permitido modificar mayoritariamente los paradigmas tradicionales de la enseñanza hacia nuevos modelos, acordes con el desarrollo tecnológico. De allí lo explicado por Belloch (2012): la generación y el desarrollo de la innovación para construir los aprendizajes permite la gestión pedagógica eficiente (Tapasco & Giraldo, 2017).

Asimismo, la incidencia moderada y fuerte en las diversas dimensiones de las competencias profesionales nos hace explicar que la gestión de las TIC en el campo educativo vienen generando nuevas estrategias metodológicas y nueva economía digital (Tapscott, 1997), comprendiendo que nos permite desarrollar competencias en los diversos ámbitos para resolver los problemas que se presentan en la vida personal o profesional (Pástor, Jiménez, Arcos, Romero, & Urquizo, 2018).

Es así que la comunicación se viene a convertir como elemento fundamental en el aprendizaje, no solo es el aspecto presencial, sino también semipresencial, que hace efectivos los procesos de aprendizaje en las diversas experiencias telemáticas y de trabajo cooperativo (Salmerón Pérez, Rodríguez Fernández, & Gutiérrez Braojos, 2010) muy superiores a los modelos tradicionales, mejorando aspectos y procedimientos en la docencia, investigación y gestión (De Pablos Pons, 2018).

Los impactos que generan los EVA son muy positivos en los estudiantes y docentes, especialmente en

los procesos de enseñanza aprendizaje (Rodríguez Zamora & Espinoza Núñez, 2017). En otros casos evidencian una mejora de habilidades sociales, habilidades comunicativas, motivación y rendimiento académico independientemente del tipo de modalidad de aprendizaje compartido (Salmerón Pérez, Rodríguez Fernández, & Gutiérrez Braojos, 2010).

Sin embargo, la existencia de hallazgos que desvinculan el aprendizaje de los entornos virtuales son notables debido al uso no adecuado de estas tecnologías ya sea por parte del docente o estudiante y también deserciones más altas de estudiantes que en entornos clásicos o presenciales (Marcelo García, Yot Domínguez, & Mayor-Ruiz, 2015), esto genera para el futuro poca experticia en este campo a los futuros profesionales o desempeño laboral.

Conclusiones

Se concluye que existen evidencias suficientes para establecer que la gestión de las tecnologías de información y comunicación inciden en las competencias profesionales en instituciones educativas del nivel de la educación superior, como nos lo indica el pseudocuadrado de Nagelkerke de

0,718, es decir, 71,8% de influencia. No debemos olvidar que las competencias profesionales son propias de aquellas que han pasado un proceso educativo tecnológico o profesional, que le va a permitir la resolución de los problemas (Tobón, 2006). Al igual Mertens (2000), quien explica que «formar a las personas en un conjunto de conocimientos, habilidades, actitudes y aptitudes requeridos para lograr un determinado resultado en un ambiente de trabajo».

La adquisición de estas por la vía presencial o semipresencial, pero siempre a través de medios tecnológicos, va a permitir al hombre formarlo con las diversas competencias profesionales, como ya lo han señalado: competencias genéricas, competencias específicas.

Bibliografía

- Baelo Álvarez, R., & Cantón-Mayo, I. (octubre de 2010). Las tecnologías de la comunicación en las Universidades de Castilla y León. *Comunicar*, 18(35), 159-166. doi:10.3916/C35-2010-03-09
- Barrionuevo, W. (2016). *Educación y desigualdad en el Perú*. Lima: Universidad San Martín de Porres.
- Belloch, C. (2012). *Las tecnologías de la información y comunicación en el*

- aprendizaje. Obtenido de Universidad de Valencia:
<http://www.uv.es/bellohc/pedagogia/EVA1.pdf>
Berridi Ramírez, R., & Martínez Guerrero, J. (2017). Estrategias de autorregulación en contextos virtuales de aprendizaje. *Perfiles Educativos*, 39(156), 89-93.
doi:<https://doi.org/10.22201/iisue.24486167e.2017.156.58285>
Carvajal Monterrosa, A. B. (2 de abril de 2015). *Las TIC en la educación de la sociedad del conocimiento*. Recuperado el 17 de marzo de 2020, de Iberoamérica Divulga:
<https://www.oei.es/historico/divulgacioncientifica/?Las-TIC-en-la-educacion-de-la>
Cocunubo Suárez, J. I., Parra Valencia, J. A., & Otárola Luna, J. E. (enero-abril de 2018). Propuesta para la evaluación de entornos virtuales de enseñanza aprendizaje con base en estándares de usabilidad. *Tecnológicas*, 21(41), 135-147.
doi:<https://doi.org/10.22430/22565337>
732
De Pablos Pons, J. (2018). Las tecnologías digitales y su impacto en la universidad. Las nuevas mediaciones. *RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, 21(2), 83-95.
doi:<http://dx.doi.org/10.5944/ried.21.2.20733>
Díaz Lazo, J., Pérez Gutiérrez, A., & Florido Bacallao, R. (2011). Impacto de las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) para disminuir la brecha digital en la sociedad actual. *Cultivos Tropicales*, 32(1), 81-90.
Recuperado el 17 de marzo de 2020, de <http://scielo.sld.cu/pdf/ctr/v32n1/ctr09111.pdf>
García-Aretio, L. (2019). El problema del abandono en estudios a distancia: respuestas desde el diálogo didáctico mediado. *RIED: Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, 22(1), 245-270.
doi:<http://dx.doi.org/10.5944/ried.22.1.22433>
Hernández, R. M. (enero-junio de 2017). Impacto de las TIC en la educación: retos y perspectivas. *Propósitos y Representaciones*, 5(1), 325-347.
doi:<http://dx.doi.org/10.20511/pyr2017.v5n1.149>
Hernández, R., & Mendoza, C. (2018). *Metodología de la Investigación Científica. Las rutas cuantitativa y cualitativa*. México: Mc Graw Hill Educación.

- Herrera Mosquera, L. (enero-abril de 2020). Impact of Implementing a Virtual Learning Environment (VLE) in the EFL Classroom. *Íkala: Revista de Lenguaje y Cultura*, 22(3), 479-498. doi:<https://doi.org/10.17533/udea.ikala.v22n03a07>
- Hinostroza, E. (2017). *TIC, educación y desarrollo social en América Latina y el Caribe*. Montevideo: Unesco. Obtenido de <http://repositorio.minedu.gob.pe/handle/MINEDU/5802>
- Krumsvik, R., & Jones, L. (2012). Teachers' Digital Competence in Upper Secondary School: (Work in Progress). *ICICTE 2013 Proceedings*, 171-183. Recuperado el 17 de marzo de 2020, de <http://www.icicte.org/Proceedings2013/Papers%202013/05-1-Krumsvik.pdf>
- Marcelo García, C., Yot Domínguez, C., & Mayor-Ruiz, C. (1 de julio de 2015). Enseñar con tecnologías digitales en la universidad. *Comunicar*, 23(45), 117-124. doi:<https://doi.org/10.3916/C45-2015-12>
- Mertens, L. (2000). *La gestión por competencia laboral en la empresa y la formación profesional*. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Recuperado el 17 de marzo de 2020, de https://www.researchgate.net/publication/44823504_La_Gestion_por_competencia_laboral_en_la_empresa_y_la_formacion_profesional
- Pástor, D., Jiménez, J., Arcos, G., Romero, M., & Urquiza, L. (2018). Patrones de diseño para la construcción de cursos on-line en un entorno virtual de aprendizaje. *Ingeniare. Revista Chilena de Ingeniería*, 26(1), 157-171. doi:<https://doi.org/10.4067/s0718-33052018000100157>
- Rodríguez Monje, M. (16 de julio de 2010). *Calidad del producto software ISO/IEC 25000*. Recuperado el 17 de marzo de 2020, de Alarcos Quality Center: <https://alarcos.esi.uclm.es/per/fruiz/cur/santander/mrodriguez-iso25000-update.pdf>
- Rodríguez Zamora, R., & Espinoza Núñez, L. (enero-junio de 2017). Trabajo colaborativo y estrategias de aprendizaje en entornos virtuales en jóvenes universitarios. *RIDE: Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo*, 7(14), 1-23. doi:<https://doi.org/10.23913/ride.v7i14.274>
- Román, M., Cardemil, C., & Carrasco, Á. (2011). Enfoque y metodología para

evaluar la calidad del proceso pedagógico que incorpora TIC en el aula.

Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa, 4(2), 8-35. Recuperado el 17 de marzo de 2020, de <http://www.rinace.net/riee/numeros/vol4-num2/art1.pdf>

Salmerón Pérez, H., Rodríguez Fernández, S., & Gutiérrez Braojos, C. (1 de marzo de 2010). Metodologías que optimizan la comunicación en entornos de aprendizaje virtual. *Comunicar. Revista Científica de Comunicación y Educación*, 17(34), 163-171. doi:<https://doi.org/10.3916/c34-2010-03-16>

Tapasco, O. A., & Giraldo, J. A. (2017). Estudio comparativo sobre percepción y uso de las TIC entre profesores de universidades públicas y privadas. *Formación Universitaria*, 10(2), 3-12. doi:<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50062017000200002>

Tapscott, D. (junio de 1997). The Digital Media and the Reinvention of Government. *Canadian Public Administration*, 40(2), 328-345. doi:<https://doi.org/10.1111/j.1754-7121.1997.tb01513.x>

Tobón, S. (mayo de 2006). *Aspectos básicos de la formación basada en competencias*. Recuperado el 17 de

marzo de 2020, de Proyecto Mesesup: https://maristas.org.mx/gestion/web/doc/tos/aspectos_basicos_formacion_competencias.pdf

Trahtemberg, L. (2000). El impacto previsible de las nuevas tecnologías en la enseñanza y la organización escolar. *Revista Iberoamericana de Educación*(24). Recuperado el 17 de marzo de 2020, de <https://rieoei.org/historico/documentos/rie24a02.htm>

Valencia-Molina, T., Serna Collazos, A., Ochoa-Angrino, S., Caicedo-Tamayo, A. M., & Montes-González, J. A. (2016). *Competencias y estándares TIC desde la dimensión pedagógica: una perspectiva desde los niveles de apropiación de las TIC en la práctica educativa docente*. Cali: Pontificia Universidad Javeriana. Obtenido de <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/Competencias-estandares-TIC.pdf>

COOPERATIVE LEARNING AND PRE-PROFESSIONAL PRACTICE LEARNING IN A UNIVERSITY IN LIMA

Isabel Menacho Vargas¹

Patricia Veronika Ponce Tello²

Felipe Supo Condori³

Abstract: The study had as a general objective to establish the relationship among cooperative learning and learning the Pre-Professional Practice course in students of the IX and X cycle of the Professional Academic School of Education. It was a basic type study, with a cross-sectional non-experimental design, of a correlational descriptive level, the population consisted of 122 students who take the Pre-Professional Practice course of the IX and X cycle of the 2015-I semester. The sample is of type non-census probability. Having used the survey and observation techniques as instruments, the cooperative learning questionnaire and a knowledge test of pre-professional

practice were applied. The results were obtained using the statistical Spearman correlation coefficient, which concludes that there is a positive relationship among cooperative learning and learning of the Pre-Professional Practice course in students of the IX and X cycle of the Academic Professional School of Education.

Keywords: cooperative learning, pre-professional practice learning.

Introducción

Los programas y sistemas educativos se encuentran inmersos en un proceso de cambio, enmarcados en un

¹ Universidad Privada San Juan Bautista, Lima, Perú <https://orcid.org/0000-0001-6246-4618> Email: isabelmenachov@gmail.com

² Universidad Tecnológica del Perú, Lima, Perú <https://orcid.org/0000-0002-9253-9999> Email: pvponcet@hotmail.com

³ Universidad Nacional del Altiplano, Puno, Perú <https://orcid.org/0000-0002-5007-9779>. Email: felipezsupo@gmail.com

conjunto de transformaciones sociales propiciadas por las innovaciones tecnológicas, y sobre todo, por el desarrollo de nuevos modelos y paradigmas de aprendizaje que han permitido cambios importantes en el contexto social y educativo. García, Traver, & Candela (2001) sostienen «la necesidad de implementar estrategias de aprendizaje como el trabajo cooperativo que ha tomado fuerzas en las últimas décadas, en las prácticas pedagógicas de escuelas, liceos y universidades preocupadas por la calidad de la educación». En el ámbito internacional, países como Dinamarca, Francia, España y Cuba, entre otros, han empleado el trabajo cooperativo como una forma de desarrollar las habilidades cognitivas de los estudiantes fuera y dentro del aula, debido a que los esfuerzos cooperativos se basan en una motivación intrínseca generada por factores interpersonales y de aspiraciones compartidas en lograr objetivos en común. En tal sentido, Ovejero Bernal (1990) señala: «La importancia de instaurar en las escuelas el trabajo cooperativo como una forma de mejorar el aprendizaje de los alumnos, y el proceso de enseñanza de los docentes»; todo esto nos hace pensar que

304
en la cooperación subyacen las ideas de solidaridad, de conjunción de esfuerzos, e interdependencias entre los estudiantes y, a su vez, se favorece el desarrollo de destrezas fomentadas en un aprendizaje cooperativo.

Las instituciones de enseñanza superior constituyen uno de los motores del desarrollo económico y el principal instrumento para la transmisión de los conocimientos, experiencia y cultura acumulada por la humanidad. Las instituciones de educación superior desempeñan un papel muy importante en la formación de profesionales preparados para responder adecuadamente a los requerimientos de la sociedad moderna como un factor clave para incrementar la competitividad y calidad de vida. El Informe Delors (Unesco, 1996) confirma esto estableciendo que «las universidades son las instituciones que agrupan las funciones asociadas al progreso y transmisión del saber: investigación, innovación, enseñanza y formación, educación permanente» (p. 8). Es decir, las universidades asumen un rol importante, tanto en sus funciones de capacitación como de investigación, para elevar los conocimientos de los estudiantes.

En el Perú, el Ministerio de Educación (2013) viene haciendo grandes esfuerzos para renovar el sistema educativo, poniendo énfasis en la comprensión lectora, en esta tarea ardua donde el papel del docente es preponderante. Esto implica que la política educativa tiene ante sí un enorme desafío en los próximos años, probablemente mucho mayor que si la mayoría de los estudiantes se encontrará próximo a alcanzar el estándar deseado. Los estudiantes al llegar al nivel superior no muestran las competencias necesarias en lectura. Situación parecida presenta Pinzás García (2003), quien indica que «la falta de entrenamiento en destrezas de estudio e investigación que se apoyan en destrezas de lectura se hace patente en estudiantes de diversos niveles. No existe estimulación apropiada o enseñanza de destrezas de comprensión lectora con base en estrategias» (p. 13). A causa de esta carencia es posible que cuando los alumnos lleguen a la secundaria o a la universidad no sean aprendices independientes, es decir no sepan «cómo leer para aprender». Más aún, los estudiantes universitarios tienden a emplear estrategias memorísticas debido a

305
que en nuestro sistema universitario prima aún la enseñanza bajo una modalidad descriptiva y factual con poco énfasis en los procesos de pensamiento a nivel superior.

En la Escuela Académico Profesional de Educación de la Universidad Alas Peruanas, se observa que el proceso educativo es una tarea muy delicada cuya responsabilidad es compartida entre los miembros de una comunidad educativa; sin embargo, se descuida pues se deja este a merced solo del docente y los alumnos, lo que se refleja en el bajo rendimiento académico en todos los ciclos de estudio. Se debe capacitar a los docentes en contenidos de didáctica universitaria, enfatizando aquellos que se relacionan con la manera de cómo aprenden los jóvenes universitarios, dejando abierto una gran puerta de posibilidades de estrategias didácticas que el docente universitario debe apropiarse e introducirlos en su práctica docente para ayudar a los jóvenes a construir sus aprendizajes.

Obando Castro (2007) realizó un estudio cuasiexperimental sobre el aprendizaje colaborativo en el rendimiento académico y habilidades sociales en el

Programa de Especialización en la Facultad de Enfermería de la Universidad Peruana Cayetano Heredia de Lima, en 22 alumnos, divididas en dos grupos integrados de forma aleatoria: grupo control (11) y grupo experimental (11), cuyos resultados indicaron que la metodología de aprendizaje colaborativo mejora el rendimiento académico de los alumnos y también fortalece las habilidades sociales, puesto que es una metodología alternativa que permite al alumno participar activamente en la construcción de su aprendizaje y el aprendizaje de sus pares. Reguera Gonzales (2010) investigó sobre los efectos del método de aprendizaje cooperativo en el rendimiento académico de los estudiantes del quinto nivel de Idiomas Extranjeros de la Facultad de Ciencias de la Educación y Humanidades de la Universidad Nacional de la Amazonía Peruana, 2009, con diseño cuasiexperimental, transversal. La población estuvo conformada por 30 estudiantes; los instrumentos aplicados fueron la guía de observación y lista de cotejo. En el resultado se encuentra que el método de aprendizaje cooperativo muestra su efectividad en el mejoramiento

306
del rendimiento académico de los estudiantes del quinto nivel de Idiomas Extranjeros, lo que se demuestra en la comparación de los promedios alcanzados después de su aplicación con los estudiantes de grupo control. Prueba t de Student para muestras independientes ($p < 0,000$).

Hilario García (2012) estudió el aprendizaje cooperativo para mejorar la práctica pedagógica en el Área de Matemática en el nivel secundario de la Institución Educativa Señor de la Soledad, Huaraz, la población lo conformaron 646 estudiantes y docentes del nivel secundario. El tipo de investigación fue explicativa; los instrumentos de la recolección de datos fueron la guía de observación directa, guía de encuesta a los docentes, fichas de monitoreo y seguimiento, cuestionarios con preguntas en función de las variables e indicadores de las áreas de matemática, entrevista a los docentes de matemática y experimentación en función del diseño. Se llegaron a los siguientes resultados: el 81,82 por ciento de docentes manifiesta no haber realizado producción intelectual, lo que es un indicador de la falta de actualización en la gran mayoría de ellos,

lo que posiblemente han llegado a la rutina y el mecanicismo en su práctica pedagógica. Además, se afirma que el empleo de las estrategias de aprendizaje cooperativo mejora significativamente la calidad de la práctica pedagógica de los docentes del área de matemática. Ojeda Cruz & Reyes Carrasco (2009) realizaron una investigación de las estrategias de aprendizaje cooperativo y el desarrollo de habilidades cognitivas, el paradigma que se asumió fue el sociocrítico u orientado al cambio. Los instrumentos aplicados fueron las fichas de contenido donde se aplicaron las estrategias de aprendizaje cooperativo, fichas de actividades donde se consideraron el desarrollo de habilidades cognitivas, guías de observación, análisis documental, ficha de análisis de contenido, formulario de entrevista y cuestionario. Se tuvieron como resultados que las estrategias de aprendizaje cooperativo son una alternativa y uno de los caminos o medios más eficaces para alcanzar aprendizajes óptimos y significativos; además permite que los alumnos se integren y aprendan en equipo en la construcción de nuevas capacidades, conocimientos y

307

comportamientos escolares muy diferentes a los estilos de aprendizaje individual.

De León Sac (2013) realizó un estudio sobre el aprendizaje cooperativo como estrategia para el aprendizaje del idioma inglés; se efectuó el trabajo de campo con dos grupos, uno control y otro experimental, conformados por 74 sujetos, de género masculino y femenino, comprendidos entre los 13 y 15 años de edad; se desarrolló la metodología de aprendizaje cooperativo. Los instrumentos de recolección de datos fueron los exámenes finales de la segunda y tercera unidad. Se tuvo como resultados que el proceso metodológico de aprendizaje cooperativo aplicado en el curso de inglés benefició positivamente al grupo experimental, pasó de tener un promedio de no aprobado a uno de aprobado. A diferencia del grupo experimental, el promedio obtenido por el grupo control en el postest en relación con el del pretest disminuyó. Ruiz Varela (2012) presentó el estudio sobre la influencia del trabajo cooperativo en el aprendizaje del área de economía en la enseñanza secundaria; el tipo de estudio fue la investigación de acción empírica. La muestra lo conformaron 258 alumnos de la asignatura

de Iniciativa Emprendedora; se utilizó como instrumentos cuestionarios, entrevistas, notas de campo y sociodramas. Arrojó como resultados la mejora en el aprendizaje de los contenidos económicos, especialmente en la enseñanza obligatoria, debido a las técnicas cooperativas empleadas y a la combinación de estas con un aprendizaje basado en un proyecto empresarial simulado. Además, el método cooperativo ha contribuido sustancialmente en la adquisición de la competencia social en aquellos grupos más heterogéneos y de tamaño considerable, con especial relevancia en la mejora de la empatía y las habilidades relacionales interpersonales.

Pérez (2012) estudió el trabajo cooperativo para mejorar el desarrollo de habilidades cognitivas, fue un estudio descriptivo no experimental de tipo transeccional, orientado hacia un diseño de campo, bajo la modalidad de proyecto factible, donde la población estará representada por tres docentes y sesenta estudiantes de la institución objeto de estudio. Se utilizó la encuesta, un cuestionario estructurado por preguntas de tipo politómicas. La validez se realizará a través de la técnica de juicio de expertos y

308
la confiabilidad mediante la aplicación de la fórmula de alfa de Cronbach. Se llegó a la siguiente conclusión: el trabajo cooperativo es de gran importancia para desarrollar las habilidades cognitivas, para lo cual se propone la utilización del trabajo cooperativo como estrategia para mejorar el desarrollo de habilidades cognitivas en los estudiantes de secundaria.

Con respecto a las bases teóricas de las variables, el aprendizaje cooperativo, Suárez Guerrero (2003) define al aprendizaje cooperativo como «una forma de acción pedagógica que supone a la interacción recíproca entre alumnos organizados en pequeños equipos como unidad de intersubjetividad, esto es, como condición social básica para el aprendizaje» (p. 71). Para el estudio se trabajaron tres dimensiones: interdependencia positiva, responsabilidad individual y de equipo, e interacción estimuladora.

En cuanto a la interdependencia positiva, el autor señala que los alumnos identifican que su rendimiento depende del esfuerzo de todos los miembros del equipo, puesto que mejorar el rendimiento de cada uno de los miembros es cuidar el aprendizaje de todos en su conjunto. Para

Díaz Aguado (2003), en esta dimensión las metas y tareas comunes deben diseñarse y comunicarse a los estudiantes de tal manera que comprendan que juntos podrán lograr los éxitos, para lo cual cada componente del grupo tiene una responsabilidad en el esfuerzo común. Sobre la responsabilidad individual y de equipo, indica que cada miembro del equipo asume su responsabilidad, pero a su vez hace responsable a los demás del trabajo que deben cumplir para alcanzar los objetivos comunes a todos. Acota también que la responsabilidad individual se refiere que cada estudiante es, y debe sentirse, responsable del resultado final del grupo. La tercera dimensión, interacción estimuladora, indica que los miembros del equipo promueven y apoyan el rendimiento óptimo de todos los integrantes a través de un conjunto de actitudes que incentivan la motivación personal, como la del conjunto, donde la ayuda, los incentivos, el reconocimiento, el aliento y la división de recursos contribuyen a crear un clima de confraternidad en torno al objetivo común. Díaz Aguado (2003), en esta dimensión, considera a la colaboración mutua entre los estudiantes para alcanzar un mismo

309
objetivo, esto se logra compartiendo los recursos y colaborando tanto en el aspecto académico como el personal.

Con respecto al aprendizaje de Práctica Pre profesional, Vilca (2010, p. 67) nos hace referencia que la asignatura es de naturaleza teórico práctica de formación profesional básica y con mayor peso en la parte práctica, que a su vez es obligatoria a través de acciones educativas ejecutadas en las instituciones educativas seleccionadas. Tiene como propósito promover la eficiencia en el desempeño profesional, al brindarle oportunidades para que los estudiantes interactúen sistemáticamente en los campos del desempeño profesional. Su dimensión «lineamientos básicos», según el autor, permite analizar y discutir la visión y la misión de Escuela Académica de Educación; identifica y describe la función del profesor según la Ley General de Educación; identifica y practica sus deberes y derechos en las áreas del desempeño laboral y valora su importancia; analiza, comprende y explica los deberes, derechos, normas éticas y sanciones en el Estatuto del Colegio de Profesores del Perú. En la dimensión «proceso de diversificación», Vilca (2010)

señala que el diseño curricular es el proceso de diversificación mediante el cual la comunidad educativa adecúa y contextualiza el Diseño Curricular Nacional. Y la tercera dimensión, «programación curricular y proyectos innovadores», es un proceso técnico de la enseñanza y el aprendizaje que consiste en el análisis y tratamiento pedagógico de las capacidades, los contenidos básicos, los temas transversales, los valores, las actitudes y demás componentes del Diseño Curricular Básico, y en la elaboración de las unidades didácticas que el docente debe manejar en su labor cotidiana.

Para el Ministerio de Educación (2014), la programación curricular es la previsión organizada de acciones, espacios y materiales pertinentes para el trabajo. Este proceso debe realizarse con la finalidad de que los estudiantes tengan las horas efectivas de aprendizaje y que superen al mínimo señalado, por ello, cada docente establecerá en su programación, las horas efectivas destinadas al desarrollo del currículo, a través de sus unidades didácticas.

Vilca (2010) indica que el proyecto de innovación es un instrumento que se rige bajo el enfoque constructivista

310
y se pone en marcha con el objetivo de aminorar algunas problemáticas académicas de los estudiantes. Es un modelo de trabajo de la institución, que se programa y ejecuta para solucionar situaciones concretas de corto plazo, a nivel pedagógico o institucional. En esa línea, para Hernández (2010) el proyecto de innovación es una estrategia que parte de un diagnóstico y propone etapas de cambio o transformación en la institución educativa. Cuando el proyecto innovador está bien concebido y diseñado, se convierte en la carta de la navegación de la institución, por el cual los agentes institucionales saben de dónde vienen, en qué lugar están y hacia dónde van.

Los objetivos del estudio fueron: establecer la relación entre el aprendizaje cooperativo y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional en estudiantes del IX y X ciclo de la Escuela Académico Profesional de Educación de la Universidad Alas Peruanas y los específicos vinculados a la relación de aprendizaje cooperativo con las dimensiones del aprendizaje de las prácticas preprofesionales.

Método

La investigación se enmarca dentro de un enfoque cuantitativo, Galeano Marín (2004) indica que es buscar la exactitud de mediciones o indicadores sociales con la finalidad de generalizar sus resultados a poblaciones o situaciones determinadas. Se basa en la cuantificación, puesto que pretende dar una explicación de una realidad social vista desde una perspectiva externa y objetiva.

El método utilizado fue hipotético-deductivo, Sabino (2003) refiere que permite al investigador combinar la reflexión racional o momento racional con la observación de la realidad o momento empírico.

Es un estudio de tipo básico; para Sánchez Carlesis & Reyes Meza (2006) la investigación básica se caracteriza por que parte de un marco teórico y permanece en él; la finalidad radica en formular nuevas teorías o modificar las existentes, en incrementar los conocimientos científicos o filosóficos, pero sin contrastarlos con ningún aspecto práctico.

El diseño es no experimental de corte transversal, al respecto Hernández Sampieri, Fernández Collado, & Baptista Lucio (2014) lo describen como una investigación que se realiza en un solo

311
momento y sin la manipulación deliberada de las variables.

La muestra es de tipo no probabilística censal, ya que se ha determinado el cien por ciento de la población, es decir 122 estudiantes que estaban matriculados en la asignatura Práctica Preprofesional del IX y X ciclo de la Escuela Académico Profesional de Educación de una Universidad de Lima.

Fueron dos instrumentos, el primero un cuestionario de aprendizaje cooperativo con un total de 18 ítems, para que respondieran en un tiempo de 20 minutos como mínimo y 25 minutos como máximo; las preguntas fueron de tipo cerradas con escala de Likert, se realizó la validación por juicio de expertos y la confiabilidad alfa de Cronbach, y se obtuvo un coeficiente de 0,952. Segundo, la prueba de conocimiento de práctica preprofesional, con 20 preguntas, para que respondan en un tiempo de 15 a 20 minutos, las preguntas fueron de tipo cerradas, donde lo correcto vale 1 punto y lo incorrecto 0 puntos. Se realizó la validación por juicio de expertos y confiabilidad Kuder Richardson KR20, alcanzando un coeficiente de 0,649.

Resultados

De los 122 estudiantes de los últimos ciclos a los que se aplicaron los

instrumentos, se encontraron los siguientes resultados:

Tabla 1. *Aprendizaje cooperativo y prácticas pre profesionales*

		Aprendizaje cooperativo	Práctica preprofesional
Rho de Spearman	Aprendizaje cooperativo	Coefficiente de correlación	1,000
		Sig. (bilateral)	,820**
		N	122
Práctica preprofesional		Coefficiente de correlación	,820**
		Sig. (bilateral)	1,000
		N	122

** . La correlación es significativa en el nivel 0,01 (2 colas).

Se encuentra una correlación positiva y estadísticamente significativa ($r_s = 0,820^{**}$, $p_{valor} = 0,000 < 0,05$). Por lo tanto, se rechaza l

a hipótesis nula y se concluye que existe una alta correlación entre el

aprendizaje cooperativo y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional en estudiantes del IX y X ciclo de la Escuela Académico Profesional de Educación.

Tabla 2. *Responsabilidad individual y de equipo y el aprendizaje de la asignatura Práctica Pre profesional*

	Responsabilidad individual y de equipo	Práctica preprofesional

Rho de Spearman	Responsabilidade individual y de equipo	Coefficiente de correlación	1,000	,745**
		Sig. (bilateral)	.	,000
		N	122	122
Rho de Spearman	Práctica preprofesional	Coefficiente de correlación	,745**	1,000
		Sig. (bilateral)	,000	.
		N	122	122

** . La correlación es significativa en el nivel 0,01 (2 colas).

Se muestra una correlación positiva y estadísticamente significativa ($r_s = 0,745^{**}$, $p_valor = 0,000 < 0,05$). Por lo tanto, se rechaza la hipótesis nula y se concluye que existe una alta correlación

entre el aprendizaje cooperativo en su dimensión responsabilidad individual y de equipo y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional.

Tabla 3. *Interdependencia positiva y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional*

		Interdependencia positiva	Práctica preprofesional
Rho de Spearman	Interdependencia positiva	Coefficiente de correlación	,765**
		Sig. (bilateral)	,000
		N	122
Rho de Spearman	Práctica preprofesional	Coefficiente de correlación	,765**
		Sig. (bilateral)	,000
		N	122

Se muestra una correlación positiva y estadísticamente significativa ($r_s = 0,765^{**}$, $p_valor = 0,000 < 0,05$). Por lo tanto, se rechaza la hipótesis nula y se concluye que existe una alta correlación entre el aprendizaje cooperativo en su dimensión interdependencia positiva y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional.

Tabla 4. *Interacción estimuladora y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional*

		Interacción estimuladora	Práctica pre profesional
Rho de Spearman	Interacción estimuladora	Coefficiente de correlación	1,000
		Sig. (bilateral)	,780**
		N	122
	Práctica preprofesional	Coefficiente de correlación	,780**
	Sig. (bilateral)	,000	1,000
	N	122	122

** . La correlación es significativa en el nivel 0,01 (2 colas).

Se muestran una correlación positiva y estadísticamente significativa ($r_s = 0,780^{**}$, $p_valor = 0,000 < 0,05$). Por lo tanto, se rechaza la hipótesis nula y se concluye que existe una alta correlación entre el aprendizaje cooperativo en su dimensión interacción estimuladora y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional.

Discusión

De acuerdo con los resultados de la investigación, se puede observar que se demuestra la relación positiva entre el aprendizaje cooperativo y el aprendizaje de la asignatura Práctica Preprofesional en estudiantes del IX y X ciclo de la Escuela Académico

Profesional de Educación de una Universidad de Lima.

Se obtienen coincidencias con el estudio de Ruiz Varela (2012) sobre la influencia del trabajo cooperativo en el aprendizaje del área de economía en la enseñanza secundaria, en el que permite establecer una mejora en el aprendizaje de los contenidos económicos, especialmente en la enseñanza obligatoria, debido a las técnicas cooperativas empleadas y a la combinación de estas con un aprendizaje basado en un proyecto empresarial simulado. Además, acota que el método cooperativo ha contribuido sustancialmente a la adquisición de la competencia social en aquellos grupos

más heterogéneos y de tamaño considerable en número de alumnos, con especial relevancia en la mejora de la empatía y las habilidades relacionales interpersonales.

Otro estudio es el realizado por Ojeda Cruz & Reyes Carrasco (2006), sobre las estrategias de aprendizaje cooperativo y el desarrollo de habilidades cognitivas, en el que se demostró que las estrategias de aprendizaje cooperativo son una alternativa y uno de los caminos o medios más eficaces para alcanzar aprendizajes óptimos y significativos. Además permite que los alumnos se integren y aprendan en equipo en la construcción de nuevas capacidades, conocimientos y comportamientos escolares muy diferentes a los estilos de aprendizaje individual. Por otro lado, lo antes mencionado se corrobora con lo planteado por Suárez Guerrero (2003), quien señala que cada miembro del equipo asume su responsabilidad, pero a su vez hace responsable a los demás del trabajo que deben cumplir para alcanzar los objetivos comunes a todos.

Gran parte de lo hallado en el estudio se fundamenta en la teoría sociocultural de Lev Vygotski (2010) quien considera que el hombre no se

315
limita a responder a los estímulos, sino que actúa sobre ellos, transformándolos. La actividad es un proceso de transformación del medio que se da a través del uso de instrumentos, así mismo planteó que los procesos psíquicos: pensamiento (cognición) y el lenguaje (habla), comienzan con la interacción social, entre mayores y menores rescatando la importancia del contexto cultural por medio del habla abierta (conversaciones con los demás, en especial padres y profesores) luego explican este conocimiento por medio del habla interna (pensamiento). En esa misma línea, Díaz Aguado (2003) señala que la interdependencia positiva se da y está correctamente estructurada cuando los componentes del grupo son conscientes de que el éxito de cada cual depende del éxito de los demás; nadie puede alcanzar sus objetivos si no lo alcanzan también el resto de componentes del grupo.

Por su parte, Suárez Guerrero (2003) manifiesta que los alumnos identifican que su rendimiento depende del esfuerzo de todos los miembros del equipo para alcanzar la meta compartida, puesto que mejorar el rendimiento de cada uno de los miembros es cuidar el aprendizaje de todos en su conjunto.

Finalmente, los hallazgos se comparan con el estudio de Parrales Ordóñez (2009) sobre el aprendizaje cooperativo: una estrategia metodológica en la educación superior a distancia, en el cual se concluye que el aprendizaje cooperativo como método de enseñanza conlleva al docente una preparación previa en el manejo de la teoría cooperativa, la planificación académica del curso a impartir, y sobre todo la observación permanente del funcionamiento de los grupos para el cumplimiento de las habilidades cooperativas y sociales.

Bibliografía

De León Sac, M. I. (2013). *Aprendizaje cooperativo como estrategia para el aprendizaje del idioma inglés*. Quetzaltenango: Universidad Rafael Landívar.

Díaz Aguado, M. J. (2003). *Aprendizaje cooperativo y educación multicultural*. Madrid: Pirámide.

Galeano Marín, M. E. (2004). *Diseño de proyectos en la investigación cualitativa*. Medellín: Fondo Editorial de la Universidad Eafit.

García, R., Traver, J., & Candela, I. (2001). *Aprendizaje cooperativo:*

fundamentos, características y técnicas. Madrid: CCS.

Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, M. (2014). *Metodología de la investigación* (6.ª ed.). México D. F.: McGraw-Hill.

Hernández, G. (2010). *Gestión y Administración Educativa*. Santiago de Chile: CINDA.

Hilario García, J. (2012). *El aprendizaje cooperativo para mejorar la práctica pedagógica en el área de matemática en el nivel secundario de la Institución Educativa Señor de la Soledad-Huaraz, región Ancash en el año 2011*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Obtenido de <http://cybertesis.unmsm.edu.pe/handle/cybertesis/2369>

Ministerio de Educación. (2013). *Rutas de aprendizaje: ¿Qué y cómo aprenden nuestros estudiantes?* (Vol. 2. Comprensión y expresión de textos orales. VII ciclo). Lima: Ministerio de Educación.

Ministerio de Educación. (2014). *Marco curricular nacional: propuesta para el diálogo* (2.ª ed.). Lima: Ministerio de Educación. Recuperado el 20 de marzo de 2020, de <http://repositorio.minedu.gob.pe/handle/123456789/3700>

- Obando Castro, P. (2007). *Aprendizaje colaborativo en el rendimiento académico y habilidades sociales en el programa de especialización en enfermería*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia.
- Ojeda Cruz, G. P., & Reyes Carrasco, I. (2006). *Las estrategias de aprendizaje cooperativo y el desarrollo de habilidades cognitivas*. Piura: Universidad Nacional de Piura.
- Ovejero Bernal, A. (1990). *El aprendizaje cooperativo: una alternativa eficaz a la enseñanza tradicional*. Barcelona: PPU.
- Parrales Ordóñez, I. T. (2009). *El aprendizaje cooperativo: una estrategia metodológica en la educación superior a distancia*. Tegucigalpa: Universidad Pedagógica Morazán Francisco Morazán.
- Pérez, LL. (2012). *El trabajo cooperativo para mejorar el desarrollo de habilidades cognitivas*. Para obtener el grado de Maestro en Educación Técnica. Calabozo: Universidad Pedagógica Experimental Libertador.
- Pinzás García, J. (2003). *Metacognición y lectura* (2.ª ed.). Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Reguera Gonzales, D. (2010). *Efectos del método de aprendizaje cooperativo en el rendimiento académico de los estudiantes del quinto nivel de idiomas extranjeros de la Facultad de Ciencias de la Educación y Humanidades-UNAP, 2009*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- Ruiz Varela, D. (2012). *La influencia del trabajo cooperativo en el aprendizaje del área de economía en la enseñanza secundaria*. Valladolid: Universidad de Valladolid. Recuperado el 22 de marzo de 2020, de <http://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/2729/TEISIS286-130502.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Sabino, C. A. (2003). *El proceso de investigación* (3.ª ed.). Buenos Aires: Lumen-Humanitas.
- Sánchez Carlesis, H., & Reyes Meza, C. (2006). *Metodología y diseños en investigación científica*. Lima: Visión Universitaria.
- Suárez Guerrero, C. (2003). *El aprendizaje cooperativo como herramienta pedagógica*. Lima: IPP.
- Unesco. (1996). *La educación encierra un tesoro*. Madrid: Santillana.
- Vilca, A. (2010). *Guía de Práctica Profesional IV*. Lima: Universidad Alas Peruanas.



Vygotski, L. S. (2010). *Pensamiento y lenguaje* (2.^a ed.). (J. Tosaus Abadía, Trad.) Barcelona: Paidós.

INTERNATIONAL LEGAL STANDARDS FOR THE PROVISION OF PUBLIC SERVICES

Tetiana Korniakova¹

Kateryna Berezhna²

Yevheniia Kobrusieva³

Olena Lakhova⁴

Olena Lytvyn⁵

Abstract: The scientific article is devoted to the coverage of international legal acts and standards in European and international practice for the provision of public services as a direction of reforming legal education in Ukraine. The directions of improving domestic legislation on the provision of public services taking into account international legal standards are proposed: the development of the theory of public services, which consists in consolidating conceptual and categorical provisions in the Concept of public services, principles of public services, quality criteria for the provision of public services, and the like; unification of the legal regulation of administrative procedures by adopting

the Administrative Procedure Code of Ukraine, which would clearly disclose the issue of providing public services; fixing in the legal acts the types of legal guarantees to ensure the legality of the provision of public services: monitoring the activities of public administration entities on the provision of public services; holding public servants accountable for refusing to provide a certain type of public service; bringing into line with European experience the requirements for adoption, amendment, cancellation and the possibility of appealing individual administrative acts that are the results of the provision of public services; decentralization of power, which consists in justifying an

¹ Doctor of Science in law, Professor, Head of the Administrative and Criminal Law Department, Faculty of Law, Oles Honchar Dnipro National University, Ukraine

² Doctor of Science in law, Associated Professor, Head of the European and International Law Department, Faculty of Law, Oles Honchar Dnipro National University, Ukraine

³ PhD of Juridical Sciences, Associated Professor Associated Professor of the Administrative and Criminal Law Department, Faculty of Law, Oles Honchar Dnipro National University, Ukraine

⁴ PhD of Juridical Sciences, Associated Professor Associated Professor of the Administrative and Criminal Law Department, Faculty of Law, Oles Honchar Dnipro National University, Ukraine

⁵ PhD of Juridical Sciences, Associated Professor Associated Professor of the Administrative and Criminal Law Department, Faculty of Law, Oles Honchar Dnipro National University, Ukraine

increase in the powers of local authorities in comparison with public authorities.

Keywords: administrative service, accessibility, education, service, public service, transparency, legal education.

1. Introduction

The general direction of reforms or foreign governments is to increase the transparency and efficiency of the services provision. For example, in order to increase the transparency and quality of the service system by government agencies, the Department of Transportation in the United Kingdom annually develops and submits a report on the services provided and their compliance with standards. Increasing transparency and efficiency of the provision of services, focusing on the urgent needs of society is also characteristic of Bulgaria, which has a peculiar approach to identifying the needs of society, with a certain managerial character (Drobnic, Toros, Weis, 2020). In the Republic of Finland, in order to increase the transparency and efficiency of public services provision, the results of state reform programs are evaluated. The criteria for evaluating such results are, as a rule, the opinion of

320
the population on the quality of public services, the degree of controllability of state bodies and the effectiveness of their activities, the motivation of public servants, the quality of the implementation of the programs needed to implement the reform, the significance of the goals of these programs for society and their consistency (The citizen's charter, 1991).

2. Literature review

Analysis of the latest researches and papers on research topic. The issues of legal regulation of services as a legal category are the focus of scholars, and their various aspects were studied in scientific papers of such scholars as Kolomoiets etc. (2009), Tymoshchuk (2003), Pukała (2017) and others.

Public service is a service intended to serve all members of a community (Definition of public service, 2019). It is usually provided by government to people living within its jurisdiction, either directly (through the public sector) or by financing provision of services (McGregor, Campbell, 1982). The term is associated with a social consensus (usually expressed through democratic elections) that certain services should be available to

all, regardless of income, physical ability or mental acuity. Even where public services are neither publicly provided nor publicly financed, for social and political reasons they are usually subject to regulation going beyond that applying to most economic sectors (Koval, Prymush, Popova, 2017; Yankovyi et al., 2020). Public policy when made in the public's interest and motivations can provide public services. Public service is also a course that can be studied at a college or university. Examples of public services are the fire brigade, police, air force, and paramedics.

In modern democracies, public service is often performed by employees known as civil servants who are hired by elected officials. Government agencies are not profit-oriented and their employees are motivated very differently (Frank, Gregory, 2004). Studies of their work have found contrasting results including both higher levels of effort and fewer hours of work (Frank, Gregory, 2004). A survey in the UK found that private sector hiring managers do not credit government experience as much as private sector experience. Public workers tend to make less in wages when adjusting for education, although that difference is

321
reduced when benefits and hours are included. Public workers have other intangible benefits such as increased job security and high wages (Richwine, 2012).

3. Results

In developed democracies, the ideology of public administration as a system aimed at providing public services to the population is set forth in special acts, such as: “Citizen’s Charter” (Great Britain, India, 1992), “Civil Servants Charter” (Italy), “Marianne Charter” (France, 1992) (La Charte Marianne 2013) (Sadler, 2000), “Charter of Public Services Consumers’ Rights” (Belgium, 1992), “Charter of Quality Assurance in the Provision of Public Services” (Portugal, 1993), “Quality Supervision” (Spain, 1992), “Quality standards initiative” (Canada, 1992), “Quality Charter for compliance with public services provision” (Portugal, 1993) and the like. It should be noted that the introduction of standards for the provision of public services in foreign countries is a kind of realization of the right of subjects to apply for affordable and quality services (Borychenko et al., 2019).

The Citizen's Charter of 1991 established in Great Britain the principles on which the activities of government agencies and organizations providing services to the public should be based, as well as government commitments in this area. These principles include the establishment of clear standards for services, the openness and completeness of information, the provision of advice to the public and the choice of services, their usefulness and effectiveness, and the like. The Citizen's Charter is the basis for about forty more charters developed and approved by the Cabinet of Ministers and ministries by the Cabinet of Ministers, each of which sets standards for services in such areas as education, social welfare, employment, recreation, taxation and the like. In addition to them, local authorities created, taking into account the specific conditions of different regions, their charters of services, which they pledged to comply with.

Thanks to the Citizen's Charter program, the level public services quality in the UK has noticeably increased, citizens have a better understanding of their rights when receiving such services, and prerequisites have been created for

322
changing the psychology and culture of public servants themselves.

However, the implementation of this program stumbles on a number of difficulties, in particular, the underestimation of the usefulness of the "Citizen's Charter" by the population, the insufficient responsibility of public servants for the quality of services provided, methodological problems in determining indicators and standards, low monitoring efficiency and subjectivity in evaluating services, poor coordination between their providers (The Legislation of Ukraine, 1997).

In order to assess the practical results of the work of government bodies that provide services to citizens, the so-called compliance tables for the quality of their services have been introduced in the UK. At first, this concerned regular schools, then the tables were adapted for various organizations for the purpose of their use, for example, during inspections or audits (The Legislation of Ukraine, 1997).

A significant means of regulating the quality of public services in the UK is the nationwide Charter Mark award, approved by the British government in 1992. Such a competition performs significant regulatory and

stimulating functions in the field of improving the quality of administrative management and bringing it closer to the needs and interests of citizens.

Thus, in the French Republic, the basic principles, the procedure for the provision of services, and the rules of conduct for public servants during communication with consumers are enshrined in the Marianne Charter (Sadler, 2000). It should be noted that such attention of the French legislator to public servants is quite understandable, because the provision of most public services to individuals and legal entities is carried out through them. Given the quality and level of activity of public servants, subjects of circulation form their subjective idea of the activities of the entire state apparatus as a whole. Therefore, the procedure for the rigorous selection of candidates for public service is one of the factors for improving the quality of public services.

Increasing the independence of local governments and non-governmental institutions for the provision of public services to the population is advocated in the European legal space, in particular in the European Charter of Local Self-Government, ratified by the Law of Ukraine No.

323
452/97-BP of July 15, 1997 (The Legislation of Ukraine, 1997), Framework Council of Europe recommendations on regional democracy of November 17, 2009 (Council of Europe Framework Recommendation on regional democracy (2009), Council of Europe recommendations on the financial resources of local authorities and their responsibilities: subsidiary test No. 79 (2000) (Council of Europe Recommendation on the financial resources of local authorities and their responsibilities: subsidiary test No. 79 (2000), etc.

In the 90s. XX century governments of most countries of the world have come to the conclusion that it is necessary to modernize and improve the efficiency of the way public services are provided. Canada is no exception to this trend. Since 1995, reform of the ways to provide government services has been initiated at all administrative levels. The "Service Delivery Model" is one of the nine key objectives of the Program of Action aimed at improving the work of state bodies as a whole. The "service delivery model" was developed from the perspective of the end consumer - the citizen. This document states that a

customer-oriented service should take into account all the preferences (wishes) of citizens at each stage of the service provision; that is, the needs of citizens are transformed into an organizational principle around which public interest is determined and a service delivery model is planned. Analyzing the experience of providing certain services from the perspective of an individual citizen, we can conclude that two main positions require improvement: 1) accessibility of the service, provides the ability to quickly find the body that provides the service (in particular, the correct phone number, etc.), and direct physical accessibility of the body (in particular, appointment of time by phone, availability of parking lots, etc.); 2) the quality of the service (for example, courtesy, timely delivery, etc.).

Despite the geographic remoteness of the United States from Europe, the reasons that prompted the restructuring of public administration were very similar: the growth of the bureaucratic apparatus; inefficient spending of budget funds; the economic crisis, which forced the state to reduce the number of functions performed, including by delegating them to the private sector; unsatisfactory assessment

324
by the majority of citizens of the state bodies activities (Isakov, 2014; Bukanov et al., 2019).

The success achieved by American lawmakers is explained by the specifics of their mentality, namely, the rather high level of development of enterprise self-organization, therefore the transfer of some state functions to this sector does not cause problems with the possibility of their implementation (Isakov, 2014).

In the United States, the system of executive bodies is composed of the President, departments, government corporations, independent agencies, and other institutions. The legislation provides that among the above bodies, administrative institutions are only those ones that do not perform military or foreign policy functions and have the authority to decide on the legal status of individuals, that is, to decide on their rights and obligations. Administrative management assumes, as Kozyrin (1996) notes, “not just execution, but management mainly through regulation carried out with the help of regulatory and judicial powers transferred to the administration”.

So, in the USA, services are provided by special authorities, but the

necessary information is contained on the websites of the state departments of public services. Although most of the information relates primarily to public servants and the servicing of state institutions, all the potential recipients of public services have the opportunity to familiarize themselves with the necessary information or to order this service electronically. A similar practice of providing services exists in the UK. The relevant website contains information for both government officials and citizens, including the provision of analogues of Ukrainian public services. Moreover, for convenience, the site offers a choice of a certain life situation and provides practical legal clarifications regarding the further actions of the recipients of services. In Canada, most public services are provided by private provincial organizations. For example, the services for ensuring security, driver's licenses issuing, which were previously provided by state bodies, are currently sold by private enterprises. Due to the fact that an increasing number of functions of state structures are delegated to the private sector on the basis of agreements, the regulation of public-private relations has become the predominant direction in

325
the development of administrative law in Canada (Timoshchuk, 2003).

In Japan, administrative reform allowed about ninety government functions to be delegated to the establishment of independent management institutions outside the state organizational management structure. The goal of these institutions is to improve the quality and efficiency of the provision of public services and ensure transparency in the management of certain areas (Doroguntsov, 2007).

At present, the development and distribution of productive forces is largely determined by two trends: optimization (based on information as the fundamental resource of society, closely related to the development of financial and legal technologies, the process of “cataloging” the world, the formation of a global management system); innovative (consists in obtaining new knowledge and a qualitative abrupt change in the artificial environment of human life (Kolbas, 2011; Kostetska et al., 2020).

In 1998, the United States passed the Law on the Inventory of the Functions of Federal Authorities. Based on the content of this act, the executive bodies were entrusted with the task of

analyzing the totality of their functions and identifying those that could be delegated to the private sector (Bukhanevich, 2016). To regulate competition in the future, in 2003, Rules on public and private competition were developed that established the procedure for tendering and its frequency.

In our opinion, it is very important in the activity of the relevant ministries, state committees, and departments in the relevant sphere to intensify their work in informing the population about human rights, to work hard to ensure that the whole range of issues on the sphere of legislative support, practical implementation and protection of human and civil rights becomes more accessible for acquaintance and study to all members of society (Rabinovych, 2017). Only openness and publicity in this area can become a guarantee and effective factor of establishing in Ukraine a truly legal democratic state in which the rights and freedoms of citizens will be ensured (Rabinovych, 2017).

It is necessary to consider that nowadays in Ukraine the theory of recognition of human dignity, which is an integrative property of human nature and acts as one of the institutional

326
sources of its fundamental rights. In this regard, the general theory of law formulates an anthropogenic interpretation of human dignity, the concept of which is defined as the self-worth of a human as a unique generic biosocial being (Rabinovych, 2017). In our opinion, these doctrinal positions in the near future will require appropriate legal and even constitutional regulation.

Firstly, material support of scientific research requiring considerable financial resources for the purposes of upgrade of machinery and equipment remains serious problem (Leheza *et al*, 2018).

Secondly, academic staff remains vulnerable. Level of salary of scientists remains the key problem of this category. So, the occupational prestige decreases sharply. Number of scientists who emigrated abroad decreased over the last years. However, this problem continues to be extremely relevant by this day (Leheza *et al*, 2018).

The analysis of outflow of academic staff points to the fact that it is those scientists who emigrate abroad who may offer new knowledge that has no future perspectives for development or application in our country. In addition, the multinational mobility of academic

staff becomes rather topical problem (Leheza *et al*, 2018).

Many domestic scientists go to foreign scientific centers (for the purposes of on-the-job training or occasional employment) according to international treaties on cooperation. Displacement of centers of scientific and technological activity occurs in doing so. The fact that most of scientists who stay in Ukraine deal with parallel kinds of activity (politics, entrepreneurship) also continues to be the topical issue (Leheza *et al*, 2018).

Usually, the legal regulation of public services provision in the EU is carried out by legislative acts that extend to the whole range of administrative and procedural relations, including the scope of these services. For example, laws on administrative procedure are in force in the Federal Republic of Germany, the Republic of Austria, the Swiss Confederation, the Act on Administrative Procedures – in the Republic of Finland, the Act of general administrative law – in the Kingdom of the Netherlands, the Law on Public Administration – in the Kingdom of Sweden, the administrative proceedings Code – in the Republic of Poland, the Code of Administrative Procedures – in

the Czech Republic, the Law on Public Administration – in the Republic of Lithuania, and the like.

4. Conclusion

So, the foreign experience in providing public services of such countries as the USA, Japan, Canada, requires implementation in domestic legislation with the aim of developing common standards for the provision of these services.

The international legal acts establishing the standards for the provision of public services are highlighted: “Citizen’s Charter” (Great Britain, India, 1992), “Charter of Civil Servants” (Italy, 1992), “Marianne Charter” (France, 1992), “Charter of Public Services Consumers’ Rights” (Belgium, 1992), “Charter of Quality Assurance in the Provision of Public Services” (Portugal, 1993), “Supervision of Quality Compliance” (Spain, 1992), “Initiative quality standards” (Canada, 1992), “Quality Charter for compliance with public services provision” (Portugal, 1993); European Charter of Local Self-Government, ratified by the Law of Ukraine No. 452/97-BP of July 15, 1997.

It was found that administrative and procedural relations on the provision of public services are indicated in the legislative acts of the EU countries: the laws on administrative procedure are in force in the Federal Republic of Germany, the Republic of Austria, the Swiss Confederation, the Act on Administrative Procedures – in the Republic of Finland, and the general administrative act in the Kingdom of the Netherlands, in the Kingdom of Sweden – the Law on Public Administration, in the Republic of Poland – the Administrative Proceeding Code, in the Czech Republic – the Code of administrative procedures, in the Republic of Lithuania – the Law on Public Administration and the like.

Thus, the directions of improving domestic legislation on the provision of public services taking into account international legal standards are: a) development of the theory of public services, which consists in consolidating conceptual and categorical provisions, principles of public services, quality criteria for the provision of public services in the Concept of public services, etc. ; b) unification of the legal regulation of administrative procedures by adopting the Administrative

328
Procedural Code of Ukraine, which would clearly disclose the issue of providing public services; c) consolidation in the legal acts the types of legal guarantees to ensure the legality of public services provision: control over the activities of public administration entities on the provision of public services; holding public officials accountable for refusing to provide a certain type of public service, etc.; d) bringing the requirements of adoption, amendment, cancellation and possibility of appeal of individual administrative acts, which are the results of the provision of public services, in accordance with European experience; e) further study of the role of discretionary option of public service providers and the limitation of abuse of authority in the process of their implementation; g) the decentralization of power, which consists in justifying the increase in the powers of local authorities in comparison with public authorities.

References

Borychenko, K., Hudz, A., Koval, V., Golubkova, I., Mazur, A. (2019). European standards for social protection of internally displaced persons. *Dilemas*

contemporaneos-educacion politica y valores, 7 (SI), 88.

Bukanov H., Kolesnyk A., Tashkinova O., Kotlubai V., Koval V. (2019). Social marketing in public administration of social service institutions. *Revista Genero & Direito*, 8 (6), 457-468.

Bukhanevich, A. M. (2016). Theoretical, legal and praxeological principles of the provision of administrative services in Ukraine. *Institute of Legislation of the Verkhovna Rada of Ukraine*. K.

[Definition of public service \(2019\)](#).

Retrieved from <https://www.merriam-webster.com>

Doroguntsov, S.I. (2007). The distribution of productive forces and the regional economy. *Textbook*. K.KNTU.

Drobnic, J., Toros, J., Weis, L. (2020) Ethical Paradigms in Business and Society. *Economics. Ecology. Socium*, 4, 1-14.

Frank, Sue A.; Lewis, Gregory B. (2004). "Government Employees: Working Hard or Hardly Working?". *The American Review of Public Administration*. 34 (1), 36–51.

Isakov, A.R. (2014). Public services quality assurance: administrative aspect: Retrieved from <https://www.dissercat.com>.

Kolbas, I.V. (2011). *Public-power*

services as a means of ensuring the implementation of human rights by the state. National University of State Tax Service of Ukraine. Irpin.

Kolomoiets, T. O., Pyrizhkova, Yu. V., Armash, N. O. etc. (2009). *Administrative Law of Ukraine*. Kyiv: Istyna. (in Ukrainian).

Kostetska, K., Khumarova, N., Umanska, Y., Shmygol, N., & Koval, V. (2020). Institutional qualities of inclusive environmental management in sustainable economic development. *Management Systems in Production Engineering*, 28 (2), 15-22.

Koval, V., Prymush, Y., & Popova, V. (2017). The influence of the enterprise life cycle on the efficiency of investment. *Baltic Journal of Economic Studies*, 3(5), 183–187.

Koval, V., Pukała, R. (2017). Implementation of regulatory policy in economic activity: development of the institute regulatory impact assessment. *Economics. Ecology. Socium*, 1(1), 24-32.

Kozyrin, A.N. (1996). *Administrative law of foreign countries*. Tutorial. M. Publishing house "SPARK".

Leheza, Ye., Savielieva, M., Dzhafarova, O. (2018). Structural and legal analysis of scientific activity

- regulation in developed countries. *Baltic Journal of Economic Studies*, 4 (3), 147-157.
- McGregor, Jr., Eugene, B.; Campbell, Alan K.; Macy, Anthony itua; Cleveland, Harlan (July–August 1982). Symposium: The Public Service as Institution. *Public Administration Review*, 42 (4), 304–320.
- Rabinovych, P.M. (2017). Moral damage and the right to its compensation: a general theoretical approach. *In: Law of Ukraine*. 4, 29-50.
- Richwine, Jason (2012). Government Employees Work Less than Private-Sector Employees. *Backgrounder*. The Heritage Foundation (2724). 1–6.
- Sadler, J. (2000). Improving the Quality of Government Services: The UK Experience. *Problems of management theory and practice*, 3, 1-5.
- The Legislation of Ukraine (2000). Council of Europe Recommendation on the financial resources of local authorities and their responsibilities: subsidiarity test. Retrieved from https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/99_4_739.
- The Legislation of Ukraine (2009). Council of Europe Framework Recommendation on Regional Democracy. Retrieved from <https://rm.coe.int/168071b5e9>.
- The Legislation of Ukraine. (1997). European Charter of Local Self-Government: Retrieved from. Available online. In: https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/99_4_036.
- Timoshchuk, V.P. (2003). *Administrative procedure and administrative services. Foreign experience and suggestions for Ukraine*. Center for Political and Legal Reforms. K. Fact.
- Yankovyi O., Koval V., Trokhymets O., Karpenko M., Matskevich Y. (2020). Economic assessment of investment on the basis of production functions. *Turismo: Estudos &Práticas*, 2

METHOD OF INQUIRY AND LEARNING IN STUDENTS OF A PRIVATE UNIVERSITY

Flor de María Sánchez Aguirre¹

Gustavo Adolfo Borja Velezmoro²

Fernando Cesar Camones Gonzales³

Abstract: The research objective aims to describe the method of inquiry, also known as problem-based learning (inquiry) in the formation of Medical Technology students at a private university. The research route is qualitative, phenomenological and interpretive designs, inductive method, the survey and recordings are used as instruments. In the systematization of the information, a priori, a posteriori, codification and elaboration of interrelated thematic networks are carried out. The ATLAS ti program is used to interpret the categories and subcategories. It is concluded that the method of inquiry is extremely useful for the student, because it enhances their self-learning, scientific curiosity and self-discipline.

Keywords: Method. Inquiry. Learning.

1. Introducción

La educación universitaria en pregrado, y especialmente en salud, ha sufrido cambios en el currículo, insertando nuevas corrientes pedagógicas que permitan utilizar estrategias, métodos, técnicas y procedimientos didácticos debido a las debilidades que se observa en la formación profesional de los futuros tecnólogos médicos; por otro lado, se asume la deficiencia de los egresados del nivel de educación básica regular que solo repiten lo que saben de manera memorística sin aplicar lo aprendido en otras situaciones. Estos estudiantes, además, presentan dificultades en la toma de decisiones y la comprensión de aquello que están aprendiendo (Ramírez,

¹ Universidad César Vallejo - Instituto de Educación Superior Pedagógico Público “Manuel González Prada” pmdsanchezaguirre12@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6416-6817>

² Universidad Nacional Mayor de San Marcos. gusborja@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2277-4915>

³ Universidad Nacional Mayor de San Marcos. fernando.camones@unmsm.edu.pe. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8275-8955>

2014). Cabe precisar la desigualdad social que existe a nivel nacional como en América Latina que provoca efectos negativos, principalmente, en los sectores educación y salud (Cepal, 2016). Estos efectos nocivos en la educación universitaria vienen siendo estudiados por Barbachán, Cajas, Ramos y Sánchez (2017), quienes describen la realidad problemática que se vive en la comunidad universitaria de Lima-Perú, la inseguridad ciudadana que provoca cambios de actitudes y presenta efectos perniciosos en el rendimiento académico.

Frente a la necesidad de formar profesionales con conocimientos, habilidades, destrezas y competencias en la resolución de problemas, la universidad canadiense de McMaster (1960) inicia el uso del método de indagación o también conocido como aprendizaje basado en problemas (indagación) y obtuvo resultados satisfactorios en lo que respecta a la internalización de los conocimientos, capacidades y habilidades necesarias para la vida profesional. Son dos las razones argumentativas que justifican el problema planteado primero es hallar la utilidad del método de indagación en el proceso de aprendizaje: el segundo es el

332
uso del enfoque cualitativo donde la muestra permite observar estudiantes de áreas médicas, cuya formación profesional depende de su preparación para atender a los conciudadanos en la salud y el bienestar de la persona humana; aspecto tan cuestionado en estos tiempos ante la aparición de enfermedades virales que necesitan de soporte investigativo y tecnológico como es el dengue y la aparición de un virus que está causando muerte a las personas contagiadas con el COVID 19; desde esta situación se necesita profesionales preparados para contrarrestar estos tipos de problemas y contribuir con una cultura preventiva de educación en salud. La Escuela de Tecnología Médica, en la especialidad de Laboratorio Clínico de una universidad privada, no se excluye de la problemática descrita, desde la determinación de las asignaturas de la malla curricular y el perfil de egreso. La utilización del método de indagación en esta realidad descrita permite mejorar el aprendizaje no solo de los contenidos conceptuales, sino también de los contenidos procedimentales y actitudinales; y **el segundo** se evidencia a partir del estudio cuasiexperimental de Villalobos (2018) que pretende conocer la efectividad del

método de indagación para mejorar el conocimiento y habilidades relacionada con la lactancia materna, concluyendo que la evaluación previa a la aplicación de la estrategia educativa arroja resultados insuficientes de 42.9% y posterior a la aplicación del método de indagación el resultado resulto positivo en un 100% de la muestra de estudiantes de medicina evaluados, determinándose que la aplicación del método de indagación mejora los conocimientos y habilidades. Herrera (2017) plantea que el método de indagación influye en las competencias didácticas de los docentes, de diseño pre experimental, arribando que los resultados difieren entre el pretest y postest del grupo experimental, siendo confirmada la hipótesis que el método de indagación influye favorablemente en las competencias didácticas de los docentes. Pérez (2016) esboza la importancia del método de indagación en el nivel de conocimiento de patologías más frecuentes en internos de Medicina Humana. Se realiza un pretest al grupo de control y experimental, luego se aplica el método de indagación al grupo experimental y al grupo de control sin intervención de ningún método, llegando a conseguir

resultados significativos en el grupo experimental.

El marco teórico referencial sobre el método de indagación presenta sus orígenes en la universidad McMaster de Canadá, en 1970, que se encontraba en reformas educativas a cargo de Howard Barrows y Robyn Tamblyn (1980), quienes realizaron una prueba piloto del método sustentado en el aprendizaje básico, teniendo como conjeturas que el ser humano para sobrevivir a su entorno debe resolver problemas, esto es una derivación del proceso de comprensión y/o resolución de problemas a los cuales el hombre está expuesto en su vida diaria (Antequera, 2016). Se entiende que existen diversas acepciones sobre el método; no obstante, para Font (2004), el método se convierte como excusa para la elaboración del conocimiento y permite resolver el problema ya que los estudiantes son capaces de elaborar sus conceptos, ideas y actitudes. Barrows (1986) indica que el método de indagación es utilizado en la resolución de problemas para construir el conocimiento e integrar los nuevos saberes, este método despierta la curiosidad y el estudiante aprende haciendo; plantear problemas es el medio de apertura a los conocimientos,

habilidades y actitudes, y el planteamiento en la praxis pedagógica universitaria está orientado al logro de competencias puesto que el maestro se convierte en facilitador del aprendizaje y acompañante del aprendizaje (Santillán, 2006). Dueñas (2001) menciona que el método de indagación presenta un enfoque pedagógico multimetodológico y multididáctico, que promueve el aprendizaje y la formación del estudiante, ello se convierte en el sustento valorativo para el auto-aprendizaje, autoformación, autorreflexión.

El método Indagación fue diseñado para promover el razonamiento crítico, desarrollar una visión holística de la realidad, estimular el estudio independiente y auto-dirigido, adquirir el hábito para el trabajo en equipo, la capacidad para aprender a aprender y la habilidad para enfrentarse a los problemas. (Gutiérrez, De la Puente, Martínez y Piña, 2012, p. 6)

Bases teórico-pedagógicas del método de indagación

El método de indagación tiene sustento en diferentes corrientes teóricas del aprendizaje humano, donde destacan las teorías del aprendizaje significativo de Ausubel y el aprendizaje por descubrimiento de Bruner, las cuales forman el cuerpo teórico de enseñar-

334
aprender en el aula. También se considera la teoría de interacción social de Vigotsky. Todas estas teorías forman parte de la teoría constructivista y de acuerdo con esta postura en la aplicación del método es importante en el contexto y presentación del problema para lograr un aprendizaje significativo (Sánchez y Ramis, 2004). Rodríguez (2014) señala que el método de indagación es didáctico y forma parte del aprendizaje activo, colaborativo y centrado en el estudiante. Vera (2012) y Ríos (2007) explican que los alumnos que aplican esta metodología desarrollan, a través del auto-aprendizaje, las capacidades de trabajar de manera colaborativa, a tomar decisiones y planear estrategias que benefician al equipo además de que reflexionan sobre su propio aprendizaje formando actitudes y valores; en otras palabras, desarrollan la metacognición. Por lo expuesto, con la aplicación de esta metodología, se busca desarrollar competencias complejas en el alumno, relacionadas tanto con el pensamiento reflexivo como con el razonamiento crítico además del aprendizaje autodirigido (Centro de Desarrollo Educacional, 2018).

Objetivos del método de indagación

Más allá de los objetivos instruccionales, esta estrategia metodológica tiene los siguientes metaobjetivos: el desarrollo de habilidades del pensamiento, la activación de procesos cognitivos en el estudiante y, principalmente, la transferencia de metodologías de acción intelectual (Restrepo, 2005). “El objetivo de esta metodología no es resolver problemas, sino utilizarlos para identificar lo que se llaman metas de aprendizaje, tópicos para el estudio posterior, a realizarse de manera individual o en grupo” (Montoya, 2001, p.4). Los problemas son solo agentes motivadores para lograr las metas de aprendizaje pues, en el proceso de solución del mismo, el alumno pone en práctica diversas tácticas y técnicas.

Branda (2009) indica los objetivos que debe cumplir el método de indagación:

- a. Utilizar estrategias de razonamiento para el análisis y síntesis de la información proporcionada por el problema/situación en una o más hipótesis explicativas.
- b. Identificar necesidades de aprendizaje.

- c. Identificar, a partir de lo aprendido, principios que puedan aplicarse a otras situaciones/problemas.

Pasos

En la Universidad de Maastricht (Holanda), se perfila los procedimientos del método en siete saltos o también conocido como los siete pasos o modelo Maastrich, muy similar al utilizado en la universidad McMaster, el cual, si bien ha tenido modificaciones y versiones en diversas instituciones, se mantiene como el más utilizado en diversas universidades del mundo (Huber, 2008; Mendoza-Espinosa, Méndez-López y Torruco-García, 2012).

Paso 1: Presentación y definición del problema. El docente elige un problema determinado para presentarlo a los estudiantes. El problema debe cumplir tres condiciones: relevancia, cobertura y complejidad.

Paso 2: Clarificación de términos. Se debe definir los conceptos de los términos utilizados en el problema de tal forma que todos los estudiantes entiendan su significado en el contexto del problema. Se promueve la búsqueda de información y el aprendizaje de nuevos términos.

Paso 3: Análisis del problema.

Tras la comprensión previa los alumnos descubren el problema y si hay problemas alternos. Se aplica la técnica grupal de lluvia de ideas para ordenar los pensamientos de los alumnos, además de la observación en donde se enriquece la información de lo que les ha sido presentado.

Paso 4: Explicaciones tentativas (generación de hipótesis). Los alumnos exponen sus hipótesis explicativas del problema y se inicia el debate y discusión de las mismas. El tutor identifica las necesidades de conocimiento de sus alumnos, entre lo que saben y/o entienden y lo que no, estimulándoles a que estas necesidades se conviertan en un objetivo por superar.

Paso 5: Objetivos de aprendizaje adicional. En esta fase, cada alumno, sea en forma individual o en grupo, establece lo que requiere consultar y profundizar sobre el problema y su solución. Toma como base sus necesidades de conocimiento identificados en el paso 4. Los alumnos deciden que desean investigar y en grupos se establece que temas se asignan a sus miembros y que después sean expuestos a todos los integrantes del

grupo, de esta forma se estimula la cooperación en vez de la competición.

Paso 6: Aprendizaje individual o independiente. El estudiante empieza a investigar adquiriendo el conocimiento que le falta; para lograrlo, utiliza todos los medios a su alcance, para sustentar las hipótesis presentadas. El alumno de esta forma aprende a investigar y organizar la información, así como a ser crítico y selectivo de las fuentes.

Paso 7: Intercambio de resultados. Los alumnos intercambian la información obtenida, vuelven a analizar el problema con la nueva información y, por último, formulan conclusiones. El alumno aprende que la nueva información puede ayudar a solucionar otros problemas. Finalmente, los alumnos, al reconocer sus logros, pueden comparar su desempeño con el de sus compañeros, identificando sus fortalezas y debilidades.

Constructivismo

Corriente teórica que postula que el conocimiento no se recibe pasivamente ni es una copia de la realidad; sino que es una construcción del sujeto, en un proceso de elaboración interior, constante y dinámica, a partir de la acción en su interacción con el mundo

y con otros sujetos. La construcción del conocimiento parte desde lo que ya posee el sujeto, el nuevo conocimiento se asimila, se adecúa o readapta a las estructuras de la persona (Garzón y Vivas, 1999). Para Alonso, Gallego Y Honey (2007), la actividad constructiva es tanto una actividad individual como una actividad grupal; por lo tanto, se debe distinguir entre lo que el alumno es capaz de hacer y aprender autónomamente, y lo que es capaz de aprender con la ayuda de otros.

A. Bases Epistemológicas. Para García-Sevilla (2008), el constructivismo es una propuesta sobre el análisis del conocimiento del ser humano, donde se le permite asignar significados a la realidad, a la vez que el conocimiento que obtiene está directamente en relación con los saberes previos y la construcción que se realiza a partir de los elementos de su alrededor, creando y construyendo activamente su realidad personal.

B. Bases psicológicas. Para Chadwick (1999), el constructivismo enfatiza que el conocimiento es el resultado de la interacción social y cultural. Resulta de importancia los aportes de Vygotski (1979), quien afirma que todos los procesos psicológicos

337
superiores como el lenguaje, comunicación, razonamiento, primero se adquieren en un contexto social para luego internalizarse.

C. Bases pedagógicas. Para Suárez (2000), el constructivismo tiene bases en el aprendizaje como una construcción personal, interior e intersubjetiva; por tanto, el docente debe orientar la enseñanza hacia el logro de transformar los esquemas mentales del estudiante a través de nuevos saberes con sus saberes previos, abordando sistemáticamente dicha transformación y desarrollo intelectual de sus educandos.

Aprendizaje

Existen muchas definiciones sobre el aprendizaje, muchos de ellos basados en las teorías del aprendizaje. De las variadas conceptualizaciones, hemos tomado las siguientes: “El resultado de un cambio potencial en una conducta -bien a nivel intelectual o psicomotor- que se manifiesta cuando estímulos externos incorporan nuevos conocimientos, estimulan el desarrollo de habilidades y destrezas o producen cambios provenientes de nuevas experiencias” (Rojas, 2001, p.1). Para Beltrán (1990), es el cambio de conducta más o menos permanente de la conducta

producto de la práctica. Para Davis, Alexander y Yelon (1983), es la noción de un cambio relativamente permanente en la conducta obtenido de la práctica o la experiencia. El aprendizaje es el proceso por el cual se adquieren conocimientos, habilidades, destrezas, valores y actitudes. Existen diferentes formas de entender este proceso donde destacan aquellas teorías cognitivas que se sustentan en la teoría constructivista, donde el propio sujeto construye su conocimiento a partir de un proceso interactivo y dinámico a través del cual la información que recibe es interpretada y reinterpretada por la mente construyendo modelos explicativos progresivamente cada vez más complejos (Díaz-Véliz, Bustamante, Maya y Mora, 2013).

Aprendizaje significativo

Ausubel postula que el aprendizaje implica una reestructuración activa de las percepciones, ideas, conceptos y esquemas que el alumno posee en su estructura cognitiva. El psicólogo cognitivista concibe al alumno como un procesador activo de la información, afirmando que el aprendizaje es sistemático y organizado, y no un fenómeno complejo que se

reduce a simples asociaciones memorísticas (Díaz-Barriga y Hernández-Rojas, 2002). Coincidimos con Schunk (2012) en que el principal aporte de Ausubel (1963, 1968) ha sido en concebir que el aprendizaje debe ser una actividad significativa para la persona que aprende y tal significatividad es directamente relacionada entre el nuevo conocimiento con el preexistente en el alumno. Para Ausubel, aprender es sinónimo de comprender; por lo tanto, todo lo que se comprenda será lo que se aprenda y se recordará más eficientemente pues quedará unido a la cadena de conocimientos, en otras palabras, cuando el alumno relaciona lo aprendido y les da un sentido a partir de su estructura conceptual que ya posee, esto es lo que denomina aprendizaje significativo (Carretero, 2009).

A. Saberes previos. El conocimiento se construye en un proceso de elaboración interno, continuo y dinámico, a partir de las experiencias y creencias del estudiante que constituyen sus saberes previos. Estos saberes provienen de las costumbres y creencias que observa en su entorno.

La adquisición de información nueva depende en alto grado de las ideas pertinentes

que ya existen en la estructura cognitiva y el aprendizaje significativo de los seres humanos ocurre a través de una interacción de la nueva información con las ideas pertinentes que ya existen en la estructura cognitiva. (Ausubel, Novak y Hanesian, 2009, p. 7)

B. Conflicto cognitivo. Para Piaget, el aprendizaje se logra si la comprensión de un nuevo saber arbitrado por el docente genera la transformación de los esquemas y estructuras mentales del estudiante hacia estados de producción de conocimiento mediante procesos de asimilación y acomodación, reconfigurando el esquema cognitivo previo (De la Torre, 2001).

C. Organización de ideas. Los procesos de asimilación y acomodación de los nuevos saberes, generan nuevas ideas y modifica las ya existentes, estas ideas son organizadas y reorganizadas dentro de su estructura cognoscitiva propiciando su asimilación.

D. Elaboración del propio conocimiento. El aprendizaje significativo, dentro del proceso de enseñanza-aprendizaje, es el proceso de construcción de nuevos significados. Se aprende un contenido cuando se es capaz de atribuirle un significado. Por tanto, al finalizar el proceso la persona construye nuevos conocimientos a través de conocimientos adquiridos anteriormente,

para ello, también debe existir una motivación que provoque un interés para construir sus propios conocimientos. Entonces, se logra el aprendizaje significativo cuando las ideas se ordenan en forma congruente y el sujeto decide aprenderlas.

Aprendizaje por descubrimiento

Bruner (1988) concuerda con Vigotsky (1979) al plantear que la parte esencial de todo proceso de aprendizaje es tener la experiencia personal de descubrirla. Baro (2011) define que el aprendizaje por descubrimiento ocurre cuando el docente muestra las herramientas necesarias al alumno y éste descubre lo que desea aprender. El ser humano tiene la capacidad natural para descubrir conocimiento, el resultado de este descubrimiento implica la reconstrucción de un significado novedoso para su sistema cognitivo. “El aprendizaje por descubrimiento se desarrolla a través de un proceso de resolución significativa de problemas, basado en la disposición intencional del sujeto hacia la comprobación de hipótesis” (Barrón, 1993, p. 4).

A. La exploración: Resultante de expectativas frustradas o insuficientes para lograr un objetivo, se

establece una situación problemática que desencadena el proceso de exploración, indagación y descubrimiento.

B. Vivencial: En el proceso de aprendizaje por descubrimiento intervienen todos los aspectos del ser humano, tanto los intelectivos como los afectivos, sociales, morales, entre otros. Frente a una situación problemática, la persona interpreta su realidad, la interioriza y la exterioriza, por tanto, al experimentar esta situación la asume en forma vivencial.

C. Resolución de problemas: Barrón (1993) señala que el aprendizaje por descubrimiento proviene del proceso constructivo de comprobación de teorías y no de secuencias inductivas derivadas de la observación, está basado en acciones coordinadas realizadas ante una situación problemática, desarrollándose en un proceso de resolución significativa de problemas.

Frente a lo mencionado surge el sistema problemático: problema general ¿Cuál es la utilidad del método de indagación en el proceso de aprendizaje de los estudiantes de una universidad privada?, los problemas específicos: ¿Cómo interpretan los estudiantes la relación entre el método de indagación y el proceso del aprendizaje?, ¿reconocen

los estudiantes la influencia de la solución de problemas en el proceso de la construcción de nuevos conocimientos? La importancia del estudio radica en llenar un vacío del conocimiento desde la percepción de los estudiantes que utilizan el método de indagación en la formación de estudiantes en salud, identificando las ventajas y desventajas en el proceso de enseñanza-aprendizaje, además, de contribuir con el desarrollo curricular y en la aplicación de este método, que pretende enseñar a resolver los problemas de la realidad y convertirlos en expertos en la resolución de problemas, generar aprendizajes autónomos, entre otros. El objetivo general es describir la utilidad del método de indagación en el proceso de aprendizaje de los estudiantes de una universidad privada. Los objetivos específicos: identificar como interpretan los estudiantes de la relación existente entre el método de indagación y el aprendizaje de los estudiantes de una universidad privada, detallar como reconocen los estudiantes la influencia de la solución de problemas en la construcción de nuevos conocimientos. La hipótesis general es que los estudiantes de una universidad utilizan y valoran positivamente el método de

indagación en su proceso de aprendizaje formativo.

2. MÉTODO

La investigación utilizó el método científico en todas sus etapas, planteándose las preguntas de investigación a partir de la observación de la aplicación del método de indagación. Se realizó la búsqueda de antecedentes en donde tenemos que Herrera (2017), Pérez (2016) y Antequera (2016) demostraron que la aplicación del método de indagación influye favorablemente en las competencias de los docentes y mejora el nivel de conocimientos en los estudiantes. León (2016), Castañeira (2015) e Illesca (2012), por su parte, indicaron que el método de indagación influye favorablemente en el rendimiento académico de los estudiantes fomentando el autoaprendizaje, el trabajo en equipo y formando capacidades, habilidades y destrezas que mejoran las posibilidades de empleabilidad para el futuro profesional. A partir de estos estudios, se elaboró una metodología para la

341
recolección de datos, los cuales fueron analizados y contrastados con las investigaciones anteriores. Todos estos estudios sobre la aplicación de la metodología del método de indagación en universidades le son favorables, demostrando que con su aplicación se pueden alcanzar no solo aprendizajes significativos, sino además capacidades, habilidades y destrezas. De estos estudios, la gran mayoría son cuantitativos y no demuestra la apreciación propia que puede tener uno como los actores principales en el uso de este método por los estudiantes.

Categorías y categorización

Para efectos de la presente investigación, se consideraron los dos ejes temáticos principales: método de indagación y aprendizaje, cada uno de cuatro ítems, que fueron obtenidos del mapeamiento respectivo de cada eje (figuras 1 y 2), y que a su vez fueron clasificados en cuatro categorías, cada una con codificación propia. En las tablas 2 y 3, se puede apreciar los ítems y su codificación; más detalles se aprecian en la matriz de categorización.

Tabla 1: *Eje temático método de indagación*

Ítem	Codificación
------	--------------

Uso del método de indagación en estudiantes (Definición)	Cód. 001. Estudio independiente Cód. 002. Autoevaluación Cód. 003. Responsabilidad del estudiante
Aprendizaje activo (Características)	Cód. 004. Relación interactiva con la materia de estudio. Cód. 005. Investigación Cód. 006. Trabajo cooperativo
Aprendizaje colaborativo (Ventajas)	Cód. 007. Organización de grupos/equipos Cód. 008. Comunicación Cód. 009. Uso eficiente del tiempo
Solución de Problemas (Objetivos)	Cód. 010. Motivación para lograr las metas de aprendizaje

Tabla 2: *Eje temático aprendizaje*

Ítem	Codificación
(Definición)	Cód. 011. Incorporación de nuevos conocimientos Cód. 012. Desarrollo de habilidades Cód. 013. Desarrollo de destrezas Cód. 014. Adapta el aprendizaje a su entorno
Teoría Constructivista	Cód. 015. Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva Cód. 016. Activación de saberes previos
Aprendizaje significativo	Cód. 017. Organización de ideas Cód. 018. Elaboración del propio conocimiento
Aprendizaje por descubrimiento	Cód. 019. Resolución de problemas

La investigación corresponde al paradigma constructivista, con enfoque cualitativo, diseño fenomenológico e interpretativo, método inductivo. La muestra es no probabilística, de selección orientada por las

características de la investigación (Gallardo, 2017).

Escenario de estudio: La investigación se realizó en una universidad privada, sede principal situada en la av. Arequipa 440, urb. Santa Beatriz, Lince. En los ambientes

asignados a la Escuela Profesional de Tecnología Médica.

Caracterización de sujetos: Los participantes en la investigación fueron alumnos del tercer año (quinto y sexto ciclo) de estudios de Tecnología Médica de la Especialidad de Laboratorio Clínico. Entre las principales características que tienen estos estudiantes es que pertenecen a la clase media y media alta; el 50% de los mismos cuentan con estudios técnicos y trabajan. Sus edades comprenden entre los 20 y los 30 años; 4 pertenecen al sexo femenino y 2, al sexo masculino. Todos ellos presentan estado civil soltero. Todos los alumnos entrevistados reconocen a la metodología del método de indagación como una metodología en la cual se utiliza casos problemas o casos clínicos para la enseñanza en los diferentes cursos y todos ellos firmaron un consentimiento informado para la realización de la entrevista.

Procedimientos: Para el análisis de los datos se usó el modelo de Taylor y Bogdan (2000), descrito por Salgado-Levano (2006), para un enfoque de análisis en progreso en investigación cualitativa, que se basa en tres momentos: descubrimiento, codificación y relativización; dirigidos a buscar la

comprensión en profundidad tanto de los escenarios como de las personas que se estudian:

Fase de descubrimiento: consiste en buscar temas examinando los datos de todos los modos posibles, lo cual involucrará las siguientes acciones: leer repetidamente los datos, leer el material bibliográfico, elaborar tipologías, buscar los temas emergentes y desarrollar conceptos y proposiciones teóricas.

Fase de codificación: donde se reunió y analizó todos los datos que se refieren al tema: ideas, conceptos, interpretaciones y proposiciones, las acciones fueron: codificar todos los datos, desarrollar categorías de codificación, separar los datos pertenecientes a las diversas categorías de codificación, examinar los datos que no se han considerado y refinar el análisis.

Fase de relativización de los datos: consistió en interpretar los datos en el contexto en el que fueron recogidos, las acciones fueron: interpretación de datos solicitados o no solicitados, interpretación de datos directos e indirectos, distinguir entre la perspectiva de una sola persona y los

propios supuestos (autorreflexión crítica).

Técnicas e Instrumentos de recolección de datos

Para la recolección de datos, se utilizó la técnica de la entrevista y el instrumento de recolección de información fue la encuesta, teniendo como soporte las grabaciones que

permiten registrar de una manera más fidedigna la información brindada por los encuestados, de tal forma que se evitan de esta manera cualquier tipo de distorsión o sesgo por parte del equipo de investigación. Unidades de análisis: 06 alumnos de ambos sexos, que fueron seleccionados mediante muestreo no probabilístico siendo el criterio de selección por conveniência.

Mapeamiento

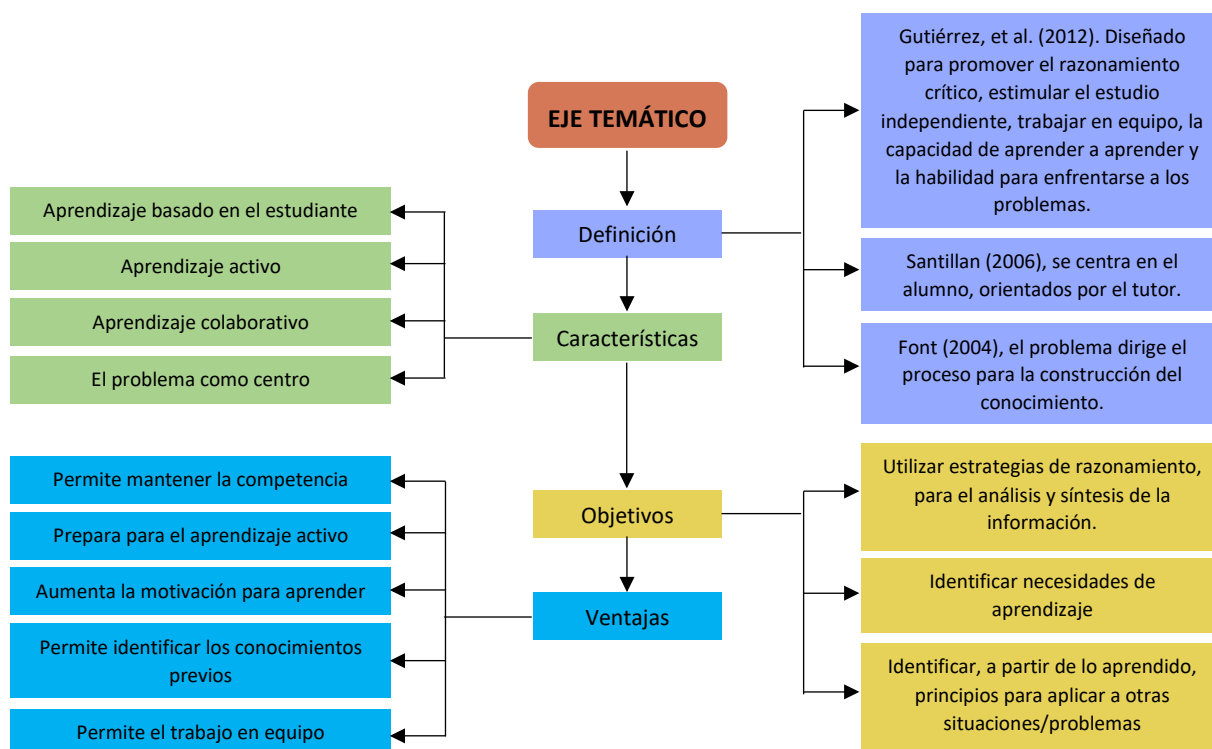


Figura1. Eje temático método de indagación

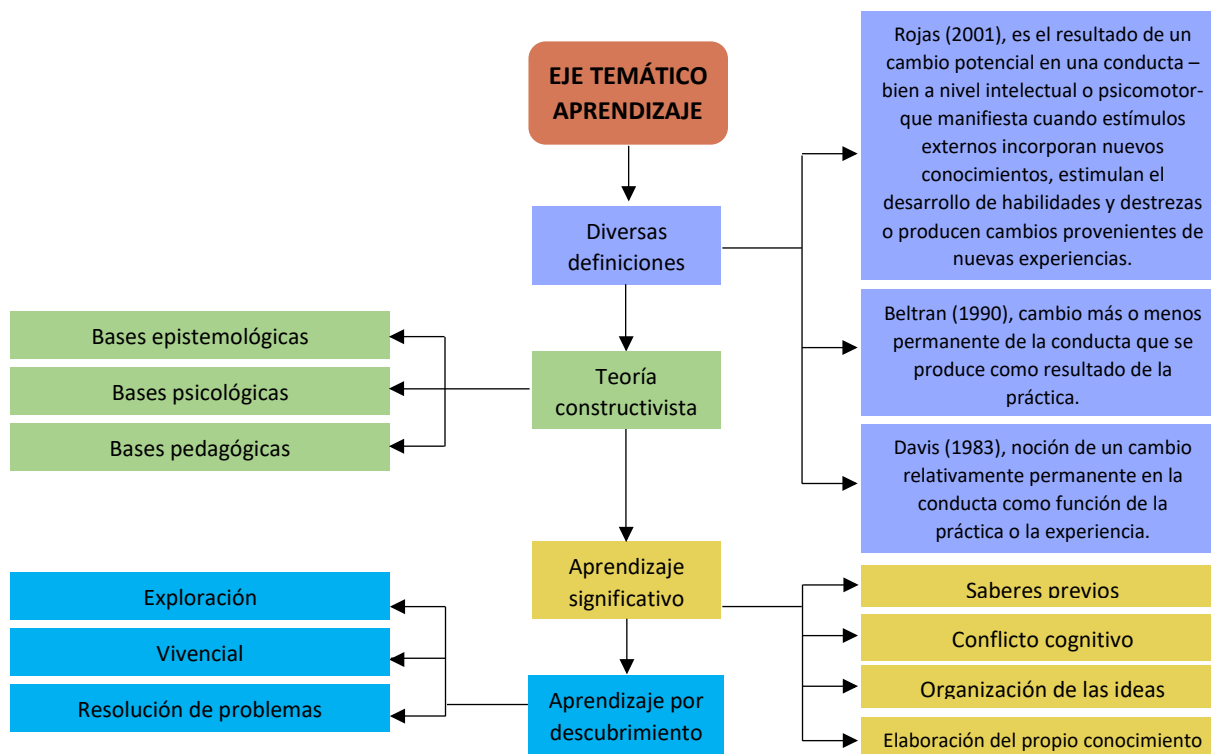


Figura 2. Eje temático aprendizaje

Descripción y análisis de resultados

Terminado el trabajo de campo, los resultados obtenidos en el cuestionario, con el soporte de las grabaciones y anotaciones, fueron ingresados en el programa ATLAS.ti versión 8 para su sistematización y análisis. Considerándose que el ATLAS.ti es un programa (software) para el análisis cualitativo de datos, su función no es el de automatizar el proceso de análisis sino el de ayudar al investigador a realizar dicho análisis, de tal forma que reduce tiempos en actividades que, sin contar con el mismo, llevarían mucho tiempo. La

sistematización de la información como son el ordenamiento, categorización, codificación y elaboración de interrelaciones fueron realizadas con este programa, obteniéndose tablas y gráficos que fueron analizados e interpretados por el equipo de investigadores. De las 6 encuestas realizadas se extrajeron citas, las cuales según su contenido fueron catalogadas con los códigos correspondientes a las categorías de estudio de cada eje temático. Como primer resultado se obtuvo las frecuencias de los 5 códigos de mayor aparición los cuales mostramos a continuación:

Tabla 3: Frecuencias de los 5 códigos de mayor aparición

Codificación	Frecuencia
Cód. 003. Responsabilidad del estudiante	32
Cód. 015. Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva	31
Cód. 018. Elaboración del propio conocimiento	29
Cód. 004. Relación interactiva con la materia de estudio	27
Cód. 006. Trabajo cooperativo	23

Como se puede apreciar de la tabla 3, el Código 003 “Responsabilidad del estudiante” es el que obtuvo la mayor frecuencia en todas las encuestas y pertenece al Eje Temático “Indagación”, de la categoría 2. 01. “Se responsabiliza de su proceso de aprendizaje”; el segundo más frecuente es el Código 015 “Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva” que pertenece al Eje Temático. “Aprendizaje”, de la categoría 2.02 “El conocimiento se construye a partir de los saberes previos del sujeto, el nuevo conocimiento se asimila, se adecua o readapta a sus estructuras cognitivas”. Hay que resaltar que de entre estos 5 códigos más frecuentes, 3 pertenecen al eje del método de indagación y 2 al eje aprendizaje, la tabla completa con las frecuencias de los códigos. En segundo lugar, se obtuvieron las co-ocurrencias entre códigos de los ejes del método de

indagación y Aprendizaje las cuales pueden apreciarse en la tabla 5, en donde las dos co-ocurrencias de mayor frecuencia son entre el cód. 003 “Responsabilidad del estudiante” y el cód. 015 “Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva”; y la co-ocurrencia entre los cód. 005 “Investigación” y el cód.018 “Elaboración del propio conocimiento”. Les siguen la co-ocurrencia entre los cód.003 “Responsabilidad del estudiante” y el cód. 18 “Elaboración del propio conocimiento”, y entre el cód. 006 “Trabajo cooperativo” y el cód. 015 “Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva”. De estos datos se puede inferir la estrecha relación que para los alumnos entrevistados tiene la “Responsabilidad” y la “Construcción del propio conocimiento” que a su vez son los de mayor frecuencia individual. Así como también, como los

entrevistados relacionan a la “Investigación” con la “Elaboración del propio conocimiento”. Pero, no debemos dejar de apreciar como el Cód. 002 “Autoevaluación” y el Cód. 007 “Organización de grupos/equipos” del eje del método de indagación casi no tienen relación alguna con los códigos del eje Aprendizaje. A su vez, se elaboró la frecuencia de vinculación entre las categorías con las citas de los entrevistados que se puede apreciar en la tabla 6, en donde se puede observar que las dos mayores frecuencias del eje

temático del método de indagación son la Cat. 1.02 “Se responsabiliza de su proceso de aprendizaje” y la Cat. 1.03 “Valora trabajar en equipo”; y del eje temático “Aprendizaje” son la Cat. 2.02 “El conocimiento se construye a partir de los saberes previos del sujeto, el nuevo conocimiento se asimila, se adecua o readapta a sus estructuras cognitivas” y la Cat. 2.03 “Reestructuración activa de las percepciones, ideas, conceptos y esquemas que el alumno posee en su estructura cognitiva”

Tabla 4: *Co-ocurrencias Indagación y Aprendizaje*

	Cód. 011.	Cód. 012.	Cód. 013.	Cód. 014.	Cód. 015.	Cód. 016.	Cód. 017.	Cód. 018.	Cód. 019.
Aprendizaje Basado en Problemas	Incorporación de nuevos conocimientos	Desarrollo de habilidades	Desarrollo de destrezas	Adaptación al aprendizaje a su entorno	Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva	Activación de saberes previos	Organización de ideas	Elaboración del propio conocimiento	Resolución de problemas

Cód.	001.	002.	003.	004.	005.	006.	007.	008.	009.
Estudio Independiente	2	3	0	2	6	2	4	8	1
002.	0	0	0	1	1	0	1	2	1

Autoeval uación									
Cód. 003.									
Respon sabilidad del estudiant e	3	7	1	3	11	0	4	10	3
Cód. 004.									
Relación interactiv a con la materia de estudio	2	1	1	5	7	3	3	7	4
Cód. 005.									
Investiga ción	0	5	3	3	9	1	4	11	2
Cód. 006.									
Trabajo cooperati vo	1	1	0	0	9	0	5	3	3
Cód. 007.									
Organiza ción de grupos/e quipos	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Cód. 008.									
Comunic ación	1	1	0	0	5	0	4	3	2
Cód. 009. Uso									
	1	2	0	0	1	0	1	3	1

eficiente									
del									
tiempo									
Cód.									
010.									
Motivaci									
ón para	1	1	0	1	3	0	1	6	1
lograr las									
metas de									
aprendiz									
aje									

Tabla 5: *Frecuencia de vinculación entre las categorías con las citas de los entrevistados*

Indagac ión	Categorías	Entrevis	Entrevis	Entrevis	Entrevis	Entrevis	Entrevis	Tota
		tado 01	tado 02	tado 03	tado 04	tado 05	tado 06	les
	Cat. 1. 01. Evalúa su aprendizaje en forma autónoma y continua	4	6	4	6	2	4	26
	Cat. 1. 02. Se responsabil iza de su proceso de aprendizaje	9	10	14	14	7	8	92
	Cat. 1. 03. Valora trabajar en equipo	5	4	7	7	6	6	35
	Cat. 1. 04. Evalúa sus decisiones para la resolución de problemas	0	2	5	2	1	2	12

	Cat. 2. 01.								
	Es el								
	resultado								
	de un								
	cambio								
	potencial								
	en una								
	conducta								
	que								
	estimulan								
	el								
	desarrollo								
	de	3	5	3	3	1	5	20	
	capacidades,								
	habilidades								
	y destrezas								
	o producen								
Aprende	cambios								
zaje	provenientes								
	de								
	nuevas								
	experiencias								
	s								
	Cat. 2. 02.								
	El								
	conocimiento								
	se								
	construye								
	a								
	partir								
	de								
	los								
	saberes								
	previos								
	del	2	5	5	7	6	10	36	
	sujeto,								
	el								
	nuevo								
	conocimiento								
	se								
	asimila,								
	se								
	adecua								
	o								

readapta a								
sus								
estructuras								
cognitivas								
Cat. 2. 03.								
Reestructur								
ación								
activa de								
las								
precepcion								
es, ideas,	5	10	8	6	4	9	42	
conceptos								
y esquemas								
que el								
alumno								
posee en su								
estructura								
cognitiva								
Cat. 2. 04.								
El								
aprendizaje								
por								
descubrimi								
ento se								
desarrolla a	3	0	2	2	2	5	14	
través de								
un proceso								
de								
resolución								
significativ								
a de								
problemas								
Totales	31	43	48	47	29	49	247	

En la tabla 4, se aprecia las relaciones más frecuentes entre las categorías de cada eje temático. Es notoria la mayor relación de los Cód. 015 “Construcción de Conocimientos en forma individual y colectiva” y Cód. 018 “Elaboración del propio conocimiento” del Eje Aprendizaje con casi todos los códigos del Eje del método de indagación. Otras relaciones que pueden ser observadas son: El cód. 003 “Responsabilidad del estudiante” y el Cód.005 “Investigación” se relacionan con el Cód. 012 “Desarrollo de habilidades”. El cód. 004 “Relación interactiva con la materia de estudio” se relaciona con el Cód. 014 “Adapta su aprendizaje al entorno”. El Cód. 006 “Trabajo cooperativo” se relaciona con

352
 el Cód. 017 “Organización de ideas”. Se debe recalcar como el cód. 002 “Autoevaluación”, cód. 007 “Organización de grupos/equipos” y cód. 009 “Uso eficiente del tiempo” del Eje del método de indagación no tienen relación con los códigos del Eje Aprendizaje; y de igual forma, los cód. 011 “Incorporación de nuevos conocimientos”, cód. 013 “Desarrollo de destrezas”, cód. 016 “Activación de saberes previos” y cód. 019 “Resolución de problemas” del Eje Aprendizaje no tienen relación con el Eje del método de indagación y por dicha razón no aparecen en la figura 3. Finalmente, en la tabla 6, exponemos algunas citas extraídas de las encuestas con su respectiva codificación

Tabla 6: *Ejemplos de citas y codificación*

Categorías	Codificación	Identificador	Cita
Entrevistado 01	003, 005, 012, 013, 015	01-09	“Al tener casos que investigar, vamos desarrollando más la habilidad de buscar, y buscar de buenas fuentes”.
Entrevistado 02	001, 003, 005, 015, 018	02-12	"Al leer, al investigar, nos informamos más del tema y a medida que uno va creciendo nuestro conocimiento se va ampliando".
Entrevistado 03	001, 003, 005, 010, 015, 018	03-13	“Yo creo que el caso clínico de por si te obliga a leer.”
Entrevistado 04	005, 015, 017, 018	04-10	“Cuando me pongo a leer un poco más de información, o relacionando casos ya conocidos, entonces ya vez que según la teoría y según lo que has hecho, tiene correlación a los síntomas o al

tratamiento que le han dado o que es lo que le paso a esa persona”.

Entrevistado 05	001, 003, 005	05-11	"No todo está en clase, hay mucho más por descubrir".
Entrevistado 06	001, 003, 005, 014, 015	06-04	"Hay información que necesitamos investigar, porque también debemos comparar"

3. Discusión

En la presente investigación, la discusión se centra en el análisis de la codificación obtenida de las respuestas de los estudiantes de Tecnología Médica sobre la utilidad del método de indagación en el proceso de aprendizaje. Los resultados arrojan la mayor frecuencia del Cód. 003 “Responsabilidad del estudiante”, enmarcado en la Cat. 1.02. “Se responsabiliza de su proceso de aprendizaje” del Ítem “aprendizaje activo (Características)” del Eje Temático “método de indagación” y del Cód. 015 “Construcción de conocimientos en forma individual y colectiva”, el cual está enmarcado en la Cat. 2.02. “El conocimiento se construye a partir de los saberes previos del sujeto, el nuevo conocimiento se asimila, se readapta a sus estructuras cognitivas” pertenece al Ítem “Teoría Constructivista” del Eje Temático

“Aprendizaje”; y, en segundo lugar, ambas codificaciones poseen mayor co-ocurrencia; es decir, cuando se realiza el análisis de las respuestas a los encuestados, las proposiciones de contenido están clasificadas en el Cód. 003, también el contenido está clasificado en el Cód. 015; por tanto, existe mayor asociación en la construcción de su propio conocimiento, en forma individual o colectiva, con la responsabilidad de afianzar su propio aprendizaje, Morales y Landa (2004) coinciden en esta afirmación.

Según Gutiérrez et al., (2012), el método de indagación estimula el estudio independiente y permite el trabajo en equipo. Otra co-ocurrencia de mayor frecuencia se observa en el cód. 005 “Investigación”, que pertenece a la Cat. 1.02 “Se responsabiliza de su proceso de aprendizaje” del Ítem “Aprendizaje activo (características)” perteneciente al Eje “método de

indagación” y el cód. 018 “Elaboración del propio conocimiento” del Eje “Aprendizaje”, que nos indica que elabora su propio conocimiento, es decir investigan, buscan información, que como señala el entrevistado 01 en “Al tener casos que investigar, vamos desarrollando más la habilidad de buscar, y buscar de buenas fuentes” (Tabla 6, cita 01-09). Al respecto, Rodríguez (2014) señala al método de indagación inmerso el aprendizaje activo, en donde el alumno construye su conocimiento por medio del descubrimiento, de la investigación y la experimentación. El cód. 018 “Elaboración del propio conocimiento” de la Cat. 2.03 “Reestructuración activa de las percepciones, ideas, conceptos y esquemas que el alumno posee en su estructura cognitiva”, del ítem “aprendizaje significativo” del Eje “aprendizaje”, de mayor de frecuencia, que ocupa el puesto tercero, los códigos cuya co-ocurrencia con el cód. 003 “Responsabilidad del estudiante” también es alta. De lo anterior, se puede deducir que los alumnos asocian también su responsabilidad en la elaboración del propio conocimiento, en la reestructuración de sus conceptos, al relacionar lo aprendido, comprendiendo

354
por qué, para qué y cuándo utilizar los conocimientos obtenidos como lo proponen Ausubel et al., (2009) y tal como indica Dueñas (2001) que conciben el método de indagación motivador para el estudiante y lo seduce a ser responsables de su propio aprendizaje, favoreciéndolo al encontrar soluciones ante los problemas y poner en práctica sus conocimientos. Las frecuencias de vinculación entre categorías y las citas de los entrevistados mostrada en la tabla 5, en donde la mayor frecuencia de citas la obtiene la Cat. 1.02 “Se responsabiliza de su proceso de aprendizaje” del Eje Temático “método de indagación”, los estudiantes asumen, su propia responsabilidad en su proceso de aprendizaje, lo que de por si es un hallazgo meritorio que aunado a la segunda categoría de mayor frecuencia, la Cat. 2.03 “Reestructuración activa de las percepciones, ideas, conceptos y esquemas que el alumno posee en su estructura cognitiva”, nos lleva a demostrar que hay un compromiso en el estudiante para aprender, y de ésta forma lograr modificar conceptos internos que Piaget (1999) definía como el proceso de modificación de los esquemas y estructuras mentales del estudiante para la producción de conocimiento a través

de procesos de asimilación y acomodación, coincidiendo con la co-ocurrencia del Cód. 003 y Cód. 018.

De la figura 3, observamos cómo los Cód. 015 y el Cód. 018 pertenecientes a los ítems “Teoría constructivista” y “Aprendizaje significativo”, respectivamente, del Eje Temático “Aprendizaje”, al relacionarse con la mayoría de códigos pertenecientes al Eje Temático “método de indagación” nos muestran que en los estudiantes entrevistados aceptan la influencia en el aprendizaje, fomentando el estudio independiente (Cód. 001), la responsabilidad (Cód. 003), la relación interactiva con la materia de estudio (Cód. 004) y la investigación (Cód. 005), tal como lo definen Gutiérrez et al. (2012), Font (2004) y Rodríguez (2014). Resaltamos la relación existente entre los Cód. 003 “Responsabilidad del estudiante” y Cód. 005 “Investigación” con el Cód. 012 “Desarrollo de habilidades”, en donde se pone de manifiesto que, para desarrollar habilidades, capacidades y destrezas; es decir competencias, se parte de la propia responsabilidad y la búsqueda de información útil para tener conocimientos que se pondrán en práctica en la resolución de problemas,

355
según la investigación de Illescas (2012), se llega a similares resultados. Se observa también la falta de relación de los códigos 002, 007 y 009 del Eje Temático “método de indagación” y de los códigos 011, 013, 016 y 019 del Eje Temático “Aprendizaje”.

Con respecto a los códigos del Eje “método de indagación”, el Cód.002 “Autoevaluación” y su falta de relación puede deberse al hecho de que no se le ha enseñado a los estudiantes a autoevaluarse, lo cual sería una falencia arrastrada de los estudios básicos del colegio, como lo expresa en su artículo Taras (2015). Del Cód. 007 “Organización de grupos/equipos” y Cód. 009 “Uso eficiente del tiempo” si bien no hay relación con el Eje “Aprendizaje”, si han sido mencionados por al menos 5 de los seis encuestados en una cita, esto lo podríamos interpretar como una debilidad en la aplicación de la metodología dado que una de las capacidades por obtener es, justamente, el trabajo colaborativo/cooperativo, según Vera (2012) y Gutiérrez et al. (2012). Los códigos del Eje “Aprendizaje”, Cód. 011 “Incorporación de nuevos conocimientos” y Cód. 013 “Desarrollo de destrezas” su falta de relación con los códigos del Eje “método

de indagación” se puede deber a que los alumnos relacionan más la incorporación de nuevos conocimientos con la investigación (Cód. 005) o también a la construcción de nuevos conocimientos (Cód. 015). Además se observa cómo los estudiantes le dan mayor importancia al obtener habilidades que destrezas, la frecuencia del Cód. 012 “Desarrollo de habilidades” es de 15 citas entre todos los entrevistados, mientras que la frecuencia del Cód. 013 “Desarrollo de destrezas” es de 8 citas entre todos los entrevistados como se puede apreciar en el Anexo 2. Considerando que la habilidad es la capacidad de aprender a realizar una actividad en un tiempo corto y la destreza es la habilidad de realizar correctamente dicha actividad, podemos deducir que los alumnos entrevistados pretenden aprender rápidamente cómo solucionar los problemas para luego, con la experiencia, obtener la destreza de solucionarlos con menor error y de forma más eficaz.

Conclusiones

El método de indagación es útil para el aprendizaje de los estudiantes de una universidad privada. Se comprueba que el uso del método genera en el estudiante responsabilidad en la

356
construcción de su propio aprendizaje. Este aspecto permite integrar una cualidad en la formación profesional del estudiante ante él mismo y la prestación de la carrera.

Todas las categorías del método de indagación se relacionan con los códigos de elaboración/ construcción del propio conocimiento. De lo cual, se infiere que este método influye en el aprendizaje del estudiante universitario, promoviendo el estudio independiente y la interacción entre la materia de estudio e investigación.

Los estudiantes reconocen la influencia de la solución de problemas en el proceso de asimilación y acomodación de los nuevos conocimientos. Tanto en las frecuencias de códigos como en las co-ocurrencias de los mismos.

Referencias

Alonso, C., Gallego, D. y Honey, P. (2007). Estilos de aprendizaje. Procedimientos de diagnóstico y mejora. (7.a ed.). España: Ediciones Mensajero.

Antequera, G. (2016). El Aprendizaje Basado en Problemas en la renovación de la enseñanza universitaria de las artes. (Tesis Doctoral). Universidad de Barcelona.

- Ausubel, D. (1963). *The psychology of meaningful verbal learning*. New York, Grune and Stratton.
- Ausubel, D. (1968). *Educational psychology: a cognitive view*. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Ausubel, D., Novak, J. y Hanesian, H. (2009). *Psicología Educativa, un punto de vista cognoscitivo (2.a ed.)*. México: Editorial Trillas.
- Barbachán, E., Cajas, T., Ramos, F. y Sánchez, F. (2017). Representaciones sociales de la seguridad ciudadana en estudiantes universitarios de Lima-Perú. *Opción*, Año 33, No. 84 (2017):698-724, ISSN 1012-1587/ISSNe: 2477-9385
- Baro, A. (2011). Metodologías activas y aprendizaje por descubrimiento. *Innovación y Experiencias Educativas (en línea)*, 40(marzo).
- Barrón, Á. (1993). Aprendizaje por descubrimiento: principios y aplicaciones inadecuadas. *Enseñanza de las Ciencias*, 11(1), 3-11.
- Barrows, H. (1986). A taxonomy of problem-based learning methods. *Medical Education*, 20(6), 481-486. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2923.1986.tb01386>
- Barrows, H. y Tamblyn, R. (1980) *Problem-based learning; an approach to medical education*, Volume 1; New York, USA; Springer Publishing Company.
- Beltrán, J. (1990). “Aprendizaje”, en *Diccionario de Ciencias de la Educación*. Madrid: Paulinas.
- Branda, L. (2009). El aprendizaje basado en problemas: De herejía artificial a res popularis. *Educación Médica*, 12(1), 11-23.
- Bruner, J. (1988). *Desarrollo educativo y educación*. España: Ediciones Morata, Ed.
- Castañeira, M. (2015). Reconocimiento de facilitadores y obstrutores del aprendizaje basado en problemas en la carrera de Medicina de la UNL. Universidad Nacional del Litoral, Argentina.
- Carretero, M. (2009). ¿Qué es el constructivismo? En *Constructivismo y Educación*. Argentina: Editorial Paidós. Centro de Desarrollo Educacional.
- (2018). *Manual del Tutor Clínico*. Chile: Universidad del Desarrollo, Facultad de Medicina CAS-UDD.
- Cepal. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2016). *La matriz de la desigualdad social en América Latina*. Recuperado en: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf

- Chadwick, C. (1999). La psicología del aprendizaje desde el enfoque constructivista. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 31(3), 463-475.
- Davis, R., Alexander, L. y Yelon, S. (1983). *Diseño de sistemas de Aprendizaje: un enfoque del mejoramiento de la instrucción*. México: Trillas.
- De la Torre, A. (2001). Los conflictos cognitivos en la construcción del concepto continuo. *Educación e Historia*, 9(1), 51-70.
- Díaz-Barriga, F. y Hernández-Rojas, G. (2002). *Estrategias Docentes para un Aprendizaje Significativo. Una interpretación constructivista*. (2.a ed.). México: McGraw-Hill.
- Díaz-Véliz, G., Bustamante, D., Maya, J. y Mora, S. (2013). Estilos de Aprendizaje y Aprendizaje Basado en Problemas en un Curso de Farmacología para Estudiantes de Tecnología Médica (Facultad de Medicina, Universidad de Chile). *Rev. Farmacol. Chile*, 6(2), 48-55.
- Dueñas, V. (2001). El aprendizaje basado en problemas como enfoque pedagógico en la educación en salud. *Colombia Médica*, 32(4), 189-196.
- Font, A. (2004). Líneas maestras del aprendizaje por problemas. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*. 18 (1), pp. 79-95.
- Gallardo, E. (2017). *Metodología de la Investigación. Manual Autoformativo Interactivo*. Perú: Huancayo.
- García-Sevilla, J. (2008). *El aprendizaje basado en problemas en la enseñanza universitaria*. España: Ediciones de la Universidad de Murcia.
- Garzón, C. y Vivas, M. (1999). Una didáctica constructivista en el Aula Universitaria. *Educere*, 3(5).
- Gutiérrez, J., De La Puente, G., Martínez, A. y Piña, E. (2012). *Aprendizaje Basado en Problemas. Un camino para aprender a aprender*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Herrera, P. (2017). *Aprendizaje basado en problemas y las competencias didácticas de los docentes- Facultad de Ciencias de la Educación, Humanas y Tecnologías - Universidad Nacional de Chimborazo - Ecuador*. Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- Huber, G. (2008). Aprendizaje activo y metodologías educativas. *Revista de Educación*, Número Ext, 59-81.
- Illesca, M. (2012). Aprendizaje basado en problemas y competencias genéricas: concepciones de los estudiantes de enfermería de la Universidad de la

- Frontera. Temuco-Chile. Universitat de Lleida. Recuperado en: <https://www.tdx.cat/handle/10803/110733>
- León, L. (2016). Aplicación del Método de Aprendizaje Basado en Problemas y su influencia en el Rendimiento Académico de los Estudiantes de la Asignatura de Traumatología del 4to Ciclo del Instituto Superior Tecnológico «Daniel Alcides Carrión», Semestre 2015-1. Universidad Privada Norbert Wiener.
- Mendoza-Espinosa, H., Méndez-López, J. y Torruco-García, U. (2012). Aprendizaje basado en problemas (ABP) en educación médica: sugerencias para ser un tutor efectivo. *Investigación en educación médica*, 1(4), 235-237.
- Montoya, J. (2001). Manual para el Aprendizaje Basado en Problemas. Colombia.
- Morales, P. y Landa, V. (2004). Aprendizaje basado en problemas. *Theoria*, 13, 145-157.
- Pérez, L. (2015). Aplicación del ABP (aprendizaje basado en problemas) para mejorar el nivel de conocimiento sobre patologías más frecuentes en los internos de medicina del hospital Eleazar Guzmán Barrón. Nuevo chimbote-2015. (Tesis de Maestría). Perú: Escuela de Postgrado de la Universidad Nacional del Santa.
- Piaget, J. (1999). *Psicología de la Inteligencia*. Madrid: Ed. Psique.
- Ramírez, C. (2014). El Aprendizaje Basado en Problemas: estrategia didáctica que fortalece el pensamiento creativo. *Papeles*, 6(11), 61-71.
- Restrepo, B. (2005). Aprendizaje Basado en Problemas (ABP): una innovación didáctica para la enseñanza universitaria. *Educación y Educadores*, 8, 9-20.
- Ríos, D. (2007). Sentido, criterios y utilidades de la evaluación del aprendizaje basado en problemas. *Educación médica superior*, 21(3).
- Rodríguez, S. (2014). Aprendizaje Basado en Problemas para la Educación Médica: Sus raíces Epistemológicas y Pedagógicas. *Revista Med*, 22(2), 32-36.
- Rojas, F. (2001). Enfoques sobre el aprendizaje humano. Universidad Simón Bolívar.
- Sánchez, I. y Ramis, F. (2004). Aprendizaje Significativo Basado en Problemas. *Horizontes Educativos*, 9, 101-111.
- Santillán, F. (2006). El Aprendizaje Basado en Problemas como propuesta educativa para las disciplinas económicas y sociales apoyadas en el

BLearning. Revista Iberoamericana de Educación, 40(2).

Schunk, D. (2012). Teorías del Aprendizaje. Una perspectiva educativa (6.a ed.). México: Pearson Educación.

Suárez, M. (2000). Las corrientes pedagógicas contemporáneas y sus implicaciones en las tareas del docente y en el desarrollo curricular. Acción Pedagógica, 9(1), 42-51.

Taras, M. (2015). Autoevaluación del estudiante: ¿Qué hemos aprendido y cuáles son los desafíos? RELIEVE, 21(1), 1-16.

Taylor, S. y Bogdan, R. (2000). Introducción a los métodos cualitativos. España: Paidós

Universidad McMaster (1960). Aprendizaje Basado en Problemas (ABP). Hamilton: McMaster University

Universidad McMaster (1970). La Enseñanza basada en el Problema (Problem-based-learning (PBL)). Hamilton: McMaster University

Vera, J. (2012). Introducción al Aprendizaje Basado en Problemas. Una Guía para el Alumno. Valladolid España.

Vygotski, L. (1979). El desarrollo de los procesos psicológicos superiores. Barcelona. (Grupo Planeta, Ed.).

Villalobos, M. (2018). Estrategia de Enseñanza Aprendizaje Basado en

360

Problemas para Mejorar el Conocimiento y Habilidades sobre la Consejería en Lactancia Materna en Médicos del Primer Nivel de Atención de la Unidad de Medicina Familiar No. 11 de Aguas Calientes. Universidad Autónoma de Aguas Calientes. (Tesis de Maestría). México: Universidad Autónoma de Aguas Calientes.

Sobre los autores

Flor de María Sánchez Aguirre

Dra. en Educación. Profesora en Enseñanza de Educación Superior. Escuela de Posgrado Universidad César Vallejo – Profesora en Ciencias Sociales en el IESPP “MGP”, Lima. Perú. E-mail: pmdsanchezaguirre12@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6416-6817>

Gustavo Adolfo Borja Velezmoro

Mg. en Docencia Universitaria. Profesor en Enseñanza de Educación Superior. Tecnología Médica en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima. Perú. E-mail: gusborja@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2277-4915>

Fernando Cesar Camones Gonzales

Mg. en Docencia Universitaria. Docente investigador en la Universidad Nacional



Mayor de San Marcos. Lima. Perú. E-mail:

fernando.camones@unmsm.edu.pe

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8275-8955>

RUSSIA IN 1917: WHO HELPED THE BOLSHEVIKS' VICTORY?

Evgeny Yu. Oborsky¹

Abstract: The relevance of the research is determined not only by the centenary of the Russian revolution and global political instability, but also by the attempts of overcoming the academic science's dependence from the government propaganda. Purpose of the research is to analyze the driving forces of the revolution of 1917 and causes of the Bolsheviks' victory. Research methods: The author uses the dialectics, positivism, principle of historicism, and deconstructivism in the paper. The selection of methods was due to avoiding party and political impact. Marxism was in use in the field of the terms like the masses, classes. Research results The study analyzed actions of social groups and individuals like townsfolk, soldiers and sailors, representatives of all-Russian and regional governing bodies. The paper provides a brief characteristics of the problem's historiography. Th author proposes new explanation to the causes of the rise of the Bolsheviks popularity in late 1917. Practical relevance lies in the fact that this study

explains meaningful and unconscious actions of the government towards possible prevention of revolutionary bursts in future.

Keywords: Russian revolution in 1917, soldiery, townsfolk, the Bolsheviks, V.I. Lenin.

1. Introduction

Russian revolution of 1917 is the most important event of the XX century. Hundreds of books and thousands of papers dealing with it have been published by Russian and foreign authors. Until now, the researchers are being under political influence from the governing bodies in the process of considering various aspects of the crucial points (Buldakov, 2009). It results in the emergence of propagandist popular scientific works. They do not take into account the huge range of problems in Russian society in the early XX century (for example, Nikonov, 2011). The grandson of the famous Bolshevik and Stalin's cohort V.M. Molotov, a modern

¹ The North-Caucasus Federal University, Stavropol, Russia

political scientist and delegate V. Nikonov believes that the main driving force of the revolution was the Russian elite that carried the great masses of the people with it. Such rendering of revolutionary events, beneficial to the authorities, does not reflect the whole essence of Russian revolution in 1917.

Soviet historiography was even more influenced by the authorities, since the party approach was the only one in historical science (Gerasimenko, 1995). The work of Soviet historians resulted in the accumulation of important vast historiographic information. However, their ideological valuations could not pass the test of time. The methodological and theoretical dispute in modern science led to the affirmation of the importance of an integrated approach to studying the revolution (Fel'dman, 2015). It is necessary to take into account the logic of the development the day earlier and in 1917, when many political forces tried not to operate the revolution, but to adapt it for their needs (Gerasimenko, 1995).

This paper aims at analyzing the social groups (soldiers and townsfolk) and the activities of certain individuals (members of the Provisional Government and their followers) that

contributed to the Bolsheviks victory in 1917. To confirm the assumptions put forward, the facts of the all-Russian and regional levels are cited. The North Caucasus in that year is taken as an example of the Russian province: this region is a one-off in the country. However, the peculiarities of the “North Caucasian” revolution reflect the specifics all Russia.

2. Methodological Framework

2.1 Sources

The research is based on materials from regional archives (Krasnodar and Stavropol), recollections of witnesses, articles and notes from the central and regional press, as well as statistical data. They illustrate the assumptions made, complement each other, have verifiable data, and are available for confirmation and other investigations. The recollections give valuable historical evidence in the author's interpretation and help to evaluate a complex trend of public mood. Press materials allow one to feel the emotions and feelings of representatives of different groups of the population, representatives of parties and public organizations. The absence of propaganda and ideological censorship

allowed the revolution contemporaries to openly express all their thoughts in 1917. Magazines and newspapers as the main media of the time acted as a tool for shaping public opinion, influencing the moods of both society as a whole, and its individual classes, social strata and groups in particular. The party affiliation of some newspapers allows to see the non-Bolshevik view of the events of the revolution. The statistics illustrate and supplement the research conclusions in terms of studying the number of urban population and soldiers in the North Caucasus.

2.2 Research methods:

The principle of historicism is a methodological basis of the study. It reveals the interaction of the studied phenomena, the cause-effect relations and the context of the epoch. The principle of historicism is the application of materialistic tools in historical research. It is a special case of a general materialistic interpretation of the world's existence.

Dialectics as an important philosophical concept allows one to see the contradictions and interaction of various social spheres and people's actions. The general historical context of

the research lies within the new local history through the study of a separate local community (the North Caucasus).

The analysis of Russian historiography took place using separate methods of the theory of deconstruction. The historical texts revealed the gaps in certain topics and plots, the withhold of individual events, the omitted analysis of different social groups, the transfer of the emphasis to the the driving forces of the revolution in different historical epochs.

It is no doubt that the positivism is used as an important tool for scientific cognition of the world, and Marxism as a method of understanding the revolutionary ideas that have collided.

3. Results

3.1 General background of the Russian revolution in 1917

To analyze the conditions for the Bolsheviks victory, one needs to identify the causes that led to the revolution of 1917.

Modernization and industrial revolution resulted in the coexistence of new capitalist elements (the beginning of smooth industrialization, dynamic development of separate industries, the formation of monopolies, the formation of the financial sector) with elements of

feudalism (landed estates ownership, absolute monarchy, class benefits). The best to describe the state of Russia at this time is the term “multistructurality”, proposed by K.N. Tarnovsky (1964).

A deep systemic crisis in the public administration of the country is obvious in early XX century. Autocratic power came out to be unable to overcome the systemic crisis caused by attempts to change its civilizational foundations. Russia didn't have any social institution that, despite all the contradictions and conflicts, could keep the political system and society from destructive processes. The monarchy, being the foundation of Russian statehood throughout its history, had lost its mass selectorate at the early XX century and began to lose control over society. The government's loss of trust and moral authority led to the strengthening of despotic repressive methods.

There happened a rapid desacralization of royal power. Russian people saw all their woes in Nikolai II. In eyes of the people, he ceased to be God's vicar on earth and became a laughingstock, object of cartoons and mass criticism (Kolonitsky, 2010). G. Rasputin had seriously corrupted the

authority of the Tsar. The image of the holy elder, no matter what he did, turned into the personification of corruption and confusion in government. British Ambassador J. Buchanan, having sincere respect to the emperor and his wife, whom he knew long before his assignment, noted that since 1915 the Tsarina had serious influence on the government of the country, since the emperor was engaged in military affairs at the Stavka. “The general discontent with the conduct of war naturally turned into attacks on the royal family. Despite the fact that the Tsarina, in her own words, broke with Germany, she was called “heinie”. At the same time, Rasputin was accused of spying for Germany” (Buchanan, 1925).

Having summarized his impressions about the crisis of power in the Extraordinary Commission for the investigation of the unlawful actions of former ministers, A.A. Blok figuratively wrote: “In the waning years of 1916, all members of the body of Russian state were struck by a disease that could no longer go away by itself, nor be cured by ordinary means, but required a complex and dangerous surgery” (Blok, 1921).

Two and a half years of the World War I strained the economic

problems of the country to the limit. Industrial adjustment for military needs led to a noticeable imbalance in the economic structure: the army got almost two-thirds of all industrial output, and only a third remained for the needs of the national economy in the rear (Sidorov, 1973). All this caused a shortage of consumer goods and, as a result, an uncontrollable price increase. The metallurgy industry was a disaster. Since the beginning of the war, the country lacked metals of all kinds (cast iron, steel, wire, non-ferrous metals). By the year 1917, every month came short of up to 8 million poods. It resulted in an offer to purchase metals abroad and cut corners on civil needs, since there was not enough metal produced for military needs (Sidorov, 1973). Labor productivity had declined, so many industrial enterprises failed to fulfill army contracts. In large cities, especially in Petrograd and Moscow, the food crisis became aggravated. Shops saw long queues on the streets.

The main reason for it was transport crisis. As N.G. Vasil'ev believes, as late as the beginning of the World War I, it was possible to record the "backwardness of Russian transport compared with the transport of other

belligerents against the background of the general backwardness of the Russian economy" (Vasil'ev, 1939). Types of transport have developed unevenly. The main burden of transportation fell on railway and animal transport. The new roads construction engineering was extremely primitive and required a considerable number of workers. Dirt roads turned out to be of low quality and depended on the weather conditions. There was a shortage of metal for railways construction. Attempts to rationalize the transport system organization failed. Transport could not cope with the sharply increased volume of transportation, evacuation of the population, the delivery of fuel, raw materials, and food.

The unresolved agrarian issue became the most important problem for Russia. It could not be resolved leaving landed estates ownership untouched, while the autocratic power through its very reforms supported this important social layer in every possible way. Another trouble for the government was the increased activity of the liberal opposition. In the Duma, the leaders of the Progressive Block sharply criticized the tsarist ministers for their inability to lead the country to victory, making direct

allegations of treason. At the same time, convinced of the Tsar's unwillingness to make any concessions to the block, the liberals began to work out plans of Nikolai II dethronement. The revolution of 1905-1907 was constantly recalled in the public consciousness and gave examples of protest behavior.

3.2 Revolution's driving forces

Urbanization had a strong influence on the country's development. Cities and townsfolk actively fought their way to a separate niche in the existing society. Representatives of dozens of different nationalities, used to living at a certain distance from each other, became neighbors in the big city. The beginning of such co-residence in the North Caucasus was inevitably complicated by outbursts of nationalism, an inescapable companion of a cosmopolitan region. Urban environment destroyed the peasant patriarchal mentality, tearing away the "new" townsfolk from their traditional lifestyles.

According to statistics for the last third of the XIX century, the urban population of Russia doubled and amounted to 16.8 million people at the early XX century. In addition, the population in cities in the North

Caucasus grew at a rather high pace: in Ekaterinodar it increased from 9.5 thousand to 65.7 thousand people over 30 years, in Vladikavkaz - from 3,4 thousand to 43,8 thousand people (Rossiya, 1991). By 1917, the total urban population in the Kuban was 256.8 thousand people or 8.4% of the total population of the region (Ratushnyak, 2000). In the Stavropol Territory, the administrative center remained the largest city. Its population grew in 3.3 times (Ocherki, 1986). In general, Ekaterinodar, Stavropol, Vladikavkaz, Grozny, Port-Petrovsk (now Makhachkala), Pyatigorsk, Kislovodsk, Maykop, Novorossiysk, Tuapse, Temir-Khan-Shura (now Buinaksk), Armavir, Mozdok, and a number of smaller cities gathered up to 11% of the total population of the region. Despite the multiple prevalence of rural residents over the urban ones, the activity and initiative of the townsfolk counterbalanced such numerical superiority by 1917. Together with the demographic explosion, all this led to an overstrain in the social structure of the society in the early XX century, both in Russia in general and in the North Caucasus in particular.

The well-known historian and psychologist S. Moskovichi vividly describes this period: “The stable world of the family, neighborhood and villages showed signs of strain and began to fall apart. In its fall, it carried away its traditional religious and political foundations, as well as spiritual values. Deracinated from the city, from their land, the people, gathered in unstable urban conglomerates, became the mass. With the transition from tradition to modernism, a lot of anonymous individuals, social atoms, deprived of connections with each other, are launched on the market” (Moskovichi, 1998). The founder of sociological science P. Sorokin, being a contemporary of these processes and one of the active leaders of the revolution, noted that “for millennia people got used to to the rural environment, not to the urban one. However, transferred by the will of history with all his luggage of old instincts into the city, a person feels like lying on a “bed of thorns” to which his reflex system is not at all adapted” (Sorokin, 1992).

Urban residents became a new social force that changed the situation in the country. This is the period that formed the prototype of a mass society

not in the classical Marxist interpretation (the working mass, the peasant mass), but as the union of completely different people in a limited space. In this space traditional religious norms are weakened, morals are transformed, family values are completely different. Cities become sources of cultural and spiritual breakdown of the country. All the revolutionary impulses that affected the North Caucasus and the whole of Russia came from cities. Way back in the middle of the XXI century, the pressure on the government and the entire state system came from the village, from the unsettledness of the peasant question, from the feudal survivals that had bothered everyone, from the tense opposition: the Cossacks (aboriginal peasants) and non-Cossacks. By at the beginning of the new century, the townfolk take the initiative in changes. Meetings and processions are held in the cities. The newspapers are issued in the cities and sent to the surrounding villages. The first urban party cells appear, then come few rural units. Numerous technical innovations that dramatically changed the consciousness of all mankind appeared in the cities. Electric lighting and telegraph, photo salons and cinemas, gramophones and

telephones, trains and cars, and many other things somehow modernized people's minds. Life in the cities has become much more intense, Russia itself has received new impulses for the connection of its remote regions. The transport network once connected different and distant worlds, and the travel to the city for the Cossacks and peasants was no longer a big problem. In the whole, the village experienced the most powerful influence of the urban lifestyle and culture.

One should see a constant increase in the force of impact while analyzing the influence of citizens on revolutionary Russia. This is a directed flow from the city "to the rest of" Russia. A small number of urban residents outbalanced the entire rural mass on the account of their passionarity. Peasants actively influenced the life of the country only at the end of the Civil War, when famine and death reduced the number of townfolk. The introduction of the NEP was the last act of the authorities that catered to the needs of rural residents.

World War I added social tension to the lives of Russians. By 1917, the total strength of the Russian army was about 11–12 million people, of which 5.5–6 million were part of the field army

(Drobizhev, 1978). No operations were conducted on the territory of the North Caucasus, so that's where the combat service support units were located. Also, the units were taken out there for rest, numerous hospitals were lodged, many soldiers were recovering. The Caucasus reserve cavalry regiment, 39th infantry division, 233 Donskaya infantry squad, 111, 112 and 113 infantry regiments were among the large military units. The largest military posts were located in Ekaterinodar, Novorossiysk, Stavropol, Pyatigorsk, and Grozny. A number of separate units were concentrated on the coast of the Black Sea where they kept guard of the coast. A replacement of the troops of the Caucasian front was carried out by the Vladikavkazskaya railway and through the ports of Novorossiysk and Tuapse. As a result, the numerous military formations were constantly crossing the region.

The possession and management of weapons, the acquired habit of violence, the blunted death expectation threshold, and the opportunity to take initiative have contributed to the formation of a mobile way of thinking. The front line contributed to the marginalization of soldiers, freeing them from class

prejudices (Porshneva, 2000). This process was accompanied by the militarization of the consciousness of service men, inevitable during the war period, the depreciation of Christian ethical norms and values, the fall in the value of human life.

The unsuccessful course of the World War I aggravated the irreversible changes in the soldiers' consciousness. Short-term success of the first months was replaced by long retreats and protracted battles, the negative impact of which was not mitigated by the Brusilov Offensive. Soldiers and Cossacks were weaned "from the habit of unhesitating obedience to their superiors", their instinct of a small owners was dulled (Ul'yanov, 1920; Likhnitsky, 1931).

In their mind a controversial image of war was formed. In this image the evil and hatred of an unnecessary war were combined with the habit of solving all problems with weapons. Both the front-line soldiers and the home front workers had equally negative attitudes to the war, but the formation of such a position went on differently in them. The front-line soldiers, who had fully gone through the hardships of the war, were physically and mentally exhausted, gradually accumulating the desire for an

early end of the war. The soldiers of the logistic military posts, having scarce information of the present state of affairs at the front line, did not want to get into the area of combat operations. If the first ones had already passed the test of war, the latter were afraid of it. War was a disaster that must be avoided in every possible way for them. Such trends made both military categories be the convenient objects of propaganda, primarily of the Bolshevik agitation work.

This is confirmed by the testimony of Gaydenko, the former soldier of the 233rd Donskaya troop. According to his words, "the Cossacks returned from the front line with revolutionary slogans and Bolshevik ideas, and soldiers who abandoned army by themselves and in large groups were all Bolsheviks" (DCCHKT). Soldiers from numerous convalescents, who introduced the Bolshevik ideas of ending the war in a revolutionary way into the soldiery of the combat service support units, acted in the same field. As a result, there were confrontations between the front-line soldiers and logistic soldiers who called for the continuation of the war. The front-line soldiers, returning to their native villages, became

unconscious agitators of the Bolshevik tactics.

Defectors, convalescents, soldiers on leave - these are three different categories of soldiers that may be combined according to one feature. They brought news, different political views, they themselves recognized the state of people, that is, they were a kind of informational bridge between the region, the country and the field army. Moreover, the defectors possessed more pronounced anarchic principles, often initiating trouble and unrest. They were already renegades and dropouts. Soldiers on leave and convalescents also took an active part in local life, but there was more constructivism in their actions: they still had a social core, so some of them still agreed to return to the front line. In general, the majority of soldiers already got used to solving their problems (for there were life and death issues at the front line) by force, not taking into account state laws and social traditions. Such mechanism of solving emerging problems subsequently played its destructive role, when the number of soldiers and supporters of their methods exceeded a critical mass.

Numerous meetings and gatherings became a characteristic

feature of the country and the region.

They were attended by both the defectors and soldiers from the field army. In the late autumn of 1917, in the Voronezhskaya stanitsa of the Kuban region, the whole Cossack population attended the meeting. This population was invisibly divided along the age line: young soldiers and Cossacks of the older generation who remained in reserve. One of the elderly during a fierce dispute said that all the front-line soldiers were infected with Bolshevism. The front-line soldiers made him repeat it, and then cried: "Are we the ones infected? We stayed in the trenches for three years; we were entrusted with the destiny of Russia. You only nourished, gorged yourselves and fattened" (Vol'naya Kuban'). As a result, there almost began a melee, and the excitement did not settle right away.

An interesting similar characteristic was given to the front-line Bolsheviks by the Kuban revolutionist L.V. Balkevich: "For us it was clear that these were not Bolsheviks, or, as they said then, they were Bolsheviks, but not Communists. Such a deep narrow-minded division, however, had some ground. They were understood as people who were opposed to the existing

government, who put forward extreme slogans, but who did not have a plan and a reasoned conscious socialist idea” (SAKT). He pronounced the contemporaries’ interpretation of the basic idea of Bolshevism as a complete replacement of existing order by a new one. Soldiers were the first to fully support the new way of Russia’s development. However, until the end, they still didn’t fully realize what it would result in. The Bolsheviks took advantage of the destructive power of “a man with a gun” by leading and directing him. This force based on a sharply negative attitude towards war and hatred to those who supported it.

Another example of the decisive role of soldiers in revolution is the process of establishing Soviet power in the Stavropol province. By November 1917, there were only 200 Bolsheviks in the Stavropol Territory, only due to the city organization of RSDLP (b). However, the Soviet power was established peacefully in the province on January 1, 1918. Of course, the rapid consolidation of the Bolsheviks was due to the transfer of the 2 Karsky rifle regiment to Stavropol in these months. Its soldiers disarmed several groups of cadets and officers and took an active

part in the meetings of the last days of December (SACHST). The 111th Infantry Regiment, transferred from Grozny, also actively participated in the events. These forces joined the 112th Infantry Regiment that stayed under the influence of the Bolsheviks of Stavropol for more than six months. A sharp increase in the soldiery affected the the voting on December 31, 1917, showing the victory of the Bolsheviks.

The units of the 39th Infantry Division drove a wedge in the Terek region. The contemporaries described it as a completely demoralized and deprived of the military and human appearance. The division left from the front line intact and dispersed throughout the North Caucasus “to conduct revolution in someone else’s house eating free Cossack grub to their hearts’ content, since they had guns” (Pisarenko, 2016).

Two new mass formations in Russia in the early XX century (townsfolk and soldiery), demanding the satisfaction of the output of their energy, exceeded the threshold of the elasticity of society, its ability to digest the active and energetic social layers. The loss of internal connections (blood ties, kinship, neighborhood) in these communities

united them with the purposes of existence only. For the urban population, such goals were the possibility of having more rapid influence on the authorities and, as a result, the improvement of their position. Most soldiers wanted to end a difficult and pointless war. Presence of conscious and unconscious goals required their implementation, and the Russian state could not withstand the pressure of two new communities. The old state system failed to meet the expectations of the two most active layers. It was an absolutely new power that could solve the set tasks. Such power were the Bolsheviks in October, 1917.

3.3 The Bolsheviks' antagonists and growth of their popularity

The Bolsheviks' opponents constantly imputed them to the overriding financial opportunities, beginning with the revolution of 1905. Japanese and German intelligence agencies, Russian and American bankers and industrialists, numerous intermediaries looking like scammers, helped the Bolsheviks to seize power. Similar versions appeared in the summer of 1917 and actively developed in emigrant literature (Katkov, 1997; Mel'gunov, 2007). The new publications

studying this problem in detail are still being issued, and each time they are presented as the latest methodological approaches. For example, the American historian Sean McMeekin published the book "The Russian Revolution: A New History" in the year of revolution's centenary (McMeekin, 2017). Having analyzed a lot of the data from the archives, he finally became convinced of the foreign financial support of the Bolsheviks. However, despite all the source provision of these theories, they have a significant disadvantage. All of them study a single reason for the victory of the Bolsheviks but not the numerous ones, while an objective study of the whole complex of causes of the 1917 revolution shows a complex knot of contradictions, unresolved by either the emperor, nor the Provisional Government.

Moreover, the representatives of the Provisional Government and its supporters had made several fatal mistakes in 1917, and gave the Bolsheviks important arguments in their favor. These include the red tape with the holding of elections to the Constituent Assembly, delays in resolving the land issue and, most of all, the focus on continuing the war. Keeping in mind the

ongoing economic downturn, one can get objective data of the fall of 1917, which determined the Bolsheviks victory. However, these data do not answer to the question of the growing popularity of the Bolsheviks in the popular masses. The theory about the aid from the German money does not answer this question either. In fact, after August, 1917, a clear change in public moods is outlined: numerous elections to regional councils lead to a sharp increase in the number of Bolshevik participants by the fall. The widely known II Congress of Soviets approved all the decisions of the Bolsheviks, while it was attended by the representatives of other countries!

The socialist views were definitely popular among the population, since they gave a new direction to the life of the whole country. Both the regional Soviets, delegates to the Second Congress of Soviets, and the elections to the Constituent Assembly of fall-winter of 1917 showed that the overwhelming majority of Russian citizens choose social-democratic ideas. However, circumstance does not help to answer the question of the Bolsheviks victory, since the Socialist-Revolutionaries Party was even more popular than the Socialist Party. Where is the answer?

The stormy summer of 1917, when Petrograd first began to roil, and then the whole country followed, was an extremely important historical microperiod. The unsuccessful offensive on the front line, the popular demonstrations that led to the bloody events in Petrograd in early July marked the beginning of a new stage of the Russian revolution. The central issue of all these events was the question of war. The people showed that it does not want to fight under by no means outside the domestic country (Buldakov, 1997).

This crisis, like the others in 1917, gave rise to very different responses throughout the country, mostly of anti-Bolshevik nature. A joint meeting of public and party organizations of the city of Stavropol, held in July 1917, sent a telegram to the Chairman of the Provisional Government: “The meeting of representatives of all the socialist parties and democratic organizations of Stavropol expresses sharp condemnation of the desire of the Bolsheviks and part of the Petrograd military unit to impose its will on the country, contrary to the decisions of congresses of peasant, workers and soldiery delegates. The Assembly considers the armed influence

on the Provisional Government to be a disastrous act for the liberation of the country. The Assembly protests against this act, approves of the actions of the government and supporting central committees of the Soviets of Workers', Soldiers' and Peasants' Delegates, and for its part is ready to support all measures of the central and local executive power aimed at eliminating anarchy and disorganization that are harmful to the aim of freedom and the renewal of Russia”(SAST).

In the analysis of the the events of the summer of 1917, a mass campaign in Russian newspapers, launched in mid-July, draws special attention. Starting from July 12, anti-Bolshevik materials have appeared in every issue of central and provincial newspapers. “Moskovskie vedomosti” stated that “Lenin stabbed the new regime in the back” (Natsional’noe bedstvie, 1917). The socialist-revolutionary newspaper “Trud” cited the resolution of the Council of Peasants' Deputies, in which the Bolsheviks were characterized as counter-revolutionary forces carrying on dark agitation for the spread of anarchy. It also provides the data on the public response to the events of July from different parts of Russia, reporting on the

outrages and bashing of the Bolsheviks (Trud, 1917). The newspaper “Rech” quotes the resolutions of the Petrograd military unit and the 14 cavalry divisions that unanimously blamed the Bolsheviks for the erosion of the credibility of the Petrograd Soviet of Workers 'and Soldiers' Delegates (Rech, 1917). These were the most windowed estimates at the very beginning of the information war unleashed against the Bolsheviks. The Stavropol newspaper “Severokavkazskiy krai” no longer minced its words: Bolshevism was called “a shameful phenomenon of the Russian revolution, implanted by William's agents”. The Bolsheviks’ supporters were barred from their love for the Motherland, they had haze in their heads, love for thrill, darkness and “a great appetite for all sorts of grips” (Bolsheviki, 1917). Later on, a Stavropol journalist said about V.I. Lenin that he had built his ideological structures on “human dullness, on profound ignorance, on animal egoism, on congenital cowardice, and on immeasurable stupidity” (Bezhavshiy vozhd’, 1917).

Every day in every issue of the newspapers heard the Bolsheviks' sonorous and straight-from-the-shoulder

allegations of espionage and treason. According to all the writers (and many wrote it quite sincerely), the days of the Bolsheviks were numbered, and they left the political arena of the country. Leaders were hiding, newspapers were closed, and people were negative. However, it seemed that such a massive information attack led to an opposite result. All the opponents of the Bolsheviks, without realizing it, actually promoted their leaders and programs. Let us imagine that an average peasant in a province hears the same allegations in the village reading room every day. One day he involuntarily would ask: who are the Bolsheviks, and what do they advocate, and who is their leader? An answer would be that they are for peace, the improvement of the workers' position, for equality, the abolition of private property, and so on. It turns out that for all the pressing questions of the majority of Russians the Bolsheviks give very suitable answers. Everything resulted in an opposite effect: instead of compromising materials supposed to eliminate political competitors, their mass and free advertising took place. There emerged a mechanism of latent influence, because even negative articles presented the basic methods and ideas of

the Bolsheviks. People remembered the names of V.I. Lenin and L.D. Trotsky. People kept in minds that the Bolsheviks existed, that they were speaking in words for the people, for ending the war, that they were ready for decisive actions and called for radical actions from the authorities of all levels. At the same time, the Bolsheviks themselves never stopped their political activities. V.I. Lenin delivered speeches every day, wrote articles, letters, and led a rich political life. It was he who contributed to the consolidation within the party and to its progressive movement towards the seizure of power with his daily work.

All this turned out to be a unique combination of multidirectional information flows that coincided in both the subject and the object of data transmission. The negative image of the Bolsheviks created by their opponents remained on paper and evaporated along with the exhaled air at the meetings. The words, symbols and images, which later turned into a strong ideological core, were introduced into the collective mind of the Russian citizens.

4. Discussion

Soviet historians wrote about the important role of soldiers in

revolutionary events in the 1920s. North Caucasian researchers G. Ladokha, N. Yanchevsky, F. Golovenchenko emphasized the active activity of the RSDLP (b) party in 1917 in the region, noted that the predominance of forces toward the Bolsheviks was outlined here only towards the end of the year. In November-December 1917 there was a massive return of the front-line soldiers who had a strongly negative attitude towards the war and saw the reasons for this in the ruinous policies of the bourgeoisie (Ladokha, 1923; Yanchevsky, 1924; Golovenchenko, 1927).

Indeed, later the focus on studying the driving forces of the Russian revolution has changed. Since the 1930s, the revolution in Russia and in the Northern Caucasus was conducted by the Bolsheviks, the proletarians, the peasants, and soldiers who joined them. The main generalizing treatise of the pre-war period, “The History of the Civil War in the USSR”, the whole first volume and part of the second one deal with the revolution. According to the authors and editors, among whom was I.V. Stalin, the revolution brought the contradictions of imperialism and their aggravation during the World War I. The

main driving forces of the revolution were workers and soldiers led by the Bolsheviks. It was namely the RSDLP party that was described as the main active group in creating and extending the revolution (Istoriya ... 1935).

Later all historical works were in line with “The Brief Course in the History of the AUCP (b)” published in 1938. The emphasis was put on the decisive role of the Bolsheviks, who correctly directed all the active strata throughout the country and the North Caucasus. In the thesis research of V.P. Khitrova and G.E. Ul’ko the Bolshevik Party was the center of all revolutionary events, regardless of its quantitative composition. At the same time, without the RSDLP (b), soldiers on the Black Sea coast, in the Kuban and Stavropol Territory could not properly decide on power (Khitrov, 1949; Ul’ko, 1955).

An important feature of Soviet historiography was the personalization of revolutionary merit. Recognizing the decisive role of the masses in conducting the revolution, separate individuals began to stand out. They were declared the main organizers of dynamic actions, while many famous revolutionaries were declared enemies of the revolution for political reasons. The revolution and the

civil war in the North Caucasus knocked out a large number of Bolsheviks who had not had time to remember and write anything (N. Anisimov, M. Vlasov, M. Morozov, A. Sheripov, U. Buinaksky, G. Andzhievsky, A. Yakovlev). Many of those, whose memories and works were published, were later repressed (Ya. Poluyan, E. Kovtyukh, U. Aliev, A. Takho-Godi). Memories of the leader of the Stavropol Bolsheviks A. Ponomarev were constantly kept in the archives and were not yet published. The recollections of the Kuban Bolshevik V. Cherny were categorized as “inaccurate” because of the point about the Kuban's weak readiness for revolutionary events. Therefore, it is not surprising that the central figures of a single region were S. Ordzhonikidze and S. Kirov, who performed all correct revolutionary actions (Razgon, 1941).

A three-volume study by I.I. Mints about the revolution in general terms followed an established pattern. Numerous complex and crisis phenomena that put the country in a difficult situation were identified, the active role of the Bolsheviks was mentioned, and the main force of the revolution - soldiers joined the rebels

only influenced by the workers (Mints, 1977).

This simplified approach has kept for many years in the generalizing works, monographs and collected works (Kuz'min, 1956, Oktyabr'..., 1977).

Among the works of Russian historians of the 90s who expanded the source base and presented new methodological approaches, one may single out an integrated study by V.P. Buldakov (1997). Considering the socio-psychological characteristics of the Russian revolution in 1917, he shifts the emphasis from the Bolshevik and Workers' Party to the army and low lives, i.e. people who didn't belong to any class, beyond the usual moral framework, who were not burdened with property and easily used violence against their opponents.

This work substantiates the hypothesis about the decisive role of soldiers in the Bolsheviks' victory in 1917. Another active group was the townsfolk whose importance was practically ignored by historians. The activities of the Provisional Government and its supporters in discrediting the Bolsheviks was very important, because it led exactly to the opposite goal: they became even more popular than before

the scandal in July 1917. The combination of pressure from active social groups and erroneous actions of the authorities resulted in the Bolsheviks' victory in October 1917.

These assumptions differently consider the driving forces of the Russian revolution and make its historical analysis important for understanding the subsequent revolutionary situations.

5. Conclusion

As a result, the Bolsheviks received help from different sides in the political struggle for power. The tsarist government left two powerful social forces (townsfolk and soldiery), a bulk of unresolved social and economic problems, and continuing World War I. The Provisional Government and the Petrograd Soviet of Workers 'and Soldiers' Delegates, added free agitation, actually promoting their opponents, at the same time aggravating the economic situation without solving any important problems. Finally, one can not deny the foreign aid, which in any case should be viewed as a last part among a number of factors that contributed to the Bolsheviks' victory.

The conclusions made would be useful not only during the lessons of

Russian history in classroom, but also in analyzing the political events of our time to prevent the emergence of crisis situations.

The problem of departing from the party-propaganda approach in studying revolutionary events and creating new theoretical and descriptive works of a complex character was clearly identified. These are namely an attempt to be as far from political influence as possible, and the desire to follow a historical source, that may lead to objective results.

References

Archives:

State archive of the Stavropol Territory (SAST). Stock 1658. Inv. 1. Dossier 24. Sheet 173.

State archive of the Krasnodar Territory (SAKT). Stock 411. Inv. 2. Dossier 236. Sheet 2.

State archive of the Contemporary History of the Stavropol Territory (SACHST). Stock 4655. Inv. 1. Dossier 46. Sheet 1.

Documentation Center of the Contemporary History of the Krasnodar Territory (DCCHKT). Stock 2830. Inv. 1. Dossier 384. Sheet 13.

Newspapers:

Bezhevshiy vozhd' [The fleeing leader].
Severokavkazskiy kray – North
Caucasus Territory. 1917, July 23, No.
159. P. 3.

Bol'sheviki [The Bolsheviks].
Severokavkazskiy kray – North
Caucasus Territory. 1917, July 13, No.
152. P. 3.

Vol'naya Kuban' – *Free Kuban. 1917,*
December 10, No. 137. P. 2.

Natsional'noe bedstvie [National
disaster]. *Moskovskie Vedomosti.* 1917,
July 12, No. 149. P. 1.

Rech – Speech. 1917, July 13, No. 162.
P. 3.

Trud – Labor. 1917, July 13, No. 97. Pp.
3–4.

References:

1917 god v Stavropol'skoy gubernii [The
year 1917 in the Stavropol province].
Edited by Golovenchenko F. Stavropol,
1927. 102 p.

Blok A.A. *Poslednie dni imperatorskoy
vlasti* [The last days of imperial power].
Saint Petersburg, 1921. 168 p.

Buldakov V.P. *Krasnaya smuta: priroda
i posledstviya revolyutsionnogo nasiliya*
[The Red Riot: nature and consequences
of revolutionary violence]. Moscow,
1997. 376 p.

Buldakov V.P. *Oktyabr'skaya
revolyutsiya: sovremennaya sud'ba*

sarykh mifov [The October revolution:
contemporary destiny of old myths].
Oktyabr' 1917: Vyzovy dlya XXI veka
[October 1917: Challenges for the XXI
century]: proceedings of the conf.
Moscow, 2009. 384 p.

B'yukenen Dzh. *Memuary diplomata*
[My mission to Russia and other
diplomatic memories]. Moscow, 1925.

Vasil'ev N.G. *Transport Rossii v voyne
1914–1918 gg.* [Transport in Russia
during the war of 1914–1918]. Moscow,
1939. 257 p.

Gerasimenko G.A. *Narod i vlast' (1917
god)* [People and power (the year 1917)].
Moscow, 1995. 288 p.

Drobizhev V.Z. *Estestvennoe dvizhenie
naseleniya Sovetskoy Rossii v 1917–
1920 gg.* [Natural movement of the
population of the Soviet Russia in the
years 1917–1920]. *Velikiy Oktyabr'.
Istoriya, istoriografiya,*
istochnikovedenie [Great October.
History, historiography, source study]:
collected works. Moscow, 1978. 311 p.

Istoriya Grazhdanskoj vojny v SSSR
[The history of the Civil War in the
USSR]. Edited by Gor'ky M., Molotov
V., Voroshilov K., Kirov S., Zhdanov A.,
Stalin I. In 5 vol. Vol. 1. Moscow, 1935.
349 p.

- Katkov G.M. Fevral'skaya revolyutsiya [The February revolution]. Moscow, 1997. 430 p.
- Kolonitskiy B. I. “Tragicheskaya erotika”: obrazy imperatorskoy sem'i v gody Pervoy Mirovoy voyny [“Tragic eroticism”: images of the imperial family during the World War I]. Moscow, 2010. 657 p.
- Kuz'min N.F. Kommunisticheskaya partiya – organizator razgroma belogvardeyskikh band Denikina ;The Communist Party as the organizer of the defeat of the whiteguard bands led by Denikin]. Moscow, 1956. 40 p.
- Ladokha G. Ocherki Grazhdanskoy bor'by na Kubani [Essays on the Civil War in the Kuban]. Krasnodar, 1923. 122 p.
- Likhniitskiy N.T. Klassovaya bor'ba i kulachestvo na Kubani [The class struggle and the kulaks in the Kuban]. Rostov-on-Don, 1931. 192 p.
- Mel'gunov S.P. Kak bol'sheviki zakhvatili vlast': oktyabr'skiy perevorot 1917 goda; “Zolotoy nemetskiy klyuch” k bol'shevistskoy revolyutsii [How the Bolsheviks seized power: the October Revolution of 1917; “Golden German key” to the Bolshevik Revolution]. Moscow, 2007. 634 p.
- Mints I.I. Istoriya Velikogo Oktyabrya. V 3 tt. T. 1. Sverzhenie samoderzhaviya [The history of the Great October. In 3 vol. Vol. 1. Overthrow of autocracy]. Moscow, 1977. 784 p.
- Moskovichi S. Vek tolp. Istoricheskiy traktat po psikhologii mass [Era of the crowds. Historical treatise on the mass psychology]. Moscow, 1998. 475 p.
- Nikonov V.A. Krushenie Rossii [The collapse of Russia]. Moscow, 2011. 926 p.
- Oktyabr' na Donu i Severnom Kavkaze [October on the Don and the North Caucasus]. Rostov-on-Don, 1977. 302 p.
- Ocherki istorii Stavropol'skogo kraya [Essays on the history of the Stavropol Territory]. Edited by Korobeynikova A.A. In 2 vol. Vol. 1. Stavropol, 1986. 462 p.
- Pisarenko D.S. Terskoe kazachestvo. Tri goda revolyutsii i bor'by. 1917–1920. Materialy i vospominaniya [The Terek Cossacks. Three years of revolution and struggle. 1917–1920. Materials and memories]. Moscow, 2016. 672 p.
- Porshneva O.S. Mentalitet i sotsial'noe povedenie rabochikh, krest'yan i soldat Rossii v period Pervoy mirovoy voyny (1914 - 1918) [Mentality and social behavior of workers, peasants and soldiers of Russia during the World War

- I (1914–1918): abstract of the Doct. Diss. (Hist. Sci.). Ekaterinburg, 2000. 44 p.
- Razgon I. Ordzhonikidze i Kirov i bor'ba za vlast' Sovetov na Severnom Kavkaze [Ordzhonikidze and Kirov, and the struggle for power of the Soviets in the North Caucasus]. Moscow, 1941. 330 p.
- Ratushnyak V.N. Kuban': 2000 let istoricheskogo puti (khronika, sobytiya, fakty) [Kuban: 2000 years of history (chronicles, events, facts)]. Krasnodar, 2000. 300 p.
- Rossiya: entsiklopedicheskiy slovar' [Russian: encyclopaedic dictionary]. Leningrad, 1991. 922 p.
- Sidorov A.L. Ekonomicheskoe polozhenie v gody Pervoy mirovoy voyny [The economic situation during the World War I]. Moscow, 1973. 655 p.
- Sorokin P.A. Sotsiologiya revolyutsii. Chelovek. Tsvilizatsiya. Obshchestvo [Sociology of the Revolution. Man. Civilization. Society]. Moscow, 1992. 542 p.
- Tarnovsky K.N. Sovetskaya istoriografiya rossiyskogo imperializma [Soviet Hhistoriography of Russian imperialism]. Moscow, 1964. 244 p.
- Ul'ko G.E. Oktyabr' na Chernomor'e: Ist. ocherk ob ustanovlenii Sovetskoy vlasti v byvshey Chernomor. Gubernii [October on the coast of the Black Sea: East. Historical essay on the establishment of Soviet power in the former Black Sea Province]. Krasnodar, 1957. 118 p.
- Ul'yanov I.I. Slavnye stranitsy trudovogo kazachestva v istorii Grazhdanskoy voyny [Glorious pages of the working Cossacks in the history of the Civil War]. Moscow, 1920. 15 p.
- Fel'dman M. A. Bol'shevizm: nelegkiy put' k razgadke fenomena [Bolshevism: a difficult way to deciphering the phenomenon]. Obshchestvennye nauki i sovremennost' – Social Sciences and Modernity. 2015, No. 1. Pp. 100–107.
- Khitrov P.I. Bor'ba za Sovetskuyu vlast' na Stavropol'e [The struggle for Soviet power in the Stavropol Territory]: Cand. Diss. (Hist. Sci.). Rostov-on-Don, 1949. 157 p.
- Yanchevsky N. Kratkiy ocherk istorii revolyutsii na Yugo-Vostoke (1917–1920 gg.) [Brief essay on the history of the revolution in the South-East (1917–1920)]. Rostov-on-Don, 1924. 74 p.
- McMeekin S. The Russian Revolution. A New History. New York, 2017. 445 p.

THE ORGANIZATIONAL AND ECONOMIC POTENTIAL OF RURAL DEVELOPMENT

Alexander N. Semin¹

Tatiana I. Bukhtiyarova²

Irina V. Khilinskaya³

Abstract: The purpose of the research presented in the article is to develop a mechanism for increasing the efficiency of the use of the organizational and economic potential of rural areas. To achieve the goal of the study on the formation of a mechanism for strengthening and developing the organizational and economic potential of rural areas, a set of methods was used. Monographic - in the study of the state of industrial and social infrastructure; method of expert evaluation - when collecting, systematizing and processing the initial information on resource, production, information and innovation, financial and economic potential; statistical method - in identifying trends, patterns of rural development. Studies show that rural areas are still in crisis. In rural settlements, 36% of the Russian

unemployed and 39% of the poor live. The level of remuneration of labor employed in agriculture is only 56% of the average for the economy. Sociological surveys conducted in rural areas of the Sverdlovsk and Chelyabinsk regions of the Russian Federation showed that more than 50% of young people express their readiness to leave the countryside. Analyzing the current state of rural areas, a set of problems that reduce their attractiveness is identified. Accomplishment of the housing stock of the rural areas of the Russian Federation is still low, for example, the rural housing stock is equipped with a 54% water supply (whereas in the city - by 91%); water disposal, respectively, by 43% and 90%; heating by 66% and 92%; hot water supply by 30% and 81%, respectively. Having studied the state of

¹ Ural State Mining University

² Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration, Chelyabinsk branch

³ Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration, Chelyabinsk branch

the organizational and economic potential of rural areas, its composition was formed element-by-element, taking into account various environments: natural, institutional, business environment, financial and economic and information-innovation environment. This approach allows us to scientifically develop programs and measures for the development of rural areas in general and in terms of each element, while ensuring the targeting and transparency of the use of public funds allocated to support agriculture. Based on the results of the research, factors that characterize the comparative advantages and weaknesses of rural areas were identified and ranked, which allowed introducing an integral assessment of their social and economic potential.

Keywords: capacity, system, environment, organizational and economic potential

1. Introduction

The modern management of rural areas presents a problem of the determination of ways to ensure the competitiveness of such areas. The established and prioritized approaches to the resolution of such problems as the

384
development of mechanisms for increasing the performance efficiency and the assurance of high living standards play an increasing role in tackling the task of rural development under the State-implemented management strategy. The proper development of rural areas requires the fulfillment of a set of conditions including the formation of a complex management system, effective mechanisms of incentives and optimization, investments into rural economy, programs for innovative development of rural areas [14], changes in the formation and realization of the organizational and economic potential for rural development, the assessment of such potential [9], and the development of effective tools and methods to provide for flexibility and adaption to changes in internal and external environment [4].

The mechanism of the formation and realization of the organizational and economic potential for the development of an area involves the management of an overall development of economic, industrial, natural and resource, labor, financial, and intellectual potential of the area. This mechanism includes a management system, a performance evaluation of the real sector of

agricultural industry, and organizational, management, social, economic, investment, innovative, and institutional elements.

Theoretical and methodological aspects of the formation and realization of the organizational and economic potential for rural development are covered in many publications of domestic and foreign authors [5].

However, the following topics are open to question: an analysis of the economic and administrative status and prospects of agribusiness, issues of establishing the development indicators, a scientific-theoretical base for the set of problems related to the rural infrastructure development, a definition of the phenomenon of the improvement of the quality of life of population in rural territories [8].

Due to insufficient theoretical insights into the content, methods, and focus applied in the area development strategies, it became necessary to address the issues related to the selection and systemization of criteria, factors, and parameters used for the evaluation of rural development, and to explore the principles for building of the organizational and economic mechanism of their development [5].

2. Research methods and instruments

An information base of the research was formed using the official statistics of the Federal State Statistics Service, laws and regulations, procedural documents issued by local and federal legislative and executive bodies, decrees of the RF President and Government, programs and forecasts of the state authorities, materials of scientific conferences and workshops, monographs, as well as the results of the studies performed by the authors.

The validity and integrity of the research are ensured by the compliance of obtained results with substantiated expectations, the significant number of revealed factors that have an influence on the scientific task at hand, the application of modern scientific and methodological techniques, the proper selection of applied general and individual indicators, criteria, and models, and the balanced combination of theoretical and experimental researches [9].

The research working hypothesis is based on a series of scientific provisions and principles of the formation and realization of the

operational and economic potential for rural development that validate the possibility of improving the quality of life in rural areas.

The research objective is to form methodological approaches to the building of the mechanism for strengthening, development, and efficient use of the organizational and economic potential of rural areas with due consideration of the common interests of involved parties and the elaboration of models, instruments, and patterns to implement social and economic policy.

In order to meet the target of the effective usage of the rural development potential, it is necessary to resolve the following tasks: a) develop concepts for management of the rural potential, b) create the system for management of the rural potential based on the interaction between its structural elements, c) define the algorithm for management of the rural potential, d) develop the methodological approach which makes it possible to evaluate the potential of sectors that have the priority in terms of the development.

3. Research results and discussions

With a view to creating the conditions for the improvement of the quality of life, it is urgently required to develop the mechanism of the formation and realization of the organizational and economic potential for the sustainable rural development. To resolve this task, it is necessary to work out effective methods and instruments to ensure its adaptability to the changing conditions of the internal and external environment [4].

The creation of the conditions for restoration and development of Russia's rural areas is a strategic objective of the state food safety policy, which leads to the improvement of the quality of life [8].

Principles and methods of management of an area are determined pursuant to the targets of sustainable economic development, the full coincidence of interests of the involved parties, production, sales, administration, and creation of attractive investment environment for this area [6].

The Russia's concept for sustainable development of rural areas has its specifics, such as its own characteristics and mechanisms of achievement of objectives and budget funds still used as the primary source of

financing of the concept implementation [3].

In order to restore industrial and social infrastructure in rural areas, it is required to bring in private investments on top of the budget funds and to change crediting and taxation systems (provided that investments are made into the development of agricultural supply and rural infrastructure) [12].

The totality of all relations existing within an area can be represented as follows:

a) social and economic relations (ownership relations, labor relations, development of economic interests, income distribution, development of national relations, distribution of national services);

b) organizational and economic relations (organization, management and control, delegation of resource distribution functions, provision of incentives, cooperation and specialization, regionalization);

c) institutional and economic relations (legal relations, norms and standards of interaction between the state, business, and population);

d) investment and innovative relations (demand for investments and supply in socially innovative projects,

relations between investors and rural constituent entities, the state, business, etc.) [1].

In this research, the sustainable development of rural areas is represented as the process of the creation of a balanced and regulated system of social and economic equilibrium in rural development. This process aims to increase the efficiency of agricultural production, ensure food safety, and improve the quality of life in the country [8].

Considering economic, industrial, social, and infrastructural factors, the present-day trends in the development of rural areas require the formation and implementation of the organizational and economic regulation mechanism, which is aimed at the increase of the rural development level, the expansion of the sales markets, the creation of the conditions for integration, the development of market infrastructure, etc. [5].

The potential of an area is the totality of natural, economic, social, national, and human resources of the area development and its competitiveness [1].

The potential for the sustainable rural development is represented in the

research as a model of elements consisting of 5 blocks (see Fig. 1) [7]

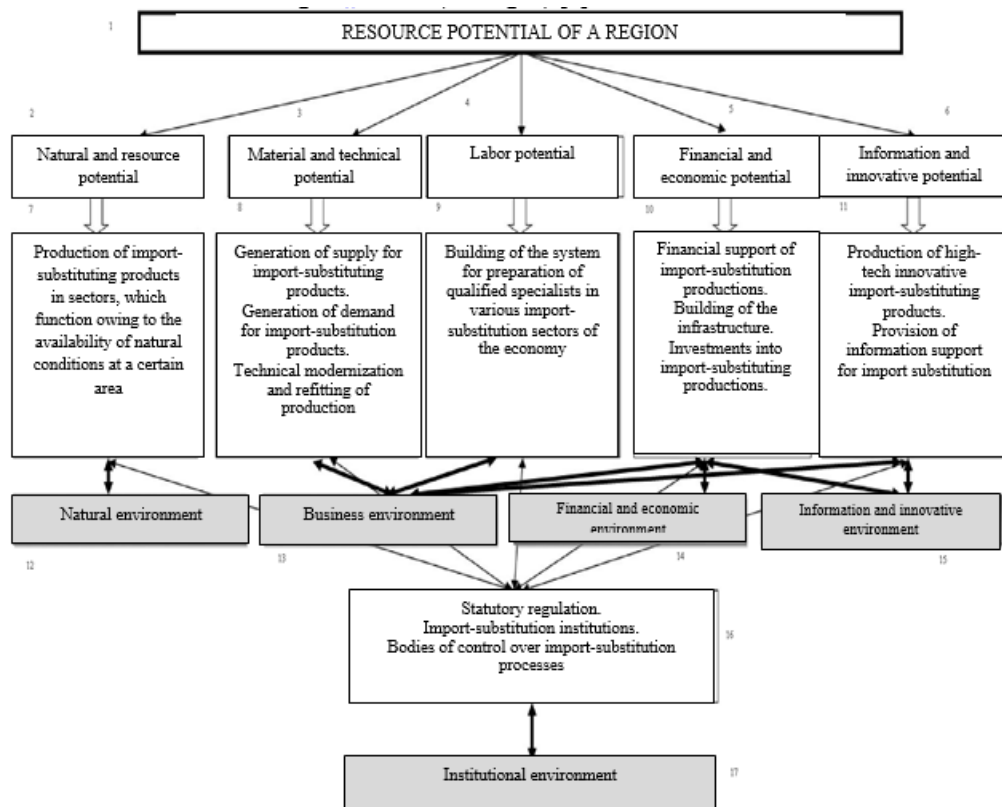


Fig.1. Potential for sustainable rural development

Building and development of optimal infrastructure are prerequisites for the growth of the effective agricultural industry, the high living standard of rural population, and the recruitment of young specialists to each rural area [8].

The model of evaluation of the sustainable rural development determines the interrelation of factors of socioeconomic development and the pattern and direction of

the area economic growth. It makes it possible to diagnose the condition and revise the process of implementation of strategic tasks and the level of interaction between entities [5, 13].

Considering the present-day stage of organization and management, the socioeconomic development of rural areas requires the implementation of business and project management of socioeconomic

processes. Owing to such management, it is possible to raise the organizational and

economic potential to the new stage of active development (see Fig. 2) [13, 11]

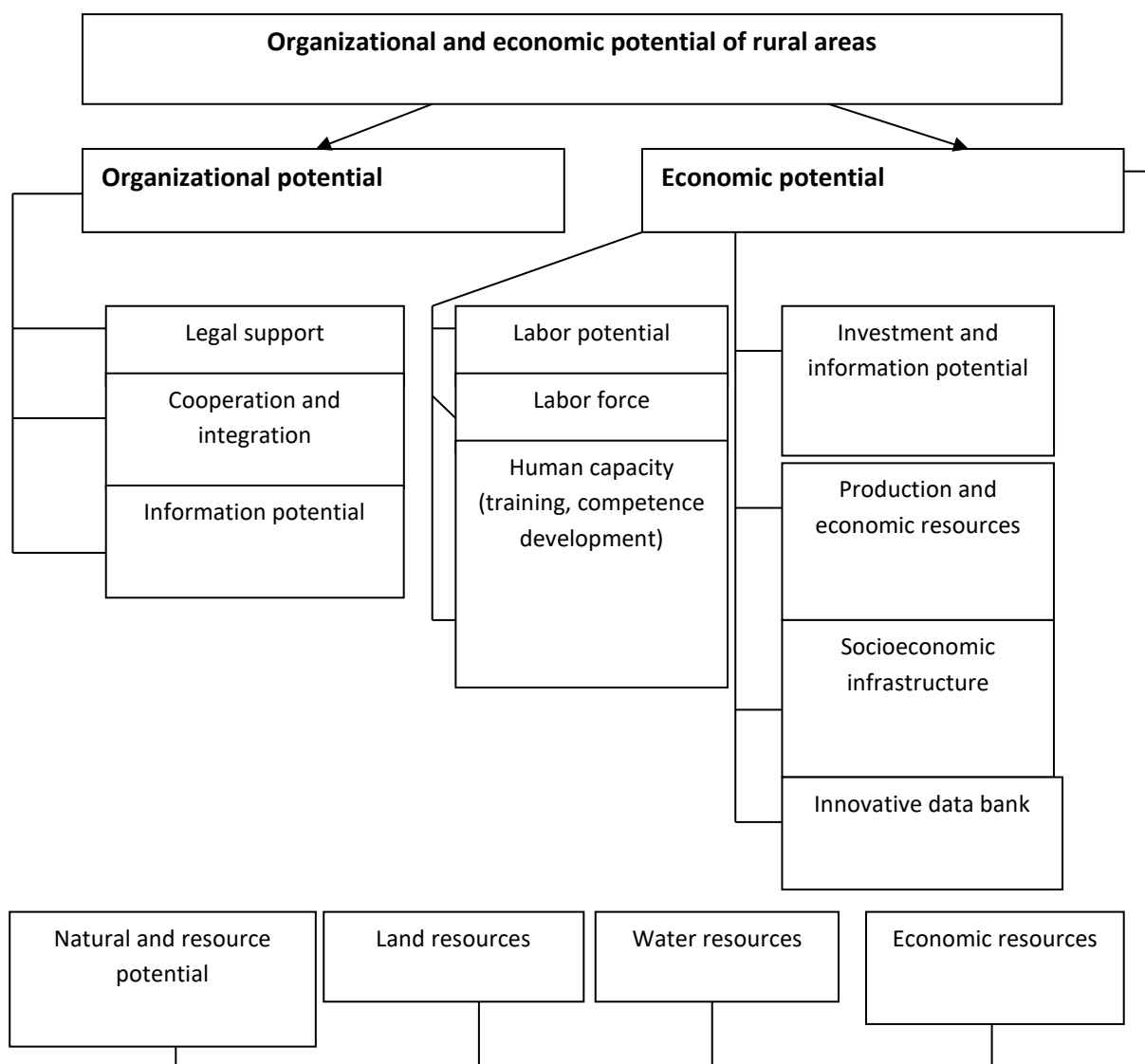


Fig. 2. Organizational and economic potential of rural areas

The development level of rural areas depends on the effectiveness of the control system, the presence or absence of apparent connections

between the state, manufacturer, and consumer of food products, limitations of

products sales, and the level of the market infrastructure development [5].

The systems approach to the determination of characteristics and criteria of the effective organization and management of the sustainable rural development is still an open issue; however, it is evident that qualitative improvements in the state control of rural development are required. The most important issue related to the state control of the socioeconomic growth of rural areas is the selection of the instruments that can be effectively used to influence the cooperation and division of the capacities of the federal center and RF entities in order to meet targets of the main involved parties, thus, achieving positive and dynamic results [16].

The development of rural areas shall be intended to perform the major national and regional functions, such as production, demographic, labor, living, cultural, ethnic, and recreational. Some rural areas can serve social functions (balneological, educational, rehabilitative, etc.) [9].

It is crucial to ensure the compliance of the objectives and opportunities of the economic growth with the market conditions. Therefore, new aspects shall be considered when selecting the instruments of state control over the sustainable rural development, specifically economic (target and program-oriented and not related to the

390
implementation of programs) and organizational and financial (control over ownership and land relations, regulation of rates and prices, tax regulation, control over trade relations, control over mechanisms of financial recovery and enterprise development support, introduction of benefits and limitations, etc.)

Various types of targeted financing (subventions, direct grants-in-aid (various subsidies, benefits, additional payments from budget and non-budget funds, subsidized loans), indirect instruments of financial regulation (monetary policy, foreign economic relations, tax systems, etc., financial incentives, influence on financial behavior of business entities to ensure meeting of the targets of the state regulation of investment operations, strategies of rural development [16, 17]

The main components of the organizational and economic mechanism are determined in the research based on the *factors* that influence the sustainable area development and the direction of such development; economic, social, political, organizational, and production *conditions and leverages* that are used to build the model of the organizational and economic potential for the sustainable development on the basis of the determination and evaluation of the area development level considering the *interests* of the main involved parties and,

what is more important, of the specific influence the alignment of such interests (see aspects that

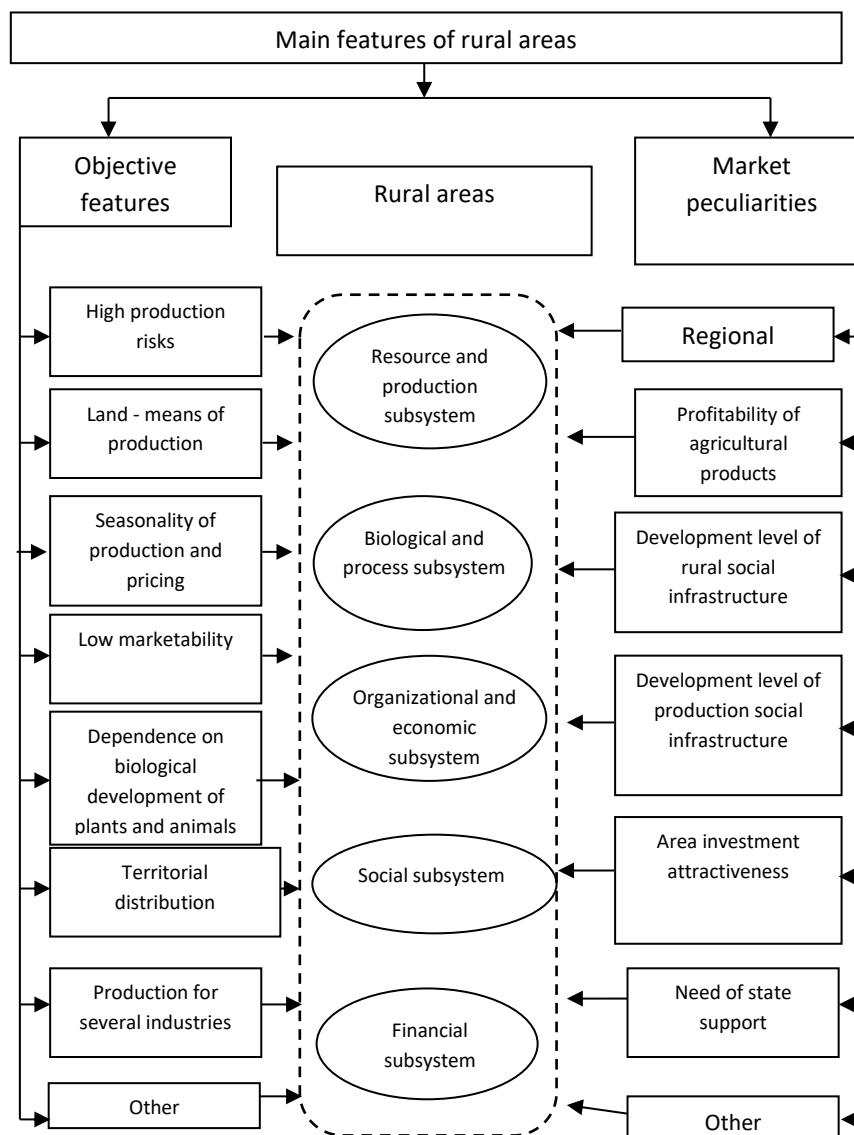


Fig. 3) [5, 2].

Fig. 3. Specific features of aligned functioning of rural subsystems

The level of rural development is characterized by the system of indicators of the interaction between entities. Such system is driven by the balanced interrelation of market mechanisms with the aim to meet the needs of the population, state, and market members [5].

A system of quantitative and qualitative indicators is used to evaluate the below aspects of the development level.

Firstly, demographic state, material well-being, welfare, level of education, the degree of adaptation of the population to rural living, availability of social and living conditions.

Secondly, level of agricultural development, state of the labor market, effective employment in rural areas, level of innovations in agribusiness considering specifics of a territory (see Table 1) [10]

Table 1. Evaluation indicators of rural development level

Subsystem components	Evaluation indicators
1. Resource and production	- an index of production of agricultural products in households of all categories (by sectors); - the relative share of energy costs in the structure of costs related to the production of agricultural products; - a number of high-production workplaces
2. Financial and economic	- an index of the physical volume of investments in the fixed capital of an area; - an index of subsidies and state support; - profitability of agricultural companies taking subsidies into account.
3. Social	- rates of growth of labor productivity; - nominal values of average monthly wages in the agricultural sector (by agricultural companies), RUB

4. Biological and process	- an area of land protected from water erosion, flooding and minor flooding owing to the implementation of flood-prevention measures; - an area of agricultural fields protected and preserved owing to the agricultural melioration and vegetative reclamation; - increase in the application of biological plant protection agents and microbial fertilizers in plant growing; - specific weight of agricultural production waste
---------------------------	--

Modern processes require the application of universal techniques which make it possible to compare areas of different sectors and determine areas with the maximum level of business stability [20].

The pattern of sustainable development of an area and the identified reserves for its growth characterize the adaptability of the area to changes of the external environment [6].

It is necessary to build a system of development indicators which make it possible to determine the effectiveness of the implemented strategy of rural development and to expand the analysis tools taking into account the need to switch to a project- and process-based way of economic development.

The implementation of modern management technologies in rural development is facilitated by the generated system of indicators used to

evaluate the rural development level and by the usage of said indicators for territorial planning and for the preparation of various programs of socioeconomic development [13].

The indicator approach applied to evaluate the influence of factors on the formation and use of the organizational and economic potential of rural areas is based on the development of individual and group indices for the evaluation of such factors [10].

The research differentiates the groups of factors as follows:

- a) factors pertaining to the natural and resource potential of an area;
- b) factors that determine the competitiveness;
- c) factors pertaining to the changes of living conditions;
- d) factors that determine the investment climate of an area [9].

Based on the results of the classification analysis, internal and external factors that influence the development of areas were categorized as follows: factors of social sphere and quality of life; factors of essential service systems, and economic factors [5].

The below requirements and principles shall be applied to the indicators [13]:

- focus on the control body in charge of the economy of a rural area (preparation and implementation of a development strategy, inventory of needs);
- tracking of indicators which make it possible to evaluate the quality of the development management and tracking of factors that directly influence the economic and social development of an area;
- full representation of existing and potential hazards;
- compatibility with the operating system of accounting, statistics, and forecasting [13].

Information technologies are applied to track and analyze interrelated factors and to develop the economic mechanism for rural development [11].

The following criteria were applied when taking a decision on the usage of any indicator: the specificity

and sufficiency of data for analysis, the minimization of a number of indicators, the capability to characterize dynamics, structure and effectiveness of economy and of the social development level, the tracking and reflection of differences between territories in terms of indicators under consideration and dynamics of their development, the application of relative and structural indicators [13, 19].

The combination of various techniques makes it possible to evaluate the development level of rural areas in a certain region based on the following aspects (indicators of Table 2. a) the natural and resource potential of rural areas, b) the competitiveness of the rural economy, c) living conditions, and d) the investment climate of a rural area.

At the first stage, the ranking evaluation is performed based on expert assessments, at the second stage - based on statistics, and at the third stage - based on the calculation done using the algorithm which allows for the difference in values of the scales for various groups of criteria. The levels of influence of certain criteria and groups of criteria on the overall evaluation of the development of a rural area are adjusted at the final stage [9].

It is appropriate to define the system of indicators to be used for the comprehensive assessment of the organizational and economic potential (OEP) for development of a certain area by taking into account relative indicators of each constituent element of the said potential (natural and resource potential – NRP; labor potential – LP; material and technical potential – MTP; financial and economic potential – FEP; information and innovative potential – IIP) [7,17].

The calculation of integral indicators and the evaluation and interpretation of the comprehensive integral indicator are performed as follows [7]:

$$OEP = \sqrt[5]{NRP * LP * MTP * FEP * IIP}$$

By using this technique for calculations, it is possible to determine the level of availability and the degree of usage of the rural potential.

The indicator-based technique for evaluation of the integral indicator of the sustainable functioning of a rural area is a universal one because it provides an opportunity to evaluate areas and compare them in order to define the maximum level of business stability. The structural analysis of the elements shows that resources are available to build up the capacities. Dynamics of these indicators make it possible to forecast the availability and usage of the potential in future [7].

In order to prepare the scientific and practical concepts of the (1) development of rural areas, it is required not only to formulate the underlying principles of such concept but also to define the mechanism for implementation of this concept and for classification of conditions to ensure coordinated actions (see Fig. 4)

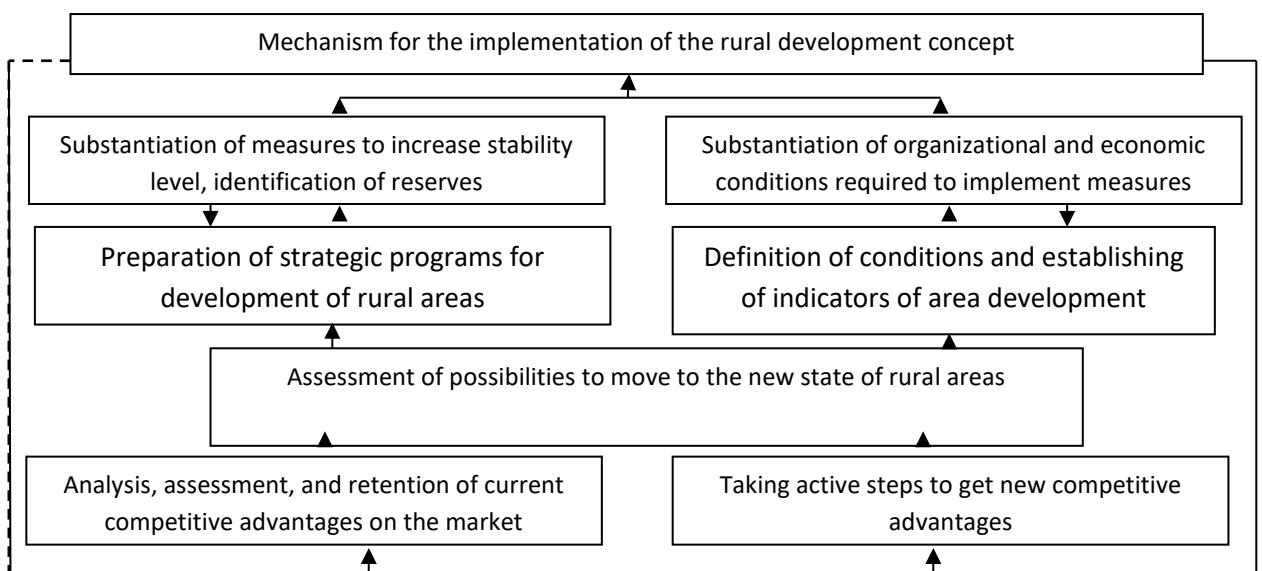


Fig. 4. Diagram of the mechanism for the implementation of the rural development concept

The research in a consistent manner defines the conditions which can ensure coordinated actions through the theory of balanced interests of interrelated parties.

The mechanism for the implementation of economic interests implies a set of structural and functional elements, additional subsystems, instruments, and methods, which are intended to manage the formation of favorable conditions for the implementation of general economic interests and interests of separate groups that live in localized territories, which are characterized by their own development specifics.

The achievement of the balance of interests is one of the key aspects of the management mechanism of the rural development, which is aimed on a global

level to increase the quality of life of people [15, 18].

The mechanism for the implementation of economic interests is formed during the implementation of the principles of aligned goals. Such principles ensure the integrity of the mechanism as a system, prioritize functions, align interests, and lead to the continuity and economic rationality.

4. Conclusions

The development of the Russia's rural areas is still characterized by numerous problems, both social and economic. The studies made it possible to define and group the basic factors that prevent the effective development of rural areas. Living problems include a high level of unemployment, low quality and unavailability of infrastructure. The

main economic problems are the low level of area development, underdeveloped production and social infrastructure, absent system of management of the competitiveness of an area and of the production, low level of the economic diversity.

In order to achieve the sustainable development of rural areas, it is necessary to create a comprehensive management system. Such system shall be employed to implement innovative and investment mechanisms, business project management, and mechanisms for the alignment of interests of the state, business, and public.

From the theoretical perspective, the research is important because it expands the theory, techniques, and methods of management of the rural area development as part of the state social and economic policy.

The results of the research contribute to the theory of the rural development within the organizational and economic mechanism for the formation and realization of the rural potential (incremental-iterative solution: a series of measures to implement current mechanism, improvements in the management of small- and medium-sized businesses, increase of the

investment activities of an area, introduction of the system of innovative instruments for the development of rural areas).

The authors distinguish the following key purposeful actions taken to ensure the development of the potential: define the conditions for the formation of the infrastructure model of the organizational and economic potential of an area, take grounded decisions aimed at the development of the comprehensive investment and innovative management system, develop the mechanisms of interaction between the parties of such system.

From the practical perspective, the research is important because methodological recommendations were prepared on how to increase the efficiency of usage of the organizational and economic potential of rural areas. The indicator-based technique for evaluation of the integral indicator of the functioning of a rural area makes it possible to evaluate areas of various sectors and perform comparative analysis in order to define the factors of sustainable functioning.

The basic results, conclusions, and recommendations pertaining to the formation of the mechanisms for the

management of rural areas can be used by governmental and executive authorities.

The mechanism for the formation and implementation of the investment and innovative program of rural development, as well as the technique for the evaluation of rural development effectiveness, can be applied to take scientifically grounded decisions in the process of area management and for the increase of the living standards of rural population.

References

Bukhtiyarova TI, Khilinskaya IV Sustainable development of rural areas: theory and practice. Agro-food policy of Russia. 2016. № 7 (55). pp. 108-113.

Gaydaenko E.V. Agricultural organization as a socio-reproduction system. Society: politics, economy, law. 2016. №5. pp. 106-109.

Grishkina S.N. Information support for sustainable development of the agricultural sector of the economy [Text] / S.N. Grishkina // The dissertation author's abstract on scientific degree competition d.eh.n., specialty 08.00.05 "Economy and management of a national economy (the economy, the organization and management of the enterprises,

branches, complexes - agrarian and industrial complex and agriculture)"; 08.00.12 - "Accounting, Statistics". - Moscow. - 2016. - 52 p.

Koloskova Yu.I. The mechanism of human capital development in rural areas (on the materials of the Krasnoyarsk Territory) [Text] / Yu.I. Koloskova // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economy and management of a national economy: the economy, the organization and management of the enterprises, branches, complexes. Agro-industrial complex and agriculture ". - Novosibirsk. - 2016. - 30p.

Kryukova ON Improvement of the organizational and economic mechanism for regulating the level of development of the agro-food market (on the materials of the Omsk region) [Text] / O.N. Kryukova // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economy and management of a national economy: the economy, the organization and management of the enterprises, branches, complexes. Agro-industrial complex and agriculture ". - Novosibirsk. - 2016. - 30p.

Kulikova E.S. Formation and development of territory marketing: theory, methodology, practice [Text] / ESKulikova // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economics and management of the national economy (labor economics)" . - Ekaterinburg. - 2016. – 46p.

Mereshchenko O.Yu. Management of the resource potential of the region's economy [Text] / O.Yu. Mereshchenko // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economy and management of a national economy (regional economy)". - Kursk. - 2017. - 23 p.

Miloenko EV Formation and development of rural social infrastructure [Text] / O.N. Miloenko // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economy and management of a national economy: the economy, the organization and management of the enterprises, branches, complexes. (Agro-industrial complex and agriculture) ". - Ekaterinburg. - 2016. - 34 p.

Notyag A.V. Formation of the mechanism of development of rural

territories within the framework of regional social and economic policy [Text] / A.V. Notyag // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economy and management of a national economy (regional economy)". - St. Petersburg. - 2016. - 19 p.

Ovechkin, E.P. The human capital of agriculture: the formation and use (on the materials of the Trans-Baikal Territory) [Text] / E.П. Ovechkina // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economics and management of the national economy (economics, organization and management of enterprises, industries, complexes, agribusiness and agriculture)." - Novosibirsk. - 2016. - 29 p.

Pecukh N.I. Increase of the organizational and economic potential of sustainable development of rural areas (on the materials of the Altai Territory) [Text] / N.I. Petsukh // The dissertation author's abstract on scientific degree competition k.eh.n., specialty 08.00.05 "Economics and management of the national economy (economy, organization and management of enterprises, industries, complexes,

agribusiness and agriculture)." -
Novosibirsk. - 2016. - 29 p.

Rau V.V., Skulskaya L.V., Shirokova T.
Agrarian sector of Russia before the
challenge of globalization. Problems of
forecasting. №5. 2014g.

Toktamysheva Yu.S. Formation of a
system of strategic indicators of regional
development [Text] / Yu.S.
Toktamysheva // The dissertation
author's abstract on scientific degree
competition k.eh.n., specialty 08.00.05
"Economy and management of a national
economy (regional economy)". - Ufa. -
2016. - 24 p.

Semin AN, Mihailuk ON Modern
tendencies of development of rural
territories in the Russian Federation
[Text] / A.N. Semin, ON Mikhaylyuk
ON // Science in the modern information
society: Materials of the VI International
Scientific and Practical Conference /
North Charleston, July 13-14, 2015, pp.
282-231.

Khaytaev B.T. Perfection of state
regulation of the agro-industrial complex
of the region (on the example of the
Chechen Republic) [Text] / B.T. Hajtaev
// the dissertation Author's abstract on
scientific degree competition k.eh.n.,
specialty 08.00.05 "Economy and
management of a national economy: the

400
economy, the organization and
management of the enterprises,
branches, complexes. Agro-industrial
complex and agriculture ". - Nalchik. -
2016. - 30 p.

Khitaev B.T. Perfection of state
regulation of the agro-industrial complex
of the region (on the example of the
Chechen Republic) [Text] / B.T. Hajtaev
// The dissertation author's abstract on
scientific degree competition k.eh.n.,
specialty 08.00.05 "Economy and
management of a national economy: the
economy, the organization and
management of the enterprises,
branches, complexes. Agro-industrial
complex and agriculture ". - Nalchik. -
2016. - 30 p.

Alchian, A. A., Demsetz, H. Production,
Information Costs and Economic
Organization // American Economic
Review. -1972. -№ 62(5). - P. 777-795.

Bautista, Romeo M. The bias against
agriculture: trade and macroeconomic
policies in developing countries / Romeo
M. Bautista, Alberto Valdés.
International Center for Economic
Growth.- 1993.- 339 p.

Brink L., Orden D., Datz G. BRIC
Agricultural Policies through a WTO
Lens// Journal of Agricultural
Economics, 2013. Vol.64. no. P207-208



Cramer, Gail I. Agricultural economics
and agribusiness/ Gail I. Cramer,
Clarence W. Gensen. Wiley.- 2001.- 544
p

**ON THE QUESTION OF PRACTICAL APPLICATION OF METHODS AND
MECHANISMS FOR FORMATION OF REGIONAL INNOVATIVE
DEVELOPMENT STRATEGIES**

Roman V. Smirnov¹

Aleksandr S. Tulupov²

Olga V. Kadyrova³

Oleg V. Burgonov⁴

Nadezhda A. Kudrova⁵

Tatyana N. Kosheleva⁶

Abstract: It is possible to notice a recent slowdown in the rates of social and economic development in many regions of the country. This trend depends on many aspects: exhaustion of natural and raw materials, inadequate financing of re-equipment projects, utilization of outdated technologies and equipment in the production regional subsystem. As a consequence, there are: loss of competitiveness of the territory, a decline in investment, and a reduction of the living standards of the population. The key factor in creating an innovative breakthrough in the economy of the region is the concentration of resources and the creation of spatially-expressed territorial zones of outstripping

economic growth with a narrow branch of specialization (“Growth Points”). Herewith, recently in Russia a significant gap has been revealed between the formed innovative intellectual products and the process of their commercialization. There is an obvious need for changes in the system of transfer of innovations and new technologies, which must have a stable effect of adaptive synergism. In the global and domestic practices, there are different methods to correctly assess (to a greater or lesser extent) the level of competitiveness of individual regions from the perspective of their innovative development. In the paper the authors analyze the methods and mechanisms of forming the stages of the

¹ Saint Petersburg State University of Economics

² Market Economy Institute Russian Academy of Sciences

³ Saint Petersburg State University of Economics

⁴ St. Petersburg University of Management Technologies and Economics

⁵ St. Petersburg University of Management Technologies and Economics

⁶ St. Petersburg University of Management Technologies and Economics, Saint Petersburg State University of Civil Aviation

implementation of the regional innovative development strategy presented in specialized literature and based on the results of assessing the level of competitiveness of the region by the criterion of the “level of innovative development”.

Keywords: strategy of regional innovative development, assessment methodology, criteria for the level of competitiveness of the region.

1. Introduction

A separately taken region is part of the state as a set of regions representing a well-functioning system; it must meet the requirements necessary for the formation of an effective socio-economic sphere and enhance the innovative level of scientific and technological development of its own - and the entire system as a whole. It is for this purpose that funds from regional budgets are invested in various programs and projects.

The problem is that the effectiveness of these programs from a technological point of view is often not adequately assessed. This, in turn, leads to the fact that the products produced within the framework of such projects are initially uncompetitive, because they refer not to a new wave of innovative technology and therefore, does not meet modern requirements [2].

2. Materials and Methods

The main directions of the innovative development strategy of Russia are confirmed by the determination of the state bodies to not simply declare the choice of an innovative development scenario, but also to create favorable conditions for its real implementation; such directions are connected with the innovative development of industrial enterprises. Support for their innovative evolution is based on the management of promising areas of progressive technologies development (see Figure 1).

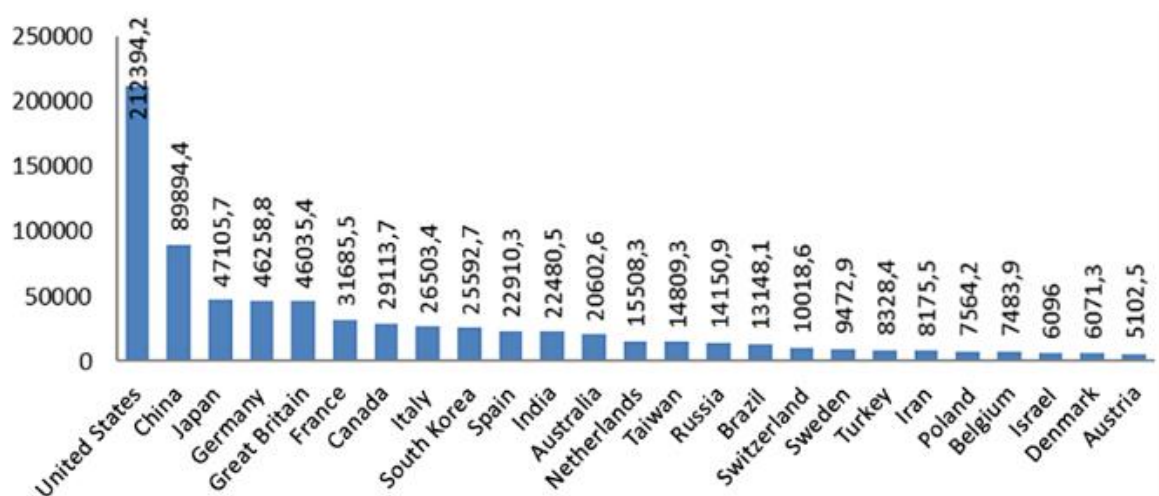


Figure 1. Number of published articles in peer-reviewed scientific publications by country, 2017

Source: compiled by the authors according to the World Intellectual Property Organization. The database contains statistical information on the ranking of countries of the world according to the level of research activity [Electronic source]: Access mode:

<http://gtmarket.ru/ratings/scientific-and-technical-activity/info>

The statistics presented provides the share of enterprises engaged in technological innovation in the total number of enterprises (see Figure 2).

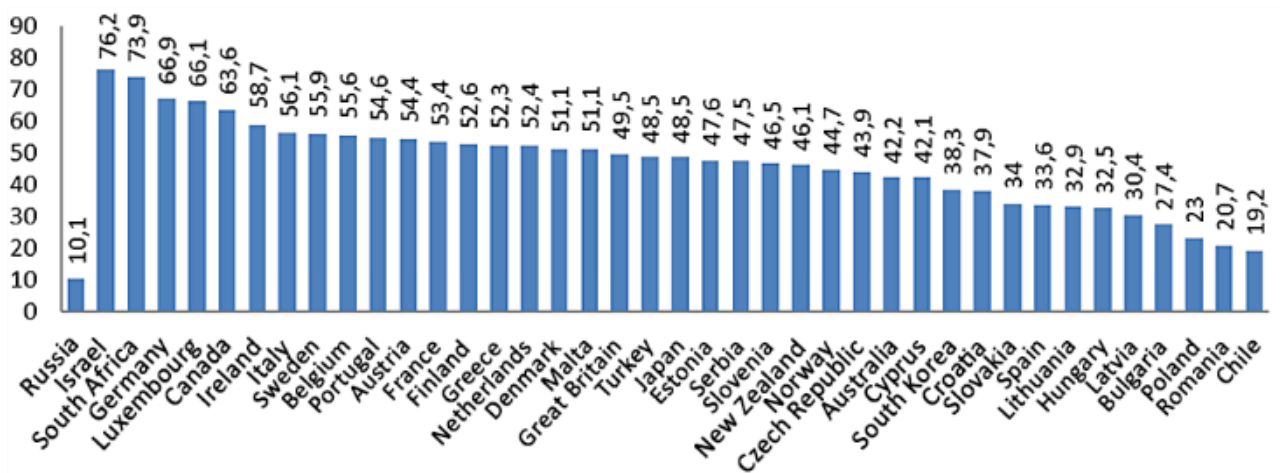


Figure 2. Innovative activity of enterprises for 2017, by percentage

Source: compiled by the author according to the Federal State Statistics Service, Higher School of Economics. The database contains statistical information on the Indicators of Innovation Activities 2015 [Electronic resource]: Access mode: <http://www.hse.ru/data/2015/04/07/1096379758/>

Investing in newly created small innovation service enterprises is inherently extremely risky, i.e. venture. According to the established practice of venture investments, such enterprises are financed at different stages

of development; and also at several stages at once.

Innovative development of the country is one of the governmental priorities. Unfortunately, the budget allocated to the regions from year to year does not solve the problems with the slow development of the innovation sphere. In the paper presented, principles, tasks and models have been developed, and an effective process of innovative development of the subjects of the country has been created.

To characterize the competitive advantage of the region against the background of the country's general economic system, a

correlation-regressive analysis was chosen. As an influencing factor - the proportion of organizations with high innovative activity from the total number of organizations in the region and the amount of GRP (here - gross regional product) per capita - between which there is a close direct link. As a result, the coefficient of determination is 0.498, which means that by 49.8% the variation in GRP is due to the variation in the share of organizations with high innovative activity; and other factors - 50.2%.

“You have so much territory and so few people. We will help you find an application for everything that is not used for your worth” - these issues became essentially remarkable in the past few years for the heads of European states. And not for nothing, since Russia's natural resources are estimated at 4 times higher than in the US and almost 5 times higher than in China, which allowed and still allows to contribute to the country's economic development and its productive potential.

Industrial development in Russia is quite different from Western countries, since it acquires particular significance only in the time of Peter the Great. In XVIII century Russia, large industrial enterprises are encountered more often, but in the West this was a rare exception. While setting high import duties, but at the same time permitting the import of raw materials and tools for factories, Peter the Great created favorable conditions

for the development of large-scale industry and development of the regions of the country - by the end of the XVIII century there were more than two thousand industrial enterprises, in which more than 1200 people invested their work.

The peculiarity of the normative and targeted approach to the creation of the project of regional innovative development consists in the formation of a unified system of practical measures within the framework of integrating innovative components into the strategy of social and economic development of the regions, as well as tools for its implementation. This approach includes selection tools and characteristics of targeted programs and subprojects, as well as it determines the structure of the management influence on the achievement of a certain result in shaping the level of innovative development of the region in question.

The factor chosen in the Russian economy does not have a significant influence on the formation of GRP. This is clarified by calculating the coefficient of determination, where the share of innovative goods in the total value of goods of the whole region and the GRP was taken. 0.012 is the coefficient of determination, which means that only 1.2% of the GRP variation is due to the variation of the selected factor, and 98.8% is influenced by other factors.

There is a slight relevance between the share of domestic expenditures directed to research and development and the volume of GRP per capita. The coefficient is 0.158, which means that only by 15.8% the GRP variation is explained by the variation of internal expenditures aimed at conducting research and development, and 84.2% are other factors.

A moderate direct relevance exists between the number of filed patent applications per thousand inhabitants and the per capita GRP. The coefficient of determination is 0.223; therefore, the impact of the number of applications filed for the patent in the amount of GRP is 22.3%, and 77.7% - other factors.

In the long run, two main GRP influencing factors can be identified: the number of organizations with high innovative activity and the number of filed patent applications per thousand inhabitants. The low influence of the remaining two factors (the amount of internal expenditures directed to research and development, and the share of innovative goods in the total volume of goods shipped) once again confirm the destructive nature of the innovative development of individual subjects of the country, that is, with the costs of innovative development and research, their subsequent introduction remains at a low level.

In the process of forming a common level of development of regional industrial complexes (RIC) and regional innovative infrastructure, it is necessary to build targeted programs to increase the level of innovative development of regional manufacturing enterprises.

Strategic management is a system of entrepreneurial management of the RIC's activities aimed at developing strategies that allow future changes to be evaluated and taken into account in current decisions, and ensuring the arrangement of these strategies implementation.

The main guideposts of strategic management are:

— The principle of scientific and technical foresight and strategy development. The development of the strategy involves selecting the most effective ways to achieve the objectives, taking into account the comparison of alternative options for calculating resources and the dynamics of their changes, taking risks into main areas of activity;

— The principle of reconciliation of external and internal factors of enterprise evolution in the development of strategies and cost accounting;

— The principle of the correspondence of strategy and tactics to enterprise management. It can be fulfilled only if the implementation of the development strategy

becomes a shared cause for the entire workforce of the enterprise;

— The principle of the priority of human capital in the projecting and implementation of the development strategy;

— The principle of correlating performance with the achievement of strategic goals through the implementation of strategic control during the process of their realization.

One of the most significant areas can be considered the Urals mining and metallurgical region - namely the Sverdlovsk Oblast (region), once part of the Siberian province, where from the very beginning there were unique deposits of minerals. At the moment, this region is considered to be a traditional industry, because the city-forming enterprises that are in it today are strategically important for the country. Especially distinguished is the Ural Metallurgical Plant on the Iset River, since the date of the whole region foundation is considered to be the day when it began its actual work. The plant became a town-forming body and as a result, city of Ekaterinburg, named after St. Catherine (patroness of metallurgists) and Empress Catherine I of Russia, began its existence, and now is the administrative center of the region.

Now the Sverdlovsk region ranks second in the country in terms of industrial output: Nizhniy Tagil Iron and Steel Works (4/5 of pig iron production and 2/3 steel production in Sverdlovsk Region), Uralmash

(UZTM - Ural Heavy Machinery Plant), Urals Turbine Plant (UTZ - power engineering enterprise for designing and production of turbines) and more than ten other large enterprises for a long time form the line of development of the traditional industrial region. But in spite of large volumes of production, the inertia of the processes in the industry of the region still remains.

Consideration of the factors that affect the inertia of the economic structure of the traditional industrial regions, as follows:

- 1) Immensity of urban economy;
- 2) History of the region;
- 3) Investments in city-forming enterprises and their functioning;
- 4) The state of the city's economy (stability or transitivity);
- 5) Ability to innovate;
- 6) Extent of expansion of urban economy.

To assess and analyze the inertia, there is an algorithm that includes an analysis of basic indicators, an analysis of the urban economic structure dynamics, and analysis of structural changes. More details on the second paragraph of the algorithm.

A part of industrial enterprises in the region simultaneously has the properties of inertia and dynamism, which have a strong influence on the dynamics of their development - since it belongs to the science-driven industries. The inertia does not allow changes in short periods of time. This means

that the formed trends of the past period continue to operate in the future.

To clarify, it is possible to consider the rating of Russia's regions in terms of the efficiency of industrial production. There are data for 2008 and 2009. The rating process takes into account such indicators as labor

productivity, yield on capital investments and the share of profitable organizations.

According to the assessment results, the regions are divided into classes and they are awarded points from 1 to 100 (1 - low, 100 - highest rating).

Table 1. Rating of regions of Russia in terms of industrial production efficiency in 2008.

Ranking place in Russia	Region	Score	Rating class
1	Tyumen region	66.35	A - High
2	City of Moscow	61.11	A - High
3	Yamalo-Nenets Autonomous District	52.30	A - High
4	Khanty-Mansi Autonomous District	51.90	A - High
5	Republic of Bashkortostan	51.14	A - High
6	Republic of Mordovia	50.27	A - High
7	City of Saint-Petersburg	48.62	A - High
...			
25	Sverdlovsk region	42.70	B – Above the average

Table 2. Rating of regions of Russia in terms of industrial production efficiency in 2009.

Ranking place in Russia	Region	Score	Rating class
1	Tyumen region	62.99	A - High
2	City of Moscow	58.51	A - High
3	Yamalo-Nenets Autonomous District	53.97	A - High
4	City of Saint-Petersburg	52.04	A - High

5	Khanty-Mansi Autonomous District	51.14	A - High
6	Nenets Autonomous District	50.54	A - High
7	Republic of Bashkortostan	45.56	A - High
...			
53	Sverdlovsk region	31.64	C - Below the average

Analyzing the data of Table 1 and Table 2, it is possible to conclude that speaking of industry development, Sverdlovsk region is inferior in pace to higher regions. At the stage of active development is St. Petersburg; first three positions are steadily occupied by the Tyumen Region, Moscow and the Yamalo-Nenets Autonomous District.

The main directions of Russian innovative development strategy evolution confirmed by the determination of state bodies - is not just to declare the choice of an innovative development scenario - but also to create favorable conditions for its real implementation, are associated with the development of industrial enterprises. Support for their technological development is based on the management of promising areas of industrial technology development, including the development of common research programs, technology diffusion and risk sharing.

Solving economic problems requires a comprehensive economic policy of the state creating conditions for the development of industrial enterprises.

It is necessary to transform the existing branch structure into a modern diversified system - which is oriented towards the final output and pooling of resources, private capital and the state bodies in order to create promising technologies (including the field of governance/management).

Concrete and detailed justifications are needed to identify the so-called possible growth points in production facilities, and hence, in the formation of new industries. In accordance with the objectives of industrial policy, it is necessary to develop methods for its implementation and develop grades of influence on the consumer.

The main management problems of industrial enterprises development nowadays and in the future are: increased attention to long-term forecasting of trends in the development of industries; identification and coordination of national goals; expansion of the range of factors considered in the analysis of programs for redouble influence on the various links of the socio-economic system; combination of methods of qualitative analysis with mathematical modeling in substantiating

solutions to specific problems of commercial industries and their areas of activity; development of approaches to program research, application of methods of software (system) analysis along with traditional methods; identification and coordination of goals and strategies; analysis and planning of development management programs and their comprehensive evaluation.

The mentioned problems of industrial enterprises are generally interrelated, but the problem of improving management efficiency in many cases is decisive. The introduction of adaptive strategic management, adequate to changes in the surrounding business environment, can in many respects solve the listed problems.

The complexity, scale and long-term nature of the processes of radical, innovative transformations in Russian industry requires the development of new strategic models of social and economic evolution, which, in turn, requires not only the development of new management systems, but also the clarification of the corresponding methodological apparatus.

Of particular importance is the task of changing the established practice of managing Russian regional industrial complexes at the “meso-level” - which is far from fully meeting modern requirements.

Competitive market assessment, enterprise feasibility study, and, most

410
importantly, the search for creative management solutions that correspond to a rapid change in the business environment are essential. At the same time, planning should be of a warning nature, the organization - focused on flexible structuring of interrelations between divisions, motivation - assume teamwork style within the staff, and control - to be based on a constant correlation of levels of actual and normative adaptation.

It should be noted that foreign theory and practice of strategic management is methodologically furnished; it also has been tested on a large number of international corporations. And some adapted methodological importations from foreign publications within this study generally can be admissible for regional industrial complexes, since they do not reflect the conceptual provisions for adapting the system of strategic management in industrial enterprises.

One of the most significant areas of Russia can be considered the Urals mining and metallurgical region - namely the Sverdlovsk Oblast (region), where from the very beginning there were unique deposits of minerals. At the moment, this region is considered to be a traditional industry, because the city-forming enterprises that are in it today are strategically important for the country. Especially distinguished is the Ural Metallurgical Plant on the Iset River, since the date of the whole region foundation is

considered to be the day when it began its actual work. It should be noted that the share of investments in the region is low, but it is innovatively active – however, compared to other regions the rates of development are prone to slow in progress; according to Russian Federal State Statistics Service (Rosstat) the region is considered inertial-developing - the development processes take place gradually. Therefore, it will be rational to consider the competitive potential on the sample of the above region.

Sverdlovsk regional GRP in 2017 was 1586.2 billion rubles. The share of GRP of the Sverdlovsk region in Russia's gross domestic product (GDP) in 2016 was 2.38% (6th position in the Russian Federation). 86% of the volume of shipped goods of regional production and works and services performed are accounted for by manufacturing industries, 11% - production and distribution of electricity, gas and water, 3% - extractive industry.

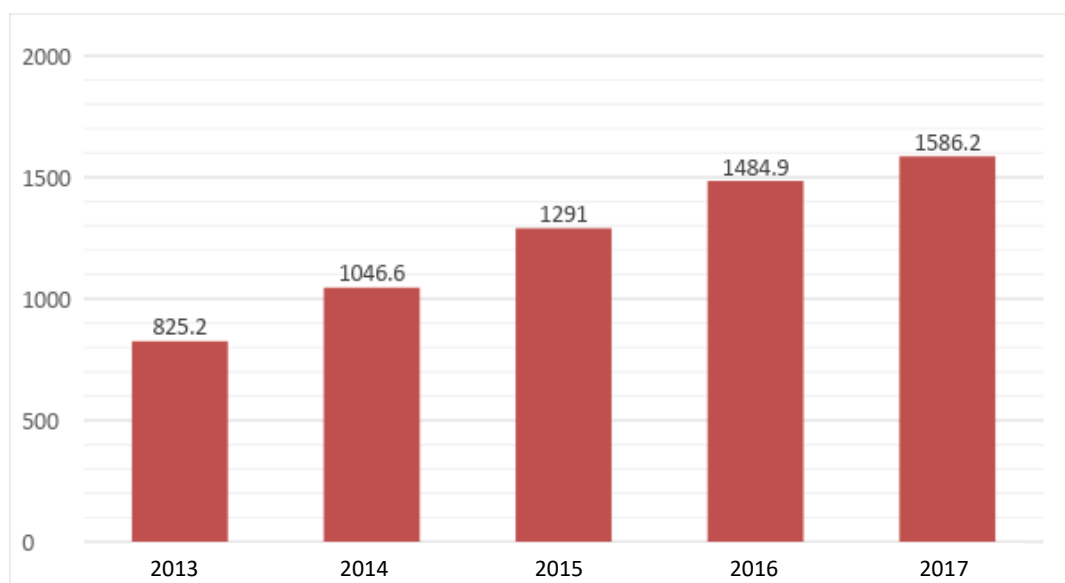


Figure 3. GRP for the Sverdlovsk region, in billions of rubles.

According to the diagram in Fig. 3, it is possible to conclude that the region is actively developing and the position of the regional economy is improving significantly.

To fully assess the competitive potential, it is necessary to compare the area with other regions.

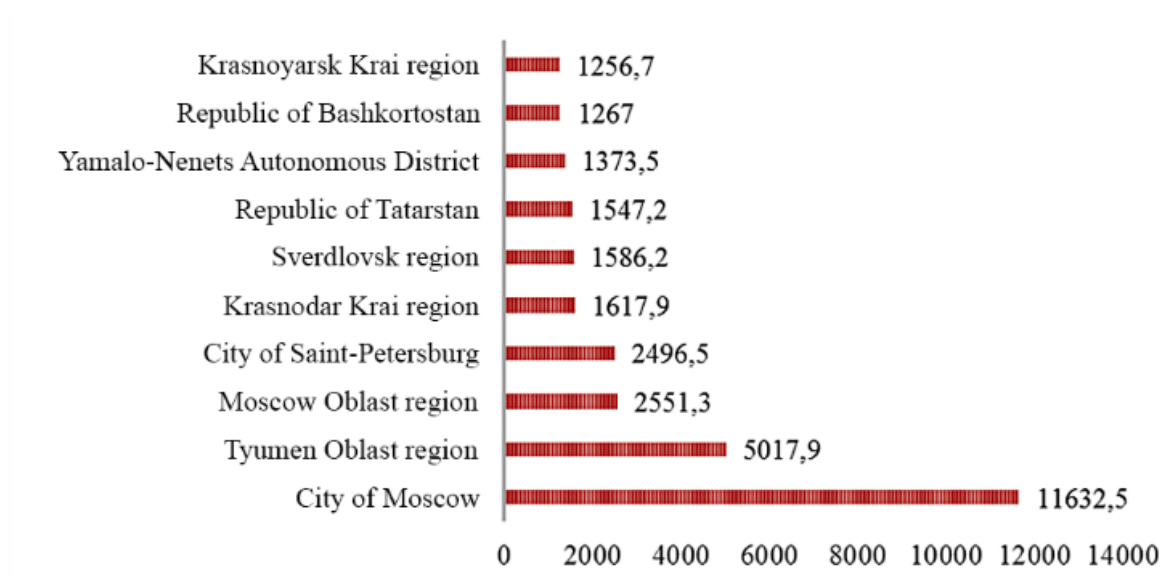


Figure 4. GRP for the constituent entities of the Russian Federation in 2016, in billions of rubles.

It can be seen that the GRP value of the region in question is relatively remote, which confirms the slowness of its pace of development.

The Sverdlovsk region can be rightfully considered the supporting industrial region of Russia. Its industry accounts for almost 100% of titanium production, more than a third for copper, rolling equipment and freight cars, over 20% for steel pipes and iron-based alloys. A distinctive feature of the industries' branch structure is a high

proportion of basic industries: 55.5% of ferrous and non-ferrous metallurgy and 15.4% of manufacturing engineering.

Almost all titanium production is located in the region under consideration, as well as production of more than 1/3 of copper, rolling machines and trucks, more than one-fifth of steel and iron alloys. Note an essentially high proportion of ferrous and non-ferrous metallurgy (55.5%) and manufacturing engineering (15.4%).

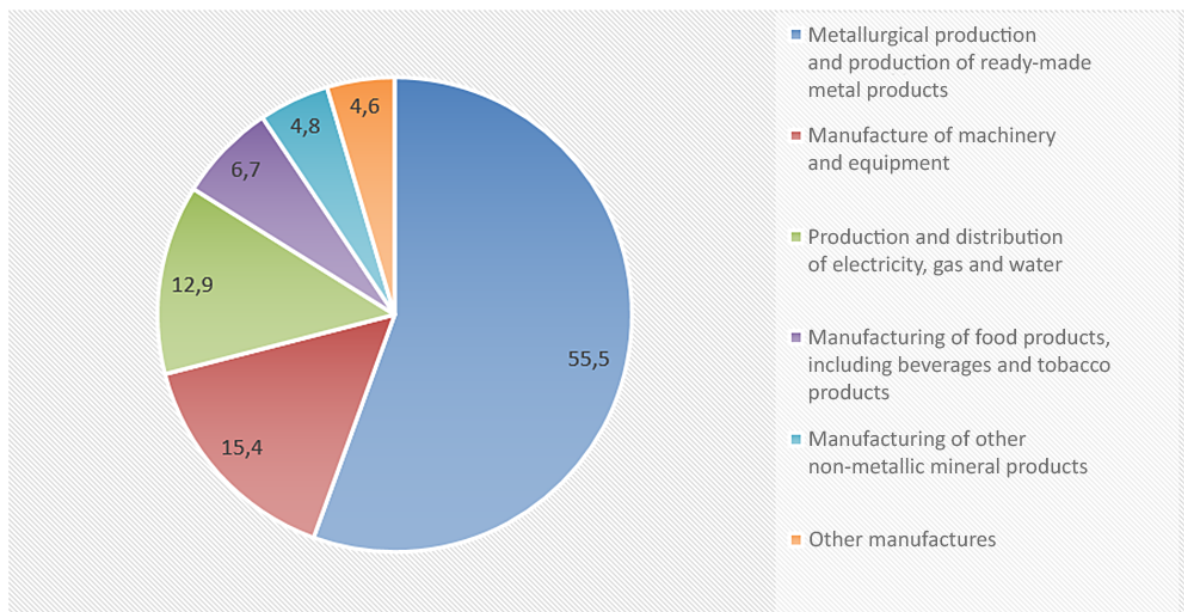


Figure 5. Sverdlovsk region industry structure in 2017

Sverdlovsk region is one of the most science-driven regions in Russia. Scientists work in the field of the most popular scientific trends - information and nanotechnologies, energy, medicine.

Innovative activity in the Sverdlovsk region ranks 6th among the regions of Russia in terms of the number of patents granted (924 units in 2016, of which 34% are patents, 34% are trademark and service mark certificates, 29% are functional patent models and 3% - patents for design); it also ranks 4th between subjects of the Russian Federation in advanced production technologies (process documentation, production drawings, equipment necessary). In 2014, based on the Pervouralsk metallurgical college, the Pervouralsky Novotrubny Plant (steel pipe-producing plant) was launched in cooperation

with the Ural Federal University. The Sverdlovsk region is one of the most developed industrial regions.

About 21000 people in the region are employed in the field of research and development, about 2/3 of all scientific-research institutions of the Ural Federal District are centered here, including the Academy of Sciences, 32 universities with more than 176,000 students, 104 regional professional educational institutions, etc. The volume of scientific and technical works performed by the companies of the Sverdlovsk region in 2014 averaged at 45.6 billion rubles, expenditures for research and development - 31.3 billion rubles.

As a result, it can be concluded that the competitive potential of the region under consideration is quite high and has a positive

development dynamics. The inertia of development is still present, which can be seen being compared with other regions, but the pace of economic development and the level of innovation activity increase significantly every year.

3. Results

The outlines of the components of the mechanism for forming a strategy for regional innovative development are shown in Figure 6.

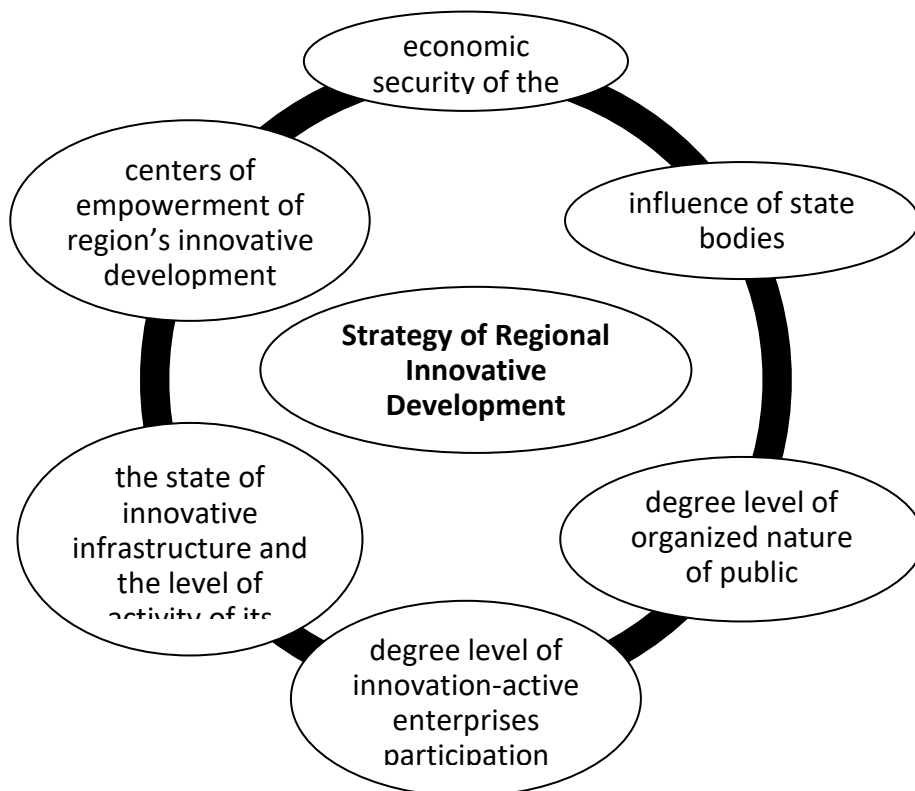


Figure 6. Components of the mechanism for forming a strategy for regional innovative development.

Based on a number of criteria allowing to take into account the parameters of the region's resource system, socio-economic priorities and perspectives of its development,

a model of a program for targeted innovative development of the region was projected (Figure 7).

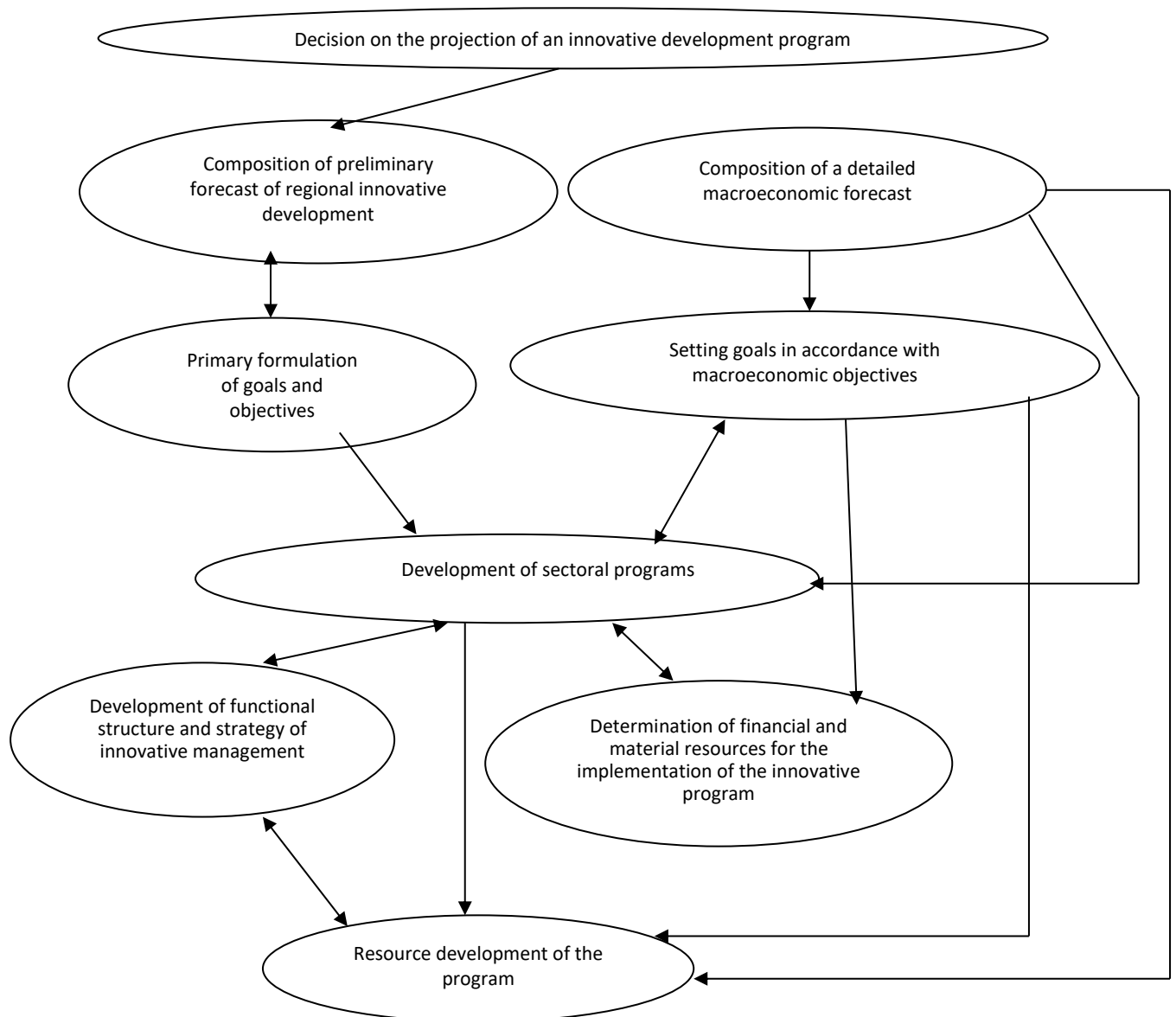


Figure 7. Model of the program of targeted regional innovative development.

On the basis of the formed mechanism of functioning of the adaptive innovative infrastructure of regional industrial complexes, with respect to the level of innovative potential and the tasks of the strategy of regional social and economic development, it is necessary to determine the type of innovative strategy of the

perspective development of the subject of the Russian Federation.

The authors propose to evaluate the quality of the targeted program by an expert method; the questions necessary for rating evaluation should be presented in the form of groups; the integral rating also should be

calculated with the following categories of rating issues:

- a) program execution results;
- b) risk assessment, forecasting and planning;
- c) reasonableness of management strategy;
- d) reasonableness and expediency of the target program structure.

4. Discussion

Before raising the issue of the formation and implementation of the activities of the regional innovative development program, it is necessary to develop a methodology for assessing the level of its competitiveness by the criterion of “the level of innovative development”. The steps that need to be taken to conduct such an assessment are shown in Figure 8.

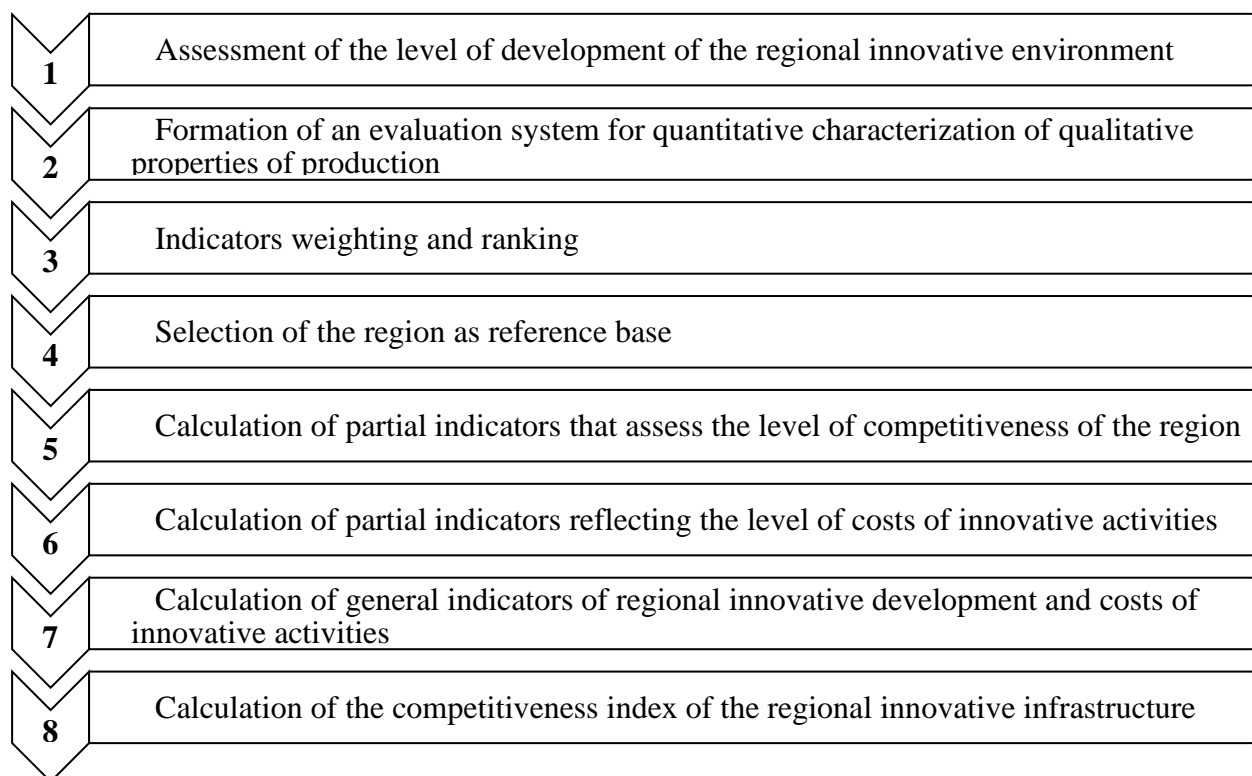


Figure 8. Stages of modeling the process of assessing the level of regional competitiveness by the criterion of “the level of innovative development”

1. Assessment of the level of development of the regional innovative environment. At this stage it is essential to

research the region's activity in the field of innovation in four areas:

1) Assessment of the innovative infrastructure of the region in dependence on its favorableness for the formation of a high-tech environment;

2) Assessment of existing opportunities in the context of the assistance from regional government bodies to the innovative environment development in the region;

3) An estimation of cumulative potential of innovatively-active managing subjects (including regional industrial subsystem);

4) Assessment of conditions for the formation and implementation of innovative projects and programs; and the degree of development of such projects implementation system in the region.

2. Formation of an evaluation system for quantitative characterization of qualitative properties of production.

The position of innovation in the innovative activity of the regional industrial complex is demonstrated on Figure 9.

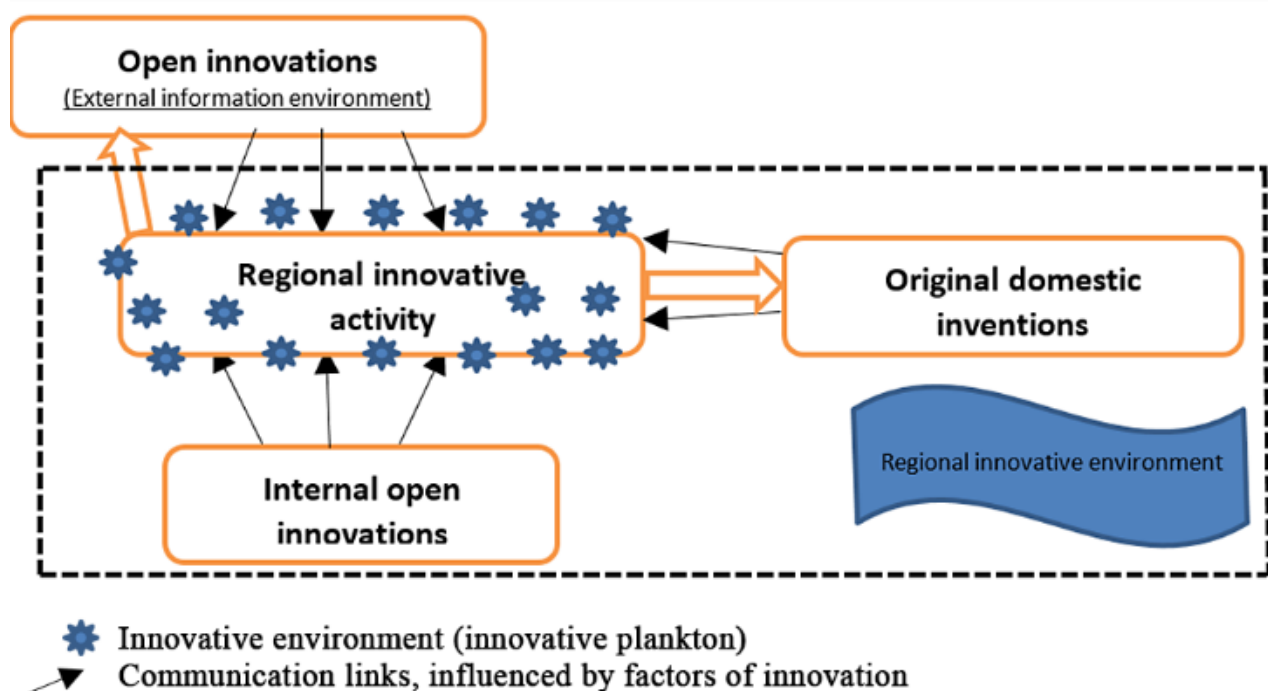


Figure 9. The position of open innovations in the innovative activity of the regional industrial complex

In global and domestic practices, there are various methods, more or less fully allowing assessing the level of innovative

development of the region. Among them are methods, sponsored by such developers as [1]:

- European Innovation Council;
- Organization for Economic Co-operation and Development (OECD);

- scientific divisions of the World Economic Forum and World Bank;
- United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) and others.

In our opinion, the Organization for Economic Co-operation and Development and the World Bank are most deeply embedded in the problem of assessing the level of competitiveness of the regional innovative infrastructure. However, the methods of both developers include some downsides, distorting

the results of analysis when assessing the level of competitiveness of developing markets, taking into account their special limitations in the process of innovative development.

Based on the results of the study of the above methods, suggestions are made for optimizing the methodology for assessing the level of competitiveness of the regional innovative infrastructure, including the introduction of a certain set of indicators/criteria demonstrated in Table 3 [5].

Table 3. Grouping of indicators / criteria for assessing the level of competitiveness of the regional innovative infrastructure

Group	Indicator
Financial potential (sources of financing and their structure)	<ul style="list-style-type: none"> ● Budget ● Private sector Venture investments in total volume of investments Foreign direct investment as part of an innovative products
Human resources	Number of employees engaged in the development, study and creation of innovative developments, including: <ul style="list-style-type: none"> ● With academic degrees ● Without academic degrees ● The level of employment in the branches of advanced technologies
Intellectual potential (composition and scope of utilization)	<ul style="list-style-type: none"> ● Number of developed technologies related to the sixth wave of innovation ● Number of developed technologies related to fifth wave of innovation ● Number of developed technologies related to fourth (and lower) wave of innovation ● The share of innovation-active enterprises in the total number ● Number of patents issued, per region
Monetization of technologies	<ul style="list-style-type: none"> ● The share of innovative products in gross regional product ● The share of innovative products in region export

	<ul style="list-style-type: none"> ● Innovative products turnover ● Number of products owned by small innovative enterprises ● Compliance of innovative infrastructure to international requirements
--	---

3. Indicators weighting and ranking.

At this stage it is necessary to assess the importance of each criterion reflecting the state of the region in the field of innovation. Each indicator can be weighted based on various methods. In this paper, we propose to pay special attention to the method of determining the values of weight coefficients published in the Land Issue Journal, No. 9 of 2004 under the authorship of A.V. Grigorieva, P.A. Kozina and A.V. Ostapchuk [3].

In our opinion, the data obtained with the assistance of the methodology proposed by these authors will be the most objective, since in this methodology, an expert evaluation and additional evaluation stages are used, based on the mathematical apparatus and leveling aspects of human factor conformism. On the one hand, additional steps complicate the evaluation procedure, but on the other - the result achieved has an increased level of reliability and independence in determining the values of the weights obtained from various experts.

At the first stage, the expert, relying on self-competence, fundamental and applied

developments and experience and professional intuition, provides weights and scores for each indicator on a scale of 1 to 10.

At the second stage, to determine the importance of the expert, he/she is invited to assess on a scale from 0 to 100% of own confidence that the values the expert indicated at the previous stage of filling out the questionnaire correspond to the reality.

At the final stage of filling in the questionnaire, the expert needs to assess the degree of influence on the prevailing viewpoint from various sources of reasoning: his/her own research, experience, and intuition.

In conclusion, based on the data obtained, it is possible to calculate the weights for each indicator using the following formula [3]:

$$B_{ij} = \frac{\sum_{k=1}^n n_{ijk} \times B_k}{\sum_{k=1}^n B_k}, \quad (1)$$

where B_{ij} – the calculated values of coefficients by weight coefficients and each of the estimated indicators,

n_{ijk} – the values of weights and scores by weight coefficients and to each of the

estimated indicators according to the variant of the k-expert,

B_k – ponderability of each expert,

k – number of experts participating in research.

4. Selection of the region as reference base.

The region is considered to be the baseline, in comparison with which a conclusion will be drawn about the superiority or underrun in the region under study. There are several types of regions that can be used as reference databases:

- average in the Russian Federation by socio-economic indicators;
- advanced in the Russian Federation by socio-economic indicators;
- average in the Russian Federation by innovative development;
- advanced in the Russian Federation by innovative development;
- advanced according to global standards by the criterion of “the level of development of innovative activity”.

5. Calculation of partial indicators that assess the level of competitiveness of the region. At this stage, the calculation and comparison of the indicators corresponding to the baseline and the region under consideration:

- in cases where the growth of any i-criterion leads to an increase in the level of development of the innovative sphere of the region – equation (2),
- in reverse situations, when the decrease of the i-criterion leads to a drop in the level of innovative development of the region, – equation (3).

$$A_i = \frac{W_i}{W_{\delta i}}, \quad (2)$$

$$A_i = \frac{W}{W_i} \quad (3)$$

where A_i – partial technical level indicator for the i-marker,

$W_{i,\delta i}$ – value of the i-parameter of the level of innovative development of the analyzed and baseline regions, respectively.

If the result is $A_i > 1$, then this indicates a higher value of the i-parameter of the innovative development of the region under study in comparison with the region taken as reference base.

6. Calculation of partial indicators reflecting the level of costs of innovative activities. At this stage, the task is to determine what costs are associated with the region, implementing innovative policy. Same with the previous stage, the calculation of the partial cost indicator is carried out according to the formula:

$$3_i = \frac{P_i}{P_{\delta i}}, \quad (4)$$

where 3_i – partial indicator of innovation costs,

$P_{i,\delta i}$ – value of i-expenses/costs for the analyzed and baseline regions.

7. Calculation of general indicators of regional innovative development and costs of innovative activities. At this stage, there is an aggregation of previously obtained partial indicators. General indicators of the innovative development level and costs for innovation are calculated by the following formulas (5), (6):

$$A = \sum_{i=1}^m V_i A_i, \quad (5)$$

$$3 = \sum_{i=1}^m U_i 3_i \quad (6)$$

where A, 3 – general indicators of the level of development of the innovative environment and the level of costs for the implementation of innovative activities in the region,

V_i, U_i – the weight coefficient of the i-indicator of the innovative environment level of development and the level of costs for the implementation of innovative activities in the region.

8. Calculation of the competitiveness index of the regional innovative infrastructure. At the final stage of assessing the competitiveness of the innovative sphere in

421

the region, the competitiveness index is calculated, defined by formula (7):

$$k_p = \frac{A}{3}, \quad (7)$$

where k_p – index of the region's competitiveness in terms of the level of innovative development.

Based on the results obtained, a conclusion is made about which region is more competitive in terms of innovative development:

- $k_p > 1$ – the region researched has a level of competitiveness above the reference region,
- $k_p < 1$ – the reference region is more competitive than the region under analysis,
- $k_p = 1$ – both regions are considered equal in terms of competitiveness of the innovative infrastructure.

Using the results of the above assessment of the regional level of competitiveness, strategies for regional innovative development are developed, with reference to the following recommendations:

Recommendation 1: when $k_p > 1$ – it is recommended to implement a regional strategy, which implies the generation of technical and technological innovations. This strategy generates the process of solving the tasks of building up the scientific, technical and innovative potential of the regional socio-economic system. Regions with a sufficiently high level of competitiveness in the sphere of

innovative development can act as producers, consumers and exporters of components that correspond to the present wave of technological innovation [4];

Recommendation 2: when $k_p = 1$ – it is recommended to implement a regional strategy, which implies “translator-converter” positioning. This strategy is aimed at investing in innovations that are available for mass use;

Recommendation 3: when $k_p < 1$ – it is recommended to implement the strategy of the “devourer” (“adsorbent”) of regional innovations. This strategy is aimed at obtaining global innovations in forms that are available for mass use and distributing them,

adapting for general consumption and, eventually, turning them into an integral part of society at the national level.

Having studied the materials of domestic and foreign authors on innovative development of the regions, and utilizing our own research outcome, we determined the optimal mechanism for the formation of a strategy for innovative development of the region on the basis of a competence approach from the point of view of the simplicity of practical implementation [6]. A schematic simulation of the process of formation of this mechanism is shown in Figure 10.

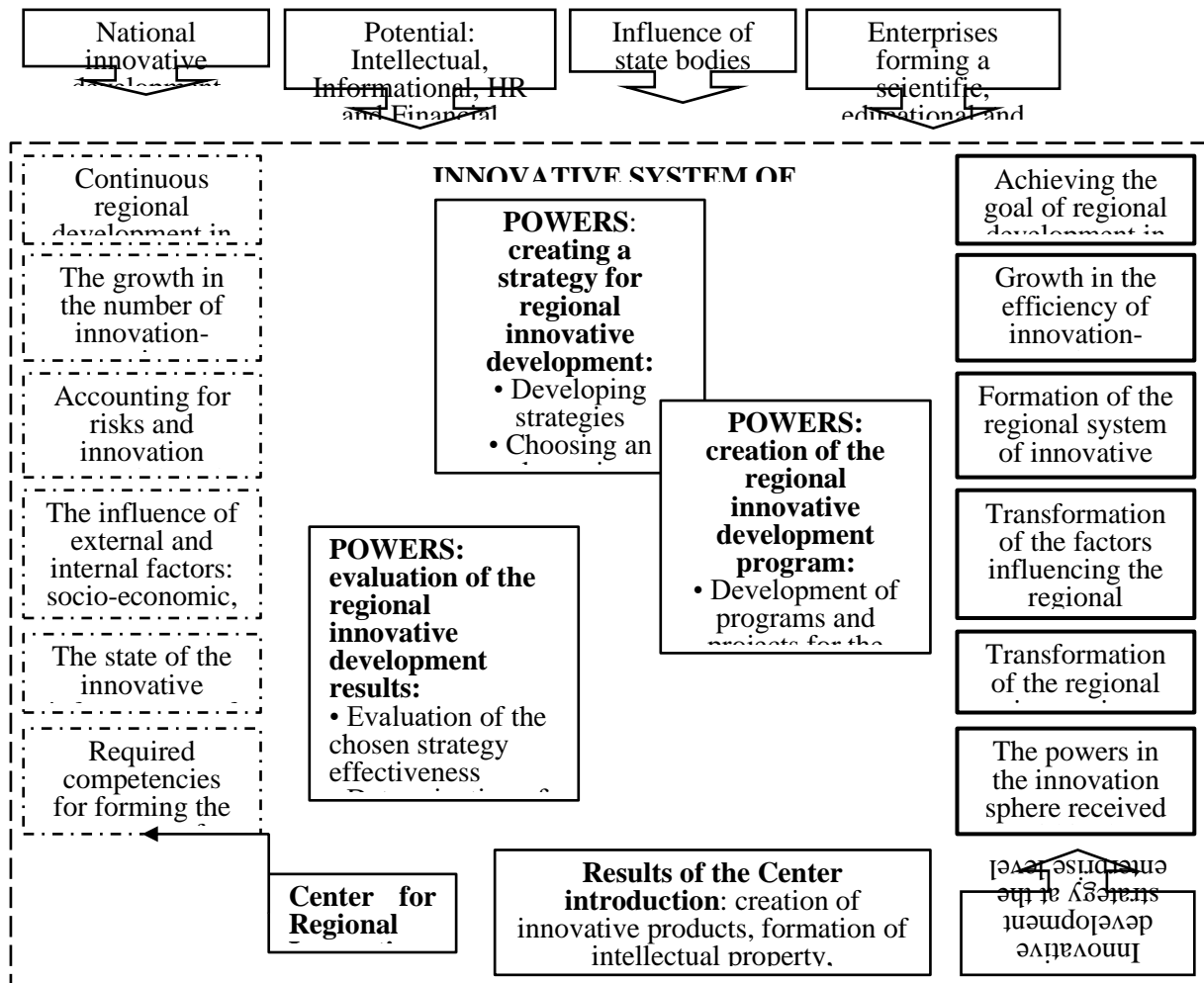


Figure 10 - The process of forming a regional innovative development strategy on the basis of a competence approach

The chart presented above will provide some guidance to the developers in building the stages of innovative development strategy implementation, developed on the basis of preliminary estimates of the regional competitiveness indexes in terms of the level of innovative development (k_p) for each particular region.

5. Conclusion

In conclusion, it should be noted that the above methodology for assessing the level of competitiveness of the innovative environment in the region, as well as the mechanism for the formation of the region's innovative strategy, will allow the regional government bodies to

choose the most expedient directions for regional development.

References

Institutional Profile Of The Region And The Problems Of Economic Relations Development / Bezdudnaya A.G., Pogoreltsev A.S. Bulletin of Omsk University: The Economy series. - 2017. - № 1 (57). - P. 169-179.

Enterprise planning in conditions of uncertainty of the environment / Bezdudnaya A.G., Lebedev V.G. - Herald of ENGECON, The Economy series. - 2013. - № 2 (61). - P. 92-98.

Method for determining the values of a & b weight coefficients: land issue / Grigoriev A.V., Kozin P.A., Ostapchuk A.V. - №9, - 2004 Access mode: [file:///C:/Users/%D0%9A%D0%A2%D0%AE/Downloads/metodika-opredeleniya-znacheniy-vesovyh-koeffitsientov%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/%D0%9A%D0%A2%D0%AE/Downloads/metodika-opredeleniya-znacheniy-vesovyh-koeffitsientov%20(1).pdf) (27.09.2017)

on the possibility of modeling russian human capital / Ksenofontova T.Y.: Modern research of social problems (electronic scientific journal). - 2013. - № 4 (24). - P. 33.

Scientific teams interaction with investors in modern conditions / Ksenofontova T.Y., Neronov Y.I. // Professional Equipment. Vol. 48. № 7. 2005. - P.67-71.

Formation and implementation of an innovative strategy for the development of high-tech regions / Chuprova I.A.: Thesis for a Ph.D. In Economics, author's abstract. - Kursk, 2016.

Formation of the russian model of intellectual capital management of the enterprise/ Ksenofontova T.Y. - Intellectual property. Industrial Property. - 2012. - № 8. - P. 13-20.

Innovations introduction as a factor of increasing entrepreneurial activity of enterprises / Osipova I.M., Ksenofontova T.Y. - «Bulletin of Irkutsk State Technical University» Scientific Journal - 2013. - № 6 (77). - P. 219-223.

Investigation of the interrelationships of subjects and objects of market relations during the commercialization of the intellectual property / Ksenofontova T.Y. // Modern problems of science and education. - № 4-2013.

Research of reserves to increase the level of competitiveness of manufacturing enterprises / Ksenofontova T.Y. // Herald of ENGECON. №6 (57). 2012.

The interconnection of demographic factors and indicators of the population density in the region territory at the meso-and micro-levels / Ksenofontova T.Y., Kocheleva T.N., Bezdudnaya A.G. International Journal of Applied Business and Economic Research. 2016. Vol. 14. № 10. P. 7301-7313.

Basic Problems Of Interregional Differentiation In Russia And Innovative And Reproduction Prerequisites To Overcome Them / Ksenofontova T.Y., Bezdudnaya A.G., Kadyrova O.V. International Journal of Applied Business and Economic Research. 2017. Vol. 15. № 8. P. 1-10.

Applying The Concept Of The Triple Helix For The Development Of Scientific And Innovative Entrepreneurship / Bezdudnaya A.G. Proceedings of 2nd Virtual Multidisciplinary Conference QUAESTI (on CD). 2014. P. 178-181.

425
Current barriers of innovation development of russian entrepreneurship / Teslenko I.B., Gubernatorov A.M., Bezdudnaya A.G. Managing Service, Education and Knowledge Management in the Knowledge Economic Era - Proceedings of the Annual International Conference on Management and Technology in Knowledge, Service, Tourism and Hospitality, SERVE 2016 4th. 2017. P. 145-150.

Management Of Developing The Leasing Sector Of Entrepreneurial Economy / Aleksandrova O., Burgonov O., Ivleva E., Shashina N. : Elsevier BV ISSN: 1877-7058 . 2016. Vol. 165. P. 980-989.

Managing An Innovative Environment Based On The Interaction Between Education And Small Business / Kolesnikov N.E., Kosheleva T.N. Continuous Education Through The Lens Of Time Arr. E.V. Astakhova, N.A. Lobanov; Sci. Ed. N.A. Lobanov, V.N. Skvortsov; Pushkin Leningrad State University; Res. Inst. Soc., Ec., PED. PROBL. OF CONT. EDUC. Saint-Petersburg - Kharkiv, 2014. P. 54-63.

Assessment Of Conditions For Formation And Development Of Human Capital In The Regions Of The Russian Federation / Zaborovskaia O.V., Plotnikova E.V., Sharafanova E.E. Asian Social Science. 2014. Vol. 10. № 21. P. 267-274.

The Experience Of Factor Analysis Of Conditions For Human Capital Formation And Development In Russian Federation / Zaborovskaya O.V., Plotnikova E.V., Sharafanova E.E. International Journal of Economics and Financial Issues. 2015. Vol. 5. № 3S. P. 47-53.

Assessment Of The Housing Stock Condition As An Element For Estimating The Conditions For Human Capital Development In The Regions Of The Russian Federation / Zaborovskaia O.V., Plotnikova E.V. Proceedings of the 28th International Business Information Management Association Conference - Vision 2020: Innovation Management, Development Sustainability, and Competitive Economic Growth 28, Vision 2020: Innovation Management, Development Sustainability, and Competitive Economic Growth. 2016. P. 1218-1225.

New approach to transportation service pricing based on the stakeholder model of corporate governance / Palkina E.S., Zhuravleva N.A., Panychev A.Y. Mediterranean Journal of Social Sciences. 2015. Vol. 6. № 4. P. 299-308

INDO-EUROPEAN COMMUNICATIONS: THE MODEL OF “NOMADIC HOMELAND”

Victor A. Novozhenov¹

Elina K. Altynbekova²

Aibek Zh. Sydykov³

Abstract: The authors of the article studied the origin of Indo-European tribes in the light of ancient communications and the spread of the tribes according to wheeled transport relics in the steppe zone of Eastern Eurasia. The authors considered some modern theories related to Indo-European (IE) and Indo-Iranian (Iir) origin, defined IE innovations that marked the territories as possible homelands for IEs, and localized them on the map and. The authors used the method of mapping and analysing of IE innovations for localization of possible homeland territories of IE on the maps and substantiate the polycentric model of the ancestral homeland of IE as model of “nomadic homeland”. According to this model, the IE homeland was localized in the steppe-lands of Eurasian continent, and in the course of time changed its place from Assyrian steppes to Eurasia

(Europe and Ural-Kazakh steppes) by two main ways (north and south) through Margiana and Transcaucasia.

Keywords: steppeland culture, migrations, wheeled transport, cattle-breeding, tin-metallurgy, clan-leadership.

1. Introduction.

Recently, in connection with the publication of the new paleogenetic results [Allentoft et al, 2015; Haak et al., 2015; Lazaridis et al, 2014; 2017; Damgaard et al, 2018a; 2018b; Goldberg et al, 2017], there is sharp increase in the interest of Russian-speaking scholars to the problems of IE culture and origin [http://генофонд.рф/?page_id=3949 Novozhenov, 2015e; Klejn et al, 2017:71-15]. Archaeologists know that some questions of historical reconstructions and cultural genesis,

¹ Republican State Enterprise «State museum «UNESCO Center for the Rapprochement of Cultures

² Scientific-restoration laboratory “Ostrov Krym”

³ Republican State Enterprise «State museum «UNESCO Center for the Rapprochement of Cultures

especially questions related to the steppe society, can not be solved within the framework of pure autochthonous development [Anthony, Brown, 2011: 130-160].

There are numerous reports of origin and resettlement of IEs; the most notable ones are the reviews by P. Raulwing [2000], C. Renfrew [1998], and J. Mallory [1997a;b; 2009; 2013; Mallory, Mair, 2000], providing detailed analysis and critique of existing hypotheses on the subject. Among the recent studies considering steppe origin of IEs and developing many provisions of the popular “kurgan hypothesis” by Mary Gimbutas [1970; 1978], the book by David Anthony is of particular interest [Anthony, 2007; *review by L. S. Klein – Horses, Chariots...*, 2010:167-181, *critical review of the problem by J. Mallory*, 2013; Kristiansen, 2012:165-181; Kristiansen et al, 2017:334-347; 2018].

Prof. Leo S. Klein [2012: 25-34] carefully studied the views on the problem of finding ancestral home of IEs, as well as the current state of this problem. On the basis of two examples of ancient migrations (Hittite-Luwian and Tocharian), he raised the question of the localization of the ancestral

homeland on the open spaces of Europe.

The model suggested by L.S. Klein is the most consistent, it takes into account archaeological material of the Chemurchek culture (Eastern Turkestan), which was discovered and studied by Dr. A. A. Kovaliov [2004; 2011; 2012a;b]. It was noted that the Chemurchek materials are rather similar to the Elunino materials localized in the Altai Mountains and to the monuments discovered in the north-east part of Kazakhstan [Grushin 2012; Merz, 2007; 2010]. These materials are considered as an early step in the formation of Seima-Turbino metallurgical tradition, which in its turn influenced the formation of the Yin-Shang industry in China [Kovaliov, 2012a: 53-55; Novozhenov, 2012a;c].

Dr. Stanislav A. Grigoryev [2012a: 40] supposed that migration directed to the south of the Urals was one of the important components of the cultural genesis of local tribes [Grigoriev 2012a: 40-48]. Among the innovations that have emerged in the region as a result of migration, he considered megalithic tradition (the 3rd millennium BCE) and Sintashta monuments (the beginning of the 2nd millennium BCE). Thus, the megalithic structures of Vera Lake in the Urals are similar to the

menhirs and dolmens of two other regions: the Northern Europe and the eastern Mediterranean [Grigoriev, 2012b: 30-36,43].

Probably, in this uncertain situation, the theoretical model of IE communications, based on the recent data, could clear the historical process.

2. Methods and materials.

The concept of spreading of wheeled transport was already developed. The wheeled transport spread from west to east (from Mesopotamia), and from south to north (southern route). It was spread by the herdsmen migrations in the steppes of Central Asia and northern Eurasia [Gamgrelidze, Ivanov, 1984: 950-951]. The discovered geographic locations of rock art monuments (petroglyphs) are provide unique data on routes of ancient migrations [Novozhenov, 1994; 2012a;c; 2013b; 2014a;b;d; 2015b;d].

The burials with carriages are well-known and represented by a large series in the Volga region and the Ural-Kazakh steppes (*Figure 1*). They were found not only in Sintashta, but also in Petrovo, Alakul, and other local archaeological cultures and are

characterized by reliable series of very early calibrated radiocarbon dating (withing the period from the end of the 3rd millennium BCE to 17 BCE). However, it is still rather problematic to synchronize them and the Middle East (Anatolian) findings [Novozhenov, 2012a: 278-286; 2014a]. The proposed route of migration through the Caucasus region is questionable due to the fact of development of Caucasus metallurgical tradition that at that time had already established relationships with the steppe population, but it does not contradict the idea of a possible “southern” way of Sintashta migration from Anatolia along the southern shore of the Caspian Sea through Turan (West Turkestan-BMAC) and Kazakh steppe (in the South Ural).

All the new facts provided by archaeology and paleogenetics support the existance of transcontinental transport corridor in the northern part of Eurasia that was formed in the latitudinal direction (the northern route) around the steppe zone. In search for new pastures, some groups of herdsmen roamed on their mobile van-homes after their numerous herd, they were gradually moving in the eastern direction and reached Minusinsk Basin, which is natural border of the Eurasian steppe.

These first settlers brought many unusual skills with them. They had pictorial tradition and decorated walls of their van-homes and tombs with ochre. They also built megaliths: stela-menhirs and tombs in the shape of stone boxes that should serve them as dwellings in the other world. These settlers had their own communication system and specific production skills. In a comfortable and sufficiently large ecological niche of the Minusinsk Basin, they established various types of relationships with small indigenous population (through marriages, for example) and got acquainted with local traditions and customs (*Figure 2, 3*). Further migration of these groups was only possible in the southern direction. The vector of this movement was oriented to the south-east to the steppe areas of Mongolia and Xinjiang. It passed through the Altai Mountains [Cernykh, 2009], through the “Jungar Gates” and led to the fertile valleys of Central Asia in the south and to endless Kazakh steppes.

3. Results.

In the 3rd millennium BCE, there was a global climate change; it became more continental and dry in

Eurasia, which was the main prerequisite for the development of mobile lifestyle. Aridization of climate inevitably led to the development of the nomadism, specific cattle-breeding culture in the steppe zone of Eurasia. In the cultural and historical terms, it was a large community of shepherds united by a common way of life (animal husbandry) and by similar systems of mythological concepts.

Similarity of the monuments that are widespread in the steppe zone of Eurasia can be explained by early emergence of nomadism, which became a major cultural and economic factor at the beginning of the 3rd millennium BCE [Merpert, 1974; Shilov, 1975: 5-15]. A. Toynbee [1934: 404] supported the thought that nomadism originated between the end of 4th and the beginning of the 3rd millennium BCE. It is difficult to agree with the idea that the transition to a nomadic way of life occurred only at the end of 2nd millennium BCE [Khazanov, 1973: 5-10; Griaznov, 1955; 1957; Markov, 1976: 109]; at that time steppe societies obviously already lived by nomadic pastoralism [Kradin, 2007]; according to the point of view expressed by Nurbulat Masanov [2000:116-130;

2011], during that era it became universal.

Animal husbandry is the main activity for the vast majority of “post-neolithic” societies of Central and Eastern Europe, Anatolia, and northern Mesopotamia. It was the main production innovation after the “Neolithic Revolution”. On rich grass pastures of plain and steppe regions of Eurasia, this type of economy, compared to agriculture, provided the alleged “Proto-Indo-Europeans” with a guaranteed and substantial surplus product, therefore enabling their sustainable and progressive development.

In a number of his works, Prof. V. S. Bochkarev [2010; 2012:13-24] analyzed in detail the processes that occurred in the Bronze Age on the vast territory stretching from Eastern Europe to the western part of the continent. As the determining factors behind the cultural genesis of steppe societies, the author defined innovation in the following areas of economic activity: the development of animal husbandry in its various forms, which was directly dependent on climatic conditions of the habitat; the development of metalworking and forming of

metallurgical centers that generate innovations in bronze casting and consequently provide the ability to produce innovative weapons; the social changes [Bochkarev, 2012:13-24].

Animal husbandry and horse domestication. Archeobotanical studies conducted in recent years show “extremely weak development of agriculture in the Bronze Age at the entire space of the steppe and forest-steppe territories between the Dnieper River and the Trans-Ural region” [ibid: 14-15]. The nature of the economy was mobile at that time. Presumably, it determined the mobility of numerous archeological cultures of steppe and shifting of their areas, which led to “mixture and blurring of distinct boundaries between them”. This process resulted in a cultural continuity that E. N. Chernykh called “the steppe syndrome”. Archeologically it is reflected by the fact that typological difference between the neighboring cultures sometimes is so small that it is almost impossible to determine precisely where one culture ends and another one begins [Chernykh, 2009].

Metallurgy. Metalworking in Eastern Europe during some periods of the Bronze Age proved to be one of the

most advanced in the Northern Eurasia. In the 4th millennium BCE, the technology of using wax model for arsenic and antimony bronze casting appeared in the Caucasus; then it was spread to the steppes. This technology was used in production of axes, adzes, chisels, knives, jewelry, etc. Of course, while the leading role belonged to the Caucasus Center, the subsequent development of the steppe metallurgical traditions was associated with the formation of the Volga-Ural center of cultural genesis. The following innovations can be noted among the results of such development: the use of tin bronze (instead of arsenic and antimony), stone molds (instead of clay), invention of molding with a blind plug. The progress in metalworking greatly influenced the combat tactics and weaponry. Instead of swordsmen or spearmen, the main role in the weapon system of the South Eastern Europe and in the Kazakh steppes was played by archers (especially mounted archers) [ibid: 17-18; Novozhenov, 2013a; Grigoriev, 2013].

Social changes. In social terms, steppe cultures “were complex social organisms well-structured both vertically and horizontally... most of

them remained tribal (segmented) societies. Only the cultures of charioteers (Sintashta, Potapovo, Petrovo, and Alacul) advanced little further. According to some researchers, these cultures were represented by complex societies (chiefdoms)” [Bochkerev, 2012:19].

Wheeled transport. The pragmatic idea of using wheels and mobile homes originated from practical need for development of mobile cattle-breeding societies. The mobile nature of production of nomadic pastoralism and the need for innovative vehicles required the development of skills that were necessary for production of the most modern bronze tools that could not only enhance the production process, but also give advantage in battle [Novozhenov, 2012, 2014a].

Megalithic (Anatolian tradition with megalithic menhirs, according to S. A. Grigoriev) and pictorial traditions played a key role in the system of internal communications of the production groups and began to define their identity [Grigoriev, 2013]. It was the most volatile and complex innovation. Initially, there were few different shapes of megaliths, later the

tradition became stable [Novozhenov, 2014a].

The model of “nomadic ancestral homeland”. The model was proposed by V. A. Safronov [1989] as a “dynamic ancestral homeland”. The late writings of IE sources of “Aryan space” describe endless rich pastures and tell numerous stories about repeating change of the ancestral homeland. It is the clear evidence of the fact that the “homeland” of the nomadic people was located in the steppe landscapes, in the steppe expanses of the continent were; localization of the “homeland” was changing in accordance with independent and self-sufficient development of mobile production groups of proto-IEs and their descendants.

Only the combination of all above-mentioned innovations represented at one time and in one place can indicate the center of their origin. Obviously, this region had steppe landscape, it also had a contact zone for interaction with the earliest agricultural imperial civilizations of the Ancient World, which could generate the minimal required innovations in metalworking and in wheeled transport. There is only one such place on the map of Eurasia at the end of the 4th

millennium BCE. It is the steppes of Northern Mesopotamia and Anatolia (the so-called “Assyrian steppes”), where the “excess” population of the city-states of Mesopotamia was concentrated [Adams, 1981]. Perhaps, the above-mentioned “proto-Indo-European” innovations were formed in this area. However, such localization of the ancestral homeland [Gamkrelidze, Ivanov, 1984] is controversial in terms of archaeology and linguistics. The authors of the article developed a new scheme that does not contradict known archeological and linguistic facts and gives a model of “nomadic homeland” based on the features of the pastoral way of economy and the laws of its development as a cultural-economy type of society.

The essence of the model is polycentric localization of “homeland”; it takes into account the possibility of “fast” migrations of “proto-cattles” over long distances in search for new pastures and inevitability of their return to the initial area, or to put it simply, the natural development of cattle-breeding on rich pasture grass in comfortable environmental landscapes (*Figure 6*).

The nature and direction of these migrations were not totally random

like in “Brownian (random) motion” [Robb, 1991]; it was quite conscious search for new pastures for their cattle. This model also correlates with the formation of known major metalurgical centers in Eurasia at that time: in the Caucasus, Transcaucasia, and Anatolia, then in the Urals, and then in the Ural-Kazakh steppes and the Altai.

It is important to understand the mechanism of operation of the proposed model: the people from young generation departed from their relatives in search for new pastures, they formed their own cattle-breeding production groups, mastered new territories and contact niches; at the same time their parents and other children stayed in the source areas and formed there their own line of cultural development. Most often, the groups originated from separated young generation having their own line of development, if such random factors as epidemics, natural disasters, battles, and other events did not lead to their extinction, eventually returned back to the original territory of their ancestors. However, in the archeological sense, descendants of different generations became representatives of completely different archeological cultures due to accumulated differences in engineering

and crafting knowledge. E. N. Chernykh [2009] called this phenomenon “the steppe syndrome” or “the phenomenon of nomadic cultures”; other researchers dealing with steppe monuments also considered this phenomenon [Gay, 2000]. Cyclical actions within the model are conditioned by the nature of nomadism and cattle-breeding.

4. Discussion.

As this model is related to the earliest possible IE migrations (that took place in the period from the end of 4th to the beginning of 3rd millennium BCE, the first of such migrations could communicate with the Maikop culture and contribute to formation of the new ancestral homeland in the steppe regions of Transcaucasia and Maikop by establishing the Novosvobodnaya community [Korenevsky, 2011]. The above-mentioned innovations enabled it to become independent basis for the further development of local cattle-breeding production groups in the steppe ecological niche. Moreover, all these innovations were actively developing and improving, which gave impetus for migration to new spaces of steppe-meadows in the eastern and western directions.

According to L. S. Klein, Hittite-Luwian migration could correspond to the suggested model, his opinion supported by archaeological materials. However, the means of migration remains unclear, as there is no clear evidence relating to invention or early stage of development of wheeled transport in primitive Europe. The four-wheel carts of Funnelbeaker (TRB) and Baden (Pechel) cultures are the earliest of such evidence. But even in this case, they prove only the fact that these people knew about wheeled transport, but it does not mean that they were able to make it themselves or used it in everyday life. There is no evidence that can prove it, or it is unknown yet.

However, let us assume that the representatives of Funnelbeaker and Baden (Pechel) cultures independently invented the wheeled carriages and we just do not know about it, or even that they came to Anatolia on foot. In any case, according to the findings in the cultural layer of Troy I and their study by N. Kalicz [1963], the date of this migration can be determined as the beginning of the 3rd millennium BCE, later than L. S. Klein supposed. Through the considered cultural innovations, the Balkan communication channel was

established in Central Europe. In other words, the vector of Hittite-Luwian migration could be oriented from south to north, or in the opposite direction.

The authors of this work tend to consider Anatolia to be the main region, in which the formation of the “proto-innovations” took place, but do not exclude the possibility of autochthonous development of these innovations on the territory of Central Europe by representatives of the Baden culture and TRB. In any case, no matter how the problem of independent invention of the wheeled transport is solved (it could be invented in Central Europe or on the Danube), there was formed a major center of advanced innovation, closely related to Anatolia and Northern Mesopotamia.

As a result of migration of “proto-IE” groups, three IE “homelands” appeared on the map of Eurasia at the end of 4th or the beginning of the 3rd millennium BCE. The contact zone, where autochthonous and further development of IE cattle-breeding groups took place, and all three cultural centers (Anatolia and northern Mesopotamia, Central Europe, and the steppe regions of Transcaucasia) were linked by circular migration of

production groups; these groups formed communication channels between themselves and the cultural centers.

This relationship is clearly evidenced by the archeological data related to the cultures of Anatolia and Mesopotamia, the western bloc of Pit-Grave culture, and the Maikop culture, as well as by similarity of ceramic ware complexes of earliest layers of Troy and of the above-mentioned European cultures of the Early Bronze Age. It is also evidenced by linguistic data, by the system phenomenon described as the Late-Indo-European linguistic unity [Gamkrelidze, Ivanov, 1984: 895-959].

Thus, at the beginning of the 3rd millennium BCE in the grass-rich plains and steppe regions of Eurasia, there was a unique period of social formation, which can be called “late primitive formation” or even “steppe leaderism”. At this period, the military-bureaucratic understanding of the countries and territories in the agricultural sedentary imperial civilizations contrasted with nomadic pastoralism, mobility, and freedom of the vast steppes.

Communications in the ancestral homeland. Further development of these three ancestral

homelands is described as autochthonous development of IE societies in these areas and further migration of young generation mainly in the east and partially in the west directions (according to the movement of the sun in the sky). During this period, probably in the first half and the middle of the 3rd millennium BCE, two transcontinental communication channels were formed: the northern and the southern (*Figures 2, 3, 5*).

European homeland. The development of the European “homeland” was reflected by the development of lowland areas of Europe in the west. It is evidenced by bright and distinctive European archaeological cultures of the Bronze Age, localized in a convenient and fertile local ecological niches. These cultures became self-sufficient due to the development of agriculture and were not prone to significant movements. The relatively mild and humid European climate significantly contributed to this process.

Migration to the east was held by other environmental landscapes: arid and sharply continental regions that were less rich with grass. Living here required territorial development of much larger spaces, new large territories and resulted

in migration of the representatives of “northern” megalithic tradition (hengés) on the Urals (according to S. A. Grigoriev) and in spreading of Chemurchek culture far to the East Turkestan.

Steppe homeland. According to archaeological data, the development of the Steppe “homeland” was expressed by formation of Pit-Grave culture and its numerous variants and derivatives. Representatives of derived cultures moved in waves to the west towards traditional European “homeland” and to the east to new pastures up to Eastern Turkestan. The northern settlers probably moved to the south at the second half of the 3rd millennium BCE. They passed through the Kazakh steppe (Karagash cemetery, Grigorievka 2 [Mertz, 2008; 2010]) and the valley of Zarafshan, as evidenced by Zamanbaba group of monuments [Kuzmina, 1958]. Thus, they formed Turanian channel, which connected southern and northern branches of IE communications.

At the same time, the authors of this work consider Pit-Grave culture as a community of autonomous and self-sufficient production groups of IEs. They settled in contact zones, “mixed” with the local population, formed their own

specific line of development, and became completely separated from their historic homeland. However, despite considerable distance from the source area of migration, the representatives of this culture preserved their languages (dialects) and identity due to communications provided by nomadic cattle-breeders.

For eastern IE clans, there was only one way to survive in the wilderness: they had to “mix” themselves with indigenous population. Consequently, they generated new specific lines of development. Thus, the hypothetical parallel migration of several genetically related production groups in one direction resulted in emergence of different dialects and even branches of the IE “proto-language”: Tocharian, Indo-Aryan, Indo-Iranian, etc. Most likely, the separation of these branches occurred as a result of the different routes taken by these groups during their migration to east.

At the early stages of these migrations, such production groups could move quite independently for a long time, having no contact with other related groups. They could “preserve” and keep their own dialects and

traditions, as well as production skills and innovations.

Ancestral homeland in Anatolia and North Mesopotamia. The development of the Anatolian-Mesopotamian ancestral homeland took place in the southern part of the communication channel and had a number of features associated with the interaction of mobile production teams with sedentary civilizations, which resulted in initially “confrontational” nature of such interactions and enabled much greater “speed” of all cultural and historical processes in the area. Hittites, as well as other allied kingdoms developed in Anatolia, regularly fought with Egyptian pharaohs. Migration in the western direction, which possibly even reached savanna expanses of North Africa, resulted in the emergence of the Hyksos dynasty in Egypt. In the eastern direction, the migration contributed to formation of the general context of cultural interaction of all synchronous civilizations of the Middle and Near East, and it is represented by unique monuments of BMAC, Marakhshi state, and some others known in writing tradition [Frankfort, 2006].

Presumably, at the time between the end of the 3rd millennium

and the beginning of 2nd millennium BCE, there were cases of Sintashta migration from Anatolia to the Ural-Kazakh steppe (according to S. A. Grigoriev). This migration route passed through the steppe ancestral homeland along the long-established channels of communication or through BMCK along Turanian communication channel.

Since the carriers of this migration had a number of new innovations in building and metalworking (and even chariots, presumably), they determined the peculiarity of local cultural genesis, its further development on the basis of these innovations. The first wave of migrating cattle-breeders (through their individual production groups) brought BMAC cultural media directly to northern steppes.

Ural-Kazakhstan late homeland. The “southern” and “northern” branches of IE communications joined together is in the Ural-Kazakhstan steppes. That could lead to the formation of the new steppe ancestral homeland in this territory at the time between the end of the 3rd and the beginning of the 2nd millennium BCE (*Figures 4, 5, 6*). The late steppe

homeland provided connection between the descendants of the “first wave” migrants of the northern and southern branches of migration, which apparently had common source areas in the North Mesopotamia and Anatolia and in Central Europe at the beginning of 3rd millennium BCE. Since that time, the cultural characteristics of migrants undoubtedly changed as they were influenced by traditions, customs, and languages of indigenous societies.

In the course of time, this area became the new homeland, where some “cutting-edge” innovations were developed; namely:

- success in domestication and breeding of horses [Gaunitz et al, 2018; Outram et al, 2009; Outram, 2014:719-766];
- progress in development of horse bridle systems [Chechushkov et al, 2018];
- development of casting technology with the use of tin additives for production of bronze socketed weapons; it enhanced capabilities of mobile metal smelting that did not require stationary furnaces [Rusanov, 2011: 314-320];
- advancement in crafting true chariots and producing weaponry

adjusted for chariot tactics. At the end of the 3rd millennium BCE, chariots became a powerful “communicator” of Early Andronovo clans in the Ural-Kazakhstan steppes, which contributed greatly to their substantial territorial expansion (*Figure 4*).

The problem of cultural genesis and ethnic attribution of numerous archaeological cultures existing at the end of the 3rd and the beginning of the 2nd millennium BCE on the territory of the steppe Eurasia and Central Asia is, in fact, one of the key problems. However, it appeared that the formation of some synchronous “Asian” steppe archaeological cultures occurred not only on the basis of “Volga-Urals” metallurgical center, which defined the process of cultural genesis in the west. Some of these cultures were formed on the basis of redevelopment of metalworking innovations in this period and perhaps even before in the “Ural-Kazakhstan” metallurgical center. This center was focused exclusively on the innovative technology of the bronze socketed casting in molds, which was conditioned by presence of rich tin deposits in the Urals and Altai Mountains, in the steppes of Kazakhstan, and, possibly, in the adjacent southern

areas. Thus, cultural genesis in the Asian steppe occurred under conditions of dialectic interaction of old dying ways of life and emergence of the new metallurgical center.

The localization of metallurgical center determined geographical distribution of archaeological sites of steppe groups and of entire Asian chariot complex (*Figure 4*). The materials of this complex contain striking examples of the mentioned metallurgical tradition. On these territories, a complex of innovations in animal breeding (domestication of the horse) and metallurgy (Seima-Turbino metallurgical tradition and production of bronze vessels) were formed and chariot-riding tradition was developed. It is obvious that a number of horsemen societies in these areas reached the stage of leaderism and developed communication channels (pictorial and decorative traditions).

The “chronological boundaries” for the Andronovo culture and synchronous steppe cultures was determined on the basis of a series of calibrated radiocarbon dates given in several papers written by Prof. A. V. Epimakhov in collaboration with

other authors [2005: 39-45; 2007: 353-367; 2008: 93-96; 2010: 182-229].

“*Karasuk society*”. This term refers to the entire set of “retinue” cultures similar to Karasuk culture: Elovka-Irmen, Begazy-Dandybay, and others, as well as to the actual Karasuk culture itself (1440-1130 (1450-1050) BCE). It was well-developed tribal group in Central Asia and adjoining regions. The main monuments of the group, mostly represented by hereksurs and deer stones were located mainly in Southern Siberia, Mongolia, and northern China (Ordos). In recent years, the graves with radial-ray structure were found among the Karasuk antiquities at the sites of Begazy-Dandybay culture [Epimakhov, 2008: 93-95].

According to radiocarbon dating, the Karasuk sites are synchronized with the Chinese Shang Dynasty in traditional Chinese chronology. On the basis of the analysis of C14 and the results of comparing dendrochronological scales with the radiocarbon data, the sites date back to 1700-1050 BCE or 1600-1046 BCE. Probably, with the accumulation of the series, the interval would be narrowed and the two systems would be “harmonized” better [ibid: 92-96].

Seima-Turbino phenomenon and Tocharian migration. As well as N. L. Chlenova and L. S. Vasiliev, the authors of the article believe that Yin-Shang and Karasuk cultures can be “genetically traced back to another still insufficiently known bronze culture” [Vasiliev, 1961:55]. Certainly, ancient “Seima-Turbino transcultural phenomenon” can be considered as such cultural foundation. For Seima-Turbino transcultural phenomenon, one calibrated date for the West Siberian burial ground Satyga is available, 2125-1955 (2140-1940) BCE. Three dates are available for Ust-Vetluzhsky cemetery, 1910-1620 (2020-1600) BCE [Chechushkov, Epimakhov, 2010: 182-229]. Z. Samashev [2010] synchronizes the calibrated date according to new Mycenaean dating by dendrochronological scale within the 18-17 centuries BCE and focuses on the new dates for the Erlitou culture in China (the 17-16 centuries BCE) and Zardchahalifa in Tajikistan (the 21-17 centuries BCE) [Bobomulloev, 1993: 56-63; Kuznetsov, 2002: 81-82].

On the other hand, linguists recorded the existence of several branches of Iir languages. There are Kafir and Dardic languages, which are

spoken by the dwellers of the Hindu Kush mountain range [Jettmar, 1975], or the Indo-Aryan and Iranian (the languages of the Rigveda and Avesta). It is noteworthy that the language of the Avesta is not Iir substrate [Deaconov, 1989: 21].

The Tocharians are one of the oldest ethnic group of IEs, which is known primarily by the written tradition. Their identification and geographical localization is rather problematic task.

According to the findings of the linguist A. Lubotzky, there are borrowed terms associated with the construction of chariots in Chinese. Some of them were borrowed from the Tocharian language, including one that means “chariot with four horses” [Lubotsky, 1998]. This implies that the hypothetical Tocharians had strong chariot-riding traditions and advanced crafting skills: they were able to make a wheeled carriages, knew technology for production wheels with spokes, rim, tire, and hub; perfectly master the skills of horse training and driving to be able to harness not just pair, but four horses simultaneously; they also had to adjust the reins and design of carriage accordingly. The borrowing of this term (presumably, together with skills that were required for producing

and driving quadriga) could occur in East Turkestan at the time between the second quarter and the middle of the 2nd millennium BCE. In other words, the Tocharians were the first people, who invented this innovation, quadriga. However, it is just a hypothesis.

In the steppe, there are no known burials of Early Andronovo with quadrigae relics, but there are sacrificial burials containing remains of several horses (two, three or more). In China, the early chemakyns indicate that the earliest paired sledding and quadriga appeared exclusively in the Late Shang-Yin monuments. In Central Asia, there are three known petroglyphs depicting quadrigae: one in “Chu-Ili” and two in “Gobi”. All of them surrounded by iconography representing animals and can be attributed to Karasuk time chariots (or even earlier, in case of “Gobi” petroglyphs). Trigas of East Kazakhstan (Moinak, Pokrovka) appeared very early; they are connected with adopted “Indo-Aryan” (Tocharian, or Karasuk) tradition [Novozhenov 2012a: 305-308; 2014a].

The concept of Chemyrchek-Tocharian migration, proposed by A. A. Kovaliov and supported by L. S. Klein explains the mechanism of

appearing chariots, at least two-horse chariots (bigae, not quadrigae), in ancient China through the line of Chemurchek culture of Altai, which is evidenced by antiquities of Odinovsko-Elunino [Grushin, 2012: 224-228]. This cultural contact obviously led to the formation of monuments of “Seima-Turbino phenomenon” in the area between the Altai Mountains and the rivers Ob and Irtysh. Thus, ancient Chinese could borrow chariot terms from the speech of Seima-Turbino people. This “mechanism” is supported by archaeological materials (by borrowed spears, for example). However, the influence of Seima-Turbino phenomenon requires serious study. The most important issue: it is necessary to prove that Seima-Turbino people really could not use a four-horse chariots, quadrigae. Current data related to this problem is insufficient for making such conclusion.

At the same time, the role of Seima-Turbino production groups and of their brightest representatives (especially blacksmiths, who carried original and innovative metallurgical tradition) in the processes of cultural genesis of the above-mentioned societies was undoubtedly very high [Novozhenov,

2013a:321-329]. Actually, Ural-Kazakhstan (Altai) metalurgical innovation center (later ancestral homeland, as we called it) was formed on the basis of this tradition and its development. They are considered to be mediators connecting all major societies, although the early stages of such “intermediary” operations imply military conflicts and clashes [Bochkarev, 2010:57-58]. If the Tocharians, alleged descendants of the Chemurcheks were so advanced and militant, why they did not use chariots? There is only one answer: neither they, nor their ancestors had skills required for producing chariots. Perhaps, they used vans drawn by oxen, but what chariot-related terms could ancient Chinese borrow from them in this case? Or they used chariots after all, and archeologists just did not find evidence to prove it?

On the other hand, the authors of the article suggested credible “mechanism” of Tocharian migration as relocation of the ancestral homeland and the concept of this ancestral homeland as autonomous, self-sufficient community with its own identity. Its production groups moved within the natural expansion to the east from Pit-Grave and later Catacomb communities. It seems

some production groups could break away from the “core” of their culture at the very early period of its development. Such groups moved independently by parallel routes on wheeled dwellings (vans) and autonomously reached areas of Minusinsk Basin and Eastern Turkestan. At the same time, they could keep the elements of their identity, including language, almost intact for a very long time. During rather long migration, despite the possible contacts with other related languages and dialects, the language of the “parent” production group, its traditions and customs were preserved and kept unchanged in verbal form in response to strange and “alien” environment.

5. Conclusions.

The above said is indirectly confirmed by the existence on the archaeological map of Central Asia of the monuments left by the alleged IE “settlers”: Lop Nor culture in the Tarim Basin; Chemurchek culture located at the distance of a thousand kilometers to north from it; in the east direction, there are Karakol culture in the Altai Mountains and Sayan cultural bloc of

related cultures in Minusinsk Basin and Tuva.

Thus, on the basis of available data on ancient wheeled transport of Eurasia, according to the above-proposed concept of “nomadic IE homeland”, the authors of this work assumed that alleged “Tocharian groups” moved to the east simultaneously with other IE ethnic groups composed of tribes and clans belonging to Pit-Grave culture and its variants. The migration was a result of the natural process: cattle-breeding groups moved in search for unexploited pasturing areas. During the migration, autonomous and self-sustaining production groups kept and preserved their cultural identity.

The offspring of the first “settlers” founded new line of development in the north of Central Asia. In the area between the rivers Ob and Irtysh, this line of development is represented by the materials of Elunino-Odinovsk type and Seima-Turbino circle. Cultural heritage of this line together with its outstanding metallurgical traditions were later incorporated into the new societies of Andronovo and Karasuk that emerged there. Presumably, the population of

Central Plains of China borrowed terms related to chariot-riding from the Tocharians through the contacts with one of the two groups mentioned above (this hypothetical scenario implies that they obtained knowledge about producing and riding quadriga through contact with Early Andronovo clans). The cultural identity of the “Seima-Turbino Tocharians” existed for a very long time as part of the cultural association, which consisted of many related groups. It seems that they managed to preserve their identity due to technological advancement and sacred status of blacksmithing activities.

The descendants of other production groups exploited other ecological niches and developed their own lines, keeping their potential “Indo-Iranian” or “Indo-Aryan” identity. As a result of these processes, a new center of cultural genesis emerged in the Ural-Kazakh steppes. This center became the core of the new culture, which developed innovations in social structure, animal husbandry, weaponry, and wheeled transport (chariot riding) and formed its own means both for internal and external communications.

While the basis of the Volga-Don chariot complex was formed from

Abashevo substrate and some elements of the local cultures of Post-Catakomb period, the Ural-Kazakhstan chariot complex developed at the local post-Pit-Grave basis under the strong Anatolian influence coming from the south (via BMAC). It was also influenced by Seima-Turbino phenomenon from the northern forest-steppe zone (their alleged descendants moved there before the Tocharians). At the course of time, the vector of development of these two chariot complexes began to shift. In the case of the Volga-Don complex, it moved to the west. In the case of the Ural-Kazakhstan complex, it moved to the east to the Altai Mountains and to adjacent territories in the southern direction. This “shifting” was conditioned by the search for new pastures and tin deposits, which were vital for development at that time.

Later this territory located in the vast Saryarka peneplain, the Tarbagatay Mountains, Ob-Irtysh interfluvium, and plain areas of the Southern Urals became the ancestral homeland of IEs; the identities of Ilirs, Indo-Aryans, and of the Tocharian were formed there. The widespread cross-breeding of IEs, which occurred through female line as a result of contacts in the process of

development of new territories, was essential for formation of their cultural identity.

However, with the expansion of the range of new pastures, the natural spreading of cattle-breeding groups inevitably met resistance from the indigenous population. The most notable of the conflicts happened when these groups faced forest-steppe clans on Seima-Turbino territory. It was conflict between two communication systems; intense phase of communication where one side used chariots and the other was armed with socketed weapons. Very soon the nature of these relationships became synthetic, which was clearly manifested by mutual borrowing of advanced technological skills. Anyway, chariots, socketed weapons of Seima-Turbino type, and tin casting technology were actively used by representatives of Early Andronovo and later Karasuk societies. These set of innovations rapidly spread to all contact areas, where steppe clans interacted with ancient sedentary civilizations, and contributed to formation of Turanian, Chinese, Balkanian, and Iranian channels of communication [see: Novozhenov, 2012b:114-145; 2012d: 44-67; 2013: 100-117; 2013a; 2014a:18-267].

Subsequent periods in the history of communications of steppe population of Eurasia demonstrate striking repetition of similar cycles and the formation of standard cattle-breeding channels of communication, based on the new “miraculous” inventions: advances in horse-riding skills and domestication of horses, improvements of reins and harness, invention of the yurt, stirrups, and new types of hard-saddles. Eventually, it brought horse (or camel) riders to the forefront of world history; they became symbols of the era of Early Nomads and of early Middle Ages. The repetition of the same routes and destinations of communications channels is observed in the processes of the Fall of the Western Roman Empire and the Great Migration of People of the 4th-5th centuries CE. This migration was directed to the west towards the homeland of their distant almost mythical and forgotten ancestors.

References

Adams R. M. Heartland of Cities. Chicago, 1981.

Allentoft M. E. et al. Population genomics of Bronze Age Eurasia. In:

Nature, 522 (7555), 2015:167–172. doi: 10.1038/nature14507.

Anthony D. W., Brown D. R. The secondary products revolution, horse-riding, and mounted warfare. In *Journal of World Prehistory* 24, 2011:131–160.

Bobomulloev S. Excavation of funeral structure in Zardchakhalipha. In: *Izvestia AN Tadjikistan*. Oriental studies, history and philology series. Dushambe, 1993:56-63.

Bochkarev V. S. Cultural genesis and metal in the Ancient Eastern Europe. St. Petersburg, 2010.

Bochkarev V. S. Certain characteristic features of the Bronze Era of Eastern Europe. In: Eurasian steppe cultures and their interaction with the ancient civilizations. Proceedings of the international scientific conference. Vol. 2. St. Petersburg, 2012: 13-24.

Chernykh E. N. Steppe zone of Eurasia: The Phenomenon of nomadic cultures. Moscow: Handwritten monuments of ancient Russia, 2009.

Chechushkov I. V., Epimakhov A. V. Chariot and harness as a cultural indicator of the evolution of horse breeding. Chariot complex of Ural-Kazakh steppes. In: Horses, chariots, and charioteers of Eurasian steppes. –

Ekaterinburg: Institute of Plant and Animal Ecology, UO RAS, 2010:182-229.

Chechushkov I., et al. (Chechushkov I.V., Epimakhov A.V., Bersenev A.G.). Early horse bridle with cheekpieces as a marker of social change: An experimental and statistical study. In: *Journal of Archaeological Science* 97, 2018:125-136.

Childe V. G. The first wagons and carts from Tigris to the Severn. In: *PPS*. N 8. 1951.

Childe V. G. The Diffusion of Wheeled Vehicles. In: *Ethnographisch-archaeologische Forschungen*. Vol. 2. 1954: 1-17.

Childe V. G. The dawn of European civilization. London, 1957.

Damgaard et al. The first horse herders and the impact of early Bronze Age steppe expansions into Asia In: *Science*, 556, 09 May 2018a, DOI: 10.1126/science.aar771

Damgaard et al. 137 ancient human genomes from across the Eurasian steppe. In: *Nature*, 557, (7705), 17 may 2018b:369-375.

Diakonov I. M. Language contacts in the Caucasus and the Middle East. In:

Caucasus and the civilization of the Middle East. Abstracts of the conference. Ordzhonikidze, 1989: 5-21.

Epimakhov A. V. "Horizon of chariot cultures" of Bronze Age: evaluation of heuristic capabilities. In: *Proceedings of the Chelyabinsk Scientific Center*. Vol. 2 (39). 2008: 93-96.

Frankfort H.-P. Civilization of BMAC and location of Marakhsai in 2300-1800 BCE. In: Ancient Margiana – new center of world civilization. Proceedings of the international conference. Mary, 2006:193-194.

Gamkrelidze T., Ivanov V.V. Indo-European language and the Indo-Europeans. Tbilisi: Publishing House of the University, 1984. Part 1-2.

Gay A. N. Novotitorovo culture. Moscow: Old Garden, 2000.

Gaunitz Ch., et al. Ancient genomes revisit the ancestry of domestic and Przewalski's horses In: *Science* 22, Feb2018:eaa03297, DOI: 10.1126/science.aao3297

Gimbutas M. Proto-Indo-European culture: the Kurgan culture during 5th-4th and 3rd Millenniums BCE. In: *Indo-European and Indo-Europeans*. Philadelphia, 1970:155-197.

Gimbutas M. The first wave of Eurasian steppe pastoralists in Copper Age Europe. In: *JIES*. Vol. 2. N 4. 1978:277-338.

Goldberg A. et al. (Goldberg, A., Günther, T., Rosenberg, N. A., and Jakobsson, M.). Ancient X chromosomes reveal contrasting sex bias in Neolithic and Bronze Age Eurasian migrations In: *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2017:201616392. DOI: 10.1073/pnas.1616392114.

Griaznov M. P. Milestones of pastoral tribes of Kazakhstan and Southern Siberia in the Bronze Age. In: *KSIA*. Vol. 26. 1957: 21-28.

Grigoriev S. A. Ancient Indo-Europeans: the experience of historical reconstruction. Chelyabinsk, 1999.

Grigoriev S. A. Migrations and their role in cultural genesis. In: Eurasian steppe cultures and their interaction with the ancient civilizations. Proceedings of the international scientific conference. Vol. 2. St. Petersburg, 2012a: 40-48.

Grigoriev S. A. Bronze Age metallurgy in Northern Eurasia. Cheliabinsk: Tsitsero, 2013.

Grushin S. P. Spearheads Seima-Turbino type of Ob-Irtysh interfluvium. In: Eurasian steppe cultures and their interaction with the ancient civilizations. Proceedings of the international scientific conference. Vol. 2. St. Petersburg, 2012: 224-228.

Jettmar K. Die Religionen des Hindukusch. Stuttgart: Kohlhammer, 1975.

Haak et al. Massive migration from the steppe was a source for Indo-European languages in Europe. In: *Nature* 522, 2015:207–211. DOI: 10.1038/nature14317.

Hanks B. K., Epimakhov A. V., Renfrew C. Towards a refined chronology for the Bronze Age of the Southern Urals, Russia. In: *Antiquity*. Vol. 81. 2007:353-367.

Kuzmina E. E et al.. Horses, chariots, and charioteers of Eurasian steppes. Collect. Monograph Ekaterinburg, Samara, Donetsk: Institute of Plant and Animal Ecology, UO RAS, 2010.

Kalicz N. Die Badener (Peceler) Kultur und Anatolien. Budapest, 1963.

Khazanov A. M. About periodization of the history of the nomads of the Eurasian steppes. In: *Problems of Ethnography*. Moscow: Nauka, 1973:5-10.

Klein L. S. Origin of the Indo-Europeans and archeology. In: Eurasian steppe cultures and their interaction with the ancient civilizations. Proceedings of the international scientific conference. Vol. 2. St. Petersburg, 2012:25-34.

Klejn L.S., et al. Discussion: Are the origins of Indo-European Languages explained by the migration of the Yamnaya culture to the west? In: *European Journal of Archaeology*, 2017:1-15. DOI:10.1017/ea.2017.35.

Korenevsky S. N. et al. Bolshoi Ipatovsk mound in the Stavropol region. Collect. monograph / S. N. Korenevsky, A. B. Belinsky, A. A. Kalmykov. Moscow: Nauka, 2007.

Korenevsky S. N. Earliest metal of Caucasus. Typology. Historical and cultural aspects. Moscow: Taus, 2011.

Kovaliov A. A. Earliest Europeans in the heart of Asia: Chemurcheks phenomenon as the key to solving the problem of Tocharian ancestral homeland. In: Eurasian steppe cultures and their interaction with the ancient civilizations. Proceedings of the international scientific conference. Vol. 2. St. Petersburg, 2012:49-56.

Kradin N. N. The Nomads of Eurasia. Almaty: Daik Press, 2007.

Kristiansen K. Europe before History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Kristiansen K. The Bronze Age expansion of the Indo-European languages. In: The Transformation of Third Millennium Northern and Western Europe / Eds. Prescott C, Glørstad H. Oxford: Oxbow Books, 2012:165-181.

Kristiansen K., et al. Re-theorising mobility and the formation of culture and language among the Corded Ware Culture in Europe. In: *Antiquity*, 91(356), 2017:334–347. DOI: 10.15184/aqy.2017.17.

Kristiansen K. et al. Trade and civilization: economic networks and cultural ties, from prehistory to the early modern era / K.Kristiansen, T. Lindkvist, J. Myrdal (Eds). Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Kuznetsov P. F. Horse images in the Bronze Age, and another interpretation of Rostovka composition . In: Northern Eurasia during the Bronze Age: space, time, and culture. Barnaul, 2002:81-84.

Kuzmina E. E. Cemetery Zamanbaba. In: *Soviet Archaeology*. No. 2. 1958.

Kuzmina E. E. Whence did the Indo-Aryans come? The material culture of

- Andronovo tribes of community and origin of the Indo-Iranians. Moscow, 1994.
- Kuzmina E. E. *Arias – way to south*. Moscow and St. Petersburg, 2008.
- Kukushkin I. A. Hardware of Early Andronovo burial Ashchisu. In: *Russian Archaeology*. No. 2. 2011:110-116.
- Lazaridis I. et al. Ancient human genomes suggest three ancestral populations for present-day Europeans In: *Nature*, 513(7518), pp. 409–413. doi: 10.1038/nature13673.
- Lazaridis I., Reich D. Failure to replicate a genetic signal for sex bias in the steppe migration into Central Europe In: *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(20), 2017:E3873– E3874. DOI: 10.1073/pnas.1704308114.
- Littauer M. A., Crouwel J. H. The origin of the true chariot. In: *Antiquity*. Vol. 70. (N 270). 1996: 934–939.
- Lubotsky A. Tocharian loan words in Old Chinese: chariots, chariot gear, and town building. In: *The Bronze Age and Early Iron Age Peoples of Eastern Central Asia*. Vol. 1–2. Washington, Philadelphia, 1998:379–390 (JIES Monograph 26).
- Mallory J. P. The homelands of the Indo-Europeans. In: Blench R. & M. Spriggs (eds.). *Archaeology and Language 1*. London and New York: Routledge, 1997:93–121.
- Mallory J. P. Vague ideas of the 21st century about ancestral homeland of Indo-European languages. In: *Questions of linguistic affinity*. No. 9. 2013.
- Mallory J. P., Mair V. *The Tarim Mummies*. London., N.Y., 2000.
- Markov G. E. *Asian Nomads (economic structure and overall organization)*. Moscow: Moscow Univ., 1976.
- Masanov N. E. *Kazakh nomadic civilization: basics of life migratory habits of society*. Almaty: Print-S, 2011.
- Merpert N. Y. *Ancient herdsmen of the Volga-Ural interfluvium*. Moscow: Nauka, 1974.
- Merpert N. Y. About ethnocultural situation of the 4th-3rd millennia BCE in Circumpontic zone. In: *Ancient Ethnocultural communications*. Vol. 80. Moscow: Nauka, 1988:7-36.
- Mertz I. V. History of studying the Eastern and North-Eastern Kazakhstan of the Early Bronze Age. In: *Economic and cultural traditions of Altai in the Bronze Age*. Barnaul, 2010:49-58.

Nikolaeva N. A., Safronov V. A. Problems of the appearance of the wheeled transport in Europe. The oldest wagon in Eastern Europe. Isolation of Cubano-Dnieper culture – the culture of ancient carts. In: Nomads of Azov-Caspian Intermarum. Ordzhonikidze, 1982:43-83.

Novozhenov V. A. Communications and Earliest Wheeled Transport of Eurasia. Ed. E.E.Kuzmina. – Moscow and Almaty: Taus, 2012a.

Novozhenov V. A. Early Andronovo chariot innovation and some aspects of the genesis of Chinese civilization. In: Eurasian steppe cultures and their interaction with the ancient civilizations. Proceedings of the international scientific conference. Vol. 2. St. Petersburg, 2012b:183-187.

Novozhenov V. A. Earliest blacksmiths of Eurasian steppes (Karasuk culture and origin of Begazy-Dandybai phenomenon). In: Begazy-Dandybai culture of steppe Eurasia. / A. Z. Beisenov (ed.). Almaty: Begazy-Tasmola, 2013a:321-329.

Novozhenov V. A. Miracle of the ethnic history of ancient nomads of the steppe Eurasia / Epimakhov A.V.(Ed.). Collective memorial monograph for

E. E. Kuzmina. Almaty: The Island of Crimea, 2014a.

Novozhenov V. A. On the origin of the A-shaped type carts of Minusinsk Basin. In: *Archaeology, Ethnology and Anthropology of Eurasia*. No. 2 (58). Novosibirsk, 2014b:90-100.

Novozhenov V. A. On the issue of ethnic and cultural interpretation of the anthropomorphic sculpture collection of Central Asian monuments of the second half of the 3rd millennium BCE. In: Ancient Turgai and the Great Steppe: part and whole: Collection of scientific articles / A. Z. Beisenov (ed.). Kostanay-Almaty: Institute of Archaeology, 2015a:314-331.

Novozhenov V. A. Wheeled transport and communications of Early Eurasian Nomads. In: *Stratum plus*. No. 3. 2015b:57-88.

Novozhenov V. A. Pictorial communications of Central Asian population in the Bronze Age. In: *Russian Archaeology*. No. 3. 2015d:20-36.

Novozhenov V. A. The origin of the Indo-Europeans – arguments and myths. In: Article and discussion on Genofond.rf online, date: 03.10.2015e.

http://xn--c1acc6aafal.c.xn--p1ai/?page_id=3668

Novozhenov V. A. Bronze Age Trans-Eurasian communications. In: Sixth International Congress of Eurasian Archaeology. Eurasian Prehistory, ICEA 2017 BUCA, Abstracts / A. Semih Güneri (Editor). Izmir: Dokuz Eylül University, 2017:56-58.

Novozhenov V. A. Whence did the Cimmerians come? Transcontinental communications of the Early Nomads in the light of the origin of the Cimmerians // *Journal of Historical Archaeology & Anthropological Science* 3(1): 00058, 2018, DOI: 10.15406/jhaas.2017.03.0005.

http://medcraveonline.com/JHAAS/volume_issues?issueId=1974&volumeId=563,
<http://dx.doi.org/10.15406/jhaas.2018.03.00058>

Outram A. K. et al. (Outram A. K., Stear N. A., Bendrey R., Olsen S., Kasparov A., Zaibert V., Thorpe N., Evershed R. P.) The earliest horse harnessing and milking. In *Science*, 323, 2009:1332–1335.

Outram K. The Oxford handbook of the archaeology and anthropology of hunter-gatherers / Cummings V., Jordan P.,

Zvelebil M., Eds. Oxford: Oxford University Press, 2014:749–766.

Piggott St. The earliest wheeled transport from the Atlantic Coast to the Caspian Sea. London: Thames and Hudson, 1983.

Raulwing P. Horses, chariots and Indo-Europeans. Foundations and methods of chariotry research from the viewpoint of comparative Indo-European linguistic. Budapest: Archaeolingua, 2000.

Renfrew C. The Tarim basin, Tocharian and Indo-European origins: a view from the west. In: *BAEIP*. 1998. Vol. 1.

Robb J. Random causes with directed effects: the Indo-European language spread and the stochastic loss of lineages. In: *Antiquity*. Vol. 65. 1991:287-291.

Rusanov I. A. Features of metallurgy fortified settlements of the Bronze Age in the Zauralye (according to experimental works). In: Archeology in an era of Kazakhstan independence: results and prospects. Proceedings of the international scientific conference dedicated to 20th anniversary of Independence of Kazakhstan and 20th anniversary of the Institute of Archaeology. Almaty, 2011:314-320.

Safronov V. A. Indo-European homeland. Gorky: Volga-Vyatka Publ. House, 1989.

Samashev Z. Rock art of Kazakhstan as historical evidence: Avtoref. of Doct... of Hist.: 07.00.06. – Almaty: Institute of Archaeology, 2010.

Sarianidi V. I., Dubova N. A. New tomb in the territory of the Royal necropolis of Gonur (Preliminary Report). In: Towards the opening of civilization. Proceedings of Margiana archaeological expedition. Vol. 3. St. Petersburg, 2010.

Semenov V. A. Pit-Grave culture – Afanasevo culture and the problem of Proto-Tocharian migration to the east. In: Change of cultures and migrations in Western Siberia. Tomsk:University press, 1987:137-153.

Sher Y. A. Petroglyphs of Middle and Central Asia. Moscow: Nauka, 1980.

Shilov V. P. Models of herders of Eurasian steppe regions in the Chalcolithic era and the Early Bronze Age. In: *Soviet Archaeology*. No. 1. 1975:5-15.

Toynbee A. Study of History. Vol. 3. London: Oxford Univ. Press, 1934.

Vasiliev L. S. Agrarian relations and the community in ancient China (9th-7th centuries BCE). Moscow: Nauka, 1961.

Wu Hsiao-yun Chariots in Early China: origins, cultural interaction and identity // BAR Int. Series (S2457). Oxford: Archaeopress, 2013.

List of abbreviations

IE – the Indo-Europeans.

Iir – the Indo-Iranians.

JIES – Journal of Indo-European Studies.

KSIA – Brief reports of the Institute of Archaeology of the Academy of Sciences of the USSR. – Moscow: Nauka.

MNC – Maikop-Novosvobodnaya community.

MRA – Materials and research on the archeology of the USSR.

PAS – Proceedings of the Academy of Sciences.

PPS – Proceedings of the Prehistoric Society. – London.

RAY – Russian Archaeological yearbook. – St. Petersburg.

RSH – Reports of the State Hermitage. – Leningrad.

SA/RA – Soviet archaeology/ Russian archeology. – Moscow: Nauka.

SAPAR – Siberian Association of Prehistoric Art Researchers.

List of figures

Figure 1. Urals-Kazakh steppes. Reconstruction of true chariot drawn by two horses, according to the evidence of Early Andronovo chariot burials. Reconstructed by Viktor Novozhenov and Krym Altynbekov [2014]

Figure 2. The channels of communication in the 3rd millennium BCE: Era of vans and battle wagons. Colored arrows on the map: white – Pit-Grave and Afanasievo communication channel; yellow – Sumerian communication channel; black – Turanian communication channel; red – Harappan communication channel

Figure 3. The alleged localization of Indo-European homelands in the 3rd millennium BCE. I – Anatolia and Northern Mesopotamia; II – Central Europe; III – Transcaucasia (foothills and steppe); IV – Late Ural-Kazakh “Indo-Iranian homeland”. Colored arrows on the map: white – Pit Grave and

Afanasievo communication channel; yellow – Hittite-Mitannian communication channel; black – Turanian communication channel; red – Harappan communication channel; blue – Maicop migration; green – Hittite-Luwian migration; dotted black arrow – Chemurchek migration

Figure 4. Localization of the petroglyphs of Central Asia, containing images of chariots and carts. 1 – Akdzhilga; 2 – Tekke-Tash; 3 – Ohna; 4 – Karakiyasay; 5 – Thor; 6 – Chibbarnala; 7 – Dharampuri; 8 – Chatur Bhu Nash; 9 – Eda Kalkave; 10 – Zhaltyryk-Tash; 11 – Ters; 12-18 – Koibagar, Arpauzen, Koshkar Ata, Gabaevka, Kokbulak, Ran-Ozen, Xan; 19 – Saimaly-Tash; 20 – Tamgaly; 21 – Chumysh; 22 – Jambul; 23 – Kesteletas; 24 – Baikonur 3, “N”; 25 – Sayak; 26 – Eshkiolmes; 27 – Akbaur; 28 – Kurchum; 29 – Moinak; 30 – Tulkune; 31 – Saur Tarbagatai; 32-35 – Kalbak-Tash, Zhalgyz Tepe, Elangash, Adyrkhayev; 36 – Yamany-Us; 37 – Tsagaan Gol; 38 – Bichigty Am; 39 – Hobd Somon; 40 – Beger Somon; 41 – Chuluut; 42 – Darvi Somon; 43 – Manlan Somon; 44 – Havtsgayt; 45 – Urad (the Lang Mountains); 46 – Jiangu (Kanguan); 47 – Syin Churek; 48 –

Mugur Sargol-Ching; 49 – “The Way of Genghis Khan”; 50 – Ortaa Sargol; 51 – Ust Tuba; 52 – “Shaman Stone” (Oglakhty); 53 – Suhaniha; 54 – Mount Tunchuh; 55 – Oshkol; 56 – Mount Sedlovina; 57 – Mount Shishka; 58 – Mount Polosataia; 59 – Transbaikalia; 60 – Sulek; 61 – Tabangut Obo

Figure 5. The channels of communication in the 2nd millennium BCE: The era of Chariots. Colored arrows on the map: white – Seima-Turbino communication channel (the Tin Road); yellow – Turanian communication channel; black – Hittite-Mitannian communication channel; red – Egyptian communication channel; blue – Indian communication channel

Figure 6. Estimated localization of the ancestral homeland of the late Indo-Europeans at the end of the 3rd and the beginning of the 2nd millennium BCE. Colored arrows on the map: white – Seima-Turbino communication channel (the Tin Road); yellow – Turanian communication channel; black – Hittite-Mitannian communication channel; red – Egyptian communication channel; blue – Indian communication channel

CATEGORIAL FEATURES OF POLITICAL VS. RELIGIOUS DISCOURSES: LINGUO-SEMIOTIC ANALYSIS

Natalia A. Bozhenkova¹

Pavel A. Katyshev²

Darya V. Atanova³

Raisa K. Bozhenkova⁴

Abstract: The article offers a comparative description of iconic constituents of religious and political discourses as the most complex and symbolically saturated types of institutional interaction. The research is based on a systemic multi-level analysis of the component structure of discourse in order to identify and characterize linguistic and sociocultural constants and markers of semasiologically holistic polycode practices combined by certain axiological attitudes. The methodological concept aimed at modeling institutional interactions made it possible to characterize the methods and mechanisms of explication and transformation of the iconic elements of

political/religious communication, which determine algorithms of verbal-discursive behavior. The combination of methods of discourse analysis, linguistic-cognitive projection and functional-pragmatic consideration of textual units of the mentioned spheres of communication made it possible to qualify and taxonomize the linguosemiotic components of discourse data, which, while receiving a specific refraction in a socio-communicative reality, clearly demonstrate the typological signs of a linguocultural universe. The results of the study indicate that, despite the conceptual contrast between politics and religion, these types of discursive practices have

¹ Federal State Budget Educational Institution of Higher Education - "Pushkin State Russian Language Institute"

² Federal State Budget Educational Institution of Higher Education - "Pushkin State Russian Language Institute"

³ Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education «Southwest State University»

⁴ Federal State Budgetary Institution Of Higher Professional Education - "Pushkin State Russian Language Institute"

many correlating features, which are based on a comparable similarity of content, mechanisms and methods of generating discursive constructs, correlated principles of representation of mental categories and a definite analogy of symbolic-symbolic design of a communication process.

Keywords: political discourse, religious discourse, socio-and linguocultural constants, linguocultural signs.

Scientific value

In the scientific paradigm of contemporary linguistics, where the object of research is speech communication in the context of socio-cultural structures, systematization of the conceptual foundations of various approaches of humanitarian knowledge to the analysis of the discursive practices of the new information society is the methodological key to solving many research problems. The combination of methods of discourse analysis, linguistic cognitive projection, modeling of institutional interactions and functional-pragmatic consideration of textual units of political and religious spheres of communication made it possible to qualify and taxonomy the semi-

457

sociological components of discourse data, which receives a specific refraction in the socio-communicative reality. The methodology of a comparative-typological study of verbal/non-verbal signs representing the corpus of religious and political communication can be extrapolated to other institutional interactions (both in synchronic and diachronic aspects) and become the basis for creating a model of linguosemiotic space of various mental communities.

Topicality

In the context of a modern integrated communicative reality, the problem of explication of typological mechanisms for organizing interactions, the determinants of which are the mental universals of individual/collective consciousness, occupies a special place. In this regard, the most complex and symbolically saturated types of institutional discourse are political and religious, having (with the ideological polarity of politics and religion) quite a few correlating signs of considerable interest. Comparative characterization of iconic constituents of religious and political discursive practices based on a systematic multi-level analysis of the component structure of discourse clearly

demonstrates the processes of diffusion and re-contextualization of language and speech influence techniques, which in turn makes it possible to identify new linguocultural resources of institutional communication practices and identify markers for their implementation.

Novelty

A comparative study of linguosemiotic markers of the two most important spheres of human existence, i.e. politics and religion, made it possible to substantiate the principles of modeling modern society space, identify synergistically organized mechanisms for building institutional interactions; construct algorithms for the use of verbal and non-verbal sign systems in religious and political discourses; describe axiological, semasiological and pragmatic identifiers of political and religious discursive interaction. A significant result of the work is the verification of the methodological concept of the study, the most important components of which are the multi-level ways of representing and interpreting discursive constructs (from the functional and stylistic analysis of the corpuses of political/religious texts that characterize their genre specificity, prior

458
to critical discourse analysis, the communicative tools used, social asymmetry indices, fixed by ideologically marked discursive practices in order to identify areas of possible risk communication).

Introduction

The modern era, which involves multiple non-screen forms and methods of information broadcast, determines the daily inclusion of subjects in the social interactive space, which leads to the formation of certain communication relationships and the roles of participants of one or another type of verbal interaction. As a result, the issues of the functioning of the socio-communicative system, its structural and semiotic organization, the mechanisms of education and existence of the most important social realities are of particular importance. In this regard, the decisive link in building a model of social being and the image of the world as a whole is discourse (in a broad sense, emotive-informational interaction, reflecting the connection between language and reality), since images and concepts are produced and become real only within the framework of discourses, and social interactions cannot be understood

without reference to discursive practices in which their semantic field is formed [15].

As you know, discourse is a multi-valued term for a number of disciplines exploring language, language behavior, language functioning in culture, etc. The interpretation potential of this definition is extremely wide: the concept is being developed not only in linguistics, but also in other sciences such as sociology, philosophy, political science, logic, and in different paradigms of knowledge, it is used in various meanings. In this connection, the taxonomy of the term discourse proposed by E.A. Kozhemyakin is shown below:

- formal interpretation: discourse appears as a category of natural oral or written language - a relatively complete in terms of meaning and structure, a speech work whose length varies from a syntagmatic chain of two or more statements to a meaningful piece of work (story, conversation, descriptions, instructions, lectures); this interpretation is characteristic mainly of linguistic theories proper;

- pragmatic interpretation: here the emphasis is placed on the pragmatics of the implementation of statements and

their dependence on cultural, social and psychological factors; This definition is characteristic of pragmatic theories in both linguistic and semiological, sociological and psychological research;

- critical interpretation: discourse is considered as a corpus of prescriptions, rules, requirements and their practical expression in order to rationalize, evaluate and confer a certain meaning to social facts (as a rule, a specific historical period, social community or an entire culture);

- functional interpretation: discourse refers to any way the language functions in a social context; This approach has taken a firm position in Europe and Russia in recent decades [10: 11].

In modern human science, “discourse” is a stable, socially and culturally defined tradition of human communication, in which the linguistic factor that determines the development of communicative behavior, norms of reproduction and interpretation of language constructs in social reality [15: 1], and a similar presentation of the phenomenon of discourse reflected in the work of a number of scientists. Thus, N. Fairklo considers discourse as “a language used in the process of

representing social practice that is different from a particular point of view” [16: 4]. L. J. Phillips and M. V. Jørgensen, in turn, believe that “discourse is a form of social behavior that serves to represent the social world (including knowledge, people and social relations)” [17:17]. R. Barth calls discourse “synthetic and integrating transtextual education” and highlights its properties such as functionality, processuality, relevance [1: 39]. M. Foucault believes that discourse is “a socially conditioned organization of the system of speech and action” [18: 27]. T. A. Van Dijk, analyzing models of situations as behavioral models, by discourse means “the functional part of communicative and more general social and cultural goals of social groups or individuals” [6: 21]. According to van Dijk, discourse involves the interaction between language and reality, which provides a world view and existence. S. Saranji and M. Beinham understand discourse as a way in which the language is formed and at the same time forms a sociopolitical reality [16: 5]. V.I. Karasik asserts that “discourse is a speech practice, i.e. interactive activities of the participants of communication, establishing and maintaining contact,

emotional and informational exchange, exerting influence on each other, interweaving instantly changing communicative strategies and their verbal and non-verbal incarnations in the practice of communication” [7: 18].]. O. F. Rusakova characterizes the discourse as “a complexly structured communicative-sign system with six main plans: intentional (power intentions, strategies, designs), relevant (the embodiment of power intentions in real activity, having a sign-symbolic character), virtual (recognition and understanding of meanings, values, identities), contextual (expansion of the semantic field based on sociocultural, historical and other contexts), psychological (emotional, energetic charge, content in discourse and gives it a suggestive force) and “sedimentary” (the imprint of all the plans listed above in the public consciousness and experience, in that the constructed and materialized society environment, which shapes are a reflection of the culture) [16: 5]. K.F. Sedov, abstracting from the terms conveying linguistic and textual communication, nominates discourse as “an objectively existing verbal-sign construction that accompanies the process of socially significant interaction

of people” [14: 8]. M. Chimombo and R. L. Roseberry define discourse as “an extremely complex process consisting of numerous interdependent components. It arises from mental processes intersecting, for example, with psychological, social, cultural and other aspects of life” [16: 4]⁵.

Summing up various research interpretations, we propose the following interpretation of this phenomenon: discourse is a certain dimension of the communicative space, designed as a chain/complex of statements (i.e., as a process and result of a speech act), which latently contains a multi-level system of formal elements connected by syntagmatic and paradigmatic relations, and explicates the pragmatic-ideological attitudes of the subject of the utterance, limiting the potential inexhaustibility of text values as the product of social and communicative activity. At the same time, the most important factor organizing the discursive practice is the wide societal context, which determines both the “rules of the game” (for a particular type/type of discourse) and the mechanisms for the actualization of

461

socially (and personally) significant meanings.

1. Materials and methods

The methodological concept of the research is aimed at a multidimensional study of the social issues of discursive practices and includes linguocognitive and linguoculturological vectors describing discourse, dependent on a multidimensional set of components of the sociocommunicative context. This methodology was based on both humanitarian and heuristic methods (registration, instrumental methods, modeling method; taxonomic, dynamic and explanatory description), and linguistic methods - the method of formalizing linguistic descriptions, component, contextual and categorical synchronous analysis, the method of segmentation of specific verbal phenomena (facts), followed by their generalization, abstraction and characterization of the underlying ethnomental entities, etc.

The material for the study of political discursive practices was the

⁵ Of course, this is far from an exhaustive list of interpretations of the phenomenon of *discourse*.

scripts of public speeches of representatives of the world political elite (Russia, the USA, France, Germany). The choice of subjects of political communication is due to two factors: on the one hand, the state foreign policy, taking into account the current geopolitical situation, is of increasing interest to researchers, including linguists; on the other hand, the speeches of the first persons and official representatives of the foreign affairs agencies of various countries largely shape the global political discourse, therefore, the analysis of speech products (speeches) allows building a completely objective picture of the unification and specificity of the use of communicative strategies in linguocultural universes. The second material selection criterion was the genre and thematic community of speeches, and therefore special attention was given to press releases published in official sources, briefing texts, comments and interviews that explicate the essential unity (with ambiguity of ideological positions) of the linguo-semiotic constituents of the political space (more than 500 units). As a research field of religious discourse, texts of Russian and English-speaking (Orthodox and Protestant) sermons were

chosen that have a single biblical basis, meaningfully close religious articles, prayers, theological commentaries (more than 500 units).

The integrity of the proposed model for the study of communicative interaction, focused not only on national values of society, but also on tense points of institutional communication regarding which public consciousness is manipulated, and the correlation of the volume of research material provides, according to the authors, the accuracy of the conclusions of the comparative typological analysis.

2. Results

The problem of explicating typological mechanisms for organizing communicative practice in the context of modern integrated reality, where the object of research is speech communication in the context of socio-cultural structures that determine the mental universals of individual/collective consciousness and determine the linguistic and cultural experience of the nation, occupies a special place in the scientific paradigm of modern linguistics. Multiple discursive practices as separate space-time formations are in a state of

continuous development, involving mutual influence and interdependence, interpenetration and complementarity of different discursive types and genres, each of which is determined by the thinking, behavioral, ethnocultural components of social relations in the context of world economic and political processes.

In this regard, a comparative description of linguosemiotic markers of the two most important spheres of human existence, i.e. politics and religion, made it possible to systematize the conceptual foundations of different approaches of humanitarian knowledge to the analysis of the discursive practices of modern society and thus allowed:

- substantiate the principles of modeling modern social space;
- identify synergistically organized mechanisms for building institutional interactions;
- qualify and taxonomize the identifiers of political and religious discursive interaction, to compare their semantic, syntactic and pragmatic characteristics;
- construct algorithms for the use of verbal and non-verbal sign systems in religious and political discourses;

463

- study the processes of diffusion and re-contextualization of the language and methods of speech influence;
- identify new linguocultural resources of institutional communication practices and identify markers of their implementation.

A significant result of the work is the verification of the methodological concept of the research, the most important components of which are the multi-level methods of representing and interpreting discursive constructs:

- a macro approach involving an integrated analysis of various discursive components and properties within the framework of the constituent fundamental structures of society discourses (from identifying constitutive features and characterological dominants of discourses to defining the discursive means of expressing them in a wider institutional space);
- critical discourse analysis used to identify social asymmetry indicators recorded by ideologically marked discourse practices;
- method of discursive psychology, which allows to consider the participants of discursive interaction,

their mental states, to characterize the totality of their cognitive models, etc. ;

- method of linguistic and cultural interpretations, giving a holistic view of the semasiological nature of the sign units used in political and religious discursive practices;

- functional and stylistic analysis of the corpuses of political/religious texts, characterizing the features of their genre specificity;

- pragmatic analysis of speech acts, the use of which allowed to identify certain communicative tools (strategies/tactics /speech steps) and identify areas of possible communication risks.

The methodology of the comparative-typological study of verbal/non-verbal signs that manifest the corpus of religious and political communication can be extrapolated to other institutional interactions (both in synchronic and diachronic aspects) and become the basis for creating a model of linguosemiotic space of various mental communities.

⁶ While other methodologies “work” on interpreting the universe as a given construct, the critical discourse analysis is aimed at in-depth study of the techniques of its production and description of the mechanisms for its designation [25: 17]. In other words, in a critical discourse analysis,

Discussion

Global and local informational and communicative spaces are characterized by an ever increasing complexity of social relations, an extension of the semasiological sphere, an increase in connotative elements in it, which, on the one hand, necessitates a timely assessment and interpretation, on the other hand, it directs the research idea to the methodological framework of critical discourse -analysis, the most important feature of which should be considered to be the setting for the study of mechanisms for creating socially determined ideas and objects that make up our universe, and ways to objectify them in the time aspect⁶.

Being a multidimensional sociocultural phenomenon and semantic multimodal unity, including various aspects of communication (establishing and maintaining contact, emotional and informational exchange, influencing each other) and representing a certain area of functioning of the language involved in the field of assessments,

it is customary to regard discourse as a constitutive of the social world, formed by different-level and diverse categories, and proceed from the fact that the world cannot be known independently of the knowledge of discourse.

cognitive attitudes and mythologies of various social groups [6: 4], discourse not only objectifies the "interpenetration" of various semiotic systems, but also simultaneously generates complex implementations of verbal and non-verbal components. Multiple discursive practices such as separate spatial-temporal formations are in a state of continuous development, implying interdependence, mutual influence and complementarity of different discursive types and genres, each of which is an intellectual-behavioral projection of social relations [5]. It is no coincidence that the modern paradigm of discursive practices⁷, implemented in the societal space is expanding more and more, covering new speech-behavioral phenomena, and today fall into the field of scientific description:

- personal discourse (existential and everyday);
- institutional discourses (pedagogical, scientific, administrative, military,

sports, medical, political, mass media, religious, family, etc.);

- discourses of identity (national, supranational, regional, religious, etc.);
- ideological discourses (discourses of democracy, citizenship, parliamentarism, authoritarianism, populism, racism, fascism, etc.);
- discourses of illegitimate practices (extremist, terrorist, radical discourses, etc.);
- business discourses (discourses of business communication, marketing, corporate culture, etc.);
- art discourses (discourses of theater, cinema, literature, visual arts, architecture, fashion, etc.);
- discourses of subcultures (different youth cultures, criminal discourse, discourse of substance abuse, play and other addiction, etc.);
- habitat discourses (discourse at home, interior, city, landscape, etc.);
- body discourse (body discourse, bodybuilding discourse, sexual discourse, etc.);

⁷ According to A.A. Kibrik, to understand the diversity of discourse, it is important to take into account at least four parameters: the most important are the differences in mode (oral/written), genre, functional style, formality. Accordingly, all taxonization principles proposed today are independent of

each other and constitute a complex combinatorics of various possibilities [9: 19]. It is with a detailed study of the combinatorial types of discourse that the further progress of discourse analysis as a scientific discipline is connected.

- dream discourse and the others⁸.

In the context of world geo-economic processes, institutional discourses are of particular interest, embodying typical models of social interaction, developed in the process of cultural, historical and ethnopolitical development of a nation, which, in turn, led to the formation and functioning of typological mechanisms for organizing communicative practice for a certain linguistic culture. The key realities of the institutional type of communication are various researchers include the concepts of *social institution*, *social status*, *social role*, where a social institution is an authority that ensures the organizational and disciplinary interaction of subjects based on generally accepted standards and ways of hierarchical subordination; social status - a characteristic of a subject occupying a particular position in the social hierarchy of an institution in accordance with certain criteria (educational/professional level, prestige of the profession and occupation, official position, amount of power, etc.); social role is a way of objectifying status, corresponding to the regulatory regimes

466

of social institutions in which people carry out their professional and powerful activities, and is demonstrated in certain patterns of behavior. At the same time, it is important to note the ambivalence of the correlation of the above categories: on the one hand, social institutions “produce” and broadcast discourses (in the form of ideas, concepts, constituents, principles, images and other symbolic figures), which define the framework, focus centers (so-called “glasses”) Of our vision and understanding of reality, on the other hand, institutional discourse produces and explicates norms and standards of status-role behavior, reinforces binary relations norm / abnormal, positive / negative, admissible / unacceptable, good / evil, canonical / heretical, etc., expressed in moral imperatives, traditions, rituals, codes of conduct, legal acts, etc. [13: 194].

All components that make up the communicative relationship are interpreted in the framework of the relevant social institution, and the institutional communication developing in it is characterized by specific linguistic and speech means: the

⁸ The above list is certainly far from finished; It can be supplemented with new forms of institutional communication.

meanings of signs in the form of a code are fixed in the linguocultural consciousness⁹ of the native speaker (and the ethnic group as a whole) and accumulate in a complex way / are generated in the discursive act [22]. It is in institutional discourse that the personal and socially important values are actualized, i.e. the representatives of the ethnomental sphere, which, according to semasiological ideas, are very diverse and include both verbal and non-verbal code: the language manifests itself in a graphic image and in a “verbal” text, and in bodily gestures, and in other semiotic forms.

From these positions, the most “stable” and symbolically saturated types of institutional discourse – political and religious – whose linguosemiotic constituents receive a specific refraction and frame in a socially communicative reality – are significant [3]. Despite the conceptual antithesis of politics and religion, these types of discourse have many points of contact, which are based on a certain unity of the “production” of knowledge, and the similarity of principles and mechanisms for generating discursive constructs, and the relative analogy of the symbolic design of the communication process¹⁰.

⁹ R.K. Bozhenkova defines linguocultural consciousness as a special level of conscious experience that builds on its linguistic levels, and acts as a system of linguocultural norms developed in the process of communication, organized in the form of codes [22].

¹⁰ This statement is a summation of a multilevel analysis of the discourse component structure, including a detailed description of the following, according to V.I. Karasik [8], categorical signs of social interaction: 1) participants who are usually classified into agents and clients: the first are those who play active role in institutional communication, to the second - those who turn to agents and act as representatives of society as a whole in relation to representatives of the institute; 2) chronotop, which implies a description of the place and time of the conventionally fixed discursive interaction; 3) goals; 4) values (within the stated genres of religious and political discourse - the goals of institutional communication are fundamentally different, which is due to the fundamental difference

in the presentation of the key cultural concept and the values it defines); 5) strategies that meet the goals of this type of communication and are reduced to the main intention of communication; 6) material; 7) types and genres (the principles of distinguishing genres in religious and political discourse are also reduced to the intentional content of these types of communication, respectively, do not reveal any significant similarities); 8) precedent (cultural) texts (in the content-semantic field of both religious and political discourse, the category of precedence plays a crucial role, since the recipient identifies and reproduces key axiological signs only if they are in the presupposition - as a result of reading / listening to similar texts); 9) linguistic and speech features reflected in characteristic discursive formulas, which are a peculiar model of not only the cognitive processes of communication participants, but also the mechanisms for organizing the linguocultural universe as a whole [4: 318].

Undoubtedly, the oldest and most important type of institutional communication that formed the basis for the development of all other forms of social communication can be called the practice of religious departures: religion and the church (as its main institution) arose earlier than all existing institutions — the institute of politics, schools, the army, etc. ; all the institutions functioning in modern society derive their sources from religious interaction. Religion is a worldview and attitude that determines human behavior, and cult actions based on faith¹¹ in the divine, in the existence of a higher power, in their all-encompassing power [2: 6]. At the same time, political discourse is also an ancient form of knowledge and social interaction that emerged with the emergence of the concept of “power”: politics is a semantic and sense-reproducing activity regulated by certain historical and ethno-cultural codes (traditions) aimed at forming, maintaining and развития. changing relations of dominance and subordination in society. Accordingly, in the political discourse all the constituents

of the social field are objectified since they either constitute the actual subject of communication, realizing the deictic function, or act as elements of a wide axiological-pragmatic context. It can be said that the functioning of both types of discourse is represented in two aspects: on the one hand, they are focused on achieving, “semiotic consolidation” and translation of value-pragmatic experience, on the other hand, on the preservation and reproduction of a social institution (religion or politics). The basic component of the social institution of politics, as well as the social institution of religion, determines the sustainability of their existence and at the same time the possibility of transformation, often necessary for further development.

In this regard, it should be noted that political and religious communication (despite the rigid opposition of institutional discourse to personal on the basis of personal or representative orientation of the subjects of communication) can rarely be characterized as “absolutely status communication”: the institutional nature

¹¹ “Faith” as a concept turns out to be an operating object in the logical pair “truth is a lie” and is reflected in human

communicative actions (verbal and non-verbal) in different directions, depending on the degree of acceptance of this concept.

of these forms is always gradual¹². Thus, the status-role characteristics of subjects of a religious field, as well as subjects of a political field, defined by genre specifics, themes and tonality of discursive practice, affect the lexical-grammatical, stylistic and other semasiological characteristics of social interaction, often expressing a personality-oriented orientation of communication. This allows them to be defined as mixed types of social communicative practice¹³, in which signs of not only institutionalization are found, but also personalities: the normative determination of social relations/communication and social coercion (the institutional component) determine the disciplinary functions of organizing these relations and manifest themselves in religious practice in the form of control over their observance, meeting ritualistic prescriptions, in political practice - in the form of a system of laws, decrees, Lament etc .; as for social coercion, in two cases it is leveled to the level of “voluntary personal choice”, i.e. In a certain way it borders on signs of personal discourse.

At the same time, the significance of the personal characteristics of the agent of discursive practice (personal component) in religious and political communication can be of decisive importance. Of course, the gradual character of institutional interaction correlates with the kind of communicative event that determines the different degrees of strict adherence to pattern. An example of a “tough” variety in religious discourse is a church service with a clear differentiation of typed stages, participants, texts, and other elements of worship; The genres of confession and spiritual conversation with a priest, the structure of which with the immutability of the defining components is very variable, can be attributed to samples of the “soft” variety. In the political discourse, the illustrations of the first option can be provided by briefings of representatives of the Ministries of Foreign Affairs of any state, the second option - political interviews, political commenting and even pre-election debates.

The intersection of political and religious discourses is marked by diverse

personalization has always had a special meaning.

¹² In contrast, for example, from scientific, medical, military discourses.

¹³ This probably includes the pedagogical and sports types of discourses, where

symbolic means. First of all, in the political and religious discourse there is a mythologization of human consciousness¹⁴, a trustworthy attitude to the word and (to a certain extent) belief in the “higher” purpose of the leader¹⁵ [21: 57]. These types of communication a priori imply the ability and ability to “impose” (even inspire) others with their ideas. In the political discourse, ideologies are included in purposeful propaganda and agitation - forms that are present in a modified form in religious discourse (for example, in the text of a church sermon). Political discourse unites people with a higher political idea, just as in religion people are united by one religion. At the same time, the basic organizing principle of the communicative space of both types of discourse is the basic functional-semiotic triad *integration – orientation – agonality*, which is projected onto the dichotomy of “one's own – others”. Orientation includes the formulation and explanation of one's own (political/religious) position, the

rationale for the importance of compliance with the designated targets and values; integration includes the search, involvement and solidarity of like-minded people; agony implies a kind of aggression, the struggle against opponents who may in one way or another prevent the embodiment (verbal or non-verbal) of axiological postulates of the relevant discourse. Going beyond a certain community that adheres to certain views (ideological or religious) inevitably leads to the ousting of a given political or religious group - to the transition from the category of “own” to the category of “alien”.

In this regard, the language of politics and religion, on the one hand, turns out to be the “language for initiates,” on the other, it should be accessible to the broad masses (“alien”), which, if certain ideas are adopted, can be transferred to the class of “their own”¹⁶. It should be noted that, in most cases, people do not directly come into contact with the world politics and the religious sphere, and their knowledge in this area

¹⁴ The mythologization of human consciousness is certainly supported by appropriate attributes: the icon, Holy banner, censer - in religion; portraits of leaders, sculptural works, ideological symbols - in politics.

¹⁵ Which, of course, is not related to a specific personality.

¹⁶ It is no coincidence that today the language of politics, as well as the language of religion, is incorporated into the personal discourse itself — everyday and everyday communication.

is not based on their own experience of political participation/religious service, but mainly on the basis of the “verbal images” offered to them various forms (from dogmatic postulates, descriptions, opinions to comparisons and conclusions) and can be implemented in a wide variety of speech actions corresponding to a given discursive genre. However, all such messages, in addition to explicit, lexically expressed information, necessarily include the implicit-connotative layer - first of all, emotively colored keywords representing basic orientations, values, symbols, etc. Implicit information can also be obtained by summarizing, “reading between lines”: the characteristics of the chronotope of a verbal act, its connection with historical, cultural, axiological and other factors, semantic uncertainty and a given ritual are significant linguistic components, etc. This gives grounds to evaluate the constitution of both political and religious types of discourse as a kind of synergetic unity: social interaction unfolds in two planes - in the plane of “first order signs” (natural human language) and in the plane of “second

order signs” - a special metalanguage created for decoding and interpreting “first order marks”.

The language of religious discourse is formally conservative, which is caused by the need to preserve the dogmatic value potential of this type of communication. The political language, being in some way between two poles - a functionally determined special language and a socio-co-ordinate of a certain group with an ideology peculiar to it - also tries to preserve the stencil forms and communication formulas for the sustainable functioning of the community. In a broad context, the language of religion, as well as the language of politics, is designed for a specific group, which must be (at least elementary) prepared for the perception of the message. At the same time, the language of religion is a semiotic system of a group, which, unlike the participants in a political discourse, is limited and united not by the unity of political views and ideology, but by a stronger entity — faith. The language of politics, as well as the language of religion, is inherent in euphemism and even esotericism¹⁷. “Politicians, like no other, know how to

¹⁷ Of course, esotericism in religion and politics has a different tonality, but by their

nature, both religious and political discourse are theatrical and suggestive.

evade a direct answer to a question, know how to say a lot and say nothing” [17: 58], however, the esotericity of political discourse is pragmatic, while esotericism in religious discourse is based on the inner mysticism of linguistic signs which, due to their unusualness and vagueness, create the effect of the unreal, divine, which one would like to believe: the “magic” of the influence of religion is largely contained in the word.

In addition, both the language of politics and the language of religion performs a kind of “advertising” function: relying on sign constants and linguocultural realities, the recipients must consciously / unconsciously change their attitude to certain facts / phenomena of reality. It is no coincidence that political leaders' speeches are usually full of promises, and the texts of campaign speeches are usually based on the following (admitting some variations) pattern: “If you follow us / share our views, you will / will get.... you are guaranteed, If not expects you ... , etc. Provided distraction from the real lexical content of any of the ideologically marked texts, it can be summarized as a

kind of semantic constant: “If you stay with us, you will have a bright future and a happy life, if you share the views of others (opponents, our ideological opponents, enemies), do not expect anything good in the future”. The same is observed in religious discourse, but when stating such formulas, the cleric is more appealing to the emotional sphere of the believer, which is why ideas of sin, punishment, hellish torment, retribution in the next world become an absolute. All this allows us to state that both types of discourse are characterized by impressiveness, obvious irreality and significant manipulative potential.

The most important is the fact of orientation of political/religious discursive practices towards the mass recipient and, as a result, the vector orientation of the basic constituents of religious and political communication (primarily linguistic communication) into other diverse spheres of social reality. With the help and due to the universality/integration of the key concepts of “faith” and “power”, religion and politics (respectively) permeate “interrelated conflicting discourses within the framework of a given setting (setting)” [26: 12], creating intertextual

connections with other types of communication in synchronic and diachronic sections. For example, recently, the inclusion of religious-discursive techniques in the media universe has been actively practiced [20]: due to the growing interest in various faiths and beliefs, the emergence of various religious trends and teachings, modern media are taking on the mission of spreading religious ideas and beliefs among population. Political communication is not only mediated by the media: media resources are the main medium of its existence. Moreover, new means and technologies give rise to new forms and methods of information transmission, which in turn leads to the emergence of new mono- and polysemiotic communication systems, the content of which is politics and religion, and the form of existence is a display text with special differential features: nonlinearity (branching, no beginning and end), multi-coding (multimedia), interactivity (direct connection with the reader, the reader's influence on the structure of the text), which directly affects both political/religious discourse and its sign (in the broad sense) components. As a result, today the language of politics and

the language of religion are extrapolated to the existential and everyday communication of the widest civilian masses; we already see signs of political and religious convergence in the so-called “culture of everyday life” (in both ordinary verbal behavior and folk anecdote genre, in the author's song, and in theatrical production with acute socio-political overtones): such an intense practice has a significant impact on the communicative-psychological organization of a particular person and the target audience as a whole.

Thus, both political discourse and religious discourse as a type of institutional-personal communication not only fully manifest the culture of an individual society with its ideological attitudes, mental symbols, and other axiological components, but are also characterized by the same (with different verbal design) sociocultural markers – metaphorical, euphemistic, polemical, ideological (with a clear demonstration of the dichotomy of “bad-good”, “friend-foe”), a certain emotional slogan peculiarity, the assertion of “absolute truth”, and – the dominant part – irrationality, which is based on rituals, symbols and “pulsating” uncertainty denotations.

However, with a pronounced correlation of discursive categories, the formation and functioning of religious and political discursive practices (as, indeed, any other discursive form of communication) is determined to a greater degree by collective and idio-ethnic factors, which are represented in the features of linguocultural codes that “frame” this communicative act and embodies the various principles of the conceptualization of mental categories. Being social and national in nature, a language cannot fail to bear the imprint of the characteristics of worldview, ethical and moral values, as well as the norms of speech behavior characteristic of this universe. In other words, the norms and strategies of behavior are determined by the laws and values of this socio-communicative system, which, in turn, has been shaped by cultural and historical factors.

3. Conclusion

Discursive means, embodying the general characteristics of the communicative behavior of various social groups (from a small community to a whole ethnic group), do not simply characterize society — they themselves are part of it, its purpose and means, and

474
imply the modification of the “self” of an individual / society in such a way that the vision of the world turns out to be limited to language frames. Accordingly, identifying the dominant characteristics of political and religious practices as the two most important components of human existence through the prism of linguistic and cultural aspects of the formation of discourse allows not only to describe ethno-lingvo-semiotic space, to compare its semantic-syntactic and pragmatic characteristics, to study the processes of language diffusion and interpenetration of language methods of influence, but also to typify identifiers of the most complex social phenomenon of human communication.

Further study of the mechanisms for organizing interpersonal/intergroup political and (or) religious interaction, thereby identifying the key markers of communicative interaction, analyzing the ways of manifestation of ethno-culturally determined constituents of communication, which help build patterns of discursive behavior and national-linguistic picture of the world as a whole, comparative consideration of their refractions in different linguocultural universes will provide an opportunity to achieve a new, higher and

harmonious level of reality acceptance, its competent operating structures that will promote the development of productive social relations and overcome potentially conflict situations in the conditions of modern globalization processes.

References

- Bart R. Selected Works: Semiotics: Poetics: Translated from French / G.K. Kosikova. M.: Progress, 1989. 616 p.
- Bobyreva E.V. Religious discourse: values, genres, strategies (based on the material of Orthodox dogma): Author's abstract, Volgograd, 2007. 43 p.
- Bozhenkova N.A., Atanova D.V. Verbal ways to reflect the linguocultural traditions of society (on the material of the Russian, English and German languages) // SWSU. Part 2. 2012. № 5 (44). Pp. 269-274.
- Bozhenkova R.K., Atanova D.V. Constitutive signs of religious discourse (on the material of Orthodox dogma) // SWSU. No. 2 (47). Kursk: SWSU, 2013. Pp. 205-212.
- Bozhenkova R.K., Bozhenkova N.A. Some Thoughts on the Nature of the Linguistic and Cultural Consciousness of a Language Personality // Current Issues in the Study and Teaching of Russian Language and Culture: International Forum on Research, Theories, and Best Practices. USA, Washington, D.S. 2007. Pp. 43-48.
- Dijk, T.A., Discourse and power: representation of dominance in language and communication. Translated from English. M.: Librokomb, 2013. 344 p.
- Karasik V.I. On the types of discourse // Language personality: institutional and personal discourse: Collection of research papers. Volgograd: Peremena, 2000. Pp. 5-20.
- Karasik V.I. Language circle: personality, concepts, discourse: monograph. Volgograd: Peremena, 2002. 477 p.
- Kibrik A.A. Modus, genre and other parameters of the classification of discourses // Linguistics studies. № 2. Pp. 3-21.
- Kozhemyakin E.A. Discourse analysis as an interdisciplinary methodology: a historical aspect // Scientific bulletin of Belgorod State University. 2008. № 15 (55). Pp.5-12.
- Maroshi V.V. What is discourse? [Electronic resource] Access mode: http://old.nsu.ru/education/virtual/discourse2_27.htm (date of access 08/15/2018).

- Ricoeur P. Conflict of interpretations. Essays on hermeneutics. M.: Kanon-Press-c, 2002. 629 p.
- Rusakova O.F., Rusakov V.M. PR Discourse: Theoretical and Methodological Analysis. Ekaterinburg: Institute of Philosophy and Law, Institute of International Relations, 2008. 282 p.
- Sedov K.F. Discourse and personality: the evolution of communicative competence. M.: Labyrinth, 2004. 320 p.
- Silantyev I.V. Newspaper and novel: discourse rhetoric blend. [Electronic resource] Access mode: http://www.plam.ru/literat/gazeta_i_roman_ritorika_diskursnyh_smeshenii/index.php (date of access: 08/15/2018).
- Modern Discourse Theories: Multidisciplinary Analysis ("Discourse studies" series). Issue 1. Ekaterinburg, 2006. 177 p.
- Филлиппс Л.Дж., Йоргенсен М.В. Дискурс-анализ. Теория и метод / Пер. с англ. 2-е изд., испр. Харьков: Изд-во «Гуманитарный центр», 2008. 352 с. Phillips L.J., Jorgensen M.V. Discourse analysis. Theory and method / Translated from English, 2nd ed., Kharkov: "Humanitarian Center" publishing house, 2008. 352 p.
- Foucault M. Archeology of knowledge: Translated from French / Edited by Br. Levchenko. Kiev: Nika-Center, 1996. 208 p.
- Chudinov A.P. Political linguistics: Textbook, 2nd ed., M., 2007.
- Chumakova K. Religious discourse in mass media [Electronic resource]. Access mode: <http://discourseanalysis.org/ada6/st47.shtml> (date of access: 08/15/2018).
- Sheigal E.I. Semiotics of political discourse. Volgograd, 2000. 326 p.
- Bozhenkova R.K. Comprehension of text in the aspect of linguistics and culturology / R.K. Bozhenkova. Raleigh, North Carolina, USA: Lulu Press, 2015. 153 p.
- Östman J., Virtanen T. Discourse Analysis. Handbook of Pragmatics, Manual. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam & Philadelphia. 1995. Pp. 239-253.
- Thompson J. Studies in the Theory of Ideology. Cambridge: Polity Press. 1984. 356 p.
- Winch P. The idea of a social science and its relation to philosophy. Sekond Edition/ London: Routledge & Kegan Paul, 1990. 160p.
- Wodak R. Disorders in Discourse. London: Longman, 1996

INFORMATION SUPPORT FOR PRO-COMPETITIVE REGULATION OF THE SOCIALLY SIGNIFICANT REGIONAL MARKETS

Viktoriya V. Bobrova¹

Igor N. Korabeynikov²

Anna V. Kurlykova³

Olga S. Smotina⁴

Abstract. Purpose of the study: The purpose of this paper is to provide a theoretical underpinning and develop the information support for pro-competitive regulation of socially significant regional markets.

Research methods: The study mainly employed the method of analyzing the content of Internet resources and quantitative evaluation of the obtained results. The study involved the analysis of 757 publications on major regional information resources regarding 15 types of priority and socially significant markets. **Findings from the study.**

The paper suggests a method to evaluate publications on pro-competitive regulation of priority and socially significant markets on information resources available for businesses and consumers of products and services in the Orenburg region. The suggested method involved a comprehensive

study of information openness of pro-competitive regulation of priority and socially significant markets and the assessment of rankings of priority and socially significant markets of Orenburg region by a set of indicators that were obtained through a survey of entrepreneurs and describe the state of the competitive environment. **Conclusions.** The paper presents information openness metrics for pro-competitive regulation of priority and socially significant markets. A disproportion was found in coverage of individual types of markets on Internet resources. The information resources were ranked by the level of activity in ensuring the information openness and availability of data on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services. It is

¹ Orenburg State University

² Orenburg State University

³ Orenburg State University

⁴ Orenburg State University

shown that the work toward information openness of pro-competitive regulation of priority and socially significant markets is inefficient. The paper has a practical value for specialists engaged in the competitive development of meso-economic market systems and professors of economics at higher education institutions.

Keywords pro-competitive regulation, information support, information resources, competition, sources of information.

1. Introduction.

The rationale of this research is the need to study problems of pro-competitive regulation of socially significant regional markets in the form of municipal and regional public agencies' action to stimulate and develop competition, support innovative initiatives to provide the local residents with life-supporting amenities and services (the social significance of the markets is due to a broad coverage of customers, the scale of the generated external positive effects), and to develop appropriate information support to maintain the conditions of pro-competitive regulation. The purpose of this paper is to provide a theoretical underpinning and develop the information support for pro-competitive regulation of socially significant regional markets. It is assumed that pro-

competitive regulation of socially significant regional markets is based on sufficient coverage of this process in various sources: public agencies, civil society institutions, and media. To achieve the above purpose, the following goals were established: to suggest an assessment method for publications on pro-competitive regulation of priority and socially significant markets on information resources available for businesses and consumers of products and services in the Orenburg region; to assess the regional information resources by information openness and accessibility of information on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services; to draw conclusions on the effectiveness of activities to ensure information openness of pro-competitive regulation of priority and socially significant markets.

2. Materials and methods.

The study is based on evaluating publications on pro-competitive regulation of priority and socially significant markets on most popular information resources available for businesses and consumers of products and services in the Orenburg region.

The main purpose of the proposed method is to refine and develop assessment tools for information openness of pro-

competitive regulation of socially significant and priority markets. In accordance with its purpose, the research involved the analysis of the content of leading regional information resources on the example of the Orenburg region, the ranking of priority and socially significant markets, and expert assessment of the obtained results.

The analysis covered the content of six information sources belonging to public agencies and media. The assessment focused on information on 15 types of priority and socially significant markets listed in the Decree of the Governor of the Orenburg region No. 111-уК dated March 10, 2016, On the Introduction of a Development Standard for Competition in Federal Subjects of the Russian Federation” for the period 2015 through 2018 (www.orenburg-gov.ru/upload/iblock/604/604072f8dcf6e90ffc1396203aa3c36e.pdf, accessed 2018).

The general principles for identifying regional socially significant and priority markets include:

- Introduction of provisions and principles of the Competition Development Standard in federal subjects of the Russian Federation;
- The use of positive experience and best practices of other federal regions while identifying the markets;

- Transparency of criteria for identifying socially significant and priority markets in the region;
- Social examination of proposals on identification of socially significant and priority markets in the region;
- Ensuring comprehensive stability of the region and its development prospects;
- Systematical implementation of the approaches for identifying socially significant and priority regional markets;
- Improving the region's investment-grade status;
- Development of a regional system of material and non-material production of products and services;
- Improving the quality of products and services, etc.

The study involved the analysis of 757 publications. The content was evaluated in accordance with the principles enshrined in the Competition Development Standard of the Russian Federation:

- 1) Information on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services should be available to a broad range of citizens. An exception could be information that is confidential according to the federal law;
- 2) The published information should be reliable;

3) The posted information should be relevant, the timeliness of publication is important here;

4) Information on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services should be published in a variety of sources to ensure its accessibility for people;

5) Publications should be in line with the citizens' right to personal integrity, to preservation of the organizational image, and personal security (Development Standard for Competition in the Federal Subjects of the Russian Federation, accessed 15.11.2018).

The following variables of the publications were analyzed:

- The number of publications on the information resource;
- The content of publications on a socially significant or priority market and competition regulation in it.

To rank priority and socially significant markets of the Orenburg region on a set of variables that were obtained through a survey of entrepreneurs and describe the state of competitive environment, an integral index was calculated in the form of the Ordered Multiple-Choice model. The Ordered Multiple-Choice model made it possible to rank the regional markets of products and services by the integral index calculated from the survey results of

businesses and characterizing the competitive environment.

3. Findings.

The following are seen as mandatory elements of the information openness model of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services:

- Data and resources;

The analysis of resources containing information on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services in the Orenburg region allowed to identify the most in-demand information resources:

<http://www.orenburg-gov.ru> — the portal of the Orenburg regional Government;

<http://www.oreneconomy.ru> — the website of the Ministry of Economic Development, Industrial Policy and Trade of the Orenburg region;

<http://www.orbinvest.ru> — Investments in the Orenburg Region portal;

<https://orenburg.fas.gov.ru> — the Office of the Federal Antimonopoly Service for the Orenburg region;

<http://ria56.ru> — RIA56;

<http://vestirama.ru> — Vestirama TV and radio company.

- The list of information to be published;

According to the Resolution of the Government of the Orenburg region, No. 299 dated April 29, 2010, On the Development Program for Competition in the Orenburg Region for 2010–2012, the information to be published on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services include: draft development plans for territories, their open discussion on the Internet; databases of regional retail business, accessible to the regional authorities and local government, offices of federal agencies (Directorate of the Federal Tax Service in the Orenburg region, Orenburg Office of the Russian Federal Antimonopoly Service, the Directorate of the Federal Service for Surveillance on Consumer Rights Protection and Human Wellbeing for the Orenburg region, law enforcement agencies, etc.); information on open biddings for the right to own and/or use (leasing etc.) of public or municipal property, etc. (orenburg-gov.ru/NPA/09/02_09_2.53.5_Nº%20299-III_29.04.2010_1.pdf, accessed November 15, 2018).

Under the Executive Order of the Russian Federation Government No. 1738-p, dated September 5, 2015, On Approval of the Development Standard for Competition in the Federal Subjects of the Russian

481
Federation, the official website of the authorized body and the Internet portal on investments in the federal region of the Russian Federation provide information on compliance with the Standard and the measures listed in the road map, and documents adopted in pursuance of the Standard and the road map and to promote competition (Development Standard for Competition in the Federal Subjects of the Russian Federation, accessed November 15, 2018).

Information on the work of the government agencies of the federal subject of the Russian Federation and local governments to promote competition is also covered in media for public reference.

- Variables and criteria for information openness of the public agency.

The criteria of the information openness of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services can be the following variables:

1) Internet coverage of measures of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services;

2) Specialized events for mass media, businesses entities and consumers of products and services;

3) High-quality interaction with media, businesses and consumers of products and services.

The content of the resources showed that none of the surveyed Internet resources included full information on all the socially significant and priority markets.

Assessment of the level of coverage of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets indicated a disproportion in coverage of certain types of

markets. The study found that the most covered was the pro-competitive regulation of the healthcare services market (21 percent), the social services market (14.9 percent), retail market (12.9 percent), housing maintenance and utilities market (10.8 percent), and communications market (8.6 percent). Taken together, the information for the five markets accounts for 68.2 percent of the total number of analyzed publications (Table 1).

Table 1 — Socially significant and priority markets most covered on information resources of the Orenburg region in 2015–2018.

Market Type	Number of publications	Percentage in the total number of publications, %
1	2	3
Healthcare services	159	21
Social services	113	14.9

Table 1 (continued)

1	2	3
Retail	98	12.9
Housing maintenance and utilities	82	10.8
Communications services	65	8.6
Total for the five markets	517	68.2

The least publications were accounted for vegetable growing under cover and services in the cultural sector (1.9 percent each), surface passenger transit (1.6 percent), passenger transit by scheduled road transport in municipalities (1.2 percent), and

psychological and pedagogical support for children with disabilities (0.4 percent). The information on pro-competitive regulation of these markets accounts for 7 percent of the total number of analyzed publications (Table 2).

Table 2 — Socially significant and priority markets least covered on information resources of the Orenburg region in 2015–2018.

Market Type	Number of publications	Percentage in the total number of publications, %
1	2	3
Services in the cultural sector	15	1.9
Surface passenger transit	15	1.9
Vegetable growing under cover	12	1.6
Passenger transit by scheduled road transport in municipalities	9	1.2
Psychological and pedagogical support for children with disabilities	3	0.4
Total for the five markets	54	7

The study involved ranking of the information resources by the level of activity in ensuring the openness and availability of data on pro-competitive regulation of socially

significant and priority markets for businesses and consumers of products and services (Table 3).

Table 3 — Percentage of information resources in coverage of measures of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets, %

Information resource	Number of publications	Percentage of the total volume
The portal of the Orenburg regional Government;	477	63
The website of the Ministry of Economic Development, Industrial Policy and Trade of the Orenburg region;	22	3
Investments in the Orenburg Region portal;	6	1
Office of the Federal Antimonopoly Service for the Orenburg region;	16	2
RIA56 news agency	108	14
Vestirama TV and radio company	129	17

The Orenburg regional Government uses its portal to the fullest extent to ensure the openness and accessibility of information about measures of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services. Most publications relate to the markets of social and healthcare services (18.8 percent and 18.6 percent, respectively). The official website of the Government of the Orenburg regional Government provides almost no information on such important markets as the services in the cultural sector and services of psychological and pedagogical support for children with disabilities. Minimum consideration in the period under review was given to the markets of surface passenger transit and passenger transit by scheduled road transport in

municipalities (2 percent each), vegetable growing under cover (1.5 percent), vegetable and grains storage (2.5 percent each).

Among the media, the Vestirama website was the most active in ensuring openness and accessibility of information (129 publications — 17 percent). The analysis showed that the market of healthcare services also holds a leading position by the number of publications (34.1 percent) by Vestirama TV and radio company, retail business was also covered rather frequently (20,2 percent). Regional media provided no information whatsoever on the markets of services of psychological and pedagogical support for children with disabilities and services passenger transit by scheduled road transport in municipalities. Little coverage was given to the regulation of the markets of

children's recreation and health improvement, vegetable growing under cover (1.6 percent each), and children's supplementary education (2.3 percent).

Very little information was found on the website of the Ministry of Economic Development, Industrial Policy and Trade of the Orenburg region, although this resource is the official agent of the Competition Development Strategy in the Orenburg region.

The study showed that the least active resource in the coverage of competition regulation of socially significant and priority

485
markets was the Investments in the Orenburg Region portal. The resource covers only 5 out of 15 types of analyzed types of markets: healthcare services, services in the cultural sector, housing maintenance and utilities, grains storage, and retail business. The resource's share in the total volume of the analyzed publications for the period under review is about 1 percent.

Socially significant and priority markets of the Orenburg region were structured and ranked by the level of coverage on the analyzed resources (Table 4).

Table 4 — Markets of Orenburg region by the integral index characterizing the coverage on information resources

Markets of products and services	Market ranking	Integral index	The portal of the Orenburg regional Government	Website of the Ministry of Economic Development, Industrial Policy and Trade of the Orenburg region	Investments in the Orenburg Region portal	Office of the Federal Antimonopoly Service for the Orenburg region	RIA 56 news agency	Vestira TV and radio company	Total number of publications
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Healthcare services	1	0.29	89	0	2	2	24	44	159
Social services	2	0.29	90	4	0	2	8	9	113
Retail	3	0.88	9	1	0	7	26	98	9
Housing maintenance and utilities	4	0.21	2	1	3	13	8	82	2
Communications services	5	0.91	25	2	0	7	28	3	65

Children's recreation and health improvement services	6	0.29	50	2	0	0	2	2	56
Preschool education services	7	0.32	32	3	0	2	6	7	50
Children's supplementary education	8	0.32	27	0	0	0	3	3	33

Table 4 (continued)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Grains storage market	9	0.68	12	0	1	2	6	6	25
Vegetable storage	9	0.68	12	0	0	0	3	7	22
Services in the cultural sector	10	0.29	2	0	1	0	4	8	15
Surface passenger transit	10	0.91	9	0	0	1	1	4	15
Vegetable growing under cover	10	0.68	7	0	0	0	3	2	12
Passenger transit by scheduled road transport in municipalities	11	0.91	9	0	0	0	0	0	9
Psychological and pedagogical support for children with disabilities	12	0.29	3	0	0	0	0	0	3
Total publications on the resource			477	22	6	16	108	129	757

4. Discussion

Competition is an indispensable mechanism for market regulation. If a market participant or a number of those can monopolistically impact the universal conditions of product turnover, this may significantly limit the potential of other participants. Unregulated monopolistic dominance (monopoly or oligopoly) suppresses competition and entails business stagnation.

The principal tool to regulate monopolistic activity and maintain competition is government's antimonopoly policy against abusive practices in the market, both through a direct prohibition of certain types of business and inhibiting anti-competitive trends.

The main components of antitrust regulation were first laid down in the US statutes, the European tradition, though, sees cartels as a means of ensuring price stability and the outcome of the implementation of the principle of freedom of enterprise (Ikaeva, 2009).

Thomas D Fina analyzes American antitrust acts and their origins, explains how changes affected industry, looks at antitrust trends, and identifies the potential effect of the antitrust laws (Fina, 2016)

Alberto Pera and Andrea Pezza

address competition and competitive regulation and review competition law against pro-competitive regulation. The authors emphasize that there is a variety of approaches in Europe regarding regulatory actions aimed at promoting competition and protecting other public interests (Pera, Pezza, 2016)

Jon Stern also compares the UK with other EU and OECD member states by the role of actual competition policy regarding the expected regulation and interactions between regulators of the sector and antitrust authorities (Stern, 2015).

For the Russian legal framework, the antitrust regulation is one of the most recent areas. For example, A. I. Bagandov notes that “public antitrust regulation was hardly expected in Russia until recently. This was due to the internal situation in the country, lack of market regulators for public production and the predominant absolute public monopoly in the economy.” (Bagandov, 2003)

Thus, the approach for creating a competitive environment to serve the needs of the business community and the people of a respective territory can be pro-competitive regulation, which

should be initiated at the regional and municipal levels and developed as global public policies.

It should also be noted that theoretical and methodological research in the field of implementation of public competition policy and antitrust regulation is mostly focused on the federal level of implementation of these, while problems of protective mechanisms of the competitive environment at the regional and municipal levels are almost unaddressed. This explains the relevance of this study, which looks at the problems of pro-competitive regulation at the regional level.

In the economic literature, regulation is seen as a management function or a process of impacting an object aimed at eliminating or adapting to factors that affect the object's behavior. The following elements of the regulatory process are distinguished: 1) subject(s) of impact; 2) object of impact; 3) method of impact (Borisevich, 2014).

The English word "pro-competitive" literally means "promoting competition". V. A. Vaypan, A. V. Gabov, M. A. Egorova, and others see the term "pro-competitive" as positive, that is, having a positive impact

490
on competition. By contrast, "anti-competitive", the opposite of it, means a negative impact on competition. The authors point out that monopolistic activity always has a detrimental effect on the competitive environment and therefore comes under anti-competitive (Vaypan, Gabov, Gabov, Egorova, Kinyov, 2016).

The essence of legal regulation of business is described in the theories of public choice and public Interest. The public choice theory has it that actors actually aim at the regulation they deem most optimal (Egorova, 2014).

In our view, these approaches reflect the basic idea of pro-competitive regulation. Markets unable to resolve problems on their own need pro-competitive regulation. The main areas of pro-competitive regulation are the following: reducing barriers to entry and doing business; a favorable investment climate; accessible infrastructure; encouraging business to innovate; developing the interest in doing business; a legal framework for business.

According to the Development Strategy for Competition and Antitrust Regulation in the Russian Federation for 2013–2024 (the Strategy), adopted by the Federal Antimonopoly Service, the

present-day public competition protection policy needs to extend beyond the protective function and focus on systemic macroeconomic activities that should entail shaping a pro-competitive legal and institutional environment in key sectors of the Russian economy (Development Strategy for Competition and Antitrust Regulation in the Russian Federation for 2013–2024, accessed November 14, 2018).

Just as crucial is the development of the competitive environment as an active component of competition policy, which requires designing and implementing economic incentives for the evolution of markets and introduction of pro-competitive standards in different areas of Russian legislation.

In that connection, Sara Biancini's standpoint is interesting: based on a mathematical model, she argues that the production costs of Russian and foreign companies strongly correlate, this is why the antitrust policy should consider that supporting only Russian manufacturers can lead to a significant increase in costs of information resources (Biancini, 2018),

The regional and municipal policy can have a substantial pro-

491
competitive or anti-competitive (depending on the relevant incentives of the authorities) impact on the local economy. The regional government can use arguments of social policy to justify anti-competitive actions and excessive regulation (Development Strategy for Competition and Antitrust Regulation in the Russian Federation for 2013–2024, accessed November 14, 2018).

According to E. M. Rojdestvenskaya, the content of pro-competition policy as a policy of protection and support of free competition implies not only well-developed antitrust legislation but also that the government stimulates inter-company competition that meets the needs of innovation-driven growth (Rozhdestvenskaya, 2015).

In this regard, there is a need for clearer definitions in the area of pro-competitive regulation at the regional level for socially significant and priority markets.

Let us consider the international experience of antitrust policy and pro-competitive regulation. Linda Gratza and Markus Reisinger also explore the correlation between antitrust policy and pro-competition regulation. The authors point out that when a contract is

concluded with a specific organization, the pro-competitive effect is achieved without additional efforts (Gratza, Reisinger, 2013).

Gregory L. Rosstona and Michael D. Topper suggest using the antitrust analysis to identify the public effect of measures and to identify areas that should be regulated by antitrust authorities (Rosstona, Topper, 2010).

R. Preston McAfee, Hugo M. Mialonb and Sue H. Mialon look at antitrust legislation and pro-competitive regulation as a means to achieve strategic corporate goals (McAfee, Mialonb, Mialon, 2007).

Monopolistic competition in international business is addressed by Robert C. Feenstr. He considers pro-competitive markup reduction as a way to increase corporate profits and national welfare (Feenstr, 2018).

Negative externalities of pro-competition policy are described by Keita Kamei. His study demonstrates a general model of oligopolistic equilibrium with the division of labor. The author believes that the pro-competitive policy weakens the division of labor and therefore reduces labor productivity (Kamei, 2014).

Federico Quartieri reviews problems of strategic alliances from the perspective of pro-competitive price regulation and advocates a non-interference policy in relation to such consortia (Quartieri, 2017).

Thomas P. Tangerås and Joacim Tåg look at the model of network competition in light of the government regulators' impact on it. The authors explore alternatives directed at increasing the social and economic effects of regulatory impact (Tangerås, Tåg, 2016).

Guy Arie, Sarit Markovich, and Mauricio Varela address inter-sectoral and multi-market agreements between companies. The authors point out that such agreements affect market capacity and price factors and explore conditions of horizontal mergers and their impact on profitability, even without explicit collusion between those companies (Arie, Markovich, Varela, 2017).

Lingli Wu, Shiming Deng, and Xuan Jiang explore sampling and pricing strategy for sellers of competing products in an oligopoly. As a research tool, the authors suggest the Hotelling game in order to choose a compromise solution (Wu, Deng, Jiang, 2018).

Stephen Littlechild has an interesting view of competition regulation. On the one hand, we should aim at the perfect competition, but it is practically impossible without regulators. Regulators encourage amicable settlement between companies and their customers by means of negotiations. Oftentimes, however, pro-competitive regulators responsible to promote competition actually do not enforce stringent control over pricing (Littlechild, 2018).

Jun Rentschler, Raimund Bleischwitz, and Florian Flachenecker describe investment barriers that harm competition even in efficient markets. According to the authors, above all, such barriers include information, capacity, financial restrictions, uncompetitive market structure and inefficient fiscal policy (Rentschler, Bleischwitz, Flachenecker, 2018).

Knut Blind, Sören S. Petersen, and Cesare A.F. Riillo analyze the impact of formal standards and regulation on corporate innovative efficiency. In their view, formal standards reduce innovative efficiency in stable markets, while instructions have the opposite effect. In highly volatile markets, regulation lowers innovative

efficiency, while formal standards have the opposite effect. Such outcomes should be taken into consideration when elaborating measures and conditions for pro-competitive regulation (Blind, Petersen, Riillo, 2017).

Pro-competitive impact at the regional level requires determining a system of conditions necessary for implementing the pro-competitive impact in socially significant and priority markets.

Markus Dertwinkel-Kalt, Justus Haucap, and Christian Wey analyzed the pro-competitive effects of dual pricing, that is, the entry price discrimination. The researchers argue that price discrimination in intermediary sellers markets has a positive impact on the allocative, dynamic and productive efficiency, respectively. And the prohibition of discrimination tends to facilitate market entry for relatively inefficient companies, thus subsequently increasing the market concentration (Dertwinkel-Kalt, Haucap, Wey, 2016).

Barriers to entry to regional markets were assessed in empirical studies carried out by Martin Lábaj, Peter Silanič, Christoph Weiss, and Biliana Yontcheva. The obtained data show that barriers to entry have gone

down and competition intensity has generally increased (Lábaj, Silanič, Weiss, Yontcheva, 2018).

These conditions will be the basis for the development of an effective methodical toolbox of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets, a road map, and a system of performance monitoring for pro-competitive regulation in socially significant and priority markets.

In this regard, interesting are findings from the study of the correlation between the market size and the number of healthcare companies for a transition economy. The healthcare sector falls under socially significant and priority markets. Martin Lábaj, Peter Silanič, Christoph Weiss, and Biliana Yontcheva identified a correlation between market size and the number of healthcare companies for a transition economy. The study was carried out on a large number of different regional markets in Slovakia (Lábaj, Peter Silanič, Christoph Weiss, Biliana Yontcheva, 2018)

Another approach to price and production regulation is shown by M. Müller, M. Hanisch, A. Malvido, and J. Rommel. According to the researchers, theoretical and empirical evidence indicate that regional markets

and their attractiveness in terms of price dynamics largely depend on political support for the promotion of cooperatives. This study was carried out in 27 EU member states in the period of 2001–2015. In Russia, however, support of cooperatives is currently not developing (Müller, Hanisch, Malvido, Rommel, 2018).

The purpose of this research is to clarify the definitions of information support of pro-competitive regulation of socially significant regional markets, to determine the general content of pro-competitive regulation and to identify the level of coverage of its impact on regional markets in the information resources.

The study found that the effectiveness of pro-competitive regulations, aimed at the development of regional markets, primarily depends on the relevant information support in different resources: public agencies, civil society institutions, and media.

5. Conclusion.

The analysis of information openness of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets led to a number of conclusions.

The degree of active and full coverage of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets for businesses and consumers of products and services depend, firstly, on the status of the information resource, and secondly, on the importance of the market type for the regional authorities.

There is no clear statutory list of data on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets that would be mandatory to publish.

Disproportion in coverage is caused by the imperfection of the mechanism of interaction between public agencies and the media when it comes to providing information on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets.

The low activity of most of the studied resources is due to inefficient control by stakeholders over publishing information on pro-competitive regulation of socially significant and priority markets.

The lack of information on certain types of socially significant and priority markets is due to the insufficiency of measures to develop competition in these markets.

Low efficiency of pro-competitive impacts in priority and

socially significant markets is confirmed by lack of correlation between the ranking of the market and the degree of its coverage on Internet resources.

A possible solution to the above problems is to implement a set of measures aiming to increase the information openness of pro-competitive regulation of socially significant and priority markets in general and for specific types of markets, which are currently hardly represented on information resources.

The article was prepared under the grant of the Orenburg region in the field of scientific and scientific and technical activities, under Agreement No. 30 dated June 30, 2016, with the Ministry of Education of the Orenburg region.

References

L. E. Ikaeva Antimonopol'noe regulirovanie innovatsionnykh rynkov [Antimonopoly Regulation of Innovative Markets]. Extended Abstract of Cand. Sc. Thesis (Economy). Moscow, 2009. Available at <http://v2.nosu.ru/msgmedia/26184a5a6cda850e10bc71c98287d08/Автореферат Икаева.doc>

- T. D. Fina, 2016. The Intersection of Energy and Competition Law in the USA The Journal of World Energy Law & Business, Volume 9, Issue 6, 1 December 2016, 411–423.
- A. Pera, A. Pezza, 2016. Competition Law and Pro-Competitive Regulation: An Unsolved Conundrum? Italian Antitrust Review. Vol. 3, No. 1, 2016, pp. 36–69.
- J. Stern. Sectoral Regulation and Competition Policy: the U.K.'s Concurrency Arrangements — an Economic Perspective. Journal of Competition Law & Economics, Volume 11, Issue 4, 1 December 2015, pp. 881–916.
- A. I. Bagandov. Konstitutsionno-pravovye osnovy organizatsii i deyatelnosti organov gosudarstvennogo antimonopol'nogo regulirovaniya [Constitutional and legal basis of the organization and activities of public antitrust regulators]. Extended Abstract of Cand. Jur. Sc. Thesis. Moscow, 2003.
- M. M. Borisevich. Antimonopol'noe regulirovanie: problemy i puti resheniya [Antimonopoly Regulation: Problems and Solutions]. Ekonomika i Pravo, No. 5–6, 2014. Available at <http://www.nauteh-journal.ru/index.php/ru/---ep14-05/1191-a>.
- V. A. Vaipan, A. V. Gabov, M. A. Egorov, A. Y. Kineuv, D. A. Petrov. Ekonomicheskaya kontsentratsiya: opyt ekonomiko-pravovogo issledovaniya rynochnykh i yuridicheskikh konstruksii: monografiya [Economic concentration: experience of economic and legal research of market and legal structures: monograph]. Edited by Doctor of Juridical Sciences M. A. Egorova. Moscow, Yustitsinform Publ., 2016, 552 pp.
- M. L. Egorova. Sootnoshenie kategorii «regulirovanie» i «upravlenie» v grazhdansko-pravovykh otnosheniyakh [Correlation of regulation” and “management” concepts in civil-law relations]. Yurist, No. 9, 2014, p. 18.
- Development Strategy for Competition and Antitrust Regulation in the Russian Federation for 2013–2024 (approved Presidium of Russian Federal Antimonopoly Service on July 03, 2013). Available at <http://legalacts.ru/doc/strategija-razvitija-konkurentsii-i-antimonopolnogo-regulirovanija-v/> (accessed November 14, 2018).
- S. Biancini. Regulating national firms in a common market under asymmetric

- information. *Economic Modelling*. Volume 68, January 2018, 450–460.
- E. M. Rojdestvenskaya. Prokonkurentnyi poryadok kak institut ekonomiki znaniy [Procompetitive order as an institution of knowledge economy]. Doctoral thesis (Economy), 2015.
- L. Gratz, M. Reisinger. On the Competition Enhancing Effects of Exclusive Dealing Contracts. *International Journal of Industrial Organization*, Volume 31, Issue 5, September 2013, pp. 429–437.
- G. L. Rosstona, M. D. Topper. An Antitrust Analysis of the Case for Wireless Network Neutrality. *Information Economics and Policy*. Volume 22, Issue 1, March 2010, pp. 103–119.
- R. P. McAfee, H. M. Mialon, S. H. Mialon, 2007. Private Antitrust Litigation: Procompetitive or Anticompetitive? *Contributions to Economic Analysis*. Volume 282, 2007, 453–462.
- R. C. Feenstr. Restoring the Product Variety and Pro-Competitive Gains from Trade with Heterogeneous Firms and Bounded Productivity. *Journal of International Economics*. Volume 110, January 2018, 16–27.
- K. Kamei. Pro-Competitive Effect, Division of Labor, and Firm Productivity. *Economics Letters*. Volume 124, Issue 1, July 2014, pp. 132–135.
- F. Quartieri. Are Vessel Sharing Agreements Pro-Competitive? *Economics of Transportation*. Volumes 11–12, September–December 2017, pp. 33–48.
- T. P. Tangerås, J. Tåg. International Network Competition under National. *International Journal of Industrial Organization*. Volume 47, July 2016, pp. 152–185.
- G. Arie, S. Markovich, M. Varela. On the Competitive Effects of Multimarket Contact. *European Economic Review*. Volume 100, November 2017, pp. 116–142.
- L. Wu, S. Deng, X. Jiang. Sampling and Pricing Strategy Under Competition. *Omega*. Volume 80, October 2018, pp. 192–208.
- S. Littlechild, 20185 Regulation and the Nature of Competition. *Journal of Air Transport Management*. Volume 67, March 2018, pp. 211–223.
- J. Rentschler, R. Bleischwitz, F. Flachenecker. On Imperfect

Competition and Market Distortions: the Causes of Corporate Under-Investment in Energy and Material Efficiency. *International Economics and Economic Policy*. January 2018, Volume 15, Issue 1, pp. 159–183.

K. Blind, S. S. Petersen, C. A. F. Riillo. The Impact of Standards and Regulation on Innovation in Uncertain Markets. *Research Policy*. Volume 46, Issue 1, February 2017, pp. 249–264.

M. Dertwinkel-Kalt, J. Haucap, C. Wey. Procompetitive Dual Pricing. *European Journal of Law and Economics*. June 2016, Volume 41, Issue 3, pp. 537–557.

M. Lábaj, P. Silanič, C. Weiss, B. Yontcheva. Market Structure and Competition in Transition: Results from a Spatial Analysis. *Applied Economics*. Volume 50. Issue 15, pp. 1694–1715.

M. Lábaj, P. Silanič, C. Weiss, B. Yontcheva. Market Structure and Competition in the Healthcare Industry. *The European Journal of Health Economics*. November 2018, Volume 19, Issue 8, pp. 1087–1110.

M Müller, M Hanisch, A Malvido, J Rommel, 2018. The structural effect of cooperatives on price volatility in the European dairy sector. *Applied Economics Letters*. Volume 25, 2018 - Issue 8. 576-579.

Development Standard for Competition in the Federal Subjects of the Russian Federation, approved by the Executive Order of the Russian Federation Government No. 1738-p, dated September 5, 2015. Elaborated by the Government of the Russian Federation. Available at <http://government.ru/media/files/EPhsiaffQIT8bK1Eov94GawSO179HxFL.pdf> (accessed November 15, 2018).

Decree of the Governor of the Orenburg region No. 111-указ dated March 10, 2016, On the Introduction of a Development Standard for Competition in Federal Subjects of the Russian Federation for the period 2015 through 2018. Elaborated by the Government of the Orenburg region. Available at [www.orenburg-gov.ru/upload/iblock/604/604072f8dcf6e90ffc1396203aa3c36e .pdf](http://www.orenburg-gov.ru/upload/iblock/604/604072f8dcf6e90ffc1396203aa3c36e.pdf) (accessed November 15, 2018).

Resolution of the Government of the Orenburg region, No. 299 dated 29.04.2010, On the Development Program for Competition in the Orenburg Region for 2010–2012. Elaborated by the Government of the Orenburg region. Available at [orenburg-gov.ru/NPA/09/02_09_2 .53.5_N%20](http://orenburg-gov.ru/NPA/09/02_09_2.53.5_N%20)



20299-pp_29.04.2010_1.pdf (accessed
November 15, 2018)

ECOLOGY OF RUSSIAN POLITICAL DISCOURSE: PROBLEM STATEMENT¹

Natalia A. Bozhenkova²
Pavel A. Katyshev³
Svetlana V. Ionova⁴
Levon N. Saakyan⁵
Elmira M. Afanaseva⁶

Abstract: The article offers a comparative description of typological mechanisms for political communicative practice and methods of verbal explication of its axiological and symbolic constituents, determining mental universals of individual/collective consciousness. The research position is based on the system multilevel analysis of the component structure of discourse in order to identify and characterize the linguistic and sociocultural dominants of political interaction, organized by a certain language system, taking into account the semiotic and literary-genre specifics of

legitimate and illegitimate communicative acts. The methodological concept aimed at modeling institutional interactions in the context of ecological compatibility/toxicity of the transmission of ethno-sociocultural components of the universe allowed the authors to characterize the ways and mechanisms of representation and transformation of the sign structures of political communication, which determine the algorithms of verbal and discursive behavior. The combination of methods of discourse analysis, linguistic and cognitive projection, linguistic and

¹ The reported study was funded by RFBR according to the research project No. 18-12-00574 "Linguocultural dominants of legitimate/illegitimate political discursive practices in the space of Russian-language communication: typological research".

² Federal State Budget Educational Institution of Higher Education "Pushkin State Russian Language Institute"

³ Federal State Budget Educational Institution of Higher Education "Pushkin State Russian Language Institute"

⁴ Federal State Budget Educational Institution of Higher Education "Pushkin State Russian Language Institute"

⁵ Federal State Budget Educational Institution of Higher Education "Pushkin State Russian Language Institute"

⁶ Federal State Budget Educational Institution of Higher Education "Pushkin State Russian Language Institute"

cultural interpretations and functional-pragmatic consideration of text units made it possible to identify and qualify the linguistic and semiotic elements of legitimate/illegitimate political practices and to carry out the ecolinguistic typology of the basic linguistic components of political communication. The results of the study indicate a special communicative register of Russian political discourse, the markers of which are the processes of diffusion/recontextualization of language and persuasive techniques, semiotic consolidation of institutional reversion, various verbal indicators of social asymmetry (from metaphorization, euphemization, nominalization to the tactics of disintegration and manipulation), which not only actualizes the linguistic and cultural resources of ideologically marked discursive practices, but also significantly expands the area of possible communication risks. The modern political logosphere, as a part of the ecosystem, synergetically included in all spheres of human communication, forms new contextual concepts, stereotypes of assessments, norms (often limiting) of verbal behavior of all subjects included

501
in it and communicative traditions of the universum as a whole.

Keywords: political discourse, ecolinguistics, legitimate and illegitimate political practices, social and linguocultural dominants, communicative risks.

1. Introduction

In modern geopolitical conditions, migration and integrative processes and the related problem of bi-/multiculturalism and bi-/polylinguism are becoming increasingly important, because a language, being social and national by its nature, is marked by the peculiarities of world outlook, ethical and moral values, as well as the norms of verbal behavior characteristic of this universum. It is no coincidence that the multi-aspect and determinant nature of the factors, forming the phenomenon of language (from ethnohistorical to psychosocial) are the subject of interpretation for philosophers, political scientists, cultural scientists, philologists, etc., and the issues of functioning of the socio-communicative system, its structural and semiotic organization, the identification of the principles of education and existence of

the most important social realities are of particular importance.

A significant impact on the nature of the functioning of natural (in a broad sense) language in the modern linguocultural situation has a change in the information dissemination channels, especially the development of computer technology and the transformation of the Internet into an everyday tool of communication. Global and local information and communication spaces are characterized by the complexity of relationships in the social field, the expansion of the semantic sphere, the increase in connotative elements, etc., as a result, there is a clear modification of the norm-setting factor: the use of literary language is gradually narrowing due to its merging with colloquial speech and sociolects; in electronic communication there is the English language enhancement as well as at an intellectual (professional terminology), and at a domestic level (the use of Internet slang, etc.), thereby there is a displacement of literary norms by the norm of “information language”, in which the form is of secondary

importance and orthoepic, lexical, grammatical and stylistic errors are not taken into account. Such phenomena (numerous violations of the language system in oral or written speech) not only lead to an increase in public verbal activity of individuals with a different (often insufficient!) level of language competence, to the significant changes in the norms of communicative behavior and the rules of speech aesthetics, but also create a new reality that requires the competent evaluation and interpretation.

In this regard, the emergence of a new, formed at the intersection of environmental and linguistic issues of research – *ecolinguistics*, the subject of which is determined by the ratio of the categories “object” and “environment” is quite obvious. These concepts justify the principle of research in the ecological paradigm⁷ and determine the systemic relationships between the analyzed phenomena: *the environment* is a complex of interrelated abiotic and biotic factors that are outside the “organism” and determine its life activity; *the object* is an organism that exists in a given environment and interacts with it. The

⁷ Ecology is a science that studies the relationship between organisms and external factors (physical, chemical, biological, etc.); they are

influenced by the latter or collectively affect these organisms [1].

basic ecological principle
“Everyone shall have the right to a favorable environment” (article 42 of the Constitution of the Russian Federation) can be applied to any object. Accordingly, depending on what kind of “organism” is considered as an object of ecolinguistic observation and what constitutes the environment of its functioning, there are two approaches to the study of linguistic problems in the framework of ecolinguistics – *the ecology of language/speech* and *the ecology of man/society*.

The combination of these aspects is the basis of authors’ analysis of the material and allows them to formulate the following definition: *ecolinguistics* is the sphere of linguistics, synergetic field of socio- and pragmalinguistics, the subject of which is the state of the language as a semiotic system, due to the influence of social and other extralinguistic factors on the linguistic consciousness of society and its speech culture; ways and means of protecting the language as a component of communicative interaction from negative influences, on the one hand, and

its enrichment and development – on the other⁸. At the same time, the authors emphasize that the reasons for the formation of ecolinguistics and the problems solved by it are universal (relevant for any language community), since the axiological dominant of the new scientific field can be considered as “the preservation of the linguistic identity of the ethnic group and on this basis of moral health of our society and national security of the state” [3: 28].

This methodological position, on the one hand, transforms linguistics, turning it from an analytical-descriptive science into a practice-oriented science, focused not only on the characterization of linguistic representation of the facts of interpersonal/public activities of our society and the problems of non-linguistic reality, but also on the identification of social and communicative technologies for resolving the issues of unjustified (taking into account linguistic polyfunctionality) verbal behavior, on the other – it forms a wide range of tasks that require its implementation based on the specificity of research views: “the peculiarity of the

⁸ It is necessary to note A.P. Skovorodnikov’s comment to the definition of the scientific field: “It seems that the injury to the language can be

caused only if the consciousness of the people, speaking this language, is injured” [2: 208].

approach to the language facts and speech from the standpoint of ecolinguistics is their social assessment, based on historical conditions and trends in the development of this language, the factors of the system and norms, the criteria of sociocultural, political, economic, ethical and aesthetic order” [2: 207-208].

The range of environmental problems of the Russian-language space, allocated by various scientists, is large; moreover, it cannot be static, because the linguistic and ecological situation itself is a diffuse phenomenon. At the same time (despite the absence of the single metalanguage apparatus and a variety of nominations) the following statements are clearly distinguished:

- lexical and semantic loss (archaization of literary lexis and the “deposition” of a considerable number of paremiological units from the language consciousness of native speakers) and the simultaneous retrieval of historicism – words and phraseology – as the functioning of

linguistic units (change/expansion of their semasiological component)⁹;

- jargonization¹⁰/vulgarization of speech (especially media) and explosive “implementation” of foreign-language verbal signs (usually of Anglicisms/Americanisms), which are barbarisms;
- “blurring” of ethical and aesthetic norms of speech communication¹¹, due to a certain loss of the value component of Russian (and not only) classical literature and the coexistence of dialectically unrelated phenomena (for example, invective/obscene vocabulary and the general pathos of statements) in a variety of modern texts;
- “rethinking”/discrediting of verbal signs that are national symbols (public authority, historic victories, ethnocultural involvement, etc.);
- manipulative use of sociocultural terms and connotative ambivalence of the broadcast of ideologically marked units, determined not so much by the fundamental political attitudes of the

⁹ The system changes in the language occur under the influence of changes in speech, when the latter acquire a mass and long-term character.

¹⁰ Undoubtedly, in some cases, the exclusion of slang vocabulary from the repertoire of journalistic and colloquial speech is impractical,

since its expression and “economical accuracy” are irreplaceable by other means.

¹¹ This does not relate to the tasks and idiosyncrasy of the work of art. But here, the “sense of proportion” is not always kept.

communicants as by the latent goals of audience management;

- construction, reproduction and often monetization of discursive practices that have a harmful impact on the world outlook, value preferences and society's behavior, especially on the younger generation (involving discursive practices of radical and criminal communities, discourses, associated with the promotion of suicide, child molestation, etc.).

It is obvious that the range of ecolinguistic problems “covers” all spheres of human life, but they are most noticeable in the space of political communication, on the grounds that, being an integral part of the ethnic culture of any society, political communication is a complex conglomerate of ideas, where the goals and interests of the state as a whole are indicated.

In a broad sense, the word “policy” refers to the action programme, various human activities, public institutions (in this case, it is possible to talk about the policy of organizations, the education policy at the level of

municipal government, family policy, etc.); this lexeme can also be used to describe a set of actions and measures aimed at achieving certain goals. It is no coincidence that the modern political field covers a wide range of phenomena: it includes political actors and communities; institutions and organizations; normative subsystems, traditions and rituals; political culture and ideology, methods and techniques of political activity, means of information, etc. However, the absolute verbalization of manifestation is its most important feature: evolving on the basis of the linguistic material accumulated by society, the policy is carried out only in the process of language interaction, the task of which is to create a certain picture of the world in society.

The political life of language and the nature of political language remain unknown to date¹². What metaphors and proverbs does the modern political language use? What linguistic and extralinguistic factors affect negatively (or positively) the linguistic consciousness of its speakers? What discursive practices represent¹³ it and

¹² The authors do not underestimate the role of a significant number of researchers of political discourse and their scientific works.

¹³ It should be reminded that Aesopian language is efficiently used by the writers of XIX-XX centuries in the political satire and drama as a

how is it transformed? Finally, is it possible today to talk about a special communicative register of Russian-language political discourse of the XXI century? These general questions in the aspect of ecolinguistic views determine the need to describe the essence of modern political discourse, to identify its categorical units and to formulate a number of linguistic and pragmatic laws, which can be extrapolated to the solution of environmental problems of the language as a whole.

2. Materials and methods

Methodological concept of the study, which was based on both humanitarian and heuristic methods (registration, instrumental methods, modeling method; taxonomic, dynamic and explanatory description), and methods of linguistics – the method of formalization of linguistic descriptions, component, contextual and categorical synchronous analysis, the method of segmentation of specific verbal phenomena (facts), followed by their generalization, abstraction and characterization of underlying ethno-

technique for encoding and transmission of ideologically unacceptable meanings (and as the

506
mental entities, etc., is aimed at a multidimensional study of social problems of discursive practices in the context of the environmental approach and includes linguocultural and linguo-cognitive vectors of discourse description, dependent on a multidimensional set of components of the socio-communicative field.

The material of the study of legitimate political discursive practices were the scripts of the speeches of representatives of the Russian political elite, the choice of which was due to two factors: on the one hand, the state foreign and domestic policy of the Russian Federation, given the current geopolitical situation, is of increasing interest to researchers, including linguists; on the other hand, the speeches of “significant” Russian politicians largely form a global political discourse, so the analysis of these speech products (speeches) allows creating a completely objective picture of the unification and specificity of the use of communicative techniques in linguistic and cultural universums. An additional criterion for the selection of material was the genre

communicative register), which, however, in our time, has changed considerably.

and thematic community of speeches, in this connection special attention was paid to the press releases published in official sources, comments and interviews, explicating the essential unity (with the ambiguity of ideological positions) of the linguistic and semiotic constituents of the political space (more than 1000 text units).

The study of illegitimate political discursive practices was based on the body of texts collected at the stage of pre-trial investigation of cases of involvement in the activities of terrorist organizations, the functioning of which is prohibited in the territory of the Russian Federation by the decision of the Supreme court of February 14, 2003. The body includes 43 records of oral conversations with a total duration of 74 hours and a volume of 405 thousand words.

The integrity of the proposed model of the study of communicative interaction, focused not only on the national and value categories of society, but also on the tense points of institutional communication, with respect to which the manipulation of public consciousness, as well as the representativeness of the research material and its volume provide,

according to the authors, the reliability of the conclusions of the comparative and typological analysis.

3. Results

Ecolinguistics, being anthropocentrically oriented branch of research, occupies a special place in the scientific paradigm of modern linguistics: it defines the study of text units in terms of impact on the subject and society as a whole and characterizes the role of language as a complex semiotic system in the possible violation of environmental situations, identifies the ways of eliminating negative consequences. The range and scope of ecolinguistic problems today are extremely wide, but they are the most “convex” in the space of political communication, as the modeling of methods and communication channels in the dialogue construction in the system of “power – society” is of particular scientific importance. Political discourse as a separate spatiotemporal formation and at the same time a systemic phenomenon, explicating multidimensional linguistic material, turns out to be a means of ordering, evolution and transformation of political reality into an ecological linguistic

space, which can serve as a kind of verbal code that manifests the modern integrated reality, linguistic and cultural experience of the nation.

The discourse analysis has been chosen as the main methodological vector in the description of the political communicative field, mediated by various socio-cultural conditions, the most important feature of which is the goal of studying how ideologically marked ideas and objects that make up our world *are created*, and how they *are supported* and *updated* in the temporal aspect. Verification of the methodological concept of the study, enlarged by the methods of cognitive projection, linguistic and cultural interpretation and the pragmatic consideration of textual units, gave the opportunity for comparative linguistic and semiotic analysis of dominant legitimate/illegitimate political practices and ecolinguistic typology of the basic constituents of different degrees of legitimacy of acts of political communication, which allowed:

- to define and substantiate the principles of modeling of modern speech and social space;

- to describe synergetically organized mechanisms for creating institutional interactions;
- to qualify and taxonomize identifiers of legitimate/illegitimate political discursive interaction, to compare their semantic and pragmatic characteristics;
- to identify indicators of social asymmetry, fixed by ideologically marked discursive practices;
- to study the diffusion processes and language recontextualization and methods of speech influence;
- to identify new linguistic and cultural resources of institutional communication practices and define areas of possible communication risks.

The methodology of the comparative and typological study of verbal/nonverbal signs, manifesting the corpus of legitimate and illegitimate political communication can be extrapolated to other institutional interactions (both in synchronic and diachronic aspects) and become the basis for the creation of a model of ecolinguosemiotic space of various communicative spheres.

4. Discussion

As noted by Aristotle [4: 376], the politics and ethics affect the interests

of every citizen of the state: it is very difficult to live over politics, over the language of power, outside the ideological constructs of the state, culture, nationality, subjectivity, etc. Political interaction as a communicative sphere, the main theme and motive of which is the power struggle, got in the focus of Russian scientific interest mainly in the mid-1980's¹⁴, when the coexistence of political elites ceased to be purely ritual and took the shape of one of the ways of functioning of society: political restructuring provoked a real "research boom" in the totalitarian language of the Soviet era and post-perestroika innovations in the Russian language of the late XX century [5-11]. To date, the relationship between language and power, language and ideology, the role of myth in the political communication and language manipulation attract the attention of an

increasing number of domestic and foreign linguists¹⁵. This is largely due to the fact that politics (as opposed to other areas of human activity) is inherently discursive, and the vast majority of political actions are speech actions¹⁶.

The attempts of scientists to give a correct definition of the concept of *political discourse*, as well as in the situation with the definition of discourse as a whole, led to the emergence of many definitions: "the discourse of politicians, implemented in the form of government documents, parliamentary debates, party programs, politicians' speeches" [14: 47]; "the combination of all speech acts used in political discussions, as well as the rules of public policy, covered by tradition and proven experience" [15:8].]; "a sign system, in which the modification of semantics and functions of different types of language units and standard of speech acts" [16:3]; "due to

¹⁴ It should be noted that in western linguistics this problem has been actively developed for a long time – approximately since the postwar years. In Russian "pre-perestroika era" there was an unspoken "taboo" on the study of political discourse – only a critical analysis of the "bourgeois" press was allowed.

¹⁵ See the works of A.G. Altunyan, A.N. Baranov, E.V. Budaev, V.Z. Demyankov, V.I. Karasik, N.N. Klochko, E. Lassan, A.V. Olyanich, P.B. Parshin, R.M. Proskuryakov, A.P. Chudinov, E.I. Shegal, G. Lakoff, S.R.

Anderson, W.L. Benoit, T.A. van Dijk, P. Drulak, Mussolt A., R. Wodak, and L. Wee.

¹⁶ It is no coincidence that a number of scientists believe that political activity in general is reduced to the activity of the language [12, 13], and in modern political science there is a tendency to consider language not so much as a means of reflecting political reality, but as a component of the policy field.

the situation of political communication, where the main thematic determinant is the “power struggle” [17:11]; and one of the areas of applied linguistics, the essence of which is expressed by the formula “discourse = sublanguage + text + context”, where “text” is “a text under development and previously created texts”¹⁷, and the context includes the situational and cultural components [18:15]; and “a specific, explicitly pragmatic kind of ideological discourse” [19:57]. Moreover, in modern linguistics, some researchers (A.P. Chudinov, M.M. Lazar, etc.) use the term *political discourse* as given a priori, others (A.N. Baranov, E.I. Sheigal, T.A. van Dijk, R. Wodak, etc.) use it as synonymous for *language of politics*, *political language*, *political communication*; others (M.B. Parshin, Yu.S. Stepanov, etc.) refuse to recognize its linguistic meaning¹⁸. The ambiguity of scientists’ opinions is explained by the fact that political discourse is an

extremely complex object of research, since it “is at the intersection of different disciplines: political science, social psychology, linguistics – and is associated with the analysis of the form, objectives and content of discourse used in certain (“political”) situations” [21:118]. The semantic structure of the lexeme “politics” consists of the following components: politics, art of management, style and principles of behavior; political life, activities, events, views, beliefs; political line, i.e. ideas and activities carried out in order to gain power in the country or abroad [22]. This unit also means the art or science how to influence the ideas and beliefs of individuals or society as a whole. Finally, polity refers to the form of government, social or political system, the device [23]. It is no coincidence that in modern Russian political linguistics there are several areas of research of political discourse: the study of totalitarian language; the study of verbal

¹⁷ This factor is extremely important for ecolinguistics approach, because it shows the consolidation of the “rule-making” act.

¹⁸ V.N. Bazylev expresses the dissenting view, he believes that political discourse can be considered as a variant of phatic communication (its genre variety), because the particular goals of political discourse are subordinated to the initial contact impulse (which is associated with the desire of the author to be understood by

recipients), that is, the informative function of the text becomes secondary. If in ordinary communication (not political) the author addresses collective knowledge and ideas to achieve this goal, in the framework of political discourse the author obviously should address the cognitive base, since politicians and political observers are addressed to the population of the country, and not to some part of it [20].

facts with the component “politics” in the Russian language of the late XX century; the study of modern political communication, etc.

From the authors’ points of view, *political discourse* is a speech activity of subjects in the spheres of political institutional communication, determined by a certain social and role hierarchy and objectified in the form of a set of text units of political orientation in all their genre and functional diversity [24]. Being a kind of institutional discourse, political discourse contains a number of constitutive features (consistency, functional completeness, communicative certainty, lack of strict structural restrictions) and it is endowed with discourse functions – informative, argumentative, persuasive, delimitative and group-separating. The agonal function is specific (from Greek *agon* – competitions, duels), the monitoring function (manipulation of public consciousness and influence on it), interpretation function (creation of “language reality” of the policy field) and function of social identification (differentiation and integration of group policy agents) [25]. The functions defined by D. Graber – “information dissemination”; “agenda setting”;

“projection to future and past” should be added to the list [26:198]. These characteristics, expanding their action within the framework of political communication, determine the basic feature of political discourse – its use as an instrument of political power (power struggle, mastery of power, its preservation, implementation, stabilization or redistribution). Thus, the dissemination of information on the state of affairs in the political community is one of the most important functions of political discourse in relation to the masses. This is due to the fact that people in most cases do not come into direct contact with the world of politics; their knowledge in this area is formed not on the basis of their own experience of political participation, but mainly on the basis of the verbal “pictures” offered to them. Status reporting can take the form of descriptions, opinions, comparisons and conclusions; they can be implemented in a wide variety of speech actions and genres – informal conversation, interviews, press conferences, messages to congress, etc. In addition to evident, explicit information, these messages may include an implicit-connotative layer of information (emotive-colored keywords

expressing basic political orientations and values, patriotic symbols, euphemisms, etc.). Implicit information can also be obtained by generalization, “reading between the lines”: the characteristics of the chronotope of the verbal act, its relationship with historical and cultural, axiological and other factors, paralinguistic components¹⁹ are significant. Consequently, all constituents of the social field are realized in political discourse: they either constitute the object of communication (its referential aspect) or act as elements of the pragmatic context, including pragmatic presuppositions.

A specific picture of the political world is determined by differential characteristics of political discourse: semantic uncertainty, specific institutionality and ritual, the restoration of which is possible due to the inextricable connection of political texts with the communicative situation in which they have been created, with social, historical, cultural, psychological, ideological and other factors, with the system of cognitive and pragmatic attitudes of the sender, interacting with

512
the addressee. This brings up the question about the specifics of the language techniques of political discursive practices and the presence of professionally oriented signs – verbal, nonverbal and “semasiologically hidden” (the authors’ term). According to the concept of V.Z. Demyankov [21], the “individuality” of the language of politics is due to the following: there is a frequent use of peculiar speech techniques; there is an original sound or written presentation; the thesaurus of precedent texts and statements is expanded; political vocabulary is terminological, and common language signs are marked in relation to the usual language. However, a significant number of scientists deny political discourse uniqueness, emphasizing that there are few linguistic features of its originality and it is not so easy to identify them; lexical and grammatical features of political discourse, allowing us to consider it as a specific phenomenon, “do not go beyond the relevant idioethnic languages” [27:193].

External and extensive “despecialization” of political

¹⁹ The audience can consider the level of culture and intelligence of the speaker, his political preferences (although he will not speak directly

about it), his honesty and sincerity, aggressiveness and propensity to compromise.

communication, from the authors' point of view, is explained by the fact that politics is the only professional sphere in which communication is focused on the mass addressee. Political communication is mediated not just by the media, the content is the main medium of its existence²⁰, whereby the language policy is deprived of corporatism properties inherent in any special language [18: 30]. For example, the media are the translators of the ideas of public authorities, the interests of social institutions, they express opinions and beliefs, represented by various social, professional, age and other groups, while the media often act not only as a means of covering issues of modern political life, but also as subjects of political activity [28:18]. Moreover, some publications and media channels are now gaining recognition and the right to an independent position on actual and social issues, which allows considering them as a political institution and at the same time as a factor of influence on mass consciousness and the formation of public opinion. Accordingly, modern

political discourse is becoming more diverse, includes members of a new group of native speakers, uses a wide range of discursive practices that allows maintaining, updating, broadcasting, promoting even such types of political activities that have not previously received legitimate forms of expression (without the possibility to observe the diversity of communicative interaction in the political sphere of life).

At the same time, the main feature of political discourse – its agonal character – remaining its semiotic constant along with the functions of orientation and interpretation, is the sign by which it can be separated from communicative phenomena [16:120]. Moreover, the open competition in interpersonal/institutional/cross-cultural political interaction and the immutability of this quality of the political discourse determines its ecolinguistic specificity: conflicts as a result of the expressed collision of interacting entities, disintegrative communicative strategies and tactics, the use of verbal and non-verbal, invectively gene signs, reduced

²⁰ According to statistics, a modern Russianon devotes one third of awake to watching, reading or listening to the media, which cannot but affect the quality of the language of its native speaker.

communicative register, etc. However, the conflict of interests in politics, unlike a number of other spheres of human interaction, is informed; it is perceived by both parties to the conflict: “People, actors, participants of social movements begin to understand the content of the conflict; they join the goals that are put forward by conflicting parties, and perceive them as their own” [29:84]. That is why political conflicts do not exclude the cooperation of its participants, which determines the stage/degree of intensity of political communication and determines its form – discussion, debate, battle, conflict, information and psychological wars, etc. The major part of agonal tactics of political discourse is its communicative norm; it belongs to the field of political interaction, while the marginal forms of communication in the sphere of politics, perceived by participants as the mindset for destructiveness, confrontation, destruction of the achieved unity, agreement and cooperation [30], suggest, from the authors’ point of view, the need to introduce ecolinguistic control.

New tools and technologies give rise to new genres and methods of information broadcasting: it leads to the emergence of new mono - and polysemiotic communication systems and makes adjustments to political communication – its thematic boundaries are expanding, discursive parameters and methods of language explication are changing (see forums, social networks, blog politics, etc.). The form of network media is a display text, which has special differential features: nonlinearity (branching, lack of beginning and end), polycode (multimedia), interactivity (direct communication with the reader, the impact of the reader on the structure of the text), which directly affects both the macrostructure of political discourse and its language components. Political communication in the context of the use of new means of generating and transmitting information is often characterized by entropy, unacceptable for understanding²¹, which is facilitated by the following features: 1) the volume of discourse is increasing at a rate that does not allow a comprehensive understanding of information; 2) in the

²¹ Therefore, it is often ineffective, and this is another linguistic problem.

language of politics (and in other communicative areas) there is ambiguity²² and hence the “disparity” of units; 3) the meaning of the word (and even terms!) is emasculated to an empty shell, which can be filled at will with any, often directly opposite content (the words-“amoeba” by S.G. Kara-Murza²³).

As a result, the adequacy of the text perception is significantly reduced, thereby causing the activation of ecolinguistic problems, and toxic communication practices, supported by the global network (information wars, unfortunately, “pull in the funnel” even the most neutral and apolitical strata of society) have a significant impact on the cognitive and psychological organization and the individual, and the target audience as a whole.

The most interesting (and the most difficult in the aspect of ecolinguistics) is the modification of the

functional load of political discursive practice: the fourth parameter is added to three main parameters (information, manipulation and control²⁴) – audience entertainment. And this is no coincidence that the importance of “relieving the tension of the context” verbal/nonverbal means increases in the development of dialogical communication in a legitimate (and, by the way, illegitimate) political environment – a special institutionality often determines the impossibility of explicit ideologemes, as a result the thesaurus of precedent texts and statements expands, accompanied by speech techniques²⁵. Consequently, the following features are the most important parameters of political discourse: metaphor, euphemistic nature, ideological content (with the demonstration of the dichotomy “good and bad”, “friend or foe”), promotional and emotional slogans, the “absolute

²² For example, the use of onyms – geographical names (established by specific legislation!) in non-native forms for the grammatical system of the Russian language (*Republic of Belarus* with connective “a” instead of “o”, *Moldova* with truncation of “ia”, etc.)

²³ S.G. Kara-Murza notes that “these words destroy all the wealth of the family of synonyms and reduce the huge field of meanings to one common denominator” [22:209].

²⁴ All the previously listed functions are within this triad.

²⁵ A stylized folklore text, actively used in election campaigns is an illustration of this thesis: *My dear roars like a lion, / He is now in the Communist party. What's wrong with him? There are only old women there.* Here, in the form of folk ditties, at least two important functions of political discourse are realized – agon and recreational.

truth” and not the least significant feature – irrationality, which is based on rituals, traditions and “pulsing” uncertainty of denotations.

Thus, the political discourse as a form of social communication, undoubtedly, manifests the culture of an individual society with its ideological attitudes, mental symbols and other axiological signs. Moreover, language policy is now extrapolated in the existential and social interaction of the wide public masses; political features can be observed in the so-called “culture of everyday life”, in the language of everyday communication, in the folk genre of anecdote, in the author’s song, in the performances with a sharp social and political subtext, and, finally, in the controversial discursive practices of involvement in the illegitimate activities and illegal communities. In this regard, it seems correct to divide discursive practices in accordance with the antinomy “legitimacy/illegitimacy (including illegality)” and to characterize the “sore spots” of the communicative behavior of the subjects of the political field in the perspective of the ecolinguistic paradigm (in order to describe the field of environmental

516
problems in the language of Russian policy).

Legitimate political practices in the aspect of ecolinguistic problems

Legitimate political discursive practices, being the “arena” of expression of ideological postulates of certain social elites and at the same time a platform for the formation of public opinion on various positions, have numerous ways of explication, which are based on the task of preserving and reproducing the social institution of power. In the political sciences, legitimacy is considered as a qualitative characteristic of power relations associated with maintaining the conviction of citizens that the existing political institutions and relations correspond or should correspond to this society and the value and normative dynamics of the evolution of political communications and the public sphere [31:8]. It is noted that the study of power communications is inevitably limited to the analysis of symbolic structures of the

cultural environment of political power²⁶ and forms, methods, strategies of tactics of political communication. Therefore, the linguistic research allows fixing the current trends in the implementation of political communication, highlighting the speech features of the interaction “power – society”, determining the degree of objectivity and prospects/infeasibility of their existence in the development of modern society, thereby ensuring the success of the legitimacy of political decisions.

In this regard, it seems correct to refer to legitimate political practices those discursive acts in which at least one of three components belongs to the sphere of politics: subjects, addressee or the content of speech products [16]. From this perspective, the primary genres are in the center of the field (program documents, official speeches, election debates, etc.), and secondary or convergent political statements, everyday conversations, letters to the editor, cartoons, parodies, etc.) are on the periphery. However, a more detailed analysis of constitutive features of this discourse and its three components is not

sufficient: the subject and the addressee, being political figures, can be engaged in a domestic dialogue.

Accordingly, it is necessary to add two important elements to these three parameters – the goal and the perlocutionary effect of speech, these components allow identifying communication as a legitimate political practice. In addition, it is impossible to talk about the interactional model of communication without taking into account the objectives and perlocutionary effect of the speech act.

In the conditions of legitimate political practice, goal-setting and perlocutionary effect should (ideally) coincide, because the achievement, “semiotic anchoring”, the transmission of the value and pragmatic experience (goal) and the audience’s meaningful retranslation of certain axiological dominants (perlocutionary effect) provide the most important component of the antinomy “power – society” – a normative approach to public relations and social coercion. At the same time, the dichotomy of the ratio of categories should be noted: on the one hand,

²⁶ See the work of T. Parsons, J. Habermas, A. Giddens, P. Bourdieu, N. Luhmann, M.V. Ilyin, A.F. Filippov.

political discourse produces and explicates the standards of status-role behavior, fixes the binary relations of norm/abnormality, positive/negative, permissible/unacceptable, good/evil, etc., expressed in moral imperatives, traditions, rituals, codes of conduct, legal acts, etc., on the other – the social institute of politics “produces” and broadcasts new discourses (in the form of ideas, principles, images and other symbolic figures) that provide a framework, focal points (so-called “glasses”) of our vision and understanding of reality [32:194].

The dictionary of political reality, a kind of conceptuary of socially significant meanings (codes), symbols, concepts and ways of their representation, acquires special relevance in this case [33]. Thus, scientific publications have repeatedly pointed to the obvious prevalence of the negative content in the space of political information, broadcasted by the media in the 1990s-2000s by means of lexemes, fixed phrase schemes, speech clichés and precedent units: *a person from the Caucasus area, bombing, gang, crime,*

hazing, criminal group, mayor-thief, the governor-bribe taker, contract killing, hot zone, organized crime, black Tuesday (Friday, Thursday, etc.), bureaucratic lawlessness, zone, “ferrets”, banderlogs, etc. [34]. Modern political life is also marked by negatively charged concepts that make up a significant part of everyday information: *sanctions, cyberattacks, corruption, exposure, provocation, avoidance of the contract, schismatic church, threats, isolation of Russia, “death” of Skripal, spire, Nazi slogans, terrorist attacks, interference in elections, conspiracy, impeachment, etc.*²⁷ In media texts, designed to form mass consciousness, the words and expressions, denoting the negative phenomena generated by our time, are dominant: *explosion, fire, plane crash, murder, shooting, crash, robbery, violence, suicide, orphaned children/parents, impoverishment, bankruptcy, terrorism, flood, natural disaster, natural disasters, epidemic, etc.*, as a result, text units, forming a communicative and ideological environment of modern men, acquire a distinct invective coloring.

²⁷ The week of good news, announced during the World Cup in Russia in 2018, is rather an exception to the rule.

The analysis of the frequency of Russian language units simultaneously demonstrates that a layer of words has shifted to the periphery of the lexicon of the Russian language, denoting the most important concepts of Russian culture, which have a long history, absorb its different layers and conceptualize the humanistic ideas of the world accumulated by all mankind: *compassion, pity, mercy, participation, sympathy, mutual understanding, conscience, justice, joy, honor, shame, modesty, kindness, virtue*²⁸. Its former greatness and sublimity are lost, as well as the content of the words *homeland, patriotism, hero, pride, honor, human dignity, achievements, successes, feat*; they have been the basic values of Russian culture for centuries. Their form is familiar to native speakers, but the range of functioning is reduced, the use is automated, and the content is often clichéd, turning into a stamp, and subjected to the process of enantiosemitization [35]. According to sociolinguistic studies, the activity curve

of the key word of the Russian political discourse is *Homeland/homeland*, with a peak in the 30s-early 60s (the socialism development, the Great Patriotic war, the conquest of space), since the mid-60s of the XX century it is on the decline, and there is a slight increase only in 2014²⁹. The word *patriotism*, understood as patriotism, the innermost feeling (which is judged not by words, but by actions), devotion to one's fatherland, is often filled with the opposite content, realized in the following synonymous uses: *pseudo-patriotism, our slogan, the old ideology, the last refuge of villains, the same as extremism, that puts the homeland in the place of God*. In this regard, the speech of the radio presenter K. Larina is significant: "*I am sick of the word "patriotism" by worms and cherry stones. I do not love the motherland (Motherland) for a long time and with conviction. And this does not prevent me from living in my hometown, reading and thinking in my native language, loving my work and dreaming about the future. I love my family, my dead parents, my*

²⁸ "Expulsion" of these words from our lexicon involuntarily makes us think that the content of images is no longer a value for Russian society; it is forced out of our lives together with the word.

²⁹ According to many scientists, *the Motherland* is not just a concept, an ideologem or a constant

of Russian culture: the power of influence and rootedness (and therefore untranslatability) in the minds of Russian speakers of this word is so great that some researchers consider this language unit as "a rhetorical machine, the mechanics of which is set up to produce discursive practices" [36:3].

husband, my friends. And all what I want. I do not represent the Motherland with my mother, especially with a sick or drunk. The very idea of such a comparison seems to me blasphemous and wild. Today on “TV Rain” I try to say, that the most monstrous in man is beholden to patriotism. Patriotism is destructive, it creates nothing but chatter, lies, charlatanism, hypocrisy. Patriotism is not compatible with freedom; it kills freedom of thought, freedom of creativity, and freedom of self-realization. Patriotic art is loud, false, primitive. Patriotism protects mediocrity and emptiness, produces mediocrity and emptiness. Patriotism is obscurantist, as is ostentatious primitive religiosity, which has nothing to do with faith. Patriotism itself is the religion of yesterday, the religion of the dead” (K. Larina Blog “Echo of Moscow”, 03 February 2014). The word there is followed by a picture of the world of speakers, so the rapid reduction of vocabulary and change in the semasiological field of political concepts indicates a significant narrowing of vision and understanding of reality by native speakers. D.S. Likhachev, speaking about the “extraordinary circumstances” leading to the reduction

and impoverishment of the conceptual world, raised the question of the vital importance of the word in his life. Citing examples of Bible texts, the scientist demonstrated the processes that led to the loss of the most important value component of consciousness in Soviet times, and with it a whole layer of historical knowledge and moral attitudes, specific to the Russian Orthodox culture: many Church Slavonic words, expressions and forms of words, remaining in the linguistic competence of the modern native speaker, being deprived of textual reinforcement and text associations, ceased to serve the purposes of forming the conceptual sphere of personality and they are often perceived as common clichés [37: 282-283]. It should be noted that today there is a gradual return of the traditional semantics of the word in the political discourse: “*Patriotism is in the character of our people. And we know to what heroic height it raises people when the homeland is in danger. The salvation of the Fatherland, readiness to close a comrade, to protect those you love, are always stronger than any most severe trials*” (speech of Vladimir Putin, 23 February 2018, <https://www.business-gazeta.ru/news/373661>). See also: “We

do not have and cannot have any other unifying idea, in addition to patriotism,” (the speech of V.V. Putin, 03 February 2018, Novogireyevo district). Communicative activation of such ideologies, as *homeland, patriotism, national idea, heroism, rescue, protection, unification* is not only testifies to a new phenomenon in the legitimate discursive practices – “aestheticization of politics” but also demonstrates the value-oriented component of these concepts that determines their place in the official political information: “homeland represents the ideal of a beautiful and beloved community – in contrast to the transparent and rational community, which is a civil society” [36:3].

The second feature of legitimate political practices can be called the generation of new ways to reduce the positive field of consciousness, including: 1) the formation of verbal composites – oxymorons (*maliciously, the fiend of good, love-hate, killer love, the horror of delight, the achievement of failure*, etc.), introducing a negative component in the idea of positive phenomena; 2) the inclusion of language units having an international character and characterized by “blurred

521
universality” – minimum/zero content (*progress, public opinion, foundation, true justice*, etc.); 3) a specific euphemization that turns at the level of the addressee into a dysphemism (*constitutional pacification, polite people, the introduction of democratic principles, our Western partners*, etc.). The combination of these verbal signs, receiving, as a rule, metaphorical refraction in the social and communicative reality, creates both sustainable connotative negatives, and “information hierarchy”, which broadcasts the proposed topics, the problems and opinions “top – down” and form public opinion in the parameters of one-way communication [38:5]. It is no coincidence that many researchers have dubbed the events in the media political field “*the war of formulations*”: the development of public policy depends on the name of active population – *civil society, protest electorate or the resource of the ruling regime*. In this regard, the role of socially typical evaluative nominations, phraseological units and phraseological journalistic standards, precedent phenomena involved in the field of interpretation and components of “knowledge of the world”, common for the speaker and his

addressee significantly increases. For example, in the story of the Russian-Georgian spy scandal (radio “Echo of Moscow”, the information program “Echo”, 05 November 2010) in the message of the correspondent “from the scene”, nomination *spies* and *conspiracy* form the evaluation field from the first lines and thematic expression *spy scandal* introduces the frame “*recruitment – introduction – secret information – encryption – connected – secret operation – exposure – evidence – disclosure – “exchange”*”, implemented by subsequent messages of the block. *The documentary* is connected with *evidence*, however, the lexemes the *spy* and the *movie* activate representation about the *spy movie* in consciousness of the addressee, allowing it to consider the reference episode as part of a certain scenario and to ask a question: what is it – a staging or reality? In the line of A. Orekh, commenting on another plot of the program – on the political prospects of the party “Yabloko” (“Apple”) in the case of a coalition *with some rating Pear (it will not be “Apple”, and in the best case Apple Jam, but it is better to turn into jam than into peelings)* – the expansion of the reference plan is due to metaphorical nominations and precedent

texts: a distinctive characteristic of *jam* in its gastronomic meaning – uniformity, lack of a clearly expressed structure, in the spontaneous actions, when professionals gather and play without a rehearsal and agreements, usually for pleasure and not for the public, which is not uncommon on the political stage; *peelings* are associated with the *waste* and *garbage* of the political process; the *apple* and *pear* are not only two types of political *figures* in the form of addition, but also certain mental signs, if you remember the beginning of the famous “Katyusha” (*Apple and pear trees were a-blooming, mist was creeping on the river...*), implicated in this context and the war metaphor, and the metaphor of the height of goals and ambitions, and a metaphor of the uncertain future. In the interview of I. Khakamada (radio “Svoboda”, 28 September 2009) in the focus of contrast is the image of the *matrix*, which combines a system of relationships of a state of reality, and the designation of hardware and software simulation of the virtual world: *the real life is in disaster, and political PR hits rock bottom in the invention of new words, messages, technologies, < ... > and we begin to live <...> in the matrix <...> and Medvedev in this world or*

Russian matrix is trying to take a competitive position with Putin; there is such a wave <...> in the regions <...> I think this micromatrix will soon pour out <...> everywhere; the matrix gradually, through mass media absorbs the individual's outlook, etc. In the dialogue between S. Minaev and I. Ruzheynikov with A. Khinshtein (radio "Mayak", talk show "Dances with wolves", 19 October 2010), the content of which was "hot news" – the case of the worm in the plate of the Governor of the Tver region D. Zelenin, – the dominant center becomes grotesque representation of Russia's international prestige in *(nano)worms* and officials in the form of *worms, getting out of all holes*. Constant "predicates" of legitimate political practices, marking their variables "subjects", metaphorically broadcast ideological constants and stereotypes, which are consciously/unconsciously laid in the society and the mental field of the ethnic group.

It can be stated that the rhetoric of Russian political discourse of recent times is aimed at "reformatting" subjectivity, ideology and history as a whole: on the one hand, new (or updated old) symbolic attributes are created (cf. *Crimea is ours!* vs. *Party of crooks and*

thieves!), the range of precedent texts and names of historical figures (*St. George's ribbon, Alexander III*) is expanding, on the other – numerous linguistic and semiotic constituents (slogans, verbal slogans, emblems, awards) are discredited and even abolished as a result of the functioning in the political field of a significant number of editorial, cinematic and other texts with unilateral negative evaluation characteristics of these symbols. It should be noted that "the symbol never belongs to any one synchronous section of culture, it always pierces this cross-section vertically, coming from the past and moving into the future" [39:185], respectively, its removal from the consciousness of society modifies the dominant meanings, produced and fixed in the space of language, and generates a new image of the world.

The third specific feature of the legitimate political practices is the inherent manipulative orientation. Undoubtedly, in political discussion people tend to avoid answering some unpleasant questions, hide undesirable facts, at the same time influence the interlocutor, impose their opinion on him, even hurt, offend the interlocutor. However, the language itself, as noted by

T.M. Nikolaeva, “has limited means, interactive and composite, syntactic, grammatical. In other words, languages have the properties of self-manipulation”[40:225]. This property of language allows the speaker to interpret reality. One of the most effective mechanisms of manipulation in Russian is nominalization, i.e. replacing nouns by adjectives or verbs (cf. *The police brutally cracked down on demonstrators* is replaced by the phrase *the massacre with demonstrators; a vile act – a scoundrel*). Another effective method is the so-called “language demagogy” (the term was introduced by T.V. Bulygina and A.D. Shmelev) – a technique of the indirect impact on the recipient, when ideas are not expressed directly, they are imposed surreptitiously, by using opportunities provided by language mechanisms. The essence of this technique is to mask subjective assertions under the judgment, perceived as a well-known fact (presupposition); it

is usually labeled by the constructions *as you all know, as is known, a well-known fact* and others³⁰. The third technique is *perseverance* – a tactic of repeated persistent repetition (an integral part of various suggestive and theatrical discourses³¹), which affects both the linguistic consciousness and the subconscious of the addressee of information messages.

To illustrate the last technique, the example of a political game with a cultural code is considered, it determines the struggle for the dominant patriotic values of Russia. On 10 June 2017 in Kiev, at the event on the introduction of the visa-free regime of Ukraine with the European Union, President of Ukraine P.A. Poroshenko quoted a fragment of M. Lermontov’s poem “Farewell, unwashed Russia”. This speech was broadcast in television and Internet media (including the TV channel “112 Ukraine”), got into social networks, “passed through a sieve” of numerous

³⁰ Based on the correlation of the purpose and perlocutionary effect of the first and second methods, it is possible to talk about the synonymy of the terms “linguistic demagogy” and “linguistic manipulation”, but the second term seems more successful, because the semantics of the word “manipulation” implies a directed and thoughtful action of the manipulator, while the concept of “demagogy” is primarily associated with interpersonal

communication, which does not always imply a certain effectiveness of the act.

³¹ This tactic is actively used, in addition to politics, in rituals, rites, worship, as well as in neuro-linguistic programming and advertising.

journalistic comments. Thus, the text of Lermontov became not only an element of the politician's speech, but also entered the mass-cultural context. Following the "attack" against Russia by P.A. Poroshenko in the media space on 10-11 June 2017, the situation of the "cultural duel" of the two presidents was actively discussed. On the one hand, the Russian media was dominated by the emphasis on the "poetic duel" of the heads of state, as evidenced by the titles of publications: *Putin responded Proshenko with a continuation of the poem by Lermontov* (RBC, <https://www.rbc.ru/politics/15/06/2017/594263a69a79472e9701ab1d>); *Putin explained to Poroshenko the meaning of the poem about "unwashed Russia"* (NTV, <https://www.ntv.ru/novosti/1820544/>); *Putin responded to Poroshenko's words about "unwashed Russia" with a quote from Shevchenko* (INTERFAX, <https://www.interfax.ru/russia/566737>). On the other hand, the Russian media resumed the retrospective context – the interpretation of M. Lermontov's poem by the President of the Russian Federation during the meeting with the winners of the all-Russian contest "Teacher of the Year 2016". Here is a

525

quote of V.V. Putin's speech: "*Or "Goodbye, unwashed Russia". It would seem that such a thing, rude to the country: "The land of slaves, the land of lords, / and you, blue uniforms of gendarmes, / and you, obedient to them folks. But those, who want to see these negative things, stop, and there is a second quatrain: Perhaps beyond Caucasian mountains / I'll hide myself from your pashas, / from their eyes that are all-seeing, / from their ever hearing ears. When was it written? In 1841, I think. What is the occasion? He was going to the Caucasus. He was an officer and fought for the interests of the Fatherland. On the one hand, he does not accept this officialdom, earphone and all sorts of surveillance and so on, on the other hand, he is ready to give his life for the interests of the country and the Motherland. He was an extremely brave man. And the second part often remains unnoticed"* (there is a second stanza: Putin explained Poroshenko how to understand the work of Lermontov/<http://ren.tv/novosti/2017-06-11/est-i-vtoraya-strofa-putin-obyasnil-poroshenko-kak-ponimat-tvorchestvo-lermontova>).

On the wave of the poetry duel between two presidents in the Internet,

the program of E. Yakovleva “Farewell, unwashed Russia” – fake?” (the author’s cycle “Digital stories”) appeared, it was posted on YouTube 5 days after the speech of the President of Ukraine. The question of M.Yu. Lermontov’s authorship was considered and the hypothesis that the poem was written by the Polish poet T.L. Zablotsky was put forward

(https://www.youtube.com/watch?v=17nx_CQmqWc). Indeed, the autograph of the poem “Farewell, unwashed Russia” was not retained. In Lermontov studies there are two hypotheses about the time and the reasons for the appearance of this text. The first correlates the writing of the poem with the events of May 1840, when the poet was exiled to the Caucasus. The second – from the middle of April 1841, when M.Yu. Lermontov was ordered to leave St. Petersburg within 48 hours [41: 222]. During the life of Mikhail Lermontov, the poem was not published, it appeared in press only in the late XIX century (“Russian archive”, 1890, vol. 3, No. 11). Together with the release of E. Yakovleva’s program, political battles pass into the sphere of philological discussions: it is obvious that the literary text in a situation of political confrontation becomes both an

argument of confrontation and a special kind of “political lightning rod”.

Undoubtedly, the world art classic is a concentrate of universal values, an impeccable reference point for a person in a situation of choice. The work of M.Yu. Lermontov, which is a part of Russian romanticism and at the origins of the formation of realistic aesthetics, in the speech of the Ukrainian President serves as an authoritative reference. The initial verse, taken out of context, is an ideological symbol of the rupture of Ukraine’s relations with Russia. V.V. Putin, in turn, gives the historical and biographical comment of the text taking into account its aesthetic integrity. It is obvious that legitimate political discourse becomes “multilayered”, the discourse of artistic practices is “interwoven” into it, “provoking” to the interpretation of real facts in relation to literary works and thus becoming the basis of metaphorization of the political fact.

The fourth characteristic of legitimate political practices, which actualizes ecolinguistic problems in a special way, is a certain institutional reversion. Despite the diversity and expansion of opportunities for public participation (communication of

representatives of political power with citizens in blogs, social networks, discussion of draft laws on the Internet, the functioning of mobile waiting rooms of political leaders, expert Internet platforms to discuss strategic decisions (portal “Strategy 2020”, the expansion of independent examination of draft political decisions, testing of alternatives to power initiatives through mass sociological surveys of the population) [42:6], forms of communicative interaction between society and government are created, as a rule, “top-down” in accordance with the strategy of “Government to Citizen”. As a result, special speech clichés are developed and special language signs are fixed, which are perceived by the majority of the subjects of the political field as necessary prescriptions and corresponding to the discursive tasks of the formula for regulating the behavior of community members, while the categoricity of the imperative form of expression of will is leveled by the loyal attitude of civil society: manifestations of power communication are often considered justified, since in such cases positive values, norms and patterns of behavior are defined – *life, victory, order, legality, efficiency, tolerance, etc.*

527

Presupposition field of the participants, actualizing military slogans: “*Do not talk: be alert, these days even the walls may be listening. Not far from gossip and chatter is political change*”, “*More metal – more weapons*”, “*Light in the window – help for the enemy*”, and constructions of the style of official documents: “*Work in special clothes*”, “*Turn off before work*”, “*Work in a safety shield*” (ensuring work safety), naturally turns speech formulas-prohibitions in patterns of discursive political practices – *require, must, it is impossible, impossible, forbidden, meet requirements, it is not accepted, allowed, blame, etc.*, and a small “inclusion” of language units, marking the nomination of authorities – to perform the role of institutional “public servants” (to create conditions to facilitate, help, report, dear, please, let, thanks, etc.), is treated as a special personality characteristic that is due to upbringing or education. These units, from the authors’ point of view, are both indicators of the developed dominant power in the language, and factors of the effective implementation of the impact function, sometimes violating the environmental space of political actors.

Both a cause and a consequence of institutional reversion is the shift of social roles, the substitution of the concepts of “rights” and “duties” in application to different participants of interaction: the people are endowed with only duties, the power – with only rights³². It is no coincidence that it is possible to notice the replacement of the sema “power” by the sema “domination” – *omnipotence, absolute power, sovereignty, authority, law, rule, dictatorship, helm, host, crown, throne, throne*, etc., whereas in the linguistic consciousness of the institutional “bottom” the assessment of the authorities’ activities is expressed in the following way – *omnipotence, domination, yoke, superiors, power, unequal struggle, desk dependence, the blockade of information, netocracy, ochlocracy, plutocracy*, etc. It should be noted that the problem of “nomination and power” vs “power of nomination” does not demonstrate the capabilities of the language system, as it determines the proposition of the construction and the vector of further incorporation of the

sign into other discursive fields (remember that Confucius instructed the governors to start the board with the correction of names – in order to comprehend the essence of things).

The expansion of the process of institutional reversion in the political space (where social institutions are in direct contact with those for whom they were created), coupled with the accentuation of the negative/reduction of the positive field of linguocultural consciousness of communication subjects and the simultaneous expansion of the reference plan of statements (by metaphorization, euphemization, nominalization, various tactics of manipulation, including the substitution of symbolic constructs) leads to the formation of a new reality, mechanisms of organization which can not only limit the legitimacy of political decisions, but also to form other contextual concepts, norms of verbal behavior, stereotypes of assessments and communicative traditions of the universe as a whole, often bringing together the composition and structure of legitimate political

³² Unfortunately, it should be noted that agents of political activity, aimed at ensuring order in society and preserving the highest values in it, take a different position, developing their own rules and creating their institutional codes, often

based on the importance of social status, material and other pragmatic opportunities, access to public goods, etc.

practices with practices illegitimate and even illegal.

Illegitimate political practices in the aspect of ecolinguistic problems

Illegitimate (especially illegal) political practices represent a separate area of ecolinguistic research, which gives the most complete picture of the use of symbolic possibilities of language as a “specific (for humanity) way of regulating ... interactivity” [43:18], “interbody coordination that enables us to achieve results that are unreachable for a single human body or person” [Ibid.]. At the same time, the goals of illegal political organizations lie outside the interests of individuals, since individuals, with appropriate psychological treatment, demonstrate a willingness to act in accordance with the plans of the group that includes them and against possible personal costs. By the nature of the consequences, caused by this influence, such political practices are also called socially “non-ecological” [44:7], causing harm to society and its members.

Leaving aside the topics of legal regulation, suppression and prevention of illegal political practices (i.e. special institutional mechanisms related to the

functioning of the legislative and judicial authorities), the authors turn to the description of interactive formats of illegitimate political discourses and their organization (on the example of technologies of participation used in the activities of radical organizations). The use of these technologies makes the discourse a means of imposing the claim to power, the area through which the detabooing and legitimization of the forbidden themes are implemented, the disguise of illegal activities and actions, the abuse of rights to achieve indicated goals.

Taking into account the fact that the involvement in the activities of radical organizations is understood as “encouragement and inclusion of people (objects of involvement) to participate in any, including illegal, activities through transmission, excitation or formation in their creation of a specific motivational setting in the process of speech and other influence of the subject (involver), carried out in specific social conditions, real or virtual discourse” [45: 466-467], the organization of this process can be described from the point of view of unity and separation of three levels of non-ecological interaction: (I) socio-communicative context, (II) stages of

involving influence, (III) discursive system.

At the level of socio-communicative context, the consideration of involvement in the activities of a radical organization is associated with the answer to the question: “What constitutes the involver (corporate entity) as a carrier of a certain political ideology?” The experience of analysis of involvement discourses shows that the description of their socio-communicative context is closely related to the idea of:

- types of organization in terms of its relationship to group membership (usually such organizations are inclusive groups, i.e. communities that pursue the goal by expanding the group itself [46:34]);

- its ideology, which includes regulations on the proper promotion of the political ideas;

- its structure, the hierarchical characteristics of which determine the degree of conscious attitude to membership in the group (as a rule, beginners and ordinary members of the group are considered as such individuals who are less devoted to the objectives of the organization, and therefore they subject to guardianship

and directed ideological processing, or “training”);

- its legal status, the political program of the community depends on it and, accordingly, the choice of propaganda forms (the group’s confession of radical ideology in the trend leads to the recognition of such organizations as illegal, and therefore affects the choice of hidden forms of propaganda work, up to the use of a coded language to hide identification attributes);

- manufacturability of involvement, demonstrating thoughtfulness and models of inducement and retention of adepts and stakeholders (external, inactive carriers of positive public opinion).

It is important to note that the process of involvement of radical organizations in the activities is stadial due to the fact that it requires monitoring the activity of the audience and it is characterized by a gradual introduction of the goals and objectives of the organization. The stages of involving influence are determined by the transition from the stage of inclusion in the community to the stage of self-attraction, involving personal initiative on the part of the adept. Thus,

involvement as a process of changing in the status of attitudes can be described either from the perspective of the organization's interaction with society as a real and potential source of like-minded people, new adherents and stakeholders, or from the point of view of appropriation and application of the organization's ideology by the objects of involvement.

In the first case, the process of engagement is a set of the following stages:

- the stage of community formation (the choice of the right primary audience, creating a circle, developing habits of the persons involved, awareness of values and principles of ideology, etc.);

- the stage of joint implementation of activities (regular realization of training activities, joint understanding of written sources, ideology concepts, joint thinking through recruitment strategies, the report of the cell members and its leader, support for the pace of involvement, etc.);

- the stage of joint creation of the image of the organization (initiation of "people's rumor", "viral" dissemination of information,

531

involvement of loyal persons in its dissemination);

- the stage of reaching a wider audience (motivation for a priority goal, interaction with regional cells, conferences, etc.) [47:142].

In the second case, the involvement is described as a sequence of states, characterizing the degree of incorporation of objects (subjects) in the activities of radical organizations, namely: 1) "anchoring"; 2) preparation for the adoption of the organization's goals and objectives; 3) entry into organizations (= membership, fixed by oath, persuasion, code, etc.); 4) immersion in the activities [45:463].

As noted in the works [45:47;48;49;50], at each stage of involvement, the following parameters are discovered:

- typical intentions of involvers (for example, the establishment of trust, regular relationships, "probing" of candidatures, asking their aptitudes, abilities, strengthening the influence of involvers and the organization, retaining the attention of the object, maintaining in the group structure, explanation of ideology, etc.);

- specific strategies and tactics of speech influence (cooperative – aimed at uniting with the object of influence and at the same time separating it from other large and small social groups: cf. “I”/”you”/”we – communication”, the opposition “we <good, “healthy”, immaculate, full-fledged”; “they <bad, “sick”, vicious, defective>”; at the same time, the degree of imperative, explicit and categorical motivation increases with the entry of adepts into the structure of the extremist organization, in turn, the mitigation and veiling of conscription is detected at the early stages of involvement);

- specific types of communication reactions, indicating a different degree of involvement: expression of *interest, consent, self-assessment, request for additional information, making promises, report on the actions performed, exchange of experience, awareness of the content and methods of the group’s activities, relationships, participation in the planning of joint actions*, etc. (cf. possible reactions of non-involvement – *misunderstanding of what this is about, “absence”, boredom, irritation, rejection, desire to leave as soon as possible, the requirement of compliance*

with the rules, refusal to participate in meetings, etc.);

- specific genres of engagement (*complex verbal forms of the training activities, meetings, location of primary audience, leaflets, books, ideological orientation, prayer, etc.*).

The analysis [45;47;48;49;50] of the discursive system of illegal political organizations, using the technologies of involvement to replenish their ranks shows that the most important indicators of involvement in the activities of radical groups are the markers of: 1) communicative activity (including active and reflexive listening), the regularity of presence, visits and speech actions; 2) inclusiveness, cooperativeness, self-identification (verbs of inclusive action, pronouns “we”, “our”, expressions with semantics of community, association, entry (inclusion) into the group – “together with (us)”, “with those (who)”, “collectively”, “all (as one)”, “the whole”, “without exceptions”, “no one will remain (aside, indifferent)”, “help”, “support”, “promote”, “interact”, “join”, “enter”, “unity”, etc.; self-names, including comic, ironic by the name of the organization, etc.); 3) meliorative assessment of “friends” and, on the contrary, pejorative of “foes”; 4)

readiness to conceal the goals, to carry out actions with the understanding of their illegality.

The leading communicative role of the involver is that he organizes communication, conducts training and other classes, activates and directs activities of those involved, uses special appeals to strengthen the appellative and contact-setting function, produces lengthy monologues, dominates dialogues, places meaningful accents, persistently conducts key ideas, explains the necessary provisions, monitors and corrects the perception and understanding of the information received by participants, their speech and other actions, freely expresses his own “I” – expresses opinion, assessment, gives policy guidance, advice, recommendations, instructions, summarizes, draws conclusions, including convincing members of the group in the need to perform conscription, informs about upcoming cases, manages the planning of joint activities of the group, reports on the decisions of senior management, motivates involved, inspires them, allows himself to raise the tone of speech, interrupting, criticism, requires a report on the work done and, at the same

time, he reports on the work done to higher management, monitors the activity of subordinates, etc.

The dependent role of the involved individuals can be traced in the fact that they observe subordination to the communicative leader, the volume and deployment of their replicas varies depending on the stage of involvement; they give answers to the questions posed by the leader, ask permission before changing the direction of the discussion, perform any actions, tend to agree with the subject of involvement, interpret what is happening from the perspective of the leader, ask him for additional information, advice, recommendations, report to him, demonstrate a positive attitude to the perception of information, express the level of their own understanding, strive to better understand the issues discussed, prepare homework and demonstrate their implementation, accept and observe the norms of interaction in the group, prepare a report on the work, the people of interest to the leader, etc. The process of recruitment to extremist organizations is most often of a conspiratorial nature, there are also specific speech actions of involvers (questions and surveys, discussions “behind the back”, tests,

provocations, etc.), used to identify the success of interaction at a particular stage and the possibility of adept's transition to the next "level". The most experienced participants also use methods of deep psychological influence (manifested in speech acts), varying at each stage of "manipulation targets".

Consequently, the description of the discursive system of involving practices is carried out during the consideration and evaluation of the choice of their participants (1) communication textures (oral/written/digital, direct/indirect, real/virtual communication) > (2) genre forms > (3) means of their implementation. At the same time, the communicative and semiotic mechanisms of coding the intention of involvement demonstrate such a hierarchical organization of acts of communication, due to which the speech strategies of the involvement and the involved are provided with a set of constitutive elements: passages, text macro strategies, local speech acts, local meanings and lexical units that transmit them, grammatical forms and means of local syntax, etc.

Thus, according to the indicators of implementation of the mindset to the

involvement and states of immersion in the desired ideological and wider social and communicative context, according to the compliance of these indicators with the stages of induced psychosemiotic influence, it is possible to talk about the depth of adaptation of the symbolic system to the conditions of certain non-ecological political practices, as well as the level of "intoxication" of consciousness caused by the impact on individuals of the social environment under consideration.

5. Conclusion

The word is a phenomenon that has been undergoing endless development, subjected to the same incessant research: a language as the basic attribute of man, which distinguishes him from the entire ecosystem, is the most striking marker of the relationship between the object and the environment and, accordingly, "must preserve all signs of humanity" [3:28]. However, the processes of the centuries-long existence of verbal signs demonstrate the expansion of the semantic capacity of the word and the formation in discourse as a global communicative event of new semasiological fields, as diverse

discursive practices are in a state of continuous development, involving mutual influence and interdependence, interpenetration and complementarity of different discursive types and genres, each of which is determined by the mental, behavioral, ethno-cultural components of social relations. In this regard, the political discourse, the main task of which is the conquest, exercise and preservation of power mediated in signs, turns out to be the most “sensitive” to various kinds of transformations, which causes the “toxicity” of the political space and thus the violation of the linguoecological system.

The reasons for this phenomenon can be called a variety of facts of modern social life: from intra-linguistic – quantitative and qualitative complexity of the spheres of speech communication (primarily, the Internet, the specificity of which determines the creation of new types of text and discourse); expanding the normative boundaries of the language of mass communication (due to the diversity of forms of speech behavior of individual social groups); democratization of journalistic style (due to the wide “migration” of language constituents and a certain tribute to the speech fashion) – to extra-linguistic –

instability of the world economic sphere; globalization and integration of linguistic and cultural components of each ethnic group, which have not only positive, but also an impressive number of negative aspects (from reducing the educational level of members of society to the activation of illegitimate communicative practices), etc. But the main factor, of course, is the significant influence of the subjects of political activity on the psychological (and even mental) organization of a particular person, carried out through the skillful use of various (often non-ecological) communicative techniques. Generated (as a result of the use of certain strategies, tactics, verbalized and “semasiologically hidden” ways of expressing/veiling the intentions of the participants) derived values on the basis of semantic-semiotic associations develop further, gradually move into adjacent discursive fields and, establishing new semantic connections, form the most complex structure of text/discursive unit, which has a “multi-layer” semantic “charge” and the highest expressive and emotional potential. Thus, the political logosphere as a part of the ecosystem is not so much a product of society’s activity as its modifier: it

permeates all layers of the human logosphere and actively forms the speech practice of all subjects included in it, their socio-hierarchical structure and the linguo-ethnic universum as a whole.

References

- Pianka, E. (1981) Evolutionary ecology. Moscow: Mir, 400 p.
- Skovorodnikov, A.P. (2013). On the subject of ecolinguistics in relation to the state of the modern Russian language. *Ecology of Language and Communicative Practice*, 13, 205-233.
- Bernatskaya, A.A. (2014) Linguistic ecology and “language criticism” // *Ecology of language and communicative practice*, 2, 15-31.
- Aristotle (1983) Politics / Aristotle. Works: in 4 Vol. Moscow, Vol. 4.
- Blakar, R.M. (1987) Language as the tool of social power // *Language and modeling of social interaction*. Moscow, 88-120.
- Zilbert, B.A. (1994) Linguistic personality and “Newspeak” of totalitarianism // *Linguistic personality and semantics*, Volgograd: Peremena, P. 50.
- Levin, Yu.I. (1998) Semiotics of the Soviet slogans // Selected works. *Poetics. Semiotics*. Moscow: Languages of Russian culture, 542-558.
- Norman, B.Yu. (1995) Semantic evolution of some Russian words (about the ideological component, value), Kiev: Sciences. Dumka, P. 37-43.
- Baranov, A.N. (1997) Political discourse: a farewell to ritual, *Man*, 6. 108-118.
- Ermakova, O.P. (1996) Semantic processes in vocabulary // Russian language of the end of XX century (1985-1995). Moscow: *Language of Russian culture*, 32-68.
- Kokorina, E.V. (1996) Stylistic image of the opposition press. *Russian Language of the end of the XX century* (1985-1995). Moscow: 409-426.
- Dieckmann, W. (1981) Politische Sprache, politische Kommunikation: Vorträge, Aufsätze, Entwürfe. Heidelberg: Winter, 1981, 279 p.
- Ealy, S. (1981) Communication, Speech and Politics. Washington D.C.: University Press of America, 244 p.
- T.A. van Dijk (2013) Discourse and power: representation of dominance in language and communication. Per. with English. Moscow: Book house “LIBROKOM, 344 p.
- Baranov, A.N., Kazakevich, E.G. (1991) Parliamentary debate: traditions and

- innovations. Moscow: Znaniye Publ., 42 p.
- Sheigal, E.I. (2000) Semiotics of political discourse. Volgograd: Peremena, 386 p.
- Popova, E.A. (1995) Cultural and linguistic characteristics of political discourse (based on newspaper interviews): dissertation, Volgograd, 197 p.
- Sheigal, E.I. (2001) Semiotics of political discourse: dissertation, Volgograd, 434 p.
- Sorokin, Y.A. (1997) Political discourse: an attempt to interpret the concept // Political discourse in Russia. Moscow, 55-68.
- Bazylev, V.N. (1997) Russian Political Discourse (from official to ordinary) // Political discourse in Russia, Moscow, P. 7-9.
- Demyankov, V.Z. (2001). The interpretation of the political discourse in media. In Mass media as an object of the interdisciplinary research. Moscow: Moscow State University, 116-133.
- Kara-Murza, S.G. (2005) Mind manipulation. Moscow: Eksmo, 832 p.
- Habermas, J. (2001) The inclusion of the *other*: studies in *political theory*, St. Petersburg: Nauka, 417 p.
- Bozhenkova, N.A., Bozhenkova, R.K., Bozhenkova, A.M. (2017) Verbal exemplification of tactical and strategic preferences of communicants in modern political discursive practices. Vestnik RUDN. "Russian and foreign languages and methods of their teaching". Vol. 15 No. 3 Moscow: RUDN, 2017. P. 255-284. DOI: 10.22363/2313-2264-2017-15-3-255-284.
- Parshina, O.N. (2005) Speech behavior strategies and tactics of the modern political elite of Russia. Saratov, 315 p.
- Graber, D. (1981) Political Languages // Handbook of Political Communication. Beverly Hills, London: Sage Publications, P. 195-224.
- Parshin, P.B. (2001) Research practice, concept and methods of political linguistics. Scripta linguisticae applicatae. Problems of applied linguistics. Institute Yazykoznaniiya RAN. Moscow: Azbukovnik, 181-207.
- Solganik, G.J. (2012) Introduction // The language of media and politics / ed. by G.J. Solganik. M.: Publishing house of Moscow University; faculty of journalism. M.V. Lomonosov, 8-28.
- Zdravomyslov, A.G. (1996) Sociology of conflict: textbook for University students. 3-e ed. M.: Aspect-Press, 317 p.

- Jurilinguistics - 7: Language as a phenomenon of legal communication, 2006, 348 p.
- Zavershinsky, K.F. (2016) Legitimacy of political power: the morphology of scientific discourse// POLITEKS, Volume 12, 4, 4-18.
- Rusakova, O.F., Rusakov, V.M. (2008) PR-Discourse: theoretical and methodological analysis. Ekaterinburg, 282 p.
- Ilyin, M.V. (2002) Between things and meanings: foundations of the concept analysis // Principles and directions of political studies. M.: ROSSPEN, P. 161-183.
- Shakhovsky, V.I. (2008) Energy the power of the emotions and discursive norms // Questions of psycholinguistics. No. 7. P. 39-42.
- Ionova, S.V., Shakhovsky, V.I. (2012) Man and his language environment: ecolinguistic aspect // Anthropology of language: collection of articles. Issue. 2. M.: Flinta: Nauka. P. 48-56.
- Sandomirskaya, I. (2001) Book about Motherland. Experience in the Analysis of Discursive Practices / Wiener slawistischer Almanach. Sonderband, Wien: Gesellschaft zur Förderung slawistischer Studien, 282 p.
- Likhachev, D.S. (1997) The conceptosphere of the Russian language // Russian literature. The anthology / Ed. by V.P. Neroznak. M.: Academia, P. 279-288.
- Voinova, E. A. (2006) Mediatization of politics as a phenomenon of information culture. Moscow: MSU, 24 p.
- Lotman Yu.M. (2010) Unpredictable mechanisms of culture / Preparation of the text and notes by T.D. Kuzovkina with the participation of O.I. Utgof. Tallinn: TLU Press, 232 p.
- Nikolaeva, T.M. (2003) On the principle of “Non-cooperation” or the categories of sociolinguistic impact // Logical analysis of a language. Selected works. 1988–1995. – M.: Ind-rik, P. 268-275.
- Lermontov, M.Yu. (1935-1937) Complete works in 5 Volumes; Leningrad: Academia, Vol. 2.
- Chupina, A.A. (2011) Legitimization of political decisions in the communicative discourse of society and power: author’s abstract. Saratov, 24 p.
- Steffensen, S. V., & Fill, A. (2014). Ecolinguistics: The state of the art and future horizons. Language Sciences. 41A. P. 6-25. DOI: 10.1016/j.langsci.2013.08.003.
- Solodovnikova, N.G. (2010) Ecologicality of *emotive communication* (the case-

study of pre-election creolized texts),
Volgograd, 196 p.

Khazimullina, E.E. (2016) The
mechanism of speech involvement in
extremist organizations // Acta
linguistica petropolitana. Proceedings of
Institute for linguistic studies, Russian
Academy of Sciences. Vol.12. Part 3. P.
453-469.

Olson, M. (1995) The Logic of
Collective Action: Public Goods and the
Theory of Groups. Moscow: FEI, 165 p.
(In Russian).

Araeva, L.A., Katyshev, P.A., Osadchiy,
M.A., Olenov, S.V. (2018)
Recontextualization of the Religious
Term ‘Ziyarat’: Critical Discourse Study
// European Journal of Science and
Theology, Vol.14. No.5. P.137-147.

Fomina, Yu.S. (2016) Peculiarities of
realization of speech acts, motives in the
texts of extremist orientation // Acta
linguistica petropolitana. Proceedings of
Institute for linguistic studies, Russian
Academy of Sciences. 2016. Vol. 11,
Part 3. P. 441-451.

Fomina, Yu.S. (2016) The role of the
speech-act of “plea” in conflict-prone
text // Bulletin of the Chelyabinsk State
Pedagogical University. No. 5. P. 189-
194.

Khazimullina, E.E. (2017) Signs of

verbal involvement in extremist
organizations // Education and spiritual
security. No. 2 (2). P.38-41

LEGAL FOUNDATION OF DETERMINING CRITERIA OF IMPROPER RENDERING OF MEDICAL AID IN RUSSIAN FEDERATION

Tatyana N. Balashova¹

Yuliya A. Chernysheva²

Abstract: This scientific paper is aimed at reviewing the applicable laws governing the medical aid rendering to the Russian Federation citizens, in particular, the RF Civil Code, the Federal Law dated 21.11.2011 No. 323-FZ “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation”, the RF Law dated 07.07.1992 No. 2300-1 “On Protection of Consumers’ Rights”, and a number of subordinate regulatory legal acts. The article’s authors tried to analyze and to reveal criteria of improper rendering of medical aid in the Russian Federation. The authors substantiated that the medical aid, as a complex of measures, which are aimed at maintaining and (or) recovering the health and which include the rendering of medical services, must correspond to the criteria of a proper quality, a proper volume, it must be rendered by highly-qualified specialists properly, at the appropriate time and

with complying with the established rights of the patients, and a notion of improper medical aid is defined. A general scientific dialectical method and a complex of scientific approaches of obtaining knowledge (formally-legal, system-structural, formally-logical) is the research’s methodological framework. The results, which the authors obtained, consist in the fact that as criteria of improper rendering of the medical aid, it is necessary to consider the conditions, volume, safety, quality, non-conformity of the medical aid with the goals, for which this medical aid is usually rendered, violation of the patients’ rights, non-optimal choice of a technology of the medical aid rendering, violation of the rights of execution of the medical documentation. In the conclusion the authors formulated the basic conclusions of the research, substantiated the necessity to develop

¹ Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education «Bunin Yelets State University

² Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education «Bunin Yelets State University

and to enshrine an enumeration of criteria of the improper rendering of the medical aid in the applicable laws.

Keywords: medical aid, medical service, public health, criteria of improper rendering of medical aid.

1. Introduction

A problem of poor rendering of the medical aid to the population is very important in Russia today. As the law-enforcement agencies are working inefficiently and the people, who suffer from unsatisfactory medical services, are passive, the population comes to believe that the health care workers, who render the medical aid improperly, are not punished for that.

In order to solve this problem efficiently, it is important and necessary to develop the legal definition “improper rendering of the medical aid (services) and to sort out the criteria, according to which the medical aid will be assessed as poor.

This scientific paper is aimed at researching the legal foundation of determining the criteria of improper rendering of the medical aid in the Russian Federation.

The research conducted by E.Kh.

Barinov, A.L. Vorontsov, E.V. Vorontsova, I.V. Gertsmanova, M.V. Lyadova, I.G. Makarov, A.R. Pozdeev, A.A. Starchenko, E.S. Tuchik, S.Ya. Yakovlev and others covers various aspects of the problem of a legal definition of quality of rendering of the medical aid. However, in spite of great importance of the problems, which are examined in this research, the authors have not found any special monographs on this subject, or such research has not been made public yet.

Improper rendering of the medical aid is covered in a great number of papers by foreign scientists: Antoci, A., Maccioni, A.F., Galeotti, M., Russu, P. [16, p. 414-435], Feess, E. [18, p. 157-167], Novak, S. Email Author, Djordjevic, N. [25, p. 72-80] and others.

The problems of responsibility of the medical workers in the sphere of protection of the patients' rights abroad were examined in some scientific research: Gardiyawasam Pussewalage, H.S., Oleshchuk, V.A. [22, p. 1161-1173], Martin, G., Beech, N., Macintosh, R., Bushfield, S. [23, p. 14-29], Studdert, D.M., Mello, M.M., Sage, W.M., DesRoches,

C.M., Peugh, J., Zapert, K., Brennan, T.A. [24, p. 2609-2617], and others.

2. Methodology

The research uses the general scientific dialectical method as well as the formally-legal, system-structural and formally-logical methods of obtaining knowledge.

The general scientific dialectical method makes it possible to research the essence of the right for the health protection and the medical aid, and the mechanisms of their implementation, to analyze the applicable laws governing the rendering of the medical aid to the Russian Federation citizens, to reveal the problems, which appear in realizing this right.

This method determines the criteria of inadequate conditions of rendering the medical aid to the RF citizens.

When analyzing the RF applicable laws the formally-legal method was used.

The system-structural method described and analyzed the legal assurance of exercising the right for health protection in considering its legal nature and future development, and determined the criteria of improper

rendering of the medical aid in the Russian Federation.

The formally-logical method made it possible to use the existing forms of thinking and the logical laws in revealing the gaps in the applicable laws.

3. Results

During the Russian Federation's transition to the market economy, the relations in the health care system were changed drastically, which were enshrined in the applicable RF constitution, which enshrined in Part 1 of Article 41, the right of each person for the health protection and the medical aid, which is rendered in the governmental, municipal and private health care organizations free of charge, through the budget funds, insurances and other receipts [1].

As a result of the large-scale health care reforms, which started in the 1990-s, the early existing efficient budget health care system, which was fully based on the state regulation, was replaced by a new system, which includes the systems of compulsory medical insurance and voluntary medical insurance, which provides for spread of paid medical services. This, in its turn, also stipulated the change of a legal

nature of the relations, which appeared in connection with rendering the medical aid to the population in the Russian Federation.

In the new medical terminology the traditional notion “medical aid” was replaced by a notion “medical service”, which is not typical for the Soviet health care system, and which is now enshrined in the civil, labor and tax laws, and in the state standards (GOSTs), which govern the health care sphere. But it is necessary to say that currently the notions “medical aid” and “medical service” are used as synonyms in the laws and regulations and at the specialized level, and the authors believe that it is incorrect in virtue of essential differences between those notions and it has some negative consequences.

Now the medical services in the RF are rendered on the basis of the Chapter 39 of the Civil Code of the Russia Federation [2]. Article 779 of the Civil Code of the Russian Federation enshrines a provision, according to which the standards of Chapter 39 of the Civil Code of the Russia Federation are applied to the sphere on rendering the medical services.

Apart from the Civil Code of the Russia Federation, a key regulatory act,

which governs the relations in the sphere of the medical aid rendering, is the law dated 21.11.2011 No. 323-FZ “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation” (hereinafter referred to as the Federal Law on Fundamental healthcare principles in the Russian Federation) [3]. In particular, Paragraph 3 of Article 2 of the said law enshrines a provision, according to which the medical aid is a complex of measures, which are aimed at maintaining and (or) recovering the health and include the rendering of services in the sphere of the medicine.

Apart from that, the relations in the sphere of rendering the medical aid in the Russian Federation are also governed by the RF Law dated 07.07.1992 No. 2300-1 “On the Protection of Consumers' Rights” [4], the Federal Law dated 04.05.2011 No. 99-FZ “On Licensing Certain Activities” [5], the RF Government Decree dated 16.04.2012 No. 291 “On Licensing of Medical Activities (except for the said activities, which is implemented by the medical organizations and other organizations, which belong to the private health care system, in the innovation center “Skolkovo”)” [6], the RF Government Decree dated

28.11.2014 No. 1273 “On program of the state guarantees of gratuitous rendering of the medical aid to the citizens for 2015 and for the planning period of 2016 and 2017” [7], the RF Government Decree dated 04.10.2012 No. 1006 “On Approval of the Rules of Rendering by the Medical Organizations of the Paid Medical Services” [8].

In spite of variety of the laws and regulations, which govern the rendering of the medical aid, at present the problem of improper rendering of medical services became important. The analysis of the applicable laws in the considered sphere of social relations will help to answer the questions what the criteria of improper rendering of the medical aid are.

The RF Civil Code in Article 309 enshrines a principle of proper performance of obligations, according to which they are performed properly in accordance with conditions of the obligation and requirements of the law, other legal acts, and there are no such conditions and requirements – in accordance with codes of business conducts or other requirements, which are usually applied.

Therefore, it is possible to sort out the following criteria of improper

rendering of the medical aid: conditions, volume, safety, quality, non-conformity of the medical aid to the goals, for which this medical aid is usually rendered, violation of the patients’ rights, non-optimal choice of a technology of rendering the medical services, violation of the rules of execution of the medical documentation and others.

Rendering of the medical aid with violation of requirements of the laws on conditions of rendering the medical aid is improper.

In particular, the criteria of improper conditions of rendering the medical aid may include:

- rendering of the medical aid without a relevant license or with violation of the public health requirements for location and operation of a medical organization;

- rendering of the medical aid by a medical worker, who is not entitled to carry out the relevant medical activities;

- rendering of the medical aid by a medical worker, who is not entitled to carry out the relevant medical activities.

One of the important conditions of assuring the quality and safety of the medical aid in the Russian Federation is the medical activities licensing. The reason for this is that when carrying out

those activities the medical worker can harm the life or health of a patient, so the applicable laws set out compulsory requirements for licensing the medical activities and special public health requirements for the medical institution.

The licensing process is implemented on the basis of the legislative acts and the subordinate regulatory acts, which are developed on their basis. The laws and regulations, which govern the licensing of the medical aid, include:

- The Federal law dated 08.08.2001 No. 128-FZ “On Licensing Certain Activities” [5];

- the RF Government Decree dated 16.04.2012 No. 291 “On licensing of the medical activities (except for the said activities, which are carried out by the medical organizations and other organizations belonging to the private health care system, in the innovation center “Skolkovo”)” [6];

- Code of the Russian Federation on Administrative Offences and others.

Apart from that, the public health requirements for the medical organizations, which carry out the medical activities, are determined by the Decree of the Chief State Sanitary Doctor of the Russian Federation dated

May 18, 2010 No. 58 “On Approval of SanPiN 2.1.3.2630-10 “Public health requirements for the organizations, which carry out the medical activities” [9] as well as the license requirements, are binding for all medical organizations.

It is necessary to note that the legal framework on licensing the medical activities in Russia is behind the international standards and requires permanent improvement. If the medical aid was rendered in violation of the license requirements or public health requirements for location and operation of the medical organization, the rendered medical aid will be improper according to a criterion of conditions of its rendering, and this criterion, as it was said above, influences the safety of the rendered medical aid on the whole.

A criterion of improper conditions of rendering the medical aid is also the rendering of such aid without receiving by the medical worker of an informed voluntary consent of the patient to the medical intervention.

The federal law “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation” as a compulsory preliminary condition of medical intervention provides for the delivering of informed voluntary written consent of the patient

to implementation of the medical manipulations (Article 20 of the Law). The medical worker must, in a maximum accessible form, inform the patient about an order of rendering of the medical aid, its goals, methods, possible consequences and risks, on the basis of which the patient will adopt a decision about his/her consent or refusal from the medical aid. By the Order of the Ministry of Health of Russia dated 20.12.2012 No. 1177H [10] the procedure of giving the informed voluntary consent to the medical intervention is regulated. The provisions of this document extends to the medical organizations, in relation to the medical organizations, which take part in the program of providing the state guarantees of gratuitous rendering of the medical aid. If the medical aid was rendered with violation of the provisions of Article 20 of FZ “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation”, it will be considered as improper.

An indispensable condition of quality of the medical aid, which is rendered to the people, is a requirement of the laws on inadmissibility of its rendering by a person, who is not entitled to carry out the medical activities. This requirement is enshrined, in particular, in

Article 69 of the Federal Law “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation”, and in the Orders of the Ministry of Health of Russia”: dated 08.10.2015 No. 707H “On Approval of Qualification requirements for medical and pharmaceutical workers with higher education on the training program “Health care and medical sciences” [11]; dated 29.11.2012 No.982H “On Approval of conditions and an order of issue of the specialist’s certificate to medical and pharmaceutical workers, a form and technical requirements of the specialist’s certificate” [12]; dated 03.08.2012 No. 66H “On Approval of an Order and time of improvement by the medical workers and pharmaceutical workers of their professional knowledge and skills by means of training according to additional professional educational programs in educational and scientific organizations” [13] and others.

If a medical worker rendered the aid without gaining the right to carry out the medical activities, the fact of carrying out such actions is regarded as a delinquency and poor rendering of the medical aid.

Besides a criterion of conditions of rendering of the medical aid, the

criteria of volume and proper safety of the medical aid are of importance in assessing its quality.

On the basis of a criterion of volume of the rendered medical service, it is determined how the rendered medical aid corresponds to the objective demands of the patient. A qualitatively rendered medical service must be characterized by carrying out a required volume of diagnostic and remedial measures, which are determined by medical indications. However, the quality of rendering the medical aid is regarded as improper with insufficient as well as excess volume of the medical manipulations.

It is very important for the rendered medical aid to be safe for life and health of a person, who takes medical advice. This requirement is confirmed by the standard of Article 7 of the RF Law “On Protection of the Consumers’ Rights”. A criterion of safety of rendering the medical aid reflects, in particular, optimality of the choice of medical technologies in rendering the medical aid to the patient, with account taken of minimizing the risk of applying those technologies for a specific patient, compliance with special requirements, which are set out in

relation to any medical interventions, and compliance by a medical organization with the rules to keep and to use the medicaments.

Analysis of Paragraph 21 of Article 2 of the Federal Law “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation” makes it possible to sort out some other conditions, upon which the rendered medical aid will be regarded as poor, in particular, they include:

- tardiness of the medical aid rendering;
- incorrectness of choice of a method of prophylaxis, diagnostics, treatment and rehabilitation;
- unsatisfactory degree of achieving the planned result.

In all cases of rendering of poor medical aid to the patient, in order to determine the reasons, indicating its improper rendering, it is necessary to conduct a special expert examination, which, among other things, provides a conclusion on the timely rendered medical aid, correctness of choice of methods of prophylaxis, diagnostics, treatment and rehabilitation and a degree of achieving the planned results (Part 1 of Article 64 of the FZ “On fundamental

healthcare principles in the Russian Federation”).

However, at present the expert examination of the medical aid quality is conducted only within the programs of compulsory medical insurance, since a federal law, which governs such a type of the expert examination in the other sphere, has not been passed yet. When the medical aid is rendered on a paid basis, in order to determine the quality of the medical aid the patient is entitled to use all possible legal remedies, which are provided to him/her by the RF laws.

Proceeding from the specific character of rendering of the medical aid it is possible to draw the following conclusions.

Rendering of the qualitative medical aid must clearly correspond to the requirements, which are imposed by the applicable law and subordinate regulatory acts on such activities.

Improper rendering of the medical aid can be determined as rendering of the aid, which does not correspond to the requirements imposed on it by the applicable laws.

4. Discussion

One of the important and priority aspects in the state’s activities is

preservation of the population’s health, since the prosperity of the state itself depends on that. It is known that duration of life in the states, which have a perfect health care system, is much higher. So, the problem of protection of the citizens’ rights in the sphere of rendering of the medical aid is attracting more and more researchers and lawmakers in Russia. As of today the Russian scientists published a sufficient number of papers covering the citizens’ rights in this sphere [14, p. 4]. It is necessary to agree with L.V. Kanunnikova’s opinion that “cases of improper rendering of the medical aid with harming the life and health of patients set the clinicians, lawyers and medicolegists a number of tasks, which require a deep comprehensive study: a level of prevalence of improper rendering of the medical aid; prevention of delinquencies in the medical practice; a possibility of settling the conflicts at a non-court stage; a level of legal training of the medical workers; mechanisms of indemnifying the patient for damage and others.” [15, p.105].

Proceeding from provisions of Article 309 of the Civil Code of the Russian Federation, and provisions of Articles of 5, 6, 10 of the FZ “On fundamental healthcare principles in the

Russian Federation”, Article 4 of the RF law “On Protection of the Consumers’ Rights, it is possible to conclude that the medical aid, as a complex of measures, which are aimed at maintaining and (or) recovering the health and which include the rendering of the medical aid, must correspond to criteria of a proper quality, a proper volume, it must be rendered by highly-qualified specialists properly, at the appropriate time and with complying with the established rights of the patients, in other words – poorly rendered medical aid is the aid rendered with certain shortcomings.

At present, unfortunately, the applicable Russian laws do not have a clear definition of a notion of improper rendering of the medical aid. In this connection, improper rendering of the medical aid can be defined as an antipode of proper rendering of the medical aid and, respectively, it will be the rendering of the medical aid, which does not correspond to the requirements, which are imposed on it by the lawmakers.

5. Conclusion

The research of the criteria of improper rendering of the medical aid in

the RF makes it possible to draw a number of conclusions.

The authors suggest that the criteria of improper rendering of the medical aid should include the conditions, volume, safety, quality, non-conformity of the medical aid with the goals, for which this medical aid is usually rendered, violation of the patients’ rights, non-optimal choice of a technology of the medical aid rendering, violation of the rights of execution of the medical documentation and others. The authors believe that an enumeration of such criteria must be enshrined in the applicable laws, it must have an open nature in order to maximally mark the framework of the good medical aid.

If a medical service is rendered within the voluntary medical insurance, the services, which are provided for by the agreement, must be rendered in full and according to the requirements, which are set out in the agreement for rendering of the paid medical services.

In order to determine the reasons, which entailed the rendering of poor medical aid to the patient, it is necessary to conduct a special expert examination, within which a substantiated conclusion will be drawn about timeliness of rendering of the aid to the patient,

correctness of a choice of methods of prophylaxis, diagnostics, treatment, rehabilitation and a degree of achievement of the planned result.

References

Constitution of the Russian Federation (is passed by the nation-wide vote on 12.12.1993) (considering the amendments, which are made by the RF laws on amendments to the RF Constitution dated 30.12.2008 No. 6-FKZ, dated 30.12.2008 No. 7-FKZ, dated 05.02.2014 No. 2-FKZ, dated 21.07.2014 No. 11-FKZ) // RF official gazette. 2014. No. 31. Article 4398. [Konstitutsiu Rossiiskoi Federatsii (prunyata vsenorodnym golosovaniem 12.12.1993) (s uchotom popravok, vnesyonnykh Zakonami RF o popravkakh k Kostitutsii RF ot 30.12.2008 No. 6-FKZ, ot 30.12.2008 No. 7-FKZ, ot 05.02.2014 No 2-FKZ, ot 21.07.2014 No. 11-FKZ) // Sobranie zakonodatelstva RF. 2014. No. 31. St. 4398.] Конституция Российской Федерации (принята всенародным голосованием 12.12.1993) (с учетом поправок, внесенных Законами РФ о поправках к Конституции РФ от 30.12.2008 № 6-ФКЗ, от 30.12.2008 № 7-ФКЗ, от 05.02.2014 № 2-ФКЗ, от

21.07.2014 № 11-ФКЗ) // Собрание законодательства РФ. 2014. № 31. Ст. 4398.

RF Civil Code (the first part) dated 30.11.1994 No. 51-FZ (revised on 03.08.2018) // RF official gazette. 1994. No. 32. Article 3301. [Grazhdansky kodeks RF (chast pervaya) ot 30.11.1994 No, 51-FZ (red. ot 03.08.2018) // Sobranie zakonodatelstva RF. 1994. No. 32. St. 3301.] Гражданский кодекс РФ (часть первая) от 30.11.1994 г. № 51-ФЗ (ред. от 03.08.2018) // Собрание законодательства РФ. 1994. № 32. Ст. 3301.

Federal Law dated 21.11.2011 No. 323-FZ “On fundamental healthcare principles in the Russian Federation” // RF official gazette. 2011. No. 48. Article 6724. [Federalny zakon ot 21.11.2011 No. 323-FZ “Ob osnovakh okhrany zdorovia grazhdan v Rissiiskoi Federatsii” // Sobranie zakonodatelstva RF. 2011. No. 48. St. 6724.] Федеральный закон от 21.11.2011 г. № 323-ФЗ «Об основах охраны здоровья граждан в Российской Федерации» // Собрание законодательства РФ. 2011. № 48. Ст. 6724.

RF law dated 07.07.1992 No. 2300-1 “On Protection of the Consumers’ Rights” (revised on 29.07.2018) //

Vedomosty of SND and RF Supreme Soviet. 1992. No. 15. Article 766. [Zakon RF ot 07.07.1992 No. 2300-1 “O zaschite prav potrebitelei” (red. ot 29.07.2018) // Vedomosti SND i VS RF. 1992. No. 15. St. 766.] Закон РФ от 07.07.1992 г. № 2300-1 «О защите прав потребителей» (ред. от 29.07.2018) // Ведомости СНД и ВС РФ. 1992. № 15. Ст. 766.

Federal Law dated 04.05.2011 No. 99-ФЗ “On Licensing Certain Activities” (revised on 27.12.2018) // RF official gazette. 2011. No. 19. Article 2716. [Federalny zakon ot 04.05.2011 No. 99-FZ “O litsenzirovanii itdelnykh vidov deyatel'nosti” (red. ot 27.12.2018) // Sobranie zakonodatel'stva RF. 2011. No. 19. St. 2716.] Федеральный закон от 04.05.2011 № 99-ФЗ «О лицензировании отдельных видов деятельности» (ред. от 27.12.2018) // Собрание законодательства РФ. 2011. № 19. Ст. 2716.

RF Government Decree dated 16.04.2012 No. 291 “On Licensing of Medical Activities (except for the said activities, which is implemented by the medical organizations and other organizations, which belong to the private health care system, in the innovation center “Skolkovo”)” // RF

official gazette. 2012. No. 17. Article 1965. [Postanovlenie Pravitel'stva RF ot 16.04.2012 No. 291 “O litsenzirovanii meditsinskoi deyatel'nosti (za isklucheniem ukazannoi deyatel'nosti, osuschestvlyаемoi meditsinskimi organizatsiyami i drugimi organizatsiyami, vkhodyaschimi v chstnuyu sistemu zsravookhranenia, na territorii innovatsionnogo tsentra “Skolkovo”)” // Sobranie zakonodatel'stva RF. 2012. No. 17. St. 1965.] Постановление Правительства РФ от 16.04.2012 № 291 «О лицензировании медицинской деятельности (за исключением указанной деятельности, осуществляемой медицинскими организациями и другими организациями, входящими в частную систему здравоохранения, на территории инновационного центра «Сколково»)» // Собрание законодательства РФ. 2012. № 17. Ст. 1965.

RF Government Decree dated 28.11.2014 No. 1273 “On program of the state guarantees of gratuitous rendering of the medical aid to the citizens for 2015 and for the planning period of 2016 and 2017” RF official gazette. 2014. No. 49 (Part VI). Article 6975. [Postanovlenie

gravitelstva RF ot 28.11.2014 No. 1273
“O Programm gosudarstvennykh
garantii besplatnogo okazania
grazhdanam meditsinskoj pomoschi na
2015 god i na planovy period 2016 i
2017 godov” // Sobranie
zakonodatelstva RF. 2014. No. 49 (chast
VI). St. 6975.] Постановление
Правительства РФ от 28.11.2014 №
1273 «О Программе государственных
гарантий бесплатного оказания
гражданам медицинской помощи на
2015 год и на плановый период 2016 и
2017 годов» // Собрание
законодательства РФ. 2014. № 49
(часть VI). Ст. 6975.
RF Government Decree dated
04.10.2012 No. 1006 “On Approval of
the Rules of Rendering by the Medical
Organizations of the Paid Medical
Services” // RF official gazette. 2012.
No. 41. Article 5628. [Postanovlenie
Pravitelstva RF ot 04.10.2012 No. 1006
“Ob utverzhdenii Pravil predostavlenia
meditsinskimi organizatsiyami platnykh
meditsinskikh uslug” // Sobranie
zakonodatelstva RF. 2012. No. 41. St.
5628.] Постановление Правительства
РФ от 04.10.2012 № 1006 «Об
утверждении Правил предоставления
медицинскими организациями
платных медицинских услуг» //

Собрание законодательства РФ. 2012.

№ 41. Ст. 5628.

Decree of the Chief State Sanitary
Doctor of the Russian Federation dated
May 18, 2010 No. 58 (revised on
10.06.2016) “On Approval of SanPiN
2.1.3.2630-10 “Public health
requirements for the organizations,
which carry out the medical activities” //
Bulletin of Federal Agency Regulations.
No.36. 06.09.2010. [Postanovlenie
glavnogo gosudarstennogo sanitarnogo
vracha RF ot 18.05.2010 No. 58 (red. ot
10.06.2016) “Ob utverzhdenii SanPin
2.1.3.2630-10 “Sanitarno-
epidemiologicheskie trebovania k
organizatsiam, osuschestvlyauschim
meditsinskuyu deyateknost” // Buleten
normativnykh aktov federalnykh
organov ispolnitelnoi vlasti. No. 36.
06.09.2010.] Постановление Главного
государственного санитарного врача
РФ от 18.05.2010 № 58 (ред. от
10.06.2016) «Об утверждении
СанПиН 2.1.3.2630-10 «Санитарно-
эпидемиологические требования к
организациям, осуществляющим
медицинскую деятельность» //
Бюллетень нормативных актов
федеральных органов
исполнительной власти. № 36.
06.09.2010.

Order of the Ministry of Health of Russia dated 20.12.2012 No. 1177H (revised on 10.08.2015) “On Approval of the order of giving the informed voluntary consent to the medical intervention and refusal from the medical intervention in relation to certain types of medical interventions, forms of informed military consent to the medical intervention and forms of refusal of the medical intervention” // Russian newspaper. No. 145. 05.07.2013. [Prikaz Minzdrava Rossii ot 20.12.2012 No. 1177H (red. ot 10.08.2015) “Ob utverzhdeniaporjadka dachi informirivannogo dobrovolnogo soglasia na meditsinskoe vmeshatelstvo iptkaza ot meditsinskogo vmeshatelstva v otnoshenii opredelyunnykh vidov meditsinskikh vmeshatelstv, form informirovannogo dobeovolnogo soglasia na meditsinskoe vmeshatelstvo iform otkaza ot meditsynskogo vmeshatelstva” // Rossiiskata gazeta. No. 145. 05.07.2013.] Приказ Минздрава России от 20.12.2012 № 1177H (ред. от 10.08.2015) «Об утверждении порядка дачи информированного добровольного согласия на медицинское вмешательство и отказа от медицинского вмешательства в отношении определенных видов

553
медицинских вмешательств, форм информированного добровольного согласия на медицинское вмешательство и форм отказа от медицинского вмешательства» // Российская газета. № 145. 05.07.2013. Order of the Ministry of health of Russia dated 08.10.2015 No. 707H (revised on 15.06.2017) “On Approval of Qualification requirements for medical and pharmaceutical workers with higher education on the training program “Health care and medical sciences” // Official online-portal of the legal information <http://www.pravo.gov.ru>, 27.10.2015. [Prikaz Minzdrava Rossii ot 08.10.2015 No. 707H (red. ot 15.06.2017) “Ob utverzhdenii Kvaliifikatsionnykh trebovaniy k meditsinskim i farmatsevticheskim rabotnikam s vysshim obrazovaniem po napravleniu podgotovki “Zdravookhranenie i Meditsinskie uskugi” // Ofitsialny internet-portal pravovoi informatsii <http://www.pravo.gov.ru>, 27.10.2015.] Приказ Минздрава России от 08.10.2015 № 707H (ред. от 15.06.2017) «Об утверждении Квалификационных требований к медицинским и фармацевтическим работникам с высшим образованием

по направлению подготовки
«Здравоохранение и медицинские
науки» // Официальный интернет-
портал правовой информации
<http://www.pravo.gov.ru>, 27.10.2015.

Order of the Ministry of Health of Russia
dated 29.11.2012 No. 982н (revised on
10.02.2016) “On Approval of conditions
and an order of issue of the specialist’s
certificate to medical and pharmaceutical
workers, a form and technical
requirements of the specialist’s
certificate” // Russian newspaper. No.
80.12.04.2013. [Приказ Минздрава
России от 29.11.2012 No. 982н (ред. от
10.02.2016) “Об утверждении условий и
порядка выдачи сертификата специалиста
медицинским и фармацевтическим
работникам, формы и технических
требований сертификата специалиста” //
Rossiiskaya gazeta. No. 80.12.04.2013.]
Приказ Минздрава России от
29.11.2012 № 982н (ред. от 10.02.2016)
«Об утверждении условий и порядка
выдачи сертификата специалиста
медицинским и фармацевтическим
работникам, формы и технических
требований сертификата
специалиста» // Российская газета. №
80.12.04.2013.

Order of Ministry of Health of Russia
dated 03.08.2012 № 66н “On Approval

of an order and time of improvement by
the medical workers and pharmaceutical
workers of their professional knowledge
and skills by means of training according
to additional professional educational
programs in educational and scientific
organizations” // Russian newspaper.
No. 215. 19.09.2012. [Приказ Минздрава
России от 03.08.2012 No. 66н “Об
утверждении Порядка и сроков
совершенствования медицинскими
работниками и фармацевтическими
работниками профессиональных знаний и
навыков путем обучения по
дополнительным профессиональным
образовательным программам
высших и научных
организаций” // Rossiiskaya gazeta. №
215. 19.09.2012.] Приказ Минздрава
России от 03.08.2012 № 66н «Об
утверждении Порядка и сроков
совершенствования медицинскими
работниками и фармацевтическими
работниками профессиональных
знаний и навыков путем обучения по
дополнительным профессиональным
образовательным программам в
образовательных и научных
организациях» // Российская газета. №
215. 19.09.2012.

Malyshko A. Yu. Legal status of the
Russian Federation citizens when

rendering the medical aid:
Administrative and legal aspect:
Dissertation of Candidate of Juridical
Sciences. M., 2004. 164 p. [Malyshko A.
Yu. Pravovoi status grazhdan Rossiiskoi
Federatsii pri okazanii meditsinskoi
pomoschi: Adminstrative-pravovoi
aspect: dis. ... cand. jurid. nauk. M.,
2004. 164 s.] Малышко А. Ю.
Правовой статус граждан Российской
Федерации при оказании
медицинской помощи:
Административно-правовой аспект:
дис. ... канд. юрид. наук. М., 2004. 164
с.

Kanunnikova L.V. Substantiation of a
model of rendering the legal aid to the
medical workers, institutions and
organizations in an entity of the Russian
Federation: Author's abstract ...
Dissertation of Doctor of Medical
Sciences – Novosibirsk, 2006. – 34 p.
[Kanunnikova L.V. Obosnovaniamodeli
okazakia pravovoi pomoschi
meditsinskim rabotnikam,
uchrezhdenyam i organizatsiam v
subjekte Rossiiskoi Federatsii: avtoref.
... dis. d-ra m.n. – Novosibirsk, 2006. –
34 s.] Канунникова Л.В. Обоснование
модели оказания правовой помощи
медицинским работникам,
учреждениям и организациям в

субъекте Российской Федерации:
автореф. ... дис. д-ра м.н. –
Новосибирск, 2006. – 34 с.

Antoci, A., Maccioni, A.F., Galeotti,
M., Russu, P. Defensive medicine,
liability insurance and malpractice
litigation in an evolutionary model //
Nonlinear Analysis: Real World
Applications 47, с. 414-435.
DOI: 10.1016/j.nonrwa.2018.08.012

Dubay, L. , Kaestner, R. Email
Author, Waidmann, T.
Medical malpractice liability and its
effect on prenatal care utilization and
infant health // Journal of Health
Economics Volume 20, Issue 4, 2001,
Pages 591-611 **DOI:** : 10.1016/S0167-
6296(01)00082-0

Feess, E. Email Author Malpractice
liability, technology choice and negative
defensive medicine // European Journal
of Health Economics Volume 13, Issue 2,
April 2012, Pages 157-
167. **DOI:** 10.1007/s10198-010-0294-7
Fitzgerald, L. How clinical managers
(can) improve the health service
// British Journal of Hospital
Medicine, 76 (7), pp. 378-379. **DOI:**
10.12968/hmed.2015.76.7.378

Garcia-Retamero, R. Email
Author, Galesic, M., View
Correspondence (jump link), Max

Planck Institute for Human Develop. On defensive decision making: How doctors make decisions for their patients // Health Expectations. Volume 17, Issue 5, 2014, Pages 664-669. **DOI:** 10.1111/j.1369-7625.2012.00791.x

Garmann-Johnsen, N.F., Eikebrokk, T.R. Dynamic capabilities in e-health innovation: Implications for policies // Health Policy and Technology, 6 (3), pp. 292-301. **DOI:**

10.1016/j.hlpt.2017.02.003

Gardiyawasam Pussewalage, H.S., Oleshchuk, V.A. Privacy preserving mechanisms for enforcing security and privacy requirements in E-health solutions // International Journal of Information Management, Part B 36 (6), pp. 1161-1173. **DOI:** 10.1016/j.ijinfomgt.2016.07.006

Martin, G., Beech, N., Macintosh, R., Bushfield, S. Potential challenges facing distributed leadership in health care: Evidence from the UK National Health Service // Sociology of Health and Illness, 37 (1), pp. 14-29. **DOI:**10.1111/1467-9566.12171

Studdert, D.M., Mello, M.M., Sage, W.M., DesRoches, C.M., Peugh, J., Zapert, K., Brennan, T.A. Defensive medicine among high-risk specialist physicians in a volatile malpractice

environment // Journal of the American Medical Association Volume 293, Issue 21, 1 June 2005, Pages 2609-2617. **DOI:** 10.1001/jama.293.21.2609

Novak, S. Email Author, Djordjevic, N. Information system for evaluation of healthcare expenditure and health monitoring // Physica A: Statistical Mechanics and its Applications. Volume 520, 15 April 2019, Pages 72-80. **DOI:** 10.1016/j.physa.2019.01.007

Wu, J.-H., Kao, H.-Y., Sambamurthy, V. The integration effort and E-health compatibility effect and the mediating role of E-health synergy on hospital performance // International Journal of Information Management, Part B 36 (6), pp. 1288-1300. **DOI:** 10.1016/j.ijinfomgt.2016.09.002

DYNAMIC STABILITY IN THE CHANGEABLE WORLD AND ITS LEGAL PROVISION

Vladimir K. Duyunov¹

Ruslan V. Zakomoldin²

Tat'yana P. Butenko³

Arpenik R. Galoyan⁴

Abstract: The work aims at analyzing the issues of legal provision of social stability as a prerequisite of global and national safety under the changeable conditions of the contemporary world order. To this end, the authors analyze the Strategy of National Safety of the Russian Federation, approved by the Russian President in 2015, the data of sociological research of 2015–2018, statistical data, and special literature. As a result, the common notion of stability is formulated, its varieties are distinguished, features and meaning are determined. The necessity for harmonious combination of stability and changeability is highlighted. The importance of law in providing stability is emphasized. The modern trend of perpetual growth of the number of laws is criticized, as it results in the decrease

of their quality, systemic character and steadiness of legislation. The conclusion is made that the key factor of providing safety is dynamic stability – a harmonious combination of stability and dynamism of all social processes.

Keywords: dynamic stability, dynamism, changeability, safety, stability.

1. Introduction

One of the features characterizing the contemporary stage of development of Russia and the whole world is the growing instability of political, economic, interracial and other processes. This increases the topicality of the global strategic stability as a factor of providing peace and safety of mankind and searching for the ways to

¹ Togliatti State University

² Togliatti State University

³ Amur State University

⁴ Amur State University

optimize the balance between stability and dynamism in many spheres of public life and state development.

Recently, the Russian administration recognized that the strategic task and the main vector of the country development in the nearest perspective is the necessity to modernize the Russian society and state by improving the overall system of social relations and state structure. It was correctly noted that there is no alternative to the country modernization, as the Russia's lacing behind the leading states threatens the very existence of the country. Thus, it is actually the issue of the country's survival in the modern changeable world and the changing world order. The goal and tasks of the modernization process were to dramatically change all spheres of the state and society way of living, thus providing the new quality of the country's development and its joining the leading world states⁵.

In parallel to that, another trend was gaining strength and has recently become prevailing in the official policy

– namely, utmost enhancement of strategic stability, steady and seamless development of the human society as the crucial factor of providing the global and national safety. In this context, modernization was defined as a means to provide such stability.

2. Materials and methods

The idea of strategic stability was most fully expressed and officially formalized in the Strategy of National Safety of the Russian Federation, approved by the Decree of the Russian President of 31 December 2015 No. 683, which became the basis for forming and further implementing the state policy in the sphere of providing the national security of Russia (further – the Strategy)⁶. Thus, this document requires detailed analysis of its nature and content.

The notions, terms and definitions which we use in our research require etymological analysis, revealing their nature and content, thus we use reference books and dictionaries as sources.

⁵ Duyunov, V.K. 2012. Reformirovaniye ugolovnogo zakonodatelstva dolzhno byt obosnovannym [Reforming the criminal legislation should be well-grounded]. *Vestnik Samarskoy gumanitarnoy akademii*. No. 1(11). pp. 12-18.

⁶ Decree of the President of the Russian Federation of 31 December 2015 No. 683 "Strategy of National Security of the Russian Federation". *Collection of legislation of the Russian Federation*. 2016. No. 1 (part 1). Art. 212.

To ensure reliability and clear illustration of the theoretical provisions, we use the data of sociological research by “Public Opinion” Foundation and “Levada Analytical Centre” in 2017-2018, as well as the data of expert research of the economic situation in Russia and the world, carried out by Credit Suisse bank in 2015.

To ensure objectivity and comprehensiveness of the research, the authors used works by Russian and foreign scholars in the spheres of Humanities (law, sociology, political science, philology) and Natural Sciences (mathematics, physics), as well as economic science and management, in particular, the works by V.V. Aleshin and N.V. Ostroukhov (2008), R. Crockatt (1997), V.K. Duyunov (1982, 2012a, 2012b, 2014), Yu.D. Ilyin (2007), L.D. Landau and E.M. Lifshits (1964), I.I. Lukashuk (2000), A.A. Malinovskiy (1970), V.V. Sorokin (2003, 2008), R.A. Timofeeva (2013), R.V. Zakomoldin (2001a, 2001b, 2015), and others.

3. Results and discussion

The Strategy, first of all, gives an estimation of the global international safety and the national safety of Russia, as well as the current and emerging

threats, defines the system of national interests and strategic national priorities aimed at providing the national safety of Russia, formulates the goals, tasks and system of measures in the sphere of internal and external policy aimed at strengthening the national safety and sustainable development of the Russian state in the long term.

This said, one of the key conceptions of the Strategy is *the idea of stability and stabilization*. In particular, all sections of the document repeatedly emphasize the issue of providing stability and strengthening the reliability of the Russian national security components. Actually, stability is viewed as a necessary prerequisite, an essential factor of the country’s security.

Thus, *Section II Russia in the modern world* speaks of the increased role of Russia in *providing strategic stability* and the supremacy of international law in inter-state *relations* (Art. 8); states “*the conditions of instability of the global economy*” (Art. 9); “*growth of global and regional instability*” (Art. 13); decrease of the “*stability of the international economic relations system*” (Art. 24); an growth of “*international instability*” (Art. 25); existence of the “*states with instable*

internal political situation” (Art. 20) (here and further italicized by the authors).

In connection with that, the task is set: “to prevent threats to the national security, the Russian Federation focuses its efforts at strengthening the internal unity of the Russian society, *providing social stability, concord between nationalities and religious tolerance, eliminating structural imbalances* in economy and its modernization, enhancing the country’s defense capabilities” (Art. 26).

Section III Strategies formulates definitions and provides lists of interconnected national interests and strategic national priorities of the Russian Federation aimed at ensuring its national security. At that, the Russian national interests are defined as “objectively significant needs of a personality, society and state in providing their protection and sustainable development” (Art. 6); to them the Strategy refers, in particular: *providing the firmness* of constitutional system, sovereignty, independence, state and territorial unity of the Russian Federation; strengthening the national concord, *political and social stability* of the state and civil society; *ensuring*

steady demographic development of the country; *maintaining strategic stability* and mutually advantageous partnership relations under polycentric world” (Art. 30).

The Strategy lists the key strategic national priorities, which are defined as “the most important directions of ensuring national security” (Art. 6). These include, first of all, *strategic stability* (Art. 31). The strategic objectives of the country’s state and public safety are preserving civil peace, *political and social stability in the society* (Art. 42).

A special subsection “Strategic *stability* and equal strategic partnership” speaks of the Russia’s active foreign policy aimed at “*creating a stable and sustainable system of international relations* (Art. 87), “*providing the global strategic stability*” (Art. 100); it says that “in the relations with the international community, the Russian Federation relies on the *principles of preserving stability and predictability* in the sphere of strategic offensive weapons (Art. 101) and “facilitates involving other states, first of all possessing nuclear weapons, and those interested in mutual actions for providing global safety, *into the process of ensuring strategic stability*” (Art.

102).

At that, “in order to *preserve strategic stability* the Russian Federation, in particular: facilitates *maintenance* of the international legal system, preventing its defragmentation, weakening and selective application, which *lead to instability and conflicts*; enhances creation of appropriate conditions to reduce nuclear weapons without hampering international security and *strategic stability*; facilitates *strengthening regional stability* (Art. 104).

It is important that it seems to be the first time that creating decent living conditions is recognized as a state policy priority at official level, together with the *necessity to ensure social and social-political stability in the country*.

The final part of the above document emphasizes that implementation of the Strategy “is aimed at developing the national economy, improving the living standards of citizens, *enhancing political stability* in

the society, strengthening the defense, state and public safety, increasing competitiveness and international prestige of the Russian Federation”.

Recognizing the importance of the trend of stability strengthening as a mandatory prerequisite of national and global safety, stipulated by the above Strategy and other official documents, we have to admit that the world order, undoubtedly, needs stability, steadiness, predictability, as the alternatives are, accordingly: instability, unsteadiness, unpredictability of eth political and public life. Such alternatives are, unfortunately, well known to our country due to its complex history. Undoubtedly, the world should be secured from insufficiently thought out, hurried, unnecessary changes. Stability and safety are interrelated conditions, achieved by constant efforts to ensure stability of public relations, world order in general, and its progressive development⁷.

⁷ See in more detail, e.g.: Zakomoldin, R.V. 2001a. Diskussionnye voprosy ucheniya ob objekte ugovovno-pravovoy okhrany i obshchestvennoy bezopasnosti [Disputable issues of the doctrine of the object of criminal-legal protection and public safety]. *Vestnik Volzhskogo universiteta imeni V.N. Tatishcheva*, Iss. 14, pp. 179-188. Togliatti: VUiT. Pp. 118-127. Zakomoldin, R.V. 2001b. K voprosu o

ponyatii i sotsialno-pravovoy kharakteristike obshchestvennogo poryadka kak okhranyaemoy ugovovnym zakonom tsennosti [On the issue of the notion of social-legal characteristics of public order as a value protected by criminal law]. *Vestnik Volzhskogo universiteta imeni V.N. Tatishcheva*, Iss. 13. pp. 118-127. Togliatti: VUiT. P. 184.

But what is stability, what are its features, characteristics and limits? Is any stability desired and necessary? What is the meaning of stability in social sphere, in the spheres of law and legislation, and what roles do the latter play in providing social stability?

In the Russian language, **stability** (from Latin: *stabilis* – steady, constant) is defined as “solidity, steadiness, continuity”⁸; “constancy of a certain condition or level”; “ability of the system to function without changing its own structure and to stay in balance”⁹. Stable (Latin: *stabilis*) means “Steady, constant, set at a certain level, not changing”¹⁰; “solid, steady, constant”¹¹. Stabilization is “bringing into steady condition; maintaining the constancy of certain values, evenness, rhythm of certain processes, constancy of properties; state of firmness, constancy”¹²; “bringing into steady condition, solidification, making more

steady”¹³. To stabilize means “to bring into steady condition, state”¹⁴. Accordingly, “destabilization” (from French: *destabilization*) is “the process of depriving something of stability, steadiness”, which is opposite to stabilization¹⁵.

Judging by the above definitions, the **key, most general features of stability**, characterizing its most important properties, are the following features, analyzed below.

1) The notion of “stability (as well as the opposite notion of “instability”) is universal and multi-object, it has complex content – at one and the same time, it is philosophical, natural-scientific, politological, economic, legal, etc. This notion may characterize both space and time, physical, chemical, geological, social, psychological, medical, legal and other phenomena, processes, events, relations, etc. That is why this notion is widely

⁸ Ushakov, D.N. 2005. *Bolshoy tolkovyy slovar sovremennogo russkogo yazyka [Grand Thesaurus of the Russian Language]*. Moscow: Alta-Print. P. 1005.

⁹ Evgenyeva, A.P. (ed.) 1999. *Slovar russkogo yazyka [Dictionary of the Russian Language]*. RAN, Institut lingvisticheskikh issledovaniy. Moscow: Russkiy yazyk, Poligrafresursy.

¹⁰ *Slovar inostrannykh slov [Dictionary of foreign words]*. 1986. Moscow: Russkiy yazyk. P. 470.

¹¹ Ozhegov, S.I. 1987. *Slovar russkogo yazyka [Dictionary of the Russian Language]*. Moscow: Russkiy yazyk. P. 661.

¹² *Slovar inostrannykh slov [Dictionary of foreign words]*. 1986. Moscow: Russkiy yazyk. P. 470.

¹³ Ushakov, D.N. *Ibid.* P. 1005.

¹⁴ Ozhegov, S.I. *Ibid.* P. 661.

¹⁵ Ushakov, D.N. *Ibid.* P. 177.

used to characterize various objects: the objectively existing or imaginary phenomena, processes, events, conditions, etc., characterizing both the human existence and certain spheres of public life (political, economic, legal, etc.). At the same time, it may have a more specific meaning (for example, stability of wage payment, a law, a legal norm, etc.). Accordingly, the types of stability can be distinguished and classified by various grounds: global, international, national, strategic, economic, political, social, financial, state, legal, psychological, etc. The uniting conception for them is the set of features described below.

2) As a rule, and in the social sphere probably always, the object of stability has a rather complex internal structure and is a system of elements, interconnected with each other and with the environment. Depending on the closeness of these connections, one may distinguish the following systems: “discrete” (population) ones, where “individual elements are connected with each other not directly but through their

attitude to the environment”; rigid ones of “organism type”, with strong links between the elements and weak links between the elements and the environment, when “changing of one element leads to changes in other parts of the system”¹⁶; and intermediate between the above type – systems with various combinations of the discrete and rigid structures¹⁷. The character of interaction and the closeness of links have determining influence on the object’s stability, existence, and development. Thus, stability of the political, legal and other systems of a state largely depend on the stability of the country’s economy and, in turn, influence it. The stability of legislation largely depends on the stability of public life.

3) Steadiness, solidity, constancy of the object, its structure and functions. This feature is directly connected with the notion of norm, as it is the ability of the object to sustain the state which is normal for it, corresponds to its purpose and function. For example, in the social sphere it is the optimal state of an object, corresponding to the rules generally

¹⁶ Malinovskiy, A.A. 1970. Teoriya struktur i ee mesto v sistemnom podkhode [Theory of structures and its position in the systemic approach]. *Sistemnye issledovaniya*. Moscow. P. 14.

¹⁷ Duyunov, V.K. 1982. Sistema dopolnitelnykh nakazaniy [System of additional punishments]. *Izvestiya AN Kirg. SSR*. No. 6. P. 64.

accepted under the current historical conditions and characteristic for the public existence, or representing the desired model¹⁸. Accordingly, in the legal sphere, stability is sustainable state of the legal system in general and the legislation system, their ability to retain their essential characteristics and to duly function without significant dramatic changes for a relatively long time¹⁹.

4) Presence of sufficient grounds for stability and solidity of an object, for objective necessity and demand for it.

Stability of any social system is a consequence of natural and natural-historical processes. In particular, for stability in the legal sphere it is necessary that the public relations, protected and regulated by law, remain stable.

One should agree with V.V. Sorokin who, marking the great role of Constitution in stabilizing the public-political life of a country, at the same time believed that “it can define the most common conditions of the society stability, implying the ideals of public

development and forms of settling conflicts between the branches of power”²⁰, but no more than that. The author correctly noted that the grounds for true stabilization would appear no sooner than “when within the law implementation process the stable, predictable social relations start to form between the subjects of law. ...The state does not become democratic or legal if the corresponding definitions are stipulated in the Constitution. Nor does a civil society appear due to that. That is why not formal-legal, but truly factual situation in the society characterizes its stability. Thus, with the help of the Constitution, conditions for stabilizing the public life are created, but not stability per se”²¹.

Also, one should agree with K. Marx that the basis relations – economic production relations, and, first and foremost, property relations – determine the society development. Their condition determines the superstructural relations: political, legal, social, cultural, spiritual,

¹⁸ See in more detail, e.g.: Kudryavtsev, V.N. 1962. *Retsenziya na monografiyu “B.S. Nikiforov. Obyekt prestupleniya po sovetskomu ugovnomu pravu”* (1960, Moskva) [Review of the monograph by B.S. Nikiforov “Object of crime according to the Soviet criminal law” (1960, Moscow)]. *Pravovedeniye*, No. 1, pp. 171-174.

¹⁹ Sorokin, V.V. 2008. *Teoriya gosudarstva i prava perekhodnogo perioda*

[*Theory of state and law in the transitional period*]. Novosibirsk: NGI.

²⁰ Sorokin, V.V. 2003. *Konstitutsiya Rossiyskoy Federatsii 1993 goda: kriterii stabilnosti* [Constitution of the Russian Federation of 1993: criteria of stability]. *Konstitutsionnoye i munitsipalnoye pravo*. No. 5, pp. 2-6.

²¹ *Ibid.* Pp. 2-6.

etc., which are determined by economic relations, depend on them, but, in turn, influence the basis relations, facilitating or hampering them, impeding their development. Accordingly, stability or instability of the basis, economic relations will have a determining influence on the level of stability or instability of political, legal, social, cultural, spiritual, and other superstructural relations, while the latter have a reverse influence on the level of stability of the basis, economic relations in the society at the appropriate stage of its development²².

5) Ability of the object to resist various external factors influencing it.

As was noted above, stability of any systemic object depends on many factors of the environment with which the object and its constituent elements interact.

The state of stability may demonstrate various degrees of resistance to external impacts (risks, threats). For example, in Physics there are three kinds of states according to this criteria: *stable* – maintained by the object even under large disturbances; *instable* –

when the object stability is upset even under minor disturbances, and *metastable* – the state of quasi-stable equilibrium of the physical system, when the object stability is preserved under minor disturbances²³. We believe that the above classification is fully applicable to characterizing the researched social aspects of the stability issue, reflecting the various levels of its stability to the external factors of various intensity – “disturbances” (risks, threats, etc.), which produce destabilizing effect. Estimating the state of the contemporary Russian society from this viewpoint, it would be appropriate, in our opinion, to characterize it as metastable.

Article 43 of the Strategy lists the key threats to the state and public security, which destabilize the status quo. These include: reconnaissance and other activities of special services, organizations, and individuals, affecting the national interests; activities of terrorist and extremist organizations, aimed at forcible upheaval of the constitutional order in the Russian Federation, destabilization of

²² Marx, K. K kritike politicheskoy ekonomii [On the critique of political economy]. In: Marx, K. and Engels, F., *Works*. Vol. 13. Pp. 6–7; Marx, K. *Capital*. Vol. 1. Pp. 198-206.

²³ See, e.g.: Landau, L.D. and Lifshits, E.M. 1964. *Statisticheskaya fizika [Statistical physics]*. Part 1. Moscow: Nauka. Available at <https://ru.m.wikipedia.org>. Accessed on 20.02.2019

functioning of state administration bodies, threatening of the population; activities of radical public associations and groups, as well as individuals, aimed at distorting the unity and territorial integrity of the Russian Federation, destabilizing the intra-political and social situation in the country; activities of criminal organizations and groups; activities related to dissemination and propaganda of fascist, extremist, terrorist and separatist ideologies, distorting the civil peace, political and social stability in the society; criminal trespasses; corruption; natural disasters, accidents, and catastrophes.

Unfortunately, the legislator “overlooked” such threats to stability, national security and global safety as the monstrous and still deepening social stratification in the country and the world and the related feeling of injustice, which are fraught with an extremely dangerous potential of most disastrous social shocks. For example, according to the data by Credit Suisse bank experts, 1% of the Earth population own a half of the planet’s wealth. In Russia, just 10% of the population own 87% of all the

country’s wealth, which is much worse than the situation in all other large states²⁴.

Counteraction to all these threats is crucial for strengthening the stability of public relations and providing national security of our country and the global community in general.

6) Temporal factor – preservation of the original (desired, objectively necessary) properties and functions by the object during a significant period of time. The duration of the said “significant period of time” will be different for different objects. As for absolute stability – stability “forever”, it is probably possible only in regard to objective laws of nature: universal gravitation, inertia, etc. The frequently used (in particular, in the Strategy under study) term “strategic stability” just emphasizes the desirability of the maximally long period of stability. The periods of stability of social, in particular, state and legal objects are apparently various and less long; they are determined by multiple factors, first of all, those mentioned in clauses 4 and 5

²⁴ *Expert.ru information portal.* Available at <http://expert.ru/2015/10/14/polovina-mirovogo->

[bogatstva-v-rukah-odnogo-protsenta-naseleniya-planetyi/](http://expert.ru/2015/10/14/polovina-mirovogo-bogatstva-v-rukah-odnogo-protsenta-naseleniya-planetyi/). Accessed on 20.02.2019..

above, which varied duration of the impact period.

7) Estimation of stability and its consequences in the public opinion. The results of research carried out by “Public Opinion” Foundation show that stability and safety occupy one of the key positions in the value system of the Russians and are associated with such notions as order, wellbeing, composure, confidence in the future, balance and reliability²⁵. In the juridical scientific literature, stability in all spheres of public life is considered to be an advantage and a necessary condition for building the rule of law and a civil society²⁶.

Today, the President, the Parliament, and the ruling party in general consider stability to be an essential, obligatory and indispensable condition of further development of the country; as for the representatives of the extreme opposition, they, on the contrary, resolutely come out for

changes, believing that the officially propagated stability is essentially stagnation²⁷. However, we think that if opposition occupied top position in the state administration, it would immediately become the proponent of stability.

In regard to this, one should bear in mind that stability in the society is determined not only by the attitude of the state authorities (as well as the opposition) to the population, but also by the attitude of the population to the state authorities (or, respectively, to the opposition), which may be manifested in assessing the situation in the country by the public opinion or in forming the extreme (revolutionary) situations, when “the rulers are unable and the ruled ones are unwilling to go on as before”²⁸.

Unfortunately, sociological researches give ground for alarming conclusions, showing that the number of the Russian citizens negatively assessing the state authorities’ functioning has

²⁵ *Obshchestvennoye mneniye Foundation official web-site.* Available at <https://corp.fom.ru>. Accessed on 20.02.2019.

²⁶ See, e.g.: Pravoporyadok i pravovye zakony: sootnosheniye v usloviyakh formirovaniya grazhdanskogo obshchestva i pravovogo gosudarstva [law order and laws: coordination under formation of a civil society and legal state]. *Legal space of Russia: issues of theory, history, and practice: Works of All-Russia scientific-practical conference.* 28-29

May 2010. Slavyansk-na-Kubani: ITS SGPI. Pp. 89-94.

²⁷ See, e.g.: *Putin: Stabilnost – vazhneysheye usloviye razvitiya strany.* RBK information portal. Available at <https://rbc.ru/society/20/12/2012/5704014d9a7947fcbd443d48>. Accessed on 20.02.2019.

²⁸ Lenin, V.I. *Detskaya bolezn “levizny” v kommunizme* [“Left-wing” communism: an infantile disorder]. *Complete works.* Vol. 41. Pp. 69-70.

been growing recently. For example, by the data of Levada Analytical Center, the share of the Russians thinking that Russia is going the right way decreased from 57% to 49% during the recent year (October 2017 – October 2018) while the number of those who think that the country is going in the wrong direction increased from 27% to 40%²⁹.

The poll on the level of approval of activities of the key authorities of the country showed that, in particular, in the recent year, the share of the Russian approving activity of Vladimir Putin as the Russian President decreased from 82% to 66%, and the share of those who disapprove of his activity, on the contrary, increased from 17% to 33%. In the same period the level of approval of the activities of Dmitry Medvedev as the Head of the Russian government decreased from 46% to 34%, and the share of those who disapprove of his activity increased from 53% to 64%. Similar dynamics is revealed concerning the activities of the Russian government: the level of approval decreased from

48% to 41%, the level of disapproval increased from 51% to 57% of the respondents. The level of approval of the activity of the State Duma decreased from 41% to 36%, the share of those who disapprove of its activity increased from 57% to 62%³⁰.

Apparently, the society is tired of endless changes – “reconstructions”, “accelerations”, “stabilizations”, “reforms”, “optimizations”, “modernizations”, etc. Many citizens are convinced that the activity of the authorities and officials does not correspond to the interests of the bulk of the population. The citizens note that the actions of the authorities are not transparent, but contradictory and egoistic, connected with lobbying of their own or some other groups’ interests, or are a result of inability to see the consequences of their actions; thus, most often they cause rejection and annoyance, disbelief in reasonability of the decisions taken³¹. As a result, everything remains at the level of talks, fair promises, frugal and not always

²⁹ The poll was carried out on 18-24 October 2018 in a representative all-Russia sample of urban and rural population, 1600 people aged 18 and older in 136 settlements in 52 RF subjects. The research was carried out at respondents’ homes by personal interview. Distribution of the answers is given in percent to the overall number of the respondents together

with the data of previous polls. *Levada-Tcentr official web-site*. Available at <https://levada.ru>. Accessed on 20.02.2019.

³⁰ *Levada-Tcentr official web-site*. Available at <https://levada.ru>. Accessed on 20.02.2019.

³¹ *Ibid.*

consequential attempts of the authorities to change the situation for the better.

At the same time, rather reassuring are the assessments of the activities of the heads of the Russian regions, which reflect the positive dynamics: during the recent year, the share of citizens approving the activities of governors, Presidents of Republics, and Moscow mayor increased from 53% to 58%, while the share of those who disapprove of their activity decreased from 44% to 40%. One may suggest that such positive dynamics is not characteristic for all regions of the country; nevertheless, it proves that authorities can be positive and efficient.

The reasons underlying the above indicators are a topic of a separate voluminous research. Here we should only mention that, by the data of Levada Analytical Center, to the question about the need for changes, 44% of the respondents answered that just minor changes are necessary. The main goal of such transformations, according to the people's opinion, should be increasing the living standards and wellbeing of the population³². In this case the above-mentioned threats can be efficiently overcome by mutual efforts.

8) Stability of the object (system), often defined as “sustainability” should not be viewed literally as a kind of their absolute “steadiness”, unchangeability. Actually, the object per se and its property of stability are developed in time and space. There are no grounds to think that the said development does not follow the universal laws of dialectics: unity and struggle of opposites; transition from quantity to quality; negation of negation; and determinism.

Stability of the object (system) is relative; thus said, any stable condition, as well as unstable one, always has its own moving causes, the consequence (result) of which it is. In turn, stable or unstable condition may become the cause of various consequences (results), like destabilization of certain spheres of life, as is mentioned, in particular, in the Strategy.

Any object constantly develops due to the internal and external contradictions, which serve as a source of the object's permanent development. The world may not remain unchanged; economic, political, and legal systems need to develop, change and improve, otherwise stability may turn into

³² *Ibid.*

stagnation; lagging behind the requirements of life and probable collapse are extreme and undesirable manifestations of that.

It is assumed that stability appears as a result of achieving some dynamic equilibrium, balance in the struggling of opposites; that it can be characterized as normal, optimal condition of the object, when the relevant – economic, political, legal or other system achieves its maturity (perfection) and “stops” for some time at that optimal, “comfortable” level. However, within such system the interactions of its contradictory components continue, which determine its further development. A relevant example is, in particular, the law of outstripping development of the society’s production forces³³.

9) Normal existence and development of any object is related to objective striving for the above-mentioned dynamic equilibrium and implies optimal, to the extent possible

³³ Marx, K. K kritike politicheskoy ekonomii [On the critique of political economy]. In: Marx, K. and Engels, F., *Works*. Vol. 13. Pp. 6-7; Marx, K. and Engels, F., Manifesto Kommunisticheskoy partii [Manifesto of the Communist Party]. In: Marx, K. and Engels, F., *Works*. Vol. 4. P. 429; Lenin, V.I. Imperializm kak vysshaya stadiya kapitalizma [Imperialism as the supreme stage of capitalism]. *Complete works*. Vol. 27. Pp. 385-406.

harmonious, combination of the elements of stability and changeability.

Such equilibrium may be a result of a certain reasonable compromise between the values which, on the one hand, constantly reproduce the system and its environment (conditionally – centripetal), and on the other hand, hose trying to change it³⁴ (conditionally – centrifugal). The resulting dynamic equilibrium as a “golden mean” between stability and changeability of the object (system) properties was proposed to term “dynamic stability”. For example, R.A. Timofeeva defines dynamic stability as “the ability of the system at a certain moment of time to maintain itself without changing its internal environment under external impact”³⁵.

The issue of this phenomenon, of the essence of the mentioned “harmonious combination” and “golden mean”, of where to find it and how to ensure harmony and stability – this issue is extremely complex, which implies the

³⁴ See, e.g.: Sorokin, V.V. 2008. *Teoriya gosudarstva i prava perekhodnogo perioda* [Theory of state and law in the transitional period]. Novosibirsk: NGI.

³⁵ Timofeeva, R.A. 2013. O dinamicheskoy stabilnosti v demograficheskoy krizise [On dynamic stability under demographic crisis]. *Vestnik Novgorodskogo gosudarstvennogo universiteta*, No. 74, Vol. 1, p. 14.

need for its further scientific comprehension.

The essence of the idea of dynamic stability was formulated by a British scholar Richard Crockatt: “The notion of stability includes the idea of adaptation to change, though, as one may assume, change within certain limits. Defining these limits is the task for theoreticians of stability”³⁶.

In our opinion, the idea of stability (including its dynamic aspect) is embedded in the Strategy under study and should be implemented in the context of the Russia’s national security, which is defined in the document as “the condition of protection of a personality, society and state against internal and external threats, under which the implementation of Constitutional rights and freedoms of the Russian citizens is ensured..., decent quality and standard of living, sovereignty, independence, state and territorial integrity, sustainable social-economic development of the Russian Federation. National security includes the country’s defense and all kinds of safety stipulated by the Constitution of the Russian Federation

and legislation of the Russian Federation, first of all, state, public, informational, ecological, economic, transport, energy safety, and security of a personality” (Art. 6 of the Strategy). Taking into account the above said, as well as the fact that the Strategy per se “is based on inseparable interlink and interdependence between the national security of the Russian Federation and social-economic development of the country” (Art. 5), we believe that the document speaks of that very changing, dynamic stability. This said, we, however, consider it expedient to specify that the stable national security of Russia may not be guaranteed without the stability of global (international, collective) safety, which can be defined, for instance, as the condition of protection of the relevant object – the human community as a whole (humanity) against all possible threats related to its existence and development and coming from the environment in which the object exists and with which it has to interact.

The above features of stability, undoubtedly, refer to the social sphere as

³⁶ Crockatt, R. 1997. *Theories of Stability and the End of the Cold War. From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in*

the 1980s. Available at <https://studfiles.net/preview/5771211/page/9/>. Accessed on 20.02.2019. P. 61.

well, including to the stability of political and legal systems. It is in this sphere that the studied problem becomes especially topical today, as stability of political and legal systems extremely significantly influences the public life in general (including economy), being, as was noted above, a factor providing national security; at the same time, it requires scientific comprehension and practical provision³⁷.

Undoubtedly, law plays a special and extremely important role in providing stability and national security of the country.

Aimed at providing steadiness of existing relations, consolidating the order formed sometimes during centuries, law is conservative by nature; it requires stability, obedience to the previously set rules; thus it serves as a factor of stabilization of public relations. The system of law is composed of multiple norms – the compulsory for all rules of conduct stipulated by the state, which became such due to stability and

general acceptance of the forms of conduct recognized as normal. The norm is what is normal, what was being formed by centuries and is intended for multiple implementations in the future, what is recognized as optimal, most expedient and as such stipulated as a model, an etalon for the future³⁸.

That is logical and reasonable. As was shown above, stability in the society is obligatory; to be more precise, it is preferable, as reliable la order is impossible without stability. Stability of law (and, accordingly, legislation formalizing it) implies its steadiness, relative constancy, undesirability of frequent, moreover hurried, not properly thought out, unsubstantiated and contradictory changes. In its stable condition, law is aimed at regulating the life of the society, to serve for strengthening the sustainability and predictability of public relations; it allows forecasting the variants of public development with probable consequences.

³⁷ See in more detail, e.g.: Ilyin, Yu.D. 2007. *Pravo cheloveka i gosudarstva na bezopasnost v sovremennom mire [Right of a human and state for safety in the modern world]*. Moscow: Norma. Pp. 179-276; Aleshin, V.V. and Ostroukhov, N.V. 2008. *Teoreticheskiye i metodologicheskiye osnovy ispolzovaniya osnovnykh pravovykh rezhimov v period vooruzhennykh konfliktov [Theoretical and methodological bases of using the key legal*

regimes during armed conflicts]. Moscow: Yurlitinform. Pp. 5-14.

³⁸ See: Duyunov, V.K. 2014. *Stabilnost i dinamizm v ugolovnom zakonodatelstve. Aktualnye problemy teorii i praktiki primeneniya ugolovnogo zakona [Stability and dynamism in criminal law. Topical issues of the theory and practice of applying criminal law]*. *Collection of works of the 1st All-Russian scientific-practical conference*. pp. 49-57. Moscow: RAP. P. 51.

However, one should realize that the serving role of law, the social purpose and essence of the institutions and norms constituting law, consists in providing progressive development of the society, in serving as tools for the state to solve its tasks related to governing and ensuring the public security. As the most important social regulator and “guard of order”, law must facilitate progressive initiatives and bar everything which hampers them. Implementation of the great plans and solving of vast tasks set for the country, particularly, in the Messages of President V.V. Putin to the Federal Assembly of the Russian Federation³⁹ would be impossible without their legal provision, eliminating the hampering obstacles (corruption, embezzlements, alcohol and drug addiction, impoverishment of the population, etc.), appropriate use of legal tool, and cardinal modernization of the law-enforcement, judicial, and other systems of the state.

To fulfill its progressive role, the “conservative” law and, accordingly, legislation, must always “be toned” – constantly improve in line with time,

duly and adequately respond to the challenges of today⁴⁰.

At the same time, this processes must follow the rule of the “golden mean”, responding to the challenges moderately and adequately, appropriately and successively, persistently, but circumspectly. This work must be carried out systematically and consistently, in analytical-creative manner. Legislative activity also should be characterized by dynamic stability; the optimal balance between its constituents – stability and changeability of the national legislation – should be searched for.

It is obvious that law and legislation, like public life in general, should harmoniously comprise elements of stability and dynamism; only in that case they can serve as efficient regulators, maintainers and protectors of public relations.

This conclusion is apparent, and there would have been no need to talk about it, but for the recent trend of perpetual growth of the number of laws, their amendments and additions at federal and regional levels, accompanied

³⁹ E.g.: Message of the President of the Russian Federation to the Federal Assembly of the Russian Federation of 01.03.2018. *Rossiyskaya gazeta*, 2 March 2018.

⁴⁰ See in more detail, e.g.: Lukashuk, I.I. 2000. *Globalizatsiya, gosudarstvo, pravo, XXI vek [Globalization, state, law, 21st century]*. Moscow: Spark.

by decrease of their quality, which, whether intentionally or not, destroys the stability and system of the legislation⁴¹. Synchronism and balance in the legislation development are now lost. The laws adopted in Russia today are numerous. Undoubtedly, in general this trend is reasonable, but one should not go to the extreme, arguing for unlimited growth of their numbers, as reliance on the mechanically increasing the number of laws will not yield appropriate results.

We should also note the technical defects of the law-making process: chaos in forming the massifs of norms, rush for the number of laws as an end in itself, unjustified haste in preparing drafts of significant legal decisions, ignoring the rules of law-making technique elaborated by practice, drawbacks in planning the preparatory work, etc. In many cases, drafts are prepared in great haste, ad hoc, without attentive and

comprehensive study of the normative innovations or forecasts of their efficiency, without appropriate economic, financial, ecological and other calculations or scientific substantiation. Sometime dozens of laws are adopted in one day, or drafts of laws are adopted at several readings at a time⁴².

Undoubtedly, law should change, but in order to provide stability, not to hamper it. The main thing when making changes is their logic, compliance with the demands of life. Solving the issue of “the golden mean” between stability and changeability of legislation, we would prefer stability, so that changes to laws could be introduced strictly in compliance with the principle of reasonable expediency.

The unstable legislation with frequent, hurried, not sufficiently thought-out, in particular

⁴¹ See: Duyunov, V.K. 2014. *Stabilnost i dinamizm v ugovnom zakonodatelstve. Aktualnye problemy teorii i praktiki primeneniya ugovnogo zakona* [Stability and dynamism in criminal law. Topical issues of the theory and practice of applying criminal law]. *Collection of works of the 1st All-Russian scientific-practical conference*. pp. 49-57. Moscow: RAP. Pp. 53-54; Duyunov, V.K. 2012b. *Sistemnost – vazhneysheye svoystvo prava, neobkhodimaya predposylka ego effektivnosti. Aktualnye problemy ugovnogo prava, protsess i kriminalistiki* [Systemic character as the most important quality of law, the essential prerequisite of its efficiency. Topical issues of

criminal law, procedure and criminology]. *Works of the 4th International scientific-practical conference, 2 November 2012 (Ukraine, Odessa)*. pp. 78-81. Odessa: Feniks.

⁴² See in more detail, e.g.: Pigolkin, A.S., Golovistikova, A.N., Dmitriev, Yu.D., and Saidov A.Kh. 2005. *Teoriya gosudarstva i prava* [Theory of state and law]. Moscow: Yurayt-Izdat. Pp. 572-591; Zakomoldin, R.V. (ed.). 2015. *Problemy rossiyskogo zakonodatelstva: istoriya i sovremennost* [Issues of the Russian legislation: history and modernity]. *Works of International scientific-practical conference*. Samara: Samarskaya gumanitarnaya akademiya. Pp. 3-8.

unsubstantiated and contradictory, changes influences negatively on public life, disorients citizens, forms legal nihilism, decreasing the authority of state power and the law, and increases the offense rates. For example, according to the data by Levada-Tsentr, just 17% of the population think that the legislative power functions efficiently and adopts important and necessary laws⁴³.

The high dynamism of legislative changes, which could be generally referred to the merits of legislative activity, turns into its opposite in cases when the decisions taken are contradictory, not sufficiently thought-out, not substantiated by social changes and not relying on scientific basis; then it becomes a drawback, destroying the stability of legislation, which is a factor of its efficiency, probably more important than changeability⁴⁴.

4. Conclusion

Thus, **stability** is a certain state, condition (status quo) of an object – a political, economic, legal and other

system, of other phenomena, processes, events, etc., characterized by balance, equilibrium, coordination between its elements and structure as a whole, being the result of a certain reasonable compromise; it implies resistibility to change and external impacts of various intensity (risks, threats), ability to maintain the previously set parameters during a certain (preferably long) period of time and to execute the required functions under the set and/or desired regimes and conditions; it is with them that the public conscience associates its conceptions of order, safety, wellbeing, composure, and confidence in the future.

At that, the relative character of stability, its property of tending to the optimal, “comfortable” compliance with the constantly changing objective conditions characterize it as a dynamic one.

Stability of any object (system) is relative. Any object is constantly developing. Accordingly, public relations cannot but change, and that is an objective truth. The economic,

⁴³ *Obshchestvennoye mneniye – 2017. Yearbook*. 2018. Moscow: Levada-Tsentr. P. 100.

⁴⁴ See in more detail: Duyunov, V.K. 2012b. Sistemnost – vazhneysheye svoystvo prava, neobkhodimaya predposylka ego effektivnosti. Aktualnye problemy ugolovnogo prava, protsessy i kriminalistiki [Systemic

character as the most important quality of law, the essential prerequisite of its efficiency. Topical issues of criminal law, procedure and criminology]. *Works of the 4th International scientific-practical conference, 2 November 2012 (Ukraine, Odessa)*. pp. 78-81. Odessa: Feniks.

political, legal and other systems have to develop and improve; otherwise stability may turn into stagnation and regress, which may lead to collapse.

Thus, stability is the result of a certain dynamic equilibrium, the balance of the opposites – stability and dynamism. We propose to term such dynamic equilibrium between stability and changeability **the dynamic stability**.

Thus, stability (sustainability, rigidity) and dynamism (changeability) are the essential characteristics of public relations, as well as of the law and legislation which regulate these relations. They are interconnected and at the same time opposite, mutually implying and at the same time mutually excluding each other, like “two sides of the same coin”. Harmonious combination of these characteristics (dynamic stability) may bring positive social results, while their disharmony is, accordingly, fraught with significant social problems, shocks and disturbances.

Law, legal tools and legal regulation play an exclusively important role in providing social stability in all its variations. To accomplish this role, the law per se, legislation, and the legal

system in general must correspond to social needs, be adequate and relevant towards the changing public relations, be demanded by the society. In case of the absence or disturbance of such correspondence, amendments and additions must be made to restore it.

The task of the legal science is to reveal and estimate the inconsistencies and to elaborate proposals for eliminating them, in order to restore consistency and, as a result, efficiency of legal regulation of social processes.

References

- Aleshin, V.V. and Ostroukhov, N.V. 2008. *Teoreticheskiye i metodologicheskiye osnovy ispolzovaniya osnovnykh pravovykh rezhimov v period vooruzhennykh konfliktov* [Theoretical and methodological bases of using the key legal regimes during armed conflicts]. Moscow: Yurlitinform.
- Crockatt, R. 1997. *Theories of Stability and the End of the Cold War. From Cold War to Collapse: Theory and World Politics in the 1980s*. Available at <https://studfiles.net/preview/5771211/page:9/>. Accessed on 20.02.2019.
- Decree of the President of the Russian Federation of 31 December 2015 No.

- 683 “Strategy of National Security of the Russian Federation”. *Collection of legislation of the Russian Federation*. 2016. No. 1 (part 1). Art. 212.
- Duyunov, V.K. 1982. Sistema dopolnitelnykh nakazaniy [System of additional punishments]. *Izvestiya AN Kirg. SSR*. No. 6. pp. 63-70.
- Duyunov, V.K. 2012a. Reformirovaniye ugolovnogo zakonodatelstva dolzhno byt obosnovannym [Reforming the criminal legislation should be well-grounded]. *Vestnik Samarskoy gumanitarnoy akademii*. No. 1(11). pp. 12-18.
- Duyunov, V.K. 2012b. Sistemnost – vazhneysheye svoystvo prava, neobkhodimaya predposylka ego effektivnosti. Aktualnye problemy ugolovnogo prava, protsessa i kriminalistiki [Systemic character as the most important quality of law, the essential prerequisite of its efficiency. Topical issues of criminal law, procedure and criminology]. *Works of the 4th International scientific-practical conference, 2 November 2012 (Ukraine, Odessa)*. pp. 78-81. Odessa: Feniks.
- Duyunov, V.K. 2014. Stabilnost i dinamizm v ugolovnom zakonodatelstve. Aktualnye problemy teorii i praktiki primeneniya ugolovnogo zakona [Stability and dynamism in criminal law. Topical issues of the theory and practice of applying criminal law]. *Collection of works of the 1st All-Russian scientific-practical conference*. pp. 49-57. Moscow: RAP.
- Evgenyeva, A.P. (ed.) 1999. *Slovar russkogo yazyka [Dictionary of the Russian Language]*. RAN, Institut lingvisticheskikh issledovaniy. Moscow: Russkiy yazyk, Poligrafresursy.
- Expert.ru information portal*. Available at <http://expert.ru/2015/10/14/polovina-mirovogo-bogatstva-v-rukah-odnogo-protsenta-naseleniya-planety/>. Accessed on 20.02.2019.
- Ilyin, Yu.D. 2007. *Pravo cheloveka i gosudarstva na bezopasnost v sovremennom mire [Right of a human and state for safety in the modern world]*. Moscow: Norma.
- Kudryavtsev, V.N. 1962. Retsenziya na monografiyu “B.S. Nikiforov. Obyekt prestupleniya po sovetskomu ugolovnomu pravu” (1960, Moskva) [Review of the monograph by B.S. Nikiforov “Object of crime according to the Soviet criminal law” (1960, Moscow)]. *Pravovedeniye*, No. 1, pp. 171-174.
- Landau, L.D. and Lifshits, E.M. 1964. *Statisticheskaya fizika [Statistical*

physics]. Part 1. Moscow: Nauka. Available at <https://ru.m.wikipedia.org>. Accessed on 20.02.2019.

Lenin, V.I. Detskaya bolezn “levizny” v kommunizme [“Left-wing” communism: an infantile disorder]. *Complete works*. Vol. 41.

Lenin, V.I. Imperializm kak vysshaya stadiya kapitalizma [Imperialism as the supreme stage of capitalism]. *Complete works*. Vol. 27.

Levada-Tcentr official web-site. Available at <https://levada.ru>. Accessed on 20.02.2019.

Lukashuk, I.I. 2000. *Globalizatsiya, gosudarstvo, pravo, XXI vek* [Globalization, state, law, 21st century]. Moscow: Spark.

Malinovskiy, A.A. 1970. *Teoriya struktur i ee mesto v sistemnom podkhode* [Theory of structures and its position in the systemic approach]. *Sistemnye issledovaniya*. Moscow.

Marx, K. and Engels, F., *Manifest Kommunisticheskoy partii* [Manifesto of the Communist Party]. In: Marx, K. and Engels, F., *Works*. Vol. 4.

Marx, K. K kritike politicheskoy ekonomii [On the critique of political economy]. In: Marx, K. and Engels, F., *Works*. Vol. 13.

Message of the President of the Russian Federation to the Federal Assembly of the Russian Federation of 01.03.2018. *Rossiyskaya gazeta*, 2 March 2018.

Obshchestvennoye mneniye – 2017. Yearbook. 2018. Moscow: Levada-Tcentr.

Obshchestvennoye mneniye Foundation official web-site. Available at <https://corp.fom.ru>. Accessed on 20.02.2019.

Ozhegov, S.I. 1987. *Slovar russkogo yazyka* [Dictionary of the Russian Language]. Moscow: Russkiy yazyk.

Pigolkin, A.S., Golovistikova, A.N., Dmitriev, Yu.D., and Saidov A.Kh. 2005. *Teoriya gosudarstva i prava* [Theory of state and law]. Moscow: Yurayt-Izdat.

Pravoporyadok i pravovye zakony: sootnosheniye v usloviyakh formirovaniya grazhdanskogo obshchestva i pravovogo gosudarstva [law order and laws: coordination under formation of a civil society and legal state]. *Legal space of Russia: issues of theory, history, and practice: Works of All-Russia scientific-practical conference*. 28-29 May 2010. Slavyansk-na-Kubani: ITS SGPI.

Putin: Stabilnost – vazhneysheye usloviye razvitiya strany. RBK

information portal. Available at <https://rbc.ru/society/20/12/2012/5704014d9a7947fcbd443d48>. Accessed on 20.02.2019.

RIA Novosti information portal. Available at <https://ria.ru/society/20180927/1529460701.html>. Accessed on 20.02.2019.

Slovar inostrannykh slov [Dictionary of foreign words]. 1986. Moscow: Russkiy yazyk.

Sorokin, V.V. 2003. Konstitutsiya Rossiyskoy Federatsii 1993 goda: kriterii stabilnosti [Constitution of the Russian Federation of 1993: criteria of stability]. *Konstitutsionnoye i munitsipalnoye pravo*. No. 5, pp. 2-6.

Sorokin, V.V. 2008. *Teoriya gosudarstva i prava perekhodnogo perioda [Theory of state and law in the transitional period]*. Novosibirsk: NGL.

Timofeeva, R.A. 2013. O dinamicheskoy stabilnosti v demograficheskoy krizise [On dynamic stability under demographic crisis]. *Vestnik Novgorodskogo gosudarstvennogo universiteta*, No. 74, Vol. 1, pp. 13-16.

Ushakov, D.N. 2005. *Bolshoy tolkovyy slovar sovremennogo russkogo yazyka [Grand Thesaurus of the Russian Language]*. Moscow: Alta-Print.

Zakomoldin, R.V. (ed.). 2015. Problemy rossiyskogo zakonodatelstva: istoriya i sovremennost [Issues of the Russian legislation: history and modernity]. *Works of International scientific-practical conference*. Samara:

Samarskaya gumanitarnaya akademiya. Zakomoldin, R.V. 2001a. Diskussionnye voprosy ucheniya ob obyekte ugolovno-pravovoy okhrany i obshchestvennoy bezopasnosti [Disputable issues of the doctrine of the object of criminal-legal protection and public safety]. *Vestnik Volzhskogo universiteta imeni V.N. Tatishcheva*, Iss. 14, pp. 179-188. Togliatti: VUiT.

Zakomoldin, R.V. 2001b. K voprosu o ponyatii i sotsialno-pravovoy kharakteristike obshchestvennogo poryadka kak okhranyaemoy ugolovnym zakonom tsennosti [On the issue of the notion of social-legal characteristics of public order as a value protected by criminal law]. *Vestnik Volzhskogo universiteta imeni V.N. Tatishcheva*, Iss. 13, pp. 118-127. Togliatti: VUiT

POLISH THINK TANKS' ACTIVITY IN THE EUROPEAN SOFT POWER POLICY

Alexandr Grigorev¹

Nikolai Grishin²

Rafik Usmanov³

Yulia Mironova⁴

Abstract: The article defines the place of Polish think tanks in the all-European soft power policy. For this purpose, elements of the modified Joseph Nye's soft power concept were used. The analysis was conducted on the example of four Polish think tanks (Polish Institute of International Affairs (PISM), Center for Eastern Studies (OSW), College of Eastern Europe (KEW) and Warsaw University Institute of Eastern Europe (SEW). The authors' conclusions allowed determining the place of Polish think tanks in the EU foreign policy as that of organic elements aimed at achieving the goals prescribed by the European Union's Foreign and Security Policy. At the same time, the activities of Polish think tanks are also aimed at solving the tasks of the Polish Foreign Ministry, namely the expansion of Polish

influence in the Eastern European countries and the opposition to those political actors whose activities are contrary to Polish foreign policy.

Keywords: soft power, think tanks, European soft power, Polish foreign policy, Polish think tanks.

1. Introduction

The concept of 'soft power', which was introduced into scientific circulation not so long ago, has been attracting attention from both the scientific community and political functionaries over the past twenty years. The initial meaning of the idea (put into it by Joseph Nye) was the following: the ability to influence what other countries want is associated with such intangible resources as culture, ideology, and

¹ Astrakhan State University

² Astrakhan State University

³ Astrakhan State University

⁴ Astrakhan State University

institutional strength. Soft cooperation is as important as “hard command power” (Nye, 1991). Nancy Snow notes that a state has the advantage of soft power potential in the following situations:

- “When its culture and values match prevailing global norms;
- When a nation has greater access to multiple communication channels that can influence how issues are framed in global news media;
- When a country’s credibility is enhanced by domestic and international behavior” (Snow, 2009).

Talking about access to communication channels and issues framing, such soft power tool as think tanks is worth mentioning. Nowadays, think tanks remain influential actors of the world political system. Through their activities, think tanks create social and intellectual stimuli that make people argue and be aware of their own beliefs. They provide a platform for introducing new ideas into politics and provoke public debates on critical issues, thereby expanding their sphere of influence. The activities of modern think tanks are focused on promoting their own concepts through analytical counseling, influencing public opinion and the process of forming political elites. In this

sense, think tanks are one of the effective tools of soft power policy, since they influence foreign political elites in order to affect political decisions making.

Yet before studying the think tanks’ role in soft power of a certain state, it should be taken into account that the very concept of ‘soft power’ has been criticized and updated by numerous scientists.

2. Literature review

The Nye’s separation of power into the ‘soft’ and ‘hard’ was a most controversial aspect of his concept. The author points out that everything related to economics, financial and military pressure, monetary encouragement and bribery refers to ‘hard power’, and ‘soft power’ includes tools for creating attractiveness. The problem is that ‘soft power’, meanwhile, cannot exist without financial support. Both governmental and non-governmental organizations cannot exist without funding for humanitarian cooperation, cultural and educational programs (Davydov, 2004).

The most well-known criticism of ‘soft power’ as a scientific concept belongs to S. Lukes and N. Ferguson. S. Lukes notes that Nye’s concept can be called the ‘cousin’ of his ideas about

third-person strength as the ability to influence and determine the beliefs of others (Lukes, 2005). Besides, 'soft power' contains many inaccuracies. For example, you should pay attention to the central category of 'attractiveness' which, according to Nye, can mean both persuasion and a tendency to consent in such way that the recipient does not realize they are given some arguments, not being imposed some choice. Following the scientist's approach, it is necessary to make two clear distinctions, the first one between the changing structure of the agents' incentives, whose interests are perceived as unchanged, and the way these interests are formed; the second one between the conditions in which interest are formed and the very mechanism of their formation. In the concept of 'soft power', there is no explanation for these differences, and that, according to Lukes, is its main weakness (Lukes, 2005).

In the preface to 'Colossus: The Price of the American Empire', N. Ferguson denies the scientific novelty of Nye's concept, arguing that all the tools of 'soft power' remind him of the components of imperialism policies setting. In his opinion, national interests cannot be achieved by reliance on

cultural exports and the formation of attractiveness, since they will not save the state from, for instance, what happened in Rwanda in 1994, and the real tools to promote cultural exports are still tools of hard power. Thus, according to Ferguson, soft power is "an iron fist in a velvet glove" (Ferguson, 2005).

In addition, 'soft power' does not guarantee that the state, instead of being admired by the culture of another country, will not begin to compete for itself to be considered attractive to others, for example, by restricting foreign films quota and displaying more domestic ones. Moreover, Nye does not indicate how to determine whether the attractiveness has brought some dividends at the level of international relations. Even if a state's culture is attractive, it does not mean that fulfilling what is beneficial to that state only because it has a high level of culture and well-being. It is quite possible that the acceptor will continue to implement what is beneficial to them and not to an attractive state. Nye's idea also contradicts with the desire of a number of states to preserve cultural authenticity, moreover, the culture of different nations is equal and has its own inherent features (Rustamova, 2016). Thus, how to

determine whose culture is more attractive if the formation of interests and preferences of the individual is a purely subjective process?

Responding to the criticism of his concept, J. Nye has published several more works on 'soft power', greatly expanding its interpretation: in 2002, the book 'The Paradox of American Power: Why the Single World Superpower Cannot Act Alone' was published (Nye, 2002); in 2005, 'The Means To Success In World Politics' was published (Nye, 2005). Subsequently, in 'Power to manage' (Nye, 2010) and 'The Future of Power' (Nye, 2011), the author, considering 'soft power' mainly as a resource of effective governance in the international arena, redefined some of his statements, therefore agreeing with the fair criticism of controversial moments.

In particular, the author agrees that 'soft power' as a theoretical construct leaves various questions, and its application in practice does not mean abandoning force methods: "in a broad sense, coercion means any pressure to change behavior, therefore in that sense, words can also force, and the effect on the mind may seem to be manipulation. It may seem that 'soft power' is a threat

and manipulation; nevertheless, it leaves more freedom of choice in response than physical strength' (Nye, 2011).

In his work 'The Future of Power', the author gives a more accurate and complete definition of the concept of 'soft power' – the ability to influence others through means of cooperation in shaping a program of action, persuasion and providing a positive attractive effect to achieve the desired results (Nye, 2011).

The set of 'soft power' resources is also expanding significantly. Except for its main components (culture, foreign policy and political values), J. Nye lists some new ones such as kindness, legitimacy, competence, trust (Nye, 2011), positive internal model, a successful economy and professional military force (Nye, 2011).

At the same time, having as many resources as possible does not guarantee obtaining the desired result. With relation to A.Vuving's remarks that the problem of using 'soft power' is in mixing its resources with the very force (Vuving, 2009), Nye notes that turning resources into realizable force in terms of achieving the desired results requires taking into account the so-called 'behavioral aspect of force'. Thus, Nye

introduces the concept of three behaviors for the impact of ‘soft power’:

- A subject uses attraction/persuasion to change the existing preferences of an object;
- A subject uses attraction or institutions to make an object consider the program of action as a legal one;
- A subject uses attraction and/or institutions to form the object’s initial preferences (Nye, 2011).

3. Methodology

The methodological basis of the present study is Nye’s modernized concept of soft power (with an indication of its application contextuality and of the expanded tools arsenal); this allows singling out exactly those cases of international relations that are relevant for the analysis of the EU soft power and making it possible to allocate the place of think tanks in it (Nye, 2011).

The think tanks selection for further analysis was carried out on the basis of the 2017 Global Go To Think Tank Index Report (2017 Global Go To Think ..., 2017), compiled annually by the University of Pennsylvania. This ranking is divided into several categories. Based on the subject field of the present research, the authors used the

584
ranking of top foreign policy and international affairs think tanks. The highest (the 33-rd) place among Polish Think Tanks belongs to the Polish Institute of International Affairs (PISM); Center for Eastern Studies (OSW) is 42-nd. In addition to these two think tanks that occupy high positions in the analyzed rating, the authors analyzed the activities of Kolegium Europy Wschodniej and Studium Europy Wschodniej as of the two most active institutions in the field of public policies and educational programs for the future political elite of the Eastern Europe countries.

4. Results

Soft power in modern EU foreign policy

Before allocating the place of Polish think tanks in the modern EU soft power, some words on its role in the EU foreign policy should be said.

One of the main documents characterizing the modern foreign policy of the European Union is the Global Strategy for the European Union’s Foreign and Security Policy ‘Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe’ (EUGS).

In the context of the present study, the authors are interested in the EUGS provisions characterizing the EU policy primarily in relation to its Eastern partners. The main goal of the EU policy in this direction is to maintain state and social resilience in the region (it should be noted that the very concept of ‘resilience’ is central in the EUGS and is mentioned in the document 40 times). Resilience in the Strategy refers to the ability of the states and societies to counteract and recover from internal and external crises. Achieving resilience grants safety to a state in the first place, and safety is seen as a key factor for prosperity and democracy.

The EUGS notes that countries to the East of the EU would like to establish closer relations with the Union within the framework of the European Neighborhood Policy; however, that primarily requires changes within these countries. One of the driving forces of these changes, according to the Strategy authors, is the EU's soft power resources, namely ‘time-tested attractiveness’ which can contribute to change but is not directed against any country. The changed situation in Tunisia and Georgia is noted as the success of the EU soft power use. These countries managed to

achieve prosperity, to establish peaceful and stable democracies and “whose success as prosperous, peaceful and stable democracies would reverberate across their respective regions” (Mogherini, 2016).

The tools for achieving the goals set by the EU are different. First of all, it is noted that the Union is planning to develop partnership on the individual basis. Among the possible options for this partnership there is the creation of a special economic zone with countries where an in-depth and comprehensive free trade zone is being created; and the expansion of trans-European networks and the energy community, as well as the establishment of physical and digital connections.

As far as the present study is concerned, it is important to stress that the EUGS pays special attention to social ties development. It is supposed to be carried out at the expense of greater citizens’ mobility, cultural and educational exchanges, scientific cooperation, and civil society platforms. These activities should contribute to the development of social resilience of the EU’s eastern neighbors. It is also planned to be strengthened by deepening relations with civil society, in particular,

by supporting efforts to ensure the accountability of governments. The EU intends to increase its interactions with cultural organizations, religious communities, social partners and human rights activists and to oppose reducing the space for civil society actions, including the violation of the rights to freedom of speech and assembly. For implementation of the described measures, resources of soft power policy are effective tools.

At the moment, there is no agreement in the expert community as to how effective the EU soft power policy is (Dempsey, 2016; Lehne, 2017). Paradoxically, the resources of the EU soft power policy may bring opposite results to what is desired. Speaking of the migration crisis, the attractiveness of the European Union plays far out of the hands of European politicians, and the current situation indicates failure of the humanitarian programs implemented by Europe in North African countries. Besides, the growing Euroskepticism, the apogee of which was Brexit, indicates that the attractiveness of European political ideals and ideas of European unity loses in competition with the problems associated (according to a certain part of the European political

586
elite) with the EU membership (Dempsey, 2016). At the same time, it is necessary to note the successes of the European policy of soft power. As mentioned above, changes in some Eastern European countries, such as Georgia or Moldova, were determined by the desire of these countries to have privileged relations with the EU. Apart from that, experts recognize Ukraine's pro-European policy as a significant success of European soft power policy. Here it is necessary to emphasize that the European choice of this state is carried out not only in the policy of the official authorities (despite significant external pressure and difficult inside and foreign policy situation). The EU itself attracts many citizens of Ukraine by quite diverse aspects of European life, from better paying jobs to prestigious places of study and recreation (Lehne, 2017).

In the present study the authors will focus on the Polish policy of soft power and allocate its place in the context of the whole EU policy starting by brief description of the Polish east foreign policy and employment of soft power in that area.

Modern Polish policy of soft power in relation to Eastern Europe

In the “National Security Strategy of the Republic of Poland”, along with integration into European and Transatlantic structures, an important role belongs to the Eastern direction of foreign policy, and in particular, the development of long-term relations with the participants of the Eastern Partnership (National Security Strategy of the Republic of Poland, 2014). Ukraine and Belarus are the most significant objects of the Polish foreign policy nowadays. The main priorities in the policy towards the countries of Eastern Europe are the following: “The Republic of Poland supports reforms in the Eastern Partnership countries and calls on them to develop closer ties with the EU and NATO. The basis for these actions should be the principles of freedom, democracy, market economy and prospects for integration with Euro-Atlantic institutions that express these values” (National Security Strategy ..., 2014).

Poland actively uses tools of ‘soft power’, in particular, public diplomacy in the Eastern direction of foreign policy. The success of the ‘non-force’ impact has already borne fruit: Warsaw has developed a network of contacts and platforms for interaction with Ukraine

and the Republic of Belarus in various fields (culture, education, media and other).

The ‘soft influence’ of Warsaw can be viewed as a projection of somebody else’s interests as a part of the process of building the national position in the regional context, as well as in the European Union’s common policy framework. However, the consideration of Polish foreign policy as a component of the European agenda alienates us from the traditional concept of ‘soft power’, the main essence of which is the expression of a separate sovereign state’s interests. It is worth noting that even before the accession of the Republic of Poland to the EU, this country was considered as a link between Western Europe and Eastern Europe.

The methods and concept of Polish ‘soft power’ in Belarus and Ukraine are based on the political traditions towards its eastern neighbors. Firstly, this region is a traditional area of Polish interests. The Jagiellonian Doctrine, which is often used by Polish parties for populism, always finds support in all segments of the population. This concept justifies the Polish influence in the region of modern Belarus, Lithuania and Ukraine. Second,

the government often justifies the methods of its policy with the principles of Polish messianism. Polish “Kresy” (territories that were once part of the powerful Rzeczpospolita) are now divided between Ukraine, Lithuania and Belarus. As a result, Poland considers this region (if not as a sphere of political expansion) “at least a sphere of cultural influence and the spread of its values” (Koper, 2015). “Moreover, the attitude towards the Polish diasporas living here is special – they are like heirs, like followers of the ‘glorious history’ of the Poles’ presence in these lands. And therefore, from their point of view, they should play a special role here” (Nemenskiy, 2015). Third, it should also be remembered that the specificity of the policy in this region is determined by the historical past of the Polish nation, which has been subjected to serious tests: from horrible wars to occupation and several reductions of the state territory. That is why Warsaw is concerned not only with protecting the interests of its citizens abroad but also with supporting democracy in this region.

It should be noted that the Polish policy of soft power is carried out with the use of various tools, including the activities of think tanks.

Polish think tanks activity as a part of soft power policy

It is possible to speak about the emergence of Polish think tanks after the end of the Polish People’s Republic period and at the beginning of institutional transformation in the political sphere. The modern community of Polish think tanks can be divided into four dominant areas of activity. The first is foreign policy and international relations; due to the peculiarities of the Polish foreign policy, two powerful directions appeared within this field of activity: Polish Eastern policy and European policy. The second significant area is economics, and if in the beginning of the 90s these organizations were mainly engaged in the economic transformation of Poland, nowadays more attention is paid to Poland’s internal economic problems and their interdependence from the EU economy. The third area of activity is domestic issues, primarily the social policy of Poland. Finally, the fourth activity of the Polish think tanks is the so-called ‘civic enlightenment’.

As stated above, the authors chose four Polish think tanks for analyses: the Polish Institute of International Affairs (PISM), the Center

for Eastern Studies (OSW), Kolegium Europy Wschodniej and Studium Europy Wschodniej.

The first think tank under study is the Polish Institute of Foreign Affairs (Polski Instytut Spraw Międzynarodowych). The mission of the Institute is to deepen and spread knowledge about modern international relations. The institute is financed from the state budget of the Republic of Poland and interacts with academic, scientific and political institutions in Poland and abroad and conducts advanced training courses for specialists whose field of activity is international relations.

Among the activities to promote their points of view, apart from educational programs, the Institute is a patronage of the young Polish diplomats club; it regularly organizes conferences which include politicians, journalists and public figures. In addition, the institute is a platform for internships for students enrolled in law, economics, political science and international relations programs.

Among the publications of the PISM newsletter, the authors find many articles on Eastern Europe (in particular, Russia and Ukraine), as well as on EU

migration issues. Regarding the issues of the Russian and Ukrainian subjects coverage, there is a clear tendency to negativise the image of Russia, as evidenced by the names of publications and conferences held at the institute ('Russian aggression in Ukraine: balance and perspectives'; 'Voltage escalation in the Azov Sea', etc). Analysis of the articles and speeches rhetoric by representatives of the institute shows that PISM promotes the image of Poland as a defender of Ukraine's interests. Besides, PISM tries its best to ensure the great importance of the military conflict taking place in Ukraine for the Polish side. The perception of the Russian side as a military aggressor is clearly traced, while the Ukrainian side is shown as an innocent victim of the Russian policy, and the protection of Ukrainian interests is considered to be a necessary task of Polish foreign policy. Great importance in the publications of the Institute, as well as in its events, is given to the internal situation in the Russian Federation. The background of its coverage is clearly negative: the focus is on violations of human rights in Russia and living standard deterioration.

Thus, PISM, influencing political decision-makers inside Poland and

abroad, is one of the Polish soft power policy instruments. Its activity in the region is to promote the image of Poland that is attractive to the CIS countries being a promoter of their interests in the European Union and at the same time antagonizing Russia in this direction by promoting the perception of this country as an aggressor state with significant internal problems.

The following Polish think tank for analysis is Center for Eastern Studies (Ośrodek Studiów Wschodnich im. Marka Karpia). The Center for Eastern Studies (CES) is engaged in monitoring and analysis of the socio-political and economic processes in Russia, Germany, Ukraine, Belarus, the Baltic States, Turkey, as well as the Visegrad Group and the Balkans. The Center conducts publicist activities, organizes project work to create platforms for analytical work on Eastern Europe, and acts as a mediator of meetings between politicians, diplomats, NGO workers and journalists.

The main tool for the Center for promoting its own ideas is publication activity. The Center annually publishes more than several hundred analytical papers, the target audience being both Polish and foreign politicians. Besides,

the Center effectuates its influence by organizing meetings and debates for experts in the field of international relations.

Analysis of publications and materials of meetings held by the CES suggests that its rhetoric is much milder in comparison with PISM. The materials on Russia are primarily aimed at analyzing the internal Russian political and economic events. These publications focus on emphasizing the authoritarian nature of the political regime in Russia, highlighting the economic problems which are considered as one of the potential threats to the stability of this regime in Russia. Indirect evidence of this, according to analysts of the center, is the results of 2018 Russian governors' elections, which were of protest nature. The Russian-Ukrainian conflict is generally assessed with a position similar to PISM: Russia is assessed as an aggressor annexing the Crimea, but the tone of the articles is just moderately negative. It should be noted that less attention is devoted to the indicated problems in this think tank than in the PISM.

The activity of the CES as an instrument of soft power lies in the fact that by organizing publication activity

and acting as a platform for debate, this think tank promotes its own vision of the processes taking place in Central and Eastern Europe. At the same time, the point of view that is promoted shows Russia acting as an authoritarian aggressive state with a weak economy.

So far, think tanks occupying high positions in the Global Go To Think Tank Index Report (2017 Global Go To Think ..., 2017) and concerned with international relations have been the objects of the authors' analysis. Besides, the authors would like to draw attention to the other two 'factories of thought' which carry out educational activities and a lot of work in the field of public diplomacy and of formation of public opinion.

One of them is College of Eastern Europe (Kolegium Europy Wschodniej im Jana Nowaka Jeziorańskiego, KEW). This institution positions itself as an educational one, organizing a large number of educational programs for both humanitarian students and specialists in the fields of international relations, journalism and translations. Besides, KEW has its own publishing house and two analytical journals: *Nowa Europa Wschodnia* and *New Eastern Europe*; their target audience is Polish and

591
foreign politicians and public figures. In addition, books on political and cultural problems of Eastern Europe are published. KEW is a platform for holding conferences and debates on a wide range of issues relating to Eastern Europe.

The activity of KEW as an instrument of soft power policy should be considered in the following aspects: publishing and organizational. The publishing aspect suggests analyzing the content of the journals *Nowa Europa Wschodnia* and *New Eastern Europe*. Even a quick glance at the name of the publications (*Putin falsifies elections; Corruption is Russia's biggest export*) shows an extremely negative vector of the image created of the Russian authorities and Russia as a whole. Great attention in publications is paid to the activities of the current Russian President. First of all, the negative influence of this politician on the situation with democracy in Russia is emphasized, since it is argued that the authoritarian political regime in the country is a direct consequence of Vladimir Putin's policy. According to the paper's journalists, the current foreign policy of Russia under the leadership of Putin has aggressive

features. As a result, the political situation in Russia is regarded as a threat to the world community and especially to the Eastern Europe, that is why its change is recognized as necessary. Russian Federation appears on the pages as a backward country, exporting inefficient and undemocratic management practices to the outside.

Speaking about the organizational activities of KEW, the annual conference 'Polska Polityka Wschodnia' (Eastern Polish Policy) is to be regarded. The conference is a landmark event of the College's activities and gathers both eminent Polish and foreign politicians among its participants, as well as public and academic figures, journalists and students of higher educational institutions. The conference is dedicated to the formation of the eastern direction of Poland's foreign policy. According to the conference materials, the changes in the Russian political situation are necessary; the instrument of these changes is considered to be a 'new political elite'. One of the panels of the conference (Is a new generation of the Russian elite going to change the Empire?) is devoted to that issue. Besides, considerable attention is paid to

creating a positive image of the Polish foreign policy. Poland is represented at the conference as an assistant state in the further rapprochement of the CIS countries with Europe.

In addition to the conference, the College's organizational activities are also aimed at education. The College organizes programs for journalists and translators from the camp of Eastern Europe, and for almost ten years it had been co-organizing Winter Eastern School, a cycle of educational activities for humanities majors students from the countries of the former USSR. In the course of these events, the College has established contacts with those figures who most willingly continue to influence political decision-making in their countries.

Thus, KEW, carrying out extensive educational work in the field of public diplomacy, is one of the instruments of Polish soft power policy. Its activity, as in the previous cases, is to promote certain images of Poland and the Russian Federation. The image of the Republic of Poland as a translator of democratic values, a lawyer for the interests of the former USSR countries in the European Union is attractive for the CIS states. Russia, on the other hand,

appears as a backward country, exporting inefficient and undemocratic management practices to the outside, which necessitates changes in its management.

The last think tank for analysis is Warsaw University's Institute of Eastern Europe (SEW). Nowadays the Institute gives training under the program 'Eastern Studies' providing bachelor, master and postgraduate education. Students specialize in six 'eastern' areas; it is compulsory to study the languages of the former USSR countries. At the same time, speaking of the Institute as an instrument of soft power policy, it is necessary to mention, first of all, that its educational programs are 'export-oriented'; the Institute implements many specialized schools and scholarship programs in this direction.

Lane Kirkland's scholarship program is of greatest interest; it is addressed to students and other representatives of the active youth dealing with socio-economic changes in the post-communist countries of Europe. The main organizer of the program is the Polish-American Freedom Fund. Thus, the activities of the program are aimed at forming potential leaders who can later direct the modernization processes in

593
Eastern European countries. The joint character of this project (with the American side) suggests that its implementation takes into account American interests in making changes in the Eastern Europe.

Other scholarship programs (where the Institute is the only organizer) are addressed to graduates of major humanitarian faculties of the former USSR countries, who have shown some success in science or civic activism. One of the goals of these programs is to form the future Eastern Europe political elites, as well as journalists, scholars and other public figures that will be of a positive attitude towards Poland as a country that helps the social development of the Eastern Europe region and contributes to the promotion of democratic values there.

In addition to the scholarship programs described, the Institute organizes a broad program of thematic schools. Among them are both general humanitarian schools (Winter and Summer Eastern Schools), and those specializing in a particular state (Polish-Russian, Polish-Ukrainian, Polish-Belarusian and Polish-Moldavian schools).

Speaking about the work of the Winter and Summer Eastern schools, it should be said that they are conducted as meetings of young people with prominent scientists and civic activists from Poland and the Central Europe countries involved in Eastern issues. The formal purpose of the schools is to conduct trainings and spread information about the possibilities for further education in Poland. However, the nature of the held events (meetings with representatives of the Polish Ministry of Foreign Affairs, employees of American NGOs, active and, most importantly, free distribution of products of their own publishing house and regular meetings with school graduates) suggests that in reality the activities of schools are aimed at establishing contacts with future political elites and civic leaders, as well as establishing and maintaining influence on their worldview.

The activity of specialized schools is primarily aimed at young representatives of science, art and education of the participating countries. In the course of its implementation, the participants get to know their Polish colleagues, exchange their experience and participate in educational events which purpose is to present and promote

the Polish point of view on issues of history, political science and culture. It is assumed that in the future, having influences on a wide audience in their own country, school participants will share the experience gained in Poland.

SEW, in addition to educational activities, also provides organizational work. It consists of organizing scientific conferences and publishing newsletters. Among the conferences organized, the most ambitious event is the annual Warsaw East European Conference which is a meeting place for scientists, politicians, diplomats and other public figures of the countries of Central and Eastern Europe. It is worth noting that, as a rule, special guests from US universities also participate in the conference. The audience consists of students of the Institute and of participants of the scholarship programs conducted by the Institute. Analyzing the content of the conferences, the authors of the present study consider these conferences to be in the common vector of similar Polish events: the main areas of interest are the development of democracy in the Eastern European countries and the transformation processes taking place in these. In the reports, Poland is usually given a

positive role of a locomotive and initiator of these changes, while Russia is shown as a country interested in maintaining instability and undemocratic political regimes in Eastern Europe. Information activity of the Institute Bulletin has a similar vector; the image of Russia in this edition is negative: the country is represented as an undemocratic state with a backward economy, pursuing an aggressive foreign policy.

Thus, SEW conducts massive educational and other types of work and also is a soft power tool of the Polish policy. Its activity consists primarily in creating a 'human springboard' for promoting Polish interests abroad. By training more than 500 potential decision makers from the Eastern Europe and communicating with them in the future, SEW prepares favorable conditions for social and political changes in the region.

5. Discussion

The analyzed cases of the Polish soft power policy towards the Eastern European countries in the context of the events that occurred in the region in the last 5 years (particularly, the change of government in Ukraine in 2014 and reorientation of its political vector towards Europe) serve as an example of

a successful implementation of such policy. For one, Nye's definition of soft power as the ability to influence others through the means of cooperation in shaping a program of action, persuasion and creating attractiveness to achieve the desired results (Nye, 2011) very relevantly describes the influence made by Polish foreign soft power policy. In particular, it is the attractive image of Poland and the EU created by Polish think tanks as an example to be followed and a source of both positive institutional changes and financial support. The created negative image of Russia also had its meaning – Russia acted as an antagonist, as an existing negative alternative to a positive European choice. The analyzed case is also a good illustration of Snow's idea concerning an actor's behavior to make effective use of 'soft power' (Snow, 2009). In this case, the authors of the present research observed the impact of the subject (Polish soft power policy in the European context) when it uses attraction/persuasion to change the existing preferences of the object (the political situation in Ukraine).

However, in another direction of the European Eastern policy – the Belarusian one, similar changes are not

observed. The reasons for this may be, first of all, the successful opposition towards this policy by the local authorities, as well as the confrontation with the successfully pursued soft power policy of Russia, which has an antagonistic orientation towards Polish and European ones. At the same time, another Nye's remark about the long-term effect of a soft power policy should be referred to here (Nye, 2011). Belarus represents itself as a so-called 'experiment field' for a 'battle' between European and Russian soft power policies, the results of which will be seen in the future.

6. Conclusion

The analysis of Polish think tanks allows stating that their activities are organically integrated into the general policy of soft power of the Polish Republic. According to the above-mentioned 'Jagiellonian doctrine', the main goal of Polish foreign policy in Eastern Europe is to strengthen its influence in Belarus and Ukraine. By appropriately covering the activities of the Polish side in analytical publications of the Polish think tanks and the conferences they hold, the image of the Republic of Poland as a country

advocating the Eastern European states' interests in the EU is attractive for the Eastern Europe. Besides, the considerable attention paid by the Polish think tanks to public diplomacy and to the emergence of pro-Polish political elite, makes it possible to count on creation of a 'political springboard' for pursuing a policy favorable to Poland in the countries of the former USSR. It is also worth noting that the activities of Polish think tanks are aimed at creating a negative image of those political functionaries whose activities do not meet Polish interests; first of all, that applies to the present Russian and Belarusian authorities. The objectives of the Polish Eastern policy in the Eastern European region, for the most part, are in conflict with the activities of Russian diplomacy in this region. Accordingly, Polish soft power policy is also aimed at discrediting the image of Russia to create a suitable contrast for the Polish image. Thus, the aim of all the analyzed think tanks is creating a picture in which Russia appears as a backward country with an aggressive foreign policy, hindering the development of democracy in Eastern Europe and destabilizing the situation in the region. All this substantiates the need for social and

political changes in the Russian Federation, as well as in the Republic of Belarus.

Defining the place of Polish think tanks in the EU foreign policy, it can be concluded that their activities fit into the specific goals of the EUGS. In particular, one of its objectives is to achieve resilience of the EU eastern neighbors; for this, in the opinion of the EUGS authors, changes within these countries are necessary. The activities of the Polish think tank are particularly noticeable in this direction – they primarily create a substantiated basis for political and economic changes in the Eastern European countries and suggest ways of the needed changes. In addition, the EUGS states that the changes can be achieved by deepening relations with the civil society of the neighboring countries, and this task is also the responsibility of the Polish think tanks. The events they organize contribute to establishing a dialogue between journalists, translators, scholars and public figures of Eastern European countries and their Polish colleagues. Finally, it is worth noting that Polish think tanks contribute to the development of social ties, citizen mobility, cultural and educational

exchanges, and scientific cooperation between the EU and the countries of Eastern Europe. One of the goals of the EUGS is to develop the social resilience of the EU Eastern neighbors. On the other hand, the work of Polish think tanks contributes to the achievement of the Polish Foreign Ministry goals, namely the expansion of Poland's influence in the Eastern Europe and the contrariety to those political actors whose activities contradict Polish foreign policy.

References

- 2017 Global Go To Think Tank Index Report. Accessed January 27, 2019, https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=think_tanks
- Davydov Yu. (2004), The concept of 'hard' and 'soft' power in the theory of international relations [Ponyatiye «zhestkoy» i «myagkoy» sily v teorii mezhdunarodnykh otnosheniy], *International Processes [Mezhdunarodnyye protsessy]*. 1(4):20-24.
- Dempsey J. (2016), Europe's Paralysis Over Hard and Soft Power, October 18, 2016, Carnegie Europe, Accessed January 20, 2019,

- <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/64884>
- Ferguson N. (2005), *Colossus: The Price of America's Empire*. London: Penguin books. 416 p.
- Koper S. (2015), *Kresy południowo-wschodnie. Polskie ślady. Przewodnik historyczny*. Warsaw: Bellona. 326 p.
- Lehne S. (2017), *Is There Hope for EU Foreign Policy?* December 05, 2017, Carnegie Europe. Accessed January 20, 2019, <https://carnegieeurope.eu/2017/12/05/is-there-hope-for-eu-foreign-policy-pub-74909>
- Lukes S. (2005), *Power and the battle for hearts and minds: on the bluntness of soft power*. Millennium. *Journal of International Studies*, June, #33, P. 477-493.
- Mogherini F. (2016), *Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy 'Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe'*, 60 p.
- National Security Strategy of the Republic of Poland (2014). Accessed January 05, 2019, http://www.bbn.gov.pl/ftp/dok/NSS_RP.pdf
- Nemenskiy O. B. (2015), *The policy of Poland towards Belarus in the system of Belarus-European relations [Politika Pol'shi v otnoshenii Belorussii v sisteme belorussko-yevropeyskikh otnosheniy]*, *Problems of National Strategy [Problemy natsionalnoy strategii]*, 5(32):72-78.
- Nye J.S. (1991), *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. NY: Basic Books, 336 p.
- Nye J.S. (2002), *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Do It Alone*, Oxford University Press, 240 p.
- Nye J.S. (2005), *Soft power. The means to success in world politics*, NY: Public Affairs, 2005. — 130 p.
- Nye J.S. (2010), *Power to manage*, Oxford University Press. 248 p
- Nye J.S. (2011), *Future of power*, NY: Public Affairs. 320 p.
- Rustamova L. (2016), *'Soft power' in the foreign policy of modern German [«Myagkaya sila» vo vneshney politike sovremennoy Germanii]*. PhD thesis. Moscow. 175 p
- Snow N. (2009), *Rethinking Public Diplomacy*. Routledge Handbook for Public Diplomacy. NY: Routledge. 408 p.
- Vuving, A. L (2009), *How soft power works*. Toronto, Materials of American



Political Science Association annual
meeting. 20 p

PROBLEMS OF DEVELOPMENT OF THE RUSSIAN GEOGRAPHICAL EDUCATION IN SECONDARY AND HIGHER SCHOOL

Alexander N. Novikov¹

Maria S. Novikova²

Abstract: The article's authors have defined their goal of not just explaining the general architecture of the geographical education, but indicating the principles of its reorganization at the intra-stage and inter-stage levels, when using the world-view formulas.~The dialectics serves as a research method. Its laws are working in the form of the world-view formulas and the world-view guidelines. Problems of training the geographical perception start at the inter-thematic level, when a factor of time between the geographical analysis of the sectorial part and the geographical synthesis of the district part is involved. A loss of the synthesis forms in the geography's school course leads to the fact that the students cease to perceive the "sectorial geography – district geography" opposition, which makes it impossible to realize the interaction between them under the principle

"sectorial analysis – regional synthesis"; a rupture of the geographical education's integrity, and, on the whole, to a loss of the meaning of the geographical dichotomy's formula. For the efficient convergence of the university educational programs "Principles of personal and social safety" and "Geographical Education", the geosecuretology conception was developed into the "Principles of personal and social safety and Geography" program.

Keywords: geosecuretology, dichotomy, convergence, world-view formula, world-view guideline.

1. Introduction

Geography, as a fundamental science, along with astronomy, mathematics, physics, chemistry, biology and geology, forms the man's

¹ Transbaikal State University, Chita, Russia

² Municipal budgetary institution of additional education Children Health and Educational Center for Children and Youth Tourism and Local Lore, Chita, Russia

scientific world view. The decades-formed structure of the geography course in the Russian secondary school consists of four stages: the first stage is initial one that gives an insight into the Earth's mantles, fundamentals of topography and cartography (the 6th year); the second stage is acquaintance with the geography of continents and oceans (the 7th year); a peculiarity of the third stage is that, unlike the other stages, it includes two years (the 8-9th years) and works at the country (Russia) level, while forming the knowledge of its physical and socio-economic geography; the fourth stage is final one – this is the study of the world's economic and social geography (the 10th year).

In the university, a system of training the future geography teachers consists of the same stages, but, this is not just an in-depth review of the school program, this is an entirely new, higher level of the geographical education. Such succession embodies the dialectic law of the negation of negation, while demonstrating the helicity of the geographical education development, its succession at various levels.

At the school and university levels, the changes take place on a scale of themes and sections of separate

601
stages, but the stages remain unchanged.

This brings up a reasonable question of suitability of such traditionality in the age of the innovative aspirations. What is the secret of such permanence of the inter-stage level? How should these sections be showed in the university education in conditions of the educational programs convergence?

The inter-stage level is a limiting level, its realization does not get to a sphere of reflection of teachers and methodologists. There are no academic papers on its analysis too.

In the teachers' training science on the theory and methods of teaching of the geography, the researchers are going to address specific teaching problems in the format of separate themes, sections or years of education. Within the framework of this article, the authors have defined their goal of showing a trunk line of complementation of the world-view models and guidelines, which logically change each other at the intra-stage and inter-stage levels. A problem, which is expressed by a proverb "not to see the wood for the trees", is typical of the modern theory and methods of teaching of the geography.

The four-stage geographical education, which is implemented at the school and university phases, is the general strategy. Developments at the level of annual cycles, sections and themes, serve as tactical actions. However, in recent years these tactical actions do not conform to the general concept of the geographical education system – a successive (intra-stage and inter-stage) synthesis of the students' geographical knowledge. A situation in the theory and methods of the geography teaching and in the methodologists' behavior is similar to the behavior of an apartment block's dwellers, who are making the replanning of their apartments on their floors for their own convenience, while weakening the load-bearing structures and blocking the general ventilation system. The article's authors have defined their goal of not just explaining the general architecture of the geographical education, but indicating the principles of its reorganization at the intra-stage and inter-stage levels, when using the world-view formulas. The article materials will allow the Russian practicing teachers to make the general adjustment of their teaching activities subordinated to the general concept. The article will allow

602

the foreign teachers to borrow the most successful technological schemes of cooperation between the levels and to adapt them in their practice.

The authors set the following tasks:

- to detect the problems of training the perception as fragmentariness of the geographical education and mastering of the world-view formulas by the students at its various stages;

- to demonstrate the more complicated application of the world-view formulas and the change of their heuristic potential at the various levels;

- to develop a conception of the convergence (synthesis) of the university programs “Principles of personal and social safety” and “Geographical education” into a single dual baccalaureate on the basis of a dialectical approach.

2. Materials and Methods

Study of the issues of an optimal combination of the natural-science, special and philosophical knowledge in the education system is traditional in developing the domestic philosophic-teaching thought, which is proved by A.O. Gennadievich, A.E. Asfarovna,

V.O. Aleksandrovna, S.D. Vitalievich, T.E. Nikolaevna; in their opinion, this approach develops the education in the context of the humanistic values, favors the formation of the specialist's personality, the world view development, the appearance of new morality and the people's spiritual reality [2018].

The dialectics, whose laws work in the form of the world-view formulas, acts as the research method.

Either the formulas are clearly shown in the secondary school's geographical education, or they have a concealed nature. The authors consider the following formulas: the dichotomy (duality) and the trichotomy (trinality).

The authors implemented a dialectic analysis, presenting a hierarchical system of interrelations between the stages and themes in the geographical education system in the form of binary oppositions "analysis – synthesis". In the university education, the synthesis was shown in the form of the authors-developed convergence conception into the dual baccalaureate of two profiles "geographical education" and "principles of personal and social safety".

Work of the world-view formulas is of interest, which is expressed in dividing the single content into parts (analysis) with its subsequent unification (synthesis) at the inter-thematic, intra-stage, inter-stage levels.

The dichotomy in geography is embodiment of the dialectic law of unity and the conflict of opposites, and the trichotomy is embodiment of a transition of the quantitative changes into the qualitative changes (appearance of the third principle as a result of interaction of two principles with subsequent qualitative transformation of the duality into the triplicity).

The article's authors have an experience of implementing the trichotomy as a world-view formula in the geographical research [Baklanov, Novikov, Ptitsyn, 2016; Kozyreva K. S., Novikov A. N., Novikova M. S. 2016; Baklanov, Novikov, Novikova, 2018].

Let's note that the modern stage has a great variety in perception of the geography by students and teachers, which is connected with the freedom of religion. In the Soviet period, the materialistic dialectics prevailed, which spread the dual perception of the world.

The dual perception of the geographical reality serves as a major

method in the post-Soviet period too. Let's note a conception of the continental-oceanic dichotomy by L.A. Bezrukov [2008] and a conception of the polarized biosphere by B.B. Rodoman [2002].

The said world-view formulas are well developed by the modern philosophy and logic. The authors are interested only in their constructive nature free from a religious and mystic implication.

3. Research results

Stages of training the geographical images perception

A problem of the perception training is worked out in the best way in the musical and artistic education sections, where it is shown the most clearly, and so it is realized perfectly well. The authors faced this problem. The Chita students visited the museums for several years, during organization of trips to the Long-distance comprehensive practice with the students to Irkutsk and the Irkutsk region, along with visiting the industrial enterprises. In the Art museum, during acquaintance with the oil-paintings, the article's authors noted that the students had no skills to perceive such works.

604

They took a good look at them, approaching them very closely and they saw only colored strokes and failed to perceive what is painted on the picture. The authors had to explain that they need not peer at the details at a short distance, but they should take a step back and try to include the entire picture in their field of vision. Thus, they had to work on perception by the students of an artistic work.

While communicating with the musical school teachers, the authors often heard their expression: "Music is not in notes, it is between them". Thus, the teachers explain the beginning musicians that to learn the notes is not tantamount to learning the work. It is necessary to combine the rhythmicity and smoothness of the performance, which express the musical composition integrity.

The problem-reflexive potential is of importance to the music perception, this potential research is covered in the paper by the Kazan University scientists (Russia) S.V. Esekeeva, E.V. Kovrikova, I.F. Kamalova and S.N. Farah [2017].

In the geographic education, this problem is not shown so clearly, and so, it is not realized. This problem needs the

setting and the designation of a degree of severity at the various levels: an intra-thematic level (at the level of a week of teaching), an inter-thematic level (at the level of a term of the educational year), an intra-year level (at the level of a year's school phase) and the largest-scale level – the inter-year level (including the whole school course).

The problem is getting more and more severe with the transition from one level to another – a higher level.

At the intra-thematic level, this problem is not shown practically, since the teachers pay much attention to the methods of teaching of some themes in the geography at the level of academic papers, and the technologies of teaching of some themes are worked out in the best way. The problem can appear because of individual peculiarities of a student, his unwillingness to study of peculiarities of his mental development.

The problems start at the inter-thematic level, when the time factor is involved, in other words, the synthesis takes place much later than the analysis does. The students forget a part of the material, while the complexation mechanisms became much weaker in the domestic school geography in the last two decades. These mechanisms were

based on serious scientific conceptions: the natural territorial complex with geochemical cycles, the territorial production complex with energy-production cycles. The problem appears because of the scientific reduction (simplification) of the school geography content. In the last two decades a problem of overloading of the students with scientific terms and notions have been solved: the natural territorial complexes and the territorial production complexes disappeared from the teaching course, but it was they that performed a function of complexation, or the assurance of the geographical synthesis form. No new conceptions, which would synthesize the geographical knowledge into the district geography, were introduced. Geographical characteristics lost a clear form and consistency. The knowledge must be synthesized in the format of scientific conceptions. Synthesis without a form is impossible. Apart from that, the district geography without the synthesis conception is not realized by the child and does not leave integral geographical images of countries and regions. The first part of geography is called “sectorial” – this is analysis, the second part is synthesis. The analysis is based on

the map studying, the synthesis of based on studying of the mechanisms of interaction between the geographic areas. When the synthesis is lost, the analysis is getting senseless. Here a chain of the integral geographical education is broken. And the child loses the geographical dichotomy perception.

Let's call the inter-thematic level within a stage an "intra-stage level". At the intra-stage levels, an active work of the world-view formulas should be carried out, but if a connection between the themes is lost, this does not take place. This is the main barrier on the way of forming the world view, which makes the intra-year level of the geographic education fragmentary and makes the level lose its integrity.

In the Soviet period, at the intra-stage level, the geographical dichotomy formula was established, which took on the role of a model of the scientific explanation.

At the first, initial stage that gives an insight into the Earth's mantles, these contradictions are reasons for development of these mantles. Take, for example, one of the key notions of the "Lithosphere" – "relief" theme, which appears in the geography course as a result of a fight of the endogenous and

exogenous forces. And in the study of the "Atmosphere" theme, the air mass movements are considered as a result of a fight of the pressure maximums and the pressure minimums. The study of topography and cartography itself is a division of all geo-images into two types on a scale.

The second stage's name also comprises the dichotomy "Geography of continents and oceans" that emphasizes the Earth division into territories and areas of water.

The third stage opens for the schoolchildren a dual essence of the geographical science in its division into natural and social (humanitarian) parts.

The fourth stage gives an insight into the binary oppositions: "developed countries – developing countries"; "specialization – cooperation"; "global – regional".

According to the plan of founders of the materialistic geographic education, a schoolchild, when finishing the secondary education, must be ready to understand the materialistic dialectics in the university, as he is trained on the world-view formula of perceiving the duality of all the things in existence. In the university the school knowledge quantity must pass into the quality – the

understanding. The university program should be perceived dialectically consciously.

Some students really get through this scheme. More than that, some of them use this formula in their candidate and doctoral research in the future.

The dichotomy is the major world-view formula in the geography or the major formula of the scientific explanation. However, simultaneously with the dichotomous formula, the trichotomous formula starts to be involved, and in some cases, the quaternary formula is present.

For example, in the physical geography all the territories (regions and countries) are studied by a sectorial (analytical) way, whether this is the soil geography or the machine building geography, and then they are studied by a district (synthetic) way. Introduction of a district way of the geography study by N.N. Baransky [1980] in the school and university courses can be called revolutionary in the methods of the subject teaching. However, in the dual (dichotomous) formula, which is introduced by N.N. Baransky, it is possible to see the transition to the trichotomous (trichotomous) formula. The theme “Geographic position”, which is

contained in the sectorial part, does not fit into it because of a nature of its content. Like other themes, it does not give the sectorial component-wise analysis, but it detects the territory position. As the globalization increases, this theme is getting independent and requires special attention in studying the economic-geographical, geopolitical and ecological-geographic types of the position. As a matter of fact, a new formula of the trichotomy appears, which acquires a nature of the completed geographical trilogy.

The inter-stage level is a limiting level in the geographical education. A problem of the continuity and discretization correlation is the most severe here. Here a social role of the theoretical geography should be showed, which is intended to assure the geographical science development as well as to supply the geographical education with models of forming the geographical images of some countries and regions and the integral geographical picture of the world and to offer something new in return for the territorial complexes.

In the modern information society, the geographical competences pass into a rank of common cultural

competences due to the geo-information technologies. More and more people come to use the “geographic data” function on their smartphones, to identify their position and to lay the advance routes.

The modern man’s geographic perception of the reality is changing significantly because of development of the communication and the transport mobility. Quantity of the geographical information about territories and areas of water increases. A problem of the geographical perception appears, which consists in the fact that, in condition of the information overload, the man ceases to process the information: to analyze, to choose the main things, to compare and to generalize. The man is not surprised at the geographical changes any longer, when he crosses the natural zones boundaries. It comes natural that it is impossible to learn the whole inventory (encyclopedic) geography in the intra-thematic formats. The schools had such aspiration as far back as 100 years ago. Geography was one of unpopular subjects among the children, since it boiled down to the study of the areas plotted on the geographical map. However, the modern schoolchildren know the encyclopedic geography worse

608
and worse from year to year, relying upon the electronic media. The people’s brains transfer some their memorization functions to the “external storage media”. A problem of the materials choice for memorization is very severe in the geography. But it is necessary to memorize even a carefully chosen material in a certain system, imparting it clear forms at the inter-thematic, intra-stage, inter-stage levels. The forms of the geographical information synthesis are demanded to a greater extent. The authors do not propose returning the cancelled notions (the territorial production complex and the natural territorial complex) into the school geography course, it is possible to introduce more modern notions, for example, the geographical clusters.

Levels of a more complicated application of the world-view formulas

A modern system of the geographical education in the secondary school and in the universities’ geographical departments is a product of the longtime evolution. The main function of this system is to equip the man with the world-view formulas that will allow him to adequately reflect the geographical reality in the future. A problem of the students’ readiness to use

these formulas is the most severe: some students, having learnt a lot of examples of these formulas, do not fall outside their limits; other people use these formulas as a “world-view mold”, finding for each geographical situation their only situation. In the latter case, we can see stereotyped thinking. Essentially, the geographical education of a threshold level is formation of a number of the student’s examples, which he operates with. The next level is a standard level that is distinguished by provision with the “world-view mold”. The highest level is a reference level, whose representatives can use several world-view formulas to explain the same geographical situation. In the variability, the pliancy of mind is shown, as a necessary quality of thinking, showing of a true geographical culture allowing the student to identify himself as a “geographer”. According to the research conducted by V A. Gnevasheva [2018], a success of a young man’s professional identification is reflected in a personal context of his professional satisfaction.

In the modern pedagogics, the foreign authors Caroline Baillie, John A. Bowden and Jan H. F. Meyer [2013] actively implement the concept of The Threshold Capability Integrated

Theoretical Framework that forms the basis of development of the universities’ educational programs aimed at developing the graduating students’ ability to cope with new situations in their professional, social and personal life. Sanjeev Kumar Srivastava [2013], when studying the threshold notions in mastering by the students of the geographical information systems, considers them as a step to the conceptual understanding. He said that the threshold notions are the transforming notions in a discipline, which are often hard to understand during the first detection, but when they are mastered, they transform the students towards the discipline epistemically and ontologically. For example, some notions in various disciplines serves as thresholds in the sense that it is necessary to master them before it would be possible to obtain the future progress in this discipline. These notions resemble the conceptual gates, by means of which the students go through a liminal space (in translation from the Latin language “limen” means a “threshold”), before they can become experts in the discipline. In order to master the geographical information systems, the map scale, the data model and the

functional compatibility serve as threshold notions. The author is fair to say that due to the technological simplicity, the geographical information systems can be used with the surface knowledge too, or without achieving the conceptual understanding of the fundamental theories.

R. A. Ulengov and N. K. Gabdrakhmanov [2017] are fair to say that the wider possibilities of computers, the growth of information cognitive activity of the students and the people, who are just interested in the geography and the ecology, are a task of qualitative new educational creation of the geographical information systems, which unites the toponymy, cartography and geography data.

In transition from one level to another, the geographical thinking is getting more independent and it is removing from stereotypes. Essentially, the first, threshold level is not a geographical thinking as such, it demonstrates only a possibility of the human memory to recollect a good example. In this case, a possibility of explanation in the geography is limited by the doubt that this example would fit the necessary situation. The next, the standard level implies the demonstration

of the thinking independence, namely, not just knowledge of some world-view formulas, but their choice for a specific situation. The man, who reaches this level, becomes free, he is able to make decisions. The reference level can be identified as the “top class” of the geographical thought. Reaching of this level runs into the barriers that the education system itself builds. In the Soviet period this was a barrier related to a peculiarity of the students’ philosophical training. The materialist dialectics are often mastered by the students formally and boiled down to the examples learning. This is explained by the fact that the majority of students could not see its connection with the geographical science. The lecturers delivered the philosophy lectures in the universities uniformly for various specialties, and the lectures were practically not adapted for specific students via examples of their science. The geography students need a special course “Philosophy of geography” that would serve as a “theoretical bridge” between the philosophy proper and the geography.

In the study of the geographical reality, a transition from the threshold level to the standard level and then to the

reference level of cognition has two scenarios in alternation of the world-view formulas in training of perception of the integral images of the Earth, countries and regions: the basic scenario and the nonbasic scenario.

The basic scenario is related to the use of one world-view model – the dichotomy of all the things in existence, as an analysis of binary oppositions. In order to reach the threshold level, the student learns a number of such oppositions in each theme. And at the school level, these oppositions serve as examples, while bringing the dichotomy to the rank of the main world-view formula.

In the recent years the higher education has experienced the transition to the international standards: introduction of the baccalaureate and the magistracy; a competence-based approach with its complicated system of assessing the student's activities. However, this is only a change of external forms that do not concern the subject's content-related side (in this case, the geography). The Western foreign countries are discussing a problem of the geography integration into the educational program oriented to the internationalization. In Journal of

611
Geography in Higher Education, Paul F. Hudson and Sarah E. Hinman [2017] express their concern about the internationalization of the university geographical education in the Netherlands. The transition to the single external forms of the educational process is followed by the transition to the content unity. For example, it is necessary to use the common soil typification in all the USA and European universities. The decades-formed geographical education system in the secondary and higher school may experience the revolutionary changes. There is a question: "What world-view formulas will be the main formulas during the internalization?"

Problems of the geographic education convergence in the higher school

At present, Russia witnesses a process of uniting the teaching teams of the universities, faculties and departments, which is accompanied with the educational programs convergence. The united teams are demanded not only to establish a good psychological microclimate to continue an efficient work of the creative personalities as well as to develop the single conceptual basis of interaction. It is of particular

importance to the teams united to work in the single educational program format.

In 2012 In Chita (the Transbaikal Territory, Russia), N.G. Chernyshevsky Transbaikal State Humanitarian-Teachers' Training University was joined to Transbaikal State University.

Creation of the double direction of the baccalaureate work through uniting of two profiles "Principles of personal and social safety" and "Geographical Education" creates the convergence problems. The author believes that this is related to the absence of the common conceptual basis of uniting of specialties; substantiation of prospects of forming a unique set of the graduating students' competences, a mechanism of the meta-competency-based cooperation of the graduating departments.

The modern science has the following tendencies: divergence, parallelism and convergence.

A convergent approach in the science and education in this country is actively implemented in the physics and physical education under the leadership of the Doctor of Engineering Sciences, professor, corresponding member of the Russian Academy of Sciences, the

612
President of National Research Center "Kurchatov Institute" (Moscow) Mikhail Valentinovich Kovalchuk [2013]. This process is implemented at three levels: in Kurchatov Institute, in the artificial intelligence research on the basis of the convergent NBICS-technologies (nano-, bio-, info-, cognitive, socio-humanistic); in Moscow Institute of Physics and Technology (MIPT), where the NBIC-faculty was established to train the specialists in conditions of the convergence of sciences and technologies; in Moscow Kurchatov School.

The socio-humanistic sciences and technologies joined the convergence later than the others did, and the NBIC abbreviation was supplemented to NBICS.

The MIPT professor K.A. Skvorchevsky, while speaking about a role of teachers, managers and scientists in the education system in conditions of designing the Future world in conditions of the opposite trends, indicates the change inhomogeneity and the feeling of "break", "tearing apart" of the reality, says: "A lack of goals, a shortage of the common work prospects is getting more and more obvious. We have quite enough means of organizing the

activities and the work tools. The teaching tools are very rich in methods, technologies, a standard of the teaching experience. The shortage is in the space of goal sets (*underlined by K. Skvorchevsky*). We believe that a “convergent approach in the education” consists in goals rather than means of the education itself [2017, p. 8].

In 2018, for the first time, the department of Geography, Theory and Methods of Geography Teaching of Transbaikalian State University (Chita) trains the students on the specialty “Principles of personal and social safety and Geography” of the educational program “Teachers’ Training Education”. The issue of reasonability of uniting two profiles was solved for reasons of their coincidence of parts of the educational plans on the content, in other words, apart from the general scientific disciplines, some natural-scientific disciplines coincided with each other too. However, there is no single educational conception even now, which poses a problem of the goal coordination of the teaching team that is presented by two graduating departments of engineering, technology and principles of personal and social safety and Geography, Theory and Methods of

613

Geography Teaching. The single conception is a kind of an idea guideline. Of course, all the requirements for the level and quality of the students’ education are stipulated at the level of competences. However, the single conception is a world-view guideline of the meta-competences level. Each operating program of the discipline must be oriented to it, expressing the general concept of the programs convergence.

All the educational disciplines of the specialty of the educational program “Principles of personal and social safety and Geography” can be divided for convenience, according to the meaning in the program, into analytical and synthetic disciplines. Of course, the courses on the methods of teaching the geography and principles of personal and social safety are synthesizing courses, while uniting the psychological and teachers’ training disciplines with the disciplines of geography and principles of personal and social safety. The problem is that there is no a synthesis of the geography and the principles of personal and social safety. Although, the main task is to find a conception that would carry out a meta-subject mission, when uniting the two profiles into the single system with the general concept.

The “principles of personal and social safety” specialty had a lot of technical and technological disciplines in the educational plan: “Hydraulics”, “Fundamentals of metalwork”, “Fundamentals of materials machining”, “Fundamentals of nanotechnologies”, “New technologies and materials”, “Fundamentals of applied mechanics”, “Materiology”. All these disciplines were inherited by the double baccalaureate “Principles of personal and social safety and Geography”. These disciplines are of extreme importance to understanding of the technical and technological principles of personal and social safety. However, there is a question: “What do they matter for the geographical education?”

It appears that they are of the utmost importance. The educational programs (educational plans) of training the future geography teachers always had two technical disciplines: “Cartography with fundamentals of topography” and “Fundamentals of industrial and agricultural production”. Later on, the latter discipline changed its name twice: for “Fundamentals of economy and technologies of branches of the material production” and for “Geography of the material production

614
branches”. In the course of this discipline, the students familiarized themselves with the production forces and the energy-production cycles. The discipline gave them the knowledge to understand the technological and technical factors of production location. Requirements for the discipline teaching and for the textbooks were very high, since it was necessary to explain the complicated technological processes in extremely simplified form to the students who did not have an elementary technical culture. And it was necessary to do the simplification without prejudice to the content. This discipline, along with the cartography, was one of the most difficult disciplines for the students. After the double baccalaureate was introduced, the students came to master this discipline better. The reason is that a level of the students’ technical culture became much higher, while the discipline, which had the meaning of forming the fundamentals of technical knowledge, changed its meaning radically, started synthesizing the geographical and technical subjects. The economical-geographical and geo-ecological disciplines received a powerful foundation in the new educational program.

The educational plan of the students training provides for three yearly essays: on the geographical sciences, on the principles of personal and social safety and on the teaching methods. The last yearly essay is performed on the methods of teaching of the geography or the principles of personal and social safety (at option of the student). A great explanatory work was carried out with the students on this issue. The author, who was guided by an idea about the safety-oriented geographical thinking, induced the students to choose the research avenue, which was common for two yearly essays, and which would cover the aspects of the principles of the population's personal and social safety and the geography. For example, the geographical paper was performed on the demographic processes' territorial organization, and the paper in the principles of personal and social safety was performed on the demographic safety. Such the sciences convergence at the yearly essays level allowed the students to reach a certain depth of knowledge, while sparing their time and strength. Let's note that some students bought into an idea of such convergence at the yearly essays' level.

The geographical education has a possibility, which is not translated into action up to now. The geographical education in the school and university education is built on the single principle of succession of the analytical and synthetic parts. This principle is observed in the physical (natural) as well as in the social (humanitarian) geography. As a matter of fact, the first, analytical part is a geographical inventory that asks two questions: "What?" and "Where?". Of course, the professional geographers do not like the fact that their science is identified only with this first part. This is only the encyclopedic geography that develops the memory and nothing but. The first part is also called the sectorial geography.

Let's cite some examples of sorting out the specialties (branches): surface water geography, zoogeography, population geography, industry geography, etc. The sectorial geography is difficult for students because of its load on the memory. The students spend much time filling in the base maps and handing in their work to the lecturers. The sectorial geography is traditionally studied in the 2-3 years.

The fourth-fifth year students learn the second, synthetic part of the geography. Professors or associate professors with great work experiences should teach this part at the geographical departments. This part opens great opportunities on the geographical knowledge complexation before the lecturer and students. This is a “top class” of the geographical thought.

A synthetic part of the geography can be implemented in three ways.

The first way is a synthesis of geographical knowledge in the form of complexes and systems. To this effect, the lecturer has only to “choose a mold” of the methods developed. In the Soviet science – this is a teaching about the natural territorial complex (the physical geography) and a teaching about the territorial production complex (the social geography).

The second way is a problem approach. This is isolation of the key geographic problems by means of the geographical examination and offer of ways to solve them.

The third way is related to the building of the logically-determinate chains. In the Soviet geography, a teaching about the geographical determinism was criticized and called

616
the “bourgeois geography”, it was related to the nazism and the socio-darwinism. The problem is that the Western classical geography has many papers grossly exaggerating a geographical factor in the society development. While the Soviet geography, on the contrary, tried to diminish this factor, when proposing “reversing the rivers”. The reason for that is simple: it was necessary to master the Northern areas by the people who had no physiological health adaptation to the resettlement locality.

At present, a problem of assessment of the geographical factor’s connection with the country’s economic development and the Russian society’s evolution appropriately attracts more and more attention of the Russian economic geographers. The attitude towards the geographical determinism is changing gradually, its extremes and exaggerations are overcome, the determination’s limits and chains are specified. Therefore, the explanatory possibilities of the economic geography itself as a fundamental science, which is intended to study the conditionality (determinacy) of the socio-economic and political phenomena, connections and processes by the differentiation

(inhomogeneity) of the natural, economic and cultural landscapes, expanded significantly [Bezrukov, 2008, p. 3].

Discussion

The world-view formulas and guidelines are of great importance to the geographical education.

The dichotomy and trichotomy, as world-view formulas, when complementing each other, expand the possibilities of the geographical explanation, while the geo-securitology becomes a form of the geography and principles of personal and social safety convergence.

Geography of the principles of personal and social safety should, via the geographic examination in the analytic geography, to detect the existing real and potential territorial threats, which are to become an initial link in building the geo-determinate chains in the synthetic geography. Such direction of the thought development can become the pivot of the safety-oriented geographical thinking.

The sectorial and synthetic geographies are implemented at the global, country-specific and regional levels, so the safe geographical thinking can be applied at all the levels.

617

The uniting of two educational programs is intended to assure not just a mechanical amount, but the synergistic effect, a qualitatively new intellectual product in the form of a unique educational system and in the form of a unique combination of the students' competences. However, in order to achieve this effect, there is a need for not so much a reflection of the program implementation experience, as a new conceptual basis that would make the convergence reasonable. An idea of the safe geographical thinking must become such a conceptual basis. The idea of the geographical thinking is well worked out in the domestic science. The geographical science develops not only in depth, when creating new notions and formulating new laws, but also in breadth. In the latter case, the researchers' geographical thinking is aimed at new subjects that were not researched by the geographical science earlier.

“Geosecuritology” (geography of the principles of personal and social safety) can develop on the basis of forming a special variety of the geographical thinking – the safety-oriented geographical thinking.

Essence of the safety-oriented geographical thinking consists in detection of the logically-determinate chains of appearance and the space implementation of natural and industrial threats to the population's health and life, which are shown at the local, regional and global levels.

4. Conclusion

1. Problems of training of the geographic perception start at the inter-thematic level, when a factor of time between the geographical analysis of the sectorial part and the geographical synthesis of the district part is involved. A loss of the synthesis forms in the geography's school course leads to the fact that the students cease to perceive the "sectorial geography – district geography" opposition, which makes it impossible to realize the interaction between them under the principle "sectorial analysis – regional synthesis"; a break of the geographical education's integrity. The school program's course needs a modern form of the geographical knowledge synthesis. This is an implicit social services commissioning to the theoretical geography.

2. Knowledge of the world-view formulas is an issue of reflecting the

geographic reality. In transition from one level to another, the geographical thinking is getting more independent and removing from stereotypes, the heuristic potential increases through the formulas combination that gives variability of the geographic reality reflection.

3. The authors offered a conception of the geo-securitology for convergence of the educational programs "Principles of personal and social safety" and "Geographical Education" into the program "Principles of personal and social safety and Geography". The geo-securitology conception is embodiment of the geographical synthesis.

The results were obtained within the project implementation under a grant of the All-Russian non-governmental organization "Russian Geographic Society" No. 26/2018-P "Local history quest games as an innovation technology of stepping up the students' cognitive interest to the geography in the region's educational space"

References

Baillie C., Bowden J., Meyer J. Threshold capabilities: threshold concepts and knowledge capability linked through variation theory // Higher

Education, February 2013, Volume 65, Issue 2, pp 227–246. <https://doi.org/10.1007/s10734-012-9540-5>

Baklanov P.Ya., Novikov A.N., Ptitsyn A.B. Structural and Geographical Analysis of Cross Border Three Member Areas // Doklady Earth Sciences. 2016. Vol. 468, Part 1, pp. 493–495. DOI: 10.7868/S0869565216130132

Sanjeev K.S. Threshold concepts in geographical information systems: a step towards conceptual understanding // Journal of Geography in Higher Education. Vol. 37, 2013 Issue 3, Pages 367-384. <https://doi.org/10.1080/03098265.2013.775569>

Hudson Paul F., Hinman Sarah E. The integration of geography in a curriculum focused to internationalization: an interdisciplinary liberal arts perspective from the Netherlands / Journal of Geography in Higher Education (J GEOGR HIGHER EDUC) 13 Jun 2017, Pages 549-561. DOI: [10.1080/03098265.2017.1337089](https://doi.org/10.1080/03098265.2017.1337089)

Kozyreva K. S., Novikov A. N., Novikova M. S. The asymmetry of tourist images for the international cross-borderthree-membered region of the eastern borders junction of Russia,

619
Mongolia and China. J. Fundam. Appl. Sci., 2017, 9(2S), 1614-1637.

<http://dx.doi.org/10.4314/jfas.v9i2s.865>
Ulengov R A, Gabdrakhmanov N K. Problems of geoinformation system development and introduction in geographical education J. Fundam. Appl. Sci., 2017, 9(2S), 990-997. <http://dx.doi.org/10.4314/jfas.v9i2s.74>

Esekeeva S V, Kovrikova E V, Kamalova I F, Farah S N. Educational potential of public music lectures at Kazan federal university (from emotional education to global thinking development). J. Fundam. Appl. Sci., 2017, 9(7S), 1139-1147. <http://dx.doi.org/10.4314/jfas.v9i7s.102>

Gnevasheva V A. Professional identification: prerequisites of modeling. J. Fundam. Appl. Sci., 2018, 10(5S), 934-949.

<http://dx.doi.org/10.4314/jfas.v10i5s.80>
Gennadievich A O, Asfarovna A E, Aleksandrovna V O, Vitalievich S D, Nikolaevna T E. The problems of education in the philosophical sense of Russian scientists. J. Fundam. Appl. Sci., 2018, 10(5S), 961-979.

<http://dx.doi.org/10.4314/jfas.v10i5s.82>
Baklanov P.Ya., Novikov A.N., Novikova M.S. Transboundariness influence upon the territorial structures

of Russia's Maritime Territory and the cross-border regions // Scholarly notes of Kazan university. Series: Natural sciences. 2018. V. 160. No. 1. P. 162-177. [Baklanov P.Ya., Novikov A.N., Novikova M.S. Vliyaniye transgranichnosti na territorialnyye struktury Primorskogokraya Rossii isopredelnykh territoriy // Uchyonye zapiski Kazanskogo universiteta. Seria: Estestvennye nauki. 2018. T. 160. No. 1. P. 162-177.] Бакланов П.Я., Новиков А.Н., Новикова М.С. Влияние трансграничности на территориальные структуры Приморского края России и сопредельных территорий // Учёные записки Казанского университета. Серия: Естественные науки. 2018. Т. 160. № 1. С. 162-177.

Baransky N.N. Formation of the Soviet economic geography: selected papers. Moscow: Thought, 1980. 287 s.[Baransky N.N. Stanovlenie sovetskoy ekonomicheskoy geografii: izbrannyye trudy. Moskva: Thought, 1980. 287 s.] Баранский Н.Н. Становление советской экономической географии: избранные труды. Москва: Мысль, 1980. 287 с.

Bezrukov L.A. Continental-oceanic dichotomy in the international and

620
regional development. Novosibirsk: Geo , 2008. 369 p. [Bezrukov L.A. Kontinentalnaya-okeanicheskaya dikhotomia v mezhdunarodnom i regionalnom razvitii. Novosibirsk: Geo , 2008. 369 s.] Безруков Л.А. Континентально-океаническая дихотомия в международном и региональном развитии. Новосибирск: Гео , 2008. 369 с.

Kovalchuk M.V., Naraikin O.S., Yatsishina E.B. Convergence of sciences and technologies – a new stage of the scientific and technical development // Philosophy issues. 2013. No. 3. P. 3-11. URL: http://vphil.ru/index.php?option=com_content&task=view&id=716&Itemid=52 (accessed date is 08.09.2017). [Kovalchuk M.V., Naraikin O.S., Yatsishina E.B. Konvergensia nauk i tekhnologiy – novyy etap nauchno-tekhnicheskogo razvitiya // Voprosy filosofii. 2013. No. 3. S. 3-11. URL: http://vphil.ru/index.php?option=com_content&task=view&id=716&Itemid=52 (data obraschenia: 08.09.2017).] Ковальчук М.В., Нарайкин О.С., Яцишина Е.Б. Конвергенция наук и технологий – новый этап научно-технического развития // Вопросы философии. 2013. № 3. С. 3-11. URL:

http://vphil.ru/index.php?option=com_content&task=view&id=716&Itemid=52

(дата обращения: 08.09.2017).

Rodoman В.В. Polarized biosphere. Smolensk, Oikumena, 2002, 336 p. [Rodoman В.В. Polarizovannaya biosfera. Smolensk, Oikumena, 2002, 336 s.] Родоман Б.Б. Поляризованная биосфера. Смоленск, Ойкумена, 2002, 336 с.

Skvorchevsky К.А. From “convergent education” to “convergent upbringing”: problem definition // Information-methodic journal “Pro_DOD”. 2017. No. 8. May. P. 3-10. URL:

<http://prodod.moscow/2017/04/28/konvergentnoe-obr/> (accessed date is

08.09.2018).[Skvorchevsky К.А. От “konvergentnogo obrazovania” k “kobvergentnomu vospitaniu”:

postanovka problemy // Informatsionno-metodicheskiy jurnal “Pro_DOD”. 2017. No. 8. May. S. 3-10. URL:

<http://prodod.moscow/2017/04/28/konvergentnoe-obr/> (data obraschenia:

08.09.2018).] Скворчевский К.А. От «конвергентного образования» к «конвергентному воспитанию»: постановка проблемы //

Информационно-методический журнал «Про_ДОД». 2017. № 8. Май. С. 3-10. URL:

<http://prodod.moscow/2017/04/28/konvergentnoe-obr/>

(дата обращения:

08.09.2018)

SPECIFIC NATURE AND PROSPECTS OF USING INTEGRAL METHODS OF ECONOMIC SECURITY ASSESSMENT FOR THE ARCTIC REGIONS OF RF

Roman V. Badylevich¹

Mikhail V. Ulchenko²

Dmitry L. Kondratovich³

Abstract: The research relevance is conditioned by the increased attention to the issues of content and assessment of the economic security in Russia over the last years. A large number of scientific researches devoted to this theme prove it. At that, the majority of researches address the issues of economic security at a national level. Few researches in the field of economic security analysis at a regional level commonly propose multi-purpose assessment methods that do not take into account the specific nature of development and economic activity of specific regions and territories. The paper is aimed at revealing the specific nature and prospects of using the integral methods of economic security assessment for the arctic regions of RF. The proprietary methodology of assessing the economic security for the arctic regions of RF is proposed in the paper and is based on

comprehensive analysis of indicators of various units of economic security, such as: capacity of the region for sustainable development, sustainability of the financial system of the region, economy dependence on the import of the essential types of products, poverty rate, scientific potential, quality of life, demography, ecology, transport accessibility. The lead approach to building a model for the economic security assessment is an indicative method with subsequent mathematical processing of actual results of the generated system of indicators on the basis of comparison thereof with the threshold limit values. Key elements of the model were selected on the basis of analysis of a large number of domestic and foreign practical developments of the principal researchers in the area of economic security assessment. The results presented in the paper can be used on the one hand for

¹ Luzin Institute for Economic Studies — Subdivision of the Federal Research Centre «Kola Science Centre of the Russian Academy of Sciences» (IES KSC RAS)

² Luzin Institute for Economic Studies — Subdivision of the Federal Research Centre «Kola Science Centre of the Russian Academy of Sciences» (IES KSC RAS)

³ Luzin Institute for Economic Studies — Subdivision of the Federal Research Centre «Kola Science Centre of the Russian Academy of Sciences» (IES KSC RAS)

ranging the arctic regions of RF by the integral composite indicator of economic security, and on the other hand for qualitative assessment of the economic security level and the extent of potential risks for sustainable operation and development of a certain territory. The represented methodological fundamentals can also be applied for further investigations in the field of building integral models and revealing bottlenecks in the system of economic security management of different level entities.

Keywords: Arctic regions, economic security, security indicators, regional model

1. Introduction

Over the last years in view of the growing economic uncertainty, enhanced external adverse background, and increased probability of new economic risks there is a growing need for elaboration of the available methods of economic security assessment for the entities of regional level; for identification of those methods that better comply with the specific nature of arctic regions of RF; and for building new integral models of assessment meeting the modern reality. The economic security is a complex characteristic that on the one hand allows assessing sustainability of the economic development of the region, living conditions of the population, and possibilities for development of regional economy, and on the other hand, on the basis of analysis of this

category, the national concept for ensuring state security and fulfilling the economic interests of the country can be built.

The economic security can be considered with respect to different levels of the economic system: at a state level (macro-level), at a level of regions or individual territorial complexes (meso-level), at a level of individual enterprises or economic structures (micro-level). And if on the macro- and micro-level the issues of content, assessment and management of economic security are sufficiently studied and enacted by statute, the meso-level represents a differentiated in terms of quality characteristics research field that requires analysis of the territorial specific nature and additional study of possibilities of using the elaborated methodological models with respect to certain regional complexes. Arctic regions of RF should be referred to one of such specific territorial objects of research.

Presently as per the presidential decree “On land territories of the Arctic zone of the Russian Federation” [1] the Arctic zone in Russia includes the entire territory of the Murmansk oblast and three autonomous districts (the Nenets Autonomous District, the Chukotka Autonomous District, the Yamalo-Nenets Autonomous District) and partially the territories of three republics (the Republic of Karelia, the Komi Republic, the Republic of Sakha (Yakutia)), Krasnoyarsk Territory and Arkhangelsk oblast. The regions of the RF

Arctic zone for all their diversity are characterized by common features enabling to consider them as a certain complex of RF entities united by a certain specific economy pattern and similar problems and difficulties in management on their territories.

The Arctic zone has an exclusive strategic value for the Russian Federation thanks to a considerable natural-resources base involving the exceptional mineral wealth and essential coastal resources the production of which is a basis of economy on these territories; an access to northern seas and Northern Sea Route which potentially has essential capabilities for increasing the freight flow[5]and turning into an efficient through way connecting the Asian and European parts of the world; and unique natural ecosystems of crucial importance for conservation of biodiversity. Having a relatively low density and small share of population on these territories (around 1.5%), the Arctic region ranks high in the Russian economy structure, generating around 20% of the gross domestic product and ensuring over 10% of the national profit[1, p.15].

The climatic conditions in the arctic regions are considerably more severe as compared to the rest of the Russian territory. It is due to both low temperatures and long polar night in winter. The living conditions on the territory of the RF Arctic zone are less favorable than in southern and central regions

which results in a relatively low density of population on these territories and preconditions for the out migration.

The mining industry commonly prevails in the structure of economy of the regions referring to the RF Arctic zone. A considerable volume of production of the gross regional product falls on the limited number of large enterprises.

It is worthwhile to dwell individually on a hard transport accessibility of the arctic regions making a problem of “delivery of goods to Northern territories” and resulting in high importance of unfailling functioning of transport hubs, expensive public utilities and products for population, and necessity for implementation of large-scale transport projects on these territories.

All these factors shall be taken into account when making the models of economic security assessment of the Arctic zone of RF.

2. Materials and Methods

Within the frameworks of the paper an objective was set to study the available methods of the economic security assessment, analyze the possibility of using thereof for the arctic regions and develop the proprietary approach to the integral assessment of economic security of the Arctic regions of RF on the basis of the available scientific works.

The research included the following stages:

1. Studying the methodology of available theoretical and practical approaches to integral assessment of the economic security.

2. Assessing the applicability and adaptability of the studied approaches to the integral assessment of the economic security of RF arctic regions.

3. Developing general requirements to the methodology of assessing the economic security level for the Arctic regions of RF and the procedure of using the model in practice.

4. Generating the proprietary model of assessing the economic security level for the Arctic regions of RF with due account for specific features of the territories and need for calculation of the final integral indicator of the economic security of the region.

5. Determining the ranges of values for differentiation of arctic regions by the level of the final integral indicator of economic security.

In order to resolve the set objective the following methods of scientific cognition were applied in the research: the method of rising from the abstract to the concrete, within the frameworks of which the possibilities of practical application of the available theoretical approaches to the integral assessment of economic security have been evaluated; the normative method that allowed appraising the possibilities of using the methodology established in the strategic

documents for the development of Russia for practical purposes; analysis and synthesis on the basis of which the width and depth of indicators used to assess the economic security in different approaches have been evaluated and the relevance of calculating the general integral assessment indicators has been determined; comparison which enabled to make an objective comparison of the models of economic security assessment. To generate the primary conclusions the methods of generalization, deduction and induction were used.

In order to process the actual values of indicators of the developed model and bring them to a commensurable form the mathematical and statistical methods are used, in particular, the method of norm setting on the basis of using the power function which implies the comparison of the actual value of each indicator with the proposed threshold value. When calculating the aggregative composite indicators of security levels by separate units and the total integral indicator of the regional economic security the calculation of the weighted average value is used on the basis of weight ratios obtained by expertise.

Within the framework of differentiation of the arctic regions by the level of the final integral indicator of economic security there were used the expert methods of identifying the deviation levels for each type of regions and graphic representation of the

assessment scale of the economic security level.

3. Literature Review

The key stage of research was studying the methodology of available theoretical and practical approaches to integral assessment of economic security.

It should be noted that in modern practice one should distinguish the methodology of the economic security assessment represented in the regulatory enactments and in the research field. At that the approaches represented in them are often not congruent.

Presently among the regulatory sources in force the issues of content, goal-setting and methodology of the economic security assessment are stated to the fullest extent possible in the Strategy of Economic Security of the Russian Federation till 2030 [4] (hereinafter referred to as the Strategy). Despite the fact that the document was adopted at a national level and regulates the primary aspects of the economic security at a macrolevel, many provisions can be considered when building the models for regional systems as well.

The methodology of the economic security assessment is elaborated in section IV of the Strategy. The assessment itself comes down to the list of forty indicators of the economic security condition which cover

different aspects of the economic development of the state: economy condition, living standard, the extent of integration into the global economy, innovative potential. At that the indicators are not grouped and are not systematized in any way in the strategy itself. Within the frameworks of the economic security assessment the legislator does not propose a calculation of a single summarizing composite indicator or a methodology for fulfilling of the integral assessment on the basis of enlisted indicators, but only assigns functions of monitoring the values to executive authorities. At the same time there are no threshold values of the enlisted indicators in the document and reference as to what rates and tendencies of their changing could be considered sufficient to state certain conclusions. Moreover, in accordance with the Strategy the specified list of indicators is not considered to be comprehensive and unchanged by the legislator.

Therefore, when elaborating the methodology of the economic security assessment for individual regions one positively should focus on the Strategy of the economic security of the Russian Federation till 2030, and to use the specified list of assessment indicators as a basis. However at the same time there remain rather broad opportunities for revising a set of indicators with due account for regional specific nature of

the models being elaborated and improving their practical applicability.

In the scientific literature the range of represented models of economic security assessment is rather broad and diverse.

In the foreign literature the economic security is considered in the context of the issues of sustainability, globalization and ensuring national interests over the last years. The content of the economic security as a criterion of sustainable development of the economic system in the western scientific thought is considered with respect to the federal level or microlevel (the level of an enterprise or economy). The level of regional systems (as part of the territory of one state) is practically not considered as an object of research.

Among the primary issues addressed when considering the economic security the following can be distinguished: interrelation of the national security with the foreign investments attracted [5], external trade [6], and modern processes of globalization and development of transnational corporations [7]; dependence of the economic security on the power-generating sector of economy [8]; impact of financial crisis and external economic shocks on the national security condition [9]; correlation of the economic security and national competitive capacity [10].

It should be noted that when building the economic-statistical models characterizing the sustainability of the economic system to negative external and internal actions, in foreign scientific literature they more often use a number of terms different from the direct notion of “national economic security,” such as “national power” or “national capacity.” When considering the content of models for economic scope these categories prove to be close to the term of “national economic security” used by the Russian scientific community.

In foreign practice unlike Russian researches where the economic security of a system of certain level is very often considered as the compliance of a complex of elaborated indicators with the established threshold values, “national power” or “national capacity” is assessed on the basis of a complex integral indicator or a composite index. As an example can be the Composite Index of National Capability, CINC, developed by J. David Singer [11], which represents the mean value of coefficients and indicators characterizing the population size, share of the urban population in the total number, metal production based on ferroalloys, power consumption, size of an army and military expenses of the state. Despite the fact that the index negligibly evaluates the economic potential of the state, it is often used for

practical comparison of countries by the level of security.

Another composite indicator used in the foreign practice – is the National Power Index, NPI [12]. The index is calculated as an integral indicator taking into account the following components: economic, military, diplomatic, technological and image-building. Each component has its weight in the index (the greatest weight falls on the economic and military components – 35% each, the remaining share is equally distributed between the rest of components). The composite index for each component is calculated on the basis of macroeconomic indicators. Thus for example the economic component is evaluated on the basis of indicators of the gross domestic product, external imbalance and budgetary indicators. It is mostly used to compare the countries in terms of the degree of protection from external and internal threats.

Among the domestic developments in the area of economic security assessment the most accomplished and close to the practice models are presented in the researches of Glaz'ev S.Yu., a group of authors of the Economy Institute of RAS under the leadership of Senchagov V.K., Tatarkin A.I., and Kuklin A.A., Mityakov S.N., a group of authors under the leadership of Karpov V.V. and Korableva A.A.

One of the founders of the researches in the field of economic security in the domestic

scientific environment in modern history is Glazyev S.Yu. In his papers the foundations for the economic security assessment were laid, 22 modules were identified enabling to perform a comprehensive assessment of different elements of economic security on macrolevel [13]. Glaz'ev S.Yu. not only developed the methodological foundations for the assessment, but also performed practical calculations of the national security level of Russia as compared to some foreign countries and made conclusions with respect to the most important risks and directions for elimination thereof. At that the principles established by Glaz'ev S.Yu. in the system of the economic security analysis can be transferred to the regional level only in constrained degree.

It should be noted that the issues of methodology of the economic security analysis on national level were raised in the papers of lead Russian economists rather regularly. Various aspects of the system of economic security assessment in Russia were covered in the papers of Abalkin L.I. [14], Bogdanov I.Ya. [15], and Il'in V.A. [16]. Mesolevel as an object of methodology of the economic security assessment was identified by the scholars more seldom. At that there is a certain scientific reserve in this area in the Russian scientific environment.

One of the most required domestic models of the economic security assessment on the regional level is presented in the researches

of Tatarkin A.I. and Kuklin A.A. [17]. These leading scholars made a significant contribution to studying the issues of content, assessment and management of the economic security on different levels. The methodology of the model for the economic security assessment of regional economic systems by these scholars is based on identifying thirteen spheres of indicators that are grouped by three groups specified as “the capacity of the territorial economy for sustainable growth,” “ensuring an acceptable level of existing on the territory,” “environmental security. Capacity of the territory for retention of balance between human and nature.” The methodology of analyzing the economic security of the region implies the comparison of actual values of indicators of each sphere with the threshold (critical) values. The primary advantage of the model is a broad list of indicators of the economic security assessment, availability of borderline values for each indicator, possibility of using the methodology to range territories by the level of economic security. The disadvantage of the methodology is inaccessibility of data in open statistics for some identified indicators.

One more accomplished model of studying the regional economic security is presented in the researches of a group of authors of the Economy Institute of RAS under the leadership of Senchagov V.K. [18]. For the regional level the authors propose to use a

limited set of indicators of economic security as compared to the federal level, that can be grouped in two sections: economic indicators and social indicators. For each indicator within the frameworks of the model there was proposed a threshold value (the selection of which is justified in detail) and norm setting system, which allows using many methodological elements of the model in further researches in the area of practical application for a complex of territories united by a certain specific nature. Also one of the positive features of the system of assessment of the regional economic security proposed by the researchers from the Economy Institute of RAS is using the methodological forecasting tool set which enables to analyze not only the indicators of the current condition of regional systems, but also the perspective condition.

The model of economic security assessment of the region proposed by Mityakov S.N. is established and rather justified [19]. The model is based on the complex of indicators distributed by 10 projections that reflect different directions of development of regional systems including social, environmental, innovative and economic development, as well as different sides of security (industrial, food-based, power, budgetary and financial, personnel). For each indicator Mityakov S.N. proposed threshold values. Norm setting of indicators is implemented on the basis of the power

functions based on the correlation of the indicator value with the threshold value. The model also implies the calculation of aggregated indicators for each of the identified projections with due account for the weight fraction of individual indicators and the calculation of a general aggregative indicator of the economic security of the region. Mityakov S.N. performed approbation of the proposed model on the example of Russian regions, in particular, the level of the economic security of Nizhny Novgorod oblast was calculated during runtime.

The methodological foundation of the model for economic security assessment presented in the research of a group of authors under the leadership of Karpov V.V. and Korableva A.A. [20] is a system of 29 indicators united into three groups: economic sphere, social sphere and financial sphere. The author suggests calculating the integral indicator for each of these three spheres on the basis of identified indicators, as well as a total integral indicator. Before calculating the integral parameters, the indicators of the model are transformed to a dimensionless form by means of norm setting and are taken into account with different weight coefficients reflecting the level of significance of each of them in a certain sphere. The model approbation is performed on the example of regions of the Siberian Federal District. The absolute advantages of the elaborated model is

the practical focus thereof, account of a sufficiently large number of indicators, and use of tools for norm setting of certain indicators when calculating integral indicators. Another positive moment is the attempt of authors to determine threshold values for each indicator within the model. As a disadvantage of the model one can specify the imbalanced distribution of indicators over the identified spheres of economic security. The choice of spheres also raises certain questions (for instance, “the economic sphere” can hardly be identified as a separate unit of economic security of the region).

The domestic scientific thought has rather successful attempts of adapting the most popular models to application for a complex of regions characterized by certain conditions. Thus in particular the attempt to adapt the methodological tool set of the economic security assessment for cross-border regions of Russia proposed by Voloshenko E.V. and Voloshenko K.Yu. deserves attention [21]. Within the frameworks of the studies the authors have elaborated an algorithm for assessing the level of their economic security with due account for specific features of cross-border regions of RF, and threats and risks typical of this group of regions, and adapted a system of particular and general indicators for assessment of individual units of the economic security with due account for the territorial position of these entities on the map of Russia.

Certainly the practice of such adaptation makes the models of the economic security assessment more informative and capable of revealing specific kinds of risks for individual groups of regions.

The conducted analysis of the practical experience of developing the economic security assessment models allows evaluating the prospects and possibilities of using thereof to study the level of economic security of the Arctic regions of the Russian Federation (Table 1).

4. Results and Discussion

Table 1

Possibilities of using the primary models of economic security assessment for the Arctic regions of RF

Ser. No.	Model	Possibilities of application for the Arctic regions of RF
1	The assessment system represented in the Strategy for Economic Security of the Russian Federation till 2030	Cannot be applied due to the lack of such necessary elements of the model as the calculation of the integral complex indicators and threshold values of the economic security indicators. At that the list of indicators presented in the Strategy should serve as a basis for building any model for assessment of the regional system
2	Foreign models	Cannot be applied for assessment of the economic security level of the arctic regions of RF due to the focus on the national level, presence of a large number of indicators for which there is no data in the regional Russian statistics, and lack of indicators for many important units of economic security in Russia
3	The model of Glazyev S.Yu.	Can be applied to some extent for assessment of the economic security level of the Arctic regions of RF due to the focus on the federal level (including for comparison with the foreign countries) and application of macroeconomic indicators
4	The model of Tatarkin A.I. and Kuklin A.A.	Can be used as a basic model on condition of adapting thereof by means of introducing additional indicators characterizing specific conditions of the economic activity and transport accessibility of the Arctic regions of RF

5	The model of a group of authors of the Economy Institute of RAS under the leadership of Senchagov V.K.	Can be used for the Arctic regions of RF to a limited extent due to a relatively small number of indicators used in the model.
6	The model of Mityakov N.S.	Can be used as a basic model on condition of adapting thereof by means of introducing additional indicators characterizing specific conditions of the economic activity and transport accessibility of the Arctic regions of RF. Certain elements of the model can be used, in particular, threshold values for the key indicators and applied method of norm setting of indicators
7	The model of a group of authors under the leadership of Karpov V.V. and Korableva A.A.	Can be used as a basic model on condition of adapting thereof by means of introducing additional indicators characterizing specific conditions of the economic activity and transport accessibility of the Arctic regions of RF
8	The model of Voloshenko E.V. and Voloshenko K.Yu.	Cannot be applied for assessment of the economic security level of the Arctic regions of RF due to the presence of indicators adapted for the analysis of the economic security of cross-border regions of RF

The conducted analysis of methodological approaches to the regional economic security assessment allows stating the following general requirements to the methodology applied for the Arctic regions of RF:

- The basis for building the methodology for the economic security assessment should be a set of indicators that will enable to a sufficient extent to evaluate the possibilities of a sustainable development of

the territory and overcome the main threats and risks including those associated with unfavorable external factors of influence.

- When building a model of the economic security assessment for the entities of the Arctic zone of the Russian Federation one should include into the system of parameters the indicators characterizing such specific living conditions in these regions as transport remoteness from the metropolitan

area and a resource-producing pattern of economy.

- The additional requirements when selecting the indicators should be the possibilities of tracking thereof with the help of official information services, such as the website of the Russian Federal State Statistics Service, annual statistics digests, the website of the Unified Interdepartmental Informational-Statistical System (UIISS), the available data for not less than five previous years, and equilibrium, that is the reflection of various aspects of the economic security.

- When calculating the integral indicator on the basis of the generated list of indicators it is reasonable to smooth the actual

values of indicators on the basis of their comparison with threshold values.

- When determining threshold values of the indicators allowing to state the conclusions regarding the level of the economic security of specific region, one should use a comprehensive approach based on the expert assessment, determination of mean values of indicators for a group of regions or RF as a whole, account for a dynamics of indicators as compared to the dynamics of similar indicators of other RF entities.

It is reasonable to apply the elaborated model in the following stages represented in Figure 1.

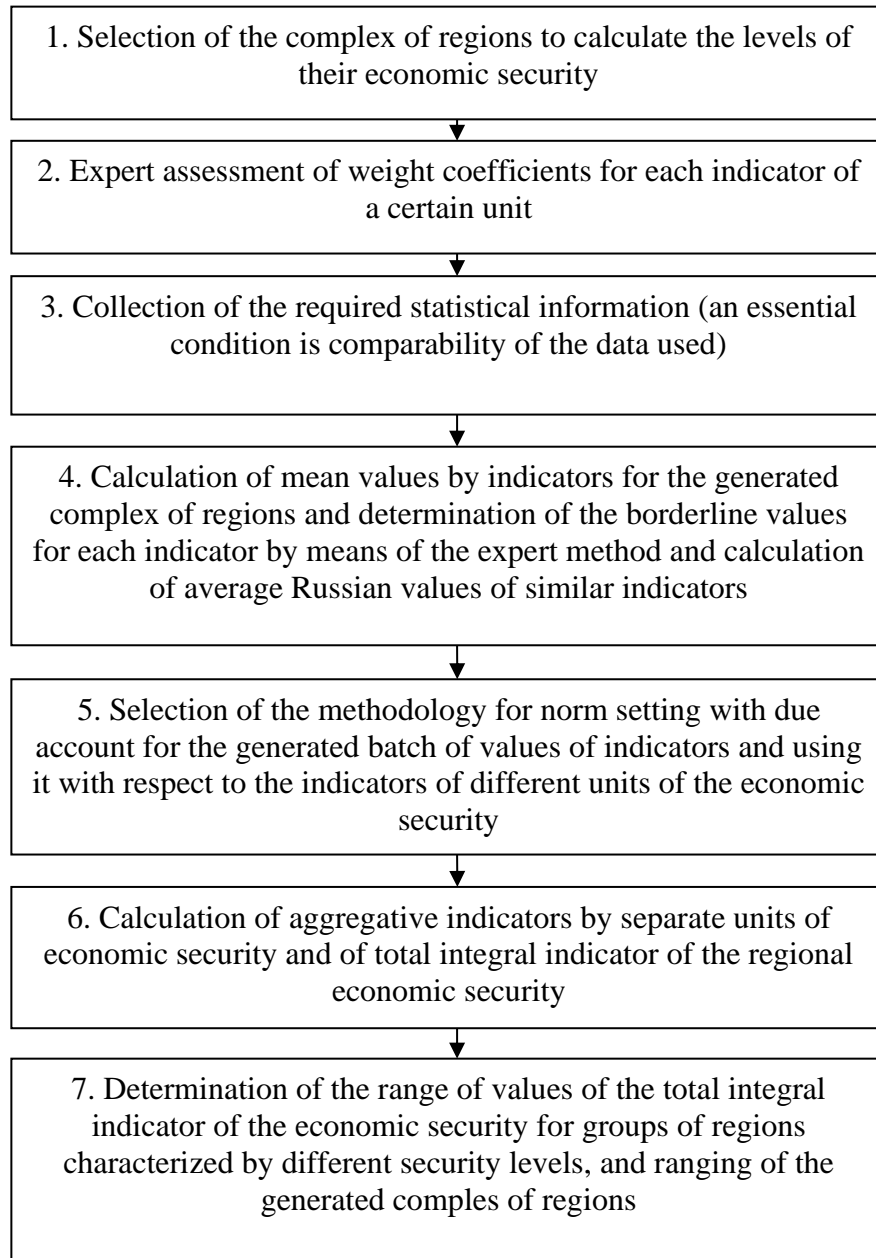


Fig. 1. Main stages of using the models of economic security assessment for the Arctic regions of RF

The basic stage of developing a model for assessment of the economic security level of the Arctic regions of RF is determining a list of indicators of the economic security.

It should be noted that in Luzin Institute for Economic Studies KSC RAS there were held investigations before to adapt the system of indicators of economic parameters and their threshold values with respect to a certain

region - Murmansk oblast which falls under the Arctic zone of RF. In the papers [22, 23, 24] there were identified specific risks for northern region; requirements for a system of indicators characterizing the economic security in the Arctic region; primary structural units that enable to assess the level of economic security of Murmansk oblast in a flexible manner (the authors identify the following among such units: capacity of the region for sustainable

development, sustainability of the financial system of the region, economy dependence on the import of the essential types of products, poverty rate, scientific potential, quality of life, demography, ecology). Let us assume the list of indicators and their threshold values elaborated by the authors to be an indicative foundation of the generated model for assessment of the level of economic security of the Arctic regions of RF (Table 2).

Table 2

Areas of economic security and indicators of assessment of their level for the Arctic regions of RF

Ser. No.	Indicator	Threshold value of the indicator	Weight in the structure of the relevant unit of the economic security, %
<i>1</i>	<i>Capacity of the region for sustainable development</i>		
1.1	Volume of GRP per head of the population, in percentage to the relevant period of the previous year	104	10
1.2	GRP growth rates to the relevant period of the previous year, %	104	5
1.3	Investments to fixed assets, in percentage to GRP	20	15
1.4	Index of industrial production, in percentage to the previous year	104	10
1.5	Index of agricultural production, in percentage to the previous year	103	10

1.6	Index of physical quantity of the retail turnover, in percentage to the previous year	103	10
1.7	Inflation rate per year, %	10	10
1.8	Share in industrial production:		
	– processing industry, %	50	10
	– mechanical engineering, %	10	5
	– metallurgy, %	40	5
1.9	Share of new types of products in total production volume, %	5	10
2	<i>Sustainability of the financial system of the region</i>		
2.1	Deficit of consolidated budget, in percentage to GRP	2.5	50
2.2	Index of consumer prices, December to December of the previous year, %	105	10
2.3	Amount of internal debt, in percentage to GRP	5	20
2.4	Amount of external debt, in percentage to GRP	10	20
3	<i>Economy dependence on the import of essential kinds of products</i>		
3.1	Ratio of import to export, %	20	40
3.2	Import ratio in internal consumption by the population, %	40	40
	– including food staff	30	20
4	<i>Poverty and Unemployment Rate</i>		
4.1	Number of population with revenue below the minimum living wage, in percentage to the total number of the population	9	35
4.2	Ratio of revenues of 10% of the most and 10% of the least well-to-do population	8	25
4.3.	Cost of the fixed market basket (by the end of a year), in percentage to average Russian cost	130	20

4.4	Unemployment rate by the methodology of International Labor Organization (ILO), %	7	20
5	<i>Scientific potential</i>		
5.1	R&D expenses, in percentage from GRP	2.5	30
5.2	Number of population with higher education per 1000 people	200	20
5.3	Number of students per 1000 people	40	20
5.4	Number of those working in science and education, in percentage to those working in the economy	2	20
5.5	Number of signed and accomplished economic contracts between scientific organizations and enterprises by the end of a year, ea.	Average level for the last five years for a region increased by 10%	10
6	<i>Quality of Life</i>		
6.1	Expenses for health care and sports, in percentage to GRP	7	20
6.2	Length of Life	71	20
6.3	Ratio of average salary and minimum living wage	300	20
6.4	Crime rate, number of crimes per 100 thous. people	2000	10
6.5	Expenses for culture, in percentage to GRP	3	10
6.6	Commissioning of dwelling houses, thous.m2 per 1000 people of population	Not less than 50% of the average Russian level	5
6.7	Ratio of dilapidated and condemned buildings in the total area of the whole housing stock, %	6	5
6.8	Ratio of monthly expenses of the population for heating over the region to the average value of monthly expenses of the population for heating throughout RF, %	130	5

6.9	Ratio of monthly expenses of the population for electric power over the region to the average value of monthly expenses of the population for electric power throughout RF, %	130	5
7	<i>Demography</i>		
7.1	Depopulation rate (number of the born to the number of the deceased)	1.5	30
7.2	Birth rate, persons per 1000 people of population	12	10
7.3	Death rate, persons per 1000 people of population	8	10
7.4	Infant mortality in the age before 1 year (per 1,000 of the born)	3	10
7.5	Balance of migration, thous. people	0	30
7.6	Death rate of the population due to deceases caused by professional activity, number of persons per 1000 people of population	5	10
8	<i>Ecology</i>		
8.1	Pollutants discharges into the atmosphere, thous. tons per 1000 people of population	100% of the average Russian level for a reporting year	50
8.2	Dirty discharges (without purification and insufficiently purified), mln. m ³ per 1000 people of population	100% of the average Russian level for a reporting year	50
9	<i>Transport accessibility</i>		
9.1	Distance from Moscow to the most remote settlement of the region by road	Mean value for the selected complex of regions	40
9.2	Availability of railways (Engel's coefficient)	7	30

9.3	Share of settlements without regular transport connection (hard top roads), % of the total number of settlements	100% of the average Russian level for a reporting year	30
-----	--	--	----

Values of weight coefficients by presented indicators of economic security for the Arctic regions of RF were calculated by the expert method.

Despite similar conditions of doing business in the regions of the Arctic zone of RF, these entities considerably differ by the degree of transport accessibility which generates additional risks and threats for the territories remote from the center of Russia. In this regard on this stage of research there was taken a decision to supplement the earlier elaborated list of indicators by three parameters characterizing the transport accessibility (the distance from Moscow to the most remote settlement of the region by road, Engel's coefficient, share of settlements without regular transport connection).

Using the average value as a threshold value of the indicator "distance from Moscow to the most remote settlement of the region by road" for the selected complex of regions allows taking into account the impact of remote location of the eastern regions of the Arctic zone of RF when assessing the level of their economic security.

Engel's coefficient as an indicator characterizing the availability of railways in the region shows the density of railways and is calculated by the formula [25]:

$$d_E = \frac{L_k}{\sqrt{S * H}},$$

where d_E – Engel's coefficient,

L_k – kilometers of railways,

S – square of the territory,

H – number of residents.

Engel's coefficient was introduced into the list of indicators not only for assessment of accessibility of settlements, but for the possibility of accounting the development of new productions in the region.

Another indicator characterizing the transport accessibility of the region is the share of settlements without regular transport connection. The higher the parameter, the more essential the risks in terms of timely provision of the population with essential commodities.

An important stage in the system of economic security assessment of the region is norm setting of values of the generated indicators. Among the parameters selected as indicators for the model of economic security

assessment of the Arctic regions of RF there are both in direct proportion with the security level of the region, and in reverse proportion. In such conditions it seems rational to apply an algorithm of norm setting on the basis of using the exponential function proposed for the indicators of economic security by Mityakov S.N. [26]. For indicators with the increase of which the economic security level of the region will grow the following function should be applied:

$$y = \begin{cases} 2^{\frac{(1-\frac{a}{x})}{\ln \frac{10}{3}}}, \text{ if } \frac{x}{a} > 1 \\ 2^{-\log_{10} \frac{a}{x}}, \text{ if } \frac{x}{a} \leq 1 \end{cases}$$

where

x – is an actual value of a certain indicator in the reporting period for the region under study,

a – threshold value of the relevant indicator.

For indicators with the increase of which the economic security level of the region will drop the following function should be applied:

$$y = \begin{cases} 2^{\frac{(1-\frac{x}{a})}{\ln \frac{10}{3}}}, \text{ if } \frac{x}{a} < 1 \\ 2^{-\log_{10} \frac{x}{a}}, \text{ if } \frac{x}{a} \geq 1 \end{cases}$$

Such system of norm setting allows transforming the values of different indicators to a comparable form. At that the range of obtained values for different types of actual values of indicators (with due account for their correlation with threshold values) is presented in Table 3.

Table 3

Range of values for different types of actual values of indicators of the model for economic security of the region (with due account for their correlation with threshold values)

Type of indicator	Correlation with the threshold parameter	
	$x \geq a$	$x \leq a$
For indicators in direct proportion with the level of economic security	from 1 to 1.78	from 0 to 1
For indicators in reverse proportion with the level of economic security	from 0 to 1	from 1 to 1.78

After norm setting of the actual values of indicators of economic security one should proceed to the calculation of the aggregated composite indicators of security levels by individual units. The calculation should be performed by the formula:

$$X_i^{agr} = \sum_{j=1}^n (x_i^j * p_i^j),$$

where

X_i^{agr} – aggregated composite indicators of security levels by individual units (i unit),

x_i^j – actual value of a certain indicator in the reporting period for the region under study (i unit),

p_i^j – indicator weight in the structure of a relevant unit of economic security, % (i unit).

On this stage it is reasonable to supplement the calculations with a graphic

representation of the data obtained, in particular, illustrative is the representation of the aggregated complex indicators of security levels by individual units for the region under study in form of radar charts.

For the final comparison of the economic security levels of separate regions of the Arctic zone of RF and ranging thereof, the total integral indicator of the economic security of the region should be calculated on the basis of addition of aggregated composite indicators with due account for their expected weight coefficients. The calculation on the basis of an expert method (the experts were the researchers from Luzin Institute for Economic Studies KSC RAS) allowed determining the values of weight coefficients for separate aggregated indicators (Table 4).

Table 4

Values of weight coefficients for separate aggregated indicators by the units of economic security of regions

Ser. No.	Economic security unit	Aggregated indicator(X_i^{agr})	Weight coefficient (p_i), %
1	Capacity of the region for sustainable development	$X_{sust. dev.}^{agr}$	15
2	Sustainability of the financial system of the region	$X_{fin.}^{agr}$	15
3	Economy dependence on the import of essential kinds of products	$X_{imp.}^{agr}$	12.5
4	Poverty and unemployment rate	$X_{pov and unemp.}^{agr}$	10

5	Scientific potential	$X_{sci.}^{agr}$	7.5
6	Quality of life	$X_{qual. life}^{agr}$	10
7	Demography	$X_{demogr.}^{agr}$	12.5
8	Ecology	$X_{ecol.}^{agr}$	7.5
9	Transport accessibility	X_{trans}^{agr}	10

Total integral indicator of economic security of the region is calculated by the formula:

$$X^{int} = \sum_{i=1}^n (X_i^{agr} * p_i),$$

where

The final stage of using the model for assessment of the economic security level for the Arctic regions of RF is building the ranking scale to range the obtained total integral indicators.

As it was established before, the range of changes of the total integral indicators ranges from 0 to 1.78. At that if the value of the indicator is higher than one the actual values differ from the threshold ones to a favorable side taking into account the weight coefficients of individual indicators and

X^{int} – total integral indicator of the regional economic security,

p_i – weight coefficient for the aggregated composite indicator of the security level by separate units (i unit), %.

structural units of the economic security. In a reverse situation the value of the total integral indicator will be less than 1. Therefore let us select the value $X^{int} = 1$ as a limit value to refer the region either to a favorable or unfavorable area by the level of economic security.

For a more precise ranging of values let us calculate the values of normed indicators for special cases when actual vales of the indicators differ from the threshold values by 25% and 50%. The calculation results are presented in Table 5.

Table 5

Values of normed indicators for special cases when actual vales of the indicators differ from the threshold values by 25% and 50%

Type of indicator	Actual value differs from the threshold value by 25%	Actual value differs from the threshold value by 50%

	$x \geq a$	$x \leq a$	$x \geq a$	$x \leq a$
For indicators in direct proportion with the level of economic security	1.122	0.847	1.212	0.671
For indicators in reverse proportion with the level of economic security	0.879	1.155	0.792	1.334

Limit values for the intervals of the range of the total integral indicator can be calculated basing on the ratio of indicators in direct proportion with the economic security level (25 out of 47), and indicators in reverse proportion with the economic security level (22 out of 47).

Using the values of normed indicators for special cases calculated in Table 5 when the actual values of indicators differ from the threshold values by 25% and 50% we will obtain results presented in Table 6.

Table 6

Limits of internal intervals for the range of values of the total integral indicator of the regional economic security

	Actual value differs from the threshold value by 50% unfavorably	Actual value differs from the threshold value by 25% unfavorably	Actual value coincides with the threshold value	Actual value differs from the threshold value by 25% favorably	Actual value differs from the threshold value by 50% favorably
Calculation	$= 0,671 * (25/47) + 0,792 * (22/47)$	$= 0,847 * (25/47) + 0,879 * (22/47)$	-	$= 1,122 * (25/47) + 1,155 * (22/47)$	$= 1,212 * (25/47) + 1,334 * (22/47)$
Limit value	0.728	0.862	1	1.137	1.269

The graphic representation of the obtained scale for assessment of the level of

economic security for a certain region of the Arctic zone of RF is shown in Figure 2.

Unfavorable area			Favorable area		
	0.728	0.862	1	1.137	1.269
Disastrous risks	High risks	Low risks	Slight risks	Negligible risks	No risks

Fig. 2. The graphic representation of the scale for assessment of the economic security level for Arctic regions of RF (total integral indicator of the economic security of a region)

Calculated values of the total integral indicator allow allocating the region on the presented scale with proper account for the values of economic security levels characteristic thereof.

5. Conclusion

The presented model for the assessment of the economic security level for arctic regions of RF enables not only to range the regions by the value of the total integral indicator, but also make qualitative assessment of the economic security level and the extent of potential risks for sustainable operation and development of a certain territory.

It should be noted that the application of the developed model in practice for the Arctic regions of RF can become an efficient tool for monitoring of the socioeconomic condition of this group of RF entities. At that the primary condition for the efficient use of the model is a dynamic principle that implies performing regular calculations and making conclusions not only on the basis of the resulting value of the total integral indicator of the economic security, but on the basis of its dynamics for a rather long period. The dynamic nature of using the model is important from the point of view of timely detection of crisis phenomena some of which can be

determined on early stages upon assessment of actual values by individual indicators of economic security.

The model can be used as a tool for making managerial decisions on correction of accepted and being implemented strategies and programs for development of territories. In case of low values of the total indicator one should consider the obtained values of the aggregated composite indicators of security levels by separate units, reveal the most problematic points in the development of the region, typical risks and correct the direction of state support by means of timely interference of authorities.

We should additionally note that the developed model is not something unchanged and constant. In accordance with changing external and internal conditions it is possible to revise not only threshold values by separate indicators, but the list of the indicators and identified units of economic security used in the model.

References

Decree of RF President dated May 2, 2014 No. 296 “On land territories of the Arctic zone of the Russian Federation”

Seregin V.A. “The potential of the Northern Sea Route in Arctic regions of the Russian Federation.” *Sinergiya Nauk* [Sinergy of sciences]. 2018, [No. 24](#). pp. 1441-1453.

Selin V.S., Skufyina T.P., Bashmakova E.P., Ulchenko M.V. *Ekonomicheskaya bezopasnost rossiyskoy Arktiki: osobennosti i problemy obespecheniya* [Economic security of the Russian Arctic zone: peculiar features and problems of provision]. Apatity. KNC RAS Publ., 2018. 103 p.

Adopted by the Decree of RF President as of May 13, 2017 No. 208 “On the Strategy of Economic Security of the Russian Federation till 2030.”

[Jackson, J.K.](#) Foreign investment and national security: Economic considerations (Book Chapter). [Foreign Investment in the U.S.: Economic Analyses and Security Considerations](#). January 01, 2014, Pages 49-80

[Asghari, M.](#) National security and economic growth (Article). [Iranian Economic Review](#). Volume 21, Issue 4, Autumn 2017, Pages 905-924

Kahler M. Economic security in an era of globalization: definition and provision // *The Pacific Review*. 2006. № 17, iss. 4. P. 485—502.

- [Hensel, N.D.](#) An economic and national security perspective on critical resources in the energy sector (Book Chapter). [New Security Frontiers: Critical Energy and the Resource Challenge](#). 2012, Pages 113-138
- [Zhang, Z.B.](#) The reasonable development of fictitious economy and its application in protecting national economic security (Article). [Advances in Intelligent and Soft Computing](#). Volume 136, 2012, Pages 185-193
- Jiang Yong Economic Security: Redressing Imbalance // China Security. 2008. Vol. 3, № 2. P. 66—85.
- Singer, J. David, Stuart Bremer, and John Stuckey. (1972). «Capability Distribution, Uncertainty, and Major Power War, 1820–1965» in Bruce Russett (ed) *Peace, War, and Numbers*, Beverly Hills: Sage, 19–48.
- National Power Index / Nation Ranking. URL: <https://nationranking.wordpress.com/category/national-power-index/>
- Glaz'ev S. *Za kriticheskoy chertoy. O kontseptsii makroekonomicheskoy politiki v svete obespecheniya ekonomicheskoy bezopasnosti strany* [Behind the critical line. On the concept of macroeconomic policy in the light of ensuring the economic security of the country]. Moscow, *Rossiyskiy ekonomicheskii zhurnal*, 1996.
- Abalkin L. Economic security of Russia. Threats and their reflection. *Voprosy ekonomiki*. [Issues of Economimiy]. 1994, No. 12. pp. 4-13.
- Bogdanov I.Ya. *Ekonomicheskaya bezopasnost Rossii. Teoriya i praktika*. [Economic security in Russia. Theory and practice]. Moscow, ISPI RAN Publ., 2001. 348 p.
- Shabunova A.A., Kalachikova O.N., Korolenko A.V., Povarova A.I., Rossoshanskiy A.I., Il'in V.A. *Natsionalnaya bezopasnost Rossii: vnutrennie ugrozy realizatsii strategii* [National security of Russia: internal threats for strategy fulfillment]. Vologda, ISERT RAN Publ., 2015. 132 p.
- Tatarkin A.I., Kuklin A.A. Changing of the paradigm of studying the economic security of region. *Ekonomika regiona* [Economy of the region]. 2012, No. [2 \(30\)](#). pp. 25-39.
- Senchagov V.K., Gernet M.N. *Ekonomicheskaya bezopasnost regionov Rossii* [Economic security of the Russian regions]. Novgorod, 2012.
- Mityakov S.N. Development of the system of indicators of economic security of Russia. Economic security of Russia: problems and prospects.

Materialy II Mezhdunarodnoy nauchno-prakticheskoy konferentsii [Materials of the II International Scientific and Practical Conference]. 2014. pp. 70-78.

Karpov V.V., Korableva A.A. *Teoriya i praktika otsenki ekonomicheskoy bezopasnosti (na primere regionov Sibirskogo federalnogo okruga)* [Theory and practice of assessing the economic security (on examples of the regions of Siberian Federal District)]. Novosibirsk, IEOPP SO RAN Publ., 2017. 146 p.

Voloshenko E.V., Voloshenko K.Yu. Assessment and measurement of the economic security of cross-border regions of Russia: theory and practice. *Baltiyskiy region* [Baltic region]. 2018. V. 10, [No. 3](#). pp. 96-118.

Ulchenko M.V. Analysis of the economic security of the European part of RF North. *Sever i rynek: formirovanie ekonomicheskogo poryadka* [North and market: formation of the economic order]. 2014. No. 6(43). pp. 59a-64.

Ul'chenko M.V. Assessment of the economic security level in Murmansk oblast. *Sever i rynek: formirovanie ekonomicheskogo poryadka* [North and market: formation of the economic order]. 2013. [No. 3 \(34\)](#). pp. 64-69.

Ul'chenko M.V., Vyshinskaya Yu.V. Assessment of the economic security

647
level of the territorial systems.

Natsionalnye interesy: priority i bezopasnost [National interests: priorities and security]. 2012. V. 8, [No. 47 \(188\)](#). pp. 66-71.

Zotov L.L., Chernyakov A.A., Yanchelenko V.A. *Obshchiy kurs transporta* [General course of transport]. St. Petersburg. SZTU Publ., 2008. – 90 p.

Mityakov S.N., Mityakov E.S., Romanova N.A. Economic security of regions of Privolzhski Federal District. *Ekonomika regiona* [Economy of the region]. 2013. [No. 3 \(35\)](#). pp. 81-91

REPRODUCTION OF FIXED ASSETS

Nadezhda A. Sereda¹

Abstract: The relevance of research is conditioned by objective need for management of reproduction processes. Fixed assets turnover takes place through depreciation charges in which respect the depreciation policy is one of the methods of managing its reproduction. Theoretically depreciation is a source of simple reproduction, whereas in practice it can be a source of extended reproduction due to time shifting of depreciation reserve generation and replacement of fixed assets. In fact however it does not resolve even the objectives of simple reproduction due to inappropriate use. The research is directed at revealing new tools of depreciation policy, and grounding the distribution of functions of state and economic entities in management of fixed-assets reproduction. The paper specifies the role of depreciation policy as a tool for reproduction management, identifies the peculiar features of economic and accounting approach to understanding of depreciation essence and their discrepancy in settling reproduction objectives. It was established that despite the theoretical existence of the uniform, progressive and digressive methods of

depreciation, presently there is not a single depreciation method in Russia referring to the progressive ones. It was suggested to introduce into practice the inflation indexation of depreciation, which refers to progressive methods – the depreciation norm grows in time interval of charging thereof. Project proposals were simulated and correlated with the actual data on the example of agricultural organizations of Kostroma oblast in Russia. It was established that depreciation indexation by 8% per year will indirectly raise the amount of state subsidies by 1.7% without direct payments through reduction of taxable base and amounts of taxes withdrawn. The method of indexed depreciation is attractive for economic entities. In this respect the state can use an additional tool of economic regulation: to oblige the enterprises selecting this method to use the depreciation reserve as per designation. Introducing the proposed depreciation method into practice allows resolving a number of objectives simultaneously: secure protection of depreciation reserve from inflation, fulfill the functions of simple and extended reproduction through depreciation. Indexed depreciation

¹ Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education Kostroma State Agricultural Academy.

being one of the forms of state support can be introduced selectively, for instance for agricultural manufacturers only. The presented method is a tool of state support that does not refer to the measures influencing directly the production enhancement and trade restriction, and does not have hindrances for usage as per the rules of the World Trade Organization.

Keywords: reproduction, fixed assets, depreciation policy, state support

1. Introduction

Fixed assets turnover takes place through charging of depreciation. In the process of use fixed assets transmit their value by installments to the created product in form of depreciation charges. Depreciation charges are included in the expenses of production (cost of products), then pass into price and return in form of revenue. Enterprises are obliged to accumulate depreciation charges by saving them from revenue to depreciation reserve, which in its turn shall be used to reproduce fixed assets.

Depreciation reserve has a dual economic function ensuring the process of both simple and extended reproduction. The possibility of extended reproduction is conditioned by the fact that charging of depreciation has a constant and continuous nature and depreciation is spent to refund the wear of fixed assets discretely at the end of

their useful life. Using depreciation reserve for increment of fixed assets is possible due to time shifting of the process of transmitting value to the product and using the funds to replace items of property in kind.

The procedure of generating depreciation reserve is determined by the depreciation policy. Depreciation policy can be considered at two levels: state and economic. At the economic level (level of enterprise) the objective consists in selecting the most acceptable and efficient methods from the available ones for specific economic conditions. Depreciation strategy shall reflect the relevant stage of production development, scientific and technical progress, qualitative and quantitative composition of fixed assets, as well as financial capacity of the enterprise. In modern conditions, the depreciation policy is an effective tool of financial management [1].

Depreciation policy shall be formed basing on the analysis of efficiency of its options in accordance with the strategy of the enterprise, available forecasts of the technical and economic development of certain fields and state economy on the whole [2].

State functions include the development of depreciation groups of fixed assets, methods of depreciation charging, and requirements to fixed assets accounting and taxation. At both levels, the main criterion of efficient depreciation policy shall be the fullest correlation of the depreciation formation

regularities and processes of value wear of the items of fixed assets broadly defined with due account for functional moral depreciation.

The main concern is that presently there is no control over the designated use of depreciation reserve. Enterprises often use it for other purposes. As a result, the economic entities have no proper funds not only for extended but also for simple reproduction. Depreciation being theoretically a source of simple reproduction, in practice can be a source of extended reproduction due to time shifting of depreciation reserve formation and replacement of fixed assets. In fact however due to inappropriate use of depreciation reserve it does not resolve even the problems of simple reproduction.

2. Materials and Methods

Discussions about depreciation reserve and accumulations made in it are held in the majority of research and methodological papers devoted to reproduction of fixed assets. Creating depreciation reserve in modern conditions does not implicate any single-sourcing, long accumulation or strict designated use. In conditions of freedom and economic independence each economic entity can spend the available funds quickly and efficiently for purchasing new assets (adding other sources of finance), as well as spend funds for other purposes.

In the paper of Sukhareva L.A. [3] basing on the summary of investigations of a number of authors it is concluded that depreciation reserve today has nothing in common with the process of recovery of main assets and represents only contra-asset account, i.e. it is meant to precise the balance on active accounts.

This situation cannot be considered to be acceptable. According to Krivova E.S., recovery of the reproduction function of depreciation should become one of the priority objectives of depreciation policy [4].

In order to form the material and technical base for production it is required to have the relevant institutional environment that allows taking into account the interests of the state and economic entities. One of such institutes is the depreciation policy of the state the efficiency of which serves as a factor for creating favorable conditions when generating depreciation reserve, which is the primary source of investments to fixed assets. Benefits of investment nature and appropriate depreciation policy are the key methods of alleviating tax burden, whereas revenue and accumulated depreciation as of today are basically the only sources of financing the investment activity of enterprises [5].

The interest of the state is to motivate production development through the mechanism of tax depreciation, replacement

and modernization of equipment, which eventually encourages the growth of national economy and increase of tax revenues in the budget [6].

Among state duties at macro level Ovod L.V. specifies the need to create conditions for designated use of depreciation charges [7].

In the paper of Kontsipko N.V. it is emphasized that in order to raise the interest of enterprises in pursuing an efficient depreciation policy the legislation amendments are required regarding the issues of generating a separate depreciation reserve and designated use thereof (to ensure designated use of accumulated depreciation). Resolving these issues will enable to charge depreciation more rationally and use efficiently which will result in more intensive renewal of worn-out fixed assets and consequently will provide the production process with additional financial resources which will promote the economy growth in Russia in general [8].

To resume state control over generation and designated use of depreciation reserve is proposed by Sayfieva S. [9], Sokolov M. [10], Lukinov V. [11] and Tikhonova E. [12].

It could be an efficient measure of motivating the reproduction of fixed assets. However in conditions of market relations and predominance of private ownership of production assets, execution of such measures

involves certain difficulty, since the owner is entitled to take economic decisions by him/herself and within his/her proprietary responsibility, including the decision on generation of the enterprise capital. Consequently, the state should develop the tools that motivate designated use of depreciation reserve, namely depreciation methods attractive for commodity producers, by selecting which while forming proper depreciation policy the enterprise would voluntarily take decisions regarding control and designated use of depreciation.

In scientific economic literature, various classifications of depreciation charging methods can be observed. Some authors describe scientific and theoretical methods. Thus, in the papers of Konkin Yu.A. [13], Semin A.N. and Chuzhinov P.I. [14] theoretical methods of depreciation are described: proportional, cumulative, and regressive (including the method of dual regression). In the paper edited by D. Bauer and Kharlamova G.N. three methods of determining depreciation charges are specified: progressive, straight-line and digressive [15]. Other scientific and methodological sources specify depreciation methods accepted in accounting: linear, declining-balance method, method of writing off value according to the sum of digits of the years of useful life, method of writing off value

in proportion to the volume of production (operations).

In our opinion in order to avoid ambiguity of classifications and interpretations of depreciation, the economic and accounting approaches to understanding of expenses including depreciation should be distinguished depending on the target objectives. Accounting (explicit) expenses are actual expenses of an enterprise for payment of obtained and used production resources. The main point of the economic approach consists in record keeping of alternative costs, i.e. market cost of resources, which are the property of the enterprise, along with the accounting costs. These costs are not involved in payments of the enterprise to other private or legal entities and are not reflected in accounting records.

Economic costs serve for the economic comparing of alternative options, taking managerial decisions, pricing, determining entrepreneurial income etc.

When forming and using fixed assets, both accounting and economic processes take place. On the one hand, it is required to transfer funds to supplier, account items on the balance, and include cost into expenses in form of depreciation. On the other hand, in the process of using fixed assets there is an entrepreneurial objective to reduce expenses, receive maximum returns, and reproduce an object upon the end of its useful life. In this regard, there appears accounting and economic notion of depreciation. Their primary attributes and designation are represented on the scheme (Fig. 1).

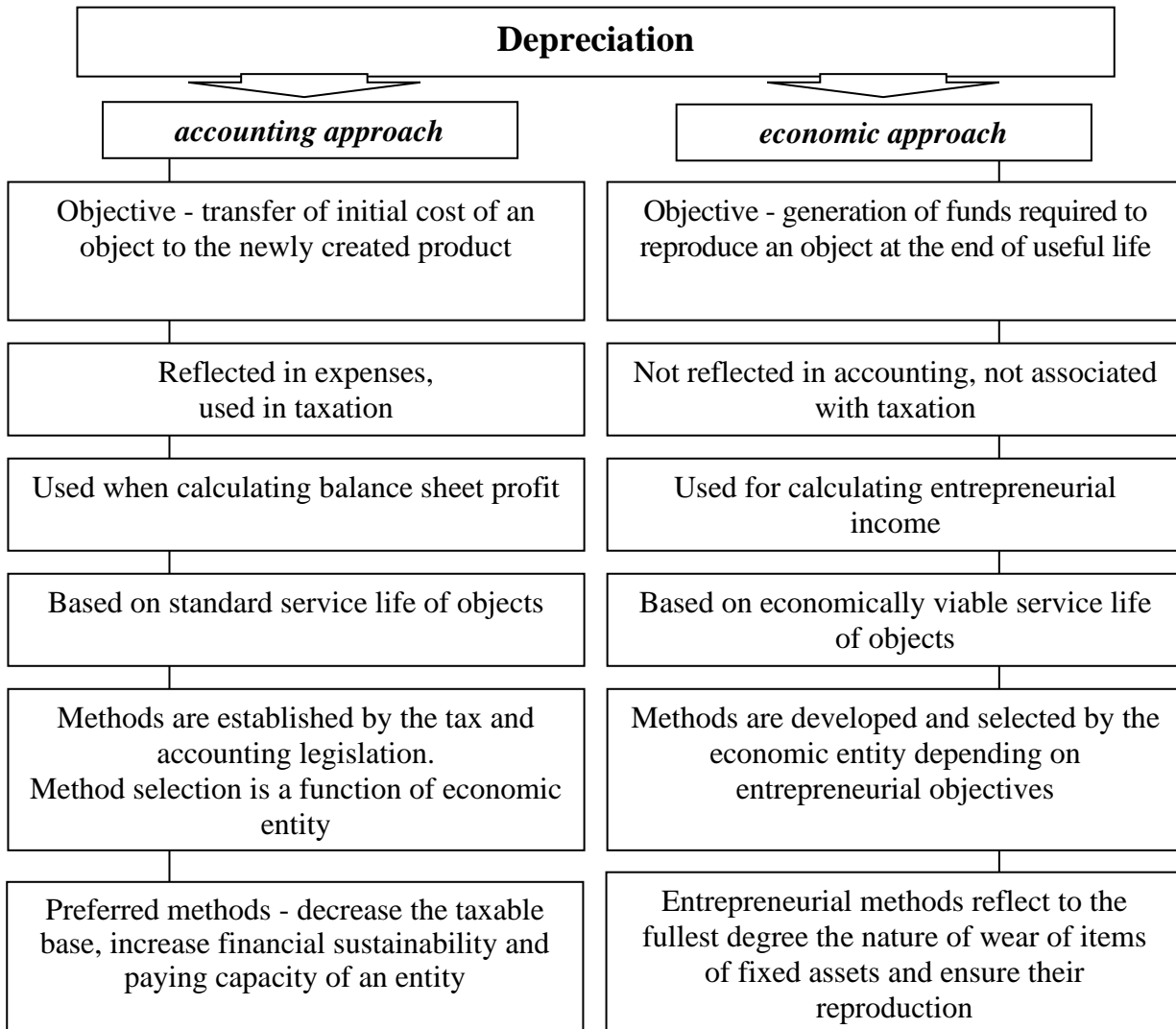


Figure 1 — Distinctive features of economic and accounting approach to the main point of depreciation

From the point of view of the accounting and economic approaches there appears a contradiction in reproduction objectives of depreciation. Accounting depreciation serves to transfer the cost of fixed assets by installments to the newly created product. Depreciation accumulated notionally upon the end of useful life of an object will equal to the initial cost thereof. In conditions of inflation, it will not ensure simple reproduction.

From the economic point of view, the reproduction role of depreciation consists in formation of the reproduction source, i.e. the cost at which new object can be purchased after expiration of useful life of the previous object. The economic approach allows theoretical summarizing all available kinds of depreciation methods, describing the regularities of charging of depreciation, and is significant for resolving basic managerial tasks.

From the economic point of view, in general terms depreciation charging methods can be divided into three groups: progressive, uniform (linear) and digressive (regressive).

Let us describe different depreciation methods in form of the function $y = f(x)$, where y – is an annual depreciation in rubles; x – is a year of equipment operation (Figure 2).

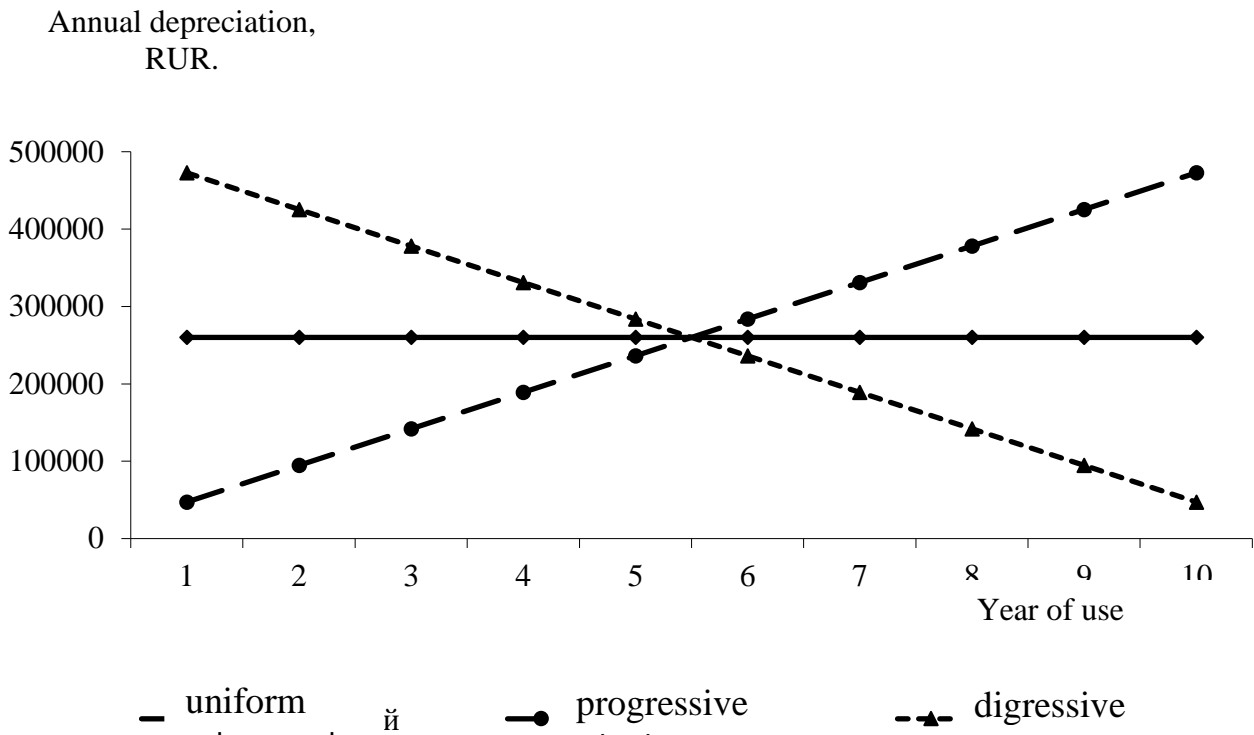


Figure 2 — Economic methods of charging of depreciation

An example shows depreciation calculation at the initial cost of an object of 2600 thous. RUR and standard operation life of 10 years.

Uniform methods are described by the function $y = \text{const}$. The progressive ones can be characterized by both linear and non-linear (poly-nominal) positive relationship. Digressive methods are expressed by linear or poly-nominal inverse negative relationship. Each method can theoretically combine great varieties.

The accounting approach has an exclusively applied meaning for resolving specific economic objectives: charging and disclosing depreciation in bookkeeping, further use thereof when calculating costs and tax assessment. For these purposes certain methods of charging of depreciation are enshrined in law at state level [16]. Presently there is not a single method of charging of depreciation referring to progressive method in the Russian book-keeping practice (Figure 3).

Annual depreciation, RUR.

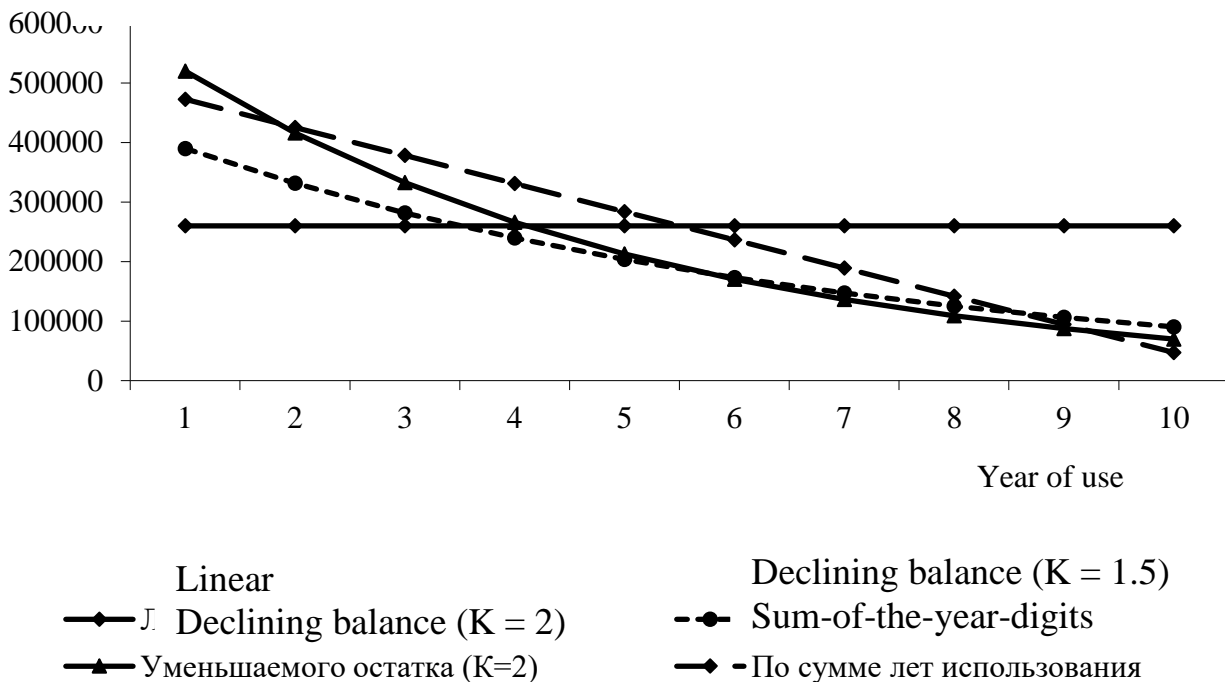


Figure 3 — Accounting methods of charging depreciation

Annual depreciation charges can increase in years only when using the method of writing off value in proportion to the volume of production in case of progressively growing production volumes. In the meantime, irrespective of the dynamics of production volumes the progressive method is the most appropriate in case if the enterprise takes an intermediate-term credit to finance the project. In the first 3...5 years the costs include credit interests and large depreciation amounts during this period will result in reduction of paying capacity. After payments for credit finish the increase of depreciation charges on the contrary will allow decreasing the taxable base. However using the progressive depreciation methods makes no economic sense in conditions of high inflation since it

delays accumulation of depreciation resources and causes loss in value thereof.

Generalization of a number of research and practical papers allows concluding that all three kinds of depreciation are applied in the global economic practice: linear (constant, uniform); increasing (progressive); accelerated (digressive, declining, decelerated) [17, 18, 19, 20, 21, 22]. Different terms depend on peculiarities of translation. The most widespread are the methods of linear and accelerated depreciation which is considered to be one of the factors of reproduction and economic growth. These methods are applied in Greece, Switzerland, Austria and France [17, 18]. The law in Germany does not stipulate any specific depreciation methods, and enterprises are more independent in this

issue. In practice the straight line method and declining balance method are used most often. Digressive depreciation is applied in relation to the fixed assets which are competitive, do not have analogues and are little subjected to functional moral depreciation [18]. Consequently the use of progressive depreciation is on the contrary viable in conditions of high rates of scientific and technical progress and quick moral ageing of equipment.

Moreover, according to Tikhonova E.V., when specifying the methods for charging of depreciation the state encounters a problem of inflation due to which the money received through depreciation is often not enough for renewal. Therefore it is so pressing to find the method that would encourage renewal and the enterprise would receive the discounted value of fixed assets for renewal that is the initial cost thereof adjusted for inflation [12].

3. Results

On the basis of conducted research the following recommendations are proposed to improve depreciation policy:

- on state level: diversifying depreciation methods; introducing the progressive method into practice; encouraging commodity producers for designated use of depreciation reserve;

- on regional level: consulting and scientific support of activity of agricultural enterprises for them to understand the economic approach to charging of depreciation and take appropriate economic, managerial, organizational and investment decisions;

- on the level of enterprise: assessing value wear and asset replacement value with the purpose of efficient entrepreneurial decisions for reproduction thereof; selecting optimal methods of charging of depreciation.

New style of the Russian economy functioning in conditions of an open world economic system, severe competition of domestic agriculture with the foreign suppliers of raw materials and food, and high rates of technical progress prove the priority need for technical and technological modernization of agrarian sector, strengthening of state protectionism with the simultaneous observation of standards and rules of WTO with respect to internal state support. Management of the fixed assets reproduction in such conditions can be implemented in the first turn by means of depreciation.

As a result of the research conducted [23] it was established that despite the theoretically generally accepted role of depreciation in the reproduction process, in practice in Russian agriculture it does not resolve even the issues of simple reproduction of fixed assets. The main concerns of

dysfunction of the depreciation reserve are as follows:

- small depreciation amounts due to large factual useful life of fixed assets;
- loss in value of depreciation amounts in conditions of inflation;
- inappropriate use of depreciation reserve.

There are a number of barriers in eliminating these problems. Firstly, renewal of fixed assets and overcoming the wear is prevented by the lack of investments among the sources of which the renewal function shall be fulfilled by depreciation. Technologically backward production does not allow receiving sufficient profit to make net investments. Without investment sources agricultural organizations get stuck in a loop thus and cannot fulfill reproduction.

Secondly, the proposals of a number of scholars to oblige enterprises through administrative measures to use depreciation in accordance with designation encounter civil and legal restrictions protecting owner rights to handle one's own assets at one's sole discretion.

Thirdly, the measures aimed at increasing depreciation raise skeptical attitude of some scholars and practitioners since they incur growth of costs, and at constant product prices which is conditioned in its turn by competition demands, cause decline in profits and all associated parameters of economic

performance. Also concerns are raised by possible tax gap for the state in case of depreciation growth due to reduction of taxable base of enterprises. These barriers can be overcome through the proposed economic-reproduction concept of generating the depreciation policy at different levels of management.

None of the scholars denies that depreciation in the economic sense should not just reflect the transfer of initial cost to expenses, but serve for reproduction of an object upon expiration of its useful life. It is obvious theoretically, whereas in practice normal reproduction process is impossible since the reproduction cost upon expiration of useful life of an object essentially exceeds the generated amount in the depreciation reserve, the main reason for which is inflation.

The key principle of the economic-reproduction approach to depreciation is that depreciation should form a source for reproduction. For this purpose when determining depreciation, one should take into account the annual growth of price for labor tools caused by inflation.

The annual indexation of depreciation by the value of official price index for respective type of manufactured goods shall be quite a simple method in practical use. Let us name the proposed method of charging of depreciation as "indexed." The annual

depreciation in the first year D_1 , RUR/year, is determined as follows:

$$D_1 = \frac{BV \cdot N_d}{100} \cdot i_1, \quad (1)$$

where BV — book value of an object, RUR;

N_d — norm of depreciation charges,

%;

i_1 — annual price index for a given group of objects of fixed assets in the first period (against the previous year).

Depreciation norm in the generally accepted form is a value inversely related to useful life time:

$$N_d = 100 / T, \quad (2)$$

where T — standard life time, years.

Depreciation in the second year D_2 , RUR/year is determined as follows:

$$D_2 = \frac{BV \cdot N_d}{100} \cdot i_1 \cdot i_2, \quad (3)$$

where i_2 — price index for a given group of objects of fixed assets in the second period (against the previous year).

Annual depreciation,
RUR.

In general form the annual depreciation

D_n is calculated as:

$$D_n = \frac{BV \cdot N_d}{100} \cdot \prod_{n=1}^T i_n, \quad (4)$$

where i_n — annual price index for a given group of objects of fixed assets in the n period (against the previous year).

Depreciation for the standard life time of an object $\sum_{n=1}^T D_n$, RUR, will equal to:

$$\sum_{n=1}^T D_n = \sum_{n=1}^T \frac{BV \cdot N_d}{100} \cdot \prod_{n=1}^T i_n = BV \cdot \prod_{n=1}^T i_n \quad (5)$$

Graphic interpretation of depreciation calculated by progressive method looks as follows (Figure 4).

The example shows the calculation of depreciation of the combine harvester with the initial cost of 2600 thous. RUR, standard life time of 10 years and annual actual price indexes for combine harvesters for a ten-year period [24].

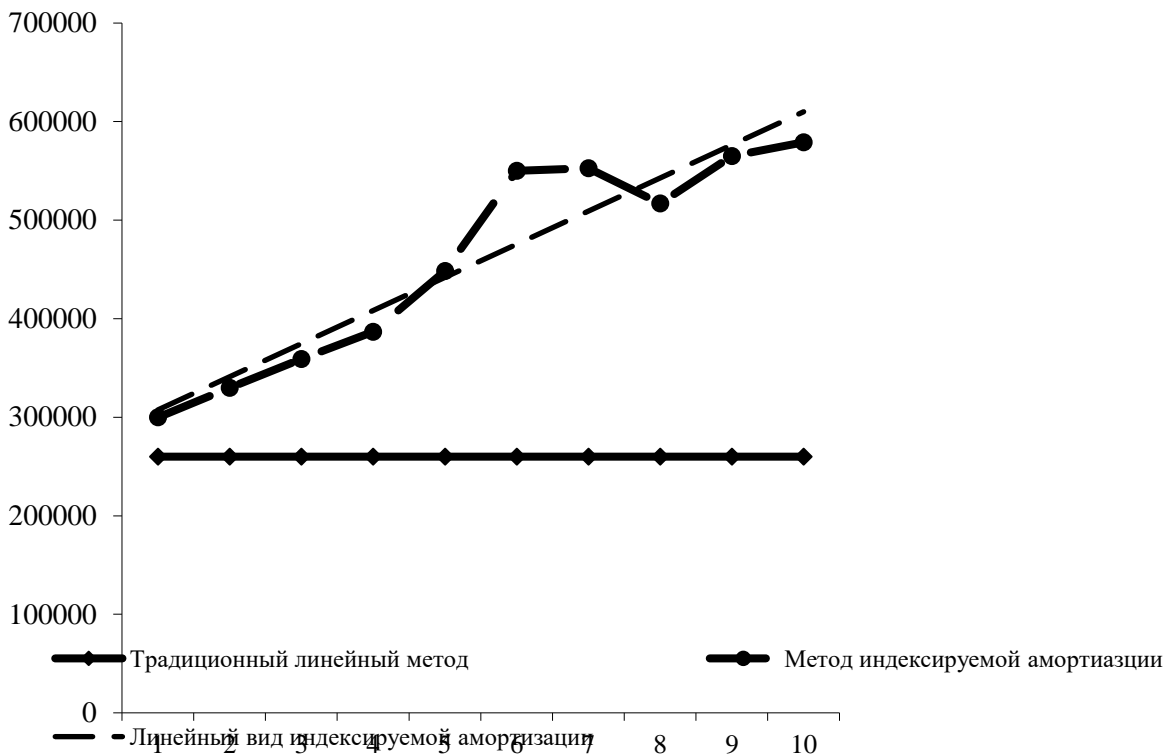


Figure 4 — Comparison of the annual depreciation amounts upon linear and indexed methods of charging of depreciation

In order to simplify the model, there can be accepted an annual uniform indexation value, on the level of an average actual value for the last 3...5 years for instance:

$$\sum_{n=1}^T D_n = BV \cdot \bar{i}^{-T}, \quad (6)$$

where \bar{i} — annual average inflation index for the period T (in form of coefficient).

When using this method, depreciation will be protected from inflation through the annual indexation thereof. The indexed method of charging of depreciation should be officially established on state level. The proposed method will refer to progressive

methods which are still absent in the Russian practice.

One of the apparent problems of progressive depreciation is the risk of production expenses growth and consequently decline in profits. Profit maximization as a behavior pattern of a company is long admitted to be one of the least rational in the long-term period in foreign science and practice. In the Russian economic way of thinking profit still comes to the fore when economic entities determine the targets. Designated use of profit and its role in the reproduction process consists in generating accumulation and consumption funds. The accumulation fund in its turn is a

source of investment into extended reproduction mostly in form of labor tools. The consumption fund is partially aimed at reproduction of living labor (in form of material incentive and social benefits to employees) and partially at capital consumption by the owners (in form of interest, dividends etc.).

Profit maximization is an efficient strategy only in case of rational behavior of the capital owners. However in practice the pursuance of profit growth often does not go along with adherence to principles of production development, public and social responsibility; short-term financial objectives come to the fore at the expense of strategic investment decisions. Maximization of added value called “Japanese model” is internationally recognized as the most efficient economic strategy of behavior. Sio K.K. states “When a company maximizing profit enters a direct competition with a company

maximizing added value, its chances are scarce” [25, p. 40]. The Japanese model is based on economic culture which is based on the understanding of importance of coordinated relations between the members of society: between employees, owners and managers, between state and business. The model of maximizing added value in our opinion is the priority one for the Russian agriculture, and achievable due to the preserved socio-economic way of thinking of farmhands and agrarian entrepreneurs.

Namely added value in its economic essence is a reproduction source. Having extended the model of added value by an external source in form a difference between funds paid and obtained from the state we will get a cumulative reproduction source that we will specify “*reproduction profit*” [26]. Graphical interpretation of the reproduction profit model looks as follows (Figure 5).

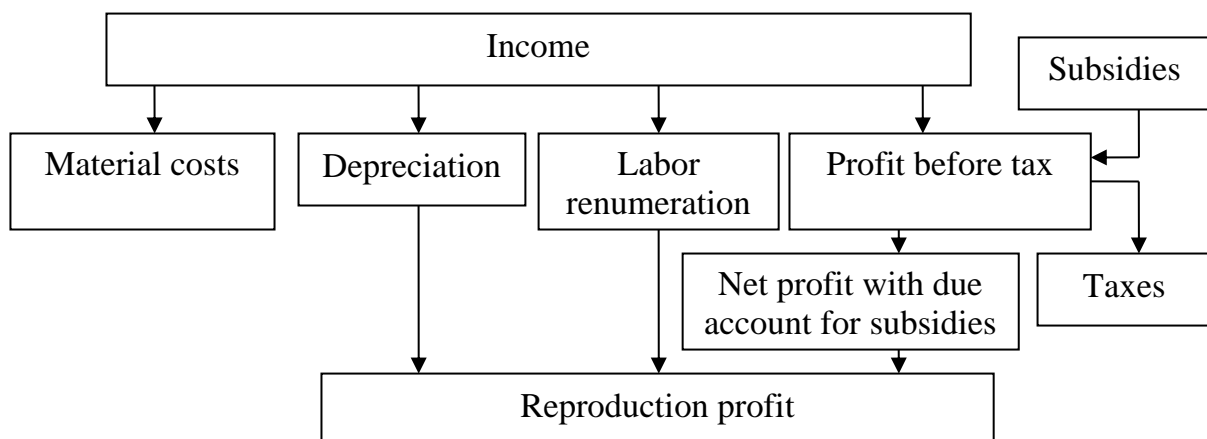


Figure 5 — Deterministic factor scheme of generating reproduction profit

Let us investigate the consequences of depreciation growth: change of the reproduction profit of enterprises, observance of interests of all economic entities: capital owners, workers, consumers of goods, state. Let us specify in the model an initial assumption that in highly competitive environment the producer does not set a goal and practically does not have a possibility to raise prices for final products. At permanent prices and amount of products (and profit as a consequence) and stability of other expenses (materials costs and labor remuneration), growth of depreciation will result in reduction of gross profits, but interests of consumers in form of price and amount of products are not violated. Let us represent the reproduction profit in form of deterministic factor model:

$$RI = D + LR + P - T = D + LR + (1 - R_{PT})P$$

(7)

where RI — reproduction income;

D — depreciation;

LR — labor remuneration with accruals;

P — profit (with subsidies, before tax);

T — profit tax,

R_{PT} — profit tax rate (in form of coefficient).

Let us consider an example of changing the reproduction income upon depreciation indexation using actual data on the activity of agricultural organizations of Kostroma oblast in Russia (Table 1).

Table 1 — Strategies for managing the reproduction income of agricultural organizations through depreciation policy

Parameter	Actually (2017)	Upon depreciation growth by 8% (in accordance with inflation level)	Upon depreciation growth by 15 % (illustrative example)
Profit, mln. RUR.	8301.54	8301.54	8301.54
Cost of sales, mln. RUR.	7237.52	7287.44	7331.12
Depreciation, mln. RUR.	624.00	673.92	717.60
Labor remuneration with accruals, mln. RUR.	1397.05	1397.05	1397.05
Profit before tax with due account for outright subsidies, mln. RUR.	535.16	485.23	441.55
Including subsidies	306.73	306.73	306.73
Amount of profit taxes paid, mln. RUR.	47.59	43.15	39.26

Reproduction income, mln. RUR.	2508.62	2513.06	2516.94
Net state support (subsidies minus taxes paid), mln. RUR.	259.14	263.58	267.47

Price index for manufactured products purchased by agricultural commodity producers made 108% in 2017 against the level of the previous year [24]. The amount of taxes paid by agricultural organizations of Kostroma oblast makes 8.9% on average since the majority applies the unified agricultural tax, insufficient part of income is charged as per the profit tax rate (20%), some manufacturers apply a simplified taxation system or pay tax for imputed income. An example shows different options: depreciation growth by 8% and 15%. The value of net state support is determined as an amount of subsidies minus withdrawn taxes. As a result of depreciation growth by 50 mln. RUR (8%) the reproduction income gain made 4.5 mln. RUR, since decline in profits is not fully identical to depreciation gain, but declines by the amount of paid taxes. This amount respectively increases the amount of state net support. Upon depreciation growth by 15% the reproduction income growth will make 8.3 mln. RUR with growth of state net support by an equivalent amount.

4. Conclusion

Thus, the amounts of depreciation indexation are an indirect tool for subsidizing the agricultural production by the state. The method of indexed depreciation is attractive from the point of view of an agricultural enterprise. In this regard the state can use an additional tool of economic regulation: to oblige the enterprises selecting this method to use depreciation funds in accordance with designation thereof. These requirements by no means violate the rights of an owner, since the decision on selecting the depreciation method is taken on one's own and voluntarily. There should be preserved a possibility of selecting a method of indexed depreciation according to a separate type, fixed asset group, observing only the generally accepted requirement that application of one of the methods of charging of depreciation for a group of homogeneous items shall be fulfilled during the whole period of their useful life.

Introducing the proposed depreciation method into practice allows resolving a number of tasks simultaneously: secure protection of the

depreciation reserve from inflation and fulfill the functions of simple and extended reproduction by depreciation. Indexed depreciation being one of the forms of state support can be introduced selectively for instance for agricultural commodity producers and small enterprises only. The presented method is a tool of state support that does not refer to the measures influencing directly the production enhancement and trade restriction, and does not have hindrances for usage as per the rules of the World Trade Organization.

References

- Krupina N.N., Bartakova N.N. Osnovy metodologii analiza effektivnosti amortizatsionnoy politiki predpriyatiya (Fundamentals of Methodology of Analyzing the Efficiency of the Depreciation Policy of an Enterprise). *Ekonomicheskii analiz: teoriya i praktika*, 2010, No. 26. Available at: <https://cyberleninka.ru/article/n/osnovy-metodologii-analiza-effektivnosti-amortizatsionnoy-politiki-predpriyatiya> (Accessed: 26.04.2019).
- Nikitenko A.A. Depreciation policy in the light of investment activity of an enterprise. *Donetskie chteniya 2018: Obrazovanie, nauka, innovatsii, kultura i vyzovy sovremennosti: Materialy III Mezhdunarodnoy nauchnoy konferentsii*. [Donetsk readings 2018: Education, science, innovations, culture and challenges of modern times: Materials of III International Scientific Conference edited by Bespalova S.V.]. 2018. pp. 65-67 (in Russian).
- Sukhareva L.A., Ogorodnik V.S. Historical aspects of formation of scientific thought regarding depreciation policy. *Sovremennoe obshchestvo i vlast* [Modern Society and Power], 2017, 1 (11), pp. 138-145.
- Krivova E.S. Depreciation Policy Management in Agro-Industrial Complex with the Purpose to Stimulate Investment Activity. *Izvestiya Orenburgskogo gosudarstvennogo agrarnogo universiteta* [Proceedings of Orenburg Satet Agrarian University], 2011, No. 2 (30), pp. 213-216.
- Batayeva P.S., Ibragimov T.A.V. Depreciation Policy as a Tool of Reducing Tax Burden. *Formirovanie konkurentnoy sredy, konkurentosposobnost i strategicheskoe upravlenie predpriyatiyami, organizatsiyami i regionami: Sbornik statey III Mezhdunarodnoy nauchno-prakticheskoy konferentsii. Pod obshchey redaktsiey O.A. Luzginoy*

[Formation of Competitive Environment, Competitiveness and Strategic Management of Enterprises, Organizations and Regions: collected papers of III International Scientific and Practical Conference. Edited by Luzgina O.A.], 2018, pp. 23-29.

Kuter M.I., Lugovskiy D.V., Mamedov R.I. Depreciation Policy – is an Element of Accounting Policy of an Organization in Securing Financial Strategy of an Owner. *Ekonomicheskiy analiz: teoriya i praktika* [Economic Analysis: Theory and Practice], 2009, No. 29 (158), pp. 17-23.

Ovod L.V. Interrelation of the Depreciation System with Depreciation Policy on Macro- and Micro-Level. *Biznes. Obrazovanie. Pravo*. [Business. Education. Law], 2013, No. 4 (25), pp. 56-59.

Kontsipko N.V. Development of Conceptual Approaches to Depreciation Policy as to Proper Source of Finance for Corporation. *Vestnik Tomskogo gosudarstvennogo universiteta. Ekonomika* [Bulletin of Tomsk State University. Economy], 2017, No. 37, pp. 153-168.

Sayfiyeva S., Ermilina D. Financial Sources of Fixed Assets Reproduction. *Ekonomist* [Economist], 2012, No. 11, pp. 21-37.

Sokolov M. Depreciation Policy and Economy Diversification. *Ekonomist* [Economist], 2010, No.10, pp. 20-24.

Lukinov V.A. Concept of Designated Use of Depreciation Charges for Renovation of Fixed-Assets. *Internet-zhurnal Naukovedenie*, 2015, No.3 (28). Available at: <https://cyberleninka.ru/article/n/kontseptsiya-tselevogo-ispolzovaniya-amortizatsionnyh-otchisleniy-narenovatsiyu-osnovnyh-sredstv> (Accessed: 26.04.2019).

Tikhonova E.V. Depreciation Policy and its Impact on Formation of Financial Resources of an Enterprise. *Ustoychivoe razvitie nauki i obrazovaniya* [Sustainable Development of Science and Education], 2019, No. 1, pp. 54-61.

Konkin Yu.A. *Ekonomika remonta selskokhozyaystvennoy tekhniki* [Economy of Agricultural Equipment Repair]. Moscow, Agropromizdat Publ., 1990. 366 p.

Syomin A.N., Chuzhinov P.I. *Ekonomika predpriyatiya agrotekhnicheskogo servisa* [Economy of an Enterprise of Agro-technical Maintenance]. Astana, Parasat Elemi Publ., 2003. 416 p.

Bauer K.-D., Korotayev V.S., Pavlov V.S., Kharlamova G.N., et. al.

Ekonomika selskokhozyaystvennogo predpriyatiya [Economy of an Agricultural Enterprise]. Moscow, EkoNiva Publ., 1999. 282 p.

Polozhenie po bukhgalterskomu uchetu «Uchet osnovnykh sredstv» PBU 6/01 (s izmeneniyami ot 18 maya 2002 g., 12 dekabrya 2005 g., 18 sentyabrya, 27 noyabrya 2006 g., 25 oktyabrya, 24 dekabrya 2010 g.) / Utverzhdeno Prikazom Minfina RF ot 30 marta 2001 g. № 26n [Provision on Book-Keeping “Accounting of Fixed-Assets” PBU 6/01 (with amendments dated May 18, 2002, December 12, 2005, September 18, November 27, 2006, October 25, December 24, 2010). Approved by Decree of the Ministry of Finance of the Russian Federation as of March 30, 2001. No. 26n.

Gribkova N.B. Experience of Tax Regulation in Foreign Countries and Possibility of Use Thereof in Russia. *Nalogovaya politika i praktika* [Tax Policy and Practice], 2005, No. 7, pp. 16-23.

Zharikova L.A., Naumova N.V. *Bukhgalterskiy uchet v zarubezhnykh stranakh: uchebnoe posobie* [Book-Keeping in Foreign Countries: text book]. Tambov, Izdat. Tambov Gos. Tekhn. Univ. Publ., 2008. 160 p.

Gazzarin, C. Berechnung und Grunddaten der Maschinenkosten. *Christian Gazzarin, Markus Lips. Herausgeber: Agroscope Tänikon 18356 Ettenhausen*, 2013. 32 p. Available at: <http://www.agroscope.admin.ch/betriebswirtschaft/06822/06823/index.html?lang=de>.

Reineche, F. *Im Schatten des eigenen Erfolges Landwirtschaft*. Reineche. Hamburg: Hartwiesstr Publ., 1995. 49 p.

Ronald D.Kay., William M.Edwards. *Farm management*. 3 ed., McGraw-Hill, INK, 1994. — 455 p.

Scheuerlein, A. *Finanzmanagement für Landwirte: Beispiele, Anwendungen, Beurteilungen*. München: BLV-Verl., Ges., 1997. 247 p.

Sereda N.A. *Postroenie effektivnoy sistemy monitoringa i vosproizvodstva tekhnicheskogo potentsiala v selskom khozyaystve regiona* [Building an Efficient System of Monitoring and Reproduction of Technical Potential in Regional Agriculture]. Karavayevo, Kostroma GSKhA Publ., 2014. 262 p.

Rossiyskiy statisticheskiy ezhegodnik [Russian Statistical Annual Book], 2018, Moscow, Rosstat Publ., 2018. 694 p.

Sio K.K. *Upravlencheskaya ekonomika*

[Managerial Economy]. Moscow,

INFRA-M, 2000. 671 p.

Vodyannikov V.T., sereda N.A.

Vosproizvodstvo tekhnicheskogo

potentsiala selskogo khozyaystva v

usloviyakh innovatsionnogo razvitiya

[Reproduction of Technical Potential of

Agriculture in Conditions of Innovative

Development]. Karavaevo, Kostroma

GSKhA, 2014. 228 p

SOCIO-ECOLOGICAL MINISTRY OF THE RUSSIAN ORTHODOX CHURCH (END OF THE 19TH-BEGINNING OF THE 20TH CENTURIES)

Tatiana E. Lifanova¹

Svetlana A. Shilina²

Ekaterina Yu. Sycheva³

Elena V. Nozdracheva⁴

Olga V. Golenkova⁵

Abstract: The current Russian society is characterized by close attention of the state to the environmental situation, the system of social assistance to the needy, social service and volunteering, as well as preserving the natural environment and maintaining ecological balance. The present study aims to analyze the process of socio-ecological ministry of the Russian Orthodox Church (ROC) in the late 19th – early 20th centuries. The results were obtained using in-depth historical, sociological, and quantitative data analysis (one-dimensional statistical

analysis) of the source base: the works of prominent historians of Russia and materials from state archives. The relevance lies in the fact that the materials of the study illustrate the areas of the ministry of the ROC, poorly described in literature. Knowledge of the history of the development of a particular social industry, including the role of the ROC in the development of social charity, is an integral part of any social knowledge.

¹ Federal State-Funded Educational Institution of Higher Education «Bryansk State Academician I.G. Petrovski University»

² Federal State-Funded Educational Institution of Higher Education «Bryansk State Academician I.G. Petrovski University»

³ Federal State-Funded Educational Institution of Higher Education «Bryansk State Academician I.G. Petrovski University»

⁴ Federal State-Funded Educational Institution of Higher Education «Bryansk State Academician I.G. Petrovski University»

⁵ Federal State-Funded Educational Institution of Higher Education «Bryansk State Academician I.G. Petrovski University»

Keywords: Orthodox clergy, environmental concept, social ministry, charity, trustee activities.

1. Introduction.

The study of the history of the social system in Russia is updated by the fact that with the development of society, formation of states, cultures, norms and traditions, questions arise related to the attitude towards children, the elderly, and the disabled [9]. The desire to see strong and healthy citizens fit for work in their state remains crucial in many countries of the world over the centuries. Different stages of the history of Russian civilization transformed the attitude towards the needy due to the changing socio-economic conditions [3; 8; 22]. The Russian Orthodox Church (ROC) plays an important role in increasing attention to those in need and providing them with the necessary assistance.

The present research aims to analyze various aspects of the social ministry of the ROC. The objectives were to enlarge on the following areas of this ministry: preserving the natural environment and maintaining ecological balance; providing the population with medical care; pastoral duties in the

theater of operations during the Russo-Japanese War of 1905 and the First World War; raising money to organize charity for widows and orphans of the military clergy; creating and maintaining hospitals for wounded soldiers; assisting in cases of natural disasters, weather anomalies, and epidemics.

A significant number of pre-revolutionary researchers [14; 21] on the problems of charity in Russia focused on the attitude of the government to helping the socially vulnerable and to identifying the distinctive features of the state charity system. A.A. Isaev [20], E.D. Maximov [29], A.D. Stog [40], G.I. Frolov [44] et al also dealt with issues of public charity. S.K. Gogel also wrote about the necessity to combine the efforts of the state and society in organizing assistance to those in need [15].

The works by T.E. Lifanova [27; 28], S.A. Shilina [46], O.V. Golenkova [16; 17], E.Yu. Sycheva [41], A.F. Nekrylova, V.V. Golovin [35] and A.K. Mamedov [30; 31] are characterized by a comprehensive approach to the relevant issues and by understanding the complexity, inconsistency and multifactorial nature

of the historical process and of the role of the ROC in it.

2. Research Methods.

The authors used the historical, sociological, and quantitative data analysis (one-dimensional statistical analysis) methods. The authors performed a deep analysis of the sources, including the works of prominent historians of Russia and the materials of state archives.

The methodological base of the socio-historical research consists of interdisciplinary works on the theory of systems, synergetics, civilizational, geopolitics, etc.

3. Results.

If we consider the Russian Federation as one of the main 'bonds' of modern civilization, it is impossible to abandon the analysis of the country's historical past, and the tireless search in the 'affairs of the past' for answers to today's and future realities. Knowing the history of the development of a particular social industry, including the role of the ROC in the development of social

charity, is an integral part of any historical knowledge.

The church was perhaps the first in this country to pay attention to the respect for the natural environment, as well as to that side of moral education which we now call the ecological.

The treasury of ecological morality is filled with commandments of world religions, with local traditions, taboos, legends, sayings and proverbs of different nationalities. These will be strengthened by modern scientific concepts [7].

The government of the Russian Empire did not have an environmental doctrine before the church reform. One of the tasks of modernization is transforming the agrarian sector of the Russian economy into the industrial one, as well as transforming the rural environment into an urbanized one without taking into account rural development laws and the importance of its reproduction. The Russian government did not deal with environmental problems during the reforms or after their completion either [25].

The provincial section of the bureaucracy was studying the loss of natural resources and, in connection with

this, the rural environment in Russia. This is evidenced by unofficial provincial messages and official annual reports sent in the 1870s to the Zemsky department of the Ministry of the Interior, which regulated land use issues. The government was unable to assess the land before the buy-back operation, while the tax burden was already in place. The resources of producers were taxed according to the maximum category, primarily the peasants' land use, which undermined their economic condition, and, ultimately, the state's economy [25].

Local replenishment of resources within the settlements boundaries was dealt with by the peasants themselves. It was an initiative, folk experience, fixed in the norms of customary law. In the 1860-1870s, the restoration of the rural environment was not a directed national process, due to the estate of land use [25].

The Orthodox Church was able to formulate the tasks that were important for preserving the life of society, and the parish priests were able to accept them, because the Church was ready for this from ancient times. At the heart of the tasks of preserving the environment is a Christian vision of the

670
destiny of man in worldly and eternal life, following the path of self-restriction. The church took an approach to pondering the place of the 'microenvironment' in the universe [25].

The ecological concept of the Orthodox Church in the 1860-1870s was built on an extensive social base. Orienting the parishioners to arranging a small environment, the clergy of the parishes addressed not only the prosperous strata of the population but also all the church (non)goers who sought good. Anyone could understand the concept of small business and act upon this understanding; if modernization in Russia increased the pragmatic mood of the prosperous and rejected the least prosperous, parish priests united all those in need of spiritual support. From ancient times, the ROC was also formed as a public institution, educating the moral and ethical ideal of self-denial [25].

The pastor of the village parish patiently explained to the peasants how important it is to be pious, attentive in communicating with the forces of nature, with 'God's gifts' and with all the resources given in earthly life [25].

The attitude to the forest was of particular importance in the parishes. For

church construction and arrangement of church space, including the housing stock of the parish, the forest was allocated from the state fund at a reduced price. Yet the forest was also an object of study; priests of the church parish made a significant contribution to the research of its condition. In the second half of the 19th century, forest underwent intensive exploitation. The volume of forest fund losses in Russia was described and studied in scientific societies with the participation of priests from local parishes. The parish clergy devoted considerable attention to the study of landscapes and ravines, and systems for strengthening them were promoted [13].

Parish clergy participated in the work of the veterinary service of Russia. From the organization at the parishes of traditional veterinary farms in the late 1870s, the clergy switched to the protection of the sanitary regime in the rural environment in connection with the law of 1879 adopted by the Zemstvo. This law provided for two directions for maintaining the environmental friendliness of the rural environment: protection of rural dirt roads during the run of herd cattle along them and cleaning the area from dead animals [36].

671

The Zemstvo of Russia also involved the parish clergy in veterinary-quarantine services in the provinces; their duty was to educate the population and parishioners [25].

The need for the protection of natural resources increased due to the expansion of the business sector in 1880-1890. The sad page in rural nature management of this period is the massive forest arsons that destroyed large areas. Most of the arsons were associated with the struggle between peasants and merchants; village priests opposed peasant arson as a form of political or social protest [25].

Parish clergy participated in forming sanitary conditions in the settlements (maintaining graveyards) in the parish. In conditions of low population density and considerable remoteness of settlements from the parish church, so-called 'glaciers' (premises for rural morgues) were allocated to rural communities at the initiative of the clergy. Such premises were distributed in the villages of feudal-dependent peasants, later they appeared in the villages of state peasants (since the beginning of the 1860s). Through the efforts of the clergy, such premises were also organized in the poorest former

landowner villages. Peasants left deceased relatives in them until their funeral in the church [37].

Since the spiritual culture of Russia over the past ten centuries for most of the population was formed in the traditions of Christianity, the role of priests in the development of a careful attitude to nature can hardly be overestimated. After all, everything that we now relate to environmental problems, crises, disasters, and ways to prevent them is in the Bible. Priests, preaching and clarifying biblical truths, thereby contributed to the development of environmental thinking among parishioners. Let us consider the discourse of the main provisions of the Bible, aimed at preserving nature, preserving the micro and macro environments and having not lost their relevance so far.

The Ten Commandments of Moses (Exodus 20:12) to this day form the basis of the legal system in Russia, as in other Christian-oriented countries. The Sermon on the Mount (Matthew 5-7) defines the highest criteria of moral conduct in human relations. True, many ecologists precisely blame Christianity for the formed reckless enslavement of nature; it was Christianity that

contributed to the formation of man as the conqueror of nature, recklessly exploiting its resources.

Let us analyze the traditions of Christianity from the perspective of environmentally oriented behavior.

The Bible says that the Earth was created for man: God “created it not in vain, He formed it to be inhabited” (Isaiah 45:18). At the same time, he provided the Earth with everything necessary for people: not just that they survive, but that they can fully enjoy life (Genesis 1-2).

“The Lord God took the man and put him in the Garden of Eden to work it and take care of it” (Genesis 2:15). “The Lord God made all kinds of trees grow out of the ground – trees that were pleasing to the eye and good for food” (Genesis 2:9), and “Now the Lord God had formed out of the ground all the wild animals and all the birds in the sky” (Genesis 2: 19).

According to the first chapter of the Book of Genesis, plants are meant as food for animals, birds and reptiles, as well as for humans, and after the great flood all these creatures were given the order to multiply. The Book of Job says that God sends rain to plants and uninhabited deserts (Job 38: 25-27);

however, Psalm 104 even more expressively describes God's care for nature and for everything that exists, where man is no more noticeable than birds and wild animals (Psalm 104: 10-30).

The first chapter of Genesis favors an exclusively vegetarian diet; only after the fall and the Great Flood was man allowed to eat meat.

Man was placed in the world to look after it for the Lord and preserve it as a source of joy, and not just for food (Genesis 2: 15).

There is an interpretation of the belief in the rule of man, according to which mankind is called upon to take control of the natural world entrusted to it by God, to Whom man is responsible for maintaining the world. However, there is no despotism in the biblical dominance of man over nature. The book of Genesis gives man the right to maintain nature, yet it sanctions only such right that is consistent with the Hebrew concept of the monarchy. Since the ancient Jews had no contacts with other absolutist monarchies, their own kings were never recognized as despots. Moreover, they were considered responsible before God for the prosperity of the country, and if they were unable to

provide for it, then God could send a prophet and appoint a new king.

The prosperity of any country is impossible without careful, sustainable environmental management. The Bible, as a book about God's economy, cannot fail to provide man with the rules of safe life on Earth, and, therefore, of economic management. Most advice God gave to believers were related to what we now call 'environmental management'. The Old Testament provides laws with many prescriptions – for instance, when to plant and sow, that is, beginnings of competent land use are given: “For six years you are to sow your fields and harvest the crops, but during the seventh year let the land lie unplowed and unused. Then the poor among your people may get food from it, and the wild animals may eat what is left. Do the same with your vineyard and your olive grove” (Exodus 23: 10-11).

Genesis, the Book of Psalms, Job, and the Gospel speak in favor of a good understanding of the values and beauty of nature. Both the Old and New Testaments provide understanding of the intrinsic value of all the living things, and this means a careful attitude to everything, which is explicitly expressed in the Old Testament. Man's dominance

over nature also means his responsibility to God, Who Himself praised everything created by Him as very good (Genesis 1).

Biblical words about the rule of man give a certain reason to consider everything that exists as resources for the good of man. On the other hand, the belief that man can use nature correctly does not justify the irresponsible treatment of it.

The books of Leviticus and Deuteronomy established significant restrictions on human interaction with nature, including, for example, attitudes toward fruit trees, oxen, female birds, and fallow land.

It is erroneous to believe that if so many things are entrusted to people (moral beings), this means the absence of moral prohibitions in practice. The Bible says that the Lord cares about the welfare of all the living things, not just man (Psalm 104). People, in accordance with this, are obliged to take care of nature, not to destroy its integrity in a ruthless submission to their own needs. Although the Bible does not establish these obligations in the form of clearly defined principles, it nevertheless eliminates despotic and anthropocentric approaches to nature.

The Bible says a lot about people's attitudes toward animals. "Let us make mankind in our image, in our likeness, so that they may rule over the fish in the sea and the birds in the sky, over the livestock and all the wild animals, and over all the creatures that move along the ground" (Genesis 1:26). Thus, people were instructed to look after all the land and all the animals.

Jesus Christ shows sympathy to caring for animals. He says that a good shepherd, as opposed to a mercenary, puts his life for the sheep (John 10:11). This verse was intended to influence people's attitude towards their own flocks, as well as their understanding of the pastoral care of Jesus Christ for the followers.

There are laws that govern the use of pets: oxen and mules. Everything is very regulated and teaches the most caring attitude towards them. In addition, the Bible says: "If you come across your enemy's ox or donkey wandering off, be sure to return it. If you see the donkey of someone who hates you fallen down under its load, do not leave it there; be sure you help them with it" (Exodus 23: 4-5).

Regarding the relationship to nature, the New Testament differs from

the Old Testament in the final removal of the distinction between clean and unclean animals (Acts 10-11) and the abolition of animal sacrifice.

The Bible also gives instructions on how to handle plants. More than three thousand years ago, God commanded the Israelites to preserve fruit trees during a siege of an enemy city, giving a simple reason for this: the trees provide food. “When you lay siege to a city for a long time, fighting against it to capture it, do not destroy its trees by putting an ax to them, because you can eat their fruit. Do not cut them down. Are the trees people, that you should besiege them?” (Deuteronomy 20: 19).

It is clear that any plants are more valuable when they are alive, yet in today's world, momentary benefits often make you forget about long-term benefits. Only environmental knowledge can make a difference.

Since Christians knew the Old Testament, they had the opportunity to see that in the eyes of God various beings other than man have their own intrinsic value. The provisions of the New Testament also reflect the relationship of man with nature. Thus, when Jesus Christ spoke of ‘field flowers’ (Matthew 6: 28-30), He emphasized how much

more value people have. And yet, the words spoken about the flowers suggest that God admires even the appearance of plants and that they have intrinsic value. Therefore, being in agreement with the Bible, man should not consider nature as just a source for realizing own aspirations but should take care of everything which is around (in recent years, this has been interpreted as preserving biodiversity).

Environmentalists who are trying to save as many species as possible speak of their ethics as the ‘principle of Noah’, because Noah was ordered to bring “two of all living creatures, male and female” into the ark (Genesis 6:19). The prolonged existence of species in nature, apparently, implies their undeniable right to it.

Jesus Christ spent 40 days in the desert surrounded by wild animals; several times He asked His disciples to cross to the other side of Lake Galilee to gain solitude and avoid the crowd (see Mark 4:35, 6:45, 8:13). These places in the Bible indicate that He regarded nature for not only resources but saw in it a refuge and a source of renewal. As in His reflections on field flowers, here He appreciates the beauty of nature. Now we call it the recreational function of nature.

The Bible explicitly and implicitly contains many of the necessary components for deliberately balanced environmental ethics.

The root of all environmental problems lies in man himself. People should govern themselves first, not nature. The phrase “Man, know yourself”, carved on the Delphic Temple in Ancient Greece, nowadays acquired an unexpected hue. Environmental education and training should be the priority direction of all environmental activities. The main source of environmental education is those structures or areas of life which initially aim at forming ethical standards through a system of moral prohibitions or restrictions. In society, this is primarily family and religion.

It is unlikely that someone over the past two thousand years said better words than Jesus Christ in the Sermon on the Mount, but we see that humanity is developing in some completely different direction.

The Bible teaches that man’s duties in relation to nature are based on faith in the Creator of the world and everything that fills it, the Creator who loves His creation and provides for it. Man made in the image of God is His

676
fellow-worker in the world (1 Corinthians 3:9). Following his Prototype, a person is obliged to love nature and take care of its order, purity and well-being. This means that the dominance of man over nature allows and even assumes knowledge of nature, and also puts forward some control over it. Yet this does not mean at all that man has been given the right to abuse the ‘gifts of nature’ and even less so to destroy it. The Bible says that once the world was different, and every creation of God was beautiful (1 Timothy 4:4). Yet man, being free to choose the path of life or the path of death, the path to God or from God, used his freedom for evil. Since then, “the creation was subjected to frustration... the whole creation has been groaning as in the pains of childbirth right up to the present time” (Romans 8: 20-22). We disobeyed our Creator, deciding that we ourselves know and are able to do everything. What happened to the world around us is a clear example of what our self-confidence leads to.

All statements about nature are given in the context of a code of ethics formulated by the Ten well-known Commandments. These moral commandments of the Old Testament

determine the righteousness of man. And the Bible teaches: “Thus you will walk in the ways of the good and keep to the paths of the righteous” (Proverbs 2:20).

The commandments of the Old Testament, exalted and supplemented by the essence of the New Testament, can certainly fulfill the role of environmental imperatives today, bearing in mind that none of the well-known ethical postulates of our culture carries a greater informational capacity and moral stature. Thus, the basic rule of people sharing the resources of the Earth should be the Old Testament commandment “Love your neighbor as yourself” or the Christian commandment “So in everything, do to others what you would have them do to you” (Matthew 7:12). Unfortunately, not all people have knowledge of exactly how one should act in accordance with this rule. The lack of accessible and timely information on the possible consequences of new technologies does not allow convincingly condemning the immorality of many areas of scientific and technical research, although we all observe an increase in ecogenic diseases and an increase in the number of people with disabilities in certain regions with an unfavorable environmental situation.

677

The Old Testament

commandment “You shall not kill” bears a great environmental burden. Today, this commandment is a ban on research and the introduction of technologies that potentially contain the possibility of killing something alive. Such research and technology are possible in a wide variety of fields, and each profession has its understanding of this commandment. “Do not kill” as an ethical norm is convincing not only in the system of religious belief – as the norm of environmentally safe behavior, it is also substantiated by natural-scientific knowledge about the biosphere homeostasis. A chemist who does not even believe in God understands the inadmissibility of using (and, consequently, manufacturing) chemical weapons, toxic chemicals, harmful food additives, etc.

According to the principle of biochemical unity (formulated by V.I. Vernadsky at the beginning of the 20th century), that which is deadly for one living creature cannot be harmless to another. The living world is connected by trophic chains, and sooner or later the poison reaches a species to which it was not intended, and then it will reach man through food.

The laws of the Old Testament monitor the proper balance of social wealth produced through nature. Once every 50 years all debts were forgiven, and the lands were returned to their original owners (Leviticus 25: 8-17).

According to Jesus Christ, “Man shall not live on bread alone” (Matthew 4:4). After God created everything, “God saw all that He had made, and it was very good” (Genesis 1:31). It is then obvious people were to own the Earth for their own benefit, yet do so with a sense of responsibility. People should be the guardians of the Earth, not its destroyers. The death of the Earth – what we are witnessing now – is happening against the will of God. Therefore, those who contribute to this act against the purpose of life on Earth. The Bible declares that God “will destroy those who destroy the earth” (Revelation 11:18).

The great idea of the Apocalypse (*Greek* ‘revelation’) is not to sow a sense of doom but to mobilize people to understand the situation and to perform the actions prompted by the Almighty.

We begin to understand the meaningful value of Revelation only when we read the Bible ecologically.

The biblical parable of original sin is now read as a legend about the change of the animistic worldview of our ancestors who lived in unity with nature to a natural resource submissive. Moreover, the Revelation of John is now read as an intuitive prediction of the future.

Man will not be able to survive and improve among the decomposition and destruction of the environment with a catastrophic reduction in biodiversity.

Man must internally realize how to deal with the natural world without destroying it. This understanding is given by religion; in beliefs, environmental morality is formed by a complex set of ideas about man’s place in the World, about being connected to its multidimensionality and the laws of evolution. This underlies the understanding of man’s responsibility for interfering in the natural course of events and determines the attitude to life preservation knowledge. The belief system justifies environmental morality and reflects the general cosmic principles that determine the inadmissibility of neglect of the Earth, as part of the Cosmos.

The Orthodox parish clergy instilled not only confessional but also secular culture and fostered a caring

attitude to nature, making a special contribution to the development of local history. Empirical studies of local lore in Russia became widespread in the second half of the 19th century thanks mainly to church communities. These are systematic descriptions of the church parish serving as a unique source on the history of the Church and on the evolution of the environment in Russia. The information collected reflects the movement of the population, the restructuring of the territories of parishes and volosts, and the reasons for the transfer of borders. Parish priests contributed to studies of individual industries and crafts and on their impact on the environment. At the same time, priests were regular participants in a wide variety of secular surveys of the population and living environment of Russians. They were the most active assistants to provincial statistical committees since the 1870s; the information they collected was recognized by contemporaries as the most comprehensive and objective [25].

Thus, we can confidently say that the clergy did a lot for environmental education and the upbringing of their flock and for creating

a favorable living environment, at least in their parish or the diocese.

The Church played a definite role in providing the population with medical care – above else, the first free hospitals for the poor were also established by the Church. In 1091, they were established by the Bishop of Pereyaslavl (later Metropolitan of Kiev) Ephraim [1]. There are memories of the successful medical activity of Cyril, who founded Lake Beloozero monastery in 1397, and of Zosima, the founder of the Solovetsk monastery, directly called ‘a healer’ in the *vitae* [6].

The advantage of medical care provided by monastery healers was, first of all, that it was free of charge and, therefore, publicly available, while secular doctors treated for money [19].

In 1722, the Holy Synod began the construction of the hospital on the model of Louis XIV ‘for a long and safe life’; it which was based on the project of Dr Bydlo. It was allowed to purchase tools and medicines in France.

The parishes provided medical assistance and free medicines to patients [42].

Of particular importance is the influence of the clergy of the Russian army and navy in the troops during the

First World War, as noted by numerous researchers [2; 4; 34]. The socio-psychological problems and the role of the clergy in making decisions concerning not only military priests but also related to the entire army serve as the main issues here.

Let us consider the main activities of military priests in terms of their social orientation.

“The regulation on the management of churches and clergy of the military and naval departments” was approved by order of August 12, 1890.

The priests had duties in various cases of a military situation: in and out of action, at a hospital, on a medical train [45]. Priests contributed to the streamlining of the holiday system (exemption from training) and fought drunkenness and suicides [45].

During the Russo-Japanese War, the Orthodox clergy of the army touched upon the crucial issues of identifying the fallen and delivering death notices. In January 1905, a field priest submitted a memorandum addressed to the army commander, which proved the need to provide all the army ranks with badges, for example, notes with the necessary information about the warrior and with the address of

his relatives, sewn into the uniform and worn on the chest [45].

In 1914, a congress of military and naval clergy was held, where, among others, questions were discussed about libraries, training, charity and the religious and moral education of prisoners [5].

Despite the activity of the Holy Synod, the maximum burden to ensure the religious and moral needs of Orthodox soldiers fell on the shoulders of military priests whose ranks grew almost five-fold since mid-1914. They spiritually ‘served’ the troops and were responsible for the morals of units of the warring Russia [43].

In connection with the war outbreak, members of the Holy Synod made some decisions regarding their personal contribution to helping the warring motherland: by Decree No. 6712 of July 29, 1914, “all salaries received by the members or those present in the Holy Synod” were donated to the established infirmary [4]. The infirmary opened on September 1, 1914, and on the tenth day the first wounded arrived there. At that time, theological schools also decided to establish their own infirmary. On the proposal of the Rector of the Theological Academy of the capital, Bishop Anastasy

(Aleksandrov), on August 18, 1914, the Holy Synod established the Committee of Russian Theological and Educational Institutions for Assisting the Sick and Wounded Soldiers of the Current Russian Army Designed by Anastasy (Decision No. 7355), which opened the milestone infirmary in Minsk on September 17, 1914 [5]. Subsequently, the Committee deployed another mobile infirmary on the Caucasian front. Transferred to the Main Directorate of the Red Cross, both of these infirmaries were provided by spiritual schools with a monthly content of 10 thousand rubles [5].

The creation and maintenance of hospitals for wounded soldiers became a large and complex area of the Church's social and guardian activities during the war. Taking into account local conditions and material possibilities, each diocese took an active part in rendering assistance to sick and wounded soldiers and officers [44].

From the first days of The World War, the Orthodox Church took an active part in organizing all possible assistance to the army and navy. On July 20, 1914, by definition No. 6502, the Holy Synod called on monasteries, churches and the flock to donate to the

681
wounded and to help people called up for war. Monasteries and other institutions under the jurisdiction of the Orthodox Church were called upon to prepare all possible places for hospitals, as well as to find capable people to care for the wounded. In all churches, poor boxes were established in favor of the Red Cross [43].

The Orthodox Church, its monasteries and parishes left a good memory of themselves with initiative and creative social and charitable work in the difficult years of the First World War. On July 20, 1914, the decision of the Holy Synod No. 6503 was adopted "On the Organization in All Orthodox Parishes of Assistance to Families of Persons in the Troops". According to this document, a special board of trustees was to be formed in each parish, in which the entire church clergy and the elder took mandatory part. The Council kept records of such families, ascertained their property status and determined assistance. Particular assistance was provided if the head of the family was at war or died or if the family lost their younger members because of the war. The money was raised by collecting donations in the parishes and from church funds. Initially, it was clear that

this money would not be enough, but with the outbreak of war, the Holy Synod publicly placed serious hopes on the Orthodox parish, although it did not receive the rights of a legal entity and was not an independent church administrative unit until 1914 (as religious communities of Orthodox Christians, for example) [43].

In the autumn of 1914, Councils of parish trusteeships launched a campaign to assist families who had men mobilized for war. Parish trusteeship councils held box gatherings, spoke to the well-to-do citizens and accepted donations on subscription lists. Donations from business associations and institutions were encouraged. As a result, in the first year of the war, parish trusteeships created a charity fund of 6 million rubles, of which 50% was collected among parishioners. From this fund, 2.2 million families of military personnel received various financial benefits before the autumn of 1915. Along with financial support, parish trusteeship councils provided help by freely distributing grain, plowing fields, harvesting, gathering firewood, and providing loans for declining households. During the autumn of 1915, parish trusteeship opened hundreds of

nurseries to help families with young children, organized collective plowing and cleaning of the soldier wives' fields, created charity orphanages or assigned orphans to vocational schools [43].

The war was inevitably accompanied by a multiple increase in the number of people with disabilities and extremely exacerbated the problems of their living arrangements and patronage. In 1915, the Synod issued a special appeal to the Orthodox dioceses to take over part of the state care for the disabled soldiers and officers and to take part in helping the recovering soldiers. The synod asked the diocesan leadership to find opportunities to open houses for the disabled at monasteries, as well as shelters in which recovering soldiers and officers could finally improve their health. This conversion of the Synod found a lively response in dioceses, monasteries and church parishes – according to information received from the field, on June 1, 1915, they expressed their readiness to open such houses for 2000 people in the monasteries, and 1.500 people were accepted at the expense of church funds [43].

At the Synod's call, monasteries and church parishes actively participated in helping refugees by

creating refugee care committees in all dioceses and large cities [32].

With the formation and development of the Russian centralized state, labor assistance is gradually becoming a link in the social charity chain [44], and the clergy plays an essential role in its organization.

The liberal ‘thaw’ of the 1860-1870s and the rise of the charity movement connected with it intensified the activities of church trustees to create labour houses, in which labor assistance was considered as their main function. In 1882, the St. Andrew’s parish trusteeship headed by the rector of St. Andrew’s Cathedral, John Sergiev (Kronstadsky) opened such house in Kronstadt. In September 1886, at the expense of the Evangelical Society, another labour house was founded to become a prominent labor assistance institution in Russia. Its trustees and employees were not limited to providing temporary labor assistance – they carried out constant work on the moral re-education of professional beggars, instructing them on the path to an honest working life [32].

Soon, labour houses began to open everywhere. They were surrounded by a network of charitable institutions

(schools, reading rooms, Sunday schools, public canteens, shelters, orphanages, cheap apartments, etc.). Gradually, the idea of labor assistance took shape as a system of measures to organize an independent working life, which included various measures for the poor and the unemployed.

The church carried out social regulation of labor activity; a certain form of it being church holidays and Sundays as a way to regulate labor costs and the balance of working and non-working hours [33].

The Code of 1649 legislatively justified non-working holidays. For instance, in 1669, by royal decree, Prince Grigory Obolensky was imprisoned for the fact that his servants worked on his farm on Sunday [33].

The Church provided great assistance to those in need in cases of natural disasters, weather anomalies, and epidemics. Thus, the period of the 13th-15th centuries was an ordeal for the less prosperous – a decrease in the average annual temperature led to unusually severe winters, prolonged spring and the early onset of cold weather, which led to famine and epidemics. Great famine also broke out immediately before the Mongol invasion in 1230-1233. The

population has declined sharply and in some cities almost completely died out. In the 14th century, more than one hundred extreme natural phenomena were recorded in the annals, which caused at least 30 hungry years. Famine and the accompanying epidemics were noted in 1309-1311, 1320-1322, 1348-1353, 1363-1368, 1375, 1387, 1389-1393. During these years numerous cases of cannibalism, robbery and consumption of inedible plants were noted [24].

In 1351, an epidemic of plague came to Russia; the second pestilence began in 1363. Terrible consequences of epidemics were noted in the 15th century. A particularly dangerous epidemic came to Russia after an unusually cold winter of 1417, during which numerous people died from the cold. Then came the pestilence, which lasted all summer and the next winter. As a result, many household and villages fully died out [24].

The epidemic of 1420-1422 had even more serious consequences for Russia, when drought occurred after the warm winter of 1419-1420, with frost and snowy September. The following year, the misfortunes repeated: in the fall of 1421, an epidemic began, followed by

684
famine in the winter. By the year 1422, all chronicles, except for the Pskov ones, mentioned ‘great famine’ – people ate carrion, horses, dogs, cats; there were even cases of cannibalism [24].

Finally, the whole decade of 1436-1445 was a period of prolonged shortage, extraordinary high cost, chronic famine and epidemics [24].

Thus, natural disasters led to both mass deaths and social upheaval, expressed in violence and robbery. In total, from the second half of the 14th century to the second half of the 15th century, at least 23 cases of pestilence are mentioned in the annals [24].

The situation was aggravated by two factors: nomad raids and endless feudal strife, which completely erased the feeling of mercy [24].

During the time of national disasters, monasteries became centers of giving alms and rendering assistance to those in need [24]. During the famine of 1508 in the Volokolamsk land, the founder of the Joseph-Volokolamsk monastery Joseph Volotsky ordered to feed about seven hundred people and build a house for the sick at the monastery. When the monastery’s reserves were depleted, Joseph made loans and asked the local prince Yuri

Ivanovich to take care of people suffering from hunger [24].

Sometimes the Russian Church provided charitable assistance to other nations, usually Orthodox. In 1894, an earthquake occurred in Greece, and the Holy Synod donated 3 thousand rubles from its funds and announced raising donations in all churches [38]. In 1897, the Holy Synod again released 4 thousand rubles in favor of the Greeks who suffered in the war with Turkey [39].

Thus, speaking of the socio-ecological ministry of the ROC and its representatives, we can conclude that this work is of great importance in solving social problems over a long period of time.

4. Discussion.

At the end of the 20th century, the access to previously closed archives and library collections allowed to study and rethink the experience of social activity existing in Russia. The research of the historical roots of the state system of charity was carried out by V.I. Zhukov [18], P.V. Melnikov, E.I. Kholostova [32], K.V. Kuzmin [24], M.V. Firsov [43], K.A. Voronov et al. [11; 10; 12],

T.E. Lifanova [26], V.V. Kuzevanova et al. [23], I.V. Maslova et al. [47].

The present research analyzes the ability of the Orthodox Church to formulate the tasks important for maintaining the life of society; the parish priests could accept these since the Church was ready for this from ancient times. At the heart of the tasks of preserving the environment is a Christian vision of the destiny of man in worldly and eternal life, following the path of self-restriction. The church took an approach to pondering the place of the 'microenvironment' in the universe [25].

5. Conclusion.

The significance of the research lies in the conclusion that the social and environmental ministry of the ROC and its representatives is of great importance due to its work in solving social problems over a long period.

References

Avramenko P. From the history of Russian Orthodox charity in the Synodal period (XVIII century). Labor assistance. 1916. No. 2. P. 171-176.

- Baydakov A.V. Orthodox clergy of the Russian army and navy (second half of the XIX - beginning of the XX century): Dictionary. Moscow, 1994. 186 p.
- Bubnova, A.Yu., Rozhkova, E.V. Shilina, S.A., Shtelmukhova, M.A. The sociological analysis of the social policy of the state in modern society. Discourse 2018 . No. 4 (18). P. 96-107.
- Runkevich S.G. The Great Patriotic War and church life. Book 1: Orders and actions of the Holy Synod in 1914-1915., 1916. 363 p.
- Bulletin of the Military and Naval clergy. 1914. No. 15-16. P. 550-554.
- Vlasov P.V. Abode of mercy. Moscow, 1991. 301 p.
- Volnistaya, M.G., Corkia, E.D., Mamedov, A.K. Actualization of environmental problems in the public opinion of Russians. Humanitarian, socio-economic and social sciences. 2018. No. 9. P. 44-54.
- Volnistaya, M.G., Mamedov, A.K. The social capital of the communicative field of the scientific community. Journal of the Belarusian State University. 2018. No. 3. P. 89-95.
- Voronov K.A., Pimakhova, A.A., Shilina S.A. Model of work with disabled children: sociological parameters. Discourse. 2018. No.7 (21). P. 97-109.
- Voronov K.A., Kharlashina, E.V., Shilina S.A. Social design to eliminate the problem of alcoholism. Part 1. Discourse. 2018. 5 (19). P. 125-133.
- Voronov K.A., Gimadieva A.R., Kuzevanova V.V., Lifanova T.E. A sociological analysis of the development of vocational education in the Oryol province and the Bryansk district. Discourse. 2018. No 12 (26). P. 85-95.
- Voronov K.A., Kharlashina, E.V., Shilina S.A. Social design to eliminate the problem of alcoholism. Part 2. Discourse. 2018. 5 (19). P. 134-144.
- SAPO (Penza). F. 58. R. 1.
- Georgievsky P. Charity and donations. - St. Petersburg: NI, 1894. 118 p.
- Gogel S. Association and interaction of private and public charity. St. Petersburg: Her Majesty Empress Alexandra Fedorovna's guardianship of labor. 1908. 146 p.
- Golenkova O.V., Lifanova T.E. Regional factor in the preparation of bachelors of social work. Modern education: content, technology, quality. 2017. Vol. 2. P. 149-151.
- Golenkova O.V., Lifanova T.E. The technology of social mapping as a method of preparing students in social

- work. Modern education: content, technology, quality. 2019. Vol. 1. P. 381-383.
- Zhukov V.I. Russian education: prospects and problems of development. Moscow: Soyuz, 1998. 327 p.
- Ivanova E.V., Ivanova J.E. Foreign experience of social work in the framework of Russian charity. Moscow: Salvation Army, 2001. 168 p.
- Isaev A.A. Charity and donations. St. Petersburg, 1895. 136 p.
- Isakov N. On the issue of the attitude of the state to public charity. Moscow, 1894. 123 p.
- Kovaleva E.L., Shilina S.A. Health risk factors (on the example of a sociological study of quality of life in the Bryansk region). Discourse. 2019. No. 11 (37). P. 102-111.
- Kuzevanov V.V., Lifanova T.E., Shelkova E.R. Sociological analysis of private charity as a resource for education development. Discourse. 2018. No 12 (26). P. 96-104.
- Kuzmin K.V., Sutyurin B.A. The history of social work abroad and in Russia (from antiquity to the beginning of the XX century). Moscow: Triksa, 2005. 624 p.
- Kuchumova L.I. The functions of the Orthodox Church parish in the transformation and preservation of the living environment. Ecology and Religion. Moscow, 1994. S. 333-359.
- Lifanova T.E., Golenkova O.V. Monitoring the quality of service as the basis for the development of the social sphere. Modern studies of social problems. 2014. No. 4 (20). S. 227-239.
- Lifanova T.E., Pimakhova A.A., Kharlashina E.V., Shilin A.M. Problematic issues of working with families raising children with disabilities: sociological aspect. Discourse. 2018. No 7 (21). P. 155-167.
- Lifanova T.E., Golenkova O.V. Maintenance as a professional competence of social workers. Bull. of the Russian State Social University. 2012. No. 6 (106). P. 122-126.
- Maksimov E. Historical and statistical essay on charity and public charity in Russia. St. Petersburg: State type, 1894. 277 p.
- Mamedov A.K., Lipai T.P. Social stigmatization: the genesis and determinants of formation. Sociological Almanac. 2011. No. 2. P. 128-137.
- Mamedov A.K., Kovalchuk V.K. Social inequality: options for becoming. Representative power - XXI century: legislation, comments, problems. 2014. No. 5-6 (132-133). P. 55-61.

- Melnikov V.P., Kholostova E.I. History of social work in Russia. Moscow: Dashkov and Co, 2006. 236 p.
- Mironov B.N. The social history of Russia during the empire (XVIII – early XX century): Genesis of personality, democratic family, society and the rule of law. St. Petersburg: Dmitry Bulanin. 2003. 2. 582 p.
- Nevzorov N. Historical outline of the management of the clergy of the military department in Russia. St. Petersburg: Printing house of F.G. Eleonsky and A.I. Popovitsky, 1875. 108 p.
- Nekrylova A.F., Golovin V.V. Education lessons through the prism of history: (Traditional forms of education among Russian peasants in the 19th - early 20th centuries). St. Petersburg: Znanie. 1992. 29 p.
- RSIA. F. 1231. R. 58. 1886. – C. 20. P. 8.
- RSIA. F. 705. R. 1 C. 114. P. 22.
- Russia. Synod. Chief Prosecutor. The most comprehensive report of the Ober-Prosecutor of the Holy Synod for the Department of Orthodox Confession for 1894 and 1895. SPb.: Synod. 1886-1916. XIV. P. 290.
- Russia. Synod. Chief Prosecutor. The most comprehensive report of the Ober-Prosecutor of the Holy Synod for the Department of Orthodox Confession for 1896 and 1897. SPb.: Synod. 1886-1916. XIV. P. 290. P. 172.
- Stog A.D. About the beginning of public charity in Russia. About public charity in Russia. St. Petersburg: Ministry of police, 1881-1883. Part 1. 114 p.
- Sycheva E.Yu., Belova K.O. Sociological research: favorable environment for the lives of people with disabilities. Discourse. 2019. No. 11 (37). P. 112-124.
- Firsov M.V. et al. History of Russian social services: Chronograph. Moscow: First model printing house. 2001. 196 p.
- Firsov S.L. The Orthodox Church and the Russian State in 1907-1917: Social and Political Problems: PhD thesis. St. Petersburg, Institute of Russian History, 1997.
- Frolov G.I. Development and organization of public charity in the Empire. Journal of the Ministry of Internal Affairs. 1844. No. 3. P.407-447.
- Chimarov S.Yu. The Russian Orthodox Church and the armed forces of Russia in 1800-1917. St. Petersburg: Nestor, 1999. 272 p.
- Shilina S.A., Fedorova K.I. Inclusive education in Russia as a form of socialization of people with disabilities. Discourse. 2019. No. 10 (36). P. 45-56.

Maslova I.B., Lifanova T.E., Golenkova
O.V., Mikheeva E.S., Lebedeva N.V.
Diversification as the trends of
reforming additional professional
education of social workers. Research
Journal of Pharmaceutical, Biological
and Chemical Sciences . 9(2). 2018. P.
1117-1127

DOWER PAYMENT TO A WIFE (MAHR) BY HER HUSBAND UNDER THE SYRIAN PERSONAL STATUS LAW OF 1953 AND SOME OTHER FAMILY LAWS IN ARAB COUNTRIES

Ehab Obaid¹

Abstract: The article considers the issue of dower, which is paid by the husband to his wife and appears as one of the husband's liabilities according to the provisions of the Syrian Personal Status Law of 1953, as well as under some other Arab family laws. The presented study examines the views of known Islamic jurisprudence schools on this issue, given that the 1953 Syrian family law, along with most of the Arab family laws, were acquired from Islamic Sharia law. The author also analyzes some decisions regarding the dower ruled by the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation. The article also reviews the provisions of valid and invalid marriages in order to determine the amount of the marriage portion payment that a husband is liable to pay.

Keywords: Mahr, dower, Islamic school, marriage, waiting period, invalid marriage, Mahr-al-Misl.

1. Introduction

1953 Syrian Personal Status Law (SPSL)² and most of the Arab family laws on personal status, taken from Islamic Sharia in most of their provisions, bind the husband to fulfill all the family's financial obligations. All the liabilities within the matrimonial relationships governed by Syrian laws on personal status are represented by the husband's obligations to his wife. At the same time, the laws do not contain anything on a similar wife's obligations towards the husband.

Under the SPSL, the husband's liabilities are:

¹ "Peoples' Friendship University of Russia"

² SPSL is the Syrian Personal Status Law of 1953 and its amendments. It should be noted that besides the SPSL, Syria has several other laws on marriage and the family that regulate some family relations of persons who do not consider themselves belonging to Islam.

- marriage payment to the wife (Mahr); provision of the conjugal residence; maintenance of the wife/family (nafkah).

The presented article reviews one of these obligations, which is the obligation imposed upon husband to dower the prospective spouse.

2. Materials and methods

The Syrian legislators did not define the concept of dower in the Personal Status Law of 1953, although scholars from different Islamic schools provided for its various legal frames. Nevertheless, clear definitions of the dower could be located in some Arab family laws.

The author is entitled to the opinion that dower is a payment, in the form of money or possessions, paid by the husband to the wife after the marriage is consumed, regardless of whether it is indicated in the marriage contract or not.

Russian academician Rustam Nurgaleev defined the dower as ‘a mandatory wedding gift presented by a husband to his wife’.³

Islam considers the dower not one of the conditions for marriage, but one of the consequences of a prenuptial agreement,⁴ and if the condition of non-payment of the dower by the husband was agreed upon at the conclusion of the marriage, then the marriage is considered valid, and the condition is void.⁵

The Maliki School of jurisprudence is the only one to believe that dower is considered a condition of a marriage contract, and not a consequence. Scholars attribute this to the fact that spouses do not have the right to agree that the dower is not mandated for the husband, that is, the wife does not have the right to renounce her right to the dower, and therefore this represents a necessary condition.⁶

³ Nurgaleev, R.M. Classical Islamic family law: a tutorial. 5th Ed., Kazan: RIU, 2016. – P. 25.

⁴ Noteworthy is the meaning that the SPSL attributes to the marriage and the marriage contract. Thus, Article 1 of this Law defines marriage as follows: “Marriage is a contract between a man and a woman who is lawfully permissible to him, the purpose of which is to found a bond to procreate and live together”

⁵ Al-Shāfi‘, Muhammad ibn Idrīs. Kitab al-Umm, part 6 / Ed. by Abdul Mutaleb; al-Mansura (Egypt) al-Wafa Publishing House, 2001, Pp. 149-150

⁶ Al-Bagha, Mohammed Hassan. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006, P. 290

We agree with the opinion of other Islamic schools considering the dower as a consequence of marriage and not as a condition. Syrian legislators seem to share this opinion since they placed the legal provisions on the dower in the section on the consequences of a marriage of the 1953 SPSL, and not in the section on conditions.

Reviewing the family laws in Arab countries, it becomes apparent that Oman, Morocco, Mauritania, Tunisia, and Algeria consider the dower a condition to contract marriage; some other countries consider it a consequence.

The 1997 Omani Law on Personal Status considers dower one of the main conditions to contract marriage; the set of these conditions is called **arkan**⁷ (Art. 16 of the Law).

Also, according to Article 21 of the named Law, a dower is all the property that is provided by the husband to complement his intention to enter into a marriage.⁸

⁷ *The foundational elements or pillars (arkan) of the marriage contract* are mandatory conditions, in the absence of which the contract is considered to be non-concluded; they are of particular importance, and therefore Islamic, as well as Syrian, scholars used the concept of *ruhn* (one of them) to denote these conditions

The 2001 Personal Status Code of Mauritania also considers dower one of the conditions (**arkan**) to the marriage contract.⁹ The same is true for the Algerian family law of 1984.¹⁰

Establishing the conditions for the validity of the marriage contract in the family law of 2004, the Moroccan legislators considered, as one of such conditions, the presence of an agreement between spouses in the contract on the release of the husband from his obligation to provide a dower (Art. 13).¹¹

According to Article 26 of the same Law, a dower is what the husband offers to the prospective wife while announcing his intention to enter into a marriage, create a stable family, and establish the foundations of love and lifelong relations between spouses. Thus, the legal basis of dower in this context is largely relying on moral and symbolic values, rather than material ones.¹²

One of the conditions for the validity of the marriage contract in

⁸ See Art. 21 of Omani Personal Status Law of 1997

⁹ See Art. 8 of Personal Status Code of Mauritania of 2001

¹⁰ See Art. 5 of Algerian family law of 1984

¹¹ See Art. 13 of Moroccan family law of 2004

¹² See Art. 26 of Moroccan family law of 2004

Tunisia is also the contract provision of dower to the wife (Art. 3 of 1956 Tunisian Personal Status Code).

According to Article 53 of the SPSL, a wife deserves a dower at the conclusion of a valid marriage contract regardless of the parties' agreement on its value. Therefore, even if the wife releases her husband from this obligation; still, she will not lose her right to receive a suitable dower.

Any unprohibited asset (that is, not forbidden by the provisions of Islamic law and Sharia) that can be used or sold is permissible to be presented to the prospective wife as a dower: property, or the cash money that a woman can spend on her needs such as purchasing a house, a land plot, a car, etc. (clause 2 of Article 54 of the SPSL).

Consequently, a dower cannot contain pork, alcohol, and drugs, because they are prohibited by Sharia. However, it is permissible to use gold as a dower, because it is allowed under Islamic law. Still, a great deal of confusion may be caused by the fact that the Syrian law

prohibits buying, selling, and conducting financial transactions or price setting on gold contracts since 1940.

Nevertheless, the Shariah Chamber of the Syrian Court of Cassation in its resolution No. 885/848 of 11/28/2016 had confirmed the possibility that the agreed dower may consist of gold: "The gold can be used as a dower, because it is allowed under Islamic law, and although the law prohibits the conclusion of contracts as well as commercial and civil transactions with gold (all contracts must be valued in Syrian currency), this is allowed in marriage contracts".¹³

The Syrian legislators did not define the minimum or maximum amount of the dower in the SPSL; therefore spouses are free to negotiate it among themselves (Art. 54.1 of SPSL). Syrian legislation has inherited this rule from two traditional Islamic jurisprudence schools: Hanbali¹⁴ and Shafi'i.¹⁵

The Hanafi School defines the amount of dower as at least ten dirhams

¹³ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 885/848 of 28.11.2016 // Al-Qanun Journal, Proceedings of the Syrian Court of Cassation, Sharia Chamber 2014 – 2016. – Damascus: Syrian Ministry of Justice, P. 280

¹⁴ Majd ad-Dīn ibn Taymiyyah. Al-Muharrar, part 2 / Cairo: Assuna Almuhammadiyah, 1950, P. 31

¹⁵ Al-Ramli, Shamsuddin. Nihayat al-Muhtaj, part 6. // Beirut: Dar Al- Kutub Al-Ilmiyyah, 2003, pp. 336-337

of silver or its equivalent (one dirham of silver equals 3.77 grams). If spouses agree to less, then the husband has to make up for the shortfall.¹⁶

Dowries under the Maliki School have to contain at least 3 dirhams of silver or its equivalent (local dirham equals 25.4 grams).¹⁷

When the amount of dower is fixed between the two parties, it is called 'specified' (mahr musamma), and the husband is obliged to pay his wife only the amount that was indicated in the marriage contract.

According to Article 61 of the SPSL, if the spouses do not determine the amount of the dower, or agree that the husband is not obligated to pay at whole, or if the subject of the dower appears illegitimate, then, in all these cases, the husband has to provide his wife with the special type of dower that the law calls mahr almisl.

Mahr-al-Misl is the dower received by the paternal relatives of the bride.

Just as important is when the dower is fully or partially transferred, its purchasing power is respected at the cost

at the time of the prenuptial agreement, and not at the time of contractual performance, provided that its value does not exceed the amount of mahr almisl on the day of contractual performance unless there are other conditions or customs (Art. 54.3). This rule was added to Article 54 of the Law No. 4 in 2019.

The reason why the legislators added this clause was a significant reduction in the value of the Syrian currency in recent years resulted from the political and economic crisis in the country. At the beginning of 2019, the fall of the Syrian pound against the US dollar reached an unprecedented 95 %. A rate of about 50 pounds to one dollar was usual in the early 2000s; it became almost 1000 pounds per dollar after the crisis of 2011. So, the previously agreed dower now also has a much lower purchasing value. For example, if a couple agreed to the dower of 1,000,000 Syrian pounds at the time of their marriage in 2010, then this amount, which was equivalent to a cost of approximately \$ 20 000 at the consummation of marriage, is now worse around one thousand dollars. Thus, the

¹⁶ Ibn Abidin. Radd al-Muhtar, part 4 // Ed. by Ali Muavad. Beirut: Dar al-Fikr, 2003, P. 230

¹⁷ Addusuki, Muhammad. Hashiyat addusuki, part 2 // Cairo: Dar Ihya' al-Kutub al-'Arabiya, 2005, P. 302

new amendment was consistent with large-scale economic changes that significantly reduced the value of the Syrian currency.

Also, SPSL Article 55 provides either for the immediate payment of dower in full upon marriage or the postponement of payment in full or in part until the termination of the marriage, or on contract-specified terms.

In the absence of an agreement on the payment of a dower, spouses must follow the local custom peculiar to their place of residence.

People in Syria have long been accustomed to split this process into two stages: the first part is called a 'prompt' dower, and the second is a 'deferred' dower.

According to SPSL Article 56, if the contract does not specify anything about the time of receipt of the deferred dower, the wife has the right to demand it from the day when the divorce is considered final, or from the day of the husband's death.

Syrian Court of Cassation defined¹⁸ that the wife has the right to receive a deferred dower after the revocable divorce (*raja'ii*)¹⁹ on the last day of her waiting period.²⁰

Following the provisions of SPSL Article 57.1, each increase or decrease in the amount of the dower, as well as husband's exemption from the obligation to pay the contracted dower, have to be negotiated in the presence of a judge during the waiting period or resumption of the marriage; these amendments are to be attached to the marriage contract with the spouse's consent.

However, according to clause 2 of the same Article, which was added to by law No. 4 of 2019, the wife has the right to refuse her release and demand the court to receive the dower if her husband divorced her arbitrarily, that is, without grave causes.

Given the importance of the mahr in marital relations, the Syrian legislators considered the unpaid dower as the preferential debt, which

¹⁸ Al-Bagha, Mohammed Hassan. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) // Damascus University publishers, 2006, P. 299.

¹⁹ Divorce is considered revocable (*raja'ii*) if the husband divorces his wife for the first or second time, and she is still in the waiting period.

²⁰ Waiting period (*iddah*) is the time established by law until the end of which a divorced woman or widow cannot marry another man other than ex-husband

supersedes the other ordinary debts (Art. 54.4 of the SPSL and Art. 1120 of the Syrian Civil Code of 1494).²¹

Also, the ruling of the Shariah Chamber of the Syrian Court of Cassation No. 831/805 of 12/01/2014 proclaims the dower as the duty of the deceased husband; it is to be collected from the inheritance before the latter is transferred to the heirs.²²

In the event of the dissolution of a valid marriage before the spouses entered into a sexual relationship, the wife receives only half of the contracted dower (SPSL Art. 58).

According to the SPSL Article 59.1, in the event of the dissolution of the marriage through the fault of the wife and before the spouses enter into a sexual relationship; the husband is not obligated to pay the dower. The woman also loses her right to the full extent of the dower if she kills her husband; in this case, she has to return everything previously received from her husband as well (Art. 59.2).

Sui juris wife has the exclusive right to a dower; however, she may also

delegate the right to receive a dower to a third party with the condition that this power of attorney should be noted in the marriage contract. Whether the wife was declared a person with diminished capacity, then her legal representative has the right to receive a dower (clause 1 of SPSL Art. 60).

Article 63 of the SPSL states that the wife does not receive any dower if the marriage declared invalid (fasid) and if the couple did not enter into the sexual relationship; however, if they already had a sexual relationship and the amount of the dower was not determined by the marriage contract, then the wife receives dower in the amount of mahr almisl.

If in a similar case (invalid marriage (fasid) after entering into sexual relations), but when the dower was determined by the spouses in the contract, then the amount of the indicated dower is to be compared with mahr almisl, and the wife is paid the minimum of these dowries.

The significant importance in determining the amount of the dower

²¹ See Art. 54.4 of 1953 Syrian Personal Status Law and Art. 1120 of 1494 Syrian Civil Code

²² The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 831/805 of

01.12.2014 // Al-Qanun Journal, Proceedings of the Syrian Court of Cassation, Sharia Chamber 2014 – 2016. – Damascus: Syrian Ministry of Justice, P. 63.

imposed upon husband is represented by the provisions of a valid and invalid marriage (or prenuptial agreement).

Due to the presence of the conditions of a marriage contract or the absence of one or more of such conditions, the Syrian lawmakers identified three types of marriage:

- Valid marriage contract: Saheeh;
- Invalid marriage contract: 1- Batil; 2- Fasid.

If the entire necessary conditions and procedures (arkan) provided for by the SPSL are met, then the marriage is considered valid (Art. 47).

Whether one of the arkan foundational elements or pillars for marriage is absent, then the agreement shall be considered invalid from the very beginning (batil) (clause 1 of SPSL Art. 50), and this agreement does not entail any consequences (clause 2 of SPSL Art. 50).

Pursuant to the new amendment to clause 2 of Article 50 under Law No. 4 of 2109, if the marriage was considered batil, and the spouses already had a sexual relationship, or they had an opportunity to be in such a relationship,

and it was also proved that one of the parties did not learn about the invalidity of the marriage at the conclusion of the contract, then there are legal consequences from this marriage, as in the case of fasid marriage.

The SPSL provides only one example of an invalid marriage contract (batil) in clause 2 of Article 48; it is a marriage between a Muslim and a non-Muslim.

If all the conditions for marriage (arkan) were met, but some other conditions were not, then the marriage is considered irregular (fasid) (clause 1 of SPSL Article 48). This could be, for example, if the marriage contract was concluded without witnesses.

An irregular marriage (fasid) (in the absence of the sexual relationship between alleged husband and wife) is considered invalid, and the contract does not entail any consequences (clause 1 of SPSL Article 51). But in the case when the spouses already engaged in the sexual relationship, then an irregular marriage will be followed by several complications (clause 2 of SPSL Article 51).

Thus, such irregular marriage entails quite certain legal consequences (clause 2 of SPSL Art. 51), namely:

- A certain specified portion of the dower must be paid (either a proper dower or, if indicated, the amount should not be lower than the generally accepted minimum dower);
- Children born from such a marriage receive father's surname;
- Ban on marriage consummation due to intermarriages;
- A wife must undergo iddah waiting period after the dissolution of the marriage (fasid) by consent of the spouses or by a court decision, and also in the case of the husband's death;
- A wife should receive alimony for the waiting period (nafkah iddah);
- A wife who has entered into an irregular marriage of her own free will has the right to family support (nafkah) as long as she is unaware of the invalidity of the marriage (clause 3 of SPSL Art. 51).

The legal consequences will also not follow if it was not proved that the spouses already had engaged in a sexual relationship, even if they had an

opportunity to be in such a relationship (hulva shariia) before the dissolution of the marriage (fasid). This opinion is shared by most scholars of law and sharia; it was also confirmed by the decisions of the Shariah Chamber of Syrian Court of Cassation.²³

Following the established litigation practice of the Syrian Court of Cassation, the court has to decide on the marriage termination (faskh) if the marriage is invalid, even if the family did not request that.²⁴ The invalidity of a marriage in which one of the spouses is Muslim and the second is a supporter of some other faith is also decided in a Sharia court.

There are many cases in which a marriage is considered to be invalid (batil), but unfortunately, SPSL indicated only one of them (marriage between a Muslim and a non-Muslim), therefore, we believe that there is a need to amend and clarify the law, in particular, concerning the precise

²³ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 41/25 of 08.27.1973. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / al Bughah, Mohammed Hassan, Damascus University publishers, 2006: P. 284

²⁴ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 853/134 of 22.03.1983. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / al Bughah, Mohammed Hassan, Damascus University publishers, 2006: P. 284

determination of cases of marriage invalidity, including:²⁵

- Marriage between a man and a female-hermaphrodite;
- Marriage between a man and a woman, if one of them is forbidden for another;
- Marriage between a man and a woman who is already married to another man;
- Marriage between a man and a woman if the man has already divorced the same woman three times;
- Fifth marriage of a man.

Examining the legal provisions relating to the validity of marriage contained in the Arab family laws, reveals the difference of various laws in some details and consistency in others, especially with regard to the separation of fasid and batil invalid marriages.

Kuwaiti Personal Status Act of 1984 provides for two types of marriage: valid and invalid (clause 1 of Article 43). A marriage is considered valid when all of its arkan conditions of validity are present in accordance with the law; all

the remaining marriages are also considered valid and divided into batil and fasid (clause 2, Art. 43).²⁶

Contrary to Syrian law, Kuwaiti lawmakers clearly defined cases where marriages were considered invalid (batil) in Article 49:

- If the contract formula was incorrect (in exchange for the offer and acceptance) or the legal capacity of one of the parties did not exist, then this marriage contract cannot be considered concluded (batil). It should be noted here that, unfortunately, according to the Kuwaiti laws on the personal statuses, the parties to the prenuptial agreement that conclude it are the husband and wife's legal guardian; the wife is also considered a party to the agreement but does not have the right to conclude it.²⁷ Although, it seems quite logical that baron et feme should be the only parties to this agreement, and only they should have the only right to conclude or refuse it;

- Marriage between a man and a woman who is forbidden for him;

- Marriage between a man and women who is already married to another man,

²⁵ Al-Sabuni, Abdul-Rahman. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce), part 1 / Damascus: El Jadida, 1978: P. 261.

²⁶ See Article 43 of Kuwaiti Personal Status Act of 1984

²⁷ See Article 8 of Kuwaiti Personal Status Act of 1984

or while a woman undergoes the waiting period;

- Marriage between a man and a woman if the man has already divorced the same woman three times;
- Marriage to a woman who does not follow any of the monotheistic religions;
- If one of the spouses renounces Islam;
- Marriage between a Muslim and non-Muslim.

According to Article 50 of this Law, any invalid marriage that is not provided for in the previous article (49) is considered fasid.²⁸ This marriage may have some legal consequences only if the spouses had a sexual relationship after the marriage was consumed. Whether they did not have such a relationship, then there will be no consequences, and both fasid and batil marriages are considered to be invalid from the very beginning.

In the same way, as Syrian and Kuwaiti, the legislators of Jordan in the Law on Personal Status of 2010 considered fasid and batil types of an invalid marriage. They also did not

provide for any legal consequences for batil marriage, while fasid type may have certain legal consequences, but only in the event of established sexual relations between spouses after marriage was consumed.²⁹ However, they not only revealed cases of batil marriage but also identified specific cases in which marriage is considered fasid.

The marriage considered batil in the following cases:³⁰

- marriage between a man and a woman who is forbidden for him because of the kinship or due to a relationship resulting from the conclusion of this marriage;
- marriage between a man and a woman who is already married to another man, or while a woman undergoes the waiting period;
- marriage to a woman who does not follow any of the monotheistic religions;
- marriage between a Muslim and non-Muslim.

²⁸ See Articles 50- 51 of Kuwaiti Personal Status Act of 1984

²⁹ See Art. 34 of Jordanian Law on Personal Status of 2010; also see Al Quda, Muhammad Ahmad. al-Wafi in justification of new Jordanian

Personal Status Law № 36 of 2010, Vol. 1: The University of Jordan-Faculty of Shariah // Amman, 2012: Pp. 130-132

³⁰ See Article 30 of Jordanian Law on Personal Status of 2010

The marriage is considered fasid in the following cases:³¹

- marriage between a man and a woman who is forbidden for him because of the breastfeeding issues;
- marriage of a person with two such women at a time who are related with each other in such a way that had any of these two women been a man, marriage between them would not have been possible. This simply means that a man cannot marry his sister-in-law (wife's sister) during his wife's lifetime;
- fifth marriage of a man; marriage between a man and a woman if the man has already divorced the same woman three times;
- absence of witnesses at the time of making or accepting the proposal;
- temporary marriage and mutah "pleasure marriage"³²;

- when one or both parties to the contract do not possess the legal capacity to enter into marriage at the time of the consummation or were forced to enter into marriage.

It should be noted that the Jordanian legislators also used (but only once) the term arkan against the prenuptial agreement to distinguish the essential terms of the contract from other conditions. Article 29 of Jordanian personal status law provides as follows: "A prenuptial agreement is considered valid when all its arkan conditions correspond to reality". Legislators of Mauritania, when considering the issue of the invalidity of a marriage contract in the Law of 2001, did not use the term batil marriage, but considered each invalid marriage fasid.

According to the provisions of Article 49 of this Law, marriage is considered fasid if it has lost one of its arkan elements, or was concluded between a man and forbidden woman; or was accompanied by a condition that is contrary to its purpose, or when one of

contract without the need for a divorce and does not require the husband to support his wife or provide a conjugal residence. A wife in such a marriage is not an heiress in the event of the death of her husband

³¹ See Article 31 of Jordanian Law on Personal Status of 2010

³² Temporary marriage in Arab countries is a marriage between a woman and a man for a certain period of time with a dower agreement. It ends at the end of the period specified in the

the conditions was not fulfilled in reality.

33

Following Article 5 of the 2001 Mauritanian Personal Status Code, arkan of a marriage contract should involve spouses, legal guardian(s), dower, and wording of the contract (which includes the exchange of a valid offer and acceptance between the parties in the presence of two witnesses).³⁴

Mauritania legislation requires in Article 9 of the same Law the consent of the bride and her guardian for the invalidity of the marriage (even if the bride has reached the legal age), otherwise, the contract is considered invalid (fasid); the Law also provides for the silent consent to the marriage.

3. Conclusion

The author tends to believe that bride's silent consent is not sufficient for marriage, which generally requires explicit consent to be valid, since the marriage contract is very important and has legal consequences for spouses and their children in the future, and therefore

it should not be based on doubts or probabilities.

Along with the Mauritians, Tunisian legislators did not use the term *batil* in their Personal Status Code of 1956 but considered each invalid marriage *fasid*.³⁵ However, the Code provided for criminal penalties for spouses still proceeding with engagement even after they realized that their marriage is invalid (*fasid*); the punishment for this offense is up to six months of imprisonment (Art. 21 of Tunisian Personal Status Code of 1956).

Although Yemen's Personal Status Act of 1992 has clearly defined the arkan of the marriage contract (Article 8) and showed their difference from the terms of the contract (Article 7), still, Yemeni legislators did not use the term *fasid*, rather considering each invalid marriage *batil*. Therefore, if the contract does not satisfy all the arkan conditions and all other circumstances, then it is considered *batil*.³⁶

Article 31 states that a marriage in which all of its arkan and other conditions were not fulfilled is

³³ See Article 49 of Mauritania's Personal Status Code of 2001

³⁴ See Article 5 of Mauritania's Personal Status Code of 2001

³⁵ Article 21 of the Tunisian Personal Status Code of 1956. As mentioned above in the presented

study, the Court, which decides on the invalidity of a marriage, rules on imposing criminal punishment as well

³⁶ See Articles 7 and 8 of Yemen's Personal Status Act of 1992

considered invalid (batil) and have no legal consequences unless it is proved that the sexual relationship between the spouses was committed before annulment. Article 31 also provides that a marriage in which all of its elements and conditions have not been fulfilled shall be deemed invalid and carries no legal weight unless it has been proven that sexual relations between spouses have been established before annulment. Therefore, this marriage should be dissolved by the court, if the couple does not dissolve it by mutual agreement.³⁷

The Muslim Personal Law Act of Sudan of 1991,³⁸ along with Moroccan Family Law of 2004,³⁹ Omani Personal Status Law of 1997,⁴⁰ UAE Personal Status Law of 2005,⁴¹ and Qatari Family Law of 2006⁴² are separating invalid marriages into batil and fasid. However, these laws differ in some details on the invalidity of marriage.

According to the SPSL Article 64.1, if a man, being terminally ill, entered into a marriage contract under which he was liable to provide his wife

with a dower, the cost of which is higher than mahr almisl, then the provisions of the SPSL on the last will and testament will apply to the part of the dower that exceeds mahr almisl.

At the same time, the clause 2 of the very same Article specifies that if a woman marries, being terminally ill, and agrees to a dower valued less than average, her heirs may ask her husband to increase the amount of dower to level it with mahr almisl.

It should be also noted that under the judicial practice of the Court of Cassation, the judge handling the dowry cases has the right, under the circumstances, to allow prospective husbands to pay the dower by installments when they are not able to pay it in full and provided that this would not inflict serious harm to their wives.

The ruling of the Shariah Chamber of the Syrian Court of Cassation No. 16/36 of February 3, 2014, reads: 'Installment is one of the issues determined by the court of the first instance, and its legal basis is represented by the wording of Article

³⁷ See Article 31 of Yemen's Personal Status Act of 1992

³⁸ See Article 59 of the Muslim Personal Law Act of Sudan of 1991

³⁹ See Articles 57-59 of Moroccan Family Law of 2004

⁴⁰ See Article 39 of Omani Personal Status Law of 1997

⁴¹ See Article 57 of UAE Personal Status Law of 2005

⁴² See Article 49 of Qatari Family Law of 2006.

344.2 of the Civil Code, which allows a judge to grant a debtor an extension (if this is required by debtor's financial status, and the lender does not suffer serious damage from the delay).⁴³

Noteworthy that some families of several Arab societies, including Syria, even require the prospective husband to purchase gold jewelry for the bride. These gold pieces of jewelry are not considered a dower, even if they are very expensive. The same rule applies to the money that the bridegroom gives the bride to buy gold. It was also confirmed by the Syrian Court of Cassation by its Sharia Chamber ruling № 1918 from 5-9-1964, which states: "The amount offered to the wife as the price of gold jewelry at marriage is not included in the dower, because it is considered a gift".⁴⁴

Maliki School does not agree with this and considers gold jewelry to be part of the dower. Dr. Muhammad Al-Hassan Mustafa Al-Bagha believes that gold jewelry should be considered a dower if a divorce occurs before engaging in sexual relations.

Dr. Abdul-Rahman Al-Sabuni

is of the opinion that when a dispute arises between spouses regarding gifts (especially gold jewelry), and the wife says that the gold jewelry is not a dower, and the husband says that it is, and none of them can prove their claim - this situation should be settled by following the custom.⁴⁵

We believe that in all cases, gold jewelry should be considered part of the dower, and therefore, the legislators should amend the Personal Status Law of 1953 so it would be expressly stated. The reason to adhere to this point of view is that Islamic law does not recall any texts in the Qur'an or in the Hadith that would oblige the groom to purchase the gold jewelry to the prospective spouse in addition to the dower.

It must be admitted that many families of Syrian society may quite exaggerate and overestimate their financial demands from the groom and demand an expensive amount of gold jewelry for the bride in exchange for accepting the proposal. This grassroots

⁴³ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 16/36 of 03.02.2014 / Al-Qanun Journal, Proceedings of the Syrian Court of Cassation, Sharia Chamber 2014 – 2016. – Damascus: Syrian Ministry of Justice, P. 13

⁴⁴ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 1918 of 5-9-1964 / Justification of Syrian Personal Status Law

(marriage and divorce) / al Bughah, Mohammed Hassan. — Damascus University publishers, 2006, P. 329

⁴⁵ Al-Sabuni, Abdul-Rahman. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce), part 1 / Damascus: El Jadida, 1978, P. 294.

phenomenon caused many young people to postpone or even turn down their proposals. Therefore, it is essential to come up with a new legal text which will consider the values (especially gold) canonically presented by the groom to his bride as part of the dower; that, in turn, will affect this trend and lead to an improvement in the situation of Syrian youth.

Another debatable issue apart from the dower and gold is represented by the assets provided to the prospective family by the bride; these assets are often a gift from her family for her wedding. They are called *jhaz*.

The Syrian legislators did not establish a provision on these assets, nor did specify which things are considered *jhaz* and which are not. As there was much debate on this matter, the Court of Cassation had to seriously weigh the options on this issue.

It was established earlier by the Shariah Chamber in the ruling Nº 436/462 of 07.24.1978 that *jhaz* consists of a number of things that a wife brings

to her husband's house after the marriage; as regards to the things and/or assets brought to the house while acquiring a home and family, these are not part of *jhaz*, and disputes related to them fall under the jurisdiction of the sharia court.⁴⁶

Later, the Court of Cassation changed its mind and ruled in the Shariah Chamber decree Nº 1831 of 12/30/1995 that *jhaz* is all that a wife brings to the house from the very beginning of the marriage and during the cohabitation until she leaves the family home, regardless of the origin of these things/assets.⁴⁷

The Jordanian Personal Status Law of 2010 directly regulates this issue in Article 57, which states: 'The dower belongs to the wife and she is not obliged to provide or purchase *jhaz* as part of her contribution'.

Jhaz includes pretty much everything the wife brings to the new family home, and it doesn't matter whether she paid for it with her own money, or she was given or presented

⁴⁶ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation Nº 436/462 of 24.07.1978. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mohammed Hassan; Damascus university publishers, 2006: P. 322

⁴⁷ The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation Nº 1831 of 30.12.1995. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mohammed Hassan; Damascus University publishers, 2006: P. 323

these things, or her husband bought them with her permission or using her money.

The husband may use any item from jhaz with the wife's consent, 'provided that the marital status actually exists and secured'.⁴⁸

One of the important provisions of Jordanian legislation that should be addressed is the provision of Article 54, which states: 'It is not allowed for the wife's parents or relatives to collect money or any other valuables from the groom (prospective husband) in exchange for marriage with the bride of their family. The husband may return what was taken from him in non-monetary terms if it exists, or its value if it was forfeited'.⁴⁹

This rule in Jordanian law is of exceptional significance; it could be only suggested that the Syrian legislators add a similar text to the Personal Status Law, with the possibility of imposing criminal penalties on those who exploit their daughters agreeing to their marriages in exchange for money. The presence of such a provision would give pause for thought for the followers of obsolete customs before pulling money from the groom in exchange for marriage.

⁴⁸ See Article 57 of Jordanian Personal Status Law of 2010

Statutory and regulatory enactments

Syrian Personal Status Law of September 17, 1953 (as amended by Law No. 34 of December 31, 1975, published in the Official Gazette No. 3, p. 111 of January 21, 1976; Law № 4 of February 7, 2019; and Law № 20 of June 27, 2019) // Official Gazette 8/10/1953. – № 63. – P. 4783.

Syrian Civil Code, Ed. № 84 of May 18, 1949, became law on June 15, 1949 // Official Gazette of 15/06/1949. – P. 1891.

Moroccan Family Law (the Moudawana) of 2004, published in the Official Gazette of Morocco, № 5184, February 5, 2004.

Jordanian Personal Status Law of 2010, published in the Official Gazette of Jordan, № 451, September 30, 2010.

Tunisian Personal Status Code of 1956, published in the Official Gazette of Tunisia, № 66, August 17, 1956.

⁴⁹ See Article 54 of Jordanian Personal Status Law of 2010

Omani Personal Status Law (Royal Decree No. 32 of 1997), published in the Official Gazette of Oman, Nº 601, June 15, 1997.

Algerian Family Code of 1984 published in Journal Officiel (Government Gazette of Algeria), Nº 24, August 12, 1984, P. 910.

Mauritania's Personal Status Code of 2001, published in the Official Journal of the Islamic Republic of Mauritania, Nº1004, August 15, 2001.

Qatari Family Law of 2006, published in Official Gazette of Qatar, Nº 8, August 28, 2006.

Kuwaiti Personal Status Act of 1984, published in Kuwait Official Gazette Nº 1507, July 23, 1984.

UAE Personal Status Law of 2005, published in the Official Gazette for the United Arab Emirates Nº 439, November 30, 2005.

Yemen's Personal Status Act of 1992, published in Yemen Official Gazette Nº 6/3, 1992.

The Muslim Personal Law Act of Sudan, 1991, published on the website of

707
the Ministry of Justice of Sudan:
<http://moj.gov.sd/sudanlaws/#/reader/chapter/116>

Decisions of the highest courts and legal practice case files

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation Nº 885/848 of 28.11.2016. Al-Qanun Journal, Proceedings of the Syrian Court of Cassation, Sharia Chamber 2014 – 2016. – Damascus: Publishing House of Syrian Ministry of Justice, P. 280.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation Nº 831/805 of 01.12.2014. Al-Qanun Journal, Proceedings of the Syrian Court of Cassation, Sharia Chamber 2014 – 2016. – Damascus: Publishing House of Syrian Ministry of Justice, P. 63.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation Nº 16/36 of 03.02.2014. Al-Qanun Journal, Proceedings of the Syrian Court of Cassation, Sharia Chamber 2014 – 2016. – Damascus: Publishing House of Syrian Ministry of Justice, P. 13.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation Nº 1918 of 5-9-1964. Justification of Syrian Personal

Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mustafa Mohammed Hassan. — Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006: P. 329.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 1831 of 30.12.1995. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mustafa Mohammed Hassan. — Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006: P. 323.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 436/462 of 24.07.1978. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mustafa Mohammed Hassan. — Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006: P. 322.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 41/25 of 08.27.1973. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mustafa Mohammed Hassan. — Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006: P. 284.

The ruling of the Sharia Chamber of the Syrian Court of Cassation № 853/134 of 22.03.1983. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) / Al-Bagha, Mustafa Mohammed Hassan. — Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006: P. 284.

References

Al-Sabuni, Abdul-Rahman. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce), part 1 // Damascus: El Jadida Publishing House, 1978: 344 p.

Addusuki, Muhammad. Hashiyat addusuki, part 2 // Cairo: Dar Ihya' al-Kutub al-'Arabiya publishers, 2005: P. 302.

Al-Bagha, Mustafa Mohammed Hassan. Justification of Syrian Personal Status Law (marriage and divorce) // Damascus: Publishing House of Damascus University, 2006: 783 p.

Al Quda, Muhammad Ahmad. al-Wafi in justification of new Jordanian Personal Status Law № 36 of 2010, Vol. 1: The University of Jordan-Faculty of Shariah // Amman, 2012: 288 p.

Al-Ramli, Shamsuddin. Nihayat al-Muhtaj, part 6. // Beirut: Dar Al- Kutub Al-Ilmiyyah publishers, 2003: 480 p.

Al-Shāfi‘, Muhammad ibn Idrīs. Kitab al-Umm, part 6 / Ed. by Abdul Mutaleb; al-Mansura (Egypt) al-Wafa Publishing House, 2001: 762 p.

Ibn Abidin. Radd al-Muhtar, part 4 // Ed. by Ali Muavad. Beirut: Dar al-Fikr publishers, 2003: 655p.

Majd ad-Dīn ibn Taymiyyah. Al-Muharrar, part 2 / Cairo: Assuna Almuhammadiyah publishers, 1950: 503 p.

Nurgaleev, R.M. Classical Islamic family law: a tutorial. 5th Ed., Kazan: RIU, 2016. – 109 p

THE IMPACT OF REGIONAL TAX INCENTIVES ON INDUSTRIAL PERFORMANCE

Miliausha R. Pinskaya¹

Julia A. Steshenko²

Nadiya M. Sabitova³

Elena N. Lizunova⁴

Chulpan M. Shavaleyeva⁵

Abstract: The article explores the interplay between regional tax incentives and the trends in industrial performance indicators. The authors advance arguments for their statement that it is necessary to increase industrial performance in order to create growth poles and centres in regional development. They range the industrial performance indicators based on their assessment. The authors provide a rationale for the choice of areas for tax incentives at the regional level that should take into account indicators of efficiency of investments in fixed assets at industrial enterprises, innovation activities in industry, and growth of industrial production and import substitution. At the regional level, this can be achieved through the use of horizontal tax incentives, including investment tax

deductions, support for R&D and special investment contracts.

Keywords: region, growth poles and centres, industry, horizontal and vertical incentives, indicator, performance, tax incentives, tax burden, R&D

1. Introduction

Tax regulation in the real sector of economy is aimed at stimulating economic growth, which is an integral indicator for assessing the effectiveness of economic development. To achieve the desired effect at the regional level, it is necessary to assess the impact of tax incentives on the industrial performance. Our research hypothesis is that the provision of tax incentives should

¹ Federal State Budgetary Institution «Financial Research Institute»

² Federal State Budgetary Institution «Financial Research Institute»

³ Kazan Federal University

⁴ Kazan Federal University

⁵ Kazan Federal University

improve certain indicators of industry development and contribute to creating growth poles and centres in regional development. Therefore, in our opinion, it is necessary to explore the trends in industrial performance indicators. As the majority of tax incentives are characterised by territorial limitations, the efforts to increase effectiveness of industrial development should be correlated with the provision of regional tax incentives.

2. Literature review

Numerous empirical studies of the relationship between the tax level and the economic growth have not provided definitive evidence on the existence of such relationship or its character. Some studies reveal negative effects of the increased tax burden on the economic growth, while others deny that there is any relationship between them.

S. Gupta and his co-authors, based on their study with the use of econometric

711
models, come to the conclusion that fiscal consolidation in low-income countries has a negative impact on economic growth both in the short and long term⁶. The works by Christopher J. McDermott and Robert F. Wescott⁷, Alberto Alesina and Roberto Perotti⁸, and Jürgen von Hagen and Rolf Strauch⁹ demonstrate that that under certain circumstances fiscal contractions can stimulate economic growth. The opposite view is held by Folster and Henrekson¹⁰, who show that 10% increase in the tax burden (relative to the gross domestic product) reduces economic growth by 1%. N. Ahmad and his co-authors¹¹ studied the impact of taxes on the economic growth in Pakistan. Based on the analysis of data for the period from 1976 to 2011, they conclude that taxes have a significant negative impact on the gross domestic product, which is used as an indicator of economic growth: 1% increase in tax burden leads to 0.08% decline in gross domestic product.

⁶ Gupta, S., Clements, B., Baldacci, E., & Mulas-Granados, C. (2005). Fiscal policy, expenditure composition, and growth in low-income countries. *Journal of International Money and Finance*, 24(3), 441–463.

⁷ McDermott, C.J., & Wescott, R.F. (1996). An empirical analysis of fiscal adjustments. *IMF Staff Papers*, 43 (December), 725–753.

⁸ Alesina, A., & Perotti, R. (1995). Fiscal expansion and fiscal adjustments in OECD countries. *Economic Policy*, 21, 205–248.

⁹ Von Hagen, J., & Strauch, R. (2001). Fiscal consolidations: quality, economic conditions, and success. *Public Choice*, 109, 327–346.

¹⁰ Folster, S., & Henrekson, M. (2001). Growth effects of government expenditure and taxation in rich countries. *European Economic Review*, 45(8), 1501–1520.

¹¹ Ahmad, N., Ahmad, A., & Yasmeen, K. (2013). The impact of tax on economic growth of Pakistan: An ARDL approach. *Journal of Basic and Applied Scientific Research*, 3(11), 392–398.

Proponents of the traditional neoclassical model assume that tax policies affect economic growth negatively in the short term, while in the long term it does not affect economic growth rates at all¹². Long-term implications of the tax policy impact on economic growth are also addressed by Tanzi and Zee¹³.

According to the theory of endogenous growth, such factors as investment in R&D and human capital can benefit the entire economy, while reducing the negative impact of the tax system on long-term rates of economic growth. It is viable under condition that governmental policies are aimed at creating favourable conditions for the development of human potential and for capital accumulation¹⁴. Opponents of this point of view believe that sustainable growth of the state is determined only by exogenous

factors, such as population trends, technological progress and changes in taxation¹⁵.

The findings of the studies by Chamley¹⁶, Barro¹⁷, Barro and Sala-i-Martin¹⁸, and Mendoza, Milesi-Ferretti and Asea¹⁹ suggest that tax policies can either stimulate or slow down the economic growth, because investments in physical and human capital, which depend on taxation and government spending, can affect the growth rates in a stable state. The study by Edame and Okoi²⁰ considers the impact of taxation on economic growth and investments in Nigeria in the period from 1980 to 2010. Their findings prove that the personal income tax and corporate income tax have a significant negative impact on gross domestic product; the corporate income tax increase also has a significant negative effect on investments,

¹² Engen, E., & Skinner, J. (1996). Taxation and economic growth. *National Tax Journal*, 49(4), 617–642.

¹³ Tanzi, V., & Zee, H.H. (1996). Fiscal policy and long-run growth. IMF Working Paper 96/119 (Washington: International Monetary Fund).

¹⁴ Engen, E., & Skinner, J. (1996). Taxation and economic growth. *National Tax Journal*, 49(4), 617–642.

¹⁵ Easterly, W., & Rebelo, S. (1993). Fiscal policy and economic growth: An empirical investigation. *Journal of Monetary Economics*, 32(3), 417–458.

¹⁶ Chamley, C. (1986). Optimal taxation of capital income equilibrium with infinite lives. *Econometrica*, 54(3), 607–622.

¹⁷ Barro, R.J. (1990). Government spending in a simple model of endogenous growth. *Journal of Political Economy*, 98(1), 103–117.

¹⁸ Barro, R.J., & Sala-i-Martin, X. (1995). *Economic growth*. New York, NY: McGraw-Hill.

¹⁹ Mendoza, E., Milesi-Ferretti, G.M., & Asea, P. (1997). On the ineffectiveness of tax policy in altering long-run growth: Harberger's Superneutrality Conjecture. *Journal of Public Economics*, 66, 99–126.

²⁰ Edame, E., & Okoi, W. (2014). The impact of taxation on investment and economic development in Nigeria. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 3(4), 209–218.

while the personal income tax has a significant positive effect on investments in Nigeria.

In order to explore how taxes affect economic growth, B. Kalaš and his co-authors²¹ study the impact of the personal income tax, corporate income tax and social security contributions on economic growth in the United States in the period from 1996 to 2016. Their findings prove that the growth of tax revenues and social security contributions has a significant impact on economic growth — in particular, 1% increases in tax revenues and social security contributions lead to increase in the gross domestic product by 0.3% and 2.05% respectively. At the same time, the growth of the corporate income tax has a negative impact on the gross domestic product, but this effect is not statistically significant. The correlation reflects the fact that growth of tax revenues and the corporate income tax are mostly related to gross domestic product.

Thus, the numerous empirical studies aimed to identify links between the level of taxation and the economic growth have not provided definitive evidence on the

existence of such relationship or its character. The ambiguity of research results depends on various factors, such as the choice of the analysed period, macroeconomic instability in the studied country and the level of income inequality²². Most of the scholars identify close relationships between the tax burden and the economic growth and conclude that an increase in the tax burden has a negative impact on the growth rate of the gross domestic product, which is the main indicator of economic growth.

3. Materials and methods

In our study we used the method of dividing tax incentives into two groups, depending on sectoral application strategies (according to the classification by Rodrik²³): vertical and horizontal incentives. Vertical incentives are aimed to support particular industrial sectors and activities, while horizontal interventions are aimed to support certain objectives and indicators of activity (profitability; knowledge, capital and labour intensity; social significance; etc.).

An example of a vertical tax incentive is VAT exemption on imports of

²¹ Kalaš, B., Mirović, V., & Andrašić, J. Estimating the impact of taxes on the economic growth in the United States. *Economic Themes*, 55(4), 481–499.

²² Stepanyan, V. (2003). Reforming Tax Systems: Experience of the Baltics, Russia, and other countries of the former Soviet

Union. *IMF Working Paper* 03/173 (September).

²³ Rodrik, D. (2009). Industrial Policy: Don't ask why, ask how. *Middle East Development Journal*, 1(01), 1–29. [Online]. Retrieved from <https://www.sss.ias.edu> Accessed on: 28.10.2017.

raw materials and components for manufacturing certain medicines for the Russian Federation pharmaceutical industry.

Some examples of horizontal tax incentives: investments tax credits, recognition of R&D expenses with an increased coefficient, etc.

The Russian Federation fiscal system is characterised by the limited use of horizontal tax incentives, which are reclassified as vertical incentives. For example, recognition of R&D expenses with increased coefficient of 1.5 is allowed for certain categories of taxpayers from the list approved by the Government. So, only a limited circle of taxpayers can get financial benefits from real savings on profit tax, which transforms a horizontal tax incentive into a vertical one. Among the R&D tax incentives, there is also exemption of some organizations from value-added tax (VAT). In 2018, 1724 organizations took advantage of this benefit; the amount of the accrued income tax in absence of the exemption would be 6.9 billion roubles, which is 32% more than in 2014.

The Russian Federation practice of tax incentives demonstrates the combined use of vertical and horizontal tax incentives, with the geography of tax incentives limited to a particular territory. Some examples of regional tax incentives: special investment contracts (SPICs), special economic zones

(SEZs), priority social and economic development areas (PSEDAs), and regional investment projects (RIPs). RIP is an investment project aimed at production of goods subject to certain criteria, and there is a strictly limited scope of constituent entities of the Russian Federation where such industrial activity can be carried out. Today in the Russian Federation there are 81 PSEDAs in single-industry towns, 8 PSEDAs in restricted-access territories and 18 other PSEDAs. PSEDAs are most often created to support such industrial sectors as production of machinery and equipment and chemicals and chemical products, as well as manufacturing branches.

Summarizing the experience of providing tax incentives, we can state that the mechanism of general tax incentives that are available for a wide scope of taxpayers is limited and primarily aimed to stimulate capital investments and R&D activities.

4. Results and discussion

Our analysis shows that the RF Government does not overload the tax system with regulatory mechanisms, but, on the contrary, gives preference to strengthening the fiscal significance of taxes. However, the tax burden in the Russian Federation is much lower than in most developed countries, where tax burden levels are at least 33% of GDP. In 2017 the level of industry-average

tax burden in the Russian Federation was 16.69%, but the tax burden in all individual industrial sectors was higher. The sectoral tax burden in process manufacturing amounted to 27.79%, in the sector of electricity, gas and water production and supply — 22.08%, and in mining and quarrying — 51.56%²⁴. The increased tax burden in mining and quarrying can be explained by the natural rent withdrawal into the state budget.

Based on the foregoing analysis, we believe that, in order to create growth poles and centres in regional development, tax incentives should be linked to the performance of industrial development. The performance indicators can be selected from among the lists of performance indicators used in such government programs as "Development of Industry and Increasing its Competitiveness"²⁵, and "Labour

Productivity Increase and Employment Support"²⁶, as well as indicators used by the Federal State Statistics Service to analyse social and economic performance of industries. The performance can be measured with such indicators as investments in fixed assets at industrial enterprises, innovation activities in industry, and the index of industrial production and import substitution.

1. We assessed the efficiency of investments in fixed assets on the basis of the following indicators: the degree of wear and tear of fixed assets; the share of investments used for reconstruction and modernization in the total value of investments; and the index of physical volume of investments in fixed assets.

Our assessment of these indicator for the period from 2014 to 2018 provided the following results (Fig. 1).

²⁴ Steshenko, Ju.A. (2018). Institucional'nye ogranichenija nalogovogo stimulirovanija, prepjatstvujushhie jekonomicheskomu rostu na sovremennom jetape (Institutional constraints of tax incentives that impede economic growth at the present time). *Finansy i upravlenie*. 2, 27–42. DOI: 10.25136/2409-7802.2018.2.26520. Retrieved from http://e-notabene.ru/flc/article_26520.html

²⁵ Government Program "Development of Industry and Increasing its Competitiveness". Approved by RF Government Decree No. 328 of 15.04.2014. Retrieved from <http://government.ru/docs/11912/>

²⁶ RF Government. Priority Program "Labour Productivity Increase and Employment Support". Retrieved from <http://government.ru/projects/selection/663/>



Figure 1. Indicators of efficiency of investments in fixed assets at industrial enterprises²⁷

²⁷ Data for 2019 are not available in official statistics.

Source: calculated by the authors based on the Federal State Statistics Service data accessed on 20.02.2020.

The degree of wear and tear of fixed assets allows assessing the current condition of facilities and equipment, and it can be considered an unstimulating factor (disincentive) — the lower is the value of the indicator, the faster are the fixed assets renewed at enterprises of the industrial sector. Industrial sectors are characterised by high degree of wear and tear of fixed assets. This indicator is higher for mining and quarrying and for process manufacturing, varying in the range from 53.00% to 56.40% and from 44.70% to 48.80% respectively, with the minimum industry average of 47.30%.

The index of physical volume of investments in fixed assets makes it possible to estimate the investments used for construction and reconstruction (including expansion and modernization) of facilities, resulting in an increase in their original value, and for the purchase of machinery, equipment, and vehicles. During the period under review, a positive trend in this indicator was observed at enterprises of the mining and quarrying sector: the growth rate of investments in fixed assets compared to the previous period amounted to 106.11% in

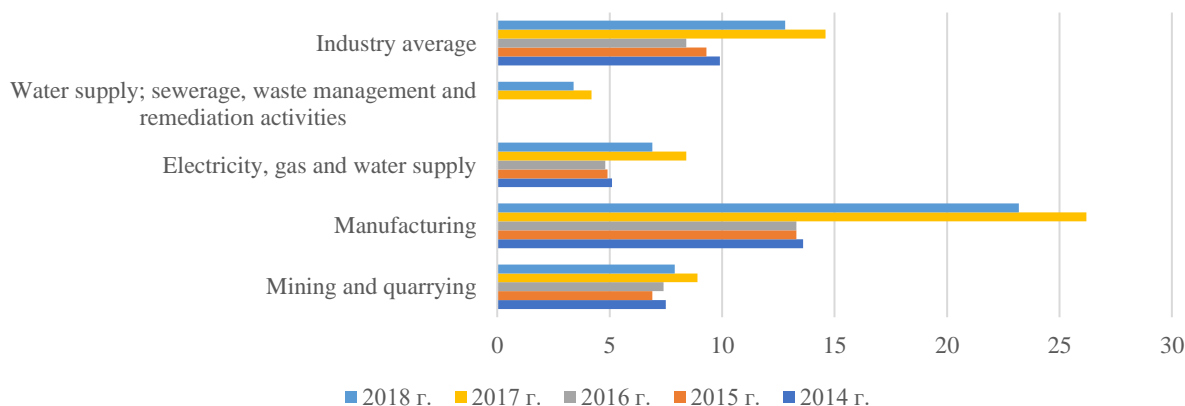
2017 and 106.47% in 2018. The index of physical volume of investments in fixed assets in electricity, gas, steam and air conditioning supply, water supply and other similar segments was below industry average values during the analysed period (except for 2018).

The share of investments used for reconstruction and modernization in the total value of investments reflects changes in the structure of investments in fixed assets, in terms of costs aimed at improving production and increasing its technical and economic indicators. None of the sectors demonstrated stable growth of the indicator during the analysed period. Enterprises of the mining and quarrying sector used less than 11% of the total investment for modernization, which is 1.5 times lower than the industry average.

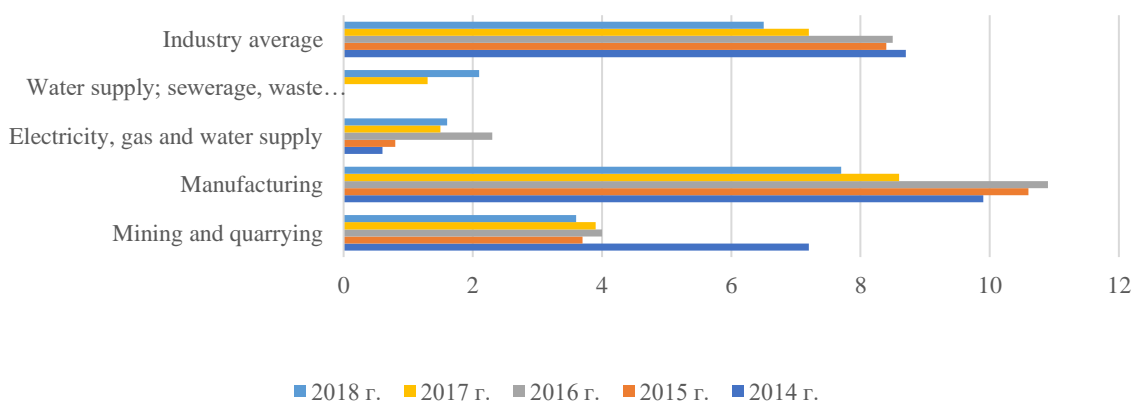
2. We assessed the efficiency of innovation activities in industry on the basis of the following indicators: innovation activity of industrial enterprises; the share of technological innovations in the total volume of goods shipped and works and services performed; internal R&D costs, etc.

Our assessment of these indicators for the period from 2014 to 2018 provided the following results (Fig. 2).

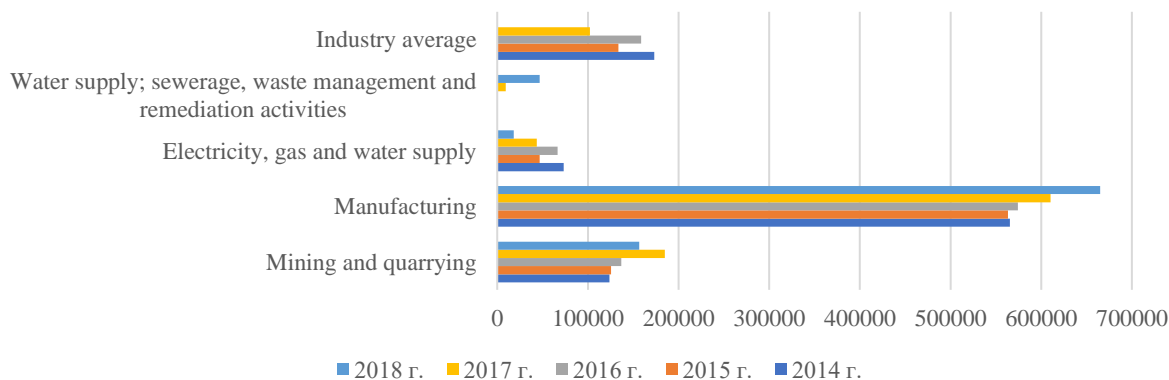
Innovative activity, % (incentive)



Share of innovative goods, works and services in total volume of goods shipped and works and services performed, % (incentive)



Technological innovation costs, million RUB (incentive)



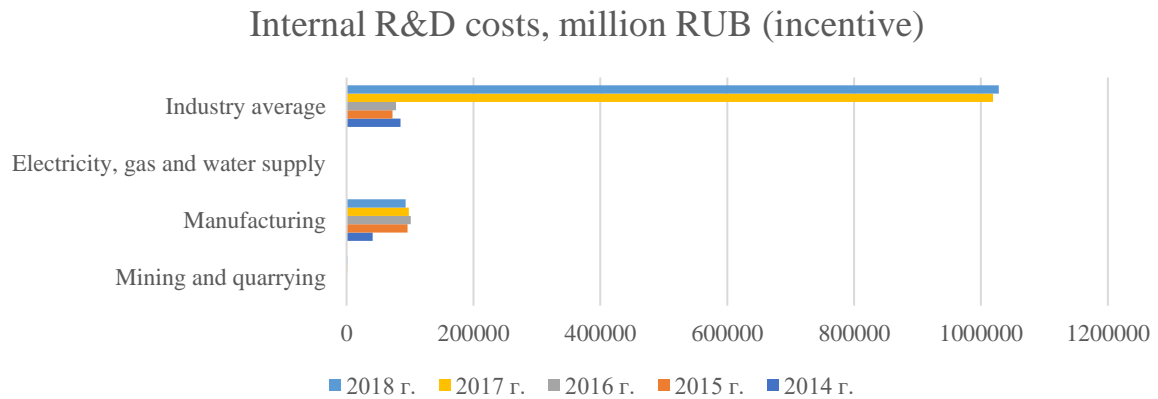


Figure 2. Indicators of effectiveness of tax incentives for innovation activity in industrial production²⁸²⁹³⁰³¹

Source: calculated by the authors based on the Federal State Statistics Service data accessed on 20.02.2020.

The index of innovation activity is calculated as the share of entities engaged in technological, organizational or marketing innovations in the total amount of the examined entities. Considering the industry as a whole, we can conclude that industrial enterprises are not very active in the innovation sphere. Comparing the indicators in the mining and manufacturing sectors, we can see that manufacturing enterprises produce 2 times more innovative goods and services, and also annually increase their costs for technological innovations. The level

of innovation activity in mining and quarrying is 3 times lower than in the manufacturing sector, and is 5 p.p. below the industry average. The share of innovative goods, works and services in the total volume of goods shipped and works and services performed for industry as a whole does not exceed 6.5%. The level of costs for technological innovations in mining and quarrying is more than 4 times lower than in manufacturing, and internal R&D costs are more than 81 times lower. In general, we can acknowledge the low level of innovation activity in industry.

3. We assessed the growth of industrial production and import substitution on the basis of the following indicators: gross

²⁸ Data for 2019 are not available in official statistics.

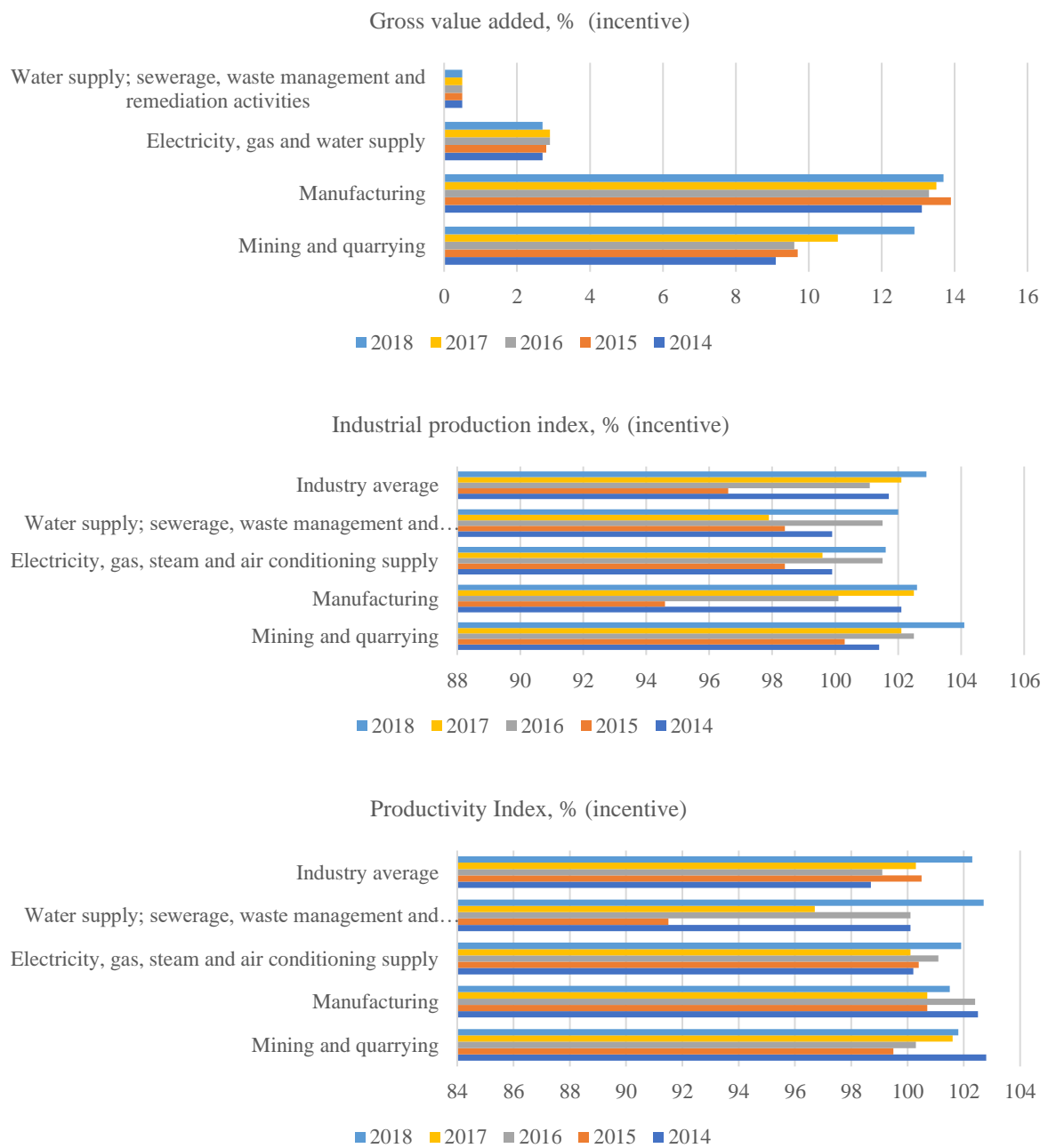
²⁹ The data for 2017 were published for the sector of electricity, gas, steam and air conditioning supply, without data for water supply; sewerage, waste management and remediation activities.

³⁰ The data for 2017 were published for the sector of electricity, gas, steam and air conditioning supply, without data for water supply; sewerage, waste management and remediation activities.

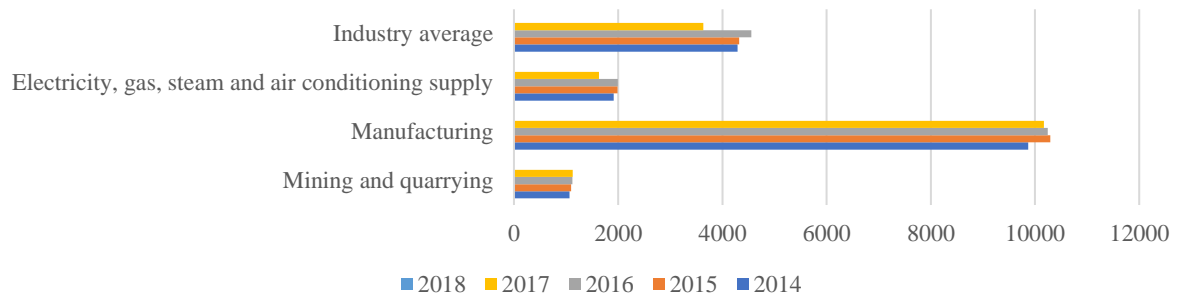
³¹ The data for 2017 were published for the sector of electricity, gas, steam and air conditioning supply, without data for water supply; sewerage, waste management and remediation activities.

value added; industrial production index; labour productivity index; average annual number of employees; monthly average gross payroll; the volume of imports of manufactured goods; profitability of sold

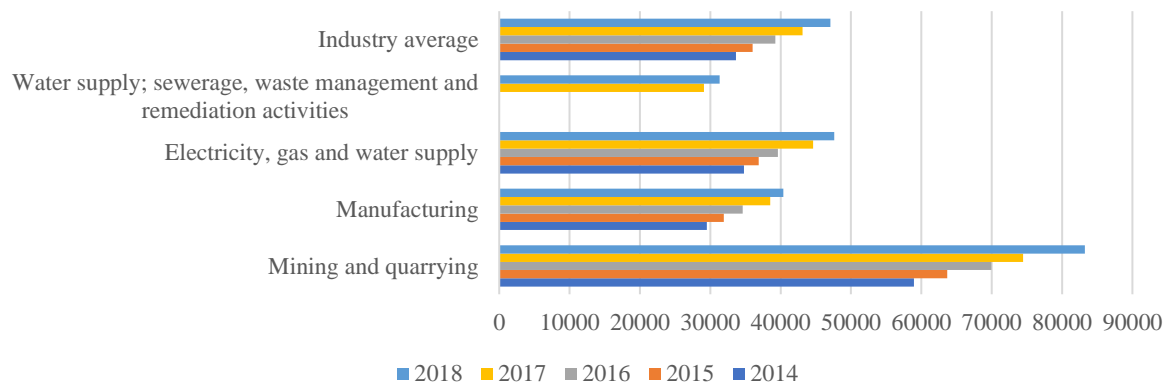
goods and products (works, services); and return on assets. Our assessment of these indicators for the period from 2014 to 2018 provided the following results (Fig. 3).



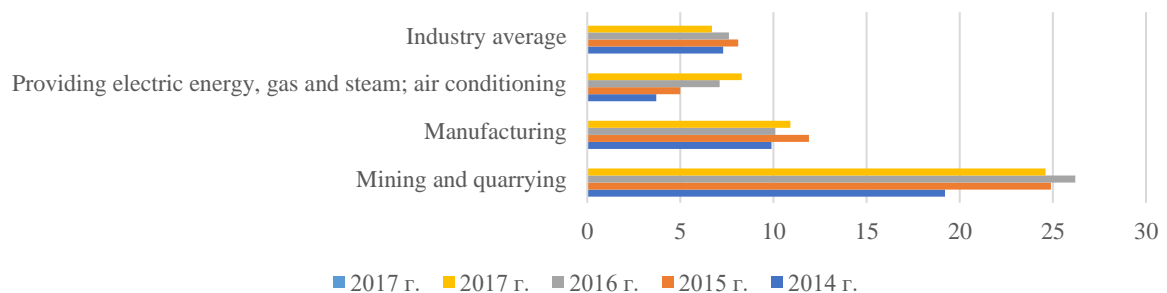
Average annual number of employed, thousands of people (incentive)



Average monthly accrued salary, ruble. (incentive)



Profitability of goods, products (works, services), % (incentive)



Return on assets, % (incentive)

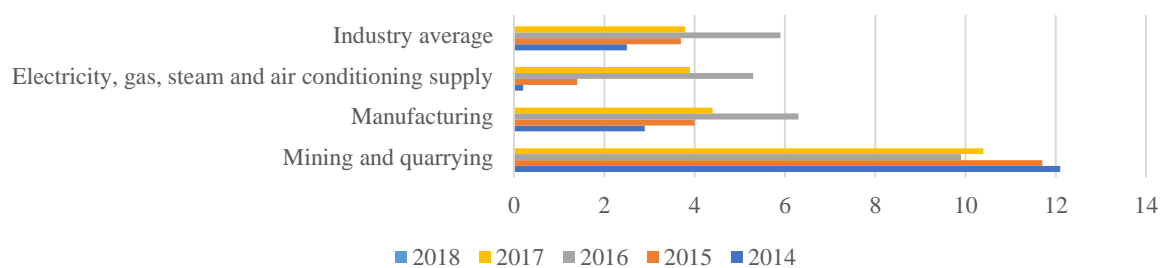




Figure 3. Performance indicators of the growth of industrial production and import substitution ³²

Source: calculated by the authors based on the Federal State Statistics Service data accessed on 20.02.2020.

The gross value added (GVA) characterizes the final result of production activities of resident economic entities and is the measure of the value of goods and services produced by these entities for final consumption. The largest contribution to GVA was made by the sectors of manufacturing and mining and quarrying: the share of each of them was about 12–13%. The labour productivity index during the analysed period did not exceed 2%. The industrial production index, characterizing the change in the scale of production, did not show definite positive trends in any industrial sectors during the analysed period. Growth in

this indicator was recorded in all industrial sectors only in 2018. According to the RF Government Program "Labour Productivity Increase and Employment Support"³³, 5% increase was planned in labour productivity. However, actually it did not exceed 2%. We also observe a decrease in the average annual number of employees, while the monthly average gross payroll was growing. The share of manufactured goods in the total imports during the period invariably exceeded 81%, which impeded the process of import substitution. Profitability indicators, reflecting the economic efficiency of industrial enterprises, had

³² Data for 2019 are not available in official statistics.

³³ RF Government. Priority Program "Labour Productivity Increase and Employment Support". Retrieved from <http://government.ru/projects/selection/663>

the highest values in the sectors of mining and quarrying and in manufacturing. Moreover, the values of these indicators in mining and quarrying were twice as high as those in manufacturing. Despite the established policies of import substitution, manufactured goods still constitute a significant share in total imports, and the volume of their imports is growing every year.

The indicators of socio-economic development of industrial enterprises are low, especially in the sectors of electricity, gas and water production and supply and of water supply, sewerage, waste management and remediation activities. Only such industrial sectors as mining and manufacturing are receptive to tax incentives. Therefore, only those regions where mining and manufacturing are well developed can really benefit from tax reductions.

Based on the foregoing analysis, we believe that, in order to create growth poles and centres in regional development, the choice of areas for tax incentives at the regional level should take into account indicators of efficiency of investments in fixed assets at industrial enterprises,

723
innovation activities in industry, and growth of industrial production and import substitution.

5. Conclusion and recommendations

In order to create growth poles and centres in regions, it is necessary to increase efficiency of investments in fixed assets at industrial enterprises through introduction of tax incentives aimed to encourage companies to upgrade fixed assets. Such incentives include, first of all, investment tax deductions (ITDs) provided by the Russian Federation regions through reduction in profit tax. ITD is a reimbursable investment tax credit, which is provided in the form of reduction in the amount of the accrued tax for the amount of capital expenses. If a taxpayer uses its right to an investment deduction, it cannot accrue depreciation for the respective assets in expenses. Such tax incentive gives taxpayers investing in production assets a direct monetary benefit in the form of savings on profit taxes in the amount of up to 4 times the reduction in tax liabilities for profit taxes. The unused ITD amount may be carried forward for future periods.

ITD can become a popular incentive under current conditions, as, stating from 2019, the RF regions have lost the right to establish lower profit tax rates, except for the incentives established for RIP participants and SEZ residents. The incentives that had been established by regional authorities earlier will be valid until 2023. Under these conditions, some regions have to resort to expansion of horizontal incentives that can benefit taxpayers from different sectors. In 2019 10 regions of the Russian Federation (the Amur, Vologda, Kaluga and Sverdlovsk Oblasts, the Jewish Autonomous Oblast, the Republic of Karelia, the Udmurt Republic, the Khanty-Mansiysk and Yamalo-Nenets Autonomous Districts) adopted local laws allowing local taxpayers to use ITDs.

In order to create growth poles and centres of the regional development, it is necessary to support the growth of innovation activities in industrial production through introduction of tax incentives aimed to promote R&D. The main obstacle to R&D development is

724
insufficient amount of investments at early project stages, because it is difficult to determine in advance whether the innovation will be commercially successful. As a result, the low level of R&D development inhibits the innovation activity of industrial enterprises. Stimulating innovation activity in industrial sectors can strengthen the process of modernising the Russian economy and, to a large extent, will contribute to economic growth. Therefore, we believe that the potential benefits of existing tax incentives have not been fully realised. It is no coincidence that in the near future it is planned "to grant the right to establish investment tax deductions for R&D expenses to the subjects of the Russian Federation"³⁴.

We believe that another area of stimulating the growth of industrial production and import substitution is the labour productivity improvement. As proved by M. Irlacher и F. Unger, the companies with low labour productivity are relatively more responsive to tax policies than those with high labour

³⁴ RF Ministry of Finance. The Main Directions of the Budget, Tax and Customs Tariff Policy for 2020 and the Planned Period of 2021 and 2022. Retrieved from https://www.minfin.ru/ru/document/?id_4=1283

44-
osnovnye_napravleniya_byudzhethnoi_nalogovoi_i_tamozhenno-tarifnoi_politiki_na_2020_god_i_na_planovyi_period_2021_i_2022_godov

productivity³⁵. One of the measures to encourage enterprises to increase productivity should be promotion of creating high-performance jobs through the tax burden reduction. Serious foundations for increasing labour productivity in industrial production can be laid by such tax incentive as a special investment contract (SPIC). Development of SPICs with the corresponding tax incentives will promote convergence of labour productivity. For the purposes of this study, the convergence of labour productivity is understood as an outperforming growth rate of the indicator in developing economic subjects as compared with the developed ones. The studies on this issue unequivocally come to the conclusion that there is no labour convergence in the Russian economy (with the exception of agriculture with its significant funding)³⁶. A significant role in "launching" the convergence process is provided by the technological development of production and the

growth of energy availability, which can be achieved through SPIC mechanisms³⁷.

Stimulation of the human capital development should be the key area for tax incentives in industry, which would allow increasing labour productivity and create conditions for growth poles and centres in the regional development. The tax incentives aimed to support collaboration between the higher education institutions and government-funded and private companies and to involve education institutions into R&D activities for industrial production will definitely promote the development of human capital. Application of tax incentives in the sphere of education can complement the existing system of governmental financial support for industry.

All the above-described tax incentives are horizontal incentives, therefore they can be successfully integrated into the development strategy of any region, regardless of the structure of prevailing industries. The fiscal

³⁵ Irlacher, M., & Unger, F. (2018). Effective tax rates, endogenous mark-ups and heterogeneous firms. *Economics Letters*, 173, 51–54. DOI: <https://doi.org/10.5282/ubm/epub.49717>

³⁶ Tikhonova, A.V. (2019). *Primenenie special'nogo investitsionnogo kontrakta v usloviyah realizacii politiki importozameshhenija* (The use of special investment contracts during

implementation of the policy of import substitution). *Jekonomika. Nalogi. Pravo*, 12(6).

³⁷ Tikhonova, A.V. (2019). *Primenenie special'nogo investitsionnogo kontrakta v usloviyah realizacii politiki importozameshhenija* (The use of special investment contracts during implementation of the policy of import substitution). *Jekonomika. Nalogi. Pravo*, 12(6).

stimulus in the Russian Federation regions can create conditions for acceleration of the economic growth, if tax incentives are provided with consideration to the level of receptiveness of a particular sector of economy to preferential tax regimes resulting in the tax burden reduction.

References

- Gupta, S., Clements, B., Baldacci, E., & Mulas-Granados, C. (2005). Fiscal policy, expenditure composition, and growth in low-income countries. *Journal of International Money and Finance*, 24(3), 441–463.
- McDermott, C.J., & Wescott, R.F. (1996). An empirical analysis of fiscal adjustments. *IMF Staff Papers*, 43(December), 725–753.
- Alesina, A., & Perotti, R. (1995). Fiscal expansion and fiscal adjustments in OECD countries. *Economic Policy*, 21, 205–248.
- Von Hagen, J., & Strauch, R. (2001). Fiscal Consolidations: Quality, economic conditions, and success. *Public Choice*, 109, 327–346.
- Folster, S., & Henrekson, M. (2001). Growth effects of government expenditure and taxation in rich countries. *European Economic Review*, 45(8), 1501–1520.
- Ahmad, N., Ahmad, A., & Yasmeen, K. (2013). The impact of tax on economic growth of Pakistan: An ARDL approach. *Journal of Basic and Applied Scientific Research*, 3(11), 392–398.
- Engen, E., & Skinner, J. (1996). Taxation and economic growth. *National Tax Journal*, 49(4), 617–642.
- Tanzi, V., & Zee, H.H. (1996). Fiscal policy and long-run growth. *IMF Working Paper 96/119* (Washington: International Monetary Fund).
- Easterly, W., & Rebelo, S. (1993). Fiscal policy and economic growth: An empirical investigation. *Journal of Monetary Economics*, 32(3), December, 417–458.
- Chamley, C. (1986). Optimal taxation of capital income equilibrium with infinite lives. *Econometrica*, 54(3), 607–622.
- Barro, R.J. (1990). Government spending in a simple model of

- endogenous growth. *Journal of Political Economy*, 98(1), 103–117.
- Barro, R.J., & Sala-i-Martin, X. (1995). *Economic growth*. New York, NY: McGraw-Hill.
- Mendoza, E., Milesi-Ferretti, G.M., & Asea, P. (1997). On the ineffectiveness of tax policy in altering long-run growth: Harberger's superneutrality conjecture. *Journal of Public Economics*, 66, 99–126.
- Edame, E., & Okoi, W. (2014). The impact of taxation on investment and economic development in Nigeria. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 3(4), 209–218.
- Kalaš, B., Mirović, V., & Andrašić, J. Estimating the impact of taxes on the economic growth in the United States. *Economic Themes*, 55(4), 481–499.
- Stepanyan, V. (2003). Reforming tax systems: Experience of the Baltics, Russia, and other countries of the former Soviet Union. *IMF Working Paper* 03/173 (September).
- Rodrik, D. (2009). Industrial Policy: Don't ask why, ask how. *Middle East Development Journal*, 1(01), 1–29.
- [Online]. Retrieved from <https://www.sss.ias.edu> Accessed on: 28.10.2017.
- Steshenko, Ju.A. (2018). Institucional'nye ogranichenija nalogovogo stimulirovanija, prepjatstvujushhie jekonomicheskomu rostu na sovremennom jetape (Institutional constraints of tax incentives that impede economic growth at the present time). *Finansy i upravlenie*, 2, 27–42. DOI: 10.25136/2409-7802.2018.2.26520. Retrieved from http://e-notabene.ru/flc/article_26520.html
- Government Program "Development of Industry and Increasing its Competitiveness". Approved by RF Government Decree No. 328 of 15.04.2014. Retrieved from <http://government.ru/docs/11912/>
- RF Government. Priority Program "Labour Productivity Increase and Employment Support". Retrieved from <http://government.ru/projects/selection/663/>
- RF Ministry of Finance. The Main Directions of the Budget, Tax and Customs Tariff Policy for 2020 and the

Planned Period of 2021 and 2022.

Retrieved from

https://www.minfin.ru/ru/document/?id_4=128344-

osnovnye_napravleniya_byudzhethnoi_nalogovoi_i_tamozhenno-tarifnoi_politiki_na_2020_god_i_na_planovyi_period_2021_i_2022_godov

Irlacher, M., & Unger, F. (2018). Effective tax rates, endogenous mark-ups and heterogeneous firms. *Economics Letters*, 173, 51–54. DOI: <https://doi.org/10.5282/ubm/epub.49717>

Tikhonova, A.V. (2019). Primenenie special'nogo investicionnogo kontrakta v usloviyah realizacii politiki importozameshhenija (The use of special investment contracts during implementation of the policy of import substitution). *Jekonomika. Nalogi. Pravo*, 12(6)

**BIRTH OF SAINT PETERSBURG AGGLOMERATION UNDER THE RULE OF
PETER THE GREAT IN 1703–1724**Sergey V. Sementsov¹Nadezhda A. Akulova²

Abstract. Relevance of this paper's subject is due to the necessity to elaborate a modern program of the development of Saint Petersburg agglomeration in northwest Russia for the following 15–20 years (up to the 2030s) based on the historical and genetical features of its origin and development. The aim of the paper was to study the early stage of the uprising of the initially urban (and subsequently metropolitan) Saint Petersburg agglomeration in the 1703–1720s on the basis of the drastic functional alterations of the rural resettlement scheme that had existed here over the centuries. The main approach to the problem was a comprehensive city-planning, functional and landscape analysis based on the examination of historical cartography and archival documents. Principal study results include the findings that a purposeful deliberate creation of the “regular” metropolitan Saint Petersburg agglomeration on the orders of Peter the Great was conducted on the basis of the already existed rural resettlement scheme merging historically Russian territories and,

partly, newly conquered in 1702–1709). In the 1703–1720s it went through three phases of the primary formation, and spatial development of the governorate and agglomeration outpaced emergence and crystallization of their single center. Future single center of the agglomeration and the center of the governorate, Saint Petersburg, developed with a chronological gap with the territories development. Thus, in the case of Saint Petersburg agglomeration, first of all territories, their nodes and routes were formed by the administrative order, and only afterwards the center was formed which integrated them. This variant of the governorate, agglomeration and their center formation is unconventional for the history of agglomerations development. The data of the article may be useful for both city-planning historians and modern urban specialists.

Keywords: Peter the Great, Saint Petersburg governorate, “ideal” Saint Petersburg and “ideal” Saint Petersburg agglomeration created on principles of regular planning and development.

¹ Saint Petersburg State University of Architecture and Civil Engineering

² Saint Petersburg State University of Architecture and Civil Engineering

1. Introduction

Identifying the particularities of the foundation, formation and development of agglomerations in different regions of the world is of the great historical, cultural and city-planning interest. Studying the mechanisms of the agglomerations' birth and growing-up and rising of their importance demands considerably refined studies. Such questions have been investigated by many researchers in different scientific centers all over the world. Naturally, they interlink the problems of city-planning with the problems of human-made landscape formation and development in these the built-up areas [1,2,3,4,5,6].

Among such historical agglomerations of special interest are those agglomerations whose history of birth and development deviate from the traditional "rules". One can mention here unconventionality of origin and further development of the Russian metropolitan Saint Petersburg agglomeration with Saint Petersburg as its historical and modern center. Indeed, Saint Petersburg is one of the few agglomerations with quite distinct time frame of the birth and clear evidences of the controllability of the development processes. Its creators, first of all Russian tsar Peter the Great himself and his circle elaborated it deliberately in the framework of

implementation of the "regularity rules" so typical of the "ideal" city-planning of the 18th century.

2. Methodological framework

Investigation on the historical development of urban agglomerations would be impossible without involving a wide range of sources. In this case, historical cartographic documents stored in several Saint Petersburg collections, archival documents, publications by historians specializing in different areas of the history of culture, development of the state system, city-planning history. Comprehensive parallel study of archival and historical and cartographic documents revealed trends and patterns of the spatial, city-planning, functional and socio-cultural development of not only Saint Petersburg which had been growing since 1703, but also its outskirts formations simultaneously in 1703–1725 within Saint Petersburg governorate and Saint Petersburg agglomeration.

3. Results

During the shortest, by historical standards, period of time, from 1703 to 1724, almost simultaneously in East Baltic, circum-Ladoga and circum-Neva regions within the boundaries of the newborn Saint Petersburg governorate, a unique metropolitan Saint Petersburg agglomeration was formed

intentionally and deliberately. It was regular and “ideal” with regard to the principles of its spatial organization. Its central city was Saint Petersburg, a capital of the Russian state, and it included enormous area of thousands square kilometers, with scores of towns, settlements and objects of different functions, united through a system of regular routes. Creation and development of the city and agglomeration were carried out through reconstruction and transformation of the rural irregular settlement system that had existed in this area up to the beginning of the 18th century. No other agglomeration of such type was registered in the history of European city-planning till the middle of the 19th century.

3.1. The first stage of the territory development. Forming Saint Petersburg governorate as an initial stage of the territory development

Russian tsar (since 1721 – emperor) Peter the Great was working on the development of Saint Petersburg for only 22 years, from 1703 to 1724. During that time, on the huge circum-Neva territory not only one of the largest Russia capital city appeared, but also its vast governorate and agglomeration almost simultaneously began to form. The whole history of their birth and development demonstrate significant

731

predominance of purposefulness, and “manual management” and conscious control over the processes of the spatial and city-planning life.

At the initial stage of the primary crystallization of the capital, its governorate and metropolitan agglomeration (starting from 1703) significant influence of the spontaneity and randomness of the self-development, which are so typical of the common conditions in which many provinces and agglomerations are born, were still perceptible. However as early as by the mid-1710s, owing to the efforts of Peter the Great and his administration, spontaneity of the formation of the territories surrounded the city was replaced by the obvious regularity in the spatial and functional development.

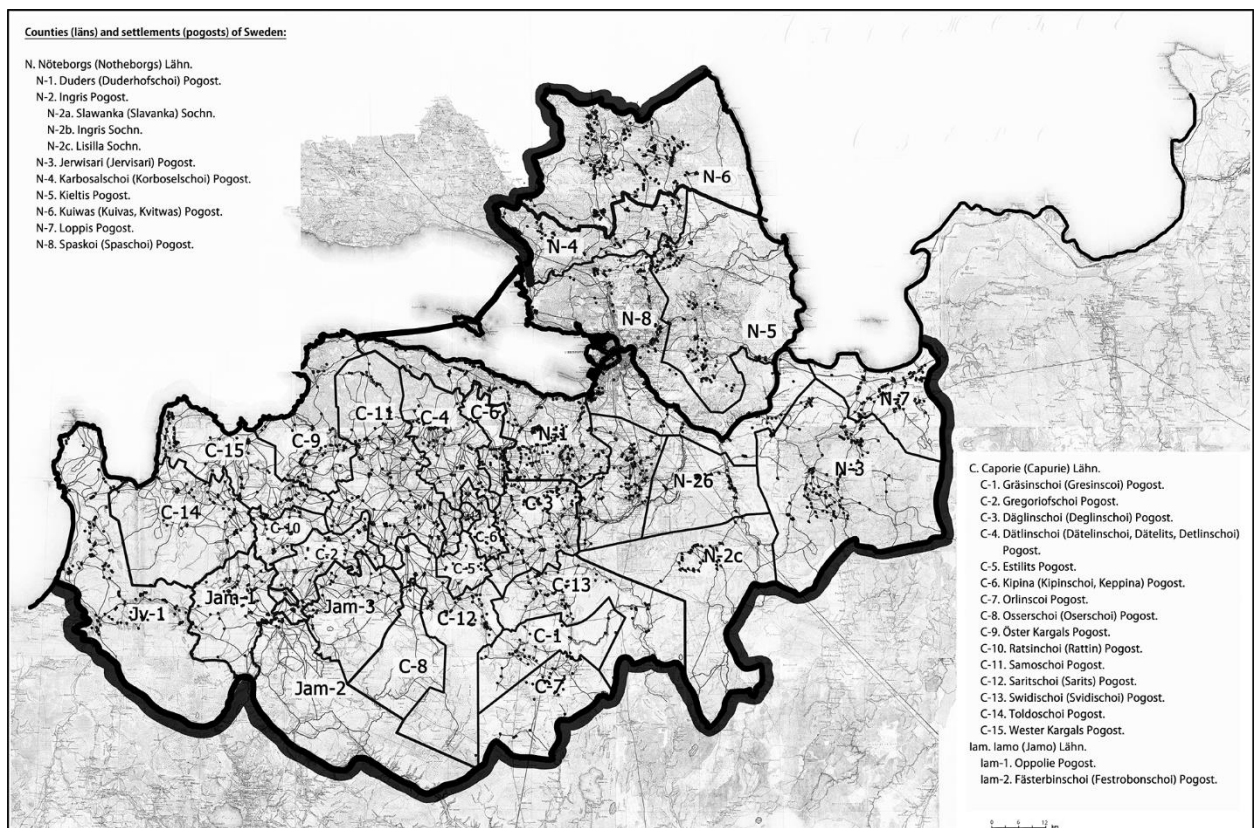
Based on the numerous archival materials from Russia, Sweden and other countries it has been revealed that before the 1700s (or, in other words, before these territories were returned back to Russia and Saint Petersburg was founded) all the south coast of the Gulf of Finland was populated. Over the centuries (at least in the 15th–17th centuries) a rather stable and compact rural settlement system existed here, with several towns and fortresses, thousands of smaller settlements, such as farmsteads of the nobility, villages, hamlets, united through a complicated system of roads of the different significance, from state high roads to the

secondary roads, with a total length over thousand kilometres [7].

The history of the development of the territories on the Neva banks started in the 5th–6th centuries, when Slavic tribes came here and occupied a huge area along the south coast of the Baltic Sea up to Germany. Until 1478 the lands on the south coast of the Gulf of Finland and between Lake Ladoga and Lake Onega constituted a part of the Novgorod republic. In 1478, they passed to

the Moscow state [8], but in 1579–1580, Sweden army invaded the territory, heightened its military pressure during the Time of Troubles (the 1600s), and for a century these lands became a periphery of Sweden under the name of Ingria (Swedish Ingria) and Western Karelia (Swedish Karelia). This transfer to Sweden was acknowledged by the Treaty of Stolbovo (1617) (Fig. 1) [9, 10, 11, 12, 13].

Figure 1. 1580–1703. System of rural settlements on the territory of Swedish Ingria. (Reconstruction by S.V. Sementsov, E.V. Skogoreva, N.A. Akulova based on the topographic map of 1916)



Starting from 1702–1703, Russian military operations against Sweden were

waged on the territories under question. Up to 1721 (up to the Treaty of Nystad between

Russia and Sweden), the lands were gradually restituted to Russia. During the Great Northern War Russia attempted to retrieve not only the territory of Ingria and Western Karelia, but also the Baltics, which in the 10th–13th centuries belonged to Russia (according to the data of Russian chronicles) and later were seized by the Livonian Order and formed Estonia and Livonia. This territory was of special importance, taking into account that here, on the route of Baltic Sea – the Neva River – Lake Ladoga – the Volkhov River, the largest water trade routes in Europe and Asia crossed and widely used from the earliest times, namely, trade route from the Varangians to the Greeks and The Great Volga River Route. These waterways known from the 5th–6th centuries connected Northern Europe to both Southern Europe (the Mediterranean) through the Dnieper and the Black Sea, and Asia Minor, Western Asia, India, China and the Far East through the Volga and the Caspian Sea.

The liberation of these lands by the Russian army and their transfer under Russian jurisdiction took place in several stages. At first, in October 1702, the city-fortress Noteburg, an ancient Russian town Oreshek, founded as early as 1323 by the Novgorod prince Yuri Danilovich and situated at the Neva River source, was liberated. In May 1703, Russian forces occupied the estuary of the Neva River with

a Swedish town Nyen (founded in 1611) and accompanying Nyenschantz fortress (built in the 1630s). In 1704, Russian army appeared in the territory to the east of Lake Peipus and the Narova (Narva) River, took by storm the cities of Narva in Estonia and Derpt (Dorpat) in Livonia. Thereby in 1702–1704, Ingria was liberated from the Swedes. In the winter campaign of 1710, fortresses of Vyborg and Kexholm (in Finland) and Elbing (Elbląg), Dünamünde, Pärnu (Perona), Revel (in Estonia and Livonia) were besieged and taken. Thus, in 1710, the conquest of Finland, Estonia and Livonia was finished.

In 1703–1710, simultaneously with these military operations, the territory of Saint Petersburg governorate was formed.

Initially, before 1702–1703, in the border zone of Russia and Sweden, a belt of originally Russian lands formed. These lands were characterized by a high fortification, functional, industrial, cultural and ethnical unity. From the beginning of the Great Northern War (1700), the unifying processes became even more intense. Here, in the borderline area, a single functional space designed to solve the problems of military, transport, construction and food supply of defensive operations against advancing Swedish troops, was being rapidly formed. Thereby a system of different territorial-functional objects developed, which combined gradually Russian and conquered

objects and ensured quartering of the troops; maintaining a system of fortresses (“fortezzas” (fortresses), garrisons, regimental settlements, etc.) in fighting trim; creation and development of manufactures of different types (ferrous and non-ferrous metallurgy, ship-building, tanning industry, gunpowder and armor industry, linen manufacturing, timber and stone cutting, building goods production, fishing and agriculture, etc.), accelerated development of transport communications, both by land and by water, reconstruction of already existed cities, suburbs and villages and construction of new ones.

For example, the system of fortresses and settlements for the regiments and garrisons quartering included the Sankt-Peters-Burch fortress and its Crownwork (since 1703), the Admiralty fortress (since 1704), sea port Kronshlot with the batteries and redoubts on the island of Kotlin (since 1704), ancient Koporye, Oreshek (Nöteborg), Ivangorod fortresses (liberated by the Russian army in 1702–1704), Pskov, Novgorod, Ladoga, Izborsk, Porkhov, the town of Yamburg – Yamgorod (liberated in 1704), newly conquered Sweden fortresses of Narva (since 1704), Kexholm (since 8(19)

734

September 1710), Vyborg (since 13(24)³ June 1710) with a new Russian Tronsund fortress being constructed (since 1710–1711), the fortresses of Riga (since July 1710), Dünamünde (since August 1710), Perona (since August 1710), Ösel island with the Arenburg fortress (since September 1710) and Dagö island (since September 1710) were reinforced. At the same time, “smaller fortresses” were built in 1705–1707 near the former Nyenschantz, along the left bank of the Neva, on the Spit of Vasilyevsky island, on the islands along the coast of the Gulf of Finland, in the estuaries of the Tosno river and Izhora river, on the banks of the Krasnenkaya river, Malaya river (later – the Moyka river); artillery batteries and sconces were also constructed in the delta of the Neva river (since 1704).

In a similar way, creation of the Admiralty shipyard (since 1704) in front of the emerging city of Saint Petersburg widened a system of shipbuilding facilities in this area. The shipbuilding system gradually included a dockyards in the mouth of the Syas river (in operation since 1702), Schlüsselburg dockyard (since 1702), Olonetsk (Lodeynoe Pole, Svir) dockyard on the Svir river (since 1703), in Selitskiy Ryadok dockyard (since

³In Russia, the Julian calendar as a civil calendar was replaced by the Gregorian calendar after the October Revolution on February 1(14), 1918. Thus, all the events before this moment can be

dated either by the Gregorian calendar, or by the Julian calendar. Here and elsewhere in the paper, the double dating is given: the first date is by the Julian calendar, the second is by the Gregorian calendar [Translator’s note].

1705), Novoladozsk dockyard (since 1706(?)), Rytchard (later Kotlin) island (since 1706(?)), on the Izhora river (since 1710), Galernaya dockyard (since 1712), Patrikulyarnaya dockyard (since 1718), Okhta dockyards (since 1712), and others.

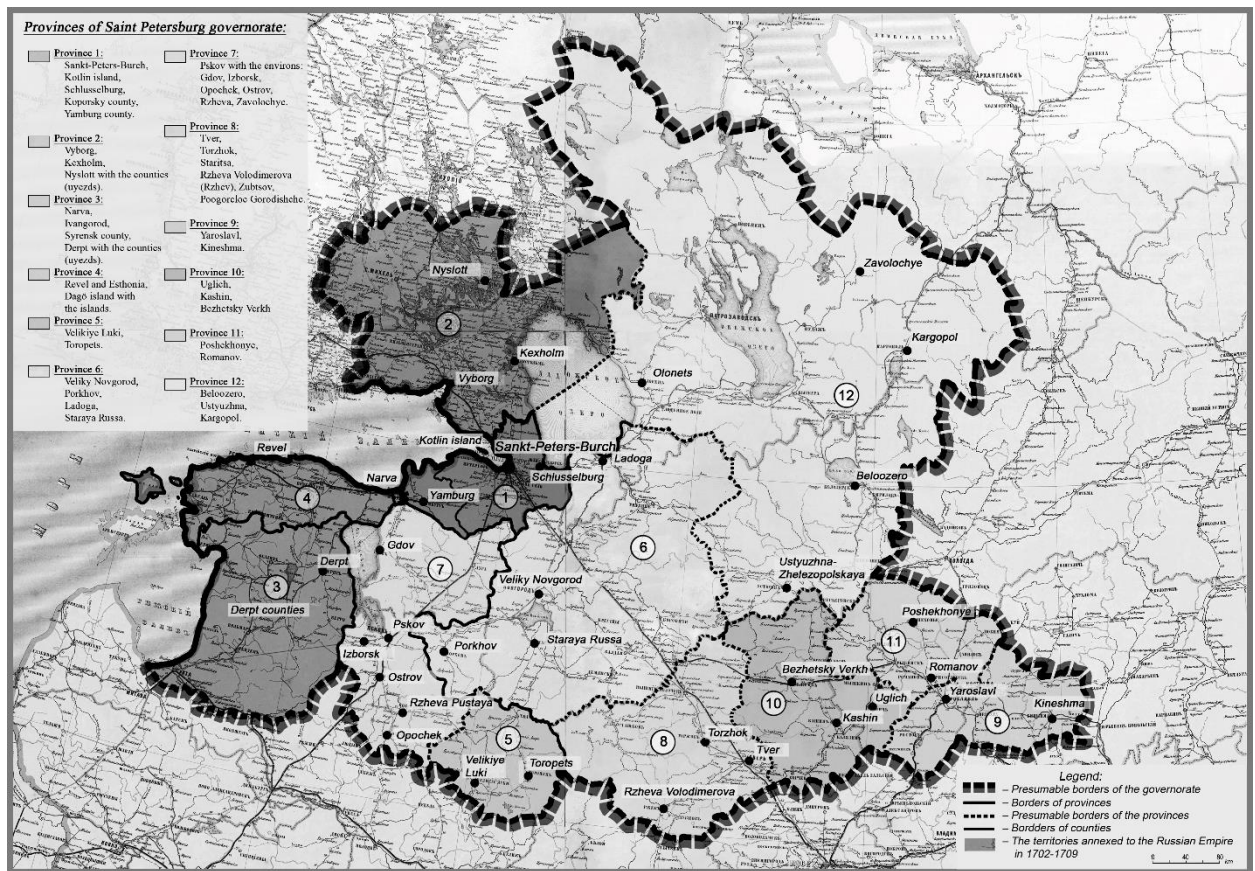
The war turning point in 1702–1703, when Russian army took on decisive action, led to the significant increase in territory and administrative innovations. In 1703–1704 annexation of Ingria resulted in creation and administrative formalization of the Izhora lands under the rule of the prince A.D. Menshikov. During this process, not only Ingria itself, but Russian territories along the former state border from Pskov and Ivangorod to Rzhev (Rzheva Volodimerova), as well as newly conquered Derpt, Narva to the east of Lake Peipus and the Narova river, also were united. In 1706–1707 by the decree of Peter the Great, Veliky Novgorod, Staraya Russa, Velikiye Luki, Toropets, Pskov, Gdov, Kholm, Yamburgsky uyezd (district) and Samerskaya volost (district) joined the already unified Ingrian governorate, to which they had been functionally related. According to the provincial reform by the decree of 18(29) December 1708, the whole Russia was divided into 8 governorates. Saint Petersburg governorate, successor of Ingrian governorate, significantly expanded its boundaries and included 29 towns with their surroundings. And since 1710, Finland,

Estonia and Livonia, that had become a part of Russia again, were incorporated into Saint Petersburg governorate.

By the end of 1710, a single vast administrative industrial, socioeconomic and cultural fortification territory had formed. It ran from Northern Karelia with lake Roskolo in the north to Velikiye Luki, Toropets and Rzhev in the south, from the coast of Gulf of Riga in the west to Kargopol, Yaroslavl, Romanov in the east. Later, by the decree of 29 May (10 June) 1719, Saint Petersburg governorate included more than 40 towns with their surroundings: Saint Petersburg itself, Kronstadt, Schlusselfburg, Koporye, Yamburg, Vyborg, Kexholm, Nyslott, Narva, Ivangorod, Derpt, Revel, Velikiye Luki, Toropets, Novgorod, Staraya Russa, Pskov, Porkhov, Ladoga, Gdov, Izborsk, Opochek, Ostrov, Rzheva Pustaya, Volok Lamsky, Tver, Torzhok, Staritsa, Rzheva Volodimerova (Rzhev), Zubtsov, Yaroslavl, Kineshma, Uglich, Kashin, Bezhetsky Verkh, Poshekhonye, Romanov, Beloozero, Ustyuzhna-Zhelezopolskaya, Kargopol, Charonda. These territories of the same governorate, since 1719 divided into 13 provinces, existed up to 1725–1727. And the whole governorate included at this moment a huge area of 490 000 km² (Fig. 2), which surpasses an area of modern Germany (357 021 km²), Denmark (43 094 km²), the

Netherlands (41 526 km²) and Belgium (30 528 km²) put together.

Figure 2. 1710–1725. Territory of “Saint Petersburg governorate” which included Russian lands to the east of the Russia-Sweden border (according to the Treaty of Stolbovo of 1617), newly-annexed territories of Ingria (1703–1704), Western Karelia (1703–1710), Finland (1710), Estonia (1704–1710) and Livonia (1704–1710) (Reconstruction by S.V. Sementsov, E.V. Skogoreva, N.A. Akulova)



All these territories of Saint Petersburg governorate even at that time became a peculiar territorial-economic system targeted at successful ending of the Great North war and efficient development of the territories themselves in the framework of interrelated specialisations, including zones of fortresses and fortifications, temporal and constant regiment dislocations, zones of spatial concentration of population,

development of different industries, maintaining and expansion of the road network, creation of transport hubs, etc. [14].

Thus, initial defensive operations of the Russian army in 1700–1703 and, later, military offensives of 1703–1710, led to the gradual enormous expansion of the territories, united by the common military, functional, transport, cultural, ethnic and social tasks, which by 1711 were transformed

into a single administrative and territorial system under the name of Saint Petersburg governorate. Since 1710–1711 the governorate (still in the same area) it self and its constituent elements kept on developing, becoming stronger and improving significantly all the areas of human activity. Fortresses were reconstructed and strengthened and new fortresses of different classes were built; historical towns and villages were reconstructed and new ones were founded; scores of new factories and manufactures were created; numerous estates appeared. Under significant improvement of the territories, a fast growth of the population was observed, since thousands of people were transferred here from central regions of Russia, first of all, from Moscow region, Vologda and Yaroslavl lands.

Different industries and transport services had been developed: existing factories and manufactures were extended and new ones were created; renovation works were conducted; new roads were constructed; navigation channels were built; towpaths, docking facilities, piers and sluices were constructed. Open-cast minings for limestone and different ores extraction were created. Wood cutting areas and scores of saw productions were established in order to supply expanding networks of military and civil shipbuilding dockyards, as well as housing and construction. Numerous

737
shipbuilding manufactures were established: forged and cast wares production (anchors, cannons, nails, etc.), cables and sails production; scores of new construction facilities were established, including these producing bricks, tiles, glass, slack lime, construction products made of sawn limestone, etc. In addition, luxury goods manufactures were created, fore example, these producing laces, espaliers, mirrors, wall paper, furniture, etc. It is notable that by 1725 the number of such factories and manufactures in the region had reached more than 250 [15].

Simultaneously, the sphere of food production was extended in order to produce food both the constant population of the governorate and large groups of seasonal population (military troops, constructionbrigades and others), as well as fodder for horses, cattle, poultry, etc.

3.2. Emergence of the future center of Saint Petersburg governorate on its territory, turned into the capital of Russian Empire in few years

Surprisingly enough, this fine territorial system, which rather quickly – in only 20 years – turned into a single established governorate with several “belts” of spatial functional nodes, efficiently connected through a traffic network,

originally lacked its own center. What's more, at the initial stage, the governorate was developed as an administrative unit without the governorate center. Practical and administrative development of the territories far outstripped the development of both administrative and functional and territorial center. It is very uncommon in the history of urban planning. Usually, first a settlement as a center of attraction emerges, then it turns into a city, gains authority, and gradually a governorate and/or agglomeration forms around it with a lag, which is a reflection of its functional and areal significance, often supported by the emergence of an administrative-territorial zone (country, governorate, district, etc.) subject to this center.

So how actually emerged and developed Saint Petersburg, a future governorate center, agglomeration center and ultimately capital of the Russian Empire? Initially the urban status of the settlements emerging in the Neva river banks was not even supposed, awareness of the necessity to move to the next level and form a high-level capital here came later as a result of many steps taken often blindly, by trial and error.

Before Saint Petersburg was found, on these huge territories a rather dense net of smaller villages had already existed (typologically, it may be classified as a spontaneously formed spatial and terrain

system), including two towns, Noteburg and Nyen. Of course, in 1703–1704, when future Saint Petersburg was emerging, there was no capital city at all. On a vast area of the circum-Ladoga and circum-Neva regions, a system of fortresses, redoubts and ravelins, fortified points was being rapidly formed. They were interconnected with many already existent fortresses of the inner and outer circles, as well as with an emerging system of regiments, military units and garrisons dislocations on the enormous territory from Yamburg and the Narova river to Kargopol and Beloozero. And since 1704 on the territory of the Neva river delta, a powerful construction had started by the order of Peter the Great. Here shipbuilding industries were launched, Admiralty dockyard, with accompanying satellite industrial and warehouse facilities, was established, which also formed a single system with other dockyards and associated productions of the governorate (in these years, at least 7 dockyards were in operation on the territory.). At the same time in the delta of the Neva river, other industries were established: armory (since 1706), foundry (since 1711), gunpowder production (since 1711), etc., whose capacity increased capacity of the already existing industrial centers in both distant (peripheral) and central zones of the governorate. It resulted in the emergence and development of the spatial system of

industries of different assignment in all the territories developed by the governorate, from the coast of the Gulf of Finland to lake Onega, Yaroslavl and Moscow [16]. In a similar way, since 1703, small docking facilities had functioned, and since 1705–1706 emergence of new large docking and transport infrastructure facilities had been observed [17, 18].

At the same time, it should be noted that spatial nodes of growth and location of such facilities were often ancient rural settlements well lived-in for previous decades. And the role of such pre-Saint Petersburg settlements in the future formation of the metropolitan Saint Petersburg was crucial [19].

Note that the role of the rural settlements surrounding the city in the birth, development and life of agglomerations is not always taken into account [20]. But up to 1709, it had been a rather dispersed proto-urban structure with a purely functional orientation.

Administrative completion of Izhora lands (later Ingrian governorate, and ultimately Saint Petersburg governorate) required crystallization of the function of governorate control over these territories since 1704–1705, as well as the transformation of the conglomerate of the settlements emerging in the Neva river delta into a city with its surroundings, and

deliberate and consistent transformation: first, in 1706–1707, it became a city, in 1708–1709 – a governorate center, finally, in 1709 it became a de facto capital of Russian, though it is only in 1712 when functions of the capital were assigned to Saint Petersburg officially (even still without confirmation by the tsar's order).

To sum up, Saint Petersburg, which had been developing since 1703, passed the following stages of its growing and maturation: 1703 – foundation of fortification facilities; 1704 – establishment of the first departmental multifunctional industries and settlements; 1706–1707 – the first attempts to unify separate settlements and departmental villages into a city; 1708–1709 – perception of the nascent city as a governorate center (“capital of the governorate”); 1709–1712 – transfer of the Russian capital functions into the city on the Neva river banks (“capital of Russia”).

Even the primary attempts to recognize the nascent city as a capital of the state required to reject a spontaneously formed planning system and development of the proto-city and try to find its new metropolitan look. It led to a repeated multistage reconstruction of the emerging city with a due account to the gradually realized requirements of its metropolitan nature. Since 1712, upon an initiative of Peter the Great and military builder D. Trezzini,

principles of regularity had been applied, and since 1717, upon an initiative of Peter the Great and architect J.-B.A. Le Blond, the idea of ensemble formation, had been implemented (Fig. 3, 4) [21, 22, 23, 24, 25, 26]. Thus, instead of curved street spontaneously laid at the first stage, straight streets of the normalized width were created; instead of spontaneously grown uneven-shaped blocks, rectangular blocks (or blocks of other shapes, but regular-shaped) with the

maximum possible number of rectangles of a specified size were formed. These sectors of a specific modular size should have been built up according to the unequivocal indisputable rules stated in the tsar’s decrees and supported by the special projects. And all of this was possible notwithstanding the earlier formed blocks and spontaneous city-planning, which was subject to changes according to new regularity rules.

Figure 3. 1716–1717. “Grundriss der Festung Stadt und Situation St:Petersburg”. Saint Petersburg. National Library of Russia, K 1-Pb 2/21. (A scheme of D. Trezzini’s projects on the Saint Petersburg planning based on the “regularity” principles)

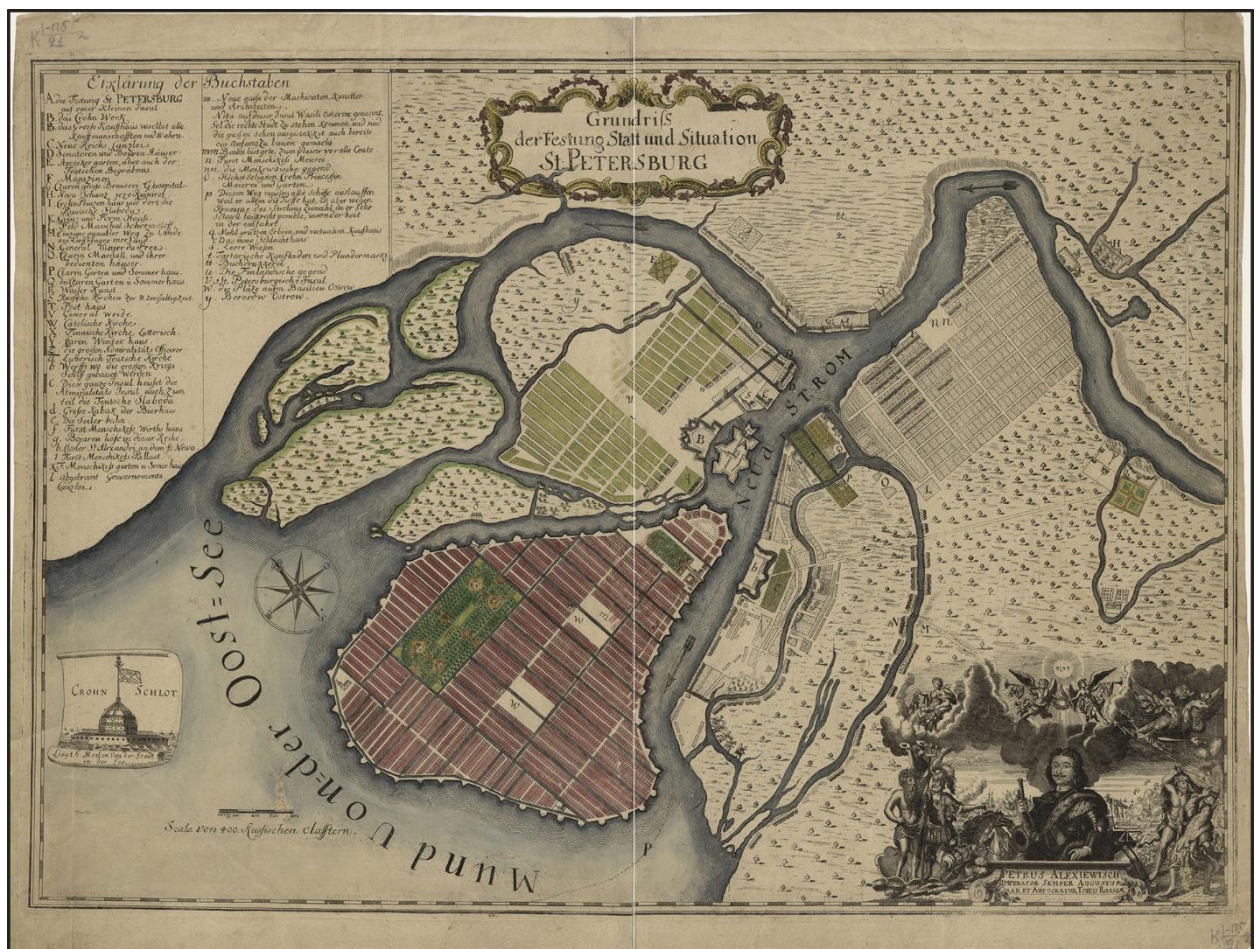


Figure 4.1717 “General draft of Sankt-Peters-Burch” by J.-B.A. Le Blond. Saint Petersburg branch of the Archive of the Russian Academy of Sciences, IX, 1, № 627. (Project of Saint Petersburg development created by J.-B.A. Le Blond based on the ensemble formation)



During the life of Peter the Great (till January 1725), in order to ensure necessary city-planning and architectural qualities of the formed capital adequate to its metropolitan status, the following big waves of reconstruction operations were undertaken in the whole city: from 1712, when spontaneous self-development was replaced by a regular system of city-planning; from 1716–1719, when a boring regular building

was replaced with a combination of “regularity” and ensemble formation in the city’s look, skyline and building; from 1721, when an idea of constructing not just a capital of the state, but a capital of the Russian Empire was implemented, which required searching for new, more radical methods of ensuring metropolitan features of the urban environment. These staged qualitative reconstructions were accompanied and

provided by the system of the tsar's decrees, necessary for implementation by all officials and residents [27, 28].

Almost at the same time similar reforms were carried out in many other surrounding objects in the framework of their transformation from spontaneously founded and developed into cities, towns, villages, estates, harmonious from the point of view of the planning and perfectly shaped from the point of view of their look town, with a rectangular network of roads, highways and passages. Simultaneously, a corresponding reconstruction of the road network in the governorate and agglomeration was carried out, during which historically formed picturesque roads correlating to the features of the landscape were straighten and acquired a regular shape with clear standardized dimensions.

Hence, 1712–1714 is a period when spontaneous rural and proto-urban settlements transformed into a large Russian metropolitan city of Saint Petersburg, with a well developed zonal system of satellite settlements of different functions, a period when principles of metropolitan nature of changes established in the city-planning and architectural activities and public perception.

Thus, in almost 10–20 years particular mono-functional objects created on the vast area of the circum-Neva region and scarcely related to each other, transformed

rapidly into a multifunctional node, turning from a system of rural settlements first into a proto-urban structure, then into a city with surrounding settlements, then into a capital of the Russian state, and finally into a capital with even more distinct metropolitan features, a capital of the Russian Empire. At that the governorate itself had developed rapidly **before** its center was created, and its development served a basis and a stimulus for the emergence of both governorate center (now as a node of growth, core of the subsequent crystallization) and particular cores of the future agglomeration.

3.3. Initial stage of the metropolitan agglomeration emergence: generation of nodes (cores) around a nascent metropolitan Saint Petersburg

Under political, social and cultural perception of a nascent Saint Petersburg as a Russian capital (even without any city-planning or architectural manifestations of such functions), since 1710–1712, simultaneously with a territorial and functional crystallization of the capital itself, on the most intensively used highways of the governorate, primary centres (zones, special territories) had strengthened. Later they became the nodes of the metropolitan agglomeration. Surprisingly enough, even these nodes formed on the basis of rural settlements and farms that had existed before

Saint Petersburg was founded. Among such future largest “agglomeration nodes” one can distinguish the settlements and farms turned into an Emperor’s country site palace and garden residences: Strelina Myza (before 1703, since 1712 Strelna); Sarishof (before 1703, since 1710 Sarskaya Myza, then Tsarskoe Selo), and others; historical settlements turned into large fortification nodes, for example, Kronstadt, the future sea capital of the Baltic fleet, on Kotlin island; settlements based on which large industrial nodes formed (e.g., future Krasnoe Selo and numerous villages along the Izhora river), etc. [29]. Thereby several zones of future metropolitan agglomeration started to form: an inner one (more than 300x150 km), middle one (up to 1200x1500 km), and outer one (more than 1500 km) (Fig. 5, 6) [30]. The nodes of the agglomeration itself and zones of distant cities were characterized by an

increasingly clear specialization. Thus, even from Moscow the following goods were delivered: construction materials, arms, gunpowder, decorating materials for buildings and other constructions. From Karelia, especially from the area of the present-day Petrozavodsk, where big ironworks and metallurgical manufactures were launched in 1702, they delivered iron, anchors, nails, cannon-balls, etc. On the rivers of Tosno, Naziya and Mya (Moyka) limestone was quarried (in blocks it was used in the construction or as slaked lime after slaking), and logging was carried out. Kostroma, Yaroslavl, Pereslavl-Zalessky provided construction works with numerous brigades of workers, from bricklayers to dressers. From the faraway lands of Kazan a fleet of float boards delivered ship timber by water. The list goes on.

Figure 5. 1710–1725. The largest multifunctional centers on the territory of Saint Petersburg agglomeration. The inner and middle zones of the future agglomeration (Reconstruction by S.V. Sementsov, E.V. Skogoreva, N.A. Akulova based on the topographic map of 1840)

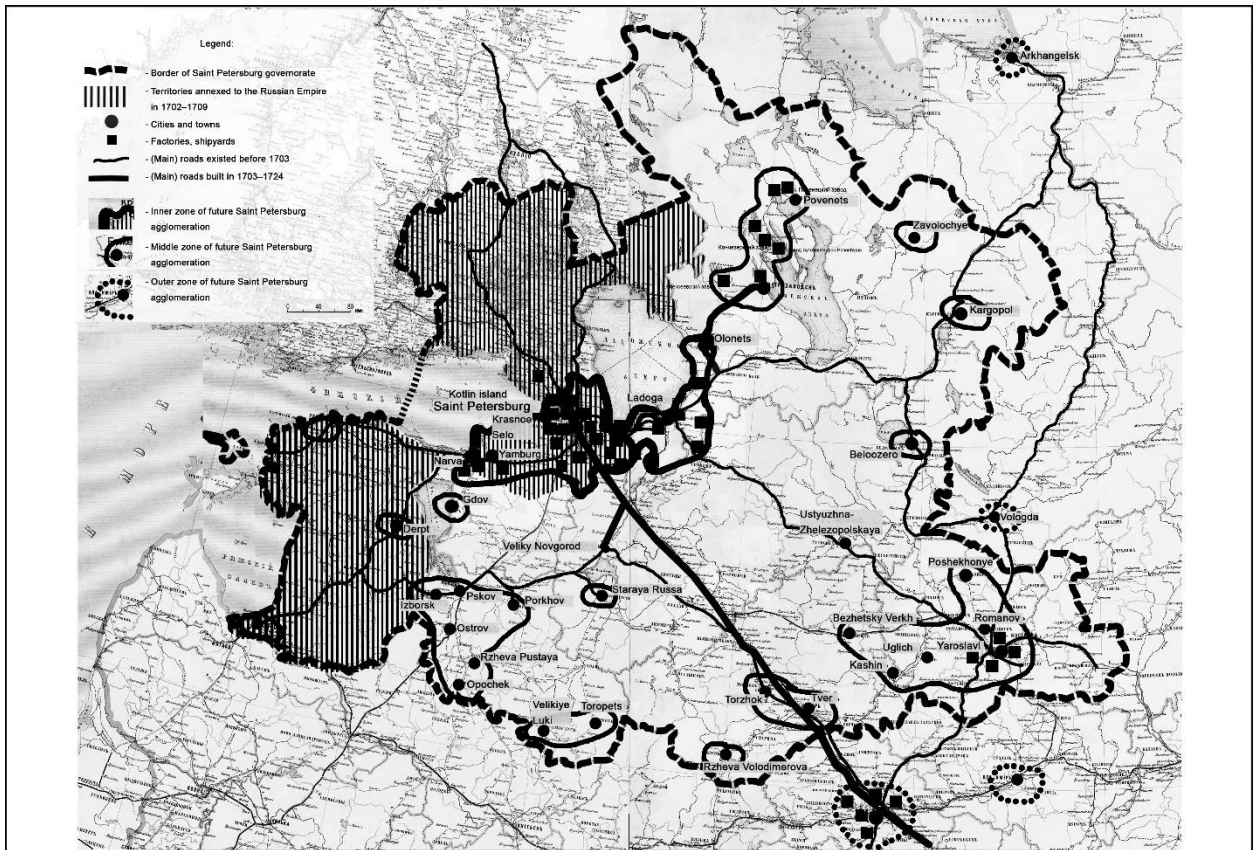
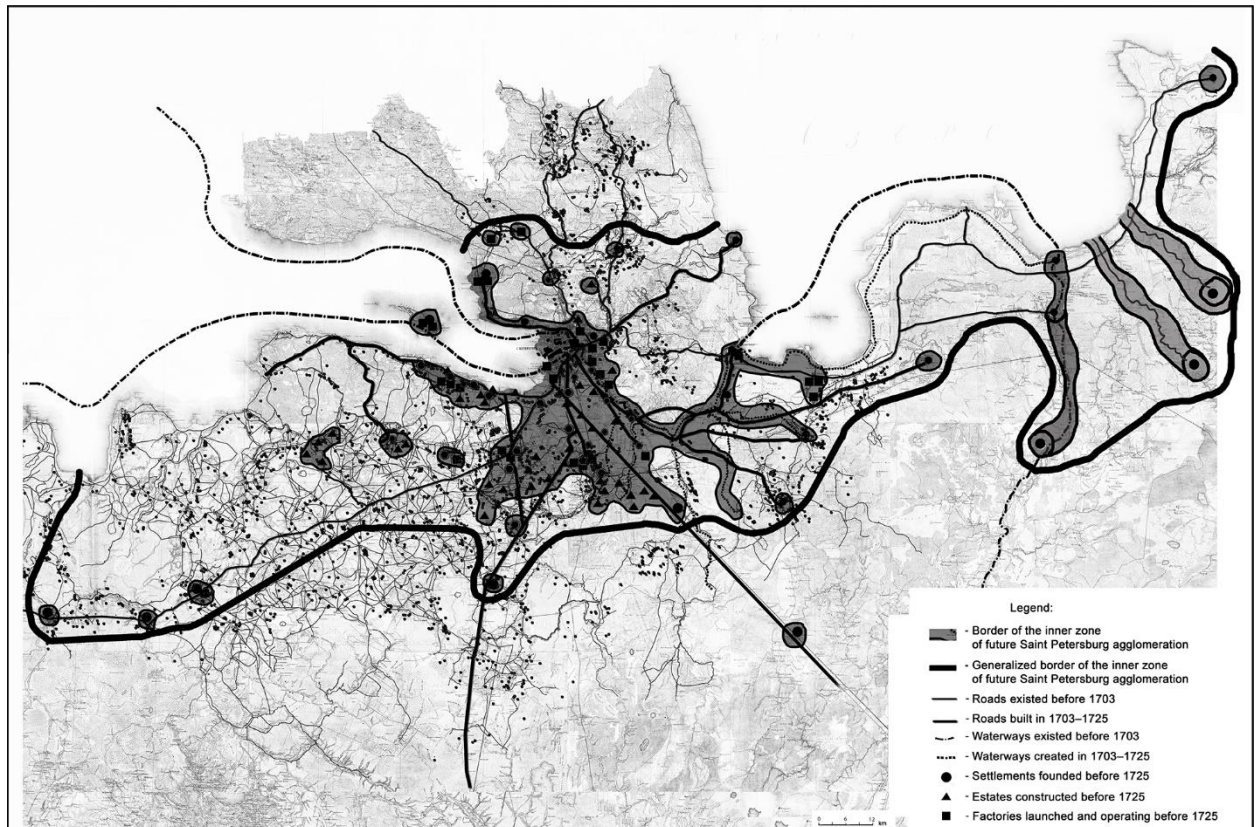


Figure 6.1710–1725. The largest close centers of forming the future Saint Petersburg agglomeration. The inner zones of the agglomeration (Reconstruction by S.V. Sementsov, E.V. Skogoreva, N.A. Akulova based on the topographic map of 1916)



Chronologically, the waves of reconstruction activities in the city itself coincide with the waves of reconstruction of these emerging nodes of future agglomeration, also based on the principles of regularity (since 1712–1713) and ensemble formation (since 1717–1718). Central city on the one part, and objects and territories of future agglomeration, on the

4. Discussion

Examination of the history of birth and early development of Saint Petersburg and an agglomeration and governorate surrounding it, has never been carried out before. Similar processes, when first a

other part, demonstrate an impressive coordination in reconstruction processes.

It can therefore be said that since 1712, alongside with a nascent large regular (“ideal”) capital, an equally regular (“ideal”) agglomeration had formed, whose most important nodes and elements formed on the basis of the regularity principle [31, 32, 33].

governorate and proto-agglomeration emerges, and only after this their administrative center is formed (in our case – metropolitan city of Saint Petersburg), have not been found in the world history of city-planning, particularly the cases, when both

the city and its agglomeration are formed deliberately according to the principles of “ideal” city-planning, as in the case of Saint Petersburg, whose projects were created by request of tsar Peter the Great.

5. Conclusions

As a result, chronological and qualitative analysis of the city-forming processes taken place or purposefully carried out in the 1700–1720s on the territory of future Saint Petersburg governorate has allowed distinguishing the following qualitative stages:

- 1703–1711. Formation of a single administrative and economic territory of Saint Petersburg governorate in its widest boundaries and gradual crystallization of Saint Petersburg as opposed to the conglomerate of rural settlements up to the stage of the governorate capital, with a subsequent retention of the same area of the governorate in the following years;
- 1712–1721. Crystallization of Saint Petersburg in the structure of the governorate and its public and political perception as a capital of the Russian state. Retention of the spatial vastness of the Saint Petersburg governorate and the beginning of its most

important nodes’ transformation into primary unit-forming elements of a metropolitan Saint Petersburg agglomeration. Large-scale reconstruction of Saint Petersburg and many towns and settlements surrounding it on the principles of regularity and ensemble formation, targeted at transformation of Saint Petersburg into an “ideal city”;

- 1722–1724. Birth of a full-fledged metropolitan Saint Petersburg agglomeration (more than 3000x1500 km), which unified structurally and spatially the core city of Saint Petersburg, a system of outer (outbound) highways outspreading of it, and already generated nodes and zones on these highways. The beginning of the transformation of the forming agglomeration into an “ideal agglomeration” on the principles of regularity (with straight and regular-shaped highways and rectangular planning of towns and villages).

6. Recommendations

The paper is of value for the researches in the history of city-planning, as well as for modern urbanspecialists working on the issues of contemporary development of the largest cities and their agglomerations.

References

Isachenko G.A. Okno v Evropu: Istoriya i landshafty ["Window to Europe": History and landscapes]. Saint Petersburg: Saint Petersburg State University Press, 1998. 476 pp.

Kositskiy Ya.V. Arkhitekturno-planirovochnoe razvitie gorodov [Architectural and planning city development]. Moscow: "Arkhitektura-S", 2005. 648 pp.

Shvidkovskiy D.O. 'Osnovanie Peterburga' [Saint Petersburg foundation], A.I. Bondarenko (ed.), Arkhitektura v istorii russkoy kultury [Architecture in the history of Russian culture], Is. 7: Sankt-Peterburg i arkhitektura Rossii [Saint Petersburg and Russian architecture]. Moscow: KomKniga, 2007, pp. 8–24.

Hehl R. 'Cultivating the Field in the Global Hinterland: Community Building for Mass Housing in the Amazon Region', J. Bolchover, J. Lin, Ch. Lang (eds.), Designing the Rural: A Global Countryside in Flux. Hoboken, N.J.: John Wiley & Sons, Inc., 2016, pp. 34–41.

Roskam C. 'Inventing the Rural: A Brief History of Modern Architecture in the

Countryside', J. Bolchover, J. Lin, Ch. Lang (eds.), Designing the Rural: A Global Countryside in Flux. Hoboken, N.J.: John Wiley & Sons, Inc., 2016, pp. 14–19.

Tokunova G. 'Transport infrastructure as a factor of spatial development of agglomerations (Case study of Saint Petersburg agglomeration)', U. Brannolte, P. Pribyl, V. Silyanov (eds.), The Proceedings of reports presented at the 12th International Conference on Road Organization and Safety in Big Cities (St Petersburg, 28–30 September 2016). Elsevier, 2017, pp. 649–652.

Sementsov S.V. 'Territorialnoe razvitie Prinevya: preobrazovanie i stabilnost' [Spatial development of the circum-Neva region: Transformation and stability], A.S. Mylnikov (ed.), Skandinavskie chteniya 1998 goda. Etnograficheskie i kulturno-istoricheskie aspekty [Scandinavian readings 1998: Ethnographical, cultural and historical aspects]. Saint Petersburg: MAE RAS, 1999, pp. 117–163.

Gnevushev A.M. Ocherki ekonomicheskoy i sotsialnoy zhizni selskogo naseleniya Novgorodskoy

oblasti posle prisoedineniya Novgoroda k Moskve [Outline of economical and social life of rural population of Novgorod region after joining Moscow]. Vol. 1. Selskoe naselenie Novgorodskoy oblasti po Pistsovyim knigam 1495–1505 gg. [Rural population of Novgorod region according to cadastres of 1495–1505]. Kiev: Printing House of the Imperial St Vladimir University, Joint-stock company of printing and publishing of N.T. Korchak-Novitskiy, 1915. 783 pp.

Gipping A.I. Neva i Nienshants [Neva and Nyenschantz]. Saint Petersburg: Liga Plyus, 2003. 472 pp. (Reprint of the 1909 edition).

Gorchakov I. ‘Novgorodskie i shvedskie Pistsovyie knigi kak material dlya vyyasneniya ekonomicheskago polozheniya Peterburgskago kraya v XV–XVII stoletiyakh’ [Novgorod and Sweden cadastres as data for revealing economical state of Petersburg land in the 15th–17th centuries], Trudy Volnago Ekonomicheskago Obshchestva [Transactions of the Free Economic Society], vol. 3. Saint Petersburg: Printing House of the “Social benefit” partnership, 1885, pp. 482–496.

Kepsu S. Peterburg do Peterburga. Istoriya ustya Nevy do osnovaniya goroda Petra [Saint Petersburg before Saint Petersburg: History of the Neva river delta before foundation of Peter’s city] (Russian transl. from Finnish). Saint Petersburg: Evropeyskiy dom, 1995. 127 pp.

Sementsov S.V. ‘Sistema poseleniy shvedskogo vremeni i planirovka Sankt-Peterburga pri Petre I’ [Settlement system of the Swedish period and Saint Petersburg planning under Peter the Great], A. Kobak, Suzanne Koncha Emmerikh, M. Milchik, B. Jangfeldt (comps.), Shvedy na beregakh Nevy [Swedes on the Neva river banks]. Stockholm: Swedish institute, 1998, pp. 129–138.

Sementsov S.V. ‘Sledy Niena v sovremennom Sankt-Peterburge’ [Traces of Nyen in Contemporary Saint Petersburg], K. Abukhanfusa, R. Chitnis, L. Thompson (eds.), Water Cities: Saint Petersburg – Stockholm. Stockholm: Riksarkivet, 1998, pp. 25–48.

Sementsov S.V., Skogoreva Ye.V., Akulova N.A. Administrativno-territorialnoe delenie Sankt-Peterburga i

Sankt-Peterburgskoy gubernii XVIII – nachala XX v.: Uchebnoe posobie [Administrative and territorial division of Saint Petersburg and Saint Petersburg governorate in the 18th – beginning of the 20th century: Textbook]. Saint Petersburg: Saint Petersburg State University of Architecture and Civil Engineering, 2014. 172 pp.

Zaozerskaya Ye.I. Manufaktura pri Petre I [Manufacture under Peter the Great]. Moscow – Leningrad: ASUSSR Press, 1947. 186 pp.

Petrov P.N. Istoriya Sanktpeterburga s osnovaniya goroda do vvedeniya v deystvie Vybornago gorodskago upravleniya po uchrezhdeniyam o guberniyakh. 1703–1782 [History of Saint Petersburg from the foundation to the establishment of the Elected municipal department of the governorates offices. 1703–1782]. Saint Petersburg: I.I. Glazunov Printing House, 1885. 848 pp.

Gorelov V.A. Rechnye kanaly v Rossii: K istorii russkikh kanalov v XVIII veke [River canals in Russia: On the history of Russian river canals in the 18th century]. Leningrad – Moscow: Ministry of Inner

Water Transport of USSR, 1953, pp. 20–77.

Nikolaev A.S., Zhitkov S.M. Kratkiy istoricheskiy ocherk razvitiya vodnykh i sukhopotnykh soobshcheniy i torgovykh portov [Brief historical review of the development of water and overland communications and commercial ports]. Saint Peterburg: Printing House of M.P.S., 1900. 372 pp.

Stolpyanskiy P.N. Peterburg. Kak voznik, osnovalsya i ros Sankt-Piterburkh. [Saint Petersburg: How Saint Petersburg emerged, was found and grew]. Petrograd: Kolos, 1918. 400 pp.

Shane D.G. ‘Notes on villages as a Global Condition’, J. Bolchover, J. Lin, Ch. Lang (eds.), *Designing the Rural: A Global Countryside in Flux*. Hoboken, N.J.: John Wiley & Sons, Inc., 2016, pp. 48–57.

Malinovskiy K. V. Domeniko Trezini [Domenico Trezzini]. Saint Petersburg: Kriga, 2007. 231 pp.

Malinovskiy K.V. Sankt-Peterburg XVIII veka [Saint Petersburg in the 18th century]. Saint Petersburg: Kriga, 2008. 576 pp.

Kalyazina N.V., Kalyazin Ye.A. 'Zhan Leblon' [Jean Le Blond], V.G. Isachenko (comp.), Yu. Artemeva, S. Prokhvatilova (eds.), *Zodchie Sankt-Peterburga. XVIII vek* [Saint Petersburg architects. The 18th century]. Saint Petersburg: Lenizdat, 1997, pp. 67–111.

Kalyazina N.V., Kalyazin Ye.A. 'Nezakonchennaya dissertatsiya arkhitekora Leblona' [Unfinished thesis of the architect Le Blond], N.V. Kalyazina (ed.), *Iz istorii Petrovskikh kolleksiy* [From the history of Petrine collections]. Saint Petersburg: State Hermitage, 2000, pp. 66–83.

Sementsov S.V. 'Zh.-B.-A. Leblon i D. Trezzini: gradostroitelnoe sopernichestvo na Vasilevskom ostrove v 1716–1718 godakh' [J.-B.A. Le Blond and D. Trezzini: Architectural rivalry on Vasilyevsky island in 1716–1718], G.V. Vilinbakhov et al. (eds.), *Petrovskoe vremya v litsakh: Kratkoe sodержanie dokladov nauchnykh chteniy* [Peter the Great's epoch in portraits: Abstracts of the talks on scientific readings]. Saint Petersburg: State Hermitage Press, 1999, pp. 62–66.

Sementsov S.V. 'O "Generalnom chertezhe Sanktpiterburkhu" Zh.-B.-A.

Leblona 1717 g.' [On the "General draft of Sankt-Peters-Burch" by J.-A.B. Le Blond, 1717], G.V. Vilinbakhov et al. (eds.), *Petrovskoe vremya v litsakh: Kratkoe sodержanie dokladov nauchnykh chteniy* [Peter the Great's epoch in portraits: Abstracts of the talks on scientific readings]. Saint Petersburg: State Hermitage Press, 2000, pp. 53–61.

Luppov S.P. *Istoriya stroitelstva Peterburga v pervoy chetverti XVIII veka* [History of Saint Petersburg construction in the first quarter of the 18th century]. Moscow – Lenngrad: AS USSR Press, 1957. 195 pp.

Sementsov S.V., Krasnikova O.A., Mazur T.P., Shrader T.A. *Sankt-Peterburg na kartakh i planakh pervoy poloviny XVIII veka* [Saint Petersburg on the maps and plans of the first half of the 18th century]. Saint Petersburg: Eklektika, 2004. 436 pp.

Sementsov S.V. 'Petr Velikiy: gradostroitel'naya programma sozdaniya stolichnoy Sankt-Peterburgskoy aglomeratsii na osnove dopeterburgskoy selskoy sistemy rasseleniya Prinevyia' [Peter the Great: A city-planning program of the creation of metropolitan Saint Petersburg agglomeration based on

the pre-Saint Petersburg rural settlement system on the circum-Neva region], Vestnik Sankt-Peterburgskogo universiteta, Series 15, 2012, is. 4, pp. 217–231.

Sementsov S.V. ‘Posledovatelnoe formirovanie Sanktpiterburkhskoy aglomeratsii pri Petre Pervom’ [Consistent development of Saint Petersburg agglomeration under Peter the Great], “My byli!”. General-feldtseykhmeyster Ya.V. Bryus i ego epokha [“We were!” Field-Marshal-General Ya.V. Bryus and his epoch]. Ch. 2. Saint Petersburg: Military Historical Museum of Artillery, Engineers and Signal Corps Press, 2004, pp. 52–73.

Sementsov S.V. ‘Sankt-Peterburg i ego prigorodnaya zona – krupneyshaya “idealnaya aglomeratsiya” Evropy pervoy poloviny XVIII veka’ [Saint Petersburg and its zone – the largest “ideal” agglomeration in Europe of the first half of the 18th century], Kulturnye initsiativy Petra Velikogo. Materialy II Mezhdunarodnogo kongressa petrovskikh gorodov. Sankt-Peterburg. 9–11 iyunya 2010 goda [Cultural enterprises of Peter the Great. Proceedings of the 2nd International congress on Petrine cities. Saint

751
Petersburg, 9–11 June, 2010]. Saint Petersburg: Evropeyskiy dom, 2011, pp. 126–135.

Sementsov S.V. ‘Traditsii Petra Pervogo v sozdanii regulyarnoy Sankt-Peterburgskoy aglomeratsii v XVIII veke’ [Traditions of Peter the Great in the creation of regular Saint Petersburg agglomeration in the 18th century], V.V. Meshcheryakov, I.V. Saverkina (eds.), “Petrovskoe vremya v litsakh – 2011”. K 30-letiyu Otdela Gosudarstvennogo Ermitazha “Dvorets Menshikova” (1981–2011). Materialy nauchnoy konferentsii [Peter the Great’s epoch in portraits – 2011: On the 30th Anniversary of the “Menshikov’s Palace” Department of the State Hermitage (1981–2011). Proceedings of the scientific conference]. Saint Petersburg: State Hermitage Press, 2011, pp. 329–341.

Sementsov S.V. ‘Nachalo sozdaniya regulyarnoy Sankt-Peterburgskoy aglomeratsii pri Petre Pervom’ [Beginning of the formation of regular Saint Petersburg agglomeration under Peter the Great], Vestnik grazhdanskikh inzhenerov. 2014, is. 3(44). Saint Petersburg. Saint Petersburg State



University of Architecture and Civil
Engineering, 2014, pp. 46–55

CRIME VICTIM COMPENSATION

Dmitriy Aleksandrovich Ivanov¹

Alla Sergeevna Esina²

Pavel Vladimirovich Fadeev³

Olga Georgievna Chasovnikova⁴

Elena Andreevna Zorina⁵

Abstract: this article aims to study international legal instruments that govern the compensation for crime victims in particular countries. In addition, the study aims to conduct a comparative analysis of different approaches to crime victims' compensation stipulated in the legislation of foreign countries. The obtained results help conclude that approaches to compensation should be improved to comply with modern requirements and compensation methods.

Keywords: criminal damage, crime victim, plaintiff, mediation, criminal restitution, legal recourse.

INTRODUCTION.

Complete compensation of criminal damage is one of the most crucial issues these days. The 22nd of February is the International Day for Victims of Crime. In 1990, Victim's Charter: Statement of the Rights of Victims of Crime was signed by the UK government. This document describes all the changes in the legislation and court practice that regard ensuring the safety and social aid for crime victims.

It is noteworthy that the United Nations pay significant attention to the issue of compensation for crime victims. Nevertheless, in terms of human rights and redress mechanisms, it seems logical to start reviewing international legal norms with the Universal Declaration of Human Rights that was adopted by the UN General Assembly at its third session on 10 December 1948.

¹ Moscow University of the Ministry of Internal Affairs of Russia named by V.Ya. Kikot

² Moscow University of the Ministry of Internal Affairs of Russia named by V.Ya. Kikot

³ Moscow University of the Ministry of Internal Affairs of Russia named by V.Ya. Kikot

⁴ Leningrad state University named by A. S. Pushkin

⁵ St.-Petersburg University of state fire service of Ministry of Emergency Situations of Russia

It was a crucial step forward since it stipulates the rights of the victims and not only the rights of the accused.

Overall, it can be stated that the international legal standards and the experience of foreign countries in compensating for crime victims fall under the following structure: “offender” – “victim” – “damage” – “compensation” – “punishment”. This means that the person committing a crime will be subject to a punishment which also depends on the compensation measures taken by the offender. This approach to proceedings ensures the inclusion of both retributive and restorative justice.

MATERIALS AND METHODS.

We used the comparative-legal method to analyze the international legal standards and foreign practices in the compensation for crime victims, formulate a crucial condition for ensuring compensation as well as reduce the time gap between the crime and compensation by creating a model of compensation mechanisms and legal guarantees. The aforementioned method helped the authors formulate an opinion on implementing certain compensation mechanisms in the Russian realia. As a

result, we obtained new insight into the correlation and patterns of the development of compensation for criminal damage as well as tendencies and perspectives for further improvement of actions of officials who perform the preliminary investigation to ensure the compensation for crime victims.

RESULTS ANALYSIS.

It seems crucial to adopt international practices in the Russian criminal proceedings since they are often ineffectively implemented [1, pp. 7950-7952], especially as it concerns new types of offenses [2, pp. 2563-2566].

The Anglo-American Law (constitutes the basis of the legal systems of England, Wales, Scotland, Northern Ireland) is unique due to its stable model for the activities of public authorities that aims to provide real help for crime victims [5, p. 121]. The settlement of claims on compensation for crime victims follows civil proceedings and tort law with the case law as main regulations [3, p. 95].

While reviewing legal acts of the U.K., we found out that, according to the Criminal Justice Act 1982 (Section 65), compensation can serve as the only

sanction, i.e. as the total punishment for a crime.

In the USA, there is an implemented program for victim compensation. Among the types of compensation, there are compensatory benefits uncommon for the Russian law such as unemployment benefit, public housing, phone calling, and other types of communication at the public expense [4, p. 57].

It seems important to mention that the legislation of the USA and the U.K. ensures full compensation financed with State funds for criminal acts against life and health. In other cases, compensation is financed with different insurance payments from various funds. Meanwhile, victims can submit petitions on what assets shall be used for compensation. The Russian researchers also voice their opinion on the necessity to create such funds [7, p. 61]. However, there seem to be no steps taken in this direction.

In the U.K., the Code of Practice for Victims of Crime provides the Criminal Injuries Compensation Scheme which stipulates the application for payment [6]. The Scheme contains information on the conditions and amount of payment according to a

particular case. In the U.K., the police and other law enforcement services use the Code which also stipulates the main regulations of working with victims.

In the USA, there are special law offices in the police stations that provide legal assistance for crime victims.

The Romano-Germanic Legal System also has a significant number of legal acts that function as a unified mechanism and govern compensation procedures.

In Germany, there are three most important laws on the defense of the rights of victims. For example, the Crime Victims Compensation Act was promulgated in 1976 in order to ensure public compensation for those who have been subjected to crime inside the country as well as for the victim's close relatives if they are economically dependent. The categories of persons who can apply for compensation are as follows: citizens of Germany, citizens of EU countries, and other foreign citizens who have lived in Germany for 3 years before the crime.

In terms of scientific relevance and practical implementation, it is crucial to mention mediation techniques that are largely used in Germany under the criminal code (§ 46a of Strafgesetzbuch,

“Mediation Between the Perpetrator and the Victim, Restitution for Harm Caused). It stipulates that the court may not impose punishment on the two following conditions: First, if the perpetrator in an effort to achieve mediation with the aggrieved party (mediation between perpetrator and victim), completely or substantially made restitution for his act or earnestly strived to make restitution; Second, if the perpetrator in a case in which the restitution for the harm caused required substantial personal accomplishments or personal sacrifice on his part, completely or substantially compensated the victim, then the court may mitigate the punishment or, if the maximum punishment which may be incurred is imprisonment for not more than one year or a fine of not more than three hundred sixty daily rates, dispense with punishment (§49, subsection 1) [9, p. 28].

In the former case, if the offender seeks to compensate the victim, he may make compromises with the victim himself or both parties may appeal to a third party – a mediator.

In Germany, there is a checklist for crime victims which stipulates the grounds, conditions, and procedures

necessary to seek reparation. Thus, victims who suffered from severe physical injury or trauma can file an application to the district authority (Landratsamt) to obtain compensation based on the Compensation Act for Victims of Violence (Gesetz über die Entschädigung für Opfer von Gewalttaten). In addition, the Compensation Act for Victims of Violence ensures assistance with medical, dental, and psychotherapeutic treatment; assistance with rehabilitation activities; pensions for victims or the deceased person’s relatives (widowers, widows, orphans, and parents).

The 1986 Victim Protection Act also includes the following types of compensation for crime victims: medical and dental treatment; monetary payments; health-resort treatment; assistance in housekeeping; sick pay; disability payment; up to 36€ daily payment in case of employment difficulties due to illness (or disability).

In France, the criminal procedure code prescribes the compensation procedures at the preliminary stage of criminal procedures. Compensation is regarded as restitution (Art. 41 of the French Code of Criminal Procedure). According to the Code, the victim has

had the opportunity to obtain compensation on behalf of the State before the offender stands trial. After that, the executive authorities that represent the State, in terms of recourse proceedings, impose on the convicted to pay all expenses that have been previously paid to the victim [8, p. 237].

There are other legislative practices employed in other countries that are important to mention.

For instance, the legislation of Japan includes regulations that protect property rights of victims that stipulate criminal liability for evading the payment of compensation. Particularly, if the person has concealed, destroyed, feigned alienation or incurred false debt to evade enforcement, the court may prosecute the stated person (Art. 96 of the Criminal Procedure Code of Japan).

According to the criminal law of Argentina, the obligation to compensate is preferable to all those the responsible party is accountable for after committing the crime and is one of the aims of crime prevention (Art. 30 of the Penal Code of Argentina). There is a similar norm in Art. 36 of the Criminal Code of the Kingdom of Spain which stipulates the opportunity to withdraw the criminal

record after the accused has repaid the harm caused by the crime.

CONCLUSIONS.

Nowadays, we can make a distinction between two groups of countries: the first group provide compensation with the State funds or special funds, the second group impose payment on the accused. The majority of the developed countries (the U.K., the USA, Canada, France, Germany, Spain) developed and implemented the mechanisms of restorative justice that help compensate for the damage caused by the crime irrespective of the accused or his will to compensate for the damage. The main reason for this is the necessity to compensate for the damage either with the State funds and with insurance payments from special funds or through recourse proceedings.

REFERENCES:

- Pushkarev V. V. et al. Crimes in the Military-Industrial Complex (MIC) // International Journal of Recent Technology and Engineering. - Volume-8 Issue-3, September 2019. - P. 7950-7952.
- Pushkarev V. V. et al. Criminal Prosecution and Qualification of

Cybercrime in the Digital Economy // Journal of Advanced Research in Dynamical and Control Systems. - Volume-11 Issue-8. - 2019. - P. 2563-2566.

Varpakhovskaya E. M. Voprosy pravovogo regulirovaniya vozmeshcheniya vreda zhertvam prestupleniy v mezhdunarodno-pravovykh standartakh i zakonodatel'stve ot del'nykh gosudarstv // Sibirskiy yuridicheskiy Vestnik. - 2012. - № 3 (58). - P. 91-95.

Volynskaya O. V., Fedorov M. I. O dopustimosti korrektyrovki otechestvennogo zakonodatel'stva, reglamentiruyushchego status poterpevshego, pri ispol'zovanii norm mezhdunarodnogo prava // Vestnik ekonomicheskoy bezopasnosti. - 2016. - № 2. - P. 57-63.

Mitin M. A. Mezhdunarodno-pravovoye regulirovaniye kompensatsiy zhertvam ugolovnykh prestupleniy: Diss... kand. yurid. nauk. - Sankt-Peterburg. 2012. - 217 p.

National Code of Victim Rights (The Code of Practice for Victims of Crime) // [Electronic resource] www.homeoffice.gov.uk/documents/victims-code-of-practice.html (Date of access: 04.02.2020).

Pushkarev V. V. O zakonnom prave poterpevshego na vozmeshcheniye material'nogo ushcherba, prichinnogo prestupleniyem // Deyatel'nost' pravookhranitel'nykh organov po realizatsii norm mezhdunarodnogo prava i zashchite prav cheloveka: Materialy mezhdunar. nauch.-prakt. seminara / Redkol.: Anisimov P.V. (otv. red.) i dr. - Volgograd: VYUI MVD Rossii, 1998. - P. 60-62.

Comparative criminal law. Special part: Monograph / Dodonov V.N., Kapinus O.S., Shcherba S.P.; Under the total. and scientific. Ed. .: Shcherba S.P. - M.: Yurlitinform, 2010. - 544 p.

The Criminal Code of the Federal Republic of Germany // D.A. Shestakov. Series "Legislation of foreign countries." - St.-Petersburg, 2003. - P. 28

CONCEPTUAL ISSUES RELATED TO LEGAL SELF- REGULATION IN THE FIELD OF GENOMIC RESEARCH IN RUSSIA

Kseniya Viktorovna Mashkova¹

Mariya Viktorovna Varlen²

Sergey Sergeevich Zenin³

Georgiy Nikolaevich Suvorov⁴

Aleksey Yur'yevich Shirokov⁵

Abstract: Currently, the human genome is actively studied and these study results are often regarded by society as revolutionary. However, scientists involved in such research make different forecasts regarding its future achievements and practical application. This significantly complicates the process of setting certain limits to relations that should be legally regulated and protected. These arguments are justified by the legal support of the relevant relations in some countries. The article analyzes the basic guidelines

developed by professional genetic associations at the international level and draws several significant conclusions that define the conceptual foundations of the self-regulation of genomic research in the Russian Federation. The study aims at considering the Russian legal mechanism of self-regulation in the field of genomic research. Its methodological basis is the theory of knowledge and the universal method of materialist dialectic. The authors of the article also use such general scientific methods as formal-logical and systematic methods,

¹ Candidate of Legal Sciences, Associate Professor of the Department of Sports Law, Kutafin Moscow State Law University.

² Doctor of Legal Sciences, Associate Professor, Director of the Institute of Postgraduate and Doctoral Studies, Kutafin Moscow State Law University.

³ Associate Professor, Department of Constitutional and Municipal Law, Kutafin Moscow State Law University

⁴ Vice-Rector for General Affairs, Academy of Postgraduate Education under the Federal Scientific and Clinical Center for Specialized Medical Assistance and Medical Technologies of the Federal Medical Biological Agency

⁵ Candidate of Medical Sciences, Associate Professor, Professor of the Department of Hygiene, Epidemiology and Infectious Diseases, Academy of Postgraduate Education under the Federal Scientific and Clinical Center for Specialized Medical Assistance and Medical Technologies of the Federal Medical Biological Agency.

description, observation, comparison, analysis and synthesis. They have concluded that it is necessary to enshrine several provisions and professional requirements for self-regulatory communities: compliance with ethical standards in scientific research; informing (both the population and medical community) through the implementation of educational programs; correlation of genomic studies with good clinical practice and evidence-based medicine; consideration of the study results of the human genome as personal data; differentiation of medical and non-medical activities in the field of genome.

Keywords: legal regulation, self-regulation, genome, genetic counselling, limits of informing patients, human rights.

1. Introduction

Since genomic studies are gaining popularity in Russia and abroad, it is especially relevant to legally regulate this activity both in the field of scientific research and in the provision of medical services to the population.

760

While considering the legal regulation of genomic studies, we can proceed from the three-component approach, including state regulation, self-regulatory organizations and individual rights. Their interaction does not give any of them priority but is mutually complementary.

The study aims at considering the Russian legal mechanism of self-regulation in the field of genomic research. This article addresses issues of self-regulation in the field of genomic research. The legal mechanism of self-regulation solves the following issues:

1) To receive informed consent to conduct genetic studies and protect the confidentiality of information obtained by its results;

2) To involve self-regulatory associations of medical geneticists into the development of national standards for the quality of medical services in the field of genetic studies and requirements for medical organizations and medical workers providing them;

3) To validate the legal status of a person providing consulting services in the field of genetic studies and other areas related to the definition of a treatment strategy for genetic diseases

and the use of assisted reproductive technologies (genetic counselors).

2. Literature Review

Many scholars and experts analyzed the legal mechanism of self-regulation in the field of genomic studies from the conceptual perspective. For example, A.M. Gerasimov considered the moral limits of genomic studies and biotechnologies as the basis for forming the legal space of innovative medicine. A.R. Sakhipgareeva emphasized the need for state control in the interpretation of genomic studies and medical applications in the United States of America. E.V. Alimov conducted a comparative analysis of the legal regulation of genomic studies in Russia and the USA. J.P. Evans and M.S. Watson (2015) examined genetic testing and FDA regulation and concluded that overregulation hinders the formation of genomic medicine. K.P. Rippe and A. Willemsen proposed the idea of precaution, i.e. ethical requirements for the regulation of new biotechnologies in the field of environmental protection. In addition, many other scholars addressed the issues of self-regulation mechanism in the field of genomic research.

3. Methods

The methodological basis of this study was laid by the theory of knowledge and its universal method of materialist dialectic. We also used such general scientific methods as formal-logical and systematic methods of scientific cognition, description, observation, comparison, analysis and synthesis.

The main conclusions and suggestions in this study were based on the analysis of theoretical sources and regulatory documents, comparison, generalization and modeling.

To analyze private medical practice, we used the dialectical method of studying social and legal phenomena. In addition, we utilized the logical method (when delivering the material, drawing recommendations, suggestions and conclusions), the method of systemic analysis, the method of comparative law, the historical method, modeling, the method of addressing the conclusions of institutional economic theory, taxation and other sciences.

While considering the mechanism of self-regulation in the field of genomic studies, we also used the

general method of cognitive analysis and special scientific methods, including system-structural, technical-legal, case study, comparative law, etc. Their application allowed us to analyze the subject under consideration in the interdependence of its components, their integrity, comprehensiveness and objectivity.

4. Results

While considering issues of self-regulation in the field of genetic and genomic studies, we should pay attention to the different formation of medical professional communities in Europe and Russia. In the late 19th century, the European health care system headed in the direction of forming medical communities. They accepted the responsibilities of both regulating medical activities by establishing ethical and professional requirements for their members and performing public health functions, i.e. developing hygienic requirements for food products, sanitary conditions for urban settlements, etc. Subsequently, many countries that have retained a large number of private medical practice or countries with a developed system of family doctors and

762
general practitioners, make these communities responsible for assessing professional skills, including developing professional standards, certifying specialists and providing them with work permission (Gerasimov, A.M., 2019). At the same time, many medical associations in Western countries have retained an element of secrecy, which in some cases resulted in the predominance of corporate interests over public ones (Pellegrino, E.D., Relman, A.S., 1999).

In Russia, the development of health care as a system of public services is traditionally associated with social reforms of the 1860s and the formation of zemstvos (county councils). In some provinces, they monitored public health; therefore the medical system formed during this period was called "zemstvo medicine". By the end of the 1870s, zemstvos were introduced in 34 provinces of European Russia, Bessarabia and the Province of the Don Cossack Host.

Thus, regulatory functions were assigned to the Russian local self-government. At the same time, Russia formed public communities of doctors, i.e. voluntary non-governmental associations of medical workers of all specialties. Despite the extensive

development of medical communities in Russia, their activity was directed towards self-organization and public health issues rather than issues of self-regulation (Sakhipgareeva, A.R., 2018). The predominance of self-organization over self-regulation has partially survived to this day.

While analyzing self-regulation in Russia, we mostly considered it as an alternative to state regulation and, accordingly, as an instrument for moving from relatively heavy-handed regulation to its milder forms (Kirillova, E.A., Pavlyuk, A.V, Mikheyev, A.A., 2019).

In the rest of the world, self-regulation evolved differently. There are almost no foreign laws on self-regulation or self-regulatory organizations. In foreign countries, self-regulation was formed historically and developed evolutionally. On the contrary, it was imposed in Russia, which is the fundamental difference. The state should not intervene in voluntary self-regulation. The overall logic is as follows: self-regulatory organizations operate in a general regulatory framework without any special additional restrictions or requirements for voluntary self-regulation. If a group of organizations in the field of genomic

studies wants to unite and improve quality standards, this should be welcomed.

Self-regulation is understood as an independent and initiative activity carried out by professional subjects. It aims at the developing and establishing standards and rules of such an activity, as well as monitoring their compliance. This law introduces requirements for all self-regulatory organizations and special procedures for their registration. Such requirements are as follows: representative membership, specialized structure, standards and rules of professional activity, additional property liability of each member to consumers of their services and information disclosure.

A separate issue of developing self-regulation in Russia is to define the subject of self-regulation associated with the organization of the corresponding scientific and medical community and the conduct of scientific and applied studies in the field under consideration (Kurakova, N., 2008). The main amount of funding in this sphere is provided by neither the Ministry of Health nor the medical community itself. There is a professional standard for providing genetic counseling. Among other

professional requirements, it requires only the knowledge of "laboratory molecular-genetic methods", which might imply gene diagnostics.

The development of self-regulation in the field of genomic studies will create an institute of systemic opposition to the state regulator and provide a mechanism of property responsibility for the results of such activities. In the future, a qualified professional community might be entrusted with some powers in the sphere of industry-specific regulation. It is universally accepted that self-regulation demonstrates greater flexibility and adaptability if compared to state regulation. The costs of monitoring the implementation of established standards and rules significantly reduce and the effectiveness of control increases. In several cases, professional communities perform these functions more efficiently than officials do. This is confirmed by both the Russian practice in the related spheres and international experience. The adoption of the law "On Self-Regulating Organizations" gave an incentive to the development of self-regulation and caused a broad public discussion. At the same time, there is a strong need to adopt a whole range of

764
regulatory legal acts, amend the corresponding industry-specific legislation and explain advantages of self-regulation (Mashkova, K.V., Varlen, M.V., 2019).

Nowadays the Ministry of Health of the Russian Federation, the Ministry of Science and Higher Education of the Russian Federation and the Ministry of Labor and Social Protection of the Russian Federation are not ready to transfer some powers to regulate this activity into the hands of professional genetic associations. However, the inevitable modernization of the health care system, standardization of labor and conditions for conducting scientific research cannot do without self-regulatory organizations since they will become an integral element of a tripartite partnership. Thus, it is necessary to undertake concrete steps to develop "voluntary" self-regulation in the field of genomic studies. Once such organizations have proved themselves and developed their own law enforcement practice, several state functions can be delegated to them. The main goal of administrative reforming in Russia is to overcome the total regulation of all economic activities, reduce state interference in economic affairs and put

an end to excessive state regulation (deregulation). One of the mechanisms ensuring a smooth transition is the ability to use self-regulation. This mechanism is represented by a scheme when subjects of legal relations in the field of genomic studies independently establish rules for their functioning in the above-mentioned industry. Importantly, they independently monitor the implementation of these rules because it is not enough to simply establish certain rules, they must be strictly enforced by imposing sanctions on violators (Commission de l'éthique en science et en technologie, 2019). Among other things, this change involves the existence of specific guarantors ensuring the implementation of such rules, i.e. self-regulatory organizations of the professional genetic community. If this process has a regulatory impact, independent regulation is more preferable than state regulation from the viewpoint of public welfare.

The improvement of self-regulation principles in the field of genomic studies will help the Russian and foreign organizations reach a common ground.

4. Discussion

The preliminary analysis of foreign and international self-regulation in the field of genetic studies and related spheres indicates a general tendency to independently develop, approve and fulfill industry-specific standards by professional geneticists, as well as to exercise self-control through permitting and prohibiting medical practice (Richards, S., Aziz, N., 2015).

The self-regulation of genomic studies, reproductive technologies and genetic engineering activities is conducted by the UK, Germany, the Netherlands, France, Japan, Switzerland and Austria. While considering the best practice of foreign countries in this sphere, we revealed the following mechanisms of self-regulation: a special system for regulating genomic studies and the use of their results, the form of organization of professional genetic communities, information on sources of funding.

However, the presence of self-regulatory genetic organizations in foreign countries does not mean that state authorities have disengaged themselves from the traditional regulation of this sphere of public relations (Evans, J.P., Watson, M.S.,

2015). The above-mentioned countries have enough laws and regulatory acts governing the process of genomic studies but these documents establish certain limits (boundaries) that geneticists cannot go beyond (Rippe, K.P., Willemsen, A., 2018). Within the boundaries established by states, professional self-regulatory communities are provided with all the powers to establish, implement professional and ethical standards and control their compliance (O'Reilly, M., Jambou, R., 2015).

The effective decoding of the human genome makes it necessary to develop national and international legislation in the field of genomic studies and genetic engineering. Modern medicine gets new opportunities for treating congenital defects and combating cancer. However, possible interference in the human genome and its unpredictable consequences require (*or have already required*) to reconsider the ethical principles of research activities in biology and medicine.

Since the world community is concerned with possible adverse consequences of the work on decoding the human genome, it has adopted

766
several framework declarations protecting human rights in this area.

For example, the Universal Declaration on the Human Genome and Human Rights was issued by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization on November 11, 1997.

The International Declaration on Human Genetic Data was adopted unanimously and by acclamation at UNESCO's 32nd General Conference on October 16, 2003.

The United Nations Declaration on Human Cloning was adopted by General Assembly resolution 59/280 of March 8, 2005.

The General Conference of UNESCO adopted by acclamation the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights following the report by Commission III at the 18th plenary meeting on October 19, 2005. There is also the Convention for the Protection of Human Rights and Dignity of the Human Being with regard to the Application of Biology and Medicine and the Convention on Human Rights and Biomedicine of the European Treaty Series No. 164 adopted by the Council of Europe (Oviedo, April 4, 1997).

It is crucial to ensure the legal development of the following aspects related to genomic studies:

1. Protecting individual rights and personal data;
2. Ensuring the general safety of genetic engineering activities;
3. Recognizing the legal use of certain methods;
4. Determining requirements for reagents, material and equipment used in this area;
5. Securing the national genome.

These issues cannot be resolved without the broad involvement of scientific and medical communities.

In general, the results of genetic studies can be used for the following areas:

- 1) Identifying genetic predispositions and assessing risks of their development;
- 2) Projecting future treatment and preventive measures;
- 3) Planning a family with the use of assisted reproductive technologies;
- 4) Conducting comprehensive risk assessment for voluntary personal insurance;
- 5) Assessing risks associated with employment;
- 6) Ensuring the further scientific research.

Genomic studies are currently evolving in Russia and go beyond the

framework of medical and genetic counseling that has previously developed. Genetic counseling is provided by a genetic scientist and is expressed by the communication between the patient/patient representative/spouse and the doctor on the congenital defects that run in the family. Preventive medical and genetic counseling is also helpful for spouses planning a pregnancy or as part of preventive examination for their liability to diseases. Such uncontrolled counseling is primarily based on identifying pathologies of the Mendelian character and collecting family analysis, while techniques of molecular biology are secondary (Comité consultatif national d'éthique pour les sciences de la vie et de la santé, 2018). Genomic services are based on decoding the genome (clinical exome) which is the starting point for the analysis of genetic data. Commercial organizations conducting genomic research offer a wide range of services, including the carriage of genetic diseases and liability to diseases, potential reactions to certain drugs, recommendations on nutrition and fitness (metabolic profiles and food intolerance, the impact of physical exertion), personality traits, origins and

belonging to nationalities and haplogroups (Rippe, K.P., Willemsen, A., 2019).

Medical and genetic counseling is legally regulated as the field of medical activity (a draft professional standard for a geneticist has been developed) and self-regulated by the Russian Society of Medical Geneticists and the Committee on Biomedical Ethics at the Medicogenetic Research Center named after N.P. Bochkov. Medicogenetic counseling implies informed voluntary consent to the processing of personal data, including the possibility of transferring such data into the regional segment of the Federal Register of Persons suffering from life-threatening and chronic progressive rare (orphan) diseases, the collection of biomaterial and its transfer to another medical, scientific-research institution to conduct studies while maintaining the confidentiality of personal data. This difference between medicogenetic and genomic counseling is typical not only of Russia but also of other countries, in particular the USA (however, a specialist in medicogenetic counseling is not a doctor in this country) (Alimov, E.V., 2019).

768

Molecular genetic testing based on partial or full genome sequencing raises the question of limited informing (of patients) at the legislative level. In most cases, the amount of information received goes beyond the scope of the initial task (Romanovskaya, O.V., 2013). It refers to additional results, such as determining potentially significant changes in the human genome that were not the reason for conducting the study, changing approaches to evaluating the study results, obtaining additional information due to the development and improvement of molecular genetic technologies and establishing family ties and incorrect ethnic identification.

When random or additional results are obtained, re-informing can be undesirable as it violates the patient's right to not know or even cause psychological trauma. Since there is no legal obligation to inform patients about additional study results, it is necessary to develop professional and ethical standards at the level of self-regulatory genetic organizations that recommend providing such information in specific cases where the potential benefit to the patient is significant and the burden on the geneticist is not too noticeable. Specialists in this sphere need to respect

the private life of a person and their right to not know the results of genetic testing along with the patient's right to receive objective information about their health (Laviolle, B., Perche, O., 2019). However, a balance between one's free will and objective informing is achieved through preliminary consulting on issues relating not only to the risks and consequences of genetic testing but also to the possibilities of re-evaluating its results and their subsequent use in the field of general health care. The professional and ethical requirements under development should include a list of genetic abnormalities and defects related to random and additional results that must be reported regardless of the patient's will. The specific guidelines adopted by self-regulatory genetic organizations should also determine the sequence of actions and roles of all the parties involved (specialists and patients) in the process of disclosing information about the study results.

There is a need to re-inform the patient if approaches to assessing the study results have changed or additional clinically relevant information has been obtained due to the development and improvement of molecular genetic technologies.

In this regard, we need to distinguish between the legal consequences of genetic studies aimed at obtaining general information and choosing a particular treatment strategy with due regard to the risks of developing some genetic diseases.

5. Conclusion

It is necessary to legislate several provisions and professional requirements for self-regulatory communities:

1. To comply with ethical standards in scientific research, including biomedical studies. The development of molecular genetics, the decoding of the human genome, the establishment of genetic engineering and gene therapy quite expectedly take up the matter of moral, ethical and ethical-legal issues related to direct human intervention into the existence of living organisms. Thus, it is necessary to consider the correlation of state and public (in particular, self-regulation), the regulation of research, artificial selection and the accessibility of genetic engineering methods.

We should note that the state considers the uncontrolled use of genetic

engineering and synthetic biology technologies as a real biological threat.

2. To inform (both the population and medical community) through educational programs. The rapid development of sequencing technologies and the accumulation of genomic information have created a gap in the training of specialists in various fields of science and medicine. Doctors who underwent standard training, have medical qualifications and licenses do not have a sufficient level of competence to interpret genomic data.

3. To correlate genomic studies with good clinical practice and evidence-based medicine. The current results of genomic studies are based on scientific evidence but are still not sufficiently combined with the standards adopted in medicine. Today this rule is not obligatory but the new approach will be crucial at the stage of gene correction.

4. To present the study results of the human genome as personal data.

5. To distinguish between medical and non-medical activities in the field of genome.

Acknowledgments

770

The study was financially supported by the Russian Foundation for Basic Research and conducted in the framework of scientific project No. 18-29-14058.

References

Alimov, E.V. Genomic research legal regulation system: experience of Russia and the USA // Vestnik Rossiiskogo universiteta druzhby narodov. Series: Jurisprudence. 2019. 23(4). P. 546-564.

Comité consultatif national d'éthique pour les sciences de la vie et de la santé. Rapport de synthèse du Comité consultatif national d'éthique. Juin 2018 // URL: www.ccne-ethique.fr/sites/default/files/eg_ethique_rapportbd.pdf (Accessed date: January 22, 2020).

Commission de l'éthique en science et en technologie (CEST). Genetically modified babies: Ethical issues raised by the genetic modification of germ cells and embryos (Summary and recommendations), 2019.

Evans, J.P., Watson, M.S. (2015). Genetic testing and FDA regulation: overregulation threatens the emergence of genomic medicine. JAMA, 313, P. 669-670.

- Kirillova, E.A., Pavlyuk, A.V., Mikheyev A.A. (2019). Online contractual process: Status and technology. *International Journal of Recent Technology and Engineering*, 8(1), P. 2234-2240.
- Laviolle, B., Perche, O., Gueyffier, F., Thevenon, J., Varoqueaux, N. The contribution of genomics in the medicine of tomorrow, clinical applications and issues [Apport de la génomique dans la médecine de demain, applications cliniques et enjeux] // *Therapie*. 2019. 74(1). P. 1-8.
- O'Reilly, M., Jambou, R., Rosenthal, E., Gargiulo, L., Corrigan-Curay, J. The national institutes of health oversight of human gene transfer research: Enhancing science and safety // *Advances in Experimental Medicine and Biology*. 2015. 871, P. 31-47.
- Pellegrino, E.D., MD; Relman, A.S., MD. Professional Medical Associations Ethical and Practical Guidelines *JAMA*, 1999, 282(10): P. 984-986.
- Richards, S., Aziz, N., Bale, S., Bick, D., Das, S., Gastier-Foster, J., Grody, W.W., Hegde, M., Lyon, E., Spector, E., Voelkerding, K., Rehm, H.L. Standards and guidelines for the interpretation of sequence variants: a joint consensus recommendation of the American College of Medical Genetics and Genomics and the Association for Molecular Pathology. *Genet Med*, 2015, 17(5), P. 405-424.
- Rippe, K.P., Willemsen, A. The idea of precaution: Ethical requirements for the regulation of new biotechnologies in the environmental field // *Frontiers in Plant Science*, 2018, 871, 1868 pp.
- Gerasimov, A.M. Nravstvennye predely genomnykh issledovaniy i biotekhnologii kak osnova formirovaniya pravovogo prostranstva innovatsionnoi meditsiny [Moral borders of genomic studies and biotechnologies as the basis for forming the legal space of innovative medicine]. *Geny & Kletki*, 2019, 14(2), P. 62-67.
- Kurakova, N. Samoregulirovanie v sfere zdavookhraneniya [Self-regulation in the sphere of health care]. *Menedzher zdavookhraneniya*, 2008, 8. P. 8-15.
- Mashkova, K.V., Varlen, M.V., Zenin, S.S., Bartsits, A.L., Suvorov, G.N. Samoregulirovanie otnoshenii v sfere informirovaniya o khode i rezultatakh geneticheskikh issledovaniy: problemy razrabotki professionalno-eticheskikh trebovaniy [The self-regulation of relations aimed at informing about the procedure and result of genomic studies: the issues of developing professional and ethical requirements] // *Lex russica*

(Russkii zakon), 2019, 6(151), P. 131-142.

Romanovskaya, O.V. Samoregulirovanie v sfere zdravookhraneniya [Self-regulation in the sphere of health care].

Menedzher zdravookhraneniya, 2013, 4. P. 13-19. URL:

<https://cyberleninka.ru/article/n/samoregulirovanie-v-sfere-zdravookhraneniya-1>

Sakhipgareeva, A.R. Gosudarstvennyi kontrol interpretatsii genomnykh issledovaniy i meditsinskikh prilozheniy v Soedinennykh Shtatakh Ameriki Vestnik RUDN [State control of interpreting genomic studies and medical applications in the United States of America]. Series: Jurisprudence, 2018, 22(3), P. 329-345

ORGANIZATIONAL AND ECONOMIC ASPECTS OF IMPLEMENTING GENDER VERIFICATION METHODS IN HIGH-LEVEL SPORTS

Mariya Aleksandrovna Borodina¹

Kseniya Viktorovna Mashkova²

Sergey Sergeevich Zenin³

Georgiy Nikolaevich Suvorov⁴

Abstract: Organizational and economic aspects of implementing gender verification methods in high-level sports belong to controversial issues since they are concerned with the selection of methods for identifying the corresponding genetic characteristics of the human body. From the perspective of geneticists, endocrinologists and other medical workers, their implementation has long been criticized. To determine the prospects of using genetic achievements for gender verification in high-level sports, the authors of the article have considered the role of genetic information in the sports of the highest achievements and possible

correction of borderline conditions; analyzed the methods used from the viewpoint of their reliability; assessed the costs of such genetic studies and examined their organization in the context of determining a competent subject and standardizing techniques and procedures. In contrast to the previous practice of gender verification, the current studies focus on changing testosterone levels and utilize different methods, some of which determine the level of total testosterone and the others define the level of free testosterone. Based on expert estimates, the authors have concluded that the method of tandem mass spectrometry is the most

¹ Academy of Postgraduate Education under the Federal State Budgetary Unit “Federal Scientific and Clinical Center for Specialized Medical Assistance and Medical Technologies of the Federal Medical Biological Agency”

² Kutafin Moscow State Law University

³ Kutafin Moscow State Law University

⁴ Academy of Postgraduate Education under the Federal State Budgetary Unit “Federal Scientific and Clinical Center for Specialized Medical Assistance and Medical Technologies of the Federal Medical Biological Agency”

effective. Since the International Association of Athletics Federations allows the medical treatment of testosterone levels as a condition for admission to international competitions, the ongoing studies cannot be limited to identifying its quantitative indicators. An additional objective is to reveal the causes of hyperandrogenism, i.e. to expand the list of the methods used whose application should be unified with due regard to modern medical advances. From the economic viewpoint, measuring testosterone levels is not expensive but the costs will inevitably increase 10-15 times for identifying the causes of hormonal imbalances.

Keywords: gender verification, high-level sports, hyperandrogenism, tandem mass spectrometry, total testosterone, free testosterone.

1. Introduction

The gender verification of female athletes in international sports is among the most debatable issues that has legal, ethical and medical aspects. Due to the achievements of modern science, the latter becomes especially acute and raises the question of selecting proper

774
methods for identifying the corresponding genetic characteristics of the human body. According to geneticists, endocrinologists and other medical workers, the implementation of such methods has long been criticized. The problem is not only the reliability of genetic tests but also the neglect of intersexuality, which is believed to entail discrimination against women based on laboratory results. The supporters of such tests provide the following argument: men hold more world records in different sports than women (by 9-18%), which stipulates the tradition of holding separate competitions and ensure relatively equal opportunities for both genders. In this regard, female hyperandrogenism is considered as a threat to fair competition in sports since it is associated with obtaining unreasonable physical advantages. At the same time, ethical aspects of this issue are somewhat blown out of proportion since athletes are already classified according to other biological indicators, i.e. their weight that is crucial in some sports (Stanczyk, F.Z., 2006). We cannot deny that gender verification is more complex and controversial than classifying athletes by weight based on a calibrated scale.

Consequently, the article aims at determining the prospects of using the results of genetic studies for the purposes of gender verification in high-level sports. The achievement of this task will contribute to the following improvements: determining the importance of genetic information for the purposes of gender verification in high-level sports and possible correction of borderline conditions; establishing acceptable genetic research methods and evaluating their effectiveness; estimating the costs of genetic tests.

2. Literature Review

Experts from different countries studied the implementation of gender verification methods in the sports of the highest achievements. For example, A. de la Chapelle examined the use and misuse of sex chromatin screening for the gender identification of female athletes. B.D. Dickinson, M. Genel, C.B. Robinowitz, P.L. Turner and G.L. Woods considered the issue of gender verification of female Olympic athletes. J. Fiet, F. Giton, I. Fidaa, A. Valleix, H. Galons and J.P. Raynaud studied the development of a highly sensitive and specific new testosterone time-resolved

775
fluorimmunoassay in human serum. N.M. Malysheva investigated free and biologically active forms of testosterone as the most appropriate markers for assessing one's androgen status. Other scientists also studied gender verification methods in sports.

3. Methods

The above-mentioned objectives and tasks can be solved only by assessing the existing research methods. We give priority to molecular methods, including genetic screening, and complex interdisciplinary approaches, i.e. an endocrinological, genetic and gynecological examination. In addition, we considered the prospects of their application to address the issue of admission athletes to competitions.

The methodological basis of the study was laid by dialectical, teleological, logical, formal-legal and system-structural methods.

Throughout the study, we implemented the universal dialectical method to consider the use of genetic research for the purposes of gender verification in its connection with the current development of science and technology. In its radical form, the idea

was realized through the teleological method interpreting and studying topical issues through the prism of goal setting, considering objectives and development strategies and ensuring the optimal legal regulation of relations associated with genomic research and the use of its results in high-level sports.

The logical method was used to correlate the variety of gender verification approaches with the expediency of genetic research in conformity with the current international practice. In addition, we referred to the formal-legal method to consider the prospects of their regulation as a means of improving the legal support of high-level sports.

The system-structural method allowed us to consider the relationship between disorders of sex development, their identification through different methods and the results of competitions, whose presence or absence is crucial for determining the feasibility of legal regulation of public relations in this area.

4. Results

Gender verification as a condition for holding sports competitions poses a difficult challenge

for sports science and medicine, as well as sports officials of various ranks. In the 1930s, they started to question the ability of female athletes who were genetically closer to male physiological parameters to participate in women's competitions since they gained an unfair competitive advantage based on the larger size of androgen-enhanced skeletal and muscle mass, strength and speed. Since the 1960s, the International Olympic Committee and the International Association of Athletics Federations have been verifying the gender of athletes (initially by a physical and/or direct gynecological examination).

The development of genetics provided new tools to solve this problem, which let the International Olympic Committee officially sanction the gender testing of athletes before international competitions in 1968. Experts used buccal smear to identify the Barr body (X chromatin) that forms in the cell nucleus through the inactivation of the female X chromosome and allows verifying one's gender (Albert de la Chapelle, 1986). Given the direct relationship between chromosomal and anatomical sex in most people, this method was quite effective. Over 20, 13 women have been banned from sports

competitions according to the test results, although the identified genetic differences were not confirmed at the phenotypic level as special physical advantages in sports.

Later it was found that several genetic disorders that hinder normal sexual development do not provide any potential benefits in sports. At the same time, this method did identify athletes with congenital adrenal hyperplasia that can provide competitive advantages, i.e. it conditions high levels of adrenaline, norepinephrine, cortisone and androgens in blood.

Therefore, a conviction was formed that the Barr body was analyzed to unfairly suspend some athlete from competitions rather than to discover those who deliberately deceived the sports committee.

Since 1991, a polymerase chain reaction analysis of the SRY gene locus on Y chromosome has been used for gender verification that was deemed necessary to trace the fetal gonad differentiates into testicles and determine male phenotypic development. The universality of such diagnostics is conditioned by the following advantages: any biological materials can be accepted for testing and

it shortens the time to get a diagnosis (automated polymerase chain reaction amplification provides results in 4-5 hours).

However, this method was not irreproachable as the above-mentioned gene did not explain all cases of abnormal sex development. At the very least, many true hermaphrodites do not have the SRY gene and only 15% of women have the Y chromosome due to this gene. Finally, it was proved that the SRY gene could be located on the X chromosome as a result of translocations during meiosis. Thus, the transition to PCR-based methods replaced one diagnostic genetic test with another but did not solve the initial problem since it called into question the participation of women with androgen insensitivity syndrome in sports competitions (Dickinson, B.D., 2011).

Experts emphasize that disorders of sexual development include any body condition when the genitals are atypical of the chromosome and gonads. Thus, they propose to highlight post-puberty transgender transitioning, whose consequences should be evaluated in each specific case (Martínez-Patiño, M.J., 2010). This leads to a logical conclusion that this method is imperfect

because it does not allow one to identify men and women with such a disease as congenital adrenal hyperplasia that can provide certain competitive advantages, i.e. it causes high levels of catecholamines (adrenaline and noradrenaline), glucocorticoids (cortisone and its derivatives) and androgens in blood (Rupert, L., 2002).

Currently, gender verification is associated with the identification of hyperandrogenism symptoms. The priority method of their assessment is the measurement of testosterone, which is supposedly produced as a precursor of androgens: androstenedione from thecal cells and dehydroepiandrosterone from the adrenal cortex that transforms into testosterone, especially in adipose tissue. Testosterone production rates, including direct ovarian secretion and peripheral metabolism by both the ovaries and adrenal glands, maintain circulating testosterone concentrations. On the contrary, metabolic clearance rate defined as the volume of blood purified irreversibly per unit time is the main process that reduces circulating androgen concentrations. We should consider both general testosterone and free testosterone, which leads to the formation of various research

approaches. Although clinical implications of hyperandrogenism are well known and their types are extremely diverse and unspecific (Nikonova, L.V., Tishkovskii, S.V., 2018).

The situation is aggravated by many factors affecting testosterone concentrations in human body, from the person's age and physiological state to the course of their disease and the time of day at which the sample was taken. As a result, the measurement of testosterone is more complicated than the analysis of other hormones. In addition, some methods can detect other steroids with a similar structure. According to specialists, the starting point should be the assessment of total testosterone that can be conducted through immunoassay and, if needed, mass spectrometry. If the upper limit of testosterone levels is exceeded twice, it is recommended to conduct a dehydroepiandrosterone sulphate analysis. This hormone is an inactive form of dehydroepiandrosterone synthesized by the adrenal glands that plays an important role in the conversion of estrogen into testosterone. Moreover, the level of dehydroepiandrosterone sulphate above 600 mg/dl indicates androgen-secreting adrenal adenoma. In case this level complies with the norm, it

can imply either ovarian hyperthecosis or androgen-secreting ovarian tumors. In rare cases, high testosterone levels are associated with a marked increase in globulins (Pugeat, M., Dechaud, H., 2010).

5. Discussion

In most cases, clinical studies focus on measuring total testosterone as the starting point for analyzing hyperandrogenism symptoms. Its low concentrations and structural similarities to circulating androgens require the use of accurate and quite sensitive research methods. Their list includes immunoassay based on the innate ability of antibodies to bind small molecules. The accuracy of studies depends on the quality of antibodies capturing testosterone and the method used to detect the antibody-bound testosterone. In addition, we should highlight a labeled probe and the system used to immobilize immune complexes.

This method is easy to use because it requires a small volume of samples and a short analysis time. Therefore it can be utilized for measuring testosterone in clinical and pharmacological conditions (Fiet, J.,

Giton, F., 2004). It is suitable for automated platforms that reduce not only human errors but also the cost of such an analysis. In addition, it has certain advantages over radioimmunoassay that requires the use of antibodies labeled with a radionuclide to determine the radioactivity of the resulting immune complex in conformity with beta or gamma radiation. In this regard, chemiluminescence and fluorescence are currently the main methods for detecting testosterone, as evidenced by modern scientific proposals for such clinical studies.

At the same time, this method has its drawbacks. In particular, specialists noted its lack of specificity that depends on the quality of the antibodies produced to testosterone. All non-isotopic methods, except for VitrosECi, exaggerate the determined level of total testosterone compared to the standard radioimmunoassay method (Malysheva, N.M., 2009).

In this case, unexpected biotin interference can cause both overestimated and underestimated test results depending on the chosen research method. The latter bears a bigger risk since biotin therapy comprises analytical intervention in many immunoassays

through streptavidin-biotin capturing methods, which can wrongly indicate different endocrine disorders. This circumstance is especially significant for gender verification in sports aimed at detecting high testosterone levels in the blood of athletes since biotin is a water-soluble vitamin (B7) belonging to the group of low-molecular metabolically active organosilicon compounds used in polyvitaminic complexes and sports nutrition. It is part of enzymes regulating protein and fat metabolism, participates in the synthesis of glucokinase and is a coenzyme combining various enzymes, including transcarboxylase.

Excess biotin in blood sample interferes with traces of a biotinylated hormone or specific biotinylated antibody, depending on the chosen system, and connects with streptavidin-coated microparticles, which affects the signal system and leads to overestimated or underestimated test results. Under these conditions, false testosterone data can be obtained. Specialists see the solution to this problem in the adsorption of biotin in magnetic streptavidin-coated microparticles (Piketty, M.P., Prie, D., 2017).

Testosterone levels can also be measured through mass spectrometry

that has recently gained particular importance. It is the only method to detect and analyze the superheavy molecules of organic substances (Konenkov, N.V., Makhmudov, M.N., 2007). The development of liquid chromatography along with atmospheric-pressure chemical ionization and electrospray ionization enables to relate liquid chromatography and mass spectrometry, which marked significant scientific progress since the liquid eluent phase makes derivatization unnecessary for measuring most steroids, including testosterone. The achievement of complex objectives for the purposes of steroid analysis is possible due to the improvement of sample preparation technologies, liquid chromatography column technologies and mass spectrometry. The most popular sample processing strategies include protein precipitation, solid phase extraction and liquid-liquid extraction (Keevil, B.G., 2013).

Despite its high effectiveness, this method also has some drawbacks, primarily related to technical aspects of the study. In particular, experts highlight the following risks: high-level variation in the efficiency of atmospheric-pressure chemical ionization, mandatory

standardization, "isotope effects" of internal standards, differential impact of matrix effects on the analyte and internal standard of isotopes, interference in metabolic transformation (Pugeat, M., Ploton, I., 2018). In addition, the human factor remains a source of possible errors in conducting research and interpreting its results.

The study object is free testosterone but the issue of its role is still open. At the same time, there is convincing evidence that the concentration of free hormones reflects a clinical situation more accurately than the total level of hormones in one's plasma.

Accordingly, the key point is the development of research methods, as well as accurate and highly sensitive ways to measure testosterone concentrations. We should keep in mind that the complex of "free testosterone – total testosterone" seems to be a thermodynamic system where the free fraction depends not only on the concentration of total testosterone but also on the characteristics of globulin that binds sex hormones, the association and dissociation of this complex determined by temperature and pH (Goncharov, N.P., Katsiya, G.V., 2008).

781

For a long time, the main method of separating protein from free testosterone before its measurement had been equilibrium dialysis based on analyzing the testosterone fraction associated with sex hormone-binding globulin and albumin. This method allows measuring the percentage of free testosterone, which is usually 2-3% of its total amount circulating in blood.

This study is often considered the simplest method for determining free testosterone but its results can inadequately reflect the true state of things, as evidenced by significant discrepancies in the data on free testosterone concentrations obtained by different and not always standardized methods (Ivashkina, S.G., 2007). Their reliability is questioned because of matrix effects that demand higher standards of preparing test samples, in particular, the deposition of a fraction not associated with sex hormone-binding globulin with ammonium sulfate.

Some time ago, centrifugal ultrafiltration-dialysis was recognized as an alternative method but it was found that the temperature of ultrafiltration (37°C) influenced the concentration of this hormone in ultrafiltrate (Chen, Y., Yazdanpanah, M., 2010).

Everyday clinical practice can also utilize methods for estimating the concentration of free testosterone that are based on the absence of inter-individual variability in the binding affinity of sex hormone-binding globulin, as well as the constancy of albumin concentrations and the affinity of albumin-binding testosterone (Heinrich-Balard, L., 2015). From the theoretical perspective, free thyroxine index corresponds to free testosterone at the low molar ratio of total testosterone to sex hormone-binding globulin. In general, the calculated values of free testosterone correlate with the results of equilibrium dialysis. This method is imperfect since it aims at obtaining reliable information about the true concentration of total testosterone but it can be challenging due to the possible polymorphism of sex hormone-binding globulin under the influence of drugs and endocrine disorders.

The study of hyperandrogenism symptoms can become a separate area of clinical research in the gender verification of athletes since the International Association of Athletics Federations connects the possibility of participating in international competitions with adjusting the level of

testosterone in blood, which cannot be done improperly at risk of harm.

The adrenal cortex producing dehydroepiandrosterone that affects androgen receptors is a source of many problems. A significant portion of dehydroepiandrosterone sulfotransferase is sulfated by the action of dehydroepiandrosterone sulfotransferase.

Dehydroepiandrosterone sulfotransferase is a precursor to active androgens and can be used by ovarian follicles to synthesize testosterone and even converts to dihydrotestosterone in peripheral tissues after conversion to androstenedione, without the mandatory formation of testosterone.

The normal process of hormone production might be impaired due to adrenal hyperandrogenism. In most cases, it is congenital but it can be caused by neoplasms associated with an increase in the number of cells that produce androgens, which inevitably leads to an increase in the production of hormones. To determine the connection between hyperandrogenism and disorders of the adrenal cortex, dehydroepiandrosterone is examined.

In some cases, experts stress the relationship between congenital adrenal

hyperplasia and polycystic ovary syndrome. However, modern studies have concluded that ovarian androgens, especially testosterone, have only a limited effect on adrenocortical functions (Goodarzi, M.O., Carmina, E., 2015).

For the needs of differential diagnosis, samples for adrenocorticotrophic hormone are used as a confirmatory test. They are the most important stimulator of the adrenal cortex that enables to identify almost 100% of patients with genetically proven non-classical congenital adrenal hyperplasia, regardless of the type of mutation. In the near future, the development of sequencing platforms should simplify the study of the CYP21A2 gene.

Scientists have many questions about polycystic ovary syndrome that is characterized by adverse hormonal disorders causing metabolic and gynecological problems in women. Nowadays it remains an endocrine mystery due to the fact that genetic factors work in line with environmental signals contributing to its pathogenesis. The studies of genes involved in steroidogenesis that presumably control susceptibility to polycystic ovary

syndrome and its phenotypic heterogeneity have not been convincing due to various diagnostic criteria, the likely contribution of several genes to these processes, differences in lifestyle, environmental factors and the size of the samples under investigation (Dadachanji, R., Shaikh, N., 2018).

While assessing the prospects of using the above-mentioned methods for gender verification in high-level sports, we should standardize approaches to their implementation to ensure reliable results. At first glance, it seems effective to use automated methods for determining steroid hormones. Their advantages include is reduced risks of unauthorized intervention and low costs of testing. However, they cannot provide satisfactory results for several reasons. Thus, immunoassay without preliminary extraction or purification of the material, as well as the insufficient accuracy of the devices used, cause significant deviations from the real indicators. The interpretation of the results obtained is no less difficult since it requires the knowledge of normal concentrations and deviations in the female population who do not have diseases that provoke hyperandrogenism.

One of the problems requiring solution is the definition of entities authorized to conduct such studies. Two possible solutions are as follows: to establish a unified center operating under the auspices of the international sports association interested in assessing hyperandrogenism symptoms, which is currently the International Association of Athletics Federations, or to transfer appropriate authorities to national federations. In both cases, it is necessary to develop a standardized decision-making scheme for assessing the level of testosterone and identifying the initial cause of excess androgen excess, as well as agreeing on the methods used for achieving this goal. A group of French scientists proposed one of such methods.

In particular, they noted that testosterone twice the upper limit of normal suggests an androgen-secreting tumor. In addition, dexamethasone samples can be used to identify ovarian androgen-secreting tumors and hypertension.

If testosterone is slightly above the upper limit, the most likely diagnosis is polycystic ovary syndrome. To exclude Cushing's disease, a non-classical type of 21-hydroxylase deficiency should be screened depending

784
on clinical conditions. The study subject might be gonadandrostenedione, whose increased level indicates diseases causing hyperandrogenism (Pugeat, M., Plotton, I., 2018).

5. Conclusion

In contrast to the previous practice of gender verification, the current studies focus on changing testosterone levels and utilize different methods, some of which determine the level of total testosterone and the others define the level of free testosterone. Based on expert estimates, we have concluded that the method of tandem mass spectrometry is the most effective. Since the International Association of Athletics Federations allows the medical treatment of testosterone levels as a condition for admission to international competitions, the ongoing studies cannot be limited to identifying its quantitative indicators. An additional objective is to reveal the causes of hyperandrogenism, i.e. to expand the list of the methods used whose application should be unified with due regard to modern medical advances.

From the economic viewpoint, modern tests measuring the level of total testosterone are not expensive (which is proved by a wide range of private

medical centers) but the costs will inevitably increase 10-15 times for identifying the causes of hormonal imbalances. The key point is to harmonize the methods used and standardize them for all national sports federations.

Acknowledgments

The study was supported by the Russian Foundation for Basic Research within research project No. 18-29-14055.

References

de la Chapelle, A. The Use and Misuse of Sex Chromatin Screening for Gender Identification of Female Athletes. *The Journal of the American Medical Association*. 1986. Vol. 256. P. 1920-1923.

Chen, Y., Yazdanpanah, M., Wang, X.Y., Barry, R., Hoffman, B.R., Eleftherios, P., Diamandis, E.P. & Wong, P.Y. Direct measurement of serum free testosterone by ultrafiltration followed by liquid chromatography tandem mass spectrometry. *Clinical Biochemistry*. 2010. 43. P. 490-496.

785

Dadachanji, R., Shaikh, N., Mukherjee, S. Genetic Variants Associated with Hyperandrogenemia in PCOS Pathophysiology. *Genetics Research International*. 2018. URL: <https://doi.org/10.1155/2018/7624932/>.

Dickinson, B.D., Genel, M., Robinowitz, C.B., Turner, P.L., Woods, G.L. Gender verification of female Olympic athletes // *Medicine & Science in Sports & Exercise*. 2002. Vol. 34. Issue 10. P. 1539-1542.

Fiet, J., Giton, F., Fidaa, I., Valleix, A., Galons, H. & Raynaud, J.P. Development of a highly sensitive and specific new testosterone time-resolved fluoroimmunoassay in human serum. *Steroids* 2004. 69. P. 461-471.

Goodarzi, M.O, Carmina, E. & Azziz, R. DHEA, DHEAS and PCOS. *Journal of Steroid Biochemistry and Molecular Biology*. 2015. 145. P. 213-225.

Heinrich-Balard, L., Zeinyeh, W., Déchaud, H., Rivory, P., Roux, A., Pugeat, M. & Cohen, R. Inverse relationship between hSHBG affinity for testosterone and hSHBG concentration revealed by surface plasmon resonance. *Molecular and Cellular Endocrinology*. 2015. 399. P. 201-207.

Keevil, B.G. Novel liquid chromatography tandem mass

spectrometry (LC–MS/MS) methods for measuring steroids. *Best Practice Research Clinical Endocrinology and Metabolism*. 2013. 27. P. 663-674.

Martínez-Patiño, M.J., Mateos-Padorno, C., Martínez-Vidal, A., Sánchez, A.M., García, J.L., Díaz, M.P., Touriño, C.F. An approach to the biological, historical and psychological repercussions of gender verification in top level competitions // *Journal of Human Sport & Exercise*. 2010. Vol. 5. Issue 3. P. 307-321.

Piketty, M.P, Prie, D., Sedel, F., Bernard, D., Hercend, C., Chanson, P.H. & Souberbielle, J.C. High-dose biotin therapy leading to false biochemical endocrine profiles: validation of a simple method to overcome biotin interference. *Clinical Chemistry Laboratory Medicine*. 2017. 55. P. 817-835.

Pugeat, M., Dechaud, H., Raverot, V., Denuziere, A., Cohen, R. & Boudou, P. Recommendations for investigation of hyperandrogenism. *Annals of Endocrinology* 2010. 71. P. 2-7.

Pugeat, M., Plotton, I., de la Perrière, A.B., Raverot, G., Déchaud, H., Raverot, V. Hyperandrogenic states in women: pitfalls in laboratory diagnosis // *European Journal of Endocrinology*. 2018. 178, P. 141-154.

Rupert, L. James Genitals to Genes: The History and Biology of Gender Verification in the Olympics. ***CBMH/BCHM***. Vol. 28: 2. 2011. P. 339-365.

Stanczyk, F.Z. Diagnosis of hyperandrogenism: biochemical criteria. *Best Practice and Research Clinical Endocrinology and Metabolism*. 2006. 20. P. 177-191.

Goncharov, N.P., Katsiya, G.V. Sovremennye metody opredeleniya testosterona [Modern methods of measuring testosterone] // *Vestnik reproduktivnogo zdorovya*. 2008. 7. P. 31-37.

Ivashkina, S.G. Testosteron - vozmozhnosti laboratorii [Testosterone and laboratory capabilities] // *Medicsinskii alfavit. Laboratornaya diagnostika*. 2007. 7. P. 40-43.

Konenkov, N.V., Makhmudov, M.N., Stepanov, V.A. Tendentsii razvitiya kvadrupolnoi mass-spektrometrii [Trends for developing quadrupole mass spectrometry] // *Vestnik Ryazanskogo gosudarstvennogo universiteta im. S.A. Esenina*. 2007. 3(16). P. 98-112.

Malysheva, N.M. Svobodnye biologicheski aktivnye formy testosterona kak naibolee adekvatnye markery dlya otsenki androgennogo

statusa [Free biologically active forms of testosterone as the most adequate markers for assessing androgenous status]: an extended abstract thesis for a Candidate Degree in Law Sciences. Moscow, 2009. P. 12.

Nikonova, L.V., Tishkovskii, S.V., Butrim, O.S., Davydchik, E.V. Kliniko-gormonalnye varianty sindroma giperandrogenii [Clinical and medical variants of hyperandrogenism] // Journal of the Grodno State Medical University. 2018. Vol. 16, 5. P. 542-548

THE PRINCIPLE OF COMPENSATION AS A GUARANTEE OF HUMAN RIGHTS AND FREEDOMS (AS EXEMPLIFIED BY THE LEGISLATION OF THE RUSSIAN FEDERATION)

Alexey Andreevich Demichev¹

Manvel Aleksanovich Engibaryan²

Vera Aleksanovna Iliukhina³

Aleksandr Vasilevich Paramonov⁴

Abstract. The article aims at analyzing the principle of compensation enshrined in the Russian legislation as a guarantee of human rights and freedoms. Moreover, the authors of the article proceed from the positivist understanding of law principles. The main scientific method is formal legal analysis or interpretation of international and Russian laws on compensation. Based on different reasons, the

authors have developed six classifications of compensation. The article concludes that 1) the principle of compensation is an interdisciplinary principle of the Russian law; 2) the principle of compensation is among effective guarantees of human rights and freedoms in Russia, while the implementation of rules governing this institute contributes to the restoration of social justice in different spheres of social life; 3)

¹ Nizhny Novgorod Academy of the Ministry of Internal Affairs of Russia, 3 Ankudinovskoe Highway, Nizhny Novgorod, Russian Federation, 603144. ORCID ID 0000-0002-9779-100X

² Academy of Law and Management of the Federal Service for Execution of Sentences of Russia, 1 Sennaya Street, Ryazan, Russian Federation, 390036. ORCID ID 0000-0003-1676-0162

³ Academy of Law and Management of the Federal Service for Execution of Sentences of Russia, 1 Sennaya Street, Ryazan, Russian Federation, 390036. ORCID ID 0000-0001-7049-4593

⁴ Nizhny Novgorod Branch of the Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration, 46 Gagarina Avenue, Nizhny Novgorod, Russian Federation, 603950. ORCID ID 0000-0002-7230-2337

compensation covers material and non-material damage caused to individuals and legal entities, as well as costs or expenses that arise in cases specified in the relevant regulatory acts; 4) the actual grounds for compensation payments can only be lawful and unlawful action or inaction, as well as events and conditions enshrined in the corresponding law. As a result, the following definition of compensation has been proposed: compensation is reimbursement to individuals and legal entities of material and non-material damage or expenses caused by lawful and unlawful action (inaction), events and conditions, which aims at restoring social justice in cases established by regulatory legal acts.

Keywords: compensation, human rights and freedoms, law principles, the classification of principles, social justice.

Introduction.

One of the trends in the development of human civilization between the second half of the 20th and early 21st century is the recognition of human rights and freedoms as the supreme value (Steiner, H.J., Alston, P. 2000. *International Human Rights in Context: Law, Politics, Morals*. The 2nd ed. Oxford University Press, 1536 pp.; Orend, B. 2002. *Human rights: Concept and Context*. Peterborough, Ont.: Broadview Press, 272 pp.; Azarov, A., Reuter, W., Hüfner, K. 2003. *Human rights. International and Russian mechanisms of legal protection*. Moskovskaya shkola prav cheloveka, 560 pp.; Forsythe, D.P. 2006. *Human Rights in International Relations*. Cambridge University Press, 285 pp.; Joseph, P. 2017. *The New Human Rights Movement: Reinventing the Economy to End*

Oppression. BenBella Books, 269 pp.). According to Article 1 "Obligation to respect Human Rights" of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms concluded in Rome on November 4, 1950, the High Contracting Parties shall secure to everyone within their jurisdiction the rights and freedoms defined in this Convention. Although the Russian Federation became a party to the above-mentioned Convention only in 1998, Article 2 of the Constitution of the Russian Federation adopted at a nationwide referendum on December 12, 1993 enshrines the same norm: "Man, his rights and freedoms are the supreme value. The recognition, observance and protection of the rights and freedoms of man and citizen shall be the obligation of the State". According to Clause 2, Article 80 of the Constitution of the Russian Federation, the

790

President of the Russian Federation shall be the guarantor of the Constitution of the Russian Federation and the rights and freedoms of man and citizen.

The existence of a social and democratic legal state presupposes not only the creation of conditions for the normal functioning of society and individuals and the full realization of their rights and legitimate interests, but also, if necessary, the restoration of social justice, whose violation can be caused by natural disasters, man-made emergencies and other lawful and unlawful actions of different subjects. At the same time, the principle of compensation is both an effective tool and a guarantee of restored justice. This principle is enshrined in international regulatory acts and the Russian legislation.

The article aims at analyzing the principle of compensation enshrined in the

Russian legislation as a guarantee of human rights and freedoms.

Methods.

Within the context of this article, the main scientific method is formal legal analysis or interpretation of the existing legislation on compensation. At the same time, we proceed from the positivist understanding of law principles. In this regard, only the initial and basic legal provisions that underlie the legal regulation of any branch of law or general legal regulation are considered as law principles (Demichev A.A. 2014. The positivist classification of principles typical of the modern Russian law. *Gosudarstvo i pravo*, 5: P. 5-13).

Results

The Latin term "compensatio" means "to balance" or "to reimburse". In general, the concept of compensation with due

791
regard to its etymology has two meanings: 1) refund, 2) remuneration. In both cases, the word stands for "balancing or creating balance". It is not without reason that the compensational function of law (including the principle of compensation) is to restore social justice (Kuzmina, M.V. 2014. The compensational function in the system of law functions: theoretical-legal aspects. *Aktualnye problemy rossiiskogo prava*, 2, P. 179; Vlasenko, I.A. 1995. The compensational function of law (theoretical and practical issue): an extended abstract of thesis for a Candidate Degree in Law Sciences. Nizhny Novgorod: Nizhegorodskaya vysshaya shkola MVD Rossii, P. 10; Tarakanov, A.P. 2013. The concept and specifics of compensational functions of law. *Biznes v zakone*, 1, P. 38).

Currently, the concept of compensation is utilized by several international acts and Russian laws.

Article 52 of the Constitution of the Russian Federation also uses the "compensation" term. This article grants each victim access to justice and provides compensation for the damage some crime caused.

There are many examples in international law when losses incurred are compensated. According to Clause, Article 8 of the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism (concluded in New York on December 9, 1999), "each State Party shall consider establishing mechanisms whereby the funds derived from the forfeitures referred to in this article are utilized to compensate the victims of offences referred to in article 2, paragraph 1,

subparagraph (a) or (b), or their families".

Article 31 of the United Nations Convention against Corruption (adopted in New York on October 31, 2003 by Resolution 58/4 at the 51st plenary meeting of the 58th session of the UN General Assembly) states as follows: "Each State Party shall take such measures as may be necessary, in accordance with principles of its domestic law, to ensure that entities or persons who have suffered damage as a result of an act of corruption have the right to initiate legal proceedings against those responsible for that damage in order to obtain compensation".

According to Article 41 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (concluded in Rome on November 4, 1950): "If the Court finds that there has been a violation of the Convention or the Protocols thereto, and if the internal law of

the High Contracting Party concerned allows only partial reparation to be made, the Court shall, if necessary, afford just satisfaction to the injured party".

Within the framework of the Russian legislation, the legal definition of compensation is provided only by the Labor Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of December 30, 2001 No. 197-FZ. According to Clause 2, Article 164 of the Labor Code of the Russian Federation, compensations are monetary payments, established to compensate employee's expenditures in connection with his fulfilling labor and other duties defined by the federal law. Therefore, most commentators of various legal acts consider the concept of compensation with due regard to the definition provided for by the Labor Code (Lermontov, Yu.M. 2017. Commentary to Chapter 34 of the Tax Code of the

Russian Federation "Insurance payments" (clause-by-clause). Moscow: Statut, P. 81; Beloglazova, V.G., Belyakin, V.G., Velmyaikin, S.F. 2012. Commentary to the legislation on insurance payments and retirement benefits (clause-by-clause). Norma, Infra-M, P. 627; Shnitenkov, A.V., Velikii, D.P. 2007. Commentary to the Federal Law "On jury members of federal courts of general jurisdiction of the Russian Federation" (clause-by-clause). Moscow: Yustitsinform, P. 65).

Besides the Labor Code of the Russian Federation, there are no other Russian laws that define compensation but this term is still used in various regulatory acts.

The "compensation" term is common to civil law. Thus, Part One, Article 12 of the Civil Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of November 30, 1994 No. 51-FZ indicates

compensation for moral damages along with other ways of protecting civil rights. Article 16.1 provides for the possibility of compensating damage caused by lawful actions of state bodies and local self-government. Article 65.2 states that members of some corporation should be paid fair compensation. Article 247 and Article 252 are concerned with compensation to a joint interest owner. Part Two of the Civil Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of January 26, 1996 No. 14-FZ uses the "compensation" term in relation to a labor contract (Article 709 and Article 729) and moral damage (Articles 1099-1101). Part Three of the Civil Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of November 26, 2001 No. 146-FZ applies this term to mismatch between received assets of an estate and the share in the estate (Article 1170) and

794
succession of property of a member of a peasant (individual) farm (Article 1179). Part Four of the Civil Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of December 18, 2006 No. 230-FZ mentions compensation in relation to protecting exclusive rights (Articles 1252, 1300, 1301, 1311).

The Civil Procedure Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of November 14, 2002 No. 138-FZ uses the concept of compensation with respect to moral damage and actual loss of time (Articles 29, 94, 95, 99).

The Code of Administrative Offenses of the Russian Federation adopted by Federal Law of March 8, 2015 No. 21-FZ contains a full-fledged chapter on the specific administrative proceedings concerned with compensation for violating the right to legal proceedings within a reasonable time or the right to enforce a

judicial act within a reasonable time (Chapter 26). In addition, this document enshrines the procedure for paying compensation in connection with the loss of time (Article 52), as well as remuneration to experts, specialists and translators if the work they perform is not included in their duties (Article 108).

The Criminal Procedure Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of December 18, 2001 No. 174-FZ mentions the "compensation" term six times, namely: in relation to the compensation for attorney's fees (Article 45 and Article 50), compensation for moral damage (Article 44, Article 136, Article 389.26) and compensation for the violation of a reasonable time when applying procedural coercion in the form of property seizure (Article 115.1). In the latter case, the legislator needs to resolve the issue of compensation and

795

refers to the norms established in a special regulatory act, i.e. Federal Law of April 30, 2010 No. 68-FZ "On compensation for violation of the right to legal proceedings in reasonable time or the rights to execution of the court ruling in reasonable time".

The issue of compensation to persons released from criminal prosecution due to mitigating circumstances is relevant to the Russian Federation and other countries. If there are grounds for rehabilitation, the property damage of such a person is compensated in the form of: 1) wages, retirement benefits, social securities and other funds that were lost as a result of criminal prosecution; 2) the property confiscated or turned into state property based on a sentence or judicial decision; 3) fines and court costs paid in pursuance of a sentence; 4) the amounts paid for the provision of legal assistance; 5) other expenses.

While the first four forms make it easy to determine the amount of compensation for property damage, the fifth form mentioned by the Criminal Procedure Code of the Russian Federation does not contain any specific rules. This legal gap is filled by Clause 15 of Resolution of the Plenum of the Supreme Court of the Russian Federation of November 29, 2011 No. 17. Accordingly, "other expenses" subject to compensation are "the expenses incurred by the rehabilitated person directly during criminal prosecution, as well as the expenses aimed at eliminating the consequences of illegal or unjustified criminal prosecution, including the replacement costs related to the consideration of rehabilitation, restoration of health, etc.". The procedure for compensating the property damage of a rehabilitated person is determined by the Decree of the

Presidium of the Supreme Soviet of the USSR of May 18, 1981 "On the compensation for damage resulting from unlawful actions by state organizations and public organizations, or by officials in the performance of their duties" (adopted by the USSR Law of June 24, 1981).

To compensate the moral damage of a rehabilitated person, the state does not strive to make up for the harm as soon as possible but rather suggests using the procedure provided for in civil proceedings. However, we believe that this approach does not correspond to the interests of the rehabilitated person and the principle of justice. This issue can be resolved in the framework of criminal proceedings by analogy with the compensation for the victim's moral damage.

The principle of compensation as a guarantee of individual rights and freedoms

plays an important role in the sphere of penal preparation. According to the official statistics of March 1, 2020, 518,391 people were held in penitentiary institutions (Federal Penitentiary Service of the Russian Federation. URL:

<http://фсин.рф/structure/inspector/iao/statistika/Kratkaya%20harka%20UIS/> (Accessed date: March 24, 2020).

In conformity with the Criminal Executive Code of the Russian Federation adopted by Federal Law of August 8, 1997 No. 1-FZ, persons serving their criminal sentences can be subject to the following types of compensation:

– The compensation for harm in case of the injury caused by the performance of compulsory work carried out in accordance with labor legislation (Article 28). In this case, the legislator refers to

the harm caused to the health of the convicted;

– The compensation for the damage caused to persons sentenced to compulsory labor in accordance with the Russian law (Article 60.21). This article also mentions harm to health but the legislator uses the "damage" term that usually describes material damage. In our opinion, this approach is incorrect. In addition, the manner and cases of compensation are provided not only by the labor legislation but also by Federal Law of July 24, 1998 No. 125-FZ "On compulsory social insurance against accidents at work and occupational diseases". Similar compensation is guaranteed to persons serving their sentences in prison facilities (Article 98 of the Criminal Executive Code of the Russian Federation).

However, not only persons serving their sentences in prisons

are entitled to compensation in the cases prescribed by the relevant law. Convicts are also obliged to compensate the costs incurred by penal institutions:

– The compensation for the expenses of correctional centers for the payment of utility bills and the maintenance of property within their actual expenses by persons convicted to compulsory labor (Article 60.5 of the Criminal Executive Code of the Russian Federation). The procedure for calculating the amount of these costs is not legally determined;

– The compensation for the direct damage caused to some correctional center by persons convicted to compulsory labor (Article 60.20). The recovery procedure, in this case, is determined by labor law. In addition, the administration of some correctional center can either reduce the amount of damages claimed or waive their claim with

due regard to specific circumstances. Neither legislation nor judicial practice dwells on these specific circumstances;

– The compensation for the cost of food, clothing, utilities and personal hygiene products which is made monthly within the actual costs incurred in a given month by convicts serving their sentences in prison facilities (except for certain categories of convicts) (Article 99);

– The compensation for the damage caused to some correctional institution either through the performance of labor duties or other actions by convicts serving their sentences in prison facilities. This type of compensation also includes the recovery of costs for preventing the convict's escape and the costs for treating such a person in case of intentional harm to their health (Article 102);

– The compensation for the costs for keeping convicted servicemen in a disciplinary military unit (Article 164). Regarding this type of compensation, the legislator does not determine the structure of these expenses, indicating that 50% of the salary convicted servicemen receive can be collected from them;

– The compensation for the expenses for renewing passport if the convicted has some funds on their personal account (Article 173).

According to Article 41 of Federal Law of July 15, 1995 No. 103-FZ "On the custody of suspects and accused of committing crimes", the state can receive compensation in case of the material damage caused by suspects and accused during their detention in the amount determined by labor legislation for labor activities and other actions.

Like any other complex phenomenon, compensation can be classified on various grounds.

1. First of all, it is possible to propose the criterion of compensation based on the sector-specific division of law typical of the continental legal family. Therefore, we can distinguish between compensation in 1) constitutional law; 2) labor law; 3) civil law; 4) civil procedural law; 5) criminal procedural law; 6) administrative procedural law; 6) criminal executive law and other industries.

2. The second classification is built over such a ground as a legal fact. A legal fact is a specific life circumstance associated with the formation, alteration or termination of legal relations in conformity with the rule of law. In this regard, the classification of compensation is based on a legal fact that grants individuals or legal entities the opportunity to apply for

compensation in accordance with law.

According to the volitional criterion, legal facts are divided into acts (action or inaction) and events. The former depend on the will of subjects and the latter arise or occur independently. Examples of the compensation paid as a result of some acts (lawful or unlawful actions and inaction) are as follows: compensation for using the personal property of an employee; compensation upon the expiration and termination of an employment contract; compensation for the material damage caused by the unlawful deprivation of work; compensation for the damage caused by lawful actions of state bodies and local self-government bodies; compensation for the damage caused by unlawful actions (inaction) of state bodies, local self-government bodies or their officials; compensation for the

losses caused by the dissemination of information discrediting honor, dignity or business reputation; compensation for the losses incurred by a victim as a result of the agreement recognized as invalid and concluded under the influence of fraud, violence, threat or adverse circumstances; compensation for moral damage, etc.

Compensation might be conditioned by various natural (floods, earthquakes, fires, etc.) and social events (emergencies, wars, conflicts, etc.). Examples of such compensation in the Russian law are as follows: compensation for work accidents and occupational diseases; compensation for the harm caused to the life or health of citizens as a result of an accident or incident at a hazardous production facility; compensation for the lost housing and/or property as a result of hostilities or counter-terrorism

operations; compensation for the damage caused to the life and/or baggage, hand baggage of a passenger during their transportation; compensation for the damage caused to the health of a passenger during air transportation, etc.

There is one more type of a legal fact known as a state, i.e. long-term circumstances having legal consequences. If events and actions are the basis for a one-time compensation, states stipulate long-term compensations. Examples of such compensation types are as follows: compensation in connection with the costs of housing, utilities and other types of services; compensation to persons working in the Far North and equivalent areas; compensation for the harm caused to the health of citizens who received or suffered radiation sickness and other diseases as a result of the Chernobyl disaster, as well people

801
with disabilities and family members of citizens who died as a result of the Chernobyl disaster; compensation for non-working wives of rank and file and command staff of internal affairs bodies of the Russian Federation, the State Fire Service of the Ministry of the Russian Federation for Civil Defense, Emergency Situations and the Rectification of the Consequences of Natural Disasters in remote garrisons and areas where these women cannot find jobs, etc.

3. Depending on the object of influence, all types of compensation can be divided into compensation within the framework of property relations and compensation within the framework of non-property relations. In the first case, compensation is associated with the loss or destruction of property belonging to an individual or legal entity. In the second case, it is

connected with any damage to life, health, honor, dignity, reputation and other non-material benefits.

4. Depending on the regularity of compensation, it can be regular and one-time. The first type of compensation is enshrined in legal acts having a permanent effect and is implemented until these documents are amended or terminated. The second type of compensation is associated with certain events based on which authorized bodies decide on compensation.

5. Depending on the territory where people can receive a certain type of compensation, it can be international, federal, regional, local and vicinal. International compensation is established by international law. For instance, the Council of Europe Convention on the Prevention of Terrorism (CETS No. 196) concluded in Warsaw on May 16, 2005 provides for compensation for victims of

802
terrorism. The Maritime Labor Convention of 2006 concluded at Geneva on February 23, 2006 provides for compensation for seafarers.

Compensation at the federal level (the Russian Federation is a federal state that has both federal and regional laws) is provided for by federal legal acts, including the Constitution of the Russian Federation, the Labor Code of the Russian Federation, the Civil Code of the Russian Federation, etc.

Compensation at the regional level is established by laws of the constituent entities of the Russian Federation. For example, Resolution of the Government of the Republic of Bashkortostan of March 23, 2012 No. 79 "On approving the procedure for granting budgetary subsidies from the Republic of Bashkortostan to compensates some costs related to the acquisition of agricultural

machinery" partially reimburse the money of Bashkir agricultural producers spent on agricultural machinery. At the same time, Government Decree of the City of Moscow of March 9, 2011 No. 63-PP "On approving the procedure for making monetary compensation to owners of demolished stand-alone garages upon clearing the territory of Moscow" provides for compensation to the garage owners whose property was demolished to ensure the interests of Moscow.

According to Article 12 of the Constitution of the Russian Federation, local self-governments are not included in the system of public authorities. Therefore, they can adopt their own legal acts and establish compensation payments to residents of their municipalities at their sole discretion (for example, the demolition of residential houses for municipal purposes).

803

The administration of certain organizations, institutions and enterprises has the right to establish their own ways and amounts compensation based on local acts. Typically, such compensations cover overtime work on weekends and holidays, work in difficult conditions, etc.

We should note that compensation for damages, expenses and costs that might arise due to lawful or unlawful action and inaction, as well as certain events can be enshrined at the international, federal, regional, municipal and local levels.

6. Depending on the subject providing compensation, we can distinguish between compensations received from state, employers, individuals and legal entities. For example, the state represented by the relevant bodies compensates the damage caused by a natural disaster. The employer compensates the employee's

expenses in connection with the performance of their labor duties. Individuals and legal entities compensate the material damage caused by their actions, the moral damage caused by their actions and decisions, as well as the expenses incurred due to the non-fulfillment of obligations or violation of copyrights.

Conclusion.

Having studied the principle of compensation, we drew the following conclusions:

1) The principle of compensation is an interdisciplinary principle of the Russian law. Compensation standards are enshrined both in the Constitution of the Russian Federation and in sector-specific legislation (criminal procedure, civil procedure, administrative procedure, labor, civil, criminal executive laws).

804
2) The principle of compensation is among effective guarantees of human rights and freedoms in Russia. The implementation of rules governing this institute contributes to the restoration of social justice in different spheres of social life.

3) Compensation covers material and non-material damage caused to individuals and legal entities, as well as costs or expenses that arise in cases specified in the relevant regulatory acts.

4) The actual grounds for compensation payments can only be lawful and unlawful action or inaction, as well as events and conditions enshrined in the corresponding law.

5) Based on the analysis of international and Russian laws, we developed our definition of compensation. Compensation is reimbursement to individuals and legal entities of material and non-

material damage or expenses caused by lawful and unlawful action (inaction), events and conditions, which aims at restoring social justice in cases established by regulatory legal acts.

References

Forsythe, D.P. 2006. Human Rights in International Relations. Cambridge University Press, 285 pp.

Joseph, P. 2017. The New Human Rights Movement: Reinventing the Economy to End Oppression. BenBella Books, 269 pp.

Orend, B. 2002. Human rights: Concept and Context. Peterborough, Ont.: Broadview Press, 272 pp.

Steiner, H.J., Alston, P. 2000. International Human Rights in Context: Law, Politics, Morals. The 2nd ed. Oxford University Press, 1536 pp.

Azarov, A., Reuter, W., Hüfner, K. 2003. Prava cheloveka.

805
Mezhdunarodnye i rossiiskie mekhanizmy zashchity [Human rights. International and Russian mechanisms of legal protection]. Moskovskaya shkola prav cheloveka, 560 pp.

Vlasenko, I.A. 1995. Kompensatsionnaya funktsiya prava (voprosy teorii i praktiki) [The compensational function of law (theoretical and practical issue)]: an extended abstract of thesis for a Candidate Degree in Law Sciences. Nizhny Novgorod: Nizhegorodskaya vysshaya shkola MVD Rossii, 24 pp.

Demichev, A.A. 2014. Pozitivistskaya klassifikatsiya printsiptov sovremennogo rossiiskogo prava [The positivist classification of principles typical of the modern Russian law]. Gosudarstvo i pravo, 5: P. 5-13.

Beloglazova, V.G., Belyakin, V.G., Velmyaikin, S.F. 2012. Kommentarii k zakonodatelstvu o strakhovykh vzosakh i pensiyakh

(postateinyi) [Commentary to the legislation on insurance payments and retirement benefits (clause-by-clause)]. Norma, Infra-M, 1088 pp. Kuzmina, M.V. 2014. Kompensatsionnaya funktsiya v sisteme funktsii prava: teoretiko-pravovoi aspect [The compensational function in the system of law functions: theoretical-legal aspects]. Aktualnye problemy rossiiskogo prava, 2, P. 174-179. Lermontov, Yu.M. 2017. Kommentarii k glave 34 Nalogovogo kodeksa Rossiiskoi Federatsii "Strakhovye взносы" (postateinyi) [Commentary to Chapter 34 of the Tax Code of the Russian Federation "Insurance payments" (clause-by-clause)]. Moscow: Statut, 176 pp. Tarakanov, A.P. 2013. Ponyatie i osobennosti kompensatsionnoi funktsii prava [The concept and specifics of compensational

functions of law]. Biznes v zakone, 1, P. 31-38.

Federalnaya sluzhba ispolneniya nakazanii [Federal Penitentiary Service of the Russian Federation].

URL:

<http://фсйн.рф/structure/inspector/iao/statistika/Kratkaya%20harka%20UIS/> (Accessed date: March 24, 2020).

Shnitenkov, A.V., Velikii, D.P. 2007. Kommentarii k Federalnomu zakonu "O prisyazhnykh zasedatelyakh federalnykh sudov obshchei yurisdiksii v Rossiiskoi Federatsii" (postateinyi) [Commentary to the Federal Law "On jury members of federal courts of general jurisdiction of the Russian Federation" (clause-by-clause)]. Moscow: Yustitsinform, 136 pp

A COMPLEX RATING ASSESSMENT OF THE FINANCIAL POSITION OF RUSSIAN AGRICULTURAL ENTERPRISES: METHODOLOGICAL ASPECTS

Oksana V. Moshchenko¹

Aleksandr V. Smetanko²

Ludmila I. Kruglyak³

Svetlana V. Romanova⁴

Svetlana A. Maryanova⁵

Abstract: The article explores the problems of choosing the key indicators for quantitative assessment of financial state of companies. The methodological aspects of this assessment are examined using the example of agricultural industry. The purpose of the study is to prove the lack of a unified methodology for comparative assessment of financial and economic activities of business entities, taking into account current business conditions and industry specifics. The objectives of the study are to develop a unified methodology for assessing business situation based on

nine key indicators provided by the SPARK-INTERFAX system. The economic content of key indicators of rating assessment based on SPARK-INTERFAX system was revealed in detail. The dynamics of sectoral average indicators of pig farms over the past 8 years have been shown. Using statistical methods, it was proved that reference of some key indicators can vary between sub-industries: pig breeding, poultry farming, etc. Therefore, a rating methodology has been developed to evaluate the financial position of enterprises, taking into account

¹ Candidate of Economic Sciences, Associate Professor, Financial University under the Government of the Russian Federation Russia, 125993, Moscow, Leningradsky Avenue, 49 E-mail: skorpion27101980@mail.ru

² Doctor of Economic Sciences, Professor, V.I. Vernadsky Crimean Federal University, Russia, 295024, Simferopol', Sevastopolskaya street, 21/4. E-mail: smetanko@mail.ru

³ Candidate of Economic Sciences, Associate Professor, Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration, Russia, 119571, Moscow, Vernadskogo Ave 82, E-mail: lissli@yandex.ru

⁴ Candidate of Economic Sciences, Associate Professor, Don State Technical University Russia, 344000, Rostov-on-Don, Gagarin sq., 1, E-mail: rromanova-sv@yandex.ru

⁵ Candidate of Economic Sciences, Associate Professor, Don State Technical University Russia, 344000, Rostov-on-Don, Gagarin sq., 1, E-mail: msa0209@mail.ru

industry average values, controlled for the regional level. The practical significance of the study was tested at the three largest Russian pig breeding enterprises with the revenue of more than 10,000 million rubles.

Keywords: Comprehensive assessment, rating, financial position, liquidity, business activity, financial stability, profitability.

1. INTRODUCTION

Business performance depends on both external and internal factors. If an economic agent has no influence on the external factors of the macro-environment, then it must at least adapt to the influence of those factors. As for internal factors, the main role belongs to the company's management, since they must promptly analyze all the facts of the economic life and effectively use labor, material and financial resources [14].

How often do managers evaluate the financial position of the company, and how preventive are the measures resulting from this analysis? What indicators should they focus on to make adequate managerial decisions? It is obvious that some enterprises can afford an analytical service to deal with such issues, while others don't have enough resources.

808

As for agricultural production, it should be noted that most of the enterprises lack such units in their organizational management structure. Given the current market situation, when import substitution becomes the main priority at the State level, further sustainable development of Russian agriculture is of paramount importance. Therefore, a timely analysis of financial position is the most important task for company's management. Moreover, if this analysis is carried out against the "pilot enterprises" of an industry, then the "problem areas" in the company's activity become obvious..

2. METHODS

The works of domestic and foreign scientists on the analysis of financial and economic activities of enterprises are the theoretical background of the current study. The following methods were used: analysis, synthesis, abstract-logical, monographic, economic-statistical methods, methods of systematizing and summarizing the results of the study.

3. RESULTS AND DISCUSSION

complex comparative assessment of the financial position of any economic entity includes the following steps (Figure 1).

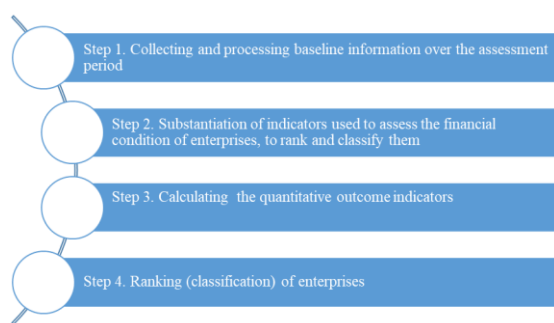


Figure 1. Evaluation of financial position of enterprises [Source - https://afdanalyse.ru/publ/finansovyj_analiz/1/rejtingovaja_ocenka_finansovogo_sostojanija_predprijatija/16-1-0-213]

The final rating estimations consider all the most important parameters of financial and operating activities: company's production potential, output profitability, efficiency in use of financial resources, the funds sources, position and investment, - i.e. economic activity in general.

The data on the production potential of an enterprise, profitability of its products, the effectiveness of using financial resources, the status and allocation of funds, their sources and other indicators are used in assessment procedure. An accurate and objective assessment of financial position cannot be based on an arbitrary set of indicators. Therefore, the selection and justification of the initial performance indicators should be carried out in accordance with the provisions of the theory of enterprise finance, based on the objectives of the

assessment, the needs of management entities in the analytical assessment [11].

The review of economic literature has shown that there is no consensus on the inclusion of specific indicators in the complex rating of enterprises' financial position. One thing remains obvious: these should be indicators characterizing liquidity and solvency, financial stability, business activity and its profitability [5, p. 114]. So, E.A. Markaryan and G.P. Gerasimenko have proposed including instant liquidity ratio, critical liquidity ratio, current liquidity ratio as indicators of financial position of enterprises in rating assessment [1, P.302].

A.O. Nedosekin believes that a comparative assessment of the financial position of economic entities should include such indicators of financial stability as the equity-to-assets ratio, return on investment, interest coverage ratio [7, P. 50]

However, there is general agreement among scientists that profitability indicators (return on sales, return on assets, return on equity) are the primary assessors of financial position of an enterprise [4,5, 8, 9].

In the current study, the main indicators included in the complex rating assessment are provided by the SPARK-INTERFAX system. The “SPARK-INTERFAX” reference and information system makes it possible to compare these indicators calculated for each economic entity not only with industry average values, but also with regional ones.

The SPARK-Interfax platform allows selecting economic entities by types of economic activity and total revenue. The complex rating assessment was carried out on the example of livestock breeding farms and included three largest pig breeding enterprises (more than 10,000 million rubles of total revenue) located in Russia

810
(industrial classification system OKVED number 01.46).

The calculation of the final rating indicator is based on the comparison of individual financial indicators in the SPARK_INTERFAX system with industry average values adjusted for the regional level. Thus, the rating assessment is based not only on the subjective assumptions of experts, but on the actual results from total activities of compared objects in real market environment. Let us examine in detail what indicators should be included in the rating assessment of economic entities financial position.

1. Let us consider the first indicator - the share of non-current assets. It is believed that the share of non-current assets in the balance sheet of an economic entity should be equal to 50% or higher. Due to industry specifics, agricultural enterprises have their own peculiarities in building and management of non-current assets, presented in Figure 2.

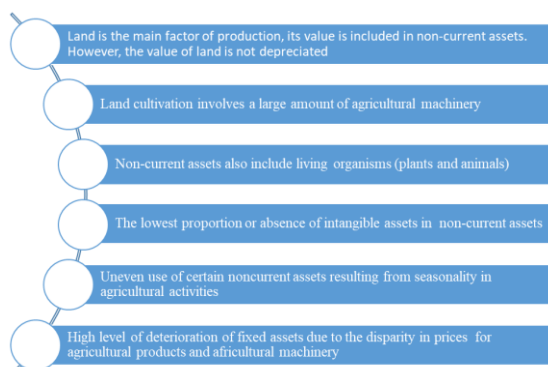


Figure 2 Specific features of non-current assets in the agriculture[Source:

<https://cyberleninka.ru/article/n/osobennosti-formirovaniya-i-upravleniya-vneoborotnymi-aktivami-v-selskohozyaystvennyh-predpriyatiyah/viewer>]

Figure 3 shows the dynamics of changes in the share of pig farms non-current assets.

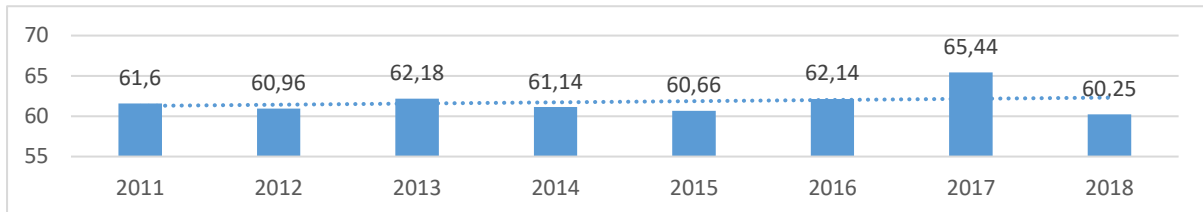


Рис. 3. Dynamics of changes in the share of non-current assets of pig farms (OKVED 01.46), % [compiled by the authors based on the data from “SPARK_INTERFAX” system]

As can be seen from Figure 3, the trend line indicates an increase in the share of non-current assets included in the property of livestock enterprises. The highest level was achieved in 2017, when it amounted to 65.44%, and the lowest level (60.25%) was fixed in 2018.

2. The equity-to-assets ratio is one of the most important indicators of financial

independence of any economic entity, determining the proportion of equity in a company’s assets, i.e. what share of assets are owned by company’s investors. This indicator is very important for investors and lenders who make significant management decisions.

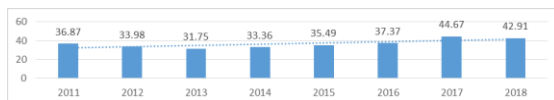


Figure 4. Dynamics of equity-to assets ratio in pig farming (OKVED 01.46), % [compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»].

As can be seen from Figure 4, the ratio tends to increase, but the recommended value of 0.5 is still not achieved in the analyzed period.

3. The quick ratio is an indicator characterizing the degree of company’s

solvency calculated as the ratio of cash and cash equivalents, short-term financial investment and receivables to current liabilities. This indicator is often called the “acid test ratio”, since it characterizes

company's ability to extinguish its current obligations in critical situation.

The recommended range of this ratio is within 0.7 and 1. However, the structure of the numerator should also be

taken into account. If the lion's share belongs to accounts receivable, which have less liquidity, then a greater ratio of a numerator to denominator will be required[11].

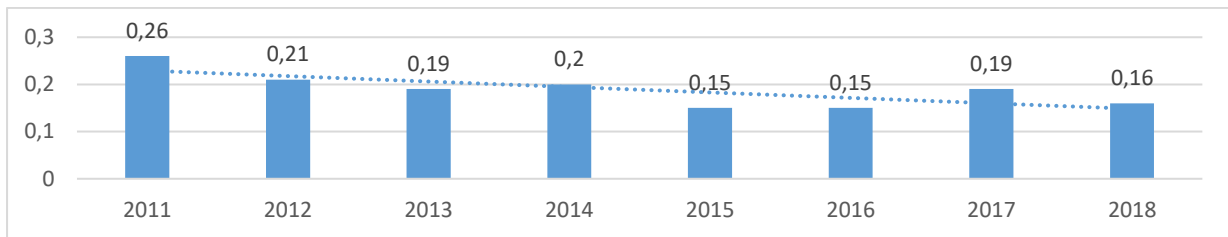


Figure 5. Quick ratio dynamics in pig farming (OKVED 01.46), %
 [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»]

The SPARK-INTERFAX system calculations also take into account VAT on purchased goods and other current assets. Thus, Figure 5 shows that in the period from 2011 to 2018, there was a decline in the industry's quick ratio and the recommended ratio range was not obtained.

4. The inventory turnover period (in days) can be considered as an indicator

of a company's business activity, as it shows the efficiency of inventory management. Typically, it is calculated as the ratio of the average annual inventory multiplied by the number of days in a year to the cost of production. This indicator shows the number of days of keeping inventories in stock.

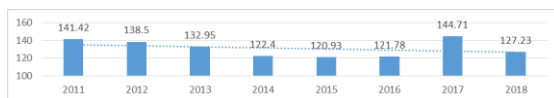


Figure 6. Inventories turnover period in pig farming (OKVED 01.46) [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»]

The value of this indicator depends on industry specifics of company's activities. Thus, for industrial enterprises this period ranges within 45 and 80 days, for trade organizations –within 20 and 45 days, due to the seasonality of agricultural production, but in agricultural enterprises the inventory turnover period lasts from 60 to 120 days on average [2, 12].

As can be seen from Figure 6, the inventory turnover decreases in the analyzed period, and it is a positive trend, although it goes outside the recommended range. It should be noted that inventory turnover varies greatly even between the sub-sectors of livestock breeding. Thus, in poultry farming it is at the level of 80 days on average, and for cattle breeding

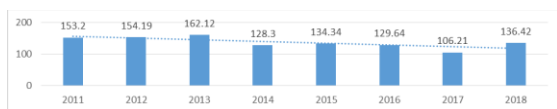
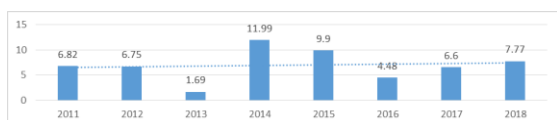


Рис. 7. Accounts receivable turnover (days) in pig farming (OKVED 01.46) [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»].

As can be seen from Figure 7, the accounts receivable turnover (days) has shown a downward trend in the previous 8 years, which is undoubtedly a positive point. However, this indicator is twice the upper recommended value for agricultural enterprises.



companies it reaches 250 days. This is due to the difference between the periods of growth and maturation of young cattle and poultry.

5. The turnover of funds characterizes the effectiveness of a company's credit policy, i.e. the effectiveness of receivables management. The indicator is calculated as the ratio of average annual amount of receivables multiplied by the number of days in a year to the enterprise revenue. The normal range goes up to 75 days for food and processing enterprises, and up to 30 days for trading enterprises, however, in agriculture the funds turnover period may take up to 75 days.

6. Return on assets (for accounting profit) demonstrates how effective the utilization of assets is, i.e. it shows accounting profit per 1 ruble of assets. It should be noted that there are no established standards for this indicator, so let us consider it in dynamics (Figure 8).

Figure 8. Return on assets (for accounting profit) dynamics in pig farming (OKVED 01.46), % [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»]

As can be seen from figure 8, the return on assets has been increasing in the analyzed period. The highest level of this indicator was achieved in 2014, when it amounted to 11.99%, and the smallest - in 2013 when it was at 1.69%.

7. The profitability of all operations (for accounting profit) is the ratio of accounting profit to taxable income.

This is a kind of sales profitability calculated on the basis of profit before tax. But it is worth accepting the viewpoint of SPARK-INTERFAX system developers, that the calculation of this indicator for accounting profit rather than net profit is more useful to compare the enterprises position.

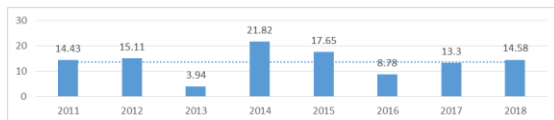


Figure 9. The profitability of all operations in pig farming (OKVED 01.46), % [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»]

The Figure 9 shows that despite significant fluctuations in this indicator over the past eight years, the return on sales calculated based on accounting profit remained at about the same level and averaged 13.7% for pig breeding enterprises.

8. Return on equity (for accounting profit) is calculated as the ratio of accounting profit to the company's equity, characterizing the effective use of invested capital.

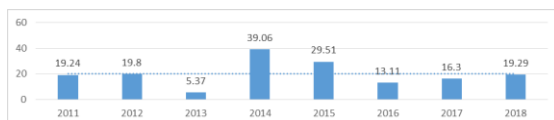


Figure 10. Return on equity dynamics (for accounting profit) in pig farming (OKVED 01.46), % [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»]

As can be seen from Figure 10, the trend line of this indicator is constant and practically unchanged, despite significant fluctuations in 2013 and 2014. On the whole, the average return on equity (for accounting profit) in pig-breeding enterprises was at 20.21% over the previous 8 years.

9. The industry average level of net working capital (in % of revenue) is one of the most interesting indicators in the

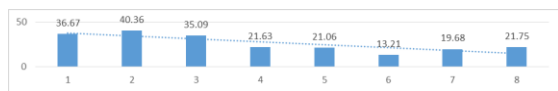


Figure 11. The industry average level of net working capital (in% of revenue) in pig farming (OKVED 01.46), % [Compiled by the authors based on the data from «SPARK_INTERFAX»]

As can be seen from Figure 11, in recent years there has been a downward trend in this indicator. The industry average level of working capital in% of revenue amounted to 26.18% for the analyzed pig breeding enterprises.

SPARK-INTERFAX system. “Quinto-Consulting” specialists L.Ruslanova, O. Efremova, V. Saluna and Yu. Shkolnikova took part in the development of its calculation technique. This indicator represents the ratio of the average annual value of current assets less short-term liabilities to sales proceeds. It plays a key role in determining the total value of the enterprise.

The initial data for ranking the financial position of three largest pig breeding enterprises are presented in table 1.

Table 1. Initial data for ranking the financial position of agricultural enterprises

Indicator	LLC "TAMBOVSKIY BACON"		LLC "TCHERKIZOVO –PIG PRODUCTION"		CJSC "SK KOROCHA"	
	Company's indicator	Tambov region average indicator	Company's indicator	Lipetsk region indicator	Company's indicator	Belgorod region indicator
The share of non-current assets	74	73,85	63	63,27	19	19,14
Equity-to-Assets ratio, %	63	63,03	27	26,52	4	4,25
Quick ratio	0	0,28	1	0,55	1	0,89
Inventory turnover (days)	138	137,69	138	137,83	14	13,73

Accounts receivable turnover (days)	31	31,48	70	70,06	287	287,16
Return on assets (for accounting profit)	15	15,05	16	16,13	-1	-1,46
Profitability of all operations (for accounting profit)	24	24,02	23	22,52	-2	-1,50
Return on equity (for accounting profit)	30	29,89	51	51,1	-31	-30,96
The industry average level of working capital (in % of revenue).	-1	-0,60	6	6,32	-3	-3,34

In general, the algorithm for a comparative rating of enterprises financial position can be represented as a sequence of the following actions.

1. Initial data are presented in the matrix (a_{ij}), where the indicators numbers are in rows ($i = 1, 2, 3 \dots n$), and enterprises' numbers are in columns ($j = 1, 2, 3 \dots m$).

2. The initial matrix indicators are standardized in relation to the industry and regional levels using the following formula:

$$x_{ij} = \frac{a_{ij}^2}{a_{cp.omp} \times a_{region.}}$$

(1)

where x_{ij} are standardized indicators of financial position of i -enterprise

a_{ij} - i -indicator of financial position of j -enterprise;

$a_{cp.omp}$ - industry average indicator;

$a_{region.}$ - regional indicator.

4. For each enterprise, the rating is determined using the following formula:

$$R_j = \sqrt{\sum x_{ij}}$$

(2)

where R_j is the rating evaluation of j -enterprise;

$x_{1j}, x_{2j}, \dots, x_{nj}$ are standardized indicators of j -enterprise.

5. The enterprises are ranked in descending order.

Table 2. The rating evaluation of the financial status of 3 largest pig breeding enterprises in Russia .

Indicator	Industry average (OKVED 01.46)	LLC "TAMBOVSKIY BACON"		LLC "TCHERKIZOVO –PIG PRODUCTION"		CJSC "SK KOROCHA"	
		x	Regional indicator	x	Regional indicator	x	Regional indicator
The share of non-current assets	61,80	1,200	73,85	1,015	63,27	0,305	19,14
Equity-to-Assets ratio, %	37,05	1,700	63,03	0,742	26,52	0,102	4,25
Quick ratio	0,19	0,000	0,28	9,569	0,55	5,914	0,89
Inventory turnover (days)	131,24	3,300	137,69	0,950	137,83	9,193	13,73
Accounts receivable turnover (days)	138,05	0,221	31,48	1,974	70,06	0,000	287,16
Рентабельность активов (по балансовой прибыли)	7,00	2,136	15,05	2,267	16,13	-0,098	-1,46
Return on assets (for accounting profit)	13,70	1,750	24,02	1,715	22,52	-0,195	-1,50
Return on equity (for accounting profit)	20,21	1,490	29,89	2,519	51,1	-1,536	-30,96
The industry average level of working capital (in	26,18	-0,064	-0,60	0,218	6,32	-0,103	-3,34

% of revenue).							
Total x_{ij}	x	11,7 33	x	20,968		13,5 83	x
$R_j = \sqrt{\sum x_{ij}}$	x	3,42 5	x	4,579		3,68 5	x

The enterprise with the maximum comparative assessment value calculated using the R_j formula is ranked first.

However, it must be taken into account that an increase in value is not always positive for all the established indicators, it's negative for the inventory

The calculation of rating indicators is presented in table 2. Thus, a rating evaluation of the financial position of three largest pig breeding enterprises has shown that Cherkizovo-PIG BREEDING LLC is ranked first in terms of solvency, financial stability, and profitability, it is followed by SK KOROCHA, and the third place is held by LLC Tambovskiy Bacon.

4. Discussion

The various methods of complex rating assessment were developed at the end of the 1990s and were focused on comparing economic entities with reference enterprises. The reference parameters were subjective in

and accounts receivable turnover (days). For any i -enterprise, they are calculated as follows:

$$x_{ij} = \frac{a_{cp.omp.} \times a_{pezuon.}}{a_{ij}^2}$$

(3)

their nature due to the inability to analyze the general population of enterprises by industry [13]. In the modern world, new technological abilities for analyzing a huge amount of data have appeared with the advent of Big data. Due to this fact, the authors of the current study have attempted to develop a unified methodology for assessing the financial position of enterprises. The developed methodology needs further improvement, since it requires establishing weighting coefficients of significance for each key indicator.

5. Conclusions

The rating assessment of the financial position of enterprises helped

detect problems in organizing production and economic activities of any economic entity. It allows to outline the prospects for future management decisions. For example, to improve the liquidity and solvency of companies, it is necessary to optimize the structure of assets and liabilities, to improve payment discipline in order to prevent cash gaps. And to increase business activity, improving the credit and marketing policies of the enterprise is required.

The review of economic literature has shown that there is no single opinion among scientists about the inclusion of certain indicators of financial and economic activity of enterprises in the rating assessment of their financial position. However, there is neither no standardized rating methodology suitable for all economic entities in various agricultural sub-sectors [6,15]. The current study sought to unify the methodologies on the basis of the SPARK-INTERFAX platform, which provides tremendous opportunities to obtain a large volume of the sample population depending on the types of economic activity and the revenue of economic entities. Based on the industry average, regional and individual values provided by SPARK-

819
INTERFAX for nine key indicators characterizing liquidity, business activity, financial stability and profitability of economic entities, a rating assessment methodology has been developed. One of the advantages of this technique is the comparison of main indicators not with a reference enterprise, but with the actual industry and regional average indicators.

References

- Aliev A.A. Integral assessment of the financial condition of an enterprise // Finance and Credit. 2018. №24 Issue 5 , P.288-303
- Avrashkov L.Ya., Grafova G.F. On the question of establishing a regulatory framework to evaluate the financial and economic condition of enterprises // Auditor, 11/2012
- Babintseva N.V. Methodology for rating assessment of companies solvency and financial stability // Economics and entrepreneurship. 2014. 11-4 (52). P.609-612
- Bulatseva F.A., Khosiev B.N., Gurdzibieva A.A. Assessment of threats to the economic security of an enterprise and ways to minimize them (on the example of JSC PR “Mikhailovsky” of the Prigorodny district in North Ossetia-

Alania / Proceedings of the All-Russian Scientific and Practical Conference in honor of the 90th anniversary of the Faculty of Technology Management “Innovative technologies for production and processing of agricultural products”. Kalandarova N.N. Rating assessment of a company’s financial condition / N.N. Kalandarova, M.T. Amirdinova // Economics and business: theory and practice - 2017. - No. 5. - p. 114-117

Karpenko O.A. Sources of financing innovative activities of an enterprise // Creative Economy. 2014. №7. P. 40-47.

Nedosekin A.O. The application of fuzzy sets theory to the problems of financial management // Audit and financial analysis. 2000. №2

Savitskaya G.V. Criteria and indicators of economic efficiency of a business // Journal of Management Studies. 2017. Vol.3. №2. P.26-48.

Salikova Yu.A., Dmitrieva L.N., Barzenkova A.S. Diagnostics of the financial and economic position of the enterprise as a priority condition for the formation of integration forms // Technologies for the Food and Processing Industries of AIC - healthy food. 2014. No.1. P.97-105.

Khoruzhiy L.I., Treyacina N.Yu. Strategic analysis of a company’s

820
competitiveness // Accounting in agriculture. 2019.No3.P.66-77.

https://afdanalyse.ru/publ/finansovyj_analiz/1/rejtingovaja_ocenka_finansovogo_sostojanija_predpriyatija/16-1-0-213
<https://kub-24.ru/dictionary/periododnogo-oborota-zapasov/>

Borodin A.I., Shash N.N., Tatuev A.A., Galazova S.S., Rokotyanskaya V.V. Mechanism of financial results management for the industrial enterprise // Mediterranean Journal of Social Sciences. 2015. Vol. 6, No. 4 S 2. July 2015. - P. 566-570.

Borodin A.I., Shash N.N., Tatuev A.A., Galazova S.S., Rokotyanskaya V.V. Model of control of financial results of the enterprise // Mediterranean Journal of Social Sciences. 2015. Vol. 6, No. 4 S 2. July 2015. - P. 578-583.

Mendoza Velazco, D. J., & Rivero Padrón, Y. (2019). Teaching Resource for the Teaching of Geometry: Circular Trigonometric Geoplane. International Electronic Journal of Mathematics Education, 14(1), 3-13.
<https://doi.org/10.12973/iejme/3936>

RELIGIOUS CONSCIOUSNESS OF SOCIETY AND ITS REFLECTION IN CONTEMPORARY ARTS OF TATARSTAN

Liliya R. Mukhametzyanova¹

Lyajsan H. Kadyjrova²

Gaukhar B. Halmurzaeva³

Abstract: Various relations between the forms of social consciousness such as art and religion are formed in the process of the historical development of the spiritual culture of mankind. In this historical phenomenon, certain religions “choose” this or that system of arts, which in the most optimal way is capable of reproducing the spiritual atmosphere and religious practice of this religion. Fine arts as the emotional-figurative affirmation of religious ideas occupies a certain place in the system of religious values. In a bright and clear form, this process is manifested in the functioning of the developed world religions, whose structure is the most stable and defined, although historically it has, of course, evolved. The present article discusses the mythological and religious themes in the works by artists of Tatarstan of the years

1990s-2000s, which reflect, above all, the two main religions represented in Tatarstan – Islam and Christianity, and often regardless of the ethnic affiliation of certain artists. And the religious tolerance inherent in the Republic of Tatarstan, the dialogue of two cultures, are reflected in this interaction, the mutual influence of various religious denominations on the worldview, on the spiritual world of people, on the creativity of artists.

Keywords: fine arts; painting; graphic arts; mythology; religion; Islam; Christianity

1. INTRODUCTION

The process of mutual influence of religion and art has led to the fact that

¹ Kazan Federal University

² Kazan Federal University

³ Kyrgyz State University of Construction, Transport and Architecture them. N. Isanova, Email: aklilya@bk.ru

world religions have incorporated almost all the genres of art, both traditional and modern, into their structure. The relationship between religion and art in certain eras is analyzed in a number of works on the history of art, for example, in the works by N.A. Berdyaev, B. A. Rybakov, E. B. Taylor, J. D. Frezer and others. Various aspects of the problem of art and religion were considered by such historians and philosophers as A.V. Gorsky, A. V. Kartashev, P. A. Florensky, E. G. Yakovlev. In modern Russian literature, many different publications cover these aspects. The interest of practitioners and theorists in the field of art in this topic is currently not accidental: many people associate the revival of Russia with the revival of religion and religious consciousness of society, and the art, in one of its forms, is an integral part of a religious cult, in another, it keenly reflects spiritual quest, formation of religious consciousness, comprehension of spiritual experience in society, since the periods of transformations, growth of national self-awareness and spiritual revival of the people are always associated with a return to the national cultural and historical traditions [1, p.752]. At the same time, art in all its manifestations is

822
an integral part of the spiritual development and improvement of society.

The works by Russian and republican art critics cover certain aspects and problems of this complex phenomenon. So, well-known art historians S.M. Chervonnaya [2], G.F. Valeyeva-Suleymanova write about the development of Islamic art in Tatarstan in their works. [3]. R. G. Shageeva (in the articles dealing with A. Abzgildin's works [4]), R. R. Sultanov (in the book on the art of new cities of Tatarstan [5]), L. Polyakova (in studies about R. Salyakhutdinov's shamas [6]) and others write about the specifics of rendering religious themes and quests in the works by some artists. It should be noted that the studies of art historians do not give much attention to the problems of the development of Orthodox art and its understanding in the works by contemporary artists of Tatarstan. The aspects related to other confessions and religious movements represented in Tatarstan are also studied insufficiently.

2. METHODS

Contemporary art of Tatarstan has been developing in the spiritual space where for several centuries the traditions of Tatar and Russian culture has been connected and intertwined, where two great civilizations intersect – Muslim and Christian, where the East and the West do not merge. It should also be noted that the art of the region develops in the context of ethnic globalization, as a result of the interaction of various religious cultures [7].

In the 20th century, the fine arts of Tatarstan went down a considerable and complex development path. It absorbed the traditions of Russian and Soviet art. In the 1990s – 2000s a galaxy of talented artists appeared in the art of Tatarstan, free from the stamps of previous decades of the Soviet era, when art was heavily dependent on ideological order. The artists of the new post-Soviet formation were given the opportunity express their creative position without restraint, to turn to themes that used to be practically excluded from artistic practice, including religious themes. The parallel development of the main

823
religious denominations – Orthodoxy and Islam – in the territory of Tatarstan, is reflected in the works of artists who are engaged in certain religions and ethnic groups. Religious themes, which focus on the issues of spiritual values, are especially clearly manifested in the works of such artists as B.I. Urmanche, A.A. Abzgildin, R.M. Bakhitov, E. G. Golubtsov, K. A. Nafikov, M. M. Mingazova, R. A. Gabbasova, A. A. Artamonova, I.M. Khanov, etc. The uniqueness of this process in Tatarstan lies in the unlimited interest of the artists in a certain religious theme on ethnicity and the historically existing division, for example, the Tatars – Islam, the Russians – Orthodoxy. Tatar artists turn to Christian plots (for example, A.A. Abzgildin), they are professionally engaged in icon painting (artist I.M. Khanov), Russian artists create shamails and tugras (artist V.A. Popov).

3. RESULTS AND DISCUSSION

The process of the formation of a new national paradigm and the revival of the interrupted traditions of Muslim culture in Tatarstan led to the revival of the traditional forms of Muslim art and genres such as calligraphy, shamail,

which was most clearly manifested in the work by such artists as: B. I. Urmanche, R. G. Shamsutdinov, F. G. Girfanov, S. M. Gilyazetdinov, R. N. Salyakhutdinov, N. F. Nakkash, V. A. Popov, V. S. Khannanov, R. I. Shamsutov, L. F. Faskhutdinov and others. In the modern world view, calligraphic works have become a symbol associated with the cultural traditions and historical heritage of the Tatar people. The relatively restricted textual content of “classic” shamails, which have the meaning of a talisman in a religious view, significantly expands its boundaries, incorporating popular lines from folk songs and sayings. Calligraphic works become not only a means of performing formal abstract compositions but also serve as a means of self-expression of the artists. It is no accident that the Arabic graphics are present in the form of inscriptions in many paintings by B. I. Urmanche, R. M. Vakhitov, M. M. Mingazov, A. A. Abzgildin.

In their spiritual quest, artists turn to national, historical themes, and at the same time to the subjects related to the history of religion (B.I. Urmanche “Ibn Fadlan’s Arrival to the Volga”, 1970; K. A. Nafikov “Christening”, 1976 ; R.M. Vakhitov “Madrasa”, 1998; R. S.

824
Mukhametzyanov, “The Capture of Kazan”, 1995, etc.).

One of the first themes of the adoption of Islam by the ancient Bulgars is the prominent figure of the Tatar culture B. I. Urmanche, who is considered in Tatarstan to be one of the founders of the national visual arts, in his painting “Ibn Fadlan’s Arrival” (1970). Here we can focus on another feature: if in past centuries, orthodox Islam was adopted in Tatar society, strictly prohibiting the depiction of people and living beings, then in modern Tatar society (influenced by Eastern traditions), artists refuse this ban, turning to visual forms not only in free art, in easel secular works but also in the works related to a religious cult (for example, to illustrations by R.G. Shamsutdinov to A.Hayri’s book “Muslim Holidays”, 1991-1993), and portraying figures of people in generalized plastic in restrained forms, giving their images symbolic, allegorical content.

The Muslim tradition influences the content and form of the works by the artists of the new wave. This is manifested in the symbolic imagery, conditional decorativeness, abstractness, ornamental rhythms, and a

deviation from naturalistic visualization. Religious, Koranic plots are often used. These works include paintings by A. Ilyasova “Maryam, Picking a Fruit” (1992), “Seven Angels” (1992), R. S. Mukhamedzyanova “Tell the Virgins to Drop Their Eyes ...” (2000), Kh. M. Sharipova “Black Kaaba Stone” (1994). We can also observe the influence of Eastern Muslim traditions in graphic illustrations by T. G. Khaziakhmetov “Yusuf and Zuleikha” (1971), R. G. Shamsutdinov “Muslim Holidays” (1991-1992), “Angels: Jabrail, Israphil, Mikhail, Azrail” (1991), Prophet Mohammed (1992) “Kul Gali. The Book by Yusuf” (1993-1994). An outstanding artist of Tatarstan, A. Abzgildin also addresses Muslim themes in his work. He was one of the first to touch upon the theme of the eastern miniatures, traditions and philosophy of Islamic art in a broad sense, portraying the personality of Prophet Muhammed in the painting “The Birth of Muhmmed” (1997).

In the 1990s, construction and restoration of mosques and temples began in Russia, and in Tatarstan in particular, where the artists from the region were involved, which naturally could be not but reflected in their future

work. So, many Tatar artists turned to the Image of shamails, and Russian artists turned to icon painting and temple painting.

In this article we do not consider in detail the art of icon painting, but it should be mentioned few words about the monumental painting of Orthodox churches. Notable in this respect are the murals in the Church of Cosmas and Damian in the city of Naberezhnye Chelny (“Creation of the World”, “The Trinity”, “The Ascension”, “Dedication to Mary”, “Last Judgment”), performed in 1991-1992 by creative group ANSVAKI, which comprehended artists V. Y. Akimov, V. V. Anyutin, Yu. G. Svinin. Popular religious scenes are represented by the artists from a philosophical point of view as unity and confrontation. The artists freely interpret the canonical plot, moving the scenes of heaven and hell, but in general, they, of course, follow the existing iconographic traditions. In the center of the composition is Christ, the judge of the world. But the artists interpret him to be not a formidable, punishing judge, as to be customary portrayed according to religious canons, but a fair, kind, sympathetic, surviving savior of human souls. Here, the concept

of the fresco clearly expresses humanistic moods – a life-affirming, optimistic beginning, faith in the future. And the whole painting, based on the consonance of warm bright colors, is perceived as a natural chants to the human spirit [4, p.114].

The special significance of this work lies in the fact that the painting of the church of Kosma and Damian pushed the artists to master a new theme for themselves and contributed to the inclusion of religious themes in their easel art. According to one of the artists of the creative group ANSVAKI V. Y. Akimov, the work on wall-painting of the church and the desire to express their personal attitude to universal spiritual values were later embodied in a series of his works with eternal biblical images: “The Ascension” (1991), “Judas” (1995), “Willow Sunday” (1995), “The Annunciation” (2002).

Biblical plots are especially vividly expressed in easel painting by prominent artist A. Abzgildin (“The Birth of a Poet”, 1997; “Christ”, 2006; “Dedication to Paradzhanov and Tarkovsky”, 1985; “Let Us Pray to the World”, 2006-2007; “From he Time of Adam Until Today, 1987). The artist

826
compares in the painting “The Birth of a Poet” the birth of G. Tukai to the birth of Jesus Christ, thereby portraying the image of the Mother of God with a baby in her arms. Especially noteworthy is the work “Dedication to Paradzhanov and Tarkovsky” (1985). The composition of this work consists of three parts, where the central is the portrait of Tarkovsky. The artist painted an angel next to him, a portrait of Paradzhanov in the image of one of the saints – on the left, a scene of Jesus being taken down from the cross – on the right. In these allegorical scenes the artist illustrates his vision of the fate of these outstanding personalities.

Another line in the fine arts of Tatarstan of the 1980-2000s is the interest in the subject of ancient mythology, paganism, and folklore. In search for the ideals of the beautiful, artists often turn to Greek mythology. Aesthetic feeling, embodied by the beauty and harmony of nature and female images, becomes an integral part of the creative worldview of artist V. Y. Akimov. The image of a beautiful woman as the giver of all living things and the embodiment of the artist’s sublime ideal infinitely varies both in his works with a plot and in numerous free compositions (“Nymph”, 1996; “Dana”, 1999; “Flora”, 1999; “Tersey and

Ariadne”, 1997) [5]. Artist A. F. Abzgildin also often refers to mythological themes in his work (“Dancing Centaurs”, 1985; “Touching”, 1973).

The myth stands, as it were, between religion and art, gravitating, for the most part, towards art rather than towards religion. The myth is largely devoid of the mystification of the developed illusory consciousness; the religious aspects of the myth are largely ousted by the faith in the natural transformation of life into death, of man into an animal or plant, of the microcosm into a macrocosm.

This line is in touch with the tendency to think via antinomies – the macrocosm-microcosm, at the same time, transforming all objective phenomena into subjective, fictional, fantastic types, the desire to escape from the outside world into another being, that is, creating a different reality. This tendency in painting characterizes the predominance of emotive and intuitive elements, a heightened role of imagination, various mystifications (dreams, flights, dreams; as an example, one can refer to the works by V. M. Synkov, Kh. N. Latypov, B. B.

827
Grabenko) interest in the original sources, in folklore, the genre of the new myth-making (works by A. S. Fatkhutdinov, Kh. M. Sharipov, Z.S. Nizamutdinov, I. K. Murtazin, E. F. Grabenko, K. A. Latyf). The characters of Tatar folklore (“Sak-Sok”, 1977; “Shurale” 1989) and forgotten pagan beliefs of the Tatars (“The Spirit of the Sky”, 1990; “The Spirit of the Earth”, 1990; “The Spirit of the Field”, 1990, and other works from the cycle “Amulets”, 1989-1994) have become central in A.S. Fatkhutdinov’s painting and sculptural compositions. In the cycle “Shurale” (1974-1998), the image of the forest spirit appears before us as flesh of the flesh of Hellenism, Tengrianism, or the embodiment of the links of Tatar culture with the Turkic, ancient world, ancient civilizations. Shurale is interesting to the artist as a phenomenon of indissoluble unity and diversity of living and inanimate matters.

4. SUMMARY

Religion and mythology, when interacting with art, as a rule, turn to the spiritual life of a person and interpret the meaning and goals of human existence in their own way. However, E. Madden, who was looking for unique Islamic art

in Islamic art, wrote that one should not try to look for symbolic everywhere, giving each phenomenon a philosophical interpretation [8, p. 427-429]. As is known, art and religion represent the world in the form of artistic images, intuitively grasping the truth, through inner illumination. They are unconceivable without the emotional relationship of man to the world around him, without a developed imagination, imagery, fantasy [9]. However, art, as a rule, has more considerable room for figurative, artistic reflection of the world, which usually go beyond the boundaries of religious consciousness. The experience of artistic creativity in the art of the 19th century is associated with the most important discoveries in science, economic progress, which explain the renewal of artistic tradition [10].

5. CONCLUSIONS

Certainly, religious themes occupy an important place in the works by Tatarstan artists of the 1990s – 2000s, where, above all, two main confessions Islam and Christianity represented in Tatarstan are reflected, often irrespective of the ethnicity of particular artists. And

828
in this interaction, the mutual influence of various religious denominations on the worldview, on the spiritual world, on the creative work of artists reflects the religious tolerance and the dialogue of two cultures inherent in Tatarstan [11-12].

6. ACKNOWLEDGEMENTS

The work is performed according to the Russian Government Program of Competitive Growth of Kazan Federal University.

References

- Fakhrutdinova, A.V., Kadyjrova, L.H., Musina, K.I. Artistic and aesthetic education of students by the means of the national arts and crafts: the Tatarstan republic experience. Abstracts & Proceedings of SOCIOINT 2017– 4th International Conference on Education, Social Sciences and Humanities. 10-12 July 2017, Dubai, UAE.- P.752-757
- Chervonnaya S. M. Art and Religion: Contemporary Islam Art of the peoples of Russia. – M.: Traditsiya, 2008.–552 p.
- Valeeva-Suleymanova G.F. Muslim Art in Volga-Ural Region (Advanced Study

- of the History and Culture of Islam):
Manual.–Kazan: Magarif, 2008.–223 p.
- Shageeva R. G. Abrek Abzgildin: Album
/ The Author of the Text R. G. Shageeva.
– Kazan: Zaman, 2009.–160 p.
- Sultanova R.R. The Art of New Cities of
the Republic of Tatarstan (1960-1990). –
Kazan, 2001.–194 p.
- Polyakova L. Shamaili Rishata
Salyakhutdinova // Argamak. – 1998.–№
2.
- Tatyana A. Lukankina, Leyla A.
Mardieva, Tatyana Yu. Shchuklina,
Radif R. Zamaletdinov. Russian
language as non-mother tongue in
polyethnic region of Russia–Salazar y
Herrera - QUID 2017, pp. 818-822,
Special Issue Nº1- ISSN: 1692-343X,
Medellín-Colombia
- Madden Edward H. Some
Characteristics of Islamic Art//The
Journal of Aesthetics and Art Criticism,
Vol. 33, No. 4, pp. 423-430. Blackwell
Publishing on behalf of The American
Society for Aesthetics [Электронный
ресурс].–URL:
<http://www.jstor.org/stable/429655>
- A.N.Valiahmetova, I.M.Salpykova,
N.Kh.Nurgayanova. Music teacher to-be
tolerance formation in the multicultural
educational environment by means of
musical art.–Life Science Journal
2014;11(9). – P.396-400
- Liliya R.Akhmetova, Irina M.Mayorova,
Madina M.Makhmutova Ethnic
component in modern interior design as
the factor of traditional folk art
conservation//The Turkish Online
Journal of Design, Art and
Communication–TOJDAC.-2016.–
Special Iss, November, pp.3049-3054
- Hassan, M. N., Abdullah, A. H., Ismail,
N., Suhud, S. N. A., & Hamzah, M. H.
(2019). Mathematics Curriculum
Framework for Early Childhood
Education Based on Science,
Technology, Engineering and
Mathematics (STEM). International
Electronic Journal of Mathematics
Education, 14(1), 15-31.
<https://doi.org/10.12973/iejme/3960>
- Gaudin Ph. Dialogue interreligieux et
«laïcité d'intelligence» dans la société
française//Skard H., Palard J., Woerling
J.M., Husson J.F., Mahiels J., Gaudin P.,
Burchianti F., Itcaina X., Tietze N.,
Anwar A., Chivers C., Pearce B.,
Moniak-Azzopardi A. Des dieux dans la
ville–Le dialogue interculturel et interre-
ligieux au niveau local.–Strasbourg : Ed.
du Conseil de l'Europe, 2008.–P. 89-96

CYBER SOCIALIZATION AS A FACTOR OF INFLUENCE ON THE SOCIAL HEALTH OF STUDENT YOUTH IN A MODERN EDUCATIONAL ENVIRONMENT UNDER THE DEVELOPMENT OF A GLOBAL INFORMATION SOCIETY

Elena A. Karapetyan¹

Natalya Kh. Gafiatulina²

Valentina M. Efimova³

Natalia V. Yaksa⁴

Anna G. Luginina⁵

Olga N. Prokhorenko⁶

Abstract: This publication is devoted to the consideration of the problem of cyber socialization as a factor as a factor of influence on the social health of students in the modern educational environment. The model of cyber socialization of youth in the modern information society can be shown as a unity of three hypostases: as an object of cyber socialization; as a subject of cyber

socialization; as victims of the adverse conditions of cyber socialization. The authors conducted a sociological analysis of the positive and negative factors of cyber socialization affecting the formation of the social health of modern students in the development of the global information society.

¹ Ph.D. in philological sciences, associate Professor, Department of humanities, Kuban State Technological University, Armavir Institute of Mechanics and Technology, AIMT (branch) KubSTU, Russia, Email: karapetyan7@yandex.ru

² Ph.D. in sociology sciences, associate Professor, Institute of Sociology and Regional Studies, Southern Federal University, Rostov-on-Don, Russia, E-mail: gafiatulina@yandex.ru

³ Doctor of Education, Ph.D. in Biological Sciences, Associate Professor, Head of the Department of Health Education and Life Safety, V.I. Vernadsky Crimean Federal University (CUH), Republic of Crimea, Russia, E-mail: efi56@bk.ru

⁴ Doctor of Education, Ph.D. in Biological Sciences, Professor, Taurida Academy, Faculty of Psychology, V.I. Vernadsky Crimean Federal University, Republic of Crimea, Russia, E-mail: jannsson@mail.ru

⁵ PhD in Philosophy, Associate Professor, Department of Sociology and Culture, Kuban State Agrarian University named after I. T. Trubilin, Krasnodar, Russia, E-mail: luginina.anna8@mail.ru

⁶ Lecturer, State Budgetary Professional Educational Institution of the Rostov, Region, Rostov Regional School of Olympic Reserve, Russia, E-mail: faraon43000@mail.ru

Keywords: cyber socialization, social health, student youth, educational environment, network environment, global information society, risk factors, cyber socialization factors, information and communication technologies, information security.

1. INTRODUCTION

The entry of modern society into the new information age was marked by the emergence of scientific developments in various fields of social and humanitarian knowledge on the issue of impact of information and communication technologies (ICT) on the process of socialization of an individual. The number of these scientific developments is constantly increasing with the growth of impact of ICTs on the consciousness, behavior and health of modern people, “recorded changes in the functioning of society and the virtualization of social communications” [24].

Modern youth live, go through the processes of socialization and formation in a dynamically changing sociocultural environment, modified by information and communication technologies, embedded in the daily life of young people, in their social space [7].

831

Thus, young people function in an information network space formed at the intersection of the real and virtual worlds. The information network environment is becoming one of the main attributes of the modern world community, various social groups. Moreover, especially this fact, the so-called information networking concerns students, since this social group is giving increasing preference to virtual communication. The network environment as an extensive virtual information field forms a special “Online” reality contributing to the creation of a new youth Internet culture with its own concepts, rules, values, principles, lifestyle, which today is one of the main components of the formation of the information society [32].

The need to study the social health and socialization of student youth [42] (their cyber socialization under the influence of the global information society) and the resulting problem of ensuring information security for youth are caused, first of all, by the fact that the information environment today is a system-forming factor and a new virtual habitat of youth as a social group [20]. Moreover, the processes of modern global informatization have a decisive

influence on students and their social health, becoming the new institution of cyber socialization of young generations of Russians [16].

2. MATERIALS AND METHODS

2.1. Review of the research literature and the extent of the problem.

Within the article, social health is considered in the context of two theories: the theory of socialization and the theory of youth as well as the sociological concept of risk developed by V.I. Zubkov [44].

While describing the social health of youth, it is worth turning to the World Health Organization (WHO), which interprets health as an interdisciplinary concept based on the prevailing and accepted social model of health status (which includes not only the physical, somatic and psychological capabilities of a person), but also social resources [World Health Organization, 2008]. Since social factors play a dominant role in shaping youth health, this focuses us on considering social health in a broader context [4]. The authors define the concept of social health of student youth as a condition caused by a specific socio-economic environment and the situation in society.

Similar issues are in the focus of scientific interests of foreign and domestic sociologists, such as W. Cockerham [3], O. Manor, S. Matthews, [22], D. Trenton [36]; R.A. Zobov, V.N. Kelasyev [43], L.V. Kolpina [17], T.B. Sergeeva [31], T.B. Sokolova [33], A.N. Soshnev [35] and many others. The definition of social health of youth from the point of the interaction of the individual and society, proposed by TB Sergeeva [31] and I.N. Komarova [16], is of particular interest for our study. Moreover, the presence of social contacts is an important point for the formation of social health of youth.

L.V. Vedernikova, O.G. Byrdina and O.A. Povorznyuk consider the process of shaping the social health of students through the prism of the process of their socialization (including the process of cyber socialization) [38].

In the framework of sociological conceptualization in the thesis of M.A. Danilova, the role of the Internet in the process of professional socialization of student youth is considered in the context of the analysis of all institutional agents of youth socialization. As a result of this analysis, the author came to the conclusion about the construction of a new type of

personality among young generations (Homo virtualis) - a person focused on the phenomenon of virtual reality, a carrier and consumer of virtual culture; moreover, this person gets at his disposal a range of possible socialization trajectories in a rapidly changing Internet space as part of the functioning of the information society. All this, according to M.A. Danilova, significantly increases the importance of cyber socialization of student youth [5]. In this case, “the number of information channels used in the process of Internet socialization increase the status of the student’s personality” [24].

The social health of youth is characterized as a certain state that arises and develops in the process of socialization of the individual as a whole, and cyber socialization in the modern information society, in particular. It is determined by a diverse system of ties and contacts of youth with other people, social relations and communication. Thus, the social component of health reflects social connections, resources, interpersonal relationships and network contacts [10].

Having determined the social health of youth with the regard of the chosen aspect of the study, it is necessary

833
to determine a number of relevant concepts, such as social health, cyber socialization, cyberspace, risk factors, media literacy, and information security of youth.

3. RESEARCH RESULTS AND THEIR DISCUSSION

The fact that the object of the study is youth, and the subject is their social health in the context of cyber socialization, forces us dwelling on the conceptualization of the term of “social health”.

When interpreting health, the World Health Organization (WHO) relies on the social nature of this phenomenon. According to WHO experts, social health is the degree to which a person is satisfied with a system of social connections and relationships.

Social health is associated with the influence on the personality of other people, society as a whole, and depends on the place and role of the young person in interpersonal relationships [45]. Social health reflects the measure of social activity, acts as a form of an active attitude towards the world, the individual’s involvement in society, in various social connections and relationships, including network

interaction in the framework of the development of the information society. In addition, the view of modern sociologists on social health as a combination of acquired values, norms and standards of behavior is very closely related to the process of socialization, and this is especially important to take into account when studying the social health of youth.

One of the first theoretical ideas underlying the formation of the category of “social health” through the prism of the concept of socialization was the idea of the types of social interaction between people, proposed by P.A. Sorokin [34].

The category of “social health” of youth combines all aspects of modern public life: social-psychological, spiritual-moral, socio-economic, informational. It follows that social health has an indicative character accumulating a wide range of social, economic, psychological, cultural and other indicators [18], including indicators that reflect the interaction of a person with the information environment.

The fact that social networks have firmly been rooted in the social and educational life of students, and have become a part of everyday practice of

youth, is evidenced by the Public Opinion Foundation, according to which, in 2014 in Russia, about 90% of youth respondents used the Internet [29].

The increasing influence of the information network environment on various spheres of public life is accompanied by an increase in the risks of their use. Indeed, studies show that Network Communities have positive and negative factors that influence the social health of students.

What is cyber socialization as a process generated by the era of the information society?

It should be noted the category of “cyber socialization” (originally - virtual computer socialization) emerged relatively recently. This category was introduced into scientific circulation by Russian scientist and social pedagogue V.A. Pleshakov in 2005. Cyber socialization is interpreted by V.A. Pleshakov as a process of qualitative changes in the structure of personality self-awareness and its need-motivational sphere, "occurring under the influence and as a result of a person's use of modern information and communication and computer technologies in the context of assimilation and reproduction of culture in the framework of personal

life" [26]. Cyber socialization affects the process of using the resources of virtual space and communication with virtual socialization agents [27]. That is, it seems possible to define the cyber socialization of youth as a virtual socializing digital environment.

Thus, the cyber socialization of student youth takes place in the cyberspace of a virtual socializing Internet environment. Cyberspace means the global sphere in the information space, characterized as a combination of various infrastructures and information technologies, including the Internet, telecommunication networks, computer systems [23].

Such a long uncontrolled stay of youth in cyberspace entails difficulties in everyday communication, hence the risk of social health of young people arises [23], i.e. disruption of real social connections, interpersonal relationships and network contacts.

Currently, electronic communication, the so-called social youth networking, i.e. the phenomenon of the emergence and development of a system of connections and contacts of youth with other people with the help of cyberspace, one way or another influences their psychosocial health.

1. According to the online survey of 2016, on the website “Children of Russia Online”, about 40% of the surveyed youth (including students) identified themselves as dependent on cyberspace; moreover, it takes the second place among the demands of youth surpassing the need for material well-being in terms of significance. Currently Russian youth are at the level of the most advanced countries in terms of the development of youth social networking space and even precede them in some indicators such as high online activity. Moreover, according to an online survey, a third of young respondents (about 34%) spend on the Internet about six hours a day, almost uncontrollably [40], which of course contributes to the risks of cyber socialization and threatens the social health of young people.

Today, the model of cyber socialization of youth in the modern information society can be outlined in the unity of three hypostases:

1) as an object of cyber socialization (the impact of cyberspace on the livelihoods and social health of young people);

2) as a subject of cyber socialization (meeting the needs of young people in cyberspace);

3) as victims of unfavorable conditions for cyber socialization (the dangers of cyberspace and the negative consequences for the well-being and social health of students).

The result of cyber socialization as a factor in influencing the social health of youth is the formation of self-awareness and life position of youth; development of network contacts in cyberspace; the formation of those features that characterize the new era of information and cultural environment.

Consequently, the growing influence of ICT and cyberspace on the socialization of youth is accompanied by an increase in the risks of their use, since ICTs are not only a universal means of communication [6], but also a source of risks and threats to the social well-being and health of many social groups, and especially this applies to young people who are characterized by a desire for everything new, unusual and unknown. The other side of youth cyber socialization is the emergence of new types and methods of social interaction, which are characterized, inter alia, by socially dangerous manifestations.

836

These manifestations are expressed, on the one hand, in the absence of a system of sanctions and control over the dissemination of information of any type on the Internet, and on the other hand, they threaten the mental and social health of young generations of Russians.

However, in describing the threats to the social health of youth, one cannot ignore the positive impact of cyber socialization.

In a positive sense, information and communication technologies are a good means of communication and a means of improving education (through the use of educational Internet resources in the educational environment).

In a negative sense, information and communication technologies are a source of risks and threats to the social well-being and health of many social groups, and this is especially true for student youth, who are characterized by a desire for everything new, unusual and unknown. The other side of youth “networking” is the emergence of new types and methods of social interaction, which are characterized, inter alia, by socially dangerous manifestations. These manifestations are expressed, on the one hand, in the absence of a system of sanctions and control over the

dissemination of information of any type on the Internet, and on the other hand, they threaten the mental and social health of young generations of Russians [13].

Indeed, digital technologies at the present stage of the development of the information society are almost the main source of information, communication and socialization of modern youth. Among the most popular sources of information, young respondents name central television (61.9%) and the Internet (43.5%), to a lesser extent - local television (28.1%) and communication with friends and relatives (27.6%) [15]. This cyberspace provides the young generation with the opportunity to fully socialize, to form their own views, attitudes and values; it contributes to a new way of adapting to modern social conditions of the surrounding reality in a virtual society, while reducing the level of social health in real space [2].

In connection with the foregoing, it is advisable to review the positive and negative factors of cyber socialization that affect the formation of the social health of modern students in the development of a global information society.

Thus, a number of factors can be identified as positive factors of cyber socialization:

1) The emergence of new educational ICTs, which significantly save the time spent seeking and processing academic information [19], opening up access to numerous educational portals and Internet resources.

2) Opportunities for social communication and the establishment of interpersonal contacts in the process of interaction of student youth at the level of educational organizations and society as a whole. The following facts can be cited as an example: in order to reach an audience of 50 million people, it took the radio 38 years, the television 13 years, the Internet 4 years, the iPod 3 years, and the Facebook social network only 2 years. What attracts young people to communicate through cyberspace? As a survey of social networks users among students showed, 36% of them are easier to talk about their personality problems online, rather than in direct interpersonal interaction [21].

3) Opportunities for learning the world space [41] at a distance, as they say now, remotely, thanks to access to global information networks, which in

turn eliminates the need to spend material resources on a trip.

4) Opportunities for finding a suitable job. The Internet has contributed to the emergence of a dozen of new professions and thousands of new jobs for young people, which, in some ways, helps solve the problem of youth unemployment. Therefore, for example, according to VCIOM, the 10 most requested jobs in 2015 did not exist in 2004. These top ten both in 2014 and at present include IT specialists, IT project managers, engineers and nanotechnology specialists [39].

5) Opportunities for leisure activities. In addition to social networks for communication and social contacts, there are thousands of blogs, forums, chats, online stores, sites with photos, music and videos on the Internet.

In general, after analyzing the positive factors of the cyber socialization of student youth affecting their social health, we can draw the following conclusion: information technology makes young people more mobile and communicative [14], quickly responding to sociocultural and socio-economic changes in Russian society, and most importantly, able to perceive a large amount of diverse information.

However, along with the positive factors of cyber socialization, it is obvious that there are negative ones, the so-called cyber-socialization risk factors affecting the social health of Russian youth (and these risk factors, as practice shows, are much greater). As such, the following information factors of riskogenic nature can be identified:

1) Risks of encountering socially destructive and often unlawful, information that violates social and interpersonal relations of youth in the “personality-society” system, which poses a threat to the life and social health of young people (for example, latent or explicit calls for suicide, transport deviations, dangerous selfies, etc.) [8].

2) Risks of violation of the basic functions of socialization, since social networks occupy an important part in the life of modern youth, because social communication on the Internet is the main leisure activity of youth. This is confirmed by the data of our studies. As a result of a sociological poll on the study of the factors affecting social health and the risk levels of social health of Russian students, we found that online chatting is a very significant factor in socialization for the student youth (56.6% communicate often) [10].

3) The risk of devaluation of the value system in the minds of Russian youth because of exaggeration of virtual values, the formation of consumer attitudes and the devaluation of moral behavior: it is known that social networks neutralize the basic traditional universal values of young people [37]. Their negative impact not only on the social but also on the mental health of youth resulted in the formation of a sense of permissiveness, a culture of aggressiveness, violence and cruelty, a distortion of moral principles; poor orientation in the real world and inability to make smart decisions.

4) The risks of loss of youth's life position, independence and responsibility, and, as a result, the formation of a type of infantile irresponsible personality. As I.A. Boldakova emphasizes, the virtual world does not require young people to be obliged to take responsibility for their actions [1]. Indeed, consuming a huge amount of information, youth, due to their age characteristics, do not think about its contents and the consequences of responding to a particular information content.

5) The risk of violation of the process of inclusion of the individual as

a competent subject in the system of public relations. Youth, staying in the virtual space, can meet their needs without spending a lot of effort. It is easier to realize themselves there, than in reality, so, for example, M.V. Rostovtseva, A.A. Mashanov and Z.V. Khokhrin believe that the consequence of this is an increase in the level of alcoholism, drug addiction, suicide and unemployment [30].

6) The risk of displacement and the limitations of traditional forms of communication, as well as the substitution of real social connections and relations to virtual. As a consequence of this, a negative impact on the social health of youth is the occurrence of risks of limiting emotional contacts and traditional forms of communication, as well as disruption of real social communications [11].

7) Depreciation, impoverishment of the creative thinking of young people and a decrease in the general cultural level [28].

8) The formation of Internet addiction and addictive behaviors as a result of the impact of cyber information deviant and delinquent orientation [25,46]. Moreover, the dependence because of cyber socialization can be

destructive for the social health of youth: cyber mania, gambling, film addiction, internet mania, mania of digital technologies. In particular, due to dissatisfaction with the real world, computer addiction among young people is gradually exacerbated, leading to the fact that it begins to give preference to cyberspace as the most acceptable one.

9) The risk of aggressive behaviors, the cultivation of extremist sentiments, social tension and conflict in the youth environment, which, one way or another, violates the process of social interaction of youth, thereby adversely affecting the quality of social health of youth.

10) Change in the behavior of young people in conjunction with consumer ideology and social disunity.

4. CONCLUSION

From the above it follows that cyberspace is a favorable environment for the formation and activation of various forms of deviant behavior, which impedes the social health of youth. Moreover, deviant behavior, caused precisely by negative factors of cyber socialization of youth, can manifest itself both in the real world and in the virtual one. In general, further study of cyber

840
socialization as a factor in influencing the social health of Russian youth is necessary, because a detailed understanding of this process will make it possible to use cyberspace as a powerful tool that influences the formation of personality and the formation of social health of young subjects, as well as a qualitative increase in its level.

It is necessary to use all possible means to ensure the information security of young people and instill in them information immunity against harmful global information.

In accordance with Russian law, the information security of youth is a state of their security, in which there is no risk of harm to their health (physical, mental, spiritual, and social) associated with causing information disseminated through global cyberspace.

Information security should be defined in two aspects: in the aspect of development based on a system of conditions ensuring the successful cyber socialization of youth and in the aspect of protecting the social health of youth from the harmful effects of the information environment.

With this in mind, the information security of youth can be

defined as their protection from the destabilizing and destructive impact of information products on social health and mental, spiritual, moral development; as creation of the conditions of an information environment for positive cyber socialization of an individual, optimal social and personal development, and preservation of social health; the formation of information culture and media literacy, sustainable behavioral skills among young people in the field of information security.

References

Boldakova I. A. The main risks of cyber socialization of youth // Scientific and methodological electronic journal "Concept". - 2015. - V. 37. - Pp. 151-155. - URL: <http://e-koncept.ru/2015/95653.htm>

Castells M. The Information Age: Economics, Society and Culture. M., 2000, 600 p.

Cockerham W. Health Lifestyles in Russia // Social Science and Medicine 2000, Vol. 51, Pp. 312 - 325.

Chikaeva Ks., Scherbakova Li., Karapetyan Ea., Latysheva At., Kosinov Ss., Samygin Si. Social health of Russian youth: the specificity of social and managerial technologies of formation.

841
Revista San Gregorio. 2018. No 27. Pp. 300-309.

Danilova M.A. The international socialization of students: abstract ... Cand. Sociol. Sciences. Saratov, 2009.

Eremin S.A., Luginina A.G. The influence of information technology on the formation of ideas about the role of the family // Problems of civilizational development of Russia: nature, factors and solutions: Materials of the I International Scientific and Practical Conference of students, graduate students, and teachers. -Armavir: RIO ASPU, 2016. 244 p. Pp. 61-69.

Gafiatulina N.Kh. Socio-psychological technology of business and interpersonal communications / N.Kh. Gafiatulina, Y.V. Artamonova. Rostov-n / D; Taganrog, 2019.

Gafiatulina N.Kh., Rachipa A.V., Samygin S.I. The information network environment as a factor of influence on the social health of Russian students // Humanitarian, socio-economic and social sciences. 2018. No 1. Pp. 23-27

Gafiatulina N.Kh. Social health of student youth in the gender dimension // Bulletin of Perm University. Jurisprudence. 2015. No. 17. P. 146.

Gafiatulina N.K., Makadey L.I., Gluzman I.V., Lozhechkina A.D.,

- Volkova L.A., Bandurin A.P. The role of health-saving technologies in the process of students educational and professional socialization. *EurAsian Journal of BioSciences*. 2019. Vol. 13. No 2. Pp. 1557 - 1563.
- Gafiatulina N.Kh. Social health and perception of risks by students living in southern Russian regions (based on sociological questioning data obtained in Rostov-on-don) / N.Kh. Gafiatulina, L.V. Tarasenko, S.I. Samygin, S.Yu. Eliseeva // *Health Risk Analysis*. 2017. No 4. Pp. 66-75.
- Gafiatulina N.Kh., Makadei L.I., Gluzman I.V., Lozhechkina A.D., Volkova L.A., Bandurin A.P. (2019). Integration of health-saving technologies in the process of educational and professional socialization of the Russian student-age population. *International Journal of Applied Exercise Physiology*. 2019. Vol. 8. No 2.1. Pp. 293 - 300.
- Gafiatulina N.Kh., Rachipa A.V., Vorobyev G.A., Kasyanov V.V., Chapurko T.M., Pavlenko I.I., Samygin S.I. Socio-political changes as a socio-cultural trauma for the social health of Russian youth // *Modern Journal of Language Teaching Methods*. 2018. Vol. 8. 5. Pp. 602-609.
- Karapetyan E.A., Prokhorenko O.N., Petrov A.A. Communicative competence in the system of preparation of student youth in educational space // *Humanitarian, socio-economic and social sciences*. 2019. №12.
- Kilimova L.V. The influence of information technology on personal self-development: abstract. Dis. ... Cand. *Sociol. Sciences*. Kursk, 2003.
- Komarova A.N. Factors of the formation of social health of youth in the context of cyber socialization // *Bulletin of the Saratov State Socio-Economic University*, 2018. No4 (73), Pp. 175-177.
- Kolpina L.V. Theoretical and methodological foundations of the study of social health of the individual. M.: SSU, 2009, 179 p.
- Kolpina L.V., Serbay I.N. To the question of the definition of the concept of "social health" // *Central Russian Bulletin of Social Sciences*. Number 1. 2011, Pp. 49-56.
- Kovaleva T.N., Maslova Yu.V., Kovalev N.A., Karapetyan E.A., Samygin S.I., Kaznacheeva O.K., Lyashenko N.V. Ecohumanistic education in Russia and China as a factor of sustainable development of modern civilization. *Dilemas contemporâneos: Educación,*

Política y Valores. 2019. Vol. 6. No S3, P. 11.

Luginina A.G. Reality actualized by the virtual type of interaction // Materials of the II International scientific and practical conference of students, graduate students, and teachers; Armavir, October 25, 2017 Armavir: ASPU, 2017. 320 p. Pp. 64-69.

Makeev A.E. The study of the role of information technology in shaping the process of socialization of youth. - M., RAS Institute of Sociology, 2010. [Electronic resource] - Access mode - URL:

http://www.isras.ru/analytical_report

Manor O., Matthews S. Power Health selection: The role of inter-and intragenerational mobility in social inequalities in health // Soc Sci Med, 57 (2003). Pp. 2217–2227.

Menshchikova A.E., Chuklina A.D. Cyber socialization of youth in modern society / Man in the world. Peace in Man: Actual Problems of Philosophy, Sociology and Psychology. 2014. Pp. 361-366.

Nizhnik E.A. The specifics of personality socialization in Russia in the context of the dynamic development of information and communication technologies. Rostov n /D, 2014. 124 p.

Oganisyan L.A. Modern youth on the Internet // Social behavior of youth on the Internet: new trends in the era of globalization: proceedings of the Intern. Scientific-practical conf. Samara, 2015. 418 p.

Pleshakov V.A. Cyber socialization as an innovative socio-pedagogical phenomenon // Teacher of the XXI century. 2009. No3.

Pleshakov V.A., Vereykina S.N. The value of health as a factor in successful cyber socialization of a person // Psychological and pedagogical support of an individual in education: the union of science and practice: materials of the V Intern. Scientific-practical conf. M., 2017.

Ponomarev I.E. The influence of social justice crisis on social health and spiritual security of young students (a case study of the south of Russia). International Journal of Applied Exercise Physiology / I.E. Ponomarev, N.K. Gafiatulina, E.I. Zritineva, V.V. Kasyanov, T.V. Bahutashyili, P.A. Ponomarev. 2019. Vol. 8. No 2.1.

POF. Social networks: who uses them and why. 09/24/2014. URL: <http://fom.ru/SMI-i-internet/11718>.

Rostovtseva M.V., Mashanov A.A., Khokhrina Z.V. Socio-philosophical

problems of personality socialization in the conditions of informatization of modern society // Fundamental research. 2013. No. 6-5.

Sergeeva T.B. Genesis and factors of social health / in collect. "The social well-being of the population in modern Russia." Rostov n / D, 2010. Pp. 190 - 195.

Shimko S.V. The specifics of socialization risks in Russian society: a monograph, Rostov n / D., 2012. 122 p.

Sokolova T.B. Public Health in a Social Context / Ph.D. dissertation Candidate of Sociological Sciences, Khabarovsk, 2005.

Sorokin P.A. The system of sociology. Social analytics. V.1. Part 2. Syktyvkar, 1991. 187 p.

Soshnev A.N. Social health and demography // Health - the basis of human potential - problems and solutions. Issue 1, Vol. 8. 2013, Pp. 100-102.

Trenton D. Mize Profile in health: Multiple roles and healthy lifestyles in early adulthood // Social Science & Medicine. Vol. 178, April 2017. Pp. 196-205.

Vaskov M., Rezvanov A., et al. Value orientations of Russian youth in the system of managing the moral security of

844
society // Вісник Національної академії керівних кадрів культури і мистецтв. 2018. No 2. Pp. 134-140.

Vedernikova L.V., Byrdina O.G., Povorznyuk O.A. Social health of students: the essence and main directions of its formation // Siberian Pedagogical Journal. 2015. No2. Pp. 117-121.

Virtual reality vs. real life: the choice of internet users // VCIOM Press release No. 2090. 2015. [Electronic resource] - Access mode - URL: <http://wciom.ru/index.php>.

Website of the Internet Development Fund. Children of Russia online. [Electronic resource] - Access mode. - <http://www.detionline.com>

Yaksa N.V. The basic principles of the educational process at the university // Scientific Herald of the Crimea. 2016. No. 1 (1). P. 12.

Yaksa N.V. Social experience as a component of personality socialization // Scientific Herald of the Crimea. 2018. No 1 (12). P. 17.

Zobov R.A., Kelasyev V.N. Social health and socialization. SPb., 2005. 166 p.

Zubkov V.I. Sociological Risk Theory: Textbook for High Schools. M.: Academic Project, 2009. 380 p.

Wyrasti, A. F., Sa'dijah, C., As'ari, A. R., & Sulandra, I. M. (2019). The Misanalogical Construction of Undergraduate Students in Solving Cognitive Conflict Identification Task. *International Electronic Journal of Mathematics Education*, 14(1), 33-47. <https://doi.org/10.12973/iejme/3961>

Zubkova M.A., Fominykh N.Yu., Baranova E.N., Abbasova L.I., Pirozhkova A.O., Bubenchikova A.V., Maigeldieva Sh.M. Approaches to the future engineers foreign communicative culture formation // *Humanities and Social Sciences Reviews*. 2019. Vol. 7. No 4. Pp. 781-786

PROFESSIONAL AND SOCIAL SELF-DETERMINATION OF YOUTH UNDER CONDITIONS OF THE MODERNIZATION OF HIGHER EDUCATION

Natalia Yu. Belikova¹

Elena U. Ponomareva²

Victoria V. Kotlyarova³

Svetlana V. Yushina⁴

Leviza I. Abbasova⁵

Anna T. Latysheva⁶

Abstract: The authors emphasize that the modernization of higher education has a certain effect on the professional and social self-determination of youth. Based on the analysis of secondary empirical data, the authors note that the reform of the education system in Russia entailed the outflow of young people who are getting higher education today. Despite these indicators, the youth who aspire to get higher education have the

opportunity to get international mobility, access to online education, and internships at large enterprises, which allows them to build their life and professional strategies more clearly and competently.

Keywords: self-determination, professional self-determination, social self-determination, youth, students,

¹ Ph.D. in Historical Sciences, associate professor, Department of History and Philosophy, «Kuban State Technological University», Russia, Email: belikova2003@mail.ru

² Ph.D. in Psychological Sciences, Professor, Head of the Department of Psychology, V.I. Vernadsky Crimean Federal University (Vernadsky CFU), Republic of Crimea, Russia, E-mail: astra.59@bk.ru

³ Doctor of Philosophy, Professor, Department of Social and Humanitarian Disciplines Institute of Service and Business (branch) Don State Technical University in Shakhty, Rostov region, Russia, E-mail: biktoria66@mail.ru

⁴ Ph.D. in Philosophy, Associate Professor, Department of History and Cultural Studies Don State Technical University (DHTU), Russia, E-mail: yushinasv@mail.ru

⁵ Ph.D. in Pedagogical Sciences, Associate Professor, State Budget Educational Institution of Higher Education, Crimean Engineering and Pedagogical University, Republic of Crimea, Russia, E-mail: levizayalta@gmail.com

⁶ Candidate of sociological sciences, associate professor of pedagogics and sociocultural development of the identity of the Taganrog institute of A. P. Chekhov – branch of the Rostov state economic university, Russia, Email: 89281115155@mail.ru

higher education, modernization of higher education.

1. INTRODUCTION

Education, experience, abilities of a modern person are of great importance for the socio-economic development of the state. The state contribution to human capital is an increase in the quality of the workforce, which in turn leads to an increase in the incomes of the population and an increase in the return on economic sectors. Education is a basic element of the country's development, human development, and the reduction of social inequality [18].

Turning to the Decree of the President of the Russian Federation of May 8, 2018 No. 204 “On National Goals and Strategic Tasks of the Development of the Russian Federation for the Period until 2024”, we note that among the goals of the state are the following: a focus on the breakthrough scientific, technological and socio-economic development of the Russian Federation, on creating opportunities for self-realization and disclosure of the talents of each person, which can be achieved through the modernization of vocational education, including through

847

the introduction of adaptive, action-oriented and flexible educational programs [8].

The system of modern higher education in Russia is in the process of technological and technical updating [36]. These updates are dictated by financial, economic, institutional and organizational transformation mechanisms. Therefore, the professional and social self-determination of youth is a rather complicated process; it is difficult for modern young people to decide on the direction of professional activity and life strategy.

Since higher education in Russia is in constant reform, this system appears to be extremely important for effective formation of a mechanism for developing professional trajectories of youth, including tools for their adapting to the labor market [13].

It is youth that acts as a powerful resource for the development of Russia. Student youth is the future elite of the country, highly qualified specialists and experts in various fields of life. Since education, through the development of human potential, shapes and transforms society, and is regarded by international practice as an investment in the development of the

state economy, changes in the system of higher education cannot but affect the formation of life trajectories of modern Russian youth. That, in turn, determines the relevance of considering the problem of professional and social self-determination of youth in the context of the modernization of higher education [11].

2. MATERIALS AND METHODS

Since young people are a socio-demographic and sociocultural group that simultaneously acts as a carrier of social innovations and a subject of social reproduction, this is of particular interest among researchers.

Many scientists are concerned about youth issues, among which it is worth noting the following developed areas: the subjectivity of youth [16; 37]; life and professional self-determination of youth [19; 29; 33]; value orientations of youth [38]; the social appearance of students [13; 22]; social health of students [11]. Of particular interest are the problems associated with the educational and professional trajectory of youth [6; 13]

One of the most important areas of sociological research is the transformation of modern higher

848
education in Russia: analysis of the social functions of the higher education system [25; 11; 14]; trends in the modernization of higher education [17; 20]. The issues of the transformation of the higher education system are of interest to specialists in the field of sociology of education, since there is a general problem of the crisis state of higher education in many countries of the world from the standpoint of realizing the social functions of higher education in modern society. [11]. Insofar as youth, from the point of sociological analysis, is a socio-demographic group that seeks to acquire a certain social status by showing its subjectivity, it is important for our study to apply the theory of youth subjectivity, which emphasizes the development of youth as a subject of social reproduction with basic social functions: reproductive, innovative, translational [7]. Since the professional and social self-determination of youth is one of the stages of socialization of a person, we use the theoretical principles of the theory of socialization in our work [24]. Since young people live in an environment in which education and knowledge are the main resources that ensure success in life, it is especially

important to find new approaches to studying the problems of education focusing on the professional and social self-determination of young representatives of different social groups; to take into account the situation of modernization of higher education and to determine its life strategies in terms of obtaining and accumulating human capital [2; 11]. During the study, the program-targeted approach was applied to the analysis of professional and social self-determination of youth in the context of modernization of the higher education system [30].

Thus, the development of many approaches to the study of youth in Russian sociology allows us to affirm that youth issues retain their very high status. The analysis of research in the field of professional and social self-determination of youth allows us to find the connection that exists between the process of modernization of the higher education system and the problem of professional self-determination of student youth, which determines the purpose of this study.

3. THE RESULTS OF THE STUDY

Education is a basic element of a country's development, human

development, and reduction of social inequality. It is an effective mechanism for overcoming social barriers and increasing human potential. According to the Analytical Center of the Government of the Russian Federation, incomes of people who have higher education exceed the average. For example, the salary of employees with higher professional education is 14.4% higher than the average salary in the Russian Federation [9; 10].

One of the active participants in the educational process is youth. The most active and adaptive part of youth are students. Student youth have a special social value. Student youth are a resource of professional elite, professionals and experts, who will soon join the managerial staff at the administrative level [12].

It should be noted that education is aimed at human development, but it is not a direct guarantee of success in life. At the same time, determining the social status of youth, the chances of social mobility, access to public goods in the future, the educational process significantly affects their professional and social self-determination.

Considering youth from the point of the sociological dimension, we note that there is a wide variety of methodological and theoretical approaches to the study of youth, but there is no unity of interpretation, because they are rapidly changing their image and life strategies. That is, a given socio-demographic group is characterized by "spontaneity of choice." Nevertheless, not only spontaneity of choice distinguishes youth from other social groups. Youth possess group uniqueness and specificity in constructing their social reality [26]. In modern social conditions, young people are also focused on self-development, improvement of their social status through the adoption of cultural achievements, elevation of spirituality, intelligence, significance in society [37].

Touching upon self-development and social status, it is certainly impossible to get around such a group as student youth. In domestic sociological thought, the problem of the specifics of students as part of youth was actively developed in the 60s of the twentieth century. "Studentship is a mobile social group, the purpose of which is to organize, according to a certain program, preparation for

850
fulfilling high professional and social roles in material and spiritual production" [31].

Education as a common type of student youth activity and their age-specifics allow us to create the identity space of students [1]. It is in the framework of the educational process that students form a social and professional "I"; youth takes a certain social position and develops a commitment to a certain type of behavior and professional strategies. In this regard, it is necessary to dwell in more detail on such concepts as professional and social self-determination of youth [13].

Based on the gradation of youth age limits proposed by VT Lisovsky, we also consider the social group of young people in the following groups: 15 - 17 years – adolescence; 18 - 21 –early youth; 22 - 30 - actually the youth [23]. The "early youth" period is relevant to this study, since actual self-determination and career guidance of the person take place in this period. Young people are educated on the chosen specialty or already actively involved in labor activities, often combining work with study.

It should be noted that self-determination of youth is one of the most important issues among modern youth issues, since this process means determining by young people their place in the structure of society, during which the motivational sphere of youth consciousness is formed, alternative development paths are selected, and adaptation to new conditions occurs [5]. Self-determination of young people is carried out in the process of formation and implementation of vocational guidance, acquiring a profession, adaptation in the labor market and in the field of labor relations, creating their own families, choosing a place of residence, forming positions in the socio-political and cultural-leisure areas of society [11].

The basis of professional self-determination is professional choice, goal setting, and a system of social and professional values [34]. Professional self-determination is a professional choice that is part of life's choice. In addition, any life choice includes [Romanov M.S. et al., 2017]:

- comparison of the likely positive and negative consequences of the choice, the anticipation of its results in the social and individual plans;

851
- development of an internal position, a personal attitude towards the objective conditions that create the situation of choice;

- determination of the life prospects of the individual and the formation of life plans;

- determination of the line of behavior, including changing behavioral attitudes and stereotypes in accordance with the decision.

Professional self-determination is a structural component of social self-determination - "self-determination regarding the criteria for membership in a particular sphere of social relations and a certain social circle that are developed in society and consciously accepted by a person" [4].

Self-determination of youth is caused by the interrelationship of the social environment, life self-determination, life situation, and position. Social environment plays an important role in this process. A significant role in the process of social self-determination and the active inclusion of youth in the social structure of society and the system of professional relations plays the stage of getting education.

Going through the process of decision-making in professional and social self-determination, young people, as a rule, voluntarily or involuntarily, apply a set of certain strategies.

Since the system of higher vocational education in Russia is at the stage of social transformations associated with the need to move to a multi-level education system that forms the global educational space, the process of social and professional self-determination of youth is also subject to change.

Let us turn to the processes of reforming the higher education system in Russia. The process of globalization and technological progress leads to the emergence of new knowledge and accelerates changes in the education system. Education is transforming into a mobile and open system, where the role of formal education is declining, and the influence of non-formal and beyond the standard educational environment of education is growing, new forms of obtaining educational services appear, and the educational service itself is undergoing significant changes.

Currently, we are witnessing the trend of globalization and the internationalization of education. “The

strategy of internationalizing the activities of the university can have a different focus: providing students with access to foreign education through academic mobility programs; double degree programs; network forms of educational programs implementation; joint scientific activity through the implementation of joint research programs and projects with foreign universities; increasing the publication activity of university scientists in foreign publications; an increase in the number of foreign students and the demand for educational services of a university abroad; preparing students for entering the international labor market and for continuing education abroad through interaction with foreign organizations - employers and universities; enhancing the university’s position in international ratings by ensuring recognition of its reputation and status”[20].

Programs of the international academic mobility are widely used in many Russian universities. If we look at the program of the Higher School of Economics, many students participate in the competition for international academic mobility and spend a semester at a university in another country. Practice of spoken English is one of the

main motivation factors for students to get educational experience outside the walls of their own university. From the feedback of the HSE student who spent an exchange semester in Korea, we learned that it was also interesting to get familiar with a different educational system and the attitude of foreign students and professors to educational process, “When choosing a program, I was more interested in Asian countries, and Korea seemed to be the right choice. Korea is interesting for its not only culture and history, but for its technological development, a large number of companies producing equipment and electronics. Korea was also the most financially affordable option: a significant plus is the agreement between SeoulTech and the HSE, thanks to which we lived in a hostel free. A certificate of IELTS or similar exams, the passing of which is worth certain funds, was not yet a must”. Studying in another country, students develop communication skills, online learning abilities, see a different educational system [21], and gain international experience necessary for successful employment in the future.

Another trend in higher education, which should be noted, is the

853

tendency of formation and development of the knowledge economy. As part of this trend, attention should be paid to the fact that Russia is now actively revising the State Educational Standard. Standards are becoming more practice-oriented, allowing students to receive not only deep theoretical knowledge, but also interact with employers in the learning process. The Federal State Educational Standard 3 ++ stipulates that at least 10% of employers - persons who carry out their labor activity in the professional sphere, corresponding to the professional activity for which graduates are preparing should participate in the educational process [27].

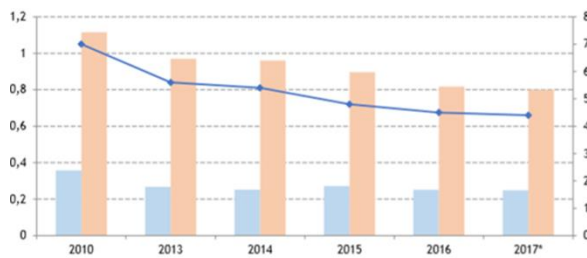
In addition to the practical orientation of the education process, the system of Russian higher education is aimed at creating conditions for systemic improvement of the quality and expansion of the possibilities of lifelong education for all categories of citizens through the development of the Russian digital educational space through the solution of the problem of creating a national platform for electronic education, which will provide access to a wide range of online courses for various audience [Project “Modern Digital Educational Environment”]. Distribution

of online courses in the educational process allows young people to be mobile and combine their study and work.

The reform of the higher education system affects the change in attitudes towards education on the part of youth. Turning to the research conducted by VCIOM (All-Russian Public Opinion Research Center) “Higher education - is it a social elevator or wasted time?” It is worth highlighting that over the past 15 years, education has been for Russians primarily a tool for successful employment (48% in 2004 and 44% in 2019) career advancement (28% in 2004 and 26% in 2019), as well as self-improvement as a professional (26% in 2004 and 22% in 2019) [35]. Education is surely considered by modern young people an indicator of success and career advancement - 61.7% of Russian youth adhere to an instrumental attitude to education as a means of achieving goals such as obtaining a diploma, prestige, and career advancement. Still, young people understand that knowledge and the process of obtaining knowledge (education) are necessary for preparing a

854
person for life; therefore, they also recognize its terminal value (42.2%) [16,39].

It is also worth noting the fact that today Russians do not believe that education has a significant impact on the material well-being of a person. In addition, over the past three years, Russians are increasingly inclined to believe that the availability of higher education for all citizens is reduced (53% in 2016 and 63% in 2019). Against this background, the majority of respondents do not believe that all means are good for the sake of a higher education diploma, although 11 years ago this opinion was shared less often (51% in 2008 and 65% in 2019). Another 55% would think about the need for higher education if they had to pay for it. In 2008, there were 45% of these [35]. General trends in the attitude of Russians towards education and the conditions of tight budgetary constraints of recent years in the field of education affect the decline in the number of students and faculty as well as a decrease in the number of universities (Figure 1) [Bulletin, 2017].






-  Number of faculty in higher educational institutions (staff), million.
-  Number of higher education organizations, thousand units
-  Number of students in higher educational institutions, million. (Left scale)

Figure 1. Change in the number of higher educational institutions, the number of students and faculty.

There is an obvious downward trend in the number of students in higher educational institutions, which, apparently, will continue over the next period. However, despite these indicators, youth who are striving for higher education have many opportunities that the education system provides today; it allows young people to approach the process of self-determination more clearly and competently.

4. CONCLUSION

Thus, on the basis of the data we have analyzed, it should be noted that youth self-determination is one of the most important issues, since this process means that young people determine their place in the structure of society, during

which a motivational sphere of youth consciousness is formed, alternative development paths are selected, and adaptation to new conditions takes place. Modern higher education for youth is, to a certain extent, a prerequisite for professional and social self-determination.

The reform of the higher education system, first, makes young people wonder why it is necessary to get education, what value it has. As we can see, most young people prefer the terminal value of education, immediately weighing their chances of success in life. That is, the professional self-determination of young people often arises not from real interests of a young person, but from the opinion, which profession is more profitable to get for

further well-being. The trend of globalization and internationalization of Russian education allows modern young people to self-develop, reveal their abilities, gain international experience and establish communications with representatives of other states expanding their social ties.

The transition to a knowledge economy and the practice-oriented higher education allow young people to acquire professional competencies in full extent and to apply their knowledge during the internship proving themselves as competent specialists. The modern digital educational environment provides an opportunity for young people to receive the necessary information through distance education, allowing them to combine education with work, and enter the labor market after graduation with experience in the specialty.

References

Alekseenko T.F., Rudakova I.A., Scherbakova L.I. Reliefs of the identification space of Russian students: monograph / South Russia state technical university Novocherkassk: SRSTU (NPI), 2005.P. 3.

856
Becker G.S. Human behavior: an economic approach. Selected works on economic theory. M.: SU-HSE, 2003.

Chikaeva Ks., Scherbakova Li., Karapetyan Ea., Latysheva At., Kosinov Ss., Samygin Si. Social health of Russian youth: the specificity of social and managerial technologies of formation. Revista San Gregorio. 2018. № 27. C. 300-309.

Concise Dictionary of Sociology / General. Ed. D.M. Gvishiani, N.I. Lapina. M.: Politizdat, 1989.S. 67.

Chuprov V.I., Zubok Yu.A., Pevtsova E.A. Youth and crisis: the dialectics of uncertainty and certainty in social development. -M.: TID Russian Word – RS LLC, 2009.

Cherednichenko G.A. Educational trajectories and professional careers (based on materials of youth sociological research) [Electronic resource]. M.: IS RAS, 2012.332 s. // URL: <https://www.isras.ru/publ.html?id=2464>

Chuprov V.I., Zubok Yu.A. Youth in social reproduction: problems and prospects. M.: RIC ISPI RAS, 2000.

Decree of the President of the Russian Federation of May 8, 2018 No. 204 “On national goals and strategic objectives of the development of the Russian

Federation for the period until 2024”
[Electronic resource] // URL:
<http://kremlin.ru/events/president/news/57425>

Education Bulletin “Higher Education Reform: Domestic and Foreign Experience”, 2017 [Electronic resource] // URL:
<https://ac.gov.ru/publications/topics/topic/4411>.

Education Bulletin “Russian Education in the Context of the Human Capital Index”, 2018 [Electronic resource] // URL:
<https://ac.gov.ru/publications/topics/topic/4411>.

Gafiatulina N.Kh., Shevchenko A.M., Samygin S.I. Social health of students from the perspective of the concept of adaptation and adaptive resources // Humanitarian, socio-economic and social sciences. 2019. No 8. Pp. 30-33.

Gafiatulina N.Kh. Socio-psychological technology of business and interpersonal communications / N.Kh. Gafiatulina, Y.V. Artamonova. Rostov-n / D.; Taganrog, 2019.

Gafiatulina N.Kh., Makadei L.I., Gluzman I.V., Lozhechkina A.D., Volkova L.A., Bandurin A.P. (2019). Integration of health-saving technologies in the process of educational and

857
professional socialization of the Russian student-age population. International Journal of Applied Exercise Physiology. 2019. Vol. 8. No 2.1. Pp. 293 - 300.

Gafiatulina N.Kh., Rachipa A.V., Vorobyev G.A., Kasyanov V.V., Chapurko T.M., Pavlenko I.I., Samygin S.I. Socio-political changes as a socio-cultural trauma for the social health of Russian youth // Modern Journal of Language Teaching Methods. 2018. Vol. 8. No. 5. Pp. 602-609.

Gafiatulina, N. Kh. Social health of student youth as an indicator of sociocultural integration // Socio-humanitarian knowledge. 2013. No. 11. Gorshkov M.K., Sheregi F.E. Youth of Russia: a sociological portrait. Second ed., Ext. and corrected. M.: Institute of Sociology RAS, 2010.

Glukhova T.P. International educational programs in the transformation of the social functions of higher education // European Social Science Journal. 2013. No. 11-1 (38). S. 64–72.

Karapetyan E.A., Prokhorenko O.N., Petrov A.A. Communicative competence in the system of preparation of student youth in educational space // Humanitarian, socio-economic and social sciences. 2019. №12.

Kuznetsov Yu.A., Kruglov E.V. On the motives and dynamics of professional self-determination of students // Bulletin of UNN. 2011. No. 2-1. URL: <https://cyberleninka.ru/article/n/o-motivah-i-dinamike-professionalnogo-samoopredeleniya-studentov>.

Konstantinova L.V. Internationalization of higher education in the context of increasing the competitiveness of educational services in the foreign market // Bulletin of the Saratov State Socio-Economic University. 2015. No. 5 (59). Pp. 227–228.

Kovaleva T.N., Maslova Yu.V., Kovalev N.A., Karapetyan E.A., Samygin S.I., Kaznacheeva O.K., Lyashenko N.V. Ecohumanistic education in Russia and China as a factor of sustainable development of modern civilization. Dilemas contemporáneos: Educación, Política y Valores. 2019. Vol. 6. No S3, P. 11.

Lukov V.A., Pogorsky E.K. Information Society and Youth / Moscow University of the Humanities M., 2014. 159 p.

Lisovsky V.T. Sociology of youth. - M.: Publishing House of St. Petersburg State University, 2010.p. 87.

Mead M. Culture and the world of childhood. M., 1983.

Mosienko O.S. Institute of Higher Education in the reproduction of the socio-professional structure of modern Russian society: a dissertation for the degree of candidate of sociological sciences / Southern Federal University. Rostov-n / D., 2012.173 p.

Omelchenko E.L. Youth: an open question. Ulyanovsk: Publishing House "Simbirsk Book", 2004. 184 c.

Portal of the Federal State Educational Standards of Higher Education [Electronic resource] // URL: <http://fgosvo.ru/fgosvo/151/150/24/94>.

The priority project in the field of education “Modern digital educational environment” // URL: <http://neorusedu.ru/>.

Razuvaev S.G. The place of professional self-determination in the structure of professional socialization // News of PSU. V.G. Belinsky. 2012. No.28. URL: <https://cyberleninka.ru/article/n/mesto-professionalnogo-samoopredeleniya-v-strukture-professionalnoy-sotsializatsii>.

Rostovskaya T.K. The program approach and economic costs of social protection and youth support in the Russian regions // Economics and Management: Problems, Solutions. 2014. No. 5 (29). Pp. 25-28.

Rubin B.G., Kolesnikov Yu.S. Student through the eyes of a sociologist. Rostov-on-Don, 1968.P. 38.

Professional self-determination of students of secondary vocational education: formation of election motivation and career preferences // Humanitarian, socio-economic and social sciences. 2017. No. 12. Pp. 95-102.

Tarasenko L.V., Nor-Arevyan O.A., Kirik V.A. et al. Modeling of professional socialization of student youth in the face of uncertainty. Rostov n / D. 2016.

Tarasenko L.V. The specifics of professional socialization of university students in the Rostov region: sociological analysis // Social and humanitarian knowledge. 2012. No7. Pp. 46-51.

VCIOM survey “Higher education: social elevator or lost time?” [Electronic resource] // URL: <https://wciom.ru/index.php?id=236&uid=9808>.

Zubkova M.A., Fominykh N.Yu., Baranova E.N., Abbasova L.I., Pirozhkova A.O., Bubenchikova A.V., Maigeldieva Sh.M. Approaches to the future engineers foreign communicative culture formation // Humanities and

859
Social Sciences Reviews. 2019. Vol. 7. No 4. Pp. 781-786.

Zubok Yu.A., Chuprov V.I. The formation and development of domestic youth sociology // Sociological studies. 2008. No. 7.

Puspitasari, L., In'am, A., & Syaifuddin, M. (2019). Analysis of Students' Creative Thinking in Solving Arithmetic Problems. International Electronic Journal of Mathematics Education, 14(1), 49-60. <https://doi.org/10.12973/iejme/3962>

Zubok Yu.A., Chuprov V.I. Life-meaning values in the cultural space of Russian youth // Scientific Result. Sociology and management. Vol.4, No. 3, 2018. Pp.3-13

RUSSIAN COSMISM: HISTORICAL PAST, PRESENT AND FUTURE

Karina S. Chikaeva¹

Galina I. Davydova²

Sergey G. Voskoboynikov³

Tatyana V. Schukina⁴

Angelina V. Mueva⁵

Sergey I. Samygin⁶

Abstract: The article presents a today's spatio-temporal panorama ahead of the great date of Cosmonautics Day and the events of 20 years ago in the context of the significance of spiritual and cosmic values for Russian people. Russian philosopher K.N. Leontiev, diplomat and publicist, emphasized the danger of liberalism and the philistinism of life in Russia and other Orthodox countries: "You need to strengthen yourself, think less about weal and more about strength.

If there is power, there will be some weal" [12]. A retrospective look at the "zero" years allows us to understand the pain points of the national and spiritual interests of Russia, the importance of reviving Russia's space stronghold, preserving the political and ethical attitudes that meet the goals and objectives for which future generations will continue the cosmic achievements of the previous century.

¹ Doctor of historical sciences, associate professor, of the Department of sociology and cultural studies of FSBEI HE Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education «Kuban State Agrarian University named after I.T. Trubilin», Russia, Email: chikaevakarina@mail.ru

² Doctor of Pedagogical sciences, Professor, Department of social pedagogy and technologies of deviant behavior, V.I. Vernadsky Crimean Federal University, (CUH), Republic of Crimea, Russia, Email: galynadavydova@yandex.ru

³ Ph.D. in Historical Sciences, Associate Professor, Department of History and cultural science, Don State Technical University (DSTU), Russia, Email: Voskoboynikov1968c@yandex.ru

⁴ Ph.D. in Historical Sciences, Associate Professor, Department of Document science and the language communications, Don State Technical University (DSTU), Russia, Email: vuzprepod@mail.ru

⁵ PhD in Pedagogical Sciences, Associate Professor, Faculty of engineering and technology Department of technology and management of professional education, Kalmyk State State University named after B. B. Gorodovikov, Email: mav_el@list.ru

⁶ Doctor of sociological sciences, Professor, Personnel management and sociology Department, of Rostov state economic university «RINH», Rostov-on-Don, Russia, Email: samygin78@yandex.ru

Keywords: cosmonautics and security of Russia, revival of national priorities, Russian cosmism, cosmonautics infrastructure, tribal memory, Mir orbital station, Russia.

1. INTRODUCTION

In the 20th year of the third millennium, it is appropriate to speak of the problem dictated by dramatic contradictions for Russia: “100 centuries” The Russian state gathered its lands and its peoples into a single body of the “Supernarod”, and now it is dying and is losing its cosmic stronghold in ideological (or mental?) war. Today it is evident that all the priorities and achievements in space beginning with the launch of the first Soviet Sputnik, are systematically and consciously destroyed assuming a permissive hope for “maybe” that everything would so to speak, “synergistically” be settled. However, the adoption of such a strategy for the future generation, does not only loose “quotas” for our contemporaries, but also calls into question the very existence metaphysically implementing their transformation from homosapiens in homo mosahisticus.

The event caused existential splash of thoughts in relation to what is

861
and will be happening in Russia as a great space power, has become a gesture of “good will” of one of today's leaders, who arranged the distribution of money to walking citizens (... “slaves” ... “serfs” ...) on Red Square.

It is legitimate to ask, “What was that?” On the one hand, is it the loss of moral principles, a sense of bewilderment among the people who cannot arrange their livelihoods and are “ahead of the rest” in speed of ruining their own country? Is it a miracle of waiting for the “coming of the messiah”, a post human person with the face of a State Duma deputy, on the other hand? Perhaps this is a postmodern phenomenon. First, they “canceled” God (“God died!” Nietzsche said), then we buried art, admiring Malevich’s creative ecstasy (“Black Square”). Is this further “maturing” of the post-man against the background of de-intellectualization, de-esthetization, dehumanization, expressed in the denial of the essential certainty of things, the propaganda of a defeatist ideology?

The strategy of the decomposition and destruction of Russia, adopted at the end of 1945 according to the report of Alain Dulles, implied far-reaching plans for an

inconspicuous substitution of Russian values, contributing to the dying out of people's self-awareness, the imposition of "all immorality", the transformation of people into mankurts who lost their tribal memory.

Turning to the history of Russia, it is necessary to clearly understand that since ancient times the Russian people had a saving principle, full of spirituality, the instinct of self-preservation and survival, moral stamina and collective mutual assistance: a tribal memory that permeated all areas of life - religion, ideology, economy, politics, culture, ethical and natural connections (the words «народ» (people), «родина» (homeland), «родник» (spring), «природа» (nature), «родинка» (birthmark), «родной» (native) – have the same root «род» (family, clan)). By the way, in the Czech Republic, Slovakia, Poland, the "family" is capaciously called the "rodzina" (homeland).

However, life showed that the Russian people weakly resisted the troubles of anti-Russian chimeras, weakly defended the ideology of Holy Russia, Uvarov's triad of "Orthodoxy, Autocracy, Nationality" and others. In asserting our national position in the

862
information war that is being waged against Russia, we should take into account the foreign practice of using ethno-state myths in the competition of national-cultural civilizations.

Undoubtedly, we have committed sins and mistakes. Nevertheless, let us recall the words of Christ: "Who among you is not without sin, let him throw a stone at Me." myths can also be different: useful and harmful. At the beginning of 2000, the conference "History as an Object and Subject of Myth-Making" was held at the Faculty of Economics of Moscow State University. In his plenary report I.V. Bestuzhev-Lada, a sociologist and historian, thoroughly criticized sensational works of Fomenko-Nosovsky published in large editions even for our time. "It turns out," Bestuzhev-Lada said, "that Fomenko's Taras Bulba is almost Baty himself!" Such attempts to reduce Russian history to the beneficial effects of the Tatar-Mongol yoke are not new (although the positive Eurasian aspects of Russian history have not been canceled).

Unfortunately, during the years of perestroika and reforms, anti-Russian myths rained down like a cornucopia. Take, for example, "Icebreaker", a

sensational work of London dweller V. Suvorov-Rezun, in which he cites the “evidence base” of the version that the Soviet Union was preparing alleged aggression against Nazi Germany, by virtue of which the latter was forced to commit preventive attack.

One of the characteristics of the Russian people is their credulity. In many ways, this is the tragedy of the ethnic group of Russians of the 20th century - the beginning of the 21st century: a long false orientation towards the fulfillment of the “world revolution”, “voucherization”, privatization, fabulous “enrichment with the help of financial pyramids” and other intentions that are chimerical in nature. It is enough to cite the statements of the famous philosopher, author of the book “Byzantism and Slavism” K.N. Leontiev, who argued, “You need to strengthen yourself, think less about weal and more about strength. If there is power, there will be some weal. Would this weal be possible without strength? There were many falls: they were a real fact. Where is the happiness? Where is this weal? One way or another, Russia needs internal strength, it needs a strong organization, a strong spirit of discipline” [12].

863

Russian cosmism is inherent in the situation of the combination of anthropological and biological, socio-cultural factors in the formation of a single humanity as a subject of transformation and the rational organization of the cosmos. These factors are also applicable to the technical aspects of human life. The substantiation of the cosmic future of mankind, the exploration of the Universe are cross-cutting themes of all the works of Russian cosmists, beginning with N.F. Fedorov, that so keenly test today: Homeland cannot overcome the most acute crisis in the great practice of space activities of the Soviet Union - Russia, Russian Theoanthropocosmism.

The default of reforms and “perestroika” of the 90s in Russia, the crisis of Russian society, the drain of impressive funds abroad made a devastating break in the scientific prospects for the development of Russian cosmonautics. According to the disappointing scenario of the analysts of the Moscow Space Club and the Cosmonautics Academy named after K.E. Tsiolkovsky, the Russian space program, not keeping pace with the growth of the world cosmonautics progress, will be doomed to increase the

gradient of international cooperation, imposed on unfavorable conditions by foreign partners, which will make the domestic space program only a means to realize the national advantages of other states.

2. MATERIALS AND METHODS

Each epoch, especially the modern one, has certain scientific fields of cognition that reflect the features of the historical era in the worldview. And these ideas of science about its own purpose, its social value can be based on highly abstract concepts of space-time, motion, matter and express moral, aesthetic, socio-political ideas [20, 8, 17]. An example of such ideas are the concepts of “God”, “cosmos”, and “objective reality”. At the same time, each, being a reference point, sets a certain model of the world and the processes occurring in it, and can also serve as a way to distinguish between methods of scientific thinking. The choice of ideas for the basis of models defines a certain logic of scientific and practical analysis, a specific set of tools, a choice of information, a style of thinking and ways of interaction. Thus, at a certain time, the absolute authority of the leader entailed a political

864
hierarchy of authorities, which made it impossible to create something more substantial, progressive or true in any kind of practice or knowledge than the leader, because this would be a violation of the hierarchy and absoluteness of the leader's authority. This logically implies the need for political and scientific sacrifices, indifference of means to the goal, substitution of means, including scientific political ones, and, therefore, declarative and hypocritical statements about the priority of a person and his well-being over other goals.

Their epistemological significance depends on the correct understanding of universal principles, namely epistemological ideals and values, which presuppose the existence of some samples that have historical specificity, constitute a precedent or a model corresponding to the idea, if we follow the Hegelian understanding of the ideal [8,22]. Thus, in the structure of the worldview, the groups of ideals that correspond to the main areas of society's activity are differentiated, one of them forms ideals expressing the attitude of society to nature, the second group consists of ideals expressing the relationship of people to each other, the third group is related to the problem of

the relationship of people to their own consciousness, reflecting the historical memory of forms and types of social activity.

3. RESEARCH RESULTS AND THEIR DISCUSSION

Times have tragically changed for the Russian cosmonautics. The creation of the orbital station was the long-term result of professional achievements of domestic scientists, creative engineering work and hundreds of thousands laborers. The successful operation of the station, which the whole enlightened world admired, crowned the grandiose course of the history of Russian cosmonautics. The station contained more than 240 pieces of equipment that made it possible to carry out studies for creating new medicine, testing unique methods of analyzing the life of organisms in interplanetary manned states of prolonged weightlessness, a huge amount of monitoring data was accumulated, including the ecological state of the Earth's atmosphere, mainland, seas. The Mir orbital station acted as the main link of the 21st century cosmonautics infrastructure; its task was to optimize the acceleration of introducing the latest

865
scientific and technical achievements by checking them in space and finding optimal operating modes before using them on automatic spacecraft.

According to the conclusion of scientists of the Russian Academy of Cosmonautics named after K.E. Tsiolkovsky, in case the Mir orbital station was liquidated under the pretext of "obsolescence" and working out of its technical resource, Russia would lose the possibility of taking real steps to create profitable astronautics already at the turn of the 21st century. Creating the ISS, because of the lack of experience and technology from American partners that Russia gained over 20 years of hard work, would not allow the Russian side to implement the programs of some planned scientific experiments; the country's important values would be irretrievably lost.

The fourth book of the scientist and designer B.E. Chertok "Missiles and People" [2], gives analysis of the factors contributing to the decision on the liquidation of the Mir orbital station, where the interests of the USA are predominating:

The US leadership, at some point (from 1987 to 1993) recognized the need for an orbital station within the

tasks of the 21st century cosmonautics; it was decided to create the Freedom station, which cost the United States 11 billion dollars; the work was stopped due to lack of experience and technology. Thus, the creation of the ISS was preceded by a strategy for solving two problems at once. Firstly, to eliminate the scientific and technological backwardness of the United States on the expense of Russian long-term experience in space exploration, and secondly ... to demonstrate the uselessness of the station (Mir) for Russia because of its technical imperfection and economic inappropriateness.

I.V. Meshcheryakov, Doctor of Technical Sciences, Professor, Hero of Socialist Labor, at that time Chief Academic Secretary and Vice President of the Russian Cosmonautics Academy named after K.E. Tsiolkovsky in his article "Cosmonautics and Security of Russia" listed the following expected indirect losses for the Russian cosmonautics in case the Mir complex stopped its operation:

- "Lost opportunities for implementation ... applications for four additional commercial flights of foreign

866
astronauts at Mir station (Germany, South Africa, Malaysia, etc.).

- The loss of a significant sector of the high-tech products market ... the ISS scientific and applied resources are largely controlled by the American side ... which will significantly weaken Russia's competitive position.

- The international cooperation developed during the operation of the Mir station, focused on the equipment of the Mir complex, well-developed Russian or joint experimental methods ... determine organizational and technological dependence on other space service providers ... if the station becomes flooded, Russian competitive research will fail for a period of not less than 5-7 years.

- Prepared ... experiments with newly developed equipment ... (Flagship, Lightning, Cable, Alpha-I, Vulcan) ... cannot be implemented on the Russian segment of the International Space Station due to technical reasons and safety standards ...

- The ISS, which is supposed to replace the Mir complex, has a very long deployment transition (about five years) ... the Russian segment performs the functions of a space "change house" ... Due to the well-

known technical shortcomings of the American segment ... this process may ... require additional costs from the Russian side ... the Russian side will be engaged in a thankless and expensive work for a long time to eliminate at the expense of other people's deficiencies and shortcomings in the complete absence of the ability to carry out any own work in the field of manned astronautics”[14]

The doctrine of "Russian cosmism" reflected in the philosophical and engineering works of N.F. Fedorov, KE Tsiolkovsky, V.I. Vernadsky [5, 19, 21] became the historical foundation for the development of the project “The Movement of Russian Cosmism”. This project was conceived by a creative group of the Institute for Management Problems of the RAS, MIPT using achievements in the field of modern mechanisms of the general evolution of processes and systems, specific scientific and engineering studies in the field of information and social systems [1].

The concept of “The Movement of Russian Cosmism” essentially reflects a scientifically based shift of all aspects of the life of human consciousness from today's anthropo(ego)centric positions to the creative-cognitive component of the creative activity of various forms of

867
highly organized matter (man and machine). The approach to the concept “The Movement of Russian Cosmism” is based on computer modeling of the evolution of complex systems, the mechanisms of thinking of the subject and the transfer of these mechanisms to the functioning of socio-cosmological systems. One of the provisions of this concept concerns directly the protection of Russia's interests in space exploration and it is hypothesized that with the loss of the Mir orbital station, Russia will lose its fulcrum in orbit. The reason is the human factor, the responsibility that lies “besides direct performers, on the intelligentsia and scientists: they did not explain the truth of what was happening, they could not have foreseen” (ibid.). At the same time, in order to save the cosmic future of Russian civilization, the concept offers several possible options:

- To use the solar panels of the station for the operation of ion carriers for the gradual transfer of the station to the desired orbits.
- To transfer the station to lunar orbit and use it as a scientific laboratory.
- To invite the countries of the Eurasian region (India, China) to

participate in the life support of the Mir station.

- To use the station to develop an intelligent information support system accessible to any person anywhere in the world.

- To create an orbital space museum of initial space exploration.

The consequences of the elimination of the station Mir will be among other things the offended feelings of its creators and the loss of space exploration starting time for a new generation of Russians. [1]

After 20 years 22 March 2001 can, without a doubt, be considered one of the most tragic dates in the recent history of Russia, when the burning remains of the Russian orbital station collapsed into the Pacific Ocean. Russian cosmonauts regarded the liquidation of Mir as a betrayal of Russia. It is known that the Americans carefully monitored the descent of Mir; information from the Russian Mission Control Center was directly transmitted to NASA.

Space is steadily becoming the sphere of ever-expanding competitive advantages of the United States. The U.S. National Interest Commission of the American Congress stated in 1996 "National interests are the functional

basis for any discussion of foreign policy issues ... this concept is regularly and widely used by government officials, members of Congress and most American citizens" [6]. The idea of dominance of a superpower is justified by a whole arsenal of means of educating young people in the spirit of undeniable superiority, training personnel to conduct an information war against competitors. The obtained ideological attitudes and skills are also applied in the competition for a place in space "now learning to fly ... should be as important as learning to swim" [6].

Russian launch vehicles rightfully earned well-deserved prestige in the international space market, - wrote the chief editor of "Space News" Igor Marinin. Nevertheless, "we are forced to seek permission for many launches from the Americans, ... we got involved in the construction of the International Space Station, supporting our domestic high technologies, but were forced to abandon the independent manned space program"[13].

Achievements of the Soviet country's industrialization, the development of science, technology, aviation, space activities were marked by international recognition. The flight of

Yuri Gagarin was named by the US Permanent Representative to the United Nations E. Stevenson a great scientific achievement, which opened up unlimited horizons for mankind. American news magazine, published in Washington, "U.S. News & World Report" wrote that the Soviet Union "was two to three years or more ahead of the United States in the field of spacecraft of similar size and importance" [15].

The magazine "Russian space program at a new stage," said that even in case Russia preserved technical capacity of the national space program, it could not avoid the fact that the objectives and methods of practical application would be determined by investors, heads of international projects, among which there would be a limited number of Russian representatives with limited authority. Contributions of the national space program to the social development of the country would be considerably reduced; accordingly, the program would be less supported by legislators, regional leaders, social movements and political parties [18].

4. CONCLUSION

It is important to say to future generations about the absolute

869
significance of today's human (psychological), moral values, philosophical as well as political, ideological, social and economic principles in the organization of space activities freed from the usual stereotypes of the Cold War period and enriched by the ideas of humanism, for which sake the future generation will continue the cosmic accomplishments of the previous century.

The implementation of the humanitarian paradigm requires counter efforts from one of the wealthiest countries on the planet, personifying the entire "civilized community", contributing to the pacification of the existing norms of culture and religion on other continents, including their own claims to unconditional leadership and power in the 21st century.

The revival of Russia's priorities as a space power requires a critical rethinking and search activity in the direction of theoretical constructs and practical dispositions on the world stage. A retrospective look at "zero" years gives an insight into the importance of maintaining the potential for building such a bulwark of Russia in space as the space station "Mir" was. This understanding was present in both

the European and the American space community. In 1999 a group of American scientists who organized the Cosmic Border Foundation, addressed an open letter to President B.N. Yeltsin, with the appeal not to sink the Mir orbital complex, but to transfer it to a higher orbit, which would allow waiting for “better times” for Russia, when it would be possible to extend the active life of the station.

Russian adherents of the station’s flooding justified their position by the fact that the cost of operating the Mir was 220-240 million dollars a year, the Russian budget did not provide for such money. “The historical paradox is that in the first decades after the heavy Second World War, the Soviet Union annually invested much more funds for the development of rocket and space technology than Russia today,” said I.V. Meshcheryakov [14, p. 114]. The once powerful military space power in the process of so-called “reforms” underwent such an economic default, against which spending on space science and technology seems an unacceptable luxury.

Now we can understand what happened through the analysis of the geopolitical balance in the international

870
arena. The forecast of events is highlighted by a document posted on the Internet, "The View of the US Space Command for 2020" [10]. This document was adopted in March 1998. 19 military and civilian organizations participated in the development and drafting of this plan, including DARRA, NASA, NORAD, NRO, BOING, COMSAT LABS and others.

The document concretizes those directives based on which, as a new target, the need to consider outer space as such a natural environment that acts for the US armed forces as an area of responsibility, indicating the emergence of operational necessity.

The document says “Space has become a national economic sector that needs to be protected,” in connection with this, it is planned to realize the global goal “... ensuring the United States and its allies free access to space and full-scale actions in it, while prohibiting the enemy from solving such problems”. The main directions of the development of cosmonautics in the 21st century are outlined, such as “... concentration of efforts to reduce the cost of putting payloads into space” (here one would have to not rush to close Energies-Buran), “optimize the payload

configuration" (assuming multifunctionality, maintainability and modularity), "... development of a common platform to interface all of our satellites" (meaning a universal orbital complex, as a platform for repair and prevention), "... verification of new technologies and procedures to reduce the cost of integrating the payload on the carrier." The last direction corresponds to the adequate task of accelerating the process of introducing new technologies through preliminary adaptation with the participation of the operator at the orbital station.

In other words, the foregoing suggests that the development of cosmonautics of the 21st century in the technical and technological direction is identical in our country and in the USA. It differs by its goal setting: our goals are to serve man in the interest of increasing the economic power of the country, improving the quality of life of people, preserving the Earth as a living environment, protecting it from the unreasonable attitude to it and the natural Cosmo planetary cycles of development of the solar system and the universe. Their goals are associated with the buildup of the military power of the state, with undivided possession of outer space

871
as a new tool in the armed struggle for victory on the path of world domination [4].

Finally, a question arises to the authors of the Russian "Concept of National Security" published in the press and approved by Presidential Decree of December 17, 1997 No 1300 (as amended by the President of the Russian Federation of January 10, 2000. No. 24) [3], where a list of threats to the Russian state and its peoples is given, the ways to counter and overcome these threats are indicated. The question remained unspoken about the real threat associated with the loss of priorities in the field of cosmonautics achievements, depriving the country of the status of a Great Space Power, and finally, the role of astronautics and its equipment in countering the threat of a colossal in scale and significance information war.

From the angle of interethnic and intercultural contradictions escalated in the world, the thought of one of the prominent representatives of Russian cosmism V.N. Muravyov sounds fresh and relevant, "Blind nature has no future. On the day when it becomes rational, all time will become the future and the future will thereby merge with the past in the eternal present ..." [16].

Historical memory is needed. IN. Klyuchevsky emphasized that every resident of Russia should be a bit historian in order not to be a slave to circumstances, but to be a citizen [11]. It would be a mistake to interrupt the consistent connection of times in its beneficial activity. In ancient Russia, there was a myth about St. Yuri, about his "unlocking" heaven and earth; people believed in miraculous wings that could carry away to free transcendental heights, into the boundless distance ... Maybe since that time, after a thousand or more years, Yuri Gagarin was the first of people to go up into space. Moreover, maybe not by accident, some people call him a saint, like the author of the leading American journal on cosmonautics "Air and Space" [9]. The birth of a pioneering hero on Russian soil that "day, with April grace", its origin, flight, and the very death of the hero are permeated with mystery and dualism. Cosmism, the desire for space travel is in our blood, in our tribal consciousness and everyday life, it is an organic property of the Russian people as a spiritual and ethical community, as a nation.

References

- 872
Bodyakin V.I. Russia and space // Russian idea. Slavic cosmism and the Mir station. –Kaluga: State Unitary Enterprise "OBLIZDAT", 2000. - Pp.140-143
- Chertok B.E. Rockets and people. M.: Engineering - 1999. - Pp.350-352
- Decree of the President of the Russian Federation of 10.01.2000 N 24 "On the Concept of National Security of the Russian Federation" [Electronic resource]. URL <https://legalacts.ru/doc/ukaz-prezidenta-rf-ot-10012000-n-24/> (reference date: 01.11.2020).
- Directive of the President of the USA PDD-49 dated 09.19.1996 "National Space Policy", specified and developed in the directive of the Secretary of Defense No. 3 100 of July 9, 1999.
- Fedorov N.F. Works. - M.: Thought, 1982.- 711 p.
- Foreign Affairs, 1999, July-August, p.23
Ibid, 1999, July, p.4
- Gennady Padalka: the next 20 years for space will be epoch-making. [Electronic resource]. URL <https://ria.ru/20191230/1562942542.html>. (Reference date: 11.01.2020).
- Hegel G.V. Aesthetics in 4 Vol., Vol. 3. M., Art, 1968

"Holy Yuri" article in the Journal of Air and Space, Washington, 1999, January, p.77

Khozin G.S. Washington's Space Strategy for the 21st Century // USA and Canada: Economics, Politics, and Culture. - No. 6 (368) - 2000. -P.1

Klyuchevsky V.O. Aphorisms. Historical portraits and studies. Diaries. - M.: "Thought", 1993. - 416 p. Moscow Space Club.

Leontiev K. N. Byzantism and Slavism. -M.: Academic Project, 2017. - 504p.

Marinin I.A. Cosmonautics News. - Volume 9 - No. 9 (200) -1999. - P.1.

Meshcheryakov I.V. Cosmonautics and security // Russian idea. Slavic cosmism and the Mir station. -Kaluga: State Unitary Enterprise "OBLIZDAT", 2000. - Pp.111-112.

Morning of the space age. - M., 1961. - Pp.511, 515.

Muravyov V.N. Mastering the time. - M.: Rosspan, 1998. - Pp.299-300.

Science and values. Novosibirsk, Science, 1987

Space and man. Russian cosmonautics at a new stage. Series: Proceedings of the Moscow Space Club. - Issue 5, M., 1999. - Pp.33-34.

Tsiolkovsky K.E. Cosmic philosophy. Collection. - M.: IDLi, 2004.—496p.

873
Varshavsky V.I., Pospelov D.A. The orchestra plays without a conductor. M., Science, .1984.

Vernadsky V.I. Biosphere and noosphere. M.: Iris-press, 2012.576 p

Simamora, R. E., Saragih, S., & Hasratuddin (2019). Improving Students' Mathematical Problem Solving Ability and Self-Efficacy through Guided Discovery Learning in Local Culture Context. International Electronic Journal of Mathematics Education, 14(1), 61-72. <https://doi.org/10.12973/iejme/3966>

RUSSIAN APPROACH TO ICO REGULATION

Aleksandr P. Alekseenko¹

Abstract: Initial coin offering (ICO) is a mechanism allowing to attract investments all over the world via Internet exchanges trading digital tokens of different nature. The Decree of Russian President pointed that legal framework should be adopted till 2018. Despite high importance of this sphere, in Russia it is yet unregulated. In 2019 the Russian State Duma started the process of adoption of the draft law. The Russian draft law ‘‘On Digital Financial Assets’’ aims to create legal framework for ICO which has a lot of similarities with the IPO rules. The paper studies the suitability of draft law provisions to capture digital financial assets. It is proved that proposed legal framework is inconsistent with tokenised financial instruments. Basing on the experience of Singapore it is argued that Russia shall use its approach to regulate all digital tokens constituting different financial products not only company’s shares.

Keywords: investments, digitalisation, ICO, tokens, securities, digital economy, financial assets, Singapore

1. INTRODUCTION

Digitalization is one of the key drivers of a modern economy and it is highly connected with virtual currencies and digital tokens [11], which opened up a new era for investments as well for investors. Digital technologies made it possible to use initial offering of coins (ICO), which is a mechanism used by new ventures to raise capital by selling tokens to a crowd of investors [4]. A new method of attracting investments is based on the idea that security coins are similar to stock in that they are purchased for investment and represent an interest in the company [10]. Meanwhile, some states were not prepared to face with challenges raised from rapid development of digital technologies [1] and their usage in the sphere of financial market. Russia is

¹ Vladivostok State University of Economics and Service, Russia. Vladivostok, Ph.D, associate professor of the Civil Disciplines department, E-mail: aleksandr.alekseenko1@vvsu.ru, Gogolya str., 41, r. Vladivostok, Russia, 690014, ORCID 0000-0003-0707-8372

among them. Today, Russia is only at the first stage of creating legislation on investments providing by digital technologies, there is not law regulating ICO, cryptocurrencies, etc.

In 2017 Russian President adopted the Decree “On the Strategy for the Development of the Information Society in the Russian Federation for 2017-2030”.² This Decree highlighted the main tracks for development of Russian legislation in the sphere of digitalization: e-commerce, big data, crowdfunding, virtual tokens. In accordance with it in 2018 the draft law “On Digital Financial Assets” was elaborated, but still it is not adopted. The main scope of the draft law is to fix the legal basis for the implementation of new types of financial activities, which include the creation cryptocurrency and ICO, the procedure for their accounting and transfer, requirements for the operator of the information system, as well as activities to confirm the validity of digital records in the distributed digital transaction registry. The analysis of the draft law “On Digital Financial Assets” shows that Russian legislator

875
does not have an opinion about the legal status of tokens, including investment tokens, as well the draft law contains many inaccuracy and loop holes. Therefore, there is a need to elaborate and establish legal framework allowing to regulate initial coin offering in Russia. The legislator should basing on the foreign experience continue study the phenomenon of ICO and cryptocurrencies in order to find the most effective ways of legal regulation. Thus, the purpose of this paper is to answer the question does Russian choose the right approach in ICO regulation.

2. METHODS

For the purposes of this paper, methods of analysis, synthesis, induction, deduction, as well as formal legal and hermeneutic methods were used. Comparative study of Russian draft law and Singaporean legislation aims to find the more appropriate approach of ICOs legal regulation.

3. NATURE OF ICO UNDER RUSSIAN DRAFT LAW “ON DIGITAL FINANCIAL ASSETS”

2

URL:
http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_216363/

According to the art.1 of the Russian draft law “On Digital Financial Assets” digital financial assets are digital rights, including commitments and other rights, including monetary claims, the ability to exercise rights on equity securities, the right to demand the transfer of equity securities, which are stipulated in the decision to issue digital financial assets in the manner established by Federal Law, the issue, accounting and circulation of which is possible only by making (changing) entries in the information system based on a distributed registry. This definition shows that draft law don’t divide digital tokens on utility and security coins, but it has provisions establishing application of the Law on Securities Market if tokens guarantee right of their user on the share in a company. In fact the main idea of the draft law is to set the rules allowing to decrease risks of investors buying security tokens. At the same time, it does not fix any features connected with tokens as futures contracts, so the advisability of unifying all digital financial assets under one definition and establishing common legal framework for them does not solve issues that may arise in connection with the transfer of

876
security and utility tokens, and cryptocurrency. Notably, the first edition of the draft law was based on the concept of difference of security tokens and other digital assets.

The art.3 of the Russian draft law “On Digital Financial Assets” demonstrates that decision on ICO conduct shall include in fact the same information as a prospectus of securities offering. Meanwhile, the practice of the ICO shows that it is difficult for startups to foresee everything in advance with absolute accuracy. The law obliges young companies not only to write their decision too verbatim, but also to follow it steadily. Another important issue connected with ICO is that it is conducted under control of the Central Bank. Thus, ICO is directly affects the activities of state bodies; this contradicts the idea of ICO as a simpler, more convenient and faster way to attract financial assets to a project, without involving a state regulator.

The Russian draft law “On Digital Financial Assets” sets strict rules for the operator of the information system that records rights to shares of non-public joint-stock companies issued in the form of tokens. Named operators shall to be licensed as professional

participants of securities market, such requirements are not fixed when it comes to other digital financial assets. Moreover, according to the draft law only banks are allowed to engage in tokens exchange business. However no license is required when the person is engaged in consulting services on ICO.

In art. 5 of the draft law “On Digital Financial Assets” are also settled requirements for a place of incorporation of information system operator. The operator of the information system may be a legal entity whose personal law is Russian law only. The feasibility of such a provision is justified and will allow the Bank of Russia to establish control over such a sphere of activity, at the same time, foreign platforms for ICO will be outlaw in Russia. Meanwhile, the draft law says about legal liability for the operator of the information system but it does not establish liability for other persons. The rights and obligations of owners of digital financial assets, exchange operators of digital financial assets are repeatedly mentioned, however, it is unclear what punishment these persons will incur.

³ See Announcement of the People's Bank of China, the Office of the Central Leading Group for Cyberspace Affairs, the Ministry of Industry

877

Analysis of the Russian draft law “On Digital Financial Assets” shows that ICO in fact is equal to IPO under its provisions. Of course, “by subjecting the issuance of security tokens to securities regulation, the regulator will provide a greater level of protection to the purchasers of security tokens” [8]. However, measures proposed by the draft law seem to be insufficient. Of course digital tokens can be deemed shares, but, researchers marked out a large variety of tokens [3] and they all have different issuing goals [2]. Therefore, it is impossible to limit regulatory framework of ICO only by tokens that have only securities nature, so ‘categorizing features of tokens and investigate them case by case looks better solution rather than make regulations in general’ [7].

4. THE CASE OF SINGAPORE

Singapore is the world leading state in the sphere of digitalization [5]. The sales of digital tokens registered in this state in 2018 raised more than 1.6 billion US dollars [6]. Despite of the Chinese experience³, we believe that it is

and Information Technology and Other Departments on Preventing the Financing Risks of Initial Coin Offerings

impossible to ban ICO because of its internet nature. Therefore, methods which are used by Singapore to regulate ICO deserve attention and should be analysed in the context of creation Russian draft law.

Despite of success in attracting investments via ICO Singapore does not have special legislation on ICO. The Securities and Futures Act (Cap. 289)⁴ and Financial Advisers Act (Cap. 110)⁵ and guidelines issued by Monetary Authority of Singapore (MAS)⁶ constitute the legal basis for ICO regulation in Singapore. The par. 2 (1) of the Securities and Futures Act reads as follows: capital markets products means any securities, units in a collective investment scheme, derivatives contracts, spot foreign exchange contracts for the purposes of leveraged foreign exchange trading, and such other products as the Authority may prescribe as capital markets products. It means that ICO is under the scope of the MAS and legislation on securities and futures should be applied and there is no direct regulation under the SFA unless the currency is linked to an ownership or

security interest in the issuers assets or property [9,12]. Notably, this approach allows regulate as ICO of security coins, but also cryptocurrency futures. In comparison, the Russian draft law “On Digital Financial Assets” contains provisions only about ICO of non public companies shares and does not fix any features associated with tokens - futures contracts.

If the ICO is supposed to be public, then under the Singaporean law it means that the issuer needs to prepare and register an issue prospectus, and disclose information about the person who seeks financing in this way. If the ICO falls under criteria of small offer pointed in the paragraph 272A of the Law on Securities and Futures an issuer need not prepare a prospectus that is registered by the Monetary Authority of Singapore. These provisions look like similar to the rules proposed by the Russian State Duma in the draft law.

There are special requirements to organizers of ICO in Singapore which are equal to the organizers of IPO on the traditional securities market. In its information the MAS pointed out that if

⁴ URL: <https://sso.agc.gov.sg/Act/SFA2001>

⁵ URL: <https://sso.agc.gov.sg/Act/FAA2001>

⁶ A Guide to Digital Token Offerings 2017. URL: <https://www.mas.gov.sg/regulation/explainers/a-guide-to-digital-token-offerings>

the digital tokens constitute securities or futures contracts, the exchanges must immediately cease the trading of such digital tokens until they have been authorised as an approved exchange or recognised market operator by MAS. The issuer has ceased the offer and has taken remedial actions to comply with MAS' regulations. It has also returned all funds received from Singapore-based investors.⁷ Thus, according to the provisions of the Securities and Futures Act and Financial Advisers Act ICO issuer shall obtain a license. Requirements for an application for obtaining these licenses are the same which are imposed to "traditional" participation of the financial market activities. They are submitted in accordance with the Guidelines on Criteria for the Grant of a Financial Adviser's Licence⁸ and the Guidelines on Licence Applications, Representative Notification and Payment of Fees.⁹ Moreover, if the issuer will consult investors on security or other financial products, he will be also required a license of a financial adviser.

⁷ MAS warns Digital Token Exchanges and ICO Issuer [электронный ресурс]. URL: <https://www.mas.gov.sg/news/media-releases/2018/mas-warns-digital-token-exchanges-and-ico-issuer>

879

Analysis of Singaporean

legislation shows that ICO is regulated like traditional activity on the financial market if the tokens have a nature of securities or futures. This approach is more complicated than stipulated in the Russian draft law and allows to regulate crypto futures and other digital financial assets.

5. CONCLUSIONS

From the Russian draft law it is clear that Russia is going to treat digital financial assets as securities, and will regulate ICO only when tokens are deemed as shares. It means that a variety of other tokens, including those which are financial products, will be unregulated. Therefore, the draft law on Digital Financial Assets shall include provisions concerning all financial products: bonds, investment pies etc. Singaporean experience shows that it is real. Moreover, ICO operators and exchanges shall be treated the same way as participants of securities market, without extra requirements to their

⁸ Guidelines on Criteria for the Grant of a Financial Adviser's Licence (Guideline No. FAA-G01).

⁹ Guidelines on Licence Applications, Representative Notification and Payment of Fees (Guideline No. CMG-G01).

address as included today in the named draft law.

6. FUNDING

The reported study was funded by RFBR, project number 20-011-00454 «Ensuring the rights of investors in the banking and financial sectors in the context of the digitalization of the economy in the Russian Federation and the leading financial centers of East Asia: a comparative legal aspect».

References

Baranov, P., Mamychev, A., Kim, A., Cherkasova, T., & Kolimbet, P. (2019). Digital Transformation of Law and Socio-Political Relations in the Eurasian Space-On the Example of the Russian Federation. *J. Pol. & L.*, 12, 87.

Burilov, V. (2019). Regulation of Crypto Tokens and Initial Coin Offerings in the EU: de lege lata and de lege ferenda. *European Journal of Comparative Law and Governance*, 6(2), 146-186.

Crosser, N. (2018). Initial coin offerings as investment contracts: Are blockchain utility tokens securities. *U. Kan. L. Rev.*, 67, 379.

880
Fisch, C. (2019). Initial coin offerings (ICOs) to finance new ventures. *Journal of Business Venturing*, 34(1), 1-22.

Gorian E. (2020) Singapore's Cybersecurity Act 2018: A New Generation Standard for Critical Information Infrastructure Protection. In: Solovev D. (eds) *Smart Technologies and Innovations in Design for Control of Technological Processes and Objects: Economy and Production*. FarEastCon 2018. *Smart Innovation, Systems and Technologies*, vol 138. Springer, Cham.

Greene, R. W., & Chuen, D. L. K. (2019). Singapore's Open Digital Token Offering Embrace: Context & Consequences. *The Journal of The British Blockchain Association*, 9582.

Gürcan, B. (2018). The Legal Framework of the Cryptocurrencies and Initial Coin Offerings (ICOs). Available at SSRN 3371443.

Gurrea-Martínez, A., & Remolina, N. (2018). The Law and finance of initial coin offerings. *Ibero-American Institute for Law and Finance Working Paper*, (4).

Kaal Wulf A., *Initial Coin Offerings: The Top 25 Jurisdictions and Their Comparative Regulatory Responses* (February 2, 2018). *CodeX Stanford Journal of Blockchain Law & Policy* (2018).

URL: <https://ssrn.com/abstract=311722>

4

Laura Gritz, Teaching a New Dog Old Tricks: Why the Howey Test is Still the SEC's Best Friend When Examining Initial Coin Offerings, 19 N.C. J.L. & Tech. 193 (2018).

Vorobyev, A.V. (2018). ICO as Economic Security Threat. Possible Risks Analysis. Experience of Foreign States. KnE Social Sciences, 3(2), 208-214.

<https://doi.org/10.18502/kss.v3i2.15442>

12

Saidi, S. S., & Siew, N. M. (2019). Assessing Students' Understanding of the Measures of Central Tendency and Attitude towards Statistics in Rural Secondary Schools. International Electronic Journal of Mathematics Education, 14(1), 73-86.

<https://doi.org/10.12973/iejme/3968>

THE ROLE OF EDUCATION IN THE FORMATION OF COMPETITIVENESS OF STUDENT YOUTH AT THE MODERN LABOR MARKET

Karina S. Chikaeva¹

Andrey V. Rachipa²

Elena A. Karapetyan³

Galina I. Davydova⁴

Larisa I. Kobysheva⁵

Galina V. Ganshina⁶

Abstract: In connection with the emergence of a market environment formed in the post-Soviet period and the increasing role of innovative technologies in society, our country began to feel the need for young highly qualified personnel. In the framework of this study, the authors analyze the role of education in shaping the competitiveness of student youth in the modern labor market. Based on the

methodology of the secondary analysis of empirical data, the authors show that the educational institution overcomes the existing imbalance between the structure of training in the educational system and the structure of demand in the labor market through mechanisms such as attracting employers to the educational process, cooperation with business communities, and increasing the number of credits for

¹ Doctor of historical sciences, associate professor, of the Department of sociology and cultural studies of FSBEI HE Federal State Budgetary Educational Institution of Higher Education «Kuban State Agrarian University named after I.T. Trubilin», Russia, Email: chikaevakarina@mail.ru

² Doctor of sociological sciences, Professor, Head of department of sociology, History and political science of Institute of management in economic, Ecological and social systems The Southern federal university, Professor-associate of the department 109 «b» FGBOU «Moscow Aviation Institute (National Research University)», Russia, Email: rachipa@sfedu.ru

³ Ph.D. in philological sciences, associate Professor, Department of humanities, Kuban State Technological University, Armavir Institute of Mechanics and Technology, AIMT (branch) KubSTU, Russia, Email: karapetyan7@yandex.ru

⁴ Doctor of Pedagogical sciences, Professor, Department of social pedagogy and technologies of deviant behavior, V.I. Vernadsky Crimean Federal University, (CUH) Republic of Crimea, Russia, Email: galynadavydova@yandex.ru

⁵ PhD in Pedagogical Sciences, Associate Professor, Taganrog Institute named after A.P. Chekhov, Rostov State Economic University, Taganrog, Russia, Email: Larisa-kobysheva@yandex.ru

⁶ PhD in Pedagogical Sciences, Associate Professor, Department of Social and Cultural Activities, Institute of Culture and Arts, Moscow City Pedagogical University, Russia, Email: gv_gansina@mail.ru

practice in the structure of the main professional educational program, expanding the scope of the targeted student enrollment, the use of distance Online training and courses. The article also analyzes the risks of labor integration of Russian youth.

Keywords: education, youth, student youth, graduates, the labor market, employment, risks.

1. INTRODUCTION

Due to the fact that currently there is an increase in the role of innovation in the framework of economic development of countries in the context of globalization, which are associated with the introduction of information technology, there is a need to train highly qualified specialists in various fields of knowledge, the workforce of which is characterized by a variety of general cultural and professional competencies as well as creativity. The implementation of the training of highly qualified and competent specialists requires investment by the state in the development of human potential, which actualizes the issue of the effectiveness of investments in education, and its impact on the development of human capital.

Education in any state acts as an important element of the country's

883

development, the growth of human potential; it also helps to reduce social inequality being a good social elevator. That is, education is the norm for economically developed countries and a guideline for developing countries. The growth in the level of education is accompanied by major achievements in the field of scientific and technical knowledge in all countries that have achieved significant economic growth. Thus, human capital is largely responsible for innovation, which can also be a huge competitive advantage for the country [4].

Considering human capital as a resource for the economic development of the country, it is worth noting, in this vein, the intellectual potential of youth, which can have a significant impact on the development of the national economy. Modern student youth are future highly qualified specialists and experts in various fields of life. Young people begin their conscious life path by building an educational and professional trajectory. At the same time, youth are exactly that socio-demographic group which responds most quickly to changes in society, very sensitively captures changes and quickly responds to them.

The multiple transformations that have occurred in Russia over the past

decades have led to changes in the labor market, which in turn has affected the growth in the level of requirements for the quality of the workforce according to the level of modern technologies. Transformation processes require young people to improve their own knowledge and skills in order to ensure productive employment, professional mobility and competitiveness, and therefore affect the functioning of such a social institution as education.

Since youth react most sharply to changes, and the processes of a market economy are very unstable and require flexibility from youth, the analysis of the role of education in shaping the competitiveness of student youth in the modern labor market is of particular scientific and practical importance. Indeed, it is education that helps to increase the level of human capital, which enables young people to adapt most successfully to the labor market, avoiding various risks [10; 16].

2. MATERIALS AND METHODS

The relevance of research in understanding the role of education in working life is confirmed by numerous studies in sociology of education.

884

The range of Russian education is of interest to many domestic scholars. Analysis of education as a social institution with its explicit forms of reproduction mechanism of socio-professional structure of society and the reproduction of the relations of distribution is conducted by F.E. Sheregi [34]. Through the analysis of functions and dysfunctions of the Institute of Education, F.E. Sheregi notes that the criterion for the effectiveness of the educational system is not only the system itself and its graduates, the economy also plays a large role as a consumer of the final products of the educational system, recognizing the functionality of the system or stating the dysfunction of professional education, without showing the need for graduates.

A number of domestic scientists consider the process of modernization of the education system in different aspects, such as a comprehensive analysis of the functions of the educational institution [17], the combination of university and postgraduate education, continuing education strategies, the orientation of the modern education system on the labor market [36], the role of social management in the field of education [18], the competency-based approach to the activities of a teacher [31].

The issues of the education system often touch upon the problems of the agents of the educational process, which include students and the teaching staff of educational organizations. Of particular interest in the framework of this article is the direction of research in the field of educational sociology, such as the formation of educational and professional strategies of youth [5; 6]. It is also important to note that many works are devoted to the issues of youth in the labor market: the role of values in the professional choice of youth, demanded specialties in the labor market, necessary competencies, and primary employment opportunities for youth [Youth employment, 2017; 19].

Analysis of scientific sources showed that the study of educational and professional strategies of youth is a very relevant direction in sociology. In connection with the reform of the education system and changes in the labor market, it is important to understand how the educational institution can increase the competitiveness of students in the modern labor market.

Since the object of this study is students, it is important to turn to the concept of human capital. The founders of this theoretical concept are G. Becker and

885
T. Schulz, who considered education as the main factor affecting the social and economic well-being of workers, as well as contributing to the country's economic growth [35; 3]. The main aspects of the formation of human capital include material costs for education, medical services, mobility costs that facilitate the migration of workers, as well as investments in information search about the state of the economy [3]. The development of the human capital concept coincides with the emergence of market relations. In connection with the transition of Russia to market relations, there was a sharp change in the socio-professional structure of Russian society, which led to the disappearance of old professions and the emergence of new ones.

Since human capital is a complex social phenomenon, the use of systemic and structural-functional approaches is required.

3. THE RESULTS OF THE STUDY

Insofar as Russia has embarked on the path of the innovative model of economic development [On the Concept of Long-Term Socio-Economic Development, 2018], and the dynamics of socio-economic processes has increased, dramatic changes are taking place in the lives of Russians. It

makes adjustments to their life plans, changes previously existing strategies and forces them to look for effective ways to adapt to a new reality. One of the distinct strategies of modern Russian population is a professional strategy - many citizens tend to seek employment, which will ensure a decent standard of living.

In the framework of the ongoing transformational processes, education is an

important adaptive resource, since on the basis of education the entire resource potential of a person, that is, human capital, is formed. Human capital is “knowledge, skills, abilities and other qualities embodied in people and contributing to personal, social and economic well-being” (Figure 1) [14].

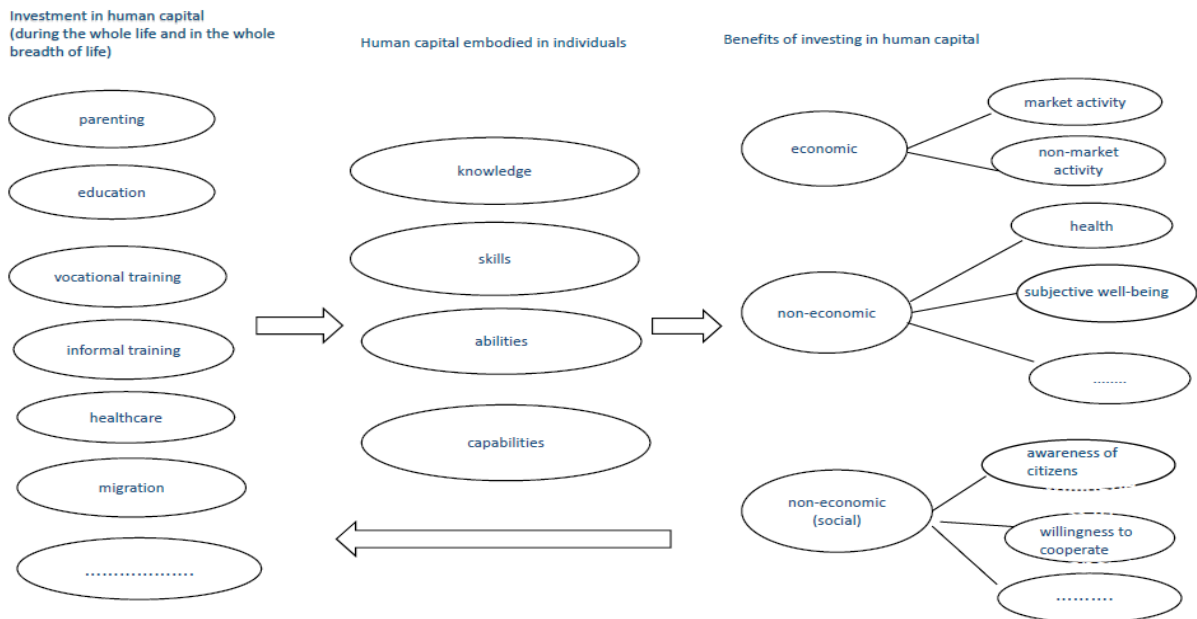


Figure 1. Scheme of formation of the human capital: components and benefits

Turning to the scheme of human capital formation (Fig. 1), which was developed by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), we see that education is an important component for

state investments; it contributes to the formation of human knowledge, skills, abilities and capabilities that provide economic and non-economic benefits.

As a quantitative measure, human capital is presented as the

economic value of a skill set and is measured through the human capital index. The human capital index is a comprehensive indicator and allows us to quantify the contribution of education and health to productivity and to the income level of the next generation of citizens [15]

According to the project for the development of human capital, Russia is included in the group of countries with a

high human capital index and takes 34th place among 157 participating countries (Figure 2). The human capital index makes it possible to assess the competitiveness of human resources in the labor market. Monitoring index of human capital contributes to the creation of the state mechanisms and strategies for investment in areas such as education and health.

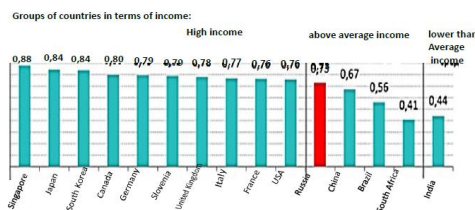


Figure 2. Human capital index in selected countries, 2018⁷

As part of this work we will focus namely on education as one of the resources contributing to the human capital index.

According to many studies, education has a tremendous impact on the indicators of the labor market: employment, wages, unemployment [33]. Education allows a person to enrich his capital, which in the future allows him to get a well-paid job. The process

of education also forms labor values generating labor activity.

Statistics show that Russia is one of the most highly educated countries in the world [8]. The salary of people who have higher education exceeds the average: the salary of workers who have higher professional education is 14.4% higher than the average salary in the Russian Federation [4]. It's worth noting that in a modern

⁷ Data taken from the World Bank "Human Capital Development Project" URL: <https://www.vsemirnyjbank.org/en/publication/human-capital#What>

“knowledge society” people who do not have a certain level of education may not only be disadvantaged in the labor market, but also become marginalized socially [25]. That is, education and the labor market are linked by elements of human capital.

When considering human capital, it is important to pay attention to such a socio-demographic group as youth, since it is in this age period that educational and professional strategies are actively formed.

Youth are an active subject of social dynamics. Young people play a significant role in social reproduction, possessing innovative and translational functions. Since the current situation in Russian society is characterized by new dynamic and profound changes, the purpose of which is to form a market society with specific socio-economic relations, the youth will be able to become in this situation the most significant human resource that will be the driver of the economic development of the state. Currently, the Russian youth face more severe socio-economic terms than the previous generation of young people. Youth are forced to pass from planning their career paths to real career trajectories in a very short period.

888

For modern young people, it is important to succeed professionally. Young people pay great attention to education and are constantly striving to increase the level of their professional education, through which they intend to take their rightful place in society [20; 16]. More than 60% of Russian youth adhere to an instrumental attitude to education as a means of achieving goals such as obtaining a diploma, prestige, and career advancement. But young people still understand that knowledge and the process of obtaining knowledge (education) are necessary for preparing a person for life, therefore they also recognize its terminal value [38]. Most Russians are convinced that higher education accompanies a successful career and facilitates the achievement of life goals, although over the past 11 years there have been noticeably fewer supporters of this point of view (76% in 2008 and 58% in 2019) [Higher education: social elevator or lost time, 2019]. However, according to data obtained by the VCIOM polling "Higher education: social elevator or lost time?" over the past 15 years, education has been for Russians primarily a tool for successful employment (48% in 2004 and 44% in 2019), career advancement

(28% in 2004 and 26% in 2019), as well as self-improvement as a professional (26% in 2004 and 22% in 2019). It is worth noting that at present, Russians are increasingly inclined to the opinion of a decrease in the accessibility of higher education for all citizens (63%). Speaking about the problems of modern students, they note that 21% of respondents say that there are not enough budget places and education on a commercial basis is rather expensive. In addition, 22% of the FOM survey participants say that many graduates experience problems with finding employment after graduation [Students, 2019].

Turning to the statistical data, we note that by the end of 2019, there were 741 organizations in Russia where students mastered higher education programs. In 2019, 933.2 thousand people graduated from higher education institutions who acquired bachelor's, specialist's, and master's programs and

531.5 thousand people mastered the training program for mid-level specialists.

According to the results of the study of FOM and VCIOM, modern graduates, having left the walls of the educational institution, experience difficulties with employment within the existing labor market. Referring to the data obtained in the analysis of the situation of higher and secondary vocational school graduates in the labor market in Russia, in 2018, the number of unemployed graduates of higher and secondary vocational education who graduated from educational institutions in the previous (2017) amounted to 126 thousand people, more than half of them had a higher education diploma [1].

Analyzing the labor market according to Rosstat 2016, we note that graduates were able to find jobs in such areas as aviation, automation, life safety (Figure 3) [1].

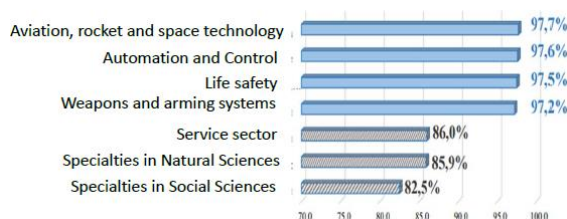


Figure 3. The rate of employment among the higher education graduates by specialty as of 2016 (%)

Statistics on youth employment overlap with the opinion of Russians on the issue of professions in demand in the near future. According to the Russians surveyed, the top demanded areas of the labor market in the future (in the future 7-10 years) would include high-tech production (33%), IT-technologies (26%), healthcare and social services (24%). Workers, on the contrary, are more likely to be considered the least promising (less than 1% of respondents mark them) [Future labor market: people's forecast, 2017].

In general, the modern youth labor market is a specific socio-demographic segment of the economy, which is subject to its own laws, due to both the peculiarities of Russia and the characteristics of youth (instability of life attitudes of young people, lack of work experience and, therefore, less competitiveness) [13], which must be taken into account in employment policies.

The modern labor market is a very variegated picture; it is structured and consists of a set of certain segments that do not substantially resemble each

other. The main difference lies in the characteristic of the product (labor force), which plays a key role in a particular segment.

It is customary to distinguish five segments of the modern labor market [2]:

- 1) the segment occupied by highly qualified specialists with corresponding high pay and stable full-time employment;

- 2) the segment of the qualified personnel, where specialists with higher and secondary education are represented, also skilled workers whose incomes and employment are relatively stable;

- 3) the labor market of working professions, within which there is an imbalance of supply and demand: the demand for labor has a tendency to constant reduction, due to social and professional uncertainty of young people. This entails a reduction in income, a decrease in job guarantees, temporary, part-time or secondary (assuming the existence of additional work), up to part-time employment - partial unemployment and full youth unemployment;

4) the labor market of low-skilled workers and workers in the service sector, where labor supply exceeds demand, hence low incomes, unstable, incomplete employment;

5) residual labor market - where services are offered by those groups of young people who are new in the sphere of labor, partially unemployed, who have lost contact with the labor market or are unemployed.

Based on the foregoing, a comprehensive analysis of the modern labor market and youth employment has allowed us to identify several groups of risks in labor integration of Russian youth that are directly related to the third, fourth and fifth segments of the modern labor market:

- Firstly, the risk of deprofessionalization is seen as a process associated with the loss of professional qualities, knowledge and skills by young people, a decrease in their professional level as a result of a set of internal reasons such as unsuccessful self-realization in the professional sphere, unwillingness and inability to work; and of an external nature: the crisis of the institute of labor, the difficulties of youth employment by profession, low wages [21; 27]. Among the causes of the risks

891
of youth deprofessionalization in the modern labor market, one can rightly include a high percentage of young people whose labor activity is not related to their education; the priority of material motivation, which in the absence of a spiritual one destroys the professional "I" of the individual "and the motives of professional self-affirmation.

- Secondly, the risk of youth freelancing as an extra-organizational, independent form of youth employment, in which a young specialist independently offers and sells his services on the labor market without a fixed-income permanent employer. According to a survey conducted by the site for freelancers - Free-lance.ru, the three most popular areas of professional activity of young people include IT-sphere, which includes programming and a set of work to create and promote websites (33.1%); design and multimedia (39.2%); various work with texts, such as writing, editing, translation, etc. (16.8%) [37].

- Thirdly, in accordance with the third segment of the labor market, the lack of demand for many professions leads to the fact that a significant part of young people who are in search of work cannot find jobs in their specialty.

Together with the fact that many young people become freelancers, it causes the risk of a final change of professional activity as a result of professional uncertainty and marginality of youth [12]. According to A.G. Pukhova, T.K. Belyaev and others, every fourth young specialist annually becomes a candidate for retraining, getting a second profession. In addition, one fifth of youth quit due to dissatisfaction with the profession and the nature of work already at the initial stage of work after graduation [26].

- Fourth, the risk of youth seeking illegal forms of earnings in the shadow sector of the Russian economy results in the increase in a number of youth's economic and criminal crimes, the incidence of alcoholism and drug addiction, and as a result, the growing rate of youth mortality. [11; 12].

- Fifth, the last two segments of the labor market (fourth and fifth) turn into the risk of youth unemployment (a high degree of risk of job loss). Specialists note an increase in the group of young people who do not work and study anywhere. According to the international labor organization (2016), 4.1 million people in the country were classified as unemployed, whose average

892
age was 34.5 years. In an unstable economy, due to the saturation of the labor market with the offer of labor services by more competitive categories of the population, young people are a low competitive, pronounced risk group [32,39].

The process of employing graduates does not only occur after graduation, it is closely included in the period of study. According to a survey conducted by the Federal State Statistics Service of the Russian Federation, 45.0% of all graduates worked during the training period, including 28.1% constantly and 16.9% from time to time; almost a quarter of the work was related to the profession received during training.

From the analysis of the data, we see that there are difficulties with the employment of graduates of educational institutions in the specialty and this is often due to inconsistency between the education system and the labor market. Of course, educational organizations understand their gaps in this matter; therefore, they are actively working to eliminate them.

Higher and secondary vocational education programs are guided by federal state educational

standards in the directions of study that are implemented in educational institutions. These standards do not stand still and are very actively updated, forcing adjustments to the educational process. Since the knowledge paradigm of education has been supplemented by a competency paradigm, the approach to teaching students has changed. Currently, much attention is paid to the practice of students and the conclusion of agreements with relevant organizations, within which students practice is implemented. In the curricula of basic professional educational programs, there are more specialized disciplines on the profile of training, especially for master's degree programs. Much attention is paid to the assimilation of professional competencies in the areas of training. To improve the qualifications of students, employers are involved in the educational process. Educational organizations are also trying to attract the business community to the educational process, conducting joint lectures, seminars, and trainings, which allows the student community to expand their knowledge boundaries, delving into the intricacies of the profession.

Of course, not only the educational institution should focus on

893
the labor market, but also the labor market must certainly make an order for the necessary specialists. Within the framework of this order, targeted directions from organizations with subsequent employment of a graduate can operate. Training in targeted areas to a certain extent solves the problem of personnel, i.e., the state or private enterprise pays tuition. After graduation, the young specialist is obliged to find a job in the organization from which he received the recommendation and to work in it for 3-5 years. When educational institutions receive the admission target numbers for the next year, the target enrollment of students is necessarily taken into account.

To attract students' interest in various disciplines within the framework of curricula, educational organizations actively use online technologies, for example, the exchange of information through corporate email. Online courses and distance learning on various educational platforms are also gaining popularity. Non-formal educational channels are starting to work very actively - training outside educational organizations: trainings and webinars.

4. CONCLUSION

After analyzing the role of education in shaping the competitiveness of students in the modern labor market and employment, we concluded that education helps young people become the most effective resource for the socio-economic development of the state.

The main risk groups for the labor integration of Russian youth are the risk of deprofessionalization, the risk of youth freelancing, the risk of a final change in the type of professional activity, the risk of youth seeking illegal forms of earnings, the risk of youth unemployment. Considering these risks is the most important task facing state youth and educational policies. A clear understanding of the problematic specifics of the modern labor market and the problems of youth employment is a means of preventing risks and negative trends in youth employment.

The Institute of Education is closely interconnected with the labor market; therefore, there is an urgent need to smooth out the imbalances between the structure of training in the education system and the structure of demand in the labor market. Currently, mechanisms such as attracting employers to the educational process, cooperation with

894
business communities, increasing the number of credits for practice in the structure of the main professional educational program, expanding the scope of the target student enrollment, using distant learning and online courses are used to solve this problem.

References

- Analytical report of the All-Russian Research Institute of Labor “Analysis of the situation of graduates with higher and secondary professional education in the labor market in Russia” URL: http://spravochnik.rosmintrud.ru/storage/app/media/Analiz%20polojeniya%20vepucknikov_VNII%20tpuda.pdf
- Bayramov V.D., Lubsky A.V., Pukhkalova M.O., Stepanov O.V. Problems of social work with youth in modern Russia. Rostov n / D.-M., 2009. P. 274.
- Becker G. S. Investment in human capital: A theoretical analysis // The Journal of Political Economy. 1964. Vol. 70, no. 5. Pp. 9–49.
- Bulletin on education «Russian education in the context of the human capital index», 2018 [Electronic resource] // URL: <https://ac.gov.ru/publications/topics/topic/4411>;

Cherednichenko G.A. Formation of educational strategies of youth // Faces of Russian education. M.: Center for Sociological Research, 2015. Pp. 278-306.

Cherednichenko G.A. Russian youth in the education system: from level to level // Issues of education. 2017. No. 3. Pp. 152-182.

Chikaeva K.S., Scherbakova L.I., Karapetyan E.A., Latysheva A.T., Kosinov S.S., Zinchenko Ya.G., Samygin S.I. (2018) Social Health of Russian Youth: the Specificity of Social and Managerial Technologies of Formation. International Transaction Journal of Engineering, Management and Applied Sciences and Technologies. 2018. Vol. 9. No 6. Pp. 515-525.

Education at a Glance 2014 [Electronic resource]. URL:

<http://nimro.ru/uploads/news/photos/russian-federation-eag2014-country-note-russian.pdf> (accessed: 07.04.2020)

Employment of youth in the motivational and structural dimension [Electronic edition] / [M. K. Gorshkov and others]; Repl. Editor M.K. Gorshkov. Electron. text. Dan. (volume 1.5 Mb) - M.: Institute of Sociology, Federal Scientific Research Center of

Sciences of the Russian Academy of Sciences, 2017.129 p.

Gafiatulina N.Kh., Rachipa A.V., Vorobyev G.A., Kasyanov V.V., Chapurko T.M., Pavlenko I.I., Samygin S.I. Socio-political changes as a socio-cultural trauma for the social health of Russian youth // Modern Journal of Language Teaching Methods. 2018. Vol. 8. 5. Pp. 602-609.

Gafiatulina N.Kh., Toporkov G.A. The model of criminal behavior: sociological analysis // Humanitarian Socio-economic and social sciences. 2018. No5. Pp. 25-27.

Gafiatulina N.Kh. Social health of students as an indicator of socio-cultural integration // Social and humanitarian knowledge. 2013. No. 11. Pp. 255-261.

Gnatyuk M.A., Khorovinnikov A.A., Samygin S.I. Problems of the situation of Russian youth in the modern labor market: determining factors // State and municipal management. 2018. No2. Pp. 157-163.

Guidelines for measuring human capital. United Nations Economic Commission for Europe. New York and Geneva, 2016
URL:

https://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/2016/ECECESSTAT20166_R.pdf

Indices and indicators of human development. Updated statistics 2018. United Nations Development Program. URL: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf.

Kovaleva T.N., Maslova Yu.V., Kovalev N.A., Karapetyan E.A., Samygin S.I., Kaznacheeva O.K., Lyashenko N.V. Ecohumanistic Education in Russia and China as a Factor of Sustainable Development of Modern Civilization. Dilemas contemporâneos: Educación, Política y Valores. 2019. Vol. 6. No S3. P. 11.

Kolesnikova E.Yu. The concept of the sociostructurally function of education in the context of its modernization // News of universities. North Caucasus region. Series: Social Sciences. 2011. No 2. URL:

<https://cyberleninka.ru/article/n/kontseptsiya-sotsiostrukturnoy-funktsii-obrazovaniya-v-kontekste-ego-sovremennoy-modernizatsii> (accessed 04.04.2020).

Kolesnikova G.I., Samygin S.I., Zagutin D.S. Organization of research and teaching activities in the field of personnel management (study guide for university students (masters)) //

International Journal of Experimental Education. 2015. No. 8-2. Pp. 217-219.

Konstantinovsky D.L. Modern challenges of the labor market and Russian youth // Education and science in Russia: state and development potential: Yearbook. 2019. Issue. 4. Pp. 272-281.

Klyucharyov G.A., Didenko D.V., Latov Yu.V., Latova N.V. Continuing education - an incentive for human development and a factor in socioeconomic inequalities / Under the general editorship of doc. Yu. V. Latov. M.: TsSPiM, 2014.S. 380.

Mukhina K.S. The deprofessionalization of Russian youth: institutional factors of reproduction // Humanitarian of the South of Russia. 2017.V.6. No. 6. Pp. 242-150.

Maksim Vaskov, Alexander Rezvanov, Valery Kasyanov, Sergey Samygin, Natalya Gafiatulina, Dmitriy Zagutin, Lidiya Scherbakova Value Orientations of Russian Youth in the System of Managing the Moral Security of Society (2018) // Herald National Academy of Managerial staff of culture and arts. No 2. 2018. Pp. 134-140. <http://heraldnamsca.in.ua/index.php/hnamsca/article/view/309>.

Natalya Kh. Gafiatulina, Gennadiy A. Vorobyev, Svetlana I. Imgrunt, Sergey I. Samygin, Anna T. Latysheva, Larisa I. Ermakova, Larisa I. Kobysheva (2018). Social Health of Student Youth in South Russia: Analysis of the Perception of Socio-Cultural Risks. *Modern Journal of Language Teaching Methods*. Vol. 8, Issue 6, June 2018. Pp. 32-41.

Order of the Government of the Russian Federation of November 17, 2008 N 1662-r (as amended on September 28, 2018) "On the Concept of Long-Term Socio-Economic Development of the Russian Federation for the Period Until 2020" URL:

http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_82134/

Osipov G.V., Klimovitsky S.V. Indicators of science and technology: history. Methodology, measurement standards / Scientific Council on the Basic Research Program of the Presidium of the Russian Academy of Sciences «Economics and Sociology of Science and Education» M.: TsSPiM, 2014, Pp. 15.

Pukhova A.G., Belyaev T.K., Varakina E.E., Ruzanova Yu.V. Problems of youth employment in the regional labor market // *International Journal of Applied and*

897
Fundamental Research. 2016. No. 12. Pp. 1336-1339.

Ponomarev I.E., Gafiatulina N.K., Zritineva E.I., Kasyanov V.V., Bahutashyili T.V., Ponomarev P.A. The Influence of Social Justice Crisis on Social Health and Spiritual security of Young Students (Case Study of the South of Russia). *International Journal of Applied Exercise Physiology*. 2019. Vol. 8. No 2.1. Pp. 250-257.

Poll VCIOM "Higher education: social elevator or lost time?" URL: <https://wciom.ru/index.php?id=236&uid=9808>

Poll by the All-Russian Public Opinion Research Center "Labor Market of the Future: People's Forecast" URL: <https://wciom.ru/index.php?id=236&uid=8863>

POF survey on modern Russian students URL: <https://fom.ru/Nauka-i-obrazovanie/14277>

Reznik S. D., Vdovina O. A. Professional competencies of a teacher of a higher educational institution: system of formation and development: monograph. Penza: PGUAS, 2015.140 p.

Romashova L.O. The specifics of labor adaptation of Russian youth // *Scientific*

- works of Moscow State University. 2016. No5. Pp. 34-38.
- Russian worker: education, profession, qualification / Ed. V.E. Gimpelson, R.I. Kapelyushnikova. M.: HSE, 2011, pp. 59–67.
- Sheregi F.E. Education as a social institution: functions and dysfunctions // Russia is reforming. 2015. No. 13. URL: <https://cyberleninka.ru/article/n/obrazovanie-kak-sotsialnyy-institut-funktsii-i-disfunktsii-1> (accessed: 06.04.2020).
- Schultz T. W. Investment in human capital // The American Economic Review. 1961. Vol. 51, no. 1. Pp. 1-17.
- Sarygina A.M. Institutional changes in the Russian system of higher education in the context of modernization // Bulletin of the Adygea State University. Series 1: Regional Studies: Philosophy, History, Sociology, Law, Political Science, Cultural Studies. 2017. No 2 (199). URL: <https://cyberleninka.ru/article/n/institutsionalnye-izmeneniya-v-rossiyskoy-sisteme-vysshego-obrazovaniya-v-kontekste-modernizatsii> (accessed: 06.04.2020).
- Terekhova N.Yu. Freelancing as a form of employment in modern conditions / Labor psychology, economics and management in modern Russia: organizational structure and entrepreneurship. Materials international. Scientific-practical conf. Yekaterinburg, 2016.Pp. 141-144.
- Zubok Yu.A. Changing social reality in crisis Russian society / Yu.A. Zubok, V.I. Chuprov // Economic and social changes: facts, trends, forecast. 2017. V. 10. No. 1. Pp. 41-57.
- Radhy, Z. H. (2019). Application of Multiply Regression Linear Model and New Technology Method in Estimating Learning and Education of Students. International Electronic Journal of Mathematics Education, 14(1), 87-90. <https://doi.org/10.12973/iejme/3978>

WAS NAPOLEON'S INVASION A REAL THREAT TO RUSSIA TO LOSE ITS NATIONAL SOVEREIGNTY?

Sergey G. Voskoboinikov¹

Tatyana V. Schukina²

Vladimir G. Tahtamishev³

Maria S. Akisheva⁴

Andrey Y. Gumenyuk⁵

Svetlana V. Yushina⁶

Abstract: In this article, the authors try to find the answer to the question of what consequences could have the defeat in the First Patriotic War with Napoleon in 1812. In the search for an answer to this question, the authors conclude that Napoleon's plans in 1812 regarding Russia should be considered as part of his more general plan to create new Europe, where France was to play a leading role. This policy of Napoleon came into direct conflict with Russia's

ally, England, which also nurtured the ideas of continental hegemony. In the eyes of Napoleon, our country possessed an ambivalent essence, synthesizing in itself the West and the East, Europe and Asia, barbarism and civilization. His intentions, therefore, were to simplify the sociocultural space of Russia. For these purposes, it was proposed to separate the western regions of Russia to include them in the Europe project and

¹ Ph.D. in Historical Sciences, Associate Professor, Department of History and cultural science, Don State Technical University (DSTU), Russia, Email: Voskoboinikov1968c@yandex.ru

² Ph.D. in Historical Sciences, Associate Professor, Department of Document science and the language communications, Don State Technical University (DSTU), Russia, Email: yuzprepod@mail.ru

³ Doctor of Philosophy, Professor, Chair "Philosophy and History of Fatherland" Rostov State Transport University (RSTU), Russia, Email: tahtamishev2012@yandex.ru

⁴ Assistant of the department, V.I. Vernadsky Crimean Federal University Humanities and Education Science Academy (branch), Institute of philology, history and arts Department of history, local history and methods of teaching history Republic of Crimea, Russia, Email: Akisheva.mariya@mail.ru

⁵ Researcher, Ph.D. in Historical Sciences, State Autonomous Institution of Culture of the Republic of Crimea «Alupkinsky Palace and Park Museum-Reserve», Palace of Alexander III in Massandra, Russia, Email: margerstern@yandex.ru

⁶ Ph.D. in of Philosophy, Associate Professor, Department of History and Cultural Studies Don State Technical University (DHTU), Russia, E-mail: yushinasv@mail.ru

gradually weaken the remaining territory of the state.

Keywords: Napoleon; Alexander I; War of 1812; geopolitics; Indian campaign; Bonaparte; Moscow; Napoleon's plans.

1. INTRODUCTION

The Russian war against the Napoleonic troops in 1812 was called the First Patriotic War in historiography. It acquired such a high status in historical tradition not accidentally. Our country has rather complicated relations with Europe. Close diplomatic ties have developed since the end of the XVI century, from the second half of the brilliant reign of Ivan the Great, when our western neighbors drew attention to the new state as a potential ally in the struggle of Ottoman Turkey. These ties were conceived to reorient the Russian religion from the Orthodox to the Catholic, which was to become a guarantee of readiness to enter an integral part of the Western cultural ecumenical community. After European diplomats realized that Russia would remain faithful to the religion of their ancestors, a massive information war began against all of Russian. Centuries later, Russophobia became a part of the

900
European mentality, which even the Petrine transformations aimed at radical Europeanization of the country and its inclusion in the space of cultural, economic and political relations with Europe, could not prevent. European countries often used the services of Russia, especially its magnificent army, but they never considered it a part of their community, regarding us as an exogenous, that is, alien, phenomenon. In a way, the leading sense of Europeans in relation to our country can be called a sense of fear. It was exploited at different times and has not ceased being exploited now. This feeling gave rise to different expectations: from light anxiety due to close proximity to the invasion of barbarian hordes from the east, crushing European education and culture [17; 11; 12]. It is not surprising that in the minds of European politicians of various nationalities, even such odious and not quite Western in essence, like Hitler, ideas were born to eliminate Russian statehood or to divide Russia into several smaller states safe for the European consciousness. Were plans of this kind characteristic of the French emperor Napoleon? The answer to this question determines the purpose of our study, which can be concretized as the

definition of Napoleon's plans for the future of Russia after the end of the Eastern campaign in the context of the specific course of military operations and the historical conditions of their practical implementation.

1.1. General principles of Napoleon's military strategy and their applicability in the territory of Russia.

Napoleon Bonaparte is one of the greatest commanders in the history of humankind. This cliché, beaten up in the world historiography, nevertheless, reflects the real state of affairs. However, we will not enumerate all his great achievements in the military field. Especially, because the purpose of the article is not to write another apology in his address. There are already plenty of them. We will go further than stating his military genius, having the intention to find in victories of Napoleon as a commander a certain average model, a stereotypical scheme of his genius, the widespread use of which allowed him to achieve incredible successes. In fact, for the old feudal Europe the appearance of the Corsican was a daunting challenge, born by the revolutionary storm in France. This storm released a tremendous energy surge of the hitherto

901
dormant national potential, generated a huge wave that swept the remnants of the feudal rags in the political, economic and social life of Europe. Napoleon was on the crest of this wave, rising there from the very bottom. Nevertheless, it was not his only talent. During the revolution, many manage to climb up. Rarely is anyone there lingering for a long time. More rarely can be found those who are able to manage the wave itself. Bonaparte was among the latter.

His victorious journey began near Toulon in 1793, when one successful operation ensured a career leap from the rank of major to the rank of brigadier general. In the future, an excellent military education, new principles in the use of artillery, tactical and strategic abilities in managing large masses of troops, and also personal courage and determination contributed to his career. All of this came together and was repeatedly strengthened by exorbitant ambition and desire for power. This forced Napoleon to never rest on his laurels, strive for new military and political frontiers, instantly change old plans for new ones; make decisions that contradict those already adopted, and often lose solid ground of reality

underfoot for the sake of unsubstantiated ambitions.

Until a certain point, such qualities of his personality allowed him to succeed. After Toulon, there was a victorious Italian campaign of 1796-1797, the conquest of Egypt in 1798, the reconquest of Italy in 1800, the conquest of Hanover (1803), the defeat of Austria (1805) and Prussia (1806), the elimination of the Holy Roman Empire of the German nation (1806), the establishment of control over Portugal and Spain (1807-1808), the abolition of the Papal state (1809) [10]. In his captures Napoleon almost always applied the same tactic: a swift attack, the mobile movement of troops, the effective use of artillery, the capture of the enemy's capital city, bringing the government of the belligerent to a state of complete deprivation, psychological pressure and coercion to conclude peace on favorable terms [8]. The result of such actions was almost always the separation of the richest and most significant territories from the state with he was at war, the promise of peace, friendship and patronage, the further weakening of his political power by imposing an unfavorable model of cooperation and - or the complete loss of national

902

sovereignty, or strict submission to his political will after the opponent's loss of ability to provide worthy resistance.

Up to a point, this tactic was fully justified, as it brought success. The feudal world of old Europe could not effectively counter it, and the Napoleonic wars were a logical continuation of the export of the French revolution. Napoleon turned out to be a complete master in continental Europe, having the opportunity to exert pressure on those states that retained their conditional independence [6].

The Russian Empire, with varying success, participated in almost all of these campaigns against Napoleon, but for the time being there was no war on the territory of Russia. The situation changed in 1812. In June of that year, about half a million French soldiers, as well as troops from other countries, crossed the border of the Russian Empire over the Neman River. Here we are fit to return to the main question of the article and ask, "Did Napoleon's invasion threaten Russia to lose its national sovereignty?" [18].

This question is far from idle. Firstly, some of the states conquered by the French emperor lost their statehood. Some countries did it because of the

redrawing of the political map of Europe, which resulted in their inclusion in other, often artificially created state formations, formed arbitrarily for the convenience of their managing. However, there were those who were added to the territory of France because of gross annexation. Secondly, some of the states that existed before the Napoleonic Wars formally retained their independence, but paid for it with territorial losses and the actual loss of independence in pursuing domestic and especially foreign policy. None of the states against which Napoleon carried out the aggression remained unchanged at the end of the military campaign [19].

It is hard to imagine that Russia could have a different fate. Especially in the context of the attitude, the Europeans had to us. It's rare when the invader does not seek special excuses before the beginning of the war he initiated. When moving an organized front to the western borders of our Fatherland, Europe always had an on-duty justification "to free Western civilization from the threat of barbarians from the East". Under such a "noble" goal, it was not a big problem to gather those who want to profit at someone else's expense, and consider themselves soldiers-associates, holy

903
great martyrs. In total, Napoleon managed to attract about 550,000 people who took a direct part in the campaign under his banner [22]. However, how many non-indigenous French were among them is the subject of fierce controversy among historians [23]. If we come to a consolidated opinion, then there were thirty to fifty percent of the total: Austrians, Westphalia, Poles, Bavarians, Italians, Württemberg, Hessians, Dutch, Spaniards, Prussians, Saxons [4].

It would seem that the easiest way to find the answer to this question is to turn to the plans of Napoleon himself. In fact, he could not attack our country without a clear strategy of action! However, historians who are ready to take this path will face serious disappointment: they will not find any specific idea about the fate of Russia in Bonaparte's personal statements. He could say that he was ready to go to Minsk and Smolensk, but in the end, he reached Moscow. Before the war and during the invasion, Napoleon expressed ideas about the territory of the Russian Empire as a potential bridgehead for the seizure of India in order to tear it off from England, but how he planned to do this: crushing Russia or forcing Alexander I to

the union in order to use Russian soldiers for this purpose – there are no references in official documents or in private conversations. Obviously, different goals involved the implementation of different types of strategies, but it seems that the emperor of the French did not have a particular plan. All this can be attributed to the impulsiveness of his character, features of origin, inconsistency of the first results of the campaign with expected, etc. However, even his follower, Adolf Hitler, a German by birth, did not have a complete plan to defeat the USSR, since, the Barbarossa plan is known to imply the advance of German troops to the Volga-Arkhangelsk line, but it did not extend to the further territory of the country. This together with the fragmentary testimonies of Napoleon about the purposes of the campaign of the "Great Army" seemed to have a certain pseudo cultural false mission: to show barbarians their place, to be driven beyond the Ural Range. However, such an emotionally constructed task for more than half a million army looks at least strange. It seems that we will have to think out many plots ourselves.

1.2. Redrawing the political map of Eastern Europe and the problems of organizing the Indian campaign.

Napoleon did not have a clearly defined action plan in Russia. V.M. Bezotosny, referring to the overall feature of the Warlord Emperor, wrote "Each time starting military operations, Napoleon did not associate the leadership of the troops with a plan predefined in detail, based on geographical mathematical calculations <...> The operational action plan was actually drawn up at the last moment and easily changed depending on the circumstances" [5]. However, this does not mean that he did not keep in mind the possible alternatives for Russia. Another question is how to determine them. If the nature of hostilities is chosen as a criterion for their identification, then this will hardly help us. The events of the military campaign proceeded not only in an organized manner, but also spontaneously, and some of them can be said to have a controlled character; while from others it clearly and obviously follows that in the behavior of Napoleon there was a lot of impromptu, improvisation, reactions of a belated nature to those processes that he no longer controlled and initiated. The only

possible way to reconstruct his plans, which will remain on the solid ground of real assessments, is to compare the statements of the French emperor about his intentions regarding Russia with the actions carried out to put them into practice. Therefore now give an opportunity to say to Bonaparte, and then try to understand how these words are supported by a particular implementation. However, there is one methodological difficulty. There are tens of phrases about the goals of the eastern campaign attributed to Napoleon, but there are practically no authentic, that is, taken from his personal writings, letters, speeches. Authentic texts are not connected with his plans; everything that forms our ideas about the emperor's intentions is taken from the memoirs of historical figures with whom he allegedly shared his goals in private conversations.

Historians often cite one of Napoleon's statements shedding light on the goals of a military campaign in Russia. "I will open the campaign by crossing the Neman. I will finish it in Smolensk and Minsk. I will stay there. I will strengthen these two points and organize the State of Lithuania in Vilna where my headquarters will be located...

We will see which of the two of us will get tired first: I - to support my army at the expense of Russia or Alexander - to feed my army at the expense of his country" [26]. These intentions we learn from the memoirs of Metternich. What does the creation of the state of Lithuania mean? If you put this saying in the context of his other messages or specific actions, then much becomes quite definite. Napoleon intended to create a kaleidoscope of small state entities in Eastern Europe, among which Lithuania was one of the few [13]. In addition to it, according to the sources, plans for the formation of two duchies are clearly visible: Warsaw and Volyn. There are also indications of the creation of a semblance of a state on the territory of Podillia. In addition, there were certain plans for Ukraine, which in Bonaparte's correspondence was understood to mean the Little Russian Left Bank [7]. It is very important that not a single historical document gives us reason to think that Napoleon planned to recreate the Grand Duchy of Lithuania of the 15th century, when it was a country on a vast territory, stretching from the Baltic to the Black Sea. Nothing was said or done for the revival of the Polish-Lithuanian Commonwealth known from the history

of the XVI-XVII centuries. Thus, the emperor did not build a powerful buffer from one state, be it Poland or Lithuania, between Central Europe and Russia. All his actions taken several months before the invasion testify to the intention to create a large number of conspiratorial groups sent to the western parts of the Russian Empire for subversive work among the titular non-Russian population [2]. It is difficult to construct an accurate political map of the future Eastern Europe, since Napoleon's plans themselves can be reproduced only bit by bit. Besides, can we say with confidence that all the promises he made to his allies would have been fulfilled exactly? Moreover, who knows how many secret promises to govern some duchy or kingdom were given.

If we admit a hypothetical defeat of Russia in Patriotic War, even more difficulties arise for reconstructing the political fate of the territories inhabited by the Russian-speaking population. They are modern southern Ukraine, the Don land and the territorial core of Great Russia. There is nothing fantastic in assuming that Napoleon had the military potential, so that he could defeat the Russian army in border battles and force Alexander I to make large

906
territorial losses in the regions inhabited by Poles, Ukrainians, and the Baltic states. In any case, Napoleon hoped that the loss of the army would make the Russian Emperor be more tractable and he would abandon the acquisitions made during the reign of Catherine the Great. However, it was not so simple with indigenous Russian territories. Did he have any idea to divide Russia into several areas nominally ruled by puppets dependent on him? It is tempting! At least in order to rid Europe of fear of the barbarians. It must be said that, in his writings, created on the island of St. Helena, it is easy to see aggressive Russophobia. However, the intention is the one thing, specific plans and real possibilities is something different.

Among historians, there is no clear opinion on the matter. O.V. Sokolov is convinced that in Russia Napoleon had purely realistic intentions and did not count on more than defeating the enemy army in several border battles, and then implementing plans for the alienation of its territories inherited after the collapse of Polish-Lithuanian Commonwealth [25]. B.S. Abalikhin and V.A. Dunaevsky drew attention to the fact, that after the start of the military campaign, for the first time, the idea of a

campaign to Moscow was voiced by Bonaparte only on the fifteenth day of the war, which, in their opinion, testifies to the lack of his initial goal to move far deeper into the original Russian territories [1].

However, in historical science there was another quite different idea, according to which Napoleon initially planned a campaign against Moscow, having broader intentions regarding the post-war reconstruction of the Russian Empire. This position is largely based on the memoirs of Abel-François Villemain. There is a passage in them, which he ascribes to Napoleon himself “I will capture Moscow, I will cast him (Alexander) to Asia ... The barbaric peoples are superstitious and have primitive ideas. A terrible blow to the heart of the empire, to Great Moscow, to Holy Moscow, will give me this dumb and blind mass ... This long way is the path to India. Alexander the Great went on his campaign as far as if he had gone from Moscow to reach the Ganges... Suppose now that Moscow is taken, Russia is crushed, the tsar is forced to bow or perished in some palace conspiracy ... Tell me, is it not possible for a great army of Frenchmen and their allies to leave the Ganges after leaving

907
Tiflis? It would be enough to touch it with a French sword, so that in India all this piling up of mercantile greatness (of England) would collapse. It will be a gigantic expedition, I agree, but quite feasible in the 19th century. With this blow, the independence of Western Europe and the freedom of the seas will be won” [27]. If you believe the author of the text, then these words Napoleon personally said to him in the spring of 1812, that is, a few months before the start of the campaign. So maybe the emperor of the French skillfully masked his true intentions and initially hoped to crush Russia precisely as a sovereign state?

There is no definite answer, but there is an opportunity to speculate, indicating alternative options. Good prospects for their understanding are given by the geopolitical approach, the most active supporter of which in the historical science of recent years is M.V. Shisterov. The historian draws attention to the numerous evidence of historical documents that Napoleon did not consider Russia, but England, as his main geopolitical adversary. From this position, after the war of 1812, the Russian Empire could be defeated as a sovereign state, or remain with limited

sovereignty, the price of which would be the forced execution of allied obligations to France. When thinking rationally, then at least at the beginning the second option would be more preferable for Napoleon. It promised bright prospects to catch two birds with one stone at once: send the Russian army to conquer India and, taking advantage of the weakening of Russia's military potential, sharply limit its territory and independence in pursuing foreign and domestic policies. Napoleon's "Indian" plans are by no means an invention of modern historians. As early as 1808 in a letter to Alexander I, French Emperor tried to persuade him to Indian adventure "If an army of 50 thousand Russian, French, perhaps even a bit of the Austrians, headed pass Constantinople to Asia and appeared on the Euphrates, then it would make England tremble and plunge it at the feet of the mainland" [20]. Even earlier, as consul, he inspired Paul I to organize the Indian campaign. M.V. Shisterov, relying on a number of historical sources, is convinced that in fact Napoleon's claims in Russia extended far beyond Minsk and Smolensk, not limited to redrawing the map of Eastern Europe. The campaign in Russia had a global geopolitical goal: to cut off Persia

908
and India by a blow from England through the Caucasus [24]. From this point of view, the campaign against Moscow does not look like a forced measure caused by the retreat of the Russian armies deep into Russian territory, but by a premeditated action subordinate to far-reaching geopolitical interests. Russia would play the role of a political dwarf or possibly a suicide bomber, if Russophobic inclinations prevailed in the mental nature of Napoleon.

1.3. Factors that influenced the collapse of Napoleon's plans.

We can distinguish the following factors, because of which Napoleon was unable to use his traditional tactics in Russia to implement the plans discussed above. This is, firstly, the presence of the two capitals, secondly, the extent of the territory and, thirdly, the diplomatic miscalculations before the beginning of the campaign.

The factor of "two capitals" forced Napoleon to abandon the usual scenario of his military campaigns built under the decisive and quick capture of the country's main city. Being in front of Russia's borders before making a final decision, he hesitated whether to go

north to Petersburg or to move troops to the central part of the country. As a result, the choice was made in favor of the second option, and the corps of Zh.E. MacDonald was sent to threaten the new capital. In this case, it is precisely about the threats, since those forces were clearly not enough to capture the city, which had reliable protection in the form of combined arms formations of I.N. Essen and the Baltic Fleet, [21]. Napoleon led almost his entire army towards the old capital, where there were neither government agencies, nor the Tsar, nor the bulk of the aristocracy, according to the traditional ideas of the feudal era, more inclined to negotiate with the invaders than common people did. It is hard to imagine that the loss of Moscow could have any military significance for the outcome of the ongoing campaign [9]. Of course, Russian society was shocked by the loss of the capital, which was figuratively revered as the "heart of the Fatherland", but this had a psychological effect rather than a military one. Moreover, Napoleon did not take into account this feature of our national character, mistakenly hoping that a swift blow, a sudden advance inland would undermine the ability of Russian society to resist.

The second factor highlighted by us is the "length of the territory", that proved to be particularly detrimental to the habitual behavior of the French emperor. The capture of the country's main city and the mobility of large military formations were easily feasible in Europe, but in Russia it turned out to be completely impossible [14]. Even a straight line from the river Neman to Moscow stretches to thousand kilometers. Have they ever paved the way in a straight line in Russia? Meanwhile, the army is a huge living organism. It constantly needs, firstly, the transportation of a large amount of provisions, ammunition, uniforms, medicines, fodder for livestock, etc.; secondly, the transportation of the dead, wounded and sick, at times, exceeded that of alive and healthy. As a result, despite tremendous preparations for two years in the territories bordering Russia, the rear service of the Great Army had to stretch its communications not only over a thousand kilometers in length, but also far away from the main movement vectors of the shock combat groups. The accumulated reserves to satisfy all needs were not enough, and the enemy had to build a supply chain in the country where the population density is much less than

in Europe, and cities, as places for support supply bases, were located much farther from each other than European ones. All this over-inflated the rear services staff, requiring more soldiers than usual [15]. The built-in supply lines also needed to be guarded, and garrisons placed in cities to support the work of the rear services and to protect the main lines of army communications. In addition, the war almost immediately took on a national character and the rear services failed to secure supplies for the army [3]. Consequently, more and more troops had to be left in the rear. It is no wonder that Napoleon could bring to the Borodino field only 155 thousand soldiers out of 550 thousand, more than 30 thousand of which he did not dare to send to the battle because of the fear of losing the last reserves [16]. According to experts, Bonaparte had never before commanded an army of more than 200 thousand soldiers. Obviously, for all his genius, he simply could not cope with the management of such a large association of military forces. However, we will not judge him strictly for this: no one had such an experience at that time [28].

Finally, of great importance for the collapse of Napoleon's plans were diplomatic miscalculations made before

910
the start of the campaign. Without a doubt, he managed to bring to Russia under his banner the army of almost all the states of central Europe. However, for the most part, their level of combat readiness was not very high. First, due to the reluctance to fight, because they were called up under arms for the sake of fulfilling allied obligations to the French and without any benefit to themselves and the states they represented. The lack fighting spirit was not found only in troops of Italians and Poles. The latter were promised a lot, plus a traditionally hostile attitude towards Russia, with which Poland historically waged constant wars. However, there were two states the assistance of which Napoleon expected very much but in vain. These are Sweden and Turkey. The first was promised Finland, which was lost in 1809 following the results of the Friedrichsham Peace, and the second was not promised anything concrete, because he proceeded from the fact that the Ottoman Empire only had to be pulled into the war with Russia, and then it itself would take everything that it needed. Both of these intentions were not realized in practice. Peace with Turkey, which was a complete surprise for Napoleon, was concluded in May 1812

thanks to the diplomatic genius of Kutuzov. Moreover, the Turks, to the great annoyance of the French emperor did not break it. Sweden, however, preferred to its interests in Finland an interest in acquiring Pomerania from the territory of Prussia. In addition, this moved its allied vector towards Russia, indicating a conflict with Prussia, which, in turn, in 1812 acted as an ally of Napoleon, allocating troops to the invading army.

Thus, of the three historic enemies of Russia: Poland, Turkey, and Sweden, with which we often fought wars in the eighteenth century, and had not settled territorial disputes, only Poland supported Bonaparte. It was a lot, but not enough. Our northern and southern borders in the end proved to be safe, which freed the Russian command of the need to keep large numbers of troops there. They were quickly moved to the central regions of the country, towards the main blow of the "Grand Army". As further events showed, they were not superfluous at all in the central part of Russia.

2. CONCLUSIONS

Napoleon's plans in 1812 for the Eastern campaign should be

911
considered as part of his more general plan to create new Europe. The wars of the French emperor were one of the first attempts to create a secular Europe project led by France. For this, the Holy Roman Empire of the German nation was abolished, territorial possessions and the sphere of influence of feudal Prussia and Austria were truncated, and a huge number of small duchies, kingdoms and other puppet states under the French protectorate were created. This policy of Napoleon came into direct conflict with England, which also nurtured the ideas of continental hegemony. Russia, on the one hand, being in allied relations with the British state, and on the other, having its own interests on the European continent, inevitably had to face France in an uncompromising confrontation. In the eyes of Napoleon, our country possessed an ambivalent essence, synthesizing in itself the West and the East, Europe and Asia, barbarism and civilization. Nevertheless, in such a quality, it did not fit into his life picture of the world, could not be evaluated by formal-rational standards, and this caused him mixed feelings about Russia, giving rise to equally controversial plans. In the most general sense, his Russian policy after

the expected victory in the campaign of 1812 can be defined as the desire to simplify the sociocultural space of Russia. According to his ideas, the part that was civilized or contained the potential of "cultivation" should be included in the project Europe in the form of its eastern part. In the western regions of the Russian Empire, it was planned to create several buffer states, which, according to Napoleon's plan, were to be located on the border of civilization (Europe) and barbarism (Asia). Napoleon proceeded from the fact that Russia, deprived of ties with European enlightenment and culture, would gradually cease to exist as a great power. At some stage, its resources could be used in the struggle against England, for example, using it as a bridgehead for organizing an Indian campaign, but then they had to solve the tasks of gradual weakening of its capabilities and, ultimately, crowding it out the Ural ridge.

References

Abalikhin B.S., Dunaevsky V.A. New in the study of the history of the Patriotic War of 1812 M., 1983. P. 20.
Adadurov V.V. The Polish nobility of South-West Russia in the plans of Napoleon during the military campaign

912
of 1812 // History and historical memory. 2012. No. 6. Pp. 164-180.

Austin P.B. 1812: Napoleon in Moscow. London, 1995.

Bezotosny V. M. Napoleonic Wars. - M.: Veche, 2010. p.45.

Bezotosny V.M. Intelligence and plans of the parties in 1812. - M., 2005. p. 72.

Broers, Michael, Europe under Napoleon, 1799–1815, Arnold, 1996.

Dundulis B. Napoleon et la Lituanie en 1812. Paris, 1940. Pp. 160–161, 164-165.

Esposito V.J. A Military History and Atlas of the Napoleonic Wars. London, 1999.

Elting, Colonel John R., Sword's around a Throne - Napoleon's Grande Armee, The Free Press, 1988.

Gates D. Napoleonic Wars, 1803-1815 (New Ed). London, 1997.

Gafiatulina N.Kh., Makadei L.I., Gluzman I.V., Lozhechkina A.D., Volkova L.A., Bandurin A.P. (2019).

Integration of health-saving technologies in the process of educational and professional socialization of the Russian student-age population. International Journal of Applied Exercise Physiology. 2019. Vol. 8. No 2.1. Pp. 293 - 300.

Gafiatulina N.Kh., Rachipa A.V., Vorobyev G.A., Kasyanov V.V.,

- Chapurko T.M., Pavlenko I.I., Samygin S.I. Socio-political changes as a socio-cultural trauma for the social health of Russian youth // *Modern Journal of Language Teaching Methods*. 2018. Vol. 8. 5. Pp. 602-609.
- Handelsman M. *Rezydenci napoleonscy w Warszawie 1807–1813*. Kraków, 1915. p. 228.
- Haythornthwaite P.J. *Who Was Who in the Napoleonic Wars*. London, 1934.
- Johnson, Ray, *Napoleonic Armies, a Wargamer's Campaign Directory 1805–1815*, Arms and Armour Press, 1984.
- Kennedy Hickman. *Battle of Borodino during the Napoleonic Wars* // *History and Culture*. April 01, 2019.
- Kovaleva T.N., Maslova Yu.V., Kovalev N.A., Karapetyan E.A., Samygin S.I., Kaznacheeva O.K., Lyashenko N.V. *Ecohumanistic education in Russia and china as a factor of sustainable development of modern civilization. Dilemas contemporáneos: Educación, Política y Valores*. 2019. Vol. 6. No S3. Pp. 11.
- Kovalev V.V., Kasyanov V.V., Bortsov Y.S., Goloborod'ko A.Y., Skudnova T.D. *The Increase in Geopolitical Competition as a Challenge (threat) to Russia's National Security* // *European Research Studies Journal* Volume XX, Issue 4B, 2017.
- Kovalev V.V., Kasyanov V.V., Sagalaeva E.S., Sericov A.V. *Double standards in international relations as a threat to Russia's national security* // *Man In India*. 2016. No10.
- Kolenkur A. *Memoirs: Napoleon's Campaign in Russia*. - M.: GALA Press, 2002. - P. 81.
- MacDonell A.G. *Napoleon and His Marshals*. London, 1934.
- Morzheedov V.G. *The Great Army of Napoleon on the eve of the Patriotic War of 1812: organization and national composition* / *Collection of scientific works of the Department of Philosophy and History*. - M.: Synergy, 2016. - Pp. 225-226.
- Pankratov P.A. *Army of Europe against Russia* // *Military History Journal*. - 1997. - No. 3. - Pp.70–81.
- Shisterov M.V. *Napoleon's Russian campaign: the geostrategic aspect* // *Bulletin of the Chelyabinsk State University*. 2009. No. 12. Pp. 120-124.
- Sokolov O.V. *Political and military plans of Napoleon on the eve of the war of 1812* // *Transactions of the Department of the History of the New and Contemporary*. 2012. No. 9. Pp. 38-59.

Troitsky N.A. 1812. The Great Year of Russia [A New Look at the Patriotic War of 1812]. - M.: Omega, 2007. - P. 173.

Villemain A.-F. Souvenirs contemporains d'histoire et de littérature. P., 1853-1855. Vol. 1. Pp. 165, 175-176.

Tejeda, S., & Dominguez, A. (2019). Influence of Interactions in the Collaborative Solving of a Velocity Problem. International Electronic Journal of Mathematics Education, 14(1), 91-108.
<https://doi.org/10.12973/iejme/3979>

EDUCATIONAL STRATEGIES OF THE RUSSIAN YOUTH

Inna S. Shapovalova¹

Anastasiya V. Kisilenko²

Irina S. Zavodyan³

Abstract: The paper presents the results of our study on the educational strategies of modern Russian youth. As a scientific output, the paper presents the main socialization results of educational attitudes of young people: orientation to education throughout life, the need for self-education, setting up toward obtaining a second higher degree. The main risks that accompany the identified results and the educational paths chosen by young people are identified: the risk of erroneous professional self-identification, the risk of acquiring shallow knowledge and orientation to superficial educational products. As a result of the study, the problematic field of managing the prospects of the educational choice of youth was identified, the perimeter of which comprises the problems related to meeting the needs for self-education of young people, reducing the level and depth of knowledge acquired and stored by youth, the problem of “external memory” associated with an abundance of gadgets

and devices that reproduce information, and more.

Keywords: youth, social strategies, life choices, education, educational strategies, self-education

1. INTRODUCTION

Youth is a special social group that has high present and future significance, hiding its unclear potential, but bearing a global mission of shaping a national future. Revealing the potential of Russian youth, which is subsequently realized as an integral part of human capital of the country, is a priority among Russia's strategic guidelines. The choice of life guidelines and social strategies by young people largely determines the future of Russia. A preliminary study of the social strategies of young people helps to increase the likelihood of achieving strategically important indicators and manageability of regional development.

¹ Belgorod State University, 308015, Russia, Belgorod, Pobedy St., 85, shapovalova@bsu.edu.ru

² Belgorod State University, 308015, Russia, Belgorod, Pobedy St., 85, shapovalova@bsu.edu.ru

³ Belgorod State University, 308015, Russia, Belgorod, Pobedy St., 85, shapovalova@bsu.edu.ru

Youth culture immersed in general and specific risks forms a complex factorial channel, in which young people have to make vital decisions, developing their own way of socialization, which is emphasized in many studies by Russian authors [12; 3]. Changes in the structure of the main social processes and mechanisms of influence of the main socialization institutions on the youth lead to an unpredictable socialization result that can qualitatively change the future mentality of any Russian. Such changes can occur in all areas of socialization, but in this paper we will consider only one thing, that is, the educational strategies of Russian youth.

Education as a socialization mechanism for young people is becoming the subject of constant and active study. The choice of educational paths, the role of education in self-determination, and self-education as a factor in personal growth and a factor that determines personal potentialities and characteristics: these and other questions are under the constant attention of researchers. Among others, we can distinguish the works of Konstantinovsky D.L., on the subject of which we see the dynamics of interest of academic institutions in the problem of youth education [5; 6; 7; 8]. For example, back in 1997, the scientist's work posed the

916

problem of inequality in the education of youth; it is a question that is very relevant in Western countries and is just beginning to cause interest today [15].

In addition to the specifics of subject domains in education, which are the subject of interdisciplinary research, including, as a rule, pedagogical research, the problem of youth education is studied from the different scientific perspectives: education is considered as a value in the general value system of young people [16]. But there is also a feedback that interests researchers: what value system does education form [11; 4]. Scientists pay special attention to the study of various stages of education, usually dwelling on higher and professional education [14], on self-education, as well as on additional education already during the period of work. Many works have been devoted to studying the connection between education and the future profession, allowing one to see this connection not only in relation to a common young cohort [7], but also to regional youth [9].

2. RESEARCH METHODS

Exploring the risks in the field of youth socialization strategies, in 2018, the International Center for Sociological Research under the Belgorod State National

Research University had been conducted for the first time a global study of youth social strategies. Measurements were taken in the field of 11 strategies: economic, educational, migration, labour, social, spiritual, moral, leisure, political, self-preserving, family, communicative. The object of the study was the youth in the Russian province (N = 2500) distributed by gender, age, and by three main quotas: school-aged, student and working youth.

The *global goal* of the scientific project was to study the socialization trajectories of youth and the possibility of influence on them by regional institutions in the conditions of risk-taking in the modern environment. One can learn more about various aspects of the study from the scientific publications by I.S. Shapovalova and A.V. Kisilenko [10; 13; 2:17]. The educational strategies of youth became one of the subjects of the study, which made it possible to single out one of the *important tasks of the study*: identifying the risks of existing dispositions in educational choice and preferences, and the socialization results for youth within the perimeter of educational life strategies.

3. RESULTS AND DISCUSSION

Increased attention on the part of the state and its institutions to the quality of

917
educational products, work on standards and monitoring their implementation, as well as increasing competition among actors providing educational services leads us to the idea that it is necessary to dive deeper into predicting the future situation related to the educational choices and preferences of modern youth. The search for the most popular educational forms can lead to a redistribution of educational choice. But with such a task, of course, it is not enough to study the preferences and educational strategies of youth: it is necessary first of all to understand, what exactly do we expect from young generation on a national scale? The expectations of our state can be put into one capacious word of “development”. It involves the active perception and effective assimilation and use of new information, the presence of the ability and motivation for self-development, the possibility of obtaining additional competencies at any level of one's social formation, and long-life education.

From the perspective of development and increasing one's own capabilities, as well as using the capabilities of the strongest institution of socialization, we are interested in the educational trajectories of young people. Due to the fact that schoolchildren, trainees of secondary

schools and university students took part in the study, the result when 81.8% are at the educational stage, is natural. Currently, 13.7% of the entire mass of young people are getting second degree, 1.7% are studying according to the continuing education program, and about the same number are engaged in self-education (table 1). It is worth saying that getting a second degree becomes not just a trend due to a mistake of choice or life circumstances, but

also the original strategic orientation of our youth. It's hard to say whether there are more pros or cons. Of course, one can positively assess the desire and activity for its implementation. The negative point is a long self-knowledge, a shallow immersion in the industry of education in both the first and second cases, and equating education with "experience", the amount of which can increase the cost of a specialist.

Table 1. Answers to the question "Which group do you belong to?"

Answer options	%
I am in training at the moment (schoolchild, student - first higher degree)	81.8
I get a second higher degree or additional education	13.7
I study under the continuing education program	1.7
I am self-educated	1.5
I am not in the process of education	1.4

An assessment of the dispositions received by Russian youth as a result of their socialization showed that the majority of them (63.2%) believe that a person should study throughout his/her life (table 2). Periodic advanced training is suggested by 39.9%. At the moment, we can talk

about two socialization results: interest in education and the potential for self-education of young people, which is noted by 57.3% for themselves. Limited educational trajectories are shown by only 8.4% of respondents.

Table 2. Answers to the question "Which of the proposed positions do you agree with?"

Answer options	%
----------------	---

A person can and should learn all his/her life thus constantly raising his/her level	63.2
A person must periodically undergo advanced training in his/her profession	39.9
A person must engage in self-education	57.3
A school level of knowledge is sufficient for life and work	2.1
Knowledge gained in school or university is enough for life and work	6.3

The importance of quality education in achieving life success is recognized by the vast majority of young people (83.12%). However, 31.73% of this number put quality education on a par with the activity of the person himself/herself. A rather alarming sign is that only half (50.75%) of young people consider it possible to receive quality education in their city (region), regardless of financial capabilities. Another 11.12% people think that there are such opportunities, but only for financially well-off families. A fifth of respondents (19.29%) deny the possibility of receiving a quality education in their place of residence. The availability of quality education is the most critically assessed by middle and high school students, as well as by working youth. Thus, we come close to the problem of territorial and economic inequality in the possibility of choosing educational paths; in the future, this situation is transformed into unequal professional opportunities, creating rigidity of social transformation,

limiting social mobility, and also marginalization in some cases.

Considering the dynamics of the life choices of Russian youth, we see that the majority of those who intend to receive a second higher degree (and 52.6% of them at the moment) are aged 20–25 years. Unfortunately, this fact of early retraining indicates that many made or suggest to make a possible erroneous educational and professional choice, which can be compensated by receiving additional education in a complementary, related, or completely different field. Only 13.3% plan to do this, having already worked in the professional field earlier (table 3).

54.0% suggest studying at additional education courses at different periods of life, and the majority fall on 20–25 years again. Perhaps, in this way, young people seek to fill up the shortcomings in their education in colleges and universities. But young people expect to improve their skills not only on time and immediately after training (54.6%), but in the

development of their working career (26-30 years, 22.8%).

Already, almost a third of respondents are actively engaged in self-education. In general, the beginning of this activity as to young people belongs just to the years of study, which inspires hope for the acquisition of a skill being unlost that will be used in the future. The teaching potential makes it possible to plan the opening of their own training courses for

more than a third of respondents (32.7%).

Based on the obtained dynamics, we can slightly correct the socialization result: young people plan to actively learn and be included in educational programs up to 30 years. At the same time, it is worth noting a rather high assessment of one's own competence, planning for the acquisition of unique competencies, in which future "students and followers" of young people will be interested.

Table 3. Answers to the question "At what age have you done, are you planning (or do not plan) to take the following steps?"

Options	18-20	20-25	26-30	31-35	36-40	41-45	45-60	After 60 years	I do not plan	Don't know/No answer
Get a second higher degree	5.6	30.1	13.3	2.5	0.6	-	-	0.5	6.3	13.1
Take courses in continuing education	9.1	29.8	11.8	2.2	0.6	-	-	0.5	3.8	13.0
Improve one's professional qualifications	3.7	21.4	22.8	5.5	0.9	-	-	0.3	2.8	13.3
Self-education	24.2	22.1	8.8	2.9	1.0	0.5	-	0.3	1.4	10.6
Open own training courses	2.7	7.7	10.0	6.5	3.5	1.0	0.5	0.8	17.0	20.1

4. CONCLUSION

Thus, speaking about the results of the study, we note, first of all, those

socialization results that were obtained for young people born in 1997-2003.

These are: a) *orientation toward two or*

more educational vectors, b) the desire for self-education; c) existence of setting up for prolonged education. Appropriate conclusions for each of the results obtained necessary to control the educational trajectories of young people can be made. Assessing the existing spectra of educational forms, and the inclusion of Russia in the race for online education, we can say that the existing aspirations of youth have a fertile ground. This also applies to attitudes toward continuing education. Of course, such an attitude, as a rule, is expressed by young people, but, as our polls have shown, with the operationalization of specific terms it gets a specific limitation, namely, 30 years. And here it is worth talking about the existing contradiction: on the contrary, modern universities in Russia implement projects of a “silver” university, educational support for professional profiles, and training in narrow competencies. Meanwhile, it is young people under 30 who remain in some educational deficit.

Realization by educational institutions of the existing interests and needs of youth leads not only to an increase in the quantity, but also to a decrease in the quality of educational

921
products. Keeping in mind the third socialization result (the need for self-education), we understand that it will be implemented in parallel with the growth of online educational platforms and products; it is with their help that young people will satisfy their educational needs. The clip nature and superficial presentation of these formats will only aggravate the corresponding risks and specifics of the Z generation youth thinking (clip thinking, external memory, gadget addiction). In this regard, we can get some negative illusion: young people will believe that they are realizing their needs for self-education, focusing on shallow and superficial information. What to do in this situation? Standards and guidelines for educational products, the delimitation of the activities of sound platforms and resources from the “quick response” products are needed. Encouraging young people to education and self-education is mandatory, but the introduction of official assessment procedures will give young people the opportunity to get a real assessment of the result, and to determine for themselves the limiting characteristics of low-quality educational products.

Acknowledgments

Russian Foundation for Basic Research, project No. 18-411-310009 “Evaluation of the socialization trajectories of the youth in a Russian region in the riskological paradigm”.

References

- Blinova, T.V. and Vyalshina, A.A., 2016. Youth outside of education and employment: an assessment of rural and urban differences. *Sociological studies*. (9), pp. 40-49.
- Kisilenko, A.V., 2018. Volunteering: the potential for self-organization of Russian youth. *Research result. Sociology and management*. 4 (1), P. 63-71.
- Kireev, E.Yu., Krasnikovskiy, V.Ya., Sazonov, A.A. and Sazonova A.L., 2013. Youth of Moscow: value priorities, behavioral strategies and development prospects. Moscow.
- Kononova, T.M., 2009. The formation of value orientations of youth at the stage of higher education. *Academic Bulletin*. (3), P. 46-50.
- Konstantinovskiy, D.L., 1997. Youth in the education system: the dynamics of inequality. *Sociological Journal*. (3), P. 92-123.
- Konstantinovskiy, D.L., Voznesenskaya, E.D. and Cherednichenko, G.A., 2008. Internationalization of Education and Russian Youth: Discoveries, Findings, Effectiveness. Information and analytical bulletin published by the Institute of Sociology, Russian Academy of Sciences. (4), P. 4-80.
- Konstantinovskiy, D.L., 2014. Russian youth: education and employment. *Russia and China: Youth of the 21st Century*. Moscow, pp. 283-307.
- Konstantinovskiy, D.L. and Popova, E.S., 2015. Youth, the labor market, and the expansion of higher education. *Sociological studies*. 2015. (11), P. 37-48.
- Kostyuk, V. G., Traskunova, M. M., Konstantinovskiy, D. L., 1980. Siberian youth: education and choice of profession. Novosibirsk
- Maksimenko, A.A. and Shapovalova, I.S., 2018. Youth and the Russian army: will there be a positive vector in interaction? *Research result. Sociology and management*. 4 (2), P. 70-87.
- Motornaya, S.E., 2015. The problem of implementing a life goal and the formation of the value scale by modern youth in the educational process. *International Journal of Applied and Basic Research*. (1), P. 141-145.
- Muzdybaev, K., 2004. Life strategies of modern youth: intergenerational

analysis. *Journal of Sociology and Social Anthropology*. 7 (1). P. 175-189.

Shapovalova, I.S. and Kisilenko, A.V., 2018. Spiritual and moral choices in the life strategies of youth: the experience of sociological research. *Central Russian Bulletin of Social Sciences*. 13 (6), P. 14-28.

Tkachenko, E.V., Smirnov, I.P. and Burmistrova, A.S., 2012. Vocational education and youth of Russia. Moscow. Varshavskaya, E.Ya., 2015. Youth excluded from employment and education in the EU and Russia. *Statistics issues*. (4), pp. 40-46.

Zyryanov, S.G., and Gorelova, G.G., 2015. The place of education in the system of student youth's values. *Society and power*. (4), P. 7-14.

Jahani, A., Rostami, V., & Shabanzadeh, M. (2016). The Impact of management duty duration on the Operational Cycle duration of the Companies Listed in Tehran Stock Exchange. *UCT Journal of Social Sciences and Humanities Research*, 4(1), 15-24

**ASSESSMENT OF REGULATORY-ADAPTIVE POSSIBILITIES
OF STUDENTS TO THE STUDY LOAD AT A HIGHER
EDUCATION INSTITUTION IN THE CONDITIONS OF A
POLICULTURAL EDUCATIONAL SPACE**

Julia V. Kashina¹

Vladimir A. Vishnevsky²

Maxim A. Vaskov³

Natalia V. Gorbunova⁴

Galina V. Ganshina⁵

Leviza I. Abbasova⁶

Abstract: Adaptation of students to the study load and a whole range of specific factors of higher education in a multicultural educational space requires significant strain on the body's compensatory-adaptive systems. The examination of the physiological status under the study load allows timely identifying maladaptation and planning the

necessary corrective measures. The research proposed and tested adaptation index, calculated by the quantitative characteristics of the regulatory-adaptive possibilities of students.

Keywords: adaptation, adaptation index, regulatory-adaptive possibilities, regulatory-adaptive status, students,

¹ PhD in Medical Sciences, Assistant of Department of Normal Physiology, Kuban State Medical University, Krasnodar, Russia, Email: yulia-kashina@yandex.ru

² PhD in Candidate of Pedagogical Sciences, Associate Professor, Department of Pedagogics and Management of Educational Institutions, V.I. Vernadsky Crimean Federal University (CUH), Republic of Crimea, Russia, Email: vmwbox@gmail.com

³ Doctor of Sociology Professor, Southern Federal University, Leading researcher at the Presidential Laboratory of Problems of Improving the Efficiency of State and Municipal Administration of the Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration, Russia, Email: vaskovmaxsim@mail.ru

⁴ Doctor of Education, Professor, Head of Department, Of pedagogical mastery of primary school teachers and preschool teachers, V.I. Vernadsky Crimean Federal University (CUH), Republic of Crimea, Russia, E-mail: natalya-gor2008@yandex.ru

⁵ PhD in Pedagogical Sciences, Associate Professor, Moscow City University, Department of Social and Cultural Activities, Institute of Culture and Arts, Moscow, Russia, Email: gv_gansina@mail.ru

⁶ Ph.D. in Pedagogical Sciences, associate professor, State Budget Educational Institution of Higher Education of the Republic of Crimea Crimean Engineering and Pedagogical University, Russia, Email: levizayalta@gmail.com

education, university, educational space, multicultural educational space, study load.

1. INTRODUCTION

Of particular importance for the economic development of the country are the skills and abilities of people acquired in the course of the educational process. The state investments in education lead to an increase in the income of the population; they enhance the quality of labor, which in turn affects the performance indicators of sectoral economy.

In the Russian Federation, a course has been taken on the scientific, technological and socio-economic development of the country [10]. As part of this course, the main areas of development are identified, among which the implementation of the priority national project "Education" [24]. Among the objectives of this national project, not only the modernization of vocational education is highlighted, but also the increase by at least two times in the number of foreign citizens studying at higher educational institutions and scientific organizations. In connection with the designated tasks, there is a transformation of the educational space of higher educational institutions, which entails adaptation to the new educational

925
space from both the faculty and the students of the university [6; 16].

The sociocultural environment of the university contributes to the development of the personality of students of higher educational institutions and the formation of their life values. Turning to the sociocultural environment of the university, it should be noted that an increase in the number of foreign citizens will lead to an increase in the multiculturalism of the educational space, where the regulatory-adaptive possibilities of students for the study load at the university in a multicultural educational space will play an important role [30; 36; 37].

The long and complex process of training at the university makes high demands on the dynamics of the psyche, health and physiology of young people [8; 9; 14].

To adapt to the complex of specific factors of higher education in a multicultural educational environment students experience significant strain of the body's compensatory-adaptive systems. The examination of the physiological status during the study load will allow timely identification of maladaptation and plan the necessary corrective measures.

It is indisputable that such examinations are extremely necessary in

terms of the physiology of labor in order to ensure successful training of students in a multicultural educational space, as well as the right choice of their professional affiliation, which, in turn, reflects the interests of the state in qualified and healthy specialists [11; 13].

In accordance with the new federal state educational standards, Bachelor's and Master's graduates in the process of their training at higher educational institutions should form the following competences: the ability to communicate orally and in writing, the ability to work in a team, to be tolerant while perceiving social, cultural and personality differences; which determines the relevance of the research of the regulatory-adaptive possibilities of university students to the study load in a multicultural educational space.

1.1. The degree to which the problem is developed.

The research interest of specialists in this field is associated with the study of the functions of higher education in the modernization of the educational system [22; 3]. Researchers also consider the satisfaction of various social groups with the activities of higher education [31]. When studying satisfaction with the activities of educational institutions,

926
researchers turn to the educational strategies of youth [7], the process of their socialization within the university, and the social health of students [12; 15]. A significant issue for researchers in this subject area is the process of students` adapting to the sociocultural environment of the university: the process of "maladaptation", "social disorganization", "crisis of youth subjectivity" [17; 18], the role of pedagogical support of students' activities in a sociocultural environment [1], the motivation of students to study at a university [21], the conditions for effective adaptation to the sociocultural environment of the university [35;38]. Thus, the analysis of scientific sources shows that the problem of adaptation of students of higher educational institutions is relevant today. The significance of this issue increases due to the development of new areas in education, and determines the purpose of this study - to assess the regulatory-adaptive possibilities of students to the study load in a higher educational space (university) in a multicultural educational space.

2. MATERIALS AND METHODS

In connection with the reform of the higher education system, there are

currently many studies considering this problem field.

Norms and rules that exist in the educational process and govern the relations between the actors in the educational process are studied in this work with the implementation of the institutional approach (E. Durkheim, M. Weber). The subject-subject approach allows us to assess the equal relations between the participants of the educational process based on mutual understanding, mutual respect, and mutual acceptance. The structural and functional approach allows us to determine the main features and functions of the current education system (E. Durkheim and T. Parsons). Applying the activity approach, we analyze educational activity as co-creation and cooperation based on personal activity and independent actions. Each student has an adaptive potential formed at the expense of the available resources reflecting his ability to survive in the changing conditions of the educational space. When students accept the transformations that are taking place as “growth difficulties”, adaptation proceeds voluntarily and is not forced.

There are a number of psychological methods for assessing the adaptation of students at the university: the scale of socio-psychological adaptation of

927

C. Rogers and R. Diamond, a methodology for determining self-esteem and level of claims; 16-factor personality questionnaire of R. Kettell; Bass-Darki's questionnaire; the questionnaire "Socio-psychological characteristics of the subject of communication", etc. [11].

To solve this problem, we need objective, easy-to-process indicators that can quantitatively express the level of adaptation.

In this study, the regulatory-adaptive possibilities of students are determined by the index of regulatory-adaptive status, which is calculated by the parameters of the cardio-respiratory synchronism test. Mental stability, degree of exploitability, and work efficiency are assessed according to the Schulte table technique and the corresponding scales [Methodology of the Schulte Table, 1995]. The data obtained were processed with the use of statistical methods of direct and indirect differences.

The study proposed and tested the adaptation index, calculated by the quantitative characteristics of the regulatory-adaptive possibilities of students. The adaptation index is calculated in the initial state (at the beginning of the school year) and at the end of the adaptation process (at the end of the school year).

The index in the range of 50-60 indicates a good level of adaptation; when the index is from 20 to 30, it is a low level of adaptation; between 30 - 50- a moderate level of adaptation, over 60 - a high, and less than 20 - an unsatisfactory level of adaptation.

Observations were conducted at the beginning and at the end of the school year on 24 boys and 65 girls among second-year students, and 30 boys and 65 girls among fifth-year students of the Kuban State Medical University. With the consent of the observed, the parameters of cardio-respiratory synchronism were determined on the certified device “VNS-Micro” (manufactured by Neurosoft LLC, Ivanovo), and the index of regulatory-adaptive status (IRAS) was calculated.

To determine the heart rate variability, the VNS-Micro device was used. An electrocardiogram was being recorded for 5 minutes; heart rate variability was analyzed using the Poly-Spectrum-Rhythm software module. According to the parameters of statistical, temporal and spectral analysis, a quantitative assessment of heart rate variability over a certain period was determined.

For statistical analysis of the results of the study, the program

928
«STATISTIKA 6,0 for Windows» was used. In the normal distribution, the t-student criterion at $p < 0.05$ was taken as a variant for significant differences in comparing average values in paired comparisons. Statistical processing was carried out automatically on a computer.

3. RESEARCH RESULTS AND DISCUSSION

In order to assess the regulatory-adaptive possibilities of students to the study load at a university in a multicultural educational environment, we need to operationalize the concepts used in the study.

Assessment of regulatory-adaptive possibilities of students to the study load at the university involves consideration of the essence of such related concepts as social adaptation and psychological adaptation.

According to the researcher G.V. Bezuleva, psychological adaptation is “the process of developing the optimal regime of purposeful functioning of the personality, i.e. bringing it under the specific conditions of time and place to a state where all human forces are directed toward the fulfillment of the main tasks”[4].

The term “social adaptation” has many definitions, among which we have

identified the most suitable for our study. Social adaptation is a process of a person transforming the cultural experience at his disposal with the aim of joining a social group or a collective [29].

Socio-psychological aspects of adaptation are revealed, firstly, in the socio-psychological mechanisms of socialization of an individual, as an indicator of his psychological maturity; secondly, in the processes of active assimilation by a young man of many functions, depending on the conditions of the multicultural educational space.

Full-fledged socio-psychological adaptation of the student's body in relation to the conditions of a multicultural educational space includes three main stages [2]:

- 1) familiarization with the new place of study, the rights and functional responsibilities of the student and the initial learning process in a multicultural student environment (lasts up to 15-30 days);

- 2) in-depth mastery of the rules and standards of the educational institution and quality studies (stage duration up to 6-12 months);

- 3) conscious and creative improvement of study (begins after 1 to 2 years of study).

According to F.B. Berezin, it is necessary to take into account the individual psychological and socio-psychological levels of students' regulatory-adaptive possibilities in a multicultural educational environment. The first level includes the personality and typological characteristics of the young man, aimed at maintaining his mental homeostasis and mental health. The socio-psychological level, reflecting the characteristics of micro social interaction, is aimed at creating an adequate interpersonal interaction and taking into account the social environment in a multicultural educational space, as well as at achieving socially significant goals. Violation of the homeostatic balance, according to F.B. Berezin may occur under a sharp change in the conditions of the educational environment, as a result of which the existing adaptation mechanisms may not be effective enough, with a serious transformation of the needs and goals of students, with a significant decrease in the psychosomatic, physical and psychosocial resources of students [5].

The socio-psychological maladjustment of the student's personality is expressed in the inability to realize his own needs and claims, to meet the requirements and expectations that are

imposed by the multicultural educational space.

Thus, the assessment of students' regulatory-adaptive possibilities to the study load and interaction should be based on the fundamental principles of adaptation theory, since we are talking about the mechanisms of the adaptive activity of the body, about the reconfiguration of physiological functions control systems, about the processes of activation and mobilization of various regulatory links.

Personality types were identified for students observed with the method of G. Eysenck. According to Y. Strelyau's method, students were divided into 2 groups depending on the personality type: more adapted (97 people) and less adapted (87 people).

Table 1 shows that the index of regulatory-adaptive status at the beginning of the school year was 17.1% higher by the most adapted students than that by the less adapted students. Among the most adapted students, it was 35.3% higher by girls than

by boys. Among the least adapted students, the gender difference was similar and amounted to 36.2%. Among the most adapted girls, it was 87.9% higher than among the less adapted; and among the most adapted boys, it was 38.9% higher than among the less adapted boys.

At the end of the school year, the index of regulatory-adaptive status decreased. However, it was 61.0% higher among the most adapted students than among the less adapted. Among the less adapted students, it was 22.2% higher among girls than among boys. Among the most adapted girls it was 140.5% higher than among the less adapted; and among the most adapted boys it was 150.7% higher than among the less adapted.

After analyzing and summarizing the data obtained, we took the ratio of the values of the index of regulatory-adaptive status at the end of the school year to the value of the index at the beginning and multiplied by 100. We designated this ratio as the adaptation index (AI).

Table 1. The index of regulatory-adaptive status and the adaptation index for students with the most and least adaptations at the beginning and at the end of the school year.

Observed groups	Statistical indicators	IRAS at the beginning of the school year	IRAS at the end of the school year	Adaptation index (AI)
Most adapted students	n	97	97	97
	M	113,3	64,8	57,2
	±m	±1,0	±1,8	±1,7
	P		<0,001	
	SD	9,8	17,7	16,7
Less adapted students	n	87	87	87
	M	93,9	25,3	26,9
	±m	±1,0	±1,6	±1,8
	P		<0,001	
	SD	9,3	14,9	16,7

The adaptation index of the most adapted students was 53.0% higher than that of the less adapted students; among the most adapted boys, the adaptation index was 24.4% higher than among the less adapted. Among the most adapted boys, the adaptation index was close to that of girls, the same way among the less adapted.

As for the girls, it was found that the most adapted girls had an adaptation

index of 21.8% higher than that by the less adapted girls.

The introduction of this index allowed us to quantify the adaptive possibilities of students.

For comparing the effectiveness of assessing adaptive possibilities with the proposed method, the method of heart rate variability was applied.

Table 2. Heart rate variability parameters of the students with the highest and lowest adaptation at the beginning and the end of the school year (M ± m).

Data	Most adapted n=97		Less adapted n=87	
	At the beginning of the year	At the end of the year	At the beginning of the year	At the end of the year

Statistical analysis				
HR	M±m 76,0±0,3 P SD 3,0	73,7±0,3 <0,001 3,0	89,1±0,6 5,6	103,5±2,9 <0,001 26,9
D	M±m 0,0046±0,0001 P SD 0,001	0,0038±0,0005 >0,05 0,005	0,0008±0,0001 0,0093	0,0010±0,0005 >0,05 0,005
σ	M±m 0,060±0,008 P SD 0,08	0,056±0,004 >0,05 0,04	0,026±0,001 0,093	0,023±0,004 P>0,05 0,04
V%	M±m 8,0±0,8 P SD 7,8	6,9±0,6 >0,05 5,9	3,5±0,4 3,7	3,0±0,4 >0,05 4,0
Time analysis				
rMSSD	M±m 66,5± 1,2 P SD 11,8	65,3±1,2 >0,05 9,8	22,3±0,4 3,7	17,7±0,4 <0,001 4,0
PNN50%	M ±m 9,7±0,3 P SD 3,0	9,6±0,3 >0,05 3,0	1,3±0,06 0,6	0,40±0,02 <0,001 0,2
Variational pulsometry				
Mo	M±m 0,791±0,003 P SD 0,03	0,829±0,003 <0,001 0,03	0,686±0,003 0,03	0,704±0,002 <0,001 0,02
AMo	M ±m 57,2±0,5 P SD 5,0	62,9±0,3 <0,001 3,0	79,8±0,5 4,7	76,8±0,5 <0,001 4,7
Tension index	M ±m 78,5±0,8 P SD 7,8	47,1±0,5 <0,001 5,0	726,2±33,3 309,7	426,1±6,8 <0,001 63,2
Spectral analysis				

TP	M±m 3119,9±29,8	3018,5±33,9	750,1±12,6	595,0±7,8
Spectral power	P SD 29,2	>0,05 332,2	117,2	<0,001 72,5
HF%	M±m 39,5±0,4 P SD 4,0	45,9±0,1 <0,001 1,0	32,9±0,7 6,5	22,1±0,4 <0,001 3,7
LF%	M±m 28,1±0,2 P SD 2,0	25,0±0,2 <0,001 2,0	21,1±0,3 3,0	18,9±0,2 <0,001 1,9
VLF%	M±m 33,9±0,3 P SD 3,0	29,1±0,4 <0,001 4,0	46,0±0,7 6,5	61,7±0,3 <0,001 3,0

In the two reference groups of students, both at the beginning and at the end of the school year, the parameters of the statistical analysis of heart rate variability did not significantly change.

The parameters of the temporal analysis among the most adapted students did not change, while among the less adapted students they decreased, which indicated a decline of parasympathetic influence.

The results of variational pulsometry indicate moderate sympathicotonia in both groups.

Under spectral analysis in both groups at the end of the school year, the spectrum power was reduced. The high-frequency spectrum increased among the more adapted and decreased

among the less adapted. The low wave spectrum decreased among the both. The spectrum of very low frequency waves was decreasing among the more adapted, and increasing among the less adapted. According to spectral analysis, more adapted students increased parasympathetic influence, while less adapted students showed a more sympathetic effect.

Thus, the variability of the heart rate of students decreases at the end of the school year. However, the information content of this method in assessing the adaptive possibilities of students at the beginning and at the end of the school year is reduced due to the multidirectional change in a number of indicators.

4. CONCLUSION

Student life starts from the first year, and therefore a successful, effective, optimal adaptation of a freshman to life in a multicultural educational environment is the key to the further development of the student as a person and a future specialist. To determine the adaptive possibilities of students to the study load in a multicultural educational environment, on the basis of the proposed index, the following gradation in adaptation levels was introduced: a high level with adaptation index greater than 60; good - 50-60; moderate - 30-50; low - 20-30; unsatisfactory - less than 20.

Thus, this quantitative indicator of adaptation, based on an integrative objective assessment of regulatory-adaptive possibilities, is proposed for widespread use.

In conclusion, it is worthwhile to dwell on the recommendations of pedagogical management of the process of adapting students to the study load in a multicultural educational space. This management involves firstly, informing students about the difficulties of the adaptation period and how to overcome them; secondly, the formation of

934

students' desire for optimal adaptation, restructuring behavior, improving their personality in accordance with new university requirements, i.e. activation of self-education; thirdly, helping students organize such self-education.

Thus, the problem of students adapting to learning conditions in the educational space of higher education is one of the most important tasks currently studied in psychology, pedagogy and medicine. The scientific and practical significance of the problem of regulatory-adaptive possibilities of students to the study load at a university in a multicultural educational environment is that modern society is interested in maintaining and improving the physical, mental and social health of the student's personality [26], increasing its adaptive capacity. In this regard, it is important to study the mechanisms and patterns of students' adaptation to the study load in a multicultural educational space.

References

Alexandrova E.A. The pedagogical support of high school students in the process of development and implementation of individual educational trajectories // *Izv. Sarat.*

University of New ser. Ser. Acmeology of education. Developmental psychology. 2008. No. 1-2. URL: <https://cyberleninka.ru/article/n/pedagogicheskoe-soprovozhdenie-starsheklassnikov-v-protsesse-razrabotki-i-realizatsii-individualnyh-obrazovatelnyh-traektoriy> (reference date: 21.03.2020).

Alexandrovich P.I. Psychological adaptation of students to study at a higher educational institution // Transactions of BSTU. 2015. No5. Pp. 80-84.

Antonova O.G. The social functions of higher education in the context of the new educational paradigm // News of universities. Volga region. Social Sciences. 2018. No1 (45). URL: <https://cyberleninka.ru/article/n/sotsialnye-funktsii-vysshego-obrazovaniya-v-kontekste-novoy-obrazovatelnoy-paradigmy> (reference date: 03.20.2020).

Bezuleva G.V. Psychological and pedagogical support of professional adaptation of pupils and students: monograph. M., 2008. 320 p.

Berezin F.B., Miroshnikov M.P., Sokolova E.D. The methodology of multilateral personality research (structure, foundations, interpretations,

some areas of application). M., 2011. 320 p.

Belikova N.Yu., Vaskov M.A., Zritneva E.I., et al. (2019). Formation of a developing educational environment as a condition for socio-psychological interaction of subjects in educational and pedagogical space. Dilemas contemporâneos: Educación, Política y Valores. 2019. Vol. 6. No S3. p. 99.

Cherednichenko G.A. Educational trajectories and professional careers (based on materials of youth sociological research) [Electronic resource]. M.: IS RAS, 2012.332 s. // URL: <https://www.isras.ru/publ.html?id=2464> (reference date: 01.03.2020).

Chikaeva Ks., Scherbakova Li., Karapetyan Ea., Latysheva At., Kosinov Ss., Samygin Si. Social health of Russian youth: the specificity of social and managerial technologies of formation. Revista San Gregorio. 2018. No 27. Pp. 300-309.

Chikaeva K.S., Scherbakova L.I., Karapetyan E.A., Latysheva A.T., Kosinov S.S., Zinchenko Ya.G., Samygin S.I. Social health of Russian youth: the specificity of social and managerial technologies of formation. International Transaction Journal of Engineering, Management and Applied

Sciences and Technologies. 2018. Vol. 9. No 6. Pp. 515-525.

Decree of the President of the Russian Federation “On National Goals and Strategic Tasks of the Development of the Russian Federation for the Period until 2024” No. 204 of May 8, 2018
URL: <http://kremlin.ru/acts/bank/43027>

Dubovitskaya T.D., Krylova A.V. Methodology for the study of the adaptability of students in high school / T.D. Dubovitskaya, A.V. Krylova // Psychological science and education. 2010. No. 2. Pp. 1 - 7.

Gafiatulina N.Kh., Shevchenko A.M., Samygin S.I. Social health of students from the perspective of the concept of adaptation and adaptive resources // Humanitarian, socio-economic and social sciences. 2019. No 8. Pp. 30-33.

Gafiatulina N.K., Makadey L.I., Gluzman I.V., Lozhechkina A.D., Volkova L.A., Bandurin A.P. The role of health-saving technologies in the process of students educational and professional socialization. EurAsian Journal of BioSciences. 2019. Vol. 13. No 2. Pp. 1557 - 1563.

Gafiatulina N.Kh., Tarasenko, L.V., Samygin, S.I., & Eliseeva, S. Y. (2017). Social health and perception of risks by students living in southern Russian

regions (based on sociological questioning data obtained in Rostov-on-Don). Analiz Riska Zdorov'û, 2017(4), Pp. 66-75.

Gafiatulina N.Kh., Rachipa A.V., Vorobyev G.A., Kasyanov V.V., Chapurko T.M., Pavlenko I.I., Samygin S.I. Socio-political changes as a socio-cultural trauma for the social health of Russian youth // Modern Journal of Language Teaching Methods. 2018. Vol. 8. No 5. Pp. 602-609.

Gorbunova N.V., Kalimullin A.M. Simulation of the Process of Training the Future Primary School Teachers for Organizing Extracurricular Activities // Elementary Education Online. 2017. Vol. 16. No 4. Pp. 1860-1872.

Gritsenko V.V. Theoretical Foundations of the Study of Socio-Psychological Adaptation of a Person / Group in a New Socio-Ethnocultural Environment [Electronic Resource] // Problems of Personality Psychology: a collection of scientific articles: Publishing House of Saratov University. - Access mode: <http://psyjournals.ru>

Kazakova O.N. The interaction of the subjects of the educational process as a factor in the adaptation of first-year students to the conditions of study at the

university: monograph / O.N. Kazakova.
Orenburg, 2010. 169 p.

Kashina Yu.V. Regulatory and adaptive capabilities of students with different mental stability, degree of development, work efficiency at the beginning and at the end of the school year // Fundamental Research. 2013. No. 3-1. Pp. 79-82
URL: <http://www.fundamental-research.ru/ru/article/view?id=31150>
(reference date: 22.03.2020).

Kovaleva T.N., Maslova Yu.V., Kovalev N.A., Karapetyan E.A., Samygin S.I., Kaznacheeva O.K., Lyashenko N.V. Ecohumanistic education in Russia and china as a factor of sustainable development of modern civilization. Dilemas contemporáneos: Educación, Política y Valores. 2019. Vol. 6. No S3. Pp. 11.

Mongush Ch.N. Motivational components of professional self-determination for students of St. Petersburg and the Republic of Tuva // Bulletin of the Russian State Pedagogical University named after A.I. Herzen. No. 129. 2011. Pp. 31-34. 191

Mosienko O.S. Social functions of the institute of education: theoretical and methodological approaches to research // News of universities. North Caucasus region. Series: Social Sciences. 2012.

No2.

<https://cyberleninka.ru/article/n/sotsialnye-funktsii-instituta-obrazovaniya-teoretiko-metodologicheskie-podhody-k-issledovaniyu> (reference date: 03.20.2020).

Molokova O.A. Psychological diagnostics of students' adaptation to study at the university // Education and Science. 2015. No. 10 (129). Pp.146-166.

National project "Education" URL: <https://edu.gov.ru/national-project/>

Pavlova M.V. Psychological adaptation at the initial stage of professionalization of university graduates // National Health. 2019. No 4.

Ponomarev I.E., Gafiatulina N.K., Zritineva E.I., Kasyanov V.V., Bahutashyili T.V., Ponomarev P.A. The influence of social justice crisis on social health and spiritual security of young students (a case study of the south of Russia). International Journal of Applied Exercise Physiology. 2019. Vol. 8. No 2.1. Pp. 250 - 257.

Pokrovsky V. M., Kashina Yu.V., Abushkevich V.G., Tacenko E.G. The Additional indicator to assess the adaptation level // Medical news of north Caucasus. 2019 Vol. 14 Iss. 1.1. Pp. 57-60.

937

URL:

- Psychophysiological foundations of academic work and intellectual activity. Physical culture in the regulation of health / composition. N.V. Shamshina, E.V. Golyakova, E.A. Gavrilova. Tambov, 2010. 40 p.
- Rubchevsky K.V. Socialization of personality: internalization and social adaptation // Social sciences and modernity. 2003. No. 3. Pp. 148-151.
- Shakhbanova M.M., Kasyanov V.V., et al. (2019). The Role of Trust in the Formation of Ethnic Tolerance and Social Health in the Modern Russian Society. *Revista Inclusiones*. 2019. Vol. 6. No 2. Pp. 296-305.
- Shatokhina S.I. The conceptual model of the media image of an innovative university: the example of BelSU // *Scientific statements of BelSU. Ser.: Humanities*. 2011. No 12 (107). Vol. 10. Pp. 226–234.
- Snegovaya O.A., Karapetyan E.A., Vlasova V.N. The communicative-competency approach in the educational space of higher education // *Humanitarian, socio-economic and social sciences*. 2019. No 10. Pp. 110-114.
- Technique "Schulte Tables" / *Almanac of psychological tests*. M., 1995, Pp. 112-116.
- Vaskov, M., Rezvanov, A., Kasyanov, V., et al. (2018). Value Orientations of Russian Youth in the System of Managing the Moral Security of Society. *Herald National Academy of Managerial staff of culture and arts*, No 2, Pp.134-140.
- Vlasova T.A. Socio-psychological adaptation of junior students to the conditions of study at the university // *Bulletin of ChSPU*. 2009. No1 (1). Pp.13-22.
- Vishnevsky V.A. Key aspects of the formation of professional competence of a teacher in a multicultural education / In the book: *Innovative approaches to solving the problems of modern society monograph*. Penza, 2018. Pp. 26-33.
- Vishnevsky V.A. Profiography as a field of scientific knowledge and the current direction of the study of professions // *Humanities (Yalta)*. 2016. No. 2 (34). Pp. 89-95.
- Millanei, A., Ghabooli Dorafshan, S. M. H., & Bayrami, A. (2016). Sunnite Religious View about Jurisprudence Nature of Istisna Contract. *UCT Journal of Social Sciences and Humanities Research*, 4(1), 25-27

DEVELOPMENT OF MEDIATION IN RUSSIA: EXTRAPOLATION OF FOREIGN EXPERIENCE

Marina A. Sorokoletova¹

Svetlana S. Baeva²

Alla Yu. Kornushkina³

Sergey A. Kravets⁴

Nina V. Stus⁵

Abstract: The article analyzes the development of mediation in Russia based on foreign experience. The Institute of mediation has passed a long way of development before it was established on a legislative basis and is still far from perfect. Many problems prevent the effective use of mediation. This institution cannot fully carry out the tasks assigned to it. Mediation has great potential to become a real alternative and at the same time effective way of resolving disputes in Russia, which is proved by examples of legislation in other countries and the practice of its application.

Keywords: alternative dispute resolution, negotiations, mediation, soft

law, restorative justice, collaborative law.

1. Introduction

Mediation is the oldest instrument of international law. However, the legal literature indicates that it appeared «only in the second half of the XX century. It first settled in the United States, England, and Australia, and later appeared in Europe - France, Belgium, the Netherlands, Germany, Austria, Italy, and Switzerland»[1]. Mediation is an alternative dispute resolution. But mediation is a type of alternative dispute resolution. Alternative dispute resolution is a set of procedures that facilitate out-of-court dispute resolution. There is a steady

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia¹

Northern Caucasian branch of the «Russian state University of justice», 187/1 Levanevskogo Street, ²
Krasnodar, 350002, Russia

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia³

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia⁴

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia⁵

figure of speech - Alternative dispute resolution (ADR). ADR in different countries includes various out-of-court forms of case resolution. There are usually three known forms: arbitration, mediation, and negotiation. Arbitration is a traditional way of resolving disputes. It is famous in Roman law. The term «negotiation» has also been known for a long time, but only in recent decades has it come to be seen as a way of alternative dispute resolution [2]. The term «mediation» appeared relatively recently, but, nevertheless, replaced the term «intercession». The three listed ADR methods are the main ones, but not the only ones. The development of mediation in Russia and other countries is a very interesting topic. By studying the experience of other countries, you can extrapolate the results to Russia.

2. METHODS

Various general scientific methods and the methods of logical cognition are used in the work: analysis and synthesis, systemic, extrapolation, functional and formal-logical approaches. The development of conclusions was facilitated by the

940
application of formal-legal and comparative-legal methods.

3. DISCUSSION AND RESULTS

For the first time, the term «alternative dispute resolution», or ADR for short, appears in the United States with the active participation of public committees. [3]. In 1998, a Law was passed in the United States - Alternative Dispute Resolution Act [4]. In 2001, a Uniform Mediation Act was developed and recommended for adoption in the United States [5]. The American Bar Association lists 22 forms of out-of-court dispute resolution on its website. These forms include [6]: 1) Arbitration; 2) Case Evaluation; 3) Collaborative Law [7]; 4) Cooperative Practice; 5) Divorce Coaching; 6) Early Neutral Evaluation; 7) Facilitation; 8) Family Group Conference; 9) Litigation; 10) Mediation; 11) Mini-Trial; 12) Multi-Door Program; 13) Negotiation; 14) Neutral Fact-Finding; 15) Ombuds; 16) Parenting Coordinator; 17) Pro Tem Trial (resolution of the dispute by a state judge with the possibility for the parties to set the date of the court session and the judge-Rapporteur) [8]; 18) Private Judging; 19) Settlement Conferences (settlement of the dispute through a

series of negotiations); 20) Special Master (special assistant to the judge); 21) Summary Jury Trial (simplified procedure for hearing with the jury); 22) Unbundled Legal Services (independent legal services). In England, experts in this field allocate from 5 to 8 forms ADR: 1) Negotiation; 2) Mediation; 3) Conciliation; 4) Early Neutral Evaluation; 5) Arbitration [9]; 6) Adjudication; 7) Expert determination [10]; 8) executive tribunal [11]. Two species are common in France ADR: la mediation и la conciliation [12]. Moreover, both mediation and reconciliation can be both extrajudicial and judicial (extrajudiciaire, judiciaires). In France, alternative ways of resolving disputes are indicated by a stable speech expression «MARC» (Modes alternatifs de reglement des conflits). Alternative dispute resolution methods were introduced by Law №98-1163 of 1998 [13], with MARC being referred to in the law as «friendly» dispute resolution methods in contrast to traditional judicial authoritarian dispute resolution methods (de reglement amiable). In Germany, the main out-of-court method of dispute resolution is mediation. The law on mediation and other forms of extrajudicial settlement of conflicts was

941
adopted on July 26, 2012. [14]. In the law of the European Union as the main attention was drawn to mediation [15]. In 2008, the European Directive №2008/52/EU «on certain aspects of mediation in civil and commercial matters» of 21.05.2008 was adopted [16]. The Directive provided for the obligation of all EU member States to develop and adopt mediation laws as soon as possible. Among European countries, the Netherlands has a rich tradition in mediation. The main characteristics of legal regulation here are a focus on achieving consensus, democracy, encouraging the use of informal procedures, non-compliance, and adherence to the concept of «soft law» [17]. This approach assumes the existence of a number of concepts, recommendations, and methodological acts that do not have the status of law and do not require unquestioning compliance. In this case, the legislator does not set a strict legal framework for the parties to the legal relationship, but only directs their behavior in the desired direction.

It is considered that in the Russian Federation mediation first appeared in the norms of the Arbitration Procedure Code of the Russian

Federation, which contains the following wording: «the Parties can settle a dispute by entering into a settlement agreement or using other conciliation procedures, if this does not contradict Federal law» [18]. The process of establishing the mediation Institute in the Russian legal field took many years. In 2010, the Federal law «On alternative dispute resolution procedure with the participation of a mediator (mediation procedure)» came into effect [19:22]. This Law became the legal basis for further development of the mediation Institute in the Russian legal space. In relation to the mediation Institute, it is true that it can be considered as an element of state policy in the field of protecting the rights and legitimate interests of citizens and organizations. «The adoption of this law on mediation has become a necessary condition for the integration of the Russian state into the European community and a stimulating factor for the further spread of mediation» [20]. The law on mediation in Russia has been adopted, but is it valid? Practice shows that this procedure is used very rarely. It can be assumed that the non-use of mediation in cases where it is possible and even necessary, is due to the fact that people do not know

942
about its existence. It is also likely that people are not able to assess the prospects of its use in resolving a dispute. Raising the level of legal awareness of the participants of the dispute by highlighting the essence of mediation by professional participants of this procedure (mediators) in the pre-trial form of dispute resolution or by judges will help to increase the frequency of use of this procedure. The survey of judges on the factors of low popularity of mediation in Russia allowed us to identify a whole range of reasons, both objective and subjective. Objective reasons include the relative novelty of the procedure and the lack of widespread practice of its application, the unwillingness of the parties to incur additional financial costs for paying for the services of a mediator, and the unwillingness of judicial representatives to recommend mediation, since in the Russian practice this leads to a decrease in their income. Among the subjective factors distinguish the continuing high level of conflict in society, the desire of persons whose rights have been violated at any cost to bring the offender to justice, to punish, to punish the offender; the perception of judicial decisions as more «valuable» act in comparison with

the mediation agreement, having the status of civil transactions; the passivity of the parties, the desire to place the responsibility for decision-making on the court and an unwillingness to take responsibility for the decision itself; the confidence in the mediator and confidence in the ability of the mediator to resolve between the parties to the conflict. These reasons, as well as other subjective reasons, are primarily due to the lack of awareness of the parties about the features and advantages of the mediation procedure, the lack of skills and traditions for conducting negotiations to resolve the dispute, and the low level of legal culture [21].

Today, the institution of mediation is provided by law only in relation to the private legal sphere. However, it is impossible to ignore the use of mediation in the public legal sphere. In recent years, there have been works on mediation in criminal proceedings. There is no definition of mediation that can be used in criminal proceedings in Russian law. The definition of mediation in criminal proceedings is given in one of the fundamental documents that was adopted within the international community, namely in the

943

Recommendation of the Committee of Ministers of the Council of Europe N R (99) 19 of September 15, 1999 «On mediation in criminal cases». Mediation is understood as any process in which the victim and the offender are given the opportunity, if they voluntarily agree, with the help of an impartial third party (mediator) to take an active part in solving problems that have arisen as a result of the crime. Without distorting the essence of mediation in the criminal legal sphere, it should be viewed from a slightly different perspective. If in the private law sphere mediation acts as an alternative procedure for resolving a dispute, in criminal law it acts as a measure of restorative justice.

Russian law enforcement practice should use the developed and implemented foreign mediation tools. However, it is necessary to be careful and take a balanced approach to testing the Western experience, since it is impossible not to take into account the specifics of the identity of Russian justice, the legal consciousness of people, cultural, historical and socio-economic factors. In Russia, there is no stable practice of applying the mediation procedure. In the regions of the country, the development of the mediation

institution is uneven. Therefore, the primary task of the state, the professional community of mediators, and scientists is to justify the expediency and necessity of using the mediation procedure and ensure its effectiveness in solving the problems of both the judicial community and civil society as a whole. We can say with full confidence that mediation will soon justify its role in creating agreement and trust between business partners, and therefore an atmosphere of civil harmony in society as a whole.

4. CONCLUSION

Based on foreign experience, the development of mediation in Russia has a positive trend. Objectively assessing the advantages of peaceful out-of-court settlement of disputes, Russian society accumulates the potential for its further development : it searches for the most popular areas of mediation application, works in the field of improving the legal regulation of mediation, defining a clear, visual system of conciliation procedures, and gradually forming in the public consciousness attitudes to adopt peaceful technologies for resolving disputes and conflicts [21].

CONFLICT OF INTEREST

The authors confirm that the information provided in the article does not contain a conflict of interest.

References

Is civil society and the state Ready to resolve disputes by applying a mediation procedure that is still new to Russian law? // Administrator of the court. 2017. №3. P. 8 - 11.

Ivanovskaya N. V. Rendering services for alternative dispute resolution by public organizations in foreign countries // Black holes in Russian legislation. 2013. №2. P. 131.

Kseniya I. Korobko, Svetlana V. Radaeva, Elizaveta V. Rozanova, Sergey A. Rubanov, Aleksej P. Treskov Mediation as an alternative dispute resolution: world experience // Revista San Gregorio. Núm. 30 (2019). Special edition-MARCH 2019.

Alternative Dispute Resolution Act 1998 // <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/28/651>

Uniform Mediation Act // <http://www.uniformlaws.org/Act.aspx?title=mediation%20Act/>

Types of Dispute Resolution Processes // American Bar Association //

http://www.americanbar.org/groups/dispute_resolution/resources/DisputeResolutionProcesses.html

Collaborative Law // American Bar Association //

http://www.americanbar.org/groups/dispute_resolution/resources/DisputeResolutionProcesses/collaborative_law.html

Pro Tem Trial // American Bar Association //

http://www.americanbar.org/groups/dispute_resolution/resources/DisputeResolutionProcesses/pro_tem_trial_.html

Citizens Advice //

<https://www.citizensadvice.org.uk/consumer/alternative-dispute-resolution/settling-out-of-court/using-alternative-dispute-resolution-adr/>

Gill C., Williams J., Brennan C. and Hirst C. Models of Alternative Dispute Resolution (ADR). A report for the Legal Ombudsman 31 October 2014 // <http://www.legalombudsman.org.uk/downloads/documents/research/Models-Alternative-Dispute-Resolution-Report-141031.pdf>

Practical Law, United Kingdom // Alternative dispute resolution (ADR) // <http://uk.practicallaw.com/0-107-6391>

Cadiet L. Panorama des modes alternatifs de règlement des conflits en droit français //

<http://www.ritsumeai.ac.jp/acd/cg/law/lex/rlr28/CADIET2.pdf>

Loi n 98-1163, 18 decembre 1998 relative a l'accès au droit et a la résolution amiable des conflits // <https://www.legifrance.gouv.fr/afflchTexte.do?cidTexte=JORFTEXT00000075880>

Abolonin V. O. German Law «On support for mediation and other forms of extrajudicial settlement of conflicts» (Mediation G) (with a brief explanation) // Bulletin of civil procedure. 2013. №5. Ermakova E. P., Sitkareva E. V. the Law of the European Union: the procedure for resolving private law disputes: A textbook. Moscow: Yurlitinform, 2016. P. 199.

Directive 2008/52/EC of the European Parliament and of the Council of 21 May 2008 on certain aspects of mediation in civil and commercial matters // <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:136:0003:01:EN:HTML>

Davydenko D. World practice of mediation // Consulting company «Z-Group». Publications. URL: www.z-gr.ru.

Arbitration procedural code of the Russian Federation of 24.07.2002 №95-

FZ // Sz of the Russian Federation.
29.07.2002. №30. Article 3012.

Federal law of 27.07.2010 №193-FZ
«On alternative dispute resolution
procedure with the participation of a
mediator (mediation procedure)» //
Collection of legislation of the Russian
Federation. 02.08.2010. №31. Article
4162.

Rekhtina I. V. Mediation in Russia as an
alternative method of dispute resolution
and an element of integration into the
European community // Lawyer. 2012.
№11. P. 40 - 43.

Milokhova A.V. Development of
conciliatory dispute resolution
procedures in the context of judicial
reform // Laws of Russia: experience,
analysis, and practice. 2018. №8.

Ebrahim Abadi, M., & Namdar, Sh.
(2016). Comparison between the legal
nature of commercial factoring and
similar legal institutions. UCT Journal of
Social Sciences and Humanities
Research, 4(2), 10-15

COMPARATIVE LEGAL ANALYSIS OF HEALTH SYSTEMS IN THE RUSSIAN FEDERATION AND SWITZERLAND

Yuliya S. Gusakova¹

Krotov Andrey Vladislavovich²

Alevtina V. Kuzmina³

Natalia A. Ragozina⁴

Yuri Y. Shvets⁵

Abstract: This article is devoted to a comparative legal analysis of healthcare systems in Russia and in Switzerland. The fundamental differences are identified. The legal nature of the healthcare system, the implementation of state control in the field of healthcare in the Russian Federation and in Switzerland, as well as promising directions for overcoming them are revealed.

Keywords: state control, healthcare, insurance, medical care, code, supervision, regulatory act.

1. Introduction

The modern healthcare system is wider than its usual understanding and is increasingly being included in the

process of formation of a market economy of any state. This system acquires new features of the economic entity along with the preservation of everyday problems of the social sphere [12]. The implementation of state control and supervision in the field of healthcare both in the Russian Federation and in Switzerland should be carried out as efficiently as possible. However, this should not interfere with the normal operation of organizations and officials. Therefore, the powers of state control are strictly regulated by a system of certain regulatory legal acts within the framework of both domestic and international legislation. The Swiss health care system largely reflects the federal structure of the state. In recent

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia¹

Nizhny Novgorod Institute of management and business, 13 Gornaya str., Nizhny Novgorod, 603062, ² Russia

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia³

St. Petersburg state University of Economics, St. Petersburg, 21 Sadovaya street, 191023, Russia⁴

Financial University under the Government of the Russian Federation, 49 Leningradsky Ave., Moscow, ⁵ 125993, Russia

years, there has been a continuous increase in government spending on health. In Switzerland, the cantons are endowed with broad powers in the field of healthcare, namely in such areas as medical care, the introduction of innovations, the performance of professional duties in the healthcare system, and the prevention of diseases. According to the current legislation of the Russian Federation, the right to protection of health and medical care is one of the priority constitutional rights of residents (Part 1 of Article 41 of the Constitution of the Russian Federation) [8]. This means that the state recognizes and guarantees the observance of human and civil rights and freedoms in the field of health protection. In the social state characterized by the Russian Federation, protecting the health of citizens plays a fundamental role and is an essential condition for ensuring the dignity of society (part 1 of article 7 of the Constitution of the Russian Federation) [8]. One of the measures designed to ensure the above guarantees is state control.

2. METHODS

Various general scientific methods and the methods of logical

cognition are used in the work: analysis and synthesis, systemic, functional and formal-logical approaches. The development of conclusions was facilitated by the application of formal-legal and comparative-legal methods.

3. DISCUSSION AND RESULTS

The health system is one of the most important factors determining the formation of social security in different countries. International acts in the field of healthcare (for example, the 1953 European Convention on Social and Medical Assistance) define both general goals and socially significant international standards in the field of public health services [2]. However, it is worth noting that in the modern world this type of security is implemented with varying degrees of effectiveness. This is due to the different level of the regulatory legal framework, the frequency of its updating in accordance with international standards, the level of funding and, of course, the level of medical care, in particular paying attention to special social groups. For a more complete understanding of the type of social security under consideration, it is advisable to conduct a comparative analysis of the level of the domestic

health system and the Swiss health system, since it is Switzerland that is one of the world leaders in the level and quality of medical care. As the comparison criteria, we have chosen: the basis of medical insurance in the state, the financing mechanism of this branch of social security, as well as the availability and quality of the provision of medical services to the population. In accordance with the Constitution of the Russian Federation, the policy implemented in our country in the field of protecting the health of citizens should be aimed at creating conditions that ensure a decent life for the population. The Constitution of the Russian Federation in Art. 41 secured the right of everyone to health protection and medical care [8]. The exercise of this right is ensured by raising to the federal level the provision that medical assistance in state and municipal health care institutions is provided to citizens free of charge from the corresponding budget, insurance contributions and other income. To ensure constitutional rights enshrined in this article, a system of compulsory medical insurance has been created in Russia. The most important regulatory act here is the Federal Law “On Compulsory Health

949

Insurance in the Russian Federation” [9]. It fixes the legal, organizational, economic foundations of medical insurance of the population, defines the means of compulsory medical insurance as the main source of financing for medical institutions, determines the legal status of participants in the compulsory medical insurance, their rights, obligations, as well as guarantees for their implementation and other provisions [9]. The compulsory medical insurance system, in accordance with the Law, is an integral part of state social insurance and provides all citizens with equal opportunities to receive medical and medical assistance provided at the expense of compulsory medical insurance. Swiss law also establishes compulsory health insurance as a basis for public health services. The BAG Federal Office is committed to providing compulsory medical insurance to all citizens living in Switzerland with unhindered access to medical care. The main legal act is the Federal Law on Health Insurance (KVJ) [4]. In accordance with it, every person living in the country should receive medical care in Switzerland. It is worth noting that the legislator focuses on the fact that each person has access to receive quality

medical care. So, since 1996, every resident of Switzerland, regardless of age, social status, citizenship, must have a compulsory medical in-surance policy [5]. Swiss law requires all citizens to purchase a basic “package” of medical insurance policies [4]. A significant difference from the Russian mechanism of compulsory medical in-surance is that in Switzerland only a small part of employers provide their em-ployees with health insurance, or at least pay part of the contributions. The cor-responding expenses are borne by the citizens themselves. As a rule, basic poli-cies are purchased individually by individuals, and are provided by private insur-ers. The amount of monthly insurance premiums is set depending on the commu-nity in which the insured person lives, his gender, age and the chosen deductible. In addition to basic health insurance, every Swiss citizen can conclude a volun-tary supplementary insurance contract [4]. Thus, comparing the general provisions in the field of healthcare in Russia and Switzerland, it should be concluded that in both countries the basis of healthcare is compulsory health insurance, which is enshrined in a number of legal docu-ments at the federal level. Next, we

950
consider the mechanism for financing health care in the above countries. In the Russian Federation, compulsory medical insurance funds are generated from income from payment of: insurance premiums for compulsory medical in-surance, arrears of contributions, tax payments, accrued interest and fines; funds of the federal budget, budgets of constituent entities of the Russian Federation, other sources provided by law. Funds, in accordance with the law, are accumu-lated and redirected to finance measures for the development, adoption and im-plementation of targeted programs, development of the material and technical base of health care institutions, scientific research, professional training, as well as these funds can be used to pay for particularly expensive types treatment. The formation of these funds is carried out due to deductions of policyholders. According to the Federal State Statistics Service, in 2018, healthcare spending in the Russian Federation amounted to 4.1% of GDP. In Switzerland, the same indi-cator is significantly higher - 11.5% of GDP. Per capita health care costs in Rus-sia are \$ 998, in Switzerland - \$ 5489 per year. In Switzerland, as well as in the Russian Federation, there is no

single state budget to finance health care needs. The budget is formed at the expense of compulsory medical insurance, direct state financing and other types of social health and life insurance. More than half of the health budget in Switzerland is made up of public funding and about 30% is made up of private funds. This situation is due to the fact that the healthcare system here is based on the principle of “controlled competition”, the healthcare system operates within the framework of the state-regulated “artificial market”, and healthcare costs are controlled. Based on this, it can be concluded that the mechanisms for financing health care in Russia and Switzerland have, in general, many common features, which relates primarily to the lack of a single source of financing for the health system. The next criterion for comparative analysis is the availability and quality of medical care. One of the main indicators of the level of healthcare development in the state is the quality of medical care for the population. The Federal Law “On the Basics of Protecting Citizens' Health in the Russian Federation” contains a provision that determines the availability and quality of medical care [10]. Based on this provision, the quality

951
and accessibility of medical services is determined by such factors as the timeliness of medical care, the level of prevention, diagnosis, treatment and rehabilitation, the level of professional training of medical workers, etc. According to the All-Russian Center for the Study of Public Opinion (VTsIOM), 65% of the population assess the quality of the provision of medical services in state and municipal institutions as low. Moreover, the main problem is the low level of service provision and the insufficient level of professionalism of medical personnel. Such indicators can be due to the fact that Russian medicine does not properly meet the new medical standards of service quality and medical technologies. There are many approaches to treatment, the inefficiency of which has already been proved by world science, used in modern Russian medicine. For example, the use of obsolete drugs [11]. Swiss law establishes that patients have the right to safe and quality medical care. According to the Quality Strategy, medical services should be safe, effective, modern, and most importantly, patient-oriented. The propaganda of the so-called safety culture is widespread here, which aims to reduce the risk of medical errors. The

state is primarily interested in providing quality medical services, since a lack of quality can lead to increased costs at the level of the health system. Improving the quality of medical services is one of the priority areas in the healthcare sector. To ensure this direction, a number of programs are being created in both Russia and Switzerland. In Russia, for example, a three-tier system for the distribution of medical capacities (expensive equipment, narrow-profile specialists, etc.) has been created. In Switzerland, one such program is the national program for operational safety, which helps prevent and avoid the risk of various surgical incidents. Based on this, it is worth saying that in general, both in Russia and in Switzerland, the state takes care of the safety of its citizens in the healthcare sector, developing and adopting various development programs and strategies for this. However, despite common goals, they are achieved in different ways. It depends on the level of material and technical equipment of medical institutions, the professional training of medical workers, the current methods and approaches to the implementation of medical activities. This, in particular, is

952

a consequence of the peculiarities of the Russian legal system [13].

4. CONCLUSION

The health care system is one of the basic elements of social security in any country. It reflects both the degree of development of social security law and the general level of development of the state. Each state carries out its activities on the basis of generally accepted standards in the field of medical care, implements various state targeted programs, and acts in the interests of the population as a whole. States are interested in achieving high levels of health system performance, however, the process for achieving results has significant differences. Such differences are due to many parameters: the general development of the country, the completeness of legal regulation in this area, the presence of programs and development strategies aimed at improving the quality of medical care, the degree and mechanism of financing, and others. Based on the performed comparative analysis, we can summarize the following: the domestic health care system at the present stage of development, although it meets the general requirements, needs to be

improved primarily in the field of material and technical support, as well as to improve the quality of medical services. In our opinion, in order to achieve decent results, when pursuing a health policy, it is necessary to focus on the successes of foreign countries.

CONFLICT OF INTEREST

The authors confirm that the information provided in the article does not contain a conflict of interest.

References

The Universal Declaration of Human Rights adopted by the UN General Assembly December 10, 1948 (1978). Human Rights. Compilation of International agreements. New York: United Nations, pp. 1–3.

European Convention on social and medical care ETS No. 14, Paris, from 11.12.1953 / <https://base.garant.ru/>

On economic, social and cultural rights: International Covenant: adopted by the Resolution 2200 (XXI) from December 16, 1966 in the 1496th plenary meeting of the UN General Assembly of the Russian Federation (1994). Bulletin of the Supreme Court, 12, pp. 1–5.

On medical care and sickness benefits: ILO convention No. 130 (1969) (1991).

Conventions and recommendations adopted by the International labour conference. Geneva: International labour organization, Vol. II, pp. 1581–1599.

On health care: ILO recommendation No. 69 (1944) (1991). Conventions and recommendations adopted by the International labour conference. Geneva: International labour organization] Vol. II, pp. 616–633.

On minimum standards of social security: ILO convention No. 102 (1952). Conventions and recommendations adopted by the International labour conference. Geneva: International labour organization, Vol. II, pp. 1055–1086.

On the establishment of public health services: ILO recommendation No. 5 (1919-1920). Conventions and recommendations adopted by the International labour conference. Geneva: International labour organization, Vol. II, pp. 163–166.

Constitution of the Russian Federation (adopted by popular vote 12.12.1993) [Electronic resource] // http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_28399/

Federal law «On compulsory medical insurance in the Russian Federation» dated 29.11.2010 No. 326-FZ (as

amended by the Federal law of December 2, 2019 No. 399-FZ) / (Official Internet portal of legal information www.pravo.gov.ru, 02.12.2019, no. 0001201912020041) (effective 1 January 2020).

Federal law «On the basis of health protection of citizens in the Russian Federation» dated 21.11.2011 No. 323-FZ (as amended by the Federal law of December 2, 2019 No. 399-FZ) / (Official Internet portal of legal information www.pravo.gov.ru, 02.12.2019, no. 0001201912020041) (effective 1 January 2020).

Mironova T.K. International standards of healthcare delivery in social security. Matters of Russian and International Law, 2016, 4, Pp. 105-121.

Kositov A.V. Actual problems of legal regulation of state control in the sphere of health care in the Russian Federation and prospects of their overcoming. Young scientist. 2018 5, Pp. 131-133.

Borisov A., Tsukanova E., Tonkov E., Sinenko V., Zinkovskiy M. The place of the Russian legislation in the modern legal systems // Revista Publicando, 5 Nº 16. (1). 2018, 822-828

CONSTITUTIONAL LEGALIZATION OF JUDICIARY

PRINCIPLES: EXPERIENCE OF AMERICAN STATES

Aleksej P. Treskov¹

Ludmila O. Losilkina²

Zara A. Mamisheva³

Andrey P. Peterburgskiy⁴

Igor V. Timofeev⁵

Abstract: The article presents the results of the comparative legal study concerning the formalization of the judiciary principles in the constitutions of Latin American states. Most of the analyzed constitutions identified special sections on the judiciary, many of which are distinguished by fragmentation into smaller structural units. At the same time, the special chapters formalized the judiciary principles in the varieties of the judicial system, legal proceedings, as well as in the organization and activities of judges.

Keywords: judicial power, justice, court, principle of judicial power, judge, publicity, independence, finality.

1. Introduction

It is true that all human knowledge is built on comparison, which is a universal tool, the main purpose of which is to help in obtaining information. In this very general sense, the comparative method in law is used to acquire knowledge in relevant fields and incorporate them into a person's concept of the world. As it developed, comparative jurisprudence, initially limited by legislative and other norms, began to encompass legal practice, primarily the entire application of law by courts; later on, the legal sphere was supplemented by the study of social factors affecting legislation and the application of law. Thus, the circle of traditional comparative methods had to be expanded by adding to the so-called "legal" methods characteristic of

Rostov state University of railway engineering, 2 square of the Rostov Shooting Regiment of the National Militia, Rostov-on-don, 344038, Russia¹

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, 308015, Russia²

Adyghe state University, 208, Pervomayskaya Street, Maikop, 385000, Russia³

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, 308015, Russia⁴

Charter court of Saint Petersburg, 62 Suvorovsky Ave., Litera a, Saint Petersburg, 191124, Russia⁵

positivist science, and new approaches borrowed from other humanities [1, pp. 77-78]. Let us clarify that the objective of this study is the comparative legal analysis of Latin American state constitutions [2, pp. 498-504] regarding the formalization of the judiciary principles in them. Such a comparison makes it possible to evaluate state approaches to the constitution of the judiciary principles [3, 4, 5:8], their specific and substantive characteristics [6, pp. 3511-3514; 7, pp. 179-201].

2. Methodology

The study was built on the basis of the dialectical approach to the disclosure of legal phenomena and processes using general scientific (systemic, logical, analysis and synthesis) and private scientific methods. The latter include formal-legal, linguistic-legal, and comparative-legal method, which were used together to identify the principles of the judiciary. The texts of Latin American state constitutions were taken from the database of the Internet library “Constitutions of the states (countries) of the world” (<http://worldconstitutions.ru/>) [8].

3. Discussion and results

Each of the analyzed American constitutions had special sections on the judiciary (Section sixteen “Judicial Power” of the Bolivian Constitution, Section V “Judicial Power” of the Haitian Constitution, Part VII “Judicial Power” of the Guatemalan Constitution, Part 15 “Administration of Justice” of the Colombian Constitution, Part XI “The Judiciary” of the Constitution of Costa Rica, Chapter X “Courts and the Prosecutor's Office” of the Cuban Constitution, Chapter IV “On the Judiciary” of the Mexican Constitution, Part VII “Judicial Power” of the Nicaraguan Constitution, Section VIII “Judicial Power Article” of the Constitution of Peru). Interestingly, many of them are distinguished by separation into smaller structural units. For example, Section Three of the Constitution of Argentina is generally named “On the Judiciary”, but contains Chapter One “On the nature and terms of the judiciary authorities” and Chapter Two “The powers of the judiciary”. Chapter III “On the judiciary” of the Brazilian Constitution, Chapter III “Judicial power and the justice system” of the Venezuelan Constitution, Part VII “Judicial power” of the Constitution of

Honduras, Part IX of the Dominican Republic Constitution are structured in a similar vein. It should be noted that the special chapters of the Latin American constitutions devoted to the judiciary reflected the principles of the judiciary in the varieties of the judicial system, legal proceedings, as well as in the organization and activities of judges. Adhering to the indicated gradation, let's clarify that the independence of the judiciary was revealed among the judicial principles. According to the Art. 254 of the Venezuelan Constitution, the judiciary is independent and the Supreme Court enjoys functional, financial and administrative autonomy. Traditionally, in the group of countries under consideration, the constitutional formalization of the principle of independence is connected with the section on state structure. In this regard, the Venezuelan Constitution was a peculiar exception. Besides, with respect to the Supreme Court, the principles of functional, financial and administrative autonomy are fixed separately, which can also be considered as independence of the state highest judicial instance. The art. 187 of the Guatemalan Constitution was more concise and also set out by way of exception in a special chapter,

957
according to which the administration of justice is mandatory and independent. Specifically, on the one hand, when they consolidate independence, there is no indication of other types of power, and on the other hand, the article introduces an original imperative of bindingness for justice. Based on the fact that we regard independence as a principle, it can be assumed that binding is also positioned here as the main principle. - The exercise of judicial power by the court (Article 108 of the Constitution of Argentina, Article 100 of the Constitution of Haiti, Article 121 of the Constitution of Cuba, Article 138 of the Constitution of Peru; specification of the instances in Article 137 of the Constitution of Bolivia, Article 187 of the Constitution of Guatemala, Article 129 of the Constitution Honduras, article 57 of the Constitution of the Dominican Republic, article 152 of the Constitution of Costa Rica, article 94 of the Constitution of Mexico, article 209 of the Constitution of Nicaragua). In Art. 227 of the Constitution of Nicaragua and Art. 187 of the Constitution of Guatemala, the stated principle provision is compared with the exclusive right of the courts to make sentences and appeal to their execution. The statement of the Art. 141

of the Honduran Constitution addressing the relevant principle of law not only to the courts, but also to the tribunals is performed in a similar vein. - The establishment of a court on the basis of law. The principle of the art. 137 of the Constitution of Bolivia, the Art. 187 of the Constitution of Guatemala, the Art. 57 of the Constitution of the Dominican Republic is presented in the same wording. The Art. 154 of the Brazilian Constitution, enshrined this principle in the format of the judiciary subordination not only to the law, but also to the Constitution (the meaning of the Article 94 of the Mexican Constitution, the Article 209 of the Nicaraguan Constitution is identical). However, in the most typical wording, the declared principle is still correlated with the law. The addition of other details of the principle under consideration is noted in the Haitian constitutions (the organization and jurisdiction of the courts on the basis of the law, Art. 100; courts of appeal are established, the jurisdiction and seat of which will be established by law, Art. 101); Honduras (the law regulates the organization and powers of the judiciary, art. 142), etc.

- Free administration of justice in the courts was found in the wording of

958
the Art. 137 of the Constitution of Bolivia, the Art. 187 of the Constitution of Guatemala, the Art. 137 of the Constitution of Honduras, and the Art. 231 of the Constitution of Nicaragua.

- Reporting of courts as a principle is fixed in the Art. 128 of the Constitution of Cuba - the courts report on their activities to the Assembly that elects them at least once a year. Unfortunately, the standard constitutional principle prohibiting the establishment of emergency courts is enshrined in a single version only in a special section of the Constitution of Bolivia (the Article 139).

Among the principles of legal proceedings there are the following ones:

- The publicity of court hearings is a common wording of the corresponding principle in the constitutions under consideration. Formalized with the provision that it does not threaten public order and good morals provided by the Art. 107 of the Constitution of Haiti. They also specified here that closed hearings are not allowed in cases on political crimes and on press crimes. Please note that along with the term “publicity”, the Haitian Constitution uses the term “openness” of the meeting in the Art. 108. According to

the Art. 94 of the Mexican Constitution, the meetings of the plenum and the Chambers of the Supreme Court also take place publicly, unless moral considerations or public interest require a closed session.

The publicity of court sessions and judicial presences provided by the Art. 235 of the Constitution of Nicaragua, are excluded in special cases prescribed by law, as well as in cases where publicity is contrary to order or good morals.

As compared to publicity, openness is formalized only in two American constitutions - Bolivia (Article 140) and Guatemala (Article 187).

In isolated cases, the principles of collegial activity of the courts (the Article 127 of the Constitution of Cuba) and the equality of duties and rights of professional judges and assessors (the Article 127 of the Constitution of Cuba) were met.

The Art. 94 of the Mexican Constitution provides the principle of collegiality together with the principle of uniqueness (also in a single version). It is advisable here to provide a number of principles comparable to the issuance of decisions / sentences by the courts. The most common principle is the finality of

959
judiciary decisions. The Art. 153 of the Constitution of Costa Rica reflected it in details: the implementation of the decisions is provided by the armed forces, if necessary. According to the Art. 124 of the Cuban Constitution, the People's Supreme Court exercises the highest judicial power, and its decisions are final;

In Brazil, the final substantive decisions made by the Supreme Federal Court concerning the claims for the recognition of federal law constitutionality or federal regulations are final and binding on other judicial and executive authorities (art. 102).

- Making decisions and sentences in the name of the Republic (the art. 109 of the Haitian Constitution) / administration of justice on behalf of the Republic by the judiciary (the art. 209 of the Nicaraguan Constitution) / on behalf of the Nation (the art. 143 of the Venezuelan Constitution). The motivation of the verdict and court decision is formalized in the Art. 108 of the Constitution of Haiti and the Art. 163 of the Constitution of Colombia. As a single option, binding sentences and court decisions for prosecutors and police were identified (the art. 109 of the Haitian Constitution). Many principles

relate to the status of judges. The principle of the independence of judges and their submission / following only the law is certainly widespread (the Article 138 of the Constitution of Bolivia, the Article 256 of the Constitution of Venezuela, the Article 125 of the Constitution of Cuba, the Article 236 of the Constitution of Nicaragua, and the Article 146 of the Constitution of Peru).

- The urgency of judge powers is fixed in a number of Latin American constitutions. For example, according to the Art. 136 of the Constitution of Honduras, the term of Supreme Court members is six years and begins on the first of January. Based on the Art. 158 of the Constitution of Costa Rica, the Supreme Court members are elected for eight years. In Mexico, the judges of district courts serve for four years (the Art. 97). The principle of judge power urgency mediates the attitudes about their appointment or election. Thus, the appointment of judges is formulated in the context of supreme state bodies and official powers involved in the formation of the court composition. According to the Art. 101 of the Brazilian Constitution, the judges of the Federal Supreme Court are appointed by the President of the Republic after their

960
selection has been approved by an absolute majority of the Federal Senate members. The procedure of the Art. 96 of the Constitution of Mexico is formalized with a similar composition. The Art. 100 of the Haitian Constitution states that the President of the Republic appoints the members of the courts and tribunals. As for the principle of the election of judges, it is associated with the activities of the country parliament in a more traditional version. As an exception, this principle is nevertheless combined with the population. In the first case, for example, the members of the Supreme Court are elected by the National Congress in accordance with the Article 131 of the Constitution of Honduras. In accordance with the Art. 157 of the Constitution of Costa Rica, the Supreme Court consists of 17 members elected by the Legislative Assembly and constituting various chambers in accordance with the law. This series may be continued by the Art. 188 of the Constitution of Guatemala, and the Art. 149 of the Constitution of Colombia. As for the participation of the population in the formation of the court, such a norm was found only in the Art. 152 of the Constitution of Peru: the Justices of the Peace are elected by general election.

- The impossibility of a judge's position arbitrary dismissal is another principle that has been consistently reflected in the considered group of constitutions (in laconic formulations of the Article 110 of the Constitution of Argentina, and the Article 100 of the Constitution of Haiti). With details of the procedure, the declared principle was found in the Art. 199 of the Constitution of Guatemala, the Art. 160 of the Constitution of Colombia, and the Art. 165 of the Constitution of Costa Rica. - The inability to combine the position of a judge with any other paid public service (the Article 105 of the Haitian Constitution) / with any position in other higher authorities (the Article 161 of the Constitution of Costa Rica). An updated version of the principle was discovered with substantial increments in the Art. 256 of the Constitution of Venezuela, the Art. 60 of the Constitution of the Dominican Republic, the Art. 160 of the Constitution of Colombia, the Art. 101 of the Constitution of Mexico, the Art. 227, 238 of the Constitution of Nicaragua, and the Art. 146 of the Constitution of Peru. Interestingly, that the principle stated in the Art. 95 of the Brazilian Constitution applies to the judges held in reserve. They do not have the right to

961
perform other functions or duties, with the exception of teaching, and they also have no right to devote themselves to political activity.

- The principle of remuneration / salary, which cannot be reduced in any way during the tenure of judges (the Article 110 of the Constitution of Argentina, the Article 95 of the Constitution of Brazil, the Article 160 of the Constitution of Colombia, the Article 94 of the Constitution of Mexico). According to the Art. 239 of the Constitution of Nicaragua, the content relying on the representatives of the judiciary cannot be reduced or canceled to the detriment of any of them; suspension of its payment is also not allowed. In accordance with the Art. 146 of the Peruvian Constitution, judges are guaranteed remuneration that provides them with decent living standards in accordance with their position and rank. It is necessary to pay attention to the wording of the Art. 198 of the Guatemalan Constitution, when the State Treasury as a guarantee transfers in advance the twelfth of the budget allocated for the judiciary to the Judicial Treasury monthly. The Art. 254 of the Constitution of Venezuela has a similar warranty.

Individual constitutions of Latin American countries have isolated versions of the principles addressed to judges:

- irremovability, with the exception of public interest grounds (the Article 95 of the Brazilian Constitution);
- a life appointment, which is granted to the judges of first instance only after two years in office (the Article 95 of the Brazilian Constitution);
- impartiality (the Article 256 of the Constitution of Venezuela).

Summing up the results of the study, let's note that special sections were found on the judiciary in each of the analyzed constitutions of the Latin American states, many of which are distinguished by fragmentation into smaller structural units. At the same time, in special chapters the principles of the judiciary are formalized in the varieties of the judicial system, legal proceedings, as well as the organization and activities of judges. For the most part, the sought-after principles in specific and substantial variations are standard and quantitatively more oriented towards judges.

As a negative specificity, they stated only a single consolidation of the standard constitutional principle

962
concerning the inadmissibility of emergency court creation in the Constitution of Bolivia (the Article 139). In isolated cases, important legal principles of collegial activity of courts (the Article 127 of the Constitution of Cuba) and the equality of duties and rights of professional judges and assessors (the Article 127 of the Constitution of Cuba) were also met. We believe that such a constitutional practice could be more multiplicative.

References

- Peteri Z. Zadachi i metody sravnitel'nogo pravovedeniya // Sravnitel'noe pravovedenie: sbornik statej / sostavlenie, redakciya V.A. Tumanova. M.: «Progress», 1978. pp. 77-78. (In Russian)
- Treskov A.P. 2019. Konstitucionnaya legalizaciya principov sudebnoj vlasti: opyt amerikanskih gosudarstv. Nauchnye vedomosti Belgorodskogo gosudarstvennogo universiteta. Seriya: Filosofiya. Sociologiya. Pravo. V. 44. # 3. pp. 498-504. (In Russian)
- Jacob H. 1978. Justice In America – courts, lawyers, and the judicial process – Third edition. United States of America, Little, Brown and Co. 259 p.

David W. Neubauer, Henry F. Fradella
2018. America's Courts and the Criminal
Justice System. 648 p.

Wilson B., Gloppen S., Gargarella R.,
Morten Kinander, Skaar E. 2016. Courts
and Power in Latin America and Africa.
Palgrave macmillan. 231 p.

Marina V. Markhgeym, Oksana A.
Morozova, Ludmila I. Nikonova, Marina
S. Savchenko, Grigory M. Sukhodolsky
2018. Interaction principle: doctrinal
strokes to constitutional alternates.
Helix. Vol. 8(4): 3511-3514.

Yukihiro Yazaki. 2014. Rights and
judicial independence. Economics of
Governance. # 15(2): 179-201/

<http://worldconstitutions.ru/>

Habibzadeh, M. (2016). Legal Strategies
of money Laundering Prevention
Emphasizing Financial –Economic
policies. UCT Journal of Social Sciences
and Humanities Research, 4(2), 26-30

MODELS OF THE ORGANIZATION OF THE JUDICIAL SYSTEM: THE EXPERIENCE OF RUSSIA AND FOREIGN COUNTRIES

Vladimir S. Sinenko¹

Sul'eta G. Khasanova²

Aleksandr D. Khlebnikov³

Vyacheslav L. Rasskazov⁴

Elvira M. Vasekina⁵

Abstract: This article provides an overview of the organization of the judiciary in various countries. Firstly, attention is drawn to the legislative framework on the basis of which the system of courts in a particular state is built. Secondly, the conclusion is drawn that there are three models of the organization of the judiciary: decentralized; moderately centralized; strongly centralized bathroom. Examples of states in which distinguished models of the organization of the judiciary operate are given. Particular attention is paid to the place of the Russian model in the classification of judicial systems according to the degree of centralization of the judiciary.

Keywords: judicial system, models of organization of the judiciary, status of judges, principles of administration of justice, specialized courts.

1. Introduction

As a rule, the constitutions of various states in force today contain a section on the formation and implementation of the judiciary, which is most often referred to as «the judiciary». Usually, such a section follows the provisions on the legislative and executive branches of government. At the same time, sections of constitutions that would regulate as much as possible the regulation of all institutions of the

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia¹

Adyghe state University, 208, Pervomayskaya Street, Maikop, 385000, Russia²

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia³

Kuban state agrarian University named after I.T. Trubilin, 13, Kalinina Street, Krasnodar, ⁴
350044, Russia

Belgorod State University, 85 Pobedy Street, Belgorod, the Belgorod region, 308015, Russia⁵

judiciary are rare. As a rule, the relevant sections are concise and contain a reference to the legislation on the judicial system. For example, in the Federal Republic of Germany such a normative act is the Law on the Judiciary (as amended in 1975) [1], the French Judiciary Code of 1978 [2], and in the United States the Judiciary and Judicial Procedure, Sec. 28 US Code [3].

In this regard, you can pay attention to the fact that the above circumstance is characteristic not only for European and North American countries. So, for example, the structure of the constitutions of East Asian countries operating today contains the relevant sections on the judiciary. They are referred to in the People's Republic of China as the People's Court and People's Procuratorate; in Japan, the Judiciary; in the Republic of Korea «Courts», «Constitutional Court» [4]. The indicated sections of the constitutions are limited to a brief list of courts and judicial subsystems operating in the country, determine the status of the Supreme Court or other courts, if there are several jurisdictions in the country.

The judicial systems of East Asian states - the People's Republic of China, the Republic of Korea and Japan

- have features that are determined not only by the specifics of the activities of public power mechanisms, but also by the characteristics of ideologies characterizing the political role of justice. In each of these countries, the judicial system is a collection of courts operating in a certain hierarchical structure.

2. METHODS

Various general scientific methods and the methods of logical cognition are used in the work: analysis and synthesis, systemic, functional and formal-logical approaches. The development of conclusions was facilitated by the application of formal-legal and comparative-legal methods.

3. DISCUSSION AND RESULTS

The constitutional regulation everywhere in one way or another covers three aspects: the organization of the judicial system, the constitutional status of judges, the basic principles of the administration of justice. Detailed regulation of the structure of the judicial system, the competence of the courts and other rather important constitutional issues are assigned to the relevant laws. In China, the PRC Law on Judges is in

force; in South Korea, the Law on the Organization of the Court; in Japan, the Law on the Courts [5].

In addition, the constitutions of various states often regulate in detail the competence and procedure for the formation of constitutional courts. Sometimes the rules on the organization of constitutional justice are highlighted in a separate section of the constitution. So, for example, this is how the rules on the constitutional court in Italy, Spain, France and some other states are built. This is due to the fact that constitutional courts occupy a special position in the judicial system and this institution is relatively new in relation to traditional courts of general jurisdiction. Obviously, under such conditions, the legal status of the constitutional court must be spelled out more clearly.

Thus, we can say that the establishment of the constitutional foundations of the judiciary and the judiciary as a whole is a global trend.

The current judicial system of every modern state is a logical result of its long historical development. The course of this development was influenced by both the practical experience of organizing state

institutions and the attempts to theoretically interpret and predict it.

The influence of irrational factors in the development of the judicial systems of European states cannot be excluded, since the judicial system was influenced by harmful and non-progressive ideas, directly dictated by the historical moment and the prevailing market conditions. As a rule, this happened during times of upheaval, revolution and war.

In these historical periods, attempts to reform judicial systems have not been developed theoretically to the proper degree; there was a rejection of the recognized principles of organization of the judicial system and the achievements of philosophy and law [6].

Considering the experience of building judicial systems in different states, usually distinguish three models of organization:

- decentralized;
- moderately centralized;
- highly centralized.

1. A decentralized model is typical for countries with a federal structure. Under this model, only the highest courts are federal. States with a decentralized model for organizing the

judicial system include Switzerland, Germany, Canada, Austria, etc. In these states, only the highest level courts are federal. As a rule, such courts in their activities can only apply federal law. Other courts that hear cases in the first instance, as well as in the appeal and cassation proceedings, are under the jurisdiction of the subject of the federation and are formed by them independently.

For example, the civil process in Austria is traditionally carried out by two types of courts: general and specialized. At the same time, the general courts (*ordentliche Gerichte*) have the fullness of the judicial power, namely the right to consider and resolve civil and criminal cases, the right to enforce jurisdictional acts, and the right to take measures to ensure the established procedure for legal proceedings. Their structure includes four links.

The first two links act as the courts of first instance (*Gerichtshof erster Instanz*). The lower link is the district courts (*Bezirksgerichte*). They are similar to the precinct courts of Germany, perform exclusively the functions of the court of first instance. Cases in them are considered solely by the judge. Second-tier courts are called

967
differently: land courts (*Landesgerichte*), if they are in the capital of the state; in other cases, the district courts (*Kreisgerichte*). They perform mainly the functions of the court of the first, as well as the second instance, checking the legality and validity of decisions of district courts. Single and collegial review of cases is used. The courts of the third link are the highest land courts (*Oberlandesgerichte (OLG)*). They perform the functions of a court of second instance.

There are four institutions of this type in Austria: Vienna (*OLG Wien*), Linz (*OLG Linz*), Graz (*OLG Graz*), Innsbruck (*OLG Innsbruck*). The jurisdiction of each extends to the territory of two or more lands. Collegiate production. Non-professional judges are involved in the consideration of commercial, labor or social cases. As a court of first instance, they decide on the disciplinary liability of judges and notaries. The Supreme Court (*der Oberste Gerichtshof*) - the highest court. As a court of higher jurisdiction, he considers civil and commercial matters as part of professional judges [7].

General courts administer justice in all civil matters, unless they are referred to the competence of other

bodies by a special law. The concept of «civil cases» in this case also includes disputes in the field of entrepreneurial activity, in the field of labor relations and social security [8].

2. In states with a moderately centralized model of judicial system, there are two independent systems: the federal and the judicial system of the subjects of the federation. The most characteristic example in this regard is the United States of America. The federal judicial system of this state includes the US Supreme Court, appellate and district courts, and a number of special courts. The jurisdiction of these courts includes cases related to the application of federal law, as well as cases involving citizens residing in different states. US federal courts hear civil cases based on the federal rules of civil procedure.

The judicial systems of individual states may differ from each other, and some-times very significant. According to G.O. Abolonin, «US 50 state courts form 50 independent judiciary systems that administer civil justice based on the provisions of 50 special statutes passed by state legislatures. Most often, these normative legal acts in the field of civil

968
proceedings are in the nature of the rules of civil procedure or civil procedural codes» [9]. The judicial systems of individual states tend to be headed by the highest state courts. Also, courts of first instance exist in each state and, in addition, appeal courts are formed in states with significant territory. Describing the US judicial system, E. V. Miryasheva notes the follow-ing: «In the United States of America there are no two states with the same court system. Each state has the right to determine the most suitable organizational scheme, create the necessary number of courts, as well as give them names and establish their jurisdiction. Thus, the organization of state courts is not necessarily a clearly structured three-tier system, similar to the federal courts system. For example, in the federal system, courts of first instance are called district courts, and appeals tribunals are called district courts. However, in more than a dozen states, district courts are courts of first instance. In some other states, the name of the highest court uses the name of the highest court» [10].

Federal courts can only be contacted when the U.S. Constitution recognizes these courts as competent. Such cases are grouped according to the

following two criteria: due to the nature of the dispute (cases affecting the US Constitution or federal law); due to the identity of the plaintiff (cases of interest to the United States or to a foreign diplomat, disputes between citizens of different states). In both cases, the price of the claim should be at least 10 thousand dollars. If the case cannot be the subject of a federal court hearing, the decision of the trial court is final and cannot be appealed to the US Supreme Court. About 95% of cases are heard by state courts.

In the United States, as in England, even at a theoretical level, it is considered unacceptable to leave the resolution of disputes outside the control of judicial decisions made by bodies representing the judicial branch of the state. This ensures the effective implementation of the principle of the inevitability of legal liability for a person who has committed a wrongful act. The implementation of this principle for a number of objective reasons in modern Russia cannot yet claim the same effectiveness.

In the United States, as in England, a jury is operating. This is reflected in the text of the US Constitution (VII amendment). Any

citizen can demand a jury trial if the amount of claims exceeds \$ 20.

The federal courts include the district, county (appeals) courts and the US Supreme Court. All judges of this system are appointed by the President of the United States with the consent and approval of the Senate. Federal courts are very diverse, taking into account the specialization of the cases and territorial jurisdiction.

In the USA there are about 100 district courts (they are also called federal courts of common law), the total staffing of which is about 500 judges. Their territorial jurisdiction does not coincide with the administrative borders of the states. This is one of the effective methods of ensuring independence in the work of judges and the difficulty in applying the «administrative resource» on the part of those in power in the Russian understanding.

Depending on the workload, the staffing of some of the district courts is about 20 judges. In most cases, cases are considered alone. The consideration of complex cases is carried out collegially as part of three judges. In populated districts, district magistrates are assisted by «US magistrates,» who can replace judges if necessary.

Clerks carry out the preparation of cases for hearing in district courts, i.e. recently graduated young lawyers. At least once a year, the district court must consider cases in the format of an on-site court session in one of the districts of the served district.

In total, there are 13 courts of appeal in the United States (one of them is located in the federal district of Columbia, in which the capital of the United States is the city of Washington), which employs about 170 judges. As a rule, cases in these courts are examined collectively by 3 judges.

Special federal courts are established on the basis of various laws and are intended to consider disputes arising in certain areas of the economy or social sphere (courts considering tax, customs and patent cases) and related to state responsibility (for example, the Claims Chamber). Some of them have exclusive competence (for example, a foreign trade court). In some cases, legislation provides the plaintiff with the right to choose a court to consider his claims. Financial disputes in accordance with US law at the initiative of the taxpayer can be considered in a district court, in the Claims Chamber or in the Tax Court. Appeals against the decision

of the Claims Chamber and the Foreign Trade Court may be considered in one of the 13 courts of appeal.

3. A highly centralized system is characteristic of states with a unitary form of organization. Such a model assumes a rigid vertically subordinate system of judicial authorities. However, according to this model, the courts of federations also line up. So, the majority of Russian jurists include the judicial system of the Russian Federation in this form. The judicial model proposed by Russian law is unprecedented. It could be described as highly centralized as opposed to a decentralized and moderately centralized model, which is widespread among states with a federal form of organization. This is justified by the fact that all courts in the territory of the Russian Federation (with the exception of magistrates and constitutional courts of a constituent entity of the Russian Federation) are federal. Moreover, in accordance with paragraph «o» Art. 71 of the Constitution of the Russian Federation, the organization of the judicial system is the exclusive responsibility of the federal center. The normative basis for the construction of the judiciary should be only federal law.

4. CONCLUSION

The judicial system of the Russian Federation is not a closed entity. It is developed taking into account the values of the judicial system, embodied in the Constitution of the Russian Federation and disclosed in the legal positions of the highest judicial instances of Russia, as well as taking into account the legal positions of international judicial bodies. The judicial system of Russia interacts with other judicial systems and adopts positive experience. This fact is proved by a single trend in the development of the judicial system - specialization of the judicial authorities (compositions), complication of the structure of the judicial system and attention to the infrastructure of the judicial system. However, the national judicial system not only interacts, but also competes with other judicial systems, constantly increasing the efficiency of the entire system. It is indisputable that the Russian judicial system and legal proceedings are similar to other justice systems, but it is also certain that they form a purely Russian judicial system. In this regard, the experience of foreign doctrines should be studied, because comparative law allows, if necessary, to adapt it and

971

thereby avoid the severity of the problems that arise [11].

The judicial system in Russia is highly centralized. The vast majority of courts are federal jurisdictions with a single subordination and financing. We believe that this is due to historical reasons. The inclusion of most Russian courts in the federal judicial system is explained by the desire for a single legal space, expressed in the domestic legal system to a much greater extent than in foreign ones. The restriction of federal courts only to the highest echelon (the Constitutional and Supreme Courts) would lead to the collapse of the judicial and legal system of Russia in general.

CONFLICT OF INTEREST

The authors confirm that the information provided in the article does not contain a conflict of interest

References

Courts Constitution Act in the version published on 9 May 1975 // http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_gvg/englisch_gvg.pdf
French Republic. Constitution and legislative acts: Per. with Fr., comp. :

V.V. Maklakov, V.L. Entin; M. :
Progress, 1989. P. 310–333.

Mishin A.A. Constitutional (state) law of
foreign countries. M., Statute, 2013.

The constitution of the states of Asia. In
3 t. T. 2: Central Asia and Hindustan /
Otv. Ed. : Khabrieva T.Ya. M., Norma,
2010 .

Bevelikova N.M. The constitutional
foundations of the judiciary in China,
Korea and Japan // Legislation and
Economics. 2011. No. 3. P. 49.

Danielyan D.R. Historical background
of the formation of judicial systems in
European states (on the example of
Germany and France) // History of state
and law. 2014. No 14. P. 42 - 45

Lukin Yu.M. The Austrian Statute of
Civil Procedure in 1895 and the Austrian
Judicial System: History and Conceptual
Foundations // Bulletin of Civil
Procedure. 2014. No. 6. P. 121 - 130.

The judicial systems of European
countries. M.: International Relations,
2002.S. 15-30.

Abolonin G.O. About the US Judicial
System // Bulletin of Civil Procedure.
2014. No. 1. P. 155.

Miryasheva E.V. The judicial system in
a federal state (for example, USA):
historical and legal excursion // Russian
Justice. 2011. No. 9. P. 16.11.

Borisov G.A., Tsukanova E.Yu., Tonkov
E.E., Sinenko V.S., Zinkovskiy M.A.

The place of the Russian legislation in
the modern legal systems // Revista
Publicando. 2018. 5 № 16. (1): 822-828

CULTURAL DIFFERENCES OF CONFLICT RESOLUTION IN THE YOUTH ENVIRONMENT

Marina I. Kadnichanskaya¹

Jiang Shangrong²

Nina N. Shchetinina³

Igor N. Dubovitsky⁴

Sharaputdin M. Rashidov⁵

Elena N. Belous⁶

Irina V. Gorohova⁷

Abstract: The difficulties of interethnic interaction and ensuing ethnic conflicts represent a topical research problem. At present, the problem of ethnic conflicts in the youth environment is particularly acute and serious. As in other European countries, in Russia there is a trend towards the revival of national consciousness and cultural heritage, ethnic identity, both in minorities and in large nations of a multinational country.

The ethnic paradox of our time, accompanying the unification of spiritual and material culture, leads to the emergence of various positive and negative social phenomena. This paper presents the results of a theoretical and methodological analysis of ethnic conflicts in the youth environment, the causes of their occurrence and resolution technologies. On the basis of the content analysis of sociological surveys in the

¹ PhD in Sociology, Associate Professor of the Department of Psychology and Pedagogy, Faculty of Humanities, Ulyanovsk State University, Ulyanovsk, Russia. E-mail: m.i.kad@ya.ru

² PhD in Pedagogy, Associate Professor of the Department of Art of Music, Moscow City University, Moscow, Russia. E-mail: jsryeah@mail.ru

³ Doctor of Political Science, Associate Professor of the Department of Advertising and Public Relations, Russian State Social University, Moscow, Russia. E-mail: nsh75@inbox.ru

⁴ PhD in Pedagogy, Associate Professor, Head of the Department of Psychology and Pedagogy, Gzhel State University, Elektroizolyator, Russia. E-mail: dinigor@yandex.ru

⁵ PhD in Law, Associate Professor, Deputy Director for Research Affairs, North-Caucasian Institute (branch) of the Russian University of Justice of the Ministry of Justice of Russia, Makhachkala, Russia. E-mail: rashidovich-80@mail.ru

⁶ PhD in Psychology, Associate Professor, Head of the Department of Psychological and Socio-Pedagogical Education, State Humanities and Social Studies University, Kolomna, Russia. E-mail: belousen@yandex.ru

⁷ PhD in Education, Associate Professor of the Department of Psychological and Socio-Pedagogical Education, State University of Humanities and Social Studies, Kolomna, Russia. E-mail: goroxova@list.ru

period from 2012 to 2019, the features of the culture of conflict interaction in the youth environment were identified and determined. The conclusions have been drawn that there are causes peculiar to each conflict situation which comprise the major one - cultural differences between peoples. It has been proved that among conflict resolution technologies, the best option is to eliminate the sources of conflict situations by implementing general cultural development in educational institutions at different stages (pre-school education, moral education and educational activities in schools, colleges and universities in the form of excursions into other nationalities) and the use of effective public policy. In addition, it has been substantiated that over time, the nature of causes, technologies for resolving ethnic conflicts tend to change to more constructive ones and influence the dynamics of the level of conflict in society.

Keywords: conflict interaction, culture of conflict interaction, ethnic conflicts, youth subculture.

1. INTRODUCTION

The difficulties of interethnic interaction, and the resulting ethnic conflicts, are an urgent research problem, which is based on both subjective and objective contradictions, situations embracing either conflicting positions of the parties on a problem, or disagreement of opponents' interests.

At present, the problem of ethnic conflicts in the youth environment is particularly acute and urgent. As in other European countries, in Russia there is a tendency towards the revival of national consciousness and cultural heritage, ethnic identity, both in minorities and in large nations of a multinational country. The ethnic paradox of the present, accompanying the unification of spiritual and material culture, leads to the emergence of various positive and negative social phenomena.

The formation of culture of conflict resolution is a rather long and complex process, which takes several forms of manifestation. One of such forms is ethnic conflict, and one of the varieties of ethnic conflict which bears an acute character is ethnic conflict in the youth environment.

Being the most dynamic and active stratum of society, the intellectual

potential and the future of the whole generation, young people have an undeniable advantage, since the future of the country is in their hands. One of the essential characteristics of this group is its innovative potential. We can say that youth is a kind of phenomenon that plays the role of a lever in the development of post-industrial society [6; 11; 14; 30].

It is young people who are especially affected by various kinds of conflicting situations. Representing an inseparable part of all civil movements, associations and pickets, as well as feeling the consequences of various kinds of national crises, young people are ready to take part in ethnic conflicts in order to achieve justice.

Young people are distinguished from other social groups by their ethnocentricity - intolerance towards other nationalities and religions. This is confirmed by the fact that scientists have detected the presence of nationalist beliefs in the circle of some youth associations, the desire to look strong in spirit and successful in life, to divide others into “friends” and “strangers”. Differentiation into “friends” and “strangers” is formed already at school. Among young people, during their learning at school, an opinion is formed

975
that strangers are to be blamed for all social, political and economic conflicts - representatives of a “non-native” ethnic group. This is connected with the fact that beliefs themselves have a long history and are taught as a part of a general education program at the lessons of the world and the history of the native land. Hence one can see the lack of tolerance, the presence of nationalist ideas and ethnic stereotypes [1; 13; 23; 22; 42].

That is why close attention is focused on this age group, both by state research organizations and research organizations that study the problem in educational institutions.

2. METHODOLOGICAL FRAMEWORK

A. Smith (2007) [34] was the first to study conflict as a social phenomenon [7]. The founder of political economy in his study “The Nature and Causes of the Wealth of Nations” suggested that the conflict is based on the division of society into classes (capitalists, landowners, hired workers) and economic rivalry between them.

E. Durkheim (1995), the bright representative of functionalism, in his

turn, influenced by aspects of the bioorganic trend in sociology, adhered to the ideas of collectivity that permeate the conflict: “Both individual conflicts can be restrained using the regulatory actions of society, and social conflicts can be regulated using the actions of one society that includes others: a force capable of reducing individual egoism is the strength of a group; a force capable of reducing individual egoism is a force of another, large-scale group, embracing several groups”. Thus, the whole concept of E. Durkheim (1995) is based on the fact that society stands above man, and all social ties and the totality of social institutions are held together by the collective consciousness, supported by the force of moral coercion [5].

T. Parsons (1967) [28] and R. Merton (2006) [20], being followers of G. Spencer (1986) [35], sought to study the specifics of maintaining order and cooperation in groups. T. Parsons (1967) believed that conflict is destructive, dysfunctional and devastating. Trying to answer the question: “How is the social order possible?”, T. Parsons (1967) revealed the desire of the system to maintain the equilibrium, balance of constituent elements and evolutionary development.

If the function is disrupted in the system, this leads to a disorganization of the institution or organization, and as a result to social conflict. To prevent the conflict from happening, Parsons proposed the idea of a “social order”, in which society is built on the dominance of consensus in the structure of relations [2].

R. Darendorf (1994), being one of the prominent developers of the concept of conflict, understood conflict as any relationship between the constituent elements, which must be characterized relying on the objective and subjective opposites [3].

G.R. Simmel (1916) [33] is known as the author of the term “sociology of conflict”. The scientist believed that conflict was inevitable and held the view that conflict between an individual and society is the main form of conflict interaction. G.R. Simmel (1916) [33] literally became the founder of the concept of conflict interaction. Over time, the conflict interaction was thought of as one of the types of social interaction. It consists in counteracting the conflicting parties and taking place against the background of pronounced negative emotions experienced in relation to each other. Studying the elements and specifics of the course of

the conflict activity, it was found that the conflict interaction has the character of a cultural phenomenon. This can happen if the conflict is subject to a number of cultural norms. That is, with the help of culture, it is possible to influence social conflict by making it cultured. Thus, the culture of conflict interaction is a way of forming and reproducing forms of conflict interaction using the generalization of functions, components and structural elements [17]. Ethnic conflict in the youth environment serves precisely as an example of the studied conflict in the aspect of the culture of conflict interaction.

Let us return to the generic concept of conflict. Domestic scientists understand the following under social conflict:

Yu.G. Zaprudsky (1992) [44] believes that “social conflict is a direct or latent confrontation of diverging interests, goals and motives for the development of social objects, a direct or indirect clash of social forces as a result of opposition to public order, a form of historical movement on the way to new social unity”.

V.I. Kurbatov (2009) means by conflict the interaction of two or more individuals with mutually exclusive

goals that are realized, harming the other (or at his expense) [16].

Ethnic conflict is a kind of social conflict. Ethnic conflict is an open clash of groups or individuals in connection with the difference in ethnic characteristics, which are expressed in the form of mutually exclusive ideas, needs, values and development trends [9].

Ethnic conflict is a clear or latent state of confrontation of diverging interests, goals of the participants of the conflict, a clash of social forces on the basis of the existing order [18].

One of the varieties of ethnic conflicts is the ethnic conflict in the youth environment.

V.A. Tishkov (1997) [47] implies by ethnic conflict in the youth environment organized political actions, social movements, riots and even civil wars in which the confrontation takes place along the lines of ethnic community [10].

V.V. Mitrofanenko (2015) [25] believes that the conflict in the youth environment on ethnic grounds is one of the forms of ethnic conflicts in the form of social movements, riots, separatist actions in which the confrontation occurs

between the dominant national group and the national minority.

Thus, sociologists consider the ethnic conflict in the youth environment as one of the forms of relations between national communities, characterized by the condition of mutual claims, which tend to rise [29; 32].

It is customary to identify the following functions of ethnic conflict in the youth environment:

- constructive (helps to more fully assess the characteristics of the participants; partially or completely eliminates the contradictions that have arisen; will partially eliminate psychological tension; can stimulate the quality of participants' activity);
- destructive (can have a negative impact on the mental state of participants, which, during the escalation, can lead to violence or war) [43].

It is worth noting that the nature of the national conflict is directly dependent on the goals, and therefore the following is identified:

- realistic conflicts (individuals have clear goals; conflict is a means of achieving their goals);
- unrealistic conflicts (participants of the conflict are not very

clearly aware of the motives; the conflict is an emotional release;

- mixed conflict (the most difficult of all conflicts, when individuals have a complete understanding of the goals, methods and functions of the conflict) [12; 21].

The Center for Sociology of Interethnic Relations revealed that the following factors influence the occurrence of ethnic conflict situations in the youth environment:

- 1) age (a higher probability of conflicts between “the old - the young”);
- 2) the level of education (a conflict situation arises among people with a low level of education);
- 3) political views;
- 4) social status (similar to the factor “the level of education”);
- 5) the national composition of the region (to a greater extent, the conflict situation arises in regions with the mixed national composition).

Not the existence of various ethnic groups underlies ethnic conflicts, but political, economic and social conditions that contribute to the recognition of the fact that ethnic groups differ. Let us consider the main causes underlying the emergence of ethnic conflicts in the youth environment:

1. Territorial causes - the struggle to change borders, which affects the sovereignty of the state and the individual.

2. Economic ones - the struggle of ethnic groups for the possession of their own material resources - land, natural resources.

3. Social causes - the struggle for civil equality in education, in remuneration, in employment.

4. Cultural and linguistic ones - the struggle for the preservation (revival) of the language, culture [2; 8; 15; 24; 31].

The purpose of this paper is to identify the characteristics of the culture of conflict interaction in the youth environment, and the formation of technologies for resolving conflict situations.

3. MATERIALS AND METHODS

The paper presents the results of a study of the culture of conflict interaction, the value orientations of the contemporary generation that contribute to the emergence of conflicts on a political basis.

Research methods: content analysis method, statistical data analysis, system analysis and synthesis, as well as dialectical-logical and formal-logical

analysis of data obtained during surveys and s conducted from 2002 to 2019 by the POF, the All-Russian Public Opinion Research Center and the Levada Center.

In 2007, the Public Opinion Foundation conducted a sociological survey whose goal was to study the attitude of local residents to different nationalities and assess the probability of a conflict. The survey embraced 100 settlements in 44 regions of Russia. Through an interview, 1,500 respondents were interviewed. During the survey, it was found that a quarter of those surveyed dislike the representatives of a particular nationality and would like to protect themselves from the occurrence of a hot situation.

In 2009, a survey was conducted by the All-Russian Public Opinion Research Center. The purpose of the survey was to study the assessment by Muscovites of interethnic relations in the capital. One thousand respondents were interviewed. In the course of the questionnaire survey it was found that half of the respondents consider that the national relations in their city are tense and conflicting. Among the measures that can prevent tensions between local residents and foreigners, more than half

of the respondent's state - restricting the influx of the foreign workforce.

In 2016, the analytical center "Levada Center" conducted a survey by interviewing a representative all-Russian sample of the urban and rural population among 1,600 people aged 18 and over in 48 regions of the country. The purpose of the survey was to investigate intolerant attitudes and xenophobia, in connection with an increase in the indicator of ethnophobic attitudes among the population. As it turned out, a fifth of the respondents demonstrate a lack of ethnic prejudice against representatives of certain nationalities, while 70% of the respondents named a certain category of people whose residence in Russia they would like to limit.

A recent survey conducted by the Levada Center in 2017 and 2019 was called "Monitoring of Xenophobic Moods [36]. It is clear from the name of this survey that during the period of 2017-2019, the proportion of Russians

who want to limit the residence of foreigners in the country has reached a minimum mark. Experts linked these indicators with the right measures in the current policy and the population cohesion against the backdrop of anti-Russian sanctions.

4. RESULTS AND DISCUSSION

To obtain comprehensive data on the state of conflict for today in the study of ethnic conflict situations it is necessary to use temporary criteria that will help, using the causes, the nature of the grounds and the identified dynamics of development, to determine the most likely ways of resolving it.

Figure 1 presents the results of the data analysis obtained during the study of a number of sociological surveys conducted from 2002 to 2019, the purpose of which was to identify attitudes towards people of other nationalities.

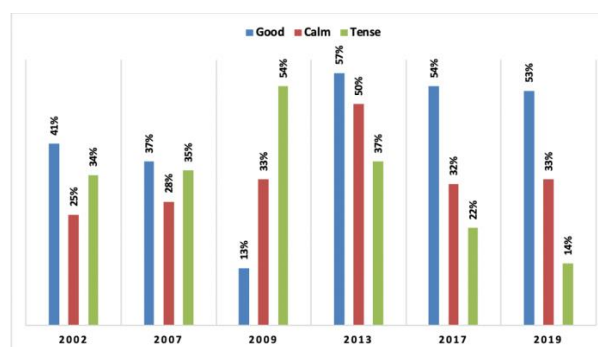


Figure 1. Assessment of conflict occurrence in 2002-2019.

We can see in the figure that from 2002 to 2007 inclusively, relations of representatives of different nationalities are at the level of “good” and “calm” However, there is a tendency of mounting tension which is going to reach its highest point soon [27]. In the course of studying the problem of ethnic conflicts, many official documents and summaries have been accessed that serve as a conclusion on the conducted sociological surveys. According to the data available in the Council on the number of conflict situations that in any way contributed to the crime commission, in 2019, compared to 2016, this share decreased by 13%. This state of affairs speaks of the right measures of the policy pursued to resolve international unrest that arose in 2013 and 2014, on a global scale

; The study of interethnic relations in the capital through the eyes of its inhabitants by the All-Russian Center for the Study of Public Opinion, 2020) [38; 39;].

The highest peak in the development of xenophobic moods falls in 2009 - 54% of respondents were of the opinion that relations are quite “tense”.

The starting point of this state of affairs is the gas conflict in the Ukraine, which just ended in January 2009, and actually opened the start of military operations around the world (attacks in the territory of the Gaza Strip by Israeli Air Force and a coup in Honduras) [26].

Nevertheless, it is worth noting that literally after 4 years the situation changed dramatically and the attitude towards representatives of other nationalities reached the level of “good” - (57%). This state of affairs did not remain fixed, and already in 2014, “tense” relations exceeded “good” and “calm” relations which, in fact, indicates an increase in the level of xenophobic sentiment, which was based on the Crimean issue and the conflict with the West. There is no big difference between the three types of relations (the difference was 7.2%), because, along with the conflicts, friendly reconciliation with the East came about [9].

During the monitoring of data on xenophobic moods of the population, it was found that 2019 was the year with the lowest level after 2009 - 53% [43]. This suggests that the attitude towards representatives of other nationalities and

ethnic organizations has improved. According to forecasts, the resulting cohesion of the population will soon lead to a decrease in conflict situations between representatives of different nationalities [36].

It is worth noting that all the studies, the purpose of which was to investigate the nature of relations with

different nationalities living in Russia were carried out with the help of the method of interviewing, which indicates the availability of reliable comprehensive information.

To a greater extent during the research, the emphasis was mainly on the causes of conflicts on ethnic grounds in the youth environment.

Figure 2, Figure 3 and Figure 4 present the main causes of conflicts on an ethnic basis in the period from 2007 to 2019 [19; 37; 40].

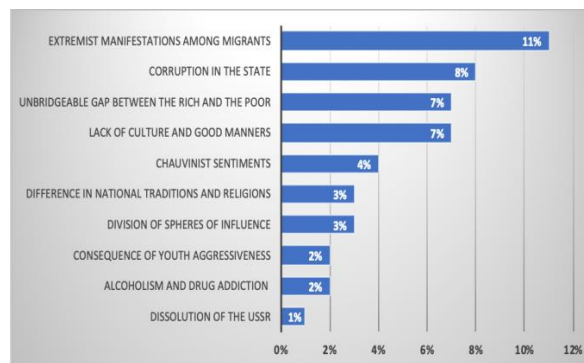


Figure 2. Causes of conflicts in 2007, %

In general, Russians do not have unity in the issue of the causes of ethnic

conflicts that have happened or possible ones.

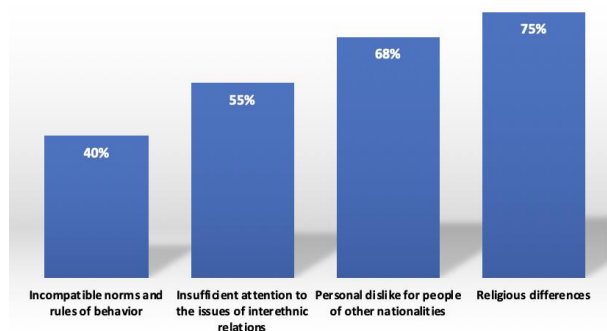


Figure 3. Causes of conflicts in 2013, %

One can state that the major causes of ethnic tensions in the period from 2007 to 2019 that were found in the course of the studies are specific features

of the young age, the desire of young people to change the world as well as ineffective activity of the local and state bodies of power.

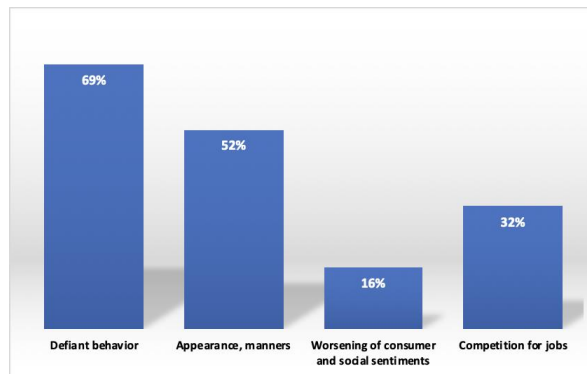


Figure 4. Causes of conflicts in 2019, %

However, to a greater extent, local residents are of the opinion that the causes are religious differences, arrogant behavior and an active increase in the number of ethnic migrants, where the latter indicated as a cause - the reluctance of the Russian population to accept other nationalities as equals. These causes are supported by the fact that, unlike the local population, which is mainly Russian and Tatars, representatives of other nationalities are more integrated, and therefore, holding together rather than being alone, they pose a greater threat.

These causes of conflicts do not lose their significance over time, but rather acquire a more significant character, which should be paid attention

to. It is also worth noting that by the end of 2019, a new internal cause appeared - the deterioration of consumer and social moods within the country, which affect the perception of visitors of other nationalities and their attitude to them. This was caused by dissatisfaction with the pension reform, and began to act as a defensive reaction - hostility to the “outsider” the period of economic ill-being, as a result of canalized irritation and hostility to everything that happens.

In a question about technologies for resolving ethnic conflicts that arise in the youth environment, the research results were studied which were provided by the centers for monitoring sociological research. Figure 5 shows conflict technologies that have passed

the test of time. They not only strengthened themselves as possible methods for regulating conflict situations, but also yielded results in predicting and resolving hot spots of any critical situations [19;].

For instance, 55% of the respondents believe that the best way to

prevent a conflict on a national basis is to strengthen the educational activities of schools and universities by teaching disciplines that allow one to get acquainted with the culture of non-indigenous nationalities and instill a sense of solidarity and respect [4].

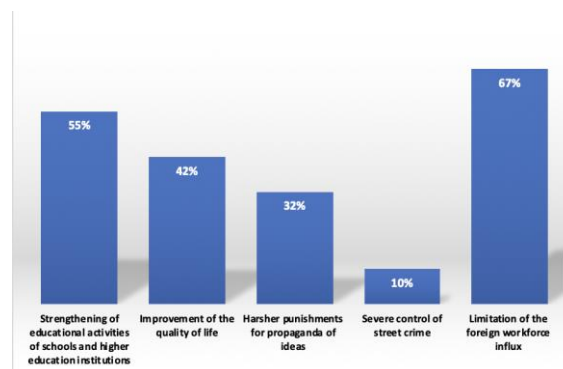


Figure 5. Conflict resolving technologies

Forty-two per cent of respondents are of the opinion that the best technology for resolving conflicts is to involve state security agencies that will be responsible for tougher penalties for propagating ideas (32% of respondents) and brutally suppressing unauthorized street crimes (10%). Forty-two per cent of respondents are of the opinion that it is necessary for the state to intervene and improve living standards and quality of life. This question applies not only to the

indigenous inhabitants of the country, but also to representatives of other nationalities. Equality of rights and improving the quality of life will contribute to the observance of constitutional laws, and, accordingly, reduce the level of conflict and reduce disagreements arising from national (ethnic) discrimination [26].

The majority of respondents are inclined to believe that it is better to prevent a problem situation than to solve it. In this regard, they consider the

optimal solution a simple restriction of the influx of the foreign workforce (67%), thereby securing their lives without hot spots of physical and moral violence which could turn into military action [27].

5. CONCLUSION

The complexity of ethnic conflicts which manifests itself in a wide range of classifications (varieties), causes and technologies for resolving conflict situations, speaks of their multifaceted nature. Ethnic conflicts that broke out in the period 2002-2009 are more destructive in nature than the conflicts that took place during the period of 2013-2019. The causes and technologies for resolving emerging conflict situations are more stringent and radical measures taken by state authorities. In the course of the search for the main causes of ethnic conflicts, it was revealed that ethnic conflicts in the youth environment are not homogeneous. For a certain conflict situation there are peculiar causes which comprise the main one - cultural differences of peoples, namely, the reluctance to adhere to the rules and regulations in the territory of residence and the desire to spread their

985
traditions and worldview to other members. Among the technologies for resolving conflict situations, the optimal one is to prevent the outbreaks of conflict through the implementation of general cultural development in educational institutions at different stages (preschool education, moral education and educational activities in schools, colleges and universities in the form of excursions into other nationalities) and the use of effective state policy.

Acknowledge

A part of research results has been sent to the scientific journal «Simbirsk Scientific Journal Vestnik» №1(39), 2020 and has been accepted for publication.

References

- Agadzhanova, E.R. (2019). Deviant behavior of teenagers: reasons, forms, prevention. *Simbirsk Scientific Journal Vestnik*, 4(38), 7-11.
- Bogolyubov, L.N., Lazebnikova, A.Yu. & Kinkulkin, A.T. (2014). *Social Studies*. Moscow: Education.
- Darendorf, R. (1994). Elements of the theory of social conflict. *Sociological studies*, 5, 35-40.

- Dontsova, G.G. (2015). Media monitoring on the problems of interethnic relations and their impact on interethnic relations in the Kuban. *Extremism and ethno-social conflicts in the youth environment of a multi-ethnic region, 1*, 111-142.
- Durkheim, E. (1995). *Sociology. Her subject, method, purpose*. Moscow: Canon.
- Efimova, O.I., Salakhova, V.B., Oshchepkov, A.A., Khudyakova, T.L. & Deberdeeva, N.A. (2018). Antisuicidal Potential of the Person: Theory and Empirics Research. *Modern Journal of Language Teaching Methods, 8*(5), 510-517.
- Encyclopaedia Britannica. (2007). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Eniashina, N.G., Ovsyanik, O.A., Khammatova, R.S., Azyrkina, E.I., Vasyakin, B.S. & Belograd, I.N. (2018). Formation of the educational system of the Russian federation: gender differences. *Modern Journal of Language Teaching Methods, 8*(5), 501-509.
- Filin, I.V. (2006). Interethnic conflict as an integral part of social reality. *Scientific Herald of the Moscow State Technical University of Civil Aviation, 101*, 126-131.
- Gasanov, I.B. (1994). *National stereotypes and the "image of the enemy"*. Moscow: Book.
- Goloshumova, G.S., Ershova, O.V., Salakhova, V.B., Kidinov, A.V., Nalichaeva, S.A. & Yanysheva, V.A. (2019a). Information and educational environment of higher school as a factor of the formation of coping strategies in the structure of students' personality (ecological and psychological aspect). *EurAsian Journal of BioSciences, 13*(2), 1867-1874.
- Goloshumova, G.S., Gribkova, O.V., Kidinov, A.V., Tkhuogo, M.M., Chernova, O.E., Telysheva, N.N. & Agadzhanova, E.R. (2019b). Specific features of life orientations among students and their interrelation with professional formation. *Revista Praxis Educacional, 15*(34), 673-682.
- Gorohova, V.V. & Gorohova I.V. (2016). The role of the media in the prevention of manifestations of religious extremism. *Bulletin of the Moscow University of the Ministry of Internal Affairs of Russia, 7*, 78-80.
- Kalinina, N.V., Zaretskiy, V.V., Salakhova, V.B., Artamonova, E.G., Efimova, O.I. & Lekareva,

- E.E. (2018). Psychological and pedagogical resources of security provision and prevention of internet risks and life threats among children and teenagers in the educational environment. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 8(8), 118-129.
- Klimova, E.M., Kamyshanov, A.A., Poruchkina, S.M., Zhilyaev, A.A., Ionkin, V.B., Mikhaylovsky, M.N. & Deberdeeva, N.A. (2018). Subjective factors of occupational mobility. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 8(12), 49-57.
- Kurbatov, V.I. (2009). *Conflictology*. Moscow: Phoenix.
- Labunskaya, V.A. (2018). *Ethnic Psychology*. Moscow: Infra-M.
- Mazur, E.Yu. & Antipova, A.E. (2018). Ways to resolve conflicts. *Magazine "World civilizations"*, 3(4), 1-6.
- Media: demand and performance evaluations. (2018). FOM - 2018. URL: <https://fom.ru/SMI-i-internet/> (Accessed 01.15.2020).
- Merton, R. (2006). *Social theory and social structure*. Moscow: KEEPER.
- Mitin, S.N., Kidinov, A.V., Fedotov, S.N., Leontev, M.G., Bolotova, A.K. & Kalinin, I.V. (2018). Modern models of career readiness. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 8(3), 78-86.
- Mitin, S.N., Shukshina, L.V., Bazhdanova, Yu.V., Koretskaya, I.A. & Vasyakin, B.S. (2017). Value and meaning attitudes as a factor of forming tolerant ethnic consciousness in the multicultural milieu of a higher education institution. *Eurasian Journal of Analytical Chemistry*, 12(7b), 1193-1200.
- Mitina, I.D. (2018). Specificity of determining and forming priority directions of regional cultural policy within the framework of sociology of culture. *Simbirsk Scientific Journal Vestnik*, 3(33), 72-77.
- Mitina, I.D., Vasyakin B.S., Pozharskaya, E.L., Berezhnaja, M.S., Khudyakova, T.L. & Kovaleva, N.B. (2017). The development of psychological and pedagogical support for the students' social and professional self-determination system. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 7(12), 275-285.
- Mitrofanenko, V.V. (2015). *Technologies for the implementation of youth policy in the field of law, labor and education: a training manual (lecture course)*. Stavropol: Publishing house of SKFU.

- Nurieva, D.A. (2015). *Russia in search of interethnic harmony: the evolution of tolerance on modern Russian television. Information field of modern Russia: practices and effects*. Kazan: Kazan University.
- Okhuni, H.S. & Martynova, T.N. (2014). Analysis of sociocultural aspects of the occurrence of interethnic conflicts in the youth environment. *Student Scientific Forum*, 1-15. URL: <https://scienceforum.ru/2014/article/2014002099>
- Parsons, T. (1967). *Sociological Theory and Modern Society*. New York: Free Press.
- Salakhova, V.B., Sidyacheva, N.V., Zotova, L.E., Klepach, Y.V., Rusyaeva, T.A., Belova, T.A. & Buevich, S.Y. (2018a). Specific Features of Normative Ideals and Individual Priorities of the Deviant Personality. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 8(5), 232-242.
- Salakhova, V.B., Sokolovskaya, I.E., Ulyanova, I.V., Karina, O.V. & Terekhova, A.I. (2019). Deviant behavior formation factors among students: aggressive behavior and internet risks. *Práxis Educacional*, 15(34), 683-694.
- Salakhova, V.B., Zaretskiy, V.V., Kalinina, N.V., Artamonova, E.G., Efimova, O.I. & Lekareva, E.E. (2018b). Existential psycho-correction of the value-meaning sphere of the personality of adolescents with deviant behavior. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 8(6), 294-302.
- Saveliev, D.S. (2017). Religious-cultural identity: deformation, preservation, development. *Sibirsk Scientific Journal Vestnik*, 3(29), 110-115.
- Simmel, G.R. (1916). *Einkunst philosophischer Versuch*. Leipzig: Wolf.
- Smith, A. (2007). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Amsterdam: MetaLibri Digital Library.
- Spencer, G. (1986). *Sociology as a subject of study*. St.Petersburg: A type. A. Jacobson.
- The level of xenophobia in Russia has reached a minimum. (2017). Levada Center. – 2017. URL: <https://www.levada.ru/2017/08/23/uroven-ksenofobii-v-rossii-dostig-minimuma/> (Accessed 01.15.2020).
- The study of ethnic conflicts in Russia by the Public Opinion Foundation. (2020). URL: <http://bd.fom.ru/report/map/d072725> (Accessed 01.14.2020).

The study of interethnic relations in the capital through the eyes of its inhabitants by the All-Russian Center for the Study of Public Opinion. (2020). URL: <https://wciom.ru/index.php?id=236&uid=2132> (Accessed 01.14.2020).

The study of intolerance and xenophobia by the analytical center "Levada Center". (2020). URL: <http://www.levada.ru/2016/10/11/intolerantnost-i-ksenofobiya/> (Accessed 01.14.2020).

The study of media and interethnic relations. (2020). URL: <http://ru.surveymonkey.com/s/RQQXTQP> (Accessed 01.15.2020).

Tishkov, V.A. (1997). *Essays on the theory and politics of ethnicity in Russia*. Moscow: Russian World.

Vikhryan, A.P., Gorohova, V.V., Gorohova, I.V., Erofeeva, M.A., Narbut, N.P., Puzanova, Zh.V. & Yunusov, A.M. (2015). *The methodology aimed at preventing the manifestations of terrorism and extremism among children and youth in the educational environment*. Moscow: RUDN.

Yadov, V.A. (1998). *Sociology in Russia*. Moscow: Publishing House of the Institute of Sociology RAS.

Zaprudsky, Yu.G. (1992). *Social conflict: political science analysis*: PhD Thesis. Rostov-on-Don: Rostov State University

EXPERIMENTAL LOGIC IN LEGAL ANALYSIS AND COMMUNICATION: THEORY AND PRACTICE

Joanna Osiejewicz¹

Abstract: The concept of experimental logic of John Dewey assumes that creativity and subjectivity are the basis of a complex system of legal institutions. The aim of the article is to discuss this concept, to show its assumptions in relation to legal reasoning and to justify, based on this concept, an experimental approach to solving legal problems. A lawyer who wants to go beyond matrix thinking must develop a certain mental and practical agility. Understanding and applying the experimental logic of John Dewey allows for achieving this agility. Although the reasoning based on the assumptions of formal logic is undoubtedly necessary in the work of a lawyer, any strict application of the syllogistic form is not appropriate, as it does not refer to the actual development of law. The dichotomy between theory and practice is completely illusory, since the solution of a legal problem must take into account all its aspects, not only its formal part.

Keywords: legal communication, experimental logic, legal analysis, legal reasoning, pragmatics.

Introduction

Pragmatic legal reasoning allows for a flexible approach to legal problems. Unlike formal logic based on the "if – then" syllogism, this method of analysis gives the opportunity to choose effective tools of reasoning and communication, tailored to the circumstances of the given case. A lawyer who wants to go beyond matrix thinking must develop some mental and practical agility. Understanding and applying the experimental logic of John Dewey (Mendell, 1994), an American philosopher creating at the turn of the 19th and 20th centuries allows for achieving this agility. His concept of pragmatic legal reasoning assumes that creativity and subjectivity are the foundation of a complex system of legal

¹ University of Warsaw, Szturmowa Street, 4, Warsaw, 02-678, Poland. E-mail: prof.osiejewicz@tanu.pro

institutions. Other systems of legal reasoning attempt to eliminate these aspects by constructing a strictly "scientific" system of legal theory. However, complex human reasoning in every area, including legal, is multifaceted and pragmatic in the fullest sense of these expressions. The goal of the article is to discuss the concept of J. Dewey's reasoning, to present its assumptions in relation to legal reasoning and to justify, based on this concept, an experimental approach to solving legal problems.

In his short essay entitled "Logical Method and the Law" John Dewey presented the theory aimed at offering those involved in the legal decision-making process "a single way of treating cases for certain purposes or consequences in spite of their diversity" (Dewey, 1924). According to Dewey, administrative officials, judges and lawyers should trust in experimental logic and be guided by the general principles considered useful for dealing with concrete legal problems (Dewey, 1924). In other words, by analyzing the consequences of legal reasoning in completed cases, the lawyer can formulate better decisions on cases she is currently working on. Dewey believed

991
that the analytical system that stands behind the common law is consequentialist. This means that the legal analysis and communication in this system are to be focused on final products and not on the process that leads to these products. This position is justified because the daily operation of the legal system seems to be based on practical aspects of how lawyers deal with specific cases in specific factual situations.

For Dewey (and other pragmatists (Levy, 1991)), human reasoning is a system of trial and error. According to the pragmatic concept, human beings work most efficiently when they are flexible enough to be able to try new ideas smoothly and flexibly. Thanks to this, they can draw on a wide range of conceptual schemes, using those that best suit the given situation. A specific analytical skill useful in a given situation may prove to be completely useless in another situation, not necessarily significantly different. One should then reach for another, more useful skill. Dewey believed that this kind of intellectual dexterity leads to the achievement of goals and the most rational and useful results. In his opinion,

this is the best reasoning, based on the so-called experimental logic.

Dewey believed that legal reasoning reflected a phenomenon he called "a common structure or pattern of human inquiry" (Dewey, 1938). In his opinion, legal reasoning is based on the general paradigm of human thinking: people use his "Renaissance" abilities in a similar way, regardless of the ventures they are involved in. The structure of reason is not, as some might suppose, fixed and abstract. Dewey parted from the rationalist philosophical tradition represented by Rene Descartes and Immanuel Kant and adopted a more fluid and practical form of thinking (Rorty, 1982), designed to follow a straight path to practical results rather than abstract concepts of mind or cognition, developed by other epistemologists and logicians. In simple language, thinking is good if it works. It works when, thanks to it, a person achieves what they want to achieve. Dewey did not agree with the rationalist tradition, emphasizing that there are closed, solid and true forms of intuition and logic on which the human mind rests. For Dewey, human reasoning is an experimental process of inquiry and reflection (Dewey, 1938).

Instead of focusing on the philosophy of mind, as rationalists did, Dewey perceived the human mind in the light of everyday experiences and orienting human knowledge to the goals or consequences of actions: "Search for the pattern of inquiry is not one instituted in the dark or at large. It is checked and controlled by knowledge of the kinds of inquiry that have and that have not worked; methods which (...) can be so compared as to yield reasoned or rational conclusions" (Dewey, 1938). He pointed out the need to ask practical, natural questions: "what would happen if I did it?", "What should I commit to?" (Rorty, 1982). In his opinion, one should not look for universal truths, but methods used here and now, which are the best methods available to achieve specific results (Dewey, 1938).

This position indicates a significant departure from traditional epistemology. Where it looks for logical constants, Dewey categorizes experience in a useful and practical way (Rorty, 1982) and determines the following stages of reasoning: (I) identifying an undefined situation; (II) localizing the problem; (III) determining a solution to the problem; (IV) reasoning regarding the solution; (V) the operational nature

of the importance of facts in solving the problem. A common structure or pattern of reasoning includes five logically separate steps that can be used to determine whether or not an action will be useful: (i) the difficulty experienced, (ii) its location and definition, (iii) options for a possible solution; (iv) reasoning about options, (v) further observation and experience leading to their acceptance or rejection (Rorty, 1982).

The steps in this process reflect the way in which people usually objectively and practically think about problems (Dewey, 1910). Importantly, Dewey does not propose a new way of thinking, but tries to describe the way that human beings usually think. Thanks to this, he wants to convince the recipient to take a more critical look at his analytical habits, which in turn will make him more competent in applying the analysis and more precise in using his skills. Legal reasoning within the meaning of Dewey's concept means applying Dewey's common pattern or structure of human reasoning to a particular intellectual domain, in this case – the law. Actors in the legal system use their analytical skills in resolving legal issues within the legal discourse

community. This contextual application is a consequence of the pragmatic nature of human reasoning, while the pattern of inquiry remains largely the same (Osiejewicz, 2020).

Theoretical Assumptions of Experimental Logic

Reasoning in all areas of human intellectual interest, including legal reasoning, begins to confirm the existence of an undefined situation. Recognizing that an unspecified situation exists is the first step in the investigation. It is about identifying an unspecified situation which should be considered to be related to the legal system. This means that the entire cognitive process depends on the recognition that we are dealing with a legal problem, as opposed to a political, scientific, social or technical problem (Neustadt and May, 1986).

When an undefined situation is considered a legal problem and thus placed in the appropriate reference field, the reasoning process can be continued (Rand, 2003). Prejudices are important at this stage. According to Dewey, the lawyer starts from the vague expectations of a certain application or at least alternative applications, and then

looks for the rules and data that will confirm the application or which will allow to choose between competing applications. Therefore, the lawyer starts with the "unclear conclusion" he intends to reach, of course for the benefit of the client, and then analyzes the facts so as to find material from which it is possible to construct favorable statements about the facts and formulate the premise. At the same time, they are looking for legal rules applicable in similar cases and principles justifying a particular perspective and the way of interpreting facts. The pattern of legal reasoning is based on the more general pattern of human reasoning and is purely pragmatic (Dewey, 1938; Dyrda, 2018).

The unclear conclusion Dewey is talking about is largely determined by the result that will be most beneficial for a particular client of a particular lawyer in the context of the legal problem encountered. As soon as a legal problem is identified and begins to form a specific legal issue, the first step of anyone who deals with legal reasoning is to highlight a likely conclusion or applications that will resolve the situation (Dewey, 1938). Relying largely on prejudices as to the likely (or at least possible) results of reasoning, the person making legal

decisions captures the legal problem in a way that favors initial unclear conclusions. According to Dewey, the way in which a problem arises is decisive for accepting or rejecting specific options (Rand, 2003). Consequently, the way the legal issue initially develops often decides on the outcome of the case, since at this stage a decision is made about the applicable law (Dewey, 1924). The law applies to facts, and the way facts are organized or expressed in a given case is determined by the law that will apply to this case (Rand, 2003). That is why it is so important to organize the facts in the most perfect way that will allow the most favorable legal regulations to be used.

The experimental logic described by Dewey involves a trial and error process that varies depending on the circumstances and even who is involved in the process. When actors in the legal system engage in the process of experimental investigation, they examine, evaluate and evaluate the data that they have at their disposal, using elements that they think work, and rejecting those that they think are not useful. Lawyers look for theories that match their case and their legal problems, evaluate the link between

these theories and the proposed results, and calculate whether the theories will lead to the desired result (Dewey, 1938). If they lead or can lead to desired results, lawyers will use them as analytical tools. If not, they will reject them in favor of more appropriate theories, more helpful in the given case. If it is necessary to resolve several intermediate problems before the final resolution of the case, the discussed process of shaping issues and applying appropriate regulations will proceed separately for each problem, as long as the case is sufficiently resolved.

Dewey began to discuss in detail the various aspects of experimental logic and its application in the sphere of legal reasoning, not because he considered it necessary to convince decision-makers to change their reasoning, but because he believed that they already act in this way. However, if he was right, then the question arises, why are law students in Europe not taught this process at universities? Why are we not talking about pragmatic reasoning as an integral part of the legal system? Dewey believed that legal decision makers maintain fiction to conceal the process actually used in legal decision making by the general public (Dewey, 1924). This

fiction is expressed in the idea that legal decisions must be taken in accordance with strictly formal logic principles having a syllogistic character (Dewey, 1924). Dewey believed that the logic that has the greatest historical value and exerts the greatest influence on legal decisions is due to syllogism. In his opinion, however, this is the logic of established forms, but not of methods of making intelligent decisions in specific situations or methods used in contentious issues (Dewey, 1924). Dewey doubted that such logic could actually be the heart of a highly developed legal system (Bix, 2004; Holmes, 1991).

In his view, legal reasoning based on it leads to mechanical case-law, in which legal provisions are automatically applied to factual situations in such a way as to determine the correct decision with absolute logical certainty. According to Dewey, this kind of syllogistic reasoning in law is neither possible nor desirable. Dewey did not deny that the spirit of Aristotle's formal logic is related to his theory of experimental logic. However, he did not agree with the strict application of the syllogistic form, because in his opinion there is a disproportion between actual legal development and the strict

requirements of logical theory based on syllogism (Dewey, 1924). Dewey identified the desire for logical formality with the need to strive for consistency (Muyumb, 2014). The use of previously prepared and known concepts gives a sense of stability: a guarantee of protection against sudden and arbitrary changes in rules that determine the consequences of actions. Dewey believed, however, that it was an illusory sense of protection, which is reinforced by the habit adopted once (Dewey, 1938).

The obligation to demonstrate formal, syllogistic logical consistency in the process of making legal decisions results from the habit, driven by its own internal inertia. Dewey believed that there was another kind of logic in the lawyer's work: logic of consistency (MacCormick, 1983). In an attempt to explain his alternative view, Dewey defined logical theory as a procedure used to make decisions in cases where subsequent experience shows that these were the best decisions that could be made under given conditions (Dewey, 1924). This allows for the rationalization of previous decisions. According to Dewey, legal rules should primarily create coherent generalized logical

systems based on consistency in the application of law. He admitted that there are situations in which formal logic may be applied in legal reasoning, however, he maintained that formal logical consistency should not be the main goal of the legal system. Formal logic should be used insofar as it serves pragmatic decision making. He consistently argued that the most important thing is to make the right legal decision, regardless of consistency or formal logic.

Dewey denied that Aristotle's logic was the basis for understanding the law. For Dewey, logic is a means of intellectual survey, analysis and insight, and can be modified, like other tools, when used in new conditions to achieve new goals. A constant and universal understanding of logic would be unreasonably restrictive, because arguments or logically consistent principles in the Aristotelian understanding could not change over time. Logical principles – regardless of their form – are tools that are never meant to become absolutely static. They must first of all be useful in practice, so that their use is justified (MacCormick, 1983). To the extent they are not useful, they should be rejected in favor of more

appropriate rules. Treating legal principles as abstract "systems" is counterproductive and makes the law mechanical and detached from its social function.

The concept of experimental logic and process that Dewey identified as the heart of this logic includes ways to systematically engage in legal reasoning to achieve effective results. The attractiveness of this theory is due to its design to give useful results and to solve practical legal problems. Naturally, we reason to achieve practical results. However, the awareness of the possibility of recognizing and distinguishing parts of the reasoning process should help us to make a more systematic, more purposeful and precise legal analysis. We are talking not about linear reasoning, but about a repetitive process, requiring looping of initial conceptualization and additional research as it progresses. This reasoning process allows a lawyer to use all the tools, both learned in law studies and acquired during professional practice as solving further legal problems. The usefulness of this reasoning is due to its flexibility.

Practical Application of Experimental Logic

Pragmatic logic was designed precisely to take into account the flexibility of reasoning, which can be traced by analyzing the lawyer's work on a legal problem. Solving the legal problem requires three stages of reasoning: diagnosis, forecasting and strategy preparation. Lawyers diagnose what is happening now or has happened in the past, forecast what will happen in the future and develop and implement strategies that affect future events. The lawyer diagnoses, wondering why certain events occurred (Why is the client more nervous about a small problem than a large one? Why was the service not carried out on time? Why is the other party in the negotiations unable to understand that the offer is good for both parties?). The lawyer predicts how others will respond to events (If the client files a lawsuit, who will win? How will the other party respond to the negotiation offer?) The lawyer defines the strategy by developing a plan to solve the problem.

When advising a client, he offers several options from which the client can choose the one that suits him best. In preparation for negotiations, he

develops a strategy that will allow the other party to agree as far as possible on the solutions proposed by his client (Amabile, 1996). Depending on the needs, he uses two types of reasoning: convergent or divergent (Gladwell, 2008). Convergent reasoning tends to narrow down the problem, to find the only right answer. It assumes the existence of a closed catalog of answers to a given question. Divergent reasoning is its opposite: it involves expanding inquiry by thinking in several directions at the same time to find more answers (or hypotheses or strategies). It assumes the existence of many answers to a given question (Elkins, 1996; Payton, 1985). The creative process of a lawyer's work can be conventionally divided into six stages, including diagnosis, prognosis and strategy (Krieger and Neumann, 2015):

1. Diagnosis of the problem and its definition.

This stage begins with the perception that things are not going well and corresponds to the perception of the "unclear situation" according to Dewey's concept. The lawyer sees the problem and his job is to focus on it before it starts to cause trouble. At this stage, it is

appropriate to actively look for problems instead of avoiding them.

2. Preparation: gathering and assessing information.

This stage involves identifying relevant legal regulations and facts in an open manner. An active approach to the problem and even aggressive curiosity are recommended.

3. Generating options: hypotheses or potential solutions.

When making a diagnosis, a lawyer should imagine potential explanations for the occurrences. When making a prognosis, a lawyer should imagine potential visions of the future. Potential diagnoses and forecasts are hypotheses about solutions to a legal problem. The more hypotheses or solutions a lawyer can generate, the greater the range of options he can use at later stages. At this stage, one only need to make a list, but do not verify or evaluate hypotheses or solutions – this will be the next step. Divergent reasoning is especially productive and useful when generating options.

4. Assessment of options: hypotheses or potential solutions.

If the lawyer made a diagnosis at the previous stage, he should now test every possible explanation to see if it

accurately results. If he was prognosing, he should now test each potential prognosis to estimate its probability. If he was creating strategies, his job was to test each plan for effectiveness: how best to achieve the client's goals, what is the cost and risk? In all three of these activities, one should look for specific facts and explanations for them, as well as evidence and laws. The question should be answered, what specifically confirms that the explanation is accurate (in the case of a diagnosis), that the prognosis is accurate (in the case of a prognosis) or that the plan will affect events (in the case of a strategy)? The lawyer should also look for negative evidence that could eliminate the options selected due to the inaccuracy of the diagnosis or the inaccuracy of the prognosis or the low probability of success of the strategy. It is reasonable to ask oneself the following questions: "If my hypothesis is true, what else must be true (or false)?", "If my strategy works, what facts, evidence or law have already existed (or not)?". The assessment of options is based on convergent reasoning, aimed at eliminating impractical options not supported by law or facts.

5. Deciding.

At this stage, the lawyer chooses the most accurate diagnosis, most likely prognosis or most effective strategy.

6. Operation.

If the decision is based on a diagnosis or prognosis, it should be communicated to the right recipients (for example, the client) or applied. If the decision is about choosing a strategy, the lawyer should implement it.

In practice, these six stages can only be segmented using a flexible approach. In accordance with the assumptions of experimental logic, the thinking process can circulate. For example, when assessing the hypothesis, the lawyer may need additional information. The lawyer then returns to preparation (stage 2) to obtain this information and then proceeds to the evaluation (stage 4). Along the way, it is possible to generate other potential solutions (stage 3). Action on solutions (stage 6) can, however, inspire the lawyer to generate options for other solutions (stage 3). Preparation (stage 2) and generation of options (stage 3) often take place at the same time, as do the option evaluation (stage 4) and the decision to choose one of them (stage 5).

The biggest challenge is generating and assessing options – partly because they require opposite skills. To generate as many solutions or hypotheses as possible, the lawyer needs to get rid of inhibitions and deactivate skepticism. At this stage, good ideas appear simultaneously with faulty ideas. However, premature criticism can block the flow of ideas – all good and bad – before their potential reaches the generator (Gilligan, 1993). Skepticism is valued by legal practice. However, a lawyer who is more adept at criticizing ideas than at creating them will be a less effective problem-solving tool. The opposition to generating options is their evaluation. It requires features that could weaken the generation of options: rigorous skepticism, a pragmatic sense of realism, the ability to accurately estimate risk and to deal with the fear that the idea may be radically missed. The same features that should be turned off by generating hypotheses and solutions must then be turned back on after submitting the full range of options and starting to evaluate them. When generating options, the lawyer should think freely and tolerate some intellectual chaos. However, during the assessment, he should change his

1000

approach and look at the solutions with the cold realism of who must take responsibility for success or failure.

Pragmatic experimental logic favors the search for inclusive solutions to legal problems, taking into account a wide spectrum of various factors (Gilligan, 1993). Carol Gilligan has put such a multi-faceted moral problem in her research, distinguishing between ethics of justice and ethics of care (Gilligan, 2014). The problem was based on the following facts: 1) Heinz's wife is sick and her life can be saved only with the help of a medicine whose cost exceeds the financial capacity of Heinz and his wife; 2) the local pharmacist refuses to lower the price of the medicine. Two eleven-year-old children, Jake and Amy, were asked to solve the problem, by answering the hypothetical question of whether Heinz should steal this too expensive drug to save his wife's life.

Jake replied that Heinz should steal the medicine. In his opinion, human life is worth more than money. He believed that the pharmacist could compensate himself for the amount he demanded later from wealthy clients, while Heinz could not recover his wife later if she died of lack of medicine.

According to Jake, if Heinz is caught, the court will probably acquit him. Jake said the Heinz dilemma was a "mathematical problem with people." He justified the theft through a hierarchy of goods: he saw the legal need to justify the theft, weighed the goods and decided on the superiority of one good over another.

Amy replied that Heinz should not steal the medicine. She recognized that besides theft, there could be other ways to get a medicine, such as borrowing money. According to Amy, neither Heinz should have stolen medicine, nor should his wife die. If Heinz had stolen the medicine, he might have saved his wife, but if he did, he would have to go to jail, and then his wife would become ill even more, and he would not be able to look after her and get more doses of the medicine. Heinz should therefore find another way to get money.

Jake's answer clearly stems from syllogistic considerations. In contrast, Amy focused on the relationship between Heinz and his wife and between Heinz and the pharmacist. She saw that his wife needed Heinz and that Heinz was caring for his wife. She tried to respond to the needs of the pharmacist in such a way as to maintain

1001
and not break the bond between the spouses. Amy based her moral judgment on the belief that if someone has a thing that will keep someone alive, it's not right not to give it to him. In her opinion, the problem is not that the pharmacist asserts his rights, but the lack of his reaction. Jake appealed to equality, reciprocity, justice and rights, while Amy pointed to relationship, non-harm, protection and reaction. Amy was looking for different options using divergent reasoning: Are Heinz and the pharmacist looking for other options such as credit transactions? Why can't Heinz and the pharmacist sit down and talk about the problem so that the pharmacist understands the importance of his wife's life to Heinz?

Amy's reasoning may seem naive, but in the light of experimental logic it should be considered more effective in solving the problem. Jake used convergent, hierarchical logic to determine which good has priority over which. Amy was intensively seeking a solution to the problem, not a way to assess who was right. The children were asked one and the same question, but each of them heard something different: Jake heard it as a question about hierarchical evaluation of results, while

Amy as a question about how to solve the problem. Amy saw that the problem did not necessarily require a resolution whose rights were more important. She resisted the restrictions imposed by the questioner. It generated a richer solution because it did not succumb to the prejudices arising from the way the question was formulated. Amy used an inclusive solution – she solved the problem by meeting the needs of everyone involved. Focusing on relationships helped her understand that Heinz would not free himself from his dilemma until the pharmacist was free from his own. Finding such a solution is possible based on the assumptions of experimental logic, while escaping the limitations resulting from the formal logic.

Conclusion

The results of a lawyer's work depend not only on his knowledge of the law, but also on skills that cannot be learned in law studies: a sense of how the client will react to the problem and proposals for its solution, predicting what decision the judge will make and assessing how clients, judges, witnesses and opponents as well as their lawyers will respond to actions taken. Reasoning

1002
based on the assumptions of formal logic is undoubtedly necessary in the work of a lawyer.

No less valuable and needed, however, is emotional intelligence and competences based on it, especially an empathic understanding of human nature. The solution of the problem must take into account all its aspects, not only its formal part. In legal reasoning, there should be a place for elements of experimental logic with its flexible and strictly utilitarian approach, completely negating the dichotomy between theory and practice.

Acknowledgements

The article is prepared in accordance with the thematic plan of research of the International Legal Communication Research Center at the University of Warsaw.

References:

- Amabile TH. (1996). *Creativity in context: update to the social psychology of creativity*. New York: Routledge.
- Bix B. (2004). *Jurisprudence: theory and context*. London: Sweet & Maxwell, 294.

Dewey J. (1910). *How we think*. Boston: D.C. Heath and Company.

Dewey J. (1924). Logical method and the law. *Cornell Law Review*, 10(17), 17-27.

Dewey J. (1938). *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt and Company.

Dyrda A. (2018). Realizm prawniczy a pozytywizm prawniczy, *Avant*, 11(1), 47-66. DOI: 10.26913/90102018.0103.0004.

Elkins J. (1996). *Thinking like a lawyer: second thoughts*. *Mercer Law Review*, 47, 511-523.

Gilligan C. (1993). *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press.

Gilligan C. (2014). Moral injury and the ethic of care: Reframing the Conversation about Differences. *Journal of Social Philosophy*, 45(1), 89-106.

Gladwell M. (2008). *Outliers: the story of success*. Boston: Little, Brown and Company.

Holmes OWJr. (1991). *The common law*. Mineola: Dover Publications.

Krieger S, Neumann R. (2015). *Essential lawyering skills*. Alphen aanden Rijn: Wolters Kluwer Law & Business.

Levy BH. (1991). *Anglo-American philosophy of law: an introduction to its development and outcome*. Brunswick and London: Transaction Publishers.

MacCormick N. (1983). On legal decisions and their consequences: from Dewey to Dworkin. *New York University Law Review*, 58, 239-255.

Mendell M. (1994). Dewey and the logic of legal reasoning. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 30(3), 575-635.

Muyumb W. (2014). „All safety is an illusion”: John Dewey, James Baldwin, and the Democratic Practice of Public Critique. In *Trained Capacities: John Dewey, Rhetoric, and Democratic Practice*. Columbia: The University of South Carolina Press.

Neustadt RE, May ER. (1986). *Thinking in time: the uses of history for decision-makers*. New York; Free Press.

Osiejewicz J. (2020). Transnational legal communication: towards comprehensible and consistent law. *Foundations of Science*. DOI: 10.1007/s10699-020-09655-3. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10699-020-09655-3>.

Payton S. (1985). *Is thinking like a lawyer enough?* *University of Michigan Journal of Law Reform*, 18, 233-236.

Rand JW. (2003). Understanding why good lawyers go bad: using case studies in teaching cognitive bias in legal decision-making. *Clinical Law Review*, 9, 751-752.

Rorty R. (1982). *Consequences of pragmatism*. Minnesota: Univ of Minnesota Press

CRIMINAL LIABILITY FOR THE TRAFFICKING IN COUNTERFEITED MEDICINAL PRODUCTS: PROBLEMS OF LEGISLATION AND ENFORCEMENT IN UKRAINE

Viktor Y. Konopelskyi¹

Valentyna O. Merkulova²

Oksana A. Hrytenko³

Liudmyla M. Kulyk⁴

Abstract: The paper focuses on consideration of factors of international, socio-economic and legal nature that determine the dynamics and content of criminal liability for trafficking in counterfeit medicines in Ukraine. Some discussion points, both theoretical and legal, concerning trafficking in counterfeit medicines are considered. Attention is drawn to the fact that counterfeits' volume is highly dependent on the amount of patent advertising of medicines, which is an appropriate benchmark for criminals who manufacture low-quality and unregistered medicines, mainly in underground handicraft production. Particular attention is paid to the ratio of counterfeiting and patent advertising of

medicines. It is investigated Art. 321-1 of the Criminal Code of Ukraine, in accordance with the perfection and clarity of legislative definitions, their compliance with requirements of systematic interrelation of criminal law provisions, justice principles and differentiation of criminal liability. It is proved that it is important to develop our own legislative and enforcement experience in the field of preventing the trafficking in of counterfeit medicines, systematic principled approaches in the part of regulatory legal formulations and their judicial interpretation during practical application. In particular, the improvement of the criminal law in terms of ensuring the clarity of penal provisions contained in Art. 321-1 of the

¹ Odessa State University of Internal Affairs, Uspenska Street, 1, Odessa, 65014, Ukraine. E-mail: vik-konopelskyi@uohk.com.cn

² Odessa State University of Internal Affairs, Uspenska Street, 1, Odessa, 65014, Ukraine

³ Odessa State University of Internal Affairs, Uspenska Street, 1, Odessa, 65014, Ukraine

⁴ Odessa State University of Internal Affairs, Uspenska Street, 1, Odessa, 65014, Ukraine

Criminal Code of Ukraine, as well as determining the place and role of the relevant article of the Criminal Code in the system of other criminal legal norms that affect the population health.

Keywords: counterfeiting, criminal liability, drugs, superpotent, toxic.

Introduction

The relevance of the chosen topic is determined by many factors of international, socio-economic, legal nature that will allow time, space and subjects of certain relations to determine the dynamics and content of criminal liability for trafficking in counterfeit medicines in Ukraine, to determine the problems of legislation in this part. At the time of enforcement of the new criminal legislation of Ukraine (Criminal code..., 2001), legal protection of safety of biological, physical, psychological state of both a person and an indefinite group of persons was considered mainly from the point of view of effectiveness of illicit trafficking, prevention of narcotic drugs, psychotropic substances, poisonous and potent substances, intoxicants, poisonous and potent drugs. However, the identified trends in the constant and significant annual increase

1006
in the demand of the population of Ukraine for medicines that were converted to consumer goods, used by the population both in cases of direct disease treatment, and in cases of their prevention – increased the relevance of these medicines' quality, opportunities volumes of trafficking in pharmaceutical market of low-quality, counterfeit medicines.

Since 2003, the problem of preventing admission to pharmaceutical market of counterfeit medicines in Ukraine has been recognized nationwide. The Resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine approved the program for combating production and distribution of counterfeit medicines for 2003-2008, which provides for significant strengthening of state regulatory functions, control over the quality of medicines at all stages of their trafficking (Program of fight against production..., 2003). However, in addition to certain organizational and functional deficiencies in activities of government agencies to prevent counterfeiting of medicines (lack of proper control over trafficking, quality, import of medicines; presence of large quantity of intermediaries in trade; conflict of

interests, corruption, etc.), there were also legal factors, including criminal law, that should work to prevent drug offenses. The lack of proper and effective legislation to prevent adulteration of medicines, and determination of relatively lenient administrative penalties for such activities, not least have led to sufficiently low rates in the fight against these offenses. Therefore, in 2011, the Verkhovna Rada of Ukraine adopted the Law of Ukraine "On Amendments to Certain Legislative Acts of Ukraine on Prevention of Counterfeiting of Medicines" (Law of Ukraine "On Amendments...", 2011), which amended the Criminal Code of Ukraine. Among other things, the Criminal Code was supplemented by Article 321-1, "Falsification of medicinal products or trafficking in counterfeit medicinal products". The relevance and appropriateness of such a decision by the legislator was exacerbated by the fact that Ukraine signed the MEDICRIME Convention (Council of Europe Convention..., 2011).

Considering the time that has elapsed since criminal liability for trafficking in counterfeit medicines in Ukraine has been put on the agenda, the

1007
question on accumulation of certain scientific knowledge about the current state of affairs of its implementation must be raised. This problem should reproduce the peculiarities of content and dynamics of its interconnected systemic components relating to international and social conditionality of establishing criminal liability, authentic content and nature of relevant existing criminal law provisions and directions for further improvement of the criminal law, and most importantly, the problems – provisions in criminal proceedings and sentencing.

Materials and Methods

The results of enforcement are one of the criteria that allows to know and evaluate the effectiveness and efficiency of criminalization and penalization of relevant socially dangerous actions. It is this data that reproduces current legal realities, hence the disadvantages and contradictions as legislative provisions, and problems of its modern judicial interpretation. It is considered the development of own law-making and law enforcement experience in the field of prevention of trafficking in counterfeit medicines, development of systematic principled approaches in the

part of regulatory legal formulations and their judicial interpretation during practical application.

The study included statistics from the State Service for Drugs and Drug Control, statistics on criminal offenses conducted by the National Police, and data from the Unified Register of Judgments on sentences for trafficking in counterfeit drugs. Historical method was used to determine the stages of criminal responsibility for trafficking in counterfeit medicines. Sociological and statistical methods were exploited for analyzing statistics published by the State Service for Drugs and Drug Control, Prosecutor General's Office of Ukraine for criminal offenses, which are pre-trial investigated by the National Police, data from the Unified Register of Judgments on Counterfeiting of Drugs. Method of systematic analysis was depleted to compare different regulatory acts regulating trafficking in counterfeit medicines.

Results and Discussion

The results of a comprehensive scientific study on the problems of counterfeiting and trafficking in counterfeit medicines, conducted by I.A. Kovalenko (2017) are important. Their

1008
importance for further research, law-making and enforcement activities in this field is enhanced by the fact that the author has explored a significant number of aspects (socio-economic, international, legal) that have provided an opportunity to determine the directions of further improvement of criminal law, to increase the effectiveness of enforcement.

V.O. Merkulova (2017a) analyzed separate problems of action's qualifications, the subject of which are poisonous, superpotent substances; poisonous, superpotent and counterfeit medicines, expedient definition in this conceptual apparatus' part, formulation of expanding directions of criminal liability for counterfeit medicines' trafficking. Special publications draw attention to increasing the relevance of problems related to delimitation of related criminal offenses, the ratio of their general and special structures. Special scientific publications analyze organizational and legal mechanism of counteracting the smuggling of counterfeit medicines (Avdeev, 2015), criminal-legal characteristics of objective and qualifying features of counterfeiting medicines (Baylov, 2013; Melnichuk, 2014), quality, safety and

adulteration of medicines (Varchenko, 2001), etc.

The importance of the problem under investigation is also proved by the fact that issue of expediency (impracticality) of establishing criminal liability for trafficking in counterfeit medicines became the subject of special journalistic investigations, which were based on the study of certain socio-economic indicators and relevant statistics, and reproduced public opinion on the state's opinion. In particular, articles by E. Aleksandrov (2018), Y. Butusov (2011), A. Deyev (2010), I. Lobusova (2017), O. Revenko (2019) deal with the problems of pharmacological market, ways of ensuring public health, negative trends in production and trafficking in medicines, the importance of the Internet drug trade. The appeal to the results of some journalistic research is due not least to the fact that to this day the number of issues remains significant, they do not have an unambiguous solution. The existence of certain theoretical and legal discussions concerning trafficking in counterfeit medicines only confirm complexity and multiplicity of the problems, confirm the need for their further in-depth scientific research.

1009

Discussion on the existence of grounds for criminalization of actions related to the trafficking in counterfeit medicines started in Ukraine on the eve of the Verkhovna Rada's decision on criminal liability for this. Extremely opposite statistics was provided, and accordingly their justification. The specialists' opinions depended on the sense of counterfeit medicines, whether the fact of mass trafficking in counterfeiting was acknowledged, and, accordingly, recognition of expediency of establishing criminal liability for such and so on. Accordingly, quite different indicators were called. According to some, low-quality and unregistered medicines account for only 1.5 – 1.8% of pharmaceutical market in Ukraine, most of which is the so-called "white counterfeit", which poses no health risk or counterfeit medicines (Deyev, 2010). However, more common is the position of scientists who believe that this figure ranges from 15 to 30% (Kovalenko, 2013). In the explanatory note to the Draft of Law of Ukraine On Amendments to Certain Laws of Ukraine on Prevention of Falsification of Medicines (Draft of Law of Ukraine..., 2010) 50% has already been stated.

Some idea about trafficking in counterfeit medicines is provided by statistics on some medicines withdrawn and destroyed by the State Inspectorate for Quality Control of Medicines in Ukraine. According to these data, in 2015, 323 orders were issued to prohibit trafficking of 289 names of substandard medicines; in 2016, accordingly, there were 231 orders for 293 titles; in 2017, there were 298 orders for 283 titles; in 2018 – 272 orders for 259 titles, in the first half of 2019 – there were 151 orders for 118 names (9). The indicators are more or less stable and indicate that almost every year, with respect to nearly three hundred medicines, there is a question of non-compliance with their standard quality requirements. Does this indicate the scale of the fakes? At first glance, no. Since, based on the total number of registered medicinal products (in particular, 12 567 medicinal products were registered) (State Register of Medicines..., 2020), the names of medicinal products detected as counterfeit is no more than 2.4%. However, these data do not reveal the fakes' scale, the quantity of packages of poor quality medicines. It is the latter indicator (given the high latency of these offenses and corruption component) that

1010
creates a greater risk of counterfeiting because it can indicate the number of potential victims. Thus, on the eve of criminal liability for trafficking in counterfeit medicines, it was stated that in 2010 the State Inspectorate for Seizure withdrew and destroyed 2.6 million packages of poor quality medicines in Ukraine (Butusov, 2011).

The statistics on pre-trial investigation of relevant criminal offenses and the case-law on this part do not add to the specificity and clarity of the matter. First of all, indicative is the data for 2018, which states that the number of reported criminal offenses in Ukraine under Art. 321-1 of the Criminal Code amounted to 38 cases; suspicion notification was served in 2 cases; proceedings are sent to court with an indictment on one criminal offense; proceedings are closed for seven criminal offenses. As a result, at the end of the reporting period no decision was taken on 37 criminal offenses (Statistics on criminal offenses..., 2020). Accordingly, the number of decisions taken by the courts of Ukraine under Art. 321-1 of the Criminal Code “Falsification of medicinal products or trafficking in counterfeit medicines” is relatively small. In the last five years

(2015-2019), fifteen sentences have been passed.

How many low-quality medicines do consumers in Ukraine buy? Is there a threat of mass uncontrolled production of counterfeit medicines? How dangerous is the situation with trafficking in counterfeit medicines in Ukraine today? Therefore, these and other related questions to date do not have specific answers as well as relevant statistics. However, we can come closer to a less objective assessment of the state of affairs in this area on the basis of an analysis of other socio-legal data that indirectly testify to the existence of significant problems in that area.

On the basis of certain generalization of socio-economic and legal factors that exist in countries that suffer from a large volume of low-quality, fake, counterfeit medicines, certain less typical tendencies that are peculiar to life activity of citizens of these countries are distinguished. Traditionally, counterfeit medicines have a wide trafficking scope where there is widespread demand for medicines, high prices are set, there is no domestic pharmaceutical industry, an inadequate control system, and there is an increase in volume of Internet

1011
commerce that is practically impossible to control. Attention is drawn to the fact that counterfeits' volume is highly dependent on amount of patent advertising of medicines, which is an appropriate benchmark for criminals who manufacture low-quality and unregistered medicines, mainly in underground artisanal production. If we turn to the national statistics, following these trends, as such, which indirectly indicate a significant trafficking of poor quality, counterfeit medicines, the authors should note the following.

The potential trends in sale of counterfeit, falsified substandard medicines in Ukraine can be demonstrated by the following trends observed in pharmaceutical market. The annual increase in sales of medicines is well in excess of 20%. So, in particular, in 2017 sales of all pharmacy basket products increased by 22.5% compared to 2016 and reached 89 billion hryvnias. In the medicines' market's structure, retail segment prevails, which, according to some data, is almost 85% (accordingly, hospital segment is within 15%), which indicates a considerable volume of sales of drugs through the pharmacy network. In particular, in

2017, retail sales reached USA \$ 3.3 billion (Kirilenko, 2019).

The drug sales network is growing quite rapidly and is confirmed by the data on pharmacies' quality, drug stores of some wholesale drug companies. In Ukraine, more than 500 wholesale companies are engaged in medicines' sale, which makes it practically impossible to effectively control storage and certification of medicines (Butusov, 2011). As of 2013, a large network of relevant entities has been selling medicines: 13,395 pharmacies, 593 pharmacy warehouses, 5.443 pharmacy points, 3,248 pharmacy stalls, where more than 80% of medicines are sold without a doctor's prescription (Kovalenko, 2013). It is argued that in 2009-2011 the number of applications for opening pharmacies increased almost threefold annually (Butusov, 2011).

Equally important is the ratio of the amount of counterfeits and patent advertising for medicines. After all, the advertising impact on motivational sphere of fraud is unconditional. It is precisely the prohibition of such advertising that both significantly reduces the fictitious demand for medicines and counterfeiting amount. It

1012
is therefore natural that in most European countries there is prohibition on medicines' advertising. However, in Ukraine, on the contrary, there is a reverse process in which we have the opportunity to be sure when watching any television program. Studies of this issue at the regional level (Odessa region) gave reason to claim that falsifications are the most commonly advertised medicines, which are the most used consumers (alcohol-containing substances; analgesics; antiseptic and antispasmodic substances; substances used in cardiology; antimicrobial agents; substances used in cardiology; meds used for colds, digestion enhancers, etc.) (Lobusova, 2017). According to the court sentences of Ukraine from 2015 till the first half of 2019 falsifications were subjected to "Ethyl alcohol – 96%", "Ethanol-96", "Festal", "Fluculd-N", "Teraflu against influenza and cold with lemon taste", "Pharmacetron", "Ketanov", "Botox®".

The risk of consumer receiving counterfeit medicines increases in direct proportion to the volume of medicines purchased online. According to the survey of households' access to the Internet, the State Statistics Committee

of Ukraine reports the following data: 72.2% of households in big cities and 61.3% in small cities use the Internet. Among the main purposes used by the Internet users are "health – medicines, medical services, nutrition tips" (Revenko, 2019). As already mentioned, one of the factors contributing to the forgery spread may be the presence of meds' high prices. According to various studies, meds' prices have increased significantly in recent years. Various indicators (from 30 to 50%) are called. Thus, in particular, according to regional data, the medicines' cost in the Odessa region increased by an average of 47% (Aleksandrov, 2018). So the cost has almost doubled and this increase applies to both domestic and imported medicines.

The falsification of medicinal products is mainly carried out in countries where there is no domestic pharmaceutical industry. Extending this view, it can be noted that this situation may also apply to those countries where domestic production is negligible. The data from the special studies confirm that such countries include Ukraine, in which most medicines are of foreign origin. According to some data, more than 70% (Kovalenko, 2013). In support of such a

1013
statement the data of the State Register of Medicines of Ukraine testify: as of May 2016, 12 567 medicines (3 774 domestic; 8 793 foreign) were (State Register of Medicines..., 2020). In addition, it should be borne in mind that about 600 manufacturers are sold on the Ukrainian pharmaceutical market, of which only 140 are Ukrainian enterprises (State Register of Medicines..., 2020). Accordingly, it is reasonable to argue that smuggling of goods through the customs border continues to be one of the main channels of counterfeit medicines' supply (Lobusova, 2017).

However, there is no less danger in the production of substandard and unregistered medicines in underground handicraft production, where large-scale illegal production of medicines with cheaper, substandard components, with non-observance of technologies, is most often occurring. According to the State Service for Medicines and Drug Control in Odessa region, in 2017, mostly counterfeit medicines are manufactured in underground workshops, at enterprises that are not licensed (Lobusova, 2017). The validity of this claim is also confirmed by our research regarding the relevant analysis of courts' sentences in

Ukraine in relation to persons who committed acts, provided for in Art. 321-1 of the Criminal Code, from 2015 to the first half of 2019 (more specifically in the following).

Aggregation of data on the rate of growth of drug trade, significant expansion of pharmacy network, distribution of medicinal products and their trade via the Internet (against background of lack of proper state control, corruption component and high latency of offenses) indirectly testify to the fact that trafficking in fake, counterfeit, poor-quality medicines in Ukraine not only pose a significant threat to public health, but also that the extent of this threat will increase. Therefore, the authors need to talk not only about the problems of criminal liability for trafficking in counterfeit medicines, but also to determine ways to further expand the scope of criminal law in this part.

Since Art. 321-1 of the Criminal Code is a novel, objectively raised questions at the level of specific scientific research on the perfection and clarity of legislative definitions, their compliance with the requirements of systematic interrelation of criminal law provisions, principles of justice and differentiation of criminal liability. The

subject of the analysis of scientists is correlation of content and essence of the main and qualified composition of crime, its individual features, problems of conceptual apparatus, the fair ratio of act's gravity and amount of criminal responsibility (punishment) for a given socially dangerous act.

On the basis of system-legal analysis and interpretation of content and essence of the current criminal law norms (in particular, dispositions, sanctions, incentive rules, notes, etc.), which as an object of crime contain indications of poisonous or potent drugs, falsified medicines. 305, 306, 321, 321-1 of the Criminal Code, scientists concluded that there were certain contradictions in them, lack of clarity and completeness in determining the grounds and conditions of criminal liability, need for further clearer differentiation and individualization of criminal responsibility and punishment for trafficking in counterfeit medicines measures depending on degree of offence's public danger (drugs health hazard), finally – feasibility significant extension of this responsibility. As a justification for the above, the authors propose to consider separate doctrinal provisions based on systematic analysis

of current criminal law conducted by I.A. Kovalenko, V.O. Merkulova.

Substantial change in the art. Art. 305, 306, 321 of the Criminal Code, in which, accordingly, the legislative novelty is the responsibility for smuggling of counterfeit medicinal products, for funds' using from trafficking in toxic or potent drugs, for trafficking in toxic or potent drugs. Emergence of a new Article 321-1KK, which establishes responsibility for adulteration of medicinal products or trafficking in counterfeit medicines (Criminal Code..., 2001), reinforced the relevance of a proper interpretation of legislative provisions in delimitation of related crime warehouses, clarity and consistency of these norms, both in terms of conceptual apparatus and in determining the appropriate list of actions to be criminalized. The Criminal law contains the same concepts (terms), which in terms of content may differ:

– the concepts of poisonous or potent substances in content and structure include poisonous and superpotent medicines (Art. 201);

– poisonous or potent substances and poisonous or superpotent medicines are already delineated (Art. 306, 321);

1015
– falsified medical measures are distinguished (Art. 305, 321-1); falsified medicinal measures are distinguished (Art. 305, 321-1) (Criminal Code..., 2001).

How appropriate is such a different content of these concepts in the criminal codes we have specified. This problem deserves further more thorough research not only from the point of view of comparing the considered norms as contiguous, but also in order to clarify certain features in the competition of general and special criminal law norms (Merkulova, 2017b). It is proved that establishment in 2011 of criminal liability for smuggling of counterfeit medicines (Art. 305), falsification of medicinal products or trafficking in counterfeit medicines (Art. 321-1) is only a partial solution to problem of criminalization of socially dangerous acts, the subject of which are counterfeit medicines (Criminal Code..., 2001). The complexity and versatility of controlling drug trafficking, insufficient level of effectiveness of certain governmental and organizational measures should be considered as a basis for expanding the scope of criminal-legal measures in relevant crime prevention, to be reproduced in establishing more severe

responsibility for all those types of criminal behavior. related to adulteration of medicines.

In a point of fact, particular importance should be given to the relevant predicate crimes in case of legalization (laundering) of proceeds from their trafficking, to the increased severity of punishment for funds' using from their sale. Modern socio-economic and legal factors testify to expediency of establishing criminal liability for legalization (laundering) of criminal proceeds from the trafficking in counterfeit medicines, and hence their definition as a crime subject in Art. 306 of the Criminal Code (except for toxic, superpotent medicines and other crime objects) (Merkulova, 2017b). Besides, among the problems of clarifying further directions of expanding the sphere of criminal regulation of relations, the subject of which are medicines, the question becomes more urgent of responsibility of legal entities for funds' using, obtained from trafficking in counterfeit medicines. It is a component of further and more in-depth study criminal grounds and conditions for establishing liability of an entity in the case of commission any actions by authorized person, the subject of which

1016
is counterfeit medicines (Kovalenko, 2017).

No less fundamental there are proposals for further differentiation of criminal liability depending on the quality of counterfeit medicines, the nature of their impact on person's life and health. The fact of safety, harmfulness, significant danger of counterfeit medicines should be taken into account during forming the main and aggravated especially aggravated crime, to influence the criminal responsibility and punishment. It is not meaningless the thought that signs and properties of special subject of a crime (availability of specialist knowledge, performing of professional duties in the field of health care) should be considered by legislator as aggravated ones (especially aggravated) circumstances that enhance the severity of criminal liability (Kovalenko, 2018).

At the same time, the content of criminal provisions, which determine the grounds for criminal liability for trafficking in counterfeit medicines, provides grounds for different scientific interpretation, and in accordance with discussion on the perfection of the current version of Art. 321-1 of the Criminal Code. In particular, on the basis

that legal literature some scientists distinguish "false" and "counterfeit", counterfeit products are not always false, which in the Convention (MEDICRIME) refers separately to the need to introduce criminal liability for manufacture of counterfeit medical products and trafficking in counterfeit medical products. It is proved the expediency of a clear delineation in the norm of false and counterfeit medicines, establishment of less stringent liability for falsification of medication data only, including copyright infringement (Kovalenko, 2017).

If the latter deserves support, then the allocation of counterfeit medicines in the content of Part 1 of Art. 321-1 of the Criminal Code is not appropriate. In this case, particular attention is paid to the factors that, in terms of etymological content and substance, counterfeit medicines in which external data on these products are counterfeit are a component of counterfeit medicines, when both medicines data and content of these counterfeits can be counterfeit. Thus, counterfeit medicines are a broader concept (social and legal category) that includes counterfeit medicines. This is confirmed by the content of the relevant

1017
international legal and domestic legislative provisions. In the Council of Europe Convention on the Suppression of the Falsification of Medical Products and Related Health Threatening Offenses (MEDICRIME), "falsification" is a fairly broad concept encompassing any falsification of documents relating to medical products, any unauthorized manufacture and supply of medicines and marketing of medical devices that do not meet certain requirements (Council of Europe Convention..., 2011). In addition, according to the legal definition in Art. 1 of the Law of Ukraine "On Medicines" the concept of "falsified medicines", this concept covers all cases of deliberate forgery of information about medicinal product entered in the State Register of Medicinal Products of Ukraine (non-identical marking, non-compliance with the registered composition, etc.) (Law of Ukraine "On Medicines" ..., 1996).

However, the study and analysis of court sentences of different regions of Ukraine for the last five years, which prove the acts' qualification and establish the guilt under Art. 321-1 of the Criminal Code "Falsification of medicinal products or trafficking in counterfeit medicinal products" provide

specific grounds for deepening the discussion on clarity and validity of the current version of main and aggravated crime (Part 1 and Part 2 of Art.321-1) Article which provides for liability for a qualified act (Part 2 of Art. 321-1) (Criminal Code..., 2001). In addition, there are significant differences in the court's interpretation of these provisions when considering the case and making relevant decisions.

First, we must address the problem of correlation of such concepts as "manufacture" and "production" of counterfeit medicines. "Manufacturing" is a component of main criminal offense (Part 1 of Art. 321-1) with a milder penalty (from three to five years in prison). At the same time, the legislator defines "production" in Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code as a qualifying feature, with a significant increase in the sentence severity (from five to eight years' imprisonment with property confiscation). This approach of the legislator provided the basis for some scientific discussion. In particular, I.A. Kovalenko believes that criminal-law value of alternative actions that make up the content of a socially dangerous act (production, manufacture, purchase, transportation, transfer, storage for sale,

1018
sale of deliberately falsified medicines) should be the same. The main essence of scientist's rationale is that one should follow a unified approach to those dispositions' design where the illicit trafficking in health dangerous substances (drugs, psychotropic substances, their analogues, precursors, poisonous or superpotent substances) medicines, etc. Accordingly, it is advisable to start a list of alternative actions that make up the content of transferring of counterfeit medicines in Part 1 of Art. 321-1 of the Criminal Code, on "production" (Kovalenko, 2017).

Certain considerations will allow to determine on the appropriateness of current version of the norm under consideration, regarding the different nature and comparative degree of danger of "manufacture" and "production" of counterfeit medicines. At first glance, etymologically, these two categories mean to make, produce, create any product (Ozhegov, 1988). Moreover, in the Resolution of the Plenum of the Supreme Court of Ukraine "On case law in cases of kidnapping and other illegal handling of weapons, ammunition, explosives, explosive devices or radioactive materials" (No. 3)

(Resolution of the Plenum..., 2002) under the illicit manufacture offered to understand any deliberate, committed without legal permission, actions for their creation (Pluzhnik, Kornienko, 2017). Therefore, the approach to interpreting the "manufacture" concept is quite broad. However, production has its essential characteristics: the result is obtained during a certain systematic production process, in the presence of certain production relationships, using production capacity, etc. In particular, in this sense is perceived the "production" of drugs – as a commercial industrial method of manufacturing certain substances in pharmaceutical enterprise (Melnik, Khavronyuk, 2008). It is therefore unconditional that the law must define these two concepts separately, since their substantive nature is different.

However, we believe it exists certain and significant difference in interpreting the content, nature and importance of each of the listed alternative actions of crime's objective side in relation to narcotic (psychotropic) substances compared to danger degree of committing similar actions in relation to counterfeit medicines. If the unlawfulness of committing actions means that they are committed in

1019
violation of current legislation, which establishes a special legal regime for their trafficking, then the mere fact of counterfeit medicines is illegal and criminal. The main difference and peculiarity in dealing with this issue must be related to medicines' properties that are the subject of a very important common use, the quality that a person hopes for during treatment or preventive measures. He/she does not expect danger. While drug use (abuse) occurs on a voluntary basis, there is aware of negative consequences of this for your own health (and even life).

Serial, systematic production of counterfeit medicines in large quantities, using production facilities, skilled personnel (specialists in the relevant field) is too dangerous for the population of Ukraine. Accordingly, the "production" of counterfeit medicines is much more dangerous, than all other alternative actions defined in Art. 321-1 of the Criminal Code. Therefore, this act should be regarded as more serious in relation to other alternative actions of crime's objective side and accordingly "production".

However, the domestic courts deciding on merits, formulating in motivating part of the sentence of

prosecution, specifying the specific act, place, time and method of committing it, have quite different approaches to interpreting such categories as "manufacture" and "production". Thus, the Judgment of the Berislav district court of Kherson region (2015), stated that A. had searched and adapted the premises for manufacturing falsified medicinal product (premises of the former milking block), purchased and installed the equipment for bottling alcohol. Actions were qualified under Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code as production (except for other actions – transportation, storage for the purpose of sale, sale of deliberately falsified medicines) (Judgment of the Berislav District Court of Kherson region..., 2015). A similar approach is observed in the Judgment of the Svyatoshinsky District Court of Kyiv (Judgment of the Svyatoshinsky District Court..., 2017): search and adjustment of premises, placement of equipment, purchase of raw materials, etc. are considered as components of "production" (Judgment of the Svyatoshinsky District Court..., 2017). In the Judgment of September 16, 2015, a judge of the Moscow District Court in Kharkiv described the actions that involved the garage rental, purchase

1020
and placement of the necessary equipment for counterfeiting "Lemon-flavored Teraflu and cold," as "production". However, the term "production" is often used in the meaning of a sentence (Judgment of the Moscow District Court..., 2015).

Thus, the practice of law enforcement proves the absence of clear, uniform understanding of content and nature of categories. However, this would be of little importance if the degree of public danger of these acts is identical. However, the separation by the legislator of "production" as a grave act, in principle, reinforces the importance of a proper interpretation of legislative provisions, since it is connected with the justice of criminal justice, conformity of punishment severity of act's gravity. Summarizing the content of sentences in this part allows us to note that substandard counterfeit medicines were manufactured mainly by handicrafts in the presence of appropriate equipment, which was installed in different premises (underground shops, garages, warehouses, etc.). Accordingly, such actions must be qualified as "manufacture" under Part 1 of Art. 321-1 of the Criminal Code.

Practice proves that no evidence of long-term health disorder, death of person or other grave consequences has been identified. It is difficult to prove these qualified and especially qualified traits without having objective data on results of the adverse effects of counterfeit medicines on people's health. There is virtually no question of taking actions of a particularly large size that are more inherent in the use of production capacity. Only in one sentence do actions qualify for attribute (among others) as having been committed in large sizes. The fact that the law does not specify what we mean by "large" and "especially large" amounts of the harm caused, increases the value of judicial discretion. Thus, according to the Judgment of the Moscow District Court of Kharkiv of January 27, 2016, the amount of "Teraflu from cold and cold with lemon flavor" (6,642 bags), "Pharmacetron" (total 9,653 bags) were withdrawn at market value for the amount 204.349, 95 UAH. They are recognized as a large-scale act (Judgment of the Moscow District Court of Kharkiv..., 2016).

In almost 74% of cases during the analyzed period, the qualification of acting in court sentences was the same –

1021
under Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code, even if the act was regarded as "manufacture" of counterfeit medicines. The reason for this decision was that in all cases there was a criminal offense based on complicity – a group of persons by prior conspiracy. There had been a preliminary conspiracy of at least three persons who not only had previously agreed to commit it, but also shared functions among the group members. In some cases, it is indicated that not all group members are established. The quantitative sign of complicity (three or more persons) and the fact of division of functions indicate the fact of committing a socially dangerous act by an organized group.

However, only two of the fifteen sentences referred to the qualification of an act as committed by an organized group, which again testifies to different approaches to interpreting and substantiating the identified and proven qualified characteristics of a crime. In addition, we should pay attention to the fact that the situation becomes typical when several qualifying circumstances in perpetrator's actions (organized group, production, large size) lead to such liability that would be borne by a person if available of only one of

these circumstances. After all, all these features are provided in the same rule (Part 2 of Art. 321-1) (Criminal Code..., 2001). The absorption effect works. Therefore, there is no reason to consider questionable justice of such criminal justice in terms of proportionality of gravity of the committed and punishment severity. In this regard, it is necessary to approach the basic differentiation, qualified and especially qualified composition of a crime in a more differentiated manner, taking into account the peculiarities of act committing in Ukraine (for example, to distinguish a feature – committing an act within an organized group).

However, the largest amount of issues concerns the court's order of sentencing. Carrying out a general systematic legal analysis of the facts contained in motivating and resolute part of a sentence, which give a definite idea of the current tendencies in domestic judicial interpretation of relevant criminal legal provisions, in terms of their compliance with punishment principles, release gives reason to conclude that there are problems of a purely enforceable nature.

The consideration result of respective criminal proceedings for the

1022
period from 2015 to the first half of 2019 was that the court passed acquitting Judgment in one case, in three cases the court applied Part 1 of Art. 321-1 of the Criminal Code, in 11 sentences (74%) the court proved the need to qualify the action under part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code, which determines the penalty for manufacture, purchase, trafficking, storage for sale, sale of deliberately falsified medicinal products, committed with qualifying circumstances (by prior conspiracy a group of persons, in large size, committed a long breakdown) as well as manufacture of counterfeit medicines. The sanction provides for a sentence of imprisonment of five to eight years with property confiscation. Given the current version of law sanction, the authors should emphasize that property confiscation is defined as mandatory additional punishment, which significantly increases the severity of criminal repression.

However, only when considering two cases under Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code the court concluded that it was advisable to serve the court sentence (more than six years of imprisonment with property confiscation in one case, with

confiscation of counterfeit medicines in another). In all other cases, the court, proving the guilt of a person under Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code, decides on release from serving a sentence on the basis of Art. 75 of the Criminal Code. It should be noted that a similar decision was made in respect of convicts under Part 1 of Art. 321-1 of the Criminal Code. In almost all cases, such a decision was made on the basis of approval of plea agreement: a sentence of imprisonment of no more than five years was agreed and the very fact of release from serving a probation sentence. It draws attention to the fact that, under virtually the same conditions (qualification of action under Part 2 of Article 231-1 of the Criminal Code, existence of plea agreement, the existence of mitigating circumstances), the court establishes quite different periods of trial. The probationary period ranges from 1 to 3 years. However, the duties imposed on the court by a person exempt from serving a sentence are virtually the same in all cases: appearing periodically for registration with probation authority, informing the probation authority of residence change, work and study (Part 1 of Art.76), not to travel outside Ukraine without

1023
agreement with the authorized body for probation (Part 2 of Art. 76) (Criminal Code..., 2001). Therefore, first of all, these are the duties which the court is obliged to place on the guilty person (except the latter). Consequently, no other person's responsibilities as defined in paragraphs 1, 3-6, p. 2 of Art. 76 of the Criminal Code, as such, which should enhance the educational impact of probation on released person.

In most cases, the court also makes a decision to confiscate counterfeit medicines, or states “without confiscation of counterfeit medicines”, although the sanction does not specify special confiscation. This approach of the court can be justified by provisions of the General Part of the Criminal Code on the grounds and procedure for using of special confiscation (Art. 96-1, 96-2), which prove the validity of such court decisions in the case of intentional act, for which punishment as imprisonment is provided. However, if the crime object were the means, they were the means or instrument of committing crime.

A more significant problem is the other: in almost all cases of conviction under Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code either does not mention the property confiscation at all,

or its non-application is connected with the agreement of a certain type of punishment (without confiscation), or the very fact of exemption from punishment on the basis of Art. 75-77 of the Criminal Code. The latter is a typical decision of the Darnytskyi District Court of Kyiv of March 11, 2019, which states that a person has been found guilty of committing a crime under Part 2 of Art. 321-1 of the Criminal Code, assigned to it by the parties to agreement on recognition of guilt of punishment for five years of imprisonment with property confiscation. Apply Art. 75, 77 of the Criminal Code and release from punishment with a trial period of 3 years without confiscation of property (Judgment of the Darnytsia District Court..., 2019).

This decision gives reason to believe that, firstly, the punishment which implies confiscation of property may be agreed; secondly, that on the basis of Art. Art. 75, 77 of the Criminal Code can be exempted from property confiscation. This approach is not justified in interpreting existing legislation. The subject of reconciliation must be both legal qualification with indication of the relevant article and punishment specified in sanction of this

1024
article (Art. 472) (Criminal Procedure Code of Ukraine..., 2018).

Accordingly, if the fact of conviction under Part 2 of Article 321-1 of the Criminal Code is agreed, the minimum punishment in this case is imprisonment for a term of five years with confiscation of property, however, if you are guided by the complex content of Part 2 of Article 75 of the Criminal Code. It refers to the possibility of agreement (on the basis of approval of plea agreement) release from serving a sentence of probation and the content of Article 77 of the Criminal Code, which determines the types of additional punishments that can be applied in the case of release with probation. The authors conclude that a person who has been punished with confiscation of property (even if the plea agreement is approved) cannot be released. Article 75, 77 of the Criminal Code) shall not be grounds for exemption from this additional punishment, but a court may only on the basis of Art. 69 of the Criminal Code in the presence of several circumstances that mitigate punishment and significantly reduce the act's severity. However, only one sentence – the judgment of the Shevchenkivsky District Court of Zaporizhzhia of

November 15, 2018 states that according to Part 1 of Art. 69 of the Criminal Code, in the presence of several circumstances that mitigate punishment and significantly reduce the severity of an act committed, the guilty person may not impose additional punishment a confiscation of property (Judgment of the Shevchenkivsky District Court..., 2018). Therefore, in our opinion, there is a breach of the systemic link between the provisions of the General and Special Part of the Criminal Code.

Conclusions

Summarizing the above the authors should emphasize the following. Statistical data on the activity of state bodies in the field of quality control of medicinal products, the results of pre-trial investigation and trial of criminal offenses in the sphere of trafficking in counterfeit medicines, certain trends in development of pharmaceutical market, etc. prove the objective conditionality and timeliness of activity criminalization under consideration in Ukraine. The materiality of trafficking in counterfeit medicines' harm (real and potential) should be assessed taking into account a significant number of negative factors that affect this action prevalence

1025
(uncontrolled trafficking, without prescription implementation of the vast majority of medicines, latency, corruption). Accordingly, the degree of social danger of action in today's rather complex period of life of society in Ukraine will only increase.

In this regard, it is important to develop our own legislative and enforcement experience in preventing trafficking in counterfeit medicines, to develop systematic, principled approaches to regulatory formulations and their judicial interpretation during practical application. In particular, the improvement of criminal law should be aimed at ensuring the clarity of criminal law provisions contained in Art. 321-1 of the Criminal Code, apply to both dispositions and sanctions. The main direction of improvement should be to clarify the characteristics of basic and qualified, especially the qualified composition of the criminal offense. Bringing the legislative provisions in line with differentiation principle of liability makes the relevance of punishment's severity of more relevant to properties of counterfeit medicines (their degree of health danger), characteristics of crime subject, cohesion degree of accomplices, etc. The spread of

sphere of acts' criminalization, which are the subject of counterfeit medicines, must be reproduced in establishment of criminal liability of legal entities for legalization (laundering) of criminal proceeds from trafficking in counterfeit medicines.

Equally relevant is the question of determining the place and role of Art. 321-1 of the Criminal Code in the system of other criminal law norms that affect the population health. The similar (in some cases the same) object and object of assault determine the relationship between the actions, which can be correlated as related crime, as general and special crime. The importance in determining both similar and demarcating features inherent in actions, whose responsibility under Art. 201, 209, 305, 306, 321, 321-1 of the Criminal Code. Substantial changes in the wording of relevant criminal law provisions, the formulation of new crime scenes enhance the relevance of their proper interpretation both in theory and in law during the acts' qualification, demarcation of adjacent crime scenes, solving the issue of competition between general and special norms, etc. After all, if there are system-forming links in criminal law provisions, it is necessary to

1026

pay attention to these connections, to take into account their essence when interpreting the criminal law.

The study of current case law on the adoption of sentences and penalties imposition for trafficking in counterfeit medicines proves that there are significant problems in law enforcement, in approaches to interpret the current legislation. Failure to comply with the principle of criminal law regarding the ratio of mitigating and aggravating circumstances, taking into account the ratio of the sanction of the article and the order of exemption from probation, value of confiscation as additional punishment, the ratio of confiscation and special confiscation, etc., are indicated. All of these issues should be the subject of a more in-depth study, since there are significant differences in the assessment of practically similar (in some cases identical) acts' circumstances, facts of misinterpretation of the current criminal legislation. Which indicates the urgent need for some generalization of court decisions and the provision of appropriate recommendations to the courts.

References

Aleksandrov E. (2018). Who benefits from the health of the inhabitants of Odesa? *Odesa Life*, 2, 10-21.

Avdeev OR. (2015). Organizational and legal mechanism of counteraction to smuggling of narcotic substances and counterfeit drugs in the EU. *Scientific Bulletin of Uzhgorod National University: Law*. Helvetika Publishing House, 3(34), 7-12.

Baylov AV. (2013). Criminal characteristics of qualifying signs of adulteration of medicinal products or trafficking in counterfeit medicines. *Bulletin of the Criminological Association of Ukraine*, 5, 27-33.

Butusov Y. (2011). Pharmacology: criminal business No. 1. *The Mirror of the Week*, 18. https://zn.ua/POLITICS/farmakologiya_kriminalnyy_biznes_1.html

Council of Europe Convention on Counterfeiting of Medical Devices and Related Crimes Threatening the Health of the People (2011). https://www.edqm.eu/sites/default/files/handbook_for_parliamentarians-medicrime-russian.pdf

Criminal code of Ukraine. (2001). <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2341-14/ed20010405>

1027
Deyev A. (2010). Fake medicines is falsification of problem. *The Mirror of the Week*, 44. https://zn.ua/HEALTH/poddelka_lekars_tv_falsifikatsiya_problemy.html

Draft of Law of Ukraine on Amendments to Certain Laws of Ukraine on Prevention of Falsification of Medicines. (2010).

http://w1.c1.rada.gov.ua/pls/zweb2/webproc4_1?pf3511=38579

Criminal Procedure Code of Ukraine: current legislation as amended and supplemented.

<https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/4651-17>

Judgment of the Berislav District Court of Kherson region, 26.01.2015. Case No. 647/2502/13-к. (2015). <http://www.reyestr.court.gov.ua/Review/42472528>

Judgment of the Darnytsia District Court, Kyiv, March 11, 2019. Case No. 753/25050/18. (2019). <http://www.reyestr.court.gov.ua/Review/>

Judgment of the Moscow District Court of Kharkiv, 27.01.2016. Case. No. 643/12970/15-k. (2016). <http://www.reyestr.court.gov.ua/Review/50752895>

Judgment of the Moscow District Court, Kharkiv, September 16, 2015. Case No. 643/15936/15-К. (2015).

<http://www.reyestr.court.gov.ua/Review/50752895>

Judgment of the Shevchenkivsky District Court, Zaporizhzhia, November 15, 2018. Case No. 331/3503/18. (2018).

<http://www.reyestr.court.gov.ua/Review>

Judgment of the Svyatoshinsky District Court, Kyiv, April 19, 2017. Case No. 759/3528/17. (2017).

<http://www.reyestr.court.gov.ua/Review/>

Kirilenko T. (2019). The game of betting. How Local Authorities Give Competitive Preference to Utility Pharmacies over Rents. The Mirror of the Week, 9(405).

<https://dt.ua/business/gra-na-stavkah-304821.html>

Kovalenko IA. (2013). Counterfeiting of medicines: a problem statement. Customs Business, 5(89), 115-120.

http://nbuv.gov.ua/UJRN/Ms_2013_5%281%29_19

Kovalenko IA. (2017). Criminal responsibility for falsification and trafficking in counterfeit medicine. Odessa: National University "Odessa Law Academy".

1028
Kovalenko IA. (2018). Counterfeiting and trafficking in counterfeit medicines: a criminal investigation. Odessa: Helvetica. 232 p.

Law of Ukraine "On Amendments to Certain Legislative Acts of Ukraine on Prevention of Counterfeiting of Medicines". (2011).

<https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/3718-17/ed20110908>

Law of Ukraine "On Medicines". (1996). Art. 86.

<https://zakon.rada.gov.ua/laws/card/123/96-%D0%B2%D1%80>

Lobusova I. (2017). Counterfeit medicines: how to avoid them? Odessa Life, 49. <https://odessa-life.od.ua/article/8743-poddelnye-lekarstva-kak-ot-nih-uberechsia>

Melnichuk VM. (2014). Qualification of adulteration of medicines and trafficking in counterfeit medicines. Bulletin of the Academy of Advocates of Ukraine, 11(2), 92-101.

Melnyk MI, Khavronyuk MI. (2008). Scientific-practical commentary of the Criminal Code of Ukraine. Kyiv: Yurydychna dumka. 1216 p.

Merkulova VO. (2017a). Poisonous, potent substances, poisonous, potent and counterfeit medicines as a subject of related crime: some aspects of further

improvement of current criminal legislation. South Ukrainian Law Journal, 2, 23-27.

Merkulova VO. (2017b). Legalization of proceeds from the trafficking in poisonous or potent drugs, trafficking in counterfeit drugs: the ratio of general and special crime rates. South Ukrainian Law Journal, 1, 120-125.

Ozhegov SI. (1988). Dictionary of Russian language. Moscow: Russkiy yazuk, 750 p.

Pluzhnik OI, Kornienko MV. (2017). Crimes against the public order and public safety. Odessa: OSUIA, 129 p.

Program of fight against production and distribution of counterfeit medicines for 2003-2008: Resolution of the Cabinet of Ministers of Ukraine. (2003). <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1075-2003-%D0%BF>

Resolution of the Plenum of the Supreme Court of Ukraine “On case law in cases of kidnapping and other illegal handling of weapons, ammunition, explosives, explosive devices or radioactive materials” (2002).

<https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/v0003700-02>

Revenko A. (2019). How we live: Internet access and durability. The Mirror of the Week, 15(411).

https://zn.ua/social_security/kak-my-zhivem-315331.html

State Register of Medicines of Ukraine. Information Fund (2020). <http://www.drlz.com.ua/>

Statistics on criminal offenses conducted by the National Police by pre-trial investigation (2020). <https://www.gp.gov.ua/ua/index.html>

Varchenko V. (2001). The problem of medication falsification. Bulletin of Pharmacology and Pharmacy, 1-2, 6-7

RIGHT TO FREEDOM OF EXPRESSION IN CONDITIONS OF INFORMATION TECHNOLOGIES DEVELOPMENT

Leonid O. Iemets¹

Alla H. Pyshna²

Kateryna V. Hridina³

Abstract: The relevance of the study is stipulated by the need to rethink the essence and content of the right to Freedom of expression, which by virtue of the development of information technology has acquired new values in the information society. The development of the Internet has fostered the emergence of new human rights related to the right to Freedom of expression. The purpose of the article is to summarize existing approaches to understanding the Right to Freedom of expression, to identify correlation with other rights, taking into account the impact of information technology development on human rights, and to formulate provisions that may be basis for improving the legislation and activities of public authorities as to certain rights provision. The study is based on a dialectical approach, which necessitates the clarification of certain

aspects of the formation and development of the Right to Freedom of expression and its interrelation with other human rights. As a result of the study it is found that the Right to Freedom of expression was significantly influenced by the development of the Internet. The Internet has become a factor in the formation of a new generation of human rights, which are expedient to call digital rights. These rights include the right to be forgotten, the right to access to the Internet. The main provisions of the article can be used for further study of the right to Freedom of expression and digital rights, and can also be useful for non-governmental human rights organizations and public authorities to strengthen human rights guarantees.

Dniprovskii University of the Humanities, Yermolova Street, 35, Dnipro, 49033, Ukraine. E-mail: ¹ l.o.iemets@tanu.pro

Odessa State University of Internal Affairs, Uspenska Street, 1, Odessa, 65014, Ukraine²

Dnipropetrovsk State University of Internal Affairs, Gagarin Avenue, 26, Dnipro, 49005, Ukraine³

Keywords: human rights, the Internet, digital rights, criminal investigation, proportionality.

Introduction

The right to Freedom of expression is one of recognized internationally human rights. Freedom of expression is enshrined in the Universal Declaration of Human Rights (1948), the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950), and the International Covenant on Civil and Political Rights (1966). Like any human right, Freedom of expression is fundamental, natural, and inalienable. The Right to Freedom of expression provides the implementation of fundamental needs, describes the autonomy of the individual. Without this right, a person ceases to be a person in a social sense (the axiological aspect of law and human rights has been systematically covered by A. Kuchuk, L. Serdiuk, and Y. Zavhorodnia (Kuchuk et al., 2019)). The Right to Freedom of expression is seen as a fundamental value in a democratic society (Restrepo, 2013), a means of political regulation and social control (Richard and John, 2019). Although it is worth emphasizing that there are some cultural differences in

1031
defining the role of Freedom of expression, in particular within individualist cultures and collectivist cultures. This provision became the basis of researches by M.J. Alvarez and M. Kimmelmeier (Alvarez and Kimmelmeier, 2018).

The Right to Freedom of expression ensures the pluralism of views within society, which is a factor for its improvement and development, preserves the multiculturalism in the world, allowing society to control public authorities. Democracy is not just about the participation of population in the elections of public authorities, and in the development of its institutions. Democracy envisages such social interaction, which creates opportunities for development not only of society but of every individual as well.

However, in the information society the Right to Freedom of expression acquires new connotations, which necessitates a rethinking of the content and essence of this right. Thus, the development of information technology has a predominantly positive impact on the implementation of human rights (including Freedom of expression), however, these technologies can also be used to limit human rights.

Human rights are exposed to additional risks because of the development of information technology (Coccoli, 2017). P. Astuti (2016) notes that it is the Internet that is the decisive factor in the election results in a number of states, and the development of technology can be a factor in restructuring political system. A. Zakharchenko, Y. Maksimtsova, V. Iurchenko, V. Shevchenko, S. Fedushko elucidated the impact of social networks on the 2019 presidential election in Ukraine (Zakharchenko et al., 2019). P.N. Howard, B. Kollanyi, S. Bradshaw, L.-M. Neudert explored the use of social networks to influence over the election of the President of the United States of America (Howard et al., 2017).

“The Internet is now perhaps the most important platform for the expression of opinions and the spread of information, and provides a multitude of opportunities for a wide variety of forms of association” – avouches J. Tomalty (2017). The issue of the emergence of a new generation of human rights – digital rights, is discussed in the scientific literature (Coccoli, 2017), Internet Access Rights (Penney, 2011; Tomalty, 2017), freedom to connect – to anyone, anytime, anywhere, for anything (Conners, 1997). Thus, the issue of the

1032
right to Freedom of expression in the context of information technology development is relevant and needs research. Particular attention is needed to such its aspects as essence, and correlation to other rights.

Therefore, the purpose of this article is to summarize existing approaches to understanding the Right to Freedom of expression (including the practice of the European Court of Human Rights), to identify correlation to other rights, taking into account the impact of information technology development on human rights, and to formulate provisions that may be the basis for improving the legislation and public authorities’ activities as to implementation of appropriate rights.

Research Methodology

The study is based on a dialectical approach, which necessitates the clarification of certain aspects of the formation and development of the Right to Freedom of expression and its interconnection with other human rights. The methodology of the Right to Freedom of expression is based on the provisions of the Natural School of Law, which interprets human rights as fundamental, natural, inalienable and

equal human being possibilities, which are necessary for a human being existence and development.

It is within the natural grasp of law that one is able to ascertain the essential nature of human rights. According to the normativistic understanding of law, which still prevails in the post-soviet space, human rights are perceived as a result of the will of the state enshrined in the law, so if there is a law, then there is law, if there is no the law – human right is absent. This approach denies also established in the Western legal tradition approach to the legitimacy of the restriction of human rights, which in addition to legality includes two other elements (legitimate aim and proportionality).

The use of a systemic approach allowed the Right to Freedom of expression to be linked to the right to education, the right to peaceful ownership of property, Freedom of assembly and association and Right to respect for private and family life, and to single out the Internet as a factor in shaping the new generation of human rights – digital rights.

The content of Right to Freedom of expression elucidation, formulation of the basic provisions and

conclusions are done using logical methods of analysis and synthesis.

The practice of the European Court of Human Rights was examined using the content analysis. The decisions of the European Court of Human Rights in cases against Azerbaijan, Finland, France, Germany, Greece, Poland, San Marino, Switzerland, Turkey, Ukraine, and the United Kingdom are analyzed in the paper.

The study of these decisions was also carried out using the hermeneutical method.

Results and Discussion

The Right to Freedom of expression is an integral part of democracy. This right is universal, fundamental, natural and inalienable. It is enshrined in a number of international treaties, including Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950). The Right to Freedom of expression is being in a constant focus of scientists' attention. (Restrepo, 2013; Tomalty, 2017; Richard and John, 2019). Without this right, the development of society is impossible, since development implies views pluralism.

The Right to Freedom of expression has been greatly influenced by the development of the Internet. It is possible to note the binary nature of this influence. On the one hand, the Internet has become an additional guarantee of the Right to Freedom of expression (by expanding ability to be heard, by increasing its target audience and by removing territorial limitations), and on the other hand, the Internet has furthered to hate speech spread within society, which exacerbates tension within society and granting public authority with the additional arguments to restrict the Right to Freedom of expression. The substantial influence of the Internet on the Right to Freedom of expression is related to the following its capabilities as globality, online mode, asynchrony, a large number of users.

The wide-ranging implementation of the Right to Freedom of expression in an information society places additional obligations of the control beyond the exercise of this right and to hold individuals accountable for their violation. The Right to Freedom of expression is not absolute. Public authorities may restrict it based on the following criteria: 1) Freedom of expression restriction should be based on

1034
the law; 2) there should be a legal purpose for such restriction; 3) there should be a real necessity of such a restriction within a democratic society. The practice of the European Court of Human Rights indicates that most often states do not comply with the third criterion. National authorities apply disproportionate restrictions on the implementation of Freedom of expression. The Right to Freedom of expression does not cover hate speech.

The Right to Freedom of expression is related to other rights, including the Right to respect for private and family life. The privacy of public persons is narrower than that of other people. The development of the Internet has become a factor in formation of a new generation of human rights, which are expedient to call digital rights. These rights include the right to be forgotten, the right to access to the Internet. The issue of digital rights should be the subject of scholarly analysis, since these rights necessitate a rethinking of human rights theory.

Essence of the Right to Freedom of Expression

Art. 19 of the Universal Declaration of Human Rights (1948)

states that “Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers”. This provision is specified in Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950) and Art. 19 of the International Covenant on Civil and Political Rights (1966). Given a great number of judgments of the European Court of Human Rights under Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, it is this instrument that we focus our attention on.

It should be noted that the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950) provides for the Freedom of thought, conscience and religion protection (p. 9). This article guarantees freedom to observe or not to hold religious beliefs, to profess or not to profess religion (Case of Kokkinakis v. Greece..., 1993; Case of Buscarini and Others..., 1999), herewith freedom of thought, conscience and religion is “a precious asset for atheists, agnostics,

1035
sceptics and the unconcerned” (Case of Kokkinakis v. Greece..., 1993). Freedom of thought, conscience and religion is an important factor in shaping the world outlook; a means of a human being identity, as well as Freedom of expression is a crucial condition of a democratic society. However, if Freedom of thought, conscience and religion is confined to a worldview aspect, the Right to Freedom of expression provides for the opportunity to convey one's views to other people, to spread one's views among a significant number of individuals. Although the opportunity to profess one's religion also involves communicating one's religious beliefs to others, in this case, however, it is about a particular worldview subject. Therefore, the elucidation of Freedom of thought, conscience and religion goes beyond our study.

According to the established view, the essence of the Right to Freedom of expression comes down to the ability of a person to freely disseminate his beliefs, as well as to receive and transmit information. What is important is that these beliefs do not always correspond to the views of the majority of the population, moreover they are generally contrary to them, and

otherwise their spread would not be necessary. This is also due to the fact that the term “expression” rather than “information” is used in Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950), and therefore guarantees of protection extend to the expression of assumptions, criticism. The necessity to prove the truth of the views expressed (the necessity to prove the truth relates only to common facts) may be interpreted as Art. 10 of the Convention on the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms violation.

With the development of information technology, the opportunities for the Right to Freedom of expression implementation increase. Every person with access to the Internet has far more opportunities to exercise this right than a person who does not have such access. “The Internet has become one of the most important issues that shape freedom of expression in today's human rights world. From the beginning of the current century, dramatic revolutionary changes have taken place in the media sector, especially” (Momen, 2019). The influence of the Internet on the implementation of the Right to Freedom

1036

of expression is stipulated by the following factors:

1. Globality. The emergence of the Internet allows to “overcome” the locality. Print media are restricted to a certain territory.

2. On-line mode. Each person, using the opportunities of the Internet, can express his views, express criticism in real time mode. As an example, you can mention social networks: Facebook, Instagram, Twitter, in which members can create posts, comment on posts from others, and complain about posts from other users.

3. Asynchrony. Information posted on the Internet is constantly accessible to users. All you have to do is search for specific words in search engines. To search for information in print media a year or two after their release, you should contact the libraries and archives.

4. A significant number of users, which increases the audience, among which the relevant views are distributed. Therefore, the Internet allows a person to participate in public life, to influence the political system. “Providing an unprecedented volume of resources for information and knowledge, the Internet opens up new

opportunities for expression and participation and holds enormous potential for development” (Karklins, 2011). Print media has limited circulation and requires a certain amount of money to be paid per copy.

These properties of the use of the Internet not only have a positive impact on the realization of human rights, but can harm some of them. Thus, the Internet can be a platform for spreading hate speech and racist views. Thus, T. Enarsson and S. Lindgren, when researching Twitter posts about hate speech, note the variability of discourse on particular populations (religious or ethnic): they were intolerant in treatment of Muslims and people of Jewish descent, and in recent years such a target group has been the Roma population (Enarsson and Lindgren, 2019).

Restrictions in the Right to Freedom of Expression

The Right to Freedom of expression provides the ability to spread views that can shock or offend. However, this right is not absolute. It can be restricted. In civil society, everyone should be tolerant of others, with caution when speaking out about others, based on moral principles. Respect for the right

1037
of others to have other point of view should be followed, since democracy and competition is the cornerstone of democracy. It is the responsibility of the state to determine the means of reconciling the pluralism of the interests of different persons and groups in regulating this sphere. The state itself should remain neutral. This allows pluralism as the basis of democracy to be preserved. To resolve the issue of presence or absence of violation of Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950), the European Court of Human Rights use the three-part test.

1. Freedom of expression restrictions should be based on the law. Accordingly, the national law of the States Parties to the Convention should include a comprehensive list of the grounds for the restriction of this right. At the same time, the European Court of Human Rights has recognized the legal restriction of the Right to Freedom of expression on the basis of common law rules or principles of international law in the following cases: Case of the Sunday Times v. the United Kingdom (1979), Case of Groppera Radio AG and Others v. Switzerland (1990), Case of Autronic AG v. Switzerland (1990).

In Case of the Sunday Times v. the United Kingdom (1979) the European Court of Human Rights has observed that the law should comply with the principle of legal certainty (it should be accessible, clearly worded, and on that basis a person should anticipate the consequences of his actions). In the Case of Gawęda v. Poland (2002) the European Court of Human Rights found violations of Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, as national courts have forbidden registering periodicals because of titles that are “inconsistent with the real state of affairs.” This wording is “not formulated with sufficient precision to enable the applicant to regulate his conduct.”

It should be noted that regulating the Internet is quite difficult. Information posted on the Internet becomes available to a large number of people in all places where there is internet access. This raises issues about the level of legal regulation of the Internet: national or international. However, authoritarian regimes today are trying to control the Internet, and access to the Internet. “Freedom House research indicates that more repressive

governments are acquiring social media surveillance tools that employ artificial intelligence to identify perceived threats and silence undesirable expression” (Shahbaz and Funk, 2019).

2. Legitimate goal. The State may restrict the Right to Freedom of Expression to: 1) prevent rioting or crime, 2) protect health, 3) protect morale, 4) protect the reputation or rights of others, 5) prevent the disclosure of confidential information, 6) maintain authority and impartiality of the court; 7) ensure national security, territorial integrity or public security. This list is exhaustive. It is contained in Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (1950).

It should be noted that this goal should be real, not fictitious, that is, available in a particular case in a particular state. In the Case of Perrin v. the United Kingdom (2005), the applicant alleged a violation of the right to freedom of expression of his criminal responsibility for publishing indecent material on the site. The European Court of Human Rights found the statement inadmissible because the measures taken by the State were in line with the

legitimate aim of protecting the morals and rights of others.

3. The necessity within a democratic society. Usually states adhere to the previous two criteria of compliance / violation the Right to Freedom of expression. Most often, it is precisely because of the disproportionate measures taken by the State that the European Court of Human Rights find violation of Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms. This requirement requires States to adhere to the principle of proportionality of the right to Freedom of expression restriction. And the court is required to find out whether the state has reasonably taken restrictive measures and whether these measures were proportionate. (Case of Leyla Şahin v. Turkey..., 2005).

The principle of proportionality implies the need to prove that interference with the right was necessary in a democratic society. Herewith this necessity is interpreted as the existence of a 'pressing social need' (Case of Observer and Guardian..., 1991). In the Case of Ahmet Yildirim v. Turkey (2012) the European Court of Human Rights found a violation of the

1039
applicant's right to freedom of expression because of a disproportionate restriction. The case involved blocking access to his website as part of a criminal investigation unrelated to that website. The Court once again emphasized the importance of the Internet in enhancing public access to information and facilitating the dissemination of information.

It should be noted that according to the settled practice of the European Court of Human Rights, criminal penalties for information offenses (including the exercise of the right to freedom of expression) will only be proportionate as an exception when significant harm to the protected rights of others is caused (Case of Mahmudov and Agazade..., 2008). The principle of proportionality requires finding out whether the nature of the right is not violated because of the state's measures as to its restriction, herewith the objectives attained should be consistent with the means taken (Case of Guerin v. France..., 1998). For the sake of discretion, the courts should check whether the reasons for the limitation of the right actions taken by the national authorities were crucial and sufficient (Case of Lyashko v. Ukraine..., 2006).

Relation to Other Rights

An analysis of the practice of the European Court of Human Rights leads to the conclusion that the issues of controversy between the Right to Freedom of Expression with the Right to Education, the Right to Peaceful Property, the Freedom of Assembly and Association and the Right to Respect for Private and Family Life are often resolved. However, most often it concerns the Right to Respect for Private and Family Life. The most typical case in this context is the Case of Von Hannover v. Germany (2004). The case concerned the distribution of photographs of the applicant, who is the eldest daughter of Prince Rainier III of Monaco. The European Court of Human Rights pointed to the link of Art. 8 and Art. 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms and the necessity to strike a balance between the rights guaranteed by these articles.

The largest number of such cases concerns politicians who's right to privacy is more restricted than of other people. In such cases, the European Court often raises the issue of the balance of public interest and the right to

1040
privacy. This is emphasized in the Case of Ruusunen v. Finland (2014), which addressed the issue of publishing a book about a book author's love affair with a person who was the Prime Minister of Finland at the time. However, the emergence of new rights arising from the implementation of the Right to Freedom of expression over the Internet should attract the attention of scientists. We mean the right to be forgotten. Given the Internet above characteristics, it is difficult to retrieve information from the Internet (if possible at all). Today, this right applies mainly to people who have committed criminal offenses in the past and are not considered criminals (due to served criminal convictions) and who do not want to mention their mistakes, but the information on the internet about their actions is stored and anyone can easily obtain it. Some aspects of this issue were explored by F. Werro (2009).

The right to access to the Internet should also be mentioned. Today, the Internet can be seen as a means of helping a person to realize himself. And while human nature does not imply access to the Internet, it is unlikely that anyone will deny the importance of the Internet to a human being within the information society.

The Okinawa Charter on Global Information Society (2000) notes the important role of the Internet in the development of society in the 21st century: Information and Communications Technology “is fast becoming a vital engine of growth for the world economy. It is also enabling many enterprising individuals, firms and communities, in all parts of the globe, to address economic and social challenges with greater efficiency and imagination”. Therefore, by analogy, when considering Biotechnology as a Factor for the Fourth Generation of Human Rights Formation (Ivanii et al., 2020), the Internet can also be seen as a factor in the formation of a new generation of human rights – digital rights. The separation of these rights necessitates a rethinking of the essence and content of existing human rights.

Conclusion

Right to Freedom of expression is an important foundation of a democratic society and the basis of tolerance in a multicultural world. Offensive and shocking views are also under the guaranty of this right. However, the greater the limits of this right are, the greater is the responsibility for violating of the permissible limits.

1041

The Right to Freedom of expression is not absolute and may be restricted. The lawfulness of the restriction of this right implies the presence of three components: legality, legitimate purpose and necessity in a democratic society. In a civilized society, the Right to Freedom of expression does not apply to hate speech. The limits of criticism of politicians are wider than of other people.

The issue of guaranteeing of the Right to Freedom of expression and adherence to its limits is of particular importance in the information society with the development of the Internet. The Internet has become a factor in forming a new generation of human rights. The results of the study may be useful to scientists for an in-depth study of 1) the issues of the nature and content of the Right to Freedom of expression in an information society terms; 2) the issues of forming a new generation of a new generation of human rights – the generation of digital rights. The main provisions of the study can be used by 1) non-governmental human rights organizations to justify the necessity to improve the public authorities activities; 2) by public authorities to strengthen the

guarantees of human rights in their activities.

References:

Alvarez MJ, Kemmelmeier M. (2018). Free speech as a cultural value in the United States. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 707-735.

Astuti P. (2016). Freedom of expression through social media and the political participation of young voters: a case study of elections in Jakarta, Indonesia. *Socrates*, 4(4), 74-88.

Case of Ahmet Yildirim v. Turkey (Application no. 3111/10) (2012). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-115705>.

Case of Autronic AG v. Switzerland (Application no. 12726/87) (1990). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57630>.

Case of Buscarini and Others v. San Marino (Application no. 24645/94) (1999). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-58915>.

Case of Gawęda v. Poland (Application no. 26229/95) (2002). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-60325>.

Case of Groppera Radio AG and Others v. Switzerland (Application no. 10890/84). (1990). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57623>.

Case of Guerin v. France (Application no. 51/1997/835/1041) (1998). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-58204>.

Case of Kokkinakis v. Greece (Application no. 14307/88) (1993). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57827>.

Case of Leyla Şahin v. Turkey (Application no. 44774/98) (2005). European Court of Human Rights. <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-70956>.

Case of Lyashko v. Ukraine (Application no. 21040/02) (2006). European Court of Human Rights.
<http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-76714>.

Case of Mahmudov and Agazade v. Azerbaijan (Application no. 35877/04). (2008). European Court of Human Rights.
<http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-90356>.

Case of Observer and Guardian v. the United Kingdom (Application no. 13585/88) (1991). European Court of Human Rights.
<http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57705>.

Case of Perrin v. the United Kingdom (Application no. 5446 / 03) (2005). European Court of Human Rights.
<http://echr.ketse.com/doc/5446.03-en-20051018/view/>.

Case of Ruusunen v. Finland (Application no. 73579/10) (2014). European Court of Human Rights.
<http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-139989>.

1043
Case of the Sunday Times v. the United Kingdom (Application no. 6538/74). (1979). European Court of Human Rights.
<http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-57584>.

Case of Von Hannover v. Germany (Application no. 59320/00) (2004). European Court of Human Rights.
<http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-61853>.

Coccoli J. (2017). The challenges of new technologies in the implementation of human rights: an analysis of some critical issues in the digital era. *Peace Human Rights Governance*, 1(2), 223-250. DOI: 10.14658/pupj-phrg-2017-2-4.

Connors L. (1997). Freedom to connect. *Wired Magazine*, 5, 106-107.

Enarsson T, Lindgren S. (2019). Free speech or hate speech? A legal analysis of the discourse about Roma on Twitter. *Information & Communications Technology Law*, 28(1), 1-18. DOI: 10.1080/13600834.2018.1494415.

- Howard PN, Kollanyi B, Bradshaw S, Neudert L-M. (2017). Social media, news and political information during the US Election: Was Polarizing Content Concentrated in Swing States? Oxford: Project on Computational, 243.
- Ivanii O, Kuchuk A, Orlova O. (2020). Biotechnology as factor for the fourth generation of human rights formation. *Journal of History Culture and Art Research*, 9(1), 115-121. DOI: 10.7596/taksad.v9i1.2540.
- Karklins J. (2011). Preface. In WH Dutton, A Dopatka, G Law, N Victoria (Eds.), *Freedom of connection, freedom of expression: the changing legal and regulatory ecology shaping the Internet* (pp. 3-4). Paris: UNESCO.
- Kuchuk AM, Serdiuk LM, Zavorodnia YS. (2019). Modern law education in the context of natural understanding of law. *The Asian International Journal of Life Sciences*, 21(2), 359-370.
- Momen MN. (2019). Myth and reality of freedom of expression on the Internet. *International Journal of Public Administration*, 43(3), 277-281. DOI: 10.1080/01900692.2019.1628055.
- Okinawa Charter on Global Information Societ (2000). Kyushu-Okinawa Summit. <https://www.mofa.go.jp/policy/economy/summit/2000/documents/charter.html>.
- Penney JW. (2011). Internet access rights: a brief history and intellectual origins. *William Mitchell Law Review*, 38(1), 10-42.
- Restrepo R. (2013). Democratic freedom of expression. *Open Journal of Philosophy*, 3(3), 380-390. DOI: 10.4236/ojpp.2013.33058.
- Richard R, John RR. (2019). Freedom of expression in the digital age: a historian's perspective. *Church, Communication and Culture*, 4(1), 25-38. DOI: 10.1080/23753234.2019.1565918.
- Shahbaz A, Funk A. (2019). The crisis of social media. What was once a liberating technology has become a conduit for surveillance and electoral manipulation. *Freedom on the Net 2019. The Crisis of Social Media*. <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2019/crisis-social-media>.

Tomalty J. (2017). Is there a human right to internet access? *Philosophy Now*, 118, 6-8.

Werro F. (2009). The right to inform v. the right to be forgotten: a transatlantic clash. In AC Ciacchi, C Godt, P Rott, LJ Smith (Eds.), *Haftungsrecht im dritten Millennium* (pp. 285-300). Baden-Baden: Liber Amicorum Gert Brüggemeier.

Zakharchenko A, Maksimtsova Y, Iurchenko V, Shevchenko V, Fedushko S. (2019). Under the conditions of non-agenda ownership: social media users in the 2019 Ukrainian presidential elections campaign. In S Fedushko, T Edoh (Eds.), *The 1st International Workshop on Control, Optimisation and Analytical Processing of Social Networks (COAPSN-2019)* (pp. 199-219). Lviv: CEUR-WS.org

INNOVATIVE CORPORATE MANAGEMENT OF UNILATERAL CONTRACTS

Svetlana Jurievna Starodumova¹

Lubov Borisovna Sitdikova²

Abstract: In The article analyzes the ratio of contracts and other unilateral acts of corporate law that help manage corporations. The authors of the article pay special attention to litigation practice on the protection of preferential purchase rights upon disposing shares and stakes in the authorized capital of companies. The authors reveal the different legal nature of notifications of the sale of shares belonging to the authorized capital of a limited liability company and shares belonging to a non-public joint-stock company. The study also discloses the legal uncertainty of a unilateral refusal to conclude a corporate agreement within a company.

Keywords: corporate management; contracts; unilateral acts; corporate agreement; self-employed workers

Introduction

Nowadays, corporate law is a rapidly developing system of norms

regulating both internal and external relations of corporations. The rules of corporate management hold a special place among these relations.

The most common corporate legal entities whose members (participants) exercise their control through a unilateral expression of will are limited liability companies and joint-stock companies (Sitdikova, Starodumova, Volkova, 2018). Within the framework of this article, we consider their specific management. The general meeting of members (participants) is the supreme governing body of any corporation. Its management can be exercised both directly (through decisions made at general meetings) and indirectly (for example, through a signed corporate agreement). The specifics of management is determined by unilateral contracts and other acts concluded by the above-mentioned members (participants). At the same time, managerial relations in the Russian civil

Russian State Social University, Wilhelm Pieck Street, 4/1, Moscow, 129226, Russia¹

Russian State Social University, Wilhelm Pieck Street, 4/1, Moscow, 129226, Russia²

law are not unified because corporate relations have been included in the subject matter of civil legal regulation not so long ago.

Unfortunately, the analysis of numerous judicial materials has demonstrated that disputes about the disposal of shares (stakes) arise due to the uncertain legal nature of unilateral contracts and other acts of corporate law.

Our previous research of corporate contracts (Sitdikova, Starodumova, 2019) proved that this method of managing companies is quite effective since it allows members (participants) to determine how they will act when selling shares (stakes) in the authorized capital or exercise other unilateral acts aimed at managing their company. However, participants may disagree on joint managerial decisions and even those parties which agreed on some corporate agreement have the opportunity to unilaterally refuse to fulfill its obligations. In addition, a decision to exercise the right to sell shares is not an obligation to actually sell them.

In the course of the study, we plan to compare contracts and other unilateral acts of corporate law on corporate management, consider the

1047
specifics of a unilateral refusal to fulfill some corporate contract and determine the legal nature of corporate management.

Methods

Throughout the study, we used a combination of general and specific legal methods of cognition to obtain practice-oriented results on corporate management with the use of unilateral contracts.

While combining historical and comparative-legal methods, we revealed the impact of historical conditions on the development of corporate law in general and the formation of corporate management standards in particular. We also used the comparative-legal method to compare preferential and subordinate rights and determine the legal nature of unilateral acts and notifications related to corporate management.

The formal-legal method enables to analyze legal norms governing the conclusion of an agreement by means of an offer and its acceptance, as well as to justify the viability of using the structure of an offer (an offer to sell) and actual notifications (messages of one's intention to sell

something to a third party) when managing some corporation.

Using the analytical method of cognition, we revealed the specifics of corporate management as a type of activity and the activity of its participants (members) as self-employment.

Results

It was established that legal consequences of the participant's notification (offer) about the sale of their share in the authorized capital of a limited liability company and the shareholder's notification about the sale of their share in a non-public joint-stock company are of different legal nature. Thus, the notification (offer) of participants of a limited liability company and its acceptance constitute unilateral contracts. The notification of shareholders of a joint-stock company and their consent to purchase such a share can be regarded as a legally significant message. It is advisable for limited liability companies to use the structure of an offer (an offer to sell), while stock companies should utilize an actual notification (a message of one's intent to sell something to a third party).

We revealed that unilateral contracts having the legal effect of

1048
corporate management are as follows: a notification (offer) of participants of limited liability companies about the sale of their share and its acceptance; a membership cancellation letter; an irrevocable offer and its acceptance; one's consent to conclude a contract.

Corporate management is a type of entrepreneurial activity regardless of the legal status of some company participant (shareholder), i.e. whether they are entrepreneurs or not. We believe that such participants (shareholders) should be recognized as self-employed.

We identified the issue of implementing the participant's (shareholder's) right to a unilateral refusal to fulfill a corporate contract. We believe that Clause 2 of Article 310 of the Civil Code of the Russian Federation (Article 310 of the Civil Code of the Russian Federation, n.d.), according to which persons engaged in entrepreneurial activity, including a general meeting of participants managing some corporation, should not be able to unilaterally cancel such a contract.

Discussion

The ratio of contracts and other unilateral acts of corporate law

While dwelling on the nature of corporate relations, some scholars define them as relations that are governed by civil law and the constituent corporate documents, as well as exist only between some corporation and its participants (therefore, they are often called internal) throughout their membership in the above-mentioned corporation. At the same time, legal scholars emphasize the self-sufficiency of such relations (along with property rights, laws of obligation and exclusive rights) (Kirillovykh, 2009).

One of the debatable issues is the legal nature of unilateral acts and notifications related to the exercise of preferential rights to purchase shares and stocks in the authorized capital of companies.

The current legislation imposes restrictions on a participant of some company who wants to sell their share in the authorized capital of this company to a person who is not a member of this company. The same limitation applies to the sale of shares in a non-public joint-stock company (previously a private limited company) to a person who is not a shareholder of this company (Article 7 of the Joint-Stock Companies Act). In both cases, a shareholder who intends to

sell their shares or stocks to a third party is obliged to offer the remaining participants or shareholders with a preferential purchase right to acquire the alienated shares or stocks.

Within the framework of a civilistic doctrine, the structure of preferential rights is sometimes correlated with subordinate rights. Thus, A.E. Worms notes that these rights are special because they provide the power to unilaterally change the position of another entity (Worms, 1915). The concept of subordinate rights is based on a unilateral expression of will conditioning civil relationships.

On the contrary, a group of scholars conclude that it is inadmissible to identify the legal structure of preferential rights and subordinate rights. A.A. Onina believes that "preferential rights cannot be exercised solely by the will of an authorized person, i.e. through a unilateral contract" (Onina, 2009).

According to M. Smirnova and K. Sklovskii, it is possible to consider preferential rights from the perspective of subordinate rights and such structures as an offer and the seller's notification about their intention to sell their share as identical phenomena (Sklovskii,

Smirnova, 2003). E.A. Glushkova is of the opposite opinion and indicates that preferential rights to purchase a share in common property are not subordinate. The fact that a shareholder receives a notification does not entail such legal consequences as the fact of receiving such an offer by the addressee (Glushkova, 2016).

Thus, we need to analyze and compare the content and legal consequences of an offer provided for in Article 435 of the Civil Code of the Russian Federation and the notification issued by a member of a limited liability company about their intention to sell its share that is defined as an offer in Clause 5 of Article 21 of the Joint-Stock Companies Act (Article 435 of the Civil Code of the Russian Federation, n.d.).

According to Article 435 of the Civil Code of the Russian Federation, an offer is one's promise addressed to one or several persons which is quite definite and expresses the intention of the person who makes such a proposal to regard themselves as having concluded a contract with the addressee who will accept the proposal (Article 435 of the Civil Code of the Russian Federation, n.d.).

1050

The legal nature of an offer is a unilateral contract, whose validity is conditioned by the coincidence of the will and the expression of the will of the person who sends an offer (Zhelonkin, 2017). Some legal scholars also consider an offer as a unilateral transaction that is converted into an agreement upon its acceptance (Baibak, Bevzenko, Budylin, 2018).

Litigation practice allows applying transaction rules to offers. In particular, Decree of the Chamber for Commercial Disputes of the Supreme Court of the Russian Federation of November 7, 2014 No. 303-ES14-524 recognizes that it is permissible to put an offer under a condition (Decree of the Chamber for Commercial Disputes of the Supreme Court of the Russian Federation No. 303-ES14-524, 2014). Decree of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of June 29, 2010 No. 3170\10 and Decree of the Chamber for Commercial Disputes of the Supreme Court of the Russian Federation of November 27, 2017 allow for the possibility of invalidating an offer before its acceptance (Decree of the Presidium of the Supreme Arbitration Court No. 3170\10, 2010).

If individuals send someone an offer, they express their intention to conclude a contract directly with the addressee, and the legal result of such an offer is the creation of a civil relationship at the time of its acceptance, i.e. the conclusion of a contract.

When a member of a limited liability company sends a notification (offer) they fulfill their obligation under the current law to notify other company's participants of their intention to sell their share to a third party. The literal interpretation of Clause 5 of Article 21 of the Joint-Stock Companies Act proves that the seller has no interest in concluding a direct contract with the addressee. For this reason, some scholars believe that such a notification (offer) aims only at notifying other participants about one's intention to sell their share to an unauthorized person, which is not the same as an offer to conclude an agreement. Therefore, a notification of sale is just a legally valid message in relation to Article 165.1 of the Civil Code of the Russian Federation (Zhelonkin, 2017).

We cannot agree with this conclusion because the participant's notification about the sale of their share is called an offer in Clause 5 of Article

1051 of the Joint-Stock Companies Act. Thus, the legislator tried to combine the use of an offer (an offer to sell) and an actual notification (a message of one's intention to sell something to a third party).

Until January 1, 2016, Clause 11 of Article 21 of the Joint-Stock Companies Act had provided for the possibility of selling a share in the authorized capital of some company through a preferential purchase right by sending an offer to sell the above-mentioned share and its consequent acceptance. Therefore, the legal effect of the participant's notification (offer) about the sale of their share and its acceptance by the person realizing their preferential purchase right was the formation of a contractual relationship, i.e. the conclusion of a contract. Courts also recognize the existence of a contractual relationship due to the buyer's acceptance of the offer received if it was sent before January 1, 2016. In such cases, the law does not require a notarial contract in the form of a unified document signed by both parties. In litigation practice, a contract is recognized as concluded at the time the person who sent an offer receives its acceptance (Resolution of the

Arbitration Court of the North-Western District No. F07-14838/2017 with regard to Case No. A56-1006/2017. (December 27, 2017; Resolution of the 18th Arbitration Court of Appeal of 18AP-443/2017 with regard to Case No. A76-5659/2016, 2017; Resolution of the Arbitration Court of the Central District No. F10-4686/2018 with regard to Case No. A14-24775/2017, 2018).

Federal Law No. 67-FZ of March 30, 2015 amended Clause 11 of Article 21 of the Joint-Stock Companies Act that entered into force on January 1, 2016 (Federal Law No. 67-FZ, 2015). If a participant exercising their preferential right accepts an offer, this action does not form a contractual relationship. In this case, the participant's notification (offer) and its acceptance are a necessary prerequisite for the conclusion of a contract that is subject to notarial certification by compiling a unified document signed by both parties in conformity with Clause 11 of Article 21 of the Joint-stock companies.

After making these amendments, the litigation practice concerned with the protection of preferential purchase rights upon the alienation of a share in the authorized

1052
capital of some company is not characterized by uniformity.

In some cases, courts state that the purchase-and-sale transaction in relation to selling a share in the authorized capital of some company between two parties exchanging an offer and its acceptance is regarded as concluded, although it is not given the notarial form of a unified document required by Clause 11 of Article 21 of the Joint-Stock Companies Act (Resolution of the 2nd Arbitration Court of Appeal No. 02AP-4689/2019, 2019; Resolution of the Arbitration Court of the Ural District No. F09-6472/17, 2017; Resolution of the 17th Arbitration Court of Appeal No. 17AP-8134/2018-GK, 2018). To satisfy the plaintiff's claim for recognizing their rights to a share in the authorized capital, courts indicate that the offeror is bound by the offer sent, i.e. they are obliged to conclude a share purchase agreement if this offer is accepted by the person to whom it was addressed (Resolution of the 13th Arbitration Court of Appeal No. 13AP-4227/2018, 2018).

In the other cases, courts indicate that the sale of a share is the right of a company's member and expression of their free will rather than

an obligation and no one has the right to force a person to alienate their share (Resolution of the Arbitration Court of the North Caucasian District No. F08-1638/2016, 2016; Decision of the Zheleznodorozhny District Court of the city of Chita (Zabaykalsky Krai) with regard to Case No. A45-35658/2017, 2019).

The jurisprudence of disputes resolution seeks to protect the preferential right of shareholders in a non-public joint-stock company (formerly a private limited company), represents a fairly unified system and proceeds from the impossibility of forcing a shareholder to conclude a share purchase agreement if a notification of their intention to sell shares is sent and the other shareholder agrees to exercise their preferential purchase right. This state of affairs is largely conditioned by the scope of Article 7 of the Joint-Stock Companies Act where a notification is considered not as an offer and one's consent to acquire a share is not regarded as acceptance. The interpretation provided by the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation is mostly the same. Thus, Clause 10 of Information Letter of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of the

1053
Russian Federation of June 25, 2009 No. 131 "Review of the Litigation Practice of Arbitration Courts Considering Disputes on the Preferential Right to Acquire Shares in Private Limited Companies" states that a notification of one's intention to sell shares is not an offer and one's consent to purchase them is not acceptance (Information Letter of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation No. 131, 2009). It is also indicated that there is no reason to satisfy the claim of shareholders in private limited companies on forcing another shareholder to conclude a share purchase agreement since Article 7 of the Joint-Stock Companies Act does not state that a person notifying shareholders of a private limited company about their intention to sell shares is obliged to conclude a sale-and-purchase agreement with a shareholder who decides to use their preferential right.

According to judicial materials, unilateral transactions having a legal effect in the field of corporate law can include other unilateral expressions of will, for instance, the participant's application for leaving a company, an irrevocable offer and its acceptance, etc. (Information Letter of the Presidium of

the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation No. 162, 2013; Resolution of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation No. 9913/13, 2014).

The issue of unilateral refusals to fulfill a corporate contract

According to S.N. Aleksandrova, the subject matter of a unilateral refusal to fulfill a corporate contract can be a shareholder (participant) of some company, both an individual and a legal entity. A unilateral refusal to fulfill a corporate contract embraces situations when a party refuses to fulfill its own rights, i.e. to exercise its rights in a certain way or refrain (refuse) from their fulfillment (for example, a refusal to vote for a certain decision at a general meeting of participants or to perform other consistent actions to manage a company) (Aleksandrova, 2017).

However, V.V. Vitryanskii notes that the parties to a corporate contract can be both organizations (commercial or non-commercial) and citizens (including those who do not conduct entrepreneurial activity) that are the founders (participants) of the relevant business entity. At the same

1054
time, Article 67.2 of the Civil Code of the Russian Federation contains no norm granting those parties to a corporate agreement that conduct entrepreneurial activity the right to unilaterally change the terms of such a contract or unilaterally refuse to fulfill its obligations (Vitryanskii, 2018).

In this regard, S.N. Aleksandrova highlights that the innovation of Article 310 of the Civil Code of the Russian Federation on a fee for unilateral repudiation is not applicable to corporate contracts since some payment for the repudiation of a contract can be charged only in relation to the implementation of entrepreneurial activity by its parties (Aleksandrova, 2017).

According to E.V. Glukhov, the parties to a corporate contract have the right to supplement it with a provision that they can refuse to fulfill their contractual obligations unilaterally, for example, if they relied on the misrepresentation of some circumstances significant to them. At the same time, they are often reluctant to include such a provision in the main text of a contract because repudiation will cancel all the conditions previously

approved and will aggravate the existing conflict (Glukhov, 2017).

The expression of the shareholder's (participant's) will to refuse its obligations under some contract is the notification of a counterparty about such a refusal which is considered a legally valid message and is subject to Article 165.1 of the Civil Code of the Russian Federation (Zhelonkin, 2017).

While clarifying the possible application of Article 310 of the Civil Code of the Russian Federation ("a unilateral refusal to fulfill obligations") in relation to corporate contracts, the Supreme Court of the Russian Federation states that within the scope of Article 67.2 of the Civil Code of the Russian Federation contract terms can stipulate the party's right to repudiation (Resolution of the Plenum of the Supreme Court of the Russian Federation N 54, 2016).

Thus, we do not consider corporate management as entrepreneurial activity regardless of its type (direct management at general meetings or the conclusion of a corporate agreement). The current civil law does not provide this indication. If we regard this type of management as

1055
entrepreneurial activity, then all of its participants (shareholders) are involved in managing their company and cannot unilaterally terminate the corporate agreement they concluded. Thus, Clause 2 of Article 310 of the Civil Code of the Russian Federation should indicate the impossibility of terminating a corporate contract by means of a unilateral refusal but litigation practice proves otherwise.

On January 1, 2020, a new version of Article 23 of the Civil Code of the Russian Federation was adopted. It comprises an additional clause on the possibility of citizens conducting certain types of entrepreneurial activity without state registration as sole proprietors.

In this regard, legislators adopted Federal Law of December 15, 2019 No. 428-FZ "On Amending the Federal Law 'On the Experiment to Establish a Special Tax Regime 'Tax on Professional Income' in the Federal City of Moscow, in Moscow and Kaluga Regions and in the Republic of Tatarstan (Tatarstan)'" (Federal Law No. 428-FZ, 2019). It establishes a special tax regime in 23 Russian regions for self-employed citizens who are not officially registered as sole proprietors but systematically receive income (most importantly, not exceeding the amount of 2.4 million

rubles in the current legal year) subject to taxation as if it was received from entrepreneurial activity.

The concept of self-employed citizens has not been enshrined by legislators. Therefore, it is considered by scholars as one of the most relevant and controversial issues of modern Russia (Ershova, Trofimova, 2017). However, the issue of identifying and legalizing self-employed citizens is typical not only of Russia but also of most foreign legal systems (Herb, 2002).

E.S. Kryukova and V.D. Ruzanova believe that self-employed citizens are those who provide services to other individuals without hiring employees to satisfy their personal, domestic and/or similar needs (Kryukova, Ruzanova, 2018).

According to A.V. Burlak, self-employed citizens combine the features of a capital owner, employer and manager. These functions of capital management and personal labor help identify these individuals as self-employed in the class of small business owners (Burlak, 2016).

We believe that the involvement of some company's member in its corporate management can be considered from the perspective of self-

employment if such a member does not have the status of a sole proprietor.

Conclusion

Summarizing the above, we should note that corporate relations are often based on unilateral acts, some of which have the legal nature of unilateral contracts, as well as decisions of general meetings which are legal facts with a complex structure, including both procedural actions and the will of their participants.

The ratio of contracts and other unilateral acts of corporate law is of practical significance for many reasons. The main reason is that the implementation and protection of the rights and legitimate interests of participants in corporate relations can be achieved only by determining the regulatory aspect of corporate legal acts.

References:

Aleksandrova, S.N. (2017). Spetsifika odnostoronnego voleizyavleniya v korporativnykh pravootnosheniyakh [The specifics of a unilateral expression of will in corporate relations]. *Zakony Rossii: opyt, analiz, praktika*, 12, 43-46.

Article 310 of the Civil Code of the Russian Federation. Retrieved from: <http://www.gk-rf.ru/statia310>

Article 435 of the Civil Code of the Russian Federation. Retrieved from: <http://www.gk-rf.ru/statia435>

Baibak, V.V., Bevzenko, R.S., & Budylin, S.L. (2018). Sdelki, predstavitelstvo, iskovaya davnost: postateinyi kommentarii k statyam 153-209 Grazhdanskogo kodeksa Rossiiskoi Federatsii [Transactions, agency and terms of limitation: paragraph-by-paragraph commentary to Articles 153-209 of the Civil Code of the Russian Federation]. Moscow: M-Logos.

Burlak, A.V. (2016). K voprosu o ponyatii "samozanyatye grazhdane" [The concept of "self-employed citizens"]. Vestnik Omskogo universiteta. Seriya "Pravo", 4(49), 173.

Decision of the Zheleznodorozhny District Court of the city of Chita (Zabaykalsky Krai) with regard to Case No. A45-35658/2017. (March 11, 2019).

Decree of the Chamber for Commercial Disputes of the Supreme Court of the

1057
Russian Federation No. 303-ES14-524. (November 7, 2014).

Decree of the Presidium of the Supreme Arbitration Court No. 3170\10. (June 29, 2010). Retrieved from: http://arbitr.ru/bras.net/f.aspx?id_casedo_c=1_1_592b3a32-2d0b-4069-b632-3ac77fd6eb38

Ershova, I.V., & Trofimova, E.V. (2017). Samozanyatost: repernye tochki formirovaniya pravovogo rezhima [Self-employment: reference points for forming a legal regime]. Predprinimatelskoe pravo, (3), 3-12.

Federal Law No. 428-FZ "On Amending the Federal Law 'On the Experiment to Establish a Special Tax Regime 'Tax on Professional Income' in the Federal City of Moscow, in Moscow and Kaluga Regions and in the Republic of Tatarstan (Tatarstan)". (December 15, 2019). Retrieved from: <https://rg.ru/2019/12/17/nalog-dok.html>

Federal Law No. 67-FZ. (March 30, 2015). Retrieved from: <https://rg.ru/2015/04/06/fz67-dok.html>

Glukhov, E.V. (2017). Korporativnyi dogovor: podgotovka i soglasovanie pri sozdanii sovmestnogo predpriyatiya [Corporate contracts: its preparation and adjustment for establishing a joint-stock company]. Moscow: M-Logos.

Glushkova, E.A. (2016). Preimushchestvennye grazhdanskie prava i sekundnye prava: problemy sootnosheniya [Preferential civil rights and subordinate rights: their correlation]. *Sovremennoe pravo*, (8), 47-52.

Herb, J. (2002). Schuetze. Profiles of Tax Non-Compliance among the Self-Employed in Canada. *Canadian Public Policy. Analyse de Politiques*, (2), 219-238.

Information Letter of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation No. 131 "Review of the Litigation Practice of Arbitration Courts Considering Disputes on the Preferential Right to Acquire Shares in Private Limited Companies". (June 25, 2009). Retrieved from: http://www.arbitr.ru/?id_sec=353&id_doc=20277

1058
Information Letter of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation No. 162. (December 10, 2013). Retrieved from: http://www.arbitr.ru/axiv/vas_info_letter/102236.html

Kirillovykh, A.A. (2009). Korporativnoe pravo: Kurs lektzii [Corporate law: a course of lectures]. Moscow: Yustitsinform.

Kryukova, E.S., & Ruzanova, V.D. (2018). Individualnyi predprinimatel i samozanyatyi grazhdanin: sootnoshenie ponyatii [Sole proprietor and self-employed individual: the correlation of two terms], *Zakony Rossii: opyt, analiz, praktika*, (3), 21-26.

Onina, A.A. (2009). Preimushchestvennoe pravo pokupki v grazhdanskom prave Rossiiskoi Federatsii [Preferential purchase right in the civil legislation of the Russian Federation]: thesis for a Candidate Degree in Law Sciences. Ufa, 57.

Resolution of the 13th Arbitration Court of Appeal No. 13AP-4227/2018, 13AP-3637/2018 with regard to Case No. A56-41934/2017. (April 4, 2018).

Resolution of the 17th Arbitration Court of Appeal No. 17AP-8134/2018-GK with regard to Case No. A50-39088/2017. (July 23, 2018).

Resolution of the 18th Arbitration Court of Appeal of 18AP-443/2017 with regard to Case No. A76-5659/2016. (March 6, 2017).

Resolution of the 2nd Arbitration Court of Appeal No. 02AP-4689/2019 with regard to Case No. A82-74/2019. (July 26, 2019).

Resolution of the Arbitration Court of the Central District No. F10-4686/2018 with regard to Case No. A14-24775/2017. (October 18, 2018).

Resolution of the Arbitration Court of the North Caucasian District No. F08-1638/2016 with regard to Case No. A63-6309/2015. (May 16, 2016).

Resolution of the Arbitration Court of the North-Western District No. F07-14838/2017 with regard to Case No. A56-1006/2017. (December 27, 2017).

1059

Resolution of the Arbitration Court of the Ural District No. F09-6472/17 with regard to Case No. A50P-127/2017. (December 4, 2017).

Resolution of the Plenum of the Supreme Court of the Russian Federation N 54 "On Some Issues of Applying General Provisions of the Civil Code of the Russian Federation on Obligations and Their Fulfillment". (November 22, 2016). Retrieved from: <https://rg.ru/2016/12/05/plenum-dok.html>

Resolution of the Presidium of the Supreme Arbitration Court of the Russian Federation No. 9913/13. (January 21, 2014). Retrieved from: http://arbitr.ru/bras.net/f.aspx?id_casedo=c=1 1 6fbbd2de-71f1-4028-aa0c-7033af1cbbe7

Sitdikova, L., Starodumova, S., & Volkova, M. (2018). Corporate legal entities in the civil law of the Russian Federation. Economic and Social Development Book of Proceedings, 715-721.

Sitdikova, L.B., & Starodumova, S.J. (2019). Corporate agreement as a means

of providing security in the course of entrepreneurship development. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, 7(1), 324-335.

Sklovskii, K., & Smirnova, M. (2003). Institut preimushchestvennoi pokupki v rossiiskom i zarubezhnom prave [The institute of preferential purchase right in the Russian and foreign law]. *Khozyaistvo i pravo*, (11), 103.

Vitryanskii, V.V. (2018). Reforma rossiiskogo grazhdanskogo zakonodatelstva: promezhutochnye itogi [Reforms of the Russian civil law: provisional results]. The 2nd revised and enlarged edition. Moscow: Statut.

Worms, A.E. (1915). Vekselnye blanki, Sbornik statei po grazhdanskomu i torgovomu pravu pamyati professora G.F. Shershenevicha [Draft forms, The collection of articles on civil and trade law dedicated to the memory of G.F. Shershenevich]. Moscow, 466-467.

Zhelonkin, S.S. (2017). K voprosu o pravovoi prirode izveshcheniya v mekhanizme realizatsii preimushchestvennogo prava: pravovaya opredelennost ili sudeiskoe

1060
usmotrenie [The legal nature of notifications for the implementation of preferential rights: legal certainty or judicial discretion]. *Vestnik arbitrazhnoi praktiki*, (4), 16-22

**SEMANTIC CHARACTERISTICS OF VOCABULARY
ASSOCIATED WITH IRAQI ANTI-GOVERNMENT PROTESTS IN
LATE 2019 AND EARLY 2020 (AS EXEMPLIFIED ON THE PAGES
FROM RUSSIAN AND ARABIC NEWS BANDWIDTH)**

Hadi Nahla Jawad¹

Jassem Muna Arif.²

Abstract: This paper deals with semantic characteristic of vocabulary associated with Iraqi anti-government protests in late 2019 and early 2020, determination of its specificity, functioning and role in the implementation of the political communicative goal of the addressee.

Keywords: semantic characteristic, Arabic vocabulary, Arabic media, Russian media, political communication, Iraqi communication.

1. Introduction

Lexicology is a branch of linguistics that is concerned with the word, its meaning, its relationship, the history of the formation of vocabulary. Modern linguists pay special attention to

the study of the semantics of the word and its semantic description.

A. A. Potebnya in his work *From Notes on Russian Grammar* claims that the word contains an indication of the content that is peculiar only to it, and at the same time an indication of one or more general categories called grammatical categories. Each grammatical category has its certain content in every concrete word [5, p. 35].

As is well known, generalizing function of the word consists in naming the objects of reality, its meaning reflects a feature of the object on the basis of which a name emerges. In addition to a specific object, the word also names the entire class of such objects [2 p. 60]. A concept of a particular object is at the core of the meaning.

¹ University of Baghdad, College of languages, Department of Russian Languages, Iraq, Email: nahlahadi@colang.uobaghdad.edu.iq

² University of Baghdad, College of languages, Department of Russian Languages, Iraq Email: dr.munaarif71@colang.uobaghdad.edu.iq

Scholars point out that objects are reflected in human consciousness in the form of representations and concepts. Representations, in turn, contain a visual image of the object, and the word is a material reflection of the concept as a mental image of the object.

The fate of languages, like human fate, unfolds differently. Their status is determined based on different histories, varying degrees of influence and extension of use in the world. The economic, cultural, political level along with the improvement of science and technology of any country are mirrored in a language.

Language is one of the most complex human phenomena. It is a complex system of symbols bearing different meanings, in addition, it is considered to be one of the most important means used to penetrate the depths of culture and its formation and the social structure of peoples. Language plays an important role in the formation and construction of society.

After the events of 2003 (the collapse of the regime of Saddam Hussein and the democratization of the country) the Iraqi people went through various turns associated with political economic social events. The new

political regime, the conflict of political forces involved in the political process, the fight against terrorism, came in determining the new Iraqi linguistic identity. At the end of 2019 and the beginning of 2020, with anti-government protests in Iraq caused by soaring corruption and mounting unemployment, the threat from neighboring regions, new words, phrases and expressions depicting the Iraqi environment, saturated with the realities of public culture and the political scene of modern Iraqi society emerged. These words, phrases and expressions are reflected not only in the Arab media, but also in the world ones, including Russian. Since news websites at the present stage have become one of the important and fastest media for covering world news, the material of our study was the examples extracted from the pages of Russian and Arabic news bandwidth.

The purpose of the article is to give a semantic description of the vocabulary associated with anti-government protests that is found on the pages of Russian Internet news sites, to reveal semantic changes in language units. The novelty of this paper is to consider the language units

characteristic of Iraqi anti-government protests in late 2019 and early 2020

Let us give the Arabic euphemistic phrase **al-taraf al-salis, al-taraf al-thaaleth**) (**третья сторона / the third party**) as the first illustration. In Russian, the following equivalent was used.

- Чиновник при этом утверждает, что ранения, полученных как протестующими, так и полицейскими, свидетельствуют, что против них применяла оружие некая "**третья сторона**" [www. iz.ru](http://www.iz.ru) (Among other things the official claims that the injuries received by both the protesters and the police testify that some "**third party**" used weapons against them)

- В этой связи парламентарии призвал к сотрудничеству между силами безопасности Ирака и координаторами демонстраций, дабы, не допускать проникновения так называемой "**третьей стороны**", организовавших взрывы. www.inforos.ru (In light of this, parliamentarians called for cooperation between the security forces of Iraq and the coordinators of the demonstrations in order to prevent the penetration of the so-

called "**third party**" who organized the bombings.)

It is the case of the camouflage function of political euphemisms in these examples, since concrete aggressive actions are hidden in an opaque complicated meaning. The identity of this party has two opposite concepts. The Iraqi government implies the gangs supported by external forces attacking peaceful demonstrators and security forces, and the protesters – the armed militias that support government.

Similar in function and form is the expression **al-quua al-salisa / "третья сила"** ("third force").

- Единственным непрекаемым авторитетом для восставших иракцев остаётся духовный лидер иракских шиитов великий аятолла Али ас – Систани. Он кстати поддержал мирные протесты , с одной стороны , и с другой - призвал политические власти страны как можно скорее принять новый закон о выборах и приступить к реформам , И тогда "**третья сила**" действительно , станет лишней в иракском политическом раскладе. [www. iz.ru](http://www.iz.ru) (The only unchallenged authority for the rebellious Iraqis is the spiritual leader of the Iraqi Shiites, Grand Ayatollah Ali al

- Sistani. By the way, on the one hand, he supported peaceful protests, and on the other hand, he called on the political authorities of the country to adopt a new election law as soon as possible and proceed with reforms. And then the **“third force”** will indeed become superfluous in the Iraqi political situation.)

Here the word-combination **“третья сила”** (“third force”) is also camouflage and has a more positive evaluation than the direct meaning “вооруженные отряды, не подчиняемые государству” (“armed units not subordinate to the state”).

To indicate the repressive actions of the authorities, the expression **al-quua al-mufreta / чрезмерное применение силы** (excessive force) is used instead of **isthikhdam al-quua al-mumita / “применение смертельной силы”** (lethal force), for example

- В Ираке более 60 офицеров судят за **чрезмерное применение силы**. www.iz.ru (In Iraq, more than 60 officers are tried for **excessive force**.)

So, it can be said that not only the topics associated with a person’s social life, but also with their political activity are subject to euphemization, with the aim of avoiding conflict, not

evoking an interlocutor’s sensation of communicative discomfort, sometimes veiling, camouflage of the essence of the case.

When translating the Arabic word **tansikeat** in Russian online posting, the equivalent of foreign origin **“координаторы демонстрации”** (the coordinators of the demonstration) is used, for example:

- В этой связи парламентарии призвал к сотрудничеству между силами безопасности Ирака и **координаторами демонстраций**, дабы, не допускать проникновения так называемой “третьей стороны” , организовавших взрывы. www.inforos.ru (In this connection, parliamentarians called for cooperation between the security forces of Iraq and **the coordinators of the demonstrations** in order to prevent the penetration of the so-called “third party” who organized the bombings.

Along with different semantic undertones in different areas, the word “координаторы” (coordinators) in modern political activity refers to those people who perform certain functions, such as organizing revolutionaries and their movements, transmitting news of

the revolutionaries to the media, presenting financial support to internal organs and appointing a coordinating representative in each country, statistics and documentation on the number of the dead and the arrested.

The Arabic participle **munddass** (literally, проникший / infiltrated) is a dysphemism with two opposite concepts. In line with the Iraqi government, it is used in the meaning of those people supported by external forces attacking peaceful demonstrators or people sabotaging the disorder in the country, and from the point of view of the protesters – persons belonging to government bodies. To convey this word, two equivalents were used in the Russian language, one of them is originally Russian, and the second one is of foreign origin, for example:

- Согласно данному сообщению, демонстрация была в поддержку высказываний аятоллы Систани, призывающего иракский народ опознать **злоумышленников** и отделить их от мирных демонстрантов. (December 05, 2019), parstoday.com (According to this report, the demonstration was in support of the statements of Ayatollah Sistani, urging the Iraqi people to identify the

malefactors and spin them off into the category of peaceful demonstrators.)

- Население Багдада, столицы Ирака, организовало широкомасштабные демонстрации под девизом (изгнания **диверсантов**) в соответствии с указаниями великого аятоллы Систани духовного лидера иракских шиитов страны. (December 05, 2019), parstoday.com (The population of Baghdad, the capital of Iraq, organized large-scale demonstrations under the motto *Expulsion of the **Diversianists*** in accordance with the instructions of Grand Ayatollah Sistani, the spiritual leader of the Iraqi Shiites of the country.)

Under the influence of the factors related to history, political ideology, world events and the linguistic impression in modern Iraqi political communication, color designation has acquired a symbolic meaning. Monochrome colors (the representations of monochrome (one-color and solid color) color designations and cases of their mixing), which, from the linguo-cognitive point of view of color designation, are the third frame of verbalized color nominations [4, p. 108] occupy an important place in some categories associated with these events.

The lexeme **Azraq** – **синий** (**dark blue**) is a part of the combination **al - kubbaat al - zarkaa – синие шапки** (**dark blue caps**) designating the units formed by Iraqi clergyman as - Sadr in October in support of public protests against the government, imitating the United Nations peacekeepers. Although this metaphorical transfer has emerged from an international phrase based on the color of the helmets of UN peacekeepers, in the Russian media when rendering it, instead of the Russian phrase **голубые каски** (**blue helmets**), calquing **синие шапки** (**dark blue caps**) is used, for example

- Согласно показаниям очевидцев, группа сторонников Сарда, называющая себя (**синие шапки**) пытались попасть на площадь Садрейн в центре города, для организации демонстрации в иракском Наджафе в демонстрации погибли 6 человек. [www. trt.net.tr](http://www.trt.net.tr) (According to eyewitnesses, a group of Sard's supporters calling themselves **blue caps** tried to get to Sadrein Square in the center of the city, six people were killed during the demonstration in Iraqi Najaf in order to organize a demonstration.)

As a second color symbolism, the designation of red for Iraqi protesters is semantically far from the previous word (dark blue). Red caps symbolize the anger of peaceful demonstrators and the blood of the dead, for example,

- **Красные шапки** противостоят **синим** на площадях митинга. Albayan.ae (**Red caps** are opposed to **dark blue caps** in the squares of the protest.)

- Между **синими** аль - Садр и **красными** протестующих, шапки разжигают сектантство, а Ираке. m.masralarabia.net (Between **the dark blues** of al-Sadr and **the red** of the protesters, the caps stoke the fire of sectarianism in Iraq.)

In some cases, the cognitive evaluation of a color metaphor changes in connection with a change in ideological beliefs, the following can be cited as an example:

- Критики движения **красных шапок** видят, что те люди получают поддержку от США. Называя их джокерами, сторонники Садр разместили фотографии Трампа в **красной шапке**. [DW google.com](http://DW.google.com) (Critics of the movement of **the red caps** see those people being supported by the USA. Calling them

jokers, Supporters of Sadr posted photos of Trump in a red cap.)

- Молодые протестующие в городе Васит решили демонстрировать в красных шапках, в знак крови погибших и в ответ на синие шапки, которые напали на протестующих. m.masralarabia.net (Young protesters in the city of Vasit decided to march in red caps, as a mark of the blood of the dead and in response to the dark blue caps that attacked the protesters.)

Color vocabulary can be part of the creation of metonymic images, which occurs on the basis of a uniform or symbolic use of colors, as the following examples show:

- Белые медицинские халаты помогают протестующих. Rawabetcenter.com (White coats help the protesters.)

- Многочисленные белые рубашки (студенческая униформа в Ираке) устроили антиправительственные протесты под девизом (Нет родины, нет учебной посещаемости) sputniknews.com (Numerous white shirts (student uniform in Iraq) staged anti-government protests under the

motto *No Homeland – No University Attendance*)

- Социальные сети передают, что активисты и протестующие женщины призывают всех женщин Ирака к фиолетовому и розовому митингу на площади Тахрир Надев фиолетовый или розовый цвет, только для того, чтобы доказать роль женщины в революции и не допускать нарушать её репутацию, неприкосновенность личной жизни и её активной роли в Октябрьской революции. www.baghdadpost.com (Social networks report that activists and protesting women urge all Iraqi women to hold a violet and pink meeting in Tahrir Square by having put the violet- or pink-colored clothes on, only to prove the woman's role in the revolution and not allow to affect her reputation, inviolability of her personal life and her active role in the October Revolution.)

It should be noted that the phrase фиолетовая или пурпурная революция (violet or purple revolution) emerged in the Iraqi social and political communication in 2005 to name the first attempt at democratic elections in the country after the overthrow of the regime of Saddam

Hussein, on the basis of the purple mark which was put on the forefingers of the voters so that they could vote a few times. [1, p. 2]

According to R. D. Krimov, the meaning of a negative event is fully realized in the expression **чёрный день (black day)** [3, p. 116]. This component in recent years in the history of Iraq is frequency and productive in the light of the formation of free phrases depicting tragic events like **чёрный вторник, чёрный четверг (black Tuesday, black Thursday)**. Former Prime Minister Iyad Allawi used the expression **чёрный понедельник (black Monday)** to call the events that accompanied the demonstrations in the city of Karbala in Iraq. Rudaw.net 29- 10 – 2019

We also note that propaganda word formation has led to the emergence of specific evaluative lexemes.

- During the three months that accompanied the start of the demonstrations in Baghdad and the cities of southern and central Iraq, the term **Zayl or Ziyul** literally, **tail or tails** ((influenced by others, weak-willed)) was widely used by Iraqis on the squares of protests and on pages of social networks ... Both words began to denote

political forces and party leaders being loyal to Iran, but later they used the same words to evaluate people who were inclined to agree with the policies of foreign countries, especially the United States. www.alaraby.co.uk

- Recently, the lexeme **zail** characterizing a person who has a positive attitude towards Iran has been used. burathanews.com 2019 – 11- 28

The foreign word **джокеры (jokers)** has also become one of the names of the socio - political realities of Iraqi political communication. According to the general classification of the realities by S. Vlahov and S. Florin, social and political realities are the third type in which administrative-territorial units, human settlements, parts of the villages are grouped. The second group of this type encompasses the realities associated with bodies and authorities. The third subgroup, called “socio-political life” comprises the realities associated with political organizations and political figures; patriotic and social movements; social phenomena and movements; ranks, titles, appeals; institutions; educational establishments and cultural institutions; estates and castes; class signs and symbols. The fourth group, called “military realities”,

combines the realities that denote the names of units; arms; uniforms; members of the armed forces and staff [7, p. 69- 70, see also 6, p. 165].

The mask of supervillain Joker from the American thriller movie has become a single meme for protesters in many countries of the world, including Iraqi recent protests:

- Демонстрации под девизом ((Изгнание американского **джокера**)) прошли в Багдаде, Эн-Наджафе, Насерии, Аль – Ашшаре и Эд – Дивании с целью изолирования небольшой группы подстрекателей с подозрительной маской американского **джокера** , которые злоупотребляют протестами с тем , чтобы вызвать столкновения , а также другие незаконные действия. Sana.se/ru , 06 – 12 – 2019 (Demonstrations under the slogan *The Expulsion of the American **Joker*** were held in Baghdad, Najaf, Nasseria, Al Ashshar and Ed Diwai to isolate a small group of instigators with a suspicious mask of the American **joker** who abuse protests in order to cause scuffles, and also other illegal actions.)

- **Джокерами** стали называть всех погромщиков – анархистов, которые грабят магазины, бросают

((Коктейли Молотова)).
ssad.livejournal.com (**The jokers** were used to designate all the pogrom-makers – the anarchists who rob shops, drop Molotov Cocktails).

Nouns constitute the most significant class of words functioning as dysphemisms. The pragmatic function of dysphemization – the discredit of a certain person, a group of people or another association – leads to the extensive use of noun dysphemisms, since it is this class which has a categorical meaning of objectness, used for direct nominating an object or a phenomenon, which the authors use to substitute or expand a name (if it is a group of people, organizations, etc.) of the object of discredit [p. 53, 4]

As a result of the addition of the Arabic suffix (**и**) to the word **Джокер (Joker)** of American origin, **джокери**, it became dysphemistic in nature. (Джокери, plural - Джокерие, джокер, plural джокеры) in the language of Iraqi political communication have turned into a nickname with a negative connotation. M.V. Lysyakova and A.A. Gayevaya pay attention to the two concepts of nickname. A nickname which is part of anthroponymy given to a person in

addition to his name usually indicates a noticeable feature of his character, appearance, activity, and some of the anthroponyms under consideration can be interpreted as nicknames in view of their non-favorite nomination. In their opinion, nickname is, first of all, a permanent name of a person, while occasional anthroponym is rather a special nomination used in certain situations. (4, p. 53)

Thus, as a result of anti-government protests in Iraq, there has been a special intensification of the formation and use of words and phrases with euphemistic needs and negatively evaluative characters. Color components have many meanings. One and the same color naming unit conveys a variety of meanings. One can also note that in the same lexical unit two opposing evaluative notions fixing a paradoxical situation in the Iraqi political arena are combined.

References

Budina M. E. Simvoli tsvetnikh revoleutsi v sostave ikh nominatsi , Kontsept – Nauchno – metoditicheski elektroni zhurnal , 2014 , № 08 , avgust, ltysept.ru/2014

Charikova O. N. ,cternin I. A. Vvedenie v eazikoznanie , Voronezh ? ISTORI) , 2005.

Kerimof R. D. Lingvosimvolika tsveta v nemetskoeazichnoe politicheskoe kulture , Politicheskaea lingvistika 2 (44) 2013.

Lysyakova M. V., Gaevaia A. A., Leksiko – gramatichiesvoestvo disfemizmof, RUDN Journal of Language Studies, Semiotics and Semantics /9 (1) 2018 .

Potebnea A. A. Iz zapisok po russkoe gramatike. M., 1958.

Tursunof F. M., Realia – spetseficheskaea sostavleaeushaea bezegvealentnoe leksike, Nomae Donshgohk SCIENTIFIC NOTES № 2(43) 2015 .

Vakhlov S., Florin S. Neperevodimoe v perevode – M.: ((R. Valent)), 2006.

Electronic Resources

www.alaraby.co.uk

www.baghdadpost.com

burathanews.com 2019 – 11- 28

www.DW google.com

ltysept.ru/2014

www.inforos.ru

www.iz.ru

ssad.livejournal.com

www.m.masralarabia.net

parstoday.com



Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito
Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba
V. 9 - Nº 04 - Ano 2020
ISSN | 2179-7137 | <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>
1071

www.Rawabetcenter.com

Rudaw.net 29- 10 – 2019

[Sana.se/ ru](http://Sana.se/ru) , 06 – 12 – 2019

sputniknews.com

www.trt.net.tr

FORMATIVE FUNCTION OF THE MIRROR STAGE: VISUAL IMAGES IN THEIR HISTORY.

Lidiya I. Kirsanova¹

Olga A. Korotina²

Abstract .In this paper we have attempted to link at least three concepts. Firstly, the idea of J. Lacan about the function of the mirror stage in the formation of the subject. A detailed distinction is made between the Eye and the Glance for new technical means that did not fall within Lacan's view – photographs, videos and movies. The Eye is geometric: it allows one to build a plan of the place, a distance to objects in lines, squares, etc. The Glance masters the anthropological dependence on Eye, it immerses the viewer in the content of the visible: the I never see the Other from the place where the Other looks at me, which determines fragmentation of the subject in the very visual. The second concept that we have used is that the ideal I uses a set of figures created by numerous forms of culture – masks, puppets, photos, videos and film sequences, fragmenting a mirror image

of an individual. The visual fragments of a partitioned body-image often connect with the I only externally like I-consciousness-in outside. The third concept is associated with the answer to the question of how the real, the imaginary, the symbolic are “packaged” as in the case of relying on quite traditional forms of culture such as mask, doll, hand puppet, marionette, and using new means of “technical reproducibility” – photographs, video, movie. Image-statics - from mask to photo, allows the subject to somehow piece together one's self inner image, which forms the sustainability of the man's mental world, while movement images (video, body and movie eyes), due to their high image-dynamics, form the subject of scattering, existing as external image of oneself.

¹ D.Sc. (philosophical), professor of department of philosophy and legal psychology Vladivostok State University of Economics and Service Russia, 690014, Vladivostok, 41, Gogolya Street T. +7(914)0715606, e-mail: kirsanovalidiya@rambler.ru

² Ph.D. (philosophical), Associate Professor of department of philosophy and religion Far Eastern Federal University T. +7(902) 5558098, e-mail: korotina_o_a@mail.ru

Keywords: static images, dynamic images, mask, photograph, movie, Self-Other Image, split of ego-subject, strategies of piecing together and scattering.

1.TOPICALITY AND THEMATIZATION OF THE PROBLEM.

The main issues of visual culture are the problems of interpretation, communication, image rhetoric. The visual turn returns us to the practices of totemism, fetishism, animism, i.e. reactivates mythological layers of consciousness. The urgent question is how to subjectivize the very visual image, in any image-picture – a mask, a doll, a puppet, a selfie photo, a movie character, etc. the symbolic weave is subjectified. What the advertisement wants is everything: money, fame, power, honors, love, etc. Desire lies in the very visual image. In one's history man has remained a creature of Desire, the modernity has changed one thing: an infantile subject does not know what he wants. The visual image as the View of the other puts its desire into the feminized subject, thus playing out the Master-Slave relationship in the field of subjectivity. The subject compensates

for the lack of oneself with a visual image, a monster hero, who constitutes the subject's empty space and individualizes it. Mask, clothing, fashion make the subject attractive to oneself, make up subjectivity, at least externally.

2.OBJECTIVE.

What level the lack of oneself has reached, the identification of oneself exceptionally externally is evidenced by the demonization of visual culture products. In humanitaristics, modernity is called the society of the spectacle (Guy Debord), the power of simulacra (J. Baudrillard), the microphysics of power (M. Foucault), the dominance of idols and doubles (J. Derrida), etc. The objective of the work is an attempt to scale back the rhetoric of the monstrosity of visualization, remove a negative attitude towards images, give to the very visual products permission to speak in their history: from masks, dolls, puppets to their technical photograph amplifiers, film images, and in methods of subjectivization, individuation and individualization .

3.METHODOLOGY AND METHODS.

Such complex visual objects require a combination of methodological procedures for structural analysis, phenomenology, hermeneutics, linguistic psychoanalysis.

Lacan claims that the subject is visible from the place of the Other, which means that I am born with my double. This Other is not a real other, but me, onto which I have projected my fears, anxieties, unfulfilled desires, etc. If the instance “I think” to Descartes centers the subject, then the Other to Lacan becomes the center-forming function of the ego. The Other is the nature of the image looking at us. The I fall into parts, into components: the I and Others, this fragmentation of being by myself [12]. If the unity that collects these persistent sets exists, then it has the shape of a fold. Foldable unity, what does it consist of, how and with what is it structured?

The self-alienating function of the “mirror stage” is that the lack of the Self creates a double, the image of the Self exists as something fabricated, artificial, enhanced today by the power of technical means – photography, cinema, video-selfie and other video projections, and remains split [11].

The image of the Other, which is premature for the ego subject, is originally about a child, partitions its body in a way that has nothing to do with anatomy. What to do with these dispersed parts, created by the mimetism of the Other’s approaching and moving away, numbness and immobility, bodily clumsiness, lack of coordination of the body and its organs. There is no other way to collect the Self, except to place myself in the form of consciousness-in-outside. Coming out-of-oneself is a disjointed, frightened, anxious, self-alienated individual who is forced in somewhere ahead, to another place, towards that is always ahead. The one who looks outside, this stranger, is not just the one who wanders somewhere nearby, without any purpose and sense, but aims to make room for the Self. In this Other there is room for the Self, the meanings in the Self come from the Other [10]. A good polysemy occurs when the relationship of the Ego and the Other develops gently, carefully, strictly, but fairly, dissemination is much more common – splitting, decomposition, deformation due to the hostility of the relationship of the Ego and the Other. There is no unity, there is no wholeness, in no place, at any time, the components

of the I, the fragments of images are not assembled on the edge of the Ego.

Doesn't it seem that the myth said about oneself with the help of "pictures", video images, requires more complex decryption than ingenuous slips of the tongue, slips of the hand and other writing errors. The channel of meaning is built by language. The written language is based on the logos. Freud made an attempt to "read" slips of the tongue, jokes, etc., having linked them with the psychopathology of everyday life, acting rationally, pushing the subject to meaning. I am the one who in one's unconscious looked uneasy, perverse, now I say: I am dissociated, displaced, frustrated and I admit it. This is a symbolic speech.

Modernity is changing the language of self-identification from the symbolic to the imaginary, instead of articulate speech, the researcher deals with visual backdrops of everything that is formed by the strategy to watch. The eye has superseded speech and the written word. The consciousness of a young girl who recognizes herself only with the help of a selfie is what is called outside consciousness, the consciousness that rushes up and down in some imaginary worlds, is always

against the background of something, next to someone. This fairy-tale dimension or fairy-tale peacemaking creates vague mythological worlds of the I "subject" that fully deserves these quotes, for it does not imply consciousness and meaning. Deleuze explains that simulacra are shorn of self-moving capability, they are always initiated by something external – the pleasure of self-presentation, advertising, money, etc. [6]. What makes a girl take off all her clothes, strike bizarre poses – the desire to slip into the simulation of something – sexuality, selling, prices, etc. And if one does not live inside one's own imaginary world? Refuse simulation? Here the subject confronts the real, something complex, indefinite, terrifying. We are given the revelations of the real only within the modes of consternation, if one follows M. Heidegger's judgment: it is not enough to worry about or take fright at something to go to the reality [15]. The dismaying reality is about to come where words die and ideas are helpless. Lacan explains: in order to be saved, one ought to slip into the imaginary and then into buffoonery, clowning, comic winking at each other, etc. Simulacra form points of junction, stabilization, which makes it

possible to survive. A preliminary conclusion is as follows: the real is unattainable, the imaginary is inevitable, the symbolic is possible, consequently, most of our lifetime flows within the unconscious. Derrida calls the modern era – the era of illusions, ghosts, he especially insists on the inevitability of duality in the work *Spectres of Marx* [7]. Modern man is a semi-Cephalus, attacked by a crowd of simulacra (G. Agamben), [1] attracted by one's fate to become acephalus, a person with having one's head deprived: a subject without a subject. The initial state of consciousness is unconscious, which still baffles us by putting us in the discourse of what consciousness is not - this is not the reason, this is not a word, this is not the reality. Another clarification: the unconscious, as repeatedly emphasized by Lacan, is not that it is hidden, it is not placed somewhere in the depths, on the contrary, it is always on the surface, right here, right next to it, before the very eyes. A brilliant example of this idea is the interpretation of Edgar Poe's short story *The Purloined Letter* by Lacan in one of his famous Seminars. [11]. The attack by the images of the Self creates tension in the subject, it scares one. The imaginary therefore cannot be the

consciousness of the whole, the single, because its every image matters depending on the “personal context” – variegated, capricious, arbitrary. Interpretation of the context requires addition of a symbolic instance: it is necessary to reduce the imaginary to a form of metaphor or metonymy, to discard the rest as refuse, falsehood, stray, nonsense. The discourse of the imaginary: “You are my wife, and you will follow me” requires decryption in order to get the subject out of the complex substance of ambiguities, and this can only be a speech in the register of the symbolic.

The stylistic complexity of Lacan's texts often makes full quoting impossible; translation into one's own language can incur the blame for our misunderstanding it.

It is extremely difficult to try to understand all the vagaries and whims of the imaginary, supported by modern technologies of augmented reality of hyped devices, rather, you should try to include into the analytics the cultural discourse that caused the appearance of the visual reality of our time. It is important for us to answer the question of how, for example, a selfie photo or video is connected with the existence of

consciousness out, the consciousness that is not internally related to itself, but “thinks” of itself exclusively externally as “I am-in-picture”. This is the consciousness which does not think, does not calculate, does not reason, but only looks. It looks like while sleeping, when the consciousness does not work, but dreams. The connection between cinema and dreams has long been well understood. What dreams has the world of cinema not immerse us into - life-long tedious serials, horror movies and film fiction, advertising, hyped design of houses, video performances, etc. [9] All this is enjoyable, the discourse of the imaginary gives pleasure, surprises, everyone wants to become involved in this enjoyment of meaninglessness. It is known that only a saint does not enjoy demonic pictures, is able to practice asceticism and “not to watch” all this garbage. Each of us needs a respite, because consciousness is difficult. However, when consciousness makes back, it is necessary to think again – until laughing, irony and joke, protest. What for? Laughter does not allow others to enjoy all kinds of visual widgets and stray things with impunity, as spoke Adolf Loo.

Visual discourse generated creatures that did not think, could not express grounded judgments, were deprived of articulated speech, such “working” bees, or even ticks (Uexküll) [1]. It is difficult for one to speak, to write – one has to learn, but adrenaline is thrown in via the picture unconditionally, immediately. Modern civilization has degraded from writing to an image where the subject never comes into contact with the real (the horror of the real is a syndrome of our epoch), the laws and forbidding of the symbolic can be neglected, the only I-real, bizarre, whimsical remains. Looking, examining closely, leveling looks on the surface of the real is a narcissistic occupation, which, among other things, produces non-communicability to the Other, loss of sociability, and lack of socialization.

The second question that we suggest discussing is: how is the real packed into the imaginary, what are the means the total visualization of the world achieved by? The list of techniques is not exhaustive, but some of them are quite obvious:

1. The speed of vision - to look so fast as to keep up with the movement of the very reality (Dziga Vertov, cinema eyes), or stop, hang over

a thing (Earth by Alexander Dovzhenko). The movement-stupor opposition works in the production of all visual products: in photography, video, film, advertising, etc.

2. The cut of visual patterns that the unconscious does, what we have learned from the dream – produces fragmentation, discontinuity, shot change, mark-up and montage of everything with everything. The red baseball caps of the victims and the red baseball cap of the killer in Lars von Trier's film *The House That Jack Built* is an example of a typical semantic montage: the symbol of red gives reference to the relationship between the sadist and the victim [6].

3. The time of visuality determines the overlap or influx of images, their thickening, as well as a tendency to close-up pictures, fixation on the details, circumstances, particulars, which is at the expense of wholeness. Lifting jack that is being looked at? Who is looking at – killer, victim, director, viewer or all together? The “quote” from the same film by Trier – maybe this means something, it makes sense to pay attention at, or maybe a thing is just a thing, an automobile's interior feature and nothing more.

4. The carnival of corporeality in the form of images of bodies and their fragments: in order to be examined, to be exposed to scrutinizing, all things must have some form, moreover, being created not by spiritual recreation of the whole, but precisely by the way of disengaging the world.

The imaginary is full of lacunae, interruptions of meaning, breaks in semantic contexture, leaps of thought, etc., which makes this consciousness only occasionally artistic, and to a greater extent – unconscious. “The dream evoked by the flight of a bee around a pomegranate a second before waking up” by Salvador Dali is quite pictorial, however, there is a suspicion that the artist cut off some fragments of the dream and then painted them with spirit.

Benjamin lost the uniqueness of what he called the aura of a work of art, attributed to the epoch of technical reproducibility [4,5]. However, the individual was shoved back to the periphery not at all by photography or high-speed pictures, by what we call a film. The art of painting (battle painting, for example), photography, cinema moved towards mass, it sought to become self-expression for the masses,

not for the individuals, because visual art is generally close to producing affects. It is the mass that lives by affects. Modern researchers unambiguously connect the origin of cinema with the emergence of the masses, that, through cinema, gained the right to individuation, as G. Deleuze said. A mass person appeared long before the cinema, the proletarians acquired their art and through it the right to subjectivity. But this was not the subjectivity of the individual, but was the affecting life of the masses. The imaginary is based on sensuality, permits to simulate. Scary films, fiction movies, photo shocks appear [3]. The advancement of the art of photography and cinema was preceded by other forms of visualization of reality, creating the image of the Other, who returned the subject to oneself – a mask, a doll, a puppet. The difference is that the visual Other movie or selfie does not collect the ego-subject, but places it outside. The mask and the doll are recursive, i.e. in reverse from the Other to the Self, the whole of the subject is collected, while self-photography and cinema create the products of dispersion. The consciousness of scatter is never within itself, always outside, in the fragments of mirrors that modern civilization readily

provides. Let us dwell on the differences in additional detail.

The ability of consciousness to skip-reject reality, to create a center of the I, to refer the self to the self, to work in the technique of the periphery-center was mastered via mask. The mask has a long history; it has circulated in Egypt, Italy, Japan, and China. Apparently, a particular inclination of certain cultures to masks requires special research.

The mask, as you know, has only slits for the eyes and mouth, this is necessary in order to minimize the flow of external impressions, to reject unnecessarily intense influences and thereby maintain a center of immobility. The purpose of the mask is to focus on oneself, provide an island of constancy in being. Note that a mask of an official, for example, only lets out the signals that allow not to lose a bureaucratic face, therefore no human suffering can affect them. Psychiatrist and psychoanalyst Carl Jung wrote about the significance of a person (mask) in the structure of personality. Mask as the nearest wall or mirror (a small detail – the shine of the mask) discards, rejects too strong external influences, filters them and passes only those that can become material for the construction of the inner

world. If a person did not have protection from the world, he would find himself in a situation of being captured by being and even captivated by it, had to respond with affects, emotions, feelings to any stimulus from the outside, characterized by a sufficient degree of intensity. The paranoid fear of reality is one of the first childhood experiences, Lacan notes in his work “The Stage of the Mirror as the Formative Function of the I”. If a person is open to being, according to Heidegger and G. Agamben, who titled his philosophical essay “Open,” then this means that he is at risk of being captured by it. It is necessary to develop the cultural mechanisms of pause, delay of affect, stay in a daze and even constraint in order to be able to survive, i.e. to process external experience into the properties of the inner world. The mask just provides such a constraint in the strategy of watching: turns of the gaze left and right, up and down, etc. are difficult. Japanese Noh theater compels the actor to a slow, increasingly slow movement, in which you can't lose face. Obsession with being is not one of human virtues; concentration, restraint, and balance are necessary. Modern liberal culture is moving to opposite direction – to dissoluteness, hysteria.

Spinoza argues that openness to being gives place to the action of destructive affect, such as anger, hatred, envy, etc. The mask as a cultural form played a role in optimizing affects and turned the macrophysics of elements into the microphysics of movements.

The puppet gave the person more opportunities for mimesis. Plato wrote about the puppet, his desire to send art to a landfill is due to the fact that the imaginary cannot give a complete embodiment of the idea. The body presses itself to the idea and distorts it. Note that the imaginary puppet, for example, makes the Idea as a pure form dependent on its bodily embodiment. The puppet in its human likeness embodies the idea, and, the successes of its manufacture, the art of puppetry occasionally bring the resemblance to complete identity.

In this place one can refer to the famous fragment from the Fritz Lang film *Metropolis*, where the Master creates a monstrous creature – an automatic doll that reproduces all the movements, facial expressions inherent in a living girl.

Let us note two features in the identity of the systems of the real and the imaginary, the puppet and the living

creature. One of them relates to a glove puppet controlled by a human hand: the hand knows what it does, because it produces things, this is the knowledge nature of the puppet. Derrida discusses the fancywork of being, the “two-handed writing” in the context of Heidegger’s serious work *What is Called Thinking*. “Hand-handwriting-manuscript is what puts the word down for the eye.” [7] The second relates to the ability of the puppet to blink: to open and close its eyes, akin to the Bunuel sentence – a razor over the eyes (*An Andalusian Dog*). Or biblical, “If your eye seduces you, tear it and throw it away from you.” Do not look at – a prohibition and a plea for the human. To prohibit looking means to subordinate the external procedure of pressing the world through the eyes, in which the very hated obsession of being reveals itself, to the choice of the inner world the I. To react to being in one’s own way implies the ability to blink, temporarily close one’s eyes to something that scares, that can cause suffering, pain, death. It’s easy to look, this skill is immersed in the most archaic strata of the living in general, the obsession with being is placed on the border of the dead and the living, a person (an animal) sees it, a stone is

deprived of this ability. The distinction between the internal and the external cuts out the human body and the mental field along the boundaries of organs, where the Glance plays the main role in the art of “cutting and sewing”. The ability to look lies along the border of the living and the nonliving, and the look combines external vision with the internal choice of the subject, otherwise how can one explain that people do not see the same thing [13,14]. Unfortunately, we are deprived of the possibility of a lengthy commentary on the “Phenomenology of Perception” by M. Merleau-Ponty, since we are interested in the Lacanian concept of the “stage of mirror” and the place of the puppet in creating images, pictures of the world, i.e. shaping an imaginary strategy. The imaginary as any unconscious cannot be described with the concepts “what is it or is it something”, rather, it is a kind of chaotic movement of the eye, prompted by the desire to avoid the horror of the real. The semantic uncertainty of the strategy to look leaves us with the surface of the visible, for what we see while glancing through the places of things, persons, events are devoid of an internal structure, therefore not the Eye, but the Glance brings some certainty, orderliness,

constancy to the visible. Simulation of the reality reaches its limit in the genre puppet, which reproduces not only the functions of the character, but also the completeness of the context. Puppet as a formative function of the Ego recodes the content from the outside to the inside. It is noted that the puppet is quite unassuming in terms of clothing and functions, performs this task much better, precisely because in this case the imagination of the “person playing” is not restricted.

What is the difference between a marionette and a puppet? The puppet excessively embodies the internal, in its form, figure, it is excessively real in relation to the flight of the imaginary. The marionette thinks the world in lines, in intensities, vibrations, circles and zigzags. The exhibition of Paul Klee at the Museum of Fine Arts was called *No a Day Without a Line*. The marionette differs from the puppet because it is not a puppeteer’s hand, it replaces the connection of immediacy created by the human hand with a line on the canvas, i.e. translates body movement into the plane of the picture. In relation to the movement-immobility opposition the puppet and the doll occupy two almost extreme positions. The marionette is in

free movement, guided by the influence of multidirectional cosmic forces – earth, sky, peace, deities, mortals.

Heidegger, as it became apparent today after the loss of Thing, Name, Event, etc., believed that until this loss the subject used to be the center of cosmogony, whereas now he is only a marionette in the draft of being. If Dasein (the full subject) is able to conquer a crack, take one’s stand, gain a position, then the marionette is obsessed with just one movement. The marionette is able to imitate the dynamics of any forces of the world, any intensity. The painting by Paul Klee *With the Marionette* raises the question of the quality of the subject, the one being called the movement in the strategy of marionette. After all, it is clear that this is not a repeating rhythm (marionette is not musical), the chaos of any kind of movement – up, down, right, left, of indefinite intensity, completely private and unique, makes it being the subject of dispersion. The ability to extend the line – straight, curved, zigzag, in order to form some completeness, a certain whole is extremely problematic. Marionette is a total escape from form, figure, profile. What is the name of such strategy – body-without-organs, body-movement, cosmic flesh, dancing body,

grotesque corporeity, etc. Primary matter (cosmic flesh), which becomes energy, intensity, deceleration, and acceleration, paralyzes the ability of consciousness to become the one, the whole, the inner. The explanatory possibilities of the marionette body can be extended to cinema, capital, fashion, it is enough to refer to the ideas of Deleuze-Guattari from the book *Capitalism and Schizophrenia*, *The System of Fashion* by R. Barthes, etc. The random configuration of organs-bodies creates a distribution of intensities, directed not by movement from the periphery to the center, but the consciousness of scattering, fixing some meanings on the periphery of consciousness, reproduces consciousness-in-pieces. Consciousness is not able to form whatness, to become a figure, a person. “Time has gone astray,” as Shakespeare observed. The collapse of being as a whole was almost documented by the aesthetics of the Russian avant-garde - Filonov, Malevich, Kandinsky, etc. The rhizome being, being-in-revolution, torn being, to Filonov, centers, collects only the signature under the picture – *The Formula of Revolution*, this parasitic addition indicates only the fear of decay. Artists of the beginning of the 20th

century and a little further guessed the catastrophe of life: being disintegrated, and then its parts connected together haphazardly. If the creators of the avant-garde experienced fear of loss of the reality, dizziness from the senselessness of what is happening, then the modern consciousness of man-in-the picture learned to experience pleasure and enjoyment of decay. The rhizome-marionette negates the Name of the father (tradition), Symbol, Thing, God, consciousness slips into a partial mimesis, imitates not the reality of forms (Platonism has exhausted its creative possibilities), but slips into the multiplicity of pluralities (A. Badiou), into a total difference (G. Deleuze). Take, for example, the image-thought of A. Tarkovsky from the film *Solaris*. Thinking Cosmos, reflecting the discomfort of astronauts due to the loss of reality, is trying to assemble something solid, a kind of person from pieces of the imaginary, and experiences defeat – the assembly was wrong, the result turns out to be some freaks, dwarfs, subhumans. Only the main character has a very decent copy, but also because it is constituted by a total sense of love. It seems that partial affects – fear, anger, despair, etc., are destructive,

according to Spinoza, and therefore they cannot constitute human-sizedness, God-likeness fails. Sometimes one wonders how a modern person tries to construct a deity from anything – Buddha, Christ, Devil, Angels, mermaids, from Tao, Yang and Yin, Muhammad, sorcerers and gobbies, etc. from Zarathustra. This monstrous creature places itself on the surface of all religious meanings, it scares itself and scares others, because the malaise from the absence of the whole, dizziness from flickering and mixing everything with everything that the Internet offers in abundance, obviously means a failure of self-identification of the “mirror stage”. Marionette is not the mirror in which one can recognize oneself.

Two arts of the epoch of technical reproducibility – photography and cinema – make it possible to understand how the “mirror stage” continues to function, disengaging from archaic masks, puppets, etc.

We are not interested in photography as a sign and means of its interpretation; this work was done by R. Barthes in his book *Camera lucida* [2]. Also, one should not fall for the errors of everyday consciousness, inclined to perceive the image as an instance

imitating life itself, although some meaning can be drawn from this assumption. Photo is a reproduction of what it was just like that, it indicates the presence that is always in the past. Photography is the reality of being in the past. When a photo is taken, the present is cancelled, therefore the photograph refers you to the reality with all certainty, but so that neither the present nor the future can be attributed to it.

It is readily apparent that the photo attempts to collect in one shot those pieces of the imaginary that form the flush of images: I am the one who was just that, I am the one the photographer sees me, I am the one effected by time, epoch, I’m the one who wants to cancel myself (I looked like that then, now I’m different), I am the way others want to see me (from this point of view, prison photos are very interesting, the photo of Mandelstam from the cover of the criminal case has stuck in my memory for a long time) and so on ... A single photo is always overloaded with meanings, it is necessary to capture everything in one picture-taking moment, the imagery makes the interpretation extremely complex and ambiguous.

The subject asks: are the one in the photo and me the same thing? The following is noticed: nobody sees the whole photo of a person, in the unity of what we could call the wholeness of I, when trying to identify, the subject notices particulars (wardrobe malfunction, for example), insignificant details (a checked coat is off size) or something extravagant (handcuffs, etc.), therefore the image of the I captured during studying the photo is characterized by fragmentation, vagueness, instability. Repeated looking at the photograph can reduce the indisposition to the picture, more alienated and objectified meanings become salient on the photo – social characteristics of the epoch, everyday details, genre features (wedding photography, for example). The puppet also strives for the finish of the image of Self in replenishing the imaginary (genre puppet, profession puppet, puppet-gender, etc.), however, the player has certain levels of freedom: remodel clothes, change hairstyle and hair color, creates a scenery – mother puppet and utensils, etc. In such ways, the ideal I masters the dynamics necessary for the ego-subject. In the case of photography, the speed of the imaginary is minimal,

and, in essence, is exhausted by negation: I am not that version in the picture, I am the other. Photography, based on the factuality of the moment, confirms the identity with the fact that this was exactly so, then, in that place, at that moment in time. The disadvantage is that the reality is captured at the point of coincidence, and thus one system (real photo) is made dependent on another – the ideal I. The frustration of one system under the influence of another (I am not the version in the photo with the weapon the prisoner was shot) makes the self-perceiving person negate the reality. The subject does not have the courage to enter into the horror of the real, all that is left to do is to lose senses or commit suicide, of course, there are milder cases of distress at the picture. Consequently, photography is a very cruel way of identification of the ego-subject: you are the version you recognize in the photograph, a thick brunette is captured in the picture instead of a slender blonde. The imaginary experiences a terrible crisis: one system – the imaginary, is frustrated by the influence of another – the real. In the presence of photographs (the presence of the real depresses), the imaginary does not feel reassured. There are the methods of avoiding

unambiguity: turning a picture into a series until the variant the imaginary can agree with, or consider photo to be unsuccessful due to a defect in the technical means, bad light, a failure angle of shooting, etc. and thereby restore the imaginary. Which instance turns out to be stronger in the dispute between the real and the imaginary: of course, the imaginary, because the photo can be corrected or destroyed at all, nothing is done as easily as the denial of reality. Not only feminists do not like Lacan, but also all those who are not able to “call things by their proper names.” To accept the real is difficult, as well as to think, insists Lacan.

Cinema, let us add television to it, while documentary film can be attributed to photographing, is characterized by the speed of movement of images. A movie is created from a series of discrete characters that move at a certain speed – 24 frames per second. In the photograph, the subject does not disappear, it is fixed in the system of representation: I am the one represented in this picture, in the photo he finally finds the Other that he wants. Suppose, 80-100 photos of himself in a series of shots in one day, the subject achieves the correlation of the Self and the Other,

which provides a certain constancy, and therefore neurotic attempts at self-identification can be suspended. Of course, any crisis situation makes the subject again resorting to contact with the “real” (the photo is a sibling of the reality): I am the one who has been recently loved, and now abandoned or the one whose beloved is unfaithful. Konchalovsky used this technique of discrimination in his film *Romance for Lovers*, replacing the color film with black and white: the characters changed, moving from the euphorically romantic world to the everyday one. It can be said that the specular reflection of photography reproduces a mono-logical subject, familiar to the West European theater, novel, portraiture, as well as masks and puppets.

Cinema offers the subject a different mirror: it immerses the pre-subject in psychotic, schizoid discourses, in conflicting meanings, in the polyphony of voices that do not hear each other. Not every movie made this breakthrough to an identity of a completely different order – to a split subject, not connected either to itself or to other, but staying between madness and normality. Being-between-ego-and-others distorts the speech of the

characters, the imaginary, etc. We mean, exclusively an art house in the version of Lars von Trier, Jean Luc Godard (the most revealing film of this kind is *Socialism*), *Psycho* by A. Hitchcock and others. We cannot offer a complete list of such films, because Russian humanities do not have a theoretical apparatus to learn how to watch and teach how to watch such films, that is, to distinguish one from the other. We need to borrow concepts from Deleuze, Kristeva, Lacan and others. Rather, we will achieve the result if we try to show how this kind of discourse works on the material of one of Lars von Trier's films *The House That Jack Built*. The reaction of ordinary people to this movie is: How to watch the film about a sadistic killer to the end and not become deranged, given its temporal dimension: it lasts 2 hours and 20 minutes.

In the classic cinema shot in the style of Stanislavsky, the image (the signified) and the character (the signifier) coincide: the heroine cries and utters the remarks through tears, the real adjoins this: she is upset, unhappy, etc. In this case, the real, the imaginary and the symbolic confirm each other. In modern cinema, the signifier (the character's words) and the signified (the

willing I) do not coincide with each other, only the signifier, superficial speech, is salient, it just sounds convincing and reasonable. How competently a maniac killer embeds a policeman in the "rationality" of his message, offering a variant of a family quarrel. He does not lie in the literal sense of the word: quarrel with his mistress within the framework of the discourse supported by the imaginary could be in reality. The speech of the imaginary, i.e. the psychopath's discourse, can be quite logical, convincing, supported by the stereotypical thinking of the Other (the policeman): excessive drinking leads to family quarrels. A policeman trusts a literal message, events line up in a causal relationship familiar to him: alcohol, quarrel, screaming, fight. The passage to the real is closed because the imaginary killer gives the incident a logically consistent similitude. This type of perception stereotype is adjoined by the conversation of a social inspector (the psychopath's discourse is masked, hidden) with a woman who draws a pension after the loss of her husband. Ordinary consciousness needs meaningfulness, it ceases to suspect or be frightened if fragments of speech line

up in a chain of sequences of an intelligible nature. This stereotypical perception of everyday consciousness should not surprise: people usually think just like that, connecting superficial signifiers in a chain: an employee's suit, a parked car, a briefcase, paper on an official letterhead, the image of a government official. This literal, simple, poor perception ensures sustainability and stability of the life world, saves thinking: makes connecting hermeneutics of suspicion unnecessary. We could not endure this life if we constantly switched the signs of everyday life, the imaginary which dreams ... into a different register - into the real one: we like to watch detectives just because murderers and rapists are always there, somewhere, in another world, not thereabout. It is impossible to come into the horror of the real. A woman who imprudently takes a ride from a stranger, having snatched a glance at a car jack conveniently at the hand of a murderer, could be wary and attempt to escape, obediently becomes the first victim of a psychopath. Why? The spectrum of the signifiers that the rapist attaches to her does not allow her to notice the inconsistency in the signs, it is necessary to conquer the crack in the

signifiers and go to the meaning of the real. We are to learn to ideate negativity, affect – to jump out.

Let us give thought to how the killer discards the real (he can't help but understand that one mustn't kill, as he washes his bloodied hands under the tap). He shifts himself (partly, us as well) to another register: from the real to the imaginary. He concentrates his perception on the experience of red: red dress, victim's blood, red victim's baseball caps, killer's red baseball cap – pictures of old master flicker, a reference to Dante, etc. The maniac's imaginary attaches the symbolic (red means brutality, ordeals of the boundaries of life and death, etc.) to this system of red, he connects the images of red from the artists of Renaissance), which allows him to see the Artist in himself. The I-viewer is seduced at some point: he no longer sees the killer maniac but sees the artist. The non-linear nature of the meaning of the imaginary allows the consciousness to choose some elements of the visible that the imaginary readily provides (the elements of red) and to neglect others (but what about the fact that the boy had to be killed twice). The psychopath's discourse is no less intricate than the speech of an ordinary

person. Literal, simple perception requires relying on the real, accepting reality, followed by confession of guilt, repentance, pangs of conscience, etc. Refocus from the real on the imaginary: stacked corpses become the house, the walls of a shelter-dwelling, and the care of the killer-maniac consists in what worthless these people will appear before the eyes of God. The rest is: we are not dealing with a serial killer, but with the artist, the Creator, along with God.

Perverse consciousness works in the strategy: not to want to know, to put off the real, to build a consistent system of signs: to build the House persistently (the House that Jack built is a noun for the killer) and thanks to this, continue to live.

What kind of mirror does the arthouse cinema provide us with: the Ego turns out to be able to try on masks of ambiguity and even polyphony, immerse oneself in images of dissoluteness (make a purse from a woman's skin, and hereinafter referred to as Trier), to participate in a festival of food and bowel movements, a disastrous laugh, in short, immerse oneself in the contemplation of one's own death (Zeferelli's film *Scoff*, or *The Cook*, the

Thief, His Wife and Her Lover directed by Greenway), more precisely, go through the labyrinth of this slow, ever slower dying. This is the action of modern avant-garde cinema that borrows its discourse from a psychopathic subject. Putting psychopathology on the aside (this is the subject of psychiatry), it can be assumed that movie, providing a mirror for the subject, is the result of the subject being fragmented, split, highly dynamized by the cinema speed of the frame, which impedes the attempts to collect the wholeness from the fragments of the I. The consolation is that movie is just a movie, like a stage in a theater, which is a guarantee of security for the subject.

4.CONCLUSION.

The preliminary conclusions that can be formulated are reduced to the following conclusions:

- visual images should be considered as the procedures of subjectivation, as the ways of constituting the consciousness of the ego-subject, which make up for the lack of subjectivity;

- visual images should be considered as visual bodies (masks, puppets, photographs, fashion, etc.) that

remain empty forms if there are no Those who look. Another visualization captures, seduces, terrorizes those who Looks. The visual image sticks to the one who looks, becomes one's hostage, the one who is being manipulated;

- a desire in the Eye of the Other remains inferior, an empty form, a dialogue with the subject is necessary for the picture to have meaning.

REFERENCES

Agamben, G. The Open. Man and Animal. Translated from Italian and German by B. M. Skuratov M.: RSUH, 2012. 112 p.

Barthes R. Camera lucida. Commentary to the Photograph / R. BarthesБартр. — M.: Benjamin W, 2011. — 272 p.

Barthes R. The Myth Today / R. Barthes. // Selected Works: Semiotics. Poetics. — M.: The Progress Publishing Group, 1994. — P. 72—130

Benjamin W. A Brief History of Photography / W. Benjamin // A work of Art in the Era of its Technical Reproducibility. Selected Essays. — M.: Medium, 1996. — P. 66—91.

Benjamin W. A work of Art in the Era of its Technical Reproducibility. / W. Benjamin // // A work of Art in the Era of its Technical Reproducibility.

Selected Essays. — M.: Medium, 1996. — 15—65.

Deleuze G. Cinema / G. Deleuze. — M.: The Ad Marginem Press, 2013. — 560 p.

Derrida J. Spectres de Marx. L'État de la dette, le travail du deuil et la nouvelle Internationale / J. Derrida; Translated from French by B Skuratov. — M.: Logos-altera, 2006. — 256 p.

Derrida , Jacques. Geschlecht II: Heidegger's Hand / Jacques Derrida // What is Called Thinking? = Was heisst denken? : Translated from German /Martin Heidegger; preface by O.A. Matveichev; postface by E. N. Sagetdinov . — [2nd Edition]. — M.: Academic Project, 2010 .

Carol J. Clover “Her Body, Himself: Gender in the Slasher Film” / Translated by I. Kushnareva. Logos [Electronic Resource] : Philosophical Literary Journal .— M. : The Gaidar Institute Press.— 2014 .— Issue 6 .— 239 p. — Access Mode: <https://rucont.ru/efd/246722>

Lacan J. The Signification of the Phallus // The Instance of the Letter in the Unconscious, or Reason since Freud / Translated from French into Russian by A. K. Chernoglazov, M. A. Titova. -M.: The “Russian Phenomenological Society”, The Logos, 1997.

Lacan J. The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis / J. Lacan.

— M.: Gnosis 2004. — 116 p.

Mazin V.A. Introduction into Lacan.

[Electronic Resource] / V. A. Mazin.

Access Mode: [http://www.e-reading-](http://www.e-reading-lib.org/book.php?book=36113)

[lib.org/book.php?book=36113](http://www.e-reading-lib.org/book.php?book=36113)

Merleau-Ponty M. The Visible and the

Invisible/ M. Merleau-Ponty; translated

from French into Russian by O. N.

Shparaga. — M.: Longvinov, 2006. —

400 p.

Merleau-Ponty M. Eye and Mind / M.

Merleau-Ponty; translated from French

into Russian., preface and commentary

by A. B. Gustyr. — M.: Iskusstvo, 1992.

— 63p.

Heidegger M. The Source of Literary

Work [Electronic Resource] / M.

Heidegger. Access Mode:

http://www.gumer.info/bogoslov_Buks/

[Philos/Heidegg/Ist_index.php](http://www.gumer.info/bogoslov_Buks/Philos/Heidegg/Ist_index.php)

THE CLUSTER FORM OF ORGANIZATION AND THE PROSPECTS FOR ITS APPLICATION TO PROVIDE THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF COOPERATIVE ENTREPRENEURSHIP

Viktoriya I. Tinyakova¹

Natalia I. Morozova²

Oksana V. Konovalova³

Irina Yu. Proskurina⁴

Elena B. Falkovich⁵

Abstract: As a promising model for the development of the system of consumer cooperation, territorial-production clusters that have been tested by world practice can play the role of overcoming the antagonism of interests between agricultural producers and processing enterprises. The association of producers leads to a chance for a more complete utilization of capacities and thereby less costs, which reduces the percentage of production risk, and the processing enterprises provide themselves with a reliable raw material base and a

guarantee for the sales of finished products. The cluster allows one to balance the cooperation and rivalry (competition) of the cluster's members, since "the cluster is jointly and severally liable to its customers". It is this principle that allows us to take this organizational form as the most promising one in terms of efficiency. Since it is not only the manufacturer of the final product who is responsible to the "buyer" in economic form, but all the institutional units of the cluster share entrepreneurial risks among themselves

¹ State University of Management, Moscow, Russian Federation e-mail: tviktoria@yandex.ru

² Volgograd Cooperative Institute (branch) of the Russian University of Cooperation, Volgograd, Russian Federation e-mail: miss.natalay2012@yandex.ru

³ Financial University under the Government of the Russian Federation, Moscow, Russian Federation e-mail: ovkonovalova@fa.ru

⁴ Voronezh State University of Forestry and Technologies named after G. F. Morozov, Voronezh, Russian Federation e-mail: proskurina.i2013@yandex.ru

⁵ Voronezh State Agrarian University named after Emperor Peter the Great, Voronezh, Russian Federation e-mail: elena-falkovich@yandex.ru

and receive a prize for these risks - profit. As criteria for the feasibility of forming a cluster, it is necessary to consider not only the economic effects achieved by combining the economic efforts of interested business subjects into a single production-distribution chain within which added value is created, but also the institutional structures of the non-economic sphere - educational, innovative, administrative and others. This form of integration becomes possible due to the flexibility of the cluster structure and the matrix-network principle of its functioning, which creates additional opportunities for the cluster to survive in conditions of fierce international competition.

Keywords: human resources, personnel policy in the system of consumer cooperation, quality of life of the population, consumer cooperation, regional base of labor reserve, regional system of consumer cooperation.

1. Introduction.

The rational interaction of economic entities horizontally and vertically will provide an integrated approach to the production and

1093
processing of agricultural products, as well as solve a number of acute social problems in the city and village. The deeper the specialization, the more demands are made on the nature and the separate forms of connection, the contraction of the individual phases of the reproductive process. The processes of integration and cooperation between different forms of management are of certain importance in order to reduce the prime cost and increase the competitiveness of agricultural enterprises. Consumer cooperation as a form of cooperation involves joint actions in the production and distribution of products, mutual and common protection of interests [Exploring the cooperative economy, report 2018]. Using cooperative and integration ties, the united partners reach high economic results in their management activity and achieve a synergistic economic effect when working on the final result.

Large cooperative groups with less costs manage to expand the range of products sold, to provide the necessary control of quality indicators. To maintain their reputation in the market, cooperatives provide a certain guarantee of quality and reliability of both products and services. The cooperative has to

make more rational use of the allocated funds for advertising their products.

The priority task in creating cooperative forms is to overcome the antagonism of interests between agricultural producers and processing enterprises. The association of producers leads to cost savings by reducing resource requirements, which allows a more complete capacity utilization and thereby less costs. In addition, the cooperative can protect the interests of its members from monopolistic pressure from supply and marketing, banking and other structures, as well as from other external interference in its activities.

Thus, the main signs of the unification of future partners into consumer cooperatives are: a common interest in joint activities to benefit each member of the cooperative; economic and management freedom of the cooperative members; collective and targeted influence on the effective use of cooperative objects.

2.Methods.

Research in the formation of cluster theory began in the last quarter of the 20th century. The pioneer of the cluster research can be considered M. Porter, who in his fundamental work

“Competition” established a connection between the enterprise’s competitiveness and its participation in the creation of national and global value chains as a member of the cluster [Porter M.E. 1990, Porter M. 2005]. Further, his theory was developed in the works of S. Goetz, E. Dahmen, M.D. Dvortsin, P. Krugman, Yu.V. Krupnov, D. Maylat, S. Rosenfeld, V. Feldman and others.

The theoretical core, which makes it possible to explain the laws of the world policy of clustering the economy, is considered the theory of "industrial districts" by J. Bekattini. The conceptual ideas of specialized industrial localization were laid in the research of A. Weber, U. Isard, A. Lesh, A.G. Granberg, N.N. Kolosovsky and others. The prerequisites for the formation of cluster-type economic organizations at different levels were investigated by R. Coase, F. Perru, J. Schumpeter and others.

A significant contribution to the development of a modern spatial theory of entrepreneurship development based on market cluster models was made T. Anderson [T. Andersson, Sylvia Schwaag-Serger, Jens Sorvik, Emily Wise Hansson 2004], E. Bergman and E. Feser [Bergman, E.M. and Feser, E.J.

1999], M. Inright [Enright, M. 1996], S. Fredrickson and L. Lindmark [Fredriksson, C. and Lindmark, L. 1978] and others.

The questions of the development and application of organizational forms of interaction and innovation in cooperative organizations are described in the works of O.V. Abramovich, G.A. Baklachenko, Yu.D. Bakhteev, I.A. Belalova, E.V. Bogushevich, S.V. Brykin, V.F. Vershinin, V.M. Volodin, N.G. Volodina, L.I. Guskova, A.F. Demchenko, I.N. Denisov, V.I. Dorokhova, L.N. Dubova, A.M. Emelyanov, S.B. Ismuratov, A.N. Rasskazov, I.S. Sandu, O.M. Selezneva, M.V. Seroshtan, V.M. Starchenko, V.A. Tikhonov, E.A. Tkachenko, Yu.A. Ugryumov, A.L. Chigrik, G.I. Shmelev, A.A. Shutkov and others.

Despite the presence of a large number of in-depth researches of domestic and foreign economists on the problems of the development of consumer cooperation, there are still issues that need to be addressed. First of all, it is necessary to modernize the administrative, organizational, economic and social basics of the system of consumer cooperation, while

1095
maintaining its identity as a market and socially oriented economic subject. We believe that as an innovative model for the development of the system of consumer cooperation, it is necessary to use a cluster approach that allows to provide and implement innovative developments and to quickly adapt to changes in the institutional environment. As a result, a special form of innovation is created - the “aggregate innovative product”, which is the result of the activities of several entities of the cluster and the leading university, which makes it possible to accelerate their distribution through the network of interconnections in the common regional economic space [Feldman M.P., Audretsch D.B. 1999; Baptista R., Swann P. 1998; Cluster policy in Europe: A brief summary of cluster policies in 31 European countries. 2008; Competitive Regional Clusters: National Policy Approaches. 2007; Malmberg A., Power D. 2005]. This form of integration is a special organizational and managerial tool that ensures the consolidation of the efforts of various stakeholders and increases the competitiveness of business subjects and the territory as a whole.

3.Main Part.

The organizational model of the cluster has certain competitive advantages in comparison with simple forms of cooperation in agriculture. The unification of agricultural producers into a cluster enables the members to achieve higher competitive advantages by making it possible to conduct more efficient internal specialization and standardization, to establish cooperative and combining relationships among the enterprises that make up the cluster, and to quickly introduce highly effective innovations [Gordon, I.R. and P. McCann 2000; Czamanski S., de Albas L. 1979].

The main mission of the cluster should be to contribute to the socio-economic development of the territory through the active involvement of entrepreneurs in this process. It is the cluster approach that gives the regional authorities a unique set of tools to build effective and mutually beneficial cooperation with business.

In addition, the cluster approach provides the opportunity for focused strategic planning of the development of the territory using various modern techniques, for example, foresight studies. The goal of the Foresight is

1096
precisely to stimulate the formation process of new cooperative ties between different business structures. Also, the Foresight is focused on the introduction of innovations that can change the vector of development of the territory in the future. Strengthening the economy of the region, clusters fulfill a social role - create favorable conditions for the growth of the level and quality of life of the population. Returning again to the Foresight research, social innovation is also the focus of this technique.

Thus, using Foresight research, authorities can provide information to cluster members about the vector of development of the territory, various markets and possible fluctuations in the economic conditions, which will help to quickly guide the cluster members and to equip them with the necessary information.

However, authorities need to remember that, while stimulating the process of cluster formation, it is necessary to use not only direct and directive methods of managing the formation and development of the cluster, but also indirect forms of support - self-organization tendencies. The cluster form can give positive results only if it is based on objectively formed

economic and social needs and expresses the requirements of economic development [Humphrey J., Schmitz H. 2000; Rosenfeld S.A. 1995; Rosenfeld S.A. 2005; Tinyakova V. I., Morozova N. I., Sivtsova N. F., Rastopchina J. L. 2018; Delgado M., Porter M., Stern S. 2014].

Creating favorable conditions for the development of the cluster, authorities should not confuse the nature of the economic cluster with special economic zones. Although, from the point of view of supporting their development, the same tools are used - special preferential conditions for doing business, financial budget support, etc. Thus, a number of researchers believe that the process of organizational and institutional formation of clusters is “the appearance of a special economic zone within the boundaries of a certain territory”. [Porter M., 2000].

Cluster is a special management tool that allows one to effectively transform economic reality, at the stage of formation of which certain preferences are required from the state, but we emphasize once again – only at the stage of formation.

The authors consider the cluster as a multi-level spatial formation, where

1097
at the horizontal level there is competition (rivalry) between cooperatives producing similar goods and services and operating within the same market. And at the vertical level - cooperation (collaboration), since in a cluster the overall success and development ability depend not only on the behavior of each individual subject, but to a greater extent on their group interaction [Tinyakova V.I., Morozova NI, Gunin VK, Kireeva OI 2019 ; Tinyakova V.I., Morozova N.I., Ziroyan M.A., Falkovich E.B. 2018].

The centrifugal force uniting the cluster members into a single whole can lie in shared values, principles and ideals of consumer cooperation, which include mutual assistance, mutual responsibility, solidarity, justice, social responsibility and care. These cooperative principles are not unique, but universal and are observed in various organizational and legal forms, but it is in consumer cooperation that a social setting is predefined, the material principle is connected with the moral; economic activity is subordinated to ethical ideas and values. The principles of cooperation can be developed, but it is impossible to ignore them or to force one to perform them. This understanding is

considered one of the pinnacles of the philosophy of cooperation.

In our opinion, the cluster in the agro-industrial complex is a production and distribution network of companies united with each other in a “technological chain”, within which added value is created. As a rule, the cluster includes procurement enterprises of consumer associations, which include a wide network of procurement points, warehouses and storage facilities, slaughter sites, processing enterprises, motor vehicles, milk carriers and livestock carriers. The purpose of these enterprises is to provide a stable market for agricultural producers. Procurement enterprises purchase pharmaceuticals, various types of herbs, mushrooms and berries, fruits and vegetables, products of cattle and small cattle and poultry from rural residents. The products procured from the population are processed in consumer associations with the subsequent sale of finished goods through their own cooperative distribution network.

In addition, the cluster should include not only procurement organizations, but also processing enterprises that produce the finished product. In other words, consumer

cooperation acts not only as a procurer, but also as a consumer of agricultural products. In a number of constituent entities of the Russian Federation, consumer associations began to equip modern workshops and enterprises for the processing of agricultural products and raw materials, and establish advanced technologies for the procurement, processing and marketing of agricultural products. The quality of the produced food has improved markedly. Manufactured food products are sold through the trading system and catering enterprises.

The financial core of the cluster are credit cooperatives, the main purpose of which is to provide the necessary amount of financial resources for the development of enterprises within the cluster. This becomes possible due to more flexible loan repayment terms (for example, by commercial products), as well as a lower interest rate on loans compared to banking. Credit cooperation makes credit attractive and affordable for agricultural producers. Without the development of financial and logistics infrastructure, a cluster cannot be viable. Cooperating business entities, being links in a single production process, maintain their independence, forming a

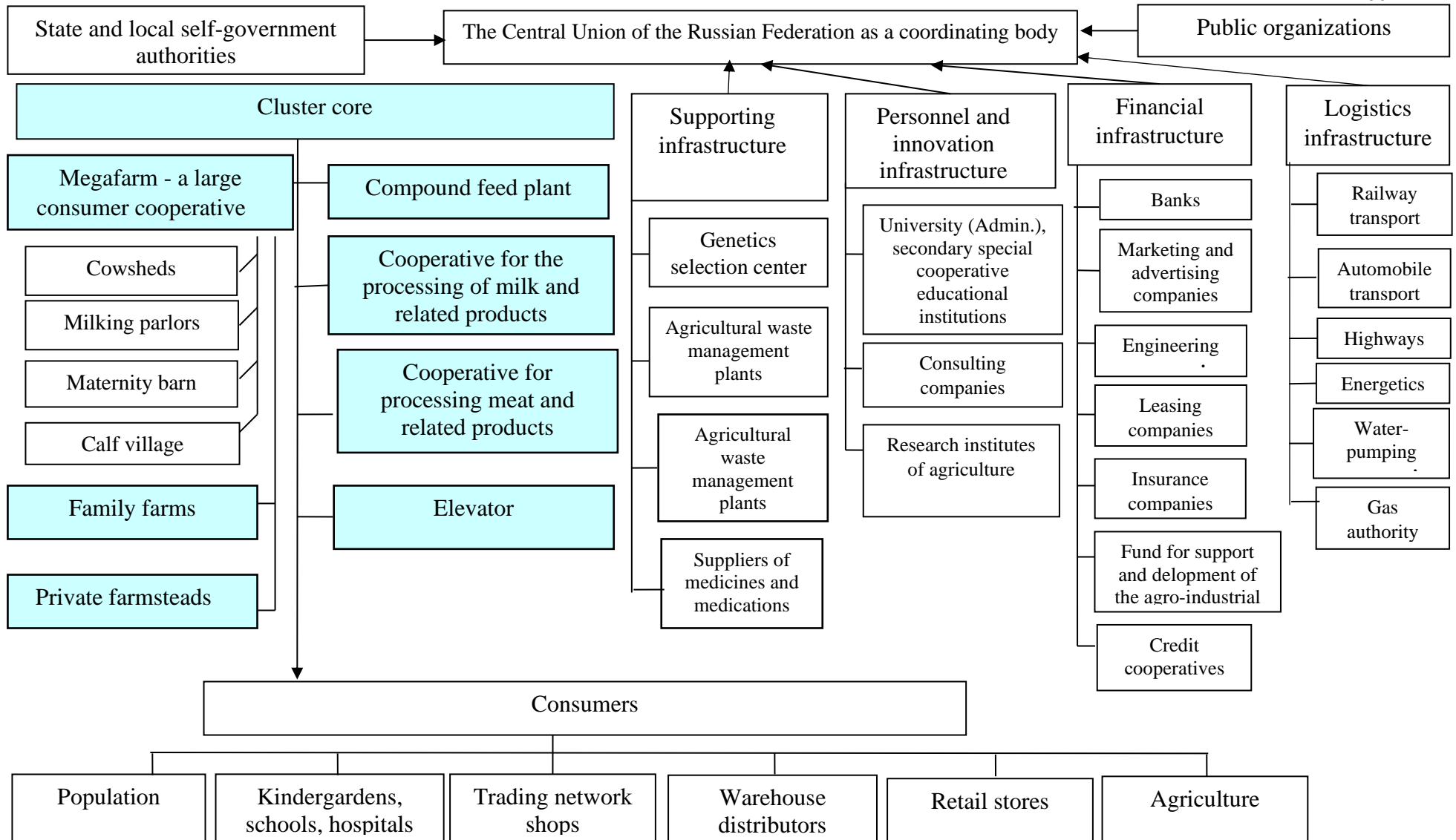
single economic mechanism, that provides a closed production and technological cycle.

A “growth pole” or core in the structure of an agro-industrial cluster is usually a large agricultural enterprise that successfully operates in the region. Around the core are concentrated medium and small farms, private subsidiary and peasant (farmers’) farms, household farms that produce agricultural products, which create a technological chain. Thus, they overcome the limited business activities

1099

of partners in consumer cooperatives, which allows to more fully use the potential of each member of the cooperative. A typical model of cluster formation in agriculture is presented in Figure.

The integral criterion of sustainability, flexibility and survivance of the cooperative sector of the economy is the multidimensional economic concept of “competitiveness” - the winner is the one who analyzes, controls and manages his competitive advantages [Wennberg K., Lindqvist G. 2010].



4.CONCLUSION.

The cluster today is one of the popular forms of association in foreign countries and demonstrates high adaptability to the challenges of the external environment, and also acts as a kind of initiator of changing the social structure of the regional economy, increasing the life quality of the population of a particular territory. In the “Concept of the Strategy for the Long-Term Socio-Economic Development of the Russian Federation for the Period until 2020”, the formation of territorial-production clusters is considered as one of the key directions of technological development that can provide a breakthrough for Russia on the world markets of technological products.

The cluster model will allow to carry out and introduce innovative developments for the subjects of consumer cooperation, thereby stimulating the creation of a special form of innovation - the “cumulative innovation product”, which is the result of the activities of several entities of the cluster and the leading university, which allows to accelerate their distribution through the network of interconnections in the common regional economic space

1101

. Similar tasks today face the Russian economy, which seeks to integrate into the world community.

ACKNOWLEDGMENTS.

This work was supported by the RFBR grant, project No. 17-02-00182-OGN "Institutional Model of Innovative Development of the Consumer Cooperative System"

REFERANCES

- Exploring the cooperative economy, report (2018) [Electronic media]. Access mode: <https://monitor.coop/en/online-library/resources> (In English)
- Porter M.E. (1990). The Competitive Advantage of Nations. New York: Free Press (In English)
- Porter M. (2005). Competition. M.: Publ. house «Vilyams», (In Russian)
- Andersson T., Sylvia Schwaag-Serger, Jens Sorvik, Emily Wise Hansson (2004). The Cluster Policies Whitebook, IKED. (In English)
- Bergman, E.M. and Feser, E.J. (1999). Industrial and Regional Clusters: Concepts and Comparative Applications”, Regional Research Institute, WVU. (In English)
- Enright, M. 1996 Regional Clusters and Economic Development: A Research

- Agenda”, in Staber, U., Schaefer, N. and Sharma, B., (Eds.) *Business Networks. Prospects for Regional Development*, Berlin: Walter de Gruyter. (In English)
- Fredriksson, C. and Lindmark, L. (1978). *From Firms to Systems of Firms – A Study of Interregional Dependence in a Dynamic Society*’, in Hamilton, F.E.I. and Linge, G.J.R. Eds. *Spatial Analysis, Industry and the Industrial Environment*, vol. 1 - Industrial Systems, John Wiley & Sons, London. (In English)
- Feldman M.P., Audretsch D.B. (1999). *Innovation in Cities and Regions: Science based Diversity, Specialization and Localized Competition*. *European Economic Review*. 43: 409-429. (In English)
- Baptista R., Swann P. (1998). *Do firms in clusters innovate more?* *Research Policy*. 27: 525 - 540. (In English)
- Cluster policy in Europe: A brief summary of cluster policies in 31 European countries*. 2008. Oxford Research AS. January, URL: http://clusterpolisees3.eu/ClusterpoliSEPortal/resources/cms/documents/2008_01_Oxford_Cluster_Policy_Report_-_31_European_countries.pdf
- Competitive Regional Clusters: National Policy Approaches*. 2007 Paris: OECD Publishing, (In English)
- Malmberg A., Power D. (2005). *How do firms in Clusters Create Knowledge?* *Industry and Innovation*. Vol. 12. 4: 409 – 431.
- Gordon, I.R. and P. McCann (2000). *Industrial Clusters: complexes, agglomerations and/or Social Networks*. *Urban Studies*, 37: 513-33. (In English)
- Czamanski S., de Albas L. (1979). *Identification of Industrial Clusters and complexes: a comparison of methods and findings*, *Urban Studies* 16: 61-80. (In English)
- Humphrey J., Schmitz H. (2000). *Governance and upgrading: linking industrial clusters and global value chain research*. IDS Working Paper 120 Institute of Development Studies. (In English)
- Rosenfeld S.A. (1995). *Industrial-strength strategies: regional business clusters and public policy*. Washington, The Aspen Institute Community Strategies Group. (In English)
- Rosenfeld S.A. (2005)/ *Industry Clusters: Business Choice, Policy Outcome, or Branding strategy?* *Journal of New Business Ideas and Trends*. 3 (2): 4-13 (In English)
- Tinyakova V. I., Morozova N.I., Sivtsova N.F., Rastopchina J. L. (2018). *Territorial Subjects Development*

Planning System Modification for Improving Life Quality of the Population. *Revista Publicando*, 5 No 15. (2): 1472-1482 (In English)

Delgado M., Porter M., Stern S. 2014 Clusters, convergence, and economic performance. *Research Policy*. 43(10): P. 1785 - 1799.

Tinyakova V. I., Morozova N.I., Gunin V. K., Kireeva O. I. (2019). Revival of the system of consumer cooperation in Russia; sustainable development of the territory and growth of quality life. *Amazonia Investiga*. 2019. T. 8. Nº 18. C. 351-358. (In English)

Tinyakova V.I., Morozova N.I., Ziroyan M.A., Falkovich E.B. (2018). Monitoring of human resources and a new educational structure for training specialists as key factors to reactivate the system of consumer cooperation in Russia. *Amazonia Investiga*. T. 7. Nº 17: C. 353-359. (In English)

Wennberg K., Lindqvist G. (2010). The effect of clusters on the survival and performance of new firms. *Small Business Economics*. Vol. 34, Issue 3: 221 - 241



Gênero & Direito

Este periódico está indexado nas bases:

